

Texto Crítico do Trabalho Acadêmico

Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI
(Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)

Antonio Thomaz Júnior

Volume 1
(Partes I e II)

Presidente Prudente, abril de 2009

Thomaz Júnior, Antonio.
T384d Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI : (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos) / Antonio Thomaz Júnior. – São Paulo: [s.n], 2009
v.1-3 : il. ; fotogr. + memorial

v.1 - pt.1 - Autocrítica e Desafios Teóricos de uma Obra Inacabada;
pt.2 - Eixos de Pesquisa e a Construção de uma Trajetória *Coletiva*
v.2 - Textos do autor
v.3 – Textos em coautoria
Tese (livre-docência) – Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Geografia do trabalho. 2. Movimentos sociais. 3. Lutas emancipatórias.
I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18. ed.)910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

DEDICATÓRIA

Quero dedicar esse trabalho para aqueles e aquelas que tombaram antes mesmo de nos verem continuar defendendo suas teses, suas lutas, e de nos somarmos aos seus sonhos, não para conseguirmos sucesso, mas para nos livrarmos do fantasma do conformismo.

Aos trabalhadores e às organizações que acreditam e lutam pela emancipação da sociedade, pela libertação de todos os homens e mulheres do subjugo do capital e de todas as formas de opressão.

Dedico esse trabalho a todos aqueles e aquelas que continuam a me inspirar ao trabalho cotidiano *interminável* e à perseverança da emancipação *anunciada*.

OFEREÇO

Estou seguro de um sentimento maduro e verdadeiro que nesse momento quero expressar. Nem dedicatória, nem agradecimento, mas sim quero oferecer esse trabalho para minha sogra (Irene), que ao me ajudar a cuidar da Fernanda e da Flávia, me *libera* para as 18 horas diárias de jornada.

Somente assim foi
possível dar conta de chegar até aqui.

Meus pais (Toninho e Maria), que até hoje nunca deixaram de me estimular, de me amar e de me oferecer o aconchego da vossa (nossa) casa; juntamente com minhas irmãs (Titi e Paula) e toda a família.

À Rosangela, pela paciência diante de jornadas e anos de trabalho tão longos,
e pela confiança para fortalecermos nossas vidas.

À Fernanda (Nam) e Flávia (Vi), por tudo mesmo, até pelo pai que sempre se dividiu entre vocês e o trabalho. Continuarei a tê-las, cada vez mais, como se fossem minhas partes por inteiro.

AGRADECIMENTOS

Essa seção sempre requer muita atenção para não esquecermos de ninguém e de nada que tenha tido participação nas nossas vidas e atividades e que de alguma forma participaram da consecução do que se consuma, por exemplo, num longo trabalho de pesquisa.

O risco de esquecer alguém não está descartado. Estou certo de que começar pelo apoio familiar e pela oportunidade de estar ampliando aprendizados e conhecimentos com meus orientandos, colegas de trabalho, os *companheiros de luta* e do movimento é uma opção muito coerente. Não só coerência que expressa os significados do nosso envolvimento com a pesquisa, com a geografia, com a política, mas as raízes que dão sustentação aos significados que tudo isso tem para a construção dos referenciais de vida, os envolvimento que têm nos ajudado a solidificar uma trajetória engajada. É por isso que da casa ao trabalho, os laços relacionais são fundamentais até porque a vida dentro e fora de casa tem sido povoada de muito trabalho, ainda mais na casa, nos últimos 20 anos. Mas essa trajetória se consuma em um amplo somatório de participações e contribuições que são importantes serem mencionadas.

À Lúcia e Nair, *comandantes supremas* do nosso trabalho na FCT e que no âmbito da convivência profissional sempre me apoiaram e souberam ser gentis até nos meus momentos de mal humor. A você Nair minha gratidão pela dedicação e seriedade com que sempre me ajudou a cuidar do currículo.

Aos leitores críticos dos textos que compõe esse trabalho de livre docência, Marcelo Carvalho, João Fabrini, Jorge, Divino, Marcelo Mendonça, Marildo, Sônia, Diamantino e Cézar, meu profundo agradecimento. As dicas e críticas foram muito bem recebidas. Ajudaram-me, de verdade, a avançar um pouco mais.

Aos apoios técnicos, valiosos e precisos, à professora Maria de Lourdes Trindade Galo e às estudantes de Engenharia Cartográfica Michele e Isaura, que muito se dedicaram para oferecer-me preciosas interpretações das imagens de satélite que nos serviram para entender um pouco mais das estratégias do capital e o espaço de relações (de poder) construído no Pontal do Paranapanema que constrói uma dinâmica territorial perversa aos interesses da reforma agrária, da democratização do acesso a terra.

Não somente as informações, mas também a amizade e a confiança no meu trabalho, ao Marcos Boin registro meu agradecimento.

Ao Nino, pela dedicação e cuidado com os gráficos.

Ao Ítalo pela finalização dos mapas, os consertos computacionais e as arrumações e socorros de última hora, aliás, em todas as horas. Pela amizade e apoio nunca negados.

Compreensão e solidariedade, atributos marcantes no amigo Walmir que nos apoiou na impressão dos mapas.

A paciência quase *oriental* do Alex para resolver as pendências e a montagem dos volumes. A isso se soma o Juscelino que nem bem chegou em Prudente e já se engajou nessa reta final e nos prestou valiosa ajuda para a impressão e montagem dos volumes. A vocês meu muito obrigado.

À Flora e Maria, essas sim portadoras de paciência totalmente oriental, sempre prontas a ajudarem demonstrando grande habilidade técnica.

À Raquel que nem depois de revisar várias vezes nossas listas bibliográficas se chateou.

Não foi por menos também que a Márcia sempre esteve pronta a prestar sua valiosa ajuda.

À Fapesp, CNPq, Fundunesp, pelos apoios para a realização das pesquisas que compõem esse trabalho.

Aos meus orientandos, já quase uma legião, pela oportunidade do aprendizado e o compromisso da construção de conhecimento engajado, libertário e emancipador.

Ao Cacá, Odjalma e Carlos Eduardo, que sempre estreitaram nossa aproximação com as informações secundárias e a realidade da situação fundiária e dos assentamentos do Pontal do Paranapanema.

Aos colegas do Departamento de Geografia que souberam apoiar-me.

Duplo agradecimento ao Comendador César Leal, pela ajuda propriamente dita nessa reta final, e pela amizade e respeito sempre em primeiro plano.

À Jaqueline, Caio, Dibieso, Girardi, Moisés e Andréia, pelas valorosas ajudas que me possibilitaram fazer avançar as metas do trabalho e a economizar algumas madrugadas de trabalho.

Ao amigo Maurício Galo (Galão) que com todo seu jeito mineiro de ser sempre soube/sabe somar e se fazer presente, ajudando e se solidarizando nos momentos de maior precisão. Galão, a capa e o CD ganharam muito em qualidade com sua dedicação e bom gosto.

À Ângela que com muita categoria me ajudou a fazer das fotografias um material de fácil compreensão.

***Revolucionário deve sempre ser integral.
Ele deverá se dedicar à causa todas as horas, todos os minutos de sua vida,
com interesse sempre renovado e sempre crescente.
Esta é uma qualidade fundamental.***

(Che Guevara)

RESUMO

A trajetória que percorremos após o Doutorado, ou seus principais aspectos, encontra-se nos quatro volumes deste trabalho de Livre Docência. Nossa opção pela discussão crítica da obra nos estimulou a oferecer parte da nossa produção individual e em coautoria – ou coletiva –, mas que rigorosamente representasse nosso esforço de reflexão sobre a temática do trabalho na Geografia. Mais que isso, apresentamos o que vimos demarcando, nos últimos anos, ou as dificuldades de entendimento da rica trama de relações que atinge o trabalho, produto das redefinições estruturais por que passa o modo de produção capitalista em escala planetária, e os desdobramentos (re)estruturantes em marcha.

É desse processo que se fazem presentes as novas identidades do trabalho, territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente e que extrapola os limites do rural e do urbano, da cidade e do campo. Por sua vez, ele redefine constantemente as profissões, habilitações, especializações, deslocamentos, migrações, o espaço de relações e a demarcação das territorialidades da luta de classes, sem contar o quadro mais perverso da reestruturação produtiva do capital, no século XXI, ou seja, o desemprego estrutural ou o descarte do trabalho. Por outro lado, também modifica, em intensidade, o perfil dos homens e das mulheres que trabalham e que demonstram capacidade e potência de luta anticapital. Isso nos ocupou centralmente, pois a nossa indagação sobre quem são os homens e as mulheres capazes, no século XXI, de transformar/emancipar a sociedade e imprimir outro curso histórico para além do capital, respaldou-nos reconhecer as limitações teórico-conceituais, porque as lutas de resistência e as principais manifestações anticapital não se restringem ao proletariado. Assim, a extensão e a complexidade da informalidade, do desemprego (desempregados), dos camponeses, muito mais do que seus significados teóricos, históricos, geográficos e políticos, ocupa lugar de destaque, no ambiente do conflito de classes, e repõe em questão a luta pelo território. Por sua vez, expressa conteúdos anticapital, por exemplo, nos enfrentamentos em torno da reforma agrária, pela moradia e de lutas que se somam a essa, tais como soberania alimentar e energética, contra o latifúndio, os transgênicos, as monoculturas, os monopólios etc.

Em vista disso, apostamos no pensamento de que a dinâmica do trabalho requer que priorizemos tanto metodológica quanto teoricamente a autocrítica como opção capaz de potencializar compreensões sobre a totalidade do trabalho. Isto é, colocamos em relevo a necessidade de repensar os marcos, as referências e os significados, *a priori*, da noção de trabalho e de classe trabalhadora, o que reacende a necessidade de um debate profundo sobre a totalidade do trabalho, na perspectiva de classe.

Enfim, a vitalidade teórica que conferimos à centralidade do trabalho, além de requerer que assumamos seu significado político, ontológico, econômico, exige igualmente que decifremos as diferentes identidades espaciais, territoriais do ser que trabalha, no tempo e no espaço, à base, sobretudo nos tempos do século XXI, de intensa precarização/desrealização/desqualificação/fragilização de contingentes expressivos de homens e de mulheres, e seu potencial revolucionário, o qual reflete diretamente nos movimentos sociais a que estão vinculados.

ABSTRACT

The path followed after the Doctorate, or its main aspects, can be found in the four volumes of this work of Free Docentship. Our option for a critical discussion of our own work encouraged us to offer part of our individual or group production that neatly represents our effort to reflect on the work issue in Geography. Moreover, it is presented what we have been highlighted in the last years, that is, the great deal of difficulties to understand the wide range of relations linked to work regarded as a result of the structural redefinitions through which the capitalist system is passing worldwide and its current re-structural unfoldments .

It is from this process that the new identities of work appear. In terms of territory, they are expressed within the plasticity that constantly remakes itself and surpasses the limits of the rural, and the urban, the country and the city. The same process continuously redefines the professions, licenses, specializations, migrations, spatial limits of relations and the landmarked territorialities of the class struggle, without considering the most perverse frame of the productive re-structuring of capital in the twenty first century, that is, the structural unemployment or the disposal of work. On the other hand, it intensively modifies the profiles of men and women that work and reveal capability and strength to fight capitalism. We have given full attention to this since our search for those men and women who are, in this twenty first century, able to transform and emancipate society and give a different historical course beyond capital, has helped us to recognize the theoretical and conceptual limitations because the resistance struggles and the main parades against capitalism are not restricted to proletariat. Thus, the extension and the complexity of underemployment, unemployment (unemployed), peasantry, much more than their theoretical, historical, geographical and political meanings, get an outstanding place in the class struggle domain and suggest the struggle for territory. This struggle also expresses contents against capitalism, such as, agrarian reform against latifundium, housing claims, food and energy sovereignty, fighting genetically modified crops, monopolies, etc.

Therefore, we believe that the dynamics of work requires giving priority to this way of self-criticism, methodically and theoretically, as an option able to enhance understanding of the wholeness of work. That is, we underline the need to rethink the frames, the references and the meanings, a priori, of work and the working class. Thus, a deep debate on the wholeness of work from the class perspective is necessary.

The theoretical importance that we bestow to the centrality of work requires the assumption of its political, ontological, and economical meaning, and it also urges us to decipher the different spatial and territorial identities of the working being, in time and in space, specially in this twenty first century, a time of intense precariousness, uncertainty, weakening large number of men and women and their revolutionary capability that directly reflects on the social movements to which they are entailed.

Lista de Tabelas

1	Distribuição dos imóveis, por estratos de área (ha) – Brasil	274
2	Configuração cadastral das terras em 2003 – Brasil (milhões de ha)	275
3	Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP) – (1984-2008)	298
4	Assentados do Pontal do Paranapanema envolvidos no Programa <i>BB-Convir</i> /Destilaria Alcídia	333
5	Distribuição dos pagamentos diretos, por estratos e número de produtores. Espanha – 2003	404
6	Explorações leiteiras, segundo número de vacas. Galícia (Espanha) – 2004	405

Lista de Quadros

1	Projetos de pesquisa/extensão realizados e em consecução após o doutorado (Parte I)	26
2	Orientações (2008-2009) (Parte I)	28
3	Brasil – Participação da área ocupada com produtos selecionados, por estratos/módulos (ha) (Parte II)	288
4	Assentamentos que aguardam licenciamento ambiental, e outras pendências, no Pontal do Paranapanema (SP) (Parte II)	299
5	Fusões e aquisições de agroindústrias canavieiras – Brasil (1996 a 2007) (Parte II)	318
6	Principais grupos e investidores estrangeiros no setor agroindustrial canavieiro no Brasil (Parte II)	320
7	Empresas agroindustriais canavieiras no Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista (SP) – (10ª Região Administrativa) (Parte II)	325

Lista de Mapas

1	Localização do Pontal do Paranapanema e da Nova Alta Paulista	277
2	Territorialização dos assentamentos rurais e a situação jurídica das terras do Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista, conforme os Perímetros do ITESP – 2007	297
3	Territorialização das agroindústrias, da cana-de-açúcar, dos assentamentos rurais e a situação jurídica das terras no Pontal do Paranapanema e na Nova Alta Paulista – 2008	300
4	Polígono do Agronegócio – Brasil (2008)	302
5	Famílias em ocupações de terra na área de abrangência do polígono do agronegócio. 1988 - 2006	306
6	Famílias assentadas na área de abrangência do polígono do agronegócio. 1979 - 2006	307
7	Territorialização da cana-de-açúcar e a situação jurídica das terras no Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista (2002)	312
8	A territorialização da cana-de-açúcar, a situação jurídica das terras e o Zoneamento Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro, no Pontal do Paranapanema e Nova alta Paulista	315
9	Assentamentos rurais envolvidos no Programa <i>BB-Convir</i> /Destilaria Alcídia, para o plantio de cana-de-açúcar	334

Lista de Gráficos

1	Número de ocorrências (incapacidade permanente) na cana-de-açúcar (1999-2005). Alguns estados selecionados.	272
2	Número de ocorrências (Óbitos) na cana-de-açúcar (1999-2005). Alguns estados selecionados	273
3	Brasil – Estrutura fundiária (1970; 1975, 1980; 1985 e 1995-96).	275
4	Área ocupada – Brasil (2008)	279
5	Brasil – Produção de grãos (1990 a 2008)	287
6	Brasil – Área plantada (milhões de hectares)	288
7	Brasil – Preço das principais <i>commodities</i> (2000 a 2008) U\$/Tonelada	324
8	Ocupações de terra no Pontal do Paranapanema (2000 a 2007)	341
9	Ocupações de terra – Brasil (Grandes Regiões – 2000 a 2007)	341
10	Ocupações de terra – São Paulo (2000 a 2007)	342
11	Ocupações de terra no Pontal do Paranapanema e no Estado de São Paulo	343
12	Assentamentos rurais – Brasil (Grandes Regiões – 2000 a 2007)	343
13	Assentamentos rurais – São Paulo (2000 a 2007)	344
14	Assentamentos rurais – Pontal do Paranapanema (2000 a 2007)	344
15	Brasil – Ocupações de terra nos governos Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva	345
16	Preços dos alimentos no mercado mundial (U\$/Tonelada)	392
17	Exportação e importação de produtos agropecuários (%) – 2004	398
18	Brasil: Índice de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e do emprego formal (1980 - 2004)	436

Lista de Figuras

1	Dinâmica territorial do capital agroindustrial canavieiro no Brasil - 2008	262
2	Migração do trabalho para o capital (agroindustrial canavieiro) no Brasil - 2008	263
3	(Re)divisão territorial do trabalho no campo	266
4	Áreas passíveis de expansão da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP)	313
5	Zoneamento Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo	314
6	Queimada como estratégia do capital para a expansão do plantio de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema	331
7	Roteiro da destruição/expansão da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema - 2008	332

Lista do Caderno de Retratos

- 1 Corte mecanizado da cana-de-açúcar
- 2 Algumas experiências de monocultura
- 3 Sistema de máquinas no Cerrado
- 4 Condições de vida e de trabalho do camponês do Cerrado de Goiás
- 5 Trabalhadores indígenas envolvidos no corte da cana-de-açúcar, na Debrasa. Brasilândia (MS)
- 6 Corte manual da cana-de-açúcar e sistema de carregamento
- 7 Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP)
- 8 Trabalhadores migrantes envolvidos no corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema
- 9 Trabalhadores em carvoarias no município de Ribas do Rio Pardo (MS)
- 10 Prática da queimada para o preparo da terra para o plantio de cana-de-açúcar
- 11 Apropriação destrutiva das veredas pelo capital (agronegócio) no Cerrado Goiano
- 12 Tombamento e preparo da terra para o plantio de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP)
- 13 Plantação de cana-de-açúcar em Assentamentos Rurais envolvidos no Programa *BB-Convir* - Pontal do Paranapanema
- 14 Mulheres camponesas na lida diária
- 15 Estrutura e desmonte da COCAMP – Teodoro Sampaio (SP)
- 16 Acampamentos organizados pelo MST no Pontal do Paranapanema (SP)
- 17 Cultivo de mamona e pinhão manso no Pontal do Paranapanema (SP)
- 18 Marchas regionais e nacionais pela Reforma Agrária - MST
- 19 Ocupação de ferrovias, rodovias, usinas hidrelétricas e canteiros de obras, pela Via Campesina – Brasil
- 20 Ocupações de prédios públicos pela Via Campesina – Brasil
- 21 Ocupação do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) em Presidente Prudente (SP) – Outubro de 2008
- 22 Romarias no Pontal do Paranapanema (SP)
- 23 Ações/manifestações organizadas pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) – Brasil
- 24 Movimentos sociais de luta pela terra no Pontal do Paranapanema (SP)
- 25 *Invernadero* (territorialidade e sistema produtivo) - Espanha
- 26 Condições de vida dos trabalhadores migrantes envolvidos nos *invernaderos*). Alternativas improvisadas de moradia: *Chabolas* e *Cortijos* – Província de Almeria – Andaluzia (Espanha)
- 27 Trabalho na terra coletiva, Marinaleda – Andaluzia (Espanha)
- 28 Deslocamento dos trabalhadores para a Terra Coletiva de Trabalho – Marinaleda

- (Andaluzia) – Espanha
- 29 Condições de vida (moradia) dos trabalhadores da Cooperativa Humar-Marinaleda, Espanha
 - 30 Trabalho das mulheres no processamento agroindustrial do pimentão e da alcachofra. Cooperativa Humar, Marinaleda – Espanha
 - 31 V Congresso do SOC. Momento de votação da chapa vencedora. Molina (Andaluzia), 2005
 - 32 Manifestações contra a OMC
 - 33 Manifestação organizada pelo Sindicato Labrego Galego (SLG) e Confederação Intersindical Galega (SIG)
 - 34 Formas de produção e utilização da terra na Espanha
 - 35 Feiras livres na Espanha
 - 36 Trabalho domiciliar e Arranjo Produtivo Local (APL) no Sudoeste do Paraná
 - 37 Faces e expressões do trabalho na *camelotagem*
 - 38 Catação de resíduos sólidos nas ruas de Presidente Prudente (SP)
 - 39 O trabalho de *garimpagem* no lixão de Presidente Prudente (SP)
 - 40 Estrutura e processo de trabalho na triagem, enfardamento e armazenamento de materiais recicláveis
 - 41 Ações dos movimentos sociais que lutam por moradia em São Paulo (SP)

Lista de Siglas

ABAG = Associação Brasileira de *Agrobusiness*.
ADENE = Agência de Desenvolvimento do Nordeste.
ADM = Archer Daniels Midland.
AERFA = Agência Executiva de Regularização Fundiária.
ALBA = Alternativa Bolivariana para as Américas.
ALCA = Área de Livre Comércio das Américas.
ANA = Articulação Nacional de Agroecologia.
ANA = Agência Nacional de Águas.
ANAC = Agência Nacional de Aviação Civil.
ANDES = Associação Nacional dos Docentes no Ensino Superior.
ANEL = Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANP = Agência Nacional do Petróleo.
APP = Áreas de Preservação Permanente.
APTA = Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.
ATP = Agricultura a Tempo Parcial.
BACEN = Banco Central do Brasil.
BIA = Bloque de Izquierda Andaluz.
BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD = Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial).
BM = Banco Mundial.
BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CAF = Consolidação da Agricultura Familiar.
CAGED = Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
CAI = Complexo Agroindustrial.
CAPES = Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CAT = Central Autônoma dos Trabalhadores.
CCQ = Círculos de Controle de Qualidade.
CEB = Comunidade Eclesial de Base.
CEF = Caixa Econômica Federal.
CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.
CEM = Centro de Estudos Migratórios.
CEMOSi = Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”.
CEPAAL = Coligação das Entidades de Produtores de Açúcar e Alcool
CERAI = Centro de Estudios Agrarios Internacionales.
CES = Centro de Estudos Sindicais.
CGT = Confederação Geral dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores.
CIA = Central Intelligence Agency.
CIAA = Confederação das Indústrias Agroalimentares da União Européia.
CIMI = Conselho Indigenista Missionário.
CLACSO = Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
CLT = Consolidação das Leis do Trabalho.
CMP = Central dos Movimentos Populares.
CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNS = Conselho Nacional dos Seringueiros.
COAG = Coordinadora de Organizaciones Agrarias y Ganaderas.
COANA = Cooperativa de Comércio de Reforma Agrária Avante Ltda.
COB = Central Obrera Boliviana.
COCAMP = Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados do Pontal do Paranapanema.
CODEFAT = Conselho Deliberativo do Fundo de Apoio ao Trabalhador.
CONAB = Companhia Nacional de Abastecimento.
CONCRAB = Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária.
CONSECANA = Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.
CONTAC = Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agroindústria.
CONTAG = Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
COPACESP = Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Cana e Alcool do Estado de São Paulo.

COPAV = Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória .
COPERLIX = Cooperativa dos Trabalhadores em Resíduos Sólidos, em Presidente Prudente.
COPERSUCAR = Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.
CPE = Coordenadora Camponesa Européia.
CPO = Classificação Brasileira de Ocupações.
CPT = Comissão Pastoral da Terra.
CRESOL = Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária.
CT = Cédula da Terra.
CTC = Centro de Tecnologia Canavieira.
CURESP = Associação das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de São Paulo.
CUT = Central Única dos Trabalhadores.
DHR = Dedini Hidrólise Rápida.
DIEESE = Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
DTR = Desenvolvimento Territorial Rural.
EHNE = Euskal Herriko Nekazarien Elkartasuna.
EIA = Estudo de Impacto Ambiental.
ELETROBRÁS = Centrais Elétricas Brasileiras S/A.
EMATER = Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EPI = Equipamento de Proteção Individual.
ETH/Odebrecht = Eidgenössische Technische Hochschule.
EZLN = Exército Zapatista de Libertação Nacional.
FAO = Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.
FAPESP = Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
FBES = Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
FCT = Faculdade de Ciências e Tecnologia.
FED = Federal Reserve Board.
FEDER = Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
FEOGA = Fundo Europeu de Operação e Garantia Agrícola.
FERAESP = Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.
FERCANA = Federação dos Empregados Rurais no Setor Canavieiro do Estado de São Paulo.
FETAESP = Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo.
FETAGRI = Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FETAP = Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.
FETRAF = Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.
FGV = Fundação Getúlio Vargas.
FHC = Fernando Henrique Cardoso.
FIBGE = Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
FIESP = Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
FINEP = Financiadora de Estudos e Projetos.
FMI = Fundo Monetário Internacional.
FMRA = Fórum Mundial de Reforma Agrária.
FS = Força Sindical.
FSE = Fundo Social Europeu.
FUNDUNESP = Fundação de Desenvolvimento da UNESP.
FUNRURAL = Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.
GADIS = Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Sócioespacial.
GATT = Acordo Geral de Tarifas e Comércio.
GATT = General Agreement on Tariffs and Trade.
GEFAC = Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão.
GERUR = Grupo de Estudos Rurais e Urbanos.
GESS = Grupo Executivo do Setor Sucroalcooleiro.
HA = Hectare.
IAC = Instituto Agrônomo de Campinas.
IBASE = Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
IEA = Instituto de Economia Agrícola.
IFG = International Fórum on Globalization.
IFICH = Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP).
IICA = Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
IMAZON = Instituto Homem e do Meio Ambiente.

INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INESC = Instituto de Estudos Socioeconômicos.
INPE = Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
IPAS = Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.
IPEA = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
ITESP = Instituto de Terras do Estado de São Paulo.
JICA = Japan International Cooperation Agency. (Agência de Cooperação Internacional do Japão)
LCP = Liga de Camponeses Pobres.
LDB = Leis de Diretrizes de Base.
LNLS = Laboratório Nacional de Luz Síncrotron.
LOC = Liga Operário-Camponesa.
MAPA = Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MAST = Movimento dos Agricultores Sem Terra.
MCC = Movimento Camponês Corumbiara.
MCP = Movimento Camponês Popular.
MDS = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
MMC = Movimento das Mulheres Camponesas.
MMPD = Movimento do Ministério Público Democrático.
MNLM = Movimento Nacional de Luta pela Moradia.
MONAPE = Movimento Nacional dos Pescadores.
MP = Medida Provisória.
MPMA = Ministério Público do Meio Ambiente.
MPT = Ministério Público Federal do Trabalho.
MST = Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
MTD = Movimento dos Trabalhadores Desempregados.
MTE = Ministério do Trabalho e Emprego
MTST = Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.
NEAD = Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.
NEG = Núcleo de Estudos da Globalização.
NERA = Núcleo de Estudos de Projetos de Reforma Agrária.
NIPE = Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético.
NR = Norma Regulamentadora.
OAB = Ordem dos Advogados do Brasil.
OCDE = Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento.
OIT = Organização Internacional do Trabalho.
OMAUESP = Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo.
ONG = Organização Não Governamental.
ONU = Organização das Nações Unidas.
PAC = Política Agrícola Européia.
PAC = Programa de Aceleração do Crescimento.
PAS = Plano Amazônia Sustentável.
PCB = Partido Comunista Brasileiro.
PCH = Pequena Centrais Hidrelétrica.
PDC = Programa de Desenvolvimento e Competitividade do Estado de São Paulo
PDV = Programa de Demissão Voluntária.
PEA = População Economicamente Ativa.
PECOS = Países do Leste ou Países da Europa Central e Oriental.
PED = Pesquisa de Emprego e Desemprego.
PEQ = Planos Estaduais de Qualificação.
PIBIC = Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.
PIS = Programa de Integração Social.
PJR = Pastoral da Juventude Rural.
PL = Projeto de Lei.
PLR = Participação nos Lucros e nos Resultados.
PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PME = Pesquisa Mensal de Emprego.
PNAD = Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.
PNPB = Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.
PNQ = Plano Nacional de Qualificação.
PNRA = Programa Nacional de Reforma Agrária.

PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PROALCOOL = Programa Nacional do Alcool.
PROCERA = Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.
PRODECER = Programa de Desenvolvimento do Cerrado.
PROEP = Programa de Expansão da Educação Profissional.
PRONAF = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PRONAT = Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais.
PRONERA = Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
PSOL = Partido do Socialismo e Liberdade.
PSTU = Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.
PT = Partido dos Trabalhadores.
PUC = Pontifícia Universidade Católica.
RA = Região Administrativa.
RALLT = Red por uma América Latina Libre de Transgênicos.
RET = Rede de Estudos do Trabalho.
RL = Reserva Legal.
RPU = Regime de Pagamento Único.
SCA = Sistema Cooperativista dos Assentamentos.
SDS = Social Democracia Sindical.
SEADE = Sistema Estadual de Análise de Dados.
SEBRAE = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEBRAE = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SENAC = Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI = Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial.
SENAR = Sistema Nacional de Aprendizagem Rural.
SENAT = Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.
SEP = Sistema de Educação Profissional.
SER = Sindicatos dos Empregados Rurais.
SINTAGRO = Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias.
SINTRAF = Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.
SLG = Sindicato Labrego Galego.
SNCR = Sistema Nacional de Cadastro Rural.
SNCR = Sistema Nacional de Crédito Rural.
SOC = Sindicato de Obreros del Campo.
SOPRAL = Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool do São Paulo.
SPM = Serviço Pastoral do Migrante.
STI = Secretaria de Inspeção do Trabalho.
STR = Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
SUS = Sistema Único de Saúde.
TAC = Termo de Ajustamento de Conduta.
TI = Tecnologia da Informação.
TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo.
TQC = Total Quality Control.
UDOP = União dos Produtores de Bionergia.
UDR = União Democrática Ruralista.
UE = União Européia.
UHE = Usinas Hidrelétrica.
UNESP = Universidade Estadual Paulista.
UNICA = União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo.
USP = Universidade de São Paulo.
WWF = World Wide Fund for Nature.

Sumário

Volume 1

Parte I

Autocrítica e Desafios Teóricos de uma Obra Inacabada

1. Nota Prévia	23
2. Apresentação	36
2.1. Demarcação do roteiro e da temática de pesquisa	40
2.2. Objeto e problematização	55
3. Introdução	68
4. Das técnicas, das forças produtivas, das pesquisas	94
4.1. Dos fatos aos dados: o trabalho em processo	101
5. Sujeitos históricos e (des)pertencimento de classe do trabalho	110
5.1. Formas formais e informais de controle e dominação de classe	118
6. Processo social: recolocando os desafios explicativos do trabalho	134
6.1. Pluralidade do trabalho e fetiches territoriais	140
7. Liberdade e compromisso para (re)pensar a estrutura societária e a teoria <i>necessária</i>	157
7.1. Novos referenciais, novos desafios	166
7.2. Emergências teóricas	173
7.2.1. Embates e debates	185
7.3. Mudar para manter	190
8. Por uma necessária (re)compreensão do trabalho e da classe trabalhadora no século XXI	196
8.1. O ser camponês sob <i>fogo cruzado</i>	217
8.2. Por uma práxis teórico-política emancipadora a ser construída no território da luta de classes	222
8.3. E, afinal de contas, o que queremos com esta discussão sobre o trabalho e a classe trabalhadora?	233

Parte II

Eixos de Pesquisa e a Construção de uma Trajetória Coletiva

Apresentação	243
Eixo 1. Formas controle do trabalho pelo capital e pelo Estado. As estratégias do agronegócio canavieiro e os impactos na luta de classes	245
1.1. As artimanhas do capital e os pressupostos da pesquisa	252
1.2. Trabalho e <i>cultura</i> destrutiva do capital	258
1.3. Prática concentracionista do capital no campo: (Agro)negócio garantido	274
1.3.1. Espacialização do capital agroindustrial canavieiro	295
1.3.1.1. Das disputas à dinâmica expansionista	301
1.4. O Agronegócio no centro do conflito de classes no Brasil	322
1.4.1. Institucionalização do projeto do capital e <i>eliminação</i> das resistências	329
Eixo 2. Sentidos e significados da luta pela terra e pela Reforma Agrária, para o trabalho. Intervenção/regulação estatal, políticas públicas e ação dos movimentos sociais	352
2.1. E o lugar do projeto popular na Política Agrária!	359
2.1.1. Os desafios da organização coletiva no campo	369
2.1.1.1. As conquistas por um <i>fió</i>	373
2.2. As redefinições do capital no século XXI e a ações de resistência	378
2.3. Os caminhos trilhados pela Política Agrícola Comum (PAC) e os malefícios de um modelo condenado	383
2.3.1. Os desdobramentos da PAC e das imposições da OMC para o campo e a <i>extinção planejada</i> de camponeses e assalariados	385
2.3.2. A PAC e as distorções no campo Europeu	391
2.3.2.1. Escala e contradições do modelo	401
2.3.4. Reordenamento territorial no campo e a Questão da Terra	408
Eixo 3. Fragmentação da práxis social do trabalho pelo capital	414
3.1) Gênero, Classe e Relações de Poder no Campo e na Cidade	443
3.2) (Des)qualificação/(re)qualificação do trabalho e os papéis sociais recriados	455
Considerações Finais	461
Referências	473
Caderno de Retratos	501

Parte – I

Autocrítica e Desafios Teóricos de uma Obra Inacabada

*O trabalho, que deveria ser a forma humana
de realização do indivíduo, reduz-se à
possibilidade de subsistência do despossuído.*
Ricardo Antunes

1. Nota prévia

Pretendemos, com este texto, apresentar um conjunto de questões com o propósito de refletir sobre os assuntos que julgamos importantes, na nossa atividade profissional.

Uma indagação central, por meio da qual guiamos nossa trajetória de pesquisa e de vida, nos move nessa empreitada e aqui se faz presente, como questão norteadora: quem são os homens e as mulheres capazes, no século XXI, de transformar/emancipar a sociedade e imprimir outro curso histórico para além do capital?¹ Ou seja, se há algum sentido prático mais eficaz e historicamente sintomático, do ponto de vista da classe trabalhadora, que ganha protagonismo, nesse intento, quem são os sujeitos revolucionários? Ou, ainda, o que coesiona esses sujeitos do trabalho? Os sindicatos? Os partidos políticos? Os movimentos sociais? As igrejas? As Organizações Não Governamentais (ONGs)?

Haveremos de considerar o fato de que a capacidade de resistência e da própria existência de uma classe depende das formas de desenvolvimento do capital, portanto as condições históricas e sociais desse processo são imprescindíveis para a construção dos homens e das mulheres que protagonizam o que procuramos. Há tantos outros desdobramentos, mas indicamos, no momento, qual é o nosso papel na Universidade pública, no Brasil, sem, contudo, assumir a responsabilidade de resolver esses questionamentos, mas com o projeto de inseri-los nos nossos eixos de pesquisa, a fim de que sejam temas vivos das nossas reflexões e tensionamentos constantes no âmbito do debate teórico-político, no cenário acadêmico, mas especialmente na seara dos movimentos sociais.

Nada mais alentador do que podermos escolher o tema de pesquisa e os assuntos dos quais nos apossamos, para implementar nossas investigações, com o objetivo de entender as contradições da sociedade do capital, as transformações e mudanças que atingem diretamente as diferentes formas de expressão do trabalho, já contaminadas pela dieta neoliberal. Mesmo que o determinismo imanente da política na sociedade burguesa tardia tenha estado cada vez mais

¹ Esse questionamento comparecerá em diversos momentos das nossas reflexões; portanto, as repetições não deverão ser entendidas como insistência, mas como afirmação e reafirmação de uma busca constante de compreensão de aspectos essenciais das nossas sistematizações e reflexões autocríticas.

acionado pelas necessidades da acumulação do capital, pela economia, isso é a própria lógica social, a barbárie, que, extraída das trincheiras esculpidas pelo neoliberalismo, revela que explorar é a religião do capital e querer um capitalismo que explore pouco é como querer uma *fé sem crença*². Da mesma forma que a centralidade do trabalho é uma questão viva e aciona os elementos que compõem sua subjetividade/identidade, isto é, é ainda possibilidade real de pensar/agir ações emancipatórias na perspectiva de classe, da classe trabalhadora.

Optamos por uma composição que conta com Nota Prévia, Apresentação e Introdução, portanto itens iniciais que fogem dos padrões usuais, mais longos do que normalmente encontramos, porque, em concordância com a nossa opção pelo texto crítico do trabalho acadêmico, por conseguinte, um texto sistematizador da nossa obra após o Doutorado, fica mais adequado reunir reflexões que possam indicar não somente os resultados, mas especialmente os processos que constituem os raciocínios e os posicionamentos colocados na base da nossa produção intelectual.

Por isso, avaliamos ser importante inserir não somente os aspectos que situam nossas opções e realizações, em termos da trajetória profissional, com relação às pesquisas propriamente ditas e aos assuntos centrais do texto em apreço, mas também a demarcação teórica na qual amparamos nossas reflexões sobre os impactos no trabalho e sua dinâmica geográfica, no seio das transformações do capitalismo mundial. Ou seja, por tratar-se de um texto que contém reflexões sobre vários assuntos inscritos na temática do trabalho, decidimos por essa composição dos itens iniciais, de sorte a explicitar posicionamentos e informações que terão importante papel na elucidação das discussões seguintes.

Nesta Nota Prévia, apresentamos tão-somente o roteiro histórico da nossa trajetória em pesquisa, mais detalhado em relação ao Memorial, a fim de oferecer à Banca Examinadora mais elementos para a compreensão das nossas opções de pesquisa, as mediações adotadas para sua execução e a organização dos documentos que compõem este concurso, quer dizer, o texto sistematizador da estrutura que optamos para a constituir e os elementos centrais que nortearam nossa decisão pelo texto sistematizador da produção acadêmica (Volume I).

O mesmo poderíamos afirmar sobre a Apresentação e a Introdução, que, apesar de conterem reflexões direcionadas para as experiências dos estágios de Pós-Doutorado e os elementos essenciais dos resultados das nossas pesquisas sobre o trabalho, os posicionamentos que indicamos, os avanços, as limitações de compreensão e as explicativas, esforçamo-nos para indicar, nelas, os passos históricos de nossa caminhada. Mais ainda, nossa presença no debate teórico sobre o trabalho e a classe trabalhadora é uma oportunidade ímpar para essa fase do nosso amadurecimento intelectual.

As investigações realizadas, desde 1996, têm-nos possibilitado enriquecer o aprendizado de novos e instigantes elementos, ampliando nossa trajetória profissional, especialmente nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, sem contar o apoio e a militância junto aos movimentos sociais.

Soma-se a isso o fato de que, nesse período após o Doutorado, criamos novas alternativas para viabilizar o conjunto das atividades, no campo da pesquisa, o que se fortaleceu e se

² Essa ideia foi extraída das reflexões oriundas de pronunciamento do professor Marildo Menegat, durante as atividades da IX Jornada do Trabalho, realizada em outubro de 2008, em Catalão (GO).

fortalece por meio de sete vias simultâneas: 1) fortalecimento do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), em especial nossa atuação junto aos estudantes de Graduação em Geografia, por meio da viabilização de projetos de Estágio Não Obrigatório, Bolsas de Pesquisa (IC/PIBIC/FAPESP/CNPq, PAE) e Projetos de Extensão, com financiamento da PROEX, VUNESP, FUNDUNESP, inscritos, pois, no âmbito do CEMOSi (Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”); 2) com o nosso ingresso, a partir de 1998, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP; em 1999, junto à Universidade Estadual de Maringá; em 2001, no CEUD/UFMS/Dourados, sucedido, em 2006, pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pudemos definir a linha de pesquisa principal do CEGeT; 3) realização de estágio de Pós-Doutorado, no período de agosto 1999 a setembro de 2000, junto ao IFCH/UNICAMP, sob a orientação do professor Ricardo Antunes, e, na Espanha, junto ao Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela, em dois momentos: o primeiro, em abril/maio de 1999, e o outro, de outubro de 2004 a dezembro de 2005; 4) priorização do atendimento aos convites para participar de atividades (eventos, reuniões, marchas, caminhadas, romarias, ocupações, assessoria), oriundos dos movimentos sociais, além do debate público na Geografia; 5) continuidade, sem interrupção, de projetos de pesquisa financiados, tais como: CNPq (Universal, Ciências Humanas, PQ), FAPESP (Auxílio à Pesquisa, Políticas Públicas); FUNDUNESP (Auxílio à Pesquisa e Extensão); PROEX/UNESP (Auxílios para Extensão); CAPES (Programa Hispano-Brasileiro de Cooperação Interuniversitária), que prescrevem atuações em nível de missão de trabalho, na Espanha, bem como ações coordenadas de estágios em nível de Pós-Doutorado e Doutorado *sandwich*; 6) estreitamento de relações com diversos pesquisadores e outros Grupos de Pesquisa, tais como: Estudos sobre o Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses, sob coordenação do professor Ricardo Antunes; Núcleo de Estudos da Globalização (NEG), sob a coordenação do professor Giovanni Alves; Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Trabalho e Organização Sindical (GESTOS), sob a coordenação do professor Ariovaldo Oliveira Santos; e o Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS), coordenado pelo Professor Antonio César Leal; 7) composição, com pesquisadores da área de Fisioterapia e Ciências Sociais, com o objetivo de ampliar o foco da abordagem do trabalho para outros aspectos, tais como formas de exploração e doenças do trabalho, mutilações, bem como das relações que dão sustentação a essas diferentes situações, motivadas pelo capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema, e que, seguramente, nos permitirão entender um pouco mais dos componentes da dinâmica territorial e espacial do trabalho e da sociedade.

Ao longo dos últimos doze anos, enriquecemos nosso aprendizado e construímos as vias de execução do trabalho de pesquisa, felizmente podendo contar com o valioso apoio dos órgãos de fomento, para viabilizar os Projetos de Pesquisa e Extensão sob nossa responsabilidade e coordenação, além daqueles em que atuamos, na qualidade de colaborador. Por meio do Quadro 1, sintetizamos essas informações.

Quadro 1. Projetos de pesquisa/extensão realizados e em consecução após o doutorado

Título	Órgão de Fomento	Modalidade	Período	Função	Situação
Pesquisa para identificação da eficácia do Plano Estadual de Qualificação e Requalificação Profissional do Estado de São Paulo	Unitrabalho	Pesquisa	1997/1998	Coordenador 10ª Região Administrativa	Concluído
A Câmara Setorial Paulista Sucroalcooleira: a relação <i>capital x trabalho</i> e os desafios para o movimento sindical	FAPESP	Auxílio à Pesquisa	1998/2001	Coordenador	Concluído
Educação ambiental e gerenciamento integrado e os resíduos sólidos em Presidente Prudente (SP) – desenvolvimento de metodologias para coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho	FAPESP	Políticas Públicas (pesquisa/extensão)	06/2001 a 31/2005 (Fases I e II) A partir de janeiro de 2006 (Faes III)	Colaborador	Concluído
Território em transe: metabolismo societário do capital e as mutações no mundo do trabalho	CNPq	Produtividade em Pesquisa	03/2001 a 02/2003	Coordenador	Concluído
Território minado: metabolismo societário do capital e os desafios para a organização do trabalho	CNPq	Produtividade em Pesquisa	03/2003 a 09/2004 ³	Coordenador	Concluído
Território minado: metabolismo societário do capital e os desafios para a organização do trabalho	CNPq	Universal	09/2003 a 08/2004	Coordenador	Concluído
Educação ambiental e coleta seletiva do lixo em Presidente Prudente (SP)	Fehidro	Projeto de Pesquisa	10/2001 a 12/2002;	Colaborador	Concluído
Núcleo de Ensino da FCT-UNESP	PROGRAD/ FUNDUNESP/ PROEX	Pesquisa e Extensão	03/2003 a 12/2006	Colaborador	Concluído
Reestruturação produtiva do capital no campo e os desafios para o trabalho	CNPq	Pós-Doc	10/2004 a 09/2005	Coordenador	Concluído
Território mutante e fragmentação da práxis social do trabalho	CNPq	Produtividade em Pesquisa	03/2006 a 02/2009	Coordenador	Vigência
Território mutante e fragmentação da práxis social do trabalho	CNPq	Ciências Humanas	09/2006 a 08/2008	Coordenador	Vigência
Movimentos camponeses e agronegócio na América Latina e Caribe	CLACSO Grupo de Trabalho Des. Rural	Pesquisa e Intercâmbio	10/2005	Colaborador	Vigência
Agronegócio e conflito pela posse da terra em São Paulo: a dinâmica territorial da luta de classes no campo e os desafios para os trabalhadores	FAPESP	Auxílio à Pesquisa	09/2006 a 08/2008	Coordenador	Vigência
Território mutante e fragmentação da práxis social do trabalho	FUNDUNESP	Auxílio à Pesquisa	11/2007 a 10/2008	Coordenador	Vigência

³ Esse projeto foi interrompido, devido à realização do Pós-Doutorado, na Espanha, no período de outubro de 2004 a dezembro de 2005.

Construindo o Centro de Memória	FUNDUNESP	Auxílio à Extensão	12/2007 a 11/2008	Coordenador	Vigência
A ergonomia da superexploração do trabalho no corte da cana-de-açúcar	FUNDUNESP	Auxílio à Extensão	02/2008 a 01/2009	Pesquisador	Concluído
Multifuncionalidad rural, pluriactividad campesina y desarrollo Local. La experiencia europea y la potencialidad de Brasil	CAPES/ Programa Hispano-Brasileño de Cooperación Interuniversitaria	Pesquisa/ Eventos/ Intercâmbio	01/2008 a 02/2009	Pesquisador	Vigência
O processo de territorialização de culturas para a produção de energia que está impactando a América Latina e Caribe	CLACSO Grupo de Trabalho Des. Rural	Pesquisa e Intercâmbio	2008-2010	Pesquisador	Vigência
Territórios em disputa e a dinâmica geográfica do trabalho e da luta de classes no Brasil no limiar do século XXI	CNPq	Produtividade em Pesquisa	2009-2012	Coordenador	Aprovado
Territórios em disputa e a dinâmica geográfica do trabalho e da luta de classes no Brasil no limiar do século XXI	CNPq	Universal	2008-2010	Coordenador	Aprovado
Dinâmica territorial do Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro no Oeste de São Paulo e Noroeste do Paraná: os desdobramentos para o trabalho e o revés da reforma agrária e da soberania alimentar	FAPESP	Auxílio à Pesquisa	2009-2011	Coordenador	Em Preparação

Esses Projetos de Pesquisa não somente nos têm auxiliado a alavancar nossas investigações individuais e do Grupo de Pesquisa, mas também a tornar realidade um conjunto de Projetos de Pesquisa e Planos de Trabalho, em nível de Graduação, nas diferentes modalidades da Iniciação Científica e de Pós-Graduação (com ou sem Bolsas de Estudos). Ou seja, temos conseguido vincular os projetos e os planos de trabalho dos estudantes aos nossos projetos de pesquisa. Por meio do Quadro 2, sintetizamos apenas os projetos em vigência, sob nossa orientação, como maneira de fortalecer as linhas de investigação, os resultados e as reflexões que apresentamos neste texto sistematizador, sendo que os concluídos podem ser consultados no *curriculum vitae*.

Quadro 2. Orientações (2008-2009)

Nome	Título do Plano/Projeto	Modalidade/Situação
Ana Maria S. de Oliveira	As redefinições técnico-produtivas e organizacionais do capital agroindustrial canavieiro no Brasil: transformações territoriais e os desafios para o trabalho	D/FAPESP/A
Sônia M. R. de Souza	Agronegócio e discurso: a práxis do capital e o combate à reforma agrária	D/FAPESP/A
Fernanda Keiko Ikuta	As contradições da apropriação capitalista da práxis social: uma perspectiva a partir da luta pela moradia em São Paulo	D/FAPESP/C
Atamis Antonio Foschiera	Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil	D/A
Sérgio Gonçalves	Agroecologia e Soberania Alimentar: novos desafios para os movimentos sociais e para a luta emancipatória	D/C
Terezinha Brumatti Carvalhal	Trabalho domiciliar e dinâmica territorial do trabalho domiciliar. O caso do Arranjo Produtivo Local (APL) no Oeste do Paraná	D/A
Isaac Giribet i Bernat	La (re)construcció de la identitat camperola en el marc del conflicte capital x treball. El cas de l'àrea d'influència de la Brigada Salvador Allende, nord oest de l'estat de Paraná ⁴	D (Sandwich)/I
Juscelino Eudâmidas Bezerra	Dinâmica geográfica do trabalho e da luta pela terra nas microrregiões de expansão do agronegócio da fruticultura no Nordeste	D/FAPESP/I
Onildo Araújo Silva	Gestão do uso da água e reordenação territorial no processo de implantação da Barragem de Ponto Novo (BA) - Brasil ⁵	D/CAPES/De
Jérson Joaquim da Silva	Cooperativismo e redes sociais: uma visão crítica da organização do trabalho na Cooperlix	D/De
Ivanildo Dias Rodrigues	Trabalho precarizado: a <i>camelotagem</i> em Presidente Prudente e Marília	M/FAPESP/C
José Roberto N. de Azevedo	Expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul: configuração espacial e a relação capital x trabalho	M/CAPES/C
Hansi Miler Quintino Leal	A transformação da terra de trabalho em terra de negócio na Região de Araçatuba e o avanço da agroindústria canavieira	M/A
Silvia Correia	Dinâmica geográfica do trabalho informal em Presidente Prudente: o caso das empregadas domésticas diaristas	M/CAPES/A
Renata Medeiros dos Santos	Relações de trabalho e dinâmica geográfica da ação sindical no setor de transporte ferroviário metropolitano em São Paulo	M/FAPESP*/I
Jaime R. de Santana Junior	Transformações territoriais na Colônia Agrícola Nacional de Dourados: novas formas de uso da terra	M/FAPESP*/I
AlexTorres Domingues	Condições de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos na atividade canavieira no Mato Grosso do Sul e a questão cidade-campo	M/I
Bruna Cristina dos Santos	Relações de trabalho e informalidade: estudo de caso do camelódromo de Presidente Prudente	IC/CNPq/I
Gérson de Souza Oliveira	O trabalhador migrante para a cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema/SP	IC/CNPq/I

⁴ Título original em catalão. Esse projeto está vinculado à Universidade de Lerida (Espanha), e dele participamos como co-orientador. Orientador: Prof. Dr. Jaume Barrull Pelegrí.

⁵ Esse projeto, em que atuamos como co-orientador, está sendo desenvolvido junto à Faculdade de Geografia e História, da Universidade de Santiago de Compostela. Orientador: Prof. Dr. Rubén Camilo Lois González.

Maria Joseli Barreto	Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa	IC/FAPESP/C
Wagner Martins Moreira	Propaganda, consumismo e alienação da classe trabalhadora	IC/CNPq/C
Ricardo da Silva Moreira	Estudos sobre a organização e histórico da via Campesina e as ações referentes ao PMC (Pacto Militar Campesino)	PAE/De
Jaqueline Silva Oliveira	A disputa pela água no Pontal do Paranapanema, os movimentos sociais e a construção dos hidroterritórios	IC/FAPESP (No aguardo)
Thais Helena dos Santos	O jovem e o mercado de trabalho: algumas explicações	PAE/C
João Vitor Gobis Verges	A flexibilização na indústria automobilística: o caso da terceirização na General Motors (GM) em São José dos Campos/SP	Estágio Não Obrigatório/A
Elizângela Silva Lourenço	Inserção das mulheres no Sindicato dos Sapateiros de Franca. Uma questão de classe!	Estágio Não Obrigatório/A
Gleice Eliane Planke	Degradação do trabalho na cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema: os desafios da intensificação da produtividade no corte (toneladas/dia/homem), Acidentes e processo de exploração	PAE/C
Guilherme Marini Perpetua	O trabalho formal/informal e o desenvolvimento desigual e combinado do território em escala local	Estágio Não Obrigatório/A
Marcelo Dornelis Carvalho	Formação, (des)qualificação e precarização do trabalho: os casos dos municípios do Oeste paranaense	Pesquisador***/A
Marcelo Rodrigues Mendonça	Resgate, produção e conservação de sementes crioulas nas comunidades rurais no Sudeste goiano	Pesquisador**/A
Maria Franco Garcia	Gênero enquanto dimensão da classe trabalhadora	Pesquisador**/A
Marcelino A. Gonçalves	O lixo, a reciclagem e a destrutividade do trabalho sob o capitalismo. O caso do Mato Grosso do Sul	Pesquisador**/A
Jorge Montenegro Gómez	Desenvolvimento territorial rural e política de reforma agrária no Brasil. Os desafios do século XXI	Pesquisador/A
Eduardo Schiavone Cardoso	Ilhas do Litoral Norte Paulista: espaço, trabalho e pesca	Pós-Doutorado*/CNPq/I

M- Mestrado; D- doutorado; IC- Iniciação Científica; I- Iniciando; A- Andamento; C- Concluído; * No aguardo de julgamento; ** Projeto Financiado Universal/CNPq; *** No aguardo de julgamento/Edital C. Humanas/CNPq

Na Iniciação Científica, nossas ações se somam aos apoios do CNPq (PIBIC e bolsas balcão), FAPESP, PROGRAD (Monitoria e Bolsas PAE), PROEX (Bolsas de Extensão Universitária) e Estágios Não Obrigatórios (ENO). Em nível de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), contamos com o apoio das bolsas (FAPESP, CNPq, CAPES, PROPP). Os resultados dessa empreitada têm sido muito satisfatórios, sendo importante registrar que, no caso dos Projetos de Pesquisa, para os quais não obtivemos recursos (Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado), o procedimento de

vincular o conjunto dos apoios conseguidos pela equipe têm permitido viabilizá-los, ainda que com restrições.

É decorrente desse processo nosso envolvimento na produção de artigos, tanto individuais quanto em co-autoria junto aos orientandos e aos demais parceiros dos Projetos de Pesquisa, sendo que a possibilidade de divulgá-los em periódicos (impressos, meio digital e em *sites*), livros, revistas especializadas, bem como de apresentá-los, debatê-los em eventos científicos e dos movimentos sociais, e de publicá-los em Anais e Cadernos de Textos nos tem aberto inúmeras oportunidades, que mais se parecem a um acúmulo de atividades e compromissos sem fim, mas que repercutem num rico aprendizado e em vínculos profissionais, políticos e afetivos cada vez mais intensos. Não se trata, por certo, do produtivismo inconsequente que, para alguns, é o referencial de vida – ou o louro da fama – mas, sobretudo, do reflexo das inúmeras atividades que desenvolvemos, individual e coletivamente.

O destaque maior deve ser creditado à diversidade de assuntos que estamos investigando internamente ao CEGeT, inclusive por meio do engajamento de jovens pesquisadores, sobre a temática do trabalho. Nada disso, no entanto, estaria ocorrendo, se não estivéssemos colhendo os resultados parciais e, em alguns casos, conclusivos das pesquisas em andamento.

Podemos assegurar que, por conta do nosso envolvimento com a pesquisa e nas demais frentes em que atuamos, somando-se a participação em eventos, têm-se ampliado as esferas de interlocução, o que se reflete positivamente nos convites para publicação em revistas, periódicos, capítulos de livros, livros, formulação de Projetos de Pesquisas conjuntos, participação em cursos de Pós-Graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu* etc. Os resultados são muito importantes, porque, se considerarmos que, no início, quando apresentávamos para debate nossos textos, inscritos para apresentação nas seções de comunicações livres, os vínculos se davam em grupos que abrigavam outros temas também sem acomodação específica, tais como: gênero, questão racial, movimentos sociais alternativos etc.

Nessa longa caminhada, quando já podemos contar com a classificação e agrupamento em tema específico, temos as evidências dos avanços alcançados. Da mesma forma acontece com a procura pelos Minicursos, Comunicações Coordenadas, tanto em eventos gerais, como o XV Encontro Nacional de Geógrafos, como específicos, como o IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado em Londrina, em setembro de 2007 etc. Sem contar a busca crescente, por parte de estudantes (Graduação e de Pós-Graduação) e, em menor dimensão, de professores, da Jornada do Trabalho, evento organizado pelo CEGeT, que já está na IX edição realizada em outubro de 2008, em Catalão (GO). A ampliação dos níveis e a escala de interlocução são, efetivamente, marcantes.

Ainda a esse respeito, é importante destacar o papel que a Revista *Pegada* e as demais publicações do Editorial Centelha vêm cumprindo, nestes últimos quatro anos, nas versões impressa e digital⁶. A disponibilização da Revista, dos livros, em especial da coleção *Geografia e Trabalho no Século XXI* – já nos preparativos para o volume IV – e dos outros documentos da nossa lavra, têm-nos possibilitado contribuir com o debate sobre a temática do trabalho e receber críticas e

⁶ Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br/ceget>.

sugestões sobre as nossas atividades de pesquisa e posicionamentos. Por essa via, também ocorre uma intensa troca de contribuições, quando nos são direcionadas diversas solicitações de pareceres e opiniões, a respeito de Projetos de Pesquisa.

Com tudo isso, estamos ampliando o universo dos nossos leitores/interlocutores em todas as áreas das ciências humanas e fortalecendo nossa participação, no âmbito dos movimentos sociais, inclusive com o desenvolvimento de pesquisas. É o caso da luta pela terra, afinada à reforma agrária enquanto objetivo político, vinculando as organizações específicas dos assentamentos; o envolvimento dos trabalhadores assentados ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no corte da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, assim como na qualidade de “fornecedores” de cana-de-açúcar para as empresas agroindustriais; da mesma forma que os assalariados típicos, os migrantes, que são representados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e Sindicatos dos Empregados Rurais (SER); a expansão da agroindústria canavieira, a polêmica em torno dos agrocombustíveis⁷ e a substituição das terras de produção de alimentos, os desdobramentos para as diversas regiões produtoras, estrutura de poder, gênero, movimento sindical (sindicatos, centrais); e, igualmente, os impactos sociais e ambientais nas terras invadidas pelas águas dos reservatórios das hidrelétricas e que são combatidos pelos trabalhadores, no seio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com o que poderíamos sintetizar esse percurso, no contexto do agrohidronegócio e, especificamente, das pendências em torno da questão agrária no Brasil, no século XXI.

Em acréscimo, estão a questão da luta pela terra urbana, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e as mediações com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); terceirização industrial; informalidade; ambulantes; *camelotagem*; trabalho domiciliar; trabalho infantil, cooperativas; os estudos que se iniciam sobre a terceirização, no setor automobilístico, e o papel dos sindicatos dos trabalhadores. Enfim, os estudos que nos têm ocupado em apreender a dinâmica geográfica do trabalho, por meio das diferentes expressões laborais e formas específicas de controle (subordinação, exploração, dominação), por parte do capital, e de resistência.

Entendemos que é somente por contar com o privilégio de focar diferentes facetas e expressões concretas do trabalho, que conseguimos incluir nas nossas reflexões a categoria *trabalho*, o conceito de trabalho, sua abrangência e riqueza de significados, e a necessária delimitação teórica e explicativa no âmbito da Geografia. Com isso, desejamos compreender, por meio dos nexos e atributos que constituem seus princípios lógicos (localização, distribuição, extensão, distância,

⁷ Adotamos essa formulação e não bicombustíveis - como pretendem demarcar seus defensores, como sendo combustível da vida, puro etc. - por entendermos que há um nítido objetivo ideológico por parte do capital, do Estado e setores formadores de opinião em apresentar essa alternativa econômica como saída para seus negócios, e também por sabermos que esse é o caminho mais fácil para garantir o apoio da opinião pública a tamanha façanha, encobrindo assim, em nome de ser um combustível da vida, ou natural/renovável, todas as mazelas sociais e ambientais, no caso da agroindústria canavieira: os maus tratos aos trabalhadores, trabalho escravo, remuneração por produção, descumprimento de acordos coletivos e da própria Constituição Federal, assoreamento de rios, contaminação das águas, desmatamento, além de tantas outros desrespeitos. Sabemos, pois, que estão apostando no projeto estratégico de transformar o Brasil, diga-se parte da burguesia, no(a) maior responsável pela produção de combustíveis renováveis do mundo, e com isso constituir *novo* filão de mercado, em detrimento da produção e abastecimento de alimentos internamente, bem como e principalmente, mantendo intacta e/ou intensificando a estrutura concentrada da propriedade da terra, as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que marginalizados assuntos centrais como a Reforma Agrária, a Soberania Alimentar e Energética etc.

posição, escala)⁸, os conteúdos contraditórios e os tensionamentos no âmbito da dialetização do movimento categorial/conceitual da Geografia que refaz metodologicamente as mediações entre paisagem, território e espaço, e, com isso, debater a noção de pertencimento de classe da classe trabalhadora. Essa ampla, complexa e longa trajetória de exercícios empíricos e desafios intelectuais, todavia não nos move a abrir trincheira no âmbito da epistemologia da Geografia ou dos seus fundamentos e atributos teórico-metodológicos, que apesar de estimulantes não é nosso campo de investigação.

É dessa animadora caminhada que estamos agregando o conceito de universo do trabalho, com o propósito de reunir, do ponto de vista analítico, diversos mundos do trabalho que, ao nosso entendimento, nada mais indicam do que a crescente fragmentação do trabalho. Estamos nos referindo à fragmentação da práxis social do trabalho e à materialização do tratamento parcelário, via de regra, “incomunicável”, quando se observam as suas formas de organização, tendo como exemplo mais sugestivo os sindicatos.

O leque de assuntos que recobre o universo do trabalho nos tem colocado diretamente à frente de diversos exercícios contínuos, sob o desafio e esforço teóricos de interação metodológica, com vistas a sintonizá-los com a totalidade viva do trabalho, em contraponto ao exercício dominante, da confrontação social contemporânea. A pergunta sob a qual nos movemos, nessa trajetória de pesquisa, indicada na primeira página deste texto sistematizador, exige-nos humildade para reconhecer nossos limites intelectuais e saber dialogar com os demais pesquisadores e por meio desse expediente aprender no ambiente social. Todavia, requer coragem para darmos continuidade aos nossos questionamentos, às hipóteses que nos expõem às contradições contemporâneas da sociedade do capital e à *erosão social* a ela imanentes, às disjunções existentes nos enfoques e abordagens sobre o trabalho, à classe trabalhadora ou, mais diretamente, a quem a compõe e que, portanto, tem potência para transformar o mundo atual.

Em consonância com Marx (1983, p. 149-150):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

De mais a mais, um conjunto de assuntos vem sendo investigado e discutido em torno da temática do trabalho ou da sua dinâmica geográfica, mas não se põe para nós ampliarmos as atenções indiscriminadamente para todas as suas esferas, tampouco para as polêmicas teórico-metodológicas e seus desdobramentos no âmbito da Geografia, quiçá para as demais áreas do conhecimento. Em consequência, não é do nosso interesse esgotar o inesgotável elenco de questões que fazem parte do universo do trabalho, as inúmeras correntes teóricas de interpretação e a

⁸ Cf. MOREIRA, 2007, p.16.

totalidade dos autores. Tampouco temos interesse em detalhar e verticalizar reflexões sobre as metodologias de pesquisa, tipologia, classificações, abordagem etc.

É de se esperar que a diversidade de assuntos pesquisados e as especificidades de cada qual, tanto na operacionalização do levantamento de dados secundários, na implementação de informações primárias e na definição de amostras de representação para aplicação de questionários, na fundamentação da natureza do assunto de pesquisa (se básica ou aplicada), quanto na abordagem da relação sujeito-objeto (qualitativa, quantitativa), nos objetivos (exploratória, descritiva, explicativa) ou ainda nos preceitos técnicos (bibliográfica, documental, experimental, estudo de caso, pesquisa-ação) etc. A argumentação e a reflexão sobre os resultados, assim como os vínculos entre os assuntos e os recortes temáticos, sinalizarão as indicações dos componentes de pesquisa.

Por isso, é providencial e coerente observarmos que a referência que fazemos à nossa obra deve ser entendida como uma prática com forte vocação coletiva, pois os vínculos próximos de interlocução e de aprendizado que estabelecemos com outros pesquisadores e, especialmente, com os nossos orientandos, dão-se por meio de uma cadeia de relações que se multiplica com os seus orientandos etc., já numa escala de *terceira geração*. A ampliação dos horizontes geográficos do CEGeT é o que está nos permitindo participar de forma mais enfática da discussão sobre a temática do trabalho.

Essa caminhada da atividade profissional vem sendo edificada por intermédio do referencial teórico-metodológico marxista, comprometido politicamente com a construção de conhecimentos que nos ofereça rico ferramental para compreendermos a sociedade do capital e o capitalismo, no século XXI, e demarcarmos os desejos de transformação radical do sistema do capital. Mais que isso, não bastaria somente entendê-la, mas, em essência, insisto, transformá-la e, conseqüentemente, priorizar as questões que, na sua marcha histórica, nos desafiam à perspectiva societária socialista, que seja capaz de abrir horizontes libertários do ponto de vista de classe, da classe trabalhadora. Para tanto, é necessário que façamos, da práxis da pesquisa e dos demais aprendizados, exercícios constantes de autocritica e de superação dos limites intelectuais (teóricos, políticos, analíticos e explicativos) sobre a classe trabalhadora, diante da realidade do trabalho do século XXI. Sem isso, ficaremos reféns da possibilidade de construir os passos emancipatórios da classe trabalhadora, ou apenas nos reserváremos à retórica.

Em consequência, precisamos conhecer sua composição, estrutura, quais são os homens e as mulheres que propugnam sua libertação do capital, sem que as definições *apriorísticas*, já de costume, ou os versões viciados das cartilhas prevaleçam, em detrimento das identidades/sentimentos de classe que comparecem em cena, produto das manifestações que não estão represadas no remanso somente dos assalariados ou do proletariado, porém que se espalham por todo o tecido social. E, mais, o que ou quais aspectos coesionam esses sujeitos do trabalho?

Reconhecer a necessidade de fazer avançar a capacidade explicativa da teoria para dar conta da ampla e complexa realidade social do trabalho e suas expressões geográficas, no século XXI, nos aproxima da essência da indagação que motivou Mészáros, em seu último livro, *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007). Longe de estabelecer vínculos apressados, não podemos deixar de considerar a influência de seu ideário na nossa trajetória recente, tampouco admitir que,

mesmo com objetivos mais modestos, estamos colocando em pauta o destrutivismo do capital e a insolubilidade dos problemas que se põem na estrutura social dominada em todos os quadrantes e latitudes pelo seu metabolismo. Comungamos com o autor, quando resgata Marx para reiterar que a *teoria se torna uma força material tão logo se apodera das massas*, mas somente se for capaz de “apreender as exigências humanas de um momento particular ao mesmo tempo em que se agarra ao caráter radicalmente ilimitado da história” (MÉSZÁROS, 2007, p.13).

Os desafios estão postos e o mais importante é assumirmos que há dificuldades para entender o que está se passando no âmbito do trabalho e no interior da classe trabalhadora, especialmente no Brasil. Isso redimensiona tanto a velocidade, quanto a quantidade/qualidade dos rearranjos do trabalho, repercutindo nas suas formas de inserção/exclusão no sistema metabólico do capital, bem como nas suas formas de ser, territorialmente redefinidas, porém combinadas à nova polissemia, aos significados e noções de pertencimento de classe, que são profundamente tocados, tendo em vista o processo de informalização e degradação crescente do trabalho. Isto é, não há como pensar em movimento metabólico do capital sem considerarmos o tempo e o espaço, ou o caráter histórico e a estrutura qualificada de relações, interações fundantes da relação homem-meio e homem-homem, em síntese, a sociedade geograficamente posta, em cuja base o trabalho (e suas múltiplas relações) reconstrói esse processo dialeticamente e nos possibilita enxergar a relações de propriedade, de poder, portanto a própria organização da sociedade pela base.

É exatamente nesse ponto de inflexão que é gratificante e valiosa, para a nossa formação, a militância em Geografia e suas vinculações com a temática do trabalho. Comprometidos com a superação dos imperativos da sociedade do capital e a recusa à neutralidade, estamos conseguindo conduzir nossas pesquisas muito ao sabor do que gostamos de fazer, ou da maneira que imaginamos contribuir para a Geografia do trabalho.

Assim, pensamos estar colaborando para demarcar uma linha de investigação em Geografia que tem no trabalho o elemento teórico ou categoria de mediação para a construção de uma possível teoria espacial do trabalho. As relações sociais, as tramas que as envolvem e que redimensionam a dinâmica territorial, por sua vez, constituem um produto da *urdidura espacial*⁹ do metabolismo do capital. Como colocar o trabalho enquanto expressão de dinâmicas que ora são produto da (des)ordem estrutural, ora das disputas que identificam os interesses vinculados à órbita dos conflitos de classe?

O espaço e o território não protagonizam o movimento contraditório da sociedade, mas revelam os conteúdos, os significados e os papéis que fazem com que o trabalho ocupe centralidade. De fato, essas ideias vêm sendo construídas pouco a pouco, sem que tivéssemos assumido esse intento como algo planejado previamente. Se assim fosse, seguramente, já teríamos nos distanciado da práxis de pesquisa, de sorte que todos os aspectos que fazem parte da rotina de preparação e aprovação de projetos junto aos órgãos de fomento, de cada plano de trabalho, de cada projeto de monografia, de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, não teriam nos desafiado a contento.

⁹ Esse conceito foi devidamente desenvolvido na Tese de Doutorado *A Urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano*, de autoria de Marcelo Rodrigues Mendonça e por nós orientada.

A necessidade de apreender os sujeitos sociais envolvidos nessa trama e responder aos questionamentos latentes dos conflitos sociais e da luta de classes combina com o desejo libertário imanente que nos mobiliza estar à frente desse trabalho dedicado. Se buscamos entender quais são os sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação ganha sentido, na medida da amplitude das suas formas de realização.

Nos capítulos seguintes, teremos oportunidade de explicitar essa opção, contudo é importante antecipar que a demarcação de mais uma nova linha de investigação em Geografia não se trata de filão, mas da possibilidade de que a categoria trabalho possa ser objeto de investigação da realidade social e, conseqüentemente, um tema vivo na Geografia, expressão das disputas territoriais.

Mais do que um desabafo vazio, estreitar as relações de pesquisa com as da militância, para somar forças em direção à emancipação social, eis o que nos incentiva à Universidade e à empreitada da Livre-Docência. Não é uma questão de reduzir a carreira acadêmica, ao contrário, significa agregar a ela os sentidos que para nós são centrais: fazer uso do conhecimento socialmente produzido a serviço da construção de uma sociedade de homens e de mulheres livres do capital, emancipada e socialista. Assim nos fazemos presentes na universidade pública.

2. Apresentação

Nesta apresentação, oferecemos ao leitor as principais marcas das pesquisas que estamos desenvolvendo, ao longo dos últimos doze anos ou após a defesa do Doutorado. Nosso objetivo é vincular os resultados dos projetos de pesquisa finalizados e em execução aos textos publicados, à interlocução junto ao debate público, associando esses conhecimentos aos estágios de Pós-Doutorado, como forma de demarcar a “leitura” geográfica que estamos conseguindo efetivar sobre a realidade do trabalho e da classe trabalhadora.

Antes, porém, é importante registrar, de forma sintética, nossa trajetória no período de transição da defesa do Doutorado à consolidação dos projetos e estudos sobre a temática do trabalho. Sob outro foco de abordagem, em relação ao Memorial, aqui queremos destacar que a opção temática, político-ideológica, expressou-se de diferentes maneiras e níveis.

Desde as reflexões originárias da Tese de Doutorado, passando pelos resultados parciais das pesquisas que vieram na sequência, ainda com interlocução limitada ao âmbito sindical e, exatamente por conta dos posicionamentos que defendíamos em relação à quase que generalizada inoperância dos sindicatos, devido ao atrelamento das suas lideranças às questões do capital e ao apego ao conforto do aparato da “máquina”, não conseguimos ampliar os horizontes de interlocução.

Somente devido à prevalência do debate e das oportunidades, raras é certo, de participar de eventos, e da sequência das pesquisas, é que fomos conseguindo quebrar as linhas de resistência, tendo como marco a operacionalização do projeto de pesquisa “A câmara setorial paulista sucroalcooleira em questão: a relação capital-trabalho e os desafios para o movimento sindical” (Eixo 1)¹⁰.

Com o propósito de oferecer esta síntese histórica, poderíamos iniciar com a necessidade de ultrapassar os limites explicativos do conceito de CAI (complexo agroindustrial) canavieiro. O Doutorado exigiu-nos procedimentos e mediações teórico-metodológicas capazes de explicar, então, a amplitude das contradições que se desdobravam da relação capital-trabalho e que povoavam de novos elementos as formas geográficas que se apresentavam, e que o conceito de CAI, tão em moda na época, não conseguia abarcar.

Diferentemente do que referenciamos nossas preocupações, quando da pesquisa de Mestrado¹¹, pois nos amparávamos, naquele momento, na explicação da territorialidade do capital agroindustrial canavieiro ao empreendimento da consolidação do monopólio da produção da matéria-prima e suas dimensões territoriais, reconhecer que os limites explicativos dessa abordagem dificultam a compreensão da rica trama de relações contraditórias que dão sentido e conteúdo ao movimento de realização do capital e do trabalho foi, para nós, ponto de partida para reconhecer a necessidade de avançar. O fato de estarmos atentos para as diferentes esferas de existência do

¹⁰ Projeto financiado pela FAPESP, na alínea Auxílio à Pesquisa, com vigência de 06/1997 a 2000.

¹¹ *Territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal*. FFLCH/USP, Departamento de Geografia. Ano de Defesa: 1989. Orientação: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

trabalho, foi essencial para apostarmos no caminho que demarcaria o que passou a ser determinante, ou seja, a pesquisa comprometida com a transformação da sociedade.

Às determinações econômicas que regem a dinâmica produtiva do capital agroindustrial canavieiro, adicionamos as relações sociais, políticas, ideológicas, culturais, que passaram a fornecer pistas para a compreensão do trabalho. Na verdade, nossa intenção era de explicitar os elementos compósitos do estranhamento e do controle social exercidos pelo capital e pelo Estado, no centro do conflito capital x trabalho, tendo em vista estarem sediados na razão direta da divisão social e técnica do trabalho e nas categorias/corporações sindicais correspondentes às atividades/habilitações/profissões, como os trabalhadores envolvidos na lavoura agrícola, os condutores, os industriários (químicos e alimentação), sendo, pois, esses dois últimos engajados na planta fabril.

A compreensão da trama de relações que fundava as diferentes formas de realização do trabalho, na atividade canavieira, e as formas de organização e ação política dos trabalhadores, na esfera sindical, diante do processo social que se materializava no conflito capital x trabalho, permitiu-nos apreender o fato de estarmos diante de uma realidade coroada de múltiplas determinações. Trata-se de um exemplo de constituição do *fetichismo social*, mediante a desfetivação humano-genérica do trabalho vivo, que assume uma dimensão intrinsecamente subjetiva e que também se denomina “coisificação” do homem e suas relações sociais, o qual nos remeteu à reflexão do pertencimento de classe, na perspectiva da consciência de classe para si.

Tal pensamento tem no seu horizonte justamente a revolução como uma perspectiva a ser construída e, em concordância com Engels¹², as revoluções na sociedade burguesa somente serão feitas pela ação consciente dos trabalhadores, das massas, de forma que pensar o sujeito social que as construirá/realizará requer a efetivação da negação da forma social capitalista, na experiência histórica. E Marx (1982), ao abordar que o capital (como sujeito automático¹³) cria “uma força produtiva que tem de ser em si e para si, uma força de massas”, está nos indicando ser necessário compreender os nexos e os processos que explicam a subjetividade e os mecanismos de dominação que a submetem ao seu comando. A consciência dessas massas, aprisionada à lógica social que lhes foi imposta, age em consonância aos pressupostos da autovalorização do capital. Como afirma Marx:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. (1982, p. 277).

A capacidade de resistência das “massas” em compreender a estrutura social da sociedade do capital e negá-la com fins de modificá-la, constrói-se no processo, portanto não é um dado *a priori* e é o que está posto.

¹² Cf. ENGELS, F. *Introdução à luta de classes na França de Marx*.

¹³ A esse respeito, ver Menegat (2008).

Os desafios teóricos e metodológicos nos exigiram/exigem (re)posicionamentos constantes quanto à realidade entendida como síntese de um conjunto de ações imbricadas, mas que tinha, no centro das atenções, o trabalho e as diferenças radicadas na formulação política das entidades sindicais.

A percepção da incomunicabilidade existente no interior do proletariado agroindustrial canavieiro denunciava que a escala dos conflitos não se restringia somente ao formato capital x trabalho, ou a sua face correspondente à relação econômica preponderante, mas também se alastrava para a dimensão da representação e da subjetividade da classe trabalhadora ou, de maneira direta, à seara intra e intersindical. Eis a razão, portanto, de nossa dedicação à decifração desse desenho societal composto de constructos territoriais que denunciavam haver uma complexa trama de relações contraditórias, a ser apreendida por meio da “leitura” geográfica, fundada na alienação do trabalho e no controle territorial do capital e do Estado. Foi por meio desses elementos que estruturamos os pilares da tese que deu origem ao Doutorado¹⁴.

Abriam-se as portas para efetivamente nos lançarmos a entender os caminhos e as inter-relações do metabolismo social do capital, que se estende por todo o tecido social e que, ao subsumir o trabalho e a classe trabalhadora aos desígnios do capital, também traz à luz as contradições e as marcas históricas do conteúdo da luta de classes. Além disso, desnuda os efeitos singulares sobre os movimentos sociais (operário, camponês etc.), que impactam diretamente o universo do trabalho, redimensionando crescente e constantemente os diversos sentidos do trabalho, o teor e a dimensão da polissemia imanente a esse processo.

Com o passar dos tempos, fomos compreendendo que não bastava situar essas relações como parte intrínseca do processo social mais geral, tampouco que o conjunto das pesquisas em execução poderia elucidar as contradições que o próprio movimento da sociedade apresentava. Era preciso exercitar os elementos teóricos de mediação, de sorte que a relação metabólica se expressasse enquanto configuração espacial e referenciasse as disputas territoriais.

Referimo-nos ao artigo “‘Leitura’ geográfica e gestão política na sociedade de classes”¹⁵ (Texto 1), que nos permitiu divulgar amplamente a ideia da gestão territorial do capital sobre o trabalho, considerando os estreitos marcos do território fragmentado das corporações sindicais, determinado pela razão direta da divisão técnica do trabalho. Aliás, a partir da Tese de Doutorado e influenciado pelas formulações posteriores, sobretudo desse artigo, pudemos trilhar o desvendamento de diversos aspectos dessa realidade, o que se pode observar nos artigos “Avanços, recuos e falência de um modelo: o caso da CONTAG”¹⁶; “O sindicalismo rural no Brasil no rastro de antecedentes”¹⁷; “Movimento sindical e práxis política na agroindústria canavieira”¹⁸; “A relação

¹⁴ *Por trás dos canaviais os nós da cana*. FFLCH/USP, Departamento de Geografia. Ano de Defesa: 2006. Orientação: Prof. Dr. Dieter Heinz Heidemann.

¹⁵ Esse texto, depois de reformulado e revisado, foi apresentado no III Congresso da Geografia Portuguesa, realizado na cidade do Porto, em setembro de 1997, e publicado no *Boletim Gaúcho de Geografia*, N.24, 1998. Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1998.

¹⁶ Depois de receber algumas modificações, esse artigo foi publicado no *Boletim de Geografia*, do Departamento de Geografia da UEM, n.1, Ano 15, com o título “CONTAG: A Falência de um Modelo de Ação Sindical”.

¹⁷ Artigo publicado originariamente na *Revista Paranaense de Geografia*, n.2, de 1997, e também na *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales “Scripta Nova”*, Barcelona, n.15, 1998. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn-15.htm.

¹⁸ Publicado na *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales “Scripta Nova”*, Barcelona, n.5, 1997. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn-5.htm.

capital-trabalho e o movimento sindical na agroindústria sucroalcooleira paulista”¹⁹; “Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira”²⁰.

É importante ressaltar que nossa atuação junto ao movimento operário/sindical, por meio das nossas interpretações e avaliações da realidade vivida no ambiente social da reprodução do capital pelos trabalhadores, tem sido, indubitavelmente, o ponto alto de toda a trajetória investigativa, ao lado das reflexões que oportunizamos internamente aos fóruns da Geografia, no Brasil e no exterior, especialmente através da nossa participação em eventos científicos, cursos, palestras etc.²¹

As dificuldades para podermos discutir amplamente com os trabalhadores e suas entidades de organização estiveram ligadas diretamente às divergências em relação à postura que defendíamos e que fundava nossas avaliações sobre as ações dos sindicatos. Quer dizer, mantínhamos discussões frequentes com os dirigentes a respeito do apego dos sindicatos à delimitação territorial oriunda do Estado e reservada às corporações sindicais, sem antes haver o reconhecimento do primado da totalidade social, dos interesses de classe dos trabalhadores, dos sindicatos.

Isso repercutiu na interrupção (parcial) da socialização dos resultados da nossa pesquisa para com os trabalhadores. Contudo, por meio da participação em eventos e da publicação de artigos, pudemos apresentar nossas avaliações, tais como: “Os Desafios para o Movimento Sindical num Cenário de (Re)definições do Capital e Reformas Jurídico-institucionais”²²; “A presença das centrais sindicais na agroindústria”²³; “Campanha Salarial: o Ponto Alto da Alienação do Trabalho”²⁴. Esses artigos, segundo consta, foram muito utilizados nas salas de aula dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia, e, em momento posterior, chegou às oposições sindicais ou às correntes que se dispuseram entender os mecanismos de funcionamento da relação capital x trabalho na agroindústria canavieira, como nos diziam à época.

Nossas críticas ao distanciamento dos sindicatos e das centrais sindicais, com relação às ações capazes de mobilizar os trabalhadores para o efetivo exercício do debate político, marcaram nossas publicações. A postura dos sindicatos, fixada e viciada nos trâmites burocráticos da justiça do trabalho, não somente intensificou a desmobilização²⁵, como também repercutiu nos resultados obtidos, especialmente nos pisos salariais aquém das reivindicações dos trabalhadores; no distanciamento dos sindicatos do “chão de fábrica” ou da explicitação do conflito capital x trabalho (formas concretas de realização da subordinação/exploração/dominação do trabalho); e ainda na secundarização das cláusulas sociais etc.

¹⁹ Esse texto foi apresentado no 6º EGAL, realizado em Buenos Aires, em 1997, e publicado em CD-ROM; foi igualmente exposto, depois algumas modificações (mas permanecendo com o mesmo título), no V Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Maputo. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

²⁰ Publicado originariamente na *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales “Scripta Nova”*, n.43, Barcelona, 1999. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn-43.htm. Fomos convidados a publicá-lo no periódico *Informações Econômicas*, n.4, v.30, de 2000 – Instituto de Economia Agrícola/Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de São Paulo.

²¹ Vide Memorial, item II.

²² Esse artigo foi publicado na *Revista Universidade e Sociedade*, N.13, da ANDES, 1997; e na *Revista Ciência Geográfica*, n.7, da AGB/Bauru, 1997. Numa versão revisada, a convite dos editores, o texto recebeu modificações e foi publicado na *Revista GeoPantanal*, n.2, da AGB/Corumbá, com o título “Redefinições Técnicas, econômicas e gerenciais do capital: as reformas jurídico-institucionais e os desafios para o movimento sindical”.

²³ Texto publicado na *Revista Debate Sindical*, São Paulo: CES, V.10, n.25, fev./mar./abr., p.46-51, 1997.

²⁴ Publicado na *Revista de Geografia*, Ano V, N. 9, jan./jun., 1999. Dourados: AGB/Dourados, p.11-18.

²⁵ A predominância da opção oficialista e burocrática dos sindicatos brasileiros, predominantemente na segunda metade da década de 1990, sob o signo das ações simultâneas da reestruturação produtiva do capital e do neoliberalismo, faz-nos concordar com Bernardo (1997), quando diz que há certos “sindicalistas” que são muito mais *gestores do capital* do que representantes dos trabalhadores.

A esse respeito, novos elementos compareceram em cena, por meio das investigações realizadas sobre o papel da imprensa sindical e operária, nas ações e mobilizações dos sindicatos, desde as formulações iniciais, em nível de Estágio Não Obrigatório, Bolsa PAE e IC, de agosto de 1996 a janeiro de 1998, e depois em nível de Mestrado – “Movimento Sindical em Presidente Prudente. A Busca de um Entendimento a partir da ‘Leitura’ Geográfica”²⁶, sob a responsabilidade do professor Marcelo Dornelis Carvalhal.

2.1. A demarcação do roteiro e da temática de pesquisa

Reconhecer as marcas territoriais do trabalho e seus significados topológicos na sociedade em que vivemos. Apreender os significados e os sentidos do trabalho, no seio da classe trabalhadora. Eis por onde estamos construindo nossas pesquisas e, por meio delas, fazemos um exercício constante para o redimensionamento teórico-conceitual-metodológico com vistas a identificar, internamente à dinâmica geográfica do trabalho, sua constante (des)realização.

Tomamos a iniciativa de sinalizar os referenciais de pesquisa, a trajetória das experiências dos pós-doutorados e alguns indicativos teóricos que compõem nossas reflexões, pois os aprofundamentos ficarão para os itens posteriores do texto sistematizador.

A partir da conclusão da Tese de Doutorado, pudemos perceber que se fazia urgente compreender e superar as fragmentações que nos distanciavam do entendimento daquilo que nos foi caro na formulação da própria tese. Era e é na fragmentação do trabalho que o capital canavieiro se superava (supera) e colocava (coloca) à prova o exercício do controle social e do domínio de classe. Não porque exercia (exerce) integralmente a soberania assentada na divisão social do trabalho, mas também porque o atraía (atrai) para o campo de disputas, cujas regras e rotinas estavam (estão) sob seu controle direto, prerrogativa que lhe garantia (garante) a hegemonia e o controle do processo social, regendo seu espaço na amplitude territorial das disputas de classe e da realização do fenômeno produtivo.

Daí o trabalho fragmentado em categorias/corporações, consoante a divisão técnica do trabalho, e guiado pelas negociações em separado e interesses corporativos, o que se reflete nas instâncias de organização sindical (químicos, alimentação, condutores, rurais) e subcorporativas, tais como dos trabalhadores rurais inseridos no corte da cana-de-açúcar, submetidos à representação legal de duas instâncias de organização²⁷.

Mobilizado essencialmente pelas disputas intercorporativas e afeito à “leitura” fetichizada do território sob o ângulo de visão do capital, o trabalho se encontra distanciado da compreensão dos mecanismos de dominação, restrito ao regramento jurídico-político da delimitação dessa ou daquela categoria/corporação em consonância ao território delimitado pelo Estado, se nesse ou naquele município, à unicidade sindical. Então, na maioria dos casos, o trabalho não está

²⁶ Essa pesquisa de mestrado foi defendida em março de 2000, marcando nossa primeira orientação oficial em nível de Pós-Graduação.

²⁷ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002.

referenciado aos interesses de classe, das lutas empreendidas pelos movimentos sociais que recobrem os desígnios da classe trabalhadora, tais como projeto de desenvolvimento, reforma agrária.

Está em questão polemizarmos sobre a compreensão parcial, fragmentada e engessada dos trabalhadores com respeito aos parâmetros do edifício corporativo-sindical e suas ramificações para os movimentos sociais, e priorizarmos o movimento de (des)realização do trabalho e a sua fragilização/esvaziamento diante dos novos desafios da reestruturação produtiva do capital.

Quando nos ocupamos com a (des)realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc., entremeada, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe. Se buscarmos em Marx e Engels (1982), em *A Ideologia Alemã*²⁸, vamos encontrar que a propriedade privada funda o *trabalho estranhado* (e vice-versa), no entanto, a determinação *reflexiva* de propriedade privada é a *divisão hierárquica do trabalho*. É por isso que os autores asseveram: “Assim, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade” (p.79). Portanto, é do processo social de proletarianização, diga-se processo sistêmico do metabolismo social do capital, que emerge a condição de existência da civilização do capital. Dito de outra forma, o *processo de proletarianização* que marca a ocidentalização do mundo, protagoniza um movimento sócio-histórico estrutural e impõe um *tipo humano* submetido às coisas ou ao poder das coisas, ou seja, o homem alienado ou homem desefetivado como sujeito²⁹.

Por conseguinte, surpreendem-se os vínculos entre fragmentação do trabalho e (re)divisão técnica do trabalho, que ultrapassam a espacialidade campo↔cidade e a escala da identidade subjetiva de cada experiência laboral, colocando em xeque os referenciais fragmentados, de uso corrente, pelas instâncias de representação política (sindicatos/categorias sindicais, associações, cooperativas, movimentos sociais) e, via de regra, também presentes nos estudos científicos.

Os desafios estão postos e as fragmentações entre campo e cidade nos expõem às indeterminações analíticas e às insuperáveis limitações de um corpo teórico letárgico. Por exemplo: o MST também direciona ações para os centros urbanos, não somente restritas à política de arregimentação, por meio do coletivo da Frente de Massa, mas na organização de assentamentos que possam cumprir outros papéis e não exclusivamente a produção de alimentos, como é o caso das Comunas da Terra, experiência em implementação nas proximidades da Região Metropolitana de São Paulo.

Concluimos estar diante das limitações explicativas de um corpo teórico que necessita apropriar-se dos significados, dos movimentos e dos desafios que estão postos para a classe trabalhadora no século XXI, o que nos tem levado a um constante exercício autocrítico. Em

²⁸ Cf. *Obras Escolhidas*, tomo 1.

²⁹ Cf. MARX, 1986.

primeiro lugar, repensar os significados desse conceito em consonância com os *novos* sentidos do ser que trabalha, em meio às suas diferentes formas de expressão e, conseqüentemente, à malha de (des)realizações materiais e identitárias/subjetivas. Em segundo lugar, refletir a ampliação do horizonte de compreensão do ser social que trabalha, do trabalho propriamente, com as atenções voltadas para a parcela dos homens e das mulheres que se inscrevem na prerrogativa da venda da força de trabalho, ou para o conjunto dos assalariados. Isto é, reivindicamos essa compreensão também para aqueles que se inserem fora desse expediente, tanto egressos da relação formal assalariada (des)realizada, quanto os que se inserem já diretamente – e em número cada vez mais crescente – distantes da prerrogativa da venda da força de trabalho, que povoam as fileiras da informalidade e vivenciam inúmeras realidades laborais, mas que expressam objetividades e identidades de classe por confrontar direta ou indiretamente com o capital. Em síntese, esses significados e registros da identidade do trabalho devem ser captados por nós, e a eles devemos vincular nosso interesse em (re)pensar os aprendizados teóricos dessa realidade do trabalho no século XXI, que ao se apresentar de *pernas para o ar*, nesse ambiente de (des)realização, pode transparecer intransponível, incompreensível etc.

Sem que isso signifique desconhecimento da teoria marxiana, ou que nos estimule a deformar o conceito de trabalho e de classe trabalhadora, ao contrário, o que se põe é acatar o desafio de apresentar ao debate a necessidade de discutir o que está se passando no interior da classe trabalhadora, e quais os rebatimentos desse processo na organização espacial da sociedade e nas disputas territoriais.

O que estamos inserindo na discussão, motivados por nossas pesquisas e pelo movimento recente de redefinições no âmbito do mundo do trabalho, é que o principal a considerarmos nesse processo são as experiências vividas e as experiências percebidas de classe (cotidianas) mediadas por instituições político-culturais (partidos de classe, sindicatos socialistas etc.), movimentos sociais que propugnam ir além das reivindicações pontuais e na dimensão do *em si*. É, pois, a partir dos seus espaços de produção e de reprodução que estamos nos propondo analisar as dimensões ontológicas (saltos) que qualificam as relações substantivas novas, que impactam na formação de sujeitos históricos conscientes. É por isso que se trata de um longo processo de reflexão teórico-metodológica, que se propõe priorizar a compreensão do sujeito enquanto sujeito que pensa e vive, e não que esteja fixado, pré-determinado às formulações vanguardistas. Dito isso, enfatizamos que a categoria classe social não se reduz aos dados estatísticos, sendo que sua efetivação presume não apenas uma materialidade objetiva, produto da divisão social de trabalho e o conseqüente antagonismo estrutural de interesses de classe, mas também a materialidade subjetiva ou a consciência de classe. Trata-se, portanto, de uma categoria fundamental para explicar/compreender a práxis social histórica de coletividades humanas na modernidade do capital, e com isso ser prioritária para entendermos as ações dos movimentos sociais, ao contrário do que povoou e que ainda se faz presente nas compreensões sobre as características dos Novos Movimentos Sociais (NMS) – apesar das polêmicas em torno desse assunto que não nos cabe nesse momento –, como a defesa de

interesses difusos³⁰, por ocultar e até negar a prevalência do conteúdo de classe da identidade coletiva. Como salienta Alves (2009): “Na verdade, a *consciência de classe* propriamente dita ou consciência de classe necessária” (para si), “se traduz na superação do *momento econômico-corporativo* pelo *momento ético-político*”³¹ (p.21). Para fortalecer essa compreensão, podemos também resgatar o posicionamento de Scherer-Warren (1987), quando indica que “as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe”. (p.34).

Fazer-nos presentes nesse debate nos põe atentos à questão imanente que indicamos, ao abrir este texto, ou seja: quem são os homens e as mulheres capazes, no século XXI, de transformar a sociedade e imprimir outro curso histórico para além do capital?

Esses elementos reflexivos e motivadores requerem que nos posicionemos diante desse debate, sem que assumamos as polêmicas no âmbito das formulações marxianas (originais), tampouco as propugnações marxistas, menos ainda que façam parte dos nossos objetivos, neste momento. Nosso edifício teórico, para nos posicionarmos sobre a questão do trabalho e da classe trabalhadora, tem em Marx, em *O Capital*, livro 1, Antunes e Mészáros, autores centrais, além de mantermos também interlocução com Giovanni Alves, E. Thompson, Sérgio Lessa, Francisco de Oliveira.

É a partir das formulações inscritas nesse quadro demarcatório da obra marxiana e de autores marxistas, que apresentamos ao debate nossas impressões e constatações, neste texto sistematizador, com base nas pesquisas que vimos realizando/orientando. Isto é, a necessária reflexão sobre os limites explicativos do instrumental teórico-metodológico utilizado, e a consequente limitação do conceito de classe trabalhadora, capaz de explicar a amplitude dos demais significados e expressões do trabalho, são os argumentos que nos motivam ao debate.

As formas atuais em destaque, até pela novidade, como o *teletrabalho* e as demais atividades vinculadas às tecnologias da informação, identificadas no bojo da 3ª Revolução Industrial (também denominada de revolução técnico-científica, ou ainda científico-informacional), devem ser entendidas no interior do processo de (re)organização e controle do trabalho, típicos ou combinados (polivalente, plurifuncional) e que dão identidade ao *toyotismo*.

Num mundo cada vez mais contaminado pela perversidade do processo de reprodução do capital e pelo embaralhamento ideológico e conceitual, teremos (temos) que reconhecer, desde já, por meio das fraturas que identificam um sem número de relações vivas (desconectadas) do trabalho, a malha de significados que pode repor em questão a ruptura com a lógica do capital, em escala mundial. Em Antunes (1999), temos as pistas para vincular a economia informal à terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial, precário, desemprego estrutural. Quer dizer, é esse processo de fragmentação da classe trabalhadora em diversos segmentos que tem prejudicado o entendimento de pertencimento de classe, diante dessa realidade movediça.

³⁰ Nesse particular a defesa dos aspectos culturais ou o entendimento dos discursos como expressão de práticas culturais, e com isso a eliminação da centralidade de um sujeito específico, edificou, junto ao ambiente intelectual europeu pós anos 1960, outra linha de compreensão e formulação sobre os movimentos sociais. Touraine (1977), Offe (1988) como um dos principais protagonistas dessas formulações enfatizaram a cultura, as lutas sociais cotidianas e o processo de identidade criado. Em Gohn (2007), já na sétima edição, podemos encontrar riquíssima revisão sobre o que o próprio título do livro propugna: “Teorias dos movimentos sociais”.

³¹ Grifos no original.

Como defende Antunes (1999, p.171):

O desafio maior da classe que vive do trabalho no século XXI é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que pelas condições precárias em que se encontra constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes diante do capital e suas formas de (des)socialização.

É por isso que o ataque direto ao operariado e aos proletários, imanente à estratégia de dominação do capital, inscrito de forma geral, com a diminuição crescente de seu efetivo em todo o mundo, não nos autoriza a afirmar e defender que o trabalho perde centralidade, até porque a teoria do valor continua edificando o processo sociometabólico do capital e, por outro lado, não deve ser o esgarçamento das relações de trabalho estritamente assalariadas e a crescente participação da informalidade a decretar o fim do trabalho. Em outros termos, se faz parte da lógica do capital o permanente revolucionamento das forças produtivas, em algum momento desse processo, pode colocar em questão o próprio processo de acumulação. Assim, se a valorização do valor depende exatamente da exploração do trabalho vivo, humano, ao poupar trabalho de forma radical como se presencia por meio da 3ª revolução técnico-científica, este fenômeno, em consequência, estaria afetando a lei do valor pelo fato de evidenciar que o trabalho abstrato perde de forma crescente e ampliada a capacidade de ser a medida da própria acumulação de capital³².

Na verdade, somos desafiados a ampliar os horizontes de compreensão sobre a constante passagem da condição de assalariado (operário puro e proletário) para informais, da mesma maneira que setores do campesinato, não com a perda/negação do *status* de rebeldia e de capacidade de lutar contra o capital, mas de mudança na forma, no conteúdo e nos procedimentos de reação e resistência da classe trabalhadora. Pensamos que não é propriamente com o enquadramento do trabalho à categoria de semiproletário, *lumpen*, como demarcação para continuar mantendo o distanciamento desses contingentes da composição da classe trabalhadora, assim como com a defesa de seu descentramento, porque senão nos escapará o entendimento do rico e contraditório processo de redefinição das lutas e o conteúdo da dinâmica geográfica atual do trabalho, da renovação da composição da classe trabalhadora no século XXI. Tampouco poderíamos imaginar que o fim do trabalho abstrato, constantemente atingido pelo próprio capital que o criou e que o destrói, pela via da substituição de força de trabalho por máquinas, sem que isso se processe por meio de revolução e emancipação de classe, corresponde apenas a uma manifestação da barbárie.

O retorno dos sistemas de trabalho doméstico, que se aproxima do que definimos como trabalho domiciliar e que, como imaginava Marx, seria substituído no capitalismo avançado, ao contrário, é exatamente no interior de sua recomposição na virada do século XXI, na fase da microeletrônica, que o “enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, represente de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo” (HARVEY, 1992). O autor enfatiza, ainda:

³² Marx (1987), nos *Grundrisse*, aponta essa possibilidade.

Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas alternativos de trabalho podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong. (1992, p.175).

Podemos afirmar que o capitalismo globalizado apresenta um movimento intenso e contraditório de integração, fragmentação, polarização, que redimensiona constantemente a diferenciação dos espaços sociais. A tensão entre integração global e rediferenciação territorial, sob as atenções de Milton Santos (1996), não deixa escapar a intenção de disciplinarização das categorias geográficas; em Brenner (1998), podemos focar as relações entre as escalas geográficas e sua contínua rearrumação e territorialização, na perspectiva da resistência e da construção de referenciais emancipatórios.

Aqui, reforçamos a compreensão de que o espaço geográfico, por pressupor, histórica e empiricamente, uma multiplicidade de eventos e ocorrências sociais que a todo o momento interagem, contrapõem-se e se contra-restam, é o que dá liga à *unidade de complexos*³³. Para Santos (1996), é isso que faz do espaço geográfico uma constante relação de reciprocidade dinâmico-dialética ou um movimento ininterrupto de *forma-conteúdo*.

Se tomássemos de empréstimo o entendimento de Moreira (2007), de que o espaço é história ou “estatuto epistemológico sobre o qual a Geografia deve erigir-se como ciência”, então o espaço geográfico “é parte fundamental do processo de produção e da estrutura de controle da sociedade”, ou de suas instituições e relações de classe (MOREIRA, 2007, p.62).

Dessa forma, o espaço é a categoria da ordem, e o território é sua materialidade, de sorte que, por esse referencial, nos propomos apreender a dinâmica geográfica da totalidade do trabalho, com vistas à apreensão da práxis social territorialmente fragmentada dos trabalhadores. Seria o mesmo que pensarmos o território nos colocando no lugar do chão de fábrica, substituindo-o geograficamente ou delimitando significados e sentidos vinculados a *novos* conteúdos sociais, ou seja, os seres humanos continuam existindo independentemente de não serem mais força de trabalho – da mesma maneira que aqueles não vivenciam ou nunca vivenciaram essa condição/situação –, mas a necessidade de realização social dos homens enquanto *sujeitos monetários*³⁴ nessa sociedade complexifica as territorialidades do trabalho que o território expressa. O primado ontológico do fenômeno do trabalho é a base do constructo da “leitura” geográfica, e há procedimentos intelectuais de mediação, definidos por Moreira (2007, p. 117), como “princípios lógicos” que promovem o intercâmbio entre as categorias centrais paisagem, território e espaço.

A complexificação do conteúdo geográfico tem na presença dos princípios lógicos de cada uma das três categorias, a condição para que o espaço se expresse na empiria da paisagem e do território. Esse entrecruzamento se dá por meio de desdobramentos subcategoriais, que ao iniciar pela localização do fenômeno na paisagem, ou propriamente o ponto de partida metodológico que

³³ Conceito formulado por Mészáros (2002).

³⁴ Cf. KURZ (1998), em “Os últimos combates”. Essa expressão situa-se noutro contexto, no qual o autor se propõe explicar o envolvimento das castas dirigentes dos sindicatos de trabalhadores em empresas estatais, no aparelho e gestão dos fundos de pensões, sendo que Oliveira (2003) incorpora a ideia para explicar o caso da PREVI (Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil) e do próprio BNDES, por exemplo, mediante os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que financiam a reestruturação produtiva, que, por sua vez, produz desemprego.

indica a percepção dos objetos e seus arranjos, sua distribuição, e daí as distâncias. Da malha produto desse processo tem-se a noção de extensão, que já é segundo Moreira (2007), o princípio da unidade do espaço, ou espaço como princípio da unidade. É na sequência que o território comparece como delimitação dos recortes, já como expressão da extensão, e do intercâmbio “desses recortes surge a escala e temos o espaço constituído em toda sua complexidade” (MOREIRA, 2007, p.117).

Esse exercício teórico é imprescindível e também a base para *enxergarmos* o conteúdo espacial territorial do *tensionamento vivo* da luta de classes – e não somente suas evidências geográficas como produto do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, no qual a técnica protagoniza o processo social. Se pudéssemos tomar aspectos que ocupam lugar central nos tempos do século XXI, a explicitação do conflito (por salário, emprego, terra, controle do processo de trabalho, moradia, reforma agrária, educação, liberdade, socialismo etc.) e o seus vínculos de pertencimento de classe nos indicariam as interações espaciais e territoriais que incidem sobre a questão emancipadora para a classe trabalhadora, ou ainda, o que é precípua, o jogo das alianças políticas, o direcionamento e propósitos dos partidos políticos e demais organizações incumbidas de encaminhar as lutas.

A exaustão dos exemplos não pode ofuscar a objetividade de as atenções estarem direcionadas para esse movimento dialético de (des)realização e de (des)pertencimento, no qual buscamos as evidências da negação/afirmação do trabalho e da classe trabalhadora. Sejam trabalhadores formais (proletários, assalariados regulares, terceirizados etc.), além dos assalariados temporários (migrantes que vivenciam a condição de camponês/produtor familiar etc.), sejam trabalhadores informais (por conta própria, domiciliar, camelôs, ambulantes), e ainda a pluralidade de recortes (gênero, etnia etc.), o quadro plural da (re)existência do trabalho é o nosso ponto de partida.

Todo o esforço está centrado em demonstrar a dinâmica territorial do trabalho ou suas diferentes formas de expressão, com as quais nos ocupamos diretamente, bem como as constatações expressas pelas demais pesquisas, e as redefinições na composição da classe trabalhadora e na sua própria estrutura. Quer dizer, há um movimento – que comparece em várias partes deste texto sistematizador – que nos propomos compreender, para decifrar as contradições, os conteúdos e os reais significados territoriais e políticos das diferentes expressões do trabalho, mas com a indagação central em punho: quem são os sujeitos coletivos do século XXI, capazes de amalgamar e potenciar as lutas de resistência e emancipatórias, e que fazem parte da classe trabalhadora?

Essas questões e questionamentos passaram a fazer parte do nosso cotidiano em Geografia. Nesse sentido, a configuração dos territórios, as dinâmicas geográficas que lhes estão na base, o metabolismo social e suas referências espaciais, nas diferentes escalas, diante dos novos padrões de acumulação de capital, e os conflitos imanentes são componentes imprescindíveis dos pressupostos e referenciais de pesquisa.



É por essa via que vinculamos a crise do capital – e não somente do capitalismo – seu destrutivismo imanente, próprio da sua forma metabólica e a crise do trabalho abstrato como elementos imprescindíveis para discutirmos a centralidade do trabalho e o futuro da sociedade, o que põe em relevo que “as crises são endêmicas ao processo³⁵ capitalista de acumulação”³⁶.

Num esforço de síntese, poderíamos recuperar os aspectos históricos mais marcantes das principais etapas do capitalismo, desde os primórdios, para nos assegurarmos de que, na época atual, o que se tem são especificidades de um processo marcadamente destrutivo. A começar pelo desenvolvimento do artesanato, da acumulação primitiva de capitais, da proletarianização de camponeses e artesãos e da instituição da fábrica, no final do século XVIII, identifica-se historicamente a primeira Revolução Industrial (1780-1820) e que, por toda sua extensão, tratou de edificar as referências estruturais do modo capitalista de produzir (e de produção), ou os elementos centrais de sua vertebração, sob a liderança e protagonismo da Inglaterra, que combinou poder militar e formas superiores de produção industrial. A hegemonia na economia mundial, com a libra sustentando o padrão monetário internacional (*gold standard*), permitiu-lhe dominar isoladamente o capitalismo mundial até a primeira Guerra Mundial. Nesse período, as principais ocorrências que deram sustentação para a nova sistemática de produção foram: a propriedade privada dos meios de produção, a economia baseada na produção industrial, o trabalho assalariado e a existência de duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado. Sem contar que os papéis tinham lastro, e não eram apenas capital fictício como são primordialmente hoje, depois do fim do acordo de Bretton-Woods.

Todavia, foi no bojo da segunda Revolução Industrial, marcadamente no período entre guerras (1915-1950), que se dá a consolidação da sociedade industrial, com o avanço das descobertas científicas (invenção do motor a explosão, técnica de refino de petróleo e da química fina e o manuseio de novos produtos, como o plástico, o aço e a produção siderúrgica, e, na Física, os metais condutores, a fissão nuclear, a eletricidade etc.). Por conta disso, o aumento da escala de produção do processo industrial passou a requerer elevados aportes de investimentos – diferentemente do momento anterior – o que exigiu “significativo movimento de centralização e de concentração de capitais, bem como a intervenção do Estado e de bancos de investimento”³⁷. O anúncio do fim da máquina a vapor e a intensa movimentação de iniciativas e da adoção das inovações tecnológicas no processo produtivo, como um todo, estiveram atrelados à adoção de novos preceitos da administração científica do trabalho capitaneados por Taylor, e da linha de montagem como síntese da racionalidade produtiva de Henry Ford.

O maior impacto desse novo momento, tanto espacial quanto economicamente, não extinguiu as fabriquetas e os empreendimentos de pequeno porte, porém repercutiu no processo de centralização, no tamanho das empresas, das plantas industriais e, conseqüentemente, na escala e quantidade de produção. É dessa época o marcante processo de fusões, da constituição das

³⁵ Mas é necessário reconhecer as diferenças entre as crises cíclicas, ou crises de ondas longas de expansão, conforme o entendimento de Mandel (1985) a respeito de crise estrutural.

³⁶ Cf. HARVEY, 2005, p. 45.

³⁷ Cf. POCHMANN, 2001, p. 20.

Sociedades Anônimas e propriedades por cotas e ações, dos monopólios, cartéis, o que imprimiu novas características ao modo de produzir, tendo à frente a liderança dos EUA. Isso se deu sob rígida referência de um padrão diferencial de desenvolvimento social e econômico entre as nações³⁸, daí as expressões *fordismo*, *fordismo periférico*, *sociedade salarial incompleta*, com o apoio explícito das agências multilaterais e de fomento do capitalismo, em nível mundial: Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), GATT, depois Organização Mundial do Comércio (OMC). Nessa fase, tem-se, aliada à estruturação da *máquina social de produção*, a conciliação de novas atribuições ao Estado burguês (keynesiano), a passagem para a fase monopolista do capitalismo e a materialização do imperialismo, a consolidação da sociedade salarial e o controle dos trabalhadores.

Com o aprofundamento da concorrência intercapitalista, já no final dos anos 1960 e início dos 70, constatavam-se, no centro do sistema, algumas mudanças de rota dos referenciais que se ergueram após a Segunda Guerra. O produtivismo da sociedade burguesa alcançou seu limite, porque ao mesmo em tempo em que as novas bases tecnológicas ampliaram a produção – a ponto de estarmos imersos em meio a uma crise de superprodução –isso não requereu o emprego de novos braços humanos.

Mesmo que o comando da nova Divisão Internacional do Trabalho já revelasse sua dimensão financeira, essa via se consolidou consorciando, de um lado, a reestruturação produtiva do capital, à base de uma nova revolução tecnológica (informática, microeletrônica e tecnologia de informação – TI), o que apressou e tem intensificado o papel das grandes corporações transnacionais, pela via do aprofundamento da concorrência intercapitalista. Paralelamente, precarizou ainda mais o trabalho, que se apresenta de muitas formas e tem crescido em uma proporção mais ou menos direta com a redução das formas de trabalho consideradas “estáveis”. A complexidade desse processo retém em si o fato de que o capital financeiro “não deu uma rasteira” no capital produtivo, tal como poderíamos caricaturar, por meio de uma foto de Antonio Ermírio aos prantos, ao lado de uma foto de Lázaro Brandão rindo à toa, pois ambos são irmãos siameses – ou um não pode viver sem o outro.

Podemos afirmar que a denominação usual nos meios de comunicação de *Revolução Informacional*, para caracterizar esse período recente em que as técnicas fazem valer modificações e rearranjos de grande profundidade no tecido social, é ao mesmo tempo poupadora de trabalho, de tempo de produção e maximizadora da produtividade, sendo que isso faz toda a diferença, quando são apropriadas unilateralmente pelo capital.

Esses desdobramentos nos interessam diretamente, nas suas diferentes expressões, seja pela via do espalhamento espacial da planta fabril seguida de maior capacidade de produção, sem que isso esteja acompanhado de número proporcional de operários, ao contrário, elas podem incrementar momentos de produção em diversas unidades, em diferentes regiões, seja pela vivência no setor de serviços, na constante migração entre diferentes atividades laborativas, à base de intensa informalização, e o extremo da despossessão. Seja também na mobilidade forçada de trabalhadores dos campos para as cidades e a perda do acesso a terra, como evidência da desterritorialização de

³⁸ A esse respeito, Pochmann (2001) utiliza a classificação de países periféricos, países semiperiféricos e países do centro do sistema.

milhões de homens e de mulheres que perdem seu sustento e da família, engrossando as fileiras dos famintos. Para aqueles que resistiram a esse processo de proletarização e foram construir o território da (re)existência em outros lugares, na qualidade de camponeses, reservou-se o protagonismo e a marca da continuidade das lutas e da manutenção da reforma agrária nas pautas políticas.

Não obstante, ir para a cidade não necessariamente piora a vida das pessoas, mas, nas condições que predominaram no Brasil, as evidências e os dados censitários (Censos Demográficos do IBGE) e os estudos específicos sobre esse processo indicam a um só tempo a brutalidade do processo de industrialização, que, ao se dinamizar nos campos, rompeu em definitivo para número significativo de camponeses e trabalhadores os vínculos com a terra, os quais, ao migrarem para as cidades, conheceram as mesmas marcas da piora das condições de vida. Há ainda o fato de que parte dos descontentes e remanescentes da exclusão do mercado de trabalho urbano migra ou retorna para a terra, ocupa áreas, aumentando o contingente de envolvidos na luta pela terra. Nesse amplo campo de externalizações do trabalho, cabem *novas* formas de exploração, sempre renovadas pelo incremento real mês a mês, ano a ano, inclusive com as hordas de desempregados que compõem o desemprego estrutural.

Os trabalhadores especializados/desqualificados do *fordismo*, que, durante décadas ocuparam a cena, foram sendo substituídos pelos trabalhadores *completos*, não mais os artesãos do capitalismo da Primeira Guerra. Se o *novo* nos remetia (remete) ao toyotismo e, mesmo diante das dificuldades de apurar definição precisa³⁹, especialmente pelo fato de se desenvolver a partir de uma nova base técnica do sistema do capital – e isso é demarcatório, do ponto de vista histórico – não podemos nos esquecer de que, no bojo da 3ª revolução científico-tecnológica, que começou a dar os primeiros passos após a Segunda-Guerra e só se manifestou nas décadas de 1970-80, tem-se a (re)criação de um *novo* trabalhador, com novas qualificações e natureza multifuncional (polivalente).

É oportuno recuperar a defesa intransigente de Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, da emancipação da classe trabalhadora. Não é o caso de polemizar, tampouco de ampliar esse debate, mas de qualificá-lo para vincular teoricamente o quadro de barbárie e destrutivismo que se reserva aos trabalhadores no capitalismo. Da mesma maneira que, para Marx e Engels, barbárie não estava associada à regressão a um passado tribal, Rosa Luxemburgo⁴⁰ enfatiza o fato de que se trata de uma barbárie eminentemente moderna, da qual a Primeira Guerra Mundial oferece um exemplo, muito mais cruel, em sua “desumanidade assassina, que as práticas guerreiras dos conquistadores ‘bárbaros’ do fim do Império Romano”⁴¹.

Poderíamos recorrer, ainda, a Chesnais (1996), pois, ao rejeitar qualquer tentativa de retorno ao *socialismo real*, “destruidor de homens, destruidor de esperanças e de razões de lutar”, sugere que “é difícil ver como a humanidade poderia prescindir de medidas de expropriação do capital” (1996, p.321).

³⁹ Oliveira et al.(2004), autora de estudo inédito e referencial sobre o assunto, no Brasil, também reconhece a dificuldade em definir toyotismo, mas oferece indicações que nos ajudaram a estruturar nossas compreensões sobre o tema.

⁴⁰ Cf. LUXEMBURGO (s/d)

⁴¹ Poderíamos atualizar essa afirmação com a análise de Mészáros (2007), quando pondera que a situação, hoje, é qualitativamente diferente, com a qual a formulação de Rosa Luxemburgo, em “A crise da Social Democracia” *socialismo ou barbárie*, adquire urgência dramática. Também podemos reforçá-la com alguns excertos de Ernest Mandel, quando defende que a escolha da humanidade para o século XXI não é mais, como em 1915, *socialismo ou barbárie*, mas *socialismo ou morte*.

A resposta é deixada a cargo dos movimentos de trabalhadores que lutam em defesa das conquistas sociais ainda vigentes. Chesnais (1996) adianta sobre o conteúdo dessa luta, salientando que, depois de rejeitar a escala temporal, o sistema do capital continuou a se afirmar pela via da *destruição produtiva*⁴². Segundo o autor, não existem rotas conciliatórias de fuga, nem saídas pela “terceira via”. Contudo, para os apologetas do sistema, toda busca para restabelecer a ordem e o processo de acumulação é condição para o homem buscar equilíbrio de suas relações para o desenvolvimento social⁴³. Fica omissa a circunstância de o processo social e metabólico do capital estar assentado, pois, em outro formato: produção destrutiva, que defende Mészáros (2002, 2004, 2007), de forma amadurecida e profunda. Como componente intrínseco da natureza humana, o capitalismo estaria sempre em expansão, superando a alternância periódica das conjunturas e das crises, o que, conforme Luxemburgo (1976), constitui feição específica do modo de produção capitalista, mas não o movimento em si, removendo resistências, derrubando barreiras e ultrapassando fronteiras, tudo pelo desenvolvimento econômico e social e pela manutenção e garantia da “harmonia” que o mercado pressupõe.

A esse respeito, Mészáros (2007) é taxativo, quando argumenta que tem forte peso na opinião pública em geral a “crença de que o ‘mercado’, uma vez plenamente ‘globalizado’, suprimirá para sempre os antagonismos arraigados e as desigualdades em última instância explosivos da ordem estabelecida do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p.332).

Campo fértil para elaborar ideias novas e inéditas, do ambiente acadêmico retiramos parte das nossas inspirações, porém a garantia do exercício da práxis teórica engajada junto aos movimentos sociais e no debate público é que nos tem permitido manter nossas atenções voltadas à temática do trabalho. O amplo leque de assuntos está articulado às questões teóricas centrais, que, por sua vez, se ligam à linha de pesquisa do CEGeT, “Trabalho e Movimentos Sociais: Processualidade e Dinâmica Territorial da Sociedade”, e aos eixos de investigação.

Assim, estruturamos o texto sistematizador deste pleito à Livre-Docência, para fazer transparecer os resultados das nossas pesquisas individuais e do CEGeT, e com isso sinalizar os avanços e os limites para dar suporte aos exercícios de autocrítica, através dos quais nos propusemos fundamentar esta releitura da obra.

Oferecemos ao debate os Volumes 1, 2 e 3, e o Memorial. Este contém o *curriculum vitae* documentado e um texto de apresentação de nossa trajetória pessoal, acadêmica e profissional, denominado “Os Aprendizados de um Aprendiz”. Optamos por estruturar o conjunto dos documentos nesse formato e disponibilizá-lo em meio impresso e digital ou CD-ROM.

O Volume 1 contém as Partes I e II, que expressam reflexões reciprocamente fundadoras dos nossos aprendizados⁴⁴, e o Caderno de Retratos. Na Parte I do texto sistematizador, apresentamos as reflexões vinculadas à nossa produção intelectual individual, após o Doutorado, e – é claro – também sobre os resultados, avanços oportunizados pelas pesquisas sob nossa orientação,

⁴² Cf. MÉSZÁROS, 2002.

⁴³ Cf. SMITH, 1988.

⁴⁴ Essas reflexões serão devidamente sinalizadas a partir dos textos e artigos, citados entre parêntesis, em numeração crescente por ordem de inserção (Texto 1, Texto 2...). A diferença arbitrária, todavia não vertical, que fazemos entre *texto* e *artigo* é que o primeiro não necessariamente envolve publicação. Nesse sentido, apenas o Texto 1 não foi publicado, portanto, não tomou formato de artigo, pois se inscreve como projeto. Devido à sua importância na nossa trajetória, decidimos por inseri-lo no Volume 2.

sendo que, em relação ao conjunto da obra, a ênfase recai sobre os últimos três anos (2006, 2007 e 2008). Isto é, a sintonia fina do texto em apreço foi guiada a partir da elaboração/finalização de parte dos artigos que apenas tinham sido esboçados, ao longo de 2005, como produto dos resultados do Pós-Doutorado, e ainda do conjunto das pesquisas em execução, em 2006, 2007 e 2008⁴⁵. Estão em questão, de maneira fundamental, os resultados e argumentos presentes nos textos de nossa produção individual. Em alguns momentos, esses textos estão na íntegra ou em partes, no Volume 1, mas serão oportunamente indicados.

Já na Parte II do Volume 1, o texto está estruturado por meio de três Eixos, com reflexões e aprofundamentos que sinalizam as especificidades dos estudos finalizados ou em execução, tanto da nossa responsabilidade direta, quanto, especialmente, dos orientandos, ou artigos que compõem nossa produção em coautoria, sendo que aqueles que avaliamos haver interlocução direta, no momento, estão devidamente indicados e disponibilizados no Volume 3⁴⁶. Já o Caderno de Retratos conterá algumas cenas mais expressivas sobre os assuntos que receberam nossa atenção⁴⁷ e farão parte do Volume 1.

Essa decisão de separar o Volume 2, que contém os artigos individuais, que constam com o propósito de reforçar nossos posicionamentos, do Volume 3, o qual reúne os artigos em coautoria e que cumprem o mesmo papel, deve-se apenas à preocupação de demarcar caracterização mais adequada para as condições do texto sistematizador, fato que não lhe retira importância⁴⁸. Dessa forma, tanto os textos individuais quanto em coautoria fazem parte da nossa trajetória e espelham os resultados das nossas pesquisas, das inserções e do amadurecimento teórico e intelectual em diversos assuntos que constituem os exercícios que a práxis nos tem exigido.

Nessa perspectiva, não será incomum um mesmo texto ser objeto de reflexão em mais de um momento, para enfatizar, inclusive, aspectos e assuntos diferenciados diante da temática do trabalho. Isso quebra definitivamente o roteiro histórico que poderia ser mais adequado para um texto sistematizador, entretanto no nosso caso, isso não se efetivou por completo, ou seja, o esforço em oferecer o roteiro das ações de pesquisa, a sequência dos projetos não foi seguido à risca, em detrimento da interlocução necessária e desejada, que centraliza nossos objetivos, neste texto. Assim, a data da produção e publicação dos artigos não segue a mesma ordem da reflexão ou de sua inserção, nas discussões e estruturação do Volume 1⁴⁹.

Os demais textos (de nossa lavra individual e/ou coletiva, publicados ou não), incluindo os relatórios, dissertações, teses, *papers* etc., no momento em que forem mencionados, serão devidamente identificados.

⁴⁵ Nos momentos em que conceitos ou posicionamentos referenciais comparecerem, serão devidamente identificados com relação aos respectivos textos.

⁴⁶ Serão indicados, entre parêntesis, em numeração crescente por ordem de inserção, como Apêndice 1, Apêndice 2...

⁴⁷ A maioria das fotografias é de minha autoria, no entanto utilizei registros realizados pelos meus orientandos e em alguns casos por tratar de assuntos importantes, direta ou indiretamente, para as nossas pesquisas, as conseguimos junto aos responsáveis e portanto, tivemos permissão para utilizá-las.

⁴⁸ Os textos, tanto da nossa lavra individual quanto em coautoria com nossos orientandos, identificam-se com a linha de investigação do Grupo de Pesquisa e com as ações em nível de extensão, diretamente vinculadas ao CEMOSi.

⁴⁹ É importante esclarecer também que os Textos de 1 a 7 comparecem sequencialmente no Volume 1, e os de número 8 a 10, são indicados, também em sequência crescente, no Volume 2. Mas neste volume os textos de número 1, 3, 4, 5 e 6 também são indicados.

Coincidem com esse período, também, as experiências que estamos vivenciando à frente da Coordenação do Curso Especial de Graduação em Geografia⁵⁰, particularmente pelo privilégio de acompanhar as atividades no Tempo Comunidade⁵¹. Chegam-nos, de primeira mão, relatórios substanciados de experiências, tais como da Comuna da Terra e Comuna Urbana, depois de refeitas pelos seus signatários⁵²; informações primárias, relatos verbais dos estudantes, cadernos de campo e documentários sobre as realidades de vida e de trabalho dos estudantes, espalhados pelas regiões Sul e Sudeste do Brasil e pelas demais regiões, nas quais alguns deles têm inserções por conta da militância, além de nossa atuação em atendimento ao debate público e a convites para palestras e demais eventos, demarcados no âmbito dos movimentos sociais.

Os vínculos com seus locais de origem, a interlocução constante e a possibilidade de realizar visitas e trabalhos de campo⁵³ têm-nos propiciado um rico aprendizado, que, apesar de reunir um conjunto expressivo de realidades específicas do campo (formas de organização, produção, condições de trabalho nos assentamentos, mapeamento do conflito de classes nas regiões, perspectivas de avanço do agronegócio sobre as terras camponesas etc.), extravasam para os centros urbanos. Essas experiências nos têm possibilitado revisitar com frequência a relação cidade-campo, com base, pois, nos conteúdos que lhes dão identidade territorial e não nas idealizações ou ideias pré-concebidas. Em particular, destaca-se a aproximação junto às parcelas de assalariados, informalizados, desempregados e demais trabalhadores precarizados, por meio das ações das Frentes de Massa⁵⁴, da mesma forma que as ações de enfrentamento com empresas transnacionais vinculadas à produção de transgênicos, ocupações de canteiros de obras de hidrelétricas, de prédios públicos e agências bancárias, paralisações, marchas, passeatas etc. Facetas importantes da realidade social do campesinato e de setores assalariados do Brasil têm comparecido com frequência no nosso cotidiano, seja pela via das pesquisas, seja por outras vias de convivência. A troca de energia e o aprendizado que se consolida têm feito a diferença para as formulações que estamos conseguindo oferecer ao debate.

A opção de enfatizar a produção dos últimos dois anos, os resultados das pesquisas sob nossa coordenação e orientação, bem como, em algumas circunstâncias, as experiências, neste texto sistematizador, responde às inquietações que estabelecemos para esta empreitada da Livre Docência. Ou seja, qualificar o mais possível o que se passa no âmbito do trabalho e *mapear* quais são os sujeitos históricos capazes de transformar o mundo, identificados no interior da luta de classes, diante dos rearranjos promovidos pelo capital, em meio ao reconhecimento dos limites de entendimento dessa realidade do trabalho convulsionada na contemporaneidade.

⁵⁰ O CEGeo é produto do convênio INCRA-PRONERA/UNESP. Vide Memorial.

⁵¹ Tempo Comunidade é um dos expedientes da Pedagogia da Alternância e está ligado diretamente às atividades que os educandos realizam, nos locais de origem; no caso em questão, nos assentamentos, nas cooperativas, nas frentes de massa, enfim, nas diferentes atividades que desempenham na militância.

⁵² Esse assunto será abordado em "Objeto e Problemática".

⁵³ Ao longo de 2007, foi possível conhecer duas regiões castigadas pelo destrutivismo do agronegócio, em que as ações do capital se voltam para a eliminação dos camponeses, quilombolas, índios, pescadores, como é o caso da Aracruz Celulose S/A, no Norte do Espírito Santo e no Alto Vale do Jequitinhonha, com o processo de expansão das plantações de eucaliptos, nas chapadas, e expulsão iminente dos camponeses, posseiros.

⁵⁴ É uma forma específica da ação organizativa e política do MST, que privilegia os contatos e atuação direta no convencimento dos trabalhadores, sejam urbanos, sejam rurais, para comporem seus quadros, num primeiro nível de aproximação, com o objetivo de ocupar terras griladas, devolutas etc.

Por conseguinte, com o propósito de dar formato, coerência e atualidade ao texto sistematizador, partimos das ideias e produção fundamentadas nos nossos artigos, ao mesmo tempo em que alinhavamos reflexões inéditas para mediar o edifício intelectual pretendido. Isto é, os itens e subitens expressam, além dos posicionamentos fundados nas pesquisas concluídas e em andamento, disponíveis nos nossos textos e artigos, aprofundamentos e elementos centrais dos argumentos da nossa autocrítica teórico-metodológica, que não se fazem presentes com a ênfase com que os priorizamos, neste texto, até porque essa foi a nossa opção para a Livre Docência.

Dessa maneira, no item 4, “Das técnicas, das forças produtivas, das pesquisas...”, da Parte I, do Volume 1, abordamos o trabalho em meio às redefinições do metabolismo do capital e as dimensões quantitativas e qualitativas do trabalho em processo.

No item 5, “Sujeitos históricos e (des)pertencimento de classe do trabalho”, ressaltamos a necessidade da discussão do sujeito do trabalho atrelado à ideia de centralidade do trabalho, enquanto categoria-chave para a compreensão da história e como elemento referencial para o desvendamento da luta de classes, no século XXI.

Em “Processo social: recolocando desafios explicativos do trabalho”, estabelecemos duas linhas de sustentação: na primeira, aprofundamos nossos entendimentos sobre a reestruturação produtiva do capital ou, mais propriamente, seus nexos e os impactos sobre as realidades do trabalho, objeto dos nossos estudos; na segunda, os aspectos centrais que povoam o ambiente das ações do Estado, do capital e de disputas internamente ao trabalho, além de estudar com mais cuidado as principais características dos movimentos sociais e do sindicalismo.

Sentimo-nos à vontade para registrar, em “Liberdade e Compromisso para Pensar a Teoria Necessária”, mais do que as pulsações da nossa autocrítica, as sugestões de *caminhos* de pesquisa capazes de auxiliar na recomposição da identidade do trabalho e os novos nexos que requalificam político-ideologicamente os sujeitos sociais envolvidos no universo do trabalho. Resgatamos, no subitem “Emergências Teóricas”, compreensões dos autores filiados ao legado marxista, que se ocuparam em refletir acerca dos processos sociais e da inserção dos atores que igualmente povoam nossos estudos. O intuito foi qualificar nossa autocrítica no ambiente próprio do reconhecimento das limitações e dos posicionamentos que nos oferecem opções parciais, para entendermos a complexa trama de relações que refaz constantemente a dinâmica geográfica do trabalho. Em síntese, o que nos move é a consequente redefinição dos significados e dos sentidos, tanto para assalariados, quanto para camponeses, camelôs, autônomos, informalizados, nesta virada do século XXI e, assim, as dinâmicas dos territórios e espaços que reconstroem. Não podemos nos esquecer de que a divisão hierárquica do trabalho e trabalho (estranhado) compõe o universo categorial da teoria do estranhamento. As especificidades e as formas concretas que assumem, nos diferentes lugares, bem como os constantes intercâmbios que realizam – podendo revelar-se (a mesma pessoa) assalariado, autônomo, informalizado e desempregado em momentos diferentes – não podem simplesmente serem predefinidos ao sabor das escolas de pensamento etc., como sendo isso ou aquilo. É fundamental que consideremos os elos (perdidos) dessa trama de relações para que o território reconstruído no âmbito dos conflitos e da luta de classes e o protagonismo dos trabalhadores e dos movimentos sociais possam ser repensados enquanto ações concretas e

emancipatórias. Ou seja, abordar o processo social com as atenções para a totalidade do trabalho e, particularmente, priorizar a noção de pertencimento e a emancipação da classe trabalhadora, tendo à frente os sujeitos históricos com possibilidade de mudar o mundo, eis o que está posto à nossa já farta lista de desafios.

Já no item 8, “Por uma necessária (re)compreensão do trabalho e da classe trabalhadora no século XXI”, apresentamos os argumentos que compõem nosso posicionamento público diante da incapacidade de compreender os atores sociais que habitam a realidade do trabalho, refeita no interior do ambiente constantemente transformado pelo capital, e que põe em questão os limites explicativos e a reivindicação do alargamento do conceito de classe trabalhadora. Estamos *reivindicando* um instrumental teórico capaz de fornecer potência explicativa para o fenômeno do trabalho, (re)definido material e subjetivamente, e para os novos significados da luta de classes, na perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, portanto sob o referencial marxista.

Baseamo-nos no desafio de questionar os limites interpretativos e analíticos sediados nos referenciais teórico-metodológicos que vimos seguindo, os quais se manifestam quando nos propomos apreender, por dentro do processo metabólico do capital, as novas identidades dos sujeitos que povoam o universo do trabalho, de sorte a entender os papéis sociais, políticos e suas visões de futuro, na perspectiva de classe.

É relevante para nós a oportunidade de demarcar, nessa seção, um conjunto de reflexões e posicionamentos que evidenciem nossos entendimentos específicos sobre os respectivos assuntos que abordamos na Parte I do texto sistematizador, os quais permitam ao leitor *saborear* as ideias sistematizadas e a sintonia existente entre as contribuições individual – considerando estágios distintos –, e as dos orientandos.

A possibilidade de internalizar essas valiosas experiências ao CEGeT e apostar no vai-e-vem e trocas constantes, junto à comunidade de interlocutores, tem feito das reuniões mensais do Grupo de Pesquisa um laboratório de debates e de formulação coletiva de novas ideias, que extravasam para os colóquios individuais através dos quais efetivamos o trabalho de orientação, como também tem repercutido diretamente na definição dos temas e escolha dos eixos de discussão das Jornadas do Trabalho, que realizamos anualmente, e igualmente nas sugestões das Exposições Temáticas e das Mesas de Debates, no interior das atividades do CEMOSI⁵⁵. Sem contar que os assuntos que estamos incorporando às ações de pesquisa (trabalho infantil, ambulantes, terceirização em plantas automobilísticas e os reflexos para a organização sindical e Comissões de Fábrica, teletrabalho, exploração/superexploração e saúde do trabalhador, migração), e que dão os primeiros passos para a formalização/execução, se somarão às experiências em curso.

É com essa contínua ampliação dos assuntos e as mediações que cada um requer, que teremos a garantia do aprendizado sempre renovado, a possibilidade do retorno teórico-metodológico, analítico, que ofereceremos ao público interessado, e da demarcação de um campo de pesquisa em Geografia, que saiba somar-se interativamente aos demais, para além das fronteiras e demarcações das áreas de conhecimento, que comungam os mesmos objetivos políticos.

⁵⁵ Temos conseguido realizar excelentes debates no âmbito das Jornadas do Trabalho. A cada edição, trazemos para o nosso convívio pesquisadores que se destacam nos assuntos correlacionados. Mais detalhes, ver: www.prudente.unesp.br/ceget.

A Jornada do Trabalho ganhou a dimensão da participação efetiva de outros Grupos de Pesquisa e pesquisadores individuais, que nos acompanham nestes últimos sete anos, sendo, pois, o ponto alto das reflexões que estamos conseguindo aprofundar, tanto interna, quanto externamente ao CEGeT.

Esse aprendizado, fundado nos diversos assuntos sobre a temática do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, tem como parâmetro teórico, metodológico, epistemológico, ontológico, apreender o trabalho no âmbito da “leitura” geográfica. De um lado, é importante asseverar que está na base dessa “leitura” o fato de que as formas sociais que se revelam de imediato, enquanto elementos distintos da paisagem, o são devido ao conteúdo que expressam e por conterem diferentes níveis de relações (econômicas, sociais, políticas, ideológicas). Assim, a escola, o assentamento, a agência bancária, a fábrica etc. externalizam os conteúdos diversos das relações de controle, de dominação. Por outro lado, o nível mais explícito ou as formas de expressão particular, pela via do metabolismo da relação homem-natureza, faz emergir a relação de intercâmbio homem-natureza (homem-meio), que, por sua vez, contém as forças produtivas que acionam a engrenagem metabólica do capital e transforma a natureza ou seu conteúdo em forma de valor de uso em mercadoria. É exatamente nessa passagem que domina a cena a relação de propriedade, que antepõe força de trabalho e meios de produção e redefine a relação mercantil que se estabelece entre a compra e a venda, fragmentando duas formas específicas de propriedade e engravidando a relação homem-meio desse componente estrutural. Não é por outra via que entendemos a regulação espacial e a própria dinâmica geográfica do trabalho, os processos espaciais imanentes que se materializam nas configurações geográficas da centralidade do trabalho. É no curso dessa inteligência dialética da relação homem-meio, como um movimento de troca metabólica, no qual homem e natureza trocam e interagem matéria e energia que se constrói uma geografia que não se separa em Geografia humana e Geografia física.

Tudo isso expressa uma ordenação, em que o espaço é a categoria da ordem e o território é sua materialidade; é por esse caminho que nos propomos entender o significado das localizações, isto é, por dentro do metabolismo do capital que afeta e divide a vida dentro e fora do trabalho, tanto no ambiente da produção (do trabalho), quanto da reprodução (da moradia, do convívio social), influenciando decisivamente a práxis social dos trabalhadores, marcada historicamente pela fragmentação e estranhamento do trabalho da totalidade social.

2.2. Objeto e problematização

Para assumir, então, que há de forma explícita toda uma estrutura de dominação de classe na sociedade do capital, pressupomos ser necessário defender abertamente nossas opções políticas. Foi, contudo, a partir da realização do estágio de Pós-Doutorado, sob a orientação do professor Ricardo Antunes, junto ao IFCH/UNICAMP, no período de agosto de 1999 a setembro de 2000, que pudemos lapidar a ideia original e fundamentá-la como Projeto de Pesquisa.

Desse percurso, já abordado no Memorial, com o propósito de elucidar nossa trajetória profissional, ressaltamos aqui apenas os vieses da caminhada de pesquisa e o conjunto dos projetos, no âmbito do conjunto da obra. Refletir sobre nossa própria produção requer que orientemos o leitor sobre a sequência das preocupações contidas nos principais projetos, pois os resultados dos mesmos é que explicitarão os avanços e os limites que tanto nos põem atentos à necessária atenção ao exercício da autocrítica teórica.

De um texto escrito para apresentação na atividade “Iberoamerica, territórios em trânsito”⁵⁶, promovida pelo Instituto Universitário de Estudos e Desenvolvimento da Galícia (IDEGA), em Santiago de Compostela (Espanha), no dia 21 de abril de 1999, é que obtivemos a inspiração inicial para a formulação do projeto de pesquisa “Território em Transe”. Sob influência das nossas vinculações aos estudos e aos respectivos pesquisadores, no campo da Geografia e das ciências humanas e sociais, particularmente na seara rural/agrária e dos movimentos sociais, intensificamos nossas atenções para a formulação do até então apontamento teórico em torno da ideia do “Território em Transe”.

A formulação de “Território em transe” (Texto 2) e as revisões que ganhou nos forneceram referenciais novos para os outros textos que foram sendo elaborados. Sua divulgação ficou restrita aos *Anais* do referido evento. Nós o inserimos no Volume 2 deste texto sistematizador, por entendermos que é a marca da continuidade de um processo intelectual que reforça nossa inserção na temática do trabalho, já no interior do CEGeT. Esse projeto possibilitou o avanço na compreensão das escalas geográficas da dominação de classe e da regulação social do capital sobre o trabalho, expressas no movimento constante de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, visto que não basta a relação metabólica, mas é preciso que ela seja vista como configuração espacial, materializada territorialmente.

Em “Território minado...”, *novas clivagens se fazem presentes no mundo do trabalho*, e os desenhos territoriais resultantes revelam *novos arranjos sociais e novas formas organizativas*, que, por sua vez, iluminaram nosso entendimento sobre as dificuldades de o trabalho transpor as fragmentações recorrentes da sua divisão técnica e territorial e as fronteiras entre o viver e o trabalhar, enquanto práticas de luta e de vida separadas.

A execução de “Território mutante e fragmentação da práxis social do trabalho”⁵⁷, projeto de tempo integral e em nível de PQ/CNPq; “Agronegócio e conflito pela posse da terra em São Paulo: a dinâmica territorial da luta de classes no campo e os desafios para os trabalhadores”⁵⁸, além dos indicados no Quadro 1, está nos possibilitando compartilhar as preocupações teóricas, metodológicas, com outros pesquisadores, de sorte que não é algo que nos faça sentir no anonimato.

Nessas oportunidades e na sequência com que estamos realizando os projetos, sobretudo nos últimos dois anos, logo após a experiência do Pós-Doutorado, com o trabalho “Reestruturação produtiva do capital no campo e os desafios para o trabalho”, estamos tentando delimitar com mais profundidade os movimentos de (des)realização do trabalho, ou os movimentos

⁵⁶ Em oportunidade anterior, quando participamos do Encontro Nacional de Geografia de 2001, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS, realizado no período de 10 a 12 de novembro de 1998, pudemos alinhar as ideias principais do que depois nos permitiu fundar o conceito que ganhou a metáfora “Território em Transe”.

⁵⁷ Projeto aprovado pelo CNPq, na modalidade PQ, para o período de março de 2006 a fevereiro de 2009.

⁵⁸ Esse projeto estava inscrito na alínea Auxílio à Pesquisa, da FAPESP, e teve vigência até julho de 2008.

que expressam suas diferentes formas de ser. Mais que isso, pretendemos participar dessa discussão e oferecer os resultados das nossas pesquisas como base de apoio para um repensar autocrítico sobre o conceito de trabalho, capaz de conter o que, no nosso entendimento, expressa um contingente cada vez mais expressivo de homens e de mulheres trabalhadores que não compõem as definições de trabalho e de classe trabalhadora conhecidas da abordagem marxista, à qual nos filiamos. Não obstante, não nos propomos, tampouco reivindicamos resolver esse gargalo, mas sim explicitá-lo e nos colocarmos presentes no debate. (Esse assunto será retomado nos itens seguintes).

É desse processo que estamos *mapeando* as dificuldades de compreensão das diferentes formas (estranhadas) de realização do trabalho, quando consideramos o constante fluxo de relações que redefine sua materialidade e as formas de explicitação das subjetividades. É isso, pois, que nos desafia à compreensão dos sujeitos com possibilidades históricas e, portanto, na própria constituição/composição da classe trabalhadora.

Em consequência, mais do que justificativa, essa argumentação é a própria sustentação da proposta de constituição deste texto sistematizador. Não é tampouco uma sequência aleatória de projetos, orientações e produção de textos. É, em essência, um conjunto de aprendizados complexos e de muita densidade, que está nos requerendo um tempo demasiado para que o debate se ponha nos termos que assumimos.

Em síntese, propusemo-nos focar o que se passa com o trabalho e, ao longo da trajetória de pesquisa, percorremos os momentos de *Território em transe*, *Território minado* e *Território mutante*. Muito mais do que expressões de efeito, marcas registradas, os seus significados metafóricos ajudaram-nos a avançar nos propósitos estabelecidos, bem como ampliar os horizontes do projeto em si, trazendo para o seu interior os projetos e os planos de atividades dos orientandos, e estabelecendo a aproximação com outros pesquisadores. De fato, essa é a trajetória do nosso esforço de autocrítica teórica e a tentativa de reflexão do conceito de trabalho e de classe trabalhadora. A continuidade desse processo estará amparada no projeto referencial que estaremos desenvolvendo, nos próximos três anos, em nível de Regime de Tempo Integral, como também, com os devidos ajustes, com certa probabilidade, em nível de Produtividade em Pesquisa (PQ)⁵⁹.

Reconhecemos tratar-se, pois, de uma lavra ampla, todavia não concluída, pela qual fazemos valer a tentativa de sistematizar o aprendizado e o conhecimento formalmente consubstanciados em relatórios de pesquisa, artigos, livros, resumos, capítulos de livros, documentários, *clips*⁶⁰ etc., disponibilizados/publicados em meio impresso, digital/eletrônico, além dos ainda inéditos.

Nesse sentido, a opção pelo texto sistematizador da produção acadêmica, centrado no trabalho realizado após o Doutorado, tem a ver com essa trajetória percorrida e as ações que

⁵⁹ Trata-se do projeto "Territórios em disputa e a dinâmica geográfica do trabalho e da luta de classes no Brasil no limiar do século XXI", cuja solicitação de financiamento encaminhamos ao CNPq e estamos no aguardo de julgamento. Esse projeto será a referência que teremos para as pesquisas no âmbito do CEGeT, particularmente para guiar os trabalhos de investigação sob nossa responsabilidade e dos orientandos. Isso não quer dizer que outros projetos serão secundarizados, mas, apesar das proximidades, deverão manter independência, tais como os convênios que temos juto às Universidades espanholas, para os quais contamos com o apoio da CAPES, da mesma forma que o projeto que estamos desenvolvendo junto à CLACSO e também ao FEHIDRO, como indicados no Quadro 1.

⁶⁰ Com a aprovação de recursos solicitados junto ao CNPq, FAPESP e FUNDUNESP, adquirimos equipamentos para a realização de filmagens e produção de *clips* e pequenos videodocumentários sobre os resultados parciais e finais das pesquisas que estão em andamento, sob nossa coordenação e orientação.

realizamos, especialmente por meio da criação do Grupo de Pesquisa (CEGeT) e do CEMOSi, ambos a partir de 1996/97. Isso nos tem possibilitado executar de forma combinada e, às vezes, simultânea, inúmeras atividades no âmbito do ensino, da pesquisa científica, da extensão universitária e da militância política, como pudemos detalhar no Memorial.

Essa tomada de posição está fundamentada na ideia de que a formulação e a execução de teses inéditas, baseadas em pesquisas originais, sempre farão parte do nosso trabalho, na Universidade, de sorte que a condição que vivemos no momento de estarmos à frente, tanto individualmente, mas em especial atuando como coordenador e orientador de vários projetos, tendo na retaguarda nossos orientandos, nos privilegia com a possibilidade de reunir o conjunto da obra após o Doutorado.

Desse modo, ao apresentarmos um texto híbrido, que contém reflexões e sistematização da produção acadêmico-científica, dos resultados obtidos dos projetos anteriores, formulações originais oriundas das elaborações já consumadas e as que estão por vir, tanto individual quanto com os orientandos, estamos querendo dizer que *estamos vivos no debate*.

Isso amplia nossas responsabilidades, ao apresentarmos um texto que, ao mesmo tempo em que está referenciado na produção acadêmica, contém reflexões, por certo provocativas e importantes, sobre os assuntos em apreço e temas de ligação. Em relação à fundamentação teórico-metodológica, deveremos continuar a nos motivar para somar forças na perspectiva da crítica radical à sociedade do capital, amparados, contudo, num esforço particular de autocrítica. Mais ainda, que sejamos capazes de reconhecer o alcance e os limites de um conjunto de assuntos, os quais nos propusemos investigar e pensar.

Estamos certos de que será por essa via, pela vontade do aprendizado coletivo e do esforço cotidiano da interlocução com os orientandos, com os outros pesquisadores, com os atores sociais que compõem nosso universo de pesquisa (dirigentes, militantes), que poderemos efetivamente compreender a dinâmica geográfica do trabalho e os liames entre a materialidade e a subjetividade do trabalho, no século XXI, diante dos rearranjos constantes do capital e do seu metabolismo destrutivo.

É por isso que desejamos ser avaliados pelo material que estamos oferecendo, especialmente motivados pela iniciativa de nos posicionarmos em respeito aos desafios que assumimos publicamente. Mais ainda, por participarmos de um debate, no qual estamos apresentando nossas avaliações, a partir dos resultados das pesquisas realizadas e em execução, as conclusões oferecidas por outros pesquisadores, acerca das oportunidades que as mesmas e a dedicação ao trabalho pretensa e potencialmente coletivo nos tem possibilitado oferecer, para o exercício autocrítico.

Em consonância com a proposta norteadora dos eixos de pesquisa deste texto sistematizador, indicamos a seguir os principais aspectos que compõem cada propositura, produto, pois, das nossas pesquisas: a) os desdobramentos das ações do capital, no campo, intensificam o referencial do modelo *modernizante*, agroexportador, o qual, ao mesmo tempo, revitaliza relações de

trabalho regressivas⁶¹ (pagamento por produção e padronização de patamar de produtividade por trabalhador, no corte da cana-de-açúcar, arregimentação terceirizada da força de trabalho, adoção de práticas degradantes e formas assemelhadas de superexploração do trabalho e trabalho escravo, descumprimento da legislação trabalhista etc.), que também identifica a realidade do trabalho e das relações de trabalho; b) ações dos trabalhadores, no interior dos sindicatos, por melhores condições de trabalho, de emprego e em prol das bandeiras de luta emancipatórias; c) mobilizações no âmbito dos movimentos sociais por terra de trabalho, envolvidos na luta pela terra, e que assumiram a reforma agrária, a soberania alimentar e a política agrária/agrícola como horizonte da construção política, com potencial para ajudar na confrontação com os setores hegemônicos e com o Estado, com as atenções voltadas para a resistência e formas alternativas de organização da sociedade; d) o desenho societal da (des)realização do trabalho e a retomada dos movimentos sociais, no âmbito da questão cidade-campo, a partir da estreita vinculação entre a intensificação da precarização das relações de trabalho, despossessão, informalidade, e as expressões do trabalho na *camelotagem*⁶², na luta pela moradia, na catação de lixo, nas ocupações de terra e na luta pela terra e pela reforma agrária, porém já organicamente ligado ao movimento social; e) o papel da imprensa na (re)formulação do imaginário, do universo simbólico, e os desdobramentos para a edificação dos pilares da sociedade de consumo e para a dinâmica dos conflitos sociais em torno da posse da terra, do projeto de desenvolvimento do capital em torno do agronegócio canavieiro no Oeste de São Paulo; f) legitimação das terras devolutas e improdutivas do Pontal do Paranapanema, por meio da expansão da agroindústria canavieira, via contratos de arrendamento junto aos latifundiários/grileiros, operações de compra e venda, marcadamente em menor intensidade e, contratos de fornecimento, amparados na linha de financiamento do Banco do Brasil *BB-Convir*, ação essa que fragiliza os camponeses, os movimentos sociais que reivindicam e lutam pela reforma agrária e política de assentamentos, pois passam a ser controlados pelo capital e a gravitarem na sua órbita de controle e determinação. (Eixo 1.4). Em alguns casos, também como assalariados, já que, em grande parte, vivenciam uma dupla sociabilidade com o capital: arrendatário e assalariado na cana-de-açúcar; g) a questão de gênero, abordada no contexto da luta pela terra e da reforma agrária, bem como na dimensão da organização sindical e atuação política da mulher, nos sindicatos; h) o significado de natureza diante de circunstâncias diferenciadas da reprodução do capital, que subordina e exerce o controle social sobre o trabalho, como os casos do corte mecanizado da cana-de-açúcar e da certificação ambiental, ou a queima dos pastos no Pontal do Paranapanema, de sorte a redefinir o uso do território para o plantio de cana-de-açúcar, ou, ainda, as práticas “modernas” de uso e exploração da terra no Cerrado, para viabilizar a produção da soja em larga escala.

A demarcação dessas preocupações e os referenciais de pesquisa encimados nos eixos de investigação e nos assuntos que os compõem – que contêm as reflexões sobre o conjunto das pesquisas que vimos desenvolvendo – dão sustentação e identidade ao texto sistematizador da

⁶¹ As relações sociais não têm formas rígidas e imutáveis, de sorte que tanto podem acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas, quanto podem regredir, quando se comparam as opções utilizadas pelo capital, para atender a suas exigências. (LUXEMBURGO, s/d).

⁶² Essa expressão nos permite expor o sentido conceitual de ser camelô, não restrito apenas ao ato final de vender produtos no *camelódromo*. Se assim fosse, não entenderíamos a efetiva composição das diferentes ações laborativas que fazem parte da maioria dos camelôs, ou seja, não se resumem apenas à venda final, mas à compra/aquisição e a todo (ou parte) o esquema de logística para burlar a fiscalização da alfândega etc. e praticar o contrabando de produtos pirateados em sua maioria.

nossa produção acadêmica. Nosso objetivo é que essas experiências sistematizadas das pesquisas nos permitam situar as rupturas e as disjunções no âmbito das diferentes formas de trabalho, em consonância às limitações explicativas que nos motivaram a assumir o compromisso de formular a autocrítica teórica que se faz presente na Parte I, do Volume 1.

Há, assim, uma íntima relação entre os eixos de pesquisa e os assuntos ou desdobramentos que os compõem, podendo, por serem mais perceptíveis na razão direta do maior aprofundamento e realização de estudos, e do nível de entendimento que apresentamos. Por sua vez, os eixos de investigação não se limitam aos assuntos que comportam, em si, tampouco aos pesquisadores e seus trabalhos. Portanto, a opção em refletir nossa produção por meio dos eixos se deve à preocupação de fundamentar a discussão da Parte I, relativa ao nosso texto, pretextando o exercício constante da superação das fragmentações e do estranhamento, de sorte que as mediações teóricas e o trânsito internamente aos diferentes assuntos abordados deverão ser uma constante.

Os eixos são os seguintes:

Eixo 1) Formas de Controle do Trabalho pelo Capital e pelo Estado. As Estratégias do Agronegócio Canavieiro e os Impactos na Luta de Classes.

1.1) As Artimanhas do Capital e os Pressupostos da Pesquisa

1.2) Trabalho e *Cultura* Destrutiva do Capital

1.3) Prática Concentracionista do Capital no Campo: (Agro)negócio Garantido

1.3.1) Espacialização do Capital Agroindustrial Canavieiro

1.3.1.1) Das disputas à dinâmica expansionista

1.4) O Agronegócio no Centro do Conflito de Classes no Brasil

1.4.1) Institucionalização do projeto do capital e a *eliminação* das resistências

Eixo 2. Sentidos e Significados da Luta pela Terra, Reforma Agrária e Soberania Alimentar para o Trabalho. Intervenção/Regulação Estatal, Políticas Públicas e Ação dos Movimentos Sociais.

2.1) E o lugar para o projeto popular na Política Agrária!

2.1.1) Os desafios da organização coletiva no campo

2.1.1.1) As conquistas por um *fio*...

2.2) As redefinições do capital no século XXI e as ações de resistência

2.3) Os caminhos trilhados pela Política Agrícola Comum (PAC) e os malefícios de modelo condenado

2.3.1) Os desdobramentos da PAC e das imposições da OMC para o campo e a *extinção planejada* de camponeses e assalariados

2.3.2) A PAC e as distorções no campo Europeu

2.3.2.1) Escala e contradições do modelo

2.3.4) Reordenamento territorial no campo e a Questão da Terra

Eixo 3. Fragmentação da Práxis Social do Trabalho pelo Capital

3.1) Gênero, classe e relações de poder no campo e na cidade

3.2) (Des)qualificação/(re)qualificação do trabalho e os papéis sociais recriados.

Para os assuntos contidos em cada eixo, revela-se o nosso empenho em focar a temática do trabalho ou suas expressões geográficas. É claro que não estamos preocupados em privilegiar/adotar os recortes que, normalmente, impossibilitam sua compreensão, na perspectiva da totalidade social do fenômeno, e o movimento constante de realizações que ultrapassa essas pré-definições. Quer dizer, se na cidade, se no campo; se material, se imaterial; se na produção, se na reprodução; se dentro, se fora do trabalho etc., enquanto a unidade metodológica dos nossos estudos tem, na totalidade social, a referência teórica central para compreendermos a categoria trabalho, considerando as formas (expressões) geográficas, enquanto totalidade viva do trabalho⁶³ (MÉSZÁROS, 2002).

De mais a mais, a opção de evidenciarmos as reflexões, identificadas nos eixos, na sua dinâmica histórica, não neutraliza ou diminui a importância de transitarmos pelas formas geográficas de expressão do trabalho presentes em todos eles, nem que os aprofundamentos teóricos sejam desprivilegiados enquanto retornos preferenciais, tampouco, e sobretudo, que dificulte a necessária interlocução com a Parte I do texto sistematizador.

Sem contar que alguns assuntos nos estimulam a realizar estudos específicos, necessários para o exercício das mediações teóricas que compõem o rico, contraditório e complexo universo do trabalho e suas múltiplas dimensões, tais como: gênero, ideologia, cultura, etnia, consumo, lazer, saúde, moradia, representação, dominação, migração, controle social, precarização, discurso, formação, linguagem, imagens, entre outras.

Queremos, na verdade, focar os aspectos que estão nos possibilitando participar desse debate e que fazem parte do nosso universo de investigação. No momento em que nossas reflexões invocarem tais questões, nós nos posicionaremos, de tal maneira que a inesgotabilidade da pesquisa científica e a infinitude do conhecimento não limitem nossa capacidade criativa, inclusive para direcionarmos nossas atenções para novos assuntos.

Assim, não entendemos que esteja em primeiro plano erguermos ou antepormos as limitações que previamente poderiam nos impedir ou dificultar construir os caminhos que podem nos ajudar a participar, no âmbito da pesquisa científica, das reflexões a respeito do universo do trabalho, da classe trabalhadora. Sobretudo porque nos ocupamos em entender o que se passa nos mundos do trabalho, aparentemente distintos e desconectados, como o(s) do(s) assalariados, proletários, informais, desempregados, assentados, camponeses etc.

Para alguns, esse procedimento pode significar o trânsito por diversas áreas da especialização científica, sindical, por certo, incomunicáveis enquanto realização do trabalho – com amparo na boa tradição positivista que regula a divisão científica do trabalho – o que também se faz presente na própria constituição e identidade dos Grupos de Pesquisa, ou seja, camponês, proletário, urbano, rural, dinâmica ambiental etc., cada qual em seu mundo, à semelhança do que vale para a organização política na forma sindicato. Isso nos faz lembrar uma observação certa do professor

⁶³ Esse assunto é retomado em *O desafio e o fardo do tempo histórico*, sendo que o autor prima, nessa oportunidade pela ênfase na existência majoritária do trabalho manual, em contraposição à sua negação pelos críticos da centralidade do trabalho, utilizando-se, pois, das metáforas trabalhador de *macacão* (manual) e trabalhador de *gravata* (intelectual).

Boaventura de Sousa Santos (1988), ao sabor de muita criatividade, quando se refere à especialização do conhecimento científico e à perda do conhecimento de totalidade, como algo que empenha ao cientista ser um “ignorante especializado”.

Nesses casos, também é comum a pulsação que parte daqueles que, sem antes se proporem o debate e a autocrítica, blindam ou até restringem as contribuições dos autores/pesquisadores/ensaístas e suas filiações ideológicas somente a determinados temas e assuntos, sendo que, fora desse campo demarcatório, a reação indica haver reducionismos, confusões, deformações, fundição entre reforma ou revolução e tantas outras acusações.

A título de exemplo, há uma blindagem às ponderações que põem em questão a atualidade e complexidade de os antagonismos não serem os mesmos da época de Marx, entre burguesia e proletariado e, portanto, com pouca capacidade explicativa da realidade do trabalho do século XXI. Ou ainda, as contradições de hoje, do século XXI, nos remetem à ebulição que povoa o universo do trabalho, ou as diferentes formas de expressão do trabalho, que expressam os novos conteúdos das contradições do capital, e com ele se antagonizam.

Outro caso ilustrativo é a delimitação prévia que argui e define não haver a menor possibilidade, por exemplo, de se utilizar as teses defendidas por Antunes, Mészáros, Alves, Francisco de Oliveira, para se entender o movimento da sociedade como um todo, porque esses autores não dão conta das relações não capitalistas, ou seja, não focam o campesinato. Ou, ainda, para aqueles que desconfiam/negam/resistem à possibilidade/necessidade de entender as diferentes formas de materialização do trabalho (no campo e na cidade), a plasticidade que se instala nessas duas dimensões da lavra humana e que constantemente rompe com as predefinições (engessamento) da divisão técnica do trabalho⁶⁴ e as diversas modalidades jurídicas e ocupacionais do trabalho. Enfim, ocorre, via de regra, a suspeita iminente se há uma teoria ou um instrumental teórico capaz de explicar essa totalidade social. Antes de qualquer tentativa ou busca de apoio e interlocução, mantém-se a rigidez interpretativa que se cerca das fragmentações do trabalho e de todos os fetiches da divisão técnica, tais quais expressam as contradições do próprio capital. Não obstante, o eco desse posicionamento rebate não somente no debate intelectual, mas também sindical, político, partidário etc.

Da mesma forma que qualquer tentativa de ocupar argumentos dos mesmos autores para singularidades e aspectos que possam ser úteis para o entendimento desse segmento social, na contemporaneidade, é sumariamente *condenada*. Equívocos, incompreensões e confusões podem acontecer, mas não é disso que nos ocupamos.

É claro que tamanha camisa de força não admite o menor questionamento, o estabelecimento do diálogo e do debate teórico, tampouco sua estreiteza permite sequer a manifestação de indignação seja recebida/acetada. Isso não quer dizer que não devemos ficar atentos às opções que cada autor decide ou defende, ao longo de sua trajetória.

Em meio a esse ambiente, é importante reconhecer que a opção pelo debate e busca de alternativas nos põem atentos aos tensionamentos e desafios próprios do trabalho intelectual. Em

⁶⁴ Aqui é importante deixar claro que a divisão do trabalho, por exemplo, na manufatura, é uma divisão técnica ou divisão do trabalho, e a divisão social do trabalho ou divisão do trabalho na sociedade – quem tem e quem não tem os meios de produção uma divisão da produção (SÁNCHEZ, 1992).

Antunes, a contundência do seu legado de dar sentido ao trabalho humano, como também, para Mészáros e Alves, a sustentação dos processos estruturantes e das contradições do metabolismo do capital e da realidade do trabalho no século XXI. Em Chesnais, as pistas para a compreensão da ruptura com o neoliberalismo. O amparo em Silva e nos nossos próprios estudos, para entender o trabalho assalariado no campo, é motivo de discordâncias com Graziano da Silva. A compreensão dos conceitos fundantes da Geografia (território, espaço, lugar) nos aproxima de diversos autores Moreira, Oliveira, Santos, Porto Gonçalves, Smith, Harvey, Peet, Massey etc., aos quais nos filiamos pela identidade teórico-política, sem impedir que igualmente, em alguns casos, nos apoiemos em outros, como Correia, Andrade, Moraes, Carlos, Haesbaert, Silva, Capel, Soja etc., à procura de contribuições específicas ou pontuais. A referência a Shanin (1979 e s/d) mostra que a tradição da interpretação marxista tardou para compreender/aceitar o campesinato enquanto uma classe social do modo capitalista de produção, e ainda a própria realidade da mobilidade camponesa, no âmbito da sociedade capitalista, o que é reforçado por Oliveira (1996b), Martins (1981), Bombardi (2006), quando se posicionam contrários ao “baixo caráter de classe” atribuído ao campesinato⁶⁵; ou Chayanov (1974) e, novamente, Shanin (1980⁶⁶), quando entendem o camponês enquanto modo de vida, exibem posição conflitante com Lênin, que lhe reserva um lugar tributário junto ao proletariado ou derivação deste, e reinterpretado sob esse *foco de luz* é entendido pelos filtros do dogmatismo⁶⁷ como subproletários em fase de extinção, como é caso de Bertero (2006), ou pequenos agricultores em vias de se transformarem em boias-frias Germer (1994). Assim, entendemos que a ortodoxia deve ser sempre antinômica ao dogmatismo para que seja efetivamente uma arma da crítica revolucionária do mundo.

As polêmicas em torno desse debate não têm lugar neste texto, mas a atualidade do assunto está, sim, sintonizada às reflexões que oferecemos, com base no propósito de repensar a materialidade das diferentes formas de realização do trabalho e as vias de comunicação entre elas, constantemente rompidas.

O que queremos afirmar é que há, de fato, possibilidade de se travar debates entre esses autores, tanto para fortalecer posicionamentos que explicitam as consequências das rupturas e fragmentações do trabalho no século XXI, quanto para evidenciar os limites explicativos de determinados posicionamentos, diante dos pressupostos que assumimos para *enxergar/reconhecer* os sujeitos de possibilidades históricas, ou capazes de assumir a missão histórica emancipatória e de classe.

⁶⁵ A esse respeito há, na atualidade, pesquisadores (FERNANDES, BOMBARDI, ALMEIDA, FABRINI, PAULINO, MARQUES, DE MARCOS) que estão oferecendo estudos e reflexões muito importantes sobre a realidade camponesa, no Brasil, e se inscrevem num rico processo do debate teórico que tem o suporte da obra do professor Ariovaldo U. Oliveira.

⁶⁶ Ainda com base em Shanin (1980), esse assunto não está resolvido somente com o reconhecimento do camponês enquanto classe, pois, em sua avaliação, constitui uma classe, uma economia e outras coisas que ainda não foram conceituadas. Essas ideias foram rediscutidas e enfatizadas, durante a palestra magna proferida por Teodor Shanin, durante a programação do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado em setembro de 2007, em Londrina (PR).

⁶⁷ Devemos ficar atentos para não confundirmos dogmatismo com ortodoxia. Não se trata de desqualificar a ortodoxia marxista, para cujo uso frequentemente indicaremos ideias e autores, tampouco nos valeremos disso para focar a necessária atenção com os pressupostos metodológicos. O que procuraremos verificar com atenção é se o dogmatismo não invade a ortodoxia, subvertendo-a, pois, enquanto referência para a preservação da coerência do ideário, transformando-a em ortodoxia totalitária ou no dogmatismo *puro sangue* do marxismo, tão condenados por nós e que, nos dizeres de Lessa (2007), pode “não permitir que pressupostos entre si contraditórios seja colocados lado a lado” (p.11). Se isso não bastasse o mesmo autor chama atenção para o fato de que “o dogmatismo no marxismo redundou em uma ideologia hipócrita, autoritária, burocratizada, típica dos *apparatchiks* que brotaram da degenerescência dos movimentos revolucionários e da social democracia no século XXI” (p.10).

Assim, estaremos nos aproximando das identidades da classe trabalhadora e de toda ordem dos fetiches que lhe são intrínsecas, nas diversas condições de existência laborativa e de vida, e, particularmente, do ponto de vista das relações espaciais e das próprias experiências territoriais que estão na base da luta de classes.

Mas isso não quer dizer que uma única teoria, ou autor, será capaz de compreender/explicar essa complexa trama de relações e fornecer instrumentos analíticos, recursos organizativos e de transformação. Todavia, não se trata de apostar num *mix* teórico, mas de reconhecer as limitações dos referenciais explicativos diante do universo do trabalho, no qual convivem, *pari passo*, formas essencialmente capitalistas de trabalho (assalariado típico, formas mais precarizadas, tais como as diferentes formulações da informalidade, as formas temporárias, para nos referirmos aos *part-time-workers*, *temporary-workers*, *casual-workers*, vinculados à formulação fundante de Huw Beynon, de “hyphenated workers”, ou trabalhadores hifenizados⁶⁸. Da mesma maneira que o teletrabalho, as expressões da terceirização, formas não capitalistas, como o camponês, toda a plêiade da informalidade, trabalho autônomo, domiciliar etc. Mas é importante ponderar que a dimensão do trabalho realizado pelos camelôs fica reduzida quando focada de forma unilateral no bojo da informalidade. Assim, perde-se a conexão da rica trama de relações, via de regra não visível quando se restringe a análise aos camelôs e aos camelódromos. Nossos estudos priorizam a articulação das atividades conexas e de suporte que os camelôs desempenham, cunhadas por nós de *camelotagem* (Eixo 3).

Por outro lado, não devemos deixar de registrar que comparece em cena, de forma velada ou não, o desinteresse por esse assunto e a consequente transferência de responsabilidade, sob o argumento de que, em não havendo possibilidade de responder ou contemplar os cuidados (objeções) e intransponibilidades teóricas, que não se *ultrapasse o sinal*. Ou seja, colocar em questão os limites da teoria (das classes sociais), as barreiras que dificultam os debates, a necessária reelaboração conceitual e, mais ainda, as intenções de avançar e transpor os esquemas explicativos conhecidos, pode não ter acolhimento seguro.

Não obstante, não se pode renunciar à coerência teórica e rigidez metodológica, mas, com as atenções voltadas para os desafios postos para a maioria dos homens e das mulheres, diante do destrutivismo desenfreado do capital e a iminência da emancipação da classe trabalhadora, temos também que colocar em questão outras habilidades, que não só aquelas que nos têm permitido resguardar os princípios e os valores intelectuais.

Para tanto, nós nos dispomos a associar os reais significados da incontornabilidade do capital e o fato de que a sociedade só pode se transformar pela via da luta de classes, o que exige de nós atenções para a atualidade do tecido social do trabalho, intensamente fragmentado. É por esse caminho que nos propomos identificar as diferentes formas que expressam a resistência ao capital, todavia não mais restrita aos parâmetros do assalariado tradicional, ou do operário taylorista/fordista, mas extensiva às demais formas de explicitação do trabalho, e também não apenas restritos ao “chão de fábrica”, que, em conjunto, crescem em todas as escalas geográficas e em magnitude. A respeito

⁶⁸ Beynon (1997), em *As práticas do trabalho em mutação*, particularmente no item “A ascensão do trabalhador hifenizado”, oferece contribuições certas para compreendermos as faces plurais da intensificação da precarização do trabalho, sob o reino da reestruturação produtiva. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

das sociabilidades que não se restringem ao circuito da relação essencialmente capitalista, podemos tomar os exemplos das práticas socioculturais que envolvem diretamente as comunidades à memória da terra, ou seja, a terra vista não como mercadoria mas sim território de vida, da própria existência, o que significa então, ao perdê-la perde-se juntamente a possibilidade da existência. É por isso que somente as pesquisas nos tem possibilitado demarcar essas preocupações e revelar por meio da autocrítica, pública, que as dificuldades de compreensão desse processo nos tem dificultado apreender as especificidades do ser social que trabalha em diferentes formas laborativas e constrói visões/compreensões de mundo, quase sempre, relegadas pelos sindicatos, pelos partidos, pelos intelectuais etc. O que indicamos anteriormente por teoria espacial do trabalho não será produto de definições *apriorísticas* ou axiomas, mas sim da nossa capacidade de apreender os desafios e tensionamentos que estão colocados no interior da dinâmica geográfica do trabalho, da luta de classes.

Com isso, não estamos diminuindo nossas responsabilidades, contudo apenas atribuindo ao texto sistematizador a importância que tem, no momento, no contexto geral da nossa obra, das nossas preocupações, ao revelar os nexos gerais e específicos entre as diferentes formas geográficas de externalização do trabalho.

Neste ponto, retornamos ao objetivo central das nossas pesquisas, reforçado neste texto sistematizador: extrair da centralidade do trabalho e, considerando a amplitude das ações de resistência, a ideia de que há sujeitos capazes de mudar o mundo e, tendo em vista a trama polissêmica que lhe dá sentido, no século XXI, apreender as possibilidades emancipatórias na perspectiva de classe da classe trabalhadora.

Em termos *operacionais*, seria o mesmo que *reconstituirmos* as capilaridades internas e os modos de realização da existência do trabalho pelas diferentes habilitações laborativas, bem como as relações de trabalho que um mesmo trabalhador pode desempenhar, ao longo de um mesmo ano fiscal. Os significados e sentidos dessas vivências, do ponto de vista de classe, eis a questão que não se põe *a priori*, senão no próprio processo social.

Garantir coerência a esse pensamento requer, além do exercício constante da autocrítica, que tenhamos criatividade para entender a complexa trama espacial (apreender o fenômeno do trabalho por meio dos princípios lógicos da localização, distribuição etc.) e as contradições da dinâmica territorial que envolve e sufoca a sociedade e os trabalhadores, no século XXI. A frequência, o ritmo, a intensidade com que mudam de lavra (habilitação/profissão/enquadramento sindical), migram cotidianamente em busca de emprego e melhores condições de vida, se desenraizam constantemente (cultural, social e geograficamente), se empobrecem etc. Enfim, há toda uma mobilidade e fluidez do trabalho, que revela os ataques constantes do capital e dos Estados, mas também está refém da rigidez dos postulados e daqueles que não querem enxergar e aceitar a necessidade de ampliar os horizontes dos sonhos e da utopia emancipadora, para além dos *manuals* e, possivelmente, das *cartilhas*.

Assim, podemos apreender a plasticidade do trabalho, no plano da explicitação no cotidiano, ou reconhecer suas singularidades e as materialidades de cada experiência, avançando para o plano do concreto em pensamento, síntese de múltiplas determinações, tendo como

pressuposto contribuir para a formulação de investigações e estudos críticos e direcionados à construção de referenciais emancipatórios e anticapital, capazes, portanto, de romper com o estranhamento.

Por conseguinte, apesar de estabelecermos a prevalência ou o primado da dimensão ontológica do trabalho, é imprescindível que possamos construir nossa compreensão, a partir da práxis teoricamente orientada, com as atenções voltadas para a superação das fragmentações da práxis social do trabalho, além da dimensão teórica, que reside no entendimento/tratamento parcelário das frações do trabalho, combinando com as diretrizes da sua divisão técnica.

Nesse sentido, ainda que formulações como o desenvolvimento das forças produtivas e os efeitos sobre as relações de trabalho, a reestruturação produtiva do capital e as mutações no universo do trabalho, a fragmentação da práxis social do trabalho, o estranhamento do trabalho, bem como o papel do Estado, redefinido constantemente diante da crescente privatização das suas funções sociais e produtivas, em detrimento das redefinições em vigência no processo de acumulação e reprodução do capital, em âmbito internacional, em tempos de financeirização, e as repercussões para o trabalho, entre tantos outros aspectos, sejam contempladas pelas nossas investigações, diante da opção teórico-metodológica e político-ideológica que assumimos, inegavelmente seriam por nós abordados, com menor ou maior profundidade, a depender do recorte e do assunto em pauta.

No entanto, o que nos almejamos, no Volume 1, é realçar as posições que vimos oferecendo ao debate, tendo em vista as mediações que mais se destacam internamente aos assuntos e temas tratados, para cada texto produzido, que também dialoga com os projetos sob nossa coordenação/orientação, e sua inserção nos eixos de pesquisa.

Por isso, não nos apoiamos num texto estruturado (essencialmente) em revisão bibliográfica, citações, e amparado em figuras (mapas, tabelas, quadros, gráficos, croquis), tampouco que cubra a *totalidade* dos assuntos que compõem a temática do trabalho, mas fundamentalmente que contenha a amplitude das nossas reflexões, produto das pesquisas realizadas e em execução, e que expresse nossos posicionamentos autocríticos, levando, conseqüentemente, ao diálogo com a bibliografia e à demarcação substancial no âmbito do debate acadêmico, político e que dialogue com outros recortes e assuntos afins. Para seguir esse delineamento, optamos por utilizar as figuras e as informações e dados estatísticos na Parte II do Volume 1, e somente nos assuntos que ainda não foram devidamente fortalecidos da nossa produção individual e coletiva. Imaginamos que dessa forma estamos oferecendo reflexões amparadas nas nossas reflexões já conhecidas, questões novas e no conhecimento já comprovado, o que nos permite utilizar *argumentos de autoridade*, sem os quais o próprio avanço da pesquisa e debate científicos estariam prejudicados ou impraticáveis, ou seja, a caminhada histórica do desenvolvimento da ciência deve se apoiar nas descobertas pretéritas, sem contudo prescindir das reflexões críticas que apontam limites e pontos falhos nas teorias vigentes.

Assim, não optamos por resumir nossa produção, mas, ao refletir sobre nossos entendimentos, potenciar também incompreensões, dificuldades e limitações teórico-metodológicas

etc., de sorte a não sugerir rompimentos impensados, superações irresponsáveis, nem apontar soluções apressadas, mas abrir e a ampliar o debate, ousar, manifestando nossa autocrítica.

Portanto, a construção lenta, mas gradual e crescente, das referências teóricas para a efetivação da “leitura” geográfica do trabalho é o que está nos permitindo participar desse debate. Entretanto, até por uma questão iminente, nossos limites nos impossibilitam de avançar sobre toda a extensão da complexa temática do trabalho e dos sentidos polissêmicos, nem mesmo conhecer integralmente toda a bibliografia, o que não nos isenta de recorrer às diversas áreas de especialização do trabalho científico.

Os aprofundamentos realizados sobre os assuntos estudados certamente nos deixam mais à vontade para transitarmos pela literatura, tanto específica, como geral e de suporte teórico-metodológico, tendo à frente autores como: Marx, Antunes, Oliveira, Mészáros, Lênin, Alves, Ariovaldo Oliveira Santos, Silva, Lefèbvre, Moreira, Harvey, Francisco de Oliveira, Smith, Bihr, Lazzaratto, Lessa, Huws, Milton Santos, João Bernardo, Martins, Lukács, Massey, Vasapollo, Porto Gonçalves, Pochmann, Fernandes, Jayro Melo, Armando Correia da Silva, Polany, e tantos outros.

Por essa via, estamos construindo referenciais para identificar os desafios que se colocam à busca infinda da superação dos limites intelectuais, que só serão efetivamente tratados mediante a práxis da pesquisa (teórica/empírica) e da convivência com os sujeitos sociais envolvidos no espaço de relações geograficamente definido.

Em decorrência, uma possível teoria espacial do trabalho talvez consiga frutificar desse esforço coletivo, mas, no conjunto da nossa produção, já pode haver algumas pistas desse aprendizado coletivo, para que venhamos a socializar, junto aos nossos interlocutores, os exercícios de compreensão crítica de alguns aspectos da classe trabalhadora no Brasil, no século XXI.

3. Introdução

É com base nas pesquisas que estamos conseguindo avançar a “leitura” geográfica do trabalho, considerando os determinantes que atingiam e atingem diretamente a sua materialidade e subjetividade, que não se circunscrevem somente à relação capital x trabalho, nem às relações capitalistas, mas rebatem diretamente na complexa trama de relações, as quais, para além dos marcos explicativos previamente elencados, regem o controle social do capital sobre o trabalho.

Sinal aparente de confusão e embaralhamento para o leitor desavisado e igualmente confuso para os trabalhadores, tudo isso, para a maioria dos dirigentes e lideranças sindicais – independentemente das filiações ideológicas, vincula e enraíza a “leitura” de mundo esvaziada ou empobrecida de consciência crítica ou criticidade, em especial diante das rearrumações do cenário trabalhista, sindical e dos movimentos sociais, a partir das ações do capital, expressas nas novas clivagens do trabalho.

Esse processo incide tanto sobre os assalariados “puros”, trabalhadores temporários, por conta própria, informais, agricultores camponeses, quanto sobre os contingentes que estão à frente das ações de luta pela terra.

A conjuntura atual desperta preocupações para os trabalhadores brasileiros de maneira geral, tendo em vista os temas que estão em *standby*, no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e das Reformas Trabalhista e Sindical, além da previdenciária, que rondam o Congresso Nacional. Sem contar o imobilismo dos próprios sindicatos, as centrais sindicais e a apatia dos partidos políticos *progressistas* (PT, PC do B, PSB) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desde 2003, no arco do apoio político do governo federal⁶⁹.

Nesse mesmo contexto, podemos apreender ainda o distanciamento desses partidos com respeito a temas centrais para os trabalhadores, particularmente a reforma agrária, a viabilização de assentamentos e a política de emprego (urbano e rural), pois evidenciam os vínculos, os interesses e os nexos que soldam as alianças políticas de sustentação do governo, por exemplo, em torno do *superávit* primário, do acordo com o FMI, das reformas constitucionais e trabalhistas. Um exemplo disso foi o desfecho do acordo que o governo Lula está fechando com a bancada ruralista, em relação à rolagem da dívida agrícola. O pacote se estende da soja, passando pela cana-de-açúcar, pecuária, café, ao cacau, compreendendo diversos quesitos, desde a compra de equipamentos até a securitização da produção, com um volume de aproximadamente R\$ 80 bilhões e envolvendo 2,8 milhões de contratos, em todo o país. A amplitude da regularização de dívidas originárias do crédito rural e de crédito fundiário foi oficialmente garantida pela Medida Provisória 432, de 27 de maio de 2008. As tratativas variam por programa e tipicidade de dívidas, e poderíamos destacar: a) redução dos encargos sobre as prestações vencidas e não pagas; b) diluição do saldo devedor vencido entre as parcelas vincendas; c) concessão de prazo adicional para pagamento e de

⁶⁹ Em Antunes (2006b), encontram-se reflexões e aprofundamentos importantes sobre esse assunto.

concessão de descontos para liquidação, em 2008, 2009 ou 2010, das operações antigas com risco da União; e d) redução das taxas de juros e encargos⁷⁰.

A evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias para o capital. Assim, a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, e da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos focando esse processo no âmbito do agrohídronegócio⁷¹, por onde nos propomos entender os desafios para a sociedade, para os moradores das cidades e dos campos, ou seja, a dinâmica geográfica da reprodução do capital no século XXI e os cenários que põem para os trabalhadores. (Eixo 2).

E, mais recentemente tivemos a implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e da priorização da produção de álcool de cana-de-açúcar, como alternativa para fortalecer a matriz energética renovável, com vistas a ampliar os negócios com a exportação do produto, e mais recentemente a possibilidade da produção de diesel a partir do caldo da cana-de-açúcar, bem como à garantia de manter fixado a esse modelo a soja como matéria-prima responsável por 80% da produção de óleo, sendo, pois, essas iniciativas vinculadas às custas da intensificação da concentração da propriedade da terra, de renda e de capital, dos prejuízos ambientais, nos moldes já conhecidos da monocultura, e da intensificação da competição com as áreas destinadas para a produção de alimentos (Eixos 1.1 e 2.1.).

Esse direcionamento na orientação das políticas públicas certamente produzirá impactos mais expressivos para toda a sociedade, mas está imprimindo a marca *dégradé*⁷² da gestão Lula da Silva, ou seja, distanciamentos dos pressupostos de conteúdo popular, social e progressista das ações de governo, tão desejadas pelos trabalhadores brasileiros, tendo à frente movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, inclusive o PT, setores da classe média e intelectuais esclarecidos. Aliás, composição essa que na atualidade vem sendo refeita e é portadora de novos argumentos, explicações etc.

Seguindo os referenciais de Fernandes (1987), poderíamos lembrar o que ocorreu no Brasil, por exemplo, depois da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas “concedeu” direitos sociais em troca do fim da autonomia política e sindical dos trabalhadores. É fato, pois, que, na “era FHC”, bem como no neoliberalismo em geral, não há nenhuma concessão aos de baixo. Mas, e no governo (*popular*) Lula?

Essa indagação se associada à preocupação principal da reforma trabalhista e sindical oferece-nos a resposta a que veio, ou seja, não intenta conduzir o movimento sindical a um novo patamar de força política, de consciência crítica e radical contra a fragmentação e exploração capitalista. Em essência ensaja adequá-lo às exigências e necessidades do capital⁷³, sobretudo a

⁷⁰ Cf. MEDIDA PROVISÓRIA 432. Disponível em: www.presidencia.gov.br.

⁷¹ Vale a indicação do artigo de Mendonça (2007), “O Agrohídronegócio no Cerrado Goiano: Construção das (Re) existências”.

⁷² Utilizamos essa expressão para caracterizar a postura refém e conservadora do PT, pois a perda de intensidade da coloração inicial, em razão dos compromissos históricos, misturou-se ou é a própria guinada em defesa de outros pressupostos e compromissos políticos.

⁷³ Para mais detalhes, ver Santos (2004).

fragilização e perda de direitos, e a materialização do que estão afirmando os especialistas no assunto, de reestatização dos sindicatos no Brasil, no século XXI⁷⁴.

Por outro lado, desmobilizados e distantes da construção efetiva de referenciais pautados na autonomia e na independência de ação, os sindicatos e as centrais sindicais se encontram, na maioria dos casos, engessados ao legalismo, ao cumprimento das normas e regras jurídico-trabalhistas e aprisionados à pauta estabelecida pelo governo.

Isto é, o *staff* estatal enfatiza a imediata substituição da unicidade pela pluralidade sindical, sem, no entanto, preencher esse assunto de informações e discussões, utilizando-se, porém, do *merchandising* palaciano para asseverar que essa é a palavra de ordem para o sindicalismo no Brasil. E, o mais grave, secundariza os efeitos da *chaga social* que tem no desemprego e na intensa precarização das relações de trabalho, na informalização e no desemprego, os dispositivos que mais enfraquecem a classe trabalhadora e suas instâncias de organização.

É nesse processo que são reavivadas as disputas territoriais que complexificam a luta de classes. Mais heterogênea, mais fragmentada, mais diferenciada, a classe trabalhadora, o trabalho, o sindicalismo, os movimentos sociais estão requerendo novos estudos, que priorizem sua “releitura” enquanto *totalidade viva*, uma vez que as complexas tramas que povoam suas diferentes formas de externalização expressam os desafios de agora e exigem que superemos as fragmentações aceitas/cimentadas/negadas que estão na base de sustentação dos discursos, das ações políticas, dos cursos de formação, das dissertações e teses acadêmicas etc. Até porque é imperioso reconhecer que a reestruturação produtiva está alterando em profundidade o patamar tecnológico, mudando os procedimentos técnicos e promovendo readequações nas rotinas de trabalho que redimensionam os processos de trabalho e a própria arrumação da planta fabril por meio do desmonte de setores inteiros que se somam à terceirização etc., contudo, quando tudo isso é focado do ponto de vista estrutural conseguimos definir operários e/ou trabalhadores (no geral) que se mantêm, que têm suas inserções laborais redefinidas, mas não conseguimos definir os limites e/ou abrangência de uma classe, ou da classe trabalhadora⁷⁵.

Poderíamos também dizer que novas formas de organização do trabalho e realidades inorganizadas estão surgindo, ou ainda desvinculadas de instâncias definidas, relacionadas à diversidade da informalidade (camelôs, ambulantes etc.), constituindo-se, todavia, em verdadeiras *franjas da exclusão*. Com base de atuação no campo e na cidade, de modo geral invertem a clássica operação/representação corporativa dos sindicatos, fora da sistemática habitual/usual, e os seus significados não estão explícitos, tampouco são *reserva de mercado* das interpretações pré-definidas e desvinculadas dos embates históricos.

Mesmo diante dos avanços tecnológicos, especialmente da tecnologia da informação (TI), os movimentos sociais poderiam viabilizar ações políticas, estreitar relações e encurtar as distâncias, redimensionando algumas ações possíveis de juntar as escalas local, regional, global e internacional em redes de conexões. Essa “leitura” da globalização por parte dos movimentos sociais poderá contribuir para a construção de organizações dos movimentos sociais em redes (MACHADO,

⁷⁴ Cf. ANTUNES. 2008, em matéria publicada no jornal *O Estado de .S.Paulo*: “Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado” (p. 6).

⁷⁵ Cf. THOMPSON, 1987.

2007). Fugir do isolamento, articular conjuntamente e estabelecer trocas de informações rotineiras são aspectos imprescindíveis para a formação das redes de movimentos sociais. Esta é, pois, a saída para neutralizar e superar o histórico referencial de ações pontuais e de curto alcance. Sem a pretensão de fechar esse assunto às formulações generalizadoras, poderíamos incorporar nessa reflexão algumas indicações de Santos (1988), quando pondera que: “Quanto mais os lugares se mundializam, mas se tornam singulares, específicos e únicos” (p. 46).

Esse conjunto de assuntos poderia requerer aprofundamentos específicos sobre a teoria dos movimentos sociais. Tampouco entendemos que deveríamos nos fechar, mas admitindo que não seja entendido, via de regra, no âmbito da problemática coletiva, esse caminho nos servirá de referência para situarmos o cenário das lutas e o envolvimento dos movimentos sociais⁷⁶ no Brasil. Nos anos 1990, o declínio das frações e frentes de lutas urbanas, fortemente incentivadas pela eclosão sindical da década de 1980, é acompanhado pela emergência das organizações no âmbito do campo, com destaque para o MST, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a própria Central dos Movimentos Populares (CMP) e alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), espalhados pelo país, envolvidos nas lutas dos assalariados rurais mais combativos, particularmente os canavieiros no nordeste, e os Sindicatos dos Empregados Rurais (SER), produto de dissensão no interior da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP)⁷⁷.

É certo também que, mesmo nos tendo dedicado, desde o segundo ano do curso de Graduação em Geografia, às investigações encimadas no campo, ou o que se denomina de Geografia Agrária, o que é comprovado em todos os níveis da nossa formação acadêmica (na Graduação e na Pós-Graduação), o que se põe para nós como fundamental e horizonte de pesquisa, para a compreensão da temática do trabalho, sob o enfoque geográfico, é a totalidade social (expressa no campo e na cidade), isto é, a tentativa de recompor a fragmentação da práxis social, política e geográfica do trabalho.

A lógica da racionalidade instrumental das empresas, de modo geral, pulsa os elementos constituintes da reestruturação produtiva do capital que, por sua vez, planetariza/mundializa um conjunto articulado e simultâneo de procedimentos e estratégias, para garantir a exequibilidade da acumulação ampliada do capital, a monetarização das relações, dentro e fora do trabalho, e os patamares crescentes de produtividade e competitividade como mecanismo para rebaixar custos. Para tanto, rompe com os contratos formais de trabalho, sistemas de segurança no emprego, colide frontalmente com os circuitos curtos de produção e consumo de produtos agrícolas, bem como o autoconsumo, com as práticas de vida comunitária e autônoma, mas não elimina as relações não capitalistas de produção⁷⁸.

Imersos, pois, em situações alarmantes de exclusão⁷⁹, autoritarismo e destrutivismo, os trabalhadores se rearticularam nos sindicatos, em associações, organizações autônomas, no

⁷⁶ Gohn (2007) sistematiza as principais correntes teóricas que abordam os movimentos sociais.

⁷⁷ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002.

⁷⁸ Em Luxemburgo (1976), encontram-se análises preciosas sobre o tema da acumulação de capital, nas quais se demonstra toda a qualidade e irreverência de uma autora com grande fôlego teórico e que dialoga criticamente, em alto nível, com a obra seminal de Marx, *O Capital*, à qual se mantém fiel.

⁷⁹ É oportuno esclarecer que os argumentos defendidos por Malaguti (2000) colocam aspectos importantes no debate, a respeito da dualidade exclusão/inclusão. O autor argumenta que, se o capital controla a totalidade social (dentro e fora do

interior da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comunidades Eclesiais e cooperativas, inaugurando uma nova etapa de luta, via de regra com forte inclinação de combate e de resistência em torno da questão da terra, posse, grilo, formas de uso etc.

Os movimentos sociais ocupam espaço privilegiado na dinâmica das lutas populares. Seria o caso de considerarmos a escorchant magnitude da concentração da propriedade da terra e da estrutura fundiária, bem como os elevados patamares de superexploração do trabalho e de reprodução de experiências assemelhadas à escravidão em diversas atividades agropastoris, tais como: grandes fazendas de pecuária, madeireiras, carvoarias, corte da cana-de-açúcar, colheita da laranja, café, frutas para exportação etc.

Nesse sentido, as teorias, os teóricos e o acúmulo de estudos sobre os movimentos sociais não nos ocupam diretamente, todavia, na medida em que os assuntos em foco exigirem reflexões específicas sobre as organizações que se encontram no ambiente dos movimentos sociais, para eles inclinaremos nossas atenções. Por exemplo, de um lado, o papel de destaque na conjuntura atual, no que tem a ver com a confrontação direta com o Estado, o capital e setores dominantes da burguesia, em grande medida organizados no âmbito da Via Campesina e com destacado papel na construção dos Fóruns Sociais Mundiais, realizados desde 2001, e que catalisam centenas de organizações em todo planeta. Por outro lado, há também o pronunciado caráter fragmentado, fluido e disperso de parte considerável de organizações que são efêmeras na existência e órfãs na representação e ação políticas. É bem verdade que parte dos movimentos sociais populares perde força e capacidade de mobilização, diante das políticas integradoras que requerem interlocução com organizações institucionalizadas, tais como as ONGs, que passam a ocupar papel destacado no século XX e XXI.

Não obstante, percebe-se a intensa mobilidade do trabalho, no Brasil, diante do movimento constante de sua (des)realização, que, por meio das diferentes *modalidades da informalidade*⁸⁰ (parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, terceirizado), se multiplica espacialmente por todos os quadrantes, à base de forte inserção feminina no mercado de trabalho, processo também denominado de *feminização do trabalho*⁸¹.

O *outsourcing* mundializou-se e atualmente prevalece, em detrimento do formato formal, com registro em carteira, também precarizado, todavia culturalmente garantido pela ideologia da segurança no trabalho, que alimentou as expectativas do pacto de classes, alicerçado após a Segunda Guerra, pelo capital, Estado e parcela hegemônica do movimento operário. Estes, pois, também se escudaram nos referenciais corporativos e cultuaram ilusões nos referenciais do taylorismo-fordismo, de que o capitalismo havia definitivamente superado seus “ciclos de crise”.

Entretanto, a elevada expansão da produção (para 10% da população mundial) e o crescimento expressivo do mercado, do período fordista, ou dos 30 anos gloriosos (CHESNAIS,

trabalho), então os desempregados não podem estar excluídos desse processo. Esse raciocínio não deixa de ser interessante, no entanto, a exclusão social do trabalho, formulação frequentemente utilizada, inclusive por nós, não se restringe somente à negação da possibilidade de consumo, ao emprego, ao mercado de trabalho, mas à sociabilidade do ser que trabalha, nas diferentes formas de realização/externalizações, incluindo um amplo leque de (des)realizações e suas respectivas dinâmicas geográficas.

⁸⁰ Cf. ANTUNES, 2006a.

⁸¹ Cf. NOGUEIRA, 2006.

1996), que se estenderam da Segunda Guerra até meados da década de 1970, tiveram, como desastroso desfecho, uma crise de dimensões estruturais.

Estamos diante de um processo que define o desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 e dá coesão ao sistema orgânico do capital, que tem como aparência essencial a globalização enquanto expressão da sua mundialização. Ocupando-nos de Alves (2001), poderíamos dizer que a mundialização do capital é uma denominação precisa para o fenômeno da globalização, que identifica um novo regime de acumulação capitalista. Mais que isso, a mundialização do capital é um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares, se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalismo, desenvolvendo-se em meio a uma profunda crise de superprodução, associada à queda da lucratividade⁸².

Os elevados índices de produtividade do trabalho nas indústrias juntavam-se aos compromissos das políticas do Estado do Bem-Estar-Social, numa clara aliança das políticas keynesianas de regulação da economia e do trabalho, sob os fundamentos do fordismo-taylorismo. As principais marcas desse processo não se resumiram aos aspectos econômicos, mas também ao imaginário ideológico, que, juntos, fundamentaram as teses do “fim da escassez”, do “fim da luta de classes” e do “fim das contradições do capital” (MÉSZÁROS, 2004, p.121).

Todavia, nesse ambiente de disputas e acusações, fez-se presente o principal argumento neoliberal para a explicação da crise e do desemprego mundial, umbilicalmente vinculado aos estratégias da ONU, OMC, Banco Mundial, Consenso de Washington, quando atribui o desemprego à excessiva regulamentação do mercado de trabalho e à proteção dos mercados domésticos, que estariam inibindo a emergência de uma *onda de destruição criativa* que o mercado livre poderia engendrar.

Chesnais (1996) é categórico nas críticas e na sua coerência em dissecar o capitalismo da atualidade, usando uma metodologia marxista sem concessões, para demonstrar o caráter destrutivo das forças econômicas desencadeadas com a saga *thatcherista*, a partir dos anos oitenta. Não é, portanto, uma crítica às políticas neoliberais, que o preocupa, para oferecer alternativas ao capitalismo, a fim de que retome um “desenvolvimento sustentado”; não é um *neokeynesianismo*, mas sim a busca por elementos que forneçam posicionamentos críticos ao capitalismo de hoje e ao próprio sistema.

Apesar das contestações e ações de resistência de parcelas da sociedade organizada, esses posicionamentos não somente fizeram eco em todo o planeta, como também conseguiram resultados muito satisfatórios, particularmente com a bandeira do Estado Mínimo e da alternativa pacífica para a crise social, prioritariamente pela via de nova relação entre capital e trabalho.

O pano de fundo da aparente harmonia desejada da relação capital-trabalho foi marcado, por um lado, pela mudança de rumos do ponto de vista de classe ou a cooptação dos partidos políticos protagonistas das lutas e reivindicações dos trabalhadores e dos sindicatos, que foram alvo de expedientes que fundamentaram sua institucionalização e burocratização.

⁸² Cf. BRENNER, 1998b.

Os limites da engenhosidade desse sistema de relações contraditórias expuseram suas fissuras, ao revelar os efeitos do processo de desvalorização do capital, “a eclosão das revoltas do operário massa e a crise do *welfare state*” (ANTUNES, 1999, p.40).

É recorrente reconhecermos que as prerrogativas dos métodos fordistas/tayloristas em garantir taxas elevadas de mais-valia e de lucro produziram estágios crescentes de desqualificação do trabalho, dado o caráter homogêneo, mecânico e repetitivo. Isso, aliado à rigidez dos sistemas de controle do trabalho, reacendeu, já nos anos 1960, nova identidade do operariado, que, diferentemente da fase do Estado Providência, demarcou questionamentos e reivindicações discordantes. A partir de meados dos anos 1960 até meados da década seguinte, evidenciou-se a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de administrar as fissuras e as contradições (HARVEY, 1992).

A força e contundência do movimento operário, nesse período, foi o estopim da crise que fez eclodir a estrutura de mando do Estado, do capital, e demarcou um campo ideológico das disputas no âmbito dos sindicatos, das centrais, para aqueles que se encontravam reféns de todo o processo de exploração e de controle.

Mas, foi exatamente no interior dos conflitos e do acirramento das lutas de enfrentamento entre os diferentes setores do capital, do Estado e da burguesia, de um lado, e os trabalhadores, de outro, considerando os partidos políticos, os sindicatos e, portanto, o próprio ambiente da luta de classes, que o capital retoma para si a prerrogativa de controle da produção. Sob os argumentos da diminuição das taxas de lucro, diminuição das taxas de consumo, em virtude das altas taxas de desemprego, capital e Estado rebatem a crise, através da intensificação de capitais, e propugnam pela falência dos pressupostos do *welfare state*, definindo as estratégias para a dominação da esfera financeira. Garantir o processo de produção e, em decorrência, a extração de mais-valia e a acumulação de capital significou a decadência da acumulação fordista/taylorista e igualmente a derrota política do “operário massa”.

Dessa forma, a financeirização da economia é o produto da fuga de capitais da esfera produtiva, combatida pela crise, e também a condição de o capital se expandir, por meio de uma dinâmica destrutiva da estrutura societal que, longe de ser uma alternativa à crise, sintetiza, pois, o acúmulo de contradições destrutivas e revela o processo de estranhamento. (RANIERI, 2001). Podemos acrescentar que quando a base do trabalho produtivo diminui passa a afetar violentamente o processo de acumulação, podendo, então, tornar a taxa de lucro decrescente. É importante, insistir que não é isso que está ocorrendo nessa fase recente do capitalismo, no século XXI, pois os fenômenos do chamado capital fictício assumem tamanha autonomia em relação à produção – no seu desespero fetichista de produzir mais valor – que sobre a mesma fez recair um peso de papéis especulativos e de dívidas de crédito que, não surgindo valores novos significativos no processo de produção para dar-lhe lastro, coloca toda engrenagem em profunda crise⁸³.

Porém, é pela insistência da mobilidade espacial que o capital busca a superação da crise⁸⁴. O conjunto dessas ações evidencia uma “ofensiva generalizada do capital e do Estado contra

⁸³ Menegat (2007) aborda esse assunto com muita propriedade, oferecendo reflexões importantes para a compreensão do capitalismo no século XXI.

⁸⁴ É importante indicar as reflexões de Milton Santos (2002), Chesnais (1996, 2005) e Mészáros (2002, 2007).

a classe trabalhadora”, sendo que a condição dessa ofensiva se dá pela liberação de capitais para a esfera financeira, que intensifica, por sua vez, a mundialização do capital, digno, pois, de um movimento contraditório de relações (ANTUNES, 1999, p. 32).

Marx (1982), no livro II de *O Capital*, mencionava a ilusão mercantilista dos capitalistas em tentar saltar de D a D', ou queimar a etapa do processo produtivo (P). Como muito bem observa Chesnais (1996), isso é a realidade dominante na contemporaneidade, porque o capital financeiro pode se apossar de quantidades expressivas de mais-valia, sem prestar qualquer tipo de serviço, apenas dispondo da prerrogativa de mover-se pelo planeta. No entanto, não podemos negligenciar que o fato de a acumulação ter assumido a equação D-D' sem passar pela produção – o que é impossível –, isso somente se deu durante um tempo curto, quando referenciado à história do capitalismo. Poderíamos recorrer à caricatura que indicamos na Introdução, no momento em que Antonio Ermírio e Lázaro Brandão não estão em caminhos opostos, ou seja, o capital na sua forma produtiva não é contrário à sua forma financeira. A “leitura” equivocada desse processo faz emergir, frequentemente, em cena, sindicalistas, lideranças de cariz nacional, assinando matérias conjuntas com magnatas da FIESP, reivindicando incentivos do governo para determinados setores produtivos, particularmente o automobilístico, que não se sustenta por si só sem que entrem em cena incentivos que animem o mercado consumidor (de automóveis), e que atrai o setor financeiro/bancário por meio de políticas que reduzam as taxas de juros e que alonguem os prazos de pagamento.

Enquanto os trabalhadores organizados tentam se manter em atividade, a produção se desloca para os setores não-organizados, por meio da terceirização, na maioria dos casos vinculados à informalidade, nas diversas modalidades do trabalho domiciliar, tal como o modelo desenvolvido pelo SEBRAE do Arranjo Produtivo Local (APL), que estimula e edifica a informalidade ou mais ainda sua expressão domiciliar. Essa reformatação do capital, mediante a fragmentação dos espaços produtivos, também é vetor do espalhamento do trabalho, na forma de trabalho domiciliar.

A depender dos níveis de interesse e da amplitude das contradições, das lutas e da capacidade de organização, o capital migra com mais ou menos intensidade. Nas diversas porções do território, os conflitos se materializam, cada qual com especificidades e mediações próprias, mas afinados a uma lógica espacial que, via de regra, expressa os níveis e os conteúdos dos mecanismos de dominação e controle do capital sobre os trabalhadores.

Esse complexo quadro de relações nos cobra, efetivamente, novas compreensões e aprimoramento conceitual e teórico. Contudo, é em meio às ofensivas do capital que devemos reconstruir os laços teóricos necessários e romper as travagens que nos impedem de entender e agir para a construção/elaboração de alternativas. Entretanto, não devemos nos recusar tal experiência, sem antes nos lançarmos a tal empreendimento sob o argumento de que se estaria apostando em postura defensiva, o que não estabelece concordância com os referenciais teóricos. Até porque, para chegarmos à conclusão de em qual momento deveríamos deixar de sermos reativos, sob o risco iminente de submergir ao espontaneísmo da ação direta ou do pessimismo acadêmico, necessariamente teríamos que resistir.

De fato, isso espelha a predominância, na base do edifício social, do modelo concentracionista de terra, renda e capital, aliás, nas últimas décadas, expressando crescimentos

sintomáticos do processo social que rege e regula a sociedade do capital, em escala global. Colocar em primeiro plano a estrutura de poder de classe, em torno da concentração da propriedade da terra (urbana e rural), o fortalecimento dos grandes conglomerados agroindustriais, alimentícios, químico-farmacêuticos, financeiros, minero-madeireiro-metalúrgicos, em nosso país, significa expor em escala de importância todo o histórico quinhentista de consolidação do latifúndio e dos mecanismos de concentração de renda e de riqueza nas mãos de poucos.

Se afinássemos nossas atenções para a cadeia alimentícia, notaríamos a existência de cartéis controlados por umas 10 empresas transnacionais, que estão aliadas formal ou informalmente a umas 40 empresas de tamanho médio, que compõem o cartel das principais transnacionais de grãos: Cargill, Continental CGC, Archer Daniels Midland (ADM), Louis Dreyfus, André y Bunge and Born. Dominam praticamente os principais cereais/grãos (milho, trigo, soja, cevada etc.), passando para as carnes, lácteos, óleos, vegetais, açúcar e frutas, mas também se ramificam por meio de outras empresas e *holdings* para o setor de agrocombustíveis/bicombustíveis (Eixo 1.3). Como sinaliza Carvalho (2008), a sistematização de um organograma do cartel alimentar se comporia, em ordem decrescente, pelos seguintes conglomerados: “a Archer Daniels Midland, Unilever, Grand Metropolitan (Pillsbury), Cargill y Cadbury, que por sua vez se subdividiriam em sete linhas: grãos, carnes, lácteos, óleos e gorduras comestíveis, açúcar/cacau, bebidas e distribuição” (CARVALHO, 2008, p. 3).

Com efeito, isso tudo ganha em intensidade nos últimos anos, especialmente devido à inexistência de políticas públicas de reforma agrária e projetos do Estado e dos governos que não privilegiam alternativas de interesse dos trabalhadores, porém consolidam o projeto de sociedade fundado nas grandes empresas, na concentração fundiária e na marginalização social de milhões de famílias camponesas, e de trabalhadores que se veem constantemente ameaçados, em conformidade com os interesses do capital e do Estado. Não bastassem as consequências de a concentração fundiária estar diretamente filiada aos interesses dos proprietários de terra, categoria que contém em seu interior grandes grupos capitalistas (financeiros, industriais, agroindustriais etc.) e latifundiários, que reavivam o expediente da especulação imobiliária e têm na propriedade da terra objetivo central do patrimonialismo.

Em meio a esse turbilhão, reproduzem-se relações capitalistas e não essencialmente capitalistas para garantir o projeto hegemônico do capital, a dominação de classe e o controle social. O desenvolvimento desigual e combinado desse processo é a chave para entendermos as diversas formas que o capital utiliza para praticizar a exploração, a subordinação, a expropriação, a sujeição, enquanto estratégia para garantir sua produção e reprodução. Como já apontamos, em outro artigo⁸⁵, esse processo não tem sido entendido, porque os instrumentos teórico-conceituais estão distantes e desconhecem/desprivilegiam a práxis histórica, social e ontológica do trabalho.

A ruptura dessa *blindagem* nos possibilitará compreender a dialética existente entre as dimensões material, imaterial e subjetiva do trabalho, portanto, não somente como esforço de retórica, mas como práxis efetiva para o exercício teórico-metodológico e político.

⁸⁵ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

Seguindo a mesma linha de preocupação de Antunes (2005a), quando sintetiza na “nova” *morfologia do trabalho*, a amplitude do conteúdo social da (des)sociabilidade contemporânea e o novo caráter multifacetado do trabalho, as propriedades compósitas da sua definição de classe trabalhadora, como sendo a *classe que vive da venda da força de trabalho*⁸⁶, inspira-nos a colocar em questão os estreitos vínculos existentes entre outras formas de trabalho, que não somente circunscritas ao ambiente dos trabalhadores produtivos (proletário e demais assalariados) e improdutivos, assalariados do setor de serviços. Em meio à normatização das práticas sociais impostas pelo metabolismo do capital se promove a dessocialização que dissolve as relações comunitárias, esgarça e rompe os vínculos sociais, o que Bihr (1998) denomina de crise de sociabilidade. É com base nessa formulação que estamos nos propondo dialogar e repensar a fundamentação que vimos assumindo para entender o trabalho e classe trabalhadora.

Assunto complexo e merecedor das nossas atenções, assim como de tantos outros, no entanto, nossa apreensão desse processo põe em primeiro plano que a delimitação teórico-conceitual de trabalho e da classe trabalhadora, nos marcos da venda da força de trabalho, coloca desafios para entendermos o conturbado tecido social (do trabalho), no século XXI, e as revelações que estamos extraindo das pesquisas e das demais fontes de informações, enquanto expressões e identidades que compõem ou que demonstram potencialidade de luta e de resistência dos camponeses, trabalhadores desempregados, sem terras, informais, assalariados que vivem no *limbo* da formalidade. A composição do tecido social da classe trabalhadora pode ter ou nos indicar num primeiro momento, na sua ambiência, segmentos que vivenciam diferentes relações de trabalho, constroem territorialidades específicas e impactam na forma de ser do trabalho, expressando sinais e noções com mais ou menos intensidade de pertencimento de classe.

É no interior desse movimento das mudanças laborativas (profissão, habilitações) e dos deslocamentos dos seres que estão submetidos a diferentes formas de trabalho (produtivo, improdutivo, informal), de formas contratuais (formais, informais), de exploração/subsunção/sujeição/controle pelo capital, e da sua entrada e saída também constante da definição preconcebida de classe trabalhadora, que temos o dia-a-dia efetivo daqueles homens e mulheres que, em meio a esse processo *acalorado* de (des)identidade social e de classe, constroem a resistência ou expressam, de diferentes maneiras, a condição de *joguete do capital*, sinalizando quando se afirmam na condição de explorados/subordinados noções de pertencimento de classe, com ou sem a presença da instância de organização partidária.

Com base nos resultados das pesquisas que vimos realizando e nas informações recentes disponibilizadas, oriundas de tantas outras, essas experiências se fazem presentes nas acomodações ao leito do refluxo e da desmobilização, mas também nos confrontos diretos com a burguesia, com o capital e com o Estado. É o caso dos trabalhadores organizados no âmbito dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e reforma agrária, e que se expressam nas ocupações de terra, passeatas, marchas, paralisação de estradas de ferro e de construção de hidrelétricas, da *destruição simbólica* dos centros de experimentação das transnacionais envolvidas na produção de variedades transgênicas etc., conformando ações de resistência.

⁸⁶ Cf. ANTUNES, 1999. Em formulação anterior, Antunes (1995) sugere o conceito de classe-que-vive-do-trabalho.

Quando extrapolamos os limites das fronteiras do país e alçamos a escala mundial, esses requisitos devem ser identificados à Via Campesina ou, mais propriamente, à sua coordenação política, que congrega movimentos sociais e organizações camponesas de todos os continentes, tendo marcado posicionamento, apesar de algumas ambiguidades, pela emancipação dos povos, direito e liberdade para escolha da soberania alimentar, reforma agrária e luta pelo socialismo.

A expressividade dessas ações, ao longo de todo o percurso do século XXI, tem-se notabilizado nas instâncias de organização e nos movimentos sociais camponeses no Brasil e também em nível internacional, em particular nos países periféricos, que, de maneira muito mais enfática, expõe a confrontação com o capital (nas suas diferentes expressões, com predominância para o segmento agroquímico-alimentar-energético-financeiro). Poderíamos citar o MST, o MAB, o MPA, o Movimento Camponês Popular (MCP), a Liga de Camponeses Pobres (LCP), no Brasil; e as evidências mais marcantes, na Bolívia, Equador, Filipinas, África do Sul, México, Índia.

A demarcação e a intensidade dessas ações, além de constantes e com amplitude, irradiam igualmente contundência nas mobilizações de resistência e pulsam sentimento de pertencimento de classe para proletários e assalariados em geral, informalizados etc., quando comparado ao proletariado, para ser fiel à formulação usual, que, diante da crescente degradação, precarização, informalização, desemprego e (des)realização do trabalho, está sendo duramente atacado e atingido pelo capital.

Esse é um fato incontestável, mas há outros elementos que somam negativamente nessa já combalida e nefasta realidade de refluxo e subalternidade do movimento operário, com a consequente (des)identidade do trabalho, no Brasil, desde a segunda metade da década de 1990 e, com todas as letras, neste início do século XXI. Na verdade, essa é a opção dos dirigentes e lideranças sindicais em adotar saídas concertacionistas e pactuadas com o capital, sob a mediação ou não do Estado, que, nesse caso – apesar das disputas internas –, é uma extensão e se confunde com as decisões dos sindicatos, nesse particular, que estão no arco político da CUT. O fato de hegemonizar/controlar o comando dos sindicatos, as centrais, agora também da Força Sindical (FS) – o que mostra o *signal dos tempos* – essa cúpula operária/sindical não está somente aparelhada, porém também blindada às ações de resistência, autonomia e mobilização dos trabalhadores, diante do elevado grau de destrutivismo do capital, em tempos de reestruturação produtiva e de neoliberalismo.

A face perversa do refluxo do movimento sindical, no limiar do século XXI, se expressa em todas as categorias, mas poderíamos nos ocupar de alguns exemplos que já foram referência de luta para a classe trabalhadora e que se encontram total ou parcialmente sucumbidos ao conformismo. Com isso, tem-se a hegemonia das ações, contudo ações isoladas em algumas categorias urbanas pontualmente inseridas nas lutas reivindicatórias restritas à recomposição do poder de compra dos salários e melhores condições de trabalho, tais como: a) metroviários e motoristas de ônibus urbanos, nas grandes e médias cidades; b) metalúrgicos (setor automobilístico e de autopeças, do ABC paulista, já limitados à recomposição de salários, negociação/implementação de PDV (Programa de Demissão Voluntária), PLR (Participação nos Lucros e nos Resultados), Banco de Horas e manutenção de postos de trabalho. Via de regra, as ações político-organizativas se

restringem às datas-base, o que tem garantido aos sindicatos o *status* de instâncias capacitadas para agir abafando as ações das Comissões de Fábrica, das oposições e de tantas outras vozes dissonantes.

O *poder de fogo*⁸⁷ dos sindicatos está circunscrito – considerando a estrutura vertical oficial e as federações setoriais –, aos setores que preservam combatividade e certa identidade e sentimento de classe. Ainda que, sob o efeito das generalizações, equívocos sejam cometidos, é oportuno dizer que a maioria dos sindicatos filiados à CUT não prescreve os atributos estabelecidos; há, por sua vez, algumas entidades que gravitam em torno da CONLUTAS e que, segundo estudos preliminares, poderiam ser identificadas aos propósitos acima citados.

É o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; Sindicato dos Químicos de São José dos Campos o Sindicato dos Mineradores da Região do Vale do Aço (METABASE); Petroleiros, Bancários, Construção Civil, de alguns centros urbanos expressivos; um conjunto de oposições e sindicatos ligados ao Funcionalismo Público, particularmente a ANDES, que reúne os professores das Universidades Públicas, que, no geral, mantêm vínculos orgânicos ou não com o PSTU e PSOL. A amplitude espacial das ações políticas do movimento sindical, no Brasil, que mais se destacam, refere-se às campanhas salariais dos bancários e petroleiros, ainda com mobilização nacional, mas cada vez mais fragilizada e setorial, portanto distanciada dos principais temas que atingem a classe trabalhadora e a sociedade em geral, que orientavam as ações dessas organizações nos anos 1980 e na primeira metade da década seguinte. A importância política e histórica do movimento sindical representado pelos metalúrgicos, nos anos 1980, em particular, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, se reduz a ações vinculadas às campanhas salariais, via de regra, esvaziadas, e ações pela manutenção dos empregos, mas que têm como foro e desfecho as mesas de negociação, e não o debate com a sociedade, ou com os trabalhadores⁸⁸

Desse processo, temos o *repovoamento/redefinição* constante e intensa do perfil dos homens e das mulheres que trabalham e que demonstram intensa capacidade e potência de luta, mas estão fora do espaço explicativo e da compreensão da totalidade do trabalho ou da categoria trabalho, na perspectiva de classe, sem que seu conteúdo seja *alargado*. Poderíamos até questionar se, mais uma vez, não estaríamos assistindo ao *bonde passar*, numa alusão à materialidade de o

⁸⁷ Nós nos valem os conhecimentos empíricos, estudos e revisão bibliográfica desenvolvidos no âmbito do CEGeT e de outras fontes, das inserções nos eventos operários e da interlocução com outros pesquisadores e dirigentes sindicais. A esse respeito, é pequena a quantidade de ensaios teórico-políticos com profundidade, como também de pesquisas que se fundamentam na práxis das experiências do movimento sindical/operário e da situação de extrema fragilidade das lutas dos trabalhadores, no Brasil. Pode-se contar com artigos de menor amplitude divulgados na grande imprensa e nos boletins alternativos disponibilizados na *internet*. Outra fonte importante de informações concerne aos documentos encontrados no *site* da CONLUTAS e de tantos outros de circulação restrita, que muito nos ajudaram a compreender os principais aspectos do complexo mapa político-ideológico do movimento operário-sindical no Brasil, no século XXI. Poderíamos estender essa faceta do mundo do trabalho, renovada pelos efeitos *contaminantes* do *cala-boca* do capital sobre as organizações sindicais, também para os pesquisadores e cientistas sociais que porventura estejam *pairando como a bela gaivota* à espera de alguma *luz no fim do túnel*. Nota-se que esse quadro se assemelha à figura metafórica da *aridez de um deserto*, que desmobiliza a convicção de posturas pró-confronto com o capital e com seus prepostos, no âmbito da burguesia, que se protege no aparelho de Estado e fazem reféns setores expressivos dos trabalhadores. Estes, maravilhados com as benesses do *status quo*, são cooptados no aparato diretivo e desfrutam de polpudos salários, *jetons* e altos cargos nos diferentes escalões da gestão administrativa (ministérios, secretarias, estatais, conselhos e diretorias de autarquias etc.).

⁸⁸ Esse assunto merece atenção especial, e podendo ser fundamentado em pesquisas e estudos, os mesmos poderão oferecer informações e reflexões preciosas para a compreensão das orientações políticas e capacidade de luta e de resistência de setores importantes do movimento operário e da classe trabalhadora no Brasil.

fenômeno, o fato social, continuar existindo sem que nós tivéssemos com ele qualquer interação, tampouco que pudéssemos estabelecer qualquer vinculação sobre ele, nem o desejo de sequer *intervir intelectualmente* nos faça estabelecer qualquer proximidade e entendimento das contradições e conflitos. A extensão e a complexidade da informalidade, do desemprego, dos camponeses, muito mais do que seus significados teóricos, históricos, geográficos e políticos, ocupam lugar de destaque no ambiente do conflito de classes. Ou seja, colocamos em relevo a necessidade de repensar os marcos das referências e significados, *a priori*, da noção de trabalho e de classe trabalhadora.

O que poderia parecer, diante disso, algo *desgovernado*, sem coerência teórico-metodológica e política, em relação à fundamentação marxista e à *totalidade orgânica* do trabalho com o processo revolucionário – sob a ótica da identidade de classe, de a classe trabalhadora estar condicionada à venda da força de trabalho –, revela o desejo de discutir as ações registradas no âmbito dos movimentos sociais envolvidos diretamente nesse processo, e que está, de fato, nos colocando sérios desafios de entendimento, explicação e ação, e/ou uma forte sensação de que a teoria precisa ser repensada. A intenção do diálogo e do debate, insistimos, é o caminho que estamos apostando para fazer valer a autocritica como momento privilegiado do momento de vida.

Não se trata pura e simplesmente de reformular as categorias, mas de dar-lhes a importância ontológica e o peso dos significados da realidade objetiva, o efetivo terreno da luta de classes. Seria o mesmo que dizermos que o trabalho, enquanto expressão das contradições que habitam a dinâmica geográfica, não deve ser apreendido por fora dos significados territoriais dos conflitos que requalificam, redimensionam e constituem o espaço em toda sua complexidade.

Estamos certos de que, assim, podemos apreender o movimento mais geral de funcionamento do empreendimento social e as especificidades dos mais diversos níveis de organização do trabalho, tais como: movimento sindical, particularmente suas expressões operárias, e camponesas, as associações, as cooperativas, os movimentos sociais populares pela moradia, luta pela terra e reforma agrária (atingidos por barragens, índios, assentados, pescadores, ilhéus, quilombolas), os trabalhadores informais, via de regra, distanciados das organizações, sem contar os aspectos que compõem essas diferentes formas de organização do trabalho, tais como gênero, cultura, etnia etc.

Tais posicionamentos estão fundamentados em Marx (1982, 1983), em cuja obra encontramos a formulação original, na qual o capital é uma categoria histórica, um modo de desenvolvimento sociometabólico que se constitui no decorrer da história humana, do intercâmbio metabólico entre homens e natureza e os homens entre si. Todavia, sabemos que o trabalho não produz somente mercadorias, produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Ou seja, não estamos defendendo nenhuma disjunção ou propondo uma “leitura” binária de algo que é ontologicamente componente de um mesmo complexo. Em vários artigos⁸⁹, dedicamos atenção a essa questão, sendo que os debates de que temos participado, tanto no contexto acadêmico, quanto na esfera política, nos ambientes dos movimentos sociais, têm-nos proporcionado refletir, com outros pesquisadores, essa formulação.

⁸⁹ Especialmente “Por uma geografia do trabalho” (2002a); “O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica” (2003b); “A Geografia do mundo do trabalho na virada do século XXI” (2004); “Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil” (2006).

Os consequentes significados que desses cenários extraímos e que recortamos, para estudar ou analisar geograficamente – como já expressamos, numa formulação original⁹⁰ – apontam para a especificidade dos lugares, a magnitude e o conteúdo da trama de relações combinadas e contraditórias que, enquanto (des)naturalização, (des)territorialização, (re)territorialização, nada mais são do que o movimento plural de edificação do universo do trabalho e o seu devir.

Além disso, é como se estivéssemos dirigindo nossas atenções para interpretar a “leitura” da economia política feita por Marx, em *O Capital* e nos *Grundrisse*, considerando como elemento fundante a constante (re)organização espacial da sociedade e os significados e nexos territoriais, sendo o espaço, pois, o que referencia o uso interligado com o território, o qual é o recorte de domínio ou dimensão locacional do domínio, sua materialidade. Em consequência, vem a necessária tomada de posição em relação aos conceitos-chave da Geografia, ou que a interação entre os conceitos de espaço, território, lugar, compareça como ferramenta analítica em constante (re)formulação.

Com isso, queremos dizer que as avaliações do nosso tempo e as objetivações da era do capital, no século XXI, levam-nos a retomar Marx, o que significa pautarmos nossas reflexões nos princípios fundantes que nortearam sua crítica à economia política. No entanto, a situação histórico-concreta nos ajuda a (re)fazer constante e dialeticamente o aprendizado que a práxis teórica nos proporciona, mediante as mediações necessárias no âmbito do debate no marxismo. Isto é, a análise e as referências às obras clássicas não podem prescindir da compreensão histórica dos embates de classe, consequentemente, do movimento contraditório da sociedade, tampouco desconsiderar formulações e indicações que não estejam metricamente enquadradas nos originais, sequer adestrados aos pré-requisitos dos manuais, muitas vezes erigidos por discípulos desatentos e comentaristas descuidados.

A vitalidade teórica⁹¹ que estamos tentando conferir ao universo do trabalho, levando em conta seus *diferentes mundos*, enraíza-se no objetivo maior de reconhecer que sua centralidade, além de requerer que assumamos seu significado político, ontológico, econômico, exige igualmente que decifremos as diferentes identidades espaciais e territoriais do ser que trabalha no tempo e no espaço.

Os desafios estão postos, e o mais importante é admitirmos que há dificuldades para compreender o que está se passando no interior da classe trabalhadora, especialmente no Brasil. As mutações no universo do trabalho reavivam as disputas territoriais e complexificam a própria estrutura das classes sociais.

É relevante ressaltar, se formos fiéis às formulações marxianas, o fato de que a crítica de Marx não foi dirigida ao capitalismo, mas ao capital, porque ele não estava preocupado em demonstrar as deficiências da produção capitalista, mas sim imbuído da tarefa de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades está subordinada à produção/reprodução do capital.

Como aponta Mészáros (2002), a supressão do antagonismo estrutural do sistema do capital somente ocorrerá pela supressão radical da relação capital x trabalho, que, como sistema

⁹⁰ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002, “Por uma Geografia do Trabalho”.

⁹¹ Cf. ANTUNES, 2005.

orgânico, domina o sociometabolismo. Seria o mesmo que dizer que o capital é uma força controladora, que apenas pode ser removida por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade, ou seja, pensamos que não há saídas em curso dentro dos marcos da sociedade burguesa. Mészáros (2002) arremata, enunciando que é impossível enganá-lo⁹², da mesma forma que não podemos defender ou apostar nas teses libertárias, sem preconizar a superação do regime do capital. E se pudéssemos agregar as posições de Bernardo (2004), quando assevera que o capitalismo se constitui numa organização social inerentemente totalitária e que esse atributo advém da posição subalterna que os trabalhadores ocupam, com relação aos capitalistas e gestores de toda ordem, entendemos que tanto as políticas de cariz keynesiana, quanto as neoliberais – da contemporaneidade –, se empenham em efetivar os “modelos de gestão econômica e fiscalização social”. (BERNARDO, 2004, p.76). Assim, a edificação das condições objetivas e subjetivas se dá no dia-a-dia, como produto da pluralidade das ações de resistências emancipatórias, que põem em questão as fundamentações do sistema metabólico do capital.

Nessa perspectiva, na *modernidade*, convivemos com um universo plural de externalizações do trabalho, cada vez mais precarizado e à base de intenso crescimento da informalidade, que fragiliza os vínculos trabalhistas e contratuais, mediante novas modalidades do trabalho imaterial, mais fluidas. Recorrendo a Marx temos que a transformação da matéria ocorrerá num ritmo cada vez mais intenso fazendo com que “tudo que é sólido se desmanche no ar”. E há uma *boa máxima* geográfica nesse processo, pois o ritmo de exploração, dominação e de determinação do capital (máquinas, processos de controle etc.) é sempre igual em todas as estações do ano, e esteja à frente das máquinas trabalhadores guatemaltecos, sul-africanos, brasileiros ou marroquinos, e ainda, o tempo dos bichos, das plantas, dos homens e das mulheres de carne e osso é o *tempo abstrato*⁹³ que bate sempre igual em qualquer lugar, ou é *indiferente aos lugares*⁹⁴. Talvez caiba um questionamento: na origem, modernidade é a promessa da civilização e, depois de tanto insucesso e frustração, talvez recompuséssemos aquela formulação por *civilização da barbárie*⁹⁵ (Eixos 1 e 3).



Todavia, não é somente a informalidade clássica que nos preocupa. Já notamos, pois, que a informalização do emprego se aprofunda com a progressiva sofisticação das telecomunicações e o barateamento da transmissão de dados. Da mesma forma que o expediente da terceirização *apimenta* ainda mais esse quadro, porque, além de ser a principal dimensão da flexibilização do trabalho, “viabiliza um grau de liberdade do capital para gerir e dominar a força de trabalho quase sem limites”⁹⁶, tudo isso respaldado em sólida lógica de mercado. Por isso, é importante pensarmos também nos vários exemplos que a tecnologia da informação (TI) tem espacializado.

⁹² O contexto dessa ideia está ligado à questão do socialismo de mercado, formulação tão combatida pelos marxistas filiados às correntes mais radicais, dos quais István Mészáros é um dos principais expoentes, assim como Ricardo Antunes, Giovanni Alves e tantos outros.

⁹³ Cf. THOMPSON, 1994.

⁹⁴ Cf. PORTO GONÇALVES, 2002.

⁹⁵ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002c; THOMAZ JÚNIOR, 2007f.

⁹⁶ Cf. THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 28.

Assunto ainda não estudado diretamente por nós⁹⁷, buscamos na literatura disponível referências para nos posicionarmos. Sentimo-nos seguros em afirmar que a ênfase na informação e no conhecimento está inserindo em cena os trabalhadores em *call center* ou sob a inscrição do *teleworking*, aspecto de grande significado para a classe trabalhadora, uma vez que, além de atingir os diferentes quadrantes do planeta, se configura com requintes de extenso significado de precarização.

Assim, é relevante considerar o teletrabalho⁹⁸ (*telework* ou *telecommuting*) e os trabalhadores em *call centers*, que antes eram funcionários dos bancos e, devido aos rearranjos promovidos por meio da terceirização bancária, perderam o posto de trabalho, de sorte que a atividade foi capitaneada pelos *centros de chamada*, que, com a multiplicação do expediente do 0800, ampliou ainda mais a lista de serviços prestados aos clientes.

Não houve, portanto, a migração do trabalhador dos bancos para os *call centers*, mas somente a atividade, principalmente porque os bancários não foram absorvidos pela nova sistemática; em grande maioria, o novo formato da “modernidade” tecnológica, amparado na tecnologia da informação (TI), absorve especialmente estagiários, estudantes universitários, que são muito mais baratos do que um trabalhador regular. Aqui cabe um apontamento que nos parece imprescindível já que não estamos nos propondo a refletir de forma estanque a teoria da práxis, ou seja, a técnica e a tecnologia não são contra o trabalhador, mas a favor do capital, por isso não entendemos que a ciência e a tecnologia sempre estarão a serviço da precarização do trabalho.

Poderíamos destacar, particularmente, em relação as empresas que procuram mão-de-obra, independentemente do local físico⁹⁹, e algumas ainda que funcionam vinte e quatro horas por dia, já que o mercado globalizado assim o exige, e o desenvolvimento tecnológico já permite a planetização do globo pela sociedade. Os baixos salários e o prolongamento da jornada de trabalho são apontados como os principais aspectos degradantes do *teletrabalho*. A compressão das distâncias, no caso das modalidades de *teletrabalho*, evidencia as contradições de um processo que amalgama os interesses do capital em viabilizar uma atividade econômica e exercer o controle sobre o trabalho, suprimindo a necessidade da sua presença física, no local da prestação de serviço. Se podemos pensar que, por meio da tecnologia da informação (TI), associada às operações do mundo digital e da informática é possível viabilizar um negócio, levar a termo relações de trabalho degradantes, por meio de rotinas de exploração que se assemelham à intensidade de tantas outras formas vis, não devemos secundarizar o fato de que a subsunção do espaço aos desígnios da acumulação de capital¹⁰⁰ ocupa lugar central nessa espécie específica de negócio, e que deverá referenciar a mesma forma de exploração do trabalho nos demais ramos de atividade.

Huws (2004), de forma muito apropriada, define os trabalhadores envolvidos nesse processo de *cybertariat*, pois entende que esse novo trabalhador (proletariado) da era da informática, o *trabalhador criativo*¹⁰¹, ocupa um lugar específico no universo do trabalho. A mesma autora sugere

⁹⁷ Apesar de se encontrar em vias de elaboração um projeto de Estágio Não Obrigatório (ENO), o passo seguinte será a solicitação de Bolsa de Iniciação Científica junto à FAPESP.

⁹⁸ Segundo a OIT, *teletrabalho* é a forma de trabalho efetuada em lugar distante do escritório central e/ou do centro de produção, que permita a separação física e que implique o uso de uma nova tecnologia facilitadora da comunicação.

⁹⁹ Cf. HUWS, 2006.

¹⁰⁰ Cf. HARVEY, 2005.

¹⁰¹ Cf. HUWS, 2004.

também a atualidade do *trabalho volátil*¹⁰², ou seja, ao constante deslocamento, que se expressa tanto por parte do trabalhador em busca das ofertas de emprego junto às empresas (no caso do Brasil, inserimos as novas oportunidades por meio das ocupações de terra), quanto por parte das empresas, que se deslocam em direção à disponibilidade de força de trabalho, melhores condições, favorabilidades logísticas, de custos etc. Disso extraímos que a mobilidade espacial do trabalho é um dos elementos da estratégia do capital para consolidar-se territorialmente.

Esse movimento percorrido pelo capital é ainda denominado de *greenfields*, que corresponde aos novos espaços industriais em áreas de pouca tradição industrial e de inexpressiva organização sindical dos trabalhadores. Essa estratégia capitalista para a fuga das pressões sindicais e do custo operacional da mão-de-obra, características históricas das regiões industrializadas consolidadas (*brownfields*), também ocorre no Brasil, sobretudo a partir do final da primeira metade dos anos 1990, e tem demarcado com nitidez a busca de menor resistência por parte dos trabalhadores, isenções fiscais, melhores condições logísticas e para o processo de acumulação de capital¹⁰³.

Não há nenhuma novidade no processo como um todo, isto é, a mobilidade, a migração do capital e do trabalho está reconfigurando as espacialidades da economia global, os perfis, conteúdos e subjetividades dos homens e mulheres que trabalham, mas sua atualidade está na transformação das identidades sociais, em particular devido às mudanças provocadas pela ênfase na informação e no conhecimento, diferentemente do que predominava até então, quando o centro geográfico da economia se assentava nas matérias-primas e bens de capital.

Nesse sentido, atualmente, quando as empresas de *telemarketing*, norte-americanas, européias, japonesas, se instalam do outro lado do globo, a considerar sua posição de origem, não somente estão fazendo valer seus interesses para rebaixar custos, praticando as referências médias de salário do país, favorecendo-se igualmente das frágeis normativas trabalhistas, e manter os ganhos. Por exemplo, a gigante Wilkson, quando se instala na Bulgária, na Romênia ou na China, está garantindo seus interesses, prestando serviços a empresas de cartão de crédito, instituições financeiras, *shoppings* virtuais de roupas de alto luxo, localizadas nos Estados Unidos. E, quando a Swissair, em meados de 2006, anunciou a transferência de sua central de reserva de passagens para a Índia, combinou a disponibilidade de mão-de-obra semiquificada a preço vil e o baixo custo operacional da transmissão de dados a longa distância.

Essa nova alternativa para o capital se reproduzir, que subverte as distâncias intercontinentais, coloca novos desafios para os trabalhadores, tanto dos países de origem das empresas, quanto para aqueles que são “premiados” com o emprego, nos países de destino. Em plena era da acumulação digital, mantém-se a informalização do trabalho, bem aos moldes do que Vasopollo (2005) identifica como *trabalho atípico*. Essas novas configurações geográficas do trabalho é o que está posto para nossas pesquisas.

Não se trata apenas do aproveitamento das vantagens econômicas e trabalhistas do desemprego, de um lado, e da oferta de postos de trabalho, do outro, que devem comparecer em cena nas nossas análises, mas também dos desafios que se põem para entendermos as dimensões

¹⁰² Cf. HUWS, 2006/2007.

¹⁰³ Cf. TAUILE; FARIA, 2004.

territoriais dessa atualidade do trabalho. Mais ainda, as identidades sociais e de classe refeitas, tendo em vista que, se o trabalho até tão pouco tempo estava ligado geograficamente ao “enraizamento” do capital e dos grupos gestores (fosse através das matrizes, fosse das filiais), a um determinado local, por meio desse expediente e sob as rédeas da informalização, encontra-se ainda mais fragilizado, tornou-se *volátil*¹⁰⁴, numa dimensão sem precedentes históricos.

Essa lógica perversa do capital, em essência, retira, desqualifica, fragiliza, renega as alternativas que têm alguma vinculação e/ou fundamento com os propósitos de manutenção, reconstituição e fortalecimento das iniciativas autônomas dos trabalhadores.

Assim, nossas atenções estão voltadas para as formas de realização do trabalho que expressam o conteúdo do movimento ininterrupto de (re)configuração geográfica da divisão técnica/territorial do trabalho, o qual se interdetermina na trama dialética da territorialização, da desterritorialização, da reterritorialização, seja nos campos, seja nas cidades, sem contar o fluxo constante entre essas duas dimensões espaciais, diante das complexas tramas de relações que caracterizam a reestruturação produtiva do capital, nesta virada do século XXI.

Os rebatimentos desse processo para o movimento sindical, camponês, operário e para os movimentos sociais, especialmente para as ações político-organizativas, e para o trabalho, de maneira geral, nos ocupam nas nossas investigações individuais e no âmbito do Grupo de Pesquisa.



Não havendo restrição e pré-determinação no tocante à delimitação (prévia) do recorte territorial, dos assuntos de pesquisa, apostamos nos entrecruzamentos que podem revelar as clivagens, produto da divisão técnica/territorial do trabalho, os quais esvaziam a totalidade do ser que trabalha. Isto é, diante do trabalho já fragmentado (em categorias profissionais e corporações sindicais) e com as constantes mudanças de atividades e funções, bem como as materializações da despossessão, da precarização/informalização do trabalho e as formas específicas com que se explicitam na cidade e no campo, temos o propósito de apontar criticamente os elos perdidos e as (des)identidades do ser que trabalha. Inclui-se nisso o processo de reificação subjacente à externalização do trabalho, sob as diversas formas de estranhamento e do subjugo (exploração, dominação, separação dos momentos da produção e da reprodução etc.).

Esse percurso que estamos fazendo e que orienta nossas ações investigativas sobre a “leitura” geográfica do trabalho nos tem possibilitado entender o sentido mais profundo do estranhamento como recurso analítico e explicativo de muita importância. Quer dizer, as travagens e as insuficiências para a realização do gênero humano, decorrentes das formas históricas de externalização/territorialização/apropriação do trabalho, são o que lhe dão fundamento enquanto categoria analítica, mesmo sabendo, pois, que o gênero humano não se limita ao trabalho.

É imperioso salientar que, se alienação, para Marx, tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização da sua própria sociabilidade, o estranhamento se compõe dos obstáculos sociais, que, dadas as “formas históricas de apropriação do trabalho e também de sua

¹⁰⁴ Cf. HUWS, 2007.

organização por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno concêntrico ao estranhamento”¹⁰⁵.

A coesão desse sistema do capital, como afirma Mészáros (2002), é, portanto, um sistema sociometabólico que subverte, historicamente, os valores de uso (a produção livre da natureza em si) em valor de troca. Isto é, à capacidade natural do homem se relacionar com a natureza, pelo trabalho, para a produção da riqueza humano-social, que o autor denomina “mediações de primeira ordem”, se sobrepõem os objetivos da acumulação e reprodução do capital, expedientes fundamentados no processo de alienação e estranhamento dos homens, compreendidas como “mediações de segunda ordem”. Isso nos mostra que as “mediações de segunda ordem”, momento em que o capital subtrai do homem seu trabalho, retiram-lhe as mediações que estabelece com os outros homens e, por conseguinte, desconfiguram sua condição genérica de homem, de ser social, assegurada pelo trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p.179-180).

Por esse caminho, sob o jugo das mediações do capital, produzem-se homens diferentes que passam a ser definidos individualmente e que se relacionam de forma conflitante, agora apartados do seu trabalho, uma vez que, depois de se submeterem aos imperativos do mercado, serem consumidos pelo capital, retornam já na forma de força de trabalho.

Podemos pensar, ainda, que a necessária vinculação entre o processo social (metabólico) ou a totalidade do sistema do capital e a manifestação territorial do fenômeno (do trabalho) é o que apoia e funda o estranhamento, e, no seu interior, a especificidade (do conjunto) das relações sociais. Em síntese, o trabalho não perde sua essência, sua condição humana criadora de valores de uso, mas apenas se (des)realiza, na realização do capital. O que ocorre é, nada mais do que uma inversão de sentido, para garantir a reprodução e valorização do capital. Isto é, o trabalho subsumido à produção de valor é essencial para o capitalismo, mas não necessariamente para a humanidade. É por isso que as formas de realização desse trabalho são, em essência, destrutivas.

A título de exemplo, quando consideramos o divórcio existente entre o trabalhador e seu trabalho, há aí a sintonia com o fetiche da mercadoria. No entanto, o que dá conexão com o estranhamento (nas suas diversas formas de externalização), para, em outro nível de realização do trabalho estranhado, reiterar a separação entre o trabalhador e sua *força de trabalho*, é o próprio metabolismo do capital.

Essa subordinação teórica das categorias é imprescindível para podermos compreender a teoria do valor, na razão direta da vigência dos paradigmas produtivos e as respectivas manifestações do fenômeno do trabalho, especialmente porque vivemos um momento histórico marcado por redefinições de grande amplitude, no interior da classe trabalhadora. É por dentro da lógica do valor, ou da necessidade da crescente reprodução ampliada da riqueza abstrata, que os processos geográficos se materializam, pois, dado o seu fim em si mesmo como sentido, os conteúdos concretos são subsumidos à equivalência monetária, no universo de uma sociedade produtora de valor.

¹⁰⁵ Cf. RANIERI, 2001, p.1.

Se o estranhamento impossibilita ou dificulta a passagem dos *flashes* de luz que poderiam iluminar as contradições e o nefasto quadro de destruição das experiências de vida comunitárias e das organizações camponesas, encobre igualmente o caos que se instala nos setores mais dinâmicos da economia, os quais vivenciam casos de aguda exclusão e de (des)realização do trabalho. Em alguns países e regiões, esse movimento de desmonte do trabalho, após meados da década de 1990, particularmente nas cidades, está intensificando e ampliando a ruptura das habilitações/profissões encimadas à formalidade contratual, ou rompendo/redefinindo as *blindagens* da divisão técnica do trabalho, fundada no modelo fabril/industrial.

Dessa maneira, estaríamos repondo em questão a fluidez com que assalariados, desempregados, camelôs, camponeses, posseiros, autônomos, índios, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora. Isto é, esse movimento extrapola, inclusive, os rígidos limites entre o que é ser, num dia, servente de pedreiro, numa temporada metalúrgico, numa safra cortador de cana e, em outros momentos, vivenciar as diferentes modalidades da informalidade, ser ocupante de terra, saqueiro etc.

É essa constante remodelação de sentidos e significados do ser que trabalha e que no, dia-a-dia, se envolve na lavra, que assumimos como objeto para focar o exercício da plasticidade expressa nas diferentes formas de realização do trabalho, tanto nos campos quanto nas cidades. O rico e instigante exercício teórico e conceitual, presente nos assuntos que estamos desenvolvendo, nos têm permitido ampliar e enriquecer os horizontes de compreensão sobre o universo do trabalho.

Essa preocupação comparece de modo mais elaborado, todavia como exercício e não formulação acabada, em “A Geografia do mundo do trabalho na virada do século XXI”¹⁰⁶ (Texto 3). As expressões da plasticidade do trabalho injetam novos elementos para repensarmos o entendimento de classe trabalhadora, no Brasil do século XXI¹⁰⁷, com as atenções voltadas para qualificar o questionamento inicial, qual seja: quem são os sujeitos com incumbência histórica para transformar estruturalmente a sociedade vigente?

O desenho plural de sua composição e os elementos compósitos dos desafios para entendermos o trabalhador informal, o temporário, o camponês, as legiões de desempregados que cumprem papéis variados, não somente como exército de reserva, como sujeitos que exercem papel de destaque no seio do conflito de classes, de confronto com o capital e expressões da burguesia, estão muito mais próximos da noção de classe trabalhadora, do que as definições às quais nos filiamos delegam consentimento ou concordância. De fato, a classe trabalhadora hoje, sob o jugo da financeirização, da reestruturação produtiva, da microeletrônica, da crescente informalização, é mais complexa, heterogênea, ampliada e disseminada espacialmente, o que exige de nós recursos analíticos condizentes para compreendermos a diversidade das suas formas geográficas ou, de fato, reconhecermos suas singularidades no âmbito da totalidade viva do trabalho.

¹⁰⁶ Esse texto nos possibilitou participar do IV Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, realizado em Havana (Cuba), no período de 8 a 12 de setembro de 2003. Depois de revisado e ampliado, esse texto foi direcionado e aceito para publicação na *Revista Geosul*, v. 19, p.7-26, 2004a.

¹⁰⁷ Em momento anterior, por meio do texto “O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura geográfica’”, pudemos antecipar essas formulações, com o propósito de apresentá-las no IV Colóquio sobre Transformaciones Territoriales, ocorrido em agosto de 2002, em Montevideu. Mais tarde, pudemos revisá-lo e dirigi-lo para publicação na *Revista Pegada*, V.3, N.1, 2002 (versões eletrônica e impressa), aceitando ainda o convite do professor Ruy Moreira, para publicá-lo na *Revista Ciência Geográfica*, Ano IX, V. IX, de 2003.

Neste momento, direcionamos nossos objetivos em torno da compreensão das capilaridades e dos vértices comunicantes do universo do trabalho e a plasticidade constantemente modificada (a depender da magnitude da precarização e do período do ano). Esse exercício exige que consideremos as mediações, as ligações dialéticas existentes e as múltiplas determinações do processo metabólico do capital, processo esse que reúne, sob seu comando, todas as esferas da convivência em sociedade: social, política, econômica, cultural etc.

É assim, por conseguinte, que imaginamos haver uma íntima relação entre as redefinições que estão em marcha, no seio do movimento metabólico do capital, e suas heterogêneas manifestações, nos campos e nas cidades. Se, no campo ou na cidade, o trabalho se encontra sob o foco constante e certo do capital, isto é, fragilizado, subsumido, expropriado, subordinado e dominado, a questão da emancipação social emerge e cobra de todos nós posicionamentos claros e comprometidos.



As fragmentações internamente à ciência e às dificuldades para entendermos nosso objeto de pesquisa, dado os cuidados, as exigências com as predefinições e as fronteiras rígidas no âmbito do conhecimento científico, também fazem parte do nosso cotidiano. Não se trata de negarmos as áreas de especialização, ou subestimá-las, mas sim de subverter os sistemas fechados dos corpos científicos. Assim, transpor as barreiras rígidas das áreas de especialização, muitas engessadas pelos esquemas do produtivismo e povoam os Programas de Pós-Graduação. Dessa maneira, não é essencial focarmos se é a vez da Geografia Agrária, da Geomorfologia ou da Geografia Urbana, ou mesmo de outro corpo científico, como a Sociologia, a História, a Política, a Economia etc., mas sim fortalecermos as linhas de interlocução entre as diferentes áreas e subáreas do conhecimento científico para reivindicarmos e construirmos um novo caminho para a ciência.

Pensamos ser imperioso defender posição crítica em relação ao processo metabólico do capital, que, ao mesmo tempo em que fragmenta o trabalho, mediante os pressupostos da divisão técnica (territorial), igualmente o faz com o trabalho científico.

Marx (1986), por meio de muita contundência, tentou implodir com as fragmentações, quando afirmava que o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações. Quando declarou que a única ciência é a História, não estava defendendo isoladamente o fatiamento que, sob o ângulo positivista, é o regramento fundante do que se entende por conhecimento científico. Ao contrário, as barreiras erguidas pela divisão científica do trabalho é frontalmente colocada em questão.

Nessa perspectiva, sob o referencial do materialismo histórico, propomo-nos tentar articular e fundamentar as diversas disciplinas numa perspectiva que apreenda essas múltiplas determinações do ser social, ou seja, apreender o real na sua plenitude, recolocar a relação sujeito-objeto. Essa nova epistemologia do saber só tem sentido quando está vinculada ao movimento contraditório da classe trabalhadora, capaz de aglutinar as formas de ser do trabalho, sob a perspectiva emancipadora, quer dizer, é imprescindível o vínculo orgânico e *praxiológico*.

Não nos é possível desprezar o horizonte institucional da formação acadêmica, mas, enquanto intelectuais orgânicos, participantes de discussões públicas e da luta política, sobrevivemos num campo tensionado entre academia e movimento social, espaço de reflexão crítica, para além das práticas disciplinares. Ao invés de implosão – no sentido de deixar de existir –, como pregamos em outros momentos, temos que nos posicionar para negar (supressão-conservação), a fim de que, a partir desse estágio, seja possível avançar para outras formas de saber, a superar as práticas positivistas de ciência.

Os desafios vêm igualmente do próprio objeto, portanto não é apenas na esfera epistemológica, porém na dimensão ontológica, na forma de ser do desenvolvimento do objeto. Os fóruns interdisciplinares se adequam às exigências que vêm do objeto, não mais se amparam nos saberes disciplinares do século XIX.

Nesse sentido, não se trata de transdisciplinaridade, tampouco de interdisciplinaridade, mas da negação desse fatiamento disciplinar, na perspectiva crítica do materialismo histórico, sendo, por conseguinte, fundamental a nossa intervenção junto ao movimento social, pois é isso que vai diferenciá-la, no cenário acadêmico e científico.

De fato, temos que superar os campos disciplinares, porque são limitantes. Temos que transgredir os limites da nossa formação acadêmica, visto que o real sempre exige novos elementos de reflexão em outros campos do saber, até porque é recalcitrante às práticas acadêmicas, sem contar que a realidade não é um objeto cativo das disciplinas; é, por conseguinte, uma totalidade concreta, um complexo de complexos, como nos lembra Lukács, e o que recortamos para estudar, por exemplo, o trabalho, como sendo Geografia do trabalho, Economia do trabalho, Sociologia do trabalho, são abstrações, são construções disciplinares.

As primeiras investigações a que procedemos, com o propósito de apreender as contribuições teóricas dos geógrafos sobre esse assunto, como já apontamos anteriormente, nos levaram a um conjunto seleto de autores, tamanha a restrição às questões do trabalho, na Geografia.

Se, para Pierre George, um dos pioneiros a apresentar reflexões em nome de uma pretensa Geografia do trabalho, as preocupações estavam voltadas às atividades de trabalho ou, no limite, à Geografia do emprego, para Paul Vidal de La Blache, o trabalho estava ligado ao ato transformador capaz de permitir ao homem extrair do meio (*habitat*) as condições e os meios de vida. O trabalho, estreitamente vinculado à órbita das relações econômicas, aqui circunscrito ao sentido de força-de-trabalho, era responsável pelos requerimentos dos modos de existência e que teoricamente esteve na cimeira do conceito de gêneros de vida.

De todo modo, poderíamos ao menos apontar que, enquanto base fundante do discurso, o trabalho na Geografia foi entendido como mediação e não como tema vivo e central.

Sempre que o trabalho compareceu nos compêndios, estudos, relatórios de viagens, livros didáticos e toda a produção acadêmica que atravessa o tempo, portanto, considerando-se uma pluralidade de enfoques, os geógrafos abordaram dois aspectos, quase sempre clivados: 1) a relação sociedade–natureza ou homem–meio, portadora de compreensões diversas, a começar pelo perfil, definições e características para cada uma das partes do *todo*, e 2) a dimensão da organização

espacial da sociedade. Há uma longa trajetória a ser levada em conta, desde os primórdios da sistematização da disciplina, no final do século XVIII e início do século XIX¹⁰⁸.

Se pudéssemos puxar uma linha na história, o trabalho na Geografia invariavelmente esteve (des)sintonizado da sociedade, enquanto parte do processo social movido pela *fúria* reprodutiva do capital, ancorada na extração de mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante. Portanto, distante da compreensão crítica do pacto de classes que a burguesia orquestrou, para consolidar seu projeto de dominação¹⁰⁹. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do *corpus* natural, e visto somente como atividades humanas, já que o homem estava fora da natureza.

Herdeiros desse processo, surpreende-nos a todos de susto a renovação que se inicia na Geografia brasileira, na virada da década de 1980, que nos estimulou a refletir, ao longo de todos esses anos, sobre os limites de ordem teórico-metodológica que nos *impediam* de compreender o trabalho na sua totalidade social, ou seja, considerando o processo dialético que unifica as dimensões ambiental e socioespacial, como faces do mesmo conceito.

No entanto, não se trata de mais uma corrente do pensamento geográfico, mas, sobretudo, de compromisso com a inserção do conhecimento científico na crítica social engajada e vinculada aos desígnios anticapital, pelo qual a Geografia do trabalho se concretiza.

É dessa maneira que entendemos ser importante e viável elaborar mecanismos de absorção da temática do trabalho para o universo de reflexão da pesquisa em Geografia, sem, contudo, constituir a Geografia do trabalho como prática do recorte disciplinar ou como corrente nova na Geografia.

Nossas atenções estavam e estão voltadas para a compreensão da dialética do processo social, sendo que o trabalho sob o enfoque geográfico é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, e em que, nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser*, está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. Objeto das nossas reflexões, no período em questão, ao longo da nossa produção individual e em co-autoria, enfatizada em “Por uma Geografia do trabalho”¹¹⁰ (Texto 4), a dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim, a teleologia (inexistente na natureza) e a materialidade fundante (causalidade) formam uma conexão interativa¹¹¹, que solda a práxis ontológica do trabalho. A sistematização das anotações e pequenos textos isolados, que se consumaram no referido artigo, foi fundamental para focarmos nossas atenções para a centralidade do trabalho, no seu conteúdo polissêmico ante os rearranjos espaciais e territoriais, produto da reestruturação produtiva do capital

¹⁰⁸ O aprofundamento sobre os autores que, na Geografia, tiveram peso na formulação e sistematização do arcabouço teórico-metodológico, epistemológico e ontológico será objeto das nossas atenções, para podermos dimensionar, com a precisão que o assunto merece, as relações com a temática do trabalho. O ensaio “Repensando a Geografia do trabalho”, em elaboração, deverá conter as primeiras sensações dessa pesquisa que está sendo viabilizada por meio das investigações do Projeto “Território minado...”

¹⁰⁹ As exceções são muito gratas, tais como Reclus, Kropotkin, Esses autores não ocuparam lugar central no debate da época, ou na virada do século XX, porque foram negligenciados pelo *establishment*.

¹¹⁰ O estímulo às reflexões mais profundas e que compuseram esse texto teve como elemento catalisador um movimento de duplo sentido, que nos incentivou a todos do CEGeT a ordenar nossas formulações para um debate muito produtivo junto aos participantes do IV Colóquio Internacional de Geocrítica, realizado em Barcelona, em maio de 2002. Ponto alto das nossas reflexões, até o momento restritas à comunidade geográfica brasileira, pudemos ampliar os horizontes do debate e obter ricas e instigantes contribuições para as nossas pesquisas, além de fortalecer o Grupo de Pesquisa junto à Universidade e à comunidade de interlocutores.

¹¹¹ Cf. LUKÁCS, 1968.

e, em decorrência, no que se refere aos sentidos do trabalho enquanto desafio para demarcar teoricamente o conceito de classe trabalhadora no Brasil, hoje, isto é, quem a compõe, a partir dos referenciais teóricos que se põem no cenário intelectual e político.

Até chegarmos a essa formulação inicial, base para as futuras investigações, referenciamos os aprofundamentos que sentíamos imprescindíveis para a demarcação do que se edifica em torno da Geografia do trabalho, por nós entendida como uma tomada de posição, crítica e contundente, em relação ao metabolismo social do capital e, conseqüentemente, como recurso de “leitura” do trabalho e da classe trabalhadora.

Decorre dessa circunstância a necessidade de trazermos para o nosso campo de reflexão dois movimentos articulados e simultâneos: construção e destruição da Geografia do trabalho. Quer dizer, se, de um lado, nos propomos construir mecanismos de absorção da temática do trabalho para o universo de reflexão da pesquisa em Geografia, por outro, não se trata de constituir a Geografia do trabalho como prática do recorte disciplinar ou como corrente nova na Geografia. Devemos apelar sempre para o mundo do trabalho real e não para os limites da academia ou ao seu horizonte institucional, visto que, na qualidade de intelectual orgânico, temos que direcionar nossas críticas ao metabolismo do capital. Esse assunto ganha mais clareza com o desenrolar das investigações e das nossas ações junto aos pesquisadores das demais áreas do conhecimento, do nosso convívio profissional.

Reconhecer ser essencial a superação das fronteiras que identificam os recortes da divisão científica do trabalho também não resolve integralmente nossos limites. Faz-se necessário que tornemos esse intento nosso referencial e práxis cotidiana de pesquisa.

Diante de tamanho recortamento e com o acréscimo das defesas contundentes e alienadas dos *nichos de mercado* (para o exercício dos ofícios), todos perdemos em qualidade, sentido e pertinência dos estudos e análises científicas, ficando expostos à fragmentação do trabalho (estranhado), objeto central dos nossos estudos, todavia agora em sua versão científica e, conseqüentemente, ao exercício do controle do capital. De modo geral, este, ao manter sob rédeas curtas os anseios humano-genéricos¹¹², frustra as possibilidades civilizatórias tal como podemos observar, diante dos avanços das inovações tecnológicas (principalmente as que liberam força de trabalho das lavras hostis), pois, apesar de expressar um avanço no processo civilizatório, seus impactos sobre o universo do trabalho (considerando a amplitude das formas de externalização) são perversos, porque estão subsumidos ao metabolismo do capital.

♦ ♦ ♦

Nem a ciência, nem o trabalho científico escapam do estranhamento típico da sociedade do capital, das formas de pensamento que edificam estruturas discursivas e proposituras afinadas às formas de pensamento que dão sustentação à ordem fragmentária dos seus postulados e do seu sociometabolismo.

¹¹² Cf. ALVES, 2001.

Empenhamo-nos para direcionar mais atenção a esse assunto, uma vez que não nos interessava e não nos interessa apenas diagnosticar os problemas ou preparar textos que caracterizem o estado de coisas, com detalhes e informações primárias, demarcando as dúvidas e os assuntos de difícil compreensão. Ou seja, como se estivéssemos somente nos baseando em estudos de terceiros e mesmo em levantamentos primários.

Nossa aposta significou reforçar os estudos, ampliar os horizontes da revisão bibliográfica, mas vinculá-los às pesquisas em marcha, ao primado ontológico do trabalho, à sua dinâmica geográfica enquanto territorialização-desterritorialização-reterritorialização, que pulsa as disputas por território enquanto materialidade da luta de classes, e revela os conteúdos e os significados espaciais das suas diferentes formas de externalização.

Durante a estada na Universidade de Santiago de Compostela, em março e abril de 1999, dedicamo-nos às (re)leituras de textos/livros que abordam, direta ou indiretamente, o trabalho na Geografia. Isso se resumia e se resume a poucos autores, tais como Pierre George, Ruy Moreira, Milton Santos, La Blache, Yves Lacoste, Elisè Reclus, Massimo Quaini, Armando Correia da Silva. Além das questões relacionadas às fronteiras positivistas do conhecimento científico e seu significado na Geografia, naquele momento, objetivamos situar as dificuldades de identificação dos sujeitos sociais, tendo como parâmetro o trabalho. Somente um tempo após, as reflexões dessa época compareceram nos nossos textos, sendo que dois artigos vieram a público, depois de reformulados.

No primeiro artigo, “Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século”¹¹³, pudemos exercitar as inquietações de um longo tempo de convivência cordial, porém tensa, do ponto de vista teórico e político com os colegas do Departamento e de outras esferas da relação profissional e política, no âmbito da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), especialmente a respeito das fissuras internas à Geografia, o que nos estimulou a retomar algumas questões que, para nós, apesar das defesas contundentes em relação ao forte conteúdo alienante das formulações que, na Geografia, se pautam pela fragmentação sociedade-natureza, vislumbravam a necessidade de um estudo dirigido.

Foi assim que, por meio de um conjunto de leituras¹¹⁴ e o acompanhamento de algumas publicações sindicais, pudemos referenciar nossas reflexões sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário. No item 2 desse texto, “Dicotomia Sociedade-Natureza e/ou Insurreição Epistemológica”, ao abordarmos os papéis dos protagonistas, ou seja, os trabalhadores, os movimentos sociais, o Estado, o capital, estávamos imbuídos em compreender os significados, no contexto do trabalho, da crise ecológica, para, então, refletirmos sobre as formas de gestão da natureza, portanto da sociedade como um todo.

¹¹³ Esse artigo, depois de passar por modificações, foi submetido ao Comitê Científico do IV Congreso da Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), ocorrido em Concepción, Chile, em 1999. Aprovado, possibilitou-nos participar do Congresso, tendo sido publicado em formato eletrônico, versão em disquete de 3^{1/2}. Com os debates transcorridos no referido evento, fomos convidados a publicá-lo na Revista *Ciência Geográfica*, da AGB/Bauru, fazendo parte do n.16, de 2000.

¹¹⁴ Principalmente as seguintes obras/autores, dentre outros: *Sociedade e natureza*, de Milton Santos, *Da grande noite à alternativa*, de Alain Bihr; artigos da Revista *Antipode*; *Produção destrutiva e Estado capitalista*, de István Mészáros; *Espacios de esperanza*; e *Justice, nature & the Geography of difference*, de David Harvey.

O intento de evidenciar a luta de classes no interior da crise ecológica nos permitiu chegar mais perto do entendimento da submissão da natureza aos imperativos do capital¹¹⁵. Bihr (1998), ao tratar da natureza na perspectiva do desenvolvimento das forças destrutivas, observa que

[...] a mesma de fonte de enriquecimento, torna-se fonte de empobrecimento, pois a única riqueza a ser reconhecida não é o valor de uso, mas essa abstração que é o valor [...]. Em síntese, a crise ecológica não é senão um dos aspectos desse mundo às avessas que a alienação mercantil e capitalista do ato social de trabalho institui. (BIHR, 1998, p.129).

Como já frisamos, em outro momento, a exaustão dos exemplos, se nos campos, se nas cidades, se assalariado, se informal, não pode ofuscar a objetividade de as atenções estarem direcionadas para o movimento dialético de (des)realização e de (des)pertencimento, no qual temos as evidências da negação/afirmação do trabalho e da classe trabalhadora e a construção histórica da emancipação de classe do trabalho como algo iminente.

¹¹⁵ A esse respeito, Benton (1989) apresenta reflexões muito apropriadas.

4. Das Técnicas, das forças produtivas, das pesquisas

É notório que a sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. A reestruturação produtiva do capital e o neoliberalismo na era da acumulação flexível – que representa a construção política, ideológica e produtiva de um novo terreno, lucrativamente mais fértil –, dotadas de forte caráter destrutivo, têm provocado cifras extraordinárias ao desemprego, o qual atinge a parcela expressiva da humanidade em escala global, à monta, segundo informações divulgadas em dezembro de 2008, pela OIT¹¹⁶, de 250 milhões de homens e de mulheres, sem que esse número estivesse revelando por completo os desdobramentos da crise mundial.

Entre tantas destruições de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva em relação à força humana que trabalha, de tal intensidade que cerca de um bilhão de pessoas se encontram, neste início do século XXI, ou exercendo trabalhos na condição de subempregados, mais precarizados, ou inteiramente “excluídos”¹¹⁷.

Esse processo faz parte de uma lei básica desta sociedade, a “lei geral da acumulação capitalista” (MARX, 1983), segundo a qual, devido à intensa e intrínseca concorrência dos produtores privados entre si, é preciso revolucionar permanentemente as forças produtivas, realizando com isso profundas mudanças no processo de produção, contraditoriamente encimadas na substituição de trabalho vivo por trabalho morto, com fortes reflexos sobre o mundo do trabalho.

Antunes (2005b, p.1) se manifesta de modo contundente:

Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo “auto-destrutivo” que tem gerado uma imensa “sociedade dos excluídos e dos precarizados”. Até o Japão e o seu modelo toyotista, que introduziu o emprego vitalício para cerca de 25% de sua classe trabalhadora, hoje ameaça extingui-lo, para adequar-se à competitividade que reemerge do Ocidente “toyotizado”.

De fato, estamos diante de um paradoxo, composto de duas faces. De um lado, pode ativar práticas e procedimentos regressivos (descivilização¹¹⁸ do ser que trabalha), em discordância com o desenvolvimento das forças produtivas, o avanço das técnicas, que são constantemente revolucionadas como expressão do processo de valorização e acumulação de capital, que tende a criar, sempre, a maior quantidade possível de trabalho excedente. Por outro lado, em termos estruturais, há deslocamento importante da composição orgânica do capital, motivado por aumento significativo do capital constante, em decorrência da redução acentuada do capital variável, o que resulta na queda da taxa de mais-valia e na queda da taxa de lucro¹¹⁹. E, ainda, o capital tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho necessário, para criar sobretrabalho, materializando o que

¹¹⁶ Ver: www.oit.org

¹¹⁷ Mas é importante atentarmos para os significados dessa abstração, rotulada e generalizada, sem que expresse ou personifique algum sujeito social específico. Martins (2001) é categórico, ao afirmar que “é expressão de uma não inserção efetiva [...] e não diz respeito aos excluídos. É, antes, uma impressão superficial sobre o outro por parte daqueles que se consideram ‘incluídos’” (p. 43).

¹¹⁸ Cf. WACQUANT, 2008.

¹¹⁹ Para mais detalhes, ver IAMAMOTO, 2001.

Marx (1982) já sinalizava, ou seja, a ampliação da produtividade do trabalho não libera o trabalhador do trabalho, mas amplia o trabalho excedente para o capital.

A esse respeito, Oliveira (2003, p. 135) pondera:

Todo o crescimento da produtividade do trabalho e a luta do capital para encurtar a distância entre o tempo de trabalho total e o tempo de trabalho da produção. Teoricamente, trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não pago.

Na verdade, poderíamos retomar uma passagem interessante de Gorz (2006)¹²⁰, momento em que reforça suas críticas à sociedade salarial. O autor, cético em relação às alternativas que podem advir do interior do próprio trabalho, a ponto de sintetizar seu posicionamento na boa máxima *abolição do trabalho*¹²¹ – diferentemente do que pensamos – faz algumas provocações que nos estimulam a refletir sobre a importância cada vez mais acentuada da distribuição, considerando os desdobramentos da revolução informacional (microeletrônica) para a diminuição gigantesca de tempo de trabalho na produção material, em detrimento da produção. A intensificação da produção de riqueza com cada vez menos trabalho colocou em cena o seguinte desafio: como fazer depender o ganho de cada um da quantidade de trabalho que ele produz? Esse assunto ainda não foi devidamente resolvido pelas organizações sindicais, tendo em vista os insuficientes resultados políticos, assumindo também as pautas dos procuradores e juizes das alçadas trabalhistas, quando dos momentos de negociações e acordos, mediante a alternativa de redistribuição do trabalho e dos rendimentos, escudados na insígnia “trabalhar menos para trabalharem todos” (GORZ, 2006, p.55).

O limite lógico, estratégico e histórico do capital, imposto pela tendência de supressão/substituição do trabalho vivo, bate forte na razão da própria existência do capital, que é sua permanente acumulação, à base do mais valor de quantidades crescentes de trabalho humano. À medida que esse mesmo trabalho é substituído por complexos processos de trabalho e sistemas de produção automatizados, a criação da riqueza perde as antigas bases materiais, que vai originar/intensificar a crise social, expressão concreta do desemprego e da dessocialização do trabalhador, colocando ainda os estreitos limites da perda do trabalho como elemento *necessário* de todo o processo de acumulação. É por isso que o desemprego, além de endêmico, é ubíquo, espalha-se por todo o planeta.

Não obstante, o aumento dos meios de produção, por meio da intensificação do capital constante e o aumento do trabalho apropriado ou que poderá vir a ser apropriado (capital variável) são resultados do “progresso” do próprio sistema do capital que, historicamente, tende a extrair valores cada vez mais elevados de mais-valia e, com isso, aumentar em termos absolutos o lucro. Dito de outra forma, produz, contraditoriamente, aumento da mais-valia e do lucro, devido ao aumento ainda maior do capital constante, ou seja, o aumento absoluto da mais-valia e do lucro é produzido ao mesmo tempo em que produz uma taxa decrescente de mais-valia e de lucro. Então, o

¹²⁰ Esse texto – “A crise e o êxodo da sociedade salarial: entrevista com André Gorz” – é, na verdade, uma entrevista publicada no livro *André Gorz e seus críticos*, organizado por Josué Pereira da Silva e Iram Jácome da Silva (São Paulo: Annablume, 2006). Originariamente, essa entrevista foi publicada nos *Cadernos do IHU* (Instituto Humanitas Unisinos), ano 3, n.31, de 2005.

¹²¹ Esse conceito foi originariamente conhecido pelo grande público na obra *Adeus ao proletariado*, publicada no Brasil, em 1987.

aumento absoluto do valor de todo o capital global investido terá que ser superior ao da queda relativa do capital variável, da mais-valia e do lucro.

A única “originalidade” desse processo é a sua própria existência histórica. Quer dizer, as inovações do processo de produção são uma constante, e a substituição de trabalho vivo por trabalho morto são a expressão concreta da marcha histórica do capital. “A vitória do trabalho morto (capital acumulado) sobre o trabalho vivo é essencialmente um domínio da morte sobre a vida, e este é um dos sentidos mais elementares da fase tardia do capitalismo”. A criação de novos produtos, que compensavam a perda de postos de trabalho, devido às novas técnicas, como o automóvel e os eletrodomésticos, “foram responsáveis pela longa expansão do capitalismo no século XX e o arranjo social do Estado de bem-estar que, enquanto durou, garantiu o pleno emprego” (MENEGAT, 2007, p.23, 25).

As contradições que residem nos avanços das forças produtivas capitalistas, no seu desenvolvimento contínuo, e a permanente adoção de práticas regressivas, no tocante ao trabalho e à sociedade, foram pensadas por Marx. Se, nos *Grundrisse*¹²² e em algumas passagens de *O Capital*¹²³, o autor salienta que o desenvolvimento das forças produtivas representa “avanços civilizatórios”, por sua vez, em *A Ideologia Alemã*, em parceria com Engels, afirma que as forças produtivas tendem a se tornar “forças de destruição”¹²⁴.

Dessas leituras extraímos, pois, que a “civilização em excesso”¹²⁵, imanente ao processo de reprodução do capital e ao capitalismo em si, é a principal credencial para o estágio da barbárie. Distante de representar qualquer avanço civilizatório, o que num determinado período foi pensado enquanto regressão momentânea, se consolida como permanente, crescente e irreversível, e é a própria essência da barbárie. No entanto, a barbárie propriamente dita não é apenas um qualificativo que remete a fatos específicos, senão à essência da “forma social que apenas pode continuar existindo ao ampliar o seu estado de destruição. A barbárie é imanente à civilização burguesa”¹²⁶.

Além disso, existe a crença de que a ciência, a técnica, a tecnologia, a razão instrumental desfrutem de protagonismo para garantir a missão civilizatória ocidental, as *ondas da modernidade*, como denomina Castel (1998), e, com isso, o equilíbrio estratégico no planeta atrai ao seu entorno até aqueles que se pronunciam contra a *barbárie do capital*. Poderíamos dizer: *todo cuidado é pouco!* Porém, o que é importante demarcar é que os ganhos de consciência são também construídos ao longo dos embates e não *in vitro*, como se estivéssemos numa redoma, ao contrário, no próprio embate e disputa de ideias e de construção da emancipação social.

¹²² Volume I, p. 248.

¹²³ No livro 1, volume 1, afirma: “Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada” (p.286-7).

¹²⁴ Cf. MARX; ENGELS, 1982, p. 45.

¹²⁵ Idem, p. 97.

¹²⁶ Cf. MENEGAT, 2007.



Foi com esse pano de fundo que nos debruçamos sobre um assunto inóspito, mas muito interessante e que sempre nos chamou atenção, tanto no que se refere à abrangência e complexidade de entendimento, quanto no que tange às inúmeras ligações a um sem número de outros temas geográficos que, para nós, até então, eram mais familiares.

Lembraríamos os desastres ambientais motivados pela intervenção humana, no século XX, sobretudo pelo capital, considerando a sua fúria reprodutiva; a destruição ambiental do planeta, fundada no modelo de acumulação/reprodução do capital; e, sob o efeito da prática da pesquisa, os exercícios em torno da Dissertação “A Relação Capital x Trabalho na Agroindústria Sucroalcooleira Paulista e a Intensificação do Corte Mecanizado: Gestão do Trabalho e Certificação Ambiental”¹²⁷, elaborada por Ana Maria Soares de Oliveira, sob nossa orientação. Além disso, ressaltamos o esforço imperioso para compreender também as demais questões fixadas no universo do trabalho, tendo como elementos mediadores centrais as relações sociais de trabalho e de produção, as formas de relação homem–natureza, homem–homem, o conteúdo do metabolismo social do capital, quer dizer, a base teórica que vimos tentando exercitar, na Geografia do trabalho.

É claro que não resolvemos todas as nossas dúvidas e questionamentos a respeito dos assuntos que gravitavam em torno da natureza e da questão ambiental, porém nos esforçamos por construir as bases para o que viria a ampliar nosso itinerário de pesquisa, juntamente com outros colegas e sob a coordenação do professor Antonio César Leal, quando nos lançamos ao projeto de pesquisa “Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente (SP). Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho”, financiado pela FAPESP, na alínea Políticas Públicas (Eixo 3).

No segundo texto, “A Geografia, os geógrafos e as fronteiras disciplinares. Os desafios para a compreensão das transformações do mundo do trabalho na virada do milênio”¹²⁸, apresentamos a formulação das reflexões que nos instigavam a identificar os entraves para a compreensão e superação das limitações impostas pelas fronteiras do conhecimento científico ou disciplinar. Foi assim que recuperar Marx, especialmente em *A Ideologia Alemã* e nos *Manuscritos de 1844*, nos estimulou a aprofundar estudos e reflexões sobre o assunto, sem contar que vínhamos numa sequência de leituras¹²⁹.

Esse bom momento nos possibilitou fortalecer em Marx as reflexões que fundavam a divisão e oposição entre trabalho material e trabalho intelectual, ou entre os que pensam e os que executam, ou, ainda, entre os que mandam e os que obedecem. Nesse sentido, são entendidos como inimigos. De fato, isso tem implicações marcantes e fundamentais para a forma do metabolismo social, que materializa objetivações estranhadas referentes ao desenvolvimento histórico, sendo que, no capitalismo, assumem dimensão mais desenvolvida.

¹²⁷ Esse trabalho foi defendido no primeiro semestre de 2003, porém se estruturou a partir de dois momentos: o primeiro, quando a estudante ainda estava no segundo ano do curso de Graduação em Geografia, em 1996, na modalidade Estágio Não Obrigatório, e depois como bolsista IC/FAPESP, de março de 1999 a fevereiro de 2000.

¹²⁸ Inicialmente publicado no *Caderno de Resumos da Semana de Geografia da FCT/UNESP*, em 1999, sendo que, após modificações e aprofundamentos teóricos, ganhou novo título: “O Mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘Leitura’ geográfica”. *Revista Ciência Geográfica*, Ano IX, Vol. IX, N.1, jan./abr., 2003. AGB/Bauru, Bauru, 2003.

¹²⁹ Os autores que trabalhávamos, no momento, eram: Ariovaldo U. de Oliveira, Armando Correia da Silva, Francisco de Oliveira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Ruy Moreira, Milton Santos, Neil Smith, Massimo Quaini, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Boaventura de Souza Santos, entre outros.

Estamos nos referindo às objetivações estranhadas que se desenvolvem a partir da instauração da divisão do trabalho, as quais têm na luta de classes, no Estado e na ideologia os principais exemplos. Em Marx, mais propriamente em *A Ideologia Alemã*, temos o apontamento de que estamos diante de uma nova força substancial, o capital, que articula as objetivações estranhadas (a classe social, o Estado, a ideologia). Por outro lado, é bom dizer que o capitalismo é o período sócio-histórico mais desenvolvido¹³⁰ da espécie estranhada de metabolismo social (alienado) instaurado pelo capital.

Com o emprego maciço de novas tecnologias e formas de controle e gestão do trabalho, o trabalhador, na qualidade de força produtiva, vai sendo paulatinamente substituído por supervisores e fiscais, que se encarregam do aparato técnico mais moderno e que, portanto, utilizam muito mais o intelecto do que a força física. Chama a atenção o fato de que essa situação está fundada sobre a ilusão de liberdade do trabalhador, devido à aparente ausência de controle sobre o trabalho (intelectual).

Na segunda experiência em nível de Pós-Doutorado, no período de 1999/2000, junto ao IFCH/UNICAMP, sob a orientação do professor Ricardo Antunes, direcionamos nossas atenções para outras questões e temas de pesquisa, tais como os rearranjos do tecido social provocados pela reestruturação produtiva do capital, a centralidade do trabalho, as disputas territoriais e os desdobramentos para o trabalho e para a classe trabalhadora.

Nesse momento, (re)lemos Ricardo Antunes, István Mészáros, Rosa Luxemburgo, Giovanni Alves, Francisco de Oliveira, Octávio Ianni, Alan Bihl, Agnes Heller, José Paulo Neto, Carlos Nelson Coutinho, François Chesnais, entre outros. Esses autores nos forneceram valiosas contribuições, mas também demos continuidade às leituras, realização de trabalhos de campo, orientações de pesquisa, inserções por várias porções do território brasileiro, em atendimento ao debate público, participação em eventos, Bancas Examinadoras e Trabalhos de Campo. A sintonia com as formas plurais de realização do trabalho, nos campos e nas cidades, em meio às dinâmicas rurais e urbanas, nunca nos deixaram no anonimato exclusivo da teoria, ou seja, pulsaram no nosso ambiente de trabalho e de convivência cotidiana, as realidades do trabalho, a efetivação das pesquisas, a valorização ontológica dos fenômenos do trabalho.

Os primeiros textos dessa fase nos permitiram participar dos debates, no âmbito da Geografia, apesar de incipientes, muito estimulantes, sobretudo pelo interesse dos jovens pesquisadores (estudantes de Graduação e de Pós-Graduação). A elaboração de “Reestruturação produtiva do capital e qualificação do trabalho”¹³¹, que, numa formulação posterior, ampliado e revisado, ganhou o título de “Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade”, foi a marca do fortalecimento da edificação das pesquisas e das elaborações sobre a temática do trabalho. Ou, ainda, um divisor de águas, mas que, todavia, tem que ser pensado em conjunto com o projeto “Território em transe...” (Eixo 3.2).

A continuidade das pesquisas materializou a construção/consolidação da linha de pesquisa que sustenta o CEGeT: “Trabalho e movimentos sociais: processualidade e dinâmica

¹³⁰ A preocupação central de Marx é investigar o desenvolvimento da forma social do capital mais avançada, a partir das transições históricas de longa duração das formas sociais do capital, ou seja, os modos de produção. Em *O Capital – Crítica da Economia Política*, o autor demonstrou seu compromisso em efetivar a crítica dialética e radical ao capital.

¹³¹ Esse texto não foi publicado, mas apenas circulou internamente ao CEGeT.

territorial da sociedade”, como também todo o esforço para identificar uma posição teórica, na Geografia, capaz de abordar o trabalho como categoria central das nossas reflexões e da crítica radical comprometida com a emancipação social.

Foi exatamente a grandeza teórica referenciada nas investigações desencadeadas com a vigência do projeto “Território em transe...” que nos possibilitou utilizar o sentido metafórico (subjacente) do conceito de *território em transe*, revigorado em “Território minado”¹³² e aprofundado no projeto “Reestruturação Produtiva do Capitalismo no Campo e os Desafios para o Trabalho”, desenvolvido durante o curso de Pós-Doutorado realizado junto à Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, sob a coordenação do professor Rubén Lois Camilo Gonzáles. Como não se trata de uma sequência linear de pesquisas, mas de um posicionamento crítico diante do percurso contraditório da nossa caminhada intelectual/pessoal, reconhecer os avanços (explicativos, analíticos) e, principalmente, o aprendizado, no contexto da Geografia do trabalho, nos remete às limitações intelectuais e de compreensão, nem sempre superadas. Este texto sistematizador da nossa obra revelará esses aspectos e o esforço para dar continuidade à caminhada de interlocução, junto aos geógrafos e aos demais pesquisadores.

O projeto em nível de Pós-Doutorado e toda a circunstância de sua realização foram elementos decisivos para o aprendizado que buscávamos e a produção de textos que conseguimos efetivar: desde a delimitação do plano de trabalho, os avanços teóricos propostos em relação aos projetos precedentes, a possibilidade de dispor de afastamento de doze meses e vincular a estudos em outro país, ter acesso às melhores bibliotecas da Europa, percorrer outras realidades, culturas, contactar pesquisadores, dirigentes e lideranças sindicais e de movimentos sociais de vários países envolvidos nas lutas operárias e camponesas.

Dessa pesquisa, produzimos reflexões específicas sobre a atualidade do trabalho, que se fazem presentes de forma destacada nesta seção do texto sistematizador. A exigência de um tempo maior para que o debate fosse explicitado, ao qual nos referimos na Apresentação, foi alcançado, ao menos para cumprirmos nossas expectativas pessoais, nos últimos dois anos, de sorte que a nossa produção de 2006 e 2007 é a principal testemunha.

Nesses pouco mais de dez anos que nos separa da defesa da Tese de Doutorado, como já vimos acentuando, nestas primeiras páginas e também no Memorial, vimos construindo um modo de participar da discussão da temática do trabalho, pela via da Geografia. Isso se faz presente neste texto sistematizador, sendo que os produtos que oferecemos são a prova de uma constante tentativa de superar os próprios limites.

O conjunto dessas experiências de pesquisa e ao mesmo tempo nossa participação, no debate público (acadêmico e nas esferas de militância política), nos tem proporcionado aprendizado igualmente de grande importância. É por isso que a realidade da luta de classes não está circunscrita apenas ao plano teórico, o que nos tem permitido situá-la com mais amplitude no interior do movimento contraditório do metabolismo do capital, na sua marcha histórica, na qual implementa relações essencialmente capitalistas e as entrecruza com procedimentos que lhe

¹³² “Território minado: metabolismo societário do capital e os desafios para a organização do trabalho”, projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq, na modalidade PQ, para o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, todavia interrompido em outubro de 2004, devido à realização de estágio em nível de Pós-Doutorado, na Espanha, no período de outubro de 2004 a setembro de 2005.

possibilita renovar/refazer/recriar relações não capitalistas. Por meio desse expediente, está sendo possível dimensionar a capacidade explicativa das ferramentas conceituais que adotamos, colhidas do corpo teórico do marxismo.

E é ainda no interior dessas pesquisas que temos notado as mudanças provocadas pelo processo social; a velocidade e a intensidade com as quais se territorializam pelos diferentes espaços estão evidenciando os limites teórico-conceituais, tendo em vista a dificuldade manifesta para o entendimento das complexas tramas sociais que habitam o universo do trabalho. Vale insistir que, para nós, o maior desafio de pesquisa é apreender o que se passa no interior da classe trabalhadora, quem a compõe, diante de tamanha (des)realização, a crescente informalização, a contínua mudança de atividades (experiências laborais) e migrações territoriais, o distanciamento das organizações políticas (particularmente os sindicatos) dessa nova realidade a dialética existente entre as dimensões material e subjetiva do trabalho.

O que estamos introduzindo é que a cena social do trabalho, intensa e amplamente modificada pelas ações do capital e do Estado, ganha elementos novos com a marca construída por meio das ocupações de terra, ou da luta pela terra e pela reforma agrária. Aludimos à nova realidade dos quase 2500 assentamentos rurais espalhados pelo país, por aproximadamente 135 milhões de hectares¹³³, na maioria dos casos desatendidos pelas políticas públicas e abandonados pelo Estado, em suas diferentes escalas de gestão (Eixo 2.1). De modo análogo, no ambiente urbano uma série de modificações está ocorrendo, motivada pelas lutas dos movimentos sociais organizados, que juntam desempregados, sem-teto, trabalhadores temporários, operários que se mobilizam por melhores salários etc.

As ações que estão se processando no ambiente do trabalho, no século XXI, repercutem em todo o tecido social e nos põem a repensar os esquemas explicativos. É no âmbito dessa amplitude que consideramos não exclusivamente os aspectos econômicos ou determinados pelas relações econômicas e salariais. A bagagem cultural dos trabalhadores, os elementos subjetivos e os que estão na base das suas (des)identidades de classe devem igualmente ser levados em conta, na exata dimensão da plasticidade que reflete suas diferentes formas de externalização, seja nos campos, seja nas cidades.

De fato, esse movimento do trabalho expressa os significados materiais e subjetivos de cada condição laboral e de vida, enfim, a plasticidade em termos, isto é, as diferentes faces do trabalho estranhado que ganham significados específicos nas suas formas de ser, compondo-se em elementos centrais para qualificarmos a dinâmica geográfica dos *territórios em disputa*¹³⁴.

A partir dessa situação, temos a dimensão das ações e proposituras das instâncias de organização do trabalho estranhado, em questão, se presas às ações concertantes e reformistas¹³⁵, muito em evidência atualmente, para a maioria do movimento sindical, no Brasil, que se relaciona ao receituário neoliberal, ou se direcionadas à construção de projeto autônomo e de crítica radical ao modelo societal do capital, portanto, decididamente pela via da opção de classe.

¹³³ Cf. DATALUTA, 2008.

¹³⁴ Inclusive, esse é o título do Projeto de Pesquisa que enviamos ao CNPq, na modalidade PQ, e que será nossa referência em nível do RDIDP e Pós-Graduação.

¹³⁵ Cf. ALVES, 2006.

4.1. Dos fatos aos dados: o trabalho em processo

Não é acidental ou surpreendente que o que advém desse *novo* receituário é o intercambiamento de ações “modernas” ou espectrais e regressivas (que cria, mas subordina, que emancipa e aliena). Não há nenhuma novidade, no século XXI, encontrarmos formas regressivas de trabalho, recriadas em todas as escalas do planeta, seja no centro do sistema, como os *chicanos*¹³⁶ ou *latinos*¹³⁷, nos EUA, os *jitanos*¹³⁸, na Europa, as *maquiladoras*¹³⁹, no México, os *dekassegus*¹⁴⁰, no Japão, os bolivianos e peruanos, no setor de confecções clandestinas em São Paulo, os APL (Arranjo Produtivo Local) no Paraná (Eixo 3) etc.

A globalização neoliberal revoga o emprego vitalício¹⁴¹, uma das principais lendas do *ohnismo*¹⁴², e impõe a substituição crescente de força de trabalho por robôs, máquinas automáticas. A polivalência associada à alta tecnologia exige da força de trabalho mais formação escolar e capacitação técnica, ao contrário do fordismo, no qual a parcelização das tarefas fragmentou o conhecimento, especializou e desqualificou o indivíduo. Assim, ao desespecializar o trabalhador, por meio da polivalência, agrega conhecimento e qualifica o trabalhador, sinalizando uma diminuição da distância entre concepção e execução, ou entre trabalho manual e intelectual.

Essa nova *forma japonesa* de produção, ou a “via japonesa de racionalização do trabalho”¹⁴³, assenta-se na (des)especialização dos trabalhadores qualificados através da polivalência e plurifuncionalidade de homens e de máquinas, materializada pela via bifronte da “liberalização” da produção seguida da “autonomação”, e da multifuncionalidade dos trabalhadores.

A produção se torna flexível¹⁴⁴, edificada sobre as prerrogativas de ciclos rápidos de maturação e obsolescência, de sorte que tanto os produtos, como os meios de produção e os

¹³⁶ A esse respeito, ver Acuna (2006).

¹³⁷ A terminologia *chicanos* predominou até final dos anos 1980, depois substituída por *latinos*, indicando o conjunto do(a)s trabalhador(a)s mexicano(a)s, mas que também contempla outras nacionalidades de centro-americanos, os quais migram para os Estados Unidos da América, para trabalhar, e a quem são impostas condições de absoluta precarização, especialmente o descumprimento quase integral das leis trabalhistas e dos direitos humanos. A esse respeito, ver: Wacquant (2001), especificamente o capítulo 2, “Do Estado-providência ao Estado-penitência: realidades norte-americanas, possibilidades européias”, p. 77-151. Nesse texto, não temos uma reflexão específica sobre o caso dos chicanos, porém os mesmos estão observados, quando o autor aborda a situação de extrema desregulação e precarização dos trabalhadores migrantes nos Estados Unidos da América. Em outra obra, o mesmo autor faz igualmente referências gerais que podem ser importantes para a compreensão dessa especificidade do trabalho, mesmo que o centro de sua análise seja a questão do encarceramento ou a política de criminalização dos trabalhadores e dos movimentos sociais, como parte das transformações que ocorrem no interior do Estado, postas em marcha pelas mutações do trabalho assalariado, como em: “A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo” (In: *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.93-106).

¹³⁸ Genericamente, essa denominação recai sobre os representantes do povo cigano, migrantes que recebem denominações locais e regionais em cada país ou região européia. Essa denominação para o assunto a que nos referimos, nesse texto, revela condições extremas de precarização e desvinculação do mercado oficial de trabalho, na Europa.

¹³⁹ Trata-se de empresas que empregam mão-de-obra sob condições de elevada precarização, sem direitos trabalhistas, previdenciários, registro em carteira, e à base de baixa remuneração. Esse formato, implementado pelas empresas, especialmente nas zonas francas, se concentra no México, no setor têxtil/confecções, respondendo por aproximadamente 30%, enquanto, no ramo dos aparelhos eletrônicos, essa cifra já atinge 25% do conjunto das operações, perfazendo um total de quase 20 bilhões de dólares, conforme informações oficiais divulgadas pelo Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática de México, para o ano 2000.

¹⁴⁰ São expressivos os relatos e pesquisas sobre as experiências dos trabalhadores brasileiros, de primeira ou segunda descendência japonesa, que se dirigem para esse país asiático em busca de trabalho e dinheiro, a fim de compor as economias para o retorno ao Brasil. Para mais detalhes, ver Kawamura (2003).

¹⁴¹ Cf. GOUNET, 1999.

¹⁴² Refere-se aos significados atribuídos ao *toyotismo*, desenvolvidos pelo engenheiro mecânico Taiichi Ohno, que adaptou à indústria automobilística as experiências que obtivera na indústria têxtil sobre automação, logo após a II Grande Guerra. Para mais detalhes, ver Coriat (1993).

¹⁴³ Cf. CORIAT, 1993, p. 81.

¹⁴⁴ Cf. HARVEY, 1992.

processos e rotinas produtivas são substituídos frequentemente. Isso também repercutiu diretamente na estrutura e composição do Estado do Bem-Estar Social, que, diga-se, ainda está em curso.

O pano de fundo desses novos argumentos deu-se à base da intensificação do tempo de trabalho, balizada numa nova “racionalização produtiva”, que radicaliza os ensinamentos de Taylor acerca da “eficiência contra o desperdício”, e põe em questão a diminuição do trabalho improdutivo (funções de gerência, fiscalização, controle etc.), que passam a ser incorporados às funções do trabalhador produtivo¹⁴⁵. Assim, não se restringem ao plano ideológico as exigências das novas habilidades (cognitivas, comportamentais e políticas) do trabalhador, mas vão impactar com mais ou menos intensidade nas demais maneiras de realização do trabalho, nas suas diferentes externalizações, ou, ainda, vão redefinir as formas de uso, exploração e de gestão do território.

O aumento da produtividade industrial, regulador incontente da expulsão do trabalho na indústria moderna, parece paradigmático no setor automobilístico. Cada vez mais globalizado, representante de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, nos últimos três anos diminui pela metade o número de trabalhadores. Todavia, no mesmo período, a produção cresceu 55%, à base da diminuição de 49 para 19 horas para a produção de um carro, e a quantidade de componentes diminuiu de 3.200 para 2.300¹⁴⁶. Aqui cabe uma observação sobre o fato de que o PIB não mede as riquezas sem que elas estejam “encarnadas” na forma mercadoria. É como se disséssemos que o PIB só reconhece como trabalho produtivo o trabalho vendido a uma empresa que dele tira lucro¹⁴⁷.

Sem nos prendermos aos aspectos especificamente produtivos, os efeitos dessa nova sistemática de organização do trabalho, fundada no toyotismo, produzem impactos de toda ordem para os trabalhadores, para a classe trabalhadora e para a sociedade em geral. Uma dessas faces se expressa na degradação do mercado de trabalho, no Brasil, em função da adoção das políticas de adequação da produção à demanda¹⁴⁸, e aos esquemas que redefinem as expectativas de produtividade e as estratégias de competitividade das empresas¹⁴⁹.

Esse é, pois, um dos principais pilares do sucesso do sistema *enxuta*, denominação para a relação de parceria entre a unidade de produção (industrial) e a rede de fornecedores. Com a produção regulada pela demanda, portanto não mais à sistemática de produção em massa, o fornecimento garantido e no tempo certo das matérias-primas (*just-in-time* ou *kanban*) é a exigência para a eficiência de toda a estrutura produtiva. Em síntese, a reestruturação racionalizou o tempo (*just-in-time*), incorporou o modelo originário dos supermercados, onde se trabalhava com o estoque mínimo, e incorporou as experiências das indústrias têxteis, nas quais os operários já operavam, num mesmo tempo, diversos teares.

¹⁴⁵ Cf. ALVES, 2000.

¹⁴⁶ Cf. ANUÁRIO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA. ANFAVEA, 2008.

¹⁴⁷ Nesse sentido, se tomarmos o exemplo hipotético da distribuição de lotes para famílias de Sem Terra, nas quais produziram somente para subsistência ou que efetivassem trocas simples, entre eles, o PIB do país não mudaria. Mas, se essas famílias fossem expulsas da terra pela voracidade do agronegócio, que nelas incorporaria sistemas de plantio tecnificados, com vistas à exportação de *commodities*, o PIB aumentaria ou reagiria aos investimentos e ao sistema de trocas.

¹⁴⁸ Isso está associado à retração de investimentos e à ausência de planejamento de longo prazo, que, por sua vez, engendram ciclos macroeconômicos mais curtos, também denominados de *stop and go*, em contraposição aos ciclos longos de Kondratiev. (para mais detalhes, ver Amitrano, 2004).

¹⁴⁹ A esse respeito, Pochmann (2001, p.44) apresenta um quadro que contém detalhada lista de itens das novas estratégias empresariais em tempos de toyotismo.

Esse processo revela sua face perversa na brutal elevação do desemprego e o uso crescente das modalidades cada vez mais precarizadas de contratação de mão-de-obra. Para Pochmann (1999), isso está sinalizando a regressão para uma forma de produção muito parecida com o *putting out*¹⁵⁰, pois se pode notar “o surgimento de novos relacionamentos diretos entre a unidade capitalista e as formas de ocupação não-capitalistas (trabalho irregular, parcial, a domicílio, novo *putting out* etc...)”. (POCHMANN, 1999, p.66).

O esgotamento do *modelo* brasileiro de desenvolvimentismo capitalista, a partir da década de 1980¹⁵¹, cindiu o movimento de estruturação, sendo que a estagnação e a recessão dos primeiros anos da década seguinte provocaram desdobramentos diferenciados no tecido econômico, isto é, intensificou sobremaneira a redução de postos de trabalho no setor primário, estabilizou-se, no secundário, e expandiu à base de intensa precarização, no terciário.

A estratégia voltada para exportação, implementada ao longo da década de 1990, apesar de a tendência desestruturante apresentar-se ameaçadora, impediu uma queda maior do nível total de emprego. Não obstante, a reorientação da política macroeconômica, encimada na abertura econômica, e as sucessivas fases de reestruturação industrial, detonaram o movimento de desestruturação do mercado de trabalho, com o declínio acentuado do nível de emprego e demais indicadores. Mais ainda, quando nos deparamos com o processo produtivo em geral, com as articulações das formas relativa e absoluta de extração da mais-valia, ou como se estivéssemos constatando formas combinadas ou variações do toyotismo com o fordismo/taylorismo, muito mais restrito do que sistêmico¹⁵².

É o que se comprova, de 1989 a 1995, quando, de cada dez ocupações geradas, apenas duas eram assalariadas; no mesmo período, a participação dos assalariados na composição da (PEA) caiu de 64%, em 1989, para 58,2%, em 1995; a participação do *segmento* organizado na composição da PEA declinou de 67%, em 1989, para 60%, em 1995; a subutilização da força de trabalho cresceu de 32%, em 1989, para 39%, em 1995; e, ainda, houve o crescimento marcante do *segmento não-organizado*, no terciário, representando nove postos de trabalho para cada dez gerados (POCHMANN, 1999).

Se considerarmos que, para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), de 1989 a 1992, aproximadamente 395 mil postos de trabalho foram eliminados no setor industrial, em 1999, a considerar uma série de 10 anos, os números alcançam 720 mil postos de trabalho, momento em que se registra o menor nível de ocupação industrial, ou 1,4 milhões de ocupados¹⁵³. Apesar de haver recuperação do crescimento do setor industrial no ano de 2000, em 2001 é marcada a desaceleração, com a geração de apenas 29 mil postos de trabalho. Diante disso, fica clara a perda de importância dos empregos gerados no setor industrial para essa série temporal, pois despenca de

¹⁵⁰ Ao *putting out* é atribuída uma das principais características do artesanato ou da forma de organização do trabalho fundada no artesanato, dos primórdios da acumulação primitiva de capitais, portanto, uma forma de produção não-capitalista. Nesse momento, a produção artesanal de mercadorias se territorializava no campo e era vendida pelos comerciantes nos nascentes mercados urbanos. Entretanto, a inexistência de vínculos contratuais entre os produtores e os compradores de mercadorias era sua principal característica.

¹⁵¹ Pochmann (2001) afirma que o capitalismo brasileiro foi um dos mais dinâmicos do mundo, no período de 1890 a 1980, pois alcançou taxa média de variação do PIB em torno de 4,14%, atingindo 7% no período de 1950 a 1980, momento em que houve maior impulso à industrialização.

¹⁵² Cf. ALVES (2000).

¹⁵³ DIEESE/SEADE-PED, 2004.

33% em 1989 para 20% em 2001. É importante destacar que o setor industrial foi o principal responsável pela perda de postos de trabalho na RMSP. Os setores de serviços e comércio compensaram o dinamismo do mercado de trabalho, sendo que o primeiro passou de 41,3% para 52,3% e o segundo, de 14,8% para 16,2%. Sem contar que, o crescimento do número de trabalhadores ocupados refere-se aos autônomos (600.000), empregados domésticos (245.000) e assalariados (144.000), sendo que o maior crescimento do trabalho assalariado (490.000) recai sob a contratação sem vínculo formal. Hofmann e Mendonça (2003) afirmam que, além desse expediente do assalariamento sem carteira de trabalho assinada – forma mais utilizada de flexibilização da contratação –, cresceu a ocupação terceirizada, por meio de empresas prestadoras de serviços ou da contratação direta do trabalhador autônomo, pelo setor privado em maior escala, mas também pelo setor público (municipal, estadual e federal) (Eixo 3).

Essa situação conforma, então, em pleno século XXI, uma marca para todo o País, portanto não exclusiva para a RMSP, que a produção capitalista demanda cada vez mais de tipos e formas de ocupação informais não-capitalistas. Apesar da euforia que contagia o primeiro escalão do governo Lula, cuja avaliação, em relação aos números registrados para o período de janeiro a agosto de 2008, aponta para 33% a mais do que o mesmo período do ano passado, ou seja, 1,8 milhão de empregos criados com carteira assinada, o acumulado que se inscreve nesse expediente situa-se apenas em 30,7 milhões de trabalhadores¹⁵⁴, para uma PEA de 84,7 milhões.

Por isso, o desajustamento do mercado brasileiro de trabalho é uma realidade, o que pode ser atestado, com mais rigor, quando se consideram as categorias/profissões, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Sem contar que a elevação do desemprego faz emergir outros sinais preocupantes, tais como o desassalariamento de parcelas significativas da PEA e a expansão das ocupações no segmento *não-organizado*, quando comparado à evolução ocupacional em todo o século XX. “Ao mesmo tempo, a perda de participação do emprego assalariado no total da ocupação indica uma mudança substancial na estrutura ocupacional do país” (POCHMANN, 2006, p.61). Todavia, constata-se, por meio da bibliografia específica, que, a partir dos anos 1970, a economia global acumulou experiências de excedentes maiores de mão-de-obra, pois, para uma PEA, estimada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 3,1 bilhões de trabalhadores, 1/3 encontrava-se subutilizado (800 milhões) ou desempregado (200 milhões) ou, ainda, na condição de subemprego.

Com base ainda nessas informações fornecidas pela OIT e nas indicações de Pochmann (2001, p.86), percebemos que, enquanto para os países do centro do sistema, a quantidade de trabalhadores excedentes aumentou 1,85 vezes, ou seja, de 15,4 milhões, em 1975, para 28,5 milhões, em 1999, para a parcela que compõe a periferia do sistema, o montante de trabalhadores desempregados saltou quase 5 vezes, quer dizer, de 22,3 milhões, em 1975, para 110 milhões, em 1999, sendo que hoje o contingente total de desempregados se aproxima de 200 milhões de homens e mulheres trabalhadores. Dessa forma, podemos apreender a dimensão espacial da *divisão internacional do desemprego aberto*¹⁵⁵, para os dois momentos considerados, e seus respectivos significados, ou seja, a participação absoluta e relativa do contingente dos

¹⁵⁴ Cf. CAGED, / MTE, 2008. Disponível em: <http://www.caged.gov.br/index.html>

¹⁵⁵ Cf. POCHAMNN, 2001.

trabalhadores da PEA dos países periféricos tem sido crescente na geração de excedente de mão-de-obra à escala mundial e, mais propriamente, o desemprego, nas suas diversas modalidades, nos últimos 25 anos (1975-1999). Isto é, ao longo de toda a década de 1990, cresceu o desemprego aberto em escala mundial para as pessoas com mais de 25 anos de idade, particularmente acima de 50 anos, o que é mais sintomático para os países do centro do sistema, uma vez que 70% do excedente de mão-de-obra se concentra no estrato acima de 25 anos de idade. No Brasil, segundo Pochmann (2001), 55% da mão-de-obra desempregada está abaixo dos 25 anos de idade.

Como é complicado o tratamento do desemprego em qualquer lugar do mundo, exatamente por conta das diferentes metodologias, procedimentos técnicos na apuração das informações, recortes espaciais e periodicidade da tomada da informação, no Brasil também é um assunto tabu. A não homogeneidade, tampouco a ausência de consenso entre as diferentes metodologias, que recobrem as áreas metropolitanas, dificulta o entendimento do fenômeno e produz confusões técnicas, para pesquisadores e demais interessados no assunto¹⁵⁶, mas, com atenção e cuidado, fazemos uso dessas informações, sem desconsiderar a própria dificuldade em relação à conceituação do desemprego¹⁵⁷.

Na contramão do que tem sido divulgado pelos veículos midiáticos, os jovens (entre 16 e 24 anos), que representam aproximadamente 26 % da PEA, são os que mais estão sendo afetados pela tormenta do desemprego, neste início de século XXI. Quer dizer, para a abrangência das áreas metropolitanas que compõem a Pesquisa de Emprego-Desemprego (PED), atingem, para o ano referência de 2005, 6,5 milhões de pessoas, ou 23,8% da população acima de 16 anos residente nessas áreas, sendo que parcela expressiva, ou 4,6 milhões (71%), compunha a força de trabalho local e, na condição de ocupados e desempregados, já quando se desmembra essa informação, obtêm-se aproximadamente 38% da taxa média de desemprego (DIEESE, 2006). Esse mesmo assunto, segundo a PNAD/IBGE – a taxa de desemprego juvenil –, para 2005, foi 1,9 vezes maior do que a taxa nacional, enquanto, para as faixas etárias acima de 49 anos, a taxa foi 62% inferior à nacional¹⁵⁸.

É possível ponderarmos que o desemprego que se abateu sobre a sociedade brasileira, nos anos 1980, ainda podia ser definido como conjuntural, por derivar de um período recessivo, o que alimentava expectativas aos desempregados de retornarem ao *clube*, cada vez mais seleto, dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Todavia, insistimos, a intensificação da concorrência internacional, potenciada pela política de abertura da economia, nos anos 1990, associada à verticalização da reestruturação industrial, fez com que o desemprego assumisse

¹⁵⁶ A presença do IBGE, por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), oferece informações sobre o desemprego, todavia utilizando metodologia restrita na identificação do trabalhador sem emprego e que tenha procurado por um posto de trabalho, no período de referência de realização da pesquisa, contudo que não tenha trabalhado por nenhum momento, durante a semana da tomada da informação e, ainda, que se encontrava apto, cobrindo seis regiões metropolitanas (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Belo Horizonte). Como se denota, no âmbito do IBGE, há subestimação na tomada e aferição do montante de desempregados. O DIEESE, em cooperação com a Fundação SEADE, produz a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que se propõe mensurar o desemprego, considerando também seis regiões metropolitanas (Porto Alegre, São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Distrito Federal).

¹⁵⁷ Como se sabe, a medição do desemprego em nível nacional fica ao encargo do Censo Demográfico, realizado, via de regra, de dez em dez anos, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente, ambas sob a responsabilidade do IBGE.

¹⁵⁸ Cf. PNAD (2005). Disponível em: www.ibge.gov.br

características estruturais. A partir de então, o desemprego vincula-se ao modelo econômico adotado e vai revelar, através dos seus respectivos índices, nos anos posteriores, dimensão mais crítica.

É por isso que o peso da retórica do então candidato à presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, de geração de 10 milhões de novos empregos formais, em quatro anos, não se confirmou, porque a opção por manter os mesmos dispositivos da política macroeconômica dos oito anos do governo do PSDB não pôde vislumbrar nada diferente do que se consumou. Ainda mais quando se mantém petrificada a gestão macroeconômica sob a lógica da financeirização e sua ortodoxia monetarista, consolidando a marca neoliberal sobre o mercado de trabalho e suas perversidades, no tocante ao desemprego aberto, em todo o país.

Os dados da PED, do DIEESE/Fundação SEADE¹⁵⁹, indicam para as seis regiões metropolitanas de Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Distrito Federal, Recife e Belo Horizonte, de 2005 a 2006¹⁶⁰, que, apesar de estar ocorrendo ligeira diminuição das taxas de desemprego, a média ainda se mantém alta, ou seja, 18,9% e 17,9%, respectivamente. Os números, no entanto, revelam a perversidade do que está ocorrendo tanto com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, quanto com os negros e os jovens.

Quando focamos a PEA com as atenções para os segmentos em separado, auferimos por meio da PED, para 2006, que pouco mais da metade, ou 55% dos desempregados são negros e, no caso das mulheres, há similitude entre o que ocorre em termos mundiais e no Brasil, isto é, se no Brasil, para as 6 regiões metropolitanas as mulheres, para os anos de 2005 e 2006, atingem, em termos médios, 22,5% e 20,9%, respectivamente, os homens representaram 16,1% e 15,1% (DIEESE, 2007).

Enquanto, com base nas informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME)¹⁶¹, temos, para dezembro de 2007, 23,1 milhões de trabalhadores da PEA das seis regiões metropolitanas, dos quais 12,6 milhões são homens, o que equivale a 54,5% do total.

Apesar de os dados da PNAD (2007) sinalizarem (para homens e mulheres) ligeira melhora na taxa de desocupação, motivada, possivelmente, por melhoras pontuais na renda, os patamares são ainda muito elevados. É nesse contexto que ocorreu, na agricultura, o fechamento de 570.000 postos de trabalho, em 2006 – 78% no norte e nordeste –, mesmo ainda ocupando a primeira posição quanto ao número de pessoas empregadas, 17,2 milhões, enquanto, em 2004 (PNAD, 2005), esse patamar registrou 19,2 milhões. Em termos mundiais, segundo informações da OIT (2004), os percentuais referentes às taxas de desemprego, para os anos de 2002 e 2003, são de 6,5% e 6,4%, para as mulheres e 6,2% e 6,1%, para os homens.

De posse dessas informações, podemos destacar alguns aspectos e perfis de relevada importância sobre o mercado de trabalho, o que rebate diretamente na composição do trabalho. Inicialmente, poderíamos enfatizar que a evolução do emprego formal, com base na

¹⁵⁹ É o caso de assinalarmos as diferenças metodológicas entre a PED (DIEESE) e a PME (IBGE). O detalhamento e os cuidados em considerar as particularidades da População em Idade Ativa (PIA), ou as pessoas de 11 a 15 anos, também fazem parte da PEA, enquanto a PME leva em conta somente as pessoas a partir de 16 anos, além de o DIEESE trabalhar com prazo maior para a tomada do desemprego oculto.

¹⁶⁰ Não está disponível a média para 2007, mas as informações concernentes aos 12 meses desse ano. Por isso, avaliamos ser sensato considerarmos os dois últimos anos: 2005 e 2006.

¹⁶¹ A PME se refere às áreas urbanas das seis regiões metropolitanas do país e cobre as pessoas com mais de 10 anos de idade (www.ibge.gov.br/bda/emprego).

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹⁶², não foi acompanhada da recuperação dos rendimentos médios reais nos anos 1990 e, quando comparamos à década anterior, a deterioração é ainda maior, sendo que os setores que ampliaram participação relativa foram aqueles que se enquadram nos serviços básicos, caracterizados por baixa remuneração¹⁶³. Outra questão é o fato de que o somatório de homens e de mulheres desempregados, em todo o planeta, alcança aproximadamente 190 milhões de trabalhadores (POCHAMNN, 2001, p.82).

Outro aspecto concerne à feminização do mercado de trabalho – ou o que dizer sobre a circunstância de, das 10 milhões de vagas abertas entre 1989 e 1999, quase 7 milhões terem sido preenchidos por mulheres? Apesar de ser um fato incontestável, o que garante uma participação 45%, na PEA, e de 38%, no mundo, é, pois, um processo incompleto, inacabado, desigual e precário¹⁶⁴. Senão, vejamos: em 1991, 18% das famílias eram chefiadas por mulheres e, segundo informações preliminares do Censo Demográfico de 2006, o percentual já atinge 29%; ou, então, a defasagem salarial, quando tais dados são comparados aos homens etc.

Em acréscimo, amparando-nos nas informações fornecidas pelo DIEESE/SEADE, reforçadas pelo IBGE, e estimativas divulgadas pela grande imprensa, apreendemos que, em 2007, pouco mais de 50% da força de trabalho ocupada nas áreas metropolitanas estava na informalidade¹⁶⁵, entendendo-a, pois, em sentido amplo, tanto pela ausência de registro em carteira, quanto pelas situações em que se acha desprovida de direitos. Já no final da década de 1990, Mattoso (1999) alertava que a situação mais preocupante rebatia do segmento formal, já que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)¹⁶⁶ registrou, entre 1990 e 1999, o fechamento de 3,3 milhões de empregos formais, de maneira que a informalidade, no Brasil, representava pouco mais de 40% do PIB.

Complexa e de grande profundidade social, econômica, política e geográfica, a informalização, enquanto expressão da degradação/precarização, também se reflete na formação/qualificação/desqualificação do trabalho. A interação desses assuntos requer alguns cuidados para que não haja incorreções e generalizações apressadas e, como não nos ocupamos disso, neste momento, apenas reafirmamos que os expedientes utilizados pelo capital para fragilizar e controlar o trabalho e manter o empreendimento da acumulação deve ocupar lugar especial nas nossas análises.

¹⁶² Vide *site* do Ministério do trabalho e Emprego: www.mte.gov.br

¹⁶³ Cf. POCHMANN, 2001.

¹⁶⁴ Dentre os estudiosos sobre esse assunto, indicamos Nogueira (2003); Hirata; Kergoat (2003).

¹⁶⁵ No final da década de 1990, Mattoso (1999) salientava que aproximadamente 50% da força de trabalho estavam na informalidade. Sete anos depois, os percentuais aumentaram paulatinamente.

¹⁶⁶ Esse Banco de Dados fornece informações pertinentes aos registros formais de trabalho, ou a variação mensal do emprego formal. É mantido e processado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo que sua estrutura de cálculo está fundamentada na contabilização dos dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), fornecidos mensalmente pelas empresas.



De modo geral, a racionalidade do capital está assegurada pela busca constante de eficiência, aumento de produtividade guiado por rebaixamento de custos, sendo que a diminuição do tempo necessário de trabalho se dá a partir da dispensa de enormes contingentes de trabalhadores, da destruição das forças produtivas, ao invés da redução da jornada de trabalho seguida do aumento do ócio. De maneira análoga, a flexibilização do mercado de trabalho é um fetiche, pois não é uma solução para aumentar os índices de ocupação, como vem sendo defendido, inclusive por sindicalistas. Ao contrário, é uma armadilha que vem sendo imposta pelo capital e incentivada pelo Estado, para fazer valer a diminuição dos salários reais no bojo das condições degradantes de trabalho que lhes dão sustentação¹⁶⁷.

Disso depreendemos que, em plena era da informatização do trabalho, da tecnologia da informação, enfim, dos requintes do *mundo maquinal e digital*¹⁶⁸, há uma sincronia com as formas degradadas de trabalho, encabeçadas pela informalização.

No entanto, é bom que se diga que esse *novo* trabalhador, como vimos, não é um *novo* trabalhador assalariado, portador de uma nova politecnia, tampouco de omnilateralidade. Trata-se de um trabalhador assalariado polivalente, submetido a uma nova intensificação do trabalho e participe de uma nova organização da produção capitalista, tida como *avançada* em relação ao taylorismo-fordismo, ao fundar o novo complexo de reestruturação produtiva. Todavia, há controvérsias quanto ao avanço tecnológico das novas técnicas produtivas. Wood (1993) afirma que não há nada de revolucionariamente inovador, no *toyotismo*, especialmente porque ele ainda contém diversos elementos tayloristas¹⁶⁹.

Para Wood (1993), o sucesso do modelo repousa, exclusivamente, na ação coercitiva exercida pelo aparelho produtivo sobre os trabalhadores, coerção que se manifesta através das políticas de múltiplas avaliações e pela interiorização das condições opressoras pelo indivíduo, por intermédio da aceitação das regras empresariais. Na mesma linha que Wood, Zafirian (1993) também aponta os limites do *toyotismo* enquanto forma de racionalização do trabalho, igualmente denunciando que o seu sucesso repousa igualmente sobre as formas coercitivas em que as relações de trabalho ocorrem: é o contexto coercitivo que confere toda eficácia ao trabalho em equipe, em termos de ganhos de produtividade¹⁷⁰.

Porém, é importante argumentar que a expressão do toyotismo, nos países de industrialização avançada, se deu de forma diferenciada, dependendo de como se relacionavam os investimentos em tecnologia, a organização (leia-se cooptação) do trabalho, o controle sobre os trabalhadores e os sindicatos. É por isso que Antunes (1999) enfatiza que o toyotismo (ou o modelo japonês¹⁷¹) obteve “maior repercussão quando comparado ao exemplo sueco, à experiência do norte

¹⁶⁷ Esse assunto foi objeto das preocupações de Vasapollo (2005).

¹⁶⁸ Cf. ANTUNES, 2007.

¹⁶⁹ “A abolição de estoques de reserva, controle centralizado de qualidade e a soberania do engenheiro industrial foram colocados na ordem do dia pela experiência japonesa [...] No entanto, neste modelo japonês continua-se a projetar atividades com ciclos curtos, tarefas fragmentadas e trabalho que leva concepções de tarefas estandardizadas” (WOOD, 1993, p. 55).

¹⁷⁰ Cf. ALVES, 2000.

¹⁷¹ A esse respeito, ver Wood (1993).

da Itália (Terceira Itália), à experiência dos EUA (Vale do Silício) e da Alemanha, entre outros” (ANTUNES, 1999, p.53).

Isso se passa sem que se dê a devida atenção à questão de que o edifício social, sob o referencial da centralidade do trabalho, continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista, todavia à base de crescente precarização/desqualificação/fragilização de contingentes expressivos de mulheres e homens trabalhadores.

Esses posicionamentos foram precedidos das indagações que compuseram a essência do nosso repensar autocrítico, e estão guiando nossas ações de pesquisa em direção à reivindicação do alargamento do conceito de classe trabalhadora. Estamos tentando buscar respostas e qualificar a seguinte indagação: quem compõe a classe trabalhadora, diante da fragmentação e disjunções do trabalho? Decorre dessa questão, portanto, nossa proposta de contribuir com a *atualização* da formulação teórica que dá *identidade* à centralidade do trabalho, para os tempos e exigências do século XXI.

5. Sujeitos históricos e (des)pertencimento de classe do trabalho

A imprescindibilidade do primado do sujeito, na teoria social, também deve referenciar o fato de que não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito, o que nos põe diante do desafio de resgatar todo um conjunto de valores que foram ficando para trás, como o trabalho enquanto categoria-chave para a compreensão da história e a circunstância de que, para o sujeito do conhecimento, existe uma opção política e uma responsabilidade em relação ao objeto, seja ele qual for. Portanto, a falácia da neutralidade do conhecimento está *condenada*, ao menos para nós.

Assim, se o sujeito não está na esfera do trabalho, o que nos restaria, na sociedade do capital? E, se o sujeito não está mais nessa esfera, onde está? A polêmica em torno desse assunto não vai nos ocupar, porém, mesmo já firmando posição em torno da centralidade do trabalho; há alguns autores que marcam esse cenário. Mas é próprio das nossas ações de pesquisa e, consequentemente, das nossas reflexões e oportunamente presentes neste texto sistematizador, a autocrítica em torno da amplitude das ações de resistência dos trabalhadores para além das fronteiras teóricas (e geográficas) das formas assalariadas puras, combinadas.

Kurz talvez seja um dos mais entusiastas da tese do fim do trabalho, na qual expõe não haver sujeitos aptos a conduzir a emancipação da sociedade. Isto é, a tese da crise da sociedade do trabalho, ao negar a centralidade política do trabalho, não vislumbra nenhuma possibilidade emancipatória, a não ser a conduzida pelas ações organizadas da não-classe-de-não-trabalhadores, aos moldes da formulação original de Gorz, ou dos movimentos sociais que se inscrevem para além dos marcos do trabalho. Ou seja, se algo tiver que ocorrer para abalar e romper com o metabolismo do capital, não se dará nas trincheiras do trabalho.

Mesmo Kurz (1992, 1998), tendo realizado a distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto, o que indica seu posicionamento, quando sinaliza haver uma crise do trabalho abstrato e é, portanto, a supressão dessa expressão do trabalho a que se refere, não elucida corretamente sua tese, porque uma coisa é o esgotamento do trabalho abstrato, e outra – radicalmente diferente – é o posicionamento que não contempla a alternativa a qual defende o trabalho concreto como criador de valores de uso ou fonte criadora de coisas úteis¹⁷². Kurz não entende que o trabalho não é só fonte de alienação, porém é igualmente superação, emancipação, revolução. Quer dizer, há uma dialética do trabalho que não é captada pelo ensaísta alemão.

Não nos propomos responder a essas perguntas, mas oferecermos as reflexões críticas que se encontram na nossa produção, resultado das investigações em vigência e da interlocução junto a pesquisadores e com a literatura específica, tentando, pois, somar esforços junto aos demais estudiosos, com o propósito de, por meio da Geografia do trabalho, podermos acrescentar conhecimento crítico a uma possível teoria espacial do trabalho.

Como sabemos, toda a discussão de Marx, com e para os trabalhadores, presente em sua extensa obra e na sua vida de militância, esteve fundada no conceito de trabalho que garantisse a consciência de que ele significa a luta para ultrapassar/superar o reino da necessidade,

¹⁷² Cf. ANTUNES, 1999.

atingindo o reino da liberdade, e de que, enquanto o ato de trabalho for uma *prisão*, para esse salto, está-se diante da alienação ou da alienação do trabalho.

A ideia de Marx de que o homem, ao modificar a natureza, modifica-se a si próprio contém os fundamentos para a compreensão do trabalho enquanto produto de atividades dirigidas e que impulsionam o intercâmbio dos homens com a natureza, pretextando criar valores de uso às necessidades humanas¹⁷³. Vale lembrar que, no tocante à satisfação das necessidades humanas, a apropriação da natureza é crucial para a vida em qualquer sociedade, sendo antes comum a todas as formas sociais.

É interessante salientar também, a esse respeito, que o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório, pois é nela que há uma inter-relação entre homem-sociedade-natureza, ou ainda uma protoforma do ser social, a qual possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas. A célebre passagem em que afirma que o trabalho está no centro do processo de humanização do homem nos permite refletir sobre a *boa máxima* “adeus ao trabalho, ou adeus ao proletariado”¹⁷⁴, uma vez que estaríamos dizendo adeus ao processo de humanização.

Disso concluímos que a teleologia não é só ideia, mas é igualmente matéria. Daí o ineliminável vínculo de interação e reciprocidade entre teleologia e causalidade, que nos oferece a medida para compreender que não se trata nem do primado da matéria, nem do primado da ideia, mas de uma imbricação entre essas esferas, e o resultante vínculo histórico com a formulação de que é o ser que determina a consciência. Em outras palavras, o trabalho é decisivo na gênese do homem, no processo civilizatório e emancipatório. Resta-nos saber qual trabalho.

Captar essas referências em Lukács nos ajuda a compreender que o trabalho é produto de um ato teleológico ideado pelo ser social, em sua consciência. É muito conhecida a distinção marxiana entre a abelha e o arquiteto. No fato de o arquiteto desenhar, e a abelha não, temos a dimensão teleológica, a ideação, o sujeito dizendo: o que eu quero? Para quê? É o espaço da subjetividade.

Nesse sentido, a historicidade do ser social é concebida como a possibilidade concreta de continuidade, de irredutibilidade da essência ao fenômeno, simultaneamente à sua ineliminável distinção, porque, como pondera Lessa (1997, p.33), “[...] o ser é histórico, porque sua essência ao invés de ser dada *a priori*, se consubstancia ao longo do próprio processo de desenvolvimento ontológico”.

Isso nos permite afirmar que ninguém trabalha sem pensar, mas a teleologia, o ato teleológico pode existir sem trabalho¹⁷⁵. Todavia, não é uma determinação gnosiológica que eleva um fato de consciência a uma posição teleológica, “mas sim a função que exerce na processualidade social. Apenas se atuarem sobre os nexos causais, transformando-os, em alguma medida, em nexos causais postos, estes fatos da consciência serão posições teleológicas” (LESSA, 1997, p. 70).

Assim, todo ato teleológico dá nascimento a uma nova subjetividade, contudo é no trabalho e nas formas mais complexificadas da atividade humana que o ser exercita uma interação

¹⁷³ Cf. MARX, Livro 1, Volume 1 de *O Capital*, 1982.

¹⁷⁴ Formulação original de Gorz (1987).

¹⁷⁵ Referimo-nos, é claro, ao trabalho da ontologia do ser social. A título de exemplo, poderíamos nos sentar à beira da praia e passar a tarde tomando cerveja e “pensando na morte da bezerra” até acabar todo estoque de cerveja. É por isso que teleologia pode existir sem trabalho.

entre causalidade e teleologia, sendo que a causalidade é o próprio movimento do real, é o existente. São as formas de concretude material, ou a materialidade fundante.

Assim, baseamos nossas reflexões na compreensão do trabalho como elemento fundante do ser social, o que se traduz em superar o aparente dilema que se interpôs entre a centralidade ontológica do trabalho e a irreducibilidade do ser social ao trabalho¹⁷⁶. Mais ainda, é fundamental distinguir a função ontológica fundante do trabalho e a centralidade política do trabalho (do proletariado), ou sua constituição em classe revolucionária, ou ainda a classe portadora do *mandato* histórico revolucionário. Como pondera Lessa (2005, p. 107), “o fato de o trabalho ser categoria fundante do mundo dos homens, não é possível deduzir direta, imediata e necessariamente a centralidade política do proletariado”.

A centralidade ontológica do trabalho, evidentemente, não significa que sua morfologia não tenha se alterado profundamente, na sociedade contemporânea. Trata-se, é claro, de apreender essas alterações, como, de resto, temos feito ao longo da vida. Entretanto, é preciso que não percamos de vista, entre outras coisas, que o abandono da centralidade do trabalho para a explicação da sociedade contemporânea implica igualmente o abandono da teoria do valor-trabalho.

Podemos dizer que apostar na infertilidade da não centralidade do trabalho, ainda que dois terços da humanidade vivam o flagelo da precarização, da marginalização/exclusão e de todas as formas de subordinação/dominação/expropriação/sujeição, do desemprego, é o mesmo que não conseguir ir além do visível, ou apostar na incapacidade de apreender as contradições objetivas e subjetivas da estrutura social vigente.

Em algumas circunstâncias, o debate sobre a própria centralidade do trabalho assume a identificação redutora do trabalho com o operariado (assalariado) e, por conseguinte, a confusão trabalho-emprego¹⁷⁷, tal como enraíza toda a formulação de Gorz¹⁷⁸, quando, de fato, não é o trabalho que acabou ou está acabando, mas o *emprego que está moribundo*¹⁷⁹. Ou, então, o capital que está utilizando força de trabalho de forma diferenciada, pois, se no passado “prevalecia a forma de assalariamento direto, hoje é possível observar que, por meio da terceirização, se incentiva o trabalho por conta própria e o empreendedorismo”¹⁸⁰.

Na mesma linha do descentramento da categoria trabalho, temos o ideário de Habermas ou sua teoria da ação comunicativa, na qual também residem outros aspectos desse debate, dos quais não nos ocuparemos neste momento¹⁸¹, apenas sinalizando que a dualidade entre

¹⁷⁶ Cf. ANTUNES, 1999.

¹⁷⁷ Vale esta nota para diferenciar esses dois conceitos tão importantes e caros à teoria social crítica. Enquanto o *emprego* expressa um conjunto de relações que se definem pela objetivação contratual, jurídica, marcada intensamente no imaginário popular como colocação, o *trabalho* não se restringe à dimensão econômica, salarial, contratual, mas tem a ver com a existência social do ser que trabalha e os papéis políticos que ocupa, no ambiente conflituoso da dinâmica contraditória do metabolismo do capital e da luta de classes.

¹⁷⁸ Desde *Adeus ao proletariado*, de 1982 (lançado no Brasil), passando por *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*, de 2003 (ano de publicação em nosso país), o autor manteve-se fiel à perda de centralidade do trabalho, sendo este, pois, não mais capaz de oferecer sentido à vida em sociedade, mas ainda mantendo o princípio da ordem, da moral e da coesão social. Apegado à supremacia da revolução microeletrônica – quando se refere ao avanço da técnica e da revolução autônoma das forças produtivas –, Gorz entende que a abolição do trabalho está sendo substituída por uma não-classe-de-trabalhadores, que pulsa a realidade dos expulsos do mercado formal assalariado, desempregados, e que têm o emprego como algo incerto.

¹⁷⁹ Cf. ANTUNES, 1999.

¹⁸⁰ Cf. ORGANISTA, 2006, p. 38.

¹⁸¹ Neste momento, extrapola nossos objetivos debater esse assunto, mas Antunes, no capítulo VIII do livro *Os sentidos do trabalho* (1999), oferece-nos reflexões a respeito da crítica *habermasiana* ao paradigma do trabalho, contextualizando o debate a partir das polêmicas entre Lukács e o autor.

sistema (razão instrumental) e mundo da vida (espaço intersubjetivo, esfera da liberdade) é a base do entendimento do autor de que o trabalho vai sendo deslocado progressivamente pela ciência e pela técnica, secundarizando e esvaziando o argumento marxiano do valor-trabalho, já que a ciência passa a ser a principal força produtiva.

As opções teórico-político-metodológicas desses autores os impedem de enxergar a complexa trama de relações que habita o mundo do trabalho, em meio às transformações promovidas pela reestruturação produtiva do capital, e todo o reordenamento resultante da materialidade e subjetividade do trabalho, diante da intensificação da precarização das relações sociais de trabalho, do mercado de trabalho e de todo o legado neoliberal. Esse assunto tem influenciado o debate em nível acadêmico-científico, ideológico, partidário e político-sindical; no entanto, gera confusões pouco estimulantes, já que procura apresentar grupos sociais que não teriam mais no trabalho seu momento fundamental de identificação, como portadores de um potencial pós-capitalista¹⁸². Da mesma forma, o trabalho não pode ser entendido como se tivesse uma única dimensão.

É necessário que se faça a distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto, sabendo-se que o trabalho abstrato cria valor de troca e o trabalho concreto cria valor de uso. O domínio do valor sobre as relações sociais impõe o fetiche da dimensão útil e material do produto do trabalho, de sorte que o trabalho abstrato expressa a *alma gêmea*¹⁸³ das mercadorias.

A distinção entre as dimensões concreta e abstrata do trabalho é de extrema importância, visto que, na sociedade capitalista, o valor de uso perde espaço para a supervalorização do valor de troca, encimado no processo produtor de mercadorias e guiado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, já que o que vale agora não é o conteúdo do trabalho, mas sim a sua quantidade.

Em outros termos, seria o mesmo que dizer que a sociedade contemporânea é movida predominantemente pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias e que o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. Com relação a essa questão, Mészáros (2002, p.660) pondera:

O capital não trata meramente como separados *valor de uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor de troca*, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último. [...] Uma inovação baseada na percepção prática de que qualquer mercadoria, num extremo da escala, pode estar constantemente em uso ou, no outro extremo das possíveis taxas de utilização, absolutamente nunca ser usada, sem perder com isso sua utilidade no que se refere às exigências expansionistas do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, Marx (1982) ressalta que o caráter misterioso da mercadoria advém do valor-de-troca ou do fetiche que lhe é peculiar, tendo em vista que “a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores [...]; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho” (MARX, 1982, P.79-80).

¹⁸² Cf. ANTUNES, 1999.

¹⁸³ Cf. MENEGAT, 2006.

A totalidade social no capitalismo tem em sua centralidade o fetiche da mercadoria e a transformação do trabalho em uma dupla condição (produtor de valores de uso e produtor de valores de troca), sendo, portanto, essa condição indissociável. Isso caracteriza, sob o metabolismo societário do capital, a mercadoria como razão-de-ser das ações humanas, no capitalismo. Esse componente central da lógica do capital levou Mészáros (2002) a formular a tese da taxa de utilização decrescente do tempo útil das mercadorias, para expressar sua compreensão a respeito da cultura do desperdício, que, por sua vez, é uma das principais contradições que o capital encontra para sua realização.

A taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas, contraditoriamente, afeta o desenvolvimento capitalista sob três dimensões: 1) em relação aos bens e serviços, a utilização decrescente só é possível com a obsolescência planejada dos produtos, criando usos individualizados e estimulando o desperdício generalizado do uso de bens e serviços, porém essa estratégia é limitada pela capacidade de consumo dos indivíduos; 2) fábricas e equipamentos apresentam, como manifestação dessa tendência, a subutilização crônica, necessitando serem substituídas pela inovação tecnológica, sem terem mesmo alcançado a compensação pelo investimento realizado¹⁸⁴; 3) a utilização decrescente da força de trabalho socialmente disponível, que se manifesta como “desemprego estrutural”, ou a economia de trabalho vivo, que é fundamental para o ciclo de acumulação ampliada do capital, intensifica a extração da mais-valia, mas como a força de trabalho não é apenas mercadoria, porém se encontra diretamente vinculada à massa de consumidores, o capital encontra nessa contradição um elemento explosivo de sua condição, uma vez que lhe escapa o controle absoluto das condições de exploração do trabalho socialmente disponível¹⁸⁵.

A conjugação dessas três dimensões invalida a apologia da sustentabilidade do sistema do capital, sendo o ônus de seu desenvolvimento a permanente perdularidade/caoticidade, visto que, no momento do êxito das estratégias de perenizar o crescimento da acumulação, anulam-se seus baluartes pelas contradições acima apontadas.

A crescente diminuição das possibilidades de desenvolvimento “fora” da lógica do capital, que, entre outras coisas, privou a maioria da população, em particular a classe trabalhadora, das condições de realizar o trabalho em sua plenitude e amealhar para si os resultados de sua atividade, “exige” que o capital “abra mão” de explorar contingente expressivo desses trabalhadores, pois já não fazem parte da realização de sua valorização.

É importante ponderar, a respeito do exercício metodológico fundado em via de mão dupla na plasticidade/capilaridade do trabalho, que, quanto mais intenso o processo de valorização do capital, mais profundas são as consequências para o trabalho e, em decorrência, para a dinâmica do trabalho. Em síntese, as mudanças rotineiras de tarefas e atividades ao longo do ano ou, mais propriamente, a dinâmica geográfica do trabalho e os rearranjos territoriais constantes, expressos na territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

¹⁸⁴ Nesses casos, o Estado tem assumido deliberadamente o ônus da inovação, tanto por meio de elevadas somas de subsídios diretos, quanto com o financiamento da pesquisa básica e de cunho tecnológico, além dos cursos de (re)qualificação profissional e, no limite, com o salário-desemprego.

¹⁸⁵ Esse assunto pode ser encontrado em Mészáros (2002, capítulo 15, p. 659-674).

Todavia, não para por aí a capacidade destrutiva do capital. O exemplo mais marcante, no século XXI, recai sobre a hipertrofia e a magnitude que o complexo industrial-militar conquistou, solidificando certa “autonomia” em relação à própria lógica econômica, considerando que, em muitos países, os gastos para administrar os custos sociais dessa fúria controlista do capital significa expressivos *déficits* nas contas públicas, impedindo, principalmente nos países situados na periferia do sistema, a execução de políticas públicas amplas de combate à fome e ao desemprego, e em defesa da reforma agrária, da soberania alimentar etc. (Eixo 2).

Disso depreendemos o caráter perdulário do crescimento econômico capitalista, porque, à medida que os capitalistas individuais investem na capacidade produtiva, ampliam a produção, alcançando mais rapidamente o esgotamento da demanda, fazem-no simultaneamente à intensificação da exploração do trabalho, a qual diminui a parcela da mais-valia retida pelos trabalhadores.

É por isso que podemos indagar ser a crise capitalista decorrente, portanto, da contradição entre a lógica expansiva, inerente ao capital, e os limites a essa expansão, ou seja, são os resultados contraditórios de um processo maior de desvalorização do capital, a partir da queda da capacidade de produção de mais-valia. Logo, sempre que o crescimento econômico não se efetiva, assistimos à crise do sistema, orientado que está para o crescimento permanente. Tal característica deve-se à necessidade de reprodução ampliada do capital para a manutenção da taxa de lucro.

De qualquer forma, o capital, em sua crise estrutural, evidencia os limites de seu projeto civilizatório. Todavia, longe de estarem restritos ao processo produtivo, os desdobramentos da crise ensejam um conjunto variado de transformações na ordem societal capitalista, expresso na dinâmica territorial do capital, em sua amplificação do terreno de elaboração estratégica das grandes corporações mundiais, no fracionamento da atividade produtiva com a terceirização – o que Druck (1999) muito bem definiu por (des)fordização da fábrica¹⁸⁶ –, e na regressividade espacialmente seletiva da exploração do trabalho. Contudo, não podemos esquecer também, como já vimos na Introdução, do limite lógico, estratégico e histórico do capital, tendo em vista o desacoplamento constante da composição orgânica do capital, motivada pelo aumento significativo do capital constante em decorrência da redução do capital variável.

Como frisamos anteriormente, esse processo centraliza as preocupações dos estrategistas do sistema, porque sabem que a segurança do processo de realização do capital não pode prescindir da valorização, no entanto, em meio ao movimento histórico das contradições é que formulam políticas, alianças, pactos etc. Ou seja, ao deslocar os recursos para a esfera financeira, o capital aborta as possibilidades de expandir produtivamente, sendo que pode até elevar a sua capacidade de realização, mas não a de valorização¹⁸⁷. A financeirização é a expressão da hegemonia do capital-dinheiro, sendo que sua proliferação facilitada pelas inovações financeiras, pela abertura e desregulamentação dos mercados financeiros, “não significa apenas a sua ‘autonomização’ no seio da esfera financeira e sua excrescência em relação ao capital produtivo. Posto em movimento pelo processo de trabalho” (CHESNAIS, 1998, p.145). Assim, ao gerar riqueza

¹⁸⁶ Em *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*, Maria da Graça Druck argumenta, com muita competência teórica, acerca das novas culturas e identidades do trabalho.

¹⁸⁷ Cf. CHESNAIS, 1996.

abstrata, sem a mediação da produção, o capital, enquanto processo social abdica de cumprir o seu desígnio.

O que vimos é que a lógica expansiva do capital encontra limites internos à sua própria racionalidade, pois não tem autonomia e capacidade para estabelecer estratégias de longo prazo, com o propósito de sustentar a acumulação ampliada. Isso só se faz por meio da coerção extra-econômica exemplarmente exercida pelo Estado, que garante ao capitalista privado as condições básicas para o desenvolvimento tecnológico, a regulamentação do sistema financeiro internacional, mantendo lucrativas as atividades produtivas. A prova mais marcante dessa condição está visível na constituição do Estado de Bem-Estar Social, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Do ponto de vista da regulação do metabolismo social, se deixado à solta, o capitalismo não resiste aos capitalistas, porque a acumulação ampliada é predatória dos recursos para a sustentação de qualquer sistema social, inclusive o próprio homem, que à ordem do capital é reduzido a fragmentos unilaterais (ora consumidor, ora fornecedor de força de trabalho). Somente através de um sistema poderoso de controle social o capitalismo pode resistir. E, sabendo que esse sistema se consolida com o Estado burguês e por mais que a apologia liberal sustente a eliminação da participação estatal na economia, caso isso ocorra, haverá redução drástica da capacidade de acumulação do capital.

Nesse sentido, sabendo-se, pois, que o movimento do capital funciona como um permanente conflito, ao mesmo tempo em que desenvolve crises particulares, também produz contratendências. Evidência disso é o próprio processo de financeirização da economia, que se apresenta como uma contratendência à sua crise de valorização. Outra evidência é que os capitais produtivos vêm atualmente desenvolvendo contratendências neutralizadoras, com o propósito de frear a hegemonia especulativa, como já visto, por meio da criação de novas necessidades de consumo, presa, pois, à órbita da obsolescência dos valores de uso das mercadorias, ou da diminuição da sua vida útil, e à condição supérflua da força de trabalho. É nesse contexto (na *modernidade*) que o capital impõe aos trabalhadores a convivência com os novos critérios de *competitividade*, *produtividade*, guiados pela tecnologia *high-tech*, totalmente subordinada à liquidez do capital financeiro e à descartabilidade das mercadorias.

Por isso, é importante transformarmos em rotina as indagações sobre os exemplos retrógrados e regressivos das personificações do capital (sejam neoconservadoras ou neoliberais) que almejam sua destruição. Em concordância com Mészáros (2007, p.330), “o edifício em que todos vivemos não pode ser demolido”. E com uma dose especial de genialidade e radicalidade, o autor conclui que “apenas sobre uma base socialista sólida pode-se conceber uma solução historicamente viável, que se dirija [...] aos interesses de longo prazo da sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS, 2007, p.331).

Por conseguinte, é imprescindível enfatiza a ideia sobre a incorrigibilidade/irreformabilidade/incontrolabilidade do capital. Quer dizer, sendo o capital uma estrutura de controle totalizadora das mais poderosas, dentro da qual tudo, incluindo os seres humanos, deve se enquadrar, provar sua viabilidade produtiva, sob pena de extinção. Isso nos faz

pensar que a incapacidade do capital elevar-se acima da perspectiva de *curto prazo*, a competição/competitividade destrutiva reavivada entre os capitais, enfatiza tratar-se de uma força controladora, e não há como controlá-lo. Apenas a possibilidade de se livrar dele por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade poderia exterminá-lo. Na forma do capital, pela primeira vez na história, os seres humanos têm que se confrontar com um modo de controle social metabólico que pode e deve se constituir como um sistema global¹⁸⁸.

O “sistema global” do capital assume hoje um caráter sócio-histórico particular e a globalização, como mundialização do capital e como processo civilizatório humano-genérico, assume o caráter de um *sistema global de controle do capital financeiro*, de um capital fictício e rentista parasitário, ou aquele capital que busca sua valorização de modo fictício (ALVES, 2001). Comparece nesse cenário o expediente dos negócios com papéis (ações, fundos de pensões, títulos da dívida pública e moedas), os quais tendem a se tornar objeto da lógica de valorização do empreendimento capitalista.

Assim, a protagonização da ordem liberal como substituta do Estado *keynesiano* não pode ser reconhecida senão como alternativa momentânea e muito parcial para a “superação” da crise de crescimento econômico. O Estado mínimo apregoado pelos sacerdotes liberais não é senão uma artimanha fantasiosa do *marketing* capitalista, sobretudo quando se justifica a manutenção do Estado tão-somente para atendimento das demandas sociais a que o capitalismo não é capaz de suprir. Chesnais (1996) nos lembra o fato de a hipertrofia financeira estar diretamente ancorada na dívida pública e lastreada nos tesouros nacionais, sendo, pois, esses os principais sustentáculos das atividades financeiras.

Estão subjacentes à lógica do capital financeiro não apenas os negócios com papéis, mas esta atinge também um novo campo de especulação voltado para a acumulação fictícia, que se articula com os anseios, os desejos e as subjetivações expressas, por exemplo, nas *marcas (logo)*, objetos da lógica do capital especulativo-rentista. Tudo isso nos aponta uma nova espécie de valorização do capital, que influencia as suas demais formas (produtivo, bancário, comercial). É como se aquela forma “contaminasse” todas as demais.

Esse processo denominado por Harvey (1992), em *Condição pós-moderna*, de *pós-moderno*, tem implicações nas mais diversas áreas da existência humana: na política, na cultura, no trabalho e na psicologia social, impregnando de profunda significação a sociabilidade do mundo atual, sustentada no conceito de “acumulação flexível”. Em síntese, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais valia mais viável, mesmo nos países capitalistas avançados (HARVEY, 1992, p.175).

Essa obra iluminou vários autores a lançarem contribuições a esse respeito, mas suas formulações, ainda muito vivas e atuais, nos possibilitam compreender a trama de relações (re)criadas pelo capital financeiro e como está influenciando e determinando o tecido social, a estrutura da sociedade, de formas radicais. Se, para esse autor, “acumulação flexível” (como novo

¹⁸⁸ Entrevista realizada por Ricardo Antunes e publicada na Revista *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n.2, p.129-137, 1995.

regime de acumulação) é a significação última dessas formas radicais, não quer dizer que as demais perdem sentido. Ou, como assevera Chesnais (1996), a determinação essencial da “cultura pós-moderna” é o *novo regime de acumulação mundial predominantemente financeirizado*, no sentido da economia política, onde a *mundialização financeira* é, portanto, o verdadeiro lastro da “acumulação flexível”.

Nesse nível de realização, o metabolismo do capital se refaz de novos elementos e revitaliza o processo de valorização, de reprodução e de destruição da natureza e da sociedade em patamares jamais mensurados.

5.1. Formas formais e informais de controle e dominação do trabalho

Diante das transformações atuais do trabalho e seguindo as pistas de Antunes (1995), avaliamos ser essencial considerar as suas dimensões, particularmente quando tratamos da crise da sociedade do trabalho. Esse assunto requer que explicitemos de que dimensão se trata: se é uma crise do trabalho abstrato ou do trabalho, na sua dimensão concreta, “enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza” (ANTUNES, 1995).

A crise do trabalho está, por conseguinte, ligada à crise do trabalho abstrato, ou à forma de ser do trabalho sob o reino das mercadorias e que assume um caráter estranhado sob a vigência do capitalismo. Recolocar em pauta o trabalho, a partir da dialética entre as dimensões abstrata e concreta, é a opção para não naturalizarmos um estado de coisas por meio de uma proposta de ruptura radical, mas que não oferece pistas para entendermos quais os mecanismos e lutas que sustentam e apontam o revolucionamento social, ou o processo permanente de construção da transformação radical da sociedade desde a raiz (MÉSZÁROS, 2002).

Diante disso, ponderamos ser um equívoco propor o fim do trabalho ou a perda de sua centralidade, enquanto perdurar a sociedade capitalista, como defendem alguns¹⁸⁹. Vale notar, pois, que, no âmbito da crítica marxiana à economia política, temos uma discordância com Kurz (1992), uma vez que, apesar de o trabalho, sob a vigência e mando do capital, ser estranhado e, por consequência, (des)efetivação, (des)identidade e (des)realização – para resgatar as palavras de Marx¹⁹⁰ – é também fonte de criação de humanização, é superação/negação/emancipação, o que nos permite pensá-lo como revolucionário. Portanto, a defesa da ética positiva do trabalho, inspirada na obra *weberiana*, não nos leva a romper com o imobilismo emancipatório aprisionado no trabalho estranhado.

Há, assim, uma dialética do trabalho (negatividade/positividade) que, se ignorada ou negligenciada, redimensiona radicalmente o debate em torno de sua centralidade e, conseqüentemente, de sua potência emancipadora. Por suposto, seria impossível imaginar a eliminação do trabalho ou, até em certo limite, da classe trabalhadora, enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital. Por meio da perspectiva marxiana,

¹⁸⁹ É o caso, por exemplo, de André Gorz, Clauss Offe, Domenico De Masi, Robert Kurz.

¹⁹⁰ Cf. MARX, em *O Capital* (1982), e no Capítulo VI Inédito (1986).

recolocamos essa questão nos seguintes termos: a superação do trabalho abstrato e, em seu lugar, a vigência do trabalho concreto, vinculado à produção de valores de uso ou de bens para a satisfação das necessidades, sendo que o produto disso possibilitaria o tempo livre, a materialização de uma vida cheia de sentido e a emancipação humana.

Na qualidade, pois, de elemento subordinado ao sistema de trocas, o trabalho estranhado está aprisionado às determinações do capital, à propriedade privada – no caso dos camponeses, à sujeição da renda da terra ao capital –, e a toda estrutura social do edifício da dominação de classe do modo capitalista de produção.

Esse padrão de racionalidade capitalista se estende para todo o tecido social, efetivando-se territorialmente, com especificidades, e capitaneado por procedimentos e rotinas que negam qualquer outra possibilidade de forma de inserção do trabalho na atividade laborativa, a qual não tenha vínculos diretos com a reprodução do capital, mas, sobretudo, que seja guiada e comandada por esses objetivos, que a ele esteja de alguma forma vinculada.

Entretanto, essa determinação não pode ser focada por fora dos tensionamentos e da amplitude e profundidade do conflito social que está na raiz da luta de classes. Nesse sentido, a resistência não se circunscreve somente à relação capital x trabalho (ao formato da venda-compra da força de trabalho), porém se amplia para outras formas de expressão do trabalho, que estamos entendendo fazer parte desse universo de (des)realização, podendo ser detalhado ou priorizado sob vários recortes: político, econômico, social, geográfico etc.

Nossa filiação a esse entendimento e o desenvolvimento das pesquisas nos têm permitido apreender que, sob a vigência do capitalismo, o exercício do controle social do capital sobre toda a sociedade e particularmente sobre o trabalho enraíza instrumentos de controle, coação, cooptação, sujeição, subordinação, dominação. Por meio de processos contraditórios, dinâmicos e contínuos, impõem as inúmeras operacionalizações do estranhamento para o ser que trabalha, considerando-se, pois, o conjunto das relações de trabalho (essencialmente capitalistas, não capitalistas). A contradição fundante disso está sediada na própria inversão do processo de trabalho, que deixa de ser a condição da mediação do homem com a natureza (na busca de sua autorrealização) e se torna a razão da realização e reprodução do capital pela via da *coisificação* do homem, ou pior, tudo tende a ser reduzido à condição de mercadoria, a valor de troca.

Em consequência, podemos vincular esse processo geral à forma tipicamente capitalista de cooperação enraizada na manipulação do objeto de trabalho, que particulariza o trabalhador coletivo como um modo de controle do trabalho pelo capital. As mudanças qualitativas que ocorrem no bojo da *coisificação* do homem e da natureza, já na perspectiva do trabalho coletivo, são evidenciadas na defesa que Marx¹⁹¹ faz a respeito da ampliação do significado do trabalho produtivo. Não mais delimitado ao intercâmbio orgânico com a natureza (valor de uso), mas, além disso, para garantir a reprodução do capital (valor de troca), é primordial que esteja vinculado à produção de mais-valia. Ou seja, o trabalhador não produz mais para si, mas para o capital, por meio de diferentes práxis que não apenas pela via do intercâmbio orgânico com a natureza. Apenas aqueles produtores de mais-valia que se relacionam com a manipulação do objeto do trabalho

¹⁹¹ Livro I, Tomo I.

compõem o trabalhador coletivo. Assim, todo trabalhador coletivo insere-se no trabalho produtivo, contudo nem todo trabalhador produtivo faz parte necessariamente do trabalho coletivo.

Diante disso, não poderíamos desconsiderar a dialética das interações recíprocas, em relação ao sentido estruturalmente dominante que o valor de troca impõe a todas as esferas da sociabilidade humana. Vale dizer, então, que as mediações de segunda ordem, impostas pelo sistema de metabolismo societal do capital (fundamentado pela propriedade privada, pela divisão hierárquica do trabalho, pela troca), além de atingir em cheio e metamorfosear as mediações de primeira ordem, afetam também a ciência. Quer dizer, a ciência também está vinculada ao processo social metabólico do capital, participando diretamente de sua valorização, de sorte que não tem lógica própria ou autônoma, tampouco curso independente.

As relações entre atividades laborativas e ciência nos mostram, de um lado, a potencialidade constituinte do trabalho vivo e, de outro, seu imbricamento à potência constitutiva do conhecimento técnico-científico na produção de valores materiais e imateriais, ou seja, essas duas dimensões se articulam ao mundo produtivo dos nossos tempos, sem que uma elimine a outra: a ciência não reduz, essencialmente, o trabalho vivo, mas o redimensiona, o potencializa¹⁹².

Por isso, não podemos tratar isoladamente o que comparece muito frequentemente, na literatura – que a ciência, convertida em principal força produtiva¹⁹³, é que substitui e reduz o papel do trabalho, no processo de produção de valores. Temos, sim, que entender as relações de interação estabelecidas entre as dimensões material e imaterial do trabalho, as quais se expressam em todos os setores da atividade laborativa, com mais ou menos intensidade, repercutindo diretamente, por exemplo, na diminuição do trabalho improdutivo dentro das fábricas.

Sem contar, é claro, as inúmeras faces da conversão do trabalho vivo em trabalho morto, tal qual vivenciamos muito intensamente, por meio dos *softwares* e de todo o maquinário informacional, que passam a desempenhar crescentemente as atividades até então reservadas à inteligência e destreza humanas. A transferência do saber humano ou do trabalhador (operário) para a máquina é um fator que está revolucionando profundamente o universo do trabalho, mas se soma a outros aspectos e procedimentos adotados pelo capital, igualmente importantes e definidores nessa fase de reestruturação produtiva.

De maneira análoga, essas ações do capital também repercutem na ampliação das relações entre trabalho material e imaterial, pois, com a diminuição das porosidades do processo de trabalho (improdutivo), dá-se um aumento da dimensão dotada de maior conteúdo intelectual. Essa interação entre trabalho (manual) e ciência, ou trabalho material e trabalho imaterial, torna-se componente decisivo no esquema produtivo contemporâneo, tanto industrial, quanto no setor de serviços.

O crescimento do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, seja nas atividades industriais, seja no setor propriamente de serviços, em grande parte imbricados às atividades produtivas, nos tem chamado a atenção, tendo em vista destacar-se no universo da esfera imaterial do trabalho.

¹⁹² Cf. ANTUNES, 1999; 2005.

¹⁹³ Cf. HABERMAS, 1987.

Em Lazzarato e Negri (2001), há pistas para refletir sobre o fato de o trabalho imaterial cumprir um papel extremamente importante, nos dias de hoje – mesmo não sendo preponderante –, quando consideramos o sistema produtivo global, porque, como expressão do trabalho vivo, assim como o trabalho material, ativa e organiza a relação produção-consumo. Existe, no ambiente intelectual, muita polêmica a esse respeito e para ilustrá-la, poderíamos nos apoiar em Lessa (2002a), quando concentra sua crítica no fato de Negri, Lazzarato e Hardt proporem um “marxismo” de novo tipo, adequado à supressão da luta de classes, em detrimento da revolução passiva, a partir da redução do comunismo a um “estilo de vida alternativo”, que pode se afirmar no interior da ordem do capital¹⁹⁴. Lessa (2005, p.14) enfatiza que “a tese do trabalho imaterial, que se apresenta como uma ultrapassagem pela esquerda de Marx é apenas uma rendição ao fetiche do mercado e da democracia burguesa”.

Em outras palavras, depreendemos que o trabalho imaterial não produz somente mercadorias, porém, sobretudo, a própria relação do capital, já que possui uma evidente intersecção entre a subjetividade do trabalho e o processo produtivo, como é o caso dos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade), em que o trabalhador é convocado a tomar decisões diante das rotinas e das ocorrências inesperadas.

Antunes (1999) é mais direto, ao sublinhar que a substituição crescente do trabalho manual (mediato) pela esfera informacional da forma-mercadoria é um dos aspectos mais expressivos das mutações do trabalho, com rebatimentos diretos nas diferentes expressões da subjetividade.

Outro aspecto também relevante do cenário do trabalho, no século XXI, é realçado por Telles (2006), quando traz para a discussão o fato de as gerações mais jovens de trabalhadores (de 20 ou 30 anos, mais ou menos) serem a expressão “de perfis ambivalentes da modernidade globalizada”, das mutações atuais do trabalho. Isto é, são esses jovens trabalhadores que nos permitem perceber as novas mediações do trabalho, que não são mais aquelas dos tempos do “trabalho fordista” da primeira geração.

Vale lembrar, como já vimos, o que se passa com a realidade vivenciada pelos jovens trabalhadores inseridos nos *telemarketings*. Para Telles (2006), essas gerações estão vivenciando “uma experiência social que se configura nos limiares e nas passagens entre mundos distintos”, como se fosse uma dualidade entre o universo empobrecido da periferia e os *shoppings centers* “(referências urbanas inescapáveis para essa geração), os baixos empregos do terciário moderno e os circuitos do trabalho precário que tangenciam os fluxos da riqueza plasmados nos espaços urbanos” (TELLES, 2006, p.180).

Poderíamos evocar as reflexões contemporâneas de Wacquant (2001, 2005, 2008), nas quais tematiza os instrumentos de controle, coerção e dominação do capital sobre os rejeitados, os guetos, os trabalhadores empobrecidos que se concentram nas periferias dos grandes centros europeus. Tanto a demonização dos pobres, dos negros, dos latino-americanos, nas áreas periféricas dos EUA, ou somente latinos, quanto nos subúrbios de Londres, Madri, Paris, o que se tem é a

¹⁹⁴ “Trata-se, como é evidente, de uma variante da tese do fim do trabalho: ‘não há qualquer conceito de qualquer trabalho a ser restaurado, liberado, sublimado, apenas um conceito e uma realidade a serem suprimidos’. Como se, para Marx, a questão fosse a ‘restauração’ – e não a emancipação – do trabalho!” (LESSA, 2005, p.77).

especialização das condições indesejáveis (privação de renda, dissolução familiar, deterioração das moradias...) ¹⁹⁵, desemprego agudo e seus dolorosos efeitos colaterais.

Num esforço de síntese, mas com o objetivo apenas de centrar nossas preocupações para a atualidade do trabalho, para o esgarçamento que incide sobre o enquadramento em suas fileiras somente dos assalariados, diante da amplitude da plasticidade constante entre suas diversas formas de materialização, é oportuno enfatizar como esse processo se materializa, no Brasil. Na verdade, pretendemos entender quais são as vinculações existentes entre as formas de realização do trabalho formal, diante da extensividade/profundidade dos rearranjos protagonizados pela reestruturação produtiva do capital e a complexidade da informalização e das relações de trabalho não assalariadas. Está em evidência, do ponto de vista tanto da importância econômica, quanto política, um conjunto de exercícios a serem fundamentados através das pesquisas propriamente ditas, que nos desafiam a repensar a composição da classe trabalhadora, ou quais são os homens e as mulheres que a compõem, sob quais relações sociais de trabalho.

A escala das polêmicas que essa questão contém, no âmbito marxista, ultrapassa nossos objetivos, neste texto, todavia é importante apontar os argumentos e os contra-argumentos, sem que nossa intenção escape do reconhecimento da limitação explicativa – à qual também nos filiamos –, da necessidade da autocritica e do desejo de discutir um possível *alargamento* do conceito de trabalho e de classe trabalhadora, para a realidade do século XXI e o desejo emancipatório e revolucionário.

Antunes (1999), ao defender que a classe trabalhadora inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, ou seja, o conjunto dos trabalhadores produtivos (proletários e assalariados) e improdutivos (em consonância com sua compreensão de Marx), está propondo sua extensão ao trabalho manual direto (proletário), incorporando a totalidade do trabalho social, ou “totalidade do trabalho assalariado”. A noção ampliada de classe trabalhadora é reveladora da crescente e ampla imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo, no capitalismo contemporâneo, e, por consequência, como ela, a classe trabalhadora, tem em seu interior essas expressões/dimensões do trabalho. Ainda que conceitualmente tenham sentido explicativo sobre os mecanismos que regem a inserção do trabalho, nos ambientes laborativos, na própria constituição do valor, as diferenças entre o trabalhador produtivo proletário (que produz e valoriza o capital) e o produtivo não proletário (somente valoriza o capital) não revelam, *a priori*, somente nesse nível de análise, a efetiva capacidade de resistência, mobilização e intervenção dos trabalhadores, no cenário da luta de classes, seja em qualquer escala de abrangência.

A prerrogativa de os trabalhadores improdutivos estarem vinculados aos mesmos processos de exploração/controle, que valem para os trabalhadores inseridos diretamente no processo de produção/valorização do capital, portanto, que os juntam na equação da exploração da força de trabalho, é o que identifica a ampla modalidade dos serviços que compõe a noção de classe trabalhadora que Antunes (1999) defende. Como assevera o autor, “considerando, portanto, que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção

¹⁹⁵ Cf. WACQUANT, 2008, p.11.

contemporânea de classe trabalhadora, vista de modo ampliado, deve em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados” (ANTUNES, 1999, p.102).

Faz coro a essa avaliação a posição defendida por Vasapollo (2007), quando assume que não há como ignorar as mudanças em marcha “nos processos produtivos e nas configurações da subjetividade do trabalho, do não-trabalho, do trabalho negado”. Todavia, apesar disso, a única saída que admite o autor é a potencialidade crítica do trabalho assalariado – não fechando questão no proletário –, “a partir de um grande movimento sindical através e pelos processos de recomposição de classe” (VASAPOLLO, 2007, p.18). Tal se confirma, mesmo que considerássemos essa afirmação apenas um chamamento, no momento em que o autor se refere ao poder de resistência do proletariado, na Itália, a partir da esperança de ações por parte de um grande movimento sindical, quando se sabe que a predominância no momento é de letargia e de intenso refluxo no movimento operário e, no geral, para os movimentos sociais.

A esse respeito, uma primeira demarcação de discordância pode ser observada através da posição defendida por Lessa (2007), pois, em várias passagens do texto “Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo”, expressa sua fidelidade às formulações originais de Marx, particularmente ao Livro I e, nesse caso, argumenta que “a origem de toda riqueza que circula na sociedade é o trabalho, mais exatamente, o trabalho proletário [...], é o único que produz um novo *quantum* do conteúdo material da riqueza social, que será acrescido ao montante do capital social global”, portanto, a única classe que exerce a função social de converter a natureza em meios de produção e de subsistência (MARX, 1982, p.171). Em decorrência, o autor está respaldando sua compreensão no fato de que a classe trabalhadora é composta somente pelo proletariado, e explicita essa posição quando vincula o fato de ser essa:

[...] a única classe da sociedade capitalista que produz o “conteúdo material da riqueza”, que “produz” o “capital”, pois é ela a única classe que exerce a função social de converter a natureza em meios de produção e de subsistência. [...] Ela é, na sociedade capitalista, a única classe cujo “trabalho produtivo” “produz” não apenas mais-valia, mas também “capital”, que produz originalmente toda a riqueza social, o “capital social total”. (MARX, 1982, p.179).

Por outro lado, é componente vivo na formulação de Mészáros (2007) relativizar a restrição, fundada na ideia original de Marx, para o século XXI, de que o(s) agente(s) social(is)¹⁹⁶ da mudança ainda seja(m) delegado(s) aos trabalhadores manuais. Nem Marx propugnou essa restrição, segundo o autor – porém isso parece não ser consenso –, mas o que nos interessa é que compareçam as preocupações e o cuidado necessário com as mudanças em marcha e que fazem precipitar novas realidades e dimensões ontológicas dos homens e das mulheres envolvidos na complexa trama de relações do trabalho.

O cumprimento à rigidez das formulações marxianas eleva a defesa das contradições objetivas de classe entre o proletariado e os demais assalariados. Lessa (2007) vai mais longe, quando argumenta que a circunstância de os assalariados não proletários viverem da riqueza que a burguesia expropria dos proletários os estimula a manter a defesa e a manutenção do capitalismo,

¹⁹⁶ É de nossa responsabilidade flexionar as palavras no plural, para remeter às diferentes expressões do trabalho e da classe trabalhadora, que se propõem sujeitos da mudança social ou da emancipação da classe trabalhadora do capital.

pois “atuam predominantemente como força auxiliar na reprodução do capital”, particularmente com o apego à propriedade privada, fato historicamente registrado sempre que esta foi objeto de ameaça pela luta de classe. Para o autor, “os assalariados não-proletários possuem, portanto, identidades e contradições tanto com a burguesia como com o proletariado. Sua função social, de um modo geral, é auxiliar na reprodução das relações sociais burguesas” (LESSA, 2007, p.180).

Aqui cabem duas lembranças da história. Em primeiro lugar, se os exemplos que comprovam essa afirmativa ocorrem, assim como abundam aqueles que a negam, por que o autor não os considera, particularmente levando em conta a realidade atual, nos diversos cantos do planeta? A essa pergunta não nos cabe responder, todavia ponderamos que as definições *a priori*, que tanto nos têm atormentado, mais uma vez comparecem – e também pela via de avaliações apressadas, mutila-se o próprio conteúdo dinâmico da dialética marxista, ao desconhecer a negatividade e a positividade do trabalho. A esse respeito é oportuno também um comentário a respeito das organizações da classe operária (os sindicatos, os partidos vanguardistas), que durante décadas nem sequer consideraram a possibilidade de incluírem os desempregados nas suas fileiras. Para os dias de hoje, apesar desse posicionamento ainda valer, o desemprego não só não pode ser considerado um fenômeno momentâneo. Sem contar ainda a idealização (teleológica), por meio da qual essas instâncias tradicionais de luta dos trabalhadores edificaram a compreensão que associava consciência de classe (em si) com o desenvolvimento pleno do capitalismo, ou seja, a consciência era algo reservado aos setores modernos da *classe trabalhadora*, ou melhor, o operariado.

Em segundo lugar, a limitação do conceito de classe trabalhadora à identidade do trabalhador manual, assalariado, produtor de mais-valia, ou ainda o entendimento mais amplo que reconhece o conjunto dos assalariados (produtivos e improdutivos) não contemplam contingentes cada vez mais expressivos de homens e de mulheres que não se enquadram nessas premissas, situando-se na *franja* da exclusão suprema, ou seja, os sem emprego, sem trabalho, sem profissão, sem casa, sem terra, camponeses empobrecidos, sem perspectivas, os famintos que crescem à *velocidade da luz*, sendo que 70% deles, segundo a ONU (2006), estão no campo, vinculados à terra: são camponeses empobrecidos, comunidades tribais, atingindo, na contemporaneidade, aproximadamente 1 bilhão de pessoas.

Essas evocações da história exigem de nós a responsabilidade de deixar claro que é necessário atenção especial às definições preestabelecidas, porque a própria dinâmica da realidade e a voracidade/impiedosidade do *moedor de carne*¹⁹⁷ refaz constante e intensamente a realidade social do trabalho.

Lessa (2007) admite que a expansão das relações capitalistas para todos os poros da sociedade tem aumentado as contradições em relação à burguesia. No entanto, por ser o proletariado a única classe rigorosamente não parasitária, é ela que tem a missão de derrubar o modo de produção capitalista e abolir as classes. Ou, num esforço de síntese, o autor, ao reservar ao proletariado a missão revolucionária, retoma a polêmica na qual entende residir um fosso no âmbito do bloco que defende a centralidade do trabalho, a identificação de um “subcampo” que traz à tona, na contemporaneidade, a indagação de se há ou não distinção entre proletários e trabalhadores, ou

¹⁹⁷ Utilizamos essa expressão, frequentemente, para designar a intensividade com que somos tragados, todos, ao metabolismo do capital.

se “seriam os trabalhadores a classe revolucionária por excelência”¹⁹⁸ e não mais a restrição ao proletariado, como invocado nas formulações marxianas.

Nesse íterim, é importante recordarmos que o apego *a priori* a determinados pressupostos, sem que efetivamente sejam compreendidos no interior do processo contraditório da luta de classes, é que nos leva a acreditar que, pelo fato de o trabalhador proletário contrapor-se radicalmente ao capital, a ele teríamos que continuar delegando a responsabilidade revolucionária e nele deveríamos debitar a resposta da indagação central que nos move, na nossa caminhada intelectual e neste texto sistematizador: quem são os homens e as mulheres que são capazes, no século XXI, de transformar/emancipar a sociedade e imprimir outro curso histórico, para além do capital? O diferenciador nesse processo, a consciência político-ideológica de classe do trabalho, ou a tomada de consciência para si, de classe, do proletariado, na contemporaneidade, é secundarizado, e o que tem sido explicitado são as defesas teóricas desse primado, sem que tenhamos os registros dessa construção.

Não estamos apoiados nas formulações de Gorz (1987), quando o autor defende que a base material do socialismo não deriva do desenvolvimento das forças capitalistas de produção, pois estas funcionam apenas de acordo com a lógica da racionalidade capitalista, não permitindo a apropriação coletiva direta pelo proletariado. Muito menos quando o autor sintetiza seu diagnóstico da crise do marxismo, na dissociação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento das contradições de classe¹⁹⁹.

Em outros termos, trata-se tão-somente de comprovar, por meio das pesquisas, que a resistência e os processos de luta e de confronto não são protagonizados, na contemporaneidade, ou não têm no epicentro o movimento operário, os sindicatos como canchas de resistência ou verdadeiras *escolas de socialismo* e exemplos de construção revolucionária. Ou seja, não é por essa via que se expressam as disputas territoriais da luta de classes registradas nas pesquisas recentes, tampouco oriundas dos nossos registros.

Com isso, não estamos defendendo a ideia de que, como não há mais os antagonismos da *época de Marx*, como argumentado por Lessa (2005), “então não há mais espaço para a contraposição radical com o capital, tampouco para a revolução”. Ao contrário, o que está em relevo é a necessidade inequívoca de repensarmos, por dentro da dinâmica territorial do trabalho, quais são as condições em que o conflito de classe se expressa, na sociedade, retrato, necessariamente, dos conflitos e da realidade da centralidade do trabalho, no século XXI, enfim, as apreensões das pesquisas recentes. Na verdade, independentemente de circunscrevermos nossa compreensão do antagonismo entre proletariado e burguesia, conforme foi entendido por Marx, no século XIX, ou se ampliada conceitualmente para a contraposição entre trabalho x capital, temos que entender efetivamente quais os papéis desempenhados pelos sujeitos sociais.

É por isso que esse assunto não somente ganhou a centralidade das nossas pesquisas e das atenções, em sentido geral, mas também nos mobiliza a buscar respostas para a indagação que insistimos perseguir, e que já é o mote da nossa caminhada. Senão, para que

¹⁹⁸ Cf. LESSA, 2007, p. 29.

¹⁹⁹ Esse assunto foi objeto de reflexão, por parte de Josué Pereira da Silva, no texto “O ‘adeus ao proletariado’ de André Gorz vinte anos depois”, publicado inicialmente na *Revista Lua Nova*, n.48, 1999, p.162-174, e, posteriormente, no livro *André Gorz e seus críticos*, organizado por Josué Pereira da Silva e Iram Jácome Rodrigues, op. cit.

pesquisar, se não nos lançamos a perspectivar? E mais, o que e como são coesionados esses sujeitos do trabalho?

O que extraímos desse ambiente de polêmicas, ainda que não tenha contagiado a intelectualidade e o debate propriamente, no interior do marxismo, é que se estabelecem – para aqueles que se mantêm reticentes a qualquer mudança ou alteração, na composição teórico-epistemológico-ontológica do conceito de trabalho e de classe trabalhadora – a desconfiança, a descredibilidade e a contradição para com os autores que não seguem/defendem a formulação original e que portanto *dissolvem* o proletariado nos assalariados.

Ainda a esse respeito, pondera Vasapollo (2007), que as tendências atuais, como o aumento dos assalariados empregados fora da produção material, e ou mais expressivamente no setor de serviços, o crescimento marcante do número de trabalhadores flexibilizados, informais, dos contratos por empreita, ou os temporários e sem direitos que migram aos milhares para a Itália, para a safra da uva, ou o que se passa, num esforço de síntese do sociólogo italiano, com os *trabalhadores atípicos* em geral, e o aumento também marcante em todo o mundo do trabalho intelectual, improdutivo, imaterial, nada disso pode “testemunhar a desproletarização da classe operária ou da classe trabalhadora em geral”. (VASAPOLLO, 2007, p.117). Sem apresentar as pistas às quais se amparam, o apego do autor à presença de novas identidades sociais no cenário econômico-social que deverão reagrupar-se sob o comando de “um projeto de recomposição e organização do conflito capital-trabalho a partir de uma ofensiva por parte dos trabalhadores, numa nova configuração das lutas em massa, de um novo sujeito que outra coisa não é senão o atual modo de ser e de se apresentar do movimento operário” (VASAPOLLO, 2007, p.24).

A nosso ver, a essência da questão não se circunscreve em se está havendo ou não desproletarização da classe operária. Não temos intenção de mapear as discussões que demarcam posicionamento pela defesa das formulações *intocáveis* de Marx – para vincular essa avaliação aos autores que não permitem qualquer diálogo com as formulações originais –, que têm como função obstar qualquer posição em sentido contrário, tampouco o apelo aos jargões que intitulam esse assunto, para reforçar a necessidade de mudanças, pura e simplesmente. Até porque não é isso que nos ocupa.

Esse assunto tem muito mais amplitude do que o apego a determinados clichês que podem não explicar o rico conteúdo geográfico das mudanças que estão ocorrendo no âmbito do trabalho e da classe trabalhadora. E não se trata, mais uma vez, de apostar nesta ou naquela corrente, fechando-se para o debate. É exatamente contra esse posicionamento que também lutamos e humildemente oferecemos nossos pensamentos, para que sejam objeto de diálogo. Por mais que se resista em assumir que a classe trabalhadora, desde o ponto de vista de determinada corrente marxista, é inabalável, e a teoria que lhe dá suporte explicativo tampouco tem limitações, para nós, que estamos tentando fortalecer nossos argumentos com base nas pesquisas diretas e no acervo de informações/revelações indiretas, de outros pesquisadores, interessa a ampliação da interlocução. De fato, essa é a única saída para buscarmos respostas aos problemas, superarmos as amarras e limitações teóricas e darmos conta da nossa questão referencial de pesquisa.

O empobrecimento desse debate, diferentemente do que argumentam os autores que se apegam aos princípios da ortodoxia marxista, pode advir, em primeiro lugar, da sua secundarização e, em segundo lugar, do engessamento ou da não aceitação de qualquer discussão que remeta aos desafios interpretativos e analíticos da classe trabalhadora, diante dos ataques do capital. Seja em qualquer das dimensões anteriores, seja, inclusive, sob o escudo das duas, os principais argumentos contra qualquer iniciativa de discussão sobre a potência explicativa dos conceitos centrais do pensamento marxista direcionam-se para a acusação da ocorrência de confusão teórica, por conta de desvio ou deformação das categorias originais de Marx, o que, por essa via de argumentação, arremessa na vala comum uma pluralidade de sinônimos para a categoria trabalho: classe trabalhadora, proletariado, emprego, profissão.

A dificuldade em aceitar qualquer argumento que indica a limitação explicativa obstrui o debate, de sorte que essa miopia intelectual menospreza o necessário repensar da realidade objetiva e as mudanças que impõem novas contradições e redefinem os significados ontológicos dos sujeitos sociais e, conseqüentemente, os embates de classe. Disso poderíamos ainda extrair a seguinte reflexão: a defesa inabalável do texto original, ao invés de resguardar as formulações e tornar intocável a elaboração intelectual, nega qualquer possibilidade de diálogo, além de não comportar a dimensão dinâmica das lacunas explicativas que existem no cenário do trabalho *atípico*, com a denominação de suproletariado, *lumpen* ou “estratos cada vez maiores da sociedade capitalista avançada”²⁰⁰.

O não entendimento dessas tramas, dos significados históricos e ideológicos que permanecem presentes e que envolvem as redefinições que identificam a composição do universo do ser que trabalha, pelos próprios trabalhadores, sindicalistas, dirigentes, lideranças dos movimentos sociais, militantes, partidos políticos e intelectuais de esquerda, limita a compreensão do trabalho. Ou seja, a fixação do conceito ao sentido estrito do termo e a axiomas preconcebidos (encimados num amplo leque ideológico e teórico, no campo da esquerda), com desdobramentos para a compreensão de quem compõe a classe trabalhadora na atualidade. Do ponto de vista da objetividade das manifestações concretas do trabalho, isso não nos tem permitido identificar parte das diferentes formas de realização do estranhamento e, conseqüentemente, da plasticidade existente entre elas e suas vinculações territoriais. Todavia, ainda que tenha sido provocado pela face trágica do processo, isto é, a balbúrdia provocada pelo capital, desarrumando as instâncias de organização do trabalho, também colocou em “xeque” o que se pressupunha intocável até então: primeiro vinham os partidos, depois os sindicatos e, por último, os movimentos sociais.

Em acordo com Antunes (2007), pensamos, com base nas pesquisas, que as diferentes formas de organização do trabalho que estão conseguindo exercer a representação dos seus interesses e, de fato, chamando para si a prerrogativa de defender os interesses dos trabalhadores, e de requerer protagonismo em nome da emancipação da sociedade do capital, é porque estão atingindo os temas vitais. Não há mais como defender os *apriorismos* que tanto combatemos, pois, se hoje os movimentos sociais ocupam a cena política – apesar do descenso – e têm, efetivamente, alcançado mais amplitude organizativa e resultados concretos, nos diferentes

²⁰⁰ Cf. VASAPOLLO, 2005, 2007.

confrontos com os setores hegemônicos, com o Estado, na sequência podermos ter os sindicatos e, depois, os partidos e vice-versa, ou todos de forma articulada etc.

Romper com essa limitação exige que foquemos o trabalho sob *novo* referencial, capaz de apreender os significados geográficos das mutações em curso, no universo do trabalho (material e subjetivo), ou suas dinâmicas territoriais, conteúdos, e espacialidade.

É o momento de questionarmos também as limitações para apreender as capilaridades existentes entre a cidade e o campo ou, mais precisamente, entre as formas de expressão do trabalho nessas duas manifestações do tecido social, ou territórios que expressam em essência a dinâmica da sociedade e que redimensionam as reflexões sobre o universo do trabalho, o movimento operário e os movimentos sociais como um todo. Por sua vez, isso faz emergir em cena a questão do sujeito que trabalha e as dimensões (teóricas, políticas, ideológicas, sociais etc.) da classe trabalhadora, que a compõem etc.

Devemos sinalizar ainda que a luta pela redução da jornada de trabalho pode repercutir positivamente em ações contra o desemprego, e que a luta pelo tempo livre deve ser referenciada à tese de uma vida cheia de sentidos dentro e fora do trabalho²⁰¹. Como muito bem enfatiza Heller (1977), a vida no trabalho passou a governar a vida fora do trabalho, sendo, assim, “a estrutura do processo de trabalho e, em última instância, o modelo de toda a atividade humana” (HELLER, 1977, p.120).

Uma vida cheia de sentidos requer que se materialize fora das amarras do capital, ou seja, que a luta anticapital seja elemento indispensável da condução política, o que, cada vez mais, nesta virada do século XXI, fortalece a *boa máxima* de que o tempo de vida do trabalhador se identifica ao tempo de trabalho ou ao tempo necessário ou despendido para execução das tarefas de trabalho. Não obstante as transformações perpetradas pela III Revolução Tecnológica estejam otimizando a organização da produção social e diminuindo o tempo necessário de trabalho, “essa diminuição, ao invés de rebater na diminuição da jornada de trabalho, o que se tem é sua intensificação” (MENEGAT, 2006, p.90). Por isso, cada vez mais, no nosso tempo, o trabalho é positividade e negatividade. Se há sentido pensarmos que a redução do tempo de trabalho é compatível com o direito ao emprego, o trabalho é meio e não fim.

No entanto, temos que refletir igualmente acerca da outra face dessa questão, que são as novas maneiras de gerir o tempo de trabalho e, conseqüentemente, o tempo de não trabalho, porque, para contingente expressivo dos trabalhadores, ele está sendo ampliado, mas cedendo espaço para o desemprego²⁰².

Poderíamos ponderar, em concordância com Marx – quando se põe à análise do capital –, considerando a estreita ligação entre sua crítica à economia política e à teoria da luta de classes, que a potência constituinte do trabalho é dada pelo papel que este tem na criação do valor e pelas possibilidades subjetivas de rebeldia e de revolução que tal qualidade confere ao proletariado; nós diríamos, hoje, de forma mais ampla, à classe trabalhadora.

A atenção à criação de valor, de mais-valia, à produção e valorização de capital ocupa papel essencial na equação metabólica da sociedade capitalista; contudo, o esgarçamento das

²⁰¹ Cf. ANTUNES, 1999.

²⁰² Cf. PADILHA, 2000.

fronteiras, que põe a nu as (des)identidades e (des)realizações do trabalho, também revela os limites explicativos da teoria e toda uma realidade social dos homens e das mulheres que trabalham. Isto é, de uma parte cada vez mais significativa da sociedade, a qual não está incluída na definição de classe trabalhadora, mas que, na prática está cumprindo politicamente esse papel à altura do que se espera dos proletários, ou seja, na confrontação com o capital, com setores hegemônicos e, no limite, em alguns casos, com a propugnação explícita do socialismo.

Quer dizer, a centralidade do trabalho na criação do valor, atualmente, ainda que esteja sendo intensamente alterada, não só não invalida a teoria do valor, porém nos põe a pensar o que o trabalho tem de igual e de diferenciado e em que medida ainda tem possibilidades emancipatórias, as quais não se resumem ao trabalho em si, mas que têm nele seu ponto central. Compreendemos o trabalho nas suas múltiplas formas de externalização/precarização, e as metamorfoses que recaem sobre seu universo atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização, além das diferentes formas de expressão (material e/ou subjetiva), com implicações profundas na heterogeneização, na complexificação e na hierarquização da classe trabalhadora.

O rompimento dos significados do trabalho restritos às experiências assalariadas, diante da constante migração do trabalhador, do *ser operário* propriamente dito e dos demais assalariados produtivos, por diferentes experiências laborativas, tanto pela via da formalidade assalariada, mas cada vez mais na ambiência informal, rebate diretamente na (des)identidade sindical e na subjetividade do trabalho. De fato, enquanto os trabalhadores organizados tentam se manter *de pé*, a produção desloca-se para os setores não-organizados, ou transparece para empresas terceirizadas que continuam desempenhando as mesmas atividades anteriormente sediadas na empresa-mãe, de modo que os vínculos institucionais e os contratos laborais e, portanto, os salários, os direitos e a própria identidade corporativo-sindical (categoria) são diferenciados.

As experiências do *outsourcing*, como vimos na Introdução, mundializou-se, e não somente tem importância destacada e crescente, diante da constelação de realidades do trabalho, mas também produz mudanças significativas, no universo simbólico dos trabalhadores.

Os milhões de trabalhadores que levam seu trabalho para casa, a fim de continuar a produção para as *suas* fábricas, o número de mulheres e crianças trabalhadoras, não-organizadas, expõem o afastamento marcante de parcelas expressivas dos trabalhadores, outrora componentes ativos da *classe* operária, ao menos potencialmente. E, nessa nova condição, nem mais são lembrados, perderam importância para o capital, porém muito mais para o movimento sindical que não estende suas políticas a esse segmento, e para os estudiosos que defendem a existência operária (enquanto classe revolucionária) atrelada à condição do assalariamento e à produção de capital.

Esse expediente nada mais é do que a ampliação do trabalho e de sua privatização, mas não do assalariamento propriamente dito, situação que valia para a grande maioria dos atuais trabalhadores domiciliares, que ocupam, de forma crescente, diversos setores da atividade produtiva e de serviços. A própria modalidade do trabalho domiciliar, enquanto decisão do capital em transferir

partes das etapas de trabalho para os trabalhadores, processo esse mediatizado pela *boa nova* da autonomia e liberdade, a oportunidade do próprio negócio, via de regra fundamentado nos pilares do empreendedorismo, da busca de maiores ganhos em detrimento da condição de assalariado etc., contém, na sua essência, novos elementos para garantir sua reprodução e o controle sobre o trabalho.

O inesperado nesse processo é o modo como as novas tecnologias de produção e novas formas de organização permitiram o retorno de sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, “que Marx tendia a supor, mas não teleguiá-las para o futuro, que sairiam do negócio ou seriam reduzidas as condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado” (HARVEY, 1992, p.175).

Ocupa centralidade, nesse processo, de maneira crescente e generalizada pelo País, tal qual estamos abordando diretamente, como o setor de confecções, no Paraná, que agrega à faceta domiciliar do trabalho a dimensão adotada pelo SEBRAE, do formato do Arranjo Produtivo Local (APL)²⁰³. A composição majoritária de mulheres nessas atividades e os novos formatos da organização da produção e de controle do trabalho lançam novos desafios para entendermos as especificidades, as identidades e as diferenças com respeito às demais experiências da fragmentação do trabalho, sob a regência da reestruturação produtiva do capital, neste limiar do século XXI (Eixo 3).

A perda do vínculo formal de trabalho é o abre-alas para os trabalhadores vivenciarem, de forma trágica, a informalidade em sua dimensão domiciliar, ou a aproximação/mistura da vida dentro e fora do trabalho no mesmo espaço da reprodução.

Desses aprendizados extraímos as evidências e as sutilezas do processo de dominação e controle *fetichizados* pela aparente liberdade de trabalhar em casa e, pelo lado do capital, as conveniências e os expedientes utilizados para garantir o pleno funcionamento do processo produtivo fora dos marcos legais e dos vínculos empregatícios formais, mas que mantêm em pleno vapor o processo de produção de mais-valia.

Portanto, a perda do vínculo formal do salário e a condição legal de assalariado nessa nova situação, agora, via de regra, à base da remuneração por peça, ou mesmo assalariamento indireto, e *desespacializado* da planta fabril, longe das lentes da Comissão de Fábrica e dos dirigentes sindicais, não lhes retirou a condição de continuar subordinado/explorado pelo capital. O trabalho (o trabalhador) continua *firme e forte* ligado à valorização do capital, mas já totalmente distanciado, ou melhor, abandonado do alcance formal do sindicato, mais ainda das suas ações políticas, e tem decretada sua nova condição de não mais pertencer (despertencimento) ao universo do trabalho e da classe trabalhadora (Eixo 3).

²⁰³ Encontra-se em fase de execução, sob nossa orientação, o Projeto de Tese de Doutorado *Trabalho domiciliar e dinâmica territorial do trabalho domiciliar*. O caso do Arranjo Produtivo Local (APL) no Oeste do Paraná, sob a responsabilidade da professora Terezinha Brumatti Carvalhal.



A face trágica desse processo deve-se ao fato de que a tese da vida cheia de sentidos dentro e fora do trabalho, nesse caso, está totalmente invertida, tendo em vista que viver (reproduzir) e trabalhar (produzir) estão encimados na lógica da produção de mercadorias.

Ao mesmo tempo em que essa modalidade está em franca expansão, há interstícios que demonstram descontentamento e desistência, sobretudo por parte dos jovens, que estão submetidos a extensas jornadas, baixa remuneração, descumprimento dos direitos e falta de acesso aos serviços de proteção. Isso, de algum jeito, está encurtando as distâncias entre a realidade social do trabalho *desrealizado* e aproximando-o da luta pela terra que, em algum momento, se junta aos significados do *ser camponês*²⁰⁴.

Não estamos propugnando uma sequenciação linear do trabalho, tampouco estabelecendo predefinições históricas e generalizações apressadas; ao contrário, o que está em questão é a limitação de não enxergarmos que o processo de fragmentação do trabalho, as disjunções imanentes, a (re)novação das contradições, motivadas/intensificadas pela pluralização da precarização/informalização e as novas territorialidades da luta de classes estão se disseminando e ampliando sobremaneira sua malha territorial de ocorrência. Contudo, isso é ainda desconhecido ou negado, até porque as pesquisas não atingem a pluralidade das diferentes formas de existência do trabalho, tampouco há consensos entre o que a categoria trabalho ainda contempla, em seu interior.

No Brasil, vive-se intensamente esse processo de retorno ou a busca da terra para viver e trabalhar; mesmo que não seja o caso de atestarmos ocorrer uma desurbanização, esse expediente se territorializa com muita intensidade, em algumas partes do país, como no Pontal do Paranapanema e demais áreas de assentamentos do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Pará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e outras regiões.

Conforme já indicamos, na Apresentação, a experiência da Comuna da Terra, que, desde 2001, nos Assentamentos D. Tomás Balduino, localizado no município de Franco da Rocha, e Irmã Alberta, em Cajamar, firma-se na produção de hortifrutigranjeiros, assim como outras no Rio de Janeiro e Pernambuco repõem em questão novos enunciados para a reforma agrária, no Brasil, todavia marcando posição na fixação dos trabalhadores e suas famílias, na terra, porém muito mais com características urbanas do que rurais, desfocando a luta contra o latifúndio e os setores da burguesia que se consolidam à frente de grandes extensões de terra, em todos os ecossistemas.

De todo modo, essas experiências-piloto do MST – assim podemos denominar – também estão passando por reformulações, porém não há mudanças em profundidade com a formulação Comuna Urbana, cujo exemplo mais conhecido é o da Comuna Urbana D. Hélder Câmara, localizada no município de Jandira. As Comunas se estruturam fundamentalmente sobre dois objetivos: por contar com assentamentos e acampamentos próximos aos centros urbanos, a pretensão é juntar ex-agricultores que migraram para as cidades, à procura de emprego, para recolocar em questão a reforma agrária, no Brasil, mas a partir de uma base de apoio que conte com a família trabalhadora. Depois disso, a Comuna da Terra prima pela cooperação em todos os

²⁰⁴ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

aspectos, gerando trabalho e renda, independentemente de sexo ou idade, e fundamentando seu processo de territorialização sobre a propriedade coletiva da terra.

É importante notar que esse processo de retorno à terra, em termos quantitativos, é menor do que o caminho oposto, pois, como demonstram os dados do IBGE, de 1995 a 1999²⁰⁵, 4,2 milhões de pessoas abandonaram o campo, ou seja, mais do que o dobro do contingente de trabalhadores (1,8 milhões de pessoas) que foram assentados pelo Governo Federal, nesse mesmo período, em consequência das lutas dos trabalhadores rurais sem terra pela reforma agrária.

Como sinaliza Carvalho (2000), essa marcante migração do campo para a cidade teve (e ainda tem²⁰⁶) como causas “o empobrecimento e insolvência de parte significativa dos pequenos produtores rurais familiares, a mudança no padrão tecnológico das grandes empresas agropecuárias com a consequente dispensa de trabalhadores assalariados” e, ainda, o êxodo rural da juventude atraída pelas possibilidades virtuais de obter local de trabalho na cidade, o que pressiona os pais para fazer o mesmo caminho.

A conjuntura que se materializa diante do desmonte da estrutura familiar no campo, com a proletarianização dos camponeses é *contra-restada* pelas ações organizadas de contingentes expressivos de trabalhadores que se negam à subordinação ao capital (negando-se à relação patrão-empregado) e engrossam os movimentos de luta pela terra e reforma agrária.

Essas e outras formas que expressam o movimento de (des)realização do trabalho, no século XXI, também marcam o cenário político de novos significados para a classe trabalhadora, particularmente as *explosões* detonadas pelos movimentos sociais: desempregados urbanos, sem terras, atingidos por barragens, mulheres camponesas, pequenos agricultores, pescadores, posseiros, quilombolas.

A esse respeito, a constante (des)construção da identidade territorial do campesinato nos tem servido para compreender os elementos que singularizam o desenraizamento do trabalho no campo, sendo que a dinâmica dialética da constante (des)realização das formas geográficas do trabalho é apreendida por meio do fluxo constante da territorialização ⇔ desterritorialização ⇔ reterritorialização. “O trabalho como elemento fundante para compreensão do campo no Brasil” (Texto 5), nos possibilitou exercitar essas reflexões teóricas e reforçar o debate a respeito das diferentes formas de explicitação do trabalho no campo.

Por conseguinte, a recriação do campesinato não é para nós algo submerso à realidade do ser camponês, diante do processo histórico de desterritorialização/reterritorialização, ou expropriação/recriação. É por isso que defendemos a ideia de que o campesinato faz parte do processo do metabolismo do capital e está dialeticamente ligado ao movimento mais geral da sociedade do capital, sendo que as pistas para se compreender os níveis dessas relações estão vinculadas aos mecanismos de exploração e de apropriação do excedente (Eixo 2.1).

A manutenção da estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, mesmo sem capitalismo, e ainda a generalização da classe trabalhadora, atributos inseparáveis da experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pouco fez para construir os passos para a eliminação desses entraves, pretextando o socialismo, a fim de que todos se

²⁰⁵ Essas informações, para o Censo Agropecuário de 2006, ainda não foram disponibilizadas.

²⁰⁶ O autor fez uma reavaliação desse texto, em 2007, e reafirmou suas interpretações sobre esse processo.

tornassem indivíduos associados e livres. Isso acentuou a contradição do indivíduo e a sua classe, ou seja, a abolição *por decreto* do antagonismo entre as classes acentuou o antagonismo entre o indivíduo e a sua classe²⁰⁷.

A deterioração das condições gerais de vida e de trabalho, no Brasil, superdimensionada predominantemente pelo crescimento econômico, também é seguido por períodos de recessão, desemprego e subemprego, que atinge tanto os campos quanto as cidades. Portanto, não é mais possível desconsiderarmos ou omitirmos, nas nossas investigações, o movimento ou deslocamento entre crescimento econômico e desemprego e, conseqüentemente, a íntima relação que se fortalece, nestes últimos anos, entre as diferentes formas de externalização do trabalho, tendo em vista sua elevada mobilidade.

²⁰⁷ Poderíamos unificar esse posicionamento em Luxemburgo (1986).

6. Processo social: recolocando os desafios explicativos do trabalho

As experiências que estamos vivenciando, ao longo dos tempos, por meio das pesquisas diretas, das orientações, dos cursos e palestras, estão nos permitindo conhecer realidades diversas do trabalho, em diferentes porções do território. O exercício sistemático de refletir e expor esses conhecimentos acumulados, para explicar as novas formulações e rearranjos do trabalho que se apresentam aos nossos olhos, está-se constituindo em momentos de rara oportunidade para repensar esses aprendizados, sob o crivo da autocrítica.

Isso vem a calhar com a demanda posta pelos nossos interlocutores, que requerem de nós conhecimentos renovados/atualizados, diante das novas realidades do trabalho, em meio às fragilidades e insuficiências do debate teórico sobre classes sociais. Recolocar em cena a dimensão de classe e a luta de classes, permeada pelo ambiente político, sindical e acadêmico, é a via privilegiada para ajudarmos a cunhar um conceito de classe trabalhadora com alcance e potência explicativa para elucidar a dinâmica geográfica do trabalho e sua expressão, nos territórios em disputa ou, mais efetivamente, o processo de construção cotidiana da resistência e da emancipação/revolução.

Caso contrário, teremos que continuar a conviver com a imprecisão desse conceito²⁰⁸, que, via de regra, é aplicado *a priori*, somente do ponto de vista abstrato, sem que saibamos concretamente quem faz parte e o que significa fazer parte dessa formulação.

Final de contas, o que queremos com essa discussão sobre trabalho e classe trabalhadora? Neste item, mais do que atualizar a teoria por meio da práxis teórica, ou romper as *blindagens* teóricas, da mesma forma que refazer os caminhos da dinâmica geográfica do trabalho para repensar as novas territorialidades, enfatizamos o papel central dos movimentos sociais, nas nossas pesquisas, sendo, pois, essa a possibilidade para darmos continuidade à nossa disposição de consolidar o trabalho como um tema da Geografia, e da Geografia do trabalho, uma aposta na compreensão crítica (autocrítica) da sociedade atual, para além do capital.

Mesmo sendo assunto de extrema importância e repleto de polêmicas, há uma concordância, entre os intelectuais que se debruçam sobre as mudanças recentes no mundo do trabalho, de que as mesmas estão ligadas diretamente aos rearranjos promovidos pelo capitalismo que, por sua vez, são uma resposta à crise de acumulação de capital vivenciada a partir da década de 1970. Essas mudanças objetivavam a recuperação da lucratividade das empresas, em declínio desde o fim do impulso de crescimento decorrente da recuperação européia e japonesa, no pós-Segunda Guerra Mundial ou desde o início dos anos 1950.

Já durante as duas décadas posteriores (1980 e 1990), a economia brasileira acompanhou o ritmo das transformações no capitalismo mundial, inclusive com o reajuste macroeconômico promovido, no início da década de 1990, pelo jocoso governo Collor, o qual ampliou a subordinação da economia e promoveu uma abertura indiscriminada aos produtos importados, adequando o sistema financeiro nacional à nova regulação financeira internacional. Sob esses

²⁰⁸ Cf. LUXEMBURGO, 1976.

referenciais, a economia brasileira foi profundamente modificada, especialmente o parque produtivo, o que a fragilizou diante da concorrência internacional, estimulando a corrida das empresas à internalização dos avanços tecnológicos e organizacionais, já consolidados nos países desenvolvidos.

Isso se inscreve no processo maior dos ganhos econômicos que eram realizados com o desenvolvimento desigual e combinado, com a exploração de regiões atrasadas, mas que diminuem sobremaneira sua participação na dinâmica da concorrência mundial. Então, “não é por existirem relações sociais pré-capitalistas que estes ganhos se realizam, mas pela própria dinâmica competitiva do mercado” mundial, que, geral, “beneficiará os que têm melhores condições tecnológicas e produtivas de competição, isto é, mais capital acumulado” (MENEGAT, 2007, p. 22).

Ainda segundo Menegat (2007), os países retardatários na corrida mundial, como o Brasil, podem produzir produtos primários com alta tecnologia importada e produtos agroindustriais e industriais (celulose, *commodities*, aço etc.), com capital e tecnologia importados.

Aprofundamento maior dessas tendências se dá com a implantação do Plano Real, a partir de 1993, sob o governo Itamar Franco, momento em que a estabilidade inflacionária é obtida mediante a supervalorização da moeda nacional. Aproveitando-se da liquidez internacional para compensar o balanço de pagamentos comprometido com o déficit comercial externo, uma das formas de obter os dólares necessários à manutenção do equilíbrio financeiro foi o incentivo ao investimento estrangeiro, conseguido em grande parte graças à venda de ativos estatais às grandes corporações transnacionais.

Entretanto, a adequação do Brasil à regulamentação financeira internacional foi realizada sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que, durante os dois governos FHC, condicionou o socorro da entidade à manutenção de um rígido controle dos gastos públicos, vinculado ao pagamento dos serviços da dívida, prática, aliás, também executada pelo governo Lula, defensor do superávit primário e do pagamento da escorchantes dívida externa.

Os fatos que mais marcaram o reajuste macroeconômico, todavia, estiveram afeitos às diversas internalizações do desemprego tecnológico, muito semelhante ao existente nos países desenvolvidos²⁰⁹, especialmente no tocante às características específicas da intensa precarização do mercado de trabalho brasileiro.

Nos anos 1980, no Brasil, manifestam-se os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva; porém, é a partir do começo da década seguinte que atinge maior amplitude e profundidade. Nesse momento, as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico, em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos.

Com uma defasagem de apenas pouco mais de dez anos, o que se assiste em nosso país, no final da década de 1980, são as marcas do que sacudira a Europa, EUA e Japão, no início do período, mediante a projeção universal do toyotismo, o que se vincula ao sucesso da indústria manufatureira japonesa. As vinculações históricas, políticas e geográficas dessa forma de organização e controle do trabalho nos permitem apreender o processo de (re)organização espacial e territorial da sociedade.

²⁰⁹ Cf. TAUILE, 2001.

Esses rearranjos, que acontecem no âmbito internacional e que repercutem as transformações da organização sociotécnica da produção, revitalizam a dinâmica geográfica da produção, identificando a marca central da reestruturação produtiva do capital ou o “redesenho da divisão internacional do trabalho e do capital” (ANTUNES, 2006a, p. 15).

Por mais que nos esforcemos para apresentar as principais características do capitalismo, na fase atual, em vista da tormenta neoliberal, pouco ou quase nada acrescentaríamos, se não considerássemos as formas de expressão do metabolismo do capital, os rearranjos espaciais e o aguçamento das disputas territoriais que se espalham por todo o planeta.

Isso se reflete nos estudos que vimos realizando sobre a temática do trabalho, tais como: 1) a “modernização” da agricultura e a conformação do modelo monocultor, os novos cultivares, a motomecanização, enfim, as formas de organização da agricultura contemporâneas da Revolução Verde, das cadeias produtivas que substituem crescentemente as unidades camponesas e também médias empresas rurais, que se expandem por todos os Biomas e ecossistemas, destruindo de maneira crescente a biodiversidade, como os Cerrados, a Mata Atlântica, o Pantanal, a Amazônia; 2) a expropriação/(re)inserção do campesinato pela via dos sistemas integrados, e a resistência via ocupações de terra; ou ainda 3) as comunidades de resistência²¹⁰, pensadas como um meio político-ideológico (de resistência) à marginalização social dos pequenos produtores rurais e, tendo em vista a inexistência de alternativa econômica, numa economia oligopolizada, mantêm-se restritas; 4) a extensividade da informalidade, desde as experiências do trabalho domiciliar, no setor de confecções, com forte assento na *camelotagem*, e nas variantes domiciliares, que demarcam a trajetória da crescente precarização dos trabalhadores formais, via de regra urbanos, os quais também vão compor as trincheiras das ocupações de terra; 5) as formas regressivas de relações de trabalho nos setores de ponta do agronegócio, particularmente na cana-de-açúcar, ou na operação de corte manual, mas que se ligam às modernas plantas agroindustriais, e nas carvoarias, que vão se vincular às modernas plantas siderúrgicas e às sofisticadas aciarias nacionais e transnacionais, à base da superexploração do trabalho e de formas assemelhadas de trabalho escravo, degradante, forçado. (Eixo 1.2). Nesses setores da atividade agroindustrial, juntamente às fazendas de criação de gado bovino, registram-se os maiores indicadores de desrespeito à legislação trabalhista, à própria constituição Federal. É o caso de lembrarmos as denúncias constantes que vêm a público, tanto por meio das pesquisas, de que, inclusive, nos ocupamos²¹¹, e também por meio do Ministério Público, Ministério do Trabalho e Emprego e da imprensa, relativas ao descumprimento da Norma

²¹⁰ Essa expressão foi conceituada por Horácio Martins de Carvalho (2000), com o propósito de focar a situação concreta dos pequenos produtores familiares, no Brasil, sob o desafio de oferecer argumentos críticos sobre a situação dos núcleos de base dos assentamentos de Reforma Agrária e das comunidades sob hegemonia do MPA. Sua preocupação está fundamentada na ruptura com a anomia que prevalece nesse segmento social, a fim de que possa se “apropriar de uma concepção de mundo que o motive a modificar o modelo econômico e social imposto ao país a partir dos interesses dos grandes conglomerados econômicos internacionais” (p.3).

²¹¹ Estamos iniciando dois planos de trabalho em nível de Estágio Não Obrigatório (ENO) e Bolsa PAE, voltados essencialmente para a questão das condições de trabalho e de saúde do trabalhador no corte manual da cana-de-açúcar. Estão também em vigência iniciativas de pesquisa conjunta que nos ligam a dois pesquisadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), os quais igualmente se interessam em apreender as condições de trabalho e saúde do trabalho. De um lado, o professor Luis Antonio Barone, sociólogo, pesquisador que tem se dedicado, desde sua Dissertação de Mestrado, à temática da luta pela terra em locais de conflito e de expansão e consolidação da agroindústria canavieira. Por outro lado, a professora Iracimara Anchieta Messias, fisioterapeuta de formação e que se tem proposto entender a degradação do trabalho e os desafios ergonômicos no âmbito da exploração do trabalho, em determinados ambientes de trabalho; assim, estamos juntando interesses para compreender os expedientes utilizados pelo capital no corte manual e no plantio da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. Estamos, inclusive, nos mobilizando para encaminhar projeto ao edital Bioen (FAPESP/CNPq).

Regulamentadora 31 (NR-31), que se volta à saúde e segurança do trabalho; 6) as experiências com desdobramentos específicos para a dimensão da qualificação/(des)qualificação/(re)qualificação do trabalho e os projetos de intervenção do capital, por exemplo, o sistema S^{212} .

Na maioria dos casos, esse processo se dá mediante as combinações da intensificação do trabalho às formas relativa e absoluta da extração da mais-valia, ou seja, formas combinadas ou variações do toyotismo com o fordismo/taylorismo, que vão repercutir de maneira direta na fragilização e na neocorporativização dos sindicatos, centrais sindicais, associações, cooperativas etc. Aqui vale destacar que, pelo fato de ter sido impulsionado pelas elites agrárias, o cooperativismo, no Brasil, não marcou tradição em questionar a legitimidade do latifúndio e, mesmo sabendo que, na origem, as primeiras experiências na Inglaterra demarcaram interesse dos trabalhadores em se protegerem dos ataques do capital, ao passar dos anos, particularmente nos anos 1990, no Brasil, as cooperativas (trabalho e de produção no setor industrial) protagonizaram, de fato, a utilização da terceirização.

O componente mundializado que o toyotismo ganha, em curto período de tempo, ampliando seus significados originais radicados em solo japonês, marca uma *nova* via original de racionalização do trabalho, centrada na *lean production*. Segundo Alves (2000), essa é a mais radical experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital, e que foi sendo adotada nos diversos quadrantes do planeta pelas corporações transnacionais (setor industrial, serviços), redefinindo qualitativa e quantitativamente o complexo de reestruturação produtiva.

À escala universal, o toyotismo passa a mesclar-se às objetivações nacionais, isto é, a outras formas de racionalização do trabalho, ou quando se identifica como restrito, como parte de um processo contraditório de continuidade-descontinuidade com o taylorismo-fordismo, porém procurando manter as novas necessidades da acumulação capitalista, referenciadas, pois, à sua lógica (eficácia, flexibilidade e o fortalecimento de uma nova subjetividade operária). Quer dizer, à base da manutenção dos ganhos de produtividade do trabalho, para incrementar a acumulação do capital, o referencial produtivista que vigorou durante o século XX é mantido.

Em respeito ao caráter mais sistêmico da reestruturação produtiva, que repercute diretamente sobre o trabalho e produz resultados diferentes para o conjunto dos países, temos em linhas gerais o seguinte: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo, a configuração das formas híbridas de remuneração (subcontratados) e a informalização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, “terceirizado”; 2) a ampliação do assalariamento, no setor de serviços; 3) a verificação, igualmente, de que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, subcontratado, *part-time* etc.; 4) a intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 5) a exclusão de trabalhadores jovens

²¹² Denominação atribuída às instituições que fazem parte da constelação do Sistema de Formação Profissional, constituída pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 6) a expansão/manutenção do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas.

É oportuno destacar que o processo de reestruturação produtiva, no Brasil, enunciado nas políticas neoliberais, pelo caráter de subalternidade e de dependência, está de maneira crescente induzindo o crescimento e a ampliação do setor informal, o qual inclui *empregados*, desempregados e subempregados, diferentemente das atividades autônomas que anteriormente recebia essa caracterização. Quer dizer, o setor informal não é mais um simples depósito de força-de-trabalho que atua autonomamente²¹³. Ao contrário, essa autonomia é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital, que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal. (Esse assunto será abordado no Eixo 3).

Para sermos mais precisos, durante o governo FHC (1995-2002), ocorreu uma intensificação da flexibilização do trabalho e do mercado de trabalho. A tendência ao predomínio da informalização, devida em grande parte ao inexpressivo crescimento econômico interno, mas também como um mecanismo de ajuste à estabilidade monetária e inflacionária, restringiu as possibilidades de aumento da renda do trabalho, nesse período, ao mesmo tempo em que consolidou o “modelo”, ainda em vigência, de flexibilidade do mercado de trabalho.

A reestruturação produtiva do capital produz, então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas de forma direta, ou essa condição passa a ser consequência de suas ações. Apesar de a forma clássica se expressar no assalariamento puro e em menor incidência, nas formas combinadas, a situação atual da classe trabalhadora reflete, seja nos campos, seja nas cidades, as imbricações entre formas de contratação, exploração, remuneração, diferenciadas, e de sujeição da renda da terra, no caso dos camponeses que vivem dupla relação com o capital (a sujeição pura), e a subordinação aos mecanismos da exploração do trabalho, quando assalariados. É importante enfatizar o papel estratégico da renda da terra como instrumento de controle dos proprietários de terra que vivem do aluguel desse bem sobre toda a sociedade e, em específico, como instrumento econômico de dominação.

Entendemos, por conseguinte, que o redesenho imposto pela reestruturação produtiva do capital, em escala mundial, vem afetando de maneira ampla e crescente o trabalho, em nosso país, sendo que esse processo redefine as formas de expressão do universo relacional do trabalho, nos campos e nas cidades, ou suas variadas e renovadas formas de externalização, via de regra precarizadas, constituindo esse, pois, o nosso eixo de investigação e de reflexão.

Não seria, desse modo, mero jogo de palavras dizermos que a classe trabalhadora vem sendo profundamente atingida pelos mecanismos dos quais se valem o capital, os Estados nacionais e os setores hegemônicos, para a manutenção da extração de valor, de mais-valia, às expensas da fragilização, da (des)realização crescente e intensa dos direitos sociais conquistados por

²¹³ Para mais detalhes, ver Malaguti (2000).

meio das lutas históricas, da despossessão, do direito ao trabalho, da segurança no trabalho, do direito de greve, e tantos outros.

De maneira orquestrada, estão sendo destruídos os empregos formais (os vínculos formais de trabalho), as culturas tradicionais, as comunidades camponesas, além de estarem ameaçadas as diferentes experiências organizativas que se efetivam no dia-a-dia das lutas. Em qualquer lugar onde se apresentam as resistências e surgem os conflitos, em confrontação com o modelo hegemônico e *único* de desenvolvimento, as reações são rápidas e, na maioria das vezes, certeiras, por meio de diversos expedientes: perseguição, lista-negra, açoite, homicídio/genocídio etc.

Outro argumento que demarcamos tem a ver com a nossa compreensão do processo social geral, sobre o qual, além de revelar-se com todas as suas propriedades, por meio do que se define como reestruturação produtiva do capital, é sempre importante asseverar que não desejamos restringi-lo aos setores urbanos ou aos mais dinâmicos da economia, tampouco ao núcleo hegemônico do sindicalismo brasileiro até a década de 1990, sediado no ABC paulista.

Não poderíamos também desprivilegiar a magnitude e os efeitos da reestruturação produtiva do capital, no campo. É imprescindível que foquemos, nesse caso, o que está historicamente alicerçado na vergonhosa concentração fundiária e no modelo herdado desde o Brasil-Colônia, também concentrador de renda, de riquezas, que mantém os privilégios da atividade agroindustrial, com destaque para a canaveira, como exemplo dos benefícios com que o capital sempre contou e, nos últimos 30 anos, a cadeia agroindustrial da soja.

À base da prática da monocultura ou dos monocultivos e da modernização tecnológica das operações agrícolas e de processamento industrial, o capital faz valer os expedientes regressivos, da superexploração do trabalho, prolongamento das jornadas, formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, remuneração por produção etc. Tamanho paradoxo é blindado por sistemas eficientes de ideologização, amparados em campanhas publicitárias milionárias e na ideia de que empregos e riqueza são oportunidades únicas para os pequenos municípios do interior do país.

As defesas que partem do seio do aparelho de Estado encontram eco na grande imprensa e setores formadores de opinião, mas ainda não foram capazes de esconder as ações do Ministério Público do Trabalho, como no caso da retirada de 288 trabalhadores de seis plantações de cana-de-açúcar, em São Paulo, de 409 resgatados da Destilaria Passa-Tempo, no Mato Grosso do Sul²¹⁴, e a libertação de mais de mil trabalhadores em condições *análogas à escravidão*, em fazendas da Destilaria Pagrisa, no Pará²¹⁵. É em meio à *recolonização* do Brasil, na lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital que vimos focando as práticas dos monocultivos, o autoritarismo imanente a esse processo historicamente datado, as diferentes formas de dominação empreendidas e seu movimento de acumulação derradeiro e destrutivo, da mesma maneira que as ações regressivas dos latifundiários/grileiros, a degradação do trabalho, como também as lutas de resistência diante da acumulação derradeira e destrutiva do capital.

²¹⁴ Os expedientes utilizados pelo capital, como maus tratos e desrespeito à legislação trabalhista, especificamente por parte do grupo J. Pessoa, proprietário da DEBRASA, no município de Brasilândia, foram objeto de estudo da Dissertação de Mestrado *A Geografia da Escravidão no Território do Capital*, sob nossa orientação e responsabilidade do professor Júlio César Ribeiro.

²¹⁵ A esse respeito, ver as publicações e o Banco de Dados da CPT. Disponível em: www.cpt.org.br.

São poucas as famílias e grupos econômicos agroindustriais canavieiros que estão à frente desses empreendimentos, que, por sua vez, são objeto de intensa atração de grupos empresariais/financeiros estrangeiros e se ligam aos interesses de grandes grupos transnacionais do setor agro-químico-alimentar e financeiro (Eixo 2.2).

Tampouco pretendemos fazer concessões para explicar o que se passa nas bordas do sistema (ou nos setores não dinâmicos, como são enquadrados, porque estão distantes do eixo central da produção de valor) ou, mais essencialmente, os assuntos que estão diretamente relacionados aos enfrentamentos, no âmbito da luta pela terra, da e mais recentemente, da soberania alimentar, no Brasil. Isto, pois, pelo fato de envolver camponeses, assalariados rurais e hordas crescentes de desempregados dos campos e das cidades, em número também crescente e expressivo, como tem sido constatado pelas diferentes pesquisas sobre a temática. Em questão está a crescente massa de trabalhadores sem terra, sem lugar, invisíveis, que marcham pelas estradas, campos e cidades, que fazem barulho, mas o eco ainda incomoda pouco aqueles que leem o mundo pela ótica do tecido formal, portanto, tudo que não se enquadra no mundo das estatísticas e projeções específicas.

Apesar de esse assunto ser sistematicamente secundarizado pela maioria dos estudos que se propõem entender o trabalho, em nosso país, ou os entraves contemporâneos para a classe trabalhadora, é por esse viés que estamos querendo atrair os interlocutores para as nossas reflexões. Para tanto, é sempre importante indicar a consulta de outros textos de nossa autoria²¹⁶, nos quais oferecemos uma demarcação detalhada sobre os elementos que estamos considerando, para defender, especialmente, o alargamento do conceito de classe trabalhadora, tendo como ponto de concretização da formulação os resultados das nossas pesquisas.

6.1. Pluralidade do trabalho e fetiches territoriais

Abordar os processos sociais e deles extrairmos os conteúdos dos fenômenos investigados, ou as diferentes formas geográficas de explicitação dos fenômenos do trabalho, na perspectiva dos significados espacial e territorial do metabolismo da sociedade do capital, requer que o território seja visto no âmbito do espaço, e o espaço como instância na qual vai se mover o ato analítico do território.

Em outros termos, o espaço na sociedade burguesa está fundado na sua geometrização, intimamente ligada ao controle da propriedade privada e, por consequência, sobre a condição (geral) da produção. Como vimos nos capítulos anteriores, a burguesia *reinventa* o espaço para legitimar, pela via da metrificação, a própria estrutura da propriedade privada e a revitalização constante do capital (SANTOS, 2002), pretextando o exercício do controle sobre o tecido social, particularmente sobre o trabalho.

Dessa forma, por se tratar de assunto polêmico, ao assumirmos essa posição, não estamos ignorando as demais, tampouco os autores proponentes das mesmas, mas sim estamos

²¹⁶ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

considerando os limites deste estudo, neste momento. Basta ilustrar essa preocupação por meio das nossas experiências de pesquisa, o que nos autoriza a adiantar, a título de exemplo, que, quando apreendemos os vínculos entre a cidade e o campo (formas espaciais), o rural e o urbano (conteúdos sociais das formas espaciais), ou, no âmbito do que nos interessa diretamente, as formas de realização do trabalho, nos propomos entender que não se trata de igualar uma à outra, mas de enxergarmos/apreendermos a plasticidade do urbano no rural e vice-versa. Não é o caso, igualmente, de estabelecer a prevalência ou a determinação desta sobre aquela ou vice-versa, de forma unilateral, tal como as formulações “o campo acabou” ou “está em vias de acabar”²¹⁷, sem antes focar o processo social, a estrutura espacial, os conflitos territoriais.

Para fazer valer essa *boa máxima*, é necessário que levemos em conta as diferenças no tocante às especificidades das relações de trabalho, da relação metabólica que o homem estabelece com o meio, com a natureza e consigo mesmo, a identidade do sujeito que trabalha, que está envolvido na lavra cotidiana e se territorializa enquanto (re)configuração geográfica e espacial dos processos sociais, e os desdobramentos para a luta de classes, mais propriamente, para a classe trabalhadora.

Portanto, o rural não deixou nem deixará de existir, uma vez que as modificações em curso têm alterado seus significados, redefinido mudanças espaciais e recriado novas funcionalidades, sem que seja *desnaturalizado* por decreto ou por vocação alheia ao processo histórico concreto e ontologicamente vinculado ao desenvolvimento contraditório do capitalismo. Desse modo, não é o caso de estabelecermos as pífias comparações entre o rural como sinônimo de atraso, de natural, e o urbano como *locus* do moderno, das técnicas sofisticadas. Ao contrário, temos que edificar nossa “leitura” sobre os referenciais da identidade do sujeito que trabalha, sob quais condições e relações de trabalho e os seus significados nos diferentes lugares, ou seja, posicionamento político-ideológico e de classe. O constante fluxo de relações, de trocas (econômicas, ideias) que ocorrem por meio de diferentes formas de expressão e territorialização do trabalho entre o rural e o urbano e, conseqüentemente, todo o empreendimento da dominação do capital e da resistência dos trabalhadores repõe esse assunto em lugar privilegiado na nossa caminhada de pesquisa. Neste texto de reflexão crítica, priorizamos sediá-lo no cerne das limitações da “leitura” geográfica ainda presa às demarcações prévias do(s) recorte(s) temáticos e, portanto, distanciada da compreensão crítica do movimento contraditório que redefine os papéis dos sujeitos sociais do trabalho.

Assim, podemos enriquecer nossas análises de elementos sociais *vivos*, ou atores sociais diretamente envolvidos nos processos produtivos e as respectivas bases territoriais de realização, não definidos *a priori*, não esvaziados quanto aos conteúdos de classe, mas no ambiente contraditório da realidade do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, *aqui e ali*.

Esses são os parâmetros fundantes da estrutura espacial e que podem nos revelar as travagens políticas, ideológicas e territoriais que obstaculizam as vias de comunicação e as capilaridades internas às diversas expressões do trabalho ou, mais propriamente, às formas

²¹⁷ Cf. GRAZIANO DA SILVA, 1999.

específicas de externalização (assalariados *puros*, informalizados, por conta própria, camponeses etc.) e a complexa composição da classe trabalhadora.

Em torno desse cenário e tendo em vista o peso decisivo do estranhamento e da alienação, ampliam-se as travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho, ou a noção de pertencimento ao universo simbólico de classe, também internamente ao próprio mundo do trabalho. O não reconhecimento da autenticidade e legitimidade das formas de organização/representação dos trabalhadores que não sejam os sindicatos, as federações, as confederações, as centrais e, de outra parte, as associações, as cooperativas, as organizações, no âmbito dos movimentos sociais, e vice-versa, nos põe preocupados diante dos desafios que se apresentam para a classe trabalhadora.

Os trabalhadores inseridos na seara sindical têm dificuldades ou resistências para entender e aceitar a existência das demais formas de organização da classe trabalhadora, sendo o contrário também verdadeiro. Isto é, os trabalhadores vinculados aos movimentos sociais e demais estruturas organizativas não reconhecem os trabalhadores e suas entidades sindicais, como aliados etc.

A convivência internamente aos marcos da classe trabalhadora é conflituosa e fundada, em grande medida, nas disputas corporativas e politicamente orientadas para os trâmites legais da justiça do trabalho²¹⁸, como é o caso das entidades sindicais que, historicamente, absorveram como leito privilegiado da luta política as imposições das prerrogativas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Esta, antes de ser somente um código normativo da relação capital-trabalho é, sobretudo, um referencial inspirador da ação política para a grande maioria das entidades sindicais, ainda que aceito com restrições.

Mesmo entendendo que os sindicatos, enquanto estrutura orgânica e institucional de representação dos trabalhadores, tiveram, desde a origem, a atribuição de órgão de colaboração de classe ou de colaboração direta dos trabalhadores para com o Estado (como prescrito na própria CLT), a história mostra que, apesar de não podermos esperar dos sindicatos ações mais arrojadas, transformadoras, é sobejamente conhecida do público a importante participação destes e de seus líderes e militantes para a resistência e formação política dos trabalhadores brasileiros²¹⁹. Foram inicialmente inspiradas nos ideais libertários do anarco-sindicalismo, nos primórdios do século XX, e, depois, pela democratização e conquistas sociais de vulto para os trabalhadores, em particular, e para a sociedade brasileira, em geral, especialmente a partir de 1980.

Entretanto, desde então, esse desenho histórico demarca claramente a transmutação do embate operário, isto é, da dimensão da luta salarial que ganha rapidamente a dimensão da contestação ao regime militar e autoritário de controle social, inclusive com potencialidades para alavancar um salto para a organização dos trabalhadores como classe antagonista ao capital, nos moldes da *revolução pacífica*²²⁰. Essa linha de atuação reacendeu expectativas animadoras na sociedade e, particularmente, para a militância, numa conjuntura de luta pela reposição das perdas

²¹⁸ Vasapollo (2007) também reconhece esse aspecto, todavia somente pelo papel de liderança da classe operária, aceitando a presença de intelectuais, as novas expressões do trabalho negado, do não trabalho, quando aponta a necessidade da superação dos conflitos sociais entre a classe operária propriamente dita (p.24).

²¹⁹ Esse assunto, na atualidade, pode ser encontrado em Ariovaldo Oliveira Santos (2001, 2004).

²²⁰ Em referência à tese de Gramsci, formulada nos *Cadernos do Cárcere*.

salariais e pela redemocratização²²¹, o que ficou conhecido como *novo sindicalismo*²²². Da fase combativa para a fase hegemonizada pelo neocorporativismo e pelo ideário da *concertação social*, apesar de haver alguns cuidados para precisar essa fronteira, pouco mais de quinze anos demarcam mudanças significativas do ponto de vista político, ideológico e organizativo da classe trabalhadora, no Brasil.

Por meio da blindagem do legalismo e das noções de parceria, podemos compreender os aspectos mais significativos utilizados pelos setores outrora mais combativos do sindicalismo brasileiro, hoje “chapa branca”, especialmente os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e envolvidos no governo Lula, desde 2003. No início do segundo mandato, a Força Sindical também foi atraída para a composição que dá sustentação ao governo no Congresso, mediante o apoio do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o qual abriga as principais lideranças dessa central e que, da cota que dispõe no governo, controla o Ministério do Trabalho e Emprego e vários cargos do segundo e terceiro escalões da administração pública federal. De mais a mais, a base do governo migrou dos setores organizados para os segmentos da classe trabalhadora instalados nos grotões. Quer dizer, a base política do governo, nesse particular, foi transferida dos trabalhadores, que, ao longo dos anos 1970 e 80 se envolveram em construir novos referenciais para o sindicalismo e para a classe trabalhadora, organizados nos sindicatos, assalariados e funcionários públicos, para a classe trabalhadora mais pauperizada/precarizada, que se insere em atividades temporárias, com baixa remuneração.

De outra parte, as demais centrais (CGT, CAT, SDS) se juntaram e criaram, em novembro de 2005, a Nova Central Sindical – historicamente se mantiveram subordinadas às exigências do capital e do Estado. A título de exemplo, em torno do conformismo *necessário* à adaptação da força de trabalho aos ditames do *novo* padrão produtivo, aos objetivos do PLANFOR (Plano Nacional de Formação do Trabalho) e do PNQ (Plano Nacional de Qualificação), do governo Lula.

Resta, pois, nos últimos três anos, a resistência e a oposição, aos encaminhamentos monopolizadores do Estado e cultura sindical subserviente, da CONLUTAS (Coordenação Nacional

²²¹ Cf. SADER, 1995.

²²² Essa experiência marcou não somente a vida sindical, mas todas as demais vivências e sociabilidades dos trabalhadores e da sociedade em geral. As primeiras mobilizações, já em 1978 e 1979, tais como a dos professores, em Belo Horizonte, dos metalúrgicos, no ABC Paulista, e outras patrocinadas pelos estudantes em conjunto com trabalhadores, no Rio de Janeiro, trabalhadores rurais, cortadores de cana-de-açúcar, em Pernambuco, e tantas outras, colocaram em “xeque” todo o período de exceção e inseriram na agenda política a necessidade de publicizar a resistência e amplificar o coro em favor da abertura política. A contraposição dos trabalhadores às arbitrariedades da ditadura militar, as insatisfações, em sentido amplo do termo, não somente no tocante à castração das liberdades democráticas, mas às perdas salariais, às diferentes formas de superexploração do trabalho, assim como as mobilizações que, na sequência, romperam os limites sindicais, tais como os movimentos pelas Diretas Já, pela Anistia, já na primeira metade da década de 1980, garantiram liderança ao movimento sindical. Suas principais lideranças eram também as que mais se destacaram para o conjunto da sociedade que também clamava por mudanças e pelo fim da ditadura militar. É nesse momento e como produto dessas lutas que se dá a fundação do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores, CONCLAT/CGTs e que despontaram lideranças como Lula, Djalma Bom, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e, nesse entorno, um conjunto de estudantes, intelectuais e pessoas comuns se juntam para fazer valer os propósitos de construção de novos referenciais organizativos dos trabalhadores etc. E é logo em seguida que, ocupando a cena dos movimentos sociais, ocorrem as primeiras ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ainda de forma parcelária e localizada, o Movimento de Guariba, em 1984, as paralisações e greves em diversos segmentos e porções do território. Até a primeira metade da década de 1990, há certa coincidência entre alguns autores que refletiram e debateram as experiências do que ficou conhecido como *novo sindicalismo*, ainda que outra parte seja o final da década de 1980, com a marca do esfriamento anunciado desse período. Foi no interior desse processo que aconteceram avanços marcantes para a classe trabalhadora, particularmente a politização, a ampliação dos horizontes dos insatisfeitos, a própria presença dos partidos políticos, as eleições diretas etc. Para esse período da história recente do Brasil, valem as seguintes indicações: Rodrigues (1991); Antunes (2001); Frederico (1993); Boitto Junior (1993); Almeida (1996).

de Lutas) e dos sindicatos e organizações sociais populares que seguem suas deliberações e propostas de ação política, vinculadas à estrutura orgânica do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados).

De olho na conjuntura atual, nos desafios para os trabalhadores e nos embates que transcorrem no âmbito das centrais sindicais, a cena político-sindical é dominada pelos dissabores em torno da Emenda 3 à Lei 11.457/07, ou seja, os princípios defendidos pela manutenção do veto, que instituiu a Super Receita, e a criação do *caixa único* do governo federal, representado pela Receita Federal e Previdência²²³. Na verdade, essas providências impedem a atuação fiscalizadora do Ministério do Trabalho, quando constatada relação de trabalho fraudulenta²²⁴, e, concebidas formalmente com base em texto genérico, além das situações de empregados contratados como pessoa jurídica e, portanto, sem os direitos trabalhistas²²⁵, ficam legalizadas daqui por diante as falsas cooperativas e as situações assemelhadas de trabalho semi-escravo que ainda incidem em várias regiões do país.

Os posicionamentos entre as principais Centrais conserva inclinação favorável à manutenção do veto, todavia os acordos que perpassam as negociações no âmbito da CUT e Força Sindical, mediatizados pelos interesses governistas, põem em risco a manutenção da defesa dos direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas de lutas.

A defesa pública, por parte da CONLUTAS, desses princípios também demarca outro campo divisório presente no contexto sindical, em relação às organizações próximas ou orgânicas à composição política do governo, como é o caso da CUT e CONTAG, que defendem a Medida Provisória 410, de 27/12/2007, que se propõe criar o contrato de trabalho rural por pequeno prazo (até dois meses) e inserir modificações na Lei 5889/73 (do trabalho rural), a qual abre as portas para a ilegalidade na área rural. A dispensa da obrigatoriedade de registro em carteira para os trabalhadores (boias-frias) que atuem por até dois meses em colheitas abre brechas para a retirada de direitos do trabalhador rural e impossibilita os agentes do governo de verificarem o cumprimento da lei por parte do empregador²²⁶. De fato, a MP-410 impede a ação do Auditor Fiscal do Trabalho, facilitando o descumprimento da legislação e o incremento das formas degradantes e assemelhadas de trabalho escravo.

Na prática, o que nos interessa é compreender as alternativas que o Estado, em conluio com o capital, vem apresentando aos trabalhadores brasileiros, em respeito à intensa

²²³ Há duas ordens de preocupação que norteiam o posicionamento político da CONLUTAS. O primeiro é que a Emenda 3 desloca a cobrança e a administração da contribuição previdenciária sobre a folha para esse Ministério da Previdência, retirando-a, portanto, do INSS e ameaçando os recursos que pertencem aos trabalhadores. O segundo efeito é a possibilidade de que a Desvinculação das Receitas da União (DRU) aumente seu campo de influência sobre os recursos do INSS, o que poderá significar maior desvio de recursos da Previdência para o pagamento da dívida pública, ou para o setor financeiro, aprofundando a política fiscal em curso no país.

²²⁴ Somente a Justiça do Trabalho é que poderá examinar as situações irregulares, sendo que os fiscais estarão impedidos de autuar as empresas fraudulentas.

²²⁵ Na prática, todo e qualquer empregador poderá trocar empregados fixos por autônomos e não estará sob a fiscalização do Estado. Não haverá como exigir as férias, 13º salário, FGTS, cumprimento das normas de segurança e saúde, aposentadoria, licença-maternidade, pagamento de horas extras etc.

²²⁶ A esse respeito, o procurador do Ministério Público do Trabalho, Jonas Ratier Moreno, entende ser lícita a permissão ao produtor rural, pessoa física, para não assinar a carteira de trabalho dos empregados que trabalhem até dois meses, permitindo que firmem apenas um contrato escrito, que podem ficar assinados *em branco*, sendo preenchidos do modo que melhor lhes aprouver, para descaracterizar a existência de trabalho escravo (*Diário do Comércio*, 11/01/2008, Brasília). Até a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio de seu representante no Conselho Federal da entidade, Ophir Cavalcante Junior, afirma que a MP-410 é uma medida altamente discriminatória dos trabalhadores rurais, sobretudo porque garante ao produtor rural a não assinatura da carteira de trabalho, e a diferenciação em relação aos trabalhadores urbanos, que fere o princípio constitucional da isonomia (*O Globo*, 16/01/2008).

precarização seguida de elevados patamares de informalidade e desposseção, bem como as disputas internas ao trabalho ou suas organizações políticas.

E o retrato de 2007 é o da composição da PEA, com 83 milhões de trabalhadores(as), dos quais 60% não têm carteira de trabalho assinada. De outro lado, o próprio governo federal assume publicamente que 30% dos servidores federais estão vinculados ao serviço público (ministérios, secretarias etc.) por meio do agenciamento de empresas terceirizadas (em grande medida, de fachada) e, portanto, não têm os direitos sociais assegurados.

As disputas internas ao cenário sindical são o *termômetro* político-ideológico dessas mudanças, que nada mais expressam do que as diferentes compreensões e caminhos a serem construídos para a edificação da sociedade, sem contar, em alguns casos, os interesses particulares e pessoais dos próprios dirigentes, os quais demarcam as idas e vindas do sindicalismo brasileiro, as fragmentações intracorporativas e a demarcação de interesses estranhos à luta pelos interesses de classe dos trabalhadores.

Generalizadas para significativa parcela do sindicalismo, é importante asseverar que as disputas internas ao universo do trabalho e as dissensões resultantes fragilizam as ações políticas, os planos de luta e, principalmente, a fundamentação dos sindicatos como *verdadeira escola de socialismo*, numa alusão à formulação de Lênin – e instância da formação política dos trabalhadores enquanto entidade de classe, para a confrontação com o capital e com o Estado.

Nesse sentido, poderíamos lembrar as marcas das fragmentações internas aos trabalhadores rurais, no âmbito da CONTAG/CUT, que, tendo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) como instância de organização superior, no plano regional, em São Paulo, instaura-se em 1989 a constituição dos Sindicatos dos Empregados Rurais (SERs) e a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), como instância federativa (reconhecida juridicamente em 1997), que, desde 1993, também se filiou à CUT²²⁷.

Ainda na década de 1990, aparecem em cena novas formas de organização dos trabalhadores rurais, oriundas das instâncias já existentes, como os Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs), que são os sindicatos vinculados à estrutura orgânica da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), e que apostam na inserção do agricultor familiar no mercado e secundarizam as formas alternativas de organização autônoma. Há ainda as experiências do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), mas que não faziam parte da estrutura orgânica da CUT, da mesma forma que os SINTAGRO'S (Sindicatos dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias).

As pesquisas têm evidenciado, a título de exemplo, que a complexa questão da “leitura” e compreensão corporativa do trabalho, especialmente por meio do cenário sindical, é amplificada com a fragmentação (subcorporativa), adicionando elementos novos à magnitude e ao

²²⁷ Cabe o registro da Federação dos Empregados Rurais no Setor Canavieiro do Estado de São Paulo (FERCANA), que, desde meados de 2001, tentou institucionalizar seu registro, assim como o SINTAGRO, em 2003, que não obteve reconhecimento do Ministério do Trabalho, da mesma forma que a FERULCASP (Federação dos Empregados Rurais da Lavoura Canavieira do Estado de São Paulo).

conteúdo das tensões existentes entre as entidades representativas dos trabalhadores urbanos e rurais. Poderíamos ilustrar esse fato com o que se expressa no interior da CONTAG/CUT, considerando, pois, todo o arco das dissensões e das contradições internas, em relação ao MST e vice-versa – mas, valendo, a rigor, para todo o Brasil –, no que se refere à luta pela terra e pela reforma agrária.

Todavia, mais recentemente, as divergências e disputas internas a essas organizações ganham novos elementos, particularmente em torno da questão da participação ou não dos assentados e demais produtores familiares camponeses da alternativa produtiva do biodiesel, ou seja, no plantio de culturas oleaginosas e as vinculações ao esquema da integração, velho expediente do capital para controlar a sujeição da renda da terra e das famílias camponesas à sua lógica (Eixo 1.2).

Assim, de um lado, para a grande maioria dos sindicatos (tanto com enraizamento no campo, quanto na cidade), mas, especialmente, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) e, em menor intensidade, os SERs, os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, particularmente no âmbito do MST, são radicais, porque não se propõem ao diálogo, não respeitam as leis e o território da ação sindical delimitado pelas extensões de base, ou a unicidade sindical. Por outro lado, os trabalhadores e suas lideranças, no arco de influência do MST, avaliam que os sindicatos não acrescentam à luta política de enfrentamento com o latifúndio, não são confiáveis e tampouco favoráveis à reforma agrária, portanto, não são aliados de classe.

Instalada a cizânia e a manifesta dificuldade de comunicação/interlocução internamente ao universo do trabalho ou o movimento multiforme de negação/afirmação do trabalho sob o capital e que não se completa, presenciamos, de forma combinada e onipresente, diversos elementos constituintes das travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho, o estranhamento que blinda os esquemas de dominação/exploração/sujeição etc., e as fragmentações de sua práxis social e política. São eles:

1) As clivagens corporativas, muito aquém da perspectiva de classe (filiadas histórica e socialmente à divisão técnica do trabalho) e amparadas nos códigos de leis, prescrevem a fidelidade às categorias sindicais (e a toda estrutura sindical vertical) e às demarcações jurídicas do pertencimento legal do trabalho, o qual deve ser único no território de reconhecimento dos atores sociais (o município), todavia distantes da realidade do conflito de classe, das lutas propriamente ditas.

2) Os fetiches territoriais que nada mais são do que a garantia ao respeito às extensões de base (territorial) dos sindicatos, ou o *respeito cego* à unicidade sindical – uma determinação formal/institucional que guia a ação dos sindicatos –, sem antes serem a demarcação ou explicitação do conflito capital x trabalho ou qualquer evidência da luta de classes. Essa fragmentação política do trabalho e suas implicações do ponto de vista da ação (política) territorial dos sindicatos mascara a ineficiência política dos sindicatos sob o argumento da grandiosidade da pluralidade das formas de explicitação em categorias sindicais. No entanto, a questão fundamental não é a pluralidade em si, mas a forma como os fetiches territoriais representados pelos interesses corporativos dizem mais do que os interesses de classe, esses sim, turvados diante a mudança de foco em relação aos interesses de classe. (Eixo 3).

3) Num nível mais profundo do estranhamento, o hiato existente para os trabalhadores entre as relações sociais que se dão no âmbito da produção e da reprodução da vida, quer dizer, se, de um lado, estão as entidades sindicais que devem cuidar das reivindicações ou das questões voltadas para o salário, melhores condições de trabalho, por outro lado, as associações de moradores devem cuidar das reivindicações específicas para a melhoria das condições de vida e de habitabilidade, sendo, pois, dois mundos distintos e desarticulados espacial e territorialmente. Na prática, tudo isso induz os trabalhadores e a sociedade em geral a aceitar a incomunicabilidade entre as formas de existência dentro e fora do trabalho, ou a dicotomia entre o viver e o trabalhar ou, ainda, a separação entre o local de trabalho (produção) e o local de vida (reprodução). Decorre, dessas constatações, ponderarmos serem imprescindíveis investigações que nos possibilitem pensar sobre os mecanismos de estranhamento que obstaculizam e fetichizam a compreensão do trabalho enquanto totalidade social dentro e fora do ato do trabalho. Mais ainda, as contradições expressas pelas crescentes experiências do trabalho domiciliar constituem a face mais perversa da superposição dos espaços da produção e da reprodução, combinando o distanciamento dos trabalhadores das prerrogativas institucionais/legais dos sindicatos (pois, via de regra, somente estendem suas ações para os trabalhadores fichados ou com registro em carteira de trabalho), com a perda do foco do conflito de classe com o capital, já que, na nova situação, passa a ser um fornecedor, na melhor das hipóteses um pequeno empresário etc.

4) A constante e crescente fragmentação do trabalho, nos campos e nas cidades, às custas da diminuição dos contingentes formais e com carteira de trabalho assinada, em detrimento do inchaço dos segmentos informais, mais precarizados, cria subcategorias de trabalhadores. Via de regra, a multiplicidade de atividades que se inscrevem nessa modalidade foge do controle e vai ganhando denominações atribuídas ao longo das experiências cotidianas. É importante notar que essas classificações e denominações podem conter atributo político pejorativo, a depender da ênfase das divergências e da demonstração de força manifestas entre as organizações sindicais que perdem essas respectivas bases sociais (trabalhadores antes inseridos em atividades formais, como os comerciários), a partir do momento em que parte deles passa a trabalhar como camelôs, ambulantes (marreteiros, na denominação popular), da mesma forma que os órgãos de representação dos lojistas ou das grandes redes de lojas e magazines desferem ataques verbais e perseguições. A disputa por território para a sobrevivência, nessa nova condição, desvinculada das normativas específicas da situação formal de trabalho, faz com que os ambulantes construam individualmente, já que são poucos os casos em que dispõem de entidades de representação, como as associações e sindicatos. De um lado, os próprios trabalhadores que ainda permanecem empregados (não necessariamente que mantenham vínculo empregatício formal) são pressionados pelo patronato a desfecharem ataques diretos ou indiretos aos ex-colegas de trabalho, que igualmente pressionam o sindicato para que seus empregos sejam preservados. Nessa ciranda, o sindicato também pressiona os ambulantes, camelôs (ou os pregressos comerciários) a deixarem os locais onde estão, porque poderão provocar

mais desemprego²²⁸. Esse exemplo ilustra os novos desafios que estão postos ao trabalhador informal, egresso da reestruturação produtiva, da mesma maneira que levanta barreiras para os trabalhadores que nem passam pela experiência formal e vão diretamente para a informalidade.

Permeia a nova geografia do trabalho, no século XXI, marcadamente (re)hierarquizada, fragmentada ainda mais à luz do espectro da informalidade, uma classificação em níveis de grandeza que indicam a *(des)importância e prestígio social* do novo trabalhador. Por exemplo, se de primeira ou de segunda *classe*, se urbano ou se rural; se operário ou se diarista multifuncional; se menos ou mais importante, num mesmo ramo de atividade, tais como os trabalhadores envolvidos na agroindústria canavieira; se categoria diferenciada ou não, conforme a CLT; se camponês ou se agricultor familiar; se pescador artesanal ou se posseiro; se assentado ou se acampado; se do MST ou se de outros movimentos ou frentes de luta; se homem ou se mulher, quanto ao comando diretivo, seja no rural ou no urbano, portanto, refém da questão de gênero; se filiado a esta ou àquela central sindical etc.

Disso surge um *ranking* que se refaz continuamente, condenando e/ou promovendo projetos de organização, o que dificulta a compreensão da totalidade do ser que trabalha e as contradições que expressam o *jogo* dialético entre a parte e o todo. Isto é, a pluralidade das formas de existência do trabalho, resultante da ofensiva constante do capital, por meio da reestruturação produtiva e das ações combinadas no tocante ao exercício do controle social e da regulação espacial mediadas pelo Estado, promove, ao mesmo tempo, a fragmentação e a homogeneização da classe trabalhadora.

5) Com isso, temos, então, a ampliação e a intensificação das fissuras no âmbito do trabalho, em alguns casos se fazendo manifestar enquanto oposição entre trabalhadores regulares e estáveis contra terceirizados, temporários e eventuais (como são os casos do ramo metalúrgico e do corte da cana-de-açúcar, em São Paulo). Além disso, diante das mudanças de funções com a intensificação da pluriatividade, trabalhadores qualificados contra trabalhadores não ou menos qualificados, ou ainda a linha demarcatória do legalismo e da *civilidade* entre aqueles que estão inseridos na luta pela terra e os trabalhadores (urbanos e rurais) que se dedicam às reivindicações por melhores salários, condições de trabalho e de vida, nos estreitos marcos institucionais da legislação trabalhista. Por conseguinte, é necessário que não limitemos ao universo proletário somente as reivindicações típicas, como melhores salários, condições de trabalho, equipamentos de segurança etc.

Da mesma maneira que não deveríamos admitir que alguém mais reivindicasse terra, reforma agrária, melhores condições para produzir, visto que tais reivindicações estariam reservadas ao universo camponês *stricto sensu*²²⁹. Essa *miopia* teórica e política, que restringe a inserção laboral às predeterminações da divisão técnica do trabalho, às identidades engessadas do trabalho, além das blindagens defendidas, as quais superpõem os modelos de interpretação à realidade social e

²²⁸ O conteúdo dessa afirmação é produto de vários projetos de pesquisa que vimos desenvolvendo, no âmbito do CEGeT, nos últimos anos, e os resultados mantêm semelhanças com outras pesquisas em andamento, efetuadas por outros pesquisadores, como vimos observando, por meio das participações em eventos.

²²⁹ Temos insistido nesse posicionamento, nos nossos últimos textos. Para mais detalhes, ver THOMAZ JÚNIOR, 2003, 2004, 2005, 2006.

geográfica do trabalho, têm impossibilitado compreendermos efetivamente o que se passa na nova *morfologia do trabalho*²³⁰.

6) Valeria recorreremos às indicações de Woortmann (1990), quando, preocupado em defender a ideia de *campesinidade*²³¹ enquanto qualidade de um processo, dimensiona o aspecto da subjetividade como pista central para se reconhecer que, nas situações menos camponesas, como na *plantation* – e poderíamos recorrer, por nossa conta e risco, às áreas hegemonizadas pelo capital agroindustrial canavieiro, em São Paulo e em outras regiões do país, onde não se poderia prever esse componente com objetividade –, esta pode aflorar no plano das representações, dos valores e das ações, tal como ilustramos acima.

O mesmo serve para as reivindicações e ações político-organizativas que partem dos camponeses, em torno de melhores salários, condições de trabalho, registro em carteira etc., tal como, a título de exemplo, se fazem realidade no Pontal do Paranapanema, mediante a inserção de crescente e significativo número de trabalhadores assentados, nas atividades agrícolas da cana-de-açúcar (corte/plantio) e fabris, da agroindústria canavieira²³².

Podendo conhecer essa realidade contraditória, os caminhos em que são traçadas as lutas e os territórios nas quais se materializam, é que nos propomos compreender os diferentes cenários da luta pela terra e pela reforma agrária e a construção dos elementos mais abrangentes, capazes de catalisar, nesse processo, a soberania alimentar, que, como vimos, não se resume à realidade específica dos camponeses, dos trabalhadores assalariados rurais, senão também trabalhadores urbanos (assalariados formais, informais, camelôs). Tampouco devem se restringir a uma mera descrição ou declaração de boas intenções de pesquisadores, apoiadores, militantes etc. Nós nos servimos dessas fundamentações para debatermos os resultados das pesquisas, num momento em que preparamos o texto “Desenho Societal dos Sem Terras no Brasil”²³³ (Texto 6).

Por conseguinte, se levarmos em conta o circuito produtivo agroalimentar, em sua amplitude agroprocessadora, desde a produção familiar camponesa e empresarial, passando pelo circuito industrial-processador e pelos mecanismos de comercialização, até chegar aos consumidores finais, podemos atestar que a reforma agrária e a soberania alimentar têm a ver com o conjunto da sociedade, não sendo exclusivas da dimensão agrária ou rural, como habitualmente se apresentam.

A questão, insistimos, não é diminuir a importância desse segmento do trabalho em detrimento *daquele*, mas, de fato, desenvolvermos pesquisas empíricas e teóricas para conhecermos, por meio da práxis, a estrutura de classe, os mecanismos de dominação de classe, as contradições centrais que dão lugar à sustentação/manutenção da extração do valor, aos esquemas que fazem

²³⁰ Cf. ANTUNES, 2005a.

²³¹ Woortmann (1990), no texto *Com parente não se 'heguceia'* – o campesinato como ordem moral, aborda com muita profundidade analítica elementos essenciais para a compreensão dos sujeitos históricos, na dimensão das suas situações empíricas e historicamente definidas.

²³² Esse assunto é objeto de nossas investigações no Pontal do Paranapanema, por meio do Projeto de Pesquisa “Agronegócio e conflito pela posse da terra em São Paulo: a dinâmica territorial da luta de classes no campo e os desafios para os trabalhadores”. É importante destacar o conjunto das pesquisas em andamento sob nossa orientação. Vide Quadro 2, Parte I, e Nota 41, Parte II.

²³³ Esse texto foi apresentado, em versão original, na Mesa-Redonda “Vozes da Sociedade Civil”, como parte do Simpósio “Brasil: 500 Anos Depois”, no Simpósio Internacional “Brasil: 500 Anos Depois”, realizado na Universidade de Santiago de Compostela, no período de 07 a 10 de novembro de 2000. Depois de revisado e ampliado, foi publicado na *Revista da Abra*, n.25, v.28, Campinas, 2001, p. 31-46, e também na *Revista Pegada* (versões impressa e eletrônica), n.2, v.2, CEGeT, 2001.

prevalecer os fundamentos especulativos e os negócios parasitários, em detrimento da produção de valores de uso, do acesso dos produtores diretos aos resultados da produção etc.

Além disso, é imperioso considerar as mediações guiadas pelo capital, que estão redefinindo os papéis sociais e políticos dos trabalhadores, por dentro do movimento de externalização e das constantes mudanças da lavra, que qualificam a plasticidade do trabalho do século XXI, bem como as ações movidas pelos trabalhadores e suas organizações, seus princípios, objetivos políticos, ideológicos e práticos. É imprescindível buscar elementos, informações, para entendermos a complexa extensão e conteúdo da luta de classes, da amplitude geográfica das ações dos trabalhadores, nos quatro cantos do planeta, nas diferentes expressões organizadas: movimentos sociais, sindicatos, associações, cooperativas, partidos políticos.

Essas questões redefinem, em grande medida, os marcos daquilo que, sob a regência de diferentes possibilidades de controle do trabalho – seja o taylorismo/fordismo, seja o toyotismo (puro) e as formas combinadas e mescladas (restrito) –, é acrescido de *novos* valores, tais como o trabalhador participativo e parceiro, o trabalhador de grupo ou integrado, os trabalhadores multifuncionais, todavia mais qualificados (cada vez em menor número) e prontos para as atividades que requerem elevado grau de especialização, ou seja, os trabalhadores preparados para um alto grau de adaptabilidade às variações de ritmo e função.

O nível e a intensidade da manipulação e dominação em execução com as mudanças incutidas na organização do processo de trabalho, através do *toyotismo* e suas diversas combinações (fundamentalmente, por meio da apropriação do saber operário pelo capital e dos círculos de qualidade ou “autocontrole” do trabalho), e mesmo de outras formas de gestão do trabalho, apelam para a participação do trabalhador como parceiro em defesa da empresa. Tudo isso rebate diretamente na subjetividade e no universo simbólico do trabalho ou, mais precisamente, na seara das organizações sindicais e do movimento camponês e operário como um todo. Ainda mais quando consideramos a plasticidade existente entre as diferentes formas de realização do trabalho, tanto nos campos quanto nas cidades, intensificada, pois, nesta virada do século XXI, e que nos remete a um profundo exame das definições teóricas da questão cidade x campo.

7) A dessindicalização dos trabalhadores (urbanos e rurais), estimulada, sobretudo, pelo aumento crescente do desemprego – sem que isso seja acompanhado da diminuição do número de sindicatos, na mesma proporção – nos põe a refletir: a expansão e o alargamento da *franja* dos excluídos do mercado de trabalho formal e os vínculos ao subemprego; o crescimento das cooperativas de trabalho, das entidades associativas; a ampliação dos movimentos sociais, especialmente envolvidos na luta pela terra, com ações específicas em torno da reforma agrária, o MST; com foco na resistência à desterritorialização patrocinada pela política hidro-energética, mediante as extensas áreas de inundação, e na demanda por terra para a reassentamento e indenizações das famílias de sem terras, o MAB; a resistência à neutralização dos camponeses à dinâmica produtiva de alimentos para o consumo interno, reforma agrária, o MPA e o Movimento Camponês Popular (MCP); os posseiros, os índios, ou em linhas gerais, um expressivo contingente de homens e de mulheres que está *condenado* à absoluta marginalização/exclusão no sentido mais amplo do termo.

8) Essa (des)ordem societária e territorial do trabalho, dependendo do momento e dos assuntos que estejam em pauta, indica haver um esgarçamento das relações solidárias, no interior da classe trabalhadora. Muito mais do que a constatação que as investigações nos permitem compreender, seria pertinente ponderar a respeito dos referenciais que esse “caldo cultural” está sendo capaz de substanciar, no mundo do trabalho (certo *mercado* de cotação sobre a importância das agremiações, premiando-as e/ou secundarizando-as).

Em meio às situações de extrema fragilização das organizações políticas dos trabalhadores, dos sindicatos, em particular, e à prevalência de número crescente de desorganizados que também estão cada vez mais fragilizados, tanto organicamente quanto no mercado de trabalho, é que se mantém o estreitamento entre os assuntos já reservados (fatiados) às organizações tais e quais, engessadas nas especificações da divisão técnica do trabalho. Nessa perspectiva, qualquer tentativa de transgredir ou superpor os pressupostos já assumidos, especialmente no caso dos sindicatos, a resistência é iminente. Poderíamos lembrar o que estamos adotando nas nossas pesquisas, em relação à associação e assimilação da soberania alimentar com a reforma agrária. Ou seja, as reações dos trabalhadores são variadas, sejam eles assalariados típicos ou tradicionais, sejam camponeses, tanto os proprietários, quanto os arrendatários e os assentados, que lavram a terra à base do trabalho familiar, sejam mesmo aqueles que vivenciam situações intermediárias, como é o caso dos migrantes e assentados e camponeses que também se assalariam no corte da cana-de-açúcar, além dos assalariados urbanos, operários, proletários e informalizados, autônomos.

Com base nesse extenso arco de realizações do trabalho, temos notado que, no momento em que são acionados para pensar, como produtores ou somente como consumidores de alimentos, na maioria dos casos, assumem que as decisões em cada um desses circuitos têm que ser tomadas de forma soberana por cada qual, de modo que a discussão por conta da parcela da sociedade que consome alimentos não deve incidir sobre a qualidade dos mesmos, tampouco sobre o esquema de produção, as formas de circulação etc. Isto é, exatamente como pensa e defende o capital e os mais ousados representantes dos conglomerados transnacionais que atuam nesse setor da economia.

O rebatimento dessa (des)ordem é revitalizado e recriado por meio dos esquemas pré-definidos e totalizadores que seguem, em certa medida, as formulações idealizadas pela burguesia e pelo capital. Para ilustrar, poderíamos situar as formulações que consagram à “modernização” o recurso ideológico capaz de difundir a ideia de que o atrasado deve ser removido, porque impede a modernização das relações sociais e o avanço do desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo no campo, onde ainda persistem vínculos comunitários e 2,4 bilhões no planeta de trabalhadores, de camponeses, de homens e mulheres que lavram a terra com as mãos, em pleno século XXI. Se, de um lado, lavrar a terra com as mãos não é algo desejado ou que pode e deve ser superado, por outro, a opinião predominante – e já não se concentra mais como reivindicação exclusiva dos setores dominantes e hegemônicos –, é a negação ou a condenação pura e simples do modo de vida, da forma social comunitária, da produção para subsistência e para o abastecimento local à base de ciclos curtos de processamento e deslocamento dos produtos, que pode ser alcançado mediante o acesso a utensílios e equipamentos que possam melhorar a mediação do

homem com a terra e, conseqüentemente, aumentar a quantidade de alimentos produzidos para saciar a fome da família ou oferecidos para a comunidade, ou, ainda, melhorar as condições nutricionais. O que assume primado é a substituição desse quadro social pelas relações modernas, mediatizadas pelas máquinas que se põem à frente do bem-estar e do controle dos trabalhadores e das suas vidas, que passam a ser vinculadas, pois, ao modo industrial de produção, que não somente fetichiza o processo social como aliena produtores e consumidores.

Há ainda posicionamentos que estão na base de sustentação do discurso defensor do fim da agricultura camponesa, propondo pensar o campo para além do agrário²³⁴. Em outros termos, essa aparente (des)ordem societária e territorial do trabalho pode ser consertada com políticas públicas capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável e estimular os empreendimentos empresariais, no caso os agricultores familiares, já que estes respondem aos comandos da “modernização”, em contraposição à agricultura camponesa. Nesse sentido, é mais importante ser considerado agricultor familiar do que camponês, inclusive quando os papéis sociais são forjados pelo próprio Estado, quando estipula enquadramentos que predefinem a existência dos atores sociais que podem se beneficiar de créditos agrícolas, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), subsídios etc.

Essa formulação “cai como uma bomba” para os trabalhadores, e seus efeitos são devastadores, porque, no âmbito das suas organizações políticas de representação (sindicatos, associações, cooperativas e demais esferas dos movimentos sociais), ainda seguindo o exemplo em questão, há atribuições de pesos e valorações ao se entenderem como camponeses e atribuírem às demais expressões do trabalho no campo, agricultor familiar, assalariado e vice-versa, importância e até exclusividade do ponto de vista da existência social.

Até afirmar que o número de trabalhadores empregados com carteira assinada, no campo, tem diminuído, nada a obstar, porque é só confrontarmos as estatísticas oficiais para verificar que, de 1996 a 2000, houve uma queda de 2,5 milhões de trabalhadora(a)s, ou seja, de 20 milhões para 17,5 milhões²³⁵. Entretanto, no mesmo período, cresceu o número de trabalhadores empregados, mas sem registro em carteira, quer dizer, dos informais, cooperativizados, volantes, sendo, uma vez que essa categoria se apresenta, com mais intensidade, em conformidade com a expansão da cana-de-açúcar, particularmente para as áreas não tradicionais, como Triângulo Mineiro, Centro-Sul-Sudoeste de Goiás, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Oeste de São Paulo.

Essas experiências têm-nos feito pensar que as *reservas de mercado* de cada categoria, que estão na base das hierarquizações (cotações) das organizações dos trabalhadores (sindicatos, federações, centrais, movimentos sociais), devem continuar ocupando lugar central nas nossas pesquisas e reflexões críticas sobre a dominação de classe e ideológica do capital, porque a manutenção e a reprodução dessa estrutura de representação e de ação dos trabalhadores não significam nenhuma ameaça ao metabolismo do capital.

²³⁴ O leque de autores é variado: Graziano da Silva (1999); Schneider (1999); Veiga (1996); Abramovay (1992).

²³⁵ Cf. IBGE, 2007.



É certo que esse retrato do tecido social é mais uma demonstração de que estão ocorrendo mudanças de vulto, no universo do trabalho, o que denominamos metaforicamente de *mutações*. Se o sinal aparente desse processo se expressa nas (re)configurações geográficas e espaciais, refeitas a cada instante – a depender da conjuntura e/ou de elementos estruturais –, nas diferentes combinações expressas nas (des)realizações do trabalho – da territorialização, da desterritorialização e da (re)territorialização –, temos, então, que o desenho societal que as formas geográficas de existência do trabalho manifestam é a porta de entrada para o desvendamento dos fetiches territoriais e das travagens que obstaculizam a consciência de classe.

No Brasil, tal perspectiva se encontra fortemente arraigada no sindicalismo propositivo, o qual alimenta algumas esperanças de efetivar conquistas semelhantes ao Estado do Bem-Estar Social europeu. Contudo, afirma Bihr (1998):

O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estrutura horizontal, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados. (BIHR, 1998, p.101).

Semelhante preocupação, mas com formulação diferente, permite-nos ainda compreender os significados do que Bernardo (1987) denomina intervenção dos sindicatos na organização do modo de produção. Numa referência direta à intervenção dos sindicatos como gestores do mercado da força de trabalho, diante do papel que cumprem nas negociações e campanhas salariais, e a sua ação como verdadeiros patrões capitalistas, quando se lançam ao empreendimento capitalista, o autor coloca no centro do debate o indissociável recuo das lutas operárias verificadas nos últimos anos do século XX.

Em outros termos, é como se estivéssemos diante de desdobramentos diferenciados, porém capazes de mesclar formas distintas de contratação e de definições para o mercado de trabalho e, portanto, promotores de intensas (re)configurações geográficas, e os trabalhadores fossem capazes de se enxergarem somente pontual e isoladamente, engessados sob o referencial das categorias profissionais, das corporações sindicais, dos segmentos específicos. É como se disséssemos: por fora da dimensão ontológica do ser que trabalha e, conseqüentemente, distantes do processo social que (re)define o metabolismo societário do capital. Enfim, o estranhamento que obstaculiza a tomada de consciência, por parte do trabalho da dinâmica territorial da totalidade social, nos remete à metafórica denominação *território em transe*.

Para romper essas barreiras/fronteiras, é necessário que tenhamos claro que, se, para o capital, o *vazamento* do exercício do controle social/territorial para além das marcas *rígidas* do campo e da cidade é imprescindível para a hegemonia e dominação de classe, para o trabalho, reconhecer que há *possíveis* identidades entre as diferentes formas de sua realização, expressas por meio dos conteúdos sociais do trabalho e advindas daquelas formas espaciais, é igualmente imprescindível, tendo em vista ser a *única* possibilidade para enfrentar a hegemonia do capital.

Para tanto, faz-se necessário irmos além da demarcação teórica radicada nas especificidades das identidades do trabalho, que, por sua vez, são o rebatimento da divisão técnica, ou seja, a exclusividade das reivindicações dos trabalhadores proletarizados por melhores salários e condições de vida; ou, para os camponeses e agricultores familiares, a luta por preços mínimos, financiamentos; ou a terra, para os posseiros e trabalhadores envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária. Em outros termos, estamos nos referindo à situação em que os proletários tradicionais comparecem em cena, reivindicando terra para trabalhar e viver com a família, enquanto os camponeses (com pouca terra ou desterrados) reivindicam melhores salários e condições de trabalho, como estamos constatando nas nossas pesquisas, já há algum tempo.

Alguns exemplos podem ser lembrados, para ilustrar essas preocupações. As experiências extraídas do Projeto de Pesquisa “O mercado de mão-de-obra volante na cana-de-açúcar e migração sazonal”²³⁶ nos mostram a dupla forma de existência dos trabalhadores camponeses que migravam para o corte da cana-de-açúcar, na região canavieira de Ribeirão Preto (SP), originários do médio Vale do Jequitinhonha (MG). Situações semelhantes valem para outras áreas do país, tais como o Agreste e o Sertão da Paraíba, Pernambuco, Bahia e, mais recentemente, Maranhão e Piauí²³⁷, que exportam legiões de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar, em outras porções do território, tanto nas áreas tradicionais, quanto nas áreas novas, tais como Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Noroeste do Paraná, Oeste de São Paulo e, particularmente, o Pontal do Paranapanema.

Isto é, a realidade do trabalho a que estamos nos referindo confere diferentes combinações onipresentes: de pequenos produtores familiares/camponeses e/ou proprietários de terra, seja na origem, como o caso dos migrantes, seja na vivência na mesma região, como no caso dos camponeses/assentados envolvidos no corte da cana-de-açúcar, para proletários na lavoura da cana-de-açúcar (particularmente no corte). Por meio das pesquisas estamos conseguindo apreender elementos contemporâneos dessas diferentes formas de expressão do trabalho, por meio do expediente da migração. (Eixo 1.2). E ainda aqueles que, vivenciando uma realidade de proletarização extrema, reivindicam terra para plantar e viver com suas famílias. Isso nos permite apreender que há determinados vínculos que não podem ser omitidos, tampouco tratados de maneira secundária, especificamente como sendo um caso típico de subproletarização. Assim sendo, ofereceríamos avaliação distorcida, incompleta e equivocada da realidade, portanto, distante das contradições inscritas no processo social.

Põe-se em cena considerarmos as capilaridades existentes no âmbito do trabalho e as consequentes tramas espaciais constituintes e constituidoras dos seus sentidos, os papéis sociais em que cada forma geográfica do trabalho se expressa territorialmente e os tensionamentos e conflitos que balizam a relação capital x trabalho, nesta virada de século.

É com base nas pesquisas que estamos realizando e nos resultados divulgados por outros pesquisadores que nos está sendo possível ter a dimensão da realidade dos trabalhadores

²³⁶ Nossa participação se deu como colaborador na equipe coordenada pelo professor José Jorge Gebara, à frente do referido Projeto de Pesquisa, que contou com financiamento da FAPESP. Pudemos extrair rico aprendizado, juntamente aos demais colegas, professores José Giacomini Baccarin e Maria Madalena Zocoller Borba, todos do Departamento de Economia Rural, da FCAV/UNESP/Jaboticabal.

²³⁷ Cf. NOVAES; ALVES, 2007; SILVA, 2006a e 2006b.

assalariados reivindicando terra²³⁸ e dos trabalhadores camponeses reivindicando melhores salários²³⁹, como na atualidade depreendemos no Pontal do Paranapanema (Eixo 1.2).

Por essa via de reflexão, por conseguinte, ao menos de passagem, nada se liga a nada, mas é por dentro dessa realidade que privilegiamos nossas investigações. A princípio, poderíamos imaginar estarmos diante de uma aparente inversão de papéis sociais que nos estimula a pensar na *Babel* do século XXI. É como se imaginássemos estar diante de diversos mundos do trabalho, singulares, separados e desconectados do universo do trabalho, que, de tão amplo e plural, nos foge à compreensão. No entanto, a “inversão” quanto às reivindicações dos trabalhadores não aponta, no caso dos camponeses, quando pedem melhores salários, o mesmo que foi prescrito por Lênin (2002). Ou seja, retrato fiel da diferenciação interna que defende e prescreve a extinção do camponês pela via da sua proletarização, desconsidera que nessa circunstância o trabalhador se mantém como camponês e vivencia a condição operária, quando se assalaria.

É a riqueza de sentidos e as mediações desconsideradas, quando se fragmenta a compreensão do trabalho, radicada na especificidade das identidades (com base na sua divisão técnica) e/ou nas reivindicações, e não na estrutura societária e nos conteúdos geográficos que, de fato, pode nos oferecer a compreensão no âmbito dos significados e do pertencimento de classe. Esse elo perdido e ainda não refeito pelo movimento sindical (camponês e operário) nos conserva dedicados às investigações, sob o marco de seis passos articulados e simultâneos: 1) acompanhamento próximo e atento das manifestações dos trabalhadores, por meio dos movimentos sociais (sindical, associativo etc.); 2) proximidade e estreitamento nas ações conjuntas com os movimentos sociais, através de cursos, pesquisas etc., 3) diálogo constante das contribuições teóricas dos demais pesquisadores; 4) reflexão ampla e profunda, em diversos fóruns, das pesquisas realizadas no âmbito do CEGeT; 5) intenção de perspectivar e manter as atenções voltadas para superação/emancipação do metabolismo do capital; 6) disposição de juntar forças com outros Grupos de Pesquisas e demais pesquisadores, para a formulação de investigações conjuntas sobre o universo do trabalho.

É imprescindível recordar, a respeito das articulações entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho e suas diversas externalizações, especialmente o Fórum Social Mundial, nas três edições realizadas no Brasil²⁴⁰. Somos partidários de que se trata de um campo de discussões de importância vital para a reflexão/construção de referenciais para o conjunto dos trabalhadores do planeta, tendo em vista um arco amplo e complexo de entidades ideologicamente afinadas e afiliadas às correntes de esquerda e progressistas.

²³⁸ É o caso dos trabalhadores envolvidos no corte da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto (SP) e demais áreas produtoras do Nordeste, como já pudemos apreender, nas nossas pesquisas: a Tese de Doutorado de Thomaz Júnior (2002b); a Dissertação de Mestrado de Oliveira (2003) e a Tese de Doutorado em andamento, da mesma autora, estes últimos por nós orientados.

²³⁹ Para que não fique nenhuma dúvida a respeito dessa afirmação, especialmente porque trouxemos para a reflexão um fato de pesquisa ocorrido há vinte anos, podemos utilizar outros exemplos, como os casos dos trabalhadores que migram para o corte de cana-de-açúcar na região canavieira de Guariba, Barra Bonita, Catanduva, provenientes respectivamente do norte de Minas Gerais, Bahia, Paraíba e Pernambuco.

²⁴⁰ A irradiação dos pressupostos desse evento se reproduz em diversos locais do planeta, como África do Sul, Equador, Nicarágua, e, no Brasil, em Belo Horizonte, sendo que a 4ª versão do Fórum foi realizado na cidade de Mumbai, na Índia, de 16 a 21 de janeiro de 2004, sendo que no ano seguinte retornou ao Brasil. Em 2006, aconteceu em três lugares diferentes: Bamako, Mali, Karachi (Paquistão), Caracas (Venezuela); em 2007, teve sede em Nairóbi (Quênia); em 2008, não ocorreu edição do FSM, mas em seu lugar se optou por uma semana de mobilização global, por meio de diversas ações espalhadas pelo mundo; em janeiro de 2009, ocorreu a última versão, em Belém (Pará).

Poderíamos destacar o FSM como aglutinador de uma possível Internacional Camponesa, tendo em vista a representatividade das organizações camponesas que, em torno da Via Campesina, constroem legitimidade mundial, fundada, pois, em referenciais emancipatórios, mas, ainda, em essência, descoladas de um chamamento mais geral em torno da classe trabalhadora, apesar de produzir efeitos positivos em diversas organizações sindicais urbanas, como já abordamos.

7. Liberdade e compromisso para (re)pensar a estrutura societária e a teoria *necessária*

Em nível internacional, apesar das divergências existentes, especialmente quando se depreende o apego ao reformismo, entre os principais movimentos sociais envolvidos com a organização política dos camponeses, sobretudo no âmbito da CPE (Coordenadora Camponesa Européia)²⁴¹ e da Via Campesina, há unanimidades que é importante destacar.

Além de principiar os documentos políticos e as resoluções dos eventos com a defesa intransigente da reforma agrária, sob o comando dos trabalhadores, e de políticas de manutenção dos camponeses e suas famílias na terra, em condições de viver e produzir dignamente, ressaltamos, também: a) a adoção de técnicas e de tecnologias, de acordo com as necessidades e desejos dos próprios trabalhadores, com o objetivo de garantir a alimentação e as necessidades da sociedade; b) a importância de manter a produção camponesa vinculada a pequenos circuitos, para privilegiar a produção em todos os lugares possíveis, mantendo qualidade e sanidade dos alimentos, de sorte a conservar não somente seu fornecimento regular, mas também os laços culturais, a qualidade dos alimentos, atreladas às condições agroecológicas adequadas, a sociabilidade camponesa ou um *mundo rural vivo*²⁴², densamente povoado; c) o acesso aos recursos terra e água, mas referenciado à ideia de serem bens comuns e devendo estar sob o controle dos trabalhadores, para que os verdadeiros fins sejam garantidos, evitando assim a desertificação, a salinização das terras e o uso indevido, mediante a especulação imobiliária e projetos de desenvolvimento rural que estimulem o acesso e a manutenção dos camponeses na terra produzindo; d) a defesa da autonomia dos camponeses para a construção do socialismo como alternativa para toda a sociedade²⁴³.

É, então, na seara da Via Campesina que a bandeira da soberania alimentar²⁴⁴ comparece como par necessário para somar forças junto à luta pela reforma agrária e autonomia dos povos e dos trabalhadores em geral, para decidirem seus projetos de sociedade. Essa *transposição* das fragmentações imperantes no tecido social, por meio dessa associação, nos põe a refletir tanto sobre o alcance da bandeira e das lutas políticas específicas empreendidas, num primeiro momento, pelos camponeses, produtores de alimentos, quanto acerca do eco desse chamamento para a sociedade em geral e, em particular, para o conjunto dos trabalhadores.

É por isso que a centralidade do trabalho não deve estar distante da busca que empreendemos para compreender a identidade de classe do trabalho, especialmente com base no enunciado que estabelecemos, ao vincularmos reforma agrária, soberania alimentar, identidade de classe e os desdobramentos para a unificação orgânica do trabalho. Estamos pensando na direção

²⁴¹ As denominações, no Brasil, Coordenadora Camponesa Européia e, nos países de língua espanhola, Coordenadora Campesina Europeia, são utilizadas frequentemente, e substituem a tradução correta de *paysanée* (camponês) do francês.

²⁴² Essa expressão está presente na maioria dos documentos e nas deliberações políticas dos congressos camponeses, bem como das entidades de apoio, como estamos podendo constatar, durante nossa pesquisa, em alguns países da Europa.

²⁴³ Essas informações foram extraídas de inúmeros documentos (impressos e eletrônicos), que compõem cartilhas, documentos políticos de circulação restrita, resoluções de congressos etc.

²⁴⁴ Os registros indicam que Soberania Alimentar foi uma formulação originária dos embates patrocinados pela Via Campesina, desde 1996, momento em que se discutiam novas alternativas para a produção de alimentos, num ambiente marcado pela fome e pobreza extremas. A partir desse momento, encontramos publicações e documentos oriundos de reuniões políticas e de eventos, que já têm a participação de ONGs, organizações dos movimentos sociais e alguns documentos oficiais de instituições públicas, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

do que Mészáros posteriormente sintetizou, em visita à Escola Nacional Florestan Fernandes²⁴⁵, como aliança substantiva, não formal, muito bem recebida pelos dirigentes e lideranças do MST e demais movimentos sociais vinculados à Via Campesina e outras agremiações sindicais e políticas.

É nesse embate que estamos sintonizando os enunciados mais gerais da classe trabalhadora às bandeiras da reforma agrária e da soberania alimentar, nos marcos da relação campo↔cidade, ou melhor, na relação dialética que seu conteúdo expressa nos diferentes formatos rurais e urbanos que englobam a sociedade e os trabalhadores.

Nesta fase de mundialização do capital, a necessidade da alimentação requer que pensemos de forma articulada o sistema produtivo dos alimentos e, desse modo, no esquema, na organização e na estrutura de produção, bem como nos objetivos e nos pressupostos para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, na qualidade dos produtos, e em abastecer os mercados consumidores próximos às áreas de produção.

O modelo de dominação do capital, visto pela comercialização de alimentos no mercado mundial, influi muito negativamente no que diz respeito à estrutura produtiva familiar camponesa, sendo que a isso se liga a práxis difundida pelas transnacionais agro-químico-alimentar e financeiras, de que a produção agropecuária tem que servir ao(s) mercado(s). Essa afirmação, ao encimar-se num fetiche, obscurece as contradições fundantes do metabolismo social.

Por mais que seja direto ou indireto (sutil) o peso de determinação do mercado para a sociedade, não podemos ignorar que a impossibilidade de solucionar a dependência, a subordinação e opressão do campesinato, sob o jugo do capital, não elimina a resistência e o desejo emancipatório, ao contrário, os pressupõe, pois “sem um movimento capaz de impor a política social, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que ‘civilizou’ a economia de mercado”²⁴⁶, hegemônica e controlada pelo capital, é certo, seu significado é histórico, portanto não definitivo.

Para complementar essa ideia, tomamos o quadro social e político que é negligenciado, esquecido, omitido e que abriga os bilhões de homens e mulheres que continuam à margem da classe trabalhadora, mas que, de fato, estão se envolvendo nas lutas, nos confrontos. Em particular nos últimos cinco anos, com as mudanças macro-estruturais no formato produtivo das matérias-primas de origem agropecuárias, em nível planetário, na agroindustrialização e na circulação/distribuição dos cereais nobres (soja, milho) nas mãos de seleto grupo de transnacionais, os quais também fazem parte da equação da produção de biodiesel, e isso está alimentando a voracidade inflacionária no setor de alimentos à casa de 50%²⁴⁷, quando se considera a realidade de 2007 para 2008, e fazendo da fome a principal chaga da humanidade em pleno século XXI. A fragilidade do tecido social é tamanha que somente a disparada dos preços dos alimentos no mundo, de 2007 para 2008, aumentou em 75 milhões o número de famintos, os quais totalizam 925 milhões de pessoas, segundo depoimento do diretor da FAO²⁴⁸. O executivo acrescentou que será preciso

²⁴⁵ Essa visita ocorreu em novembro de 2007.

²⁴⁶ Cf. BOURDIEU, 2001b, p.19.

²⁴⁷ Informações fornecidas no *site* da ONU: www.onu-brasil.org.br.

²⁴⁸ Depoimento de Jacques Diouf, feito por meio de entrevista coletiva, em Roma, no dia 17 de setembro de 2008, e noticiado pela imprensa internacional.

investir U\$30 bilhões por ano²⁴⁹ para duplicar a produção de alimentos e acabar com a fome, apesar de que a questão central não é a falta de alimentos em si, mas a falta de renda e de recursos para aquisição por parte dos famintos.

O medo que setores importantes da burguesia e do grande capital têm manifestado publicamente está fundamentado nos estrangulamentos das contradições sociais, expressos criminosamente pela quantidade crescente de famintos e das mobilizações que “pipocam” por vários cantos do planeta (Haiti, Egito, Filipinas, Brasil, Nicarágua, México, Índia). Se não bastasse o cinismo da afirmação de que “é necessário barrar a imoralidade da produção de biocombustíveis em detrimento da produção de alimentos”, qualquer pessoa desavisada poderia ser ludibriada. Nesse depoimento, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn²⁵⁰, expõe as fissuras e disputas internas aos setores dominantes, mas que, por contarem com o apoio e sustentação política em nível internacional, dos grandes conglomerados transnacionais e dos Estados, que, apesar de manifestarem interesses setoriais – como o Brasil, que reivindica o fim dos subsídios – defendem nichos de mercado e não propriamente ações concretas que garantam acesso aos alimentos para as populações pobres e empobrecidas. É o caso recorrente que envolve o Estado brasileiro em defesa da inserção dos biocombustíveis produzidos por ele próprio e por países europeus, sem barreiras econômicas, fitossanitárias etc., sendo, pois, esse expediente valioso instrumento para combater a alta dos preços dos alimentos.

Essas ações, segundo o chanceler brasileiro Celso Amorim²⁵¹, seriam a melhor demonstração, por parte do FMI, de garantir renda interna, para que não se tenha a situação da fome agravada no país, sendo que a *imoralidade* da produção de biocombustíveis, não se aplica ao Brasil, porque a produção de álcool etílico não ameaça a produção de alimentos. Mas aqui reside um engodo, pois, seja no Brasil ou em qualquer outra parte do planeta, a expansão dos agrocombustíveis anunciará a redução da área plantada e da produção propriamente dita de alimentos. Começamos pelo exemplo norte-americano de expandir a área de plantio de milho para a produção de metanol, o que em dois anos, desde 2006, já foi capaz de mexer estruturalmente com a redução dos estoques internacionais e a consequente elevação dos preços dessa *commodity* e de outros que a ela se vinculam para dar movimento à ciranda especulativa tão desejada pelos *players*²⁵² das transnacionais que atuam nas Bolsas de mercadorias, espalhadas pelo mundo.

No Brasil, os estragos são também evidentes, apesar de mascarados pelo próprio presidente da República, como os efeitos do expansionismo da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo. Nossos estudos estão sinalizando que a maior parte das terras férteis agricultáveis estão sob o controle dos empreendimentos do agronegócio, sendo que a cana-de-açúcar ocupa lugar de

²⁴⁹ Segundo especialistas, esse valor é modesto, se comparado aos U\$375 bilhões desembolsados pelos países membros da OCDE em incentivo à agricultura e aos U\$1,2 trilhão, com armamentos, em 2006.

²⁵⁰ Cf. O IMPARCIAL, 19/04/2008, p.5A.

²⁵¹ Entrevista “Amorim rebate críticas do FMI à produção”, publicada em *O Estado de S. Paulo*, 17/04/2008, p. 7.

²⁵² Essa expressão tem sido utilizada com frequência pelos altos funcionários das grandes empresas do setor agro-químico-alimentar-financeiro, para designar as ações dos agentes que atuam no mercado nacional e internacional, no âmbito especulativo de cereais. No Brasil, nos últimos 12 meses, a esse respeito, podemos lembrar as preocupações do Sindicato das Indústrias dos Produtos Avícolas do Estado do Paraná (SINDIAVIPAR), que definiu, dentre um conjunto de ações para reverter o quadro de escassez do grão no mercado interno – o que está abalando a cadeia produtiva de carne no país, tendo em vista que o grão é o principal insumo para a ração animal de aves e suínos –, manter um canal de comunicação constante com *players* à escala mundial, para equilibrar o negócio do milho, centralizar a compra do cereal e, dessa forma, criar certo mercado regulador de milho. Para mais detalhes, ver: “Avicultura paranaense define pacote de ações para superar crise do milho”. *Notícias Agrícolas*, Disponível em: www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=26259. Acesso em: 30 nov. 2007.

destaque, não somente em São Paulo, mas nas porções do território objeto da expansão recente ou que se consolidam nesse circuito, tais como Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Sul-Sudoeste de Goiás, Noroeste do Paraná, o que denominamos de *Polígono do Agrohídronegócio* no Brasil (Eixo 1). Os efeitos podem ser sentidos na retração das áreas de produção de alimentos, a começar pelo feijão, arroz e a produção de leite. Esse processo também se constata no Pontal do Paranapanema²⁵³, exceto para o feijão, devido à expectativa de continuidade da alta dos preços (Eixo 2).

Entretanto, não poderíamos deixar de observar que não se trata de uma tomada de posição contrária à produção de etanol pura e simplesmente, até porque compartilhamos com os movimentos sociais populares em nível internacional (ambientalista/ecológico, sindical), das bandeiras que empunharam há décadas em defesa das alternativas renováveis de fontes energéticas. A substituição das fontes de energia não renováveis (petróleo, gás natural, carvão mineral, atômica) tinha como motivação apostar num outro modelo de organização da sociedade, calcado na sustentabilidade ambiental/social da produção/fornecimento de energia, em bases sociais e organizativas, que pudessem responder ao bem-estar de produtores e consumidores. Mas, diante de mais essa *tomada de assalto* do grande capital das ideias originais dos grupos e setores sociais que reivindicavam autonomia e esquema político e econômico sustentável para a produção de energia, o que se tem é a hegemonização desse tema, pelos interesses dos grandes conglomerados empresariais oligopolistas que subverteram o ideário inicial, a partir do momento que fizeram valer seus interesses econômicos de controlar a produção/distribuição/circulação de energia e, consequentemente, usufruir de mais uma possibilidade para a maximização dos seus lucros.

É nesse turbilhão que o abandono dos fundamentos conservacionistas, a garantia da “socioética biodiversidade” e a participação social plena na formulação/execução de “estratégias públicas para obtenção de alternativas de energia renovável, em especial a partir de biomassa”, são radicalmente modificados e travestidos, e se tem a prevalência do modelo concentracionista e destrutivo do capital, renovado nos anos 1990, sob o império neoliberal. Esse intento está se viabilizando por dois caminhos bem definidos. O primeiro, por meio de campanhas publicitárias e com o apoio dos seus apaniguados de toda sorte (políticos em geral, chefes de Estado e de governo, sindicalistas, pesquisadores etc.). O segundo se soma ao primeiro e se enraíza nas políticas públicas que aceitam e internalizam as pressões do grande capital, dos produtores de soja, para garantir privilégios, mesmo se sabendo que, comparativamente ao dendê e outras oleaginosas, é de baixo rendimento, mas é do seu processamento que se produz 80% do agrodiesel, tão defendido pelo capital como alternativa renovável e sustentável, ficando 15% para gordura animal e o restante para outros óleos (CARVALHO, 2008, p.1-2). (Eixo 1).

Em 2007, o Brasil produziu 843 milhões de litros de biodiesel e, para atender a determinação dos 3% a serem adicionados ao óleo diesel, a partir de julho de 2008, serão

²⁵³ Por meio das informações disponibilizadas para os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR)/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), é possível considerarmos esse recorte territorial, para fazermos aproximações e deduzirmos, então, que a estimativa de produção de feijão é 110% maior do que o anunciado em dezembro de 2007. O mesmo não acontece com os demais grãos, pois apresentam expectativa, no mesmo período (novembro de 2007 a março de 2008), de 30% de quebra. O feijão dispara dos demais cereais, por conta da situação atípica que o produto atravessa desde o segundo semestre de 2007, com sucessivas altas. Já a queda para os demais produtos deve-se ao aumento dos custos dos insumos e à ausência de apoio público condizente com a estrutura camponesa.

necessários que as 52 plantas processadoras produzam 1,2 bilhão de litros e, seguindo as expectativas anunciadas pela CONAB²⁵⁴, a produção deverá atingir 4,0 bilhões de litros até 2011, o que fortalecerá ainda mais a expansão da monocultura da soja.

Em decorrência, ao mesmo tempo em que o capital impõe mudanças na matriz energética dos países para prevalecer seus interesses econômicos, estratégicos, logísticos, o faz através de princípios excludentes, amplificando em demasia as desigualdades sociais, a concentração de riqueza, de terra, de renda e de poder. As variações de lugar para lugar, na adoção/sofisticação de formas regressivas, nas relações de trabalho, na subordinação de camponeses e médios produtores à sistemática oligopólica, evidenciam toda a indiferença do capital com o meio ambiente, por meio das práticas destrutivas e degradantes que, juntos, impactam profundamente nas formas de uso/exploração do território.

Dessa forma, não se trata de utilizar argumentos extemporâneos, já que a essência do problema não é a produção propriamente dita dos agrocombustíveis, ou em particular, do etanol, mas os expedientes, o formato e a estrutura da produção, e o conteúdo do projeto social lhe dá fundamento para estarem assentadas em grandes extensões de terra, na exploração do trabalho, e totalmente desatrelada de um programa nacional e sustentável de produção de alimentos, edificado nas unidades de produção familiar e enraizado nos referenciais da soberania alimentar dos povos.

Em meio a esse quadro é que temos que situar a performance da matriz energética, quer dizer, a destacada participação das fontes renováveis não pode ser entendida unilateralmente, muito menos ganhar ênfase, como no caso brasileiro, por representar percentual destacado das fontes renováveis. Esse procedimento, muito mais jornalístico e propagandístico, mascara a compreensão da equação social que lhe dá sustentação. O argumento de que o Brasil se destaca no quadro internacional, por utilizar 46,4% de energia renovável (energia hidráulica, 15,7%; produtos da cana-de-açúcar, 16,0%; lenha, 12,8% e outros), pouco explica sobre a estrutura social e econômica (concentração de terra, renda, capital), os procedimentos da dinâmica produtiva, as relações de trabalho, o respeito à biodiversidade etc.

Da mesma forma que a comparação pura e simples entre os percentuais não esclarece o que realmente significam os 53,6% das fontes não renováveis (petróleo 36,7%, gás natural 9,3%, carvão mineral 9,3%), enquanto que a média mundial é de 80% (petróleo, 33%; o carvão, 25%; e o gás, 21%). Ainda mais porque o país é autossuficiente em petróleo e é o maior produtor mundial de etanol, podendo alcançar 26,4 bilhões de litros na safra 2007/8, concentrados à base de 92% no Centro-Sul, e São Paulo representando 65% do total nacional. Desse total, aproximadamente 4,2 bilhões de litros deverão ser exportados, sendo que somente para os Estados Unidos serão 2,5 bilhões de litros, contra os 24,6 bilhões de litros produzidos através do milho por aquele país (Eixo 1.3).

É por isso que, quando se põe em questão a produção de agrocombustíveis, é necessário explicitar os desenhos da estrutura produtiva, as dinâmicas econômica, política e geográfica que lhe estão na base de sustentação e, conseqüentemente, o modelo de organização social correspondente.

²⁵⁴ Cf. CONAB, menu do agronegócio. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=115>> Acesso em: 26 abr. 2008.

Da mesma maneira que, num esforço de síntese, apostar estarmos diante da *biocivilização* talvez não garanta a defesa de que para resolver a crise alimentar é emergente que se resolva a crise social, ou seja, “colocar no centro do debate a questão social e discutir com que modelo se pretende produzir mais biocombustíveis e mais alimentos” nos faz mudar o foco do assunto, porque o modelo de sociedade que queremos construir ou que poderia resolver a questão da produção e do consumo de alimentos e dos agrocombustíveis, requer que foquemos o homem no centro do processo. Isto é, renunciarmos à dependência a *slogans* que pouco ou quase nada acrescentam, sobretudo quando o entusiasmo com as possibilidades técnicas divide opiniões em torno da “segunda geração dos biocombustíveis com o etanol dito celulósico [...] que irá aproveitar todos os resíduos vegetais e florestais através da celulose e de espécies arbóreas de crescimento rápido” (SACHS, 2008, p.1). Apesar de soar alguma chamada de atenção para a importância dos agrocombustíveis, o autor, como demonstra aglutinar interesse da intelectualidade, os entende apenas na delimitação do que já está consolidado e não aponta alternativas para outras opções de edificação da agricultura voltada para a produção de alimentos, principalmente nos países ditos de economia dependente e com expressiva parcela da população pobre ou empobrecida (Eixo 2.3..2).

De mais a mais, a problemática continua ausente, tanto nos pronunciamentos, quanto nas ações políticas dos governantes, são vários os aspectos centrais desse assunto, por exemplo: uma política de abastecimento capaz de beneficiar o conjunto da massa trabalhadora, de um planejamento agroecológico com prerrogativa para definir com correção os espaços produtivos adequados para os diferentes produtos agropecuários, e políticas públicas que priorizem financiamentos e subsídios para a produção e abastecimento interno para as populações pobres. Isso, sem falar no total esquecimento da questão agrária, no Brasil, da sua substituição pelas políticas de desenvolvimento (territorial) rural sustentável, ou da adoção de expedientes e de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar integrada aos esquemas integrados dominados pelo capital (agroindustrial, redes de distribuição, comercialização), em detrimento dos protagonistas que defendem a necessidade da reforma agrária, da afirmação do camponês enquanto sujeito capaz de produzir alimentos sãos, manter-se na terra e conciliar a unidade familiar com a construção de formas autônomas de produção (Eixo 2).

Desse modo, os elementos que gravitam, em nível internacional, para os setores dominantes, independentemente da escala (internacional, continental, regional), têm a ver com a preocupação mercadológica, a ser garantida, principal e não exclusivamente, pelos bons argumentos com tonalidades diplomáticas, com potencial de convencimento junto ao FMI, OMC.

A título de exemplo, podemos lembrar que a vigência das políticas do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC), da União Européia (UE), particularmente da sua Política Agrícola Comum (PAC) e, na América, da sua congênere norte-americana *Farm Bill* (ou *Fair Act*)²⁵⁵, está amplificando o ritmo da desagregação e o desmonte da produção e da estrutura familiar camponesa, em todo o planeta²⁵⁶ e, conseqüentemente, ampliando a quantidade de famintos (Eixo 2.3).

²⁵⁵ Federal Agricultural Improvement and Reform Act ou a política agrícola dos Estados Unidos da América.

²⁵⁶ Para mais detalhes sobre esse tema, ver Thomaz Júnior (2007a e 2007b).

Na prática, a *nova* metodologia de repasse de recursos públicos (e não propriamente para a produção agropecuária), vinculada às políticas agrícolas européia e norte-americana, está edificando as bases de um modelo que privilegia os grandes empresários rurais e desmonta/desmobiliza as pequenas unidades familiares camponesas. É importante ponderar que os consideráveis ganhos de produtividade da agricultura, que superaram em muitos casos a produtividade de outros setores da economia, repercutiram nos aumentos de produção e no rebaixamento dos preços agrícolas. Contudo, o papel desempenhado pelos grandes conglomerados transnacionais que se beneficiam das práticas monopolistas também influenciou diretamente na artificialização da diminuição dos preços dos produtos de origem agrícola. O caso europeu é extremamente elucidativo, pois essas ações da iniciativa privada foram potenciadas pelas prerrogativas da Política Agrícola Comum (PAC), que exerceu sobre as dinâmicas produtivas e de circulação/distribuição, com reflexos em todo o planeta, e amparada nos dispositivos do Regime de Pagamento Único (RPU) (Eixo 2.3).

Esse processo, por sua vez, não deve ser observado em separado das normativas da OMC e dos arranjos encenados pelos grandes conglomerados transnacionais do setor agro-químico-alimentar-financeiro, os quais dão as cartas e se aproveitam da estratégia de rebaixamento dos preços das matérias-primas de origem agrícola até 2006, da mesma forma que se beneficiam da conjuntura de elevação dos preços, que alcança patamares mais destacados a partir do final de 2007 e se intensifica em 2008²⁵⁷.

Tanto numa situação como noutra, os conglomerados transnacionais e os grandes proprietários de terra na Europa, se adequam aos esquemas em vigor, e tiram proveito dos apoios públicos previstos e garantidos pela PAC e, com base nisso, impõem formatos produtivos, com ênfase nos monocultivos, nos agrocombustíveis e do ponto de vista comercial, a UE se consolida na condição de maior importadora e exportadora de produtos agropecuários²⁵⁸ (Eixo 2.3.2).

Os analistas são contundentes a esse respeito, quando afirmam que os agrocombustíveis poderão produzir efeitos mais destrutivos sobre todos os quadrantes do planeta, particularmente sobre os preços dos alimentos básicos. Com isso, a permanência de alta dos preços do petróleo, a elevação da demanda mundial por produtos, a voracidade especulativa dos mercados futuros, a desvalorização do dólar diante das demais moedas, combinado com a diminuição dos estoques, com a produção de etanol nos USA, a partir do milho, e à superestimação da importância dos agrocombustíveis, enfim, todos esses fatores continuarão a puxar os preços dos alimentos para cima (Eixo 1.3.1).

Com isso, sobretudo, os setores da população mais vulneráveis estão confinados nos países que já são duramente atingidos por déficit alimentício e que são importadores natos de petróleo, exceção feita à Nigéria, Sudão e outros países africanos que, apesar de se enquadrarem na primeira parte da equação, são produtores e exportadores de petróleo (SENAUER apud CARVALHO, 2008, p.11).

²⁵⁷ A esse respeito, vide Gráfico 16, Parte II, Eixo 2.3.2, p. 392.

²⁵⁸ Vide Eixo 2.3.2, Gráfico 17, p. 398.

Daí, portanto, as preocupações dos estrategistas do sistema, chefes de Estado²⁵⁹ que estão mobilizando milhares de toneladas de alimentos para serem distribuídos, humanitariamente, diante das turbulências desse início de 2008, em várias partes do planeta, particularmente nos países que estão sendo mais duramente atingidos pelo desmonte do capital e onde os trabalhadores e os movimentos sociais são engrossados pelas legiões de famintos, que abrigam em seu interior desempregados, informalizados e precarizados de toda sorte, como já diagnosticado pela imprensa internacional.

Muito bem escudados nos principais veículos de formação de opinião (universo midiático), os setores hegemônicos e fiéis defensores do *status quo* tentam desfocar a atual crise, para fazer crer que a elevação dos preços dos alimentos não tem vinculação com ações especulativas. Tampouco deixam vaziar que o desabastecimento e incremento do atual patamar da fome no planeta têm qualquer vinculação com as iniciativas de produção dos combustíveis renováveis. Apenas publicizam essa iniciativa, sob o pretexto de contribuir com a diminuição do aquecimento global.

Sustentados pelo modelo de organização em grandes extensões de terras sob a regência da propriedade privada, os conglomerados transnacionais que também expropriam, subordinam e sujeitam a estrutura familiar/camponesa em todo o planeta, e por meio das mega-plantas de processamento agroindustrial controlam a produção/circulação de alimentos, também exercem controle sobre a produção de sementes reengenheiradas²⁶⁰ e transgênicas. O que se esquecem é de informar que, nesse quadro, há outros sujeitos, aspectos e processos que (re)definem a escala de dominação e a amplitude da destrutividade da crise atual. Antes, porém, é necessário reafirmar que a estrutura bifronte que garante o controle e o poder do capital na dinâmica dos espaços produtivos agropecuários, em nível mundial tem, de um lado, os desdobramentos da *commoditização*²⁶¹ da produção de alimentos e, portanto, toda a dimensão especulativa, e por outro, em decorrência do primeiro, a produção de alimentos continua sendo orientada somente com o objetivo mercadológico. Isto é, se serão ou não consumidos não é o que importa, pois a regência do valor de troca subordina a utilidade e o acesso aos alimentos aos reais interesses do metabolismo do capital.

Analogamente está toda a retórica que sustenta os interesses do capital em torno da produção dos transgênicos a baixo custo, o que poderia ser repassado aos consumidores, pois os investimentos em tecnologia e os ganhos de produtividade não estão voltados para aumentar a oferta de alimentos para sanar a fome no mundo. Basta lembrar que a capacidade produtiva e a produção propriamente dita de alimentos, particularmente cereais e carnes, têm aumentado ano a ano e o número de famintos cresce com maior intensidade, conforme têm demonstrado as informações

²⁵⁹ Como noticiado amplamente, durante as últimas semanas, os governos inglês e francês se mobilizaram para remover de seus estoques reguladores e dos armazéns dos grandes conglomerados centenas de milhares de toneladas de alimentos (grãos) para o Egito, Haiti, Filipinas. Os jornais pesquisados foram: *El País* (13/04/2008); *Le Monde Diplomatique* (12/04/2008); *Clarín* (13/04/2008); *Folha de S. Paulo* (meses de março e abril de 2008); *O Estado de S. Paulo* (meses de março e abril de 2008); *The New York Times* (11/04/2008); *The Independent* (15/04/2008).

²⁶⁰ A esse respeito, ver Thomaz Júnior (1994). Esse texto também foi publicado no **Boletim Fluminense de Geografia**, v.1, p.45-74, 1996.

²⁶¹ Cf. OLIVEIRA, 2008.

disponibilizadas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), ONU e Cruz Vermelha.

Há que se recolocar nos termos corretos o fato de que existe toda uma logística de produção que dá sustentação aos produtos transgênicos, que recobre todo o circuito produtivo agrícola, de bens de produção, o D_1 agrícola, os diferentes segmentos processadores, e extrapola para o setor financeiro/especulativo, razão pela qual sintetizarmos em conglomerado agro-químico-industrial-financeiro.

Quando se enfatizam os números desse processo, as culturas transgênicas ou os OGM's atingiram em todo o planeta 115 milhões de hectares, em 2007, ou um crescimento de 12% em relação a 2006 e de aproximadamente 70 vezes em relação à metade da década de 1990, quando ocupavam 1,7 milhão de ha., sendo que somente a soja representa quase 60% do total. Nessa equação, o Brasil ocupa a 3ª colocação no ranking, com aproximadamente 15 milhões de ha. (13%), antecedido pela Argentina, 20 milhões de ha. (17%), e liderados pelos EUA, com 60 milhões de ha., ou 50% do total (VENETTI, 2008, p.3). Em respeito à república platina, o *filântropo* George Soros, converteu-se “en el dueño de la pampa argentina, donde 50 por ciento de las tierras arables son prácticamente de monocultivo de la soya a expensas de otros granos” (JALIFE-RAHME, 2008, p.2).

Então, falta de alimentos e carestia se combinam, e tecem um quadro que se repete em todos os quadrantes do planeta²⁶², sobretudo na sua parcela mais empobrecida e periférica. No Brasil, o resultado da reorganização espacial é demarcatório das disputas territoriais entre os diferentes segmentos da burguesia, especializados nos principais ramos do agronegócio (soja, milho, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar e a pecuária de corte), capitaneados pela agrobiotecnologia, enquanto padrão de desenvolvimento agrícola, nessa viragem do século XXI, com nítida liderança da soja, eucalipto e do milho, vindo a cana-de-açúcar na quarta posição, ficando o arroz e o feijão em situação de inferioridade, com apenas 3,0 milhões de há, e 4,2 milhões de ha, respectivamente (Eixo 1.3.1).

Extraímos dessas reflexões, portanto, o entendimento de que talvez não sejam os famintos que farão a revolução - em contraponto às posições que tentam de toda forma restringir o raio de ação e a importância, especialmente, dos movimentos sociais camponeses, dos desempregados, dos sem terras -, mas não podemos esquecer que a distância que separa os proletários, ou mesmo os operários, dos desempregados, dos famintos, dos delinquentes é cada vez menor²⁶³. À retomada desse assunto, com as atenções voltadas para a realidade norte-americana, a título ilustrativo, na interpretação de Wacquant (2001), poderíamos pensar que o aumento da franja

²⁶² Recentemente, assistiu-se às manifestações, no Haiti, em que os trabalhadores e população em geral se rebelaram contra as elevadas taxas de inflação, os elevados preços dos alimentos, com as ações de rua e confronto com as forças da ONU, representadas pelo Exército brasileiro. Os Chefes de Estado europeus concordaram com a declaração do presidente daquele país, quando destacou que o que está se passando no Haiti também está ocorrendo em outros países; e, numa clara exatidão bonapartista, Lula declarou, depois de se fartar no jantar junto aos chefes de Estados dos países nórdicos, que os preços dos alimentos no Brasil estão elevados, porque é sinal de que o povo mais pobre está comendo mais. Se não bastasse a desfaçatez, seria melhor que o silêncio prevalecesse, pois todos sabemos que a carestia se deve ao controle e especulação conduzidos pelos grandes grupos do setor agroalimentar, e que a própria elevação dos preços é a primeira indicação de que os pobres vão comprar menos ainda.

²⁶³ A ONU divulgou informações, que foram disponibilizadas pela grande imprensa, no final de 2007, as quais indicavam a diminuição da idade de homens e mulheres que ingressam no rol dos trabalhadores que perdem sua inserção laboral e ingressam no rol dos famintos (*Folha de S. Paulo*, novembro de 2007).

social (desempregados, subempregados etc.) por conta dos rearranjos destrutivos do capital, tem sido *amenizado* com o aumento generalizado das populações carcerárias, mediante o uso crescente do sistema penal como instrumento de administração/controle da insegurança social. A criminalização da luta pela terra²⁶⁴ é talvez o exemplo mais marcante, no Brasil, da perseguição do Estado aos trabalhadores e aos movimentos sociais envolvidos nas lutas de resistência e que expressam elementos vivos da luta de classes, no século XXI.

Os desafios são ainda maiores, eximindo as impurezas do catastrofismo, porque os passos que centenas de milhares de trabalhadores vivenciam a cada ano, que os desterritorializa e os remete às diferentes experiências das inserções precarizadas no mercado de trabalho, a informalidade, o desemprego temporário e crônico, e às trincheiras da fome, não podem ser desprezados. Sem contar os que ficam, que não estão sendo capazes de detonar o processo de resistência, para deter esse massacre.

Decorre desse quadro nosso interesse em atrelar a discussão sobre o trabalho à classe trabalhadora, no mesmo ambiente da reforma agrária, da soberania alimentar, na perspectiva de classe. Disso surge uma reflexão, também central para nós, que está radicada nos significados *a priori* – não no sentido ontológico e objetivo – dos conceitos-chave que estamos abordando, o que nos remete à existência histórica e ao plano das lutas e dos enfrentamentos efetivamente travados e não ao que se espera que poderia ocorrer de forma restrita à seara sindical. Talvez algumas indagações sejam oportunas para o momento, como, por exemplo: com base na atual dinâmica do conflito, quem ameaça mais a hegemonia do capital? São os de dentro ou os de fora da classe trabalhadora?

7.1. Novos referenciais, *novos* desafios

Está claro que o capital quer garantir sob seu controle direto, não somente as relações de troca, mas toda a cadeia produtiva dos alimentos, a qual inclui a produção imediata, a distribuição, a circulação, o consumo e, em decorrência, as expressivas parcelas da classe trabalhadora, desde os campos até os diversos setores urbanos do processamento agroindustrial.

Se não bastasse, a burguesia e os setores dominantes, com o apoio do Estado, desqualificam, desprestigiam e destroem as iniciativas de autossustento e de produção das pequenas unidades familiares, da mesma sorte que o abastecimento e a comercialização em pequenas distâncias (ciclo curto), na dimensão comunitária ou na escala regional. Dessa forma, colocam em risco iminente o direito dos povos à alimentação de qualidade e ao acesso regular aos produtos com preços justos, que cubram os custos de produção e que coíbam a prática do *dumping*.

Estamos definindo, então, os parâmetros da soberania alimentar, tendo em vista a produção, a distribuição e o consumo de alimentos com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica: que sejam protegidos dos acordos comerciais, respeitados os aspectos culturais, os hábitos alimentares dos povos e o abastecimento dos mercados locais, de acordo com a demanda.

²⁶⁴ Cf. FERNANDES, 2003.

Entretanto, o que é imprescindível para o conjunto da sociedade e para os trabalhadores em particular, é objeto de controle de poucas empresas, que, ao seu sabor, decidem o perfil dos alimentos e redefinem hábitos alimentares aos moldes do *sabor único*, que conceituamos como *macdonaldização*²⁶⁵, impondo novos mecanismos para engrossar as fileiras dos famintos com a iminente destruição da estrutura produtiva familiar camponesa, em todo o planeta.

Todavia, isso se dá com mais intensidade nas periferias do sistema, alargando os 70% de pobres que vivem nos campos, à monta de 3,2 bilhões de pessoas, das quais somente 2% têm acesso às máquinas e implementos, enquanto a maioria, como já vimos (75%), 2,4 bilhões, lavra a terra com as próprias mãos. Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), por meio de estudos recentes²⁶⁶, sabe-se que há no mundo aproximadamente um bilhão de pessoas que são acometidas por desnutrição crônica, das quais 75% vivem na zona rural, dos quais 220 milhões estão na África sub-saariana.

O Banco Mundial (2008), também com base em estudos e projeções, tem divulgado que o espaço rural é o principal *locus* da pobreza, superando significativamente essa mazela encontrada nos espaços urbanos. Mesmo havendo certa distância entre a obtenção das informações, o período de análise (1993-2002) e sua divulgação (2008), é possível se correlacionar a intensidade da geografia da pobreza no mundo, nessa viragem do século XXI, por meio dos ganhos obtidos. Desse modo, quando se considera a faixa de ganho de até US\$1/dia, depreende-se que Ásia Meridional, África Sub-Saariana e América Latina, tanto no rural quanto no urbano, conhecem os maiores patamares da pobreza mundial no período indicado, com o agravante de estarem em ascensão. Nessa ordem, dos aproximadamente 390 milhões de pessoas em 1993 para 400 milhões em 2002, na Ásia Meridional, representam a dimensão da pobreza rural, enquanto para o tecido urbano, os números atingem aproximadamente 110 milhões em 1993 e 120 milhões em 2002.

É o caso de ponderarmos, considerando os principais pesquisadores e estudiosos sobre fome, desnutrição, pobreza, que o problema da fome não se deve exclusivamente à pouca disponibilidade de alimentos, mas ao elevado patamar de pobreza da população, que pode ser agravado por tantos outros elementos, tais como ausência de políticas públicas, dificuldade de acesso a financiamentos, preços mínimos, desertificação e salinização das terras, secas prolongadas, enchentes, concentração fundiária etc. A esse respeito, os indicadores mostram que, enquanto a população mundial em 1975 era de 3,7 bilhões de pessoas e em 2005 6,4 bilhões de pessoas, a produção agrícola, no mesmo período, foi respectivamente de 1,2 bilhões de toneladas e 2,2 bilhões de toneladas, a produtividade média saltou de 1,76 t/ha para 3,26 t/ha, sendo que ao mesmo tempo a área cultivada diminuiu, ou seja, de 695 milhões de hectares foi para 682 milhões de hectares²⁶⁷ e o número de famintos aumentou significativamente, como vimos.

A fome, definitivamente, está associada ao elevado patamar de pobreza da população, isto é, à renda, à capacidade de consumo. Hoffmann (1994), ao constatar esse processo no Brasil, advertiu, enfaticamente, que as políticas de combate à fome deveriam ter como referência o fortalecimento dos direitos dos pobres. O autor quer dizer que o problema da fome não é,

²⁶⁵ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2005.

²⁶⁶ Informações disponibilizadas no *site* e divulgadas amplamente nos meios midiáticos.

²⁶⁷ Cf. FAO, 2006.

primordialmente, uma questão de oferta, mas, essencialmente, de demanda, tendo em vista a enorme desigualdade existente e a consequente marginalização e pobreza de grande parte da população.

A atualidade desse tema reflete o modelo de produção que caracteriza o agronegócio. Fundado no desrespeito à biodiversidade, na destruição do meio ambiente, na deturpação dos preços, mediatizada pelos mecanismos especulativos e concentracionistas, na sabotagem das políticas de reforma agrária, o que se tem em consequência não somente a intensificação dos indicadores sociais abordados anteriormente, mas, simultaneamente, a desmobilização da sociedade, dos trabalhadores, dos movimentos sociais, como forma de eliminar os focos de resistência. É nessa órbita que inserimos a soberania alimentar, assim como a reforma agrária, como elementos centrais para a reflexão/construção de um projeto de sociedade emancipada do capital.

A soberania alimentar também tem, em sua definição, os desafios de viabilizar ações práticas para enfrentar a fome, a pobreza e a miséria, não na perspectiva da segurança alimentar que pressupõe, via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o *jogo* do mercado, mas para resolver a chaga da fome. Estamos, pois, diante da *insegurança alimentar* e dos pressupostos que fundam os alicerces das mazelas e endemias sociais, as quais atingem cada vez mais as populações desempregadas, desterradas, empobrecidas e famintas²⁶⁸. Assim, biodiversidade e soberania alimentar compõem-se em única articulação que também contém em seu interior a diversidade cultural²⁶⁹, portanto o modo de produzir, consumir são intrínsecos às opções do modelo de organização social. Fato é que todo esse emaranhado de situações reflete o processo geral de “desenvolvimento sóciometabólico” do capital, como afirma Mészáros (2002).

Em termos gerais, o significado que apontamos para a reforma agrária está afinado à tomada de posição, no interior da classe trabalhadora, o que vem se somar à soberania alimentar, apesar de não ser esse o roteiro predominante das instâncias de organização dos trabalhadores rurais e urbanos (sindicatos, cooperativas, associações e movimentos sociais).

É, então, na dimensão concreta da construção da autonomia da classe trabalhadora, que cabe a decisão do que produzir, onde, como, em que quantidade, com qual qualidade etc. Ou seja, a necessidade da alimentação requer que pensemos na produção e, desse modo, no esquema, na forma e na estrutura de produção, bem como nos objetivos e nos pressupostos para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, na qualidade dos produtos e no abastecimento de mercados consumidores próximos às áreas de produção. Estamos tratando de construções sociais, de alternativas de edificação de projeto de sociedade, de emancipação do trabalho e da classe trabalhadora.

Eis um expediente interessante para colocarmos em discussão – a soberania alimentar dos povos como uma bandeira de todos os trabalhadores e trabalhadoras, ou, em essência, uma questão de classe, pois os camponeses têm a ilusão de que devem produzir para o mercado

²⁶⁸ A esse respeito, acessar a entrevista concedida pelo técnico da ANVISA, Fernando Ferreira Carneiro, à Agência Brasil. Segundo ele, a realidade dos trabalhadores rurais é mais dramática para os boias-frias, numa escala de comparação com assentados, acampados e desempregados urbanos. Apesar de não abranger amostra com representatividade para a complexidade que o assunto recobre, em termos de Brasil, é possível fazermos algumas correlações. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/05/materia.2007-04-05.9727091258/view> Acesso em: 03 mar. 2008.

²⁶⁹ Cf. GUTERRES, 2006.

mundial, quando poderiam produzir para satisfazer suas próprias necessidades e abastecer os mercados locais.

Por sua vez, os demais trabalhadores acreditam que vivenciar um mundo globalizado requer a aceitação da prevalência da eficiência somente para aqueles que conseguem se manter no ambiente da concorrência e na amplitude dos grandes conglomerados, das grandes plantas de supermercados etc. Seria responsável, de nossa parte, adiantar o fato de que o mercado internacional existe em função dos excedentes e está controlado pelos grandes conglomerados empresariais, em detrimento da produção camponesa familiar.

Assim, mesmo admitindo que a luta pela terra e pela reforma agrária e a soberania alimentar não são entendidas como um fim em si mesmas, as ações desencadeadas nessa direção têm catalisado diversos segmentos da classe trabalhadora, sobretudo nos países latino-americanos e europeus, principalmente onde a Via Campesina tem atuado de forma mais contundente desde esse prisma. Mas, é importante assinalar que, no Brasil, esse assunto apenas dá os primeiros passos e se faz presente ainda de forma secundária, nas discussões e debates, no âmbito dos movimentos sociais e das atividades específicas dos trabalhadores.

Os resultados alcançados na Guatemala, Equador, Nicarágua, México e em alguns países europeus, como Espanha, Portugal, Itália e algumas regiões da França, têm demonstrado a amplitude que esse processo já começa a evidenciar nas reivindicações próprias do campesinato²⁷⁰. Ou seja, o somatório de forças e a *plasmagem* de interesses solidários fazem transparecer a garantia das terras de trabalho para os camponeses e de “um mundo rural vivo”, garantia de abastecimento de produtos sanos e vinculados a uma malha espacial de pequena abrangência ou de proximidade entre produção e consumo. Essas experiências deixam clara a força dos movimentos sociais, cujos enfrentamentos convergem para o eixo central do conflito social, de classe e, portanto, político-ideológico.

Ou, ainda, se nos distanciássemos de focá-las sob os referenciais da crítica construtiva, em que medida estaríamos compreendendo como se espacializam os movimentos sociais na conjuntura das lutas e nas disputas territoriais, ora pautadas em princípios táticos mais críticos, ora mais afeitas às negociações e acordos, ora mais independentes das políticas públicas e oficiais?

É o caso de recorrermos à conjuntura de 2005, 2006 e 2007, para ponderar a respeito da mobilização consciente das bases, em especial diante das idas e vindas do MST (*bate e assopra*)²⁷¹ e do quadro de alianças políticas que compõem o arco de sustentação do governo Lula, agravadas com as denúncias de corrupção dentro do governo e na cúpula dirigente do PT, *avassalando* amplos segmentos da “esquerda”, no Brasil.

²⁷⁰ Cf. VIA CAMPESINA, 2004.

²⁷¹ Estamos nos referindo à postura *flexível* do MST, diante das ações do governo Lula (aspectos diversos que não se resumem à temática da terra), que ora está mais próxima da defesa das postulações, ora se manifesta com ressalvas críticas, ora se posiciona contrariamente. Nada mais razoável de se esperar de um movimento social participativo; contudo, o que está em questão é a afinação orquestrada dessas mudanças de posturas, as quais, por sua vez, são diferenciadas para as instâncias e escalões do governo, a começar pelo próprio Presidente da República, que é poupado, enquanto alguns de seus ministros são alvos preferidos das críticas mais contundentes, especialmente no que se refere à política econômica, que privilegia o pagamento da dívida externa, em detrimento de políticas sociais capazes de atacar os problemas mais candentes da grande maioria dos trabalhadores, como emprego, moradia, transporte público etc.

Em outros termos, a política sistemática de reivindicação e o protesto, apesar de conterem valioso significado político para o conjunto dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra e para os demais, empolgam sobremaneira a burocracia dirigente dos movimentos sociais (fardo que não escapa ao MST), pois estabelecem um limite de relacionamento junto aos governos, que indica até um jeito de manter os fluxos de interesses.

Com isso, reforçamos a estimativa de que não devemos assumir *a priori* a avaliação defendida pelos dirigentes e lideranças dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária, sem antes correlacionar a dinâmica geográfica do tecido social do trabalho (ou suas mudanças constantes de significados e conteúdos espaciais e territoriais), os conteúdos políticos das principais bandeiras de luta e as contradições que regem esse processo, na sua totalidade.

Na última década, ao redor do *vazio* da reforma agrária, temos a consolidação de um modelo de gestão voltado ao atendimento dos interesses dos órgãos de fomento e gestão do grande capital (OMC, FMI, BM), que, de forma orquestrada, banalizam a reforma agrária, protagonizando a Reforma Agrária de Mercado²⁷². Esse modelo destrutivo das lutas de resistência, coleciona diversos contra-exemplos em vários países da América Latina, África, Ásia e o Brasil, em particular, desde o período FHC e agora reforçado com Lula, mediante o Crédito Fundiário, vivencia exemplos que negam a autonomia, o alcance social e o favorecimento da pequena unidade familiar/camponesa. A fixação das famílias na terra, associadas às políticas de apoio à produção e comercialização em circuitos restritos ao consumo em pequenas distâncias, é totalmente negligenciada pelas políticas oficiais.

As práticas e resultados obtidos pelo Banco Mundial e os Estados que se propõem consolidar suas estratégias de *concertação* de classe estão desmobilizando possíveis ações públicas favoráveis aos trabalhadores, mais especialmente os movimentos sociais que resistem e promovem ações para fazer avançar a luta, nesse particular, como também para chamar a atenção do conjunto da sociedade.



Temos notado as ações concretas por parte dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que nossa participação junto às atividades preparatórias e debates políticos sobre o tema nos tem adiantado o quanto esse assunto é reservado aos movimentos sociais. Quer dizer, resistir ao destrutivismo do Banco Mundial e seus asseclas não se resume a discursos e manifestações de boas intenções. O que se pensava de um governo eleito massivamente com o apoio popular e *virtualmente* vinculado, historicamente, à bandeira da reforma agrária, não se concretizou.

²⁷² Temos nos dedicado a esse assunto, e os resultados disponibilizados por Montenegro Gómez (2006), mediante a conclusão da sua Tese de Doutorado, nos remetem às vinculações do processo em andamento, no âmbito da questão da terra no Brasil, no governo Lula, entre os interesses de Estado e o grande capital; portanto, não somente ações que normalmente são minimizadas no conjunto das políticas de governo. Os estudos de Sauer (2003, 2006) e Pereira (2005a, 2005b, 2006) são muito importantes para vislumbrarmos não somente os desdobramentos internos e, particularmente, aos movimentos sociais, mas também a amplitude internacional e os impactos e desafios para as organizações sociais locais e regionais, que estão diretamente ligadas ao assunto, e a Via Campesina, que representa em seu arco de atuação 65 entidades de organização camponesas espalhadas por 70 países.

A isso se somam ineficiência, inoperância e convivência do Estado ao projeto de dominação do grande capital, em detrimento de um projeto de reforma agrária de interesse dos trabalhadores, e capaz de atacar o núcleo central do poder de classe, assentado na concentração da propriedade fundiária. Por sua vez, isso não se restringe aos proprietários de terra tradicionais, estendendo-se aos representantes de outras fatias da burguesia, as quais são igualmente grandes proprietários de terra, tais como os representantes da indústria (automobilística, processamento de minérios), banqueiros, proprietários de *shopping centers* e redes de supermercados etc.

Há, por outro lado, experiências que tentam ultrapassar as blindagens oficiais do sistema de troca e atuar diretamente entre produtores e círculos de consumidores, que têm obtido resultados elogiados na Europa, mas que não superam a estrutura desigual do mercado.

Assim, põe-se, de maneira articulada, a pensar um conjunto de procedimentos que garantam ganhos adequados para os povos produtores e, com base em formas de comercialização transparentes, que sejam capazes de garantir direitos aos consumidores, a fim de que possam controlar sua alimentação e nutrição, portanto com referências para além do que se convencionou chamar, na Europa, de *comércio justo*²⁷³.

O tom principal dos debates, na órbita das organizações de *comércio justo*, como pudemos acompanhar *in loco* e também por meio de publicações, é desenvolver políticas e ações para viabilizar a importação, a distribuição e a comercialização de produtos oriundos de organizações populares do sul (América Latina, África, Ásia), vinculadas às práticas agroecológicas, orgânicas e, em certos casos, com certificação.

Ainda que haja um salto de qualidade nessa relação em favor dos camponeses do sul ou dos produtores familiares camponeses, em contraposição ao esquema hegemonizado pela OMC, a outorga do selo de *comércio justo* está associada a uma série de critérios, como pagamento de salário digno, cumprimento da legislação trabalhista, respeito ao meio ambiente, erradicação do trabalho infantil e formas assemelhadas de escravidão, igualdade de gênero e outros, que estão, via de regra, atrelados à estrutura macroeconômica, às normativas legais e ao pagamento de taxas para a obtenção do registro.

Nota-se, além disso, o descolamento dos elementos estruturais dos objetivos do *comércio justo*, porque não atingem diretamente a questão da terra e que, de alguma maneira, implicam a discussão interna do campesinato europeu – também seriamente ameaçado pela fúria destrutiva do capital –, particularmente as denúncias dos privilégios presentes no comércio internacional de produtos agropecuários e agroindustrializados, em favor de poucas e grandes empresas transnacionais, que detêm expressivas extensões de terras e monopolizam as transações. Ou, então, mesmo que prevaleçam as transações diretas entre produtores e comerciantes, sobretudo nos casos em que existe a mediação de cooperativas, o que, aliás, pode proporcionar vantagens comparativas para os camponeses, não se tem a garantia da sustentabilidade dos camponeses em

²⁷³ Nos últimos anos, ganham eco as organizações que se juntam em torno das bandeiras do comércio justo, com as atenções voltadas para desenvolver políticas e ações, com o intuito de viabilizar a importação, distribuição e comercialização de produtos oriundos de organizações populares, principalmente camponesas, do sul (América Latina, África, Ásia). Ainda que haja um salto de qualidade nessa relação, em favor dos camponeses do sul, o descolamento entre os objetivos do comércio justo com a temática da terra, nos países do sul, especialmente a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar, não abona essa via de ação como fator importante para os trabalhadores.

suas terras. Isso porque o que lhes dá identidade social e geográfica é produzir para o autossustento, garantir a segurança da família e o abastecimento das comunidades vizinhas, assegurando-se de autonomia e de voz ativa para a construção do real significado da soberania alimentar.

O que aparentemente pode figurar como um salto qualitativo, a “obrigatoriedade” do cumprimento de determinadas prerrogativas, que, na Europa – quando as atenções estão voltadas para os países do sul – é denominada *passaporte social* ou *passaporte solidário*, na prática, está tudo ou quase tudo prescrito nas leis e normativas vigentes, no Brasil, tais como: Constituição Federal, Consolidação das Leis Trabalhistas. A prática usual do descumprimento, a prepotência e o sentimento de que tudo pode, garantem ao capital, em nosso país, historicamente, a longevidade e a proeza de acrescentar, todos os dias, mais atrocidades à já longa lista de desserviço, e de consolidar as efetivas demonstrações da *civilização da barbárie*²⁷⁴.

Por meio da compreensão que temos do processo social (geral) ou do metabolismo do capital, estamos repondo em cena a totalidade viva do trabalho e da classe trabalhadora, para pensarmos a reforma agrária e a soberania alimentar como dimensões importantes para um profundo repensar da luta de classes, no Brasil, e os horizontes que se abrem para a (re)construção da resistência e de novos cenários organizativos.

É nesse horizonte que pensamos que a reforma agrária e a soberania alimentar, assim como outras bandeiras de luta, podem catalisar ações em torno de suas pautas e reunir amplos setores da sociedade²⁷⁵, tal como estamos discutindo e implementando nas nossas pesquisas em curso (Vide Parte II).

Essa tomada de posição diante das mutações que abatem o trabalho está sendo construída com base nas pesquisas que estamos realizando. É muito cedo, ainda, para apresentarmos ideias conclusivas e finais sobre o formato de “leitura” da luta de classes que desenhamos, por meio da reforma agrária e da soberania alimentar.

No entanto, insistimos, é necessário ultrapassar os limites da divisão técnica do trabalho – fundamento, aliás, do histórico de dominação de classe do capital sobre o trabalho fragmentado em profissões, categorias sindicais, além dos significados disso tudo nos campos e nas cidades, das reivindicações previamente definidas – e, ainda, romper com as formulações teóricas engessadas e de *pouco alcance explicativo*²⁷⁶.

Até do ponto de vista simbólico isso tem significado especial para os trabalhadores, de maneira geral, mas em especial porque este poderá ser um flanco de onde emergirão discussões a respeito da plasticidade do trabalho. Ou seja, poderemos apreender as diferentes formas externalizadas do trabalho, a quais experiências os trabalhadores têm se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da informalização, da intensificação da precarização, do desemprego e da desposseção etc., a fim de focar a noção de pertencimento de classe, no interior das contradições sociais.

²⁷⁴ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2003a. É importante lembrar que centramos nossas atenções sobre essa formulação, ao longo da programação da VIII Jornada do Trabalho, realizada em outubro de 2007, em Presidente Prudente. Para mais detalhes, ver os textos publicados no Número Especial da *Revista Pegada*, v.8, n.2, 2007.

²⁷⁵ Esse assunto foi abordado em Thomaz Júnior (2007c).

²⁷⁶ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

Essa é uma nova janela que se abre para nós, pesquisadores, como maneira de efetivamente nos colocarmos presentes diante das contradições que perpassam o universo do trabalho, no Brasil, pretextando somar forças ao sentimento crítico anticapital. Em outras palavras, se não entendemos esse processo pelo viés da dialética existente entre negatividade/positividade e, por via de consequência, a potência emancipadora do trabalho, que, ao negar a sociedade do capital, se afirma enquanto ator-sujeito transformador, não nos será possível defender sua centralidade como pressuposto para a construção de uma sociedade anticapital.

Por conseguinte, se abstraímos do contexto em foco o conteúdo e as contradições da lógica metabólica do capital, as dimensões ocultas do processo em que as riquezas produzidas pelo trabalho aparecem como produto do capital e que, nessa relação, o trabalho concreto se transforma em trabalho abstrato (parte do trabalho coletivo, social), resta-nos propor avaliações parciais e desconectadas da totalidade.

No âmbito da crítica marxiana à economia política, notamos que, sob a vigência e mando do capital, o trabalho estranhado é, por consequência, (des)efetivação, (des)identidade, e (des)realização, especialmente nos últimos tempos, com a crescente e intensa mobilidade de formas de expressão e de sua plasticidade, vivenciadas pelo trabalhador ante os signos imperantes do século XXI. Contudo, é também fonte de criação de humanização, é superação/negação e sua própria emancipação, o que nos permite pensá-lo como revolucionário²⁷⁷ e como emancipador, de fato.

O que estamos colocando em discussão é a íntima relação existente entre a fragmentação do trabalho e a fragmentação da práxis teórica que se propõe formuladora e propositiva para a emancipação daquele, com respeito ao jugo do capital. Isto é, a linha de enfoque, que expressa nossa autocrítica, está direcionada para as limitações e os problemas concernentes às teorias formuladas no seio do marxismo libertário, voltado para a compreensão da classe trabalhadora, portanto não priorizamos as polêmicas e as divergências com as demais correntes teóricas.

7.2. Emergências teóricas...

Entendemos que não seria o caso de recuperarmos, aqui, todo o percurso da crítica da economia política empreendida por Marx, fundamentalmente em sua obra seminal *O Capital*, tampouco de ampliarmos os horizontes para autores que estão defendendo posicionamentos para fora do empreendimento de superação das amarras do capital.

Todavia, é imprescindível, para os nossos objetivos, enfatizarmos a engenhosa elaboração crítica de Marx sobre o movimento contraditório da acumulação de capital²⁷⁸ e as vinculações e desdobramentos para a organização dos trabalhadores e construção do socialismo.

²⁷⁷ Aqui demarcamos uma discordância com Kurz e o Grupo Krisis, em *Manifesto contra o trabalho* (1998), tendo em vista que o autor limita sua compreensão do trabalho somente enquanto desrealização.

²⁷⁸ Apesar de ter iniciado reflexões sobre o problema da acumulação do capital global, não conseguiu concluir esse texto, mas ficou para seus discípulos essa tarefa. Rosa Luxemburgo é portadora de formulações muito instigantes a esse respeito.

Entendê-lo, decifrá-lo e manter o diálogo frequente com os demais interlocutores e correntes marxistas que apostaram nas formulações marxianas, não como texto sagrado, é o caminho que estamos percorrendo para fundamentar a crítica radical ao capital. Agimos assim, contrariando aqueles que engessaram a riqueza do corpo teórico, negando-lhe a possibilidade de estabelecer trocas e interações com as novas inspirações advindas das realidades históricas dos embates de classe, promovendo, na prática, a *degeneração doutrinal*²⁷⁹.

Ao contrário do que a ideologia do progresso e do desenvolvimentismo e tantas outras afinadas aos preceitos do capital apregoam, em vez de uma relação produtiva entre sujeito-objeto, o metabolismo do capital submete tudo e todos à lógica destrutiva. Tem-se, portanto, uma massa cada vez maior e mais necessária de produtos e mercadorias que correspondem à necessidade da expansão desse capital produtivo, adicionada a uma crescente diminuição de postos de trabalho e do próprio trabalho, produtor de valor. Ao mesmo tempo em que o trabalho humano (e sua condição natural de geração de valores) é o fundamento da existência do capital, contraditoriamente, o próprio capital é poderoso instrumento de (des)realização do trabalho.

É nesse ambiente de intensa destrutividade que os trabalhadores vivenciam situações diversas e extremas de proletarização, sob ampla e diversa trama de relações formais e informais de trabalho. É por onde também se combinam diferentes formas laborativas e de remuneração (desvinculadas das nomenclaturas formais existentes), intercambiadas em curtos períodos de tempo (devido à elevada rotatividade), o que vai desdobrar em formatos também diferenciados de lutas de resistência, e de plataformas de luta e ações políticas.

Por outro lado, a abrangência destrutiva desse processo de extensão da lei do valor para o tecido social, outra consequência visível, porém não absolutizada, é a dissolução das comunidades e sociedades que produzem em conformidade com o valor de uso (concreto) ou ao autoconsumo, como é o caso do campesinato, indígenas, comunidades tribais, posseiros etc. Para alguns, a evidência desse processo seria a redenção do atraso²⁸⁰, porém, ao mesmo tempo em que esse processo se territorializa e se registra, contraditoriamente às ações de luta, de resistência, de dissolução, cooptação dos trabalhadores, tem-se também o incremento dessas formas de vida e de trabalho, por parte daqueles que são desmobilizados da *formalidade proletária* que vivenciavam nas cidades e nos campos, particularmente, no caso do Brasil, com as ocupações de terra, os assentamentos rurais. Como já apontamos anteriormente, e pudemos aprofundar na Parte II (Eixo 1) não se registra, tampouco, estamos diante de um processo geográfico de desurbanização, mas é importante que afirmemos que não dá para continuarmos imóveis diante desses processos que impactam dura e profundamente a classe trabalhadora, e que redefinem os significados do ser que trabalha e todo o movimento contraditório e destrutivo de redefinição profissional e de sua forma de pensar e agir coletivamente.

É claro que se refaz, cotidianamente, a plasticidade das diferentes formas de expressão do trabalho humano, e é nesse horizonte que entendemos se fazer necessário ampliar e alargar os significados, tanto de trabalho (como categoria marxiana) quanto da classe trabalhadora. (Esse assunto será retomado no item 7.3).

²⁷⁹ Cf. LUXEMBURGO, 1976.

²⁸⁰ Cf. HOBBSAWM, 2002.

Esse intento nos põe alertas e perseverantes, porque a resistência a qualquer incremento ou *atualização* na formulação original marxiana é muito marcante para alguns autores, predominando o sentimento de deformação da teoria.

Lessa (2005) delimita *resistência* a qualquer elemento novo nos pressupostos teóricos, quando nega a necessidade da ampliação do significado de trabalho e de classe trabalhadora, asseverando que o proletariado não se dissolveu nos trabalhadores, para se contrapor aos posicionamentos daqueles que protagonizam essa tese, particularmente quando argumentam que não há mais o antagonismo da época de Marx, entre proletariado e burguesia, mas sim uma contraposição mais global entre trabalho e capital²⁸¹.

A esse respeito, Bernardo (1997) pondera que o *desaparecimento da classe operária* corresponde a uma expansão sem precedentes da classe trabalhadora. Essa ideia é muito estimuladora para elaborarmos o caminho teórico que estamos trilhando, no entanto o que nos move não é apresentar uma proposta ou uma alternativa, pois isso nos escapa, mas sim apresentar questionamentos e dificuldades para se entender a dinâmica geográfica do trabalho, nesse início do século XXI.

É cada vez mais difícil afirmar e sustentar empírica e teoricamente que o proletariado é a única classe da sociedade burguesa que continua produzindo o conteúdo material da riqueza, através da transformação da natureza, com fins à reprodução social e, portanto, portadora exclusiva do significado da revolução. Se não bastasse, a crítica de Lessa (2005) à anulação do fundamento ontológico das classes sociais, motivado pela “ampliação” da categoria marxiana de trabalho, poderia fechar as portas definitivamente para qualquer enunciado que não estivesse prescrito nas teses originais.

Entretanto, sem que isso neutralize nossa posição em relação à emancipação da classe trabalhadora, em decorrência, não definiria se nosso apontamento está mais propenso à reforma em detrimento da revolução ou que estaríamos fundindo as duas vertentes.

Nesse sentido, ao se restringirem os problemas que conferem as diferentes realidades para os trabalhadores, em geral às determinações econômicas, se estará retirando importância das demais faces das formações sociais e que contemplam os aspectos psicológicos, culturais, simbólicos, étnicos, antropológicos, sociais, migratórios, religiosos etc.

É nessa urdidura que compreendemos as contradições e a síntese das múltiplas determinações da totalidade expressa no conceito de classe trabalhadora, sobre o qual intentamos refletir, com base nas diversas dimensões do contexto social do trabalho, com destaque, pois, para o papel da *experiência*, aos moldes da formulação de Thompson (1997), na compreensão das contradições do processo histórico.

O fato de o trabalho manual direto estar sendo substituído crescentemente pelo trabalho intelectual ou de maior componente intelectual está apontando que o universo do trabalho passa por redefinições e se complexifica.

²⁸¹ Em sua crítica, o autor inclui Ricardo Antunes, Dermeval Saviani, Antonio Negri, Maurício Lazzarato, autores com filiações distintas no âmbito do marxismo, mas que, em algum momento, atentaram para a necessidade de uma revisão crítica em relação ao tratamento da realidade social contemporânea.

É assim que observamos uma maior interação entre as atividades e os trabalhos produtivos que representam o processo de criação de mais-valia e da valorização do capital – e que, todavia, não se restringem às atividades industriais ou à espacialidade da fábrica – com as atividades e trabalhos improdutivos, que, em vários países, já expressam mais da metade da população ativa, como é o caso dos Estados Unidos, com 55,0%²⁸², e o Brasil, com taxa semelhante. Tal situação identifica o novo nexo entre atividades laborativas e de concepção, que marcam em essência o contexto da reestruturação produtiva do capital²⁸³.

Estes são, por consequência, os elementos centrais das mutações que redefinem constante e intensamente o trabalho e as formas de uso, organização e controle do território pelo capital, que, por sua vez, redimensionam o sentido e a amplitude dos conflitos sociais, da luta de classes e da fragmentação da práxis social do trabalho, no mundo contemporâneo.

A diminuição crescente e marcante do proletariado estável, especialmente nos países centrais do sistema, o aumento expressivo das formas assemelhadas de trabalho precário, bem como o aumento das formas imateriais de trabalho, com o avanço do complexo informacional para as plantas fabris, atividades de serviços e todos os setores laborativos, nos indicam que o valor do trabalho se metamorfoseia. Todavia, materializa sua existência na própria centralidade do trabalho abstrato, o qual, ao mesmo tempo, produz sua não centralidade, principalmente quando consideramos os altos índices de desemprego e a massa de excluídos do trabalho vivo. Isto é, temos que estar atentos para a dialética entre a centralidade do trabalho e o seu descentramento, como parte constitutiva do processo contraditório da sociedade do capital, ou seja, se nos valermos das aparências e dos posicionamentos eurocentristas, ou dos autores que focam a Europa como centro da realidade do trabalho, fugiremos da compreensão da ebulição contemporânea do universo do trabalho.

Mais ainda, se assim procedêssemos, nos escapariam à compreensão os rearranjos em marcha, em nível internacional, de todo o complexo que envolve a lavra humana, expressando-se por meio de diferentes relações (subordinação, dominação, sujeição, exploração) e as contradições reavivadas no âmbito da lei do valor, que a organiza e a regula.

Disso depreendemos que a classe trabalhadora se apresenta multifacética internamente, e diferenciada em frações e segmentos, o que dificulta ainda mais a constituição de uma consciência de classe para si. Isso se acentua ainda mais, quando, na teoria (no âmbito da elaboração), não se fundamentam os posicionamentos com base nos rearranjos em marcha e os vínculos dialéticos e contraditórios com o processo social mais geral.

A raiz desse processo está sediada nos rearranjos do metabolismo do capital em escala mundial, e seus efeitos se espalham para os campos e para as cidades. Os reordenamentos daí decorrentes, desde o final dos anos 1980, orientam novas linhas de expressão do conflito social, não se limitando ao formato clássico capital x trabalho, como entendido pelas correntes marxistas ortodoxas, porém envolvendo outras formas de configuração da dominação/controle de classe, que implicam novos procedimentos e olhares sobre as delimitações clássicas do que é trabalhar no

²⁸² Cf. GORZ, 2003.

²⁸³ Cf. ANTUNES, 2005b; ALVES, 2008a.

campo (assalariado, camponês, agregado) e do que é trabalhar na cidade (assalariados, por conta própria, informais), sob distintas relações sociais de produção e de trabalho.

As contradições do processo social que revelam a hegemonia das grandes corporações transnacionais, do capital financeiro, dos processos de concentração, de centralização de capitais, conseqüentemente, da globalização capitalista e das formas concretas de expressão da luta de classes, ocupam pesquisadores, estrategistas, trabalhadores, setores da burguesia e dos Estados nacionais, num intento virtuoso para a busca de soluções para a equação capitalista.

A esse respeito, a financeirização da economia trouxe como decorrência a intensificação da centralização do capital, viabilizada por um processo em via de mão dupla – nacional e internacional –, “que resulta de fusões e aquisições orquestradas pelos investidores financeiros e seus conselhos” (CHESNAIS, 1996, p.79). De mais a mais, os grupos industriais devem ser gerenciados consoantes os referenciais financeiros, satisfazendo os objetivos de rentabilidade de curto prazo dos gestores de fundos especulativos.

Além disso, se não levarmos em conta as diferentes formas de expressão do trabalho que ultrapassam as demarcações preconcebidas, seja nos campos, seja nas cidades, não nos será possível compreender os fenômenos que estão na base das mudanças da estrutura de classe, tampouco os *novos* enfrentamentos e desafios para a construção de referenciais anticapital, ou a espacialidade dos *novos* territórios em conflito.

Nesse sentido, se ficarmos presos às determinações do trabalho estranhado e dos códigos de leis que espelham a divisão técnica do trabalho, no plano organizativo/institucional, tal como a representação/organização sindical e os desdobramentos para as demais formas organizativas dos movimentos sociais, não estaremos acrescentando contribuições ao debate. Vale notar, nessa linha, que há uma pequenez teórica ao se definir que o movimento operário no Brasil é hoje composto, além dos setores tradicionais do proletariado urbano e rural, por frações subproletárias (diaristas, domiciliários, camelôs, autônomos, temporários), servindo também para os trabalhadores rurais (arrendatários, parceiros, camponeses pobres).

A questão que apresentamos não é de natureza semântica, mas sim teórico-conceitual, ideológica, política. Ou seja, o que se denomina como subproletário ou semiproletário, no contexto em que se atribuem as denominações que escapam da formulação clássica de proletário, contém quais elementos explicativos de agora? A realidade atual do trabalho pode ser entendida a partir desses referenciais?

Essa conceituação dificulta ainda mais a possibilidade de se repor, na seara da classe trabalhadora, as identidades de classe dos trabalhadores denominados subproletários. Se, na maior parte dos casos, tanto no Brasil, quanto em outros países, como diagnosticam as pesquisas²⁸⁴, eles estão envolvidos em geral nas lutas preponderantemente típicas dos camponeses, mas também, em menor número, dos proletários. Nesta condição, encontram-se fora das instâncias tradicionais de organização e de luta (os sindicatos, as centrais), ao vivenciarem suas identidades alteradas (fetichizadas), e quanto mais se repetem ao longo do tempo, maiores dificuldades têm para se reconhecerem no contexto societário. Mas, talvez o mais importante não seja definir *a priori* as

²⁸⁴ Cf. OTERO, 2004; ROSSET, 2006; MAZOYER, 2003; FERNANDES, 2007.

denominações e as nomenclaturas, mas apreendermos os papéis sociais assumidos no processo social de produção e a vitalidade da resistência do trabalho, tanto os proletários (operários típicos, improdutivos), quanto camponeses, informalizados, esses já atingidos mais intensamente pelo capital, e suas visões de futuro, ancoradas na superação do capitalismo.

Como já apontamos, tamanhas são as fissuras que gravitam nas avaliações teóricas de cientistas, dirigentes sindicais, políticos, que blindam a plasticidade existente entre as diferentes formas de realização laborativa do trabalho, restritas, pois, aos marcos da divisão técnica do trabalho e de todo o edifício regulatório dos códigos de leis e à categorização dos sindicatos e federações.

O que queremos enfatizar é que pouco ou quase nada nos possibilita ganhar em compreensão, diante desse cenário de intensa precarização, o qual atacou fortemente o núcleo central do operariado industrial, o apego às formulações teóricas que não dão conta de explicar a fluidez que ocorre no âmbito do trabalho e que redefine com intensidade e amplitude seus sentidos e significados, no tempo e no espaço do século XXI.



A busca de ajuda, diante das dificuldades postas, contempla a genialidade de Marx. Inicialmente, pode ser aportada para a sua observância ao excedente, quando conclui que este não se constitui no mercado, como resultado de operações contábeis, que, por tratar-se de troca de equivalentes, resultam em operações de soma zero, mas porque existe uma mercadoria especial, a força de trabalho, a qual, ao ser consumida, produz mais valor do que o valor que possui ou que traz em si. Isso lhe possibilitou fundamentar a teoria da exploração do trabalho (trabalhador), encimada, pois, na teoria do valor, visto que essa exploração é a essência mesma da extração de mais-valor, legitimando e impulsionando o movimento operário, sobretudo na Europa.

Diante desse quadro societário, achamos oportuno retomar algumas observações de Marx a respeito do conceito de classe social²⁸⁵, que sustentou sua “leitura” crítica da economia política e que tem guiado nossas reflexões²⁸⁶. Tendo como parâmetro de análise a Inglaterra da segunda metade do século XIX, Marx chama a atenção para o fato de, lá, onde o modo de produção se mostrava mais avançado, também não se patentear integral e pura a divisão da sociedade em classes, considerando a demarcação que propunha, amparada nos proprietários da força de trabalho, nos capitalistas e nos proprietários de terra. Ou seja, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra, que compunham as três classes da sociedade moderna fundadas no modo capitalista de produção, não expressavam a totalidade do processo, porque “as camadas médias e intermediárias obscurecem por toda parte as linhas divisórias, embora muito menos nas zonas rurais que nas urbanas” (MARX, 1982, p.101-102).

O fato é que lhe interessava demarcar a lei de desenvolvimento do modo capitalista de produção: a separação do trabalho dos meios de produção. Isto é, converter o trabalho em

²⁸⁵ O capítulo LII do livro 3, volume 6, de *O Capital*, mesmo inconcluso, oferece-nos pistas importantes para focarmos o assunto, de sorte que, para o que nos interessa no momento, buscamos em *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* os referenciais teóricos necessários para discutir o assunto. Todavia, procuramos nos orientar também a partir das observações apontadas por especialistas na obra de Marx e também para autores marxistas que desenvolveram suas próprias referências.

²⁸⁶ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2003b.

trabalho assalariado e os meios de produção em capital. Noutro plano, essa macrotendência observada por Marx delinea a propriedade fundiária como entidade autônoma e se dissocia do capital e do trabalho, adequando-a ao metabolismo do capital.

A “identidade das rendas e das fontes de rendas”, requeridas para caracterizar um grupo social ou classe, não prescreve o que foi atribuído para o campesinato: relacionamento e organização que apontam seus interesses de classe (MARX, 1982).

Esse é o eixo central em torno do qual capital e trabalho se conflitam, sendo por onde se assentou a luta de classes, no mundo, desde meados do século XIX; desse ponto, a classe operária industrial tem primazia no processo de luta social e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais, juntamente às ações do partido político e com a participação dos intelectuais orgânicos. Sem nos esquecermos que os movimentos e levantes revolucionários do século XX tiveram à frente a participação dos camponeses²⁸⁷, mas no âmbito do campo de forças e controle dos aparatos foram suprimidos e/ou subestimados/absorvidos.

Foram essas as fundamentações teóricas/políticas que referenciaram o movimento socialista, para definir sua estratégia delimitada à compreensão de que o capitalismo seria superado por uma luta de classes, a qual, por sua vez, eliminaria a exploração do trabalho ou a exploração de mais-valia.

Essa avaliação estava delimitada à estratégia que prescrevia que a superação do metabolismo do capital ocorreria nas sociedades capitalistas desenvolvidas e maduras, uma vez que, nestas, a relação de exploração do trabalho estaria mais generalizada e plenamente desenvolvida.

Tal quadro é reconhecido por Lênin (1982), em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1899, quando explica a convivência da nova agricultura capitalista e o velho sistema de pagamento em trabalho, ou da semi-servidão. Enfatizava que somente a expansão das relações capitalistas era portadora de desenvolvimento, sendo essa a via capaz de transformar o campo, mediante a industrialização/mecanização²⁸⁸. Para o autor, sob as condições de semi-servidão, a existência dos camponeses não somava para a construção do socialismo. Em decorrência, não se justificava o parcelamento e a concessão de terras aos camponeses, como defendia o Partido, pois eles estavam em vias de extinção, diante da intensificação das relações de produção capitalista e da mundialização da forma mercadoria.

Em momento posterior, na obra *La cuestión agrária*, baseando-se na importância do movimento camponês, na Revolução Russa de 1905, Lênin (1978) salienta a sobrevivência semifeudal na evolução do capitalismo russo, ao dizer que “os restos do regime servil no campo resultaram muito mais fortes do que se pensava; originaram um movimento nacional dos camponeses e fizeram deste movimento a pedra de toque de toda a revolução burguesa” (p.84).

Em 1884, na Europa, em pleno estágio pré-revolucionário, Engels (1981) defendia que ao camponês deveria ser reservado o papel de operário agrícola, porque dessa maneira poderia contribuir com a revolução, ou seja, somente assim, no interior do processo de coletivização das terras, ajudaria a edificar o socialismo.

²⁸⁷ Cf. WOLF, 1978; TAVARES DOS SANTOS, 1985.

²⁸⁸ Lênin avança mais sua avaliação, ressaltando que “a grande indústria mecanizada direciona para o campo o modo de vida urbano/fábrica, provocando uma revolução nas condições de vida das populações rurais” (LÊNIN, 1982, p.340).

O mesmo fez Kautsky (1986), travando longos debates, no interior da IIª Internacional, para argumentar que o parcelamento das terras impossibilitaria a emancipação dos camponeses, podendo-se, em contrapartida, apostar no sistema cooperativo como pressuposto para reunir o proprietário dos meios de produção e o trabalho, constituindo condição para superar o modo de organização e de produção camponesa, e construir o socialismo. Vislumbrava que a propriedade coletiva da terra era fundante para fazer valer a organização cooperativada e, com isso, a inserção mercadológica dos produtores poderia ser efetivada com base no profissionalismo do trabalho. Assim, estava prescrita a adoção de técnicas modernas, o aumento da produtividade do trabalho, a especialização da produção em determinados produtos, o rebaixamento dos custos de produção, enfim, todos ou quase todos os elementos essenciais ao empreendimento capitalista, em total observância à extinção da organização camponesa.

Embora haja polêmica em relação à compreensão das formulações marxo-engelsiana-kautskysta-leninistas em relação ao campesinato, particularmente quando se retomam as teses fundadas no processo de diferenciação do campesinato²⁸⁹, esse debate se frutifica com a participação de Chayanov (1974)²⁹⁰, apoiado na formulação original de Marx, a respeito da inevitabilidade da dissolução do campesinato. Vale destacar que, para Chayanov (1974), a diferenciação, longe de ser a possibilidade de descamponização, era, ao contrário, uma estratégia de manutenção da condição de camponês, diretamente relacionada à garantia da estrutura familiar e, portanto, indispensável à compreensão da sua permanência.

O desaparecimento do campesinato pela força homogeneizadora do capital não se efetivou, sobretudo, graças à resistência camponesa, inclusive como possibilidade de re-camponização (sem-terra), como parte contraditória do processo de produção do capital. Logo, a recriação do campesinato como uma relação não-capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista²⁹¹, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital, também contém sua negação. Isto é, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela terra de trabalho ou, no limite, a luta pela propriedade da terra, temos as evidências da luta anticapitalista.

E, ainda, a título de exemplo, podemos recordar o posicionamento contundente que nos oferece González de Molina (2000)²⁹², quando aborda a conjuntura camponesa, na Espanha, em finais dos anos 80 do século XIX, extraída das avaliações publicadas nos periódicos socialistas da época. Estas afirmavam serem desnecessários o trabalho de propaganda e a organização, uma vez que

[...] não havia salvação para a grande maioria dos atuais agricultores espanhóis porque era inevitável o cumprimento da concentração da propriedade da terra em poucas mãos, que por sua vez, proletarizará os pequenos proprietários e parceiros, sendo, então, motivo de alegria para o socialismo, pois apressará o momento do triunfo²⁹³. (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2000, p.15).

²⁸⁹ Cf. LÊNIN, 1982; ENGELS, 1981.

²⁹⁰ No livro *La organización de la unidad económica campesina*, podemos encontrar os marcos referenciais da crítica de Chayanov a Lênin e a Engels, mas especialmente a compreensão que esse autor tinha do papel do campesinato enquanto classe social capaz de ser revolucionária, sem apostar, no entanto, no processo implantado na Rússia quando da vigência das políticas econômicas do socialismo, as quais, em relação ao campo, refletiam a coletivização forçada.

²⁹¹ Esse assunto foi muito bem trabalhado em diversas obras de Martins (1979, 1981), sendo que se destaca como objeto de estudo na Geografia, para Oliveira (1991), que, ao eleger o universo camponês como foco de reflexão, apreende os mecanismos recriados pelo capital para reproduzir e controlar a estrutura familiar camponesa de produção.

²⁹² Referimo-nos à Introdução do referido livro.

²⁹³ Tradução nossa.

É com base nessa linha de raciocínio que o conceito de capitalismo burocrático²⁹⁴, com origem em Mao Tsé-Tung, que expressava a permanência do capitalismo atrasado, unido aos grandes proprietários de terra e à órbita hegemônica do imperialismo²⁹⁵, dos grandes capitais monopolistas e financeiros, ganha visibilidade nas décadas de 1950, ultrapassando, contudo, os vínculos explicativos que o autor havia fixado, para entender a realidade chinesa, estendendo-se ao restante do planeta. Ou seja, tendo como enunciado a situação dos países que não realizaram a revolução burguesa e saltaram para a era das revoluções proletárias, a solução para o problema camponês demandava muito mais cuidado.

Também encontramos, na literatura específica e contemporânea, interpretações que se filiaram a essas fundamentações e que se propõem generalizadoras da compreensão sobre a permanência do campesinato com as causas do atraso na agricultura. É o que nos apresenta Martín Martín (2004 e 2006), quando pondera que a permanência de um capitalismo burocrático, atado à semifeudalidade e dominado pelo imperialismo, tem como pano de fundo milhões de camponeses sem terra, conflitos pela posse da terra, fome, deterioração ambiental, estancamento da produção agrícola, acentuação da dependência alimentar.

É importante notar que o debate em torno da compreensão dos papéis do campesinato, na contemporaneidade, na sociedade brasileira, tanto em sua defesa quanto em sua negação, é polêmico e povoado de matizes ideológicos.

A presença do campesinato, notadamente pela sua resistência em não desaparecer, era o sinal de que o período transitório para a definitiva implantação do capitalismo no campo ainda não se havia implementado, sendo que, assim que se efetivasse, os camponeses desapareceriam (KAUTSKY, 1986).

O posicionamento fundante de que o modo capitalista de produção não permite a existência do campesinato parte do princípio segundo o qual a produção de mercadoria é a força totalizadora do “progresso” e do desenvolvimento das forças produtivas. Está subentendido que somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a construção e passagem para o socialismo. Isto é, depois da revolução burguesa, viria a revolução operária ou do operariado, e o triunfo do socialismo. Entretanto, a materialidade do processo social do início do século XX, sobretudo com a Revolução Russa, em 1917, e a Chinesa, nos anos 1940, golpeara essas previsões. O primeiro episódio revolucionário estimulou Lênin a formular a ideia da *origem externa* do socialismo em relação à classe, já que a ação do partido, enquanto vanguarda da classe operária, numa Rússia pré-industrial, não ocupava papel de destaque na formação social.

Para todos os efeitos, essa teorização do desenvolvimento do capitalismo na agricultura foi objeto de defesas encarniçadas no âmbito marxista e deveria convencer e projetar o processo de construção do capitalismo no campo, ou do modo tipicamente industrial de produzir, já que os camponeses não teriam competência para as grandes plantações, restando-lhes converterem-

²⁹⁴ Cf. MAO TSE-TUNG, 1974. Para mais detalhes consultar Martín Martín (2007).

²⁹⁵ O conceito de imperialismo advinha da formulação original de Lênin, em sua obra seminal *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1924, e expressava a concentração da produção e dos monopólios, o novo papel do capital financeiro, as exportações de capital, a repartição do mundo entre as associações de capitalistas e entre as grandes potências.

se em assalariados dessas mesmas e da indústria nascente, ou, ainda, reservava-se, para alguns, a chance de ingressar nas fileiras da *promissora* burguesia agrária.

O privilégio empenhado à classe operária está radicado no papel que ela ocupa no processo de produção e nas contradições sociais iminentes ao processo produtor de mercadorias. Pelo fato de os proletários estarem unidos entre si por relações múltiplas e de se contraporem aos interesses das outras classes, inclusive de forma hostil, esses, pois, são os atributos que lhes asseguram a liderança do processo revolucionário e de conscientização das demais classes trabalhadoras. Em síntese, a classe operária seria o agente principal de um novo devir histórico, por representar a negação de seu oponente básico: o capital, a burguesia.

Ao mesmo tempo, entendem ser politicamente correto incluir, na estratégia do proletariado industrial revolucionário, os semi-proletários (parceiros, arrendatários), condição garantida por não serem assalariados puros e, em decorrência, totalmente expropriados de seu produto; todavia, como cedem parte deste para o proprietário da terra, em produto, trabalho, dinheiro, pressupõe-se que aspirem à livre disposição da terra, o que só será possível com a revolução; e, no limite, porém com reservas, creditam aos camponeses pobres a condição de um aliado revolucionário.

Esses posicionamentos que atravessam os tempos e que reservam aos camponeses uma segunda ordem de importância, tendo em vista não lhes corresponder nenhum papel relevante, na luta de classes, estão baseados, pois, no fato de que não ocupam lugar central na produção do valor. Diferentemente dos operários, os camponeses não estão unidos entre si por relações múltiplas (o fato de serem proprietários da terra, igualmente, não lhes possibilita consciência crítica em relação à superação da propriedade privada) e das contingências políticas e históricas do passado, especialmente os séculos XVIII e XIX, na Europa (Inglaterra, França, Alemanha).

Para completar esse raciocínio, acrescentam que, nos países tipicamente capitalistas, a classe operária industrial/urbana revolucionária²⁹⁶ engloba sem restrições o operário agrícola das grandes empresas, mas evita a regressão do operário rural à condição de pequeno camponês. Essa desconfiguração social do campesinato enquanto classe também lhe valeu a qualificação de reacionários, como retratado no Manifesto do Partido Comunista, de 1848, e, com a mesma contundência, tendo por base as contingências históricas e políticas da França, em meio à revolução de fevereiro de 1848.

Defendia-se que não fazia sentido esperar que, na periferia do sistema, pudesse ser gestada uma formulação alternativa mais à frente do que nos países centrais. O apego do campesinato à propriedade privada da terra, assunto já abordado neste texto, aliás, tabu para o momento em que se implantava um modelo de organização de sociedade socialista, é o que chamava a atenção de Lênin, Engels e Kaustky, para a situação de atraso em relação ao empreendimento industrial.

²⁹⁶ Haveríamos de lembrar, necessariamente, outras obras que ainda ocupam importância no debate em torno da luta de classes, no âmbito marxista, dentre as quais se destacam: *O Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, de 1848; *A luta de classes na França*, de 1850, de Marx; *A Guerra Civil na França*, de 1871, onde Marx apresenta suas reflexões sobre a Comuna de Paris; *A guerra dos camponeses*, de 1850, de Engels; e, do mesmo autor, em 1852, *Revolução e contra-revolução na Alemanha* etc.

Até porque os resquícios do atraso eram dimensionados como semifeudalidade: portanto, o camponês seguia atado à terra, por múltiplos procedimentos extra-econômicos, e como fornecedor de mão-de-obra para os grandes proprietários rurais e para o setor industrial urbano (LÊNIN, 1982).

Essa avaliação estava delimitada à estratégia que prescrevia que a superação do metabolismo do capital ocorreria nas sociedades capitalistas desenvolvidas e maduras, tendo em conta que, nestas, a relação de exploração do trabalho estaria mais generalizada e plenamente desenvolvida.

Em síntese, a prática conflitiva dos camponeses, entendidos no plano da subalternidade em relação à classe operária, e conservadores por resistirem ao desaparecimento, teria que ser neutralizada ou aliada aos pressupostos do protagonismo da classe operária (urbana e rural).

Nessa mesma linha de argumentação, outro aspecto importante a levar em conta é que o reconhecimento da especificidade da organização da produção e da existência social estar associado à unidade familiar não implica a negação da diversidade de formas de existência camponesa a que estão submetidas, tampouco às diferentes formas de subordinação e sujeição a que podem estar vinculadas e, menos ainda, à multiplicidade de estratégias adotadas, as quais expressam as evidências da descamponização ou da desterritorialização e, em outros momentos, a recomponização ou a reterritorialização.

No caso brasileiro, diante da intensa mobilidade espacial e territorial dos trabalhadores e suas famílias, devido às especificidades históricas do embate de classes, como a predominância do sistema de posse precária da terra, o acesso à terra historicamente bloqueado, o seu modo de vida, muito mais do que a terra, são o patrimônio que tem sido transmitido²⁹⁷, diferentemente do camponês europeu, que tem histórico enraizamento territorial com a terra. Ou seja, o campesinato, no Brasil, fez da sua luta para entrar na terra, seu desejo de enraizamento²⁹⁸ territorial, o registro de sua diferenciação em relação ao campesinato de origem no feudalismo, portanto parcelar, do tipo europeu.

Disso resulta a condição de instabilidade estrutural e de insegurança em relação à posse da terra, o que leva o campesinato, em nosso país, à busca de novos territórios da luta pela terra que expressam a expansão espacial do conflito de classes, condição, pois, para sua reprodução social.

O que se tem não é a constituição de um campesinato homogêneo e enrijecido, nas concepções que dele se fazem, para defender e/ou negar este ou aquele aspecto, mas de identidades diversas que se constroem na luta social, tais como os assentados, produto da luta pela terra, no Brasil²⁹⁹, os quais, a partir de meados dos anos 1980, inauguram um novo capítulo na história do campesinato e da classe trabalhadora deste país; os povos da floresta; os posseiros; os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros; os

²⁹⁷ Cf. MARQUES, 2003.

²⁹⁸ No texto *Cultura e desenraizamento*, Bosi (1987) considera o enraizamento um direito humano vital, porém esquecido, de que decorre a constante busca daqueles que foram desenraizados (migrantes) pelo direito à raiz.

²⁹⁹ Cf. FERNANDES, 2000; LEITE; HEREDIA; MEDEIROS, 2004.

açaizeiros; os arrendatários não capitalistas; os cessionários; os quilombolas; os povos indígenas camponeizados etc.

Negar, desconsiderar ou omitir o conteúdo político das lutas travadas pelos movimentos sociais camponeses, no Brasil, em particular as ações que têm sido implementadas pelas agremiações filiadas ao arco da Via Campesina, é o mesmo que se fechar para as possibilidades potenciais de construção de novas realidades sociais. Ainda que não seja definidor das práticas ou da práxis política do MST, tampouco poderia expressar as pulsações dos demais movimentos e organizações dos trabalhadores, mas o primeiro compromisso da carta final do seu 5º Congresso, realizado em junho de 2007, é ilustrativo do que estamos arguindo: “Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro” (p.7-8)³⁰⁰. Apesar de o documento não indicar claramente o alcance final do objetivo estratégico, tampouco as condições ideais e consistência político-organizativa, está subentendido – e é o que se presencia na práxis do Movimento –, que a possibilidade emancipatória é o único caminho para a classe trabalhadora, o que também comparece em outro excerto: “Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo” (p.1)³⁰¹. Talvez, por isso, a reforma agrária compareça apenas no oitavo item, já no momento em que a condenação do trabalho escravo, superexploração, as denúncias contra os maus tratos, as perdas de direitos, as empresas que dominam o comércio mundial de sementes. Esse posicionamento foi ratificado durante o 13º Encontro Nacional do MST realizado, em janeiro de 2009, no Assentamento Novo Sarandi, Rio Grande do Sul, em comemoração dos 25 anos do Movimento.

É oportuno destacar, todavia, que a característica mais acentuada do campesinato, o seu apego à propriedade privada da terra, pode ser entendida, sobretudo, como um mecanismo concreto de defesa da sua reprodução social³⁰². Isto é, como um jeito de se garantir socialmente e não somente como atributo cultural que o vincula de maneira unilateral ao seu modo de vida (*modus vivendi*), em face dos embates que trava com os grandes proprietários de terra (latifundiários, capitalistas) e com o Estado, diante da frequente realidade da expropriação, da sujeição e da dominação. A condição da propriedade privada individual tem que ser superada, como produto das transformações sociais anticapital, para um estágio em que valha o princípio da propriedade social da terra, em que as famílias tenham acesso e direito de utilizá-la para sua sobrevivência, ou à base do usufruto, para viver e trabalhar, em benefício da sociedade, e não para efeito de comércio e especulação.

³⁰⁰ Documento Carta Final do 5º Congresso do MST. Brasília, 2007. Disponível em: www.mst.org.br

³⁰¹ Idem.

³⁰² Cf. BOVÉ, 2002.

7.2.1....Embates e debates

Vale notar que a polêmica em torno da importância da propriedade privada da terra para os camponeses, no Brasil, tem elevado as divergências aos sintomas mais superficiais do processo social e a envolver a luta de resistência e a transição ao socialismo. Quer dizer, o fato de a propriedade individual da terra ser entendida, em si mesma, como uma bandeira reformista ou uma prática burguesa, que *oxigena os pilares de sustentação do sistema*, as lutas camponesas são enquadradas nos limites do capitalismo, por conseguinte, uma fronteira ideológica para o socialismo³⁰³.

A esse respeito, é ilustrativo o posicionamento de Oliveira (2000), quando discute as contratendências, em andamento, no Brasil, no âmbito da esquerda, no início de 2000, e põe em cena o MST, para dizer que esse movimento lança, na prática, sua radicalidade, quando realiza a “fusão entre o operariado rural e os pequenos empresários despojados”. Mais ainda, “a radicalidade do MST é dada, um tanto paradoxalmente, pela sua ala de ‘proprietários’ com o programa da propriedade da terra de forma ampla” (OLIVEIRA, 2000, p.20).

É importante registrar que há uma confusão no tratamento desse assunto, visto que se colocam no mesmo plano os bens de uso pessoal/coletivo, dos quais, no caso, os camponeses desfrutam sozinhos ou com a família, e os meios necessários para o acionamento da máquina produtiva (terra, imóveis, fábricas, infra-estruturas etc.), oriundos da apropriação privada do todo ou de parte do trabalho social. Deve-se salientar, ainda, que um dos principais resultados da ampliação da desregulamentação e da privatização, postos em prática nos últimos vinte e cinco anos, é o aumento da esfera da propriedade privada.

Assim, uma *inocente* confusão pode camuflar o ordenamento da escalada da dominação de classe, tanto objetiva quanto ideologicamente, uma vez que a posse de uma habitação ou de um lote de terra, para o trabalho à base familiar e para sua reprodução social, não pode ser tratada no mesmo plano da propriedade privada dos meios de produção, produto da extração de trabalho não pago, ou dos frutos do trabalho de inúmeros proletários, ou outras formas de relação de trabalho consorciadas. Isso, então, deixa transparecer que o modo capitalista de propriedade sob a qual se materializa a dominação de classe da burguesia sobre o trabalho pode apresentar-se como a condição e fruto da liberdade pessoal (BIHR, 1998).

Depreende-se, por conseguinte, que a propriedade da terra, antes de tudo, é uma relação social: efetivamente, não tem um sentido somente mercadológico, mas pressupõe uma relação de complexo conteúdo contraditório, porque envolve, a um só tempo, trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação³⁰⁴.

Por essa lógica, é discutível o estigma atribuído ao campesinato, que assinala o vínculo entre a propriedade individual da terra e o trabalho familiar como elemento que o liga ao

³⁰³ Posicionamento que se faz presente nos ambientes acadêmicos e dos partidos progressistas. Esboçamos uma tentativa de fidelidade aos pontos de vista tomados como críticos e que, em alguns casos, chamam para si a consigna de radicais e filiados aos fundamentos originais de Marx. Bertero (2006), fiel aos referenciais leninistas e engelsianos, vai mais longe quando evoca o ímpeto da manutenção de um capitalismo de pequenos proprietários, “o que cria uma massa conservadora, adversária do progresso social e do socialismo científico e revolucionário” (BERTERO, 2006, p.171).

³⁰⁴ Cf. MARTINS, 1981, p. 169.

passado e, portanto, que deve ser negado, porque não contém os aspectos da modernidade e tampouco se pode aspirar a esse intento como alternativa à sociedade do capital. Está subjacente a essa avaliação a defesa da propriedade coletiva da terra, sendo, pois, condição para a consciência coletiva dos camponeses, nos moldes dos atributos existentes para os operários da indústria.

Nesse aspecto, pudemos conhecer, em detalhes, o caso dos trabalhadores que estão viabilizando a experiência do Sindicato de los Obreros del Campo (SOC)³⁰⁵, na Andaluzia (Espanha), mais especificamente no município de Marinaleda, na província de Sevilha³⁰⁶. Desde o final dos anos 1970, caracteriza-se pela ocupação de latifúndios improdutivos, luta pela terra e pela reforma agrária, sendo que o eixo de ação está direcionado para a organização cooperativada da produção agrária, vinculada à Cooperativa Humar-Marinaleda, que também abarca a produção/beneficiamento industrial, com base na propriedade pública e coletiva da terra. Somam-se a esses princípios a indivisibilidade da terra, sendo, pois, os elementos fundantes para o fortalecimento dos trabalhadores diante da “força impiedosa do mercado”³⁰⁷, em busca do socialismo.

Isso se situa muito próximo da tese fundamentada por Lênin e Engels, de que a propriedade coletiva da terra é a solução para a sobrevivência do campesinato no capitalismo, nesse caso, em particular, a condição camponesa é substituída pela situação do “operário” rural, já que a identidade da família, na terra, é pulverizada pelas demandas das melhores condições de trabalho, e de vida, na cidade, mas está entrecruzada por questões específicas da condição camponesa, tais como reforma agrária, acesso a terra, condições e requerimentos para produzir etc. (Eixo 2.3.1.).

Ainda no universo da organização política do SOC, têm-se as lutas específicas dos trabalhadores, sobretudo migrantes originários do Norte da África, vinculados à produção hortifrutícola nos *invernaderos* (estufas), localizados na Andaluzia, voltada prioritariamente para abastecer o mercado consumidor Norte Europeu. Constatamos que esse é um dos aspectos mais marcantes do quadro de extrema desigualdade social na Europa. Na verdade, trata-se da escorchante concentração da terra e de riquezas, que orchestra a pilhagem de milhares de trabalhadores que vivenciam estágios mais agudos de barbárie, em seus países de origem, no norte da África, e que são obrigados a migrarem e se submeterem aos mecanismos de superexploração e de formas assemelhadas de trabalho escravo (Eixo 2.3).

Entre duas realidades do trabalho aparentemente desconectadas, Espanha e Brasil, o que podemos notar é que as relações que fundam e dão protagonismo aos trabalhadores envolvidos nos *invernaderos*, evidenciam processos semelhantes que vimos estudando sobre o trabalho inserido na agroindústria canavieira no Brasil, pois nos tem mostrado que a migração além de evidenciar variados casos de desterritorialização do trabalho – produto ou não da expropriação dos camponeses – consagra a crescente fragilização das instâncias de organização política, tais como os sindicatos,

³⁰⁵ Martín Martín (2006), em “Los jornaleros hablan de la lucha por la tierra en el sur de la España del siglo XXI”, apresenta ideias interessantes sobre a experiência do SOC, na Andaluzia. Ver também González de Molina (2000), “La historia de Andalucía, A Debate I. Campesinos y Jornaleros”.

³⁰⁶ Pudemos acompanhar esse caso muito de perto, por conta da pesquisa de campo que realizamos como parte do Projeto de Pesquisa “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo e os Desafios para o Trabalho”, financiado pelo CNPq, em nível de Pós-Doutorado, no período de outubro de 2004 a setembro de 2005. Para mais detalhes, ver: Relatório de Pesquisa CNPq/Pós-Doutorado, “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo e os Desafios para o Trabalho”. Santiago de Compostela, 2005; Thomaz Júnior (2007c).

³⁰⁷ Depoimento de Juan Manuel Sanchez Gordillo, membro da direção da cooperativa, alcaide de Marinaleda e da direção do SOC e BIA.

as cooperativas, os movimentos sociais etc. É o mesmo que dizermos que a constante migração do trabalho para o capital também expressa as contradições e as fissuras do sistema social que edifica a constante reinserção dos trabalhadores nos processos produtivos no campo e na cidade e, conseqüentemente, a reorganização das formas de resistência dos trabalhadores. Será imprescindível novos estudos³⁰⁸ para dimensionar os expedientes utilizados tanto na estimulação do movimento migratório, quanto o aliciamento, formas de contratação, condições de trabalho e remuneração do trabalho. Essas relações são fundamentais na soldagem de todo o esquema de produção dos *invernaderos* (Eixo 2.3.1.).

São os caminhos diferentes e as experiências, as quais explicitam, que nos vão permitir refletir sobre a realidade, pela via do trabalho, em lugar de nos “escondermos” e nos protegermos por trás de afirmações desvinculadas da práxis política com que os trabalhadores e os movimentos sociais estão construindo e requalificando a Geografia do trabalho, no planeta.

É o entendimento das diferentes experiências de resistência, de organização e da plasticidade constantemente refeita que nos possibilitará conhecer o enraizamento e o sentido revolucionário do trabalho, e não as definições preconcebidas, forjadas e distantes da centralidade do conflito de classe e do processo social que lhe dá sustentação. Nossa tarefa é continuar a nos dedicarmos criticamente aos aprendizados acumulados pelo SOC, na Espanha, do MST e demais movimentos sociais, no Brasil, e no mundo (Exército Zapatista de Libertação Nacional, os exemplos dos trabalhadores na Bolívia, Equador, Guatemala, Filipinas, Colômbia, África do Sul e outros), bem como as ações dos trabalhadores urbanos, via organizações populares e sindicais, por melhores condições de vida e de trabalho, por emprego nas minas e áreas metropolitanas densamente povoadas, por moradia, comida etc., em todo o planeta.

Entretanto, como se depreende da própria dinâmica camponesa, a consciência coletiva, diferentemente, é construída no processo de enfrentamento com o capital, com o Estado e com os proprietários de terra, que têm na terra a possibilidade de extrair/cobrar de toda a sociedade renda da terra, ou de incorporar os pressupostos da renda capitalizada, o que, para o camponês, ao contrário, é a oportunidade de garantir socialmente e manter seu modo de vida, apesar de se valer, também, em determinadas circunstâncias e momentos, desses atributos. Contudo, é exatamente a compreensão desse processo que nos autoriza a travar a discussão sobre o componente de classe que esse assunto requer e não, portanto a nos manter apegados às pressuposições ou preconceitos, como vimos anteriormente.

Aqui não nos propomos valorar as consequências dessa teorização, apesar de ter sido muito importantes para o tema que abordamos. Basta recordar apenas que essa teoria do desenvolvimento do capitalismo no agro foi amplamente seguida no campo marxista e, para todos os efeitos, deveria valer para explicar a realidade, baseada no funcionamento processual tipicamente industrial/urbano do campo, sendo que, desta feita, os camponeses, em sua maioria, seriam

³⁰⁸ Essa questão foi objeto específico de investigação, por meio do Plano de Trabalho “Precarização/(Des)Territorialização do Trabalho e Dominação de Classe: As experiências dos Trabalhadores nos *Invernaderos* em Almeria”, desenvolvido no mês de fevereiro de 2009, junto à Província de Almeria (Andaluzia-Espanha), vinculado ao Projeto “Multifuncionalidad rural, pluriactividad campesina y desarrollo local. La experiencia europea y la potencialidad de Brasil”, que conta com o apoio da CAPES/Programa Hispano-Brasileño de Cooperación Interuniversitaria.

incapazes de competir com a grande exploração, restando-lhes converterem-se em assalariados desta e da indústria, de modo que, para alguns, restaria a oportunidade de se aproveitarem de vantagens comparativas e assim se incorporariam à burguesia agrária.

No interior dessa diferenciação, propagou-se, então, a tese de que o cenário social no campo se reduzia, assim como para a indústria, à burguesia agrária, como fração da classe burguesa, e o proletariado agrícola, parte integrante da classe operária.

No Brasil, o comparecimento desse assunto, no ambiente acadêmico, a partir dos 1950, tem como alvo prioritário o projeto de desenvolvimento e de política industrial, onde o conceito de camponês aparece marginalmente no cenário intelectual e político, por conta das Ligas Camponesas.

Nos anos 1960, a intelectualidade de esquerda estava envolvida com os rumos das lutas pela transformação social, sendo que as críticas mais contundentes foram dirigidas à manutenção do latifúndio, que significava o atraso do desenvolvimento econômico e social do país, tendo em vista representar os resquícios feudais, semifeudais e coloniais, que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e do aumento da produtividade do trabalho (SODRÉ, 1976)³⁰⁹. Conjuntamente, a ideia de camponês presente nesse cenário era a transposição do camponês feudal da Idade Média, distanciado das relações capitalistas, conquanto que, em nosso país, fora criado no interior da sociedade capitalista, no decorrer da estagnação da produção escravista.

É por esse viés que se vinculam ao debate as ideias de Alberto Passos Guimarães, sobretudo com os clássicos *Quatro séculos de latifúndio* (1989) e *A Crise agrária* (1979). A compreensão de que a rigidez do sistema latifundiário brasileiro se opunha obstinadamente às mudanças capazes de abalar sua continuidade era vinculada ao fato de que a revolução técnica, na agricultura, chegou demasiadamente tarde, e ainda é incompleta e parcial, firmando-se apenas em alguns setores e produtos determinados, referindo-se à cana-de-açúcar, na zona da mata pernambucana e alagoana e na área canavieira de Campinas e Ribeirão Preto, em São Paulo.

Com base nessa “leitura”, apresenta a formulação, que marcou identidade para os pesquisadores e estudiosos do temário agrário das décadas seguintes, do caráter conservador da *modernização* da agricultura no Brasil ou, sinteticamente, da “modernização conservadora”³¹⁰, verificada nos anos 1960.

No entanto, no outro pólo do debate, apresentava-se Caio Prado Júnior, que, em 1966, com *A Revolução Brasileira*, defendia ser um equívoco aceitar a existência de relações feudais na sociedade brasileira. O direcionamento da crítica de Prado Júnior, igualmente expresso em outras obras, como em *A Crise agrária* (1979) e em diversos artigos publicados na *Revista Brasiliense*, de forma pertinente, confronta com a compreensão de que a história universal é uma sucessão ordenada

³⁰⁹ O que estava presente nas reflexões de Sodré era o fato de que se fazia necessário transpor a etapa latifundista e anti-imperialista da revolução brasileira, o que o vinculava às formulações da II Internacional, mais propriamente às teses defendidas por Kautsky e Lênin.

³¹⁰ O contraponto a essa formulação era o desenvolvimento econômico do país, que exigia, para seu pleno florescimento, um projeto que removesse os resquícios semifeudais, latifundistas e neocoloniais, amparado numa política de Reforma Agrária que viabilizasse o mercado interno.

dos modos de produção, ou dos “estágios sucessivos”, endossada, pois, na interpretação da inexistência de relações feudais no Brasil.

Em termos práticos, Prado Júnior (1979) não negava a existência dos camponeses na agropecuária brasileira; todavia, tratava-se de um “setor residual da nossa economia”, segundo afirmava.

Os principais desdobramentos dessas formulações, que marcaram intensamente os debates políticos internos aos setores da esquerda, no país, especialmente no âmbito do Partido Comunista, desde a segunda metade dos anos 1960, e que ainda estão presentes, conduz ao fato de que, como no Brasil não se vivenciou o feudalismo ou formas híbridas semifeudais, o camponês não existe e nunca existiu.

De essência risível, está-se diante de uma clara simplificação ou mutilação das reflexões de Prado Júnior, e de toda a fundamentação dos próprios clássicos do marxismo, a começar pelo próprio Marx. Simplificação ainda maior, quanto mais essas questões sejam abordadas e descontextualizadas do movimento contraditório que redefine os sentidos polissêmicos do trabalho, em cada tempo e lugar, tendo em vista as *necessárias* alianças políticas para a gestão do Estado, radicadas no reformismo anacrônico do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de setores do sindicalismo, sob sua influência ideológica.

Essas marcas, que expressam, à primeira vista, desconhecimento, ingenuidade ou miopia intelectual e política, aferram-se a essa maneira de pensar, tamanho o desenraizamento do processo histórico, e não nos têm permitido avançar teoricamente, quiçá no exercício da práxis das pesquisas.

Em outro momento do debate teórico, no contexto brasileiro, no final dos anos 1970, e que ainda hoje influencia sensivelmente as reflexões sobre o campesinato, mas seguindo os referenciais que indicavam seu fim, refletiam as teses defendidas por Lênin (1982), que, sob a “leitura” de José Graziano da Silva (1982), indicavam que, com a industrialização e a modernização da agricultura, o campesinato estava fadado à extinção e, em seu lugar, se teriam trabalhadores assalariados e capitalistas, no campo. O conceito de pequena produção ganhou visibilidade e substitui o de camponês, porque representava, no plano teórico, segundo seus seguidores, a realidade do campo imerso às políticas “modernizantes”, fortemente subvencionadas pelo Estado. *O campo ao se modernizar não carecia (carece) de reforma agrária, pois as condições essenciais para o desenvolvimento estavam (estão) dadas.* Passados mais de meio século e essa formulação se mantém viva nos cânones acadêmicos, nos sindicatos, nos partidos, nos veículos midiáticos etc.

7.3. Mudar para manter...

Num passe de mágica, eis a *metamorfose*³¹¹, que transforma camponês em agricultor familiar, ou seja, o que era tido como modo de vida converte-se em profissão, numa forma de trabalho, sendo que, para fugir daquela *injuriosa* classificação, lhe resta a integração ao mercado (podendo expressar-se em diferentes escalas e intensidades), completo de preferência, integrado plenamente à subordinação do capital e à impessoalização do mundo moderno deste.

Desse ambiente de (re)definições e tensionamentos teórico-políticos, estamos tentando identificar o rompimento e as fronteiras/ideologizações que se erguem/defendem/constroem para desconsiderar os camponeses trabalhadores, ou atores sociais que compõem o universo do trabalho, em detrimento de serem profissionais³¹², sem desconsiderarmos as controvérsias e disputas, que apontamos acima e que convergem para a definição dos marcos da agricultura familiar, que, portanto, não seria mais camponesa.

Com base nas formulações de Abramovay (1992), o camponês é considerado um profissional, quando inserido em relações de produção modernizadas e na adoção e manuseio de técnicas de produção que o vinculam ao mercado (a “fisionomia impessoal” do mercado contamina todos os produtores), e que, por conseguinte, o identifica com o desenho predefinido da agricultura familiar, numa clara metamorfose desse ator social: “aquilo que era antes de tudo um modo de vida transforma-se em profissão” (ABRAMOVAY, 1992, p.126). Já os camponeses propriamente ditos não fazem parte desse cenário e estão, quando muito, integrados parcialmente aos mercados incompletos, porque mais arraigados à subsistência, dispondo apenas da identidade de um modo de vida e não de um modelo de organização produtiva para a agricultura moderna. Esse posicionamento encontra mais contundência em Lamarche (1993), que expõe à exaustão a separação entre camponês e agricultor familiar, enfatizando, pois, o caráter residual e atrasado daquele em consonância à prosperidade e atualidade deste, que se mantém afinado ao funcionamento da dinâmica produtiva.

A estreiteza dessa compreensão, em particular com referência à perda da identidade camponesa pela adoção de tecnologia, tem, em Tedesco (1999), o argumento de que o modo de vida camponês, as sociabilidades construídas historicamente não foram substituídas por comportamentos motivados/influenciados pela inserção no mercado, até porque os camponeses não são avessos às tecnologias ou às mudanças da base técnica.

As polêmicas e questionamentos oferecidos por Fernandes (2007) apontam as fragilidades e o endereçamento político das proposituras e formulações presentes em Abramovay (1992), e recuperam os principais aspectos que motivam esse autor a expor suas divergências com Lênin e Kautsky, que também prescreviam o fim do campesinato. Se, para estes, a diferenciação

³¹¹ Cf. ABRAMOVAY, 1992.

³¹² No Brasil, esse posicionamento é mais dissimulado e comparece de forma sutil nas avaliações dos camponeses, fato que não ocorre com tanta frequência, no âmbito dos assentamentos oriundos da luta pela terra, o que, de certa forma, pode indicar certa sintonia com o que encontramos também junto aos dirigentes sindicais e os próprios camponeses, na Espanha e em Portugal, com base nos depoimentos e entrevistas com dirigentes sindicais, e França, Inglaterra e Alemanha, em informações indiretas, secundárias e documentais.

interna, a sujeição e a proletarização do campesinato, como já vimos, seriam respostas ao processo de transformação da sociedade capitalista em socialista, para Abramovay, o desenvolvimento das relações sociais capitalistas no campo e do modo de produção de maneira geral, tomando como parâmetro as diferentes realidades dos países ricos, mediante a consolidação das estruturas nacionais de mercado, “o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo por sua incompatibilidade com esses ambientes econômicos onde se realizam relações mercantis” (FERNANDES, 2007, p.7)³¹³.

A profundidade dos argumentos expressa, com clareza, a opção teórica que Fernandes (2004) adotou para defender, no momento das suas elaborações (meados da década atual), a conformação do debate em torno da contraposição entre agricultura familiar e agricultura camponesa. Para tanto, ampara toda a argumentação respectivamente aos paradigmas do capitalismo agrário, tendo como expoente Abramovay (1992) e as principais referências teóricas utilizadas pelo autor, com destaque para Lamarche (1993), e o paradigma da questão agrária, protagonizado por ele mesmo.

Então como utilizar esses conceitos? Como diferenciar um agricultor familiar periférico de um camponês viabilizado? Ou um agricultor familiar consolidado de um camponês empobrecido? Não poderia ser somente pela renda de cada um deles. Nem tampouco pelo acesso e uso de determinadas técnicas; de integração parcial ou plena aos mercados; de diferentes relações sociais personificadas ou impessoais pelos diferentes níveis de subordinação e de resistência; do uso dos termos moderno e atrasado; etc. Mas, principalmente, pela opção em adotar um determinado paradigma. É importante deixar claro que os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário são diferentes modelos de análise do desenvolvimento da agricultura. É neste quadro teórico político que se concebe a diferenciação e a metamorfose. (LAMARCHE, 1993, p.10).

Estamos perante uma polarização que inspira atenção, pois, o camponês, assim como qualquer outra forma de expressão laborativa, incorporada às identidades do trabalho, como o operário (metalúrgico), esvaziado de conteúdo e sentido de classe, em referência às estruturas de dominação do capital e da hegemonia burguesa, não oferece precisão à nossa “leitura” de sociedade, ao nosso discurso. Confunde os próprios trabalhadores e subverte as contradições do processo social, atribuindo-lhes apenas significados aparentes. Isto é, não estaríamos, de fato, marcando uma diferença teórico-política e sugerindo elucidações e esclarecimentos, se, *a priori*, utilizarmos essa ou aquela denominação (seja agricultor familiar seja camponês), sem que estejam acompanhadas do conteúdo do processo social, dos tensionamentos que pulsam as contradições das lutas, da hegemonia burguesa e do capital (em todas as suas extensões), e, conseqüentemente, dos verdadeiros objetivos de classe, até porque “a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas”.³¹⁴

De todo modo, seja em qual campo esteja, se entendido como camponês ou como agricultor familiar, a ideologização do enquadramento do profissional agricultor familiar amplifica a fetichização do conteúdo da lavra desse ator social com a terra, retirando-lhe os qualificativos sociais

³¹³ Utilizamos a versão final desse texto, porque não dispomos do exemplar do livro no qual foi publicado – *Luta pela terra, Reforma Agrária e gestão de conflitos no Brasil* –, organizado por Antônio Márcio Buainain (Campinas: Editora da Unicamp, 2008).

³¹⁴ Cf. LAMARCHE, 1993, p.16.

diferenciadores, tais como a luta da resistência, o componente da estrutura familiar/camponesa e, especialmente, a luta anticapital³¹⁵.

Queremos afirmar que, seja qual for a formulação que se assuma, é necessário ampará-la teórico-conceitualmente, para não ficarmos apostando num mero jogo de palavras, escapando-nos a compreensão de que tais terminologias carregam em termos de ações oriundas do Estado, dos setores hegemônicos do agronegócio e formadores de opinião, espraiando-se e revigorando-se no âmbito dos trabalhadores, dos sindicatos, das centrais sindicais, dos movimentos sociais.

Assim, os fundamentos da Política Agrária do governo brasileiro, ao longo dos últimos dez anos, estão diretamente associados aos pressupostos dos grandes conglomerados transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros, ao mercado externo ou das exportações, em detrimento de alternativas factíveis para fortalecerem o mercado interno, a fixação dos trabalhadores e suas famílias, na terra, assim como a priorização da produção familiar camponesa.

Dessa forma, estaríamos assumindo uma falsa questão como elemento central para ser discutido no interior da classe trabalhadora, pois quem controla a situação e defende as prerrogativas e pressupostos das classes dominantes exerce a hegemonia sobre ambas as situações (seja agricultor familiar seja camponês), seja num outro nível de atividades voltadas para o mercado externo, seja para o mercado interno... Quer dizer, diante de um aparente quadro dual (camponês – agricultor familiar), o controle seria exercido sobre a situação e a oposição, a depender da conjuntura e do conteúdo das alianças políticas³¹⁶, o que, em termos práticos, não nos possibilita compreender a extensão e o conteúdo das contradições, no seio da classe trabalhadora, mas apenas adotar expressões/conceitos que representam fragmentações forjadas e alimentadas com interesses que contradizem os interesses dos trabalhadores.

Entendemos, portanto, que nenhum modelo pode substituir o que deveria ser a verdadeira formação de classe, em determinado momento histórico: o movimento das contradições, os projetos políticos em questão etc. Do mesmo modo, esses questionamentos nos põem a pensar nas possíveis insuficiências do conceito de classe operária, especialmente se deixarmos de levar em conta o que está ocorrendo com o trabalho de maneira geral, mediante as ações simultâneas e conjugadas da precarização, (des)realização, heterogeneização e fragmentação. E para retomar uma reflexão amparada em Thompson (1987), indicada na Introdução, se do ponto de vista estrutural, eu olho para as relações de produção e consigo definir operários e/trabalhadores em geral, todavia isso não define uma classe social. Mais ainda, a compreensão de classe é a consciência que emerge da luta de classes. Por isso, nenhuma experiência de uma classe (operária) pode ser considerada mais verdadeira do que outra (THOMPSON, 1987). Tampouco nesse universo teórico de Thompson,

³¹⁵ É por esse referencial que guiamos nossas pesquisas e reflexões, ou seja, considerando a complexidade das relações sociais que expressam nada mais do que o conteúdo plural das formas de externalização do trabalho, as contradições e seus processos históricos, no interior da dinâmica geográfica da luta de classes e dos conflitos sociais, isto é, suas territorialidades, escalas espaciais e significados específicos nos lugares.

³¹⁶ Para ilustrar esse cenário, poderíamos nos remeter à falsa polarização entre PSDB e PT, no Brasil, neste início do século XXI, já que, sem nenhuma suspeita, sob a batuta de qualquer uma dessas legendas, o capital e a burguesia continuariam expressando sua hegemonia sobre todo o tecido social, o mesmo se passando, num paralelismo histórico, com a coexistência no poder, nos EUA, dos Partidos Democrata e Republicano.

voltado à classe trabalhadora, poderíamos desprezar a questão da dominação e a dinâmica da luta de classes ou, ainda, as faces geográficas desse processo.

As pesquisas é que nos vão permitir amplificar, aprofundar, aclarar e qualificar a crítica aos pressupostos já consolidados nessas alternativas explicativas, as quais não têm oferecido eficiência e potência, para nos ajudar a compreender o mundo real dos nossos tempos. A fragilidade dessa atribuição/definição não resistiria às primeiras instabilizações provocadas por qualquer tropeço da política econômica do governo, ou *vendaval* externo, e que repercutisse diretamente na inflação, na saúde da economia e na taxa de juros.

A esperada despolitização da questão agrária com a substituição do enunciado conceitual de camponês para pequeno produtor, tendo em vista que a centralidade da dimensão do trabalho se resolveria via mercado (capacidade de adotar o pacote tecnológico e de absorver os subsídios públicos e políticas creditícias), a utilização combinada e, por certo, desenraizada das motivações originais, produziu tensionamentos e muita confusão no debate teórico. De fato, se, na origem, a substituição do conceito de camponês para pequeno produtor não significava somente uma mera substituição, mas um conjunto de entendimentos que propugnavam outros referenciais de compreensão do processo social, visão de futuro e do conflito de classes, que na prática e no exercício dos estudos, essas diferenças se plasmaram.

O alcance desse vínculo se enraíza no agronegócio, para captar uma expressão do momento, numa clara alusão à “necessária” inserção no sistema produtor de mercadorias em bases tecnológicas (mecânicas, químico-farmacêutico-biológico/genéticas, gerenciais), agora *incendiadas* pela fúria do Biodiesel e pela produção de matérias-primas oleaginosas, voltada para o mercado externo e de gestão empresarial.

A agricultura camponesa estaria se efetivando como alternativa para fortalecer as fileiras do desenvolvimento das práticas capitalistas³¹⁷, isto é, uma aposta no fim do campesinato. Outros elementos também devem ser levados em conta, quando nos deparamos com os interesses estratégicos e geopolíticos do capital e dos Estados, no tocante à questão dos biocombustíveis e à *febre* em torno da produção do etanol, no Brasil³¹⁸, para cumprir o fetiche da diminuição da emissão de gases tóxicos e de CO₂, na atmosfera.

Portanto, está-se diante de uma orquestração ideológica, por parte dos segmentos hegemônicos da burguesia agroindustrial, grandes proprietários de terra, latifundiários-grileiros e do Estado, para despolitizar o debate em torno da questão agrária, da luta pela terra e da reforma agrária, que atingiu, no final dos anos 1980, lugar de destaque. Esta foi logo abafada pelas ações repressivas do governo Collor, para, na sequência, já na segunda metade da década de 1990, assumir novamente a dianteira nas lutas sociais e no *teatro de operações* dos movimentos sociais, particularmente o MST e o MAB.

Mais do que pretender apresentar-se como alternativa à agricultura camponesa ou ao modo camponês de vida e de trabalho, fundado na família e na terra individual, há outros interesses que se somam a estes e dão sustentação às estratégias da política agrária do governo brasileiro,

³¹⁷ A esse respeito, o Vídeo-Documentário “Cana no Pontal?”, sob nossa direção, mostra as evidências desse processo de cooptação dos assentados do Pontal do Paranapanema ao projeto do Biodiesel, do governo federal, com o apoio do líder da dissensão do MST na região, José Rainha Junior, e de lideranças da FETAESP/CONTAG.

³¹⁸ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007c.

que, por sua vez, estão padronizadas às formulações originárias do BM, particularmente na reforma agrária de Mercado, no desenvolvimento territorial rural³¹⁹, e são apregoadas pela Política Agrícola Comum (PAC), da União Européia e pela *Farm Bill*, dos Estados Unidos da América (Eixo 2.3).

Tamanha rede de articulações, mediações e contradições serve para plantar uma formulação ideológica, com o fim do campesinato, com vistas a colher os frutos muito rapidamente, dado a eficiência dos fundamentos que vinculam a agricultura familiar às relações tecnológicas modernas do modelo agroexportador do agronegócio, e que está associado à fragilização e ao desmantelamento da estrutura camponesa.

Como que, num passe de mágica, a negação da agricultura camponesa se dá ao mesmo tempo em que se afirma e se propugna sua pseudo-manutenção, porém com outro nome, sob outros enunciados e fundamentos políticos, ideológicos, econômicos, sociais. Então, se não valessem os maus tratos, alijamento e descaso das formulações das políticas públicas para com a agricultura camponesa, com esses *novos* referenciais, toda a produção e os sucessos da *vocação exportadora* do Brasil seriam atribuídos à agricultura familiar, conforme os programas oficiais e o *marketing* midiático.

Por conseguinte, mais do que recriar de forma restrita os seus pressupostos e requisitos tático-estratégicos, o capital e o Estado propõem destruir um modelo e recriar outro, com a mesma gente, na mesma terra, ou em terras distantes, com a mesma história de vida, todavia sob outros pressupostos e paradigmas. Em termos alegóricos, equivaleria a *mudar para manter* ou, já com sentido metafórico, *trocar de roupa sem tomar banho*, ou seja, mantém-se o mesmo esquema de dominação em vigência.

Eis o *pulo do gato* dessa construção ideológica que, diferentemente do que ocorrera com o conceito de pequeno produtor dos anos 1980, agora, como assinala Marques (2002, p.3), “a defesa do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas”. Isso quer dizer que todos os pressupostos dos planos e projetos de ação pública têm como referência a questão das diferentes formas de subordinação do trabalho (agricultor) ao capital e, conseqüentemente, os desdobramentos do processo de diferenciação social interna à produção familiar.

Dessa maneira, retira da compreensão dos agricultores a sujeição da renda da terra ao capital e, portanto, os aspectos econômicos da dominação de classe, esvaziando politicamente a necessidade da reforma agrária, afastando qualquer vínculo dos trabalhadores Sem Terra a essa lógica. Mais ainda, retira os conflitos de classe de cena e transfere todos os problemas para o mercado e para as políticas de incentivo à produção, já que os mesmos estariam sendo resolvidos à medida que se apresentem soluções e medidas concretas para o aumento da produtividade, preços remuneradores, apoio para o escoamento da produção etc.

No entanto, não se está diante de uma realidade estática, mas sim dinâmica e que revela os conteúdos contraditórios dos conflitos oriundos da não aceitação mecânica dessa condição. É por isso que não considerá-la natural pode expressar a luta contra as práticas de subordinação, exploração do camponês, bem

³¹⁹ Cf. MONTENEGRO GÓMEZ, 2006; SAUER, 2006; PEREIRA, 2006.

como a sujeição da renda da terra pelo capital (empresas agroindustriais, agroalimentares, conglomerados financeiros).

Já a expropriação do camponês da terra se traduziria na sua destruição/extinção e, por meio da luta pela terra, das ocupações, recriar-se-ia novamente o território camponês, o que lhe acrescentaria mais um exemplo, para a grande maioria, de uma trajetória marcada por desterritorialização/reterritorialização, conflitos, contradições, ambiguidades e disputas. Não obstante, seguramente, optar pela compreensão da questão agrária através do pressuposto da superação/negação da sociedade do capital, do seu metabolismo destrutivo, é o que pode garantir experiências de transformação radical do campo e o fortalecimento para o conjunto da sociedade.

8. Por uma necessária (re)compreensão do trabalho e da classe trabalhadora no século XXI

Ao defendermos a necessidade de atentar para o movimento contraditório que revela e refaz os sentidos e os significados do universo do trabalho, estamos conscientes de que, sendo o capital um processo, este engendra e reproduz não somente relações capitalistas, mas também recria relações não capitalistas de produção, o que nos remete às pesquisas e à constante atenção aos demais estudos.

É por essa via que nos posicionamos diante do debate sobre a compreensão do campesinato³²⁰ como parte do processo metabólico do capital, que redefine de modo amplo o universo do trabalho. Apesar de não ser obra do capital, da fragmentação do trabalho, o campesinato é atingido duramente pela reestruturação produtiva e, conseqüentemente, absorvido, reproduzido, redimensionado e recriado pelo capital³²¹. Da mesma forma que manifesta resistências e tensionamentos ao capital e aos setores dominantes, em seu mundo também ingressam os trabalhadores que são atingidos pelo processo crescente e ininterrupto de (des)realização do trabalho, da fragmentação objeto das ações do capital.

Portanto, há um marcante estreitamento de relações entre formas diferentes de expressão do trabalho (camponês↔assalariado), que estão sendo negligenciadas, ignoradas, subestimadas. Esse é, aliás, um dos principais obstáculos que impedem a compreensão da complexa composição do tecido social do trabalho. A intenção deliberada de diluir o campesinato no proletário ou nas formas assalariadas fica evidenciada na inferiorização da existência do campesinato diante da modernidade urbano-industrial, que tem no desenvolvimento das forças produtivas e na modernização tecnológica a missão evangelizadora de transformar tudo e todos em mercadorias, no caso do camponês, em assalariado/proletário. Ao mesmo tempo, menospreza sua ação política (ou sua própria existência), centrada na luta pela terra e pela resistência na terra, por ser este o elemento que o identifica com a pequena burguesia, aliás, marca central do conflito que trava com o capital, que, por sua vez, também não abre mão da propriedade da terra.

Isso nos reserva as sinalizações para entender a resistência, a luta e o conflito de classes como razão histórica do campesinato, no capitalismo. Portanto, se os “leitores” de Marx o conceberem como teórico das uniformidades e não das rupturas, da luta de classes, lhes passará despercebido o fato de que o campesinato é uma (re)criação das relações contraditórias do capitalismo.

No que concerne a esse problema, podemos destacar os estudos de Martins (1981) e Oliveira (1991, 2003), que admitem a permanência do campesinato, no interior do capitalismo. Esses autores entendem que as relações não capitalistas de produção, no campo, são criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, porque os

³²⁰ Cf. OLIVEIRA, 1996a; FABRINI, 2002; ALMEIDA, 2001; MARTINS, 1981.

³²¹ A esse respeito, Martins (1981) pondera que o campesinato brasileiro é constituído no interior da expansão capitalista, ou melhor, é produto das contradições dessa expansão ou da reprodução capitalista de relações não-capitalistas de produção. E Oliveira (1991) indica, com muita clareza, que o campesinato é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo.

camponeses conseguem produzir mercadorias abaixo dos preços praticados no mercado (abaixo da taxa média de lucro), e o sistema de subordinação ao circuito mercantil, amparado na sujeição da renda da terra ao capital, faz com que a produção camponesa transfira renda ao capital mercantil, financeiro, agroalimentar e ao Estado³²².

E não poderia faltar outro elemento igualmente de muita importância histórica e analítica, que reside no fato de que, para o capital, os setores que se desenvolveram à *margem* da produção de mercadorias sempre representaram um mercado de consumo potencial para seus produtos. Materializou-se, desde então, um processo de intercâmbio entre o capital e o meio não capitalista, com a busca constante de clientela nos setores camponeses e artesanais para seus produtos, além de não poder “desenvolver-se tecnicamente sem contar com os produtos (meios de produção e de subsistência) de todos os setores e países” (LUXEMBURGO, 1976, p. 429).

Isso pode ser entendido como uma *traição*³²³ às previsões de extinção do campesinato, no interior do metabolismo do capital e de sua contingente presença residual. Em outro nível, essa traição não se restringe ao capital, por meio da criação e recriação de relações não-capitalistas, mas são os camponeses que *traem* a lógica do capitalismo, por meio de sua luta.

Fabrini (2002, p. 8) é categórico quanto a isso, enfatizando que “o capitalismo que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses é *traído* em suas leis pela luta dos trabalhadores do campo. Este é o caso da luta nos assentamentos, ou seja, camponeses que têm a sua existência garantida pela luta de resistência”, por meio das ocupações de terra.

Se, para alguns, não há possibilidades de existência do camponês com a intensificação das relações capitalistas, tampouco este é entendido como ator efetivo da resistência e das transformações sociais. Contudo, nas próprias formulações no campo marxista, encontramos indicações importantes para compreender o campesinato como parte do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo³²⁴ e da luta de classes³²⁵.

O essencial está em não desconsiderarmos os processos sociais que modificam os sentidos e as significações do campesinato, diante da luta de resistência, os quais têm sido ampliados para os assentamentos rurais, bem como das diferentes realidades que experimenta, quando vive a descamponização e quando se recamponiza, produzindo novas experiências no interior do território da luta política e da sobrevivência.

Poderíamos acrescentar, nesse sentido, que a existência do camponês assentado não nega a lógica do capital, todavia, ao mesmo tempo em que está vinculado à sua lógica, também descobre caminhos para o rompimento dessa submissão³²⁶, por exemplo, participando de novas ocupações, engrossando as fileiras das manifestações anticapital³²⁷ e, no limite, fazendo opções para estender e manter seus princípios de sociabilidade.

Isso retrata, na contemporaneidade, tanto o revés da expropriação (contradição vinculada à reprodução e existência do campesinato), quanto a raiz camponesa dos sem-terra, que

³²² Amin e Vergopoulos (1986) argumentam que o que mais pesa ao camponês não é o latifundiário, mas o capital bancário, o capital mercantil.

³²³ Cf. OLIVEIRA, 1981.

³²⁴ A esse respeito, ver Martins (1979; 1981); Oliveira (1981; 1986); Fernandes (2000).

³²⁵ Cf. BOMBARDI, 2006.

³²⁶ Cf. OLIVEIRA, 1981; FABRINI, 2002.

³²⁷ Cf. STÉDILE, 2004; THOMAZ JÚNIOR, 2006.

sustenta vivo o movimento social, o qual tem, na luta pela terra e nas ocupações, a perspectiva de fortalecimento da luta de classes, no Brasil, e espraiando referências para outros movimentos sociais (rurais e urbanos) de todo o planeta³²⁸.

Para Bartra (2007), os camponeses mexicanos ao demonstrarem vitalidade para manterem-se envolvidos na resistência à perda da diversidade produtiva e à pluralidade societária estão negando a transformação da agricultura em fábrica, desejo histórico do capitalismo. Porém, quando ocorrem as vinculações entre os camponeses e os setores do capital, no século XX, via modelo integrado – aliás, prática que se planetariza –, os produtores alcançam o estatuto de excluídos, apesar de resistirem nessa condição, a fim de se manterem na terra e buscarem outras formas, encimados na dependência do sistema produtor de mercadorias.

Para nós, pois, essa capacidade de resistência e de manutenção da família camponesa, dos valores socioculturais, antropológicos etc., deve ser percebida não como agravante para o reconhecimento do significado de classe do campesinato, mas como indicativo do que entendemos por esse conceito, na contemporaneidade, já que em torno disso há pontos de resistência e pouco debate teórico-político.

Como assinala Carvalho (2005, p.5 e 7), essas experiências de resistência fazem emergir elementos renovados das comunidades camponesas, ou reavivados de outros tempos, em contraposição às imposições da racionalidade capitalista. Põem em evidência, ainda, marcas lamentáveis de um passado colonial e de um presente *neocolonial*, que revelam aspectos que os segmentos minoritários da sociedade, todavia hegemônicos, sempre utilizaram para efetivar seu poder de classe, tais como: acesso renda, terra, crédito, educação e jogo de favores e benesses – o que sempre faltou ou esteve ausente para o conjunto dos trabalhadores.

Mais recentemente, o exercício de outras atividades fora dos limites da terra de trabalho tem sido intensificado também pela prática de outras realizações dentro da própria unidade produtiva, que se circunscrevem como rurais e não propriamente agrárias, tais como o turismo, o pesque-pague etc. Esse expediente das novas ruralidades³²⁹ que o campo vem ganhando, predominantemente, sob o manto do “novo rural” ou *rurbano*,³³⁰ está recoberto de *apriorismos* que dificultam o entendimento e a discussão teórica da questão de classe, por conter o em si o esvaziamento ou a neutralização do conceito de camponês, enquanto sujeito político que traz em si contradições e tensionamentos em constante disputa e resistência, em relação ao capital (Eixo 2.1).

A pluriatividade³³¹, as novas ruralidades³³² e a multifuncionalidade³³³ da agricultura, como vem sendo abordada, na verdade, complexifica ainda mais o quadro societal do trabalho

³²⁸ É o que observamos através das pesquisas que realizamos na Espanha, nas entrevistas, visitas, participações em eventos camponeses e operários, na literatura específica e na participação de eventos científicos, no Brasil e em outros países.

³²⁹ A esse respeito, inclusive, há linhas de pesquisas e uma diversidade de pesquisas em andamento, publicações, como pudemos contatar nos nossos levantamentos, e, sobretudo, grande quantidade de textos apresentados em eventos científicos no Brasil e no exterior. A CLACSO publicou o livro *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*, sob a coordenação de Norma Giarracca, o qual contém uma quantidade expressiva de artigos voltados a esse tema.

³³⁰ Esse assunto tem mobilizado inúmeros pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, contando, entre seus principais formuladores, com José Graziano da Silva, autor de inúmeros textos/artigos, à frente de inúmeras orientações e também com passagens por diferentes áreas do primeiro escalão do governo Lula. Agora, na representação do governo brasileiro na FAO e demais instâncias internacionais, tem publicizado, ainda mais, essa ideia. Para mais detalhes ver Graziano da Silva (1996; 1999).

³³¹ Esse assunto pode ser encontrado em autores que abordam o tema sob diferentes pontos de vista, tais como Alentejano (1999), de um lado, e, de outro, Schneider (2003), Marafon (2006) e Graziano da Silva (1999).

envolvido no campo e na cidade, apesar de não ser um fenômeno recente. Isto é, ultrapassa os limites espaciais de realização territorial da atividade laborativa rural e os significados e papéis sociais da família camponesa, tendo em vista que significa a intensificação da exploração capitalista, elemento constituinte da reestruturação produtiva do capital.

A atenção mais familiar que recai sobre o conceito de pluriatividade, tomando por base as definições disponíveis na literatura³³², diferencia-o de agricultura *part time* (a tempo parcial), pois, enquanto esta se refere quase exclusivamente ao responsável pela exploração, aquela tem na família o horizonte de inserção no trabalho agrícola (parcial ou total), mas que agrega à resistência na terra a ação política transformadora, emancipatória. Há ainda que considerarmos a dimensão ontológica que delimita a identidade de classe e os pressupostos do processo social que lhes está na base. Assim, as resistências do camponês quanto ao modo de vida, práticas socioculturais, os enfrentamentos contra a desapropriação/expropriação são constantes, todavia mesclam-se com a afirmação das relações de exploração/sujeição, quando o camponês vende força de trabalho ou se submete à sistemática dos processos integrados de produção ou mesmo quando participa das relações mercantis com as diferentes parcelas do capital, nas instâncias da produção, distribuição e circulação.

É importante reafirmar esse processo contraditório porque, ao ignorá-lo, perde-se a dimensão e concretude das contradições que povoam o universo relacional do campesinato enquanto sujeito social no século XXI, e imerso no cenário destrutivo do capital que, aliás, atinge o conjunto dos trabalhadores. Disso temos o esgarçamento constante das definições formais dos diversos segmentos de trabalhadores, expressão concreta da divisão técnica do trabalho e referência da consciência de classe, estranhada, quando fixada somente no significado de trabalho para o capital e não propriamente para os trabalhadores. Quer dizer, o necessário rompimento com essa lógica de pensamento e de ação é condição para compreensão do campesinato como produto dessas redefinições, e não como produto de fora dos embates de classe.

A expressiva ênfase dada à especificidade da atividade laborativa principal, como lavrar a terra, cuidar das plantações, tratar dos animais – tanto por parte de pesquisadores, quanto de sindicalistas – apenas para expressar o entendimento de que o referencial do processo mais geral de divisão técnica do trabalho é o que delimita o campesinato como parte ou não na classe trabalhadora, nos parece inócuo. Essa é, pois, a justificativa para a defesa da intransponibilidade do campesinato no capitalismo, quando se considera a necessidade do debate atual das classes. É como se disséssemos o seguinte: o campesinato é tão específico, tão específico... é um conceito complexo,

³³² No livro *As novas ruralidades na América Latina*, a CLACSO reuniu um conjunto de textos, produto de pesquisas e reflexões apresentadas durante o Seminário Internacional "El mundo rural: transformaciones y perspectivas a la luz de la nueva ruralidad", realizado na Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia, entre 15 e 17 de outubro de 2003, que foram efetivadas ao longo da década de 1990, por meio das atividades programadas do Grupo de Trabalho "Desenvolvimento Territorial".

³³³ Cf. CAZELLA; MATTEI, 2002; CARNEIRO; MALUF, 2003; MALUF; CARNEIRO. 2005. Inclusive Renato Maluf e Maria José Carneiro compõem, juntamente com outros pesquisadores, o Grupo de Estudos "Multifuncionalidade da Agricultura", inscrito junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A multifuncionalidade também tem motivado pesquisadores de outros países à temática agrária, tais como: Tulla (1995); Laurent (2005). No âmbito da FAO, tem mobilizado as atenções a diversidade da agricultura familiar mundial, como se faz presente em publicações, financiamentos de eventos e publicações, tais como as Conferências Regionais de 1999, realizada em Maastricht, e de 2001, em Bruxelas, sendo que, em ambas, as atenções estiveram voltadas para as vinculações com a FAO e a agricultura européia e mundial, mediatizadas pelo caráter multifuncional da agricultura e da terra. Ver também Miranda e Adib (20--), assessores técnicos do Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA); Echeverri; Pilar Ribeiro, 2002.

³³⁴ Cf. BALSADI, 2000; GRAZIANO DA SILVA, 1999; ALENTEJANO, 1999; SCHNEIDER, 1999.

repleto de tantas mediações, que não é possível misturá-lo àquilo que é especificamente capitalista. Essa é a compreensão que extraímos das leituras, mas muito mais das defesas de ideias que se fazem presentes de forma isolada nos eventos e nos ambientes de descontração, das conversas informais, aliás, de onde temos extraídos grandes aprendizados.

Seria o caso de levantarmos uma inquietação sobre esse assunto, agora recheada com os desafios do século XXI, visto que a sustentação teórica e política desses posicionamentos deve iluminar a compreensão da realidade e dos desafios, de agora, da classe trabalhadora, em geral, e, desde o nosso ponto de vista, para os camponeses, em particular.

Nesse sentido, apesar de a classe operária ocupar historicamente lugar central no processo de resistência, de negação da ordem do capital e de referencial para a construção do socialismo, o processo histórico tem posto em evidência novos sinais na trajetória recente da luta de classes, como produto da crise do capital e, conseqüentemente, do trabalho abstrato. Em acréscimo, se defendêssemos que somente os camponeses pobres são aliados potenciais da revolução, já estaríamos assumindo uma forte carga de preconceito e embutindo nela um protótipo de diferenciação interna, que só faria afrouxar a identidade de classe trabalhadora do camponês; estaríamos, portanto, do ponto de vista tático e estratégico, criando novo problema.

Por conseguinte, nunca é demais reforçar que agregamos à definição de camponês, no século XXI, a ação política transformadora, mas ressaltamos que nem sempre essas ações são cristalinas, tampouco ocorrem, linearmente, no tempo e no espaço de relações. Queremos dizer com isso que não há como medir, com a precisão que se imagina ser possível, nesse caso, à imagem e semelhança que intentamos definir os padrões de resistência e ímpeto emancipatório dos proletários, em confronto constante com o capital e na razão direta da criação de capital e de mais-valia. O descuido ou desinteresse ao tratamento teórico adequado das diferentes formas de externalização do trabalho, como produto do fenômeno histórico, é, talvez, o principal inibidor do entendimento da complexidade social do trabalho.

Faz-se necessário apostar nas contradições iminentes do processo social, e reconhecer por meio das pesquisas e dos embates que se expressam, com mais ou menos evidência, as identidades que afirmam e negam os pressupostos da sociedade do capital, porque é exatamente esse o referencial para identificarmos os papéis historicamente delimitados para o proletariado, enquanto representante nato da classe trabalhadora. Caso tergivermos dessa dinâmica geográfica, vamos apurar somente ideias, avaliações desenraizadas do fenômeno histórico, para lembrarmos de Thompson (1979, 1997).

De toda maneira, a insistência em afirmar que somente a classe operária, oriunda da Revolução Industrial, é capaz de comandar ações opositoras ao sistema metabólico do capital não possibilita a compreensão da realidade concreta (síntese de múltiplas determinações) com que estamos nos deparando, no dia-a-dia das pesquisas: o trabalho, no Brasil, e as diferentes expressões dos trabalhadores, nos campos e nas cidades. É por essa via que entendemos o processo de luta pela terra e pela reforma agrária, bem como as demais experiências em vigência, como a Comuna da Terra (MST), a luta pela terra urbana para a moradia, levada a cabo pelos Sem Teto, capitaneados por diferentes frentes de luta, tais como, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MNLM

(Movimento Nacional de Luta pela Moradia), e o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), à semelhança das experiências das Comunas Urbanas (MST) etc., como núcleo central do conflito de classe. (Eixo 3). Esses exemplos expõem de forma marcante a oposição entre trabalhadores e os segmentos da burguesia, latifundiários, especuladores imobiliários, Estado e organismos internacionais de fomento da ossatura da sociedade do capital (FMI, OMC, BM).

A amplitude desse assunto nos reserva apontarmos toda a herança teórica dos autores brasileiros, como vimos, formados nessas fileiras e que concordaram, discordaram e de cunho próprio acrescentaram mais elementos ao debate, oferecendo-nos um rico material intelectual. Contudo, diante do cenário do século XXI, das questões que o metabolismo do capital nos apresenta, agora, o debate e os referenciais herdados desse passado não estão respondendo aos desafios da realidade do trabalho e da classe trabalhadora.

Quando, então, demarcamos teórico-politicamente que o proletariado, por ser a única classe da sociedade burguesa que vive da riqueza que ela própria produz, por estarem unidos entre si por relações múltiplas e de se contraporem aos interesses das outras classes, e por isso ser a única capaz de aglutinar os demais segmentos da sociedade para a crítica radical ao capital, rumo à construção do socialismo, efetivamente, somos capazes de nos convenceremos?

O argumento do refluxo das organizações sindicais e do próprio movimento sindical e operário, tanto na escala internacional quanto nacional, não responde por completo a ausência do proletariado da cena política, ou melhor, distante de ocupar papel de destaque e referência na disputa ideológica do processo revolucionário e de conscientização dos demais segmentos da classe trabalhadora. Não somente devido ao desemprego, à informalização crescente e à diminuição acentuada e expressiva dos trabalhadores assalariados puros. O desencanto também deve povoar nossas preocupações, sobretudo em se tratando de conflitos, embates, disputas etc.

É evidente que todos esses aspectos são imprescindíveis e necessários para se entender a realidade do trabalho, no mundo e no Brasil, mas os significados atuais desses aspectos estão atingindo muito profundamente os trabalhadores, o que nos exige mais responsabilidade no trato dos desafios e limites, para compreendermos a subjetividade da classe trabalhadora. É como se nos lançássemos a polemizar sobre as predefinições que demarcam sua composição, até seus papéis políticos enquanto prerrogativa de projetar-se como classe, no ambiente de redefinições constantes do tecido social do trabalho pelo capital, que intensifica a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, a informalização e a terceirização como sua antípoda.

Decorre dessa argumentação o seguinte questionamento: em que medida a(s) fundamentação(ões), arraigada(s) na *realidade* do século XIX – revigorada(s) pela conjuntura política e econômica da época – e, se desfocada(s) do atual embate da luta de classes, nos permitiria(m) entender a espacialização dos movimentos sociais, e do trabalho, no Brasil, neste início de século XXI?

As pré-definições, avaliações e arrazoados do que é esta ou aquela classe, e as eventuais fronteiras definidas entre elas, não mais nos permitem compreender as complexas tramas sociais do universo do trabalho e seus mundos, fragmentados nas diferentes situações laborais e

contextos de dominação, subordinação, sujeição, e identificados também enquanto fragmentos, no âmbito da práxis teórico-política.

Nesse sentido, é por meio das contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos compreender as diferentes formas de existência do trabalho: assalariados/operários/proletários, camponeses, por conta própria e os que se somam em parcela cada vez mais expressiva do contingente que trabalha, os informais (camelôs, diaristas, domiciliares, ambulantes etc.). É também sob esse referencial que devemos sintonizar que, ao mesmo tempo em que a reprodução/recriação do campesinato é uma possibilidade historicamente presente, aceita/negada e subordinada pelo próprio capitalismo, sendo, assim, uma realidade de dentro do modo de produção capitalista e vinculada à produção de mercadorias, por outro lado, se garante essencialmente pela luta e pela resistência. Nas últimas duas décadas, a resistência camponesa tem-se consolidado pela via dos assentamentos, os quais são, via de regra, produto da luta dos trabalhadores e não da antecipação do Estado e dos governantes, por meio de políticas públicas.

Assim, a recriação do campesinato, por meio do arrendamento, da compra e da ocupação de terra, que seguem rotinas específicas no tocante à dinâmica das organizações políticas, dos posicionamentos políticos, da sujeição da renda da terra ao capital, reflete igualmente os pressupostos da expropriação dos camponeses que se desterritorializam e vão vivenciar as experiências da proletarização, mas se *recriam*³³⁵, revitalizando os esquemas de sujeição e de subordinação, ainda que também negando sua submissão à transferência de renda e à proletarização, em outro momento.

Temos, ainda, que recolocar em discussão o fato de que não há nenhuma vinculação mecânica entre a necessidade de produção de alimentos baratos, para a manutenção dos salários em patamares baixos, de sorte a permitir a reprodução ampliada do capital, em níveis cada vez mais estratosféricos, com a “permissão” e a recriação benévola do campesinato. Mesmo que em parte dessa afirmação haja muito de verdade e de atual, o desenho dessa equação contém os aspectos centrais do conflito e da luta de classes, portanto nada de mecânico em pauta, o que nos autoriza a afirmar que, se o capital *fecha as portas do futuro*, os camponeses as abrem, por meio das lutas de resistência (e daí as ocupações e as demais formas de manifestação), como condição para a sua reprodução social, cultural e econômica.

O tão apregoado fim do campesinato, há décadas ocupando lugar de destaque nos fóruns científicos e ambientes intelectuais e políticos, não se dobrou diante da vivacidade da capacidade de resistência e reprodução de um segmento social. Apesar de o campesinato estar sendo, nos últimos tempos, duramente atacado pelo capital, seu maior contingente resiste na terra, embora operando em péssimas condições de trabalho e qualidade de vida, o que repercute na extinção de parcela expressiva, mas mesmo assim ainda concentra quase metade da população mundial. E, além do mais, está sendo repovoado por migrantes egressos dos campos e das cidades, os quais estão *engordando* as fileiras dos ocupantes de terra, dos assentados, em vários países do mundo, o que nos autoriza a assumir os desafios para considerarmos as diferentes expressões do campesinato. Tampouco poderíamos endossar a tese de Hobsbawm (2002), quando, convicto de

³³⁵ Cf. OLIVEIRA, 1982.

estar amparado na verdade dos fatos, eurocêntrica, por certo, afirma que a “mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século XX, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato” (HOBSBAWM, 2002, p.284).

No Brasil, esse expediente é social, política e geograficamente significativo e desafiador para os trabalhadores, para os movimentos sociais, com certas reservas para os partidos políticos, sindicatos e para grande parte de nós, pesquisadores e intelectuais que, via de regra, estamos *vendo o bonde passar*.

Os modismos, igualmente, não nos têm ajudado, nesse ínterim, porque não basta apostarmos na defesa das teses indicativas da ocorrência de metamorfoses³³⁶, no interior do campesinato, e de que esse modo de trabalho e de organização social estaria sendo substituído pelo agricultor familiar, para diferenciá-lo do setor patronal, totalmente integrado ao sistema produtor de mercadorias. Essa questão, como sabemos, é essencialmente política, e incomoda muita gente, em todos os níveis, seja na academia, na seara político-partidária, sindical etc., pois coloca em primeiro plano a questão agrária e, portanto, a necessidade da reforma agrária, da construção de referenciais soberanos de sociedade, com vistas à construção do socialismo à base do poder popular etc.

A intensificação da precarização, da informalização, associadas aos expedientes temporário, domiciliar, parcial, e toda ordem de fragmentações, heterogeneizações do trabalho, agora já expressão de uma nova *morfologia*³³⁷, tem impactado de maneira marcante o cenário político e a realidade social e geográfica do conjunto dos homens e das mulheres que compõem a classe trabalhadora. As próprias características do subemprego, do desemprego, bem como a ampliação do tempo médio de retorno ao mercado de trabalho³³⁸ têm impulsionado contingentes cada vez mais expressivos de trabalhadores, em direção às ocupações de terra, em várias regiões brasileiras (Eixo 2.1).

Sem contar a coincidência dessa tendência com as referências que se põem, em termos mundiais, uma vez que o baixo crescimento econômico não indica uma alternativa na qual a massa de desempregados possa ser socialmente reinserida, retomando assim a autoestima e a *proteção* que o trabalho pode proporcionar. O que se percebe, ao contrário, com a junção da desformalização ou informalização do trabalho com a reestruturação produtiva do capital é o aprofundamento da marginalização, da precarização, da *desfiliação*³³⁹, isto é da intensificação dos atributos da barbárie e do caos.

³³⁶ Como já explicitamos anteriormente, essa denominação se incumbe de defender a transformação do camponês em agricultor familiar. Em Fernandes (2004), encontramos os apontamentos que defendem a extinção do campesinato, por meios diferentes: da diferenciação interna, como proposta por Lênin e Kautsky; e por meio de sua integração ao mercado, mas já na condição de agricultor familiar, como proposto por Abramovay (1992), numa clara alusão à metamorfose para outro ator social, agora incorporado ao desenvolvimento do capitalismo.

³³⁷ Cf. ANTUNES, 2006a.

³³⁸ Conforme informações disponibilizadas por meio do PED (DIEESE/SEADE), referente à Região Metropolitana de São Paulo, o número médio de semanas que o desempregado leva para retornar uma nova colocação, ou o tempo médio de retorno ao emprego, foi de 48 semanas, para o ano de 2006, e de 50 semanas, para 2007.

³³⁹ Castel (1998) elucida que *filiação* significa a inserção dos assalariados às formas de proteção social, ou aos sistemas previdenciários, sendo que sua ruptura tem provocado a *desfiliação* em massa dos assalariados, ou seja, a perda de tudo isso por conta da desconstrução da relação salarial.



O movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho, em essência, sua própria dinâmica geográfica, em sentido amplo, no Brasil, é o que nos permite compreender a realidade das famílias trabalhadoras camponesas, dos inúmeros contingentes de trabalhadores e trabalhadoras egressos dos centros urbanos, os quais carregam em seu interior formações e conteúdos socioculturais distintos, mas que fazem espacializar o conflito de classes e criam/constroem, por dentro do mesmo conflito, os territórios da resistência.

Ainda mais nestes últimos tempos, com a ofensiva do agronegócio e os *novos signos* da produção de carburantes renováveis, que, por meio dos apoios e privilégios das políticas oficiais para produção, financiamentos e exportação, consorciam de maneira mais contundente a fusão de interesses entre setores agropecuários, industriais e financeiros, nos mais diferentes ramos e cadeias produtivas (soja, milho, cana-de-açúcar, laranja, leite etc.).

A dimensão dos desdobramentos da expansão recente da agricultura capitalista, pelo país, capitaneada pelos grandes negócios e grupos empresariais, como são os casos da cana-de-açúcar, soja, algodão, pecuária, já indicam a magnitude dos rearranjos para a agricultura familiar camponesa³⁴⁰. Exemplo marcante desse processo é o que estamos acompanhando mais de perto, no Pontal do Paranapanema, com a expansão da cana-de-açúcar e do empreendimento agroindustrial canavieiro, nestes últimos dois anos, os quais espalham suas garras sobre terras improdutivas, devolutas ou com pendência jurídica, revelando, conseqüentemente, o real interesse da união de interesses entre latifundiários e capitalistas, para legitimarem as irregularidades/ilegalidades da posse da terra³⁴¹.

Esse pacto de classes está redesenhando as formas de uso e exploração do território, no Pontal do Paranapanema, mediante *nova* divisão do espaço produtivo, apresentando novos desafios para os trabalhadores. De um lado, absorvendo os camponeses assentados para o trabalho no corte, por conta da total ausência de políticas públicas para mantê-los em condições de produção nos lotes, e, de outro, pela via da incorporação de parte dos lotes ao cultivo da cana-de-açúcar³⁴², na qualidade de “fornecedores” à base do expediente da política de financiamento do Banco do Brasil *BB-Convir*. Essa clara inversão de objetivos da agricultura camponesa é, na realidade, uma prática deliberada para desmontar e desestruturar sua existência, mesmo havendo interesses em mantê-los, todavia subordinados, controlados e subsumidos ao capital. (Eixo 2).

³⁴⁰ Nós estamos estudando esse assunto, e chamamos a atenção para o Quadro 1, no qual estão indicados os projetos pessoais, e para o Quadro 2, que contém os projetos sob nossa orientação, em vigência. Todavia, dada a especificidade do assunto, apenas destacamos, em separado, a Tese de Doutorado “A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano”, desenvolvida pelo professor Marcelo Rodrigues Mendonça, pois, por intermédio da mesma, pudemos apreender com rigor e detalhe o processo de expansão da soja, como parte do intento dos grandes conglomerados transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros, aliados aos empresários/sojicultores brasileiros, e a resistência dos trabalhadores na terra, que, mesmo expulsos depois de venderem suas terras, ou mesmo expropriados, retornam à lida, ocupando e engrossando as fileiras dos movimentos sociais e colocando *novos* temas para a velha agenda dos trabalhadores no Brasil, em torno da Reforma Agrária. Esse processo foi inteligentemente definido como resistência dos *Povos Cerradeiros*, numa alusão direta à identidade camponesa, no âmbito da luta de classes.

³⁴¹ Processo semelhante ocorre em outras porções do território brasileiro, também objeto das nossas ações de pesquisa, particularmente no caso da cana-de-açúcar, mas também podemos argumentar a respeito das ações da Aracruz Celulose, no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia, que igualmente guia seu processo expansionista e destrutivo sobre terras devolutas e territórios quilombolas, indígenas e camponeses.

³⁴² A esse respeito, consultar o texto de Pedro Ramos, “O arrendamento nos lotes dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais: uma possibilidade a considerar? III JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS. *Anais...* Campinas, 2007. p.18.

Quando apontávamos³⁴³ que cada vez mais a questão agrária, a luta pela terra e pela reforma agrária passariam a ser temas vivenciados por outros segmentos da sociedade – da classe trabalhadora em particular, e não somente pelos camponeses –, estávamos demarcando teoricamente um campo de investigações que está nos possibilitando, ao longo dessa trajetória de pesquisa, compreender a complexa trama de relações que expressa a pluralidade do trabalho.

Não se trata de provocar um falso debate, a partir de argumentos políticos forjados, mas de pensar que, com base nos resultados das pesquisas, apesar de não estarmos detectando indicativos de desurbanização, estamos apreendendo um movimento particularmente importante de redefinições do universo do trabalho, que refaz os significados da questão cidade-campo. As idas e vindas, remanejamentos e mudanças de habilitações laborativas, consequentemente, de profissões, categorias sindicais, de espaços de sociabilidade, de mudanças no perfil identitário, na subjetividade, nos territórios do trabalho, enfim, essa plasticidade constantemente refeita, tem influenciado diretamente a materialização das diferentes expressões do trabalho, no tempo e no espaço.

O que ponderamos, a esta altura, é que as lutas em torno da posse da terra ou, mais ainda, da reforma agrária – mesmo com todas as limitações que essa estratégia de luta contém, tanto no âmbito das reformas, quanto em nível da limitação da ruptura pretendida com a sociedade do capital – têm sido capazes de mobilizar inúmeros setores do universo do trabalho, no Brasil, não se restringindo aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, posseiros, seringueiros, pescadores artesanais, oleiros, trabalhadores rurais, inclusive, em alguns momentos, trabalhadores e sindicatos urbanos.

Alguns avanços estão em execução e têm contribuído para a explicitação do conflito de classe, dos interesses divergentes quanto a projetos sociais em escala nacional, tais como, os embates sobre as Reformas Trabalhista e Sindical, que se circunscrevem aos ambientes das manobras palacianas e do Congresso Nacional. As próprias Marchas Nacionais têm mobilizado amplos setores da massa trabalhadora, dos campos e das cidades, como a última, de maio de 2005, e dos movimentos sociais, em geral, como o V Congresso do MST, que reuniu em Brasília, em junho de 2007, mais de 17.000 pessoas.

Não é suficiente propor uma “leitura” parcial da realidade social e, portanto, pretensamente aglutinadora de amplos setores da classe trabalhadora, simplesmente pela notoriedade midiática que algumas organizações camponesas e proletárias têm alcançado. Há efeitos positivos para camponeses, proletários e para os trabalhadores de modo geral, dos quatro cantos do planeta, com a entrada em cena dos movimentos camponeses, em nosso país. São eles: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – embalado sob os efeitos das Marchas a Brasília, de maio de 2005, e do V Congresso, de junho de 2007 –, o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), todos no arco político da Via Campesina. E, mais recentemente, os Sindicatos dos Empregados Rurais (SER), vinculados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), vinculados à esfera organizativa da CUT.

³⁴³ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002.

O fortalecimento das ações conjuntas (campo-cidade) entre camponeses e proletários (trabalhadores assalariados rurais e urbanos) por terra, condições de trabalho, emprego é construído a partir dos assuntos sediados no campo de luta agrário.

Os exemplos mais marcantes se concretizam especialmente no Estado de Pernambuco, com as ações coordenadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), MST, MLST e outras organizações de Sem Terras, MAB; as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), especialmente na Região Metropolitana de São Paulo. É importante esclarecer que o MTD atua por meio das ocupações de terras, por conseguinte, dos assentamentos “rurbanos”, situados em torno das cidades de médio e grande portes, e que tem como objetivo geração de renda para os trabalhadores desempregados, na periferia, a partir do trabalho coletivo agrícola (hortifrutigranjeiro) e não-agrícola (artesanato, reciclagem, costura de pequenos vestuários) (MENEZES, 2007). O assentamento sintetiza o começo da luta com a ocupação de terras e é complementado com as “Frentes Emergenciais de Trabalho”, sendo que ambos os instrumentos são utilizados para organizar os trabalhadores desempregados da periferia, na periferia.

Também podemos listar as ações em âmbito internacional, programadas pela Via Campesina e os movimentos a ela vinculados, ao lado de organizações proletárias, que, todavia, não se restringem a segmentos ou categorias específica de assalariados (urbanos essencialmente) em diversos países, tais como as mobilizações anti-globalização, anti-FMI etc. As maiores e mais importantes centrais sindicais européias, que se destacaram em todo o período fordista, algumas reformuladas no período da pós-modernidade, não estão protagonizando as ações que mais têm marcado o cenário das lutas e a resistência de classe.

Esses impactos positivos também têm se estendido em nível internacional, influenciando amplamente dirigentes, militantes e as próprias entidades e os trabalhadores de diversos continentes, como as experiências registradas pela Via Campesina, pelo Fórum Mundial dos Pescadores, explicitadas publicamente durante o Fórum Mundial de Reforma Agrária (FMRA), realizado em Valência, em dezembro de 2004³⁴⁴. Além destas, um conjunto de ações e de referências que se multiplicam pelos movimentos sociais espalhados por todos os continentes, e que têm sido viabilizadas pelos atos e desdobramentos de todas as versões do Fórum Social Mundial (FSM), já identificado como espaço de atuação de uma Internacional Camponesa. O Comitê Organizador do Fórum assumiu, nos últimos dois anos, posição de certa neutralidade diante dos diversos interesses presentes no ambiente dos participantes, para não ter que optar claramente pela saída revolucionária, com esta ou aquela inclinação, ou pelas alianças e reformas com este ou aquele teor ou propósito³⁴⁵.

³⁴⁴ A constatação *in loco* desses eventos nos possibilitou compreender os nexos das ações políticas e a extensão das alianças, no âmbito da Via Campesina. As contribuições científicas dos *Talleres* contêm rica fundamentação teórica e evidências empíricas das lutas e ações dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, em todos os continentes, atualizadas até 2005. O documento “*Talleres – Foro Mundial sobre la Reforma Agrária*” foi acessado em 15/06/2005, mas não se encontra mais disponível no *site* do evento. Centro de Estudios Rurales y de Agricultura Internacional (CERAI). Valência, 2005. 71p.

³⁴⁵ Esse é o nosso entendimento das entrevistas e artigos, a que estamos tendo acesso, dos principais articuladores do FSM, tais como, Bernard Kayser, Le Monde Diplomatique, IBASE, por intermédio de Cândido Gryzbowski, os comentários contidos no *site* do Attack.

Poderíamos citar a erupção camponesa e do operariado mineiro/industrial, na Bolívia, os pleitos defendidos pelo Movimento ao Socialismo (MAS) e as ações organizadas pela Central Obrera Boliviana (COB) – que conseguiu, em 2003, derrubar o presidente Gonzalo Sánchez de Losada, agente do neoliberalismo e do Consenso de Washington. É importante destacar que a origem camponesa dos trabalhadores mineiros ainda mantém certos vínculos com os fundamentos culturais indígenas, influenciando as ações mais extremadas de confronto, estabelecidas, por exemplo, pela Federação das Juntas Comunitárias (FJC), organização representativa do poder democrático dos trabalhadores e do povo pobre, majoritariamente composta por grupos indígenas e mestiços, camponeses, trabalhadores desempregados, mineiros, cocaleiros, professores, estudantes etc. A FJC instruiu seus membros para formarem “brigadas armadas de autodefesa”, compostas por voluntários, para enfrentar os maus tratos e os assassinatos praticados pelas forças governamentais³⁴⁶.

Essa proposta resultou numa onda de protestos, durante o mês de março de 2005, que paralisou o país e que, até nos dias de hoje, põe em xeque o controle do Estado sobre o comando das operações produtivas petrolíferas. O chamamento da greve geral para finais de setembro de 2005 produziu repercussões marcantes para a classe trabalhadora boliviana e para os demais movimentos sociais na América Latina.

Seja o caso do estanho, até meados dos anos 1990, seja o do petróleo/gás, mais recente, seja a luta contra a privatização da água e a crescente produção monocultora e destrutiva da soja, 35% da qual são controlados por fazendeiros brasileiros – todos fazem emergir em cena as contradições do mundo rural, mas também as possibilidades de novas alianças e as bandeiras efetivas dos camponeses pela permanência na terra, melhores condições de vida, direito à alimentação e outras demandas típicas do campesinato empobrecido e condenado à miséria extremada, mas que, de alguma maneira, se juntam às ações e bandeiras dos trabalhadores urbanos, proletários (ex-mineiros) e desempregados. Porém, não é responsável esquecer que a quebra do setor mineral do país com o desmonte das empresas estatais fragilizou um dos principais setores da resistência popular na Bolívia, ou seja: a COB. Entretanto, esse processo engendrou um fenômeno de novo tipo e que vem marcando a recamponização do proletariado mineiro que se dispersa, ou a reterritorialização camponesa desse proletariado em dispersão, sobretudo pelos vales do Chapare, quando passam a se dedicar em grande parte ao cultivo de coca³⁴⁷.

Em situação caótica também se encontram os trabalhadores paraguaios, pois tanto camponeses quanto assalariados estão à margem de qualquer garantia. O Paraguai divide a liderança, com o Brasil, no primeiro lugar em concentração da propriedade da terra – já que 72% das terras estão nas mãos de 2% da população do país, ou seja, estes detêm 32 milhões de ha., enquanto 250.000 proprietários têm 1,5 milhão de ha.³⁴⁸ O descumprimento das leis e da Constituição mantém excluídos milhões de camponeses e indígenas que não têm acesso à terra ou que já foram expropriados, os quais igualmente não conseguem empregos em outras atividades. As alternativas que os movimentos sociais e mesmo os trabalhadores e multidões de desempregados encontraram

³⁴⁶ Cf. LIZARRAGA; VACAFLORES, 2008.

³⁴⁷ Cf. PORTO GONÇALVES; CÂMARA, 2008.

³⁴⁸ Cf. PALAU, 2004; PALAU, 2008.

têm sido as ocupações de terra, que, aliás, não tem sido alvo da violência costumeira, pois as alianças políticas que elegeram e dão sustentação política ao governo Lugo tem nos movimentos sociais presença marcante.

Em terras brasileiras, esses exemplos e a crueldade com que as forças regulares (Polícia Militar, Exército) e os grupos paramilitares e jagunços tratam as populações que resistem às ações truculentas de expulsão, expropriação das comunidades tradicionais (índios, faxinais, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, oleiros, posseiros, camponeses, assalariados, agregados) são a marca dos elevados índices de violência no campo.

De fato, os conflitos no campo, como demonstram os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), são uma chaga que cresce ano a ano, saltando de 880, em 2001, para 925, em 2002, 1690, em 2003, 1801, em 2004, 1881, em 2005, e 1657, em 2006. Somem-se a isto, o aspecto mais nefasto com que a violência se expressa, os assassinatos, num país que se denomina democrático e de todos, os quais ascenderam de 29 casos, em 2001, para 43, em 2002, 73, em 2003, 39, em 2004, 38, em 2005, e 39, em 2006.

Isso comprova o significado da resistência dos camponeses e das multidões de populações nativas, de desempregados, em torno do acesso à terra. Por conta disso, o assunto tem sido requalificado, diante da opinião pública internacional, que, mesmo não dando a devida atenção, mostra-se preocupada com os desdobramentos do crescimento e amplitude dos índices de pobreza, das vítimas da fome, da violência, da instabilidade política que tudo isso pode significar, de modo mais amplo para o conjunto dos países, colocando em perigo a vida para todos.

As mobilizações de Chiapas têm demonstrado ao mundo que os trabalhadores, os camponeses, os grupos e as nações indígenas estão mobilizados para a construção de novos referenciais de vida e organização autônoma, fundados em princípios de liberdade e para além das amarras do capital e de seus prepostos. Poderíamos lembrar a 6ª Declaração da Selva, de Lacandona, divulgada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em julho de 2005, a qual, de pronto, é um manifesto pelas liberdades democráticas e pela construção de uma nação livre do mando da burguesia e do capital. Ela se propõe unir concretamente a luta indígena à luta dos demais trabalhadores, por meio de uma aliança antiglobalização, expressando posicionamentos contundentes do atual estágio da luta de classes, no México, face aos mais altos níveis de marginalização social, econômica e de perseguição política, escravização e de superexploração de trabalhadores e trabalhadoras.

Em se tratando desse assunto, no México também têm comparecido às pautas de reivindicações e documentos políticos dos movimentos sociais agrários, particularmente no EZLN, os casos de superexploração do trabalho e espécies assemelhadas de trabalho degradante, que afetam diretamente trabalhadores, em sua maioria mulheres, à base de mais de 90%, tanto dos campos, quanto das periferias urbanas. Referimo-nos às maquilas ou maquiladoras.

Podemos dizer que se trata de centros de *excelência* de exploração intensiva do trabalho, para milhões de trabalhadoras(es) ou, como se fosse um *moedor de carne*, que tritura a força de trabalho e a alma do ser que trabalha. Esquema ideado pelas empresas transnacionais instaladas nas Zonas Francas que, apesar de usufruírem das benesses dos paraísos fiscais, são um

verdadeiro inferno e expressam a moderna feição da *escravidão* do capital. Essa forma específica de exploração do trabalho prima pelos maus tratos, desrespeito à legislação sindical e trabalhista, somado à ausência de políticas públicas para contingente expressivo de camponeses e camponesas que estão à própria sorte, diante da fúria da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e da Política Agrícola Norte-americana, *Farm Bill*³⁴⁹, que reiteram e intensificam a destruição das comunidades camponesas, indígenas e o *indigenato*³⁵⁰.

Da mesma maneira, o que vem sucedendo na Venezuela, particularmente o movimento nascente de reforma agrária e de expropriação de latifúndios, apesar de não explicitar com clareza os pressupostos políticos e ideológicos da edificação de um processo que comunga independência e emancipação dos trabalhadores, diante dos referenciais políticos mais gerais de gestão do tecido social, chama-nos, igualmente, todos à reflexão. O mesmo acontece com as mudanças em marcha, em relação aos recursos oriundos das exportações de petróleo, os quais passam a compor os recursos públicos para investimento no setor social (habitação, empregos, saúde pública). Historicamente, propriedade dos setores hegemônicos apaniguados do Estado, que representavam nada mais do que 2% da população e se beneficiavam dos acordos espúrios com o capital internacional, mediante o servilismo ao mandonismo dos trustes e do Estado norte-americano, agora esses recursos estão sendo direcionados para os interesses sociais.

É importante salientar que essa dimensão do conflito social, que antepõe, de um lado, os interesses populares – representados pelo conjunto dos(as) trabalhadores(as), sejam camponeses, sejam operários – e, de outro, o grande capital internacional e as frações intraburguesas, bem como setores da classe média, em suma, da luta de classes no plano internacional, evidencia o inconformismo desses setores, no sentido de que outros rumos possam estar sendo viabilizados para a economia e para os trabalhadores venezuelanos.

A resposta do *referendum* de 2004 e a recusa do povo ao golpe de Estado de 2002, além da resistência dos trabalhadores à contrapropaganda da mídia internacional, em favor do terrorismo de Estado *yankee*, evidenciam a força dos movimentos sociais, na Venezuela, e a necessidade de manutenção das lutas anticapital. E, mais, ainda: nesse aspecto, está a raiz da tomada de consciência do movimento social e das lideranças ligadas a Hugo Chaves, em direção à Revolução Bolivariana e à formulação, em janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, do socialismo do século XXI, tese que referenciou o debate das eleições legislativas de 2005, boicotadas pela oposição, mas não tão presente na politização do processo eleitoral das eleições presidenciais de janeiro de 2009, que reconduziu Chaves para mais um mandato.

Os protestos anticapitalistas continuam se ampliando: nos países centrais e nas cidades que sediam encontros das cúpulas dirigentes do G8, OMC (Seattle, Melbourne, Praga, Nice,

³⁴⁹ Cf. OXFAN (2004).

³⁵⁰ Conceito cunhado por Darci Ribeiro, na origem fundamentado na explicação da diferenciação étnica do campesinato, ganha contornos que indicam a junção das comunidades índias às práticas de organização da produção na terra em bases familiares, semelhante ao campesinato, mas que guardam ritos, hábitos e rotinas de trabalho também vinculados aos fundamentos culturais dos antepassados. A Constituição Brasileira tem, nessa expressão, a figura jurídica que designa as terras da União relacionadas ao cumprimento dos direitos originários (artigo 231). Por essa via, consagra-se uma relação jurídica fundada no instituto do *indigenato*, como fonte primária e congênita da posse territorial. Diferentemente da ocupação, que se inscreve como título adquirido, já o *indigenato* é legítimo por si, não um fato dependente de legitimação.

Hong Kong, Gênova, Rostock, na Alemanha, em junho de 2007³⁵¹) e o marco da VI Edição do Fórum Social Mundial e uma série de outros Fóruns Regionais, que gravitam nessa mesma órbita, tais como o II Fórum Social Europeu (Paris, novembro de 2003), o Fórum Social do Mediterrâneo (Barcelona, junho, de 2005).

Em outras partes do planeta, poderíamos enfatizar a luta pela autodeterminação do povo palestino; a resistência operária dos trabalhadores demitidos da Daewoo, na Coreia do Sul; as lutas dos camponeses filipinos para se manterem na terra; e, na Indonésia, os enfrentamentos recentes entre as forças de segurança e as organizações camponesas que lutam por reforma agrária e política agrícola; as mobilizações e greves no setor de transportes, na França; a aliança entre os verdes, ecologistas, movimentos camponeses, com a participação direta da Via Campesina, CPE e ONGs contra os transgênicos e na defesa das lutas pró-soberania alimentar dos povos; o direito das mulheres camponesas ao trabalho e à terra; as iniciativas dos assalariados rurais, na Andaluzia, em torno das ocupações de terra e da reforma agrária, como as experiências acumuladas do Sindicato dos Obreros del Campo (SOC), em Marinaleda (Província de Sevilha – Espanha) e o exemplo concreto da cooperativização da terra, da produção agrícola e do processamento agroindustrial³⁵²; as primeiras movimentações de diversas organizações camponesas, na Espanha, também na defesa da reforma agrária³⁵³, da democratização do acesso aos recursos, as quais, mesmo que, neste momento, estejam restritas aos dirigentes e militantes mais dedicados, já contam com a adesão de sindicatos de reconhecida expressão política, tais como o Sindicato Labrego³⁵⁴ Galego (SLG), a Assembleia de Pagesos (Catalunha), e com setores progressistas da Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG), que tem participação em todo o país, todavia com espectro ideológico diferenciado, por conta das alianças políticas e dos interesses predominantes.

Embora parte dessas lutas e confrontos não estejam diretamente relacionadas à questão da terra, os enfrentamentos e as formas perversas, materializadas pelo capital, transcendem esse recorte e ganham a dimensão da totalidade social viva do trabalho.

Ao tomarmos por base o constructo do edifício societário que vivenciamos, acreditamos que, com as relações contraditórias que regem o mundo do trabalho, na virada do século XXI, mesmo com a heterogeneização crescente e as clivagens corporativo-sindicais, é possível vislumbrar iniciativas emancipatórias, a partir das diferentes ações internas ao mundo do trabalho, as quais representam os novos meios de confrontação social e de resistência contra o capital (revoltas, rebeliões, ocupações de terra, marchas, caminhadas, paradeiros, greves etc.).

³⁵¹ Marcaram essa reunião a defasagem em relação à proposta de diminuição da emissão de gases tóxicos e a insólita proposta de “parceria” para a conservação da floresta amazônica, que já foi esboçada e deverá comparecer à pauta da próxima reunião do G-8, como também da 7ª Sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas.

³⁵² Para mais detalhes, ver Thomaz Júnior (2007b e 2007c).

³⁵³ Na Espanha, há também movimentações por parte de alguns sindicatos em torno da concentração parcelária, ou seja, o inverso da Reforma Agrária. A tradição, sobretudo das Comunidades Autônomas Cantábricas (Galícia, Cantábria, Astúrias), de parcelamento das terras em fincas de pequenas dimensões, em momento de desarticulação crescente da permanência na terra enquanto *habitat* de vida e de trabalho, como o vivenciado neste início de século XXI, torna muito difícil a viabilização da produção racionalmente compreendida em terras contínuas. A questão é que os sindicatos esvaziaram esse processo de organização em torno da concentração parcelária, pois quem dá as diretrizes é o Estado, enquanto as famílias camponesas assistem às definições, sem que tenham sob sua condução a direção desse processo. Há inúmeros trabalhos que se dedicam a esse assunto, mas indicamos texto de nossa autoria, que está fundado em revisão bibliográfica e em informações primárias que obtivemos, durante realização de pesquisa (THOMAZ JÚNIOR, 2007a).

³⁵⁴ Sinônimo de *camponês*, no idioma galego.

Isso nos autoriza a afirmar que são os trabalhadores que experimentam diferentes estágios de precarização, que, por sua vez, revelam movimentos diversos da plasticidade do trabalho (formas de trabalho hifenizados³⁵⁵, domésticos, terceirizados, subempregados, informais, camponeses com pouca terra, trabalhadores sem terra etc.), juntamente com os desempregados – enfim, os segmentos mais atingidos pela ofensiva do capital, e excluídos –, portanto, os sujeitos que propugnam as ações mais ousadas.

É como se fôssemos chamados a repensar o quadro real de embate que se estabelece no âmbito dos trabalhadores, ampliado à extensividade da diferentes formas de resistência. Apesar de haver diferenças entre elas, no tocante à intensividade, amplitude geográfica, radicalidade dos confrontos e, particularmente, clareza na defesa dos princípios libertários e emancipatórios, vale ressaltar que essas ações existem, e estão à nossa disposição para entendermos e nos inteirarmos com elas. Talvez pudéssemos assumir que as lutas e os conteúdos dos conflitos, as contradições presentes em seu interior mostram as mutações por que passam o trabalho e os impactos nas suas organizações políticas, nos movimentos sociais, sendo que são esses os vetores que se tornam singulares, na contínua redefinição/reconstrução dos territórios.

Não seria inteligente estabelecermos paralelos comparativos entre os exemplos de resistência que apresentamos e os supostos indicativos de experiência(s) revolucionária(s) do passado e mesmo àquelas que insinuam formulações teóricas ou projeções para o presente e para o futuro. Tampouco, poderíamos deixar passar que esses exemplos podem sim ser entendidos enquanto potencialidades para a construção revolucionária, apesar de que essa indicação mereça mais cuidado na sua formulação. Ousadia e indignação são dois aspectos que ancoram a defesa do socialismo como princípio de vida e de sociedade, sendo, pois, isso, divisor de águas no âmbito das organizações dos trabalhadores, em nível internacional e no Brasil.

Contrariamente, os segmentos de trabalhadores qualificados e intelectualizados inseridos nos setores mais tecnologicizados e com maior participação no processo de criação de valor, tais como, petroleiros, metalúrgicos, químicos, bancários, empregados em *telemarketing* e serviços em geral, entre outros, não apresentam o mesmo poder de resistência anticapitalista. Diferentemente da combatividade dos anos 1970, especialmente metalúrgicos, bancários e petroleiros, no Brasil, no final dessa década e em meados da década de 1980. Essas categorias foram intensa e duramente atingidas pelos rearranjos promovidos pela reestruturação produtiva do capital.

Houve reformatação das unidades produtivas, deslocalização e remodelação tecnológica, gerencial e, nos anos 1990 e 2000, particularmente nas empresas estatais, pelos Planos de Demissão Voluntária (PDV), enfim, ações que impactaram na capacidade de resistência, na intensa precarização das relações de trabalho, na despossessão, nas mudanças na subjetividade do trabalho, na identidade de classe e na liderança das lutas sociais mais gerais. Junte-se a isso a absorção de suas principais lideranças pela política tradicional, com adesão ao pacto político neocorporativo, à composição de governos, ministérios, secretarias de Estado etc., comprometidos com o projeto neoliberal de sociedade.

³⁵⁵ Cf. BEYNON, 1995.

Nesse sentido, Antunes (1999, p.217) ressalta que, “contraditoriamente, são esses setores mais qualificados os que sofrem de modo mais intenso o processo de manipulação no interior do espaço produtivo e de trabalho”. O fato de experienciarem maior envolvimento e subordinação à dinâmica (re)produtiva do capital não se traduz, no século XXI, do ponto de vista da consciência de classe, em ações emancipatórias. Aqui vale retomar o que propugna Vasapollo (2007), quando defende que “novas figuras (sujeitos sociais) devem se reagrupar em torno de um projeto de recomposição, em alusão ao proletariado, com a missão de reorganizar o conflito capital x trabalho, para revitalizar o movimento operário”. A literatura especializada, os grandes jornais, os *sites* especializados noticiam aos quatro cantos que os principais acordos que os maiores sindicatos, europeus, japoneses e americanos estão construindo contemplam a manutenção dos atuais níveis de emprego, com o aumento da jornada, sem correção ou aumento real de salário, sendo que os exemplos mais citados e lembrados são a Siemens, na Alemanha, e a Bosch, na França. No Japão, nesse processo, desapareceu o emprego vitalício e, em seu lugar, toma corpo a terceirização, que não está restrita somente aos *dekasseguis* ou trabalhadores menos qualificados. Nos EUA, além de as experiências também sinalizarem vários exemplos similares aos já mencionados, ocorre também o que se denomina de *jobless recovery*, que quer dizer recuperação da economia, sem recuperação de empregos.

A consequência imediata dessa pluralidade dos meios de confrontação que habita a classe trabalhadora é o esgarçamento dos significados do trabalho assalariado, referência do *fordismo* e de todo o empreendimento intelectual/político, que exclusivizava/exclusiviza ao operário fabril (ou puro) o sentimento de radicalidade de classe, da classe trabalhadora, em relação ao capital. (Re)compreensão do trabalho e da classe trabalhadora não é apenas uma formulação despretensiosa ou uma ideia plantada de forma irresponsável. É, sobretudo, o esforço de colocarmos nossas avaliações sob o crivo da crítica, para fazer avançar a precisão analítica dos estudos sobre o trabalho e a classe trabalhadora, nesse desafiador século XXI.

Diante desses argumentos, em que medida poderíamos apostar no movimento operário como único representante da classe trabalhadora, diante de tamanhas fissuras e fragilidades? Tampouco seria prudente e coerente reivindicar a renúncia do operariado, do sindicalismo e do movimento operário como um todo. Não é isso que pensamos, mas sim discutir, fundamentado em senso crítico e bases ontologicamente constituídas, histórica e geograficamente, para buscarmos pistas e respostas para a nossa pergunta orientadora: quem são os homens e as mulheres capazes, no século XXI, de transformar/emancipar a sociedade para além do capital?

Ainda que haja algumas nuances, aqui e acolá, as conquistas e os acertos, via cooptação, estão sendo substituídos por formas diferenciadas de acordos por empresa, substituindo o papel das centrais sindicais, pelos interesses localizados, administrados pelos referenciais das lideranças viciadas em acordos que se distanciam do *chão de fábrica* e dos interesses coletivos e de classe dos trabalhadores. No Brasil, esse processo segue o mesmo transcurso, havendo somente alguns ajustes e ações que personificam as ações dos sindicatos, das federações e das centrais sindicais.

A bandeira da emancipação de classe, da classe trabalhadora, em defesa do socialismo, reflete a radicalidade que as organizações sindicais e movimentos sociais dos trabalhadores das cidades e dos campos, e parcelas expressivas de desempregados das áreas periféricas das grandes cidades estão construindo no dia-a-dia, por meio dos confrontos com o capital e com o Estado. Mais precisamente, a maioria dos trabalhadores mais atingidos pelas redefinições da reestruturação produtiva, os que se encontram mais fragilizados e inseridos na informalidade e os camponeses materializam ações contrárias ao desemprego e à ausência de políticas efetivas pró-emprego, contra a manipulação do formato consumista/destrutivo dos conglomerados agro-químico-alimentares-financeiros; contra os transgênicos; contra as empresas e grupos que se empoderam mediante a concentração da propriedade da terra, nas cidades e nos campos; contra as reformas constitucionais que propugnam a flexibilização dos direitos etc.; contra os Estados, os parlamentos, por meio da contraposição às políticas públicas, por exemplo, de Reforma Agrária de Mercado (afinadas à concepção do BM). A esse respeito, é importante destacar as contraposições existentes entre os movimentos sociais que se situam como protagonistas dessas lutas e os setores hegemônicos que defendem ações legitimadoras das terras griladas etc.

Apresentamo-nos para contribuir com a elucidação das artimanhas e estratégias utilizadas pelo capital, que destrói vínculos identitários de classe, por meio de ações na produção, da ideologia do *toyotismo sistêmico*, da acumulação flexível e do fortalecimento das políticas neoliberais do capitalismo mundializado, voltadas para fragilizar e impedir as ações de caráter geral ou classistas dos trabalhadores, por parte dos sindicatos e do sindicalismo, que, neste milênio, amargam uma crise paralisante, a qual lhes retirou as energias utópicas da ordem do dia e *escanteou* (secundarizou) a luta emancipadora do trabalho contra o capital para “debaixo do tapete”.

Em acréscimo, a conjuntura de 2008 para os movimentos sociais é de descenso. Apesar das ações e das expressões sintomáticas, que apontamos acima, os ruídos internos ainda ecoam as dissonâncias computadas com a reeleição de Lula à presidência da República e a consolidação incontestável do projeto de dominação do capital, seja pela via do agrohidronegócio, seja pela conformação da financeirização, da opção pelas exportações, em detrimento da produção para o mercado interno, abandono do II PNRA, da Reforma Agrária etc. É extensão desse processo o posicionamento dos movimentos sociais afinados à confrontação, vinculados à Via Campesina, que constroem canais de participação, diálogo e tensionamento, no interior do próprio governo, disputando instâncias de todos os escalões e demarcando posições ora favoráveis ora contrárias às políticas de Estado, movimento que denominamos *bate e assopra*. Mas, as repercussões culminam na própria condução e (re)composição orgânica ou mesmo de rumos dos movimentos sociais.

O MAB, por exemplo, mudou sua ação política, agora não mais priorizada na resistência e organização dos trabalhadores atingidos nas *barrancas dos rios*, mas dirigida para os centros urbanos, ou seja, para o conjunto dos trabalhadores que vivenciam os estragos do capital sobre toda a sociedade, com o apoio do Estado, nesse particular mediante os altos preços das tarifas de energia elétrica. Os trabalhadores empobrecidos, desempregados, os movimentos sociais, sobretudo o MST por também fazer parte, juntamente com o MAB, da Via Campesina, em menor dimensão o MTST e MTD em momentos isolados, e a Consulta Popular como instância de maior

proximidade, são os principais apoios nessa nova fase de organização do MAB. Esse leque se estende também para as organizações comunitárias (moradores, favelados, cortiçados), as pastorais, militantes e dirigentes de sindicatos, e dos partidos políticos comprometidos com esse processo, restritos, pois, ao PSTU, PSOL, PT³⁵⁶, e a LCP (Liga dos Camponeses Pobres)³⁵⁷, reservado a Rondônia. (Eixo 2).

O foco da ação política do MAB está direcionado para a complexidade social dos centros urbanos, ao tecido social que contém os trabalhadores assalariados, desempregados, e às expressivas hordas de informalizados.

Da mesma forma que a soberania alimentar e a reforma agrária, o pagamento das tarifas de energia elétrica também recai sobre todos os consumidores, em particular dos trabalhadores, ou seja, ampliando os horizontes da especificidade equivocada que esse assunto assumiu ao ser *reservado* aos movimentos camponeses. Já o MPA expõe o *racha* que deu origem ao Movimento Camponês Popular (MCP)³⁵⁸, tendo, pois, como epicentro o apego daquele à política federal de incentivo ao biodiesel, e de atração dos camponeses à produção de matérias primas, que engessou as lideranças à militância chapa-branca e secundarizou as lutas e os enfrentamentos em busca da reforma agrária, soberania alimentar, poder popular, políticas públicas para a produção de alimentos etc. Mediante intensidade maior de divergências, as Ligas de Camponeses Pobres (LCP), sediada em Rondônia, torna público que o movimento camponês no Brasil está imerso no “jogo” eleitoral e de sustentação das elites que compõem o governo Lula, em parceria com lideranças e quadros do MST e da CONTAG que ocupam postos chaves no INCRA e que se desligaram do projeto de reforma agrária, massiva e sob controle dos trabalhadores. O chamamento público expresso no documento “Nosso Caminho”, de janeiro de 2006, ainda é o pronunciamento oficial desse agrupamento.

No interior do movimento social, as repercussões das teses defendidas pela LCP não geraram dissensões e não rebateram nos encaminhamentos e composições políticos no interior das agremiações camponesas no Brasil. Tampouco surtiu efeito no interior da composição política da Via Campesina, muito menos impactou as alianças entre as instâncias de organização dos camponeses e os setores urbanos, tais como sindicatos, associações, cooperativas.

Desse modo, enquanto alguns defendem princípios legitimamente identificados no âmbito da autonomia de classe e se recusam a endossar os esquemas de dominação, há aqueles que, por meio de campanhas publicitárias milionárias e de mecanismos de pressão sutis, por motivação e interesse pessoal e à base da força bruta, são atraídos para o campo de gravitação dos interesses do Estado e da burguesia. Milhares de trabalhadores, militantes, lideranças sindicais e do movimento operário, dirigentes partidários são convencidos a defenderem os interesses dos grandes conglomerados transnacionais, comovidos que ficam pelo forte poder de atração do mercado, das mercadorias e do consumismo.

³⁵⁶ Cf. FOSCHIERA, 2008.

³⁵⁷ Essa organização é oriunda de dissensão no interior do Movimento dos Camponeses de Corumbiara (MCC), que, por sua vez, compunha as estruturas do MST em Rondônia.

³⁵⁸ Cf. MCP - CARTA DE FUNDAÇÃO, de 05/08/2008.



À frente dos partidos políticos, dos sindicatos e das centrais, que, num passado não muito distante, defenderam os interesses da classe trabalhadora, como vimos, estão, de um lado, os movimentos sociais inseridos na temática da luta pela terra e pela reforma agrária, com vínculos e origens diferenciadas, do ponto de vista histórico e geográfico, especialmente o MST, MAB, CONTAG, LOC (Liga Operário-Camponesa), MPA, MMC, e ainda os SER's, que representam os assalariados rurais, em São Paulo, com destaque para a cana-de-açúcar e laranja. De outro lado, estão os movimentos que agem nos centros urbanos e que demandam emprego, moradia, educação etc., tais como camelôs, cortiçados, Sem Tetos, desempregados de toda sorte.

E mais, saberíamos, a partir desse *mapeamento*, reconstituir as especificidades desses territórios em conflito e disputados (Sem Terra, Sem Teto, assalariados e desempregados urbanos, informais, camponeses tradicionais, assalariados rurais, quilombolas, índios, posseiros, pescadores, ribeirinhos...)? E se considerarmos a fluidez e a plasticidade existentes no interior do universo do trabalho?

Assim, se nos guiássemos exclusivamente para compreender a realidade posta a partir das definições *apriorísticas*, não entenderíamos o universo complexo e desafiador do trabalho, tampouco perceberíamos quem são os trabalhadores desempregados dos campos e das cidades, os assalariados, os camponeses, os informais, que estão empunhando a bandeira da defesa dos princípios basilares do pertencimento de classe. Tampouco daríamos um passo à frente, se nos mantivéssemos presos às predefinições do papel do movimento operário na condução da luta de classes.

Nossas pesquisas têm demonstrado, assim como os resultados divulgados de outras investigações, que permanece, de maneira geral, o distanciamento crescente das entidades de organização dos trabalhadores formais (com carteira assinada) das suas respectivas bases sociais. O papel dos sindicatos, na atualidade, tanto aqueles que já tiveram destacado papel no acúmulo de forças e referências para o conjunto dos trabalhadores, quanto os que se inseriram mais recentemente, são poucos, e raros os exemplos que demarcam referência. A não ser pequenos sindicatos que praticam lutas de interesses dos trabalhadores e têm, no confronto com o capital, a linha de atuação política referencial.

Tampouco os sindicatos têm políticas e, por suposto, não atingem os operários de outrora, para que retornem ao “mundo proletário”³⁵⁹, ou sequer formulam políticas para essa parcela crescente dos trabalhadores, que passam a vivenciar outros espaços de inserção laboral ou buscam outras alternativas de sobrevivência, diante do duro golpe do desemprego temporário/permanente.

Enfim, tudo isso está nos cobrando (pesquisadores, sindicalistas, políticos, militantes) novas compreensões e posicionamentos, especialmente por conta das diferenças abismais que caracterizam o universo do trabalho. De uma parte, o intenso refluxo que recai, desde meados da década de 1990, sobre os setores mais próximos do núcleo central produtivo/industrial e de serviços,

³⁵⁹ Seria descabido supor que os sindicatos, considerando a equação da estrutura de poder, na sociedade do capital, pudessem ter o poder de definir perfil do mercado de trabalho, tampouco política de emprego, industrial, reinserção dos desempregados ao mercado formal de trabalho. Referimo-nos, pois, ao posicionamento de se manter a reboque do processo que se traduz em espoliação e dominação do trabalho e da classe trabalhadora ao capital.

e, por outra, o fortalecimento dos movimentos sociais diretamente envolvidos na luta pela terra, que, em sua grande maioria, são potenciados por levadas significativas dos trabalhadores excluídos do mercado formal urbano e rural. Mais especificamente, nas ocupações de terra, nas ações de resistência na terra (sem-terras, sem-tetos, atingidos por barragens, índios, seringueiros), que recobrem parcelas expressivas de camponeses e produtores familiares com pouca terra, desterrados, assalariados e elevados contingentes de desempregados oriundos dos campos e dos centros urbanos. Um amplo arco de trabalhadores e suas formas de organização se identificam com esses referenciais de luta e de resistência.

Dessa maneira, os sindicatos têm seus desafios multiplicados, principalmente no que tange às ações políticas de confronto com o capital e os inimigos de classe. O significado mais expressivo da inoperância da ação sindical reside no fato de haver a predominância do distanciamento da luta de classes, para a maioria das entidades/agregações e suas vinculações federativas/confederativas e junto às centrais sindicais. O fato é que não tem conseguido promover uma ofensiva que recoloca em primeiro plano o internacionalismo do trabalho e um projeto de sociedade marcadamente anticapitalista³⁶⁰.

Mesmo diante desse cenário de imobilismo mais acentuado, verificado para o operariado, a bandeira da reforma agrária e todo o contexto social e político que mobilizam ainda serão relegados por expressivo contingente de militantes, políticos, pesquisadores e cientistas, por não prescreverem os caminhos previamente traçados de como devem ou deveriam ser/conter as lutas emancipatórias, ou mesmo que apostem na revolução socialista. Poderíamos indagar: com esses ou aqueles elementos, determinados pelos arranjos da conjuntura e das alianças políticas, não têm credibilidade revolucionária, porque não foram capazes de destruir a propriedade privada da terra?

Por aglutinar, certamente, maior contingente de informalizados, camponeses e não de operários (assalariados) puros/clássicos, aliás, estes massacrados pela fúria destrutiva do capital, menos atenção ou importância se reservaria ao tema, já que não conteria os aspectos elementares e predefinidores do *momento (time) revolucionário*. É como se se mantivesse a *sete chaves* o pensamento de que, pelo fato de não protagonizarem contradição no âmbito do processo (re)produtivo do capital, se situam fora das relações sociais fundamentais que estão na base da produção e realização de mais-valia. No máximo, na qualidade de trabalhadores secundarizados, descartáveis ou irrelevantes, não podem oferecer resistência interna quanto ao processo de reprodução de capital, não podem recusar o trabalho ou não podem fazer greve; enfim, não oferecem ameaça ou resistência ao *establishment*³⁶¹.

De fato, esse processo é, pois, revelador de mudanças importantes na dinâmica geográfica do trabalho, no século XXI e, conseqüentemente, às instâncias de organização, aos sindicatos, aos movimentos sociais. Os principais protagonistas das lutas de resistência e de confronto com o capital, Estado e setores dominantes da burguesia não mais se restringem às fábricas, como nos tempos do assalariado formal, mas sim a fábricas terceirizadas, às versões domiciliares do espaço fabril (molecular), às ruas, às favelas, aos cinturões periféricos dos médios e

³⁶⁰ Cf. SANTOS, 2006.

³⁶¹ Cf. MARTINS, 2001.

grandes centros urbanos, nas ocupações de terras, nos assentamentos rurais, nos cortiços etc. Se isso não bastasse, esse retrato da diversificação geográfica do trabalho responde, via de regra, às formas degradadas da vida dentro e fora do trabalho, ou seja, o desempregado ou quem vivencia experiências diversas de baixa remuneração, quase sempre na informalidade, que mora precariamente, que se desloca à procura de lugares compatíveis à sua capacidade de pagamento de renda, o morador de rua, os acampados e assentados etc.

Desse ponto de vista, por não conter no seu núcleo central os sujeitos revolucionários, ou *a priori* assim definidos, a luta pela reforma agrária e o conjunto de lutas que daí pode derivar estariam fadados ao insucesso.

8.1. O ser camponês sob fogo cruzado

Há posições distintas com respeito à existência, aos papéis e às perspectivas históricas para o campesinato. Na maioria dos casos estão vinculadas às elaborações/teorizações cerram fileiras não somente nos círculos acadêmicos/universitários, mas também internamente ao próprio movimento camponês, e sindicatos e partidos políticos em menor escala.

A esse respeito, podemos nos basear nos exemplos do Sistema Cooperativo dos Assentados (SCA), vinculado organicamente à Confederação das Cooperativas de reforma agrária (CONCRAB)/MST. Em “O que levar em conta para a organização do assentamento”, documento originário da própria direção nacional do MST, está explícita a ideia de que, para a superação da miséria e da fome, nos assentamentos, faz-se necessária a superação da condição camponesa.

Além disso, ignorando as contradições inerentes à própria existência e sociabilidade camponesa, o documento assevera que, pelo fato de “organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, o campesinato tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista” (CONCRAB, 2000, p.07). O documento também expressa a posição dos dirigentes e coordenadores nacionais do MST, em relação à dimensão dos camponeses, especialmente os assentados, enquanto classe social, pois argumenta que não possuem “consciência coletiva”, sendo que a causa principal é a maneira como estão inseridos no processo produtivo.

Em outras palavras, por serem produtores autônomos de mercadorias e, em grande medida, de produtos para subsistência, não visualizam o seu explorador, considerando que não há patrão. E, por não compreenderem o processo de exploração do seu trabalho e da família, quase sempre dirigem suas contestações ao governo ou aos setores dirigentes, restringindo suas reivindicações à garantia de melhores condições de preços. Por outro lado, o que constatamos, por meio das pesquisas diretas e dos resultados também colhidos por outros pesquisadores dedicados ao tema, é que a maioria dos trabalhadores, contrariamente ao comando dos coordenadores nacionais do movimento, quer manter o controle do processo como um todo, identificando-se com a policultura, ainda que almejem alcançar o mercado.

Apesar de ainda prevalecerem essas orientações, nota-se também alguns pequenos ajustes, sobretudo com a intensificação da aproximação do MST da Via Campesina. A defesa da recuperação de práticas e saberes das comunidades camponesas vem sendo incorporada, devido à sua eficácia quanto à resistência na terra. O que antes era uma irracionalidade, ou regressão, passa a ganhar um colorido pontual, pois não tem significância na prática cotidiana na estruturação dos assentamentos, pois o pensamento que hegemoniza está alicerçado na compreensão de que se faz necessário o desenvolvimento das forças produtivas e a inserção dos assentamentos na produção de mercadorias e nos mercados, como prerrogativa para garantir a resistência da estrutura camponesa e familiar no campo³⁶².

Até certo ponto, é inegável haver uma convergência de rumos entre o que defende parte dos dirigentes do MST e os setores hegemônicos que estão à frente da formulação e execução das políticas públicas e, especialmente, nos órgãos de fomento do capital (BM). Tanto para os setores do movimento social quanto para os artífices do movimento do capital, é unânime a extinção da condição camponesa. Entretanto, para os primeiros, isso é necessário para se alcançar o desenvolvimento social dos assentamentos, seguido do aumento da produção, da produtividade e melhores condições de competitividade no mercado, algo à semelhança de um *capitalismo sem capital*.

Já para o outro segmento, é imprescindível que isso ocorra, porém com o diferencial de que tudo estaria subsumido à lógica do capital, ao sabor das técnicas e tecnologias (equipamentos e insumos), e estaria assumindo a gestão do empreendimento um novo sujeito, agora agricultor familiar, filiado aos pressupostos de gestão de uma empresa, e não mais à família, como elemento nucleador do produtor rural. E é exatamente sob esse marco referencial que, no contexto atual, a tendência de afirmação dos pequenos produtores rurais familiares colide com a determinação dos interesses de classe das classes dominantes, fortalecidas por meio das políticas econômicas governamentais, que se consumam na saída da agroindustrialização, moldada na concepção das grandes plantas processadoras e, portanto, no privilegiamento da grande empresa capitalista direcionada para a produção de produtos para a exportação.

Sob esse *fogo cruzado*, verifica-se haver discordâncias abissais no âmbito das disputas de classe, em sentido mais geral, bem como disputas internas ao movimento social, que marcam compreensões alternativas de futuro muito diferenciadas para os camponeses, as quais requerem de nossa parte envolvimento direto no debate público.

O que está em questão não é posicionar-se contrariamente às técnicas, mas aos pressupostos de sua utilização, objetivos e funcionalidade, diante da ordem metabólica do capital. Com os interesses vinculados à destruição dos Biomas e seus ecossistemas, de desempregar a qualquer custo para pôr em marcha o desenvolvimento das forças produtivas em nome do progresso, das técnicas, do aumento da produção de alimentos – sob o argumento de barateá-los –, sem que a sociedade e os trabalhadores possam criticar e, democraticamente, decidir por outra alternativa, isso não nos é aceitável.

³⁶² CARVALHO, 2000.

Como a técnica e a tecnologia não estão orientadas para se converterem em instrumentos naturais para a abundância ilimitada para todos, nem as dimensões destrutivas do capital podem ser entendidas por fora do paradoxo: mais condições técnicas/maior destruição da natureza e da sociedade. Parafraseando Marx, e retomando da Introdução, queremos asseverar que, se a técnica e a tecnologia não são contra o trabalhador, mas a favor do capital, o que fazer?

Subverter a ordem e apostar em novos referenciais e pressupostos de gestão da sociedade, porque a questão central não está nas técnicas em si, contudo acreditar na superação da sociedade do capital. Isso requer que coloquemos ao revés os interesses e objetivos que são atribuídos ao trabalho e aos meios de produção, isto é, vinculá-los à produção de bens, de valores de uso, para assegurar o bem-estar da sociedade e dos trabalhadores, e não ao circuito destrutivo de produção de mercadorias e de mais-valia. Eis o que se reserva ao desenvolvimento científico e tecnológico, da mesma forma que a sociedade deve controlar os investimentos públicos na produção de tecnologias específicas, com fins e objetivos planejados para todas as esferas da vida – dentro e fora do trabalho.

Poderíamos ainda afirmar que há uma positividade nas inovações tecnológicas que liberam força de trabalho (no corte da cana-de-açúcar, nas montadoras do setor automobilístico, nos bancos, na minas, nos alto-fornos etc.). O fato é que estamos diante de uma contradição candente, pois, ao mesmo tempo em que registramos avanços do processo civilizatório, os impactos sobre o trabalho são perversos e contundentes, porque as inovações ocorrem de acordo e guiadas pela lógica do capital.

Tenderíamos, ainda, a ponderar que há um distanciamento entre aquilo que poderíamos ser como indivíduos humano-genéricos, em se tratando de possibilidades concretas de satisfação e de melhoria da qualidade de vida e as impossibilidades estruturais de realização plena. No entanto, se apreendemos esses “espectros” como algo posto e que pode se realizar sob a forma societária do capital, desfocamos nossas atenções das tais contradições candentes de nossa época, como é o caso do sociólogo italiano Domenico De Masi (1999)³⁶³, quando formula sobre o ócio criativo e a sociedade do tempo livre.

Seguindo a linha de argumentação que Alves (2001) advoga, pensamos que não há como negar que, mais do que em qualquer outra época, há inúmeras possibilidades concretas, mas que é tão-somente um “espectro”, sabendo-se, assim, que a lógica do capital impede, cada vez mais, o desenvolvimento de um autêntico tempo livre, um ócio criativo de fato. Ou, ainda, o capital tende a travar a realização plena das possibilidades civilizatórias.

Há, todavia, uma convivência contraditória entre as formas espectrais do capital (ligadas, então, ao desenvolvimento das forças produtivas) e as formas regressivas, sempre vinculadas às condições objetivas do passado, via de regra assim denominadas para caracterizar retrocesso, em todos os sentidos da palavra. É como se disséssemos que o capital recupera, redimensiona e recria relações pretéritas de trabalho e de produção, capitalistas ou não, com o objetivo de deslocar suas contradições internas, e isso não quer dizer que estamos voltando ao passado, regredindo – como preferem os mais pessimistas. É por isso que a recriação do

³⁶³ A referência é ao livro *A sociedade pós-industrial*, que contém diversos artigos de convidados, entre os quais destacamos o texto do mencionado sociólogo – “A Sociedade pós-industrial”.

campesinato pelo capital deve ser compreendido no contexto das contradições de seu próprio metabolismo. Quer dizer, a presença do camponês, por si só, não anuncia o atraso ou os vínculos com o passado arcaico, mas as necessidades do capital em garantir os mecanismos para a manutenção da sua reprodução ampliada.

A sensação que temos é de que os espectros nos projetam para o futuro e as formas regressivas do capital nos remetem para o passado, tais como, a título de exemplo, a existência camponesa. Decorre dessa circunstância o fato de termos incorporado as formulações teóricas que referenciam nossos estudos e reflexões para além do capital. Ou seja, essa é a nossa referência de superação e emancipação social do trabalho sob o jugo do capital, e não creditar à existência de determinadas externalidades do trabalho, *de per si*, o atraso material, social, que está embutido na essência do modo de produção, desconsiderando, por conseguinte, os vínculos históricos dos atores sociais com o metabolismo do capital. É o caso da remuneração do trabalho por produção, como o que vige para o corte da cana-de-açúcar, baluarte do “moderno” agronegócio. Seria o mesmo que dizermos que o arcaico – entendido como pré-capitalismo, ou o insuficiente desenvolvimento da produção capitalista – está superado.

No entanto, o arcaico que se espalha em diferentes manifestações pelo mundo, “desde os países periféricos até as periferias dos países centrais é a própria configuração deste modo de produção. O que se chama de progresso não passa de uma forma ideológica de um impressionante retrocesso”, ou ainda, esta é uma situação que compreende o “arcaico recriado pelo capitalismo na era do seu triunfo” (MENEGAT, 2007, p. 26).



Apesar de ainda possuírem relativa autonomia, considerando-se a correlação de forças, os camponeses resistem a essa avalanche do formato único, do moderno, à especialização, ao endividamento bancário, porque têm clareza de que sua permanência enquanto atores-sujeitos está em risco.

A própria história tem mostrado que a defesa da especialização da produção pode ser a entrada dos produtores familiares nas enrascadas dos financiamentos bancários, assunto tão conhecido dos camponeses brasileiros e de suas entidades de organização. O deslumbramento das novas tecnologias e equipamentos é o que está subentendido, nessa proposta, para viabilizar a competição com os produtores capitalistas.

Estamos de acordo com Oliveira (1991), quando pondera que a agricultura camponesa, ao contrário, deve adotar a alternativa defensiva de recuperação da policultura, baseada na produção da maioria dos itens necessários para a manutenção da família camponesa, em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa e amparando-se no paradigma agroecológico. Ainda que as pressões sejam direcionadas para a especialização, por meio da policultura, os camponeses produziram “vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros” (OLIVEIRA, 1991, p.50).

Esse é um aspecto de muita importância para a disputa político-ideológica e para a manutenção concreta do campesinato, já que a unidade de produção camponesa ou comunitária (onde se avança para essa forma de organização) está apta a produzir uma grande diversidade de produtos e subprodutos de origem agropecuária, bem como oriundos do extrativismo, da pesca, incluindo não somente as comunidades de pescadores artesanais, mas também os criatórios.

Tudo isso está vinculado à cultura histórica da policultura, que se expressa numa infinidade de saberes e modos de lidar com a terra, com a água, com as sementes, com os bosques, com os animais, com a vida em geral, que tem possibilitado aos camponeses autonomia econômica, política e, especialmente, a oportunidade de se manterem, histórica, social e territorialmente.

Essa nova Geografia reflete, por consequência, o modelo agrícola que deve estar baseado na agroecologia e na diversificação da produção e não nos esquemas que os vinculam às grandes estruturas produtivas, tais como os sistemas integrados – cujos exemplos atingem a exaustão – largamente explicitados por Oliveira (1981), desde a década de 1980, e o que renasce das novas investidas do agronegócio, protagonizado pelos grandes conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, com base na *commoditização*, portanto, na inserção internacional de produtos homogêneos e na ciranda especulativa das Bolsas, que abre as portas para os investidores/especuladores internacionais.

Há, por conseguinte, uma disputa ideológica de projetos de sociedade em questão, e não somente os efeitos aparentes da substituição das terras de pastagens degradadas, e de culturas anuais por cana-de-açúcar, em detrimento da produção de alimentos.

Por isso, não podemos nos esquecer dos desdobramentos do que está ocorrendo no Pontal do Paranapanema, ou a complexa trama de relações que sintetiza os interesses dos grileiros/capital agroindustrial canavieiro, e que dá liga à dinâmica do agronegócio, e, portanto, aos interesses do capital estrangeiro – o que, aliás, se repete para outras Regiões e Estados – e que fizeram saltar a participação do capital estrangeiro na agroindústria canavieira no Brasil, de 5,7% em 2006, para 12% em 2007. É o caso dos rearranjos que a Odebrecht S/A vem anunciando, motivados por suas operações no Pontal do Paranapanema, a partir de 2006, com a aquisição da Destilaria Alcídia e, em 2007, da Nova Conquista do Pontal, ainda em construção, para a viabilização do seu projeto estratégico a fim de atuar no setor de bioenergéticos ou, mais propriamente, de combustíveis líquidos. Para tanto, viabilizou seu intento, mediante a recente operação junto à ETH Bionergia S/A, que se encarregará da comercialização de açúcar, álcool e cogeração de energia, e da participação da megaempresa japonesa Sojitz, *trading* que tem na sua retaguarda mais de 600 empresas subsidiárias e coligadas nos cinco continentes e que, desde outubro de 2007, passou a controlar 33% das ações da ETH, junto à Odebrecht (Eixo 2.1).

Já as experiências de agricultura camponesa, a partir da diversidade dos ecossistemas, permitem o uso de múltiplas tecnologias e conhecimentos tradicionais na preparação das sementes (sementes crioulas, no linguajar popular), na produção agroflorestal, agropastoril, e na integração de ambas, dentre outras.

De forma mais abrangente, isso está contido na valorização da cultura, na preservação da biodiversidade, dos recursos naturais para a humanidade e para as gerações futuras,

bem como na autonomia dos povos e das comunidades, para decidirem livremente vínculos que a produção agropecuária teria com os consumidores, baseada, pois, nos pequenos circuitos de produção/consumo.

Isso quer dizer que o exercício e a edificação de vínculos para a consolidação da soberania alimentar, a começar pela abrangência da territorialidade dos consumidores, estaria definida pela dimensão das áreas de produção, as quais não privilegiariam as grandes distâncias, e, ainda, na qualidade/sanidade dos produtos e preços remuneradores para os produtores e suas famílias³⁶⁴.

Esse patrimônio cultural está sendo duramente atacado e dilapidado pelas ações orquestradas do grande capital, dos setores da burguesia, dos Estados nacionais comprometidos com o desmonte das experiências comunitárias e autônomas, em nome do projeto único de modelo de sociedade, baseado na mercadorização de tudo e de todos, e na autonomia do capital em guiar os desejos e os valores para toda a sociedade. Os instrumentos mais chamativos desse processo são os insumos mecânicos, físico-químicos, farmacêuticos, genéticos, representados, na atualidade, pelas sementes transgênicas e escudados no projeto hegemônico que os apresenta como defensores dos interesses das técnicas e da modernidade. São oferecidos para substituir/eliminar as comunidades que ainda manipulam suas sementes, suas mudas, que se dedicam às práticas artesanais e que, por conta própria, fazem o melhoramento dos animais, convivendo de forma sustentável e autônoma com a biodiversidade.

Portanto, é imprescindível apostar na resistência e na busca de alternativas direcionadas para a construção da autonomia dos trabalhadores. Somam-se a esses argumentos as formulações de González de Molina e Sevilla Guzmán (2000), quando defendem a produção e organização produtiva camponesa sob os princípios da agroecologia, porquanto, de um enfoque transdisciplinar, que aborda a atividade agrária desde a perspectiva ecológica, propõem a vinculação entre solo, planta, animal, ser humano e modo de produção; além disso, acrescentaríamos a urgência de a emancipação anticapital de toda a sociedade considerar necessariamente o viés ecológico, porque somente assim poderá repor a dialética entre sociedade-natureza.

8.2. Por uma práxis teórico-política emancipadora a ser construída no território da luta de classes

O essencial está em não desconsiderarmos os processos sociais que modificam os sentidos e as significações do trabalho no século XXI. Esses têm sido ampliados, como já vimos, e revelam um sem-número de formas de explicitação do conflito de classe, ou lutas de resistência, desde as manifestações contra o projeto destrutivista dos grandes conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros; as greves em setores vitais da economia, mas cada vez mais raras e pontuais; passando pelas manifestações de confronto estabelecidas entre os sem-tetos e desempregados e poder público; as experiências dos assentamentos rurais, bem como as diferentes realidades que o

³⁶⁴ Podemos aprofundar esse assunto em Thomaz Júnior (2007a).

campesinato experimenta, quando vive a descamponização e quando se recamponiza (inclusive, com o ingresso em suas fileiras de trabalhadores urbanos), e daí as ocupações de terra, produzindo novas experiências no interior do território da luta política e de sobrevivência.

É por isso que as práticas de resistência e de persistência nos indicam haver certa continuidade no tempo, ou seja, o desaparecimento e a expropriação do campesinato devem ser tomados não como um processo clássico de expulsão e de conflito, porém como parte dos desafios impostos pela capitalização da agricultura, das políticas agrárias e agrícolas implementadas pelos Estados e de todo o empreendimento contraditório da dominação do capital. Exemplo apropriado para esse caso são as experiências comunitárias de uso coletivo da terra ou de mecanismos de transmissão de patrimônio, também denominadas comunidades tradicionais ou de resistência, com ocorrência na Amazônia Ocidental³⁶⁵. Diferentes ou estranhas às normativas da sociedade burguesa ou ao direito romano, acrescentam aprendizados à dimensão camponesa e às experiências de vida, longe de serem entendidas ou classificadas como regressivas, que possibilitam o reencontro do homem, e da sociedade com a práxis e convívio com as técnicas e procedimentos de trabalho regidos pela prevalência da produção de valores de uso. Isso não quer dizer que estamos defendendo o retorno às cavernas ou a quebradeira geral do aparato tecnológico e a negação de forma indiscriminada e radical às técnicas, mas que possamos vislumbrar ser importante e necessário os trabalhadores, as comunidades organizadas decidirem o que produzir, como produzir, com base na satisfação e na qualidade de vida do coletivo. Trata-se de uma construção? Claro que sim, mas que já começou a ser efetivada!

Deixar de ser camponês e vivenciar o universo clássico do trabalhador proletário, com ou sem vínculos formais, ou externalizando, no limite, a plasticidade do trabalho constantemente redesenhada, podendo então, participar das inúmeras formas de subordinação e de dominação às relações hegemônicas capitalistas, é um aspecto da realidade do trabalho a ser considerado nas nossas pesquisas, sob pena de negligenciarmos sua própria existência diferenciada e contraditória, na sociedade do capital. Da mesma maneira, como já apontamos, o contrário também se dá, de sorte que não podemos estar blindados a esses movimentos apenas para cumprir os requisitos dos *manuais*. Portanto, a materialidade e a subjetividade do trabalho são elementos centrais para termos em conta, nas nossas investigações, a própria composição da classe trabalhadora, os elementos ideológicos que se fazem presentes na edificação dos embates com o capital e setores hegemônicos, assim como na disputa política mais geral.

Nessa perspectiva, a existência do trabalho estranhado ou do estranhamento como condição para a reprodução dos valores da sociedade do capital é a garantia dos pressupostos controlistas dos setores hegemônicos e do Estado sobre o trabalho. Já noutra circunstância, vale insistir, no retorno à experiência camponesa e no ingresso às novas relações (para os que não as conheceram anteriormente, nem nas gerações anteriores), vínculos sociais são reavivados (ex-camponeses e descendentes) e inovados (para os que nunca tiveram vínculos com a terra), respectivamente. Esse eixo bifronte da materialização camponesa tem demarcado politicamente a negação à proletarianização completa, o pagamento/transferência da renda da terra e a assimilação do

³⁶⁵ Cf. OLIVEIRA, 2006; PORTO GONÇALVES, 2004.

extermínio do modo de vida camponês. É exatamente por isso que conseguem manter viva a disputa por território; mais ainda, a permanência e a garantia do território camponês.

Tudo isso compõe os elementos que definem posições político-ideológicas e a construção de projetos de classe, podendo variar segundo a trajetória de vida e de incursão geográfica e histórica, nas demais atividades laborativas sob o predomínio de determinadas relações de produção e de trabalho, as quais também expressam diferentes relações de trabalho e de acesso à terra.

É importante também que consideremos o fato de que a dupla e contraditória situação do campesinato em relação ao processo produtivo gera uma consciência de classe ambígua. Isto é, como proprietário, pensa na terra e nos frutos dela, mas, como trabalhador, pensa nas formas de drenagem/transferência (extorsão) da renda fundiária, que ocorrem na circulação dos produtos do seu trabalho. Isso rebate diretamente na sua compreensão enquanto classe social, portanto, na consciência de classe, porque pressupõe o conteúdo da luta anticapital, tendo em vista que, para não vislumbrar seu fim, o camponês se opõe à produção/expansão territorial do capital, de sorte a negar a destruição de seu modo de vida. E mais: nesse gesto, revela para si e para as demais classes sociais sua oposição ao capital, mas, contraditoriamente se reafirma no interior do processo capitalista de produção, pois sua recriação segue a lógica inscrita nas próprias necessidades do capital, já que vive a transferência de riqueza que a sujeição da renda da terra pressupõe/determina.

Nesse sentido, a compreensão que se tem – ou, ainda, a superação – da sua situação social não vem, portanto, de dentro de sua condição contraditória de classe. Em termos históricos, é somente quando o capital procura transformá-lo num trabalhador para o capital (um operário indireto)³⁶⁶, um expropriado da terra e vendedor apenas da força de trabalho (proletário), que explicita sua consciência ambígua e se entende como classe para si, em sentido pleno do conceito. Despovoada das mediações que definem o enraizamento das diferentes categorias sociais, essa definição é, pois, uma simplificação esvaziada de conteúdo, e apenas reproduz noções preconcebidas, sem potência explicativa.

Assim, o anticapitalismo inscrito no camponês nasce contraditoriamente do próprio antagonismo de classe que lhe é intrínseco, mas que tanto contém o limite da consciência de classe, quanto nela também reserva as potencialidades para a efetivação da consciência, como processo em construção.

Numa passagem elucidativa do que estamos tratando, podemos perceber os elos defendidos para o reconhecimento da sociabilidade do camponês, no contexto histórico de meados do século XIX, numa França abalada pelo *golpe bonapartista* de 1851.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo [...] Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo [...], nenhuma diversidade de desenvolvimento [...] nenhuma riqueza de relações sociais³⁶⁷. (MARX, 2002, p. 127).

³⁶⁶ Cf. MARTINS, 2001. Não nos baseamos nessa obra para discutir a questão de classe que envolve o trabalho, na atualidade, e a tentativa de focar o campesinato nesse contexto de redefinições como parte do movimento de plasticidade. Com ela, sintonizamos alguns aspectos que aparecem no texto, para ampliar nossa interlocução.

³⁶⁷ É importante lembrar que é desse contexto que são extraídas as avaliações de Marx, de um momento histórico determinado e específico, para sustentar posições/avaliações vinculadas a outro tempo, ainda que haja ligações de semelhança, senão de outro conteúdo social. Por exemplo, o que marca, em *O 18 Brumário*, para grande parte dos leitores (marxistas ou não), é a

É certo que esse isolamento e individualidade atribuídos aos camponeses pré-definem explicações³⁶⁸ que nem sempre podem evidenciar os intercâmbios de relações que passam, de fato, a existir no cenário camponês do século XXI. É o que podemos identificar de forma mais enfática, nas palavras de Marx (2002):

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (MARX, 2002, p. 127-128).

Já as ponderações de Thompson (1998)³⁶⁹ indicam que “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma”, tendo em vista que formação da classe e consciência de classe são faces de um mesmo processo. O não entendimento dessa condição pode endossar um modelo de desenvolvimento da classe por etapas, em que a consciência seria uma espécie de derivação da etapa superior da classe (THOMPSON, 1998, p.105). O entendimento de classe como uma categoria histórica é a sustentação da crítica ao entendimento que faz prevalecer a teoria sobre o fenômeno histórico, tornando dessa forma, a classe uma categoria estática. Está presente na posição de Thompson (1998) sobre o componente estático de classe, a crítica à existência de uma vanguarda que saberia, mais que a própria classe, quais seriam a consciência de classe conveniente.

Toda a polêmica característica desse assunto não está em foco, neste momento, mas, sim, o fato de que essas duas dimensões (relacionamento e organização/interesses de classe) referenciam o conceito marxiano de classe social, pensamos ser mais apropriado considerá-las de forma articulada. Nesse sentido, não é necessário ceder aos apelos de Bourdieu (1996), quando propõe rupturas com a teoria marxista, tendo em vista a restrição da abrangência da análise social e a insuficiência para explicar o mundo social, basicamente porque privilegia a esfera economicista. Não concordamos com essa postura, até porque Marx não se propôs edificar uma teoria sobre as classes³⁷⁰ e também porque o engessamento dessa categoria de análise a torna um empecilho para o exercício da investigação científica e da ação política transformadoras. Isso não quer dizer que deixamos de reconhecer haver uma lacuna na produção intelectual-acadêmico-política de estudos sobre as classes sociais, diante da diferenciação social na atualidade, e não por isso que

comparação que Marx faz entre a pulverização das famílias camponesas pelos campos e um *saco de batatas*, isto é, considerando que “a grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas”, da mesma maneira que batatas em um saco.

³⁶⁸ Poderíamos lembrar, um dos textos mais conhecidos de Lênin: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, 1985; de Engels, *O problema camponês na França e na Alemanha*, 1981; de Kautsky, *A questão agrária*, 1980, que, se entendidos também de forma isolada, descontextualizados das lutas políticas travadas no interior da social-democracia e fundadas na avaliação de que o caminho revolucionário ou a construção do socialismo passava pelo comando da indústria moderna nascente, portanto, necessariamente, pela organização do proletariado, pretextando o poder político em detrimento dos demais segmentos dos trabalhadores, naquele momento, incapazes de se apresentar para essa tarefa. O rico debate que dessas obras e de toda essa época extraímos, se não corretamente entendidas, por fora do contexto histórico, não serão devidamente compreendidas.

³⁶⁹ No texto *Algumas observações sobre a classe e falsa consciência*, Thompson (1998) reafirma suas teorias sobre classe social e aprofunda um debate rico e estimulante para novas pesquisas.

³⁷⁰ Como é do conhecimento geral, o Manuscrito (Livro III, Volume III, Capítulo LII) termina sem antes começar a discussão sobre classes sociais propriamente ditas.

endossamos o fato de que “as classes sociais não existem.” Tampouco, que “o que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer” (BOURDIEU, 1996, p.26-27).

A práxis que acreditamos ser o procedimento mais correto para apreendermos esse movimento e as mediações que o redefinem, constantemente, constituem também o recurso para compreendermos as mutações internamente ao universo do trabalho. Mais do que isso, até captarmos a plasticidade existente entre as diferentes formas geográficas, que nada mais expressam do que as formas de externalização do trabalho.

Esse debate vai nos possibilitar discutir a contemporaneidade da divisão social/territorial do trabalho, mediante o processo do metabolismo social do capital e em essência a composição das classes sociais. Assim, o quadro social que se nos apresenta, rico em contradições e externalizações do ser que trabalha, requer nossas atenções às obras clássicas, mas, também, que foquemos o fenômeno do trabalho no contexto histórico, ou seja, que o situemos no âmbito da diferenciação social, na atualidade.

É por isso que enxergar o camponês, no Brasil, significa não somente entendê-lo como *par siamês* da franja social que *engorda*, que se amplia com a intensificação da precarização, como alardeado pela grande imprensa e os *intelectuais de plantão*. Significa compreender que há uma crescente fluidez de mundos e de relações no universo do trabalho e que, além de ganhar em quantidade com a complexificação e com a heterogeneização do trabalho, especialmente por meio da consolidação das hordas de desempregados, marca também posições políticas afinadas historicamente com o campesinato, particularmente com a postura anticapital e a negação à ruptura dos valores culturais da *campesinidade*, como nos indica Woortmann (1990).

É imprescindível, diante desse rico processo de redefinições e de mudanças de papéis e de expressões sociais, entendermos os conteúdos espaciais, os nexos e os significados territoriais da luta de classes, os quais se materializam rompendo as fronteiras cidade↔campo, nesses estágios diferenciados da existência do trabalho: camponês↔operário/proletário/informal↔camponês, ou operário/proletário/informal↔camponês↔operário/proletário/informal.

Pouco ou quase nada conseguimos entender e explicar desse intrincado quadro societário do trabalho, se apenas considerarmos que existem proletários e subproletários (a legião de informalizados), e o *lumpen* que habita a franja desse processo e vivencia situações extremadas de desemprego e despossessão. Insistimos na oportunidade de defendermos a necessidade de ultrapassar as conceituações *apriorísticas* que, além de não oferecer potência analítica, pouco contribuem para compreendermos as contradições do processo social e redefinir para o nosso tempo quem são os homens e as mulheres, os movimentos sociais, ou os sujeitos sociais, capazes no século XXI de transformar/emancipar a sociedade para além do capital.

Daí ser necessário que compreendamos as dimensões do trabalho, nos campos e nas cidades, e suas diferentes formas de explicitação laboral, conteúdos sociais e dinâmicas geográficas, com particular atenção para as ações coletivas, para os movimentos sociais. É por isso

que se erguem desafios importantes para as pesquisas, quando se põem em relevo os elementos que compõem a subjetividade do trabalho ou sua forma de ser, no âmbito da luta de classes.

Desde os significados da condição proletária, do sentir-se proletário e dos desafios que tanto podem abalar o trabalhador quando vivencia a despossessão ou formas desrealizadas, já na informalidade, quanto a negação de ser operário estar ideológica e politicamente vinculada à sua emancipação de classe, ou à afirmação de outra realidade metabólica, para além do capital. Não é o caso de fazermos revisão bibliográfica para situar esse pensamento no âmbito da obra marxiana, muito menos aprofundar o debate em torno das teses a que nos filiamos no debate marxista.

É importante que atentemos para o fato de que deixar de ser operário (negação do ser operário) pela via da emancipação de classe e, portanto, a afirmação de um ser livre e liberto do capital, é muito diferente quando se tem a condição de não ser mais operário, pela via perversa da (des)realização e da dessocialização do trabalho. Nessa condição, pois, o trabalhador vivencia exemplos diferenciados no quadro da informalização, que em alguns casos pode até reservar-lhe experiências de autonomia, todavia restritas às alternativas de sobrevivência e não enquanto emancipação. De modo análogo à ética camponesa, na qual terra, trabalho e família são valores que figuram não somente no universo moral, mas também como nucleadores dos princípios da hierarquia interna da família e da organização política dos trabalhadores, com desdobramentos na militância e participação na construção de projetos coletivos, tais como ocupações de terra, com o objetivo de forçar ações e políticas públicas para a reforma agrária.

Não obstante, esses elementos juntos compõem uma ordem moral de forte determinação religiosa³⁷¹, que deve ser apreendida na sua profundidade histórica e dimensão geográfica atual, por exemplo, no interior dos assentamentos, nas formas específicas de organização das famílias, no lote, e, o que é essencial, no posicionamento no ambiente da luta de classes.

Não é, portanto, por fora das sociabilidades do trabalho que situamos as questões imanentes à condição humana, que, por sua vez, se fazem presentes nas instâncias de organização (sindicatos, centrais, cooperativas, associações, partidos políticos) e dos movimentos sociais em geral, tais como: personalismos, individualismo, inveja, ambição, vingança, violência doméstica e/ou de gênero etc. Não bastaria somente atribuímos esses “atributos” ao estranhamento e nos livrarmos das explicações embaraçosas e comprometedoras das nossas vinculações ideológicas, a ponto de não admitir que também no âmbito das organizações de esquerda existam práticas que as identifiquem à filigrana ou registrem os *males mundanos*.

Em Bourdieu (2001a), esse assunto está inscrito na sua leitura das relações sociais, que, além disso, está incluído no sistema socialmente constituído de disposições, aptidões, inclinações, talentos etc., e que vão compor hábitos e posturas. É o processo de socialização que dá significado e amplitude aos *habitus de classe*, reproduzindo ao mesmo tempo a classe enquanto grupo que compartilha os mesmos *habitus*. Esse autor sugere também que o gosto, de cada um, pode ser um marcador de classe e que o consumo de bens culturais, consciente ou não, preenche uma função social de legitimar diferenças sociais. Com abrangência para diferentes esferas da vida

³⁷¹ Cf. MARTINS, 1981.

social, pela via do *habitus de classe* se produz a filiação de classe dos indivíduos, que tanto pode separar como unir as pessoas e, conseqüentemente, forjar solidariedades.

De mais a mais, não propomos tergiversar dos referenciais adotados, para tanto a dimensão ontológica do trabalho e suas implicações para a noção de classe trabalhadora devem valer para não dissociarmos a materialidade da subjetividade, portanto, não é somente a face econômica do fenômeno que deve ser considerada.

Haveremos então de enxergar a plasticidade do trabalho, expressa nesse processo, e as suas especificidades simbólicas e subjetivas, para que possamos entender a riqueza dos conteúdos sociais da classe trabalhadora, não apenas do campesinato que se mantém enraizado ao modo de vida e de trabalho da família camponesa, do trabalhador egresso das experiências proletárias (operário urbano e rural), como também dos operários que não desnudaram integralmente os valores da *campesinidade*, porém, que foram subsumidos ao estilo de vida, às subjetividades respectivas e às determinações fetichizadas do mundo operário/proletário³⁷², vinculado ao núcleo central da produção de mercadorias e de extração de mais-valia. Haveria várias outras combinações com gradações também diferenciadas a serem apuradas.

A expressão *trabalho mutante*, mais do que uma marca ou identidade metafórica de indicar mudanças de forma e transformações de significados, reserva-nos a noção de processo, de vir a ser e de requerer nossas atenções para um movimento que não se encerra apenas no formato acabado de uma dada situação social, ou forma de ser do trabalho, senão na contínua marcha dos territórios em disputa, no epicentro da luta de classes.

Nesse sentido, não desconsideramos o conjunto das ações dos trabalhadores que estão diretamente envolvidos na luta pela sobrevivência, pelo emprego, pela diminuição da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, pela moradia, pelo direito de montar barracas nas ruas, nos casos dos camelôs e ambulantes, pela terra e pela reforma agrária, em marcha no Brasil. Esses expedientes rompem com os limites predefinidos dos recortes da divisão técnica do trabalho, das fronteiras teóricas e políticas do que se concebe por trabalho (por exemplo: urbano, rural), de sorte que estaríamos negligenciando/ignorando as novas relações sociais que desafiam as hierarquias e procedimentos de subordinação e sujeição do trabalho, não restritas, todavia, à esfera econômica.

Nessa medida, o acesso à terra pelas famílias trabalhadoras, em nosso país, não deve ser tomado somente como uma alternativa para resolver os problemas dos pobres, dos marginalizados, dos desempregados e dos miseráveis. Assim, a luta por emprego, por terra, reforma agrária, amalgamada pela soberania alimentar, não deve ser entendida como um fenômeno local – apesar de sê-lo, também – ou restrita territorialmente, porém como algo que nos permita compreender e explicitar os vínculos espaciais com as demais expressões do conflito capital x trabalho e da luta de classes. Por esse caminho, podemos qualificar a expressiva luta dos trabalhadores e trabalhadoras que estão se confrontando indireta e diretamente com os setores hegemônicos e colocando em questão o poder de classe do latifúndio, do capital e das diferentes frações da burguesia.

³⁷² Cf. RANIERI, 2001.



É importante destacar a relevância da oportunidade de refletir, a partir das nossas pesquisas e dos nossos textos recentes³⁷³, os fundamentos teóricos do que, para nós, se reveste de extrema importância no âmbito da Geografia do trabalho, ou sua própria conceituação e a compreensão da categoria trabalho, de classe trabalhadora, ou seja, quais atores a constituem, seus fundamentos político-ideológicos etc. Aqui vale resgatar que o camponês, o operário (assalariado rural), assim como as demais formas de externalização do trabalho, não são definidos *a priori*, mas significam expressões vivas das contradições e da sua inserção efetiva na luta de classes.

Da mesma forma, o trabalhador assalariado, depois de perder essa condição e quando imerso na luta pela terra e já na ambiência de um trabalhador assentado, vivencia sua nova condição de camponês, não por definição ou por força de conceituação e *amor à causa*, mas pelo sentido e significado de sua existência, sintonizada no conflito social, portanto, potencialmente imerso no ambiente de classe (Eixo 2.1).

Nem por isso nos sentimos autorizados a fazer qualquer afirmação, no sentido de que esse processo é o veredicto que atesta o fim do campesinato, porque, com o crescimento, em suas fileiras, de trabalhadores egressos das relações de trabalho assalariado e do submundo da informalidade, estaria esse sujeito social sendo descaracterizado de suas filiações históricas e de classe. Além da leviandade política e da irresponsabilidade teórica que tal afirmação poderia expressar, em nada estaria acrescentando ao tão conturbado cenário acadêmico-universitário-político do trabalho, no Brasil. E, como enfatiza Bernardo (2001, p.8), “[...] traçar com rigor a linha que divide os interesses dos trabalhadores e os interesses dos capitalistas [...] é uma tarefa tanto mais difícil quando não se trata de uma demarcação regular, estável, mas pelo contrário, de uma linha sinuosa e oscilante, reconstruída em cada momento”.

O fato de defendermos que o entendimento que o trabalhador tem de si, enquanto classe trabalhadora, não se efetiva por decreto, significa que não predefinimos filtros, nas quais – numa condição, a de proletário –, se identifica a classe trabalhadora. Todavia, na condição em que perde esse vínculo laboral, formal/assalariado e passa a vivenciar a *infinitude* da informalidade, modalidades autônomas, atividades por conta própria, ou as raias do *lumpen*, como retrato daqueles que foram envolvidos pelas diversas formas anômicas e degradadas de (des)integração social (não-operários), e até na condição camponesa, esse sujeito não faria parte da classe trabalhadora. Isto é, não seria um trabalhador ou, no limite, não se enquadraria ontologicamente na mesma condição de quem trabalha, ou quem é vital para o processo de reprodução ampliada do capital; por conseguinte, não faz parte da classe trabalhadora.

Diante desse movimento crescente de redefinição do trabalho, que, ao mesmo tempo em que reforça a teoria do valor, expressa os interesses do capital, quer dizer, às formas de trabalho cada vez mais precarizadas, encimadas na informalidade e na (des)realização do assalariamento puro do proletário, destacamos o questionamento que ronda os círculos intelectuais e a produção

³⁷³ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006; 2007b; 2007c; 2008b.

acadêmica em torno da temática do trabalho: seria a classe operária o sujeito revolucionário do século XXI?

Esse é um ponto de inflexão importante desse texto sistematizador, pois a centralidade do que nos propomos trazer ao debate e evidenciar sobre as nossas pesquisas e a nossa produção está referenciada nos limites interpretativos e analíticos sediados no aporte teórico-metodológico utilizado. Aqui, reformulando as sinalizações anteriores, colocamos em evidência as inquietações para apreender a composição da classe trabalhadora, no Brasil, no século XXI, e daí propugnarmos quais são os sujeitos de possibilidades históricas que efetivamente estão à frente dos conflitos, puxando/liderando as lutas e qualificando os argumentos emancipadores.

Com isso, não pretendemos *diluir* o proletário no interior do campesinato, ou via de regra, os trabalhadores que vivenciaram experiências atípicas na informalidade e suas derivações precarizadas, tampouco decretar seu fim – o que seria risível, não se tratando da sua negação de condição de classe no capitalismo – e em seu lugar defender a passagem/transmutação para as formas precarizadas, informalizadas, nos mesmos moldes que estamos repensando e que, em geral, ainda povoa o debate intelectual e político sobre as mutações, no âmbito do trabalho.

Quanto a isso, poderíamos retomar a discussão sobre a *diluição* do campesinato e das demais formas laborativas, no interior do proletariado, endossada pela expansão do capital e pela vigência/hegemonia da produção de mercadorias e de mais-valia. Mas não é o caso, pois pretendemos entender a dinâmica geográfica do processo social vigente, as redefinições que atingem as hierarquias teóricas e políticas dos instrumentos intelectuais que vimos utilizando. Dessa maneira, defender definições que nos possibilitem arriscar uma releitura do tecido do trabalho e, no seu interior, enxergar o movimento constante e crescente de redefinição de atividades laborativas, reordenamentos territoriais e diferenciações, nas suas formas de ser, nos reserva a iniciativa de reivindicar que a possível teoria das classes sociais, fundamentada nos preceitos do materialismo histórico e dialético, e nas hostes marxistas, possa efetivamente constituir-se e transpirar a realidade do trabalho, do século XXI.

É como se estivéssemos diante de *situações de classe*, ou seja, em que pudessem ser identificadas características, essencialidades e diferenças entre as distintas formas de externalização do trabalho, como estamos abordando. Apenas para reforçar essa ideia, seria o caso de retomarmos o conceito de *campesinidade*, que sintetiza as preocupações de quem pretende compreender o conteúdo das explicitações mediatizadas pelas formas de ser e de pensar do trabalhador aos moldes do camponês.

Portanto, o instrumental analítico desejado teria potência para *dialogar* e atingir a totalidade viva do trabalho, provavelmente na dimensão da diversificação social e, com isso, por meio da práxis das pesquisas, dos embates e confrontos, enfim, do processo organizativo da classe trabalhadora, retroalimentar o processo intelectual/elaborativo rumo às ações transformadoras e emancipatórias.

O esgarçamento das fronteiras do assalariamento típico, da fundamentação do proletário puro, como parâmetro teórico-empírico para definir conceitualmente o que cabe na classe trabalhadora, com vistas a *alargar* o seu conceito, além de estar sendo discutido e reivindicado por

nós, vem sendo duramente redefinido, na prática. Nos últimos anos, às custas de intensa (des)realização e precarização, o trabalho, encimado no exercício constante de recomposição do processo de reprodução ampliada do capital, está sendo drasticamente reconceituado. Portanto, não estamos dispostos a nos manter imóveis ou insensíveis a esse processo, em respeito à *intocabilidade* ou à *deformação* da teoria ou do arcabouço teórico-metodológico.

Assim, é no interior das contradições da ordem metabólica do capital, que regem os mecanismos centrais da produção, o processo mais geral de sua reprodução ampliada e os impactos para o universo do trabalho, que podemos entender as parcelas crescentes de trabalhadores informais, desempregados, camponeses, *como parte da classe trabalhadora*.

Os fundamentos dessa compreensão, particularmente para o campesinato³⁷⁴, aqui estão sintetizados em três aspectos, fundamentados no princípio de que: a) apesar de se tratar de um sujeito social que não vende força de trabalho para o capital (de que decorre a simetria de ser tomado como não trabalhador, mas sim como profissional); b) e também pelo fato de ser proprietário dos meios de produção e de, portanto, possuir autonomia em relação ao trabalhador assalariado (o que o distancia ainda mais do universo do trabalho, dados os parâmetros consagrados pelos modelos explicativos); c) estendemos nossa compreensão do camponês no universo do trabalho e da classe trabalhadora, o que nos mantém envolvidos para participar da construção desse conceito.

Diante, então, das modificações constantes proporcionadas pelo processo metabólico do capital, o procedimento adotado possibilitou-nos compreender os desafios no âmbito do universo simbólico dos trabalhadores, que afetam direta e centralmente suas entidades de representação. Mais ainda, está sendo nesse ambiente que estamos sentindo a necessidade de nos submeter a um profundo exercício de autocrítica quanto aos níveis da nossa compreensão, diante dos limites e horizontes explicativos da teoria.

A complexa trama de relações que envolve as contradições presentes no universo do trabalho, no século XXI, requer, para ser compreendida na sua totalidade, que promovamos a transgressão das fronteiras que limitam as diversas faces que a compõem (por exemplo, se no campo, se na cidade). Caso contrário, não conseguiremos compreender, sob o foco da Geografia, as territorialidades das formas de ser do trabalho e suas contradições, como parte intrínseca do metabolismo do capital.

É importante ressaltar que, embora as ações e as apostas do Estado e do capital sejam direcionadas para a manutenção dos referenciais corporativos e fragmentados do trabalho, por meio das quais se cria um “[...] mosaico de situações jurídicas e profissionais que tornam menos visíveis os laços de classe existentes entre os trabalhadores”³⁷⁵, essas mesmas demarcações estão em *xequê* e, contraditoriamente, explicitam novos enunciados para a classe trabalhadora, mais heterogênea, mais fragmentada, mais precarizada e, nos últimos anos, mais *feminizada*³⁷⁶.

Dessa forma, o alargamento do conceito de classe trabalhadora é uma reivindicação emergente. Nesse novo horizonte do tecido social do trabalho, inserem-se os assalariados ou proletários clássicos, crescentemente atingidos/fragilizados, em todas as partes do planeta, portanto

³⁷⁴ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002.

³⁷⁵ Cf. SANTOS, 2006, p. 450.

³⁷⁶ Cf. ANTUNES, 2005; NOGUEIRA, 2006.

celeiro da precarização extremada, da informalização, apesar de já se terem registros de que cresce o número de homens e de mulheres que ingressam no mercado de trabalho diretamente pela via da informalidade; das cooperativas de trabalho; da terceirização; camponeses e outros explorados pelo capital.

O tecido do trabalho marcado por esse processo, como já vimos, revela movimentos de redefinição que podem indicar ora uma inserção/vinculação laboral, ora outra. Como é o caso das características predominantes para a informalidade, ou seja, nem são assalariados, tampouco exclusivamente trabalhadores por conta própria, mas também podem sintetizar tudo isso e absorverem igualmente outras funções/colocações, a depender da circunstância e do momento da luta pela sobrevivência. Os camponeses mais e mais trazem, em seu interior, camadas urbanas e rurais (ex-assalariados em número crescente), num constante redefinir dos horizontes existenciais e subjetivos, muito próximos das camadas assalariadas. E o contrário é verdadeiro, o que repercute no desmantelamento da estrutura familiar, no caso dos agricultores que foram desterritorializados e dos assalariados que sucumbiram diante dos investimentos em capital. Desse momento em diante, buscam nos centros urbanos perspectivas de inserção laboral, engrossando as fileiras dos desempregados, miseráveis, que, em parte, vão compor o exército de reserva que decidirá por manifestações de resistência à proletarização ou a informalização a qualquer custo, integrando os movimentos e ações em prol da luta pela terra etc.

A profundidade desses rearranjos que redimensionam a realidade do trabalho no Brasil, nos últimos 15 anos, nos fornece os elementos e as comprovações para apreendermos as contradições expressas nas diferentes e complexas externalizações geográficas do trabalho, nos campos e nas cidades, e seu movimento constante de plasticidade.

Isto é, esse processo faz transbordar os diferentes *sentidos* do trabalho, num movimento multifacetado de realizações laborais e identidades subjetivas correspondentes, mas sem perder o horizonte do desmoronamento/destruição dos laços formais ↔ informais e das situações que envolvem laços comunitários pregressos, pelas ações do capital, na sua missão *evangelizadora* de adestrar o trabalho às suas prerrogativas.

Nessa perspectiva, se no campo, se na cidade, se camponês, se trabalhador informal, se operário³⁷⁷, se assalariado – e todas as especificidades e combinações possíveis –, o desafio está posto e sua amplitude social, teórica e política nos leva a uma preocupação metodológica de fundo, no âmbito da Geografia do trabalho, quer dizer: ocupamo-nos em considerar a dinâmica geográfica do trabalho, as territorialidades que refletem os rompimentos das fronteiras cidade↔campo e dos conteúdos sociais do trabalho, ou sua plasticidade refeita na órbita das diferentes atividades laborais e situações contratuais.

Tudo isso em meio à velocidade/voracidade imposta pelo metabolismo societário do capital, que se ajusta a cada situação e lugar, em conformidade com as realidades econômicas, políticas, particularmente no que se refere ao acúmulo de força e resistência dos trabalhadores e de suas entidades de organização (os sindicatos, as centrais, as associações, as cooperativas, os

³⁷⁷ Cf. ANTUNES, 2005; NOGUEIRA, 2006.

movimentos sociais, de maneira geral) e até os combalidos partidos, que, solitária e fragilmente, ainda defendem alguns lampejos emancipatórios de classe da classe trabalhadora, e de socialismo.

8.3. E, afinal de contas, o que queremos com esta discussão sobre o trabalho e a classe trabalhadora?

Esta é uma oportunidade para sinalizarmos algumas reflexões de fundo a respeito das polêmicas que tal assunto recobre. Longe das frases feitas e das distantes análises do enraizamento real dos conflitos de classe, que estão sediados geograficamente próximos de nós, de nada nos valeria continuar defendendo, exclusivamente, as demarcações teóricas que distinguem o que é e o que não é classe trabalhadora, a partir do fato de que os proletários estão unidos entre si por relações múltiplas e pela circunstância de se contraporem aos interesses das outras classes, inclusive de forma hostil, atributos esses que lhes asseguram a liderança do processo revolucionário e de conscientização das demais classes trabalhadoras.

De fato, o que estamos assistindo e diagnosticando, através das nossas pesquisas – ainda que nos falte posicionamento conclusivo desse processo – é que não podemos blindar nossas atenções para o que a própria realidade social está fazendo emergir: a necessária recomposição de forças do universo do trabalho, para além dos formatos de enquadramento predefinidos, e os rebatimentos dessa ação na subjetividade do trabalho, nas instâncias de organização, na sua forma de ser e, conseqüentemente, na identidade de classe.

Desta feita, por consequência, a busca de novas pistas teóricas dialeticamente vinculadas à execução das pesquisas nos permitirá levar adiante a práxis teórica da Geografia do trabalho. Só assim poderemos vislumbrar perspectivas para além do capital e fazer do trabalho um tema efetivamente constante da nossa práxis e da construção da revolução socialista.

Sabemos, por conseguinte, que o que nos interessa é nos desafiar a compreender as novas configurações do trabalho e do movimento constante que empreende novos conteúdos à sua plasticidade, hoje, e que ultrapassa os limites do trabalho estranhado, o qual, por sua vez, não mais se restringe propriamente ao trabalhador assalariado. Tampouco qualquer tentativa de compreensão do universo do trabalho e de suas contradições, os princípios de resistência e de construção do socialismo pela classe trabalhadora devem prescindir da compreensão da realidade/especificidade do conflito social e de classe, guiado pelo processo social historicamente definido. Tendo consciência de que esse processo de luta se amplia e requalifica o conflito de classe, no mundo atual, ao propor essa vinculação, estamos nos habilitando a apreender o processo contraditório que demarca o universo do trabalho e da classe trabalhadora.

Assim, a construção teórica do conceito de classe trabalhadora, com vistas a responder nossa questão imanente de pesquisa, comparece como um dos principais desafios. Esse processo é produto das reflexões críticas e das contribuições que estamos colhendo das pesquisas e dos aprendizados em curso, bem como da aproximação e militância junto aos movimentos sociais,

que continuaremos buscando de todas as experiências da nossa lavra intelectual individual e coletiva, e de outros pesquisadores.

Essas novas experiências de vida para a classe trabalhadora poderão fundamentar a identificação de princípios relacionais em busca de sentido dentro e fora do trabalho, romper com a dominação de classe e com o funcionamento da lógica do capital, nas lutas de resistência, nas construções cotidianas do novo, de modo permanente. Sabendo, pois, que o domínio do capital é objetivo, material e subjetivo, ele precisa ser negado, destruído, em todas essas frentes, mas também deve ser a base de construção para o novo, de uma sociedade emancipada e de um mundo sem exploração, alienação ou fronteiras.

Assim, concordando com Alves (2006), entendemos que o maior desafio do sindicalismo, no Brasil, neste momento, é romper com o viés burocrático-corporativo, organizar e mobilizar um contingente expressivo de trabalhadores e trabalhadoras, e, tendo em vista os elementos mais centrais da crise que atravessa e a nova lógica de acumulação capitalista, elevar sua capacidade de agitação, para inserir-se nas lutas sociais.

Não obstante, se continuarmos insistindo nas limitações, tanto embasadas na extensão teórica e política do conceito de trabalho, quanto nos valores predefinidos pela divisão técnica do trabalho, para aceitarmos a identidade fragmentada como a única capaz de oferecer as saídas para a atual crise, não nos será possível ir além do visível e das convenções *apriorísticas*.

Mesmo que se combata o neocorporativismo e que os elementos analíticos sejam críticos e contundentes, ainda assim fica descoberto o isolamento relativo que o sindicalismo conserva, com respeito aos problemas prementes do mundo do trabalho, como lembra Alves (2006). Sobretudo se a aposta continuar pelo estreitamento das ações dos sindicatos apenas para a fração dos trabalhadores que ainda permanecem no mercado formal, aliás, parcela cada vez menor, em detrimento de contingentes crescentemente expressivos, alojados na informalidade e totalmente distanciados das ações dos sindicatos, embora pragmáticas circunscritas à segmentação setorial ou por empresa, como nesta época.

É exatamente nisso que reside o gargalo da amplitude da representação sindical, em nosso país, em tempos da *nova crise do sindicalismo*³⁷⁸, porque são exatamente os setores que estão descobertos da seara sindical, *terra de ninguém*, que estão mais fragilizados e “livres” para migrarem por atividades, lavras, profissões, categorias sindicais, espaços produtivos distintos, via de regra partícipes da *rica* plêiade de ocupações na informalidade.

Seria o mesmo que dizer que o capital ou o capitalismo cresce destruindo, ou seja, destrói o ambiente, destrói a natureza (os solos, os mananciais, as florestas nativas, os biomas), destrói a força humana que trabalha (elimina postos de trabalho, profissões, comunidades tribais, destrói culturas nativas etc.), destrói por meio das guerras – enfim, o sistema *precisa destruir* para poder avançar. Poderíamos ressaltar, ainda a propósito, as reivindicações dos defensores da modernidade, as quais ensejam que o país vivencie o crescimento de sua economia; no entanto, nisso reside uma armadilha para os trabalhadores, porque o capital e o capitalismo podem crescer desempregando, graças aos avanços tecnológicos. Isso tudo, apesar dos discursos e as campanhas

³⁷⁸ Cf. ALVES, 2006.

publicitárias milionárias que apregoam a oferta de empregos como algo intrínseco à instalação de plantas processadoras agroindustriais canavieiras, em particular o apelo aos empregos rurais, sendo que a intensificação do corte mecanizado é algo intrínseco à competitividade intercapital (Eixo 1.4).

O caso do agronegócio canavieiro, que estudamos e estamos trazendo para este texto sistematizador, é muito ilustrativo, porque é a demonstração concreta do distanciamento entre crescimento econômico e desenvolvimento, uma vez que o modelo agroindustrial registra elevados patamares de benefícios que se acumulam longe do contingente de trabalhadores que geraram essa riqueza, sendo que, ao longo do tempo, o sistema passa a excluir cada vez mais parcelas crescentes de trabalhadores até mesmo da produção da riqueza, com substituição crescente de trabalho vivo por trabalho morto. Esse fato foi constatado ao longo das nossas pesquisas, considerando séries históricas mais longas, desde o Proálcool (meados dos anos 1970 à década de 1990³⁷⁹), sendo que os rebatimentos desse processo sobre os salários, pode ser referenciado no fato de que na década de 1980, as empresas (agroindústrias e fornecedores) pagavam aos cortadores de cana-de-açúcar o equivalente a R\$9,00 por tonelada, já em 2004 atingiu a marca de R\$2,50³⁸⁰ e em 2008 está em volta de R\$2,30 a tonelada cortada.

Mas vale lembrar, em termos gerais, com base em Camargo (2007), que o avanço da tecnificação na agricultura no Brasil e, em São Paulo, em particular, de 2000 a 2004 elevou em 62% a produtividade do trabalho, medida pelo valor da produção anual e o total médio de pessoas ocupadas, no entanto a ocupação agrícola caiu 23%. Em síntese, mesmo produzindo mais em menos tempo, à base de menor número de postos de trabalho, o que no caso da cana-de-açúcar libera o trabalhador de atividades penosas, os mesmos não foram beneficiados³⁸¹, ou seja, “até entre os mais qualificados, como tratoristas e capatazes, a média salarial não alcança dois salários mínimos” (p.149). Sem contar que o corte mecanizado além de promover o desemprego no campo, também produz invalidez, mutilações e mortes, nos canaviais, tendo em vista que a máquina é o principal parâmetro de medida da produtividade do trabalho para as empresas agroindustriais estabelecerem “os padrões de corte de trabalhadores no corte da cana-de-açúcar”³⁸², além dos maus tratos e esquemas de dominação e controle que se identificam a formas diversas de superexploração do trabalho e formas típicas e assemelhadas de trabalho escravo, aliás, marcas identitárias desse setor do capital no Brasil (Eixo 1.2).

Por essa via de interpretação, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo Lula não veio para resolver os problemas mais candentes para a maioria dos trabalhadores, como emprego, salários dignos, terra, reforma agrária, alimentação, educação e saúde públicas, gratuita e de boa qualidade etc.

Ao que tudo indica, em se tratando de Brasil, esses aspectos estão distantes das plataformas de luta e das bandeiras políticas das agremiações sindicais, que ocuparam lugar de destaque em todo o processo de resistência à ditadura militar e estopim para a (re)surgimento de organizações que pleiteavam os interesses dos trabalhadores como classe antagônica ao capital. Da mesma maneira, o(s) partido(s) político(s), (in)capazes de representar os interesses de classe, do

³⁷⁹ Período que inclui nossas pesquisas, em nível de Mestrado e Doutorado.

³⁸⁰ Para mais detalhes, consultar Reis (2006): *Produtos, preços e salários do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo*.

³⁸¹ A esse respeito, consultar: Vicente; Francisco, 2003; Vicente, 2005; Gonçalves; Vicente, 2004.

³⁸² Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002.

universo do trabalho, que põem sob o crivo da crítica radical o funcionamento estrutural do metabolismo societário do capital.

A busca de alternativas para os trabalhadores ou para a classe trabalhadora não deve ser delegada às políticas públicas, ao Estado, tampouco às forças conservadoras que o compõem. É por meio das instâncias de organização dos trabalhadores, os movimentos sociais, que será possível construir novos referenciais de sociedade, sem que “esperemos sentados” que esse processo seja construído. Muito menos que nos desesperancemos diante do fato de que a Guerra Fria acabou, portanto, não há nenhum motivo para encarnar a resistência do trabalho e que dificilmente a alternativa socialista compareça no dia-a-dia das lutas dos trabalhadores³⁸³ e trabalhadoras brasileiros, latino-americanos etc. Todavia, não devemos prescindir das cobranças e exigências junto ao Estado, para garantir direitos adquiridos e conquistados, acesso aos recursos públicos, políticas públicas para manter firme o princípio da luta por direitos, inclusão social etc. Na mesma direção, a defesa das políticas compensatórias, inclusive as ações que se inscrevem no âmbito da reforma agrária, ou melhor, na política de assentamento, significa manter um grupo cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras sob dependência do Estado.

Os movimentos sociais ocupam, nesta virada do século XXI, lugar central no processo de resistência e de construção de novos referenciais que já se anunciam, ainda que timidamente e povoado de contradições, em direção a outro cenário social. Todavia, essa caminhada tem exigido o combate contundente do modelo de sociedade que não acata, como seu, a reforma agrária ampla, irrestrita, soberana e sob o controle dos trabalhadores, e não compreende que o acesso à terra, para aqueles que nela pretendem trabalhar e dela retirar seu sustento, contribuindo para o fornecimento de alimentos sanos e de qualidade para as comunidades próximas, também possa ser fundante. Os exemplos são inúmeros, mas poderíamos enfatizar que se faz necessário repor em questão o trabalho na dimensão da reforma agrária e da soberania alimentar, como cenários a serem construídos com base nas formulações de alternativas que visem à edificação de uma sociedade emancipada, que sejam explicitados os horizontes para a radicalização do projeto societário socialista.

Todavia, para nós não há hierarquia nas ações dos movimentos sociais, nas lutas sociais, se nos campos, se nas cidades. Não concordamos com os modelos preconcebidos de análise da sociedade, ainda tão em uso, particularmente aqueles que secundarizam as lutas enraizadas nos movimentos sociais que têm como foco de ação a questão da terra, sob a obtusa defesa de tratar-se de instância de somenos importância, pois o que importa é compreender os processos que se vinculam às faces modernas do sistema social ou, ainda, a atenção ao camponês, ator social já em decadência ou não constituinte do capitalismo, que ofusca o proletariado.

Em países como o Brasil, não somente esse assunto é marcante social, política e economicamente, como também põe em evidência a necessária retomada da questão da terra, o que, em primeira instância, ao arripio do próprio significado e conceito constitucional da terra, a qualificaria, segundo o artigo 186 da Constituição Federal, como um bem sujeito a critérios

³⁸³ Otero (2004) expressa esse posicionamento, quando se propõe compreender o que está se passando no interior das lutas camponesas e operárias no México, no século XXI. Dada a amplitude do assunto, cabe apontar que, ao se referir ao EZLN, o autor entende que a mudança de tática da organização, agora centrada na participação comunitária, autogestão, apropriação do processo produtivo e controle territorial, desfoca, nos termos correntes, a revolução e a tomada de poder.

econômicos, sociais e ambientais legitimadores da propriedade fundiária. Esse é, pois, um dos principais aspectos que faz da terra, no nosso entendimento, aspecto particular da questão agrária, no Brasil, que envolve relações de posse e formas de uso. Portanto, não é a defesa inconteste da propriedade ou do direito de propriedade que está em questão, mas sim os mecanismos que permitam recolocar em “xeque” a estrutura de poder de classe do capital, da burguesia agrária, latifundiários, especuladores, conglomerados transnacionais, enfim, os setores hegemônicos que barram a reforma agrária e as políticas públicas voltadas para viabilizar assentamentos e a agricultura camponesa.

A questão da terra, em nosso país, é, em essência, um elemento estrutural, sendo, por conseguinte, um dos epicentros da estrutura de poder. Por dentro desse processo é que podemos identificar a dinâmica geográfica da luta de classes, os conteúdos estratégicos que se estabelecem para o campo ou como se imbricam instâncias de poder, produção, distribuição, circulação e consumo, e toda a estrutura produtiva agrária, no Brasil. Temos que considerar que, além de serem evidentes os problemas referentes à posse, ao acesso e à propriedade da terra, que se somam há mais de cinco séculos e dão sustentação ao modelo que se fortaleceu desde a colonização, nas grandes dimensões das propriedades, e que foi agregando no seu arco de determinação setores que não mais se restringem ao passado da aristocracia latifundiária, e que têm, em suas fileiras, segmentos dos diversos ramos de atividade (industrial, bancário-financeiro, terciário). Em torno disso se refaz constantemente a estrutura de poder que dá identidade de moderno e de atual aos mesmos argumentos que, há algumas dezenas e centenas de anos, definiam formas de uso e exploração da terra na agricultura de exportação.

De modo análogo, a não aposta na estrutura familiar/camponesa de organização e exploração da terra obliterou as possibilidades de superação do exclusivismo colonial em detrimento de milhares de camponeses, agregados, colonos, arrendatários, que, não podendo se manter na terra, vivenciaram diferentes modalidades de desterroamento, culminando com a migração para os centros urbanos, que os esperava para desempenhar atividades urbanas, ou mesmo que retornassem ao rural, mas já na condição de diaristas não residentes. Ou, ainda, que fossem buscar a retomada da sua condição anterior, ocupando terras em outras porções do território, ou mesmo compondo a franja de desempregados e do EIR (exército industrial de reserva). E é nesse processo contraditório de desenvolvimento do capital que se tem, no campo, a intensificação de relações capitalistas e também não essencialmente capitalistas, donde se faz verdade a expulsão, a expropriação, a subordinação, a sujeição da estrutura camponesa, como já vimos.

Se nos propomos o desafio de entender, de fato, o que ocorre na estrutura de classe, em nosso país, no que toca às relações que redefinem profundamente os sentidos do trabalho, nos campos e nas cidades, e suas repercussões quanto ao crescimento da informalidade e das diversas expressões da precarização, desemprego em massa, seguramente não dissociaríamos esse quadro geral do papel social, econômico e político da *totalidade viva* do trabalho. Desde os entraves teóricos e políticos, passando pelas experiências que estão sendo construídas pelos movimentos sociais, sobretudo por aqueles que estão envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária, e que sinalizam horizontes para envolver o conjunto dos trabalhadores.

Caso haja insistência por essa opção, está-se perdendo a oportunidade de compreender a atualidade da luta de classes, os desafios que se apresentam e as alternativas de classe para os trabalhadores, diante do movimento constante e intenso de (des)realização do trabalho, de maneira geral, e da externalização de diversas formas de trabalho por um mesmo trabalhador, num mesmo ano civil, via de regra à base de intensa informalização/precarização.

Esse posicionamento enrijecido nos modelos e esquemas fechados não *enxerga* o exercício pleno da plasticidade do trabalho, ofuscada, assim, pelas identidades (subjetividade) previamente estabelecidas. Por conseguinte, ao se desconsiderar os vínculos entre a materialidade e a subjetividade do trabalho, está-se optando, em essência, por não compreender o conteúdo da luta de classes³⁸⁴.

Nisso incluímos a necessária reflexão a respeito do trabalho enquanto sujeito transformador, bem como sua inserção enquanto classe trabalhadora. Interessa-nos captar os nexos que indicam as diferentes formas de sua existência e que se explicitam, em conteúdos materiais, subjetivos e *malhas* territoriais diversas. Ou seja, que possamos compreender a geografia contemporânea da luta de classes, aspirando à busca constante das reflexões motivadas pela questão motivadora que indicamos ao abrir esse texto: quem são os homens e as mulheres capazes, no século XXI, de transformar a sociedade e imprimir outro curso histórico para além do capital?

Porém, como é por dentro do próprio movimento social que as alternativas de alcance popular são construídas, no jogo de forças entre as classes ou no âmbito dos diferentes projetos de sociedade, uma parte da sociedade já entendeu que é urgente a tomada de posição em favor da reforma agrária, da soberania alimentar. Organizações de pequenos agricultores, camponeses, sem terra, trabalhadores rurais assalariados, povos indígenas, pescadores artesanais, juventude rural juntaram-se, ao longo dos últimos dez anos, e protagonizam um *choque histórico* “entre dois modelos de desenvolvimento econômico, social e cultural para o contexto rural”³⁸⁵ e, poderíamos acrescentar, com grande capacidade mobilizatória para envolver outros segmentos da classe trabalhadora. E é nesse contexto que nos sentimos mais seguros para habilitarmos a segunda parte da questão motivadora desse texto sistematizador. Quer dizer, quando nos oferecemos para perseguir a indagação, o que coesiona esses sujeitos do trabalho que se propõem transformar a sociedade? O que poderíamos defender por meio de convicções ideológicas, encimadas no partido revolucionário, bastam os cuidados de quem se propôs rever posicionamentos e edificar os referenciais que ajudassem a definir e a reconstituir a raiz ontológica dos desafios de agora, da classe trabalhadora. Sabemos que não temos pela frente algo pontual ou mesmo que se restrinja às reflexões desse trabalho intelectual, mas que devemos perseguir como questão de vida.

Enquanto o modelo dominante, também denominado agricultura industrial, está referenciado na monocultura, nas grandes extensões de terra, nas práticas predatórias dos recursos naturais e de uso intensivo de substâncias químicas (agrotóxicos, fertilizantes, corretivos, insumos sintéticos) e sementes geneticamente modificadas, o modelo da soberania alimentar contrapõe-se e defende uma mistura de práticas de conhecimento tradicional e agricultura sustentável de base agroecológica.

³⁸⁴ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

³⁸⁵ Cf. ROSSET, 2006, p. 319.

Portanto, o inimigo é o modelo (todo um empreendimento metabólico que assegura os mecanismos de dominação e de controle da sociedade pelo capital). O alvo da luta, para os movimentos sociais envolvidos no âmbito da Via Campesina³⁸⁶, é a mudança do modelo. Nossa concordância com essa compreensão deve-se ao fato de que a soberania alimentar, necessariamente, tem que ser inserida junto aos significados mais amplos e estruturais das contradições sociais vigentes, portanto não pode ser restrita ao mundo rural, devendo estender-se ao universo de relações sociais de trabalho e de produção, que alcançam a dimensão da luta de classes e dos enfrentamentos decorrentes das ações protagonizadas pelos movimentos sociais.

Na verdade, o que acrescenta novos elementos ao quadro social e político como um todo, para o universo do trabalho do Brasil é o fato de que um dos principais elementos diferenciadores dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária é a compreensão, defendida por amplos setores do MST e de outras agremiações, da necessidade de transformar a sociedade, para mudar a estrutura fundiária no país. Também expressam sua indignação nos momentos em que põem em relevo a consciência e amplitude dos significados do destrutivismo do capital sobre a classe trabalhadora, como a não aceitação dos projetos financiados pelo Banco Mundial, desde meados da década de 1990³⁸⁷, os quais têm, em nível mundial, a Via Campesina, e, no Brasil, o MST, o MPA como principais protagonistas.

A esse respeito, podemos acrescentar que, sob o regime da globalização neoliberal do capital, os ataques que diariamente são direcionados para os trabalhadores, além de produzirem consequências nefastas, têm igualmente provocado reações desencadeadas de vários flancos. Ora pelos confrontos que eclodem diretamente das formas de expressão capital x trabalho, como as greves, ora reavivadas pelas inúmeras ações que “pipocam” por todo o planeta, oriundas dos movimentos sociais, cada vez mais marcados pelos milhões de trabalhadores desempregados, informalizados e envolvidos na luta pela posse da terra, nas ocupações de terra propriamente ditas, por moradia, pela reforma agrária, por recursos públicos, pelo direito de controlar as sementes crioulas, contra os transgênicos etc.

A oportunidade de avançar os estudos e investigações sobre a realidade do trabalho é a fonte concreta para atentarmos para a construção/destruição/reconstrução cotidiana dos significados e sentidos territoriais do trabalho, nos diferentes lugares; e para os vínculos concretos que se mantêm vivos/superados continuamente e que não são captados pelas pesquisas, como, por exemplo, a dinâmica territorial dos trabalhadores informais pelo país, que tampouco são objeto dos sindicatos, das centrais sindicais, conforme acontece, igualmente, nos demais países.

Há, além disso, as ações que se manifestam por terra, como nos têm revelado as pesquisas sobre o tema, tanto nas ocupações, quanto nos assentamentos rurais, como, ainda, por emprego e moradia, no caso específico das ações do Movimento dos Sem Teto³⁸⁸, os assalariados rurais de maneira geral e, em particular, os envolvidos na cana-de-açúcar, que, além de reivindicarem melhores salários, cumprimento dos acordos coletivos e condições de trabalho, também põem em

³⁸⁶ Foram consultados vários documentos produzidos no âmbito da Via Campesina, disponíveis em: www.viacampesina.org

³⁸⁷ A esse respeito, consultar as obras de Sauer (2006); Montenegro Gómez (2006); Pereira (2006).

³⁸⁸ Conforme projeto de Tese de Doutorado sob nossa orientação, intitulado *A apropriação da práxis social pelo capital: análise territorial a partir da luta pela moradia, sob a responsabilidade de Fernanda Keiko Ikuta*.

pauta, financiamentos para produção, acesso ao PRONAF, preços mínimos, pelo fato de também vivenciar a experiência de serem camponeses, posseiros, assentados da reforma agrária.

Devido a esse posicionamento, vale reforçar que entendemos o campesinato, assim como as demais formas de expressão do trabalho, não como um *a priori*, tampouco uma essência identificada por características próprias, mas que se constitui, através e por meio da ação histórica dos sujeitos sociais, expressões vivas das contradições da luta de classes, identificadas na nova *morfologia do trabalho*³⁸⁹. O que estamos apresentando ao debate é a afirmação de que não há um destino predefinido para o campesinato, no geral, e para o proletariado, sem que estejam refletindo, concretamente, os sentimentos e identidades de classe.

Assim, o destino de que tratamos é delineado por meio das contradições iminentes do processo histórico e, por via de consequência, pelas posições que defendemos, no âmbito das lutas, dos embates, das disputas ideológicas de classe. A rigidez dos modelos e esquemas interpretativos não pode prevalecer sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar e entender. As formulações predefinidas refutam o processo histórico empírico real de formação das classes³⁹⁰.

É, por conseguinte, sob tais condições concretas de inserção no processo social, aqui e ali, que concebemos que a unificação orgânica cidade-campo, no âmbito do trabalho, somente é possível se forem vencidos os limites da compreensão que tem, na divisão social, técnica e territorial do trabalho, a linha mestra de leitura do trabalho, consequentemente, restritos à sua fragmentação corporativa e estranhada.

Que sejam rompidas as amarras oriundas dessa forma de organizar, legislar e formular políticas para o trabalho, para os trabalhadores, provenientes do Estado, dos sindicatos, das centrais sindicais, dos partidos e que sejam considerados os posicionamentos e entendimentos que ajudem a construir novos referenciais de classe, para além das amarras legais pré-definidas e aceitas.

O mesmo poderíamos ponderar a respeito das celeumas em torno das propostas que têm epicentro nos círculos de poder palacianos, em torno da reforma trabalhista e sindical, que retomam a cena política. O fato de haver setores outrora combativos do sindicalismo, no Brasil, hoje expressão da submissão passiva ou adesão ativa ao mundo *chapa-branca*, *embriagados* pelas benesses do “jogo de poder” de Estado, que lhes garante prestígio, empoderamento, acesso a recursos públicos, salários polpudos, não deve ser o referencial para aqueles que pretendem apostar em outras alternativas. Sobretudo se forem capazes de compreender os chamamentos que pulsam desde a sociedade e que revelam outros setores, os quais vivenciam o enfrentamento de classe, seja nos campos, seja nas cidades, associado às lutas por emprego, dignidade, saúde, educação, cidadania e, de maneira destacada, as ações encimadas na temática da luta pela terra, tanto para a moradia, quanto para a produção, a reforma agrária etc.

Nessa mesma linha de observação, as formas de pensamento/ação oriundas da atividade intelectual/científica têm igualmente que ser objeto da crítica radical, não bastando o reconhecimento dos limites teóricos e dos impedimentos legais e jurídicos, nem o oferecimento de “novos” regramentos e práticas concebidas como determinações a serem seguidas.

³⁸⁹ Cf. ANTUNES, 2006a.

³⁹⁰ Cf. THOMPSON, 1997.

A superação dos limites explicativos e o diálogo crítico com a teoria, pela via da práxis das pesquisas, podem ser o divisor de águas no processo de resistência e de construção sustentável das lutas emancipatórias, do seu fortalecimento, no mínimo. O que tem a ver, do ponto de vista político, com a abominação das definições/entendimentos apriorísticos de classe, como já discutimos anteriormente, e que estão afinadas à concepção da história como progresso irreversível, inevitável, garantido pelas leis objetivas do desenvolvimento econômico ou da evolução social. Não se trata mais de esperar que o fruto “amadureça”, segundo as leis naturais da economia, ou “nadar a favor da corrente”, deixando que as “condições objetivas” se manifestem, mas de agir, *antes que seja tarde*. Seria o mesmo que desconsiderar o fator subjetivo, a consciência e a liberdade dos trabalhadores.

Este é um momento especial na nossa trajetória, porque se soma, às experiências de vida (profissional e de militância), a oportunidade de manter as vias do diálogo e do debate público, para socializarmos os desafios de pesquisa. Isso nos inspira a refletir num outro eixo de análise, vinculado, pois, às demandas emancipatórias dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, para além das marcas espaciais da sociedade do capital.

É imersos nesse complexo ambiente que estamos conseguindo tornar público e de alguma forma oferecer contribuições ao debate, e assim nos somarmos aos demais colegas que estão ajudando a construir a teoria espacial do trabalho, no nosso caso oriunda de uma obra coletiva, que não se propõe definidora de esquemas prévios de pesquisa, tampouco de protótipos, mas tão-somente continuar fortalecendo nossa opção político-teórica de fazer do trabalho um tema vivo, na Geografia, e darmos continuidade à interlocução que fomos construindo ao longo desses anos junto a outras áreas do conhecimento e no âmbito dos movimentos sociais.

Parte – II

Eixos de Pesquisa e a Construção de uma Trajetória Coletiva

A liberdade é sempre, pelo menos, a liberdade do que pensa de outra forma [...], sem uma luta de opinião livre, a vida acaba em todas as instituições públicas e a burocracia se torna o único elemento ativo.

Rosa Luxemburgo

Apresentação

É desnecessário um texto introdutório para esta seção, mas os esclarecimentos que pretendemos oferecer podem elucidar tanto a ordem do discurso ou dos itens (Eixos e subeixos), quanto a interlocução pretendida por meio dos textos/assuntos. Da mesma forma que na Parte I, encontra-se aqui, também, uma pluralidade de assuntos; contudo, como base de apoio, acrescentam-se detalhamentos das pesquisas e dos seus resultados, como já informamos na Apresentação.

Em alguns momentos, há pormenores e aprofundamentos; todavia, o leitor terá a oportunidade de proceder às vinculações que os caminhos e resultados das pesquisas se propõem iluminar, bem como as formulações e limites teóricos que são a base da Parte I.

A interação é o principal sentido desta opção de estruturação formal do texto sistematizador. Não se trata, portanto, de complementação pura e simplesmente. Para tanto, é necessário compreender que não há uma sequência lógica semelhante para ambas as partes, cabendo, então, ao leitor a liberdade para buscar os detalhamentos, as essencialidades conceituais na Parte II, que na Parte I foram objeto de reflexão, num determinado contexto de síntese e demarcação teórica, e que, no presente texto, localizam-se em circunstâncias típicas de um produto final. Inclusive, em concordância com a opção que assumimos para a preparação do texto sistematizador, a fim de que pudesse ser explicativo, porém como todo o texto está referenciado nas nossas pesquisas (diretas e sob nossa orientação) e igualmente em outros estudos, as indicações e informações *primárias* serão indicadas. Dessa maneira, as informações e suas diferentes formas de expressão quantitativas e de representação (gráficos, figuras, tabelas, mapas, quadros, fotografias¹)²

¹ Para adequar a disposição das fotografias no texto, adotamos o procedimento de agrupá-las e identificá-las por assuntos. A esse agrupamento demos nome de **retrato**, pois foi a forma que encontramos para atribuímos mais relevância aos assuntos escolhidos. Assim, o procedimento habitual de expor e organizar as fotografias no texto (Foto 1, 2...), não se adequaria à idéia norteadora de identificar os assuntos ou expressão do(s) fato(s)/fenômeno(s) por meio de mais de uma foto. Dessa decisão decorre outra, na qual fizemos prevalecer os retratos no **Caderno de Retratos**, como encarte específico e disponível, ao final desse volume.

² As ilustrações estarão organizadas e disponibilizadas segundo os critérios da ABNT 14724, de julho de 2008.

serão somente para os casos pesquisados mais importantes e que não tenham sido utilizadas em nossos textos.

Assim, os conceitos não são nem autoexplicativos, muito menos têm vínculos restritos com as pesquisas que os identificam. Por isso, os conceitos que abordamos na Parte I não estarão necessariamente presos ao contexto/assunto no interior do qual estão sendo abordados, na Parte II. Se assim o fosse, teríamos forte motivo para adotar outro procedimento.

É nessa perspectiva que não apostamos na vinculação “métrica” de determinado conceito a assunto(s) pré-definido(s), muito menos na exigência de vinculá-los a títulos semelhantes dos itens. Assim sendo, poderíamos complicar ou obliterar o diálogo entre as reflexões contidas nas Partes I e II. Por exemplo, a ideia da taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas, inicialmente formulada para darmos sequência às nossas leituras da obra de Mészáros (2002)³, aparece, de forma direta e com ênfase, na estruturação da Tese de Doutorado *O trabalho no lixo*⁴, de sorte que é desse recorte que comparece, na Parte II. No entanto, respalda outras reflexões, outros assuntos, tais como as estratégias do capital na era toyotista e o requerimento do trabalho multifuncional, que, por sua vez, se vincula à sistemática da produção (*just in time* ou *kanban*) etc., presentes nas atividades econômicas nos campos e nas cidades, e consorciavam procedimentos que mesclam características do fordismo/taylorismo com o toyotismo (toyotismo restrito), ou mantêm identidades típicas do toyotismo (toyotismo sistêmico), conforme Alves (2000). Por conseguinte, a Parte I se comunica com a Parte II e vice-versa, de maneira direta, porém livre das amarras e dos argumentos pontuais.

Vale notar também que as nomenclaturas e as disposições dos itens e subitens, nas duas seções, sinalizam algumas diferenças aparentes que se confirmam quanto ao conteúdo. Nesse sentido, enquanto, na Parte I, estamos atentos aos sinais e às marcas dos limites interpretativos do trabalho (Liberdade e compromisso para pensar a teoria necessária) e a significação restrita do conceito de classe trabalhadora, diante dos desafios do século XXI (Por uma práxis teórico-política emancipatória...), enfim, os desejos de superação, na Parte II, seus conteúdos revelam a segurança de quem quer ir além da revisão bibliográfica⁵ e da discussão pura e simples de dados.

Sob esse referencial que defendemos para expor as questões relevantes, a Parte II é muito mais do que um acervo ou depositário de resultados comprobatórios, os quais dão suporte para as reflexões teóricas ampliadas e reveladoras de posicionamentos autocríticos presentes na Parte I. É exatamente por isso que decidimos por esta estrutura do texto sistematizador; mais ainda, que o conjunto das nossas reflexões possa ser compreendido, na amplitude e contexto de suas formulações, para que não se tenham os desejos de superação apartados da sua própria base de sustentação. Consequentemente, a Banca Examinadora e o leitor poderão encontrar e estabelecer os nexos dos principais sinais e evidências da nossa empreitada intelectual.

³ Esse assunto comparece nos livros publicados anteriormente, que compuseram a obra completa *Para além do Capital*, publicada no Brasil, em 2002, à qual nos referimos nesta citação.

⁴ Esse trabalho foi defendido, em 2006, sob nossa orientação, coorientação do professor Antonio Cezar Leal e responsabilidade do professor Marcelino Andrade Gonçalves.

⁵ Não reservamos aqui nenhum desdém em relação à revisão bibliográfica, até porque seria uma incoerência, tendo em vista que também nos dedicamos a esse procedimento. O que estamos indicando é a importância de o pesquisador colocar-se no *front* para a superação, para a construção de novos referenciais. Pode até parecer muita presunção da nossa parte, mas somos partidários de que não basta somente pensar o mundo: haveremos de transformá-lo.

Eixo 1. Formas Controle do Trabalho pelo Capital e pelo Estado. As Estratégias do Agronegócio Canavieiro e os Impactos na Luta de Classes

As diferentes formas de controle e dominação do capital sobre o trabalho impactam profundamente a contradição estrutural capital x trabalho, a relação cidade-campo e a luta de classes, e, como um marco de pesquisa, norteiam nossas investigações.

Dimensionar as contradições internas ao metabolismo do capital no campo e as mutações presentes no mundo do trabalho, considerando os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, exige-nos um profundo repensar teórico. Ainda mais quando colocamos em evidência o incremento de tecnologias e novas formas de gestão e controle do trabalho, especialmente quando queremos entender o conteúdo das ações/opções do capital e as políticas públicas do Estado, enquanto ações que compõem um amplo leque de objetivos: econômicos, políticos, estratégicos etc.

Ou seja, ao constatar o tecnicismo ou a idolatria das técnicas e, nesse caso, as *benesses* da “modernização” capitalista, quando focadas de forma solteira, sem as devidas mediações econômicas, sociais, políticas (marcadamente as confrontações que o capital estabelece junto aos trabalhadores) e geográficas (a dinâmica territorial da luta de classes), não conseguimos entender se a adoção de técnicas modernas ou a “modernização” da agricultura se restringem somente aos elementos de ordem econômica – como elevação da produtividade do trabalho, redução de custos etc. – ou se há igualmente ingredientes que objetivam fragilizar a capacidade de luta e de resistência dos trabalhadores. Compreender as contradições dessa complexa trama de relações, ou a Geografia da luta de classes, eis o que ocupa centralidade nas nossas pesquisas.

Na primeira metade dos anos 1990, a ideia das Câmaras Setoriais se espalhou, em São Paulo, a partir das experiências do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e na esfera de governo, através da proposta do governador Mário Covas e do professor Walter Barelli, então secretário de Estado do Emprego e das Relações de Trabalho, com destaque para a Câmara Sucroalcooleira. No entanto, dessa época se herdou o *concertacionismo* ou a *concertação* social como prática política e ideológica defendida tanto pelo capital, Estado, quanto pelos sindicatos, centrais sindicais, abrangendo um leque que incluiu da extrema direita à esquerda sindical.

Alves (2006) e Santos (2006) também concluem, a partir de estudos recentes, que as políticas sindicais *concertantes* invadiram a cena sindical no século XXI, cumprindo papel decisivo para esvaziar o horizonte de luta de classes e de contestação anticapitalista. Com muita lucidez, Alves (2006, p. 463) vai mais longe e assevera: “A crise do capital serviu de pretexto para a disseminação da nova ideologia e prática reformista do concertamento social, não mais nos moldes clássicos, ao estilo da socialdemocracia da implicação corporativa de classe, [...] mas da socialdemocracia da implicação concertadora...”

Garantir a reprodução ampliada do capital às expensas do aumento da exploração e da produtividade do trabalho (mediante a inserção e intensificação de novas tecnologias), de novos subprodutos, de novas formas de controle do processo de trabalho e do ser que trabalha requeria ações políticas capazes de assegurar os níveis de emprego e a *paz social*. A impossibilidade de

satisfazer todos esses imperativos mobilizou o governo estadual, no âmbito da Secretaria do Emprego e das Relações de Trabalho, a *plantar* algumas ideias em nome da qualidade de vida e da garantia do emprego.

O projeto de pesquisa “A Câmara Setorial Paulista Sucroalcooleira em questão: a relação capital-trabalho e os desafios para o movimento sindical”⁶ nos permitiu apreender as mudanças em curso, na segunda metade da década de 1990, na agroindústria canavieira de São Paulo, consolidadas no princípio do século XXI.

Surge, nesse contexto, a Câmara Setorial Paulista Sucroalcooleira, no bojo das Câmaras Setoriais Paulistas de Desenvolvimento, como parte do PDC (Programa de Desenvolvimento e Competitividade do Estado de São Paulo) e da *concertação* social que pretendia disciplinar interesses tripartites (Estado, capital e trabalho).

É desse processo que se apreendem as sugestões e os mecanismos jurídicos legais (como os decretos editados com esse fim), para diminuição da despalha da cana-de-açúcar, mediante a queima, em contraponto à poluição do ar, aos danos ambientais e ao equacionamento do corte mecanizado, diante da elevação concomitante das hordas de desempregados, oriundos, então, do avanço tecnológico, especialmente no corte.

Cercado de polêmica, esse assunto mobilizou parte expressiva do Ministério Público Estadual, nos debates públicos e internamente à Câmara (Grupos de Trabalho, Plenárias etc.), e ações civis públicas, em nome do cumprimento da legislação em vigor, pretensamente protetora do meio ambiente e pouco ou quase nada defensora dos direitos trabalhistas e sociais, porque, tanto a compreensão de ambiente quanto a de trabalho, defendida nessas teses, são órfãs de conteúdo social e dos interesses de classe.

Perante o iminente fracasso do projeto original, o executivo estadual propõe redefinição de rumos, por meio do Pacto pelo Emprego e sua instância executora, o GESS (Grupo Executivo do Setor Sucroalcooleiro). Essa nova ideia, ao invés de alavancar alternativas concretas de gestão tripartite (para justificar sua existência, em relação ao projeto original), voltadas para a questão do emprego, e mesmo sob o pretexto de juntar forças com a organização da Câmara do Agronegócio do Açúcar e do Alcool, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura⁷, restringiu-se a salvaguardar as mediações políticas que dão sustentação ao arranjo das conjunções políticas, no cenário canavieiro paulista.

Tudo isso foi seguido de perto das mudanças nas instâncias de organização do capital, passando de uma situação de defesa de interesses particularizados por produtos, ou instâncias de identificação territorial/regional, para a forma supra-setorial, abrangendo o conjunto das entidades e dos nichos de interesses por produtos. Poderíamos citar o exemplo dos sindicatos do açúcar e do álcool que, na prática, foram substituídos pela UNICA (União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo), apesar de continuarem a existir, mas não cumprindo mais os papéis políticos de outrora. Por meio da UNICA, o capital se apresenta remodelado aos novos enfrentamentos e desafios, com capacidade e estrutura orgânica para negociar em nome dos empresários do centro-sul, particularmente de São Paulo.

⁶ Vide Quadro 1, Parte I.

⁷ À época, como parte do projeto das Câmaras Setoriais ligadas às cadeias produtivas dos agronegócios paulistas.

Nesse sentido, a UNICA junta ao seu redor um conjunto amplo de pequenas organizações, sem as excluir, tais como: CEPAAAL (Coligação das Entidades de Produtores de Açúcar e Alcool); CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo); COPACESP (Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Cana e Alcool do Estado de São Paulo); COPERSUCAR (Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo); SOPRAL (Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool do São Paulo); SUCRESP (Associação das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de São Paulo); UDOP⁸ (União dos Produtores de Bionergia).

Apesar da interrupção de sua vigência, em 1999/2000, e de sua presença no cenário político, desde 1995, muito mais como peça decorativa da ação de governo, depois de conhecer vários rearranjos administrativos e de gestão, a Câmara Setorial Paulista Sucroalcooleira ressurge na segunda metade de 2003, retomando lugar na agenda do governo estadual, particularmente da Secretaria de Estado da Agricultura. Todavia, totalmente esvaziada, desacreditada e sem elementos mobilizadores, essa etapa da Câmara Setorial Sucroalcooleira não registrou referências para nossa reflexão, não se fazendo sentir, através dos meios de comunicação e da literatura específica, tampouco das entrevistas.

Foi assim que, em “A Câmara Setorial Paulista Sucroalcooleira e os *novos* desafios para o movimento sindical”⁹, demonstramos as lacunas existentes entre os pressupostos e objetivos da Câmara Setorial e os resultados alcançados por parte do Estado e do capital, bem como as limitações e contradições internas, no âmbito do trabalho, ou das entidades sindicais, mais propriamente as federações, fragilmente representadas.

Já em “Câmara Setorial, (re)pactuação societária e os desafios para o trabalho”¹⁰, que expressava o acúmulo objetivado no texto “Câmara Setorial e o novo cenário institucional: gestão territorial da relação capital x trabalho e o movimento sindical”¹¹, propusemo-nos refletir sobre o quão destoantes e desarticulados estavam os trabalhadores, atuando por meio das federações, pois se fizeram reféns dos encaminhamentos e interesses do Estado e do capital, diante das discussões e resoluções da Câmara.

É importante enfatizar que a Câmara não foi criada/pensada para resolver os problemas que atingiam os trabalhadores, mas tão-somente para ocupar os espaços vazios, ainda existentes, no plano institucional, na escala nacional e regional, no que se refere à expansão dos investimentos em tecnologia, com a finalidade de regular a queima e o corte mecanizado da matéria-prima, à estocagem e à plena liberdade do mercado para “regular” os preços do açúcar e, principalmente, do álcool. Além, é evidente, de buscar alternativas para o processamento industrial de açúcares, alcoóis e subprodutos, com inserção mercadológica e rentabilidade satisfatória.

⁸ Até 2005, denominava-se União das Destilarias Autônomas do Oeste Paulista. A aposta no expansionismo da área produtora e na produção de álcool para exportação, além de outros subprodutos, trocaram a razão social para União dos Produtores de Bionergia.

⁹ Texto publicado na *Revista Quinzena*, números 251 e 252, de 1997. Esse veículo de comunicação circulou até meados de 2000, atingindo, até então, amplas parcelas do universo sindical, o que nos facilitou a interlocução junto aos sindicatos (dirigentes, militantes e trabalhadores) e pesquisadores em geral.

¹⁰ Publicado nos ANAIS DO II FÓRUM DE CIÊNCIAS DA FCT. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999.

¹¹ Ver: *Revista Ciência Geográfica*, n.12, jan./abr., 1999. Bauru: AGB/Bauru, p.22-28. Esse texto, depois de algumas modificações, foi apresentado no V Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, e publicado nos ANAIS do evento. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1998. (Não dispomos dessa publicação).

No Relatório Final do Projeto, pudemos refletir amplamente sobre a ausência de sentido do *tripartismo* societário (ou das Câmaras Tripartites) para os trabalhadores, na perspectiva de classe e, de maneira enfática, os desafios para o século XXI.

Contudo, foi em “O novo ambiente institucional na agroindústria canavieira paulista e a luta pela terra – uma peleja para a classe trabalhadora”¹² (Texto 7), que disponibilizamos para o debate basicamente três questões, as quais mereceram aprofundamentos em relação aos textos anteriores:

1) Retomamos os elementos normativos da fragmentação do trabalho, na CLT e Constituição Federal, para focarmos os limites que a Câmara Setorial não removeu. Ao contrário, intensificou-os, mesmo que em termos retóricos se prevíssem ações supra-sindicais, no contexto da cadeia agroindustrial canavieira, como forma de pensar o setor como um todo e de proteger o emprego dos trabalhadores (agrícolas e industriais). A concepção fundada no ofício e na corporação não foi sequer abordada, permanecendo intocado o entulho sindical vigente. Somente nos últimos meses, esse assunto comparece em cena, havendo movimentações em torno da organização dos trabalhadores, no interior da cadeia produtiva. No entanto, está distante das proposições, iniciativas de organização por ramo de atividade ou outro recorte macroestrutural de organização dos trabalhadores. (Esse assunto será retomado a seguir).

2) Recolocamos a gestão e o controle do capital sobre o território – ideia original e trabalhada na Tese de Doutorado, porém mais bem formulada em “‘Leitura’ geográfica e gestão política na sociedade de classes” (Texto 1) – agora, pois, abordando as diferenças tecnológicas (intracapital), quanto aos patamares de mecanização e, conseqüentemente, as dificuldades de os trabalhadores entenderem/defenderem um projeto específico, de interesse dos assalariados envolvidos, sobretudo no corte da cana-de-açúcar, tendo-se em vista, por conseguinte, que a mecanização tem significados e magnitudes muito desiguais e diversas, no território paulista. Isto é, a adoção/aceitação dos coeficientes de mecanização, os prazos de carência e os percentuais a serem alcançados não são compreendidos como parte de um processo contraditório e que se realiza intensificando desigualdades.

A insistência em se pensar ações pontuais e desarticuladas do conjunto das lutas (produto das diferentes formas de realização do trabalho) nunca possibilitou aos trabalhadores ou a quaisquer das entidades de representação das categorias sindicais fazer uso dos pré-requisitos que, para os empresários, foram referência: formular políticas mais amplas, embora limitadas a determinados assuntos prioritários.

Os rígidos parâmetros empregados para se compreender o desenvolvimento das forças produtivas, na agropecuária, particularmente na agroindústria, e os impactos sobre o trabalho, por meio do arsenal teórico restrito à categoria/conceito de complexo agroindustrial (CAI), não nos permitem explicar o movimento contraditório de (des)realização do trabalho, questão primeira nas nossas investigações¹³.

¹² Artigo publicado no livro *Geografia e produção regional: sociedade e ambiente*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 215-253.

¹³ Vide Apresentação, Parte I.

3) Por fim, focalizamos o componente da luta pela terra por dentro da processualidade social, o que nos impõe compreender o conjunto heterogêneo e complexificado do trabalho social, hoje. Continuar imaginando que os trabalhadores assalariados, proletarizados ou semiproletarizados, no caso, ligados às atividades encimadas na agroindústria canavieira (tanto agrícolas quanto fabris), mas, sobretudo no corte da cana-de-açúcar, não estão envolvidos com a questão da luta pela terra, tampouco com a Reforma Agrária, não é o que está ocorrendo.

Se pudéssemos ser taxativos, diríamos que a segunda metade da década de 1990 evidenciou mudanças no processo de regulação e de controle do capital sobre o trabalho, com mais ou menos intensidade para cada setor da atividade laborativa. Todavia, em relação à agroindústria canavieira, objeto das nossas reflexões, nesse momento, fica evidente o fato de que a Câmara Setorial, antes de objetivar ser uma instância legitimadora da regulação econômica e política, mostrou-se muito mais como precursora dos mecanismos que redefiniram os ajustes, no âmbito do controle social, e que se consolidaram nos últimos anos.

A esse respeito, poderíamos lembrar: a) a adoção de procedimentos de gestão do trabalho que impõem rotinas fundadas na eliminação de postos de trabalho, sem que haja qualquer inovação tecnológica (ou mesmo de ordem incremental), em nome da racionalização dos gastos e da “parceria entre os pares”¹⁴; b) as atualizações tecnológicas e inovações à base da tecnologia da informação (TI); c) as mudanças frequentes em relação ao reconhecimento da entidade sindical dos trabalhadores, por parte do empresariado, que, ao sabor de sua decisão, direciona a contribuição sindical para outra corporação, mas principalmente deixa de reconhecer legalmente a representação sindical (corporativa) dos trabalhadores para fins de acordo coletivo, cumprimento e rescisão contratual etc.; d) a agressividade das fusões, realocações, incorporações de empresas do setor, redefinindo o ordenamento territorial da atividade canavieira, ensejando principalmente procedimentos de controle do trabalho mais centralizados, tal como o fazem os Grupos Cosan e José Pessoa¹⁵.

Esses grupos padronizam determinados procedimentos, apesar das diferenças, conforme os planos e estratégias do Grupo para todas as empresas, como pudemos constatar, por meio da investigação do projeto de Mestrado “A relação capital x trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental”¹⁶, sob a responsabilidade da professora Ana Maria Soares de Oliveira. De modo análogo, quando focamos o mesmo procedimento para a escala local, amparamos nosso entendimento a partir dos resultados do projeto em nível de Iniciação Científica intitulado “Expansão da cultura da cana-de-açúcar e as implicações para as relações de trabalho no município de Iepê (SP)”¹⁷, que teve à frente o estudante, à época, e hoje mestre em Geografia.

Estávamos diante do desafio de explicar a efetividade do desenvolvimento das forças produtivas materiais, em consonância com as formas e procedimentos adotados para a regulação econômica, os mecanismos de controle social e político sobre o trabalho e os impactos diretos na

¹⁴ Expressão utilizada por empresário, durante Pesquisa de Campo, em outubro de 2004.

¹⁵ Esse assunto será detalhado no item 1.3.1.

¹⁶ Vide Nota 111, Parte I.

¹⁷ Esse projeto contou com o aporte de uma bolsa de IC/PIBIC/CNPq, todavia foi iniciado ainda no momento em que o estudante desenvolvia estágio como Bolsista vinculado ao Programa de Apoio ao Estudante (PAE), durante o período de 2001 a 2003.

subjetividade dos trabalhadores e do movimento operário, em geral. Se, até então, essa compreensão estava restrita às formulações da Tese de Doutorado, momento em que apreendemos a abrangência e o sentido das contradições existentes diante da explicitação do conflito capital x trabalho, agora nos permitiu demonstrar geograficamente o estranhamento (territorial) do trabalho, em face das marcas e referências do controle do capital e do Estado.

Os textos que produzimos, com o objetivo de ampliar os horizontes das reflexões represadas nas fronteiras da universidade, nos levaram a polemizar a respeito das estratégias do Estado e dos empresários, para consolidar novos elementos e procedimentos gerenciais e de controle, associados ou não a novas tecnologias, em nome – como era de se esperar – da inevitabilidade da mecanização do corte da matéria-prima, apesar das divergências em torno dos prazos de carência e do patamar de adoção do corte mecanizado¹⁸ etc. (Retrato 1).

O descompasso existente entre o que propunha o Movimento do Ministério Público Democrático (MMPD)¹⁹, as entidades ambientais, os trabalhadores por meio das entidades sindicais (representados pela FERAESP E FETAESP) e as ONGs, em relação à eliminação da queimada, seguida da extinção do corte manual²⁰, rebatia na dilatação ou antecipação dos prazos, na diminuição do ritmo, nas mudanças nos procedimentos. A atenção única das federações sindicais em relação aos desdobramentos desse processo e à diminuição dos postos de trabalho protelou as soluções necessárias para a época, que ainda não se concretizaram, a não ser acordos realizados entre o governo do Estado e os empresários, representados pela UNICA, como o que foi assinado em março de 2008, momento em se antecipa o prazo máximo de implantação do corte mecanizado de 2021 para 2014.

Com relação ao Estado, seria descabido reservar-lhe somente o papel de mediador nesse processo, tendo em vista a referência empresarial presente nas ações e propostas de encaminhamento, tais como o Pacto pelo Emprego, muito mais filiado ao reordenamento da atividade canavieira do que ao emprego propriamente dito.

Essa compreensão do metabolismo social do capital nos desafia ao exercício constante das mutações no universo do trabalho e de como podemos, por meio da “leitura” geográfica, enxergar a plasticidade, constantemente rompida e redesenhada, entre as diferentes formas geográficas de expressão do trabalho e os vínculos existentes entre as capilaridades.

Tendo nas relações de trabalho e, de maneira mais ampla, na relação capital x trabalho e na luta de classes a referência para focar o conjunto plural de mediações que comparecem

¹⁸ Esse assunto monopolizou a pauta da Câmara, durante sucessivas reuniões e negociações. Tanto é que os objetivos mais gerais e defendidos como referência para o cumprimento dos trabalhos, arguidos principalmente pelo Estado, tais como o crescimento da eficiência produtiva e a manutenção dos níveis de emprego, foram literalmente substituídos pelos interesses que norteavam os entendimentos em torno do rebaixamento de custos, do aumento da eficiência agroindustrial e da produtividade do trabalho, em relação à adoção ou não do corte mecanizado, em detrimento do corte manual.

¹⁹ Movimento formado por Promotores de Justiça do Estado de São Paulo, que se estrutura a partir de meados dos anos 1980 e se identifica com temas sociais e ambientais mais emergentes, como trabalho infantil, despalha da cana-de-açúcar, trabalho escravo etc.

²⁰ Praticamente dois encaminhamentos disputaram as atenções da Câmara. Ao invés de o Estado adotar o ritmo de 12,5% de área, a cada ano, exigindo-se um mínimo de 10% de eliminação no primeiro ano, de tal maneira que, ao fim de oito anos, a queimada fosse completamente eliminada, seria concretizada a proposta intermediária, mais próxima das sugestões da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA), qual seja: 1) em áreas em que a colheita é mecanizável, a redução da queima dar-se-ia ao ritmo de 12,5% da área em questão, de tal maneira que, em oito anos, estivesse completamente eliminada; e 2) em áreas em que a colheita não é mecanizável, a predisposição será de reduzir a queima ao ritmo médio de 33,33% a cada 5 anos, sendo que, ao completar quinze anos, estivesse eliminada. Para mais detalhes, ver Thomaz Júnior (2001, Relatório de Pesquisa).

em cena e materializam todo o empreendimento agroindustrial canavieiro, podemos, com mais segurança, entender a complexidade e a magnitude dos desafios que estão colocados para o conjunto dos trabalhadores envolvidos (tanto na parte agrícola, quanto na fabril) e, particularmente, para o movimento sindical.

Assim, nossa contribuição contém os diferentes elementos que estão redefinindo em profundidade a dinâmica territorial da sociedade, quando dirigimos as atenções para esse ramo da atividade. Poderíamos destacar: a adoção de tecnologias incrementais e inovadoras; rearranjos de gestão; mecanismos mais centralizados de negociação com as entidades de classe dos trabalhadores; diferenciação para os produtos e subprodutos, com vistas à garantia de nichos de mercado e vantagens comparativas; o sequestro de carbono; a tecnologia automotiva dos motores *flex fuel*; o plástico biodegradável; e a adoção de Sistema de Gestão Ambiental, que segue as normas da série ISO 14000, com o propósito da conquista da certificação sócio-ambiental etc.

Daí o interesse repentino do capital no cultivo da cana-de-açúcar orgânica e na melhoria das condições fitossanitárias da produção/industrialização da matéria-prima, sem contar o cinismo em defender a sustentabilidade ambiental, por meio de “ações equilibradas” e capazes de conter, progressivamente, o uso da despalha em detrimento da mecanização do corte e com o objetivo (pressuposto econômico) de diminuir sensivelmente a emissão de agentes poluidores, para ajudar na melhoria da qualidade de vida. É importante notar que o único “equilíbrio” e a qualidade de vida perspectivados pelo capital não presumem e/ou consideram o respeito integral às tratativas trabalhistas, acordos e convenções de trabalho, remuneração digna para os trabalhadores. Ao contrário, garantem apenas a ganância e o imperioso poder de descarte e fragilização do trabalho, em nome da eficiência, dos ganhos de produtividade e do controle social sobre o trabalho.

Em “A relação homem/natureza no modo de produção capitalista”²¹, avaliamos ser importante registrar nossas compreensões sobre o discurso apropriado pelo capital, para fazer valer as ações econômicas e de gestão política, a fim de viabilizar a seu gosto o processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar.

Já no texto “As inovações tecnológicas e as novas formas de gestão e controle do capital sobre o trabalho”²² (Apêndice 1), apresentamos reflexões que focam a tecnologia, “modernização” tecnológica, sofisticação dos processos produtivos, formas de gestão e controle do processo de trabalho. Há desdobramentos de grande monta, que impactam o trabalho, as instâncias de organização e, conseqüentemente, sua capacidade de intervenção, especialmente pelo fato de que o (re)fracionamento técnico-produtivo que vincula o reconhecimento (legal) das categorias/corporações sindicais aumenta a escala das dificuldades para viabilizar ações político-organizativas do ponto de vista de classe.

²¹ Texto em coautoria com Ana Maria Soares de Oliveira, publicado na *Revista Eletrônica Geocrítica*, v. VI, n.119. Universidade de Barcelona, 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-as001.htm.

²² Texto em coautoria com Ana Maria Soares de Oliveira, publicado na *Revista Pegada*, v.3, n.1, outubro de 2002. Presidente Prudente: CEGeT, 2002.

Por meio do texto “O processo de espacialização, reestruturação produtiva, reordenação do capital canavieiro no Oeste Paulista”²³, pudemos refletir, ainda que com os limites da pesquisa, sobre os principais aspectos tecnológicos, gerenciais e políticos que marcam a agroindústria canvieira, na região de Presidente Prudente e, de forma mais ampla, no Oeste Paulista.

Nesse universo de reflexão, incluímos o texto “Reestruturação produtiva na agroindústria canvieira paulista e os desafios para o trabalho”, do qual pudemos extrair algumas ideias que mais nos aproximam dos movimentos reais praticados pelo capital e pelo Estado, na atividade canvieira, que têm promovido rearranjos territoriais em todo o processo produtivo (agrícola e industrial) e, conseqüentemente, para os trabalhadores, o que tem implicado sobremaneira nas formas organizativas e também nas avaliações que os sindicatos e as federações de trabalhadores fazem a respeito dos encaminhamentos surgidos através das iniciativas de junção dos trabalhadores, por meio dos referenciais intercategorias (Eixo 1.2).

Diante disso, sentimo-nos mais próximos da compreensão da atualidade da relação capital x trabalho e da amplitude do conflito social imanente ao metabolismo do capital, na perspectiva anticapital, em face das campanhas (publicitárias) milionárias de convencimento, a qualquer custo, que apresentam um mundo sem conflitos (*um mundo de iguais*), sem classes sociais (com lugar para as *parcerias*), sem fronteiras (*todos livres para ir e vir*) e, portanto, sem nada ou quase nada de interessante para a classe trabalhadora. Os ataques constantes do capital sobre o trabalho fragilizam, em grande medida, as relações de trabalho, tanto por meio de investimentos em máquinas e tecnologias (elevando a composição orgânica do capital), quanto por meio de novas formas de gestão do trabalho (consorciadas ou não). Tudo isso tem refletido diretamente nos elevados patamares de desemprego, sem contar os seus rebatimentos às instâncias de organização política dos trabalhadores (especialmente os sindicatos).

A isso se soma o *propositivismo* dos sindicatos, que perpetua o imobilismo e a ausência de políticas integradoras supracategoriais, bem como por parte das centrais sindicais, o que não evidencia novos elementos para os trabalhadores, numa conjuntura política e econômica nada favorável.

1.1. As artimanhas do capital e os pressupostos da pesquisa

A precedência de dois artigos pode melhor ilustrar os desafios que vivíamos, exatamente quando tentávamos incorporar os novos elementos teóricos que estávamos extraindo das nossas pesquisas, particularmente as noções de modernização tecnológica, gestão territorial do capital, controle social e metabolismo social do capital. A possibilidade de escrever “A trama societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho”, para compor o livro *O Pensamento de Milton Santos e a Construção da Cidadania em*

²³ Texto em coautoria com José Roberto Nunes de Azevedo, publicado nos *Anais* do 3º ENCONTRO DE ESTUDOS AGRÁRIOS “Mudanças e Permanências no Espaço - Agricultura Brasileira em Questão”. Departamento de Geografia/Universidade Federal do Paraná, CD-ROM, Curitiba, 2003.

*Tempos de Globalização*²⁴, tornou possível que abordássemos outros elementos analíticos, em comparação com aqueles a que nos referenciamos, para a apresentação.

Aqui vale retomar que, em “Por uma Geografia do Trabalho” (Texto 4), apresentamos todo esse esforço de síntese em relação à apreensão da temática do trabalho pelas lentes da Geografia, principalmente em relação à questão da Luta pela Terra, à mecanização da agricultura, ao papel da formação do trabalho para o adestramento ao metabolismo do capital, à sociabilidade do capital que afeta a vida dentro e fora do trabalho e, conseqüentemente, redefine os papéis laborativos e subjetivos do trabalho, aguçando constantemente sua plasticidade, como vivenciamos nas nossas pesquisas: camponeses reivindicando melhores salários e proletários reivindicando terra para viver e trabalhar.

Em verdade, esse assunto, nos requereu atenção especial, desde a realização da pesquisa de doutorado, momento em que trabalhávamos a ampla dimensão territorial da investigação, em meados dos anos 1990, com praticamente 75% de amostra, do conjunto das “empresas sucroalcooleiras”²⁵ e, na mesma proporção, os contatos, as entrevistas junto às entidades sindicais dos trabalhadores envolvidos nas atividades agroindustriais canavieiras (tanto agrícolas quanto industriais/processadoras). Tivemos várias ocorrências de trabalhadores totalmente proletarizados, que vivenciavam o assalariamento desde a geração dos pais e que, por diversas vezes, expressaram seus interesses por terra, para viver, plantar, sob vários argumentos. Nessa ocasião, ainda não estávamos atentos a esses aparentes desafios e *enganos*, expressão muito utilizada por aqueles que defendem cegamente a especificidade das reivindicações daqueles que estão talhados somente para a melhoria dos salários, condições de trabalho, mas já aceitávamos a ideia de repensar as fundamentações que igualmente empregávamos, para compreender as expressões do trabalho.

Esse processo de profundo repensar dos referenciais teóricos se fez presente nos primeiros trabalhos de orientação, em que dirigimos as atenções para a realidade da luta pela terra, no Pontal do Paranapanema. Antes mesmo das nossas pesquisas diretas, a possibilidade e a necessidade de viabilizar os projetos de pesquisa dos orientandos exigiu nossa atenção redobrada para o contraponto do que havíamos encontrado em momento anterior (quando proletários reivindicavam terra) e, já no século XXI, camponeses, agricultores familiares, desde a geração dos antepassados, reivindicando melhores salários, condições de trabalho, carteira de trabalho assinada etc. Tal situação também escapava totalmente das previsões, da mesma forma que a condição operária não deveria prescrever terra para plantar e nela viver com a família, senão manifestar seu posicionamento de classe contra o capital, mas resistir como proletário. Os resultados das demais pesquisas sob a responsabilidade de outros colegas, a participação continuada e assídua aos eventos operários (urbanos e rurais) e camponeses é que nos possibilitaram amparar as inquietações que já se faziam emergentes.

²⁴ Livro publicado pela AGB/Bauru, 2000, p. 240-252. Nesse volume, foram reunidos os textos cujos autores participaram das Mesas-Redondas e Palestras do evento de mesmo nome, organizado pela AGB/Bauru, em maio de 1997, em Bauru.

²⁵ Era essa a expressão que utilizávamos, à época, sendo que, logo depois, diante dos rearranjos do capital na rabeira da reestruturação produtiva, passamos a usar a expressão *agroindústria canavieira*, muito mais abrangente e pertinente às reais ações empresariais e produtivas dos grupos econômicos. Neste limiar do século XXI, fazem, sobretudo os maiores e/ou envolvidos na gestão de profissional, parte de conglomerados agro-químico-alimentares-financeiros, diante do expansionismo, das fusões, e participações cada vez mais crescentes de grupos transnacionais. (Esse assunto será tratado neste Eixo).

Em “Desenho societal dos sem-terra no Brasil”, fizemo-nos valer dessas novas constatações, todavia só mais tarde, em “O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil”, que o repensar autocrítico comparece de modo vigoroso. Da mesma forma, o significado da Reforma Agrária passou a compor nosso universo de pensamento – como algo que não se circunscrevia ao conservadorismo do parcelamento e a necessidade de a luta ser exclusiva à nacionalização das terras – como instrumento de resistência ao capital e ao Estado, capaz de oferecer alternativas de luta e conscientização dos trabalhadores para a construção revolucionária. O chamamento central do texto “Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil”, de 2006, assim como os textos que produzimos em 2007, constituíram-se instrumentos por meio dos quais pudemos detalhar os fundamentos que estão orientando nossos posicionamentos sobre a necessidade do alargamento do conceito de trabalho e de classe trabalhadora, aliás, razão central das nossas pesquisas e assunto deste texto sistematizador.

Quantas polêmicas não habitam esses posicionamentos! Mais ainda se considerarmos que fazer valer as experiências de pesquisa e o primado ontológico da realidade social e geográfica do trabalho, mais do que uma redundância é o que nos mantém vinculados à vivacidade da teoria marxista transformadora e afinada aos fundamentos de que é pela via do trabalho que construiremos o socialismo.

A constatação de que os tecidos sociais (nas cidades e nos campos) pulsavam questionamentos com mais amplitude e significado do que estávamos preparados para entender/aceitar, portanto, algo muito mais efetivo do que qualquer manifestação extemporânea foi o primeiro passo para admitir a crise que se instalava em nós. A disposição e coragem para enfrentá-la nos exigiu humildade, cuidados e trabalho redobrado para ampliar o arco de realização das pesquisas e dos assuntos, sendo, pois, a alternativa propícia para que o repensar teórico-conceitual pudesse efetivamente ocupar lugar de destaque na nossa agenda de trabalho, sem que mantivéssemos à frente a determinação dos escritos em detrimento das pesquisas diretas.

O possível embaralhamento que essa situação ou tantas outras semelhantes podem indicar, no mínimo, tem que nos estimular um repensar profundo sobre o significado dos conceitos, a pertinência da teoria e, de modo geral, os instrumentos teórico-metodológicos. E não o apego frenético aos postulados, em alguns casos, mais que cartilhas, para nos mantermos distantes do aparente *desafio/problema*, manter as aparências, a fim de que o reconhecimento e a aceitação acadêmicos não sofram abalos.

Isto é, restringir ou mesmo absolutizar a forma de existência do trabalho apenas à sua dimensão imediata, do momento da realização da pesquisa ou da tomada da informação, sem considerar as demais formas possíveis de existência e as territorialidades subjacentes, significa que estamos desconsiderando a riqueza do processo social e engessando uma categoria analítica ou um conceito de grande extensão, para compreendermos o espaço mundial atual. Sem contar os próprios limites internamente ao trabalho, que têm na referência corporativa a identidade política e territorial, demarcada de maneira evidente nos limites de atuação fixados pelo Estado.

Isso nos estimula a pensar em diversos cenários: se, para reivindicar política agrícola (no caso dos *mineiros*, posseiros, agregados, camponeses com pouca terra, que migram para o corte da cana), bem como melhores salários, novas maneiras de contratação e remuneração²⁶; no caso dos cortadores de cana-de-açúcar proletarizados, desde essas reivindicações como também terra para trabalhar e viver com a família; e se, vivenciando experiências, produtos das mudanças de funções e da pluriatividade ou, se na informalidade, executando atividades temporárias ou vivenciando a despossessão.

Em respeito à questão da pluriatividade, devemos salientar que as conclusões a que chegamos são de que, apesar de sempre ter existido para os camponeses, como prática para a sobrevivência, não se compara aos dias de hoje, como pudemos verificar, por meio de investigação²⁷. Se pudéssemos fazer uma comparação para elucidar essa questão, diríamos que, se anteriormente o camponês que ia em busca de atividades classicamente desenvolvidas pelo operário (urbano ou rural), tinha como base principal de renda as atividades agropecuárias, sendo a não-agrícola um complemento passageiro, após os anos 1970, mas, sobretudo nos anos 1980, esses *trabalhadores camponeses* vivem as profundas mudanças que ocorrem na estrutura da sociedade e que metamorfoseiam crescentemente o camponês-operário (numa alusão à situação anterior) em operário-camponês, demonstrando a intensidade com que a atividade agrícola passou de principal a acessória.

Contudo, é necessário ponderar o fato de que a recriação constante do campesinato, tanto por meio das lutas específicas dos trabalhadores, quanto das ações do capital e do próprio Estado, a partir de formas de organização da produção de bens de origem agrária (por exemplo, os sistemas integrados) e demais artifícios empregados para continuar sujeitando a renda da terra aos seus desígnios, e das políticas públicas, respectivamente, estimula a repensar o papel da propriedade privada da terra, nesta virada do século XXI.

A circunstância de termos enriquecido nossos conhecimentos de maneira combinada, por meio da pesquisa empírica e da literatura que aborda esse assunto, por meio dos autores que têm contribuído para o debate – contemplando um arco plural de posições, dentre os quais Oliveira (1997), Martins (1981), Graziano da Silva (1996 e 1999), Alentejano (1999), Mendonça (2004), Fernandes (2007), Carvalho Filho (2001) –, pudemos diagnosticar que a pluriatividade é, sem dúvida, uma forma revitalizada pelo capital e pelo Estado. Inclusive, como parte de políticas públicas de desenvolvimento rural, tal como as Vilas Rurais no Paraná e parte daquilo que ficou conhecido como

²⁶ A esse respeito, poderíamos lembrar o magnífico texto que aborda a polêmica em torno das 7 ruas, "Alteração de corte de cana de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores", de autoria de Gebara et. al. (1984). Os autores apresentaram para a comunidade os elementos fundantes do conflito que residia, aparentemente, nas mudanças na forma de pagamento e remuneração dos trabalhadores e ofuscaram a superexploração do trabalho e as mediações políticas de fundo que definiam o conteúdo da luta de classe no campo, naquele momento, envolvendo cortadores de cana, usineiros e Estado. Gostariamos de mencionar também um texto de nossa lavra, "Barracão – forma de controle de mão-de-obra rural recriada pelo capital: os mineiros na região de Jaboatão" (1984), no qual pudemos expor reflexões centradas no conteúdo das formas de superexploração do trabalho e das péssimas condições de vida e de trabalho num ramo de atividade celebrado pela mídia como "Califórnia Brasileira".

²⁷ Orientamos pesquisa sobre esse assunto, em dois momentos consecutivos, em nível de Graduação, a começar como Estágio Não Obrigatório e Bolsa PAE, e, depois, com Plano de Trabalho vinculado a Bolsa de IC/PIBIC/CNPq, tendo como responsável o geógrafo Sandro Mauro Guirro, cujos resultados se encontram no Relatório Final de Bolsa "Inserção da pequena propriedade rural no entorno da malha urbana de Presidente Prudente (SP): a pluriatividade em questão". Essa investigação foi muito importante para o entendimento das mudanças de funções e das formas de controle do trabalho dos camponeses representados pelos pequenos e microproprietários de terra, situados na região de Presidente Prudente. Reveladora das ricas tramas sociais que envolvem os atores sociais pluriativos, também pudemos apreender as frustrações dos trabalhadores e suas famílias em relação às perspectivas de execução de atividades não-agrícolas, tanto tipicamente urbanas quanto rurais.

Novo Mundo Rural, para viabilizar a exploração do trabalho, ou o depositário de mão-de-obra para o capital, seja no campo, seja na cidade, ou, mais propriamente, na condição do efetivo exercício do controle social por parte do Estado sobre as famílias de trabalhadores²⁸.

As significações sociais, históricas, éticas etc., que fazem parte dessa afirmação, reservam-nos a responsabilidade de dizer que a pluriatividade ultrapassa os limites da disjunção campo-cidade e, portanto, apresenta desafios para as instâncias de organização dos trabalhadores rurais e urbanos, faz parte das transformações em curso e requer trabalhadores precarizados e disponíveis para serem objeto dos diversos modos de superexploração, vivenciando territorialidades distintas.

Nesse sentido, podemos entender a pluriatividade como uma realidade que interessa ao capital e não ao trabalhador, pois, além de ser superexplorado, não é remunerado de acordo com a jornada. Porém, é de fundamental importância para o desenvolvimento das pesquisas e para o debate político, já que esse assunto ganhou muita visibilidade em todas as instâncias (acadêmico-intelectual; *staff* diretivo de Estado; governos estaduais, meio sindical) e ainda figura como alternativa para o governo Lula²⁹.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o que normalmente encontramos na bibliografia, quando nos reportamos à compreensão do processo de mecanização e de “modernização” da agropecuária, no Brasil. Referimo-nos às áreas de cultivo do milho, mais recentemente do algodão, mas, sobretudo, da soja, fundamentada na monocultura (Retrato 2), e na homogeneização de relações, tendo na proletarização o referencial único e exclusivo, sem antes se considerar as contradições iminentes ao processo de subordinação/exploração/expropriação/apropriação/dominação que o capital exerce sobre as demais realidades laborais, a depender das condições específicas.

Os resultados viabilizados pelo projeto de tese “A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano”³⁰ nos permitem formular algumas referências para entendermos as contradições específicas do metabolismo do capital no campo, particularmente em área de expansão/consolidação da “modernização” da agricultura ou do sistema de máquinas (Retrato 3).

Assumir a postura da inevitabilidade e irreversibilidade do processo de mecanização impossibilita o leitor de compreender o próprio conteúdo histórico do processo social ou do metabolismo do capital e, conseqüentemente, vislumbrar, por meio das contradições, as formas de expressão da realidade vista como síntese de múltiplas determinações, e o próprio conteúdo da classe trabalhadora. Não está em questão não reconhecer o desenvolvimento científico e tecnológico, mas chamar a atenção para o conteúdo contraditório do processo social. Em “Modernização da

²⁸ A esse respeito, indicamos a Dissertação de Mestrado *Uma análise geográfica das novas ruralidades e do controle social nas vilas rurais da Paz, em Rolândia, e João Inocente, em Cambé (PR)*, de autoria de Karina Furini da Ponte, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNRSP/Presidente Prudente, em março de 2004.

²⁹ Poderíamos lembrar alguns documentos e textos que podem oferecer referências para o aprofundamento desse assunto, tais como: *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), várias publicações no âmbito do Programa Territórios da Cidadania.

³⁰ Essa tese de doutorado foi desenvolvida pelo professor Marcelo Rodrigues Mendonça. Está disponível no *site* do CEGeT: www.prudente.unesp.br/ceget.

agricultura e os impactos sobre o trabalho”³¹ (Apêndice 2), estão contidas nossas preocupações nesse sentido, sendo que o principal elemento que apresentamos ao debate, a fim de demarcar nossas preocupações com a compreensão do processo de “modernização” da agricultura, está indicado na observação das diferentes formas de externalização do trabalho e não propriamente no princípio de que a mecanização homogeneiza tudo ao formato proletarizado do trabalho e sucumbe às demais expressões laborativas (Retrato 4).

As atividades de pesquisa dessa Tese de Doutorado, que teve como pressuposto a compreensão das múltiplas faces do trabalho rural e as possíveis implicações na relação cidade-campo, envolvidas na cultura da soja, no Sudeste goiano, têm-nos possibilitado, então, ponderar sobre questões que requerem cuidados com os constructos identitários que qualificam o ato de produzir mercadorias sob o escopo da “modernização” da agricultura. Ou seja, é preocupante generalizarmos entendimentos e explicações com base na dinâmica do metabolismo do capital – no caso em estudo, o cerrado do Sudeste goiano –, levando em conta tão-somente a relação capital x trabalho, ou sua expressão predominantemente assalariada, e desconsiderar as demais relações sociais, seja na forma do trabalho familiar camponês, seja nas formas combinadas.

Os avanços na compreensão das contradições presentes no tecido social estão associados aos resultados das pesquisas que se propuseram apreender o processo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas no campo e quais as ações que o capital e o Estado implementam e impactam a luta de classes.

A Dissertação de Mestrado *Nas ondas do rádio: a viabilização da ‘modernização’ agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)*³², desenvolvido pela professora Marli Terezinha Szumilo Schlosser, ajudou-nos a conhecer um mecanismo *sui generis* e eficaz, até então pouco conhecido do grande público, ou seja, a utilização do rádio ou da mídia falada para a divulgação dos intentos do capital, que viabilizou a implantação do modelo capitalista de organização da produção da agricultura, por meio dos incentivos estatais, em nome da “Revolução Verde”, no Oeste do Paraná, com repercussões marcantes no território, na organização do trabalho, na desestruturação da forma familiar camponesa, na mudança da policultura para a especialização da produção de soja, arroz e milho, na concentração da propriedade da terra etc.

Esse trabalho de pesquisa trouxe para o público diversos elementos de um complexo processo de reorientação da exploração e organização do território. Em “O poder da imprensa e o desenvolvimento nas ondas do rádio”³³ (Apêndice 3), focamos as manifestações discursivas expressas nos programas de rádio³⁴ enquanto linguagem alicerçada na noção de progresso. A fonte de pesquisa e a metodologia utilizada nos possibilitaram, de forma surpreendente, apreender e

³¹ Texto elaborado em coautoria com Marcelo Rodrigues Mendonça, para ser apresentado no Seminário Internacional de Geocrítica, “El Trabajo”, realizado em Barcelona, no período de 27 a 30 de maio de 2002. Publicado na *Revista Eletrônica de Geocrítica*, volume 6, n.119, 2002. Barcelona, 2002. Disponível em: www.ub.se/geocrit/c4-mdoju.htm. Depois de revisado, foi apresentado no XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, realizado em João Pessoa, no período de 17 a 23 de julho de 2002. João Pessoa, *Anais...*, AGB/Nacional, 2002.

³² Esse trabalho foi concluído em março de 2002, junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, sob nossa orientação.

³³ Esse texto, em coautoria com Marli Terezinha Szumilo Schlosser, foi publicado na *Revista Geografia*, do Departamento de Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, 2003.

³⁴ As informações foram cedidas pela Rádio Difusora, particularmente as relativas ao programa “Frente Ampla de Notícias”, que veiculava para toda a região um *novo e eficiente modelo de produzir e de viver*. A frase de efeito mais divulgada durante a programação, pode-se dizer até no *slogan* do referido programa, era: “O novo não era para ser temido, mas aceito, em nome do progresso e bem-estar de todos”.

externalizar as transformações produzidas nas formas de cultivar a terra, com a substituição das técnicas tradicionais pelos procedimentos pautados na tecnificação/"modernização" dos pacotes impostos pelos agentes financeiros, bem como a reformulação do cotidiano das famílias de agricultores e nas relações de trabalho.

A "modernização" da agricultura, tão alardeada aos quatro cantos do país, no caso em estudo, ganhou em magnitude e rapidez, especialmente porque, por meio das *ondas do rádio*, foram implementadas mudanças de ampla profundidade no universo do trabalho³⁵.

Podemos adiantar que as evidências espaciais e territoriais do desenvolvimento das forças produtivas nos levam a apreender as diversas faces desse processo e suas especificidades enquanto materialidades que compõem as estratégias para o exercício do controle de classe do trabalho, por parte do capital. Esses são, de fato, os elementos constituintes das nossas investigações e que nos mobilizam a constantes aprofundamentos. Por certo, eles nos possibilitarão compreender os rearranjos constantes nas formas de controle do capital sobre o trabalho, bem como a atuação do Estado e das classes hegemônicas e, conseqüentemente, as diferentes territorialidades da luta de classes, no Brasil, e os significados e sentidos para o trabalho.

1.2. Trabalho e *cultura* destrutiva do capital

A pragmática que se adequa aos imperativos neoliberais e aos receituários oriundos da acumulação flexível intensifica os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, seja pela intensificação dos investimentos em novas tecnologias³⁶ e difusão da microeletrônica, seja pela descentralização ou realocação das plantas agroindustriais, seja pelas distintas ações de controle, gestão e fragmentação da força de trabalho. Aqui tem lugar a subcontratação e terceirização, desregulamentação, pela via da intensificação da superexploração da força de trabalho.

O entrecruzamento dessas ações, que estão sendo guiadas pelo processo expansionista do capital, no campo, reflete as novas faces das contradições do processo de desenvolvimento das forças produtivas situadas na base desse movimento de (re)ordenamento territorial do espaço produtivo e que expressa a atualidade do capitalismo tardio, no Brasil.

O processo de precarização do trabalho, mais precisamente os expedientes da superexploração do trabalho, se retroalimenta de expressivo número de atividades e de trabalhadores submetidos às relações de trabalho que são enquadradas nessa formulação. No Brasil, podemos citar as carvoarias, que encabeçam as listas de denúncias e de comprovação e desbaratamento, pelas autoridades afins, representadas pelo Ministério Público Federal do Trabalho, as fazendas de gado na Amazônia, lavouras de cana-de-açúcar, entre outras.

Com as atenções voltadas ao domínio dos instrumentos que legitimam a inserção da mão-de-obra indígena, no corte da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, na Destilaria Brasilândia

³⁵ A continuidade dos estudos, já em nível de Doutorado, através do Projeto de Pesquisa *Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola*, possibilitou-nos apreender os mecanismos que incentivaram a incorporação das técnicas modernas e a discussão a respeito da relação entre "modernização" da agricultura, crise da especialização fundada no binômio soja/trigo e a conseqüente desestruturação do modelo inicial caracterizado pela organização familiar camponesa.

³⁶ Cf. HARVEY, 2002.

S/A (Debrasa), no município de Brasilândia, sob o comando do grupo J. Pessoa Sobrinho³⁷, o trabalho de mestrado “A Geografia da escravidão no território do capital”, desenvolvido pelo professor Júlio César Ribeiro, revelou-nos a complexidade dessas relações. Esse texto é ainda a principal referência para se pensar e discutir o conteúdo do processo civilizatório da barbárie³⁸ externalizado pelas práticas do capital agroindustrial canavieiro, no Mato Grosso do Sul (Retrato 5).

Dois textos, produtos desse trabalho, permitiram-nos pontuar as preocupações centrais e mostrar os vínculos sociais, históricos e territoriais da classe trabalhadora com a gestão espacial do processo sociometabólico do capital. Em “Entre a sepultura e a trincheira: o movimento sindical e a exclusão social”³⁹ (Apêndice 4), entendemos a escravidão como escravidão do capital, diferenciada agora pela legalidade/ilegalidade jurídica enquanto servidão voluntária, sendo que esta não é, pois, como a escravidão enraizada nos engenhos e banguês do Brasil-colônia. Já em “Desenvolvimento desigual-combinado dos espaços mundiais: gênese e estrutura da escravidão capitalista do trabalho”⁴⁰, optamos por realçar um dos pressupostos centrais da dissertação, ou seja, percorrer os labirintos do território e fundamentar as formas regressivas utilizadas pelo capital, com ênfase na superexploração do trabalho e nos papéis que o Estado cumpriu, para escudar a realização do capital, no campo, no Brasil, no século XXI.

As experiências dessa exploração humana consentida – também denominada semiescravidão ou escravidão propriamente (índia e branca) – ou ainda práticas de trabalho degradante e formas assemelhadas de escravidão no corte da cana-de-açúcar, se enraízam em todas as regiões do país. Portanto, não é um privilégio do Mato Grosso do Sul⁴¹.

O processo recente de expansão para áreas novas, após 2.000, e a consolidação das áreas de cultivo de cana-de-açúcar e da agroindústria canavieira para as áreas tradicionais do país tem sido pesquisado por meio de projetos (finalizados recentemente) e em consecução⁴². Em síntese temos:

³⁷ O Grupo J. Pessoa desponta atualmente entre os 10 maiores do setor agroindustrial canavieiro, no Brasil.

³⁸ Temos trabalhado com o conceito de *civilização da barbárie* para expressar a degradação e os ataques constantes do capital sobre o trabalho.

³⁹ Publicado originariamente na *Revista Paranaense de Geografia*, n.4, da AGB/Curitiba, 2000; atendendo a solicitação do coordenador do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Estudos de Globalização”, foi disponibilizado no site www.sites.uol.com.br/globalization/thomaz.html. Revisado e modificado, devido à sugestão dos editores, foi aceito para publicação na *Revista Novos Rumos*, n.35, São Paulo, agosto de 2001, com o título “O Movimento Sindical e a Exclusão Social”.

⁴⁰ Esse texto foi publicado na *Revista Fluminense de Geografia*, da AGB/Niterói, n. 2, v. 2, 2003, p. 83-97.

⁴¹ Em recente artigo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* (17/02/2008, p. B4), é possível situar o espalhamento espacial pelo país dessa chaga que recai sobre o capital agroindustrial canavieiro, ultrapassando, por exemplo, em número de trabalhadores resgatados, as fazendas de gado, particularmente nos Estados amazônicos.

⁴² Vide Quadro 2, Parte I. **Iniciação Científica:** 1) *Dinâmica geográfica para a expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa. Orientanda:* Joseli Barreto, Bolsista: IC/FAPESP, período: maio a dezembro de 2008 (concluído); 2) *O trabalhador migrante para a cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema/SP. Orientando:* Gérson de Souza Oliveira (em andamento); 3) *Territorialização do capital agroindustrial e os efeitos da mecanização do corte e plantio da cana-de-açúcar para o trabalho na Região de General Salgado (SP). Orientando:* Messias Alessandro Cardoso. IC/PIBIC (em tramitação); **Mestrado:** 1) *A transformação da terra de trabalho em terra de negócio na Região de Araçatuba e o avanço da agroindústria canavieira. FCT/UNESP/Presidente Prudente. Orientando:* Hansi Miler Quintino Leal. Início: agosto de 2006; 2) *Expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul: configuração espacial e a relação capital x trabalho. Orientando:* José Roberto Nunes de Azevedo. UFGD/MS. Início: março de 2007, (concluído); 3) *Periferização do trabalho envolvido no corte da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. FCT/UNESP/Presidente Prudente. Orientando:* Jaime R. de Santana Júnior. Início: agosto de 2008; 4) *O processo de territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul: o caso do grupo Louis Dreyfus. UFGD/MS. Orientando:* Alex Torres Domingues. Início: março de 2008. **Doutorado:** 1) *As redefinições técnico-produtivas e organizacionais do capital agroindustrial canavieiro no Brasil: transformações territoriais e os desafios para o trabalho. FCT/UNESP/Presidente Prudente. Orientanda:* Ana Maria Soares de Oliveira. Início: agosto de 2004; 2) *Agronegócio e*

1) O projeto de mestrado “Expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul: configuração espacial e a relação capital x trabalho”, sob a responsabilidade do professor José Roberto Nunes de Azevedo⁴³, focaliza a compreensão dos recursos e fundamentos utilizados pelo capital para viabilizar a expansão dos canaviais e da agroindústria canvieira no Estado do Mato Grosso do Sul, no século XXI. Além das informações quantitativas, percebe-se que o capital agroindustrial canavieiro instalado no Mato Grosso do Sul está intensificando o ritmo dos investimentos, motivado pelos ganhos de produtividade, mantendo ainda o corte manual e as operações de carregamento em separado (Retrato 6). Essas ações e a intensificação do corte mecanizado têm repercutido diretamente na renovação dos dispositivos da exploração da força de trabalho, com a adoção de procedimentos assemelhados às formas de trabalho escravo e no destrutivismo ambiental. Tais marcas, aliás, que garantem lugar de destaque na liderança nacional das arbitrariedades e descumprimentos das leis trabalhistas etc., mesmo que diversos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) tenham sido acordados entre Ministério Público Federal do Trabalho e empresários; ainda assim, continuam contratando trabalhadores indígenas, em total desatenção à legislação específica, ao Estatuto do Índio, à CLT e às tratativas definidas.

Outro elemento importante é que tudo isso está transcorrendo com o agravante de que o capital estrangeiro também está se incorporando a esse quadro de barbárie, por meio de inúmeras ações (aquisição de parte ou totalidade do controle acionário), investimentos diretos, associação a grupos nacionais, e está intensificando a utilização de força de trabalho migrante, via de regra trabalhadores oriundos do Nordeste. Por meio desses expedientes, estão garantindo o exercício do controle social, usando expedientes que degradam intensamente as relações de trabalho, tais como mecanismos de arregimentação, de contratação e de pagamento ilegais, o que lhes possibilita fragilizar a capacidade de resistência dos trabalhadores assalariados (nativos, índios, migrantes), contando, a seu favor, com a desarticulação e ineficácia do movimento sindical.

2) A expressão do processo de expansão e consolidação da agroindústria canvieira, na Região de Araçatuba, está sob os cuidados do projeto de Mestrado “A transformação da terra de trabalho em terra de negócio na Região de Araçatuba e o avanço da agroindústria canvieira”⁴⁴, sob a responsabilidade do professor Hansi Miler Moreira Leal. O avanço da cana-de-açúcar para o Oeste de São Paulo tem na Região Administrativa de Araçatuba maior expressão, a começar pelo número de plantas agroprocessadoras em implantação e área plantada com a gramínea.

3) O projeto, em nível de Doutorado, denominado “As redefinições técnico-produtivas e organizacionais do capital agroindustrial canvieiro do Brasil: transformações territoriais e os

Discurso: A práxis do capital e o combate à Reforma Agrária. FCT/UNESP/Presidente Prudente. Orientanda: Sônia Maria Ribeiro de Souza. Início: agosto de 2007. Esse projeto terá uma parte a ser desenvolvida por meio da modalidade Doutorado *sandwich*, a ser realizada no segundo semestre de 2009, junto à Universidade de Alicante, sob a supervisão do professor doutor José Antonio Segrelles. **Auxílio Pesquisa/FAPESP:** *Agronegócio e conflito pela posse da terra em São Paulo:* a dinâmica territorial da luta de classes no campo e os desafios para os trabalhadores. Início: agosto de 2006 (concluído). Além desses, encontram-se em preparação dois projetos de pesquisa em nível de Iniciação Científica, a serem enviados para a FAPESP, voltados para a compreensão da disputa de território que envolve a expansão recente da cana-de-açúcar no Oeste Paulista, sobre as áreas de cultivo de alimentos que compõem a cesta básica.

⁴³ Esse projeto foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no qual também estamos credenciados a orientar. Para a execução do mesmo, contamos com Bolsa da CAPES, de maio de 2007 a janeiro de 2008.

⁴⁴ Essa orientação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia FCT/UNESP/Presidente Prudente.

desafios para o trabalho”⁴⁵, sob a responsabilidade da professora Ana Maria Soares de Oliveira, direciona sua atenção para as estratégias expansionistas do capital agroindustrial canavieiro, nos principais Estados e regiões produtoras do país, bem como sua composição acionária (nacionais, estrangeiros), estratégias de mobilidade territorial e consolidação dos grupos econômicos.

O novo desenho do espaço produtivo da agroindústria canvieira no Brasil, de um lado, intensifica/ratifica algumas áreas tradicionais, tais como, no Estado de São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas/Piracicaba, São José do Rio Preto e Bauru/Marília; e, no Norte de Zona da Mata, em Alagoas. Consolidam-se outras, tais como: Centro-Sudoeste de Goiás, Triângulo Mineiro, Centro-Sudeste-Sul do Mato Grosso do Sul. Além de intensificar-se nessas áreas, o inusitado é a crescente expansão para o Oeste de São Paulo (Araçatuba, Presidente Prudente e Marília), Noroeste do Paraná, Norte do Espírito Santo, e a recente retomada no Norte do Rio de Janeiro (Figura 1). Está em processo, no Brasil, uma ampla e marcante reorganização geográfica dos espaços rurais, como efeito do desenvolvimento das forças produtivas no campo e com desdobramentos marcantes e profundos para os trabalhadores assalariados, camponeses, posseiros, índios e demais formas de vida comunitária. A reorganização do espaço produtivo promovido pelo capital no campo, a partir do caso em foco, demarca também o processo migratório do trabalho para o capital (Figura 2).

Tanto o fluxo, indicado na Figura 2, quanto a intensidade de trabalhadores que migram das áreas de origem para as porções do território que vivenciam a intensificação dos investimentos e expansão das áreas de plantio de cana-de-açúcar e das plantas agroprocessadoras deverão registrar modificações em curto e médio prazo, pois há empresas que estão adotando a mecanização das operações de plantio e de colheita em patamares elevados, e outras em ritmo menos acelerado, mas por certo, o próprio sistema se incumbe de modificar essa geografia, em particular nesse caso, tendo em vista os prazos estabelecidos para eliminação das queimadas e, conseqüentemente, o corte manual da cana-de-açúcar e, em decorrência, a redefinição de novos fluxos e novos (des)/enraizamentos para os trabalhadores.

O texto “A territorialização do capital agroindustrial canavieiro e a nova Geografia do trabalho migrante no Brasil”⁴⁶, além dessas sinalizações, também põe em evidência as estratégias que têm incentivado o processo migratório de trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar, a crescente participação do capital estrangeiro na composição acionária das empresas, que já deve atingir aproximadamente 15%.

Embora os resultados dessas pesquisas não estejam finalizados, já é possível dimensionar os efeitos do processo de reordenamento espacial, produtivo e as territorialidades da cana-de-açúcar para algumas regiões produtoras, em nível de Brasil e, particularmente para o Centro-Sul.

Está muito bem definida a marca destrutiva dessa expansão dos canaviais, das plantas agroindustriais e o desmonte contínuo e crescente, patrocinado pelo capital, das áreas de lavoura da agricultura familiar camponesa e das comunidades indígenas, no caso do Mato Grosso do Sul.

⁴⁵ Projeto desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente, para o qual contamos com Bolsa da FAPESP, desde junho de 2006.

⁴⁶ De autoria de Ana Maria Soares de Oliveira, foi publicado no livro *Geografia e Trabalho no Século XXI*, volume 3, 2007, p.54-83.

Figura 1: Dinâmica Territorial do Capital Agroindustrial Canavieiro no Brasil – 2008

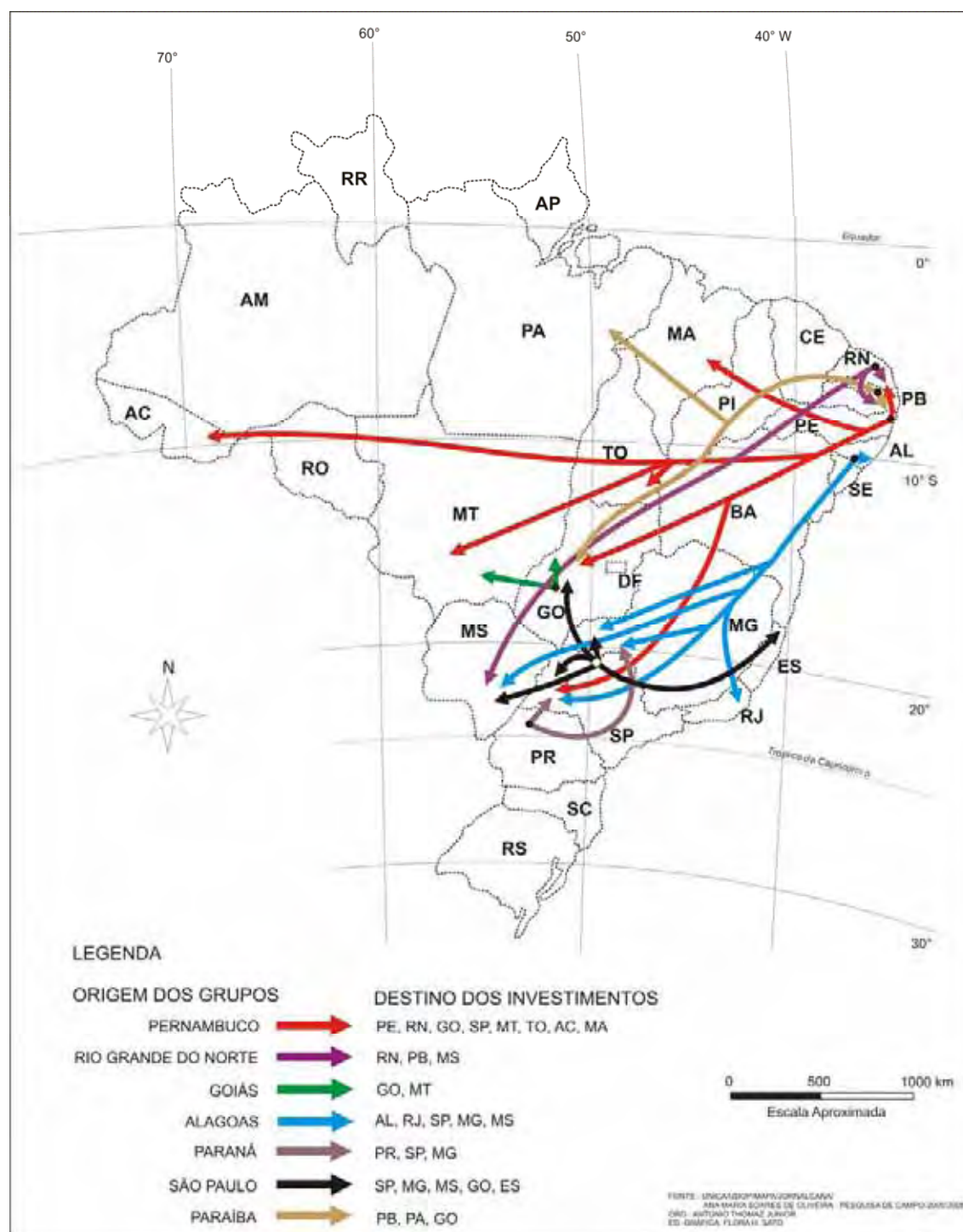
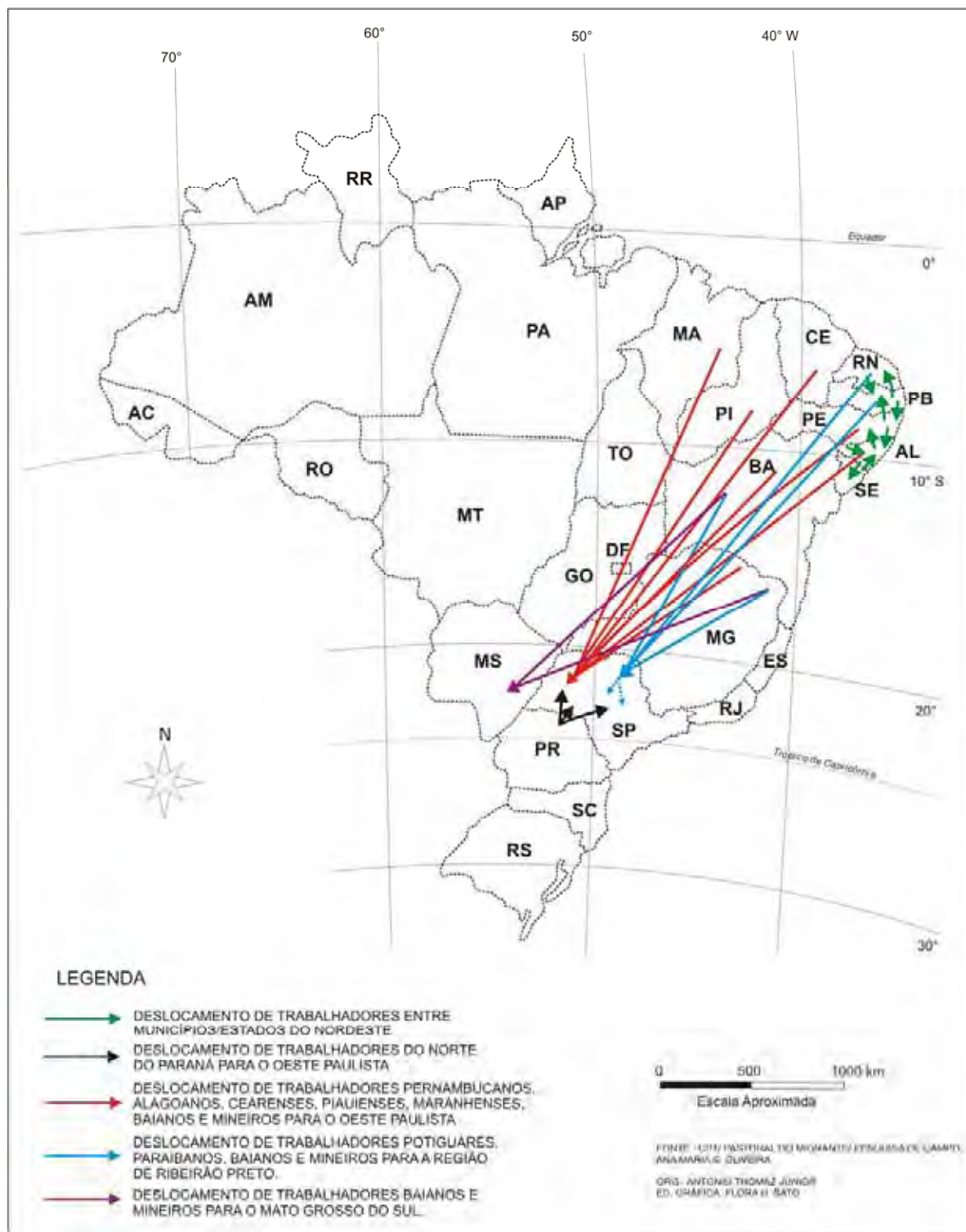


Figura 2: Migração do Trabalho para o Capital (Agroindustrial Canavieiro) no Brasil - 2008



4) Outro caso característico nesse processo recente de expansão da cana-de-açúcar para o Oeste de São Paulo tem-se mobilizado em diversas ações de pesquisa e debates acalorados com sindicatos de trabalhadores (sindicato de trabalhadores rurais, sindicato de empregados rurais, sindicato dos trabalhadores nas indústrias químicas farmacêuticas e do álcool, sindicato dos trabalhadores nas indústrias da alimentação e sindicato dos condutores, Central Única dos

Trabalhadores, Força Sindical), organizações, entidades de apoio e movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e Reforma Agrária, tais como MST, Pastoral da Juventude Rural (PJR), CPT.

Em grande medida, essa expansão da cana-de-açúcar se dá sobre áreas de pastagens degradadas e que constituem, no Pontal do Paranapanema, na maioria dos casos, terras griladas, inicialmente pela via dos contratos de arrendamento, exatamente pela insegurança do investimento em terras com pendências jurídicas, mas também de forma crescente para as áreas de lavoura, da agricultura familiar, consumando o fato de que a maior parte das terras férteis e planas já está sob controle do capital.

A obtenção de ganhos adicionais mediante diferentes modalidades da renda da terra (diferencial e de monopólio) cativa o capital quanto ao empreendimento da territorialização da sua expansão, para viabilizar o empreendimento agroindustrial (produção agrícola e processamento industrial). Sem contar que é a agressividade da apropriação do território que lhe possibilita mudar as funções e as formas de uso e exploração da terra, de maneira mais ou menos radical, neste limiar do século XXI, seja oriunda, inicialmente, do desmatamento ilegal e destrutivo das florestas naturais, de posseiros, índios, grileiros, seja de pastagens, da laranja, das culturas da lavoura branca etc. O impacto desse processo não é apenas local ou presumível somente no que concerne à intensificação da concentração da propriedade da terra sob controle do capital agroindustrial canavieiro, à legitimação das terras griladas em favor dos latifundiários, à desterritorialização de pequenos proprietários, à ameaça constante aos assentamentos existentes e à blindagem ao avanço das conquistas dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra, mediante a ampliação dos assentamentos rurais.

A trama espacial dessas recentes ações expansionistas do capital revela o conteúdo contraditório e destrutivo do projeto, que lhe permite auferir, de um lado, lucros extraordinários, considerando os baixos preços da terra, em comparação às áreas produtoras tradicionais, e os custos de produção igualmente menores, fortalecer-se política, econômica e ideologicamente para o confronto com os trabalhadores, isolar os movimentos sociais que disputam as mesmas terras só que para a realização da Reforma Agrária, ou para assentamento de milhares de famílias de sem terra (Retrato 7). Por outro lado, é nessa linha de confrontação, de disputas de projetos de sociedade, que, ao mesmo tempo, estão se desmobilizando milhares de trabalhadores que se deslocam do Centro-Norte do Maranhão – da região de Codó, Codozinho, Coroatá, Santo Antônio dos Lopes, e também do Centro-Sudeste do Piauí, nos municípios de Francinópolis, Barras e Estebão Veloso –, para o corte da cana-de-açúcar no Centro-Sul, com destaque para São Paulo⁴⁷.

Esse mecanismo preferido pelo capital lhe facilita incentivar a competição entre os trabalhadores locais e os migrantes, sendo que expressam sua preferência na contratação destes, pois tem menor resistência para implementar as formas de controle diretas que mais interessa, o que lhe assegura vantagens econômicas e políticas. Isto é, esses trabalhadores e suas famílias estão sendo desterrados, ou são eliminados da condição de posseiros e foreiros (em maior número) e vão para as ruas. A expropriação é um processo recorrente, e os latifundiários se armam de todas as

⁴⁷ A esse respeito, é importante registrar a Cartilha *Migrações no Maranhão Contemporâneo*, V.1, n°1, de julho de 2008, produzida e publicada pela Comissão Pastoral da Terra do Maranhão (PT/MA), juntamente com o Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

formas, tanto por meio da contratação de pistoleiros, quanto se utilizam de procedimentos nada incomum nesses confins quando soltam o gado nas plantações dos camponeses⁴⁸. A prática do extrativismo do babaçu entremeada com pequenos roçados está perdendo território para as pastagens dos sulistas. Assim, a única condição de que dispõem, para prover o sustento da família está sendo duramente golpeada pelos pecuaristas paulistas, mineiros e, em menor proporção, sulmatogrossenses e paranaenses, que estão *perdendo território* para o capital agroindustrial canavieiro, o qual se expande também sobre as pastagens degradadas do Oeste de São Paulo⁴⁹ (Figura 3), mas que recuperam a *terra perdida* expropriando camponeses pobres no Maranhão.

Tal processo revela um fluxo em via de mão dupla, uma (re)divisão territorial do trabalho que tem de um lado, os bois se deslocando do Sul para o Norte e os homens desterritorializados/expropriados percorrendo o caminho inverso, em busca de emprego no corte da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo. Já no caso dos pequenos produtores familiares do Centro-Leste do Piauí, que também já começam a sofrer os impactos da expansão das pastagens, estão sendo *empurradas* pelo capital interessado nas terras do Triângulo Mineiro para o plantio da cana-de-açúcar; de fato, como indica Alves (2007), esses não foram atingidos em momento anterior, a partir de meados da década de 1990, pela expansão da soja, produto que migrou em busca de áreas de Cerrado. Desde aquele momento e agora com mais intensidade, os trabalhadores continuam se deslocando rumo ao Centro-Sul, particularmente para São Paulo, onde vão trabalhar no corte da cana-de-açúcar⁵⁰ (Figura 3).

É exatamente esse o ponto de inflexão que está mobilizando o capital agropecuário para reiniciar o ciclo destrutivo de seu expansionismo, nas terras férteis do Maranhão. Outra rota, inclusive a mais cobiçada pelos pecuaristas, é a Amazônia Oriental; informações oficiais, referentes a março de 2008, fornecidas pela CONAB e IBGE, indicam que a Amazônia representa aproximadamente 40% do rebanho bovino nacional, aproximadamente 80 milhões de cabeças, e quase 25% da safra de grãos⁵¹ (Eixo 1.3.1.).

Essa nova Geografia, que se territorializa nas novas pastagens, no Nordeste, e no Norte do país (antecedida e sucedida pela intensificação do desmatamento⁵²), na continuidade da marcha da soja para as áreas de cerrado (semiárido nordestino, Amazônia) e na expansão dos canaviais e das plantas processadoras, no Centro-Oeste, Amazônia, mas fundamentalmente na porção Centro-Sul do país, é a principal cartada das campanhas milionárias de *marketing*, por meio

⁴⁸ Cf. SILVA, 2008c.

⁴⁹ Nesse aspecto, Silva (2007) tem oferecido rica interpretação e dados importantes sobre as precárias condições de vida das famílias trabalhadoras desterradas pelos pecuaristas paulistas e mineiros, que se deslocam para o Maranhão, Piauí e várias regiões do Pará e Tocantins. Há também um estudo bastante relevante sobre esse assunto, coordenado pelos professores José Roberto Novaes e Francisco da Costa Alves, publicado, juntamente com outros artigos, no livro *Migrantes*, pela Editora da Universidade Federal de São Carlos (2007), além do vídeo-documentário com o mesmo nome. Ainda sobre esse processo de reorganização do espaço geográfico que requalifica a dinâmica espacial do Norte-Nordeste e do Centro-Sul e seus efeitos sobre o trabalho, estaremos implementando, a partir de julho de 2009, parte do plano de trabalho que compõe o recém-aprovado Projeto de Pesquisa "Territórios em disputa e a dinâmica geográfica do trabalho e da luta de classes no Brasil no limiar do século XXI", vinculado ao Edital Universal/CNPq.

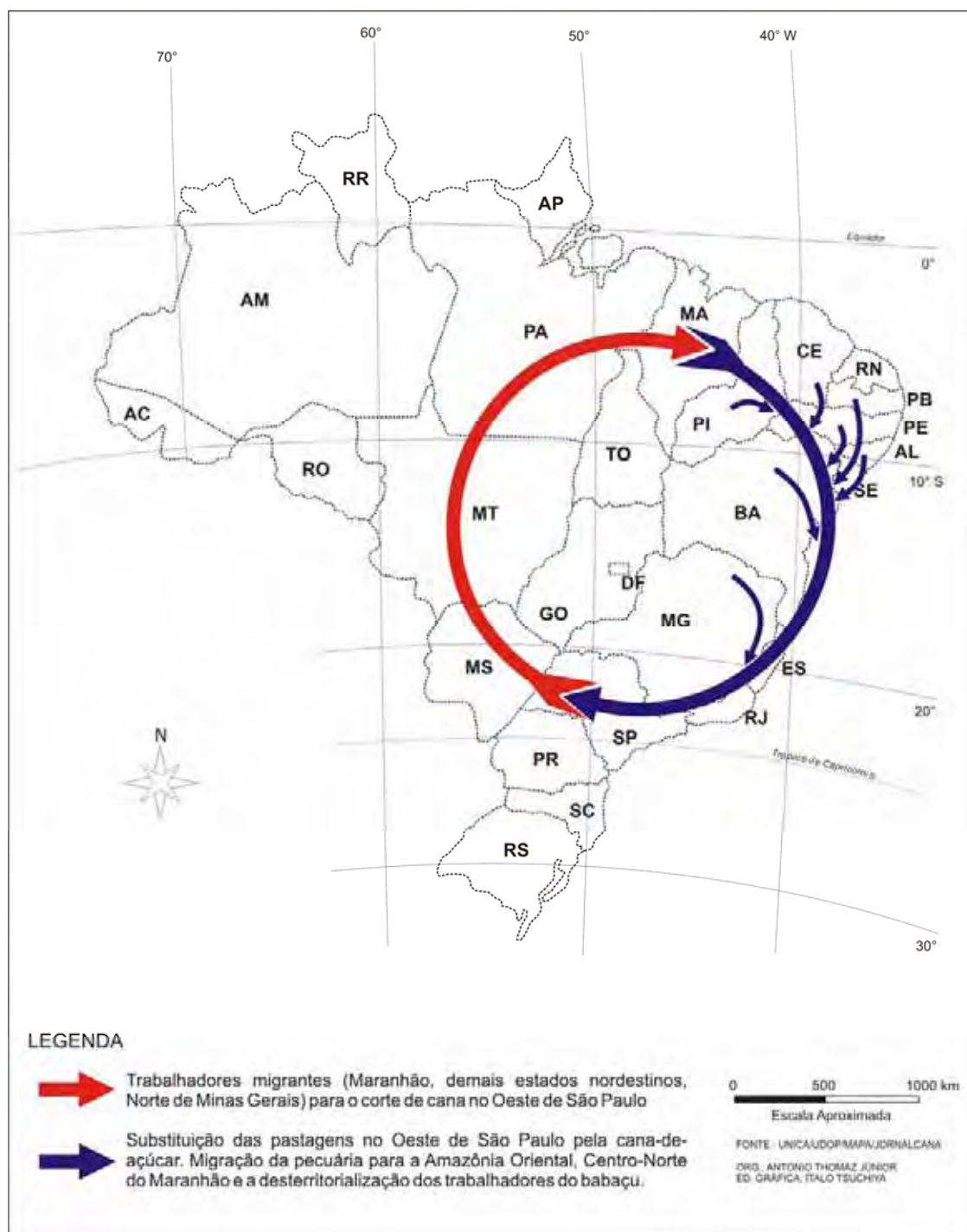
⁵⁰ Cf. NOVAES, 2007.

⁵¹ Informações disponibilizadas nos sites da CONAB e MAPA. Acesso em: 23 mai. 2008.

⁵² De acordo com as informações veiculadas pela imprensa, a partir dos dados fornecidos pelo INPE, com base no Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira (PRODES), via satélite, somente o Estado do Mato Grosso, de julho de 2007 a julho de 2008, aumentou 230%. O Instituto Homem e do Meio Ambiente (Imazon), por meio dos dados processados pelo Sistema Alerta do Desmatamento (SAD), os indicadores são ainda mais pessimistas em relação ao processo de desmatamento, inclusive para as áreas protegidas, que aumentou 65%, de agosto de 2006 a julho de 2007. Para mais informações, ver: www.imazon.org.br

das quais o capital impõe sua “leitura” de moderno e de tecnificado. É pelo mesmo caminho que setores expressivos da sociedade entendem ser essa a *bola da vez* para o desenvolvimento social e econômico e abertura de postos de trabalho.

Figura 3: (Re)divisão Territorial do Trabalho no Campo



Sobre a superexploração do trabalho, em particular, o que temos para a agroindústria canavieira, apesar de todos os outros modos estarem presentes, seja nas atividades tipicamente agrícolas, seja no processamento agroindustrial, são combinações entre diferentes formas de gestão

e controle do trabalho. Esses elementos ocorrem de sorte que o que se “vende”, no Brasil, de moderno, de tecnologicamente mais avançado, baluarte do agronegócio mundial, hegemonizado pelos latifundiários *modernos*, recentemente comparados a *heróis*, num ato sublime de rememoração de um passado marcado por algozarias, relações de trabalho regressivas e dispositivos contratuais e de aliciamento que fazem inveja à pior tirania dos senhores de escravos⁵³.

Se, para um setor ou segmento da atividade econômica, um ou outro elemento pode se combinar com outros e ter menos importância conjuntural e tantas outras combinações possíveis, o que importa é sabermos que esse processo comporta elementos de continuidade e de descontinuidade, por onde confluem níveis elevados de diferenciação e heterogeneidade tecnológica, produtiva e de gestão do trabalho, no interior das empresas, fato que será uma marca da reestruturação produtiva, no Brasil (ANTUNES, 2003).

Esse *novo* trabalhador convive de maneira articulada com as novas formas de gestão e controle, associadas às externalizações precárias, encimadas, pois, na associação da intensificação da exploração do trabalho e da captura da subjetividade do trabalhador pela lógica do capital, situação em que se consolida o espírito de cooperação e de parceria entre trabalhadores e capitalistas, que estão na base da ideologia organizacional do toyotismo.

Desse modo, o *novo e precário mundo do trabalho*⁵⁴ é desafiante, no sentido imediato do significado da convivência entre as formas espectrais e as formas regressivas, no ambiente próprio das forças produtivas, pelos desdobramentos que produzem para o universo do trabalho, para o movimento operário e pelos rebatimentos para o conjunto das organizações políticas dos trabalhadores dos campos e das cidades.

Segundo depoimentos colhidos junto a procuradores do Ministério Público do Trabalho, sindicalistas, técnicos do Ministério do Trabalho, militantes da CPT e do Serviço Pastoral do Migrante (SPM), com a intensificação dos investimentos estrangeiros na agroindústria canavieira (aquisições e instalação de plantas, e composições acionárias), as expectativas quanto às atrocidades praticadas pelo capital são ainda piores. As pesquisas em curso poderão nos fornecer elementos atualizados dessa triste realidade.

No caso específico das atividades agrárias, estas não se restringem ao salário, à quantidade de cana cortada ou ao ganho por produção. Também se expressam por intermédio da extensividade da jornada, nas péssimas condições de trabalho, no transporte inadequado e inseguro, na negligência do capital em relação aos equipamentos de proteção individual (EPI's), no descumprimento dos contratos de trabalho e das normativas trabalhistas. A esse respeito, por exemplo, a Norma Regulamentadora 31 que desde 2005 substitui outras NR's e passa a ter a prerrogativa de normatizar as condições de trabalho no que tange a segurança e saúde no trabalho.

A NR 31 é contemporânea do *boom* do agro-hidronegócio, em meados da presente década, e o papel de regular os direitos sociais, as jornadas de trabalho, as condições adequadas nos ambientes de trabalho, fornecimento regular e adequado dos EPI's, têm garantia de vigência, somente nos momentos em que o Ministério Público, ou sindicatos exigem e cobram seu

⁵³ Recentemente, 50 trabalhadores foram libertados de uma das unidades do Grupo Cosan, em Igarapava (SP), maior produtor mundial de açúcar e álcool (FSP, 17/02/2008, p. B4).

⁵⁴ Formulação tomada de empréstimo de Alves (2000).

cumprimento. Tanto é que o número crescente de ações por parte do Ministério do Trabalho, através das fiscalizações operadas no âmbito da Política Nacional de Controle ao Trabalho Escravo, lançada desde 2003, coordenada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (STI), ambos no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) estão conferindo ao setor agroindustrial canavieiro, no período que abrange 2007 e 2008 (até setembro), metade das ocorrências em nível de Brasil, ou seja, 203 casos, e 1936 trabalhadores resgatados pelo Grupo Móvel, correspondem também à metade do país, no entanto o percentual de trabalhadores com registro em carteira nesse setor é dos menores, ou seja, apenas 12,5%⁵⁵. Esse setor do capital rompe com o aceitável e faz dos procedimentos que qualificam o trabalho escravo, em tempos de democracia burguesa, previsto no artigo 149 do Código Penal, procedimentos habituais quanto às situações de trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívida, trabalho degradante, o que exprime todas as evidências da ausência de direitos relacionados à segurança e saúde no trabalho.

A prevalência, no caso da agroindústria canavieira, dos alojamentos desconfortáveis e insalubres, que servem de abrigo para os trabalhadores, sobretudo, os migrantes oriundos das regiões Nordeste⁵⁶ (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia) e Norte de Minas Gerais (Retrato 8), ainda reserva exemplos marcantes da barbárie social protagonizada pelo segmento do capital que traz para si a epopeia do combustível limpo. Se não bastasse o hábito do descumprimento da NR 31, da Constituição Federal, da CLT, o capital ganha novo aliado com a Medida Provisória (MP-410), quando pode, legalmente, se desobrigar da contratação por períodos inferiores a 60 dias (para o exercício de atividades temporárias) e, conseqüentemente, de contratar, registrar e cobrir os direitos previdenciários dos trabalhadores. Editada pelo presidente Luis Inácio, no dia 27/12/2007 e aprovada na forma de projeto de lei de conversão nº 8, desde junho de 2008, tem-se, pois, a institucionalização do descumprimento e das formas assemelhadas à escravidão, de superexploração do trabalho etc.⁵⁷

A respeito da migração dos trabalhadores oriundos do Vale do Jequitinhonha para o corte da cana-de-açúcar em São Paulo, particularmente para a região de Ribeirão Preto, relembremos as reflexões que se fazem presentes nos nossos textos, desde a Tese de Doutorado, tais como os resultados da pesquisa coordenada pelo professor José Jorge Gebara, de 1986, da qual tivemos o privilégio de participar, bem como os textos de Gebara (1996) e Maria Aparecida Moraes Silva⁵⁸. Foi Silva (1998) que interpretou de maneira detalhada o processo que deu origem à migração dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha para as áreas canavieiras de São Paulo, de forma sistemática, desde a primeira metade dos anos 1980. A desintegração da pequena produção de subsistência ou da estrutura familiar foi promovida pela implantação dos grandes projetos de reflorestamento, que avançaram na década de 1990 – em relação à pecuária e ao café, que de modo

⁵⁵ Cf. BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. *Fiscalização do Grupo Móvel retira do trabalho degradante mais de 3,8 mil trabalhadores*. Brasília, 2008. disponível em: www.mte.gov.br Acesso em: 20 nov. 2008.

⁵⁶ O desenvolvimento dos projetos de pesquisa que estamos desenvolvendo no âmbito do CEGeT estão nos permitindo acompanhar os mecanismos utilizados pelo capital agroindustrial canavieiro no Brasil, com respeito à contratação de trabalhadores migrantes para o corte da cana-de-açúcar. Cabe destacar que estamos iniciando pesquisa para apreendermos esse assunto especificamente no Pontal do Paranapanema. O plano de trabalho em nível de Iniciação Científica/CNPq “O trabalhador migrante para a cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema/SP”, que tem à frente o estudante Gérson Oliveira Sousa, é por onde estamos abordando essa faceta do trabalho migrante.

⁵⁷ Para mais detalhes, ver Silva (2005, 2006b); Novaes (2007); Alves (2007). Destacamos também o documentário produzido pela autora, intitulado “As Andorinhas nem cá nem lá”, de 1998. E ainda, com o mesmo título, foi publicado texto nos *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 9, n. 2, 1998.

⁵⁸ Portadora de vasta obra sobre a migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar em São Paulo, ressaltamos as seguintes publicações: 1998; 2000; 2005; 2006a; e Silva e Menezes (2006).

semelhante começaram a devastar a região, já nos anos 1970 – os quais destruíram a estrutura familiar e o modo de vida das terras comunais que, portanto, não estavam reguladas pela propriedade privada, além da destruição das matas nativas.

Em recente Dissertação de Mestrado⁵⁹ “Superexploração do trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo (MS)”, realizado pela professora Altamira Pereira, sob nossa orientação, pudemos apreender os expedientes utilizados pelo capital, para beneficiar-se da expansão das áreas de reflorestamento e da destruição das matas nativas, com vistas à produção de carvão para abastecer as modernas siderúrgicas. Se não bastassem as práticas degradantes quanto ao meio ambiente, do mesmo recurso têm-se valido quanto às relações de trabalho, demarcando procedimentos típicos de superexploração do trabalho (inclusive infantil) e formas assemelhadas de *escavidão branca*⁶⁰ (Retrato 9).

As relações de trabalho regressivas ou correspondentes às expressões degradantes e escravas nas carvoarias mostram o quão complexas são as contradições que recobrem essa atividade laborativa, sendo que, via de regra, os níveis de exploração chegam a extremos, ignorando leis trabalhistas, sem considerar a extensividade do tempo de trabalho, que pode chegar a 16 horas diárias etc. Isto, pois, encontra-se submetido às novas estratégias do capital e das economias globalizadas, nas quais o carvão vegetal, oriundo das carvoarias, expressa muito bem um dos principais exemplos da *civilização da barbárie*. Assim, as práticas de dominação e superexploração dos trabalhadores se efetivam por meio dos baixos investimentos em infra-estrutura, nas carvoarias, baixas remunerações, tudo isso amalgamado pelo descumprimento da legislação trabalhista e dos direitos constitucionais em vigor.

Desde o início do processo, com o desmatamento das florestas nativas – normalmente Cerrados – ou o cultivo de madeiras à base de monocultura em grandes extensões de terra, via de regra eucaliptos, no momento seguinte, essa matéria-prima será empregada nas modernas siderúrgicas para a fabricação do aço, cujas vinculações identificam uma malha territorial que se multiplica para os setores mais modernos da indústria, tais como: o automobilístico, o naval e o metalúrgico em geral⁶¹. Não é de somenos importância lembrar que essas atividades que marcam extrema degradação do trabalho nas carvoarias – a contar com o envolvimento de crianças, idosos, mulheres – e as marcas indeléveis da erosão social do século XXI estão associadas à competitividade do aço produzido no Brasil, no mercado externo, inclusive endossada por meio da certificação ambiental.

⁵⁹ Esse trabalho foi defendido em junho de 2007, sob nossa orientação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente.

⁶⁰ Essa expressão reúne explicações e entendimentos das diferentes formas em que se materializa a superexploração do trabalho, desde o corte da cana-de-açúcar, carvoarias, atividades mineradoras e demais versões agrárias do trabalho. O próprio Ministério do Trabalho, nos documentos que compõem os laudos e as avaliações que subsidiam os TAC's (Termos de Ajustamento de Conduta), da mesma maneira que o Ministério Público Federal entende que esse conceito traduz as práticas de desrespeito e de descumprimento da Constituição, das Leis Trabalhistas, por parte de capitalistas, latifundiários e “testas de ferro” de grandes grupos econômicos agro-industriais e financeiros, os quais mantêm negócios nas atividades agrárias, tais como: Cargill, Votorantim, Bradesco, Unibanco, Vale do Rio Doce, Bosch etc.

⁶¹ Mas há casos em que a madeira se destina para a produção de celulose, observando-se a escalada de violência, perseguições e desrespeitos praticados contra as comunidades quilombolas, assentados, camponeses, pescadores artesanais, que resistem à avalanche destrutiva da Aracruz Celulose, no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia. Essa constatação, possibilitada através da realização de Trabalho de Campo, juntamente aos nossos alunos do 3º ano do Curso de Graduação em Geografia/FCT/UNESP, em novembro de 2007, é apenas um dos exemplos que retratam o quadro de desmando e terra de ninguém no mundo do agronegócio, no Brasil.

É o caso também de recorrermos à Norma Regulamentadora 31, ou somente NR-31, publicada através da Portaria 86, no *Diário Oficial da União*, em 4 de março de 2005, a qual tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de sorte a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, com segurança e saúde e meio ambiente do trabalho. Assim, os procuradores do Ministério Público Federal do Trabalho (MPFT) têm-se valido desse instrumento para exigir dos empresários agroindustriais canavieiros o cumprimento dos acordos coletivos, além de fortalecer a intenção de extirpar o pagamento do corte da cana por produção⁶².

A principal exigência apontada pelos procuradores deve-se à proteção da saúde e segurança, no trabalho rural, pois a NR-31 exige pausas para descanso dos trabalhadores, fornecimento de água fresca, local adequado para refeição, pronto atendimento médico, sanitários etc. De forma particular, a Destilaria Alcídia, a mais antiga e maior empresa do Pontal do Paranapanema, atualmente sob o controle acionário do Grupo Odebrecht, prima pelo descumprimento dos expedientes prescritos na NR-31, o mesmo ocorrendo para número expressivo das empresas agroindustriais canavieiras⁶³.

Advertem os promotores que estarão fiscalizando, desde o início da safra 2008/09, todas as empresas da região do Pontal do Paranapanema, mas se sabe, de antemão, tratar-se de assunto polêmico. Apesar de os trabalhadores reclamarem do sistema de pagamento por produção, não conseguem vislumbrar alternativa capaz de substituí-lo, sobretudo os mais novos, que ainda alimentam a expectativa de auferirem rendimento em torno de 15 toneladas de cana/dia, o que pode proporcionar-lhes ganho de R\$1.100,00/mês, ou 2,65 salários mínimos em vigência no país.

No entanto, à base de R\$2,40 por tonelada, cada trabalhador tem de desfechar 950 golpes por tonelada, deslocando-se de 5 a 6 km durante a jornada, para cortar 15 toneladas de cana num único dia, ou 13.500 golpes no podão. Sem contar o roubo na medição em campo e na balança, que pode alcançar até 30% do trabalho efetivo do trabalhador, como temos constatado, nas entrevistas junto aos trabalhadores e sindicalistas. Presume-se que o trabalhador precisa cortar mais de 20 toneladas para efetivamente ser remunerado à base de 15 toneladas.

Exceto a experiência do Quadra-Fechada⁶⁴, implementada pelo Sindicato dos Empregados Rurais (SER) de Cosmópolis, é uma rotina o roubo na medição, na pesagem e no pagamento do trabalhador, porém não há uma atitude coletiva e abrangente, para pôr fim a essa situação vexatória. No sistema Quadra-Fechada, o diferencial está no controle que o sindicato tem, desde a escolha do talhão para a medição referencial, os procedimentos a serem utilizados, o acompanhamento de todas as áreas de campo e da recepção da matéria-prima na balança⁶⁵.

Nesse sentido, se, para alguns usineiros, os boias-frias cortadores de cana-de-açúcar *ganham bem*, pois os seus salários estão muito acima da média, como noticiado pela mídia, nos

⁶² Durante a realização das entrevistas, o procurador da 15ª Região de Bauru, Dr. José Fernando Rui Maturana, asseverou-nos que continuará utilizando todos os expedientes legais para conscientizar os atores do setor sobre a necessidade do fim do pagamento do corte por produção.

⁶³ A doutoranda Ana Maria Soares de Oliveira está constatando inúmeros casos, em todo o território canavieiro do país, ou seja, os maiores e principais grupos empresariais "puxam a fila" do descumprimento, tais como: Cosan, Biaggi, J. Pessoa etc.

⁶⁴ O professor Roberto Novaes, do Departamento de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, elaborou documentário homônimo, que ilustra muito claramente o princípio do "Quadra-Fechada".

⁶⁵ Para mais detalhes, ver Thomaz Júnior (2007b).

últimos dias, poderiam, na verdade, ganhar muito mais, se não fossem tão lesados na medição, na conversão metro-peso, na pesagem e, conseqüentemente, no pagamento. Em outras palavras, para ganharem mais, os trabalhadores têm de cortar mais cana e, quando cortam mais, também são lesados em quantidades mais expressivas, compondo uma roda sem fim. Apesar de R\$1.100,00 (2,65 salários mínimos) a R\$1.200,00 mensais (2,9 salários mínimos), para um trabalhador envolvido no corte da cana-de-açúcar, ser um salário expressivo, essa quantia é auferida por uma minoria, já que a média se situa entre R\$600,00 e R\$800,00 (1,93 salários mínimos), o que somente se realiza, mesmo assim, durante o período da safra; nos demais meses, esse trabalhador poderá estar desenvolvendo outras atividades ou mesmo permanecer desempregado, ou voltar a cultivar seu pequeno pedaço de terra.

Tudo isso, de forma conjugada, tem elevado artificialmente a produtividade do trabalho no corte da gramínea, sem que os trabalhadores tenham percebido benefícios ou ganhos adicionais, a não ser apostando na diminuição da idade útil, que está atrelada ao patamar *de corte no corte*⁶⁶, ou seja, as empresas têm aumentado ano a ano o patamar médio do corte manual por dia de trabalho⁶⁷. Em decorrência, se hoje a média está determinada em 14 toneladas, quem não atinge essa marca muito dificilmente terá o emprego na safra seguinte, especialmente porque essa referência de produção/dia/homem, na safra 2000/2001, para tomar um ano emblemático do início do século, situava-se na faixa de 10 a 11 toneladas.

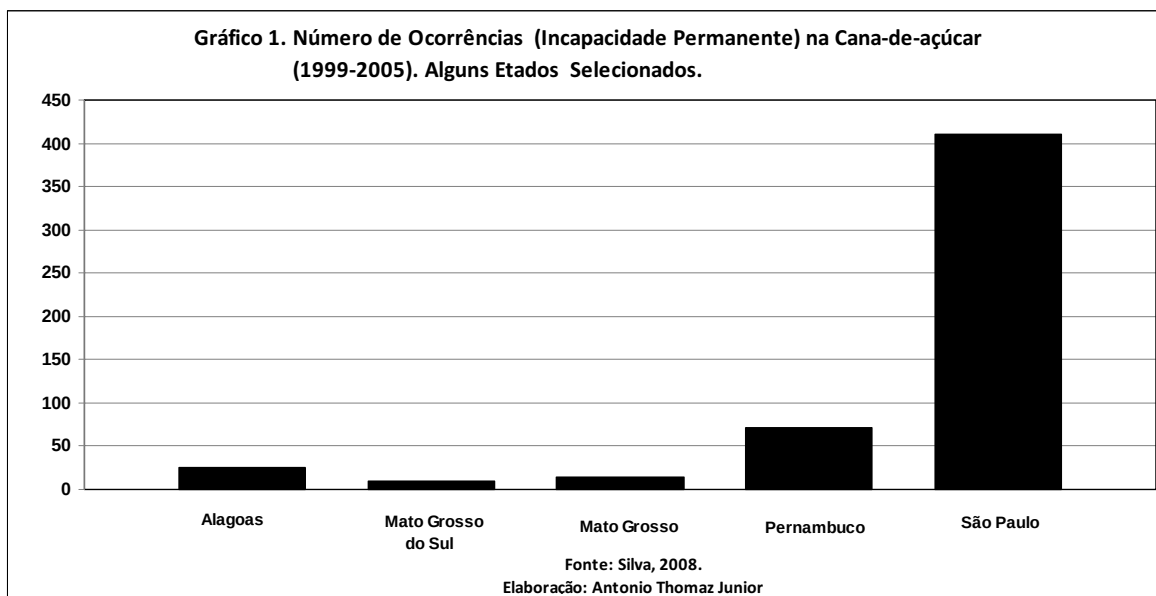
Na parte agrícola, a principal característica do processo de trabalho é a de ser extremamente árduo e estafante, uma vez que, além do dispêndio de força e energia, que nem sempre os trabalhadores possuem, especialmente por serem subnutridos, estes também têm que se submeter a uma rígida disciplina, para que cumpram as metas de corte/dia. A desnutrição – produto das condições econômicas dos trabalhadores devido aos baixos salários – e a carência nutricional, agravada pelo esforço excessivo, contribuem para o aumento da ocorrência de doenças, dores na coluna, câimbras, acidentes de trabalho, lesões de todo tipo (Gráfico 1). A magnitude dos números é mais expressiva para São Paulo não somente porque se trata do maior Estado produtor de cana-de-açúcar e seus derivados, mas também porque os níveis de exploração (assunto que já abordamos, em nossa Tese de Doutorado⁶⁸) mantêm um paralelismo com os coeficientes atingidos pela colheita mecanizada – responsável em solo paulista por 50% do total – ou seja, quanto mais tecnificada/mechanizada as operações mais intensificadas são as exigências e coeficientes de produtividade no corte manual. A esse respeito Silva (2008) cita registros sobre o “uso de drogas, como maconha e *crack*, para o aumento da capacidade de trabalho durante o corte da cana. A frase,

⁶⁶ Durante a realização da pesquisa da Tese de Doutorado, pudemos constatar, em todas as regiões canavieiras de São Paulo e em algumas do Nordeste, mas com menor ocorrência, a prática deliberada de incentivo ao aumento contínuo da média de corte por homem/dia. Regrado pela performance do corte mecanizado, esse expediente tem igualmente lógica própria, pois, como se sabe, as empresas não levam em conta somente os aspectos econômicos (custos comparativos) e técnicos (capacidade/produtividade da máquina), para adotar, intensificar e regularizar o corte mecanizado.

⁶⁷ Essa prática utilizada pelo capital, que denominamos, em 1996, de “Bingo da Morte”, continua a fazer sentido até hoje, porque o trabalhador, quando imerso nesse processo, como no bingo, apenas *arrisca* antecipar sua vida útil (para o trabalho) e até sua morte, tamanho o desgaste físico. Isso, mais recentemente, tem-se tornado público, com as mortes de vários trabalhadores, através das denúncias de pesquisadores, tais como os estudos coordenados pela professora Maria Aparecida Moraes Silva, sindicalistas da FERAESP e Ministério Público Estadual, os quais divulgaram a morte de 19 trabalhadores, desde abril de 2004, cuja vida útil no corte da cana-de-açúcar se situa em torno de 12 anos.

⁶⁸ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 1996, (publicada em 2002).

não dá para acompanhar o campo de cara limpa, reflete a cruzeza e a brutalidade destas relações de trabalho” (SILVA, 2008, p. 11).



Silva (2008) confirma que essa elevação continuada da “média” induz ao sofrimento, dor, doenças e até mesmo à morte⁶⁹ (Gráfico 2). Os registros de óbitos, produto das atividades laborativas nas operações agrícolas da cana-de-açúcar, particularmente o corte, são falhos, mas mesmo assim os registros indicam que há vários fatores que se somam e que determinam o estágio de barbárie social que o vangloriado setor de atividade do agronegócio amarga, dentre eles extensividade da jornada de trabalho, forma de pagamento por produção, baixa remuneração, descumprimento por parte do capital das cláusulas sociais/econômicas/ambientais. Esses fatos, somados à crescente substituição do corte manual pelas colheitadeiras mecânicas, incrementam de forma acentuada os já complexos problemas sociais em torno da agroindústria canavieira. A despossessão no limite, em consequência do aumento dos investimentos em capital constante, sem que haja políticas públicas para absorver os trabalhadores excluídos do corte manual, tem elevado crescentemente o número de trabalhadores desempregados, intensificando a marginalização, a criminalidade etc. Sabe-se, ainda, que os índices de mecanização são diferenciados para as distintas regiões canavieiras: enquanto, para o Estado de São Paulo, a média gira em torno de 60% a 65%, para a região Centro-Sul, esse patamar está na faixa de 35%, sendo que, para algumas áreas da região de Ribeirão Preto, esse percentual pode alcançar até 80%⁷⁰, conforme os dados da safra 2006/2007⁷¹. Sabe-se com base nos resultados das pesquisas que têm oferecido reflexões a partir de informações primárias – dentre elas algumas sob a nossa coordenação/orientação, que os níveis de superexploração ou a *intensificação do labor*⁷², não se restringem somente nas empresas e/ou

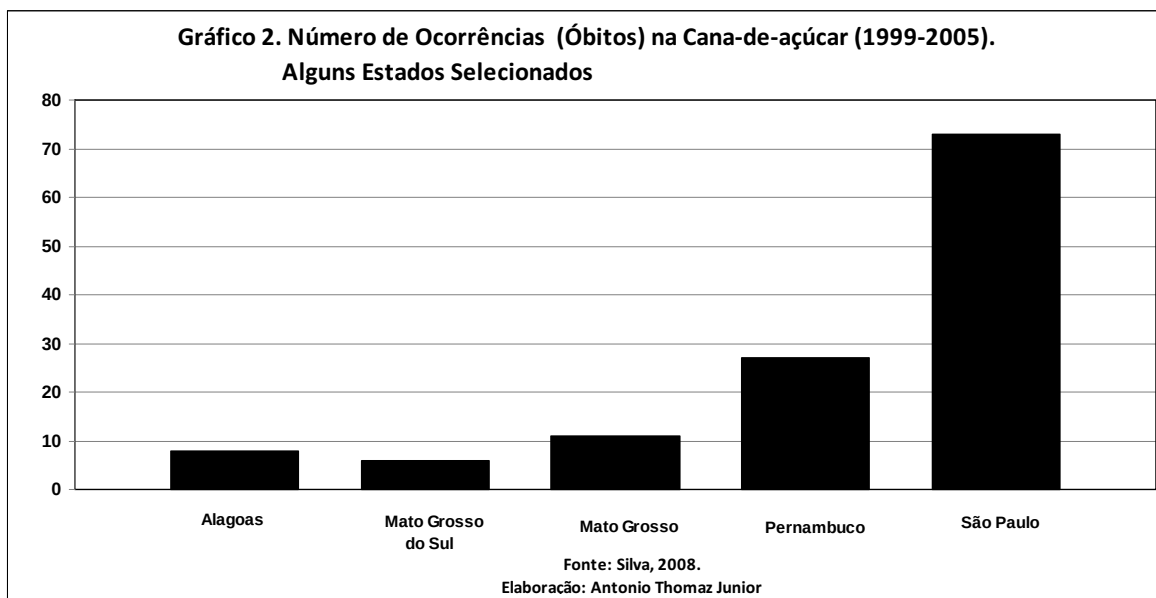
⁶⁹ A respeito da morte nos canaviais, Silva (2006) contribui especificamente com o texto “A morte ronda os canaviais paulistas”. ABRA, Campinas, v. 33, n. 2, ago./dez., 2006, p. 111-142.

⁷⁰ Cf. ALVES, 2007.

⁷¹ Entrevista divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* – “Mais mecanização geraria desemprego”, e confirmada pela UNICA.

⁷² Cf. DAL ROSSO, 2008.

regiões onde o ritmo e escala da mecanização das operações de corte e plantio estão mais avançadas e disseminadas. De fato, essas práticas estão disseminadas, mas no que tange aos efeitos sobre a saúde do trabalhador, acidentes graves com seqüelas e chegando a óbito, ocorrem com menor frequência nas áreas de expansão recente, mas também são mais “abafadas” e escondidas, como é o que se consuma no Pontal do Paranapanema⁷³.



O acompanhamento da atividade agroindustrial canavieira, ao longo das últimas duas décadas, permite-nos depreender as combinações da intensificação do trabalho às formas relativa e absoluta da extração da mais valia.

É como se estivéssemos constatando formas combinadas ou variações do toyotismo com o fordismo/taylorismo, muito mais restrito do que sistêmico, todavia marcantes na aplicação desse *novo* receituário. Assim, marcadamente: 1) na intensificação e exploração da força de trabalho, como constitui claro exemplo o conjunto flutuante e flexível das atividades com aumento das horas-extras; 2) a diminuição de postos de trabalho e a seguida distribuição das tarefas entre aqueles que permanecem, sem que haja, a princípio, qualquer inovação tecnológica ou ações incrementais; 3) a implementação dos sistemas de controle de qualidade (CQ), com características específicas para cada empresa, mas com alcance semelhante para envolver os trabalhadores como seus colaboradores e à interação da gestão do capital; 4) redução a níveis mínimos dos trabalhadores mais qualificados, mas multifuncionais, ou seja, que as atividades que requerem elevado grau de especialização envolvam o trabalhador a um *alto grau de adaptabilidade às variações de ritmo*,

⁷³ Esse assunto como já registramos em outras partes do texto começa a fazer parte das nossas investigações, sobretudo com a vinda para o CEGeT dos pesquisadores Iracimara Anchieta Messias e Luis Antonio Barone. As condições de vida e trabalho continuam a ocupar centralidade nas nossas pesquisas, sendo que com continuidade e possibilidades de aprofundamento devido à participação de estudantes de Graduação e Pós-Graduação à frente de projetos de pesquisa específicos. Se num primeiro momento nossas atenções estarão voltadas para as atividades agrícolas da cana-de-açúcar, a intenção é ampliar os horizontes de abordagem para outras facetas do mundo do trabalho.

*função e de papel*⁷⁴; 5) a intensificação da terceirização no interior da planta, por tratar-se de fluxo contínuo, e tantas outras reformulações.

No outro extremo, esse processo também tem impactado no aumento cada vez mais expressivo de contingentes de trabalhadores e suas famílias que engrossam as fileiras das ocupações de terras, em várias porções do território, porém, de maneira sintomática, no Pontal do Paranapanema, como temos mensurado nas nossas pesquisas diretas, e na Zona da Mata pernambucana⁷⁵. Portanto, a desproletarização dos trabalhadores urbanos tem influenciado diretamente no processo de ocupação de terras, fato que atinge diretamente o universo do trabalho e a classe trabalhadora.

1.3. Prática concentracionista do capital no campo: (agro)negócio garantido

O que estamos assistindo, então, nos últimos meses, no Brasil, em relação às disputas regionalizadas por terras, privilégios, isenções, favores entre grupos empresariais canavieiros e de outros setores do agronegócio, em especial voltados à produção de biodiesel (mistura de gordura vegetal ou animal ao álcool etílico ou metílico), por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNB) nada mais é do que as novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas, latifundiários, enfim, um amplo arco dos setores dominantes, os quais demonstram com todas as letras a amplitude e o jogo de interesses de classe que gravitam em torno desse tema.

Ganham evidência os alarmantes índices da concentração da propriedade da terra, no Brasil. Com base nas informações oficiais, ou no Cadastro do INCRA, de 2003, a propriedade da terra não somente continua concentrada (Tabela 1), como vem se intensificando, ao longo dos anos (Gráfico 3).

Tabela 1. Distribuição dos Imóveis, por Estratos de Área (ha) - Brasil

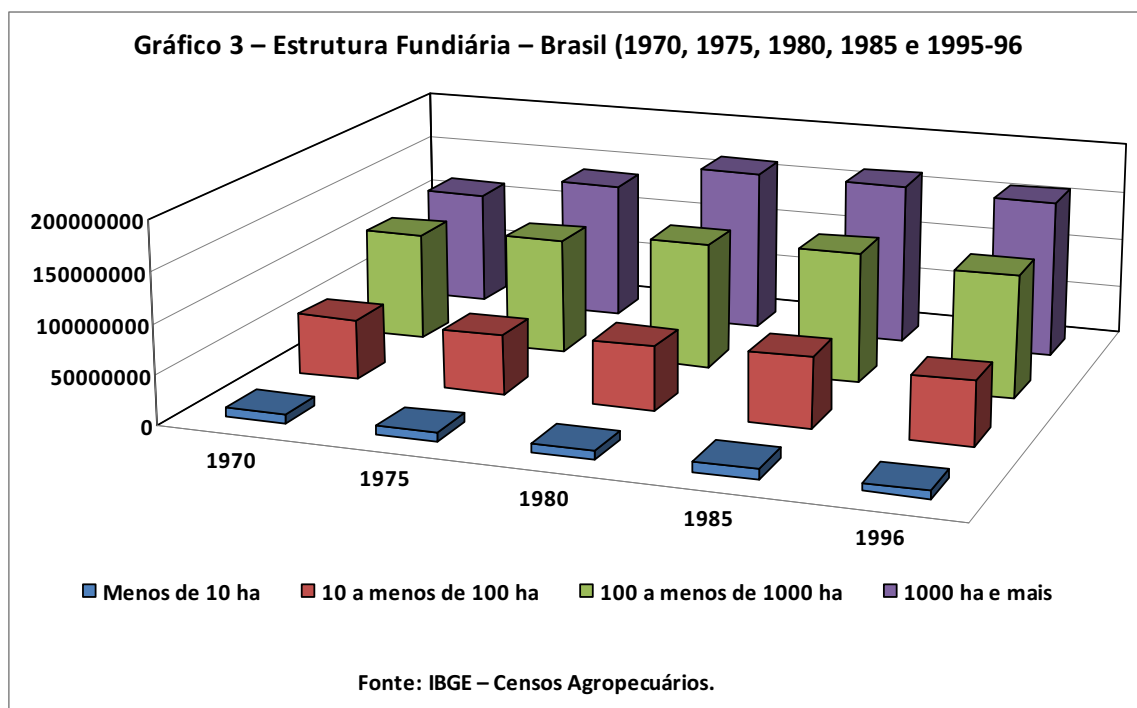
Extratos de Área (ha)	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%
Menos de 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8
10 a menos de 100	2.272.752	53,6	76.757.747	18,3
Menos de 100	3.611.463	85,2	84.373.860	20,1
100 a menos de 1.000	557.835	13,2	152.407.223	36,3
Mais de 1.000	69.123	1,6	183.564.299	43,6
Total	4.238.421	100,0	420.345.382	100,0

Fonte: Cadastro do INCRA, 2003.

Sem contar o aparente *descontrole* do Estado sobre a questão dominial das terras, ao constataremos que, do total da extensão territorial, apenas 436 milhões de hectares, ou aproximadamente 50%, constam como cadastradas oficialmente, havendo mais de 170 milhões de ha de terras devolutas e 120 milhões de ha de terras autodeclaradas improdutivas, ou seja, o próprio proprietário indica/afirma essa aberração (Tabela 2).

⁷⁴ Cf. VASAPOLLO (2005).

⁷⁵ Segundo registros da CPT-Pernambuco, documentos de circulação restrita do MST, entrevistas junto a lideranças do MST, CONTAG e visitas às áreas em apreço.



É nessa conjuntura e contando com as especificidades do setor canavieiro, no Brasil e particularmente em São Paulo, diante de um empresariado desacreditado pela população, em geral, e dos trabalhadores, em particular, especialmente no que se refere à retomada da matriz energética, encimada no álcool combustível (hidratado) e mais recentemente no biodiesel, que o governo federal, por meio de alianças com os diversos setores empresariais e de parte dos trabalhadores, lança-se a fortalecer os mecanismos de dominação do capital agroindustrial, ou do agronegócio.

Tabela 2. Configuração das Terras em 2003 – Brasil (milhões de ha)

Área Territorial Total	100,0%	850,20
1. Áreas cadastradas oficialmente no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)	51,35	436,60
1.1. Áreas improdutivas autodeclaradas	14,17	120,40
1.2. Estoques de áreas de assentamentos sob domínio da União (INCRA)	4,70	40,00
2. Unidades de conservação (Parques Nacionais)	12,00	102,60
3. Áreas indígenas	15,10	128,47
4. Terras públicas formalizadas	0,49	4,20
5. Terras devolutas (públicas não legalizadas) *	20,34	172,95
Sub-Total	99,28	844,28

Fonte: II Plano Nacional de Reforma Agrária; Delgado (2004).

* Deduzidos os conjuntos conhecidos de titularidade fundiária; exclui superfícies urbanas, infraestruturas territoriais etc.

A diversidade de identificações do biodiesel, por conta das matérias-primas que estão na base da produção do óleo a ser misturado ao etanol de cana-de-açúcar, alimenta o que já é concentrador de renda, de terra e capital. Mesmo havendo iniciativas nos próprios fundamentos do PNB, o que se assiste é ao fortalecimento principalmente da soja, à base das médias e grandes unidades de produção, que responde por 60% do óleo do biodiesel. Outras matérias-primas (mamona, pinhão manso, girassol, sorgo, dendê) têm atraído os produtores familiares camponeses que estão aceitando fazer parte desse projeto e, com isso, fortalecem o esquema de integração do setor agroprocessador de oleaginosas à agroindústria canavieira, com vistas à utilização do álcool para a

produção do biodiesel. É emblemática a discordância de encaminhamento que deu origem ao racha no MPA em torno da aposta no projeto do agrocombustíveis⁷⁶. Esse assunto terá nossas atenções nas pesquisas que se seguirão, mas o MPA se envolve nesse projeto, tal como o modelo que implantou em Palmeira das Missões (RS), em parceria com a Petrobrás, perdeu chão histórico em relação ao projeto alternativo, independente, sustentável e autônomo dos trabalhadores, em relação ao projeto do capital e do Estado. O Movimento Camponês Popular (MCP) que sai dessa dissidência mantém o projeto anterior ou original da agremiação, no entanto, ainda é muito cedo para arriscarmos uma avaliação.

Estão atreladas a esse processo as empresas que atuam na frigorificação de carnes, as quais estão montando plantas processadoras de gordura animal para a produção de óleo a ser misturado ao etanol, a fim de produzir também o biodiesel, como é o caso do Grupo Bertin, com unidades em funcionamento no Mato Grosso do Sul e em São Paulo.

Contudo, no tocante à fúria expansionista da cultura da cana-de-açúcar e do agronegócio *alcoolidado*⁷⁷ para o Oeste⁷⁸ – desconsiderando o elemento da ilegalidade/ilegitimidade das terras devolutas, em mãos de grileiros, e das terras improdutivas, características essenciais do Pontal do Paranapanema⁷⁹ e da Região da Nova Alta Paulista⁸⁰ (Mapa 1), apesar da menor incidência –, em ambas se tem a ocorrência de extensas áreas improdutivas, objeto igualmente das ocupações promovidas pelos movimentos sociais.

A magnitude e a abrangência do assunto nos sugerem o recurso da metáfora agronegócio *alcoolidado*, para qualificarmos um processo que já anuncia vários desafios para os trabalhadores e para a sociedade, em geral, dada a sua impetuosidade destrutiva, insistência nos vícios *culturais* arraigados na sociedade de consumo e na insustentabilidade social e ambiental. Em verdade, isso está mobilizando o que vem a ser uma *nova* divisão do espaço produtivo e do mercado nacional e mundial do álcool, ou uma redivisão territorial do trabalho, com amplitude global e consequências regionais de significativa monta.

⁷⁶ Adotamos essa formulação e não bicombustíveis – como pretendem demarcar seus defensores, como sendo combustível da vida, puro etc. – por entendermos que há um nítido objetivo ideológico por parte do capital, do Estado e setores formadores de opinião em apresentar essa alternativa econômica como saída para seus negócios, e também por sabermos que esse é o caminho mais fácil para garantir o apoio da opinião pública a tamanha façanha, encobrindo, assim, em nome de ser um combustível da vida, ou natural/renovável, todas as mazelas sociais e ambientais, no caso da agroindústria canavieira: os maus tratos aos trabalhadores, o trabalho escravo, a remuneração por produção, o descumprimento de acordos coletivos e da própria Constituição Federal, o assoreamento de rios, a contaminação das águas, o desmatamento, além de tantos outros desrespeitos. Sabemos, pois, que estão apostando no projeto estratégico de transformar o Brasil, diga-se parte da burguesia, no(a) maior responsável pela produção de combustíveis renováveis do mundo, e com isso constituir *novos* filões de mercado, em detrimento da produção e abastecimento de alimentos internamente, bem como e principalmente, mantendo intacta e/ou intensificando a estrutura concentrada da propriedade da terra, as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que marginalizados assuntos centrais como a Reforma Agrária, a Soberania Alimentar e Energética etc.

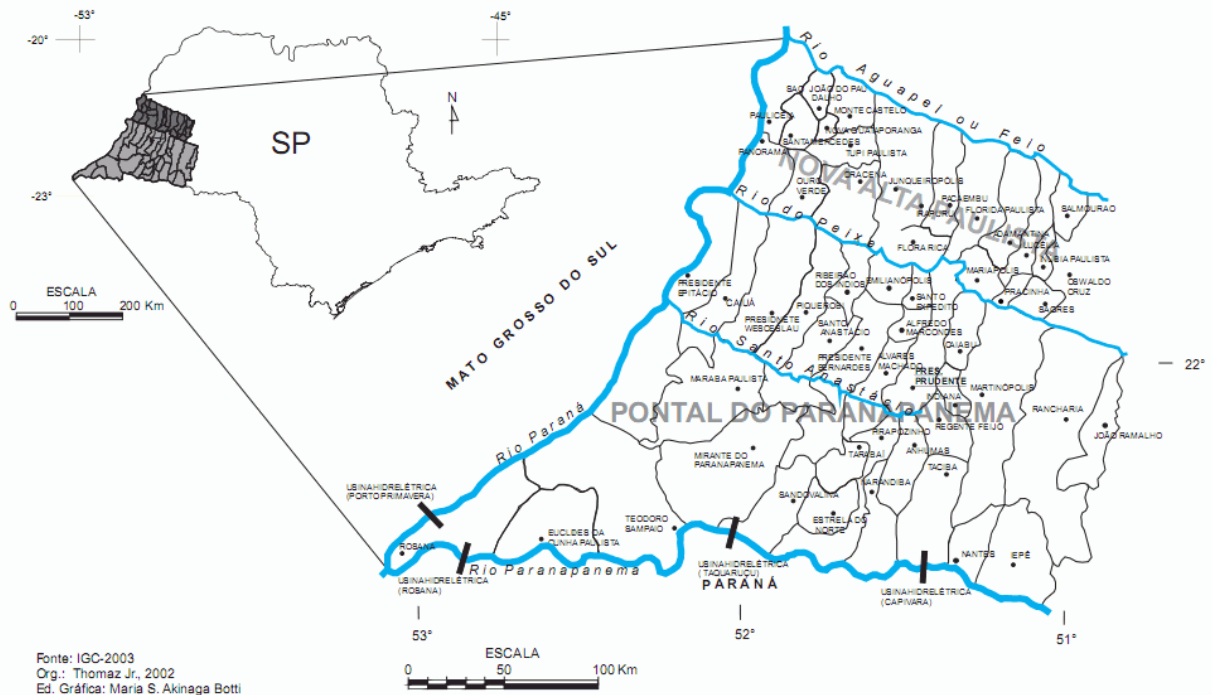
⁷⁷ Essa expressão de teor metafórico dá sentido à idéia central que desenvolvemos, no texto “Agronegócio *Alcoolidado* e *Culturas* em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais”, como produto direto das investigações no âmbito do projeto de pesquisa “Agronegócio e Dinâmica Geográfica da Expansão da Cana-de-açúcar no Oeste Paulista”, vinculado à alínea Auxílio à Pesquisa da FAPESP. Esse texto será publicado na íntegra, no livro *III Fórum de Políticas Públicas, Ambiente e Populações* (FCF/UNESP - Marília, 2008).

⁷⁸ Se considerarmos a definição do recorte territorial Oeste Paulista, adotado pela UDOP, faltariam ainda a 8ª RA (S. José do Rio Preto), a 9ª RA (Araçatuba) e 11ª RA (Marília) inteiras, e partes das 7ª RA (Bauru) e 4ª RA (Sorocaba). Como a UDOP considerou as 19 Regiões de Governo que englobam o que define como Oeste paulista, apenas fica o registro para os interessados estarem avisados sobre as opções dos recortes territoriais. De forma mais usual quando há referência a Oeste Paulista está-se considerando o que seria a RA de Presidente Prudente e de Araçatuba, mas pode também ter outra composição.

⁷⁹ O recorte regional que denominamos Pontal do Paranapanema contém além dos 31 municípios que compõem a Região de governo de Presidente Prudente, o município de João Ramalho, e está fundamentado nos critérios adotados pela UNIPONTAL (União dos Municípios do Pontal do Paranapanema) que correspondem de forma mais direta aos assuntos voltados à temática fundiária.

⁸⁰ Juntas, essas regiões compõem a 10ª Região Administrativa (RA) de São Paulo, que por sua vez é composta pelas Regiões de Governo de Presidente Prudente, Adamantina e Dracena. O recorte regional que denominamos Pontal do Paranapanema contém além dos municípios que compõem a Região de governo de Presidente Prudente, o município de João Ramalho.

MAPA 1. LOCALIZAÇÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA E DA NOVA ALTA PAULISTA



Essas previsões indicam crescimento de mais de 10% em relação à safra 2006/07, com a produção de 21 bilhões de litros de etanol, correspondendo a um crescimento de 13,5% sobre o período anterior (2005/06), e em 2007 a produção de etanol foi de 20,1 bilhões de litros e em 2008 de 27,1 bilhões de litros, e 31,3 milhões de toneladas de açúcar, ou uma margem de 5% superior à safra 2006/07, sendo que se estima que em 2030 alcance a 66,6 bilhões de litros.

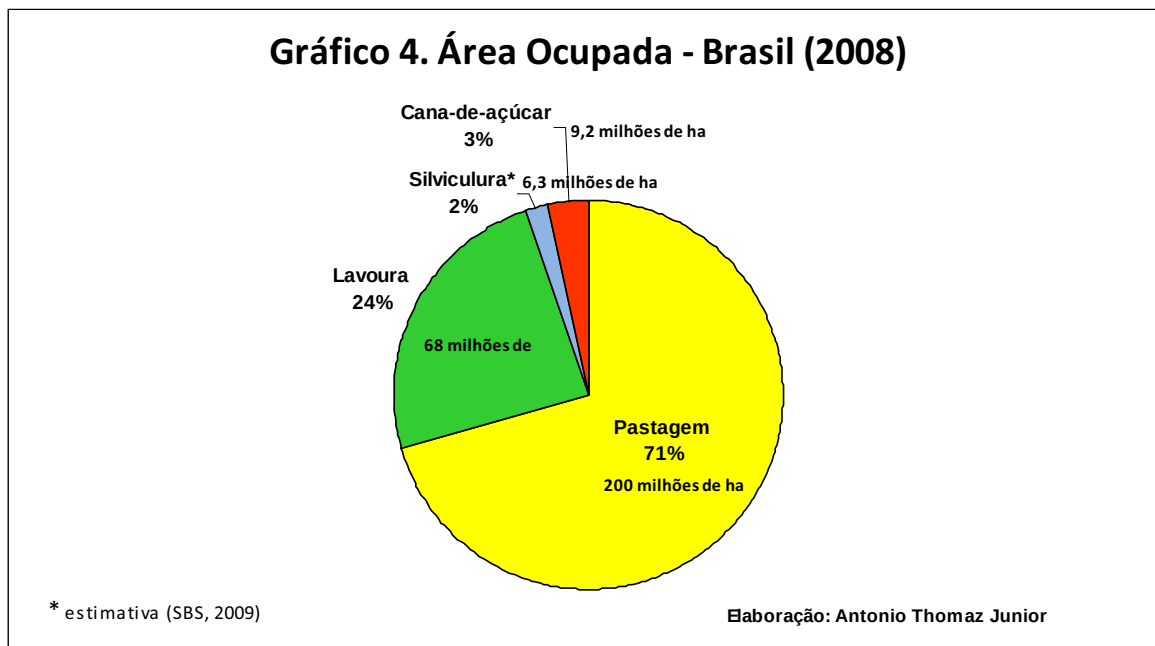
A área plantada, no Brasil, na safra 2007/08, cresceu 10,2% em relação à safra anterior, atingindo 7 milhões de ha., e, em 2008, já contado as previsões par 2009, são 9,2 milhões de ha., sendo que o Estado de São Paulo representa 5,7 milhões de ha e deverá processar 410 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, em 157 plantas agroindustriais. Os dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (MAPA) indicam que a safra nacional 2008/2009 deverá totalizar 610 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moídas, destas 497 milhões no Centro-Sul, ou seja, 10,1% a mais do que na safra anterior (558,5 milhões de toneladas).

A escalaridade das dimensões das diferentes formas de uso da terra rural pode ilustrar a marcha expansionista recente da agroindústria canavieira, no Brasil. Para se ter a dimensão espacial desse processo, considerando-se a escala nacional, 200 milhões de ha estão utilizadas com pastagens, 68 milhões com lavouras, 6 milhões com silvicultura e 9,2 milhões de ha⁸¹ com cana-de-açúcar⁸² (Gráfico 4). Se, aparentemente, o percentual destinado a lavouras de cana-de-açúcar é pequeno, quando comparado à área com pastagens, não podemos esquecer ou subestimar a dimensão da estrutura produtiva da agroindústria canavieira, especialmente por fundamentar-se em monocultura e elevados patamares de concentração da terra, de renda e de capital, e por procedimentos historicamente consolidados de desrespeito à legislação trabalhista ou formas regressivas de relações de trabalho. Igualmente é preocupante a expansão crescente da área envolvida com silvicultura (pinus e eucalipto), pois, ainda que represente menos de 10% (6,3 milhões de ha⁸³) em relação à área de lavouras – aproximadamente 70 milhões de ha – (Gráfico 4), essas monoculturas ocupam grandes extensões de terra e se utilizam de expedientes regressivos, como grilagem, conflitos violentos com camponeses, comunidades quilombolas, índios e posseiros, como é o caso da Aracruz Celulose, no Espírito Santo, ou seja, o capital, ao se territorializar, expropria, expulsa, desterritorializa os trabalhadores, portanto, sob um passivo ambiental social de elevada expressão.

⁸¹ Cf. CONAB, 2008, projeção para a safra 2009/2010.

⁸² Optamos pelas informações da CONAB, porque no seu conjunto consideram tanto a área efetivamente cultivada, como também as áreas de reforma. Segundo o Levantamento sistemático da produção agrícola (2008), do IBGE, a cana-de-açúcar comparece com 8,4 milhões de ha, enquanto, no MAPA (Projeções do Agronegócio - Brasil - 2008/09 a 2018/19), 7,9 milhões de ha.

⁸³ As informações atualizadas e disponíveis encontram-se publicadas no livro *Produção da extração vegetal e da silvicultura*, editado pelo IBGE, em 2007, e também nos anuários e publicações, respectivamente da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) e da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) (www.sbs.org.br). Assumimos a estimativa da SBS para 2009, pois está prevista não somente a área cultivada com finalidade industrial, como prescrevem os dados divulgados pela ABRAF.



A intensidade do crescimento da atividade agroindustrial canavieira, no Brasil, nos últimos três anos, tem demonstrado que, mais do que uma sinalização, sua expansão para as áreas novas, se dá, via de regra, em busca de terras férteis, relevos planos e proximidade/disponibilidade de recursos hídricos, e a consolidação para as áreas tradicionais demarca novos investimentos – conforme nota da UNICA, 15 U\$ bilhões até 2010 – tanto por meio de 75 novas unidades agroindustriais, quanto pela via das reformas incrementais das já existentes. Segundo informações que obtivemos junto à assessoria da UNICA, a partir de dezembro de 2008 os empresários redefiniram os planos de investimentos e as estratégias de expansão da produção, da mesma forma que a abrangência espacial dos negócios por meio de novas unidades. Como não há posicionamento oficial da entidade a esse respeito, o que se sabe é que as redefinições atingem de forma mais intensa os investimentos nas novas plantas, em detrimento dos investimentos incrementais e reformas para ampliação.

A produção e venda dos automóveis movidos a agrocombustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool hidratado e anidro, sendo que o Estado tem tido papel preponderante nesse processo. Os veículos *flex fuel*⁸⁴ são capazes de rodar com álcool, gasolina ou com a mistura dos dois, diferentemente dos carros com a mesma denominação, nos Estados Unidos, pois nesse país se misturam 15% de álcool à gasolina. A produção de carros *flex*, no Brasil, está mantendo os primeiros lugares no *ranking* dos mais vendidos, desde 2004, sendo que, em 2008, atingiu 2 milhões de unidades ou 78% das vendas de carros novos⁸⁵.

Diante do horizonte do assunto dos agrocombustíveis, temos evidente a prática da usura e o fortalecimento do modelo energético produtivo/destrutivo, já sobejamente conhecido. Mas o que está por revelar, ainda – o que somente as pesquisas nos permitirão desvendar –, são os conteúdos das alianças em todas as escalas nas quais se explicitam (local, regional, nacional,

⁸⁴ A tecnologia *flex fuel* (combustível flexível) foi desenvolvida pela Bosch e pela Magneti Marelli, fabricantes de injeção eletrônica, em parceria com as montadoras.

⁸⁵ Cf. ANFAVEA, Autoveículos – Vendas Internas em 2008. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2008/autoveiculos/tabela10_producao.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2009.

internacional), que já mobilizam setores diversos do capital, com atuações específicas ou conjuntas, quando se consideram o urbano e o rural, proprietários de terra e segmentos dos trabalhadores.

Não se trata apenas e tão somente, como nos querem fazer crer os órgãos da grande imprensa, associados aos setores empresariais diretamente envolvidos no assunto, de uma tomada de posição para se consolidar a matriz energética renovável, segura, limpa e estrategicamente distante dos problemas geopolíticos e diplomáticos que circundam os principais produtores de petróleo, como Irã, Iraque, Nigéria, Venezuela, Bolívia (gás natural), também conhecidos por fazerem parte do *eixo do mal*, com base na inspiração infeliz de George Bush.

É importante afirmar que a mistura de etanol à gasolina que poderia, a princípio, diminuir a demanda de combustíveis fósseis e equilibrar o aumento decorrente da expansão do cultivo da cana-de-açúcar e do próprio etanol, pode ser anulada diante do possível e esperado aumento da frota de automóveis. Deve-se salientar que, em torno desse assunto, estão sendo *fabricadas* as polêmicas por aqueles que, nesse horizonte, continuam a confundir a melhoria do bem-estar da população com o aumento do PIB. Sem contar os elementos que dão sustentação e renovam os argumentos da ideologia do etanol como fonte de energia limpa, capaz de diminuir o aquecimento global.

Os estudos revelam que a maneira de produzir, tanto na fase agrícola quanto na fase de processamento industrial, causa danos ambientais, à saúde dos trabalhadores diretamente envolvidos e das populações próximas, e, de forma inequívoca, os graves problemas laborais, trabalhistas. A começar pela afirmação de que o etanol seria um combustível “limpo”, os pesquisadores argumentam tecnicamente para que tenhamos cautela ou, então, por nossa conta e risco, ao fazermos essa defesa, saibamos que estamos colocando muita *sujeira debaixo do tapete*.

Vejamos: a) os gases tóxicos expelidos pela prática da queimada dos canaviais, que provocam muitos males à saúde humana, ao reagirem com a água geram ácidos nitrosos e sulfurosos os quais vão compor as chuvas ácidas, além de formarem os hidrocarbonetos, que contém benzeno, extremamente prejudiciais à saúde. A emissão de material particulado no processo de produção industrial (etapas de fermentação e destilação) também é extremamente danosa para os trabalhadores, dado que se fazem presentes quantidades acima do estabelecido de dióxido de carbono, aldeídos, álcool e ciclohexano; b) por meio dos estudos com base nos ciclos biogeoquímicos e com as atenções para os aspectos ambientais, pode-se afirmar que o uso do agrocombustível interfere muito pouco no balanço de carbono da atmosfera, porque o dióxido de carbono (CO₂) emitido durante a queima do agrocombustível é consumido no processo de fotossíntese, para refazer os próprios canaviais. Assim, o balanço de carbono é igual a zero na atmosfera, por sua vez, para os combustíveis derivados de petróleo, o CO₂ emitido gera um balanço positivo, com implicações no aumento do efeito estufa; c) em relação à emissão de óxido de nitrogênio, não há como estabelecer comparações entre o álcool e os derivados de petróleo, porque o gás existe e vai compor a formação de ozônio; d) nesse sentido, os fatores de produção do etanol impactam na formação do ozônio e na emissão de dióxido de carbono, quando em combustão, não diminuindo o efeito estufa, tão-somente não contribuindo para seu aumento; d) para os demais macroconstituintes envolvidos na formação da biomassa (enxofre, nitrogênio, fósforo e potássio), não existe procedimento semelhante, de sorte

que os mesmos “devem ser incorporados anualmente ao solo na forma de adubos”⁸⁶. Assim, como resultado da prática da adubação, já não se aplica mais a condição de balanço igual a zero para esses elementos. Daí retornarmos à indagação inicial: podemos insistir ainda em defender que o álcool seja realmente um combustível limpo?⁸⁷

Nosso envolvimento com o tema tem-nos alertado para a emergência do debate sobre as fontes de energias alternativas. Todavia, é imprescindível que se estabeleçam algumas referências capazes de comprometer os interlocutores com a eficácia das proposituras e não simplesmente que considerem a *roda viva* do pressuposto da lógica do capital, as precondições mercantis à frente do bem-estar, da saúde das pessoas e da vida cheia de sentidos. Aqui, temos um papel importante, assim como os movimentos sociais e demais instâncias da sociedade civil interessadas nas alternativas amparadas nos referenciais que respeitem os princípios requeridos pelo desenvolvimento sustentável da sociedade e da natureza, para além da diminuição do tempo útil das mercadorias, do consumismo desenfreado, à semelhança do formato de uma sociedade *mcdonaldizada*⁸⁸ e da limitação do trabalho à produção restrita de mercadorias.

Do mesmo modo, no que tem a ver com a pretensa vantagem ambiental da cana-de-açúcar, vários interesses se somam e quase nada de políticas públicas é formulado para garantir a inserção no mercado de trabalho formal, dos trabalhadores que, safra após safra, são dispensados, sobretudo da etapa do corte, tendo em vista o crescimento da mecanização. Esse é o pano de fundo da também pretensa consciência ambiental do capital e dos seus representantes de classe presentes no aparato estatal, os quais defendem a mecanização como condição para melhorar a qualidade ambiental para a sociedade, com o fim das queimadas ou da despalha, mediante o fogo. (Retrato 10). O setor produtor de máquinas colheitadeiras⁸⁹ acolhe entusiasticamente esse intento, o que tem sido enfatizado nos patrocínios milionários de eventos e inúmeras reuniões e *workshops* temáticos, em várias regiões produtoras do país, mas prioritariamente em São Paulo⁹⁰.

E é nesse cenário que se apresenta o cumprimento da Lei 11.241, que regula o fim das queimadas em São Paulo, recentemente renegociada, e que estipula a diminuição dos prazos previstos. É sabido que a UNICA e o governo Serra celebraram um protocolo de intenções, assinado durante a realização do Ethanol Summit, em junho de 2007, em São Paulo⁹¹, que indica a antecipação do fim das queimadas, nas áreas mecanizáveis, de 2021 para 2014, e nas áreas consideradas não mecanizáveis, com inclinação acima de 12%, de 2031 para 2017.

Se o que pretendemos é fomentar um debate sério e profundo sobre os assuntos que perpassam a matriz energética, energias alternativas menos poluidoras e mais eficazes, para vislumbrar um cenário de combate ao aquecimento global, mas focando o etanol, encimado no mesmo ambiente produtivo do sistema metabólico que já conhecemos, estamos na direção errada.

⁸⁶ Cf. CARDOSO; ALLEN, 2007.

⁸⁷ Dividimos com Moraes Silva (2008) as mesmas preocupações em relação a esse assunto, pois não se trata apenas de externalizar posicionamentos, mas sobretudo que os qualifiquemos técnica, econômica e socialmente. Somente assim poderemos defender com contundência e clareza nossos posicionamentos de classe e de interesse da classe trabalhadora.

⁸⁸ Aqui fazemos uma alusão às iniciativas de uniformizar padrões de consumo para todo o planeta, superpondo-se às diferentes culturas, hábitos etc.

⁸⁹ Hoje restrito a praticamente três grandes empresas: Case (Grupo Fiat); Santal e John Deere.

⁹⁰ O que pode ser comprovado por meio dos anúncios publicitários e das convocações publicizadas pela grande imprensa e também por agências e veículos especializados.

⁹¹ Cf. www.ethanolsummit.com.

Mesmo que estejam sendo anunciadas melhorias no rendimento da fermentação do caldo com a adoção de eletroímãs, com eficiência de até 17% em relação ao processo convencional⁹², ou ainda a produção de diesel a partir da fermentação mediatizada por leveduras transgênicas⁹³, enfim e tantas outras descobertas que estão por vir, em nada se rompe o sistema produtivo e o modelo concentrado de produção.

Vejamos por que, de um lado, se continuamos insistindo na busca de respostas para um requerimento que, em si mesmo, não é posto em questão, não estamos oferecendo alternativas, senão fortalecendo o que já está disponível. Também porque continuamos a associar *progresso* tecnológico e social a aumento do consumo *per capita* de energia e, ainda, pelo fato de não associarmos à maior produção de energia melhor eficiência energética, com aparelhos e máquinas que consumam menos energia⁹⁴. Por outro lado, se apostamos na possibilidade de construir uma sociedade emancipada do jugo do capital, não é coerente da nossa parte nos manter enrijecidos nos referenciais societários de gestão da sociedade e da natureza que tenham na mercadoria e no trabalho abstrato seus elos fundantes.



Abusando do sentido metafórico que atribuímos à expressão *agronegócio alcoolizado*, nota-se a estreita sintonia com esse episódio, que promete se consolidar como um assunto de política de governo e de Estado, o que demonstra, portanto, ser muito mais do que mera iniciativa de política conjuntural e de interesses dos capitalistas individuais, mas fazer valer os interesses dos grandes grupos transnacionais do setor agro-químico-alimentar-financeiro, metalúrgico e, possivelmente, com mais extensão e ramificações.

No que concerne ao setor de pesquisas e melhoramento genético relativo ao setor produtor de cana-de-açúcar, há algumas empresas e instituições públicas que desenvolvem pesquisas que mais se notabilizam, tais como o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC)⁹⁵, presente com relevado destaque pelas variedades SP, que levam sua marca e representam um pouco mais de 50% dos canaviais, em todo o país; Cana Vialis e Alellyx, ligadas ao Grupo Votorantim Novos Negócios⁹⁶, que desenvolvem pesquisas na área de melhoramento, com base na genética clássica e na biologia molecular, respectivamente.

⁹² Essas informações foram extraídas dos resultados parciais de pesquisa divulgados na *Revista Pesquisa/FAPESP*, n° 143, janeiro de 2008, p.70 e 71. Trata-se de projeto conjunto entre a Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP, tendo à frente o professor Ranulfo Monte Alegre, e pesquisadores do Centro Nacional de Electromagnetismo Aplicado (CNEA), da Universidade de Oriente, Cuba.

⁹³ A oficialização da viabilidade econômica da produção de diesel a partir do caldo de cana-de-açúcar consolida o interesse do Grupo Votorantin, por meio da subsidiária Votorantin Novos Negócios (VNN) e a Usina Santa Elisa, que financiaram pesquisa levada a cabo pela empresa americana Amyris, sediada nos EUA. A modificação genética do DNA da mesma levedura (*Saccharomyces cerevisiae*) utilizada para a fermentação da produção do álcool, por meio de molécula com estrutura de hidrocarboneto semelhante à do diesel, possibilita a produção do diesel, com as mesmas propriedades do originário do petróleo, mas com a vantagem de não conter os poluentes exalados com a liberação de enxofre.

⁹⁴ Cf. PORTO GONÇALVES, 2007. Nota divulgada na *internet*, dia 24/04/2007, com o título "Implicações Ecológicas e Políticas do Etanol – Uma Contribuição ao Debate".

⁹⁵ A COOPERSUCAR, no final de 2004, promoveu uma série de rearranjos internos, sendo que o antigo Centro de Tecnologia da COOPERSUCAR, localizado em Piracicaba (SP), passou a ser gerido pelo grupo Resende Barbosa.

⁹⁶ Essas empresas foram vendidas para a Monsanto, através de uma operação que envolveu US\$290 milhões, em outubro de 2008

No setor público, competem igualmente, em São Paulo, a conjugação de forças para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), ligado à Secretaria de Estado da Agricultura; a estrutura de pesquisa do ex-Planalsucar, agora sob a responsabilidade do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos, que continua a produzir as variedades RB, juntamente com as SP, da Coopersucar, representando quase 75% de toda a área plantada no Brasil; a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), que congrega os institutos de pesquisa do setor público estadual (Instituto de Economia Agrícola, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Biológico, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Zootecnia). E, além disso, 14 Ministérios, 23 Universidades (Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel (RBTB), Pólo Nacional de Biocombustíveis (Piracicaba).

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), somente a partir de 2005, passou a dedicar-se às pesquisas com cana-de-açúcar, particularmente devido ao incentivo do então Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Através da EMBRAPA Energia, assumiu o desafio de “desbravar as fronteiras agrícolas [...] e criar condições de plantio nos estados de Minas Gerais, Goiás, no Cerrado, e até no Maranhão, regiões com logística interessante e onde o preço da terra é mais barato do que o da região de Ribeirão Preto”⁹⁷. A empresa está ousando ainda mais com a liderança de um consórcio que vai reunir Instituições de Pesquisas, pesquisadores renomados, iniciativa privada, sob a liderança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), para desenvolver investigações na área de agroenergia. Está, na prática, inaugurando o modelo de parceria, denominado Empresa de Propósito Específico (EPE), previsto na Lei de Inovação⁹⁸, cujo principal objetivo é ampliar o volume de recursos para a investigação científica de alto nível, produzir pesquisas sem as amarras do setor público, para aumentar a competitividade do agronegócio, no Brasil, e, especialmente, desenvolver tecnologias na área de etanol.

O NIPE (Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético), associado à Universidade Estadual de Campinas, sob a coordenação geral do professor Rogério Cerqueira Leite, com apoio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)⁹⁹, foi contemplado com R\$ 3,7 milhões, para iniciar atividades de pesquisas numa planta-modelo, localizada em Campinas¹⁰⁰. O objetivo é viabilizar a produção de álcool via bagaço e palha, ou seja, obter o etanol através do processo de hidrólise enzimática¹⁰¹, utilizando celulasas (enzimas produzidas por microorganismos). Na prática, proporcionará a produção de álcool, a partir da quebra das moléculas de açúcar da celulose, após o processo de fermentação. Mas é importante ressaltar que o Plano de Ação do Ministério da Ciência e Tecnologia, para o período 2007-2010,

⁹⁷ A *Revista Pesquisa*, n° 135, de maio de 2007, editada pela FAPESP, trouxe o artigo “Pesquisa e Inovação S/A – Embrapa e iniciativa privada querem criar empresa de tecnologia para o etanol”.

⁹⁸ Como prescrito no artigo 5°, que autoriza a “União e suas entidades a participar minoritariamente do capital de empresas privadas de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para a obtenção de produto ou processos inovadores”. *Revista Pesquisa*, n° 135, 2007, p. 26. Essa EPE segue o modelo de uma sociedade anônima e a EMBRAPA tem 40% do capital, sendo que o mais estimulante – afirma o presidente da EMBRAPA – é que somente com a aprovação do presidente da República a EPE se institucionaliza.

⁹⁹ Da mesma forma que o CNPq, órgão de fomento à pesquisa vinculado ao MCT, disponibiliza grandes somas de recursos para financiar pesquisas na área do agronegócio.

¹⁰⁰ O pesquisador responsável desse projeto, professor Carlos Eduardo Vaz Rossell, também integra há mais de vinte anos a equipe de pesquisa do Grupo Dedini, em Piracicaba, e está empenhando seu nome igualmente para registrar a nova tecnologia, denominada Dedini Hidrólise Rápida (DHR).

¹⁰¹ Há também a alternativa da adição de ácido sulfúrico nos resíduos, o que se denomina *hidrólise ácida*, que atuará como a hidrólise enzimática, para quebrar os polímeros da celulose e da hemicelulose.

também conhecido como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)¹⁰² da C&T, destinou R\$196,9 milhões para o Programa C,T&I do Etanol, sendo que os estudos sobre hidrólise enzimática serão centralizados no Centro de Pesquisas em Bioetanol, sediado em Campinas, junto ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS)¹⁰³.

A isso se liga outro projeto, também de grande dimensão tecnológica para o agronegócio canavieiro, com a implantação do Centro de Pesquisas em Bioetanol, em Campinas, na mesma área onde já funciona o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS). Os 200 pesquisadores que estão previstos para compor as equipes de pesquisa do futuro Centro serão remunerados diretamente pelo MCT, sem contar que a FAPESP apoiará ainda, com financiamentos de projetos, como também consorciada ao CNPq em editais específicos, da mesma forma que o CNPq, em separado, dispunha, em meados de 2008, de seis editais específicos para o agronegócio, com a finalidade de viabilizar tanto pesquisa básica, quanto aplicada.

Outros estudos, desenvolvidos no âmbito da Universidade Pública e igualmente vinculados aos interesses privados, destacam-se na órbita da hidrólise enzimática¹⁰⁴ ou da transformação da celulose em açúcar e, em consequência, da produção de etanol, como é o caso do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CT/UFRJ), que conta com o apoio financeiro da PETROBRÁS.

É sabido que as maiores empresas que produzem sementes transgênicas (principalmente soja, milho e algodão) também investem em pesquisas, vinculadas a modernas estruturas com essa finalidade (Syngenta, Monsanto¹⁰⁵, Dupont, Dow, Bayer, BASF) e também estão direcionando elevadas somas de investimentos em cultivos concebidos para a produção de agrocombustíveis, como o etanol e o biodiesel.

Da mesma maneira, interligam-se, por meio de acordos específicos, com outras transnacionais que atuam e dominam o comércio mundial de grãos, tais como a Cargill, Archer, Midland, Bunge and Born, Stora Enso. Assim, nem a comunidade internacional, tampouco as nações que estão sendo chamadas para liderar a produção de combustíveis renováveis, como o Brasil, não estão livres da contaminação transgênica, uma vez que as investigações estão voltadas para a obtenção de novos tipos de manipulação genética da cana-de-açúcar, soja – e, não deverá tardar –, a mamona, o girassol, a canola¹⁰⁶, o pinhão manso, o dendê (ou óleo de palma¹⁰⁷, como é mais conhecido no exterior) etc.

¹⁰² O PAC é um projeto do governo brasileiro, que foi planejado para o período de 2007 a 2010 e conta com aporte de R\$ 503,9 bilhões para as áreas de energia, habitação, recursos hídricos, transporte, saúde, ciência e tecnologia etc. Para coordenar as ações do Programa, criou-se o Comitê Gestor do PAC, centralizado no Ministério da Casa Civil, bem como o Grupo Executivo do PAC formado por secretarias desses ministérios, com a função de estabelecer metas e acompanhar a implantação do PAC.

¹⁰³ *Revista Pesquisa*, n° 146, de abril de 2008, editada pela FAPESP, p.32-33.

¹⁰⁴ O principal argumento favorável à hidrólise enzimática é que poderá possibilitar o aumento da produção, sem demandar mais área plantada de cana-de-açúcar. Segundo estudos coordenados pelo professor Nei Pereira Júnior, do CT/UFRJ, o desenvolvimento de enzimas eficientes para processar o bagaço e a palha da cana complementa a via tradicional de produção do etanol, a partir do caldo, e permite o aproveitamento das biomassas residuais, tanto da fração celulósica quanto da hemicelulósica.

¹⁰⁵ A Monsanto acaba de adquirir no Brasil a Alellyx e a CanaVialis, ambas do Grupo Votorantin, divisão Novos Negócios, sendo que o objetivo divulgado pelo conglomerado é de ampliar os horizontes de investimentos na cana-de-açúcar, o que se soma aos US\$1,5 bilhão que investe anualmente em pesquisa em todo o mundo.

¹⁰⁶ Canola é a sigla correspondente a Canadian Oil Low Acid (óleo canadense de baixa acidez), sendo que a planta é resultado de melhoramento genético da colza.

¹⁰⁷ A produção em larga escala do óleo de palma já causou a devastação de grandes extensões de florestas, na Colômbia, Equador e Indonésia. Na Malásia, maior produtor mundial, são alarmantes os índices de devastação.

No caso das matérias-primas oleaginosas que despertam os interesses de assentados, Estado, empresas processadoras, grande capital (industrial, financeiro etc.), para a viabilização da produção do biodiesel, as pesquisas não estão tão avançadas, como no caso da cana-de-açúcar, exceto para a soja, algodão e, em alguma medida, a mamona. Sob o foco das preocupações do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, tanto as instituições públicas, como a EMBRAPA e as Universidades Públicas, como as instituições privadas estão se envolvendo diretamente nas pesquisas, para apresentar alternativas mais otimizadas, em relação às matérias-primas mais produtivas para a consolidação das plantas de biodiesel¹⁰⁸, podendo este ser obtido por meio da reação com álcool e catalisadores (transesterificação) ou através da destilação com catalisadores (craqueamento).

O dendê é o produto com maior potencial, podendo alcançar até 15 toneladas por ha. ou aproximadamente 5.000 litros de óleo. Também tem-se destacado a performance da mamona¹⁰⁹, com capacidade de gerar até 1.500 litros por ha.; a soja, com 1.000 litros/ha.; o girassol, 700 litros e 50% de rendimento de óleo; o pinhão manso, com 400 litros/ha¹¹⁰. Este último tem sido muito difundido, mas ainda faltam informações para a definição de sistemas de produção rentáveis, já que não há resultados seguros quanto ao rendimento da planta, sobretudo porque “ainda não foi domesticada”¹¹¹ e sua cultura em larga escala nunca foi estudada em detalhes¹¹².

Nos últimos tempos, estão-nos chamando a atenção os investimentos do capital na inclusão digital, expressão que contém variadas intencionalidades de efetivação de novas concepções de controle de processo ou, mais especificamente, de controle e gestão do processo do trabalho ou dos trabalhadores, na planta fabril, com base nas tecnologias de informação (TI), o que já está mais avançado em outros setores e ramos produtivos. A sequência das pesquisas vai nos indicar, com mais precisão, os significados e abrangências desse processo, mas já estão em operação os sistemas automatizados através de controladores lógicos programáveis (CLP) e vinculados a programas computacionais e à *internet*, que integram a gestão das empresas filiais ou as novas plantas instaladas em outras regiões produtoras de São Paulo, particularmente no Oeste do Estado, à matriz. A título de exemplo, poderíamos citar o caso da Usina Santa Adélia, localizada em Jaboticabal, e a nova empresa, a Usina Interlagos, a qual está sendo instalada a 350 quilômetros, no município de Pereira Barreto, no baixo Tietê.

Essa *nova* alternativa de controle territorial do trabalho, por intermédio das TI's, da *internet*, põe em cena novos desafios para os trabalhadores e suas entidades de organização, uma

¹⁰⁸ Não há informações precisas, mas se presume que existem, em operação, 12 unidades produtivas de biodiesel no país, mais de 60 em implantação e 18 unidades experimentais, gerando informações para as pesquisas em andamento.

¹⁰⁹ A boa aceitação do óleo de mamona, nesse contexto *bioenergético*, deve-se ao fato de ser o único, na natureza, que é solúvel em álcool, constituindo fonte de matéria-prima para mais de 800 produtos.

¹¹⁰ Há uma série de outras plantas que já vêm sendo incluídas nas pesquisas, com destaque para o gergelim, a que mais concentra óleo por unidade de semente, com apenas 60 dias de ciclo; o amendoim, que vem sendo consorciado com a cana-de-açúcar, e traz várias vantagens para a gramínea, na fixação de nitrogênio; a canola, sem contar as mais de 100 espécies nativas de palmeiras amazônicas. Na Argentina, já existem iniciativas para a produção de biodiesel a partir de algas marinhas. A gordura animal ou o sebo (tanto de bovinos como de frangos e suínos) também podem ser alternativas, pelo processo de transesterificação.

¹¹¹ Cf. BITTENCOURT, 2007, p. 10.

¹¹² Pesquisadores da EMBRAPA-Algodão, em Campina Grande (PB), têm alertado igualmente para o desconhecimento dos parâmetros de plantação, espaçamento, produção de mudas e principalmente pragas e doenças. A vantagem de ser perene não é seguida da descontinuidade do amadurecimento dos frutos, exigindo várias colheitas manuais (OLIVEIRA, 2007).

vez que não significa tão-somente uma nova racionalidade qualquer do capital, com intenções de conter custos de produção, porém a centralização do controle do processo de trabalho na matriz.

O mais preocupante, nesse processo, além da rapidez meteórica com que o assunto tem sido tratado, é que as informações preliminares, objeto das pesquisas que estamos empreendendo sobre o assunto, reforçam a concepção de modelo de produção à base da monocultura, em grandes extensões de terra, ou ainda consorciada; e, mesmo sob o formato da pequena produção familiar camponesa, embora totalmente refém do esquema concentrador que garante às empresas beneficiadoras o controle de todo o processo.

É no interior desse mesmo processo que os biomas igualmente se tornam reféns, lembrando que já apresentam sérios problemas ambientais quanto à histórica trajetória de expulsão e expropriação das comunidades autóctones, e quanto à destruição das espécies nativas, das nascentes, dos solos, tais como o Cerrado (quando se defende a fácil adaptação da mamona) e a Amazônia (quando se atrela como prática conservacionista à exploração do dendê)¹¹³.

A presença de Jeb Bush (John Ellis Bush), irmão do presidente *cowboy*, num momento especial e estratégico para as oligarquias do agronegócio, selou a aliança com a Comissão Interamericana de Etanol, organização não governamental privada, criada em dezembro de 2006, que reúne os principais representantes do setor financeiro internacional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹¹⁴, dos grupos agroindustriais canavieiros, setores ligados à exportação, distribuição e comercialização, como *trades*, por exemplo, setores envolvidos na Associação Brasileira de *Agrobusiness* (ABAG). Tampouco poderiam faltar os resultados da 1ª Cúpula Energética da América do Sul, realizado na Ilha de Margarita, na Venezuela, entre os dias 15 e 17 de abril de 2007. Apesar de enquadrar-se em outro eixo de reivindicações, na prática, os elementos centrais não se diferenciam. Para Hugo Chavez – anfitrião do evento – e Evo Morales – chefe de Estado boliviano – a produção de agrocombustíveis e, particularmente, de etanol, não deve estar associada à produção de alimentos, nem se pode continuar apostando nas grandes extensões monocultoras. No entanto, ambos os presidentes não propuseram nenhuma modificação ao *estado da arte*, no que tange à distribuição.

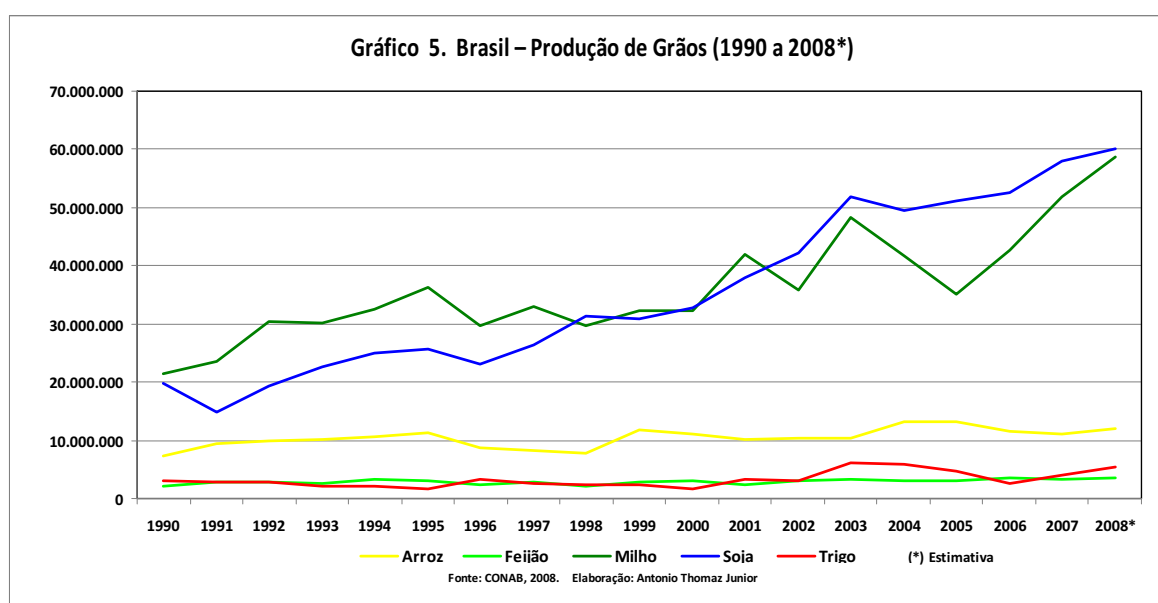
Nesse caso, os vínculos políticos e estratégicos e os interesses econômicos do capital revelam quão complexo é o território de operações da produção-comercialização-consumo de combustíveis renováveis e agrocombustíveis, tendo em vista que a verdadeira intenção do grande capital é dar o *start* para a construção do mercado global de agrocombustíveis.

Os desdobramentos sociais, econômicos, políticos, territoriais e ambientais evidenciam significativa amplitude, a começar pela intensificação dos problemas já conhecidos antes do *boom* e que, daqui para frente, a continuar a ofensiva do capital e dos governantes, que falam em

¹¹³ Estudos indicam que somente na Amazônia há a possibilidade de serem incorporados à exploração 50 milhões de ha., sem que seja necessário desmatar, bastando apenas utilizar as terras que já foram degradadas. Nisso transparece de forma clara e inequívoca o conteúdo irresponsável de quem planeja e indica soluções afinadas com os interesses das empresas e do grande capital. Em nenhum momento se põem em questão possíveis alternativas para a recomposição e reterritorialização da vida comunitária, dos nativos, indígenas, seringueiros, portanto, alternativas sustentáveis ecologicamente, em consonância aos biomas naturais.

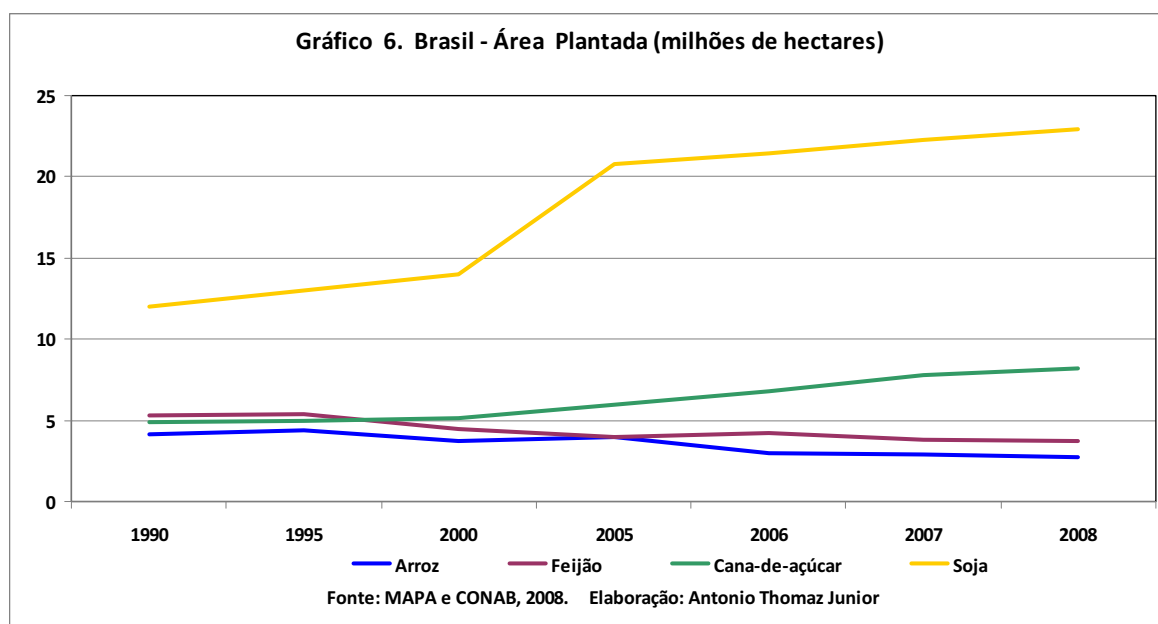
¹¹⁴ O Banco tem um papel fundamental nessa empreitada. De um lado, estimular e financiar a expansão dos canais e a ampliação da produção de etanol, nos países da América Central e Caribe, e, de outro, transformar o combustível em *commodities*. Para tanto, o BID está concluindo um estudo minucioso sobre o estado da arte da produção da cana-de-açúcar, nessa região, para avaliar áreas disponíveis e potenciais para o plantio da gramínea e a instalação de novas unidades agroindustriais canavieiras.

nome desse projeto de sociedade amparado nas grandes estruturas de produção, nas monoculturas, nos monopólios e nas desigualdades sociais, a intensidade da expansão da *cultura* da cana-de-açúcar – fundada nas grandes extensões de terra e na monocultura – bem como a conversão de alimentos para a produção de combustíveis para carros de passeio, somente vão consolidar outra *cultura*, a do consumismo. Trata-se, então, de uma *cultura* marcadamente destrutiva, ou expressão acabada da *produção destrutiva do capital*, à qual se vincula o destacado dinamismo da economia, do ponto de vista do capital, expressamente ao modo produtor de mercadorias, sob as expensas de a produção de alimentos estar ainda mais ameaçada, sem que notadamente o problema central esteja na oferta, mas sim na capacidade de consumo das populações empobrecidas. Enquanto as *commodities* despontam, os produtos alimentícios, no caso do Brasil, os quais compõem a cesta básica, como o arroz e o feijão, expressam patamares estáveis e em descenso (Gráfico 5).



A dimensão territorial desse processo, por meio da área plantada, expressa as contradições da dinâmica da produção de alimentos massificada e voltada para o mercado externo (Gráfico 6). Entretanto a materialização espacial dessas relações e a proporção do território que materializa as formas de uso da terra indicam o comprometimento das terras (Gráfico 4), no século XXI, base, aliás, dos conflitos de classe sediados em torno da questão agrária, no Brasil¹¹⁵.

¹¹⁵ Sobre a questão agrária, no Brasil, a atualidade e os assuntos contemporâneos, indicamos a Tese de Doutorado de Eduardo Paulon Girardi (2008), *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da questão agrária brasileira*.



Quando se põem em evidência as áreas em exploração para agropecuária, identificadas por área média individualizada por extratos, considerando os intervalos prescritos na lei agrária de 1993¹¹⁶, é possível entender, apesar das informações se restringirem a 1995/96 (IBGE) e 2003 (INCRA), que efetivamente as unidades responsáveis pela maior parte da produção recaem em ordem crescente de magnitude sobre as pequenas e médias, destacando-se, pois, as grandes para poucos produtos, tais como a cana-de-açúcar, soja, bovinos, madeira para papel, carvão vegetal e tora (Quadro 3).

Quadro 3. Brasil – Participação da Área Ocupada com Produtos Seleccionados, por Estratos/Módulos (ha)

Ocorrências/ Identificação	Estratos/Módulos		
	Pequena (até 200 ha) (até 5 módulos) 31 ha	Média (201 a 2000 ha) (5,1 a 15 módulos) 300 ha	Grande (mais de 2001 ha) (mais de 15 módulos) 2000 ha
INCRA (Área Média)			
N. de imóveis (INCRA)	3.895.968	310.158	32.264
Estabelecimentos (IBGE)	4.318.861	252.154	20.864
Área total (ha)	122.948.252	164.765.509	132.631.509
Pessoal ocupado	12.956.214	565.761	45.208
Assalariados	994.508	1.124.356	351.942
Produção Agrícola			
Valor da produção vegetal	53,8%	31,2%	14,2%
Algodão	55%	30%	15%
Café	70%	28%	2%
Laranja	51%	38%	11%
Cana-de-açúcar	20%	47%	33%
Soja	34%	44%	22%
Arroz	39%	43%	18%
Banana	85%	14%	1%
Feijão	78%	17%	5%
Fumo	99%	1%	0%
Mandioca	92%	8%	0%
Milho	55%	35%	10%
Trigo	61%	35%	4%
		Silvicultura	
Madeira para papel	8,3%	18,6%	73,1%
Carvão Vegetal	11,2%	18,1	67,8%

¹¹⁶ Essa metodologia foi extraída dos estudos do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, especificamente do texto "Barbárie e Modernidade: As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil", publicado na *Revista Terra Livre*, Ano 19, V.2, N.21, jul./dez., 2003.

Madeira em tora	10,0%	34,8%	55,1%
Produção Pecuária			
Valor da produção animal	60,4%	28,6%	11,2%
Bovinos	37,1%	40,5%	21,8%
Suínos	87,1%	11,0%	1,7%
Ovinos	55,5%	35,7%	8,8%
Aves	87,7%	11,5%	0,8%
Leite	71,5%	26,6%	1,9%

Fonte: II PNRA, 2003; Oliveira, 2004.

As médias e, sobretudo, as grandes unidades não ocupam relevância econômica, tal como é apregoado pela mídia, para confundir a opinião pública. O mesmo raciocínio vale para a defesa consumada na mídia de que os baixos níveis de empregos diretos ofertados pelas grandes propriedades têm a ver com a sua intensa mecanização, mas de fato não é isso que se constata, uma vez que, se considerarmos os números de tratores e de colheitadeiras, de acordo com o Censo Agropecuário (1995/06) 63,5% e 71,7% estavam nas pequenas unidades de produção (até 200 ha), enquanto apenas 8,2% e 5,3%, respectivamente, nas médias e grandes unidades (mais de 2.000 ha)¹¹⁷.

No instigante estudo de Oliveira (2003), observa-se que são as pequenas unidades familiares camponesas que produzem a maioria dos produtos agropecuários, tendo-se em vista, pois, a classificação dos estratos de área da Reforma Agrária, ou seja: menos de 200 ha (pequenas); de 201 a menos de 2000 ha. (médias); e com mais de 2000 ha (grandes). As pequenas unidades de produção representam 94,0% do número e 29,2% da área se responsabilizam por 38,0% do rebanho bovino; 71,5% da produção do leite; 79,3% de ovos de galinha; 55,0% do algodão herbáceo; 75,0% da batata inglesa; 78,5% do feijão; 92,0% da mandioca; 76,0% do tomate; 54,4% do milho em grão; 34,4% da soja em grão; 20,0% da cana-de-açúcar. Este último é, portanto, o único caso em que as grandes unidades (33,1%) superam as pequenas, com as médias representando 47,0%, assim como no caso do arroz em casca (42,7%), da soja em grão (43,7%); e da silvicultura¹¹⁸, à base de 65,3%.

Para os produtos oriundos das lavouras permanentes, as marcas em favor das pequenas unidades de produção igualmente são expressivas: 76,0% do algodão arbóreo; 85,4% da banana; 70,4 do café em coco. Tudo isso se reflete na superioridade das pequenas unidades de produção (56,8%) no valor da produção (animal e vegetal) e também nas *commodities* (laranja, café e cacau), enquanto as médias detêm 29,6% e as grandes 13,6%. Em relação ao pessoal empregado, essas grandezas se repetem, já que, de um total de 18.000.000 de trabalhadores, as pequenas unidades representam 87,3% e as grandes, apenas 2,5%.

É importante enfatizar que, mesmo diante da superioridade das pequenas unidades, os latifúndios “escondem” a terra improdutiva, sabendo-se que, historicamente, o papel da grande propriedade, no Brasil, é de servir como reserva patrimonial de valor para as elites e setores hegemônicos, ao contrário das pequenas, que sempre se vinculam à produção, de que deriva sua participação destacada no agronegócio.

Essa realidade, todavia, deve ser compreendida tendo-se em vista as mediações que garantem o processo de reprodução do capital e toda a ordem e dimensão do controle social, da

¹¹⁷ Para mais detalhes, ver Oliveira, 2003.

¹¹⁸ Considerando-se carvão vegetal (67,8%), madeiras em tora (55,1%) e madeira para papel (73,1%).

execução e extinção das políticas públicas etc. Por esse viés, podemos identificar as contradições que revestem e redefinem o agronegócio brasileiro, e que mistificam a existência de um campo moderno e um campo atrasado.

A esse respeito, o *marketing* reforça os números que engrandecem o significado mercantil e econômico do agronegócio (como sinônimo de supremacia da produção para o mercado mundial), especialmente quando isso tem a ver com os setores responsáveis pelos 135.000.000 de toneladas de grãos produzidos em 2007, com superávit na balança comercial de US\$31,3 bilhões, com destaque para as exportações do complexo soja¹¹⁹ (US\$7,8 bilhões), carnes (US\$6,1 bilhões), açúcar (US\$3,8 bilhões), madeira e suas obras (US\$2,7 bilhões), suco de laranja e fumo (US\$1,4 bilhão)¹²⁰ etc.

Esse assunto também produz dividendos para a ideia de que a modernidade no campo homogeneizou os espaços. Em acréscimo, alguns defendem que o processo de urbanização/industrialização crescentes está eliminando acentuadamente o campo, o que não mais faculta falar-se em rural. Ou seja, o setor modernizado e compreendido como extensão da indústria, e o atrasado, como facilmente descartável ou, no limite, cumpridor de papéis sociais híbridos, mesclados e não mais originais e específicos da lavra agrícola no rural. Isso redefine constante e intensamente a relação cidade-campo para o trabalho, por exemplo, quando consideramos as elevadas taxas de desemprego, nos campos e nas cidades.

Por conseguinte, se a agricultura capitalista referenciada no modelo da modernidade e dos requisitos do agronegócio se expressa tanto na *grandiosidade* das supersafras, como retrata o suporte dos mais elevados coeficientes de concentração da terra e de riquezas do planeta, não é de se espantar a crueza da barbárie imperante. A título de exemplo, poderíamos ressaltar o desemprego rural, que diferentemente do que apregoam os representantes do agronegócio, somente na primeira metade da década de 2000, tem alcançado marcas expressivas¹²¹.

O agravamento do problema do desemprego no campo pode ser suavizado com o crescimento do emprego não agrícola, no meio rural, que tem aumentado nestes últimos anos, contemplando diversas atividades, tais como: turismo, moradia etc. Ou, ainda, a possibilidade do exercício de tarefas combinadas ou distribuídas separadamente, durante o ano, entre a lavra na agropecuária e atividades tipicamente urbanas, para compor a renda familiar, além do crescente contingente de trabalhadores urbanos que se dirige para os campos, com o objetivo de ocupar a terra.

Em torno disso, há a compreensão, então, de que esse *novo rural* ou o *rurbano*¹²² sugere que o campo acabou e que as atividades em tempo parcial e a pluriatividade passam a reger as relações de trabalho no campo. Todavia, a esse respeito, compartilhamos a opinião de Carvalho Filho (2001), quando assevera que a grande maioria dos trabalhadores rurais (com pouca terra ou

¹¹⁹ Essa denominação indica o conjunto das atividades, que incluem a produção a granel e o processamento (industrial) da soja, que redundam na produção de farelo, rações e demais produtos vinculados à exportação.

¹²⁰ Cf. SECEX, 2008. Disponível: www.infosece.desenvolvimento.gov.br

¹²¹ Mais detalhes: <www.agrosoft.org.br/agropag/659.htm>. Acesso em: 30/03/2007.

¹²² Denominação que demarca, no debate intelectual, acadêmico e trabalhista, a formulação do professor José Graziano da Silva, com respeito à perda de importância das atividades agrícolas propriamente ditas no rural, no Brasil. Para mais detalhes, consultar o livro de José Graziano da Silva, *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; e também o site: www.unicamp.br/rurbano.

acesso precário a ela) vive essencialmente das atividades agrícolas, complementando a renda com outras atividades, o que via de regra sempre fez parte do conjunto das suas atividades.

O que se conclui é que os grandes proprietários ocupam importância muito mais na seara política e estratégica, ou seja, na preservação do monopólio da terra, manutenção dos coeficientes da concentração fundiária e preservação dos interesses de classe da burguesia e do latifúndio, aguçando ainda mais as desigualdades sociais e os estrangulamentos contemporâneos da questão agrária no Brasil, que revela também um passivo ambiental de grande expressão. Nesse ínterim, ganha cada vez mais importância no debate sobre as formas de utilização da terra, no Brasil, as polêmicas em torno da defesa insólita que segmentos do capital, da agropecuária ou do agronegócio lançam em cena sobre o fato de que, se se somar a quantidade de terras com a agropecuária – lavouras anuais, permanentes, pastagens e as florestas plantadas silvicultura – (Gráfico 4), tem-se uma quantidade menor, quando comparada às formas não-produtivas, tais como as reservas indígenas (128,47 milhões de ha) e unidades de conservação (102,6 milhões de ha) – (Tabela 2). Já não basta a esses segmentos da burguesia o patrimônio imobilizado, o desfrute especulativo e o poder que lhes confere o direito de ser proprietário de grandes extensões de terra, estão efetivamente com as atenções voltadas para o que está protegido, com todas as fragilidades e cuidados que essa terminologia contém. Constatamos que as terras estão sendo incorporadas ao circuito produtivo e especulativo e respondem a demandas e fatores de mercado, e por conta disso seguem na direção contrária da necessidade de conservar e preservar as florestas, a paisagem natural e a biodiversidade.

Apesar de esse assunto extrapolar nossas atenções para o momento – até porque as pesquisas terão continuidade –, é importante assinalar que não é apenas a conservação de terras virgens em áreas potencialmente agricultáveis e que contam com logística favorável à incorporação produtiva que está em questão. Isto é, em conformidade com a legislação ambiental brasileira tem-se que os produtores agropecuários carregam um passivo ambiental de expressiva monta no tocante ao desrespeito às reservas legais (RL) e de áreas de preservação permanente (APP) nas porções já incorporadas ao processo produtivo. A obrigação legal para preservar está prescrita em lei, especificamente no Código Florestal de 1965 e nas modificações que se sucederam¹²³, no entanto, o Estado¹²⁴ não tem conseguido fazer cumprir a legislação e executar a contento os infratores em conformidade com a lei. Mas é importante registrar que o Ministério Público, em algumas regiões ou municípios tem feito valer suas prerrogativas e levado os infratores a julgamento, no entanto, as ações na justiça, e as negociações políticas – sobretudo por conta das mediações (políticas) regradas ao tom dos interesses privados e de grandes empresas etc. – até o momento não obtiveram o êxito esperado. O que colocamos em evidência é que se considerarmos que a legislação ambiental está

¹²³ Referimo-nos à Medida Provisória 2.166-67, de agosto de 2001, que altera os artigos 1º, 4º, 14º, 16º e 44º, inserindo dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal. A esse respeito, é importante destacar as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), nº 302/02, de 20/03/2002, a nº 303/02, de 20/03/2002, e a nº 369, de 29/03/2006. Para mais detalhes, ver Machado (2009), particularmente o Título IX “Áreas de preservação permanente nas constituições estaduais”, capítulos I, II e III; e Título VII “Recursos hídricos”.

¹²⁴ Mas não podemos omitir que, em alguns casos, o Estado, mediante secretarias estaduais, autarquias, ministérios, órgãos do segundo escalão e a própria ANA, tem atuado no sentido de apoiar pequenos proprietários de terra a operacionalizarem recuperação de nascentes, repovoamento de espécies nativas, recuperação de matas ciliares, controle de erosão dos solos etc. Apesar disso, como já discutimos anteriormente, os interesses políticos imanentes à própria composição do Estado fazem com essas ações sejam somente pontuais, e o cumprimento da legislação, das ações do Ministério Público, das determinações judiciais são relativizadas, descumpridas etc.

em vigência, no tocante à necessidade do setor produtivo, diga-se, sobretudo, os proprietários e grileiros de grandes extensões de terras, reduzir seu passivo ambiental recuperando ou compensando as APP's e RL's e respeitar a lei é hoje um dos principais assuntos que deveria estar na ordem do dia. No entanto, as mobilizações a esse respeito se fazem públicas e ocupam as principais manchetes, por meio das mobilizações dos movimentos sociais, por ocasião das ações comemorativas do dia internacional da mulher, capitaneados, pela Via Campesina (MST, MAB, MPA, MCP, MMC). São essas instâncias organizadas da sociedade, tal como visto nas mobilizações de março de 2009, em várias porções do país¹²⁵, que orbitam em torno da temática da terra e da água, da Reforma Agrária, das disputas territoriais e que estão no centro dos conflitos de classe, no Brasil, no século XXI, que exigem o cumprimento por parte do capital e do Estado, do cumprimento da lei, em favor da preservação dos rios, das nascentes, das florestas, pela Reforma Agrária, e contra o desmatamento, o latifúndio, as monoculturas, os transgênicos, a fome, o trabalho escravo etc. Ou seja, as lutas pelo acesso a terra e à água se *comunicam* com a defesa da qualidade de vida, o respeito à legislação trabalhista e os contratos de trabalho, a preservação da natureza (penalização do capital pela depredação dos recursos naturais), Reforma Agrária e Soberania Alimentar, e com a emancipação social. Essas questões continuarão a ocupar centralidade nas nossas pesquisas, pois entender as vias de comunicação entre essas diferentes expressões e dinâmicas territoriais da luta de classes é o caminho que pretendemos percorrer.

É imprescindível e oportuno lembrar que para se garantir ou até mesmo ampliar as conquistas até então registradas, a sociedade e os movimentos sociais em especial têm que ocupar cada vez mais destaque e protagonismo nas reivindicações e nas lutas. De pouco valeria acreditar que a manutenção das práticas sociais e ambientais vinculadas aos objetivos econômicos e estratégicos do capital (seja em qualquer escala geográfica), poderiam produzir efeitos importantes e sustentáveis para a garantia da produção de alimentos vinculada à Reforma Agrária, à Soberania Alimentar, somente com a criação de mecanismos que estimulem ganhos de produtividade na pecuária, sobretudo nas pastagens que são conversíveis para a produção agrícola e silvícola, e evitando, dessa forma, que o crescimento futuro do rebanho se traduza em novos desmatamentos.

Tampouco os zoneamentos agroambientais, ou qualquer outra denominação semelhante que se proponha ou assegure, por meio de estudos prévios, demarcar espaços e definir territórios potenciais ou mesmo sacramentar o que já existe ou está em marcha, enfim formas *racionais* de utilização da terra, sem que os pressupostos e intenções de uso (ocupação/utilização) sejam devida e intensamente discutidas pela sociedade, com capacidade de qualificar o debate e

¹²⁵ Poderíamos assinalar as principais ações: ocupação das instalações do Porto da Aracruz Celulose, em Barra do Riacho, Norte do Espírito Santo; ocupação e montagem de acampamento em propriedade da Usina da Barra, a maior do mundo e carro-chefe do Grupo Cosan, em Barra Bonita (SP); no Rio Grande do Sul, com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) as mulheres ocuparam a Estância Aroeira, propriedade da Votorantin Celulose e Papel, e o ato foi marcado pelo corte de 1.600 eucaliptos, para chamar a atenção para os malefícios da monocultura e degradação ambiental decorrente, e pela Soberania Alimentar; em Pernambuco, cerca de 200 mulheres ocuparam parte das instalações da Usina Cruangi, em aliança, a 85 quilômetros de Recife (PE), em protesto a impunidade a casos constatados de trabalho escravo, e na Sede da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em Petrolina (PE), 700 mulheres protestaram contra o avanço do agronegócio na região incentivado pelos projetos de irrigação no sertão e no Vale do São Francisco, e que contam com recursos públicos; 400 mulheres ocuparam o prédio do Ministério da Agricultura, em Brasília, em protesto ao apoio do governo ao cultivo de transgênicos, e o perdão de dívidas dos grandes produtores de soja, em detrimento de ampliação das linhas de crédito para a agricultura familiar, Reforma Agrária; no Pará 300 mulheres ocuparam a fazenda Cedro, em Marabá, de propriedade da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A, uma das ramificações do grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, acusado por fraudes milionárias, e se reportaram ao descumprimento da lei por parte do Estado, do INCRA, pois poderiam direcionar essas terras para a Reforma Agrária, tendo em vista tratar-se de patrimônio fraudado.

dimensionar, efetivamente, os valores e os significados da Soberania Alimentar e Energética para os povos, para os trabalhadores. Se não for assim, poderíamos apostar na *boa máxima* que veicula na grande imprensa por meio de campanhas publicitárias e que também se fazem presentes nas campanhas eleitorais e nos *palanques armados* regional e localmente ao longo do ano, que insistem na defesa da tese de que a Amazônia deveria absorver as pastagens e a soja/milho, principalmente na sua porção oriental, *endeusada* pelas ocorrências de terras férteis, e as áreas ocupadas por essas atividades em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Triângulo Mineiro, poderiam ser convertidas/disponibilizadas/incorporadas pelo cultivo da cana-de-açúcar.

A esse aparente absurdo se soma aqueles que fazem coro à racionalização dos investimentos públicos, por exemplo, os recursos do PAC a serem direcionados em infra-estrutura, no caso em questão os investimentos em transporte (*alcooldutos*, ferrovias, hidrovias, intermodais, corredores de exportação). Outro exemplo é a defesa intransigente na aposta do agronegócio da soja nas áreas de cerrado do Maranhão e do Piauí, por conta das áreas planas e as possibilidades de usufruir da infra-estrutura do porto de Itaqui (MA), o que compensa as possíveis perdas com a produtividade agrícola quando comparado com outras áreas produtoras. Ou seja, o espaço produtivo e a divisão territorial do trabalho defendidos e delimitados estão em consonância, em partes, aos pressupostos defendidos nas estratégias do Estado – isto porque há diferentes entendimentos dentro do próprio aparelho e das instâncias de governo – está de acordo com a intenção deliberada de transformar o Brasil no principal produtor mundial de agroenergéticos e *potência econômica do século XXI*¹²⁶. Mais uma vez é importante chamar atenção para o fato de que estamos imersos numa complexa trama de relações que nos remete à disputa de projetos de sociedade.

Assim, diante da fúria expansionista do agronegócio, no Brasil, e em diversas partes do mundo, os Estados e, sobretudo, os partidos políticos (*conversíveis*) atraídos para o arco de apoio e de sustentação parlamentar e de governo vão continuar distantes e/ou indiferentes ao desmatamento, ao descumprimento da legislação ambiental, ao entreguismo do projeto de desenvolvimento, por exemplo, no Brasil, O PNB, que, desde 2006, chama para si a responsabilidade de guiar um projeto agroenergético para o país. E não podemos desconsiderar que, ao mesmo tempo, transcorre, extrapolando as fronteiras continentais, em círculos de especialistas extra-acadêmicos – portanto com mais elementos e complexidades – o que vem sendo definido por *desenvolvimento tropical* no bojo da globalização dos produtos da biodiversidade da floresta amazônica, formulações que assumem¹²⁷ a herança do modelo de sociedade que aí está e oferece sugestões de intervenções e de grandes somas de recursos públicos e privados em investimentos em pesquisa, inclusive com a proposta de criação de Universidades da Floresta e Institutos de

¹²⁶ Nos últimos meses de 2008, coincidindo com os desdobramentos mais marcantes da crise econômica que abala o planeta no século XXI, são inúmeros os artigos e matérias jornalísticas, de articulistas, pesquisadores que se fazem presentes nos principais veículos de imprensa, no Brasil e no mundo, sobretudo os jornais de grande circulação. O jornal *O Estado de S. Paulo*, inclusive traz nos seus editoriais abordagens contundentes sobre a oportunidade que o país poderia estar perdendo em não apostar na racionalidade necessária para um novo Brasil agroenergético, mas que necessita fazer valer a ordem constitucional e punir aqueles que se opõem a esse projeto, por meio das ocupações de terra, destruição do patrimônio privado, em menção às recentes ações, mobilizações e ocupações implementadas pelas mulheres da Via Campesina, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em março de 2009.

¹²⁷ Cf. NOBRE, 2008.

Tecnologia da Amazônia, para explorar ao máximo esse potencial de forma sustentável, como saída para a crise e para a “geração de empregos para a população rural da floresta”¹²⁸.

Se não bastassem as fissuras desse modelo, o Estado se coloca à frente das demandas internacionais para desbloquear as travagens ainda existentes para os investimentos externos florescerem na Amazônia, particularmente nas atividades fins do agro-hidronegócio, mediante a criação de Agência Executiva de Regularização Fundiária (AERFA) e, mais recentemente, a presença da Medida Provisória 458¹²⁹, de fevereiro de 2009, que sacramenta a ilegalidade praticada pelos grileiros, oferecendo alternativa institucional para premiar o crime de apropriação do patrimônio público, sendo que agora é tratado como mera irregularidade. Em defesa pública da concretização do Plano Amazônia Sustentável (PAS), tanto o presidente da República, quanto para o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos Mangabeira Unger. Assunto ainda restrito à grande imprensa, revela os vieses da aliança que dá sustentação ao governo Lula no Congresso Nacional e os interesses políticos dos setores da burguesia nacional que além de ser investidores na Amazônia, também são grandes proprietários de terra.

O pronunciamento favorável do setor financeiro, sob a titularidade do Bradesco e Banco Votorantin, FIESP e setores da construção civil (Camargo Correa, Odebrecht), ecoa os chamamentos do Banco Mundial e do FMI, que se fazem presentes já há alguns anos, falsamente publicizado em nome da diminuição/extinção da violência no âmbito da temática fundiária e disputa de terras. É nesse leito que se juntam as intenções do PAS e todos os predicados do projeto de desenvolvimento defendido pelo grande capital transnacional e pelo Estado brasileiro, sendo que, por meio da Medida Provisória 458¹³⁰, de fevereiro de 2009, tem-se a demonstração dos *acertos* institucionais requeridos para a consumação da pilhagem em torno da *metamorfose* da transferência do patrimônio público para os grileiros¹³¹.

¹²⁸ Idem, p. 123.

¹²⁹ Esta MP, assinada pelo presidente Lula dia 10/02/2009, legaliza a equivalência entre o posseiro e o grileiro, criando uma confusão jurídica, ou como estipulado em seu escopo: “Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981”. Segundo Oliveira (2009, p.1): “Na realidade, é uma continuidade de um processo de transferência do patrimônio público para os grileiros (...).”

¹³⁰ De fato, esta MP tem que ser entendida no contexto mais amplo dos acordos políticos que são mediatizados tanto nas luxuosas salas do Congresso Nacional, quanto pelos funcionários do INCRA –bem definidos por Oliveira (2009) como banda podre – assim como em outros escalões do executivo federal, estadual etc. Assim, a MP 422, emitida em março e aprovada em julho de 2008, ao permitir ao INCRA transferir diretamente, sem licitação, porções de terra na Amazônia Legal com até 15 módulos rurais ou 1.500 hectares, *abriu as portas* para a negociata que poderá entregar a maior parte dos 67,4 milhões de hectares de terras públicas a grileiros, nesse caso enganosamente denominados de empresários rurais, que as ocupam de forma ilegal.

¹³¹ Medida Provisória, nº 458, assinada pelo presidente Lula, no dia 10/02/2009, legaliza a equivalência entre o posseiro e o grileiro, criando uma confusão jurídica ou, como estipulado em seu escopo: “Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981”. Oliveira (2009) é contundente a esse respeito, quando assevera: “Na realidade, é uma continuidade de um processo de transferência do patrimônio público para os grileiros [...]. Essas terras são públicas, foram ocupadas ilegalmente pelos grileiros e agora o governo busca a alternativa de premiar o crime, já que o ato de apropriação do patrimônio público é um crime. No entanto, agora é tratado como mera irregularidade, e esse me parece o ponto central [...]”. Sobre essa questão, ver também documento produzido pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e disponibilizado, a partir do dia 16/03/2009, pela *internet* “Manifesto da ABRA sobre a Medida Provisória 458/2009”.

1.3.1. Espacialização do capital agroindustrial canavieiro

É nesse “jogo” de *culturas* que estamos assistindo à tormenta do capital e o consequente processo de rearrumação do espaço agrário e da dinâmica territorial do agronegócio, os *novos* conteúdos e contornos da luta de classes nos campos e seus rebatimentos nas cidades. Diante do seu movimento expansionista em meio à crise que se sucede, está sendo capaz de unificar interesses dos diferentes setores produtivos, especulativos e dos serviços; todavia é no interior desse processo que também comparecem em cena suas contradições e se explicitam projetos distintos de sociedade.

A responsabilidade do BNDES junto ao projeto de expansão (a qualquer custo) do agronegócio canavieiro no Brasil, em tempos de governo Lula, no qual, somente em 2008, foram direcionados R\$6,7 bilhões, coroou-se com a realização, em novembro de 2008, em São Paulo, da “Conferência Internacional de Biocombustíveis”, patrocinada pelo governo federal, e com a chancela de todo o corpo ministerial, dos representantes do capital agroindustrial canavieiro e setores direta e indiretamente vinculados ao setor energético, bancos internacionais, e grupos interessados na produção, comércio de agrocombustíveis. Em contraponto, diversas entidades da sociedade civil (movimentos sociais e ambientalistas)¹³² realizaram em paralelo o Seminário Internacional “Agrocombustíveis como Obstáculo à Construção da Soberania Alimentar e Energética”, sendo, pois, o contraponto qualificado aos mitos da sustentabilidade da produção de etanol, e recolocar o papel da agroenergia diante das crises alimentar, energética e climática, com vistas a acumular conhecimentos para fortalecer a soberania alimentar e energética.

Somam-se a esse intento as entidades que integram a Plataforma BNDES¹³³, que, desde 2007 vem procedendo a levantamentos minuciosos sobre as ações do Banco, com a preocupação de estabelecer diálogo com a opinião pública a respeito das opções e destinações de recursos públicos para o desenvolvimento, e se os resultados observados estão atingindo as metas sustentáveis tão defendidas pela cúpula dirigente. E foi nesse ambiente de demarcação de antagonismo ao projeto expansionista do agronegócio canavieiro, e não essencialmente de contraposição ao projeto de sociedade que respalda, que a Plataforma BNDES apresentou ao público presente no Seminário Internacional o documento “O Brasil está preparado para ser, de modo sustentável, o celeiro e a Usina do Mundo do Etanol?”

¹³² Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Intersindical; Assembleia Popular; Marcha Mundial das Mulheres; Coordenação Eclesiástica de Serviço (CESE); Grito dos Excluídos Continental; Jubileu Sul Brasil; Plataforma BNDES; Rede Brasileira pela Integração dos Povos; Repórter Brasil; Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM); Terra de Direitos; Amigos da Terra Brasil; Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC); International Forum on Globalization (IFG); Global Forest Coalition; Red por uma América Latina Libre de Transgênicos (RALLT); Movimento Mundial pelos Bosques Tropicais (WRM); Oxfam.

¹³³ Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; Associação de Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); ATTAC – Brasil; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária (CRESOL); Centro de Pesquisa e Assessoria; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Fórum Nacional de Segurança Alimentar; Fórum Popular e Independente do Madeira; Frente Nacional do Saneamento Ambiental (FNSA); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (IPACS); Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

Se, de um lado, conforma-se um desenho particular de controle social calcado na aliança entre burguesia agroindustrial, latifundiário/grileiro (terras improdutivas), com base nos expedientes regressivos da legitimação das terras devolutas; por outro se encontram os trabalhadores numa complexa trama de relações que ganham, em suas fileiras, não somente os camponeses que originariamente compuseram os movimentos sociais atuantes no Pontal do Paranapanema, desde o início da década de 1990, reivindicando acesso a essas terras, Reforma Agrária, mas também número crescente de trabalhadores (ex-assalariados), egressos dos campos e das cidades.

Há, portanto, disputas e tensionamentos internos aos setores do capital, que estão no cerne da ampliação do empoderamento, para alguns, ou na legitimação do poder de classe, para outros, especialmente os latifundiários que ainda invadem terras públicas e devolutas, como no caso concreto do Pontal do Paranapanema. A questão da terra permanece um tema vivo em várias partes do planeta e, apesar de esse assunto ser polêmico e não receber a devida atenção dos órgãos de fomento à pesquisa e, em decorrência, ser alvo de indefinições e dos pactos de classe que estão na base da gestão pública, nas diferentes escalas da administração pública, no Brasil, a perseverança dos movimentos sociais envolvidos na Luta pela Terra ocupam lugar central no protagonismo das ações de resistência.

É em meio a esse processo que estamos abordando o ritmo, conteúdo e contradições da expansão recente da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. A ênfase para o Pontal do Paranapanema deve-se ao fato de que na Nova Alta Paulista há apenas a ocorrência de um assentamento, mesmo que a situação jurídica das terras indique haver aproximadamente 90.000 hectares de terras devolutas e com ações discriminatórias em andamento.

Em síntese, as terras com pendências jurídicas no Pontal do Paranapanema totalizam aproximadamente 450.000 ha e, considerando o recorte territorial utilizado pelo ITESP¹³⁴, mas adaptado para a configuração territorial dos municípios (Mapa 2), podemos concluir que, para Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, respectivamente os municípios com maior número de assentamentos (Tabela 3), para um conjunto de 15 que têm essa ocorrência¹³⁵ (Mapa 1), também se expressam as maiores porções de terras devolutas e processos discriminatórios em andamento (Mapa 2).

¹³⁴ O ITESP considera para seu critério cartográfico os Perímetros que são identificados pela predominância da situação jurídica da terra e a identidade territorial dos Municípios; no entanto, não há, necessariamente, coincidência entre o recorte dos Perímetros e dos Municípios, conforme se pode observar, a partir dos Mapas 1 e 2. É importante notar também que as denominações dos perímetros, para alguns casos, seguem a composição territorial dos municípios à época, não havendo, pois, correspondência atual com as configurações territoriais dos municípios que foram desmembrados, como é o caso de Euclides da Cunha Paulista e Rosana, que fazem parte dos 15º e 14º Perímetros de Teodoro Sampaio, respectivamente.

¹³⁵ Apenas Tupi Paulista não faz parte do Pontal do Paranapanema, todavia compõe a Regional do ITESP e, portanto, o recorte territorial que adota e que também denomina de Pontal do Paranapanema.

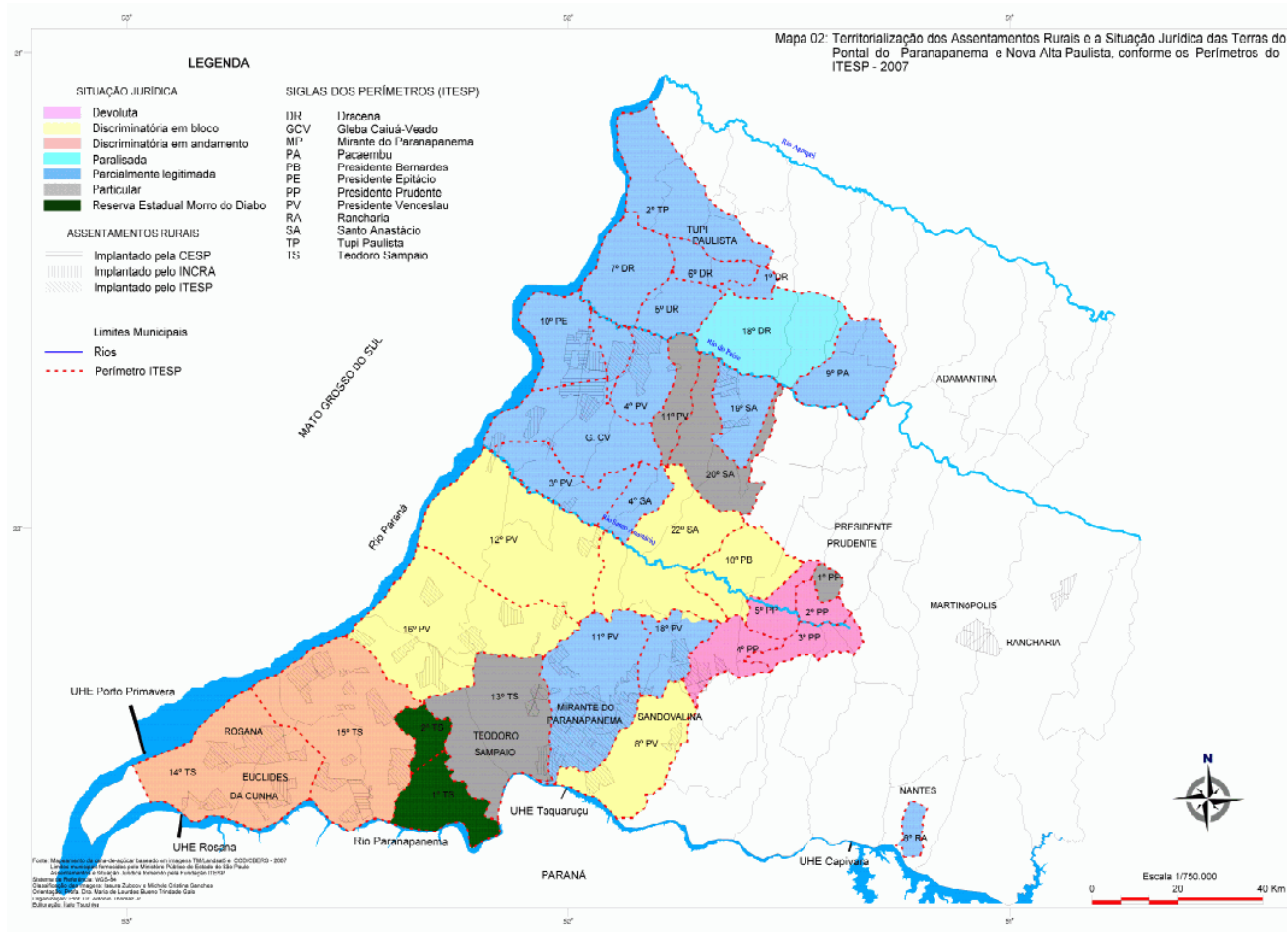


Tabela 3. Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema (SP) - (1984-2008)

Município	Nº de assentamentos	%	Nº de famílias assentadas	%	Área	%
Caiuá	8	7,41	445	7,33	10.732	7,70
Euclides da Cunha Paulista	8	7,41	471	7,76	9.615	6,90
Iepê	1	0,93	50	0,82	68	0,05
João Ramalho	1	0,93	40	0,66	54	0,04
Marabá Paulista	6	5,56	260	4,28	6.479	4,65
Martinópolis	2	1,85	124	2,04	2.744	1,97
Mirante do Paranapanema	32	29,63	1.604	26,43	34.469	24,73
Piquerobi	3	2,78	84	1,38	2.594	1,86
Presidente Bernardes	8	7,41	266	4,38	7.189	5,16
Presidente Epitácio	4	3,70	342	5,64	7.533	5,40
Presidente Venceslau	5	4,63	317	5,22	7.034	5,05
Rancharia	2	1,85	178	2,93	4.264	3,06
Ribeirão dos Índios	1	0,93	40	0,66	852	0,61
Rosana*	4	3,70	768	12,66	18.305	13,13
Sandovalina	2	1,85	198	3,26	4.017	2,88
Teodoro Sampaio*	20	18,52	856	14,11	22.681	16,27
Tupi Paulista	1	0,93	25	0,41	749	0,54
Total	108^{136**}	100,00	6.068	100,00	139.379	100,00

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

* Estão incluídos assentamentos que têm pendências quanto ao licenciamento ambiental (Vide Quadro 4).

A importância desse assunto requer que as pesquisas estejam afinadas à sua explicitação, à demarcação do movimento contraditório dos processos e conteúdos da dinâmica do capital e das ações do Estado. Se não bastasse a ausência de definições e de políticas objetivas em nível federal em respeito à Reforma Agrária, em São Paulo o direcionamento do governo José Serra sobre esse assunto acrescenta novos elementos que não somente dificultam, mas impedem, concretamente, o andamento da política de assentamentos. Um deles é o valioso apoio que está prestando ao grande capital e aos grileiros do Pontal do Paranapanema, através do Decreto 578, que tramita na Assembleia Legislativa e prevê a regularização das terras acima de 500 ha. Outro elemento a destacar é que desde sua posse, em janeiro de 2007, nenhum assentamento foi efetivamente criado, e os instrumentos legais exigidos para a efetivação desse expediente, tal como o licenciamento ambiental está impedindo que 181 famílias tenham acesso à terra (Quadro 4). Em 2008, apenas o assentamento D. Carmem, localizado no município de Mirante do Paranapanema, foi instituído pelo INCRA, depois de 6 anos de ocupação, e conta com 141 lotes e área total de 1.216,1 hectares.

¹³⁶ Estão contidos os assentamentos tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), não considerados pelo ITESP. Para o ITESP, conforme informações atualizadas para dezembro de 2008, existem 103 assentamentos, no Pontal do Paranapanema. Optamos por adotar as informações do DATALUTA, tendo em vista que as incorporações dos referidos assentamentos são justificáveis e também por acompanhar detidamente as alterações que ocorrem sobre o assunto em questão.

Quadro 4. Assentamentos que aguardam Licenciamento Ambiental e outras Pendências, no Pontal do Paranapanema (SP)

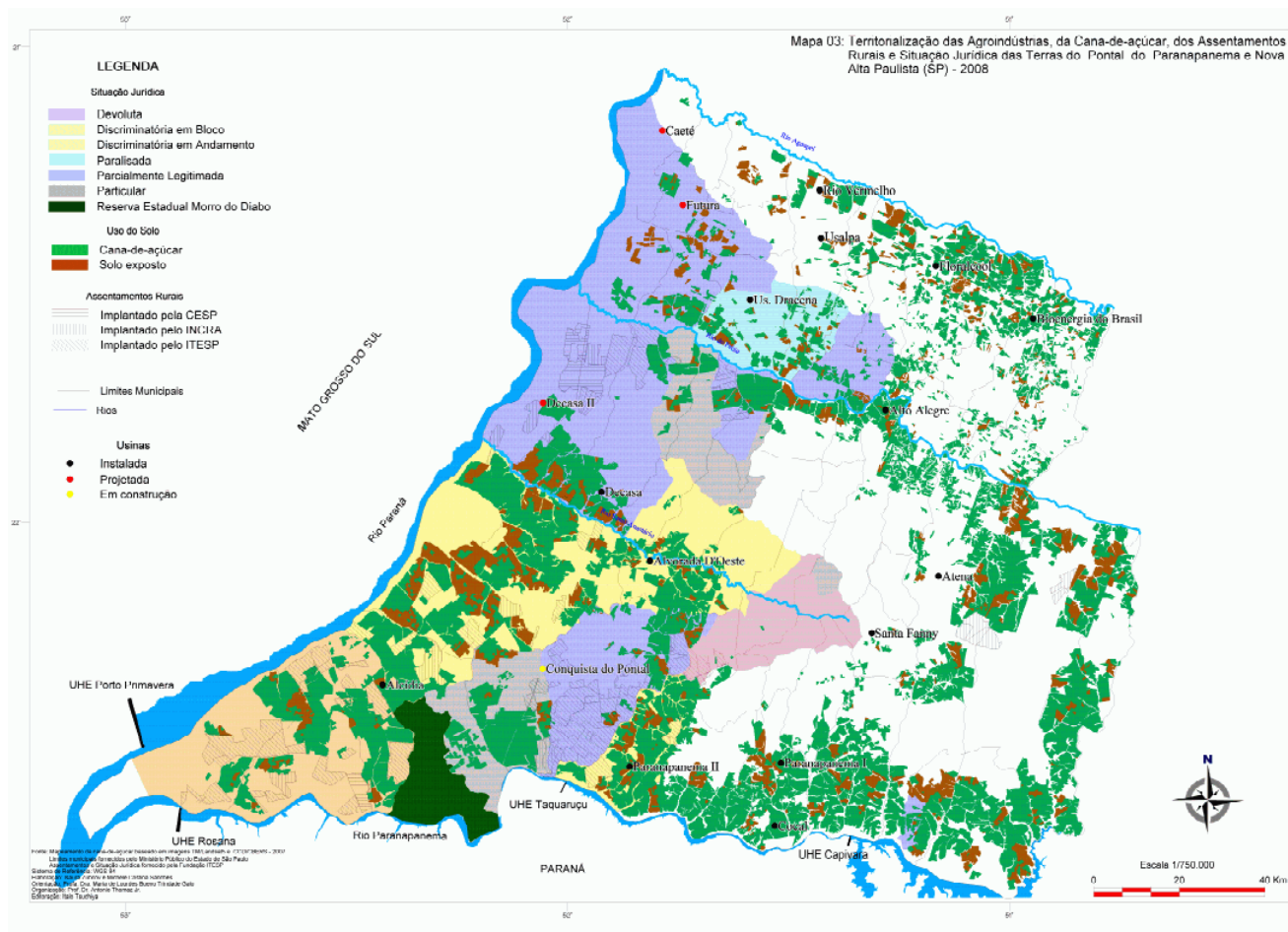
Nome do Assentamento	Município	Área total (ha)	Nº de Famílias Beneficiadas
Porto Maria	Rosana	1.064,97	41
Santo Expedito	Teodoro Sampaio	662,85	29
Santa Tereza	Euclides da Cunha Pta.	1.322,13	35
São Camilo	Presidente Venceslau	668,93	20
Nossa Senhora das Graças	Caiuá	1.539,54	41
Asa Branca	Mirante do Paranapanema	505,92	15
Total	-	5.764,34	181

Fonte: ITESP, 2008.

A especificidade de a expansão recente da cana-de-açúcar se materializar, superpondo-se sobre terras griladas ou com pendências jurídicas, além de demarcar as áreas canavieiras que se conformaram ao longo dos anos 1980 e 1990, sobretudo nas proximidades das unidades agroindustriais canavieiras, em particular as Destilarias Alcídia (Teodoro Sampaio), Decasa (Caiuá), Dalva (atualmente Alvorada do Oeste), em Santo Anastácio e Alta Floresta (Presidente Prudente), se amplia para as áreas mais próximas aos vales do Paranapanema, Peixe e Aguapeí-Feio, no entorno e porção norte da Reserva Estadual Morro do Diabo (Mapa 3). Intensifica-se a disputa por áreas que poderiam estar sendo objeto da territorialização de novos assentamentos rurais, o que ampliaria os já existentes (Mapa 2), mesmo não havendo política específica de Reforma Agrária, sobretudo quando se considera as empresas que estão sendo instaladas a partir de 2006/2007, tais como a Cocal II (Narandiba), pertencente ao Grupo Garms, a Paranapanema I (Narandiba) e II (Sandovalina), ambas do Grupo norueguês Biofuel AS, e a Usina Conquista do Pontal (Mirante do Paranapanema), do grupo Odebrecht (ETH Bioenergia S/A) – (Mapa 3).

Isso se dá por meio da absorção da extensão territorial de vários municípios e, considerando-se o que pode expressar esse processo, do ponto de vista regional, para novembro de 2008¹³⁷ (Mapa 3), vale evidenciar a magnitude da categoria solo preparado, adotada na interpretação das imagens de satélite – em grande medida, seguindo as previsões dos técnicos do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente, pode aproximar-se de 60 a 70% –, que está diretamente vinculada ao plantio de cana-de-açúcar. Ainda mais se levarmos em conta a configuração e localização dessas ocorrências, como pudemos constatar para alguns casos, seja por meio da reforma dos canaviais, seja terra tombada e em preparação. Ficariam fora dessa interpretação outras destinações, preponderantemente o tombamento e a reforma de pastagens, a preparação para plantio de milho, crotalaria, soja e demais culturas.

¹³⁷ Quando do início da elaboração dos mapas temáticos, em março de 2008, a maior parte do trabalho de interpretação das imagens TM já havia sido realizada, a partir de imagens de agosto de 2007, especialmente a confecção do mosaico de toda a área, bem como o georreferenciamento das cenas, etapas essas minuciosas e demoradas. Devido a isso, consideramos a alternativa de trabalhar com referências atualizadas por meio de trabalho de campo, procedimento esse imprescindível para qualquer atividade de interpretação de imagens e que, nesse caso, foi importante para detalharmos o processo de expansão da cana-de-açúcar, sobretudo nas áreas principais.



1.3.1. 1. Das disputas à dinâmica expansionista

Partindo desses pressupostos e amparados em pesquisas anteriores¹³⁸, podemos ponderar que, apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro, em relação às tantas outras formas de expressão do capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho, e à aposta da sua constante precarização/fragilização, há semelhanças. No entanto, é no interior dos conflitos (territoriais) que temos o fio condutor das ações dos sujeitos envolvidos nesse cenário. Então, as ações que antepõem trabalhadores x capital, as fissuras intercapital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica - portanto aptas à mecanização -, e entre os próprios trabalhadores, são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agronegócio em geral.

No que se refere às ações e investidas do capital, enquanto espacialização do fenômeno canavieiro como um todo (plantações e plantas agroprocessadoras), ou o que está em pauta nas nossas reflexões, o processo de territorialização expresso no movimento que redefine a *geografia canavieira*, nos últimos cinco anos, tem explicitado a intensa concentração nas áreas tradicionais e, mais que isso, demarcado as áreas da expansão recente.

O resultado da reorganização espacial, incluindo o próprio fortalecimento das áreas tradicionais e a demarcação das áreas novas, é indicativo das disputas territoriais entre os diferentes segmentos da burguesia, especializados nos principais ramos do agronegócio, principalmente soja, milho, algodão, laranja, eucalipto, cana-de-açúcar e pecuária de corte. Essa dinâmica espacial, que atinge 23 milhões de ha ocupados com soja, 16 milhões de ha com milho, 9,2 milhões de ha com cana-de-açúcar, reserva apenas 3,0 milhões de ha para o arroz e 4,2 milhões de ha para o feijão¹³⁹ (Gráfico 6).

Quanto à soja, o processo expansionista já foi mais agressivo, havendo uma clara preponderância dessa *commodity* em termos de área ocupada e importância estratégica para o capital. No entanto, está ocorrendo a superposição ou mesmo a disputa direta entre outras frações do capital agroindustrial, com destaque para os investimentos na atividade agroindustrial canavieira sobre a mesma porção territorial até então hegemonizada pela soja, milho e mais recentemente o avanço das monocultura do eucalipto. Ou seja, as frações do território em disputa (intra e intercapital) – com a participação crescente, inclusive com a participação de grupos estrangeiros – expressam não somente uma *nova* geografia do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis e planas do país, e da maior incidência de disponibilização de água de subsolo da América Latina.

Os aspectos essenciais desse processo de expansão dos agronegócios se consolida territorialmente, de forma enfática, em várias porções do espaço, mas enfatizamos o que se passes especificamente à sua complexa expressão/composição canavieira¹⁴⁰, o que denominamos de Polígono do Agronegócio. (Mapa 4).

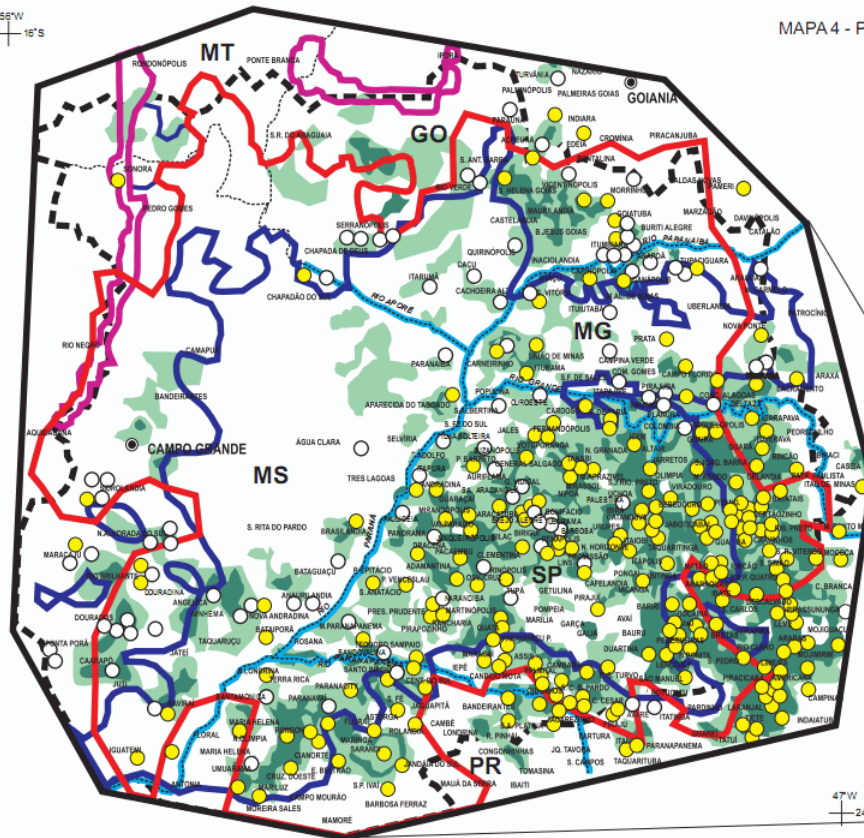
¹³⁸ Aqui poderíamos lembrar a Tese de Doutorado (THOMAZ JÚNIOR, 1996) e a atualização das informações para publicação (THOMAZ JÚNIOR, 2002), além de outros trabalhos de pesquisa (THOMAZ JÚNIOR, 2001), da orientação de trabalhos de Mestrado, de Doutorado e os Trabalhos de Campo que temos realizado, sistematicamente, em várias regiões produtoras do Estado de São Paulo, ao longo dos últimos dez anos.

¹³⁹ Cf. CONAB, 2008.

¹⁴⁰ Vide item 1.2 da Parte II deste texto sistematizador.

56°W
16°S

MAPA 4 - POLÍGONO DO AGRONEGÓCIO - BRASIL (2008)



LEGENDA

- ÁREA ANTIGA DE CANA
- ÁREA NOVA DE CANA
- USINAS DESTILARAS EM FUNCIONAMENTO
- USINAS DESTILARAS A SEREM INSTALADAS

Limites

- DEMARCAÇÃO DO POLÍGONO
- LIMITE ESTADUAL
- RIO

Aquíferos

- AQUÍFERO SAURUCALIA
- AQUÍFERO SERRA GERAL
- AQUÍFERO GUARANI
- AQUÍFERO PONTA GROSSA

Escala Aproximada
0 20km

ORGANIZAÇÃO: ANTONIO THOMAZ JR.
ED. GRÁFICA: EUDIN+ S&O
PONTE: TRABALHO DE CAMPO, 2008.
ATUALIZAÇÃO: ESCANER DE OLIVEIRA (2009).
PONTE DOS AQUÍFEROS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007.



Em outros termos, essa demarcação territorial também contempla outras formas de expressão do agronegócio (soja, milho, eucalipto), nessa porção do território brasileiro e da Bacia do Paraná¹⁴¹, a contar com o Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás, representa a maior plantação de cana-de-açúcar, também de concentração de plantas agroprocessadoras, e de produção de álcool e de açúcar do país (Mapa 4).

Se considerarmos as plantas ou unidades agroindustriais em implantação, constatamos que há uma nítida demarcação territorial nas porções novas do processo expansionista inscrita no Polígono do Agronegócio – inclusive considerando as demais áreas produtoras do país – exceto nas áreas tradicionais de São Paulo. (Mapa 4).

O capital nada mais tem à disposição do que elementos imprescindíveis para sua marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos do ponto de vista dos investimentos públicos e também privados, e por isso disputa apoios, cabe colocar em evidência que os bons resultados/retornos dos investimentos são complementados/potenciados pelo acesso às melhores terras (planas, férteis e localização favorável e logística de transportes adequada). Mas não somente, pois o sucesso do empreendimento como um todo requer a garantia de acesso à água, seja superficial (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos), por meio de intervenções, via de regra, represamentos de cursos d'água, seja subterrânea, sobretudo os aquíferos Caiuá-Bauru e Serra Geral¹⁴² (Mapa 4), índices pluviométricos satisfatórios e com regularidade adequada às demandas do ciclo vegetativo da cana-de-açúcar. É importante apontarmos também que o acesso à água pode ser mais eficiente ou obter melhores resultados quando os mecanismos de controle estejam adequados à conservação de solos que, por sua vez, poderão garantir maior infiltração das águas das chuvas, melhorar a reposição ou recarga dos aquíferos, das nascentes, das veredas, dos rios etc.

No que concerne à importância da água para o acionamento do empreendimento produtivo, para a produção de alimentos e toda a estrutura de poder em torno dos interesses do capital, do Estado e dos trabalhadores, destacamos o Aquífero Guarani. Ainda que com possibilidades menores de uso, no momento, dada a profundidade onde se encontra (podendo alcançar mais de 1.500 metros), por exemplo no centro da Bacia do Paraná, e o alto custo de perfuração dos poços, é o terceiro maior do mundo¹⁴³, com aproximadamente 46.000 km³ de água e área de abrangência de 1,2 milhão de km², dos quais 840.000 km² no Brasil¹⁴⁴, e dimensão norte-sul de 2.000 quilômetros. De sorte que, em médio e longo prazos, garante um cenário muito favorável para o capital, uma vez que a delimitação do que enquadrámos como Polígono do Agronegócio (Mapa 4) representa apenas uma das faces dos negócios em torno da água.

¹⁴¹ Com uma área de 879.860 km², a Bacia do Paraná abrange os Estados de São Paulo (25% da região), Paraná (21%), Mato Grosso do Sul (20%), Minas Gerais (18%), Goiás (14%), Santa Catarina (1,5%) e Distrito Federal (0,5%), contando com 32% da população nacional ou aproximadamente 55 milhões de pessoas, com a maior parcela do PIB do país.

¹⁴² Há marcante superposição do Aquífero Serra Geral sobre o Guarani, sobretudo para o espaço delimitado do *Polígono do Agronegócio*. A representação dessa situação no Mapa 4 nos exigiu muito cuidado, pois a necessidade de representar as informações que pudessem expressar o que nos interessa mostrar, sobre o processo de constituição do Polígono e os aspectos físicos que lhes são característicos, mereceram destaque.

¹⁴³ É antecedido pelo Aquífero Amazônico (Brasil, Equador, Colômbia, Venezuela), com 4 milhões de ha de abrangência, e pelo Aquífero Grande Bacia Artesiana (Austrália), com 1, 7 milhão de ha.

¹⁴⁴ Segundo estudos técnicos, dos 840.000 km² no Brasil, 736.000 km² são porções confinadas (artesianas), devido às rochas vulcânicas da Formação Serra Geral, e 104.000 km² de recarga direta ou aflorantes. Isso evidencia a dificuldade de acesso ao manancial do Aquífero Guarani. Para mais detalhes, ver Ribeiro (2008).

A dinâmica dos negócios agropecuários, particularmente vinculados à expansão e consolidação da cana-de-açúcar, das plantas agroprocessadoras, na medida de sua estreita vinculação à apropriação privada da terra e das fontes de água ou dos recursos hídricos, estimulam-nos a operar/aperfeiçoar o conceito de agronegócio. Ou seja, o sucesso do agronegócio não pode ser atribuído somente à sua fixação à territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água.

De forma consorciada, isso lhe oferece condições para a prática da irrigação, nada comparável em nenhuma outra parte do planeta, em particular na área delimitada por nós de Polígono do Agronegócio (Mapa 4) e o controle territorial das melhores terras para destinação e uso comercial para fins produtivos. Ou seja, o acesso às terras, seja pela titularidade (legal ou grilada), seja por meio de contratos de arrendamento etc., é a garantia que o capital, identificado como agronegócio (grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais), requer para reproduzir-se e apropriar-se dos meios de produção e controlar o tecido social, mediante o acionamento dos dispositivos das esferas da produção, da circulação, da distribuição, do consumo, bem como especulativos. Esse reinado do capital agroindustrial (agronegócio), ainda pouco estudado, considerando-se as múltiplas determinações do processo de consolidação do capital no campo e as redefinições campo-cidade em marcha nesse início do século XXI, com ênfase à soja, ao milho e à cana-de-açúcar, no Brasil, nos estimula a pensar na hipótese do Polígono do Agrohidronegócio, em extensão à denominação Polígono do Agronegócio (Mapa 4).

Em essência, a garantia da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital, isto é, a água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e à irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, como se notabiliza no Cerrado o “sangramento” das veredas (Retrato 11) e barramento de pequenos cursos d’água, da mesma forma que em praticamente todas as grandes regiões do país, o represamento de rios (reservatórios) para produção de hidroeletricidade. A interação entre terra e água não está somente para o capital, por meio de suas diferentes formas de expressão e espalhamento (de sistemas produtivos, de grandes extensões de terras cultivadas e acionadas por pivôs-centrais, represas, de canais de irrigação etc.), mas também para os trabalhadores, para os camponeses. No entanto, o cenário lhes é desfavorável, ou seja, estes, desprovidos ou com poucos recursos próprios e desprivilegiados das políticas públicas específicas para correção de solo, plantio, comercialização, irrigação, ou ameaçados e atingidos pelo processo de expansão do capital no campo, da mesma forma aqueles que estão submetidos aos mecanismos de exploração do trabalho, ou ainda as parcelas minoritárias que estão envolvidas em ações de resistência e reivindicam acesso à terra - e em menor medida acesso à água -, para produzir alimentos para subsistência e comercialização.

Esse processo recente de expansão do agronegócio, que se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros, se fortalece com intensidade no Cerrado, na Amazônia e também em algumas áreas do Semi-Árido do Nordeste, concilia interesses dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, portanto a produção de produtos para exportação (*commodities*), tais como a soja, milho, algodão, eucalipto e mais recentemente o álcool de cana-de-açúcar, o

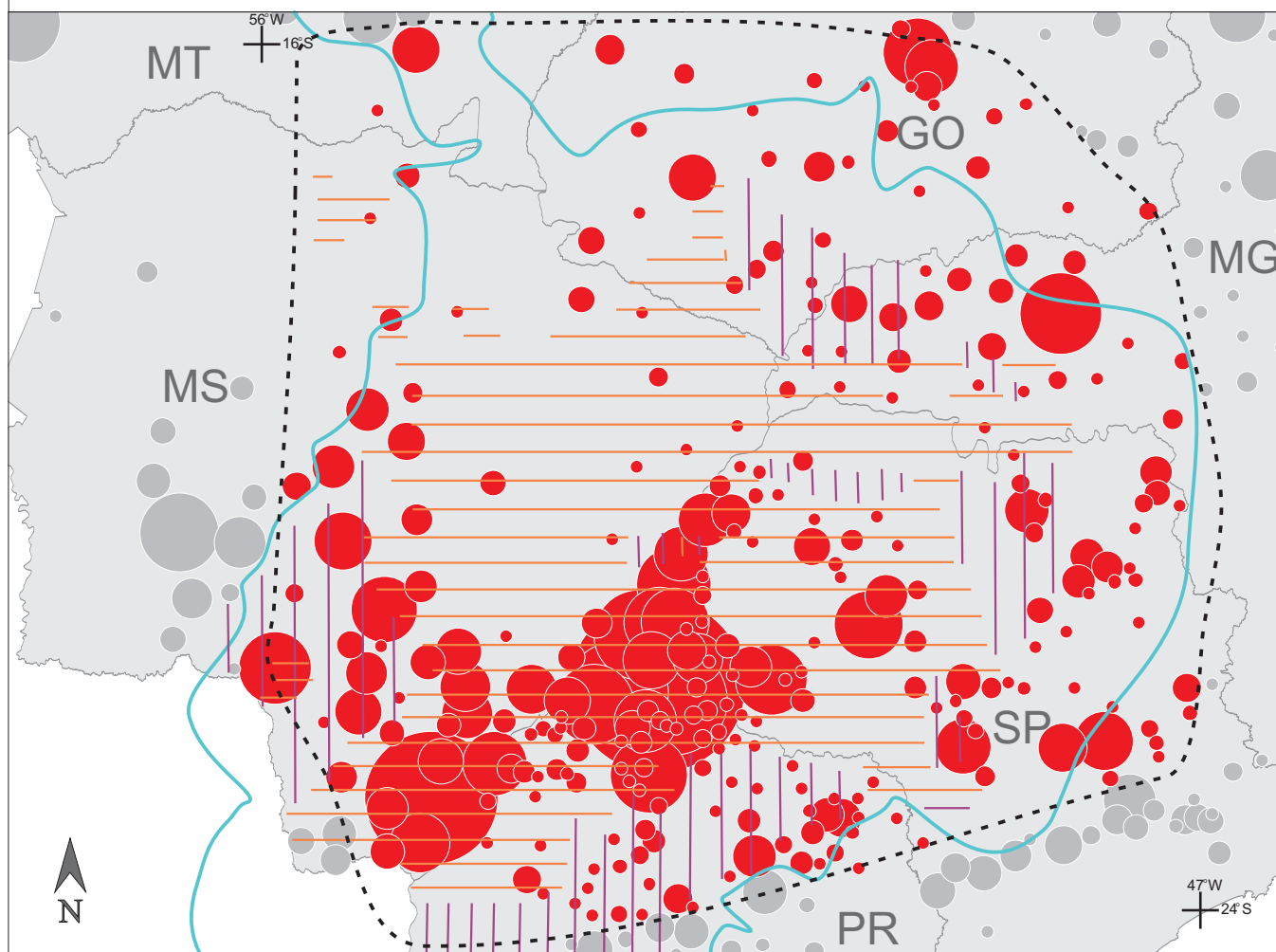
fortalecimento da pecuária em grandes extensões de terra, a verticalização das granjas (suínos, frangos). Atualmente, vincula-se também, de forma direta ou consorciada, a outros grupos econômicos, aos negócios da construção de barragens e hidrelétricas.

Mais recentemente, os interesses do capital revelam que o processo de mercantilização da água também segue ritmo frenético de investimentos, ou se ampliam para a produção de energia elétrica, e na apropriação de fontes para futuro envase e comercialização para o consumo humano, processo que está sendo monopolizado por quatro grandes grupos empresariais: Pepsi, Nestlé, Coca-cola e Danone. Todavia, consolidam-se igualmente, no setor de tratamento e fornecimento de água potável e saneamento básico, empresas que são atraídas pelos negócios milionários.

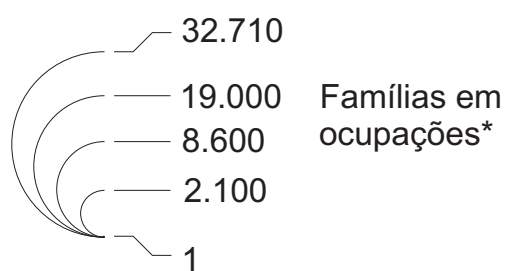
É importante assinalar também o estranhamento oriundo dos mecanismos de dominação e controle, associado ao “jogo” de interesses presentes no interior das diferentes instâncias da sociabilidade dos trabalhadores (no próprio local de trabalho, na lida pela sobrevivência, nos partidos políticos, nos sindicatos, nos movimentos sociais etc.), constrói fissuras e fragmentações. Mas é nesse campo de rupturas e disputas que os trabalhadores (assalariados, posseiros, ribeirinhos, camponeses etc.) constroem suas organizações e põem em práticas lutas de resistência e pleiteiam por meio de diversas ações acesso à terra, reforma Agrária, emprego e, mais recentemente, acesso à água.

Por conseguinte, nessa mesma área onde se consolida o projeto hegemônico do capital, que, mediante a combinação de seus interesses patrimoniais em relação à propriedade da terra e à logística produtiva e mercadológica, quando se põe em cena a garantia de acesso à água numa dupla ação privatizante, tem-se ainda o protagonismo dos trabalhadores, dos movimentos sociais envolvidos em ocupações de terra, que reivindicam a retomada dessa porção do território para a produção de alimentos para o abastecimento interno, à escala regional (Mapa 5). Sem contar que parcelas dessas mesmas porções de terra, além de serem reivindicadas para Reforma Agrária, já dispõem de inúmeros assentamentos rurais e milhares de famílias acampadas, originários da atuação e luta dos movimentos sociais (Mapa 6). O que estamos inserindo, nessa já complexa trama de relações, são as disputas pelo acesso à água como ações que poderão juntar interesses comuns dos trabalhadores, como já o faz para o capital. Mas não nos iludamos a respeito das formas e procedimentos diferenciados quanto ao acesso à água e aos requerimentos que cada qual exige para tal fim. Isto é, enquanto o capital utiliza de mecanismos e procedimentos técnicos e conta com recursos e infraestrutura públicos para construção de reservatórios e mesmo acesso aos reservatórios de hidrelétricas, tais como os canais coletores e de adução de água, e mesmo por conta própria também os constrói, os camponeses utilizam parcialmente a água subterrânea, por meio de perfurações pouco profundas, inadequadas tecnicamente quanto à vazão, tempo de duração, o que não lhes garante condições para fazer uso da água em escalas mais amplas.

Mapa 5 - Famílias em Ocupações de Terra na Área de Abrangência do Polígono do Agronegócio - 1988-2006



- Polígono do agronegócio
- Limite do aquífero Guarani
- Ocorrência do aquífero Bauru-Caiuá
- Ocorrência do aquífero Serra Geral



*Calcula-se cinco pessoas por família

Escala gráfica

50 100 150 km

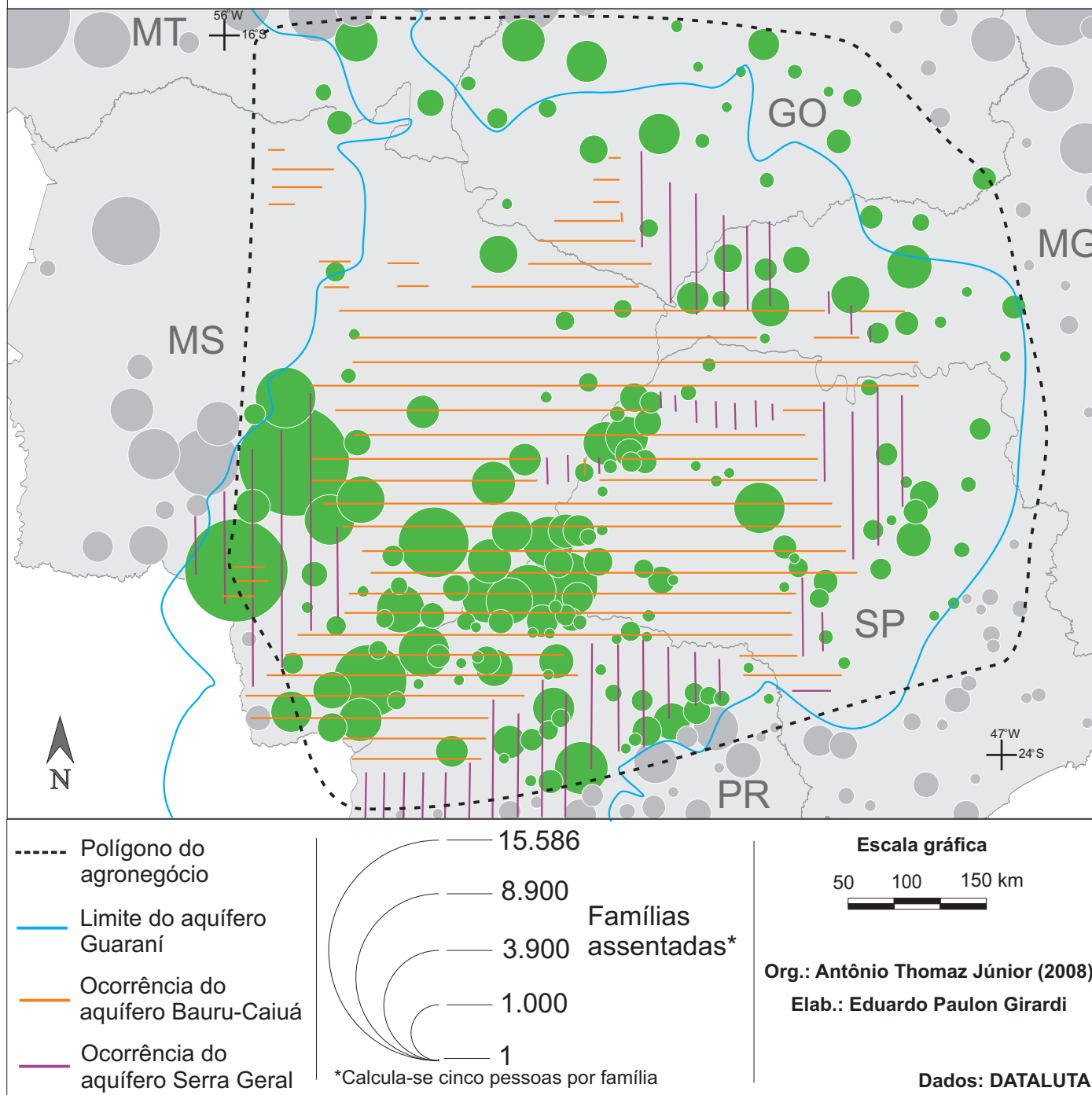


Org.: Antônio Thomaz Júnior (2008)

Elab.: Eduardo Paulon Girardi

Dados: DATALUTA

Mapa 6 - Famílias Assentadas na Área de Abrangência do Polígono do Agronegócio - 1979-2006



Assim, as disputas e os conflitos em torno das porções do território que se inscrevem no Polígono do Agronegócio oferecem-nos inúmeras oportunidades para a continuidade das pesquisas. É importante a familiarização com as nomenclaturas específicas do hidronegócio e que, acreditamos, nos permitirão estreitar um campo de investigação de muito significado teórico, político, estratégico e geográfico para a compreensão da *nova* divisão territorial do trabalho, no Brasil, e toda a ordem de desdobramentos para a luta de classes e para as ações políticas em torno da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar e Energética etc., sendo, pois, a água agregada ao campo de disputas e de domínio de *novos territórios*¹⁴⁵. Contudo, não podemos nos esquecer de que essa natureza de conflito, que polariza os interesses políticos, estratégicos e de classe, opondo capital (agronegócio) e movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela água, deve ser considerada quando estamos refletindo a reorganização do espaço brasileiro. No entanto, temos que pensar que a água deve ser garantida para outras formas de uso, outras formas de vida, ou que não se restrinja às atividades humanas.

Nessa perspectiva, é importante lembrar que já há fóruns constituídos para discutir e *resolver* conflitos relacionados ao acesso, controle¹⁴⁶ e às diferentes formas de apropriação desse bem, seja na instância pública, privada e na órbita dos diferentes usos antrópicos ou, ainda, a emergência da conservação, do tratamento e do reúso¹⁴⁷, a exemplo dos Comitês de Bacias Hidrográficas, em São Paulo (CBH), que estão agrupados em 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI), dentre as quais a Pontal do Paranapanema é a 22ª e, em nível federal, já há algumas iniciativas nesse sentido, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)¹⁴⁸, definido pela Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433 de janeiro de 1997)¹⁴⁹. É nesse processo que foi criada a Agência Nacional de águas, e a Resolução CNRH nº16, de maio de 2001, que estabeleceu critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos, sendo, pois, esta autorizada ou concedida, no caso de entes públicos pelo Estado,

¹⁴⁵ Há, na Geografia, pesquisadores que estão utilizando o conceito de *hidroterritório*, quando abordam essa estreita vinculação entre as formas de controle do território e da água, de maneira articulada. Fazemos o registro da Dissertação de Mestrado *Hidroterritórios (novos territórios da água)*: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais, de autoria de Avani Terezinha Gonçalves Torres. João Pessoa, 2007. Estamos nos inspirando nesse conceito, para focarmos os mecanismos utilizados pelo capital e Estado, e a dinâmica territorial das disputas que se estabelecem a partir do interesse dos camponeses vinculados à Luta pela Terra, no Pontal do Paranapanema, para terem acesso à água dos reservatórios das hidrelétricas de Capivara, Taquaruçu, Rosana e Sérgio Mota (Primavera), a fim de implementarem experiências/atividades no âmbito dos tanques-rede. Essas idéias se fazem presentes no âmbito do projeto de pesquisa em nível de Iniciação Científica, encaminhado para a Fapesp: "A disputa pela água no Pontal do Paranapanema: os movimentos sociais e os novos conteúdos dos conflitos pela terra".

¹⁴⁶ Quanto a esse assunto, é importante lembrar a polêmica que tomou conta dos setores formadores de opinião, no Brasil, envolvendo religiosos, pesquisadores, movimentos sociais, instâncias ministeriais, políticos, juristas, Congresso Nacional, Presidente da República etc., ao longo de 2007 e 2008, em torno da transposição das águas do rio São Francisco, cujas obras, apesar das evidências de tamanho equivoco, estão em marcha. Opiniões divididas e destinos certos para os recursos públicos, que, em nome de servir aos consumidores pobres, espalhados por quatro Estados nordestinos (Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará), destinam-se de fato à viabilização da irrigação para servir os grandes projetos produtores de frutas para exportação, sendo que, pela metade desse valor, projetos alternativos já amplamente divulgados poderiam atingir 1.400 municípios e número expressivo de famílias carentes, vitimadas pela dificuldade do acesso à água. Para mais detalhes, ver: Suassuna (2006); Ab'Saber (2007); Coelho (2005), especialmente o capítulo "A polêmica transposição de águas". Há vários textos que foram divulgados na *internet* e que se encontram disponíveis.

¹⁴⁷ Ivanildo Hespanhol (2008), em *Um Novo Paradigma para a Gestão de Recursos Hídricos*, desenvolve reflexões muito interessantes sobre o reúso de efluentes (doméstico, industrial), e do retorno da água para sistemas produtivos, tais como: na indústria, irrigação, aquicultura e recreação. Na avaliação do autor, esse recurso (do reúso) potencia "a quantidade de água que pode diminuir os efeitos da má distribuição (espacial e temporal) das águas de precipitação" (p.144).

¹⁴⁸ Os Comitês em nível nacional que mais se destacam na gestão de bacias hidrográficas são: a) Paraíba do Sul (MG, SP, RJ), São Francisco MG, BA, PE, AL, SE; Jaguaribe (CE)

¹⁴⁹ Para mais detalhes, ver ANA (2007), "GeoBrasil – Recursos Hídricos".

em águas estaduais (a exemplo do DAEE em São Paulo), e nas águas federais, a outorga é de responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA).

A modesta ocorrência de debates e discussões sobre as formas de utilização da água, da terra etc., no interior da sociedade, ou melhor o desinteresse por parte dos Partidos Políticos, Movimentos Sociais, Sindicatos, Universidades etc., indica o quanto são necessárias as pesquisas para que possamos contribuir para a qualificação e a politização desse assunto. Há alguns avanços nesse sentido, pois os assuntos que poderiam se identificar com os temas da terra e da água, no Brasil, muito recentemente têm ocupado searas conjuntas, como o que vem ocorrendo no âmbito de alguns movimentos sociais, tais como o MST, e o MAB¹⁵⁰, no que se refere, respectivamente, à mobilização de setores da sociedade em relação à Soberania Alimentar e da Reforma Agrária, e em respeito ao aumentos constantes e preços abusivos praticados pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil.

No entanto, ainda está totalmente descoberta a questão da cobrança pelo uso da água¹⁵¹, ou seja, essas instâncias de organização da sociedade ainda estão muito distantes. Restrita praticamente às Câmaras Técnicas dos Comitês de Bacias¹⁵², às Comissões e Grupos de Trabalho dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a cobrança da água divide interesses de diferentes setores do empresariado, todavia é na agricultura que estão sediadas as maiores polêmicas, porque, como se sabe, 65% a 70% do consumo da água alimentam os pivôs-centrais, de sorte que todo o acionamento do agronegócio, basicamente para a produção de *commodities* para exportação (soja, milho, em escala cada vez mais crescente, transgênicos), derivados da cana-de-açúcar, a isenção do pagamento por quatro anos – como estabelecido na Lei 12.183/05, do Estado de São Paulo – inclui no mesmo grupo de consumidores os responsáveis pelas monoculturas para exportação e pequenos produtores familiares.

A mistura de interesses distintos e de enraizamentos econômicos e políticos diferenciados dos agentes econômicos e da sociedade, em relação à cobrança da água, ainda é marcada por polêmicas, contradições e controvérsias. A rejeição dessa iniciativa junta no mesmo flanco grandes empresas, produtores agrícolas de diferentes condições econômicas, produtivas, patrimoniais e demais setores. Esse assunto, que coloca todos os agentes econômicos na mesma condição, apesar de as magnitudes a serem cobradas apresentarem diferenças, e diante da manutenção histórica de privilégios, no Brasil, para os setores hegemônicos, o que é aparentemente contraditório, revela sobretudo que está faltando nesse debate a priorização, por parte da sociedade, das instâncias organizadas e representativas dos trabalhadores, os movimentos sociais etc., do que é importante, estratégico e imprescindível para o desenvolvimento social, produção de alimentos e para a qualidade de vida dos seres vivos e da natureza em geral. Se assim não for, a iniciativa da cobrança da água, mesmo tendo em tese o fim de garantir o pagamento de um bem público, de uso comum¹⁵³, está sendo combatida por obstar os interesses empresariais, do capital nas suas diferentes expressões, sendo que a repercussão que produz, nos segmentos sociais voltados para a

¹⁵⁰ Vide item 8 (Parte I) "Por uma necessária (re)compreensão do trabalho e da classe trabalhadora no século XXI".

¹⁵¹ Para mais detalhes, ver o livro organizado por Thame (2000), *A cobrança pelo uso da água*.

¹⁵² A título de exemplo, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, e do Comitê das Bacias Hidrográficas do rio Paraíba do Sul.

¹⁵³ Como previsto na Lei 12.183, de dezembro de 2005.

produção da subsistência e garantia do fornecimento de alimentos de primeira necessidade, é de desestímulo e de mais sobrecarga tributária.

Esse assunto requer muita atenção e aprofundamento, o que não está colocado para o momento, porém nos estimula a pensar que as polêmicas que se fazem presentes têm que ser refletidas no âmbito do metabolismo do capital, da estrutura social e do poder econômico. Caso contrário, a aparentemente *simples* cobrança pelo uso da água pode se somar a uma série de vícios e esquemas que assegura, por meio de privilégios e acesso (fácil) à estrutura de poder, toda uma rede de relações (econômicas, políticas) que reforça os elevados índices de concentração da propriedade da terra, a consolidação da prática da monocultura, da produção de *commodities* para exportação – a título de exemplo, a produção dos agroenergéticos ou agrocombustíveis, como o álcool de cana-de-açúcar –, do poder econômico dos grandes conglomerados transnacionais, vinculados direta ou indiretamente à água, em detrimento da disseminação das áreas de cultivo de alimentos que compõem a cesta básica, e de apoio às já aptas para tal fim.

Em síntese, da forma como a cobrança da água se encontra definida, apesar de se fazerem presentes vários aspectos importantes, como os dispositivos que implicam a quantidade a ser paga pelos consumidores estar vinculada à qualidade da água que sai do sistema – o que força seu tratamento antes de ser devolvida ao sistema etc., – por conta da permanência dos dispositivos que garantem o empoderamento do capital, pouco se pode esperar de eficiência desses propósitos. Com isso, não estamos diminuindo o papel e a atuação dos Comitês e dos Grupos de Trabalho envolvidos junto aos órgãos gestores da água, no Brasil; entretanto, se os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos políticos ainda comprometidos com a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e com as questões de grande relevância social, como a produção de alimentos de qualidade e abundância para o consumo interno e, portanto, com a Soberania Alimentar, não marcarem posição nesse debate, as consequências continuarão desastrosas e revelarão o que já se conhece em termos de concentração de renda, riqueza, privilégios, terra e também da água. Esses assuntos, insistimos, nos estimulam à continuidade das pesquisas, para entendermos as complexas tramas de relações que se fazem presentes na órbita do agronegócio e do fortalecimento do capital, em direção à constituição do que estamos sinalizando como agro-hidronegócio, e os desdobramentos e desafios para os movimentos sociais, para a luta pela democratização do acesso a terra e à água, a Reforma Agrária, a Soberania Alimentar e Energética etc.



Outro dispositivo também importante em relação às disputas que requalificam a dinâmica expansionista do agronegócio canavieiro tem a ver com a garantia de terras para a produção da matéria-prima. Os expedientes que emprega contemplam a formalização de contratos de parceria e de compra e venda, com proprietários regulares, via de regra pecuaristas decadentes, mas seus responsáveis também estão apostando no futuro do empreendimento como um todo, através da tentativa de legitimar grandes extensões de terras devolutas e improdutivas, o que se efetiva por meio de contratos de arrendamento, pois assim dividem os “riscos” com os grileiros, usufruem dos preços

mais baixos e podem contribuir para a regularização dessas terras, o que lhes garantirá prioridade na sua aquisição, depois de regularizadas juridicamente, mediante a vigência do Decreto 578.

Se considerarmos o cenário que a UDOP aponta, até o ano 2011, a cana-de-açúcar se expandiria sobre as áreas das pastagens degradadas, no Oeste Paulista, à base de 1,5 milhão de ha, liderada pela implantação de mais 40 novas unidades agroindustriais, com capacidade para moer mais de 80 milhões de toneladas, acrescidos aos 20 milhões de toneladas relativos às unidades associadas já instaladas, que somam 61, totalizando um montante de aproximadamente 2,7 milhões de ha com cana e 185 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, distribuídos por 101 plantas processadoras¹⁵⁴.

Já para a 10ª RA de Presidente Prudente (Mapa 1), as áreas cultivadas com cana-de-açúcar também se destacam, porque saltaram de 112.580 ha em 2002 – sendo 84542 ha para o Pontal do Paranapanema e 28.038 ha para a Nova Alta Paulista –, para 340.425 há, em 2007¹⁵⁵, enquanto a soja ocupa 41.000 ha (10,5%). Se levarmos em conta as informações oriundas da interpretação de imagens de satélites, que utilizamos para apreender a dinâmica territorial da expansão da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema e na Nova Alta Paulista, em dois momentos selecionados – 2002 (Mapa 7) e 2007 (Mapa 3) –, os números são mais expressivos. Isto é, se, em 2002, 125.000 ha com cana-de-açúcar se dividiam em 70.305 ha para o Pontal do Paranapanema e 54.700 ha para a Nova Alta Paulista, em 2007, têm-se 342.500 ha pra o Pontal e 102.107 ha para a Nova Alta Paulista, perfazendo um total, para a 10ª RA, de 569.679 ha¹⁵⁶.

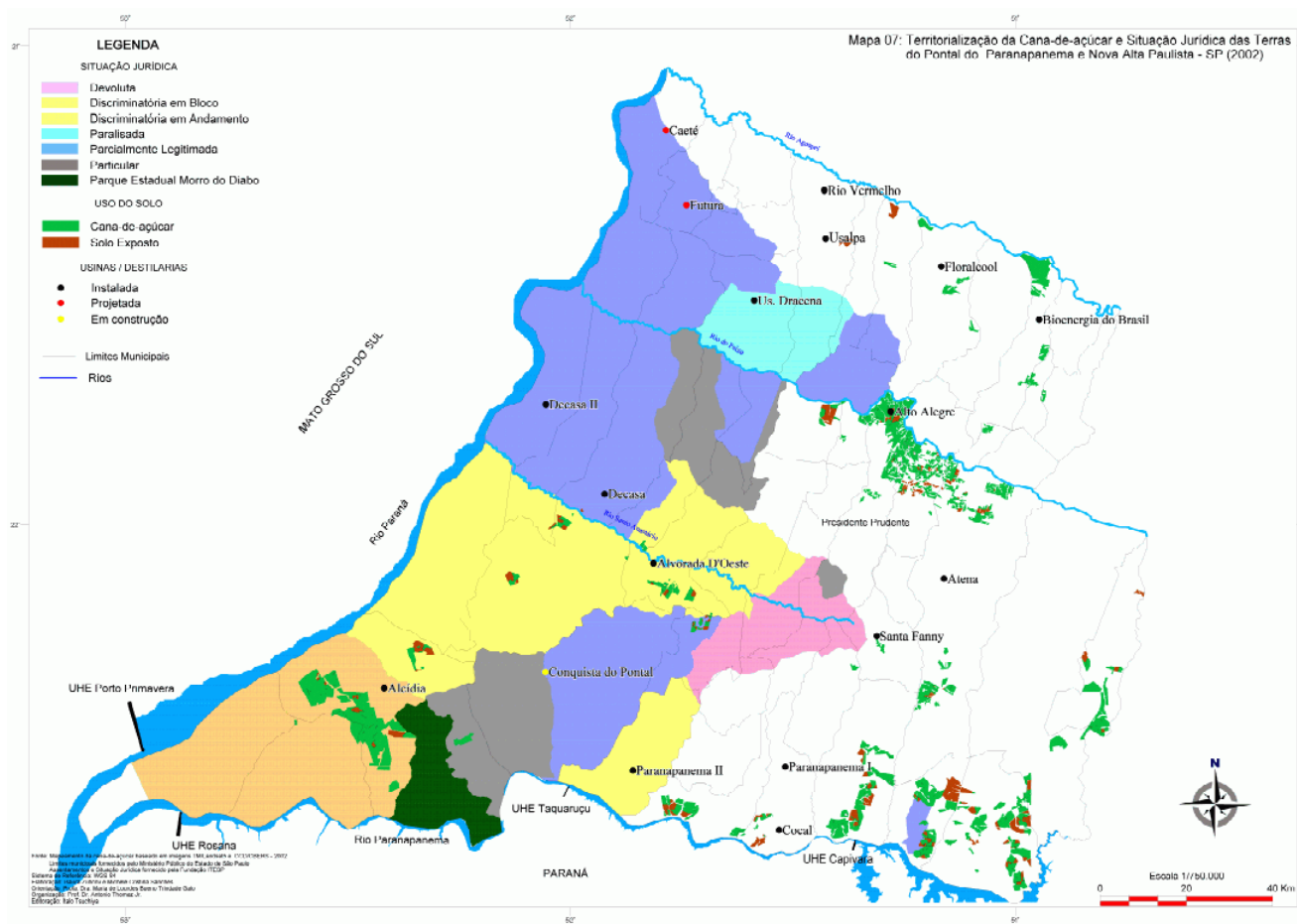
A representação cartográfica do processo de expansão da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, pela interpretação de imagens de satélite¹⁵⁷, em 2002 (Mapa 7) e 2007 (Mapa 3), nos permite qualificar a compreensão dessa dinâmica territorial, pois, enquanto em 2002, para o Pontal do Paranapanema havia 70.305,96 hectares com cana-de-açúcar, o salto para 342.000 ha revela um crescimento aproximado de 380%, sendo que, para o mesmo intervalo, na Nova Alta Paulista, passou-se de 28.038 para 129.379 ha, com apenas 78% de crescimento. Tomando como exemplo os dois momentos escolhidos, a interpretação das imagens e os Trabalhos de Campo nos autorizam a afirmar que a expansão da cana-de-açúcar está se territorializando sobre áreas de pastagens e de culturas (anuais e perenes), considerando-se nisso também algumas frações do território dos assentamentos, como veremos a seguir (item 1.4). O mais importante a notar, nesse processo, é que as áreas de cultivo de cana-de-açúcar se sobrepõem às terras com pendências jurídicas, contemplando, assim, diferentes situações e estágios processuais, desde terras devolutas já decretadas, ações discriminatórias em andamento, paralisadas, parcialmente legitimadas e também sobre terras particulares, produto de negociações e regularização fundiária realizadas anteriormente.

¹⁵⁴ Além dos grupos empresariais que já se fazem presentes (Alto Alegre, Branco Peres, Cocal, Ruyter Silva), também instalarão unidades, no Oeste Paulista: Cosan, Olival Tenório, José Pessoa, Bellodi, Biaggi, Resende Barbosa, Carolo (venderam as duas plantas para o grupo norueguês Biofuel AS).

¹⁵⁵ Cf. IEA, 2007, Base de Dados. www.iea.sp.gov.br.

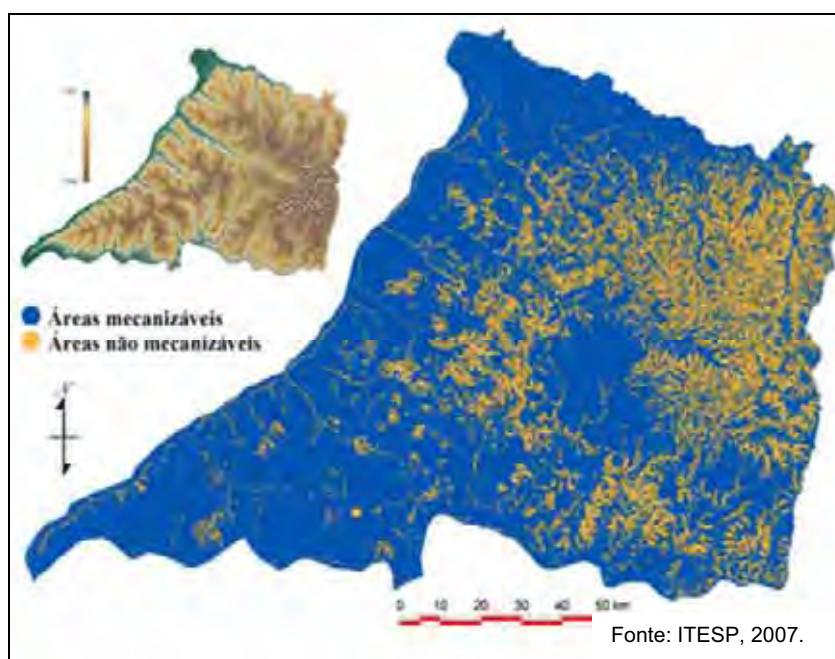
¹⁵⁶ Apesar de esses números oriundos da interpretação de satélite nos inspirarem cuidados na análise, particularmente em relação ao crescimento de aproximadamente cinco vezes a área ocupada com cana-de-açúcar, de 2002 a 2007, para o Pontal do Paranapanema, as informações fornecidas pelo IEA, por sua vez, não garantem a atualidade do processo expansionista, como podemos constatar por meio das Pesquisas de Campo.

¹⁵⁷ Essa atividade está em andamento e conta com a participação de estudantes quinto-anistas do curso de Engenharia Cartográfica, sob a orientação da professora doutora Maria de Lourdes Bueno Trindade Galo, especialista em sensoriamento remoto, vinculada ao Departamento de Cartografia da FCT/UNESP.



O estoque potencial de terras para expansão da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, em torno de 760.000 ha, está no centro das atenções, em primeiro lugar porque parcela expressiva da área é passível de expansão (Figura 4) em bases mecanizadas, sobretudo para a colheita, e em segundo lugar porque nas áreas tradicionais de produção de cana-de-açúcar, em São Paulo, há pouca disponibilidade de terra, o que eleva ainda mais a demanda nas outras regiões. Nesse caso, a pouca disponibilidade de terra para ampliação do plantio nas áreas tradicionais de cultivo da cana-de-açúcar, eleva seu preço e torna inviável a expansão dos canaviais, a não ser que haja novos fatos e que se redefinam as orientações econômicas dos elementos que compõem a renda da terra.

FIGURA 4: Áreas Passíveis de Expansão da Cana de Açúcar no Pontal do Paranapanema (SP).

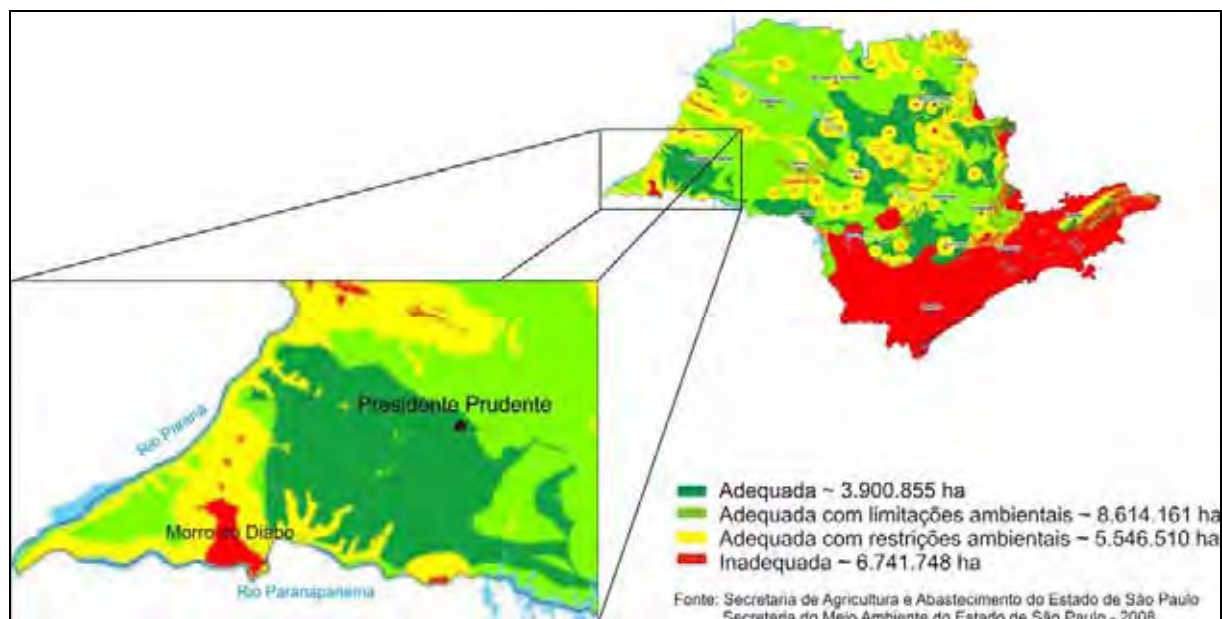


Outra circunstância de extrema relevância a ponderar é o direcionamento, e não a limitação, como se imaginava, prescrita pelo Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo¹⁵⁸ (Figura 5), divulgado em meados de 2008¹⁵⁹. A expectativa que esse assunto gerou para os movimentos sociais, pesquisadores, políticos, militantes de Organizações Não governamentais (ONGs), empresários do setor agroindustrial canavieiro, representantes dos governos estadual e federal, imprensa etc., foi diversa. Mas havia um sentimento em comum, partilhado no tocante ao disciplinamento para o avanço das plantações nas terras paulistas e na reversão de algumas áreas.

¹⁵⁸ Esse estudo foi realizado pelo corpo técnico das secretarias de Estado do Meio ambiente, e Agricultura e Abastecimento. As informações utilizadas para esse estudo, são de responsabilidade das Secretarias, Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e Biota/FAPESP. Esse estudo também abrangeu outros assuntos, tais como: Ocupação das Terras; Aptidão Edafoclimática; Áreas Restritas à Colheita Mecânica; Disponibilidade de Águas superficiais e Vulnerabilidade das Águas Subterrâneas; Prioridade para Incremento da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/zoneamentoagroambientalcana.pdf>.

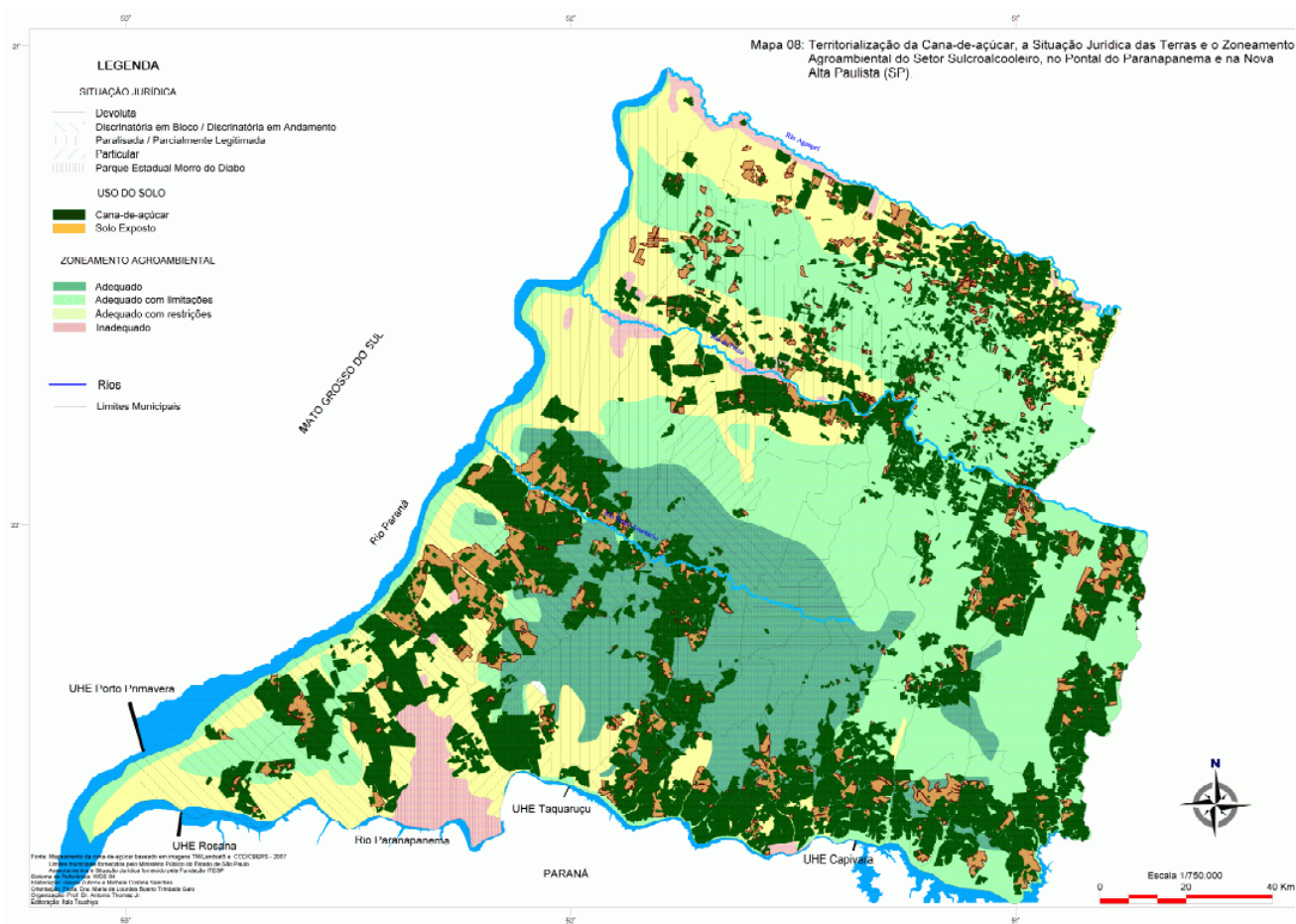
¹⁵⁹ No âmbito das autarquias, Institutos de Pesquisa, secretarias de Estados, Universidades públicas, paulistas, ocorreram manifestações a respeito do que poderia ser e conter o **Zoneamento da Cana**, como ficou conhecido. Tivemos acesso a um texto que antecedeu os debates, de autoria de um geólogo e pesquisador da EMBRAPA Meio Ambiente (Jaguariúna) e que revela as reais preocupações que nortearam a composição do Zoneamento da Cana, particularmente quanto à aptidão agrícola dos solos, prescritas no âmbito da formulação "Ordenamento agroambiental como proposta de manejo sustentável – ganhos econômicos e ambientais" (p.3).

FIGURA 5: Zoneamento Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo



Ainda que, em algumas situações, o Zoneamento deva coibir, todavia não *nasceu* para impedir ou barrar o avanço, tampouco carrega em si dispositivo para disciplinar expansão da cana-de-açúcar, nem mesmo para reverter áreas plantadas com a gramínea, por exemplo, para a cultivo de alimentos que compõem a cesta básica (Mapa 8). Muito menos impor ou exigir a adoção de novos procedimentos técnicos, gestionários, por parte dos agricultores ou mais propriamente do capital agroindustrial, quanto aos cuidados com a proteção e preservação ambiental (APPs, RL), recusa ao desmatamento ilegal, plantio em fundos de vale etc. Inclusive, o Zoneamento não possibilita o detalhamento das APP's e RL's, o que de antemão poderia ser combatido mediante o argumento de que os dispositivos específicos para a proteção e preservação ambiental (APP's e RL's) estão mantidos na legislação vigente, independentemente do Zoneamento. Dessa forma, o licenciamento ambiental enquanto exigência legal para a aprovação das solicitações de funcionamento das agroindústrias canavieiras inclui várias exigências sobre APP's e RL's.

Não esperamos também do Zoneamento sanções para os infratores e desligamento automático das terras atingidas para assentamento de trabalhadores. Exceto as áreas montanhosas, Parques e Reservas Ecológicas, Unidades de Conservação de Proteção Integral, alguns vales e áreas de recarga de aquífero, que foram classificadas como adequadas com restrição e inadequadas (Figura 5), as que estão vinculadas ao circuito comercial do cultivo da cana-de-açúcar, desde o início do século XX. Estas, também denominadas áreas tradicionais (identificadas pelas regiões canavieiras de Ribeirão Preto, Campinas, Piracicaba, estendendo-se para São José do Rio Preto, Bauru e Ourinhos), e mesmo aquelas que estão vivenciando as marcas mais expressivas da expansão recente (Marília, Araçatuba e Presidente Prudente), foram enquadradas na categoria adequada e adequada com limitação ambiental. Dessa forma, estão *liberadas* para continuar a ser incorporadas à avalanche expansionista do agronegócio da cana-de-açúcar (Figura 5).



Assim, não somente a potencialidade para a expansão da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, por conta da elevada aptidão para mecanização - tendo em vista as condições de relevo favoráveis - foi assegurada institucionalmente, no que confere à disponibilidade de terras aptas (Mapa 8 e Figura 5), como também a favorabilidade edafoclimática¹⁶⁰ (adequada), a restrição à mecanização da colheita (0 a 15%, isto é, sem restrição)¹⁶¹, e a média e baixa prioridade para incremento da biodiversidade, ou seja, o desinteresse manifesto em reverter ou recuperar a degradação ambiental da referida região. Sem contar que a alta vulnerabilidade da disponibilidade de águas superficiais e das águas subterrâneas foi esquecida ou secundarizada pelos órgãos de imprensa regional, no momento do lançamento do Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo¹⁶².

Outro aspecto importante a destacar é o total esquecimento do Zoneamento em relação às pendências jurídicas das terras no Pontal do Paranapanema (Mapa 8)¹⁶³ e da tramitação dos processos de imissão de posse, de arrecadação de áreas devolutas e das ações e lutas empreendidas pelos movimentos sociais que pressionam para que esses processos se convertam em assentamentos rurais (Mapa 2). Isso mostra não somente uma falha, senão um dos seus objetivos e se soma aos propósitos do PL 578, de legalizar a grilagem de terras. Isto é, neutralizar as resistências e desvincular de vez qualquer possibilidade de efetivar formas de utilização das terras do Pontal do Paranapanema para o circuito produtor de alimentos, pela via da criação de assentamentos rurais e, com isso, minimizar os já graves problemas sociais, mediante o acesso à terra de milhares de famílias que se encontram nas margens das estradas, nos acampamentos, desempregadas, sem assistência e sem perspectivas. Em contrapartida, tem-se o reforço do processo de expansão recente da cana-de-açúcar, pois são nessas porções do território que estão garantidas a *adequação* oficial das terras (Mapa 8), tanto via legitimação das terras com pendências jurídicas, quanto por meio da devassa esperada com a sua legalização.

Em acréscimo, diante dessas circunstâncias e dos compromissos políticos, eleitorais e estratégicos encimados no empoderamento dos setores dominantes interessados em reverter o quadro social de rebeldia e de resistência dos trabalhadores e movimentos sociais envolvidos na luta pela Terra, tem-se que destacar que não foi feito um Zoneamento Agrícola do Estado de São Paulo, no qual se pudesse dispor de áreas reservadas/destinadas para a produção, prioritariamente, de alimentos que compõem a cesta básica. Por fim, os aparentes *esquecimentos* e as ênfases nas

¹⁶⁰ Foram disponibilizadas, no mesmo documento que contém o Zoneamento Agroambiental, outras informações, dentre as quais: a) Aptidão edafoclimática para a cultura da cana-de-açúcar (restrição de solo e/ou clima); b) Ocupação das terras pela cultura da cana-de-açúcar (situação atual) e cenário para 2010, ambas as ilustrações aparadas nas informações disponibilizadas pelas UGRHI's; c) Disponibilidade de águas superficiais e vulnerabilidade de águas subterrâneas.

¹⁶¹ Dessas informações, disponíveis "Áreas de Restrição à Colheita Mecânica - (restrição pela declividade)", por meio de ilustração, na escala original, não é possível extrair conclusões detalhadas, mas a predominância das terras planas do Planalto Ocidental Paulista é marcante.

¹⁶² Esse assunto será objeto de preocupação de equipe multidisciplinar de pesquisa, da qual faremos parte, sendo que as questões vinculadas à terra, no Pontal, serão focadas considerando-se também a o acesso ou as disputas pelo acesso à água, bem como as reivindicações, planos de luta dos movimentos sociais envolvidos nesta temática, bem como consideraremos outros exemplos que estão ocorrendo no país, e também a ausência de políticas públicas voltadas a oferecer aos camponeses mecanismos institucionais para a utilização de equipamentos, infraestrutura e logística para irrigação, e recursos para a adequação das suas terras aos requisitos de proteção ambiental, tais como terraceamento para diminuir os riscos de erosão hídrica e proteger os mananciais, bacias de contenção e cisternas para represar a água das chuvas etc.

¹⁶³ Adotamos o procedimento de trabalhar com número menor de ocorrências quanto à situação jurídica, para viabilizar a "leitura" do Mapa. Essa decisão não causou dificuldades na interpretação e contribuiu para tornar o Mapa 8 mais leve e explicativo. Dessa forma, espacializamos esse aspecto por meio de 5 representações e não 7, como no original, a saber: 1) discriminatória em bloco e discriminatória em andamento; 2) paralisada e parcialmente legitimada; 3) particular; 4) devoluta 5) reserva estadual Morro do Diabo.

aptidões apontados para o Zoneamento foram devidamente esclarecidos, no momento em que o governador José Serra asseverou seus pensamentos em relação às reais possibilidades de a cana-de-açúcar contribuir para o tão sonhado *desenvolvimento econômico* da 10ª Região Administrativa: “Precisamos liberar o Pontal e a Nova Alta Paulista para o desenvolvimento econômico pleno e seguro”¹⁶⁴.

A tudo isso está atrelado o processo de concentração, através de fusões e participações no controle acionário, o qual se intensifica na virada do milênio. A título de exemplo, poderíamos salientar:

1) O Grupo Cosan, com 23 empresas em operação, o maior do país na atividade agroindustrial canavieira, adquiriu, em março de 2009, o conjunto de empresas do Grupo Rezende Barbosa¹⁶⁵, com quatro unidades em operação (Nova América, em Tarumã; Maracaí, no município do mesmo nome; Paracool, em Paraguaçu Paulista, e Caarapó, no município do mesmo nome, no Estado do Mato Grosso do Sul, recém-inaugurada), o que acresceu 10,6 milhões de toneladas ao processamento de cana-de-açúcar, atingindo, pois, a marca de 60 milhões de toneladas. Outro aspecto importante a destacar é que aproximadamente 70% de suas ações são controladas por grupos estrangeiros e, a partir dessa operação, a Cosan passa apostar de forma decisiva na área de logística, por meio da Rumo, em parceria com a Rezende Barbosa Administração e Participações¹⁶⁶.

2) Nos últimos meses, está em processo uma megafusão, desta vez envolvendo a *trading* Crystalsev, que comercializa açúcar e álcool, no exterior, e as oito empresas que a controlam¹⁶⁷, com a participação do Banco Goldman Sachs, na ordem de R\$1,3 bilhão, tendo à frente a fusão entre os grupos Biaggi, controlador da Companhia Energética Santa Elisa, e o grupo Junqueira, proprietário da usina Açucareira Vale do Rosário, dando origem à Santa Elisa Vale, ocupando, pois, a segunda colocação na moagem de cana-de-açúcar do Brasil; c) o grupo francês Louis Dreyfus, que atua internacionalmente na comercialização de *commodities* agrícolas, destacando-se também no processamento de soja e laranja, e já se destaca na atividade agroindustrial canavieira, por meio da *holding* Louis Dreyfus Commodities Bioenergia (LDC), na 4ª colocação no processamento de cana-de-açúcar no Brasil, com 11,8 milhões de toneladas, na safra

¹⁶⁴ Pronunciamento do governador José Serra, quando discursava em visita a Presidente Prudente, para a inauguração de obras, e no calor do *boom* da expansão da cana-de-açúcar, em julho de 2007. Quando indagado pela imprensa sobre quais eram seus planos para agilizar o desenvolvimento econômico da 10ª Região Administrativa, asseverou que o principal a ser resolvido nessa região é dar um basta ao conflito em torno da ocupação das terras e, para isso, o governo estava tomando as providências cabíveis, de um lado, com o Projeto de Lei 578 que prevê a regularização das terras acima de 500 hectares, e de outro, colocando os agentes de fomento do Estado a serviço do financiamento de obras, instalação de indústrias, por exemplo, as processadoras de cana-de-açúcar etc.

¹⁶⁵ Por meio dessa operação de incorporação, a Cosan vai assumir o passivo financeiro da Nova América, que inclui financiamentos junto ao BNDES de R\$1,2 bilhão, repactuação de dívidas junto a credores, por meio de linhas de pré-pagamento de exportação. Desse negócio também faz parte a marca União, adquirida junto à Coopersucar, duas refinarias de açúcar, quatro empacotadoras de açúcar e 51% do Teagu Armazéns Gerais S/A. O acordo também envolve participação de 8% no Terminal Exportador de Álcool de Santos, à monta de R\$8 milhões, sendo que o valor divulgado de toda a operação é de R\$125 milhões.

¹⁶⁶ A Rumo será instalada no Porto de Santos e será especializada em açúcar e grãos, com capacidade para armazenar 440 milhões de toneladas e operacionalizar o embarque de aproximadamente 10 milhões de toneladas.

¹⁶⁷ Esse assunto está detalhado em Oliveira; Thomaz Júnior (2007).

2007/2008, e estimativa para 20 milhões de toneladas de cana nas oito unidades¹⁶⁸, na safra 2009/20010¹⁶⁹ (Quadro 5).

Quadro 5. Fusões e Aquisições de Agroindústrias Canavieiras – Brasil – (1996 a 2007)

Empresa	Estado	Ano	Comprador
Usina Santa Olinda	MS	1996	José Pessoa
São Geraldo	SP	1997	Usina Santa Elisa
São Alexandre	SP	1997	Ipiranga
Usina Adelaide	SP	1998	Usina da Barra
Usina Itacema	SP	1999	Usina São Martinho
Usina Sanagro	SP	1999	José Pessoa
Usina Rafard	SP	2000	Cosan
Ipaussu	SP	2000	Union de Sucreries Agricoles
Usina Santa Rosa	SP	2000	Usina da Pedra
Usina Benálcool	SP	2000	José Pessoa
Usina Delta	MG	2000	Carlos Lyra
Usina Cresciunial	SP	2000	Coinbra/Dreyfus
Usina Luciânia	MG	2001	Coinbra/Louis Dreyfus
São Carlos	SP	2000	Coinbra/Louis Dreyfus
Destilaria Vale do Rio Turvo	SP	2000	Silveira de Barros
Alcovale	MS	2001	Unialco
Usina Porbello	SC	2001	Glencore Ontl AG
Da Serra	SP	2001	Cosan
Usina Diamante	SP	2001	Cosan
Usina Alcomira	SP	2001	Márcio Pavan
Univalem	SP	2001	(Cosan, Tereo, Sucden)
Gasa	SP	2001	Cosan
Destivale (Destilaria Vale do Tietê)	SP	2002	Cosan
Destilaria Água Limpa	SP	2001	Grupo Petribu
Usina Guarani	SP	2001	Eridania Beghin Say
Usina São José (Rio das Pedras)	SP	2001	Antonio Farias
Alcoazul	SP	2002	José Pessoa
Delta	MG	2002	Lyra
Usina Bela Vista	SP	2002	Bazan
Guanabara	SP	2002	Cosan
Usina Santa Cruz	RJ	2002	José Pessoa
Usina Maluf	SP	2002	Dulcini
Usina Gantus	SP	2002	Toledo
Usina da Barra	SP	2002	Cosan
Usina Quissaman	SP	2003	José Pessoa
Alcana	MG	2005	Evergreen
Usina Monte Alegre	MG	2005	Adecoagro
Copernavi	MS	2005	Kidd & Company
Central Energ. do Vale do Sapucaí (CEVASA)	SP	2006	Cargill
Passatempo	MS	2007	Louis Dreyfus
Maracaju	MS	2007	Louis Dreyfus
Esmeralda (Projeto)	MS	2007	Louis Dreyfus
Agroindustrial Santa Juliana	MG	2007	Bunge
Vale do Rosário	SP	2007	Bunge
Destilaria Paraguaçu	SP	2007	Nova América
Usasiga	PR	2007	Clean Energy Brazil (CEB)
Destilaria Alcídia	SP	2007	Odebrecht (ETH Bioenergia S/A)
Petribu	SP	2007	Noble Group do Brasil
Benálcool	SP	2008	Cosan
Eldorado	MS	2008	Odebrecht (ETH Bioenergia S/A)
Monteverde Agroenergia	MS	2008	Bunge
Nova América	SP	2009	Cosan
Maracaí	SP	2009	Cosan
Paralcool	SP	2009	Cosan
Caarapó	MS	2009	Cosan

Fonte: Azevedo, 2008; ÚNICA, 2008; *JornalCana*, 2008.

Organização: Antonio Thomaz Júnior.

¹⁶⁸ Cf. *Jornal Cana*. Produção, dados e notícias – 16 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=producao>>.

¹⁶⁹ Os aprofundamentos e detalhamentos sobre esse assunto encontram-se em formulação na Tese de Doutorado *As redefinições técnico-produtivas e organizacionais do capital agroindustrial canavieiro no Brasil: transformações territoriais e os desafios para o trabalho, sob nossa orientação*.

Já a Odebrecht, como vimos, por meio da ETH Bioenergia S/A e da Sojitz, está emblematizando seu projeto de modernização tecnológica e de empreendedorismo para o Pontal do Paranapanema, mas também denotando o desejo de expandir-se para outras regiões do país, o que, aliás, já se concretiza, sobretudo no Mato Grosso do Sul, com duas plantas em operação, sendo que, até 2015, também se estenderá para Goiás; nesses Estados, pretende processar 45 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 3 bilhões de litros de álcool e 2 milhões de toneladas de açúcar, por meio de 10 plantas, o que lhe asseguraria, com as informações disponíveis no momento, o segundo lugar isolado o *ranking* nacional, posicionando-se logo atrás da Cosan, com 60 milhões de toneladas de cana.

Processo semelhante tem à frente outros conglomerados transnacionais, que vislumbraram a “bola da vez” do agronegócio e investem fortemente na ampliação das áreas de plantio e de processamento de cereais, cana-de-açúcar etc. A título de exemplo: a) o conglomerado Adecoagro, do arquimilionário/investidor/especulador George Soros, que, desde 2004, atua em várias frentes, ou seja: soja, no Oeste da Bahia e Sudeste do Tocantins, e na cana-de-açúcar, no Sul de Minas Gerais e no Mato Grosso do Sul, proprietário de uma das maiores agroindústrias canavieiras do Estado, no município de Angélica, prenúncio do desejo de moer até 2010, contando com mais duas plantas, 10 milhões de toneladas; b) estão interessados na produção de etanol de cana-de-açúcar, no Brasil, os grupos Pacific Ethanol, que tem como sócio o bilionário Bill Gates, fundador da Microsoft, o grupo NordZucker SudZucker¹⁷⁰, que atua no setor de açúcar na Europa, e a indiana BHL, proprietária de usinas, em seu país¹⁷¹; c) é o caso também do grupo Cerona, fundado em 2006 e controlado pela empresa de investimento Brazilian Energy Partners (BEP LLC) e por outros investidores, e que está prestes a inaugurar duas unidades de produção de açúcar e álcool, respectivamente em Nova Andradina e Batayporã, no Mato Grosso do Sul.

Por conseguinte, o que está em processo, neste momento, é que a performance dos principais grupos agroindustriais canavieiros e suas diferentes composições (capital nacional, de controle misto com capitais externos e capital externo propriamente) reforçam os referenciais do processo atual de consolidação de práticas concentracionistas que demarcam novas escalas de controle do capital sobre o território e sobre a sociedade em geral (Quadro 6)¹⁷². E se mantém o poder dos grupos empresariais já consolidados, cuja prova é que, das 10 maiores unidades processadoras de cana-de-açúcar¹⁷³, 9 estão em São Paulo, e apenas a que ocupa 3^o lugar, a Usina Itamarati, localiza-se no Estado do Mato Grosso.

¹⁷⁰ Segundo matéria da Revista *Isto É*, de setembro de 2007, esse grupo já atua no Brasil desde março de 2007, através de uma *trading*, aliás, o grupo, que é o maior produtor de açúcar do mundo, com um universo de 42 usinas em atividade, na Europa, fundou uma subsidiária no Brasil chamada Hosa (Hottlet South América), a fim de distribuir açúcar para consumidores fora da Europa, sendo a expectativa, segundo a citada reportagem, de investimento em aquisição de unidades produtivas no país.

¹⁷¹ Cf. http://portalexame.abril.com.br/static/aberto/anuarioagronegocio/edicoes_0895/m0131026.html. Acesso em: jul. 2007.

¹⁷² A composição acionária e, consequentemente, a participação dos grupos empresariais (industriais, financeiros), nacionais e estrangeiros no âmbito das empresas agroindustriais canavieiras, no Brasil, tem passado por modificações tanto pré-crise, ou seja, no primeiro semestre de 2008, quanto sob o efeito da crise internacional que, em conjunto, não foram divulgados ou as informações são desencontradas. O que dispúnhamos sobre o assunto apresentamos nas nossas reflexões.

¹⁷³ Em ordem decrescente de importância, o *ranking* atual das 10 maiores empresas agroindustriais canavieiras, no Brasil, é o seguinte: Da Barra, São Martinho, Itamarati, Vale do Rosário, Equipav, Santa Elisa, Colombo, Clealco I e II, Colorado, Moema. A 11^a colocada é a Volta Grande, situada em Minas Gerias, mas as empresas da 12^a à 17^a posição estão localizadas em São Paulo: Cruz Alta, Bonfin, Catanduva, Costa Pinto, Da Pedra, Nova América. Para mais detalhes, ver *Ranking* de moagem de cana-de-açúcar (2007/2008), elaborado pela UDOP. Disponível em: www.udop.com.br.

É importante salientar que esse processo de concentração e centralização de capitais (nacional e estrangeiro), que se territorializa por todo o espaço produtivo agroindustrial canavieiro, juntando as empresas instaladas nas áreas novas com as já existentes nas áreas tradicionais, já revela novas relações de poder, ou seja, redefinição de poucos grandes grupos empresariais que intensificarão as disputas entre si e demarcarão novas rotinas, no tocante à subordinação/dominação do trabalho¹⁷⁴, vinculada, pois, ao patamar técnico das operações agrícolas (mecanização da colheita e do plantio) e na planta agroprocessadora. Por outro lado, do ponto de vista do trabalho, as pesquisas deverão revelar detalhamentos e especificidades desse processo, mas o que apreendemos, no momento, é que os sindicatos continuam desarticulados e “dessintonizados” de qualquer possibilidade de unificação das pautas e lutas, de modo que não o conseguem sequer as federações, que têm a prerrogativa de fazer essas mediações em nível intraestadual, tampouco as confederações, à escala nacional.

Quadro 6 – Principais Grupos de Investidores Estrangeiros no Setor Canavieiro no Brasil

Grupos	Origem	(%) de Participação	Investimentos
Grupo Tereos	França	2,53%	Usina Cruz Alta; Usina Guarani; Cia. Energética São José; 6,3% da Cosan
Coinbra-Louis Dreyfus	França	1,88%	Usina São Carlos; Usina Cresciumal; Usina Luciânia; Usina Maracaju; Usina Passatempo; Usina Estivas; Destilaria Giasa
Infinity Bio-Energy	Bermuda	0,60%	91% da Usinavi/PR; Alcana/MG/51% da Cridasa/ES; Disa/ES e Montanha/ES
Kuok Group	Malásia	0,59%	6,7% da Cosan
Noble	China	0,26%	Usina Petribu Paulista/SP
Sucden	Suécia	0,20%	2,3% da Cosan
Cargill	EUA	0,19%	63% da CEVASA; participação na Usina Itapagipe/MG
ADECOAGRO/George Soros	EUA	0,19%	Usina Monte Alegre/MG + três unidades em Mato Grosso do Sul (municípios de Ivinhema e Angélica)
Clean Energy Brazil	Inglês	0,18%	49% da Usaciga/PR; 33% da Unialco; previsão de mais três aquisições/implantações no Mato Grosso do Sul
Outros: Bunge, Precius Noods, Stora Enso, Abengoa	EUA, Suécia, Espanha	2,59%	Investidores estrangeiros donos de 26,8% das ações da Cosan e de 10% das ações da São Martinho.

Fonte: Oliveira (2008); Silva (2008). Org.: Thomaz Júnior.

A esse respeito, conforme as informações disponibilizadas no *JornalCana*¹⁷⁵, a participação dos grupos estrangeiros na produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, no Brasil, ainda é pequena, com cerca de 7% da produção total, ou seja, 30 milhões de toneladas, considerando a safra 2006/2007, mas os prognósticos são de que, até 2012, poderá atingir 12 a 15%.

É importante notar que a internacionalização de capitais também atinge inclusive as unidades de biodiesel em construção, tais como: a) a Biocar (Dourados-MS), produto da parceria entre o empresário José da Silva Carreiro com o grupo italiano Aquagroup Holding Luxemburgo, que, por sinal, investe no ramo de produção alimentícia na Europa e possui negócios no continente asiático¹⁷⁶; b) a Agrenco¹⁷⁷ (Caarapó-MS), de origem holandesa, que compõe seu capital juntamente

¹⁷⁴ Esse assunto já vem sendo focado por meio do projeto de pesquisa em nível de Doutorado por nós orientado: “As redefinições técnico-produtivas e organizacionais do capital agroindustrial canavieiro no Brasil: transformações territoriais e os desafios para o trabalho”, e sob a responsabilidade da professora Ana Maria Soares de Oliveira.

¹⁷⁵ Vários números de 2007.

¹⁷⁶ Para maiores informações sobre a operação de fusão, ver matéria disponível no site: <http://www.dourados.ms.gov.br/Default.aspx?Tabid=425&ItemID=16756>. Acesso em: 01 set. 2008.

com a japonesa Marubeni Corporation; c) a BrasilInvest (Maracajú-MS) formada pela associação de 80 “parceiros” de 25 países, considerada entre os 150 maiores conglomerados empresariais do Brasil¹⁷⁸ etc.

Esse contexto é marcado por um conjunto de transformações no âmbito econômico das agroindústrias canavieiras, as quais passam a integrar relações estreitas com o mercado financeiro. A dimensão especulativa constitui elemento definidor nos investimentos na seara produtiva e no processo de circulação de capitais, ou seja, o circuito financeiro passa a ser a bola da vez, no momento de se definir os rumos do capital. Poderíamos citar o exemplo do grupo Cosan¹⁷⁹, que moeu, na safra 2007/08, 41 milhões de toneladas de cana, ou quase o total que moeu o Estado do Paraná (42 milhões de toneladas de cana), colocou no mercado financeiro um total de 100 milhões de ações¹⁸⁰ e, em agosto de 2008, adquiriu o controle acionário da Esso, no Brasil, numa operação de R\$1,4 bilhão¹⁸¹.

A *grandiosidade* desse processo sediado no setor energético canavieiro traz em si os vícios de uma cultura quinhentista, que primou por ser historicamente excludente e concentradora de terra, de renda, de capital, de riqueza e de miséria. Entretanto, por meio da grande imprensa, nas últimas semanas, há registros de que estão se tornando frequentes as reclamações de fornecedores e trabalhadores quanto aos atrasos nos pagamentos¹⁸². A inadimplência das empresas comparece juntamente com a má administração dos recursos¹⁸³ e a usura, que fazem desse setor, historicamente, importante consumidor de dinheiro fácil e incompetência revelada para a gestão. Parte dos investimentos anunciados está suspenso¹⁸⁴, divulgou a UNICA no seu *site*, e até o final do mês de outubro de 2008 a entidade entregará ao governo federal o mapeamento da situação das empresas. Outro sintoma da crise se revela na efetivação dos projetos de expansão das plantas agroindustriais canavieiras, pois o Brasil conta hoje com 370 unidades processadoras de cana-de-açúcar e deverá alcançar 409, até a safra 2012/2013, sendo que, em 2007, a previsão era de 140 novas usinas até 2015, porém esse número caiu para 93 (LOBATO; SOARES, 2008). Todavia, isso

¹⁷⁷ A Agreenco está operando e é protagonista de um pedido de recuperação judicial, como forma de viabilizar a venda de seu controle acionário, como opção para ganhar a credibilidade dos seus acionistas e manter-se à frente do controle dos negócios do conglomerado.

¹⁷⁸ Conforme matéria publicada pelo *Jornal Progresso*, em 20 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.progresso.com.br/not_view.php?not_id=32962. Acesso em: 02 set. 2008.

¹⁷⁹ O grupo Cosan está sendo objeto de pesquisa em nível de Mestrado, sob nossa orientação, na 9ª Região Administrativa de Araçatuba, sob a responsabilidade do professor Hansi Miler Moreira Leal.

¹⁸⁰ Cf. revista *Isto É*, de setembro de 2007.

¹⁸¹ Nessa operação, o equivalente a R\$ US\$ 826 milhões, que corresponde a 100% do capital dos ativos da Esso Brasileira de Petróleo S.A., relativamente a uma rede de 1500 postos de serviços no Brasil, predominantemente espalhados nas regiões Sul e Sudeste (82%), sendo que também adquiriu participação majoritária da planta industrial de Lubrificantes, em Duque de Caxias (RJ), e ratificou acordos com a ExxonMobil (controladora da Esso) para explorar a marca Móbil 1 (óleo motor nacionalmente conhecido). Com isso, a Cosan passa a ocupar o 5º lugar dentre os grandes *players* do segmento, no Brasil, com aproximadamente 7,2% de participação em nível nacional, num mercado dominado por poucos e no qual as seis maiores distribuidoras (Petrobras, Texaco, Shell, Esso, Ipiranga e Chveron) detêm 81% do mercado, enquanto 260 distribuidoras têm apenas 19%.

¹⁸² Cf. *O Estado de S. Paulo*, “Usineiros atrasam salários e projetos”, 28/10/2008, p. B11.

¹⁸³ Em entrevista publicada em *O Estado de S. Paulo*, de 01/11/2008, Cícero Junqueira Franco, um dos acionistas do grupo Santelisa Vale, segundo maior produtor de cana-de-açúcar do país, revelou que os empresários acreditaram que poderiam avançar mais do que dispunham de cacife próprio, e esse foi o motivo para a instabilidade para o setor. O empresário enfatizou que “os preços caíram e não subiram mais. A rentabilidade das usinas ficou menor. Em alguns casos, o resultado é negativo”. (p.B18).

¹⁸⁴ Os projetos em consecução no Mato Grosso do Sul e Triângulo Mineiro serão os mais afetados, segundo anunciou a UNICA. O caso da Santelisa Vale é ilustrativo desse processo, porque é o segundo maior grupo nacional do setor, com seis projetos em andamento (dois em Goiás e quatro no Triângulo Mineiro), que estão em compasso de espera, sendo que apenas o maior deles não sofreu qualquer modificação, ou seja, a parceria junto à Dow Química, que reúne investimento de US\$1 bilhão, até 2014, e envolve a transformação de álcool em plástico.

não alterará substancialmente a tendência recente de concentração e centralização da produção da cana-de-açúcar, do açúcar e do etanol.

1.4. O agronegócio no centro do conflito de classes

Essa turbulência que faz parte da crise instalada na economia mundial não apaga a magnitude que o agronegócio canavieiro registra, nos últimos dez anos, ou seja, índices de crescimento da produção, área plantada e espacialização desconhecidos desde a época da colonização e o apogeu do Proálcool, na década de 1980. As áreas novas e sem tradição na cana-de-açúcar ou que vivenciaram performance secundária, no contexto nacional, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Minas Gerais, Norte do Espírito Santo, nesta virada do século XXI, passam a vivenciar patamares de elevada expressão relativa e absoluta, motivada, pois, pelo espalhamento das plantas agroindustriais, produto da migração do capital (Figura 1).

É importante salientar outras pesquisas em andamento, sob a responsabilidade de outros pesquisadores, como é o caso da professora Maria Aparecida Moraes Silva¹⁸⁵, a qual confirma os enunciados que estamos colhendo, nas recentes pesquisas. É categórica ao afirmar que os trabalhadores que migram de áreas cada vez mais distantes para o corte da cana-de-açúcar, em São Paulo, são vítimas do próprio setor sucroalcooleiro, como verificamos, ao focalizar o caso concreto dos egressos da extração do babaçu no Maranhão¹⁸⁶. Isto é, com a expansão da cana-de-açúcar no Centro-Sul, em particular em São Paulo, no Leste do Mato Grosso do Sul e no Triângulo Mineiro e a consequente valorização das terras, a pecuária dessas regiões está se deslocando para outras porções do país (Figura 3).

Uma das frentes objeto da expansão da pecuária de corte direciona-se para a região Norte do país, sendo que a Amazônia saltou de 35 milhões para aproximadamente 80 milhões de cabeças, em 2006¹⁸⁷. Isso reflete os elevados patamares de desmatamento, atualizados praticamente em tempo real, por meio do monitoramento por satélite que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) realiza. Se considerarmos alguns exemplos, somente o município de São Félix do Araguaia, na primeira metade desta década, teve 14,5 mil km² de sua área desmatada e dispunha de um rebanho de 1,73 milhão de cabeças de gado¹⁸⁸, enquanto o Estado do Mato Grosso representou, em abril de 2008, 70% de toda a área desmatada da Amazônia¹⁸⁹. Sem contar os milhares de quilômetros quadrados que são objeto de desmatamento ilegal, para abastecer os grandes empreendimentos siderúrgicos que também têm despontado, na Amazônia¹⁹⁰.

¹⁸⁵ Em "Agronegócio: a reinvenção da Colônia" (2008b), a autora expõe sua interpretação sobre o processo de reorganização do capital no campo, no Brasil, no século XXI.

¹⁸⁶ Ver também Alves (2007).

¹⁸⁷ Cf. CENSO Agropecuário/IBGE, 2006.

¹⁸⁸ Cf. FSP, 13/01/2008, p. A31.

¹⁸⁹ Esses números, segundo os especialistas, devem ser bem maiores, pois nos últimos dois meses a maior parte do tempo as áreas de Mato Grosso e Pará, os dois Estados que concentram os maiores índices de desmatamento, estiveram encobertos com nuvens, o que dificulta a interpretação das imagens de satélite.

¹⁹⁰ Cf. OESP, 03/06/2008, p. A15.

A outra frente de expansão da agropecuária e das áreas de pastagens dá-se para o Norte ocidental, mais propriamente para a franja da Amazônia Legal, no Maranhão, adentrando sentido oeste-leste, atingindo o Piauí, Norte do Tocantins e a divisa oeste com o Estado do Pará.

Essa nova geografia, que se expressa nas formas de utilização e exploração do território deste início do século XXI, é a principal cartada das campanhas milionárias de *marketing*, por meio das quais o capital impõe sua “leitura” de moderno e de tecnificado. É pelo mesmo caminho que setores expressivos da sociedade entendem ser essa a “bola da vez”, para o desenvolvimento social e econômico, e a demarcação do desenvolvimento tecnológico da agricultura moderna. A sustentação dessa nova dinâmica territorial do agronegócio, no Brasil, expõe: as *novas* áreas de pastagens no Norte/Nordeste; a expansão dos Canaviais e das plantas processadoras no Centro-Sul; as áreas de cultivo de oleaginosas, unidades de produção de matéria-prima (óleo)¹⁹¹, bem como as de produção de do próprio biodiesel; a ocupação dos últimos estoques remanescentes de Cerrado na Amazônia (Tocantins, Rondônia, Amapá, Roraima, Amazonas) e no nordeste (Piauí e Maranhão), bem como a consolidação das áreas de cultivo de soja, milho e algodão; a invasão das florestas de eucaliptos (desertos verdes), principalmente no Norte do Espírito Santo, Sul da Bahia, Norte de Minas Gerais, e alguns sinais mais recentes para São Paulo, Goiás e Paraná.

Mais do que uma mudança de padrão técnico-produtivo, a agrobiotecnologia e organismos geneticamente modificados (OGM) suscitam novas questões: ecológicas, sociais, econômicas, ambientais, políticas¹⁹². São diferentes escalas implicadas nesse processo de redefinições, com a gravitação em seu entorno de diferentes agentes e interesses: grupos transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros, Estados, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, partidos políticos, empresas privadas, órgãos públicos, institutos de pesquisa etc.

A amplitude geográfica e espacial desses negócios se liga às vultosas inversões de investimentos públicos e privados, para fazer valer o desejo da reprodução ampliada do capital. Os bancos estatais, tais como Banco do Brasil e BNDES, têm fomentado e apoiado grandes somas de investimentos públicos para a agricultura tecnificada. Se isso não bastasse, historicamente têm também perdoado, renegociado (via de regra com rolagem das dívidas grandes proprietários de terra) e abonado dívidas junto a credores privados. O mais recente pacote do governo federal, mediante a Medida Provisória n. 432, de 27/05/2008, atinge R\$ 75 bilhões e envolve 2,8 milhões de contratos em todo o país, sendo que, destes, 700.000 são enquadrados como familiares e atingem apenas R\$5 bilhões.

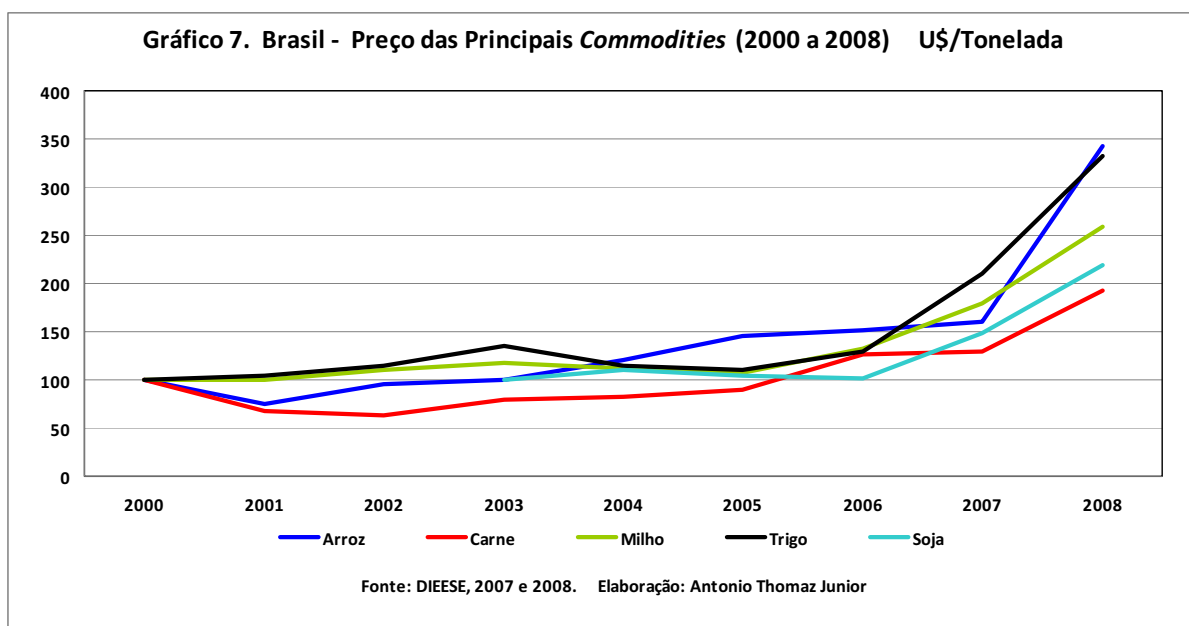
A extensão desse pacote compreende a soja, o café, a cana-de-açúcar e diversos quesitos, desde a compra de equipamentos, investimento, custeio, e ainda descontos, ampliação de prazos e redução de juros, novos prazos e descontos para dívidas antigas, contraídas na década de 1990, mas manterá os prazos de quitação dos débitos até 2005, hoje calculados em R\$24,5 bilhões. Se não bastasse, a MP prescreve que os débitos já incluídos na Dívida Ativa da União, orçados em R\$7 bilhões, terão abatimento de 40% a 75%, e o que sobrar poderá ser pago em cinco anos. E, para

¹⁹¹ Há unidades de produção de biodiesel que utilizam, como matéria-prima, gorduras animais, portanto, teriam a jusante as plantas produtoras do combustível transesterificado.

¹⁹² Para mais detalhes, ver Caporal; Costabeber (2002).

honrar essa benevolência, segundo informações extraoficiais, divulgadas pela grande imprensa, o Estado desembolsará R\$8 bilhões do caixa do Tesouro.

Essas idas e vindas que caracterizam a peregrinação destrutiva do capital pelo território, os mecanismos especulativos que regem a *modernidade* das *commodities*, têm evidenciado aumentos sucessivos nos preços dos alimentos. O óleo de soja, já intrínseco ao hábito alimentar dos brasileiros, é o exemplo dos efeitos especulativos e das destinações diferenciadas que o capital manipula, para assegurar seus interesses mercadológicos. O feijão e o arroz seguem igualmente marcha de ascensão dos preços; mesmo não sendo *commodities*, estão totalmente vinculados à sistemática mercadológica do espaço produtivo de alimentos. Poderíamos citar ainda a elevação dos preços da carne bovina¹⁹³, farinha de trigo, por conta dos desajustes na oferta de trigo argentino, que também reflete os mesmos desarranjos que citamos anteriormente para a soja (Gráfico 7). E é importante ressaltar que estamos nos referindo a produtos que compõem a cesta básica, ou seja, o que está sendo carimbado de crise de produção de alimentos atingirá, sobretudo, os trabalhadores pobres e as legiões de homens e mulheres empobrecidos e desempregados.



Essa nova divisão territorial do trabalho reflete os conteúdos contemporâneos da renda da terra, que estão sinalizando a substituição de pastagens, de áreas de culturas, além de incidir sobre os biomas naturais, como é o caso do Cerrado¹⁹⁴, de forma mais gritante, que tem suas áreas de conservação ambiental, terras indígenas, de comunidades quilombolas e camponesas invadidas pela voracidade do agronegócio.

¹⁹³ Os veículos de informação especializados estão noticiando, nos últimos meses, que o valor da arroba do bezerro mantém-se em ligeira queda, mas deverá alcançar patamares maiores, se a disparidade entre os ganhos com pecuária se mantiver de três a quatro vezes menor, quando comparados ao arrendamento das terras para as agroindústrias canavieiras, ou mesmo à possibilidade de plantar diretamente a cana-de-açúcar e fornecer para as empresas.

¹⁹⁴ É ainda mais preocupante o que está prescrito no Código Florestal: no caso dos Cerrados, nos nove Estados da Amazônia Legal, onde há ocorrência desse Bioma, exige-se que apenas 35% da cobertura original seja mantida, caindo essa porcentagem, nas demais áreas, para 20%.

Esse processo expansionista do capital, em atenção à amplitude e magnitude dos seus desdobramentos, tem repercutido também nas relações de trabalho, nas formas de ser, na empregabilidade/desposseção e na subjetividade dos trabalhadores ou, mais propriamente, da classe trabalhadora. Por exemplo, para a cana-de-açúcar ou o empreendimento canavieiro conseguir se expandir sobre as áreas cultivadas, especialmente com laranja e pastagens, é necessário que pague mais renda que os demais produtos, ou que remunere mais do que as culturas em uso vigente da terra. Aliás, esse processo já vem ocorrendo, todavia não sinaliza possibilidade de crescimento da área plantada, na mesma proporção e em condições de competir com os custos da expansão para a região Oeste, quando consideramos as regiões canavieiras de Ribeirão Preto, Piracicaba e Campinas.

Esses elementos refletem a expansão das empresas e levam os respectivos grupos que se encontram instalados nas áreas tradicionais (Ribeirão Preto, Araraquara, Bauru, Piracicaba) a ampliarem seus negócios para outras regiões¹⁹⁵, da mesma maneira que alguns grupos, sediados no Nordeste canavieiro, têm-se interessado igualmente pelo Oeste Paulista¹⁹⁶ (Quadro 7), Triângulo Mineiro¹⁹⁷, Norte Fluminense¹⁹⁸, Goiás¹⁹⁹ e Mato Grosso do Sul²⁰⁰. Sem contar as condições topográficas no Planalto Paulista, muito favoráveis à expansão da lavoura canavieira, tendo em vista as áreas planas que se adequam aos projetos da mecanização do corte, o que está demarcado no Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo (Figura 5).

Quadro 7. Empresas Agroindustriais Canavieiras – Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista – 2008.

Nome Fantasia	Razão Social	Município	Grupo Econômico
Floralco	Floralco Açúcar e Alcool Ltda.	Flórida Paulista	João Florentino Bertolo
Branco Peres	Branco Peres Açúcar e Alcool S/A	Adamantina	Branco Peres
Bionergia	Bioenergia do Brasil S/A (ex-Central de Alcool Lucélia Ltda.)	Lucélia	Eduardo Silva
Alcídia	Destilaria Alcídia S/A	Teodoro Sampaio	Odebrecht (ETH Bioenergia S/A)
Alto Alegre (Alta Floresta)	Usina Alto Alegre S/A Açúcar e Alcool	Presidente Prudente	Junqueira/Figueiredo
Decasa	Decasa Destilaria de Alcool Caiuá S/A	Caiuá	Olival Tenório/Alagoas
Conquista do Pontal (em instalação)	ACP Agropecuária	Mirante do Paranapanema	Odebrecht (ETH Bioenergia S/A)
Paranapanema I	Destilaria Paranapanema Ltda. (Ex-	Narandiba	Biofuel AS

¹⁹⁵ Como é o caso dos Grupos Biaggi, Cosan, Bellodi, Ruete, Carollo este último já vendeu as duas unidades em que estava à frente, no Pontal do Paranapanema, para o grupo norueguês Fiofuel AS, em março de 2008. O detalhamento da expansão dos grupos agroindustriais canavieiros, das áreas tradicionais para as demais regiões, pode ser encontrado em Oliveira; Thomaz Júnior (2007) e Oliveira (2009).

¹⁹⁶ Como já vimos, a denominação Oeste paulista também abrange, sob o enfoque da UDOP, outras porções do espaço paulista; no entanto, vale destacar que a Região de Araçatuba é a que mais está recebendo investimentos e instalação de novas unidades agroindustriais canavieiras, 13 ao todo, sendo que já entraram em operação, na safra 2007/2008, seis unidades, São José do Rio Preto, com dez unidades, Bauru, com quatro novas empresas, e Marília, com apenas uma. Os nomes e as razões sociais das empresas que identificam os grupos continuarão a ser objeto da nossa pesquisa.

¹⁹⁷ O primeiro grupo nordestino a se instalar em Minas Gerais foi o alagoano João Lyra, nos idos de 1980, voltando a investir em 2003, com a aquisição de mais uma empresa. O grupo Tércio Wanderley, em 1999, fez o primeiro investimento e, em 2005, outro, com mais duas unidades em implantação. O grupo João Tenório instalou-se também no Triângulo Mineiro. O Grupo José Pessoa tem, igualmente, uma unidade no Triângulo Mineiro e é proprietário de mais 8 plantas, nos demais Estados produtores.

¹⁹⁸ O grupo José Pessoa está acreditando na retomada da cana-de-açúcar, no Norte fluminense, por intermédio da Usina Santa Cruz (Campos/RJ) e da instalação da Quissamã/RJ.

¹⁹⁹ Em Goiás, destaca-se o Grupo Farias, com as unidades de Itapaci, Vale Verde, Itapuranga e Anicuns; e o Grupo Japungu, com duas unidades, em Goiás: a CRV e a Cooper-Rubi, localizadas, respectivamente, nos municípios de Carmo do Rio Verde/GO e Rubiataba/GO).

²⁰⁰ O principal destaque a fazer é para o grupo José Pessoa, que ampliou suas operações, no Estado do Mato Grosso do Sul, além dos horizontes da CBAA/Brasilândia (ex-Debrasa), CBAA/Sidrolândia. O grupo Tavares de Melo também está apostando na expansão dos negócios para esse Estado, pois, além da Usina Passa Tempo, no município de Rio Brilhante/MS, também está à frente da Usina Maracaju, no município de mesmo nome; somente no município de Dourados estão sendo construídas quatro novas plantas agroprocessadoras de cana-de-açúcar.

(Em operação desde junho de 2008)	Destilaria Bela Vista)		(Noruega)
Cocal II		Narandiba	Garms
Califórnia	Parapuã Agroindustrial S/A (Ex-Destilaria Califórnia)	Parapuã	Toledo/Alagoas
Alvorada	Usina Alvorada do Oeste Ltda. (Ex-Dalva)	Santo Anastácio	Tarciso José Marques
Paranapanema II (em instalação)	Destilaria Paranapanema Ltda	Sandovalina	Biofuel AS (Noruega)
Santa Fanny	Destilaria Santa Fanny Ltda.	Regente Feijó	Jaques Samuel Blinder
Alta Paulista (Usalpa)	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda (Ex-Vale Verde)	Junqueirópolis	Silveira Barros/Pernambuco
Usina Atena (em instalação)	Atena Tecnologias em Energia Naturais Ltda.	Martinópolis	Egreja (Us. Diana, Avanhadava)
Rio Vermelho	Rio Vermelho Açúcar e Alcool Ltda.	Junqueirópolis	Antonio Eduardo Garieri/Branco Peres
Dracena	Usina Dracena Açúcar e Alcool Ltda.	Dracena	Adriano Rossi

Fonte: Mapa, 2006; UDOP, 2006; Trabalho de Campo, 2007; Atualizada pelo autor, dezembro de 2008.

O Quadro 5 nos fornece informações atuais das empresas agroindustriais canavieiras, localizadas no Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista, bem como as que estão sendo instaladas e as unidades projetadas. É importante notar que, particularmente, as empresas que estão em fase de instalação e projetadas estimulam ações do capital em direção à expansão dos canaviais, como constatado *in loco*.

Esse processo está sendo viabilizado econômica e politicamente por meio da aliança entre capital agroindustrial e latifundiários/grileiros, atingindo duplamente os trabalhadores assentados, ao inseri-los na atividade canvieira. Isto é, esse processo está desafiando a identidade da autonomia camponesa, ao envolvê-los no circuito produtor da matéria-prima, tanto como arrendatários (de parte de suas terras) para o plantio da matéria-prima, quanto como assalariados, no corte da cana-de-açúcar.

Mas não se trata de colocarmos em relevo apenas os aspectos quantitativos do processo expansionista da cana-de-açúcar e da agroindústria canvieira, no Pontal do Paranapanema, o que já é uma temeridade, senão, também, as estratégias e expedientes do capital para garantir tal empreendimento e a tonalidade de moderno que está embutida nessas práticas.

Em relação aos grupos econômicos que iniciam atuação na região, a Odebrecht está viabilizando seus negócios, porque tem conseguido minimizar as resistências junto a parcelas da opinião pública, exatamente porque ampara suas ações públicas sob a justificativa do desenvolvimento econômico local/regional, com o aumento da arrecadação por meio do pagamento de impostos, dos investimentos e da abertura de empregos, em Teodoro Sampaio e região.

Os resultados da pesquisa que estamos empreendendo para dimensionarmos os efeitos concretos das empresas agroindustriais canavieiras Decasa e Alvorada D'Oeste²⁰¹, localizadas respectivamente nos municípios de Santo Anastácio e Caiuá, expressam a precariedade do trabalho nos canaviais e nas plantas fabris no Pontal do Paranapanema. Os demais grupos/empresas estão apostando ainda nas facilidades das terras mais baratas e abundantes, em comparação às suas regiões de origem, e na possibilidade de não contar com a atuação das organizações sindicais estruturadas. Há nisso um paradoxo que o capital agroindustrial canvieiro se

²⁰¹ Esse projeto – “Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canvieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa” –, em nível de Iniciação Científica, (IC/FAPESP), foi realizado sob nossa orientação: “de responsabilidade de Maria Joseli Barreto, o qual foi precedido de Estágio Não Obrigatório (ENO) e, na sequência, por Bolsa de IC/CNPq.

propõe resolver, através de sua ação “desbravadora” no Pontal do Paranapanema, que é viabilizar a inserção ao cenário produtivo os aproximadamente 500.000 ha de terras devolutas, em mãos dos latifundiários/grileiros, bem como fragilizar e incorporar as terras dos assentamentos rurais conquistadas mediante a luta dos trabalhadores.

A superexploração do trabalhador da agroindústria, ao se submeter a jornadas extenuantes de trabalho, nas quais o risco de morte é constante, como o soldador que trabalha próximo às garras da moenda ou o trabalhador que atua descarregando os caminhões, constitui o resultado do descaso e dos procedimentos de desrespeito à legislação trabalhista, historicamente consolidados nesse setor de atividade. No caso dos trabalhadores rurais, salientamos os bituqueiros, que acompanham as máquinas (tratores, colheitadeiras e caminhões) para a catação das canas que se perdem no processo de carregamento e transporte no campo, o cortador de cana, que convive com riscos de cortes, mutilações, queimaduras, lesões, doenças associadas ao esforço excessivo/repetitivo, à exaustão, o contato constante com a fuligem, além da pressão psicológica imposta pela empresa, quanto aos patamares mínimos de *corte*, além de utilizar a colheitadeira para pressionar e ameaçar o trabalhador. Ainda destacamos a precariedade do setor de transporte, que na maioria dos casos opera com empresas terceirizadas, mediante jornadas de doze horas diárias, alimentação inadequada, noites mal dormidas, fatores preponderantes ante a possibilidade de acidentes seguidos de tragédias.

Nesse particular, vale destacar a Biofuel AS²⁰², empresa transnacional sediada no Pontal do Paranapanema, líder na produção e comercialização de etanol da Noruega, que chega ao Brasil anunciando investimentos de cerca de US\$ 170 milhões, na aquisição da Destilaria Paranapanema I (Narandiba-SP), que pertencia ao Grupo Carollo, proprietário da Destilaria Albertina, já em operação em 2008 e com previsão de moer 1,5 milhão de toneladas. A Destilaria Paranapanema 2, localizada em Sandovalina (SP), também foi vendida ao grupo norueguês, e deverá entrar em operação em 2010, momento em que as duas plantas deverão moer 4,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, chegando, até 2012, a 8 milhões de toneladas, conforme divulgação no *site* da UDOP. A aposta nos bons resultados e facilidades de operação tem guiado os descuidos do capital para com as prerrogativas trabalhistas, tendo em vista as ações que tramitam no âmbito do Ministério Público Federal do Trabalho, escritório de Presidente Prudente, todas encimadas no não fornecimento de EPI's, descontos indevidos nos contracheques etc.

A face oculta desse processo e que estrutura o paradoxo envolve ações combinadas e articuladas por parte do capital, que faz valer seus interesses em torno da legitimação do grilo, condição para efetivamente apostar no negócio agroindustrial canavieiro como principal dentre suas demais ações e interesses comerciais, o que, em decorrência, pressupõe que as terras estejam legalizadas para que possa incorporá-las pela via da aquisição e acreditar na mecanização do corte e nas operações de plantio, momento em que se fecha o circuito. É por essa via que pretendemos reforçar a ideia central que encoberta a expansão da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, ou seja, a legitimação das terras griladas (Mapas 2 e 3), e o fetiche da eficiência produtiva dessas terras em substituição às áreas de pastagens

²⁰² A Biofuel AS é produto da associação da Norse Energy com as companhias de embarcações marítimas Umoe, Eitzen e Farstad – atua na Noruega, Estados Unidos e Brasil, na exploração de petróleo e gás natural.

degradadas, dos incêndios criminosos das áreas de Reserva Legal (RL), e Áreas de Preservação Permanente (APP), e das terras até então destinadas à produção de alimentos.

Se, há alguns anos ou meses, em algumas dessas áreas, a cana-de-açúcar não marcava presença – ao menos algo que se evidenciasse na paisagem agrária –, agora o que se verifica é um processo extremamente intenso e agressivo de tombamento de áreas de cultivo de alimentos, de pastos e de florestas para o plantio da gramínea, que, já tem dado outra identidade para a Região do Pontal (Mapa 3), o mesmo ocorrendo para tantas outras porções do território nacional, como estamos constatando por meio de outras pesquisas²⁰³.

O que vem ocorrendo, muito timidamente, é a tentativa de se estabelecer alguns elementos referenciadores ou pretensamente limitantes para o processo de expansão da cana-de-açúcar, no âmbito municipal e, em São Paulo, como já vimos, com o Zoneamento Agroambiental (Figura 5) Verifica-se, a partir dos exemplos conhecidos, a quase que total vinculação dos elementos norteadores aos grupos econômico-corporativos locais e regionais, como é o que ocorreu em Rio Verde (GO). Isto é, por ser o prefeito um grande sojicultor, estar vinculado aos grupos e lideranças regionais, e escudado política e economicamente pela Perdigão²⁰⁴, em nada acrescenta para a comunidade em geral além do já viciado *mundo da monocultura*, concentrador de renda, de terra e de capital, e a defesa de interesses particulares e de grandes corporações²⁰⁵.

As disputas inter e intracapital em nada servem aos trabalhadores. A título de exemplo, buscamos algumas indicações que estão referenciando discussões sobre tentativas embrionárias de zoneamento para a expansão da cana-de-açúcar: a) municípios com até 500 km² só poderão ter 30% de seu território ocupado pela cana; b) quando a área se enquadra entre 500 e 1000 km², 25%, c) redução progressiva, considerando o potencial de diversificação regional; d) o mínimo de 30% da cana usada pelas agroindústrias canavieiras²⁰⁶ deve ser comprado de produtores locais, para que não haja monopólio.

Vale observar que esse é um dos elementos a que nos dedicaremos, para as próximas etapas da pesquisa; porém, desde já é possível perceber que, sem que a sociedade civil, os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos sociais sejam mobilizados, a importância de se estabelecer limites e disciplinamento para a exploração e formas de uso das terras é apenas uma falsa questão, que tende a camuflar as estratégias anárquicas de expansão do agronegócio, no Brasil. A disputa por território é a marca da luta de classe, todavia a desinformação e a manipulação das informações e as campanhas publicitárias milionárias que *fetichizam* o processo expansionista do

²⁰³ Como já nos referenciamos, em outras partes do texto sistematizador, às pesquisas que estão em consecução sob nossa orientação.

²⁰⁴ Cf. Registros coletados junto à imprensa regional e de âmbito nacional.

²⁰⁵ Em Trabalho de Campo realizado em setembro e outubro de 2008, na região de Rio Verde (GO) e outras áreas do Cerrado, tradicionalmente produtoras de soja, tais como Jataí, Catalão, Anápolis, em Goiás, Uberlândia (MG), Rondonópolis (MT), Dourados (MS), bem como Maringá (PR), o zoneamento agroecológico, como vem sendo tratado regionalmente, não saiu do papel, mas tampouco tem a credibilidade esperada junto à sociedade.

²⁰⁶ Adotamos a mesma nomenclatura que criamos para identificar as empresas agroindustriais canavieiras, na oportunidade da Tese de Doutorado, porque está fundada na identificação do produto preponderante/determinante, o que tem implicações para a identificação corporativa dos trabalhadores e para o capital, ou seja, se seguirmos a nomenclatura que usualmente é utilizada para toda e qualquer agroindústria canavieira, com a denominação de usina, estamos nos esquecendo de que essa categoria somente produz açúcar, da mesma forma que denominarmos, na razão oposta, toda e qualquer empresa como destilaria, pois essa denominação indica somente a produção de álcool. Dessa maneira, quando inserimos na nossa classificação "destilaria anexa", estamos nos referindo às empresas que se iniciaram na produção de açúcar e depois instalaram destilaria para a produção de álcool. Da mesma maneira que, quando denominamos "usina anexa", estamos indicando que se trata de empresas que começaram na produção de álcool (destilarias autônomas) e depois instalaram a fábrica, para produzir açúcar.

capital obstaculizam a compreensão das estratégias espaciais que são colocadas em prática. Daí os estudos serem imprescindíveis para o esclarecimento público e qualificação de alternativas de desenvolvimento para os trabalhadores.

Com base nisso, acreditamos ser imperiosa a prevalência das formas de uso e exploração do território ou zoneamento agroambiental, assim como outras denominações que já circulam, como zoneamento econômico-ecológico, que priorizem as organizações familiares camponesas, estruturadas à base da sustentabilidade ambiental e da policultura, e que prevejam e respeitem os projetos de Reforma Agrária, especialmente os projetos de assentamentos rurais e os princípios da Soberania Alimentar.

1.4.1. Institucionalização do projeto do capital e *eliminação* das resistências

Para os 109 assentamentos do Pontal do Paranapanema, há 6.425 lotes e 145.669 ha envolvidos, e o valor bruto total, para a safra 2004/2005, girou em torno de R\$ 39 milhões, sendo que o leite correspondeu a 52% desse montante²⁰⁷. Apesar de os números revelarem situação preocupante, do ponto de vista do rendimento dos camponeses assentados, o leite é agregador do núcleo familiar e, mesmo que o baixo número de vacas lactantes não envolva todos os membros da família, garante, de maneira parcial, mas constante, os rendimentos familiares.

O que se anuncia, com a inserção dos assentamentos no cultivo da cana-de-açúcar, é a quebra da unidade da família camponesa, agora estimulada a fazer parte de um grande negócio, alardeado como bem-sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais aspectos negativos, tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora, frustração e secundarização do trabalho no lote.

Temos claro que, apesar de o elemento econômico para as empresas sediadas no Pontal do Paranapanema ser essencial, os aspectos estratégicos associados aos interesses de classe, tais como a legitimação das terras devolutas e improdutivas, bem como o desmonte dos assentamentos, por meio do cultivo de cana-de-açúcar, ocupam lugar central nessa porção do território. Nessa perspectiva, se o empresário canavicultor tem mais capacidade de *remover* o obstáculo da propriedade da terra, para expandir seus negócios, em comparação a outros interessados na mesma área, vai alcançar êxito, decorrendo dessa condição o elemento central nas negociações políticas entre as frações da burguesia envolvidas nesse processo.

O avanço dos canaviais para o Oeste de São Paulo não está colidindo com os interesses dos pecuaristas, uma vez que se estabelece entre as partes a mediação do pagamento da renda da terra. Assim, se for mais vantajoso, economicamente, para o pecuarista e proprietário da terra manter seu negócio, ou ceder a terra em arrendamento para outras atividades, seja a cana-de-açúcar ou não, seja efetuando consorciamento com grupos estrangeiros ou não, está na dependência desse mecanismo de regulação entre o capitalista e o proprietário da terra.

²⁰⁷ Cf. Entrevista concedida por Fábio Luis Nogueira de Almeida ao jornal *O Imparcial*, de 20 de maio de 2007.

Do mesmo modo funciona a venda de grandes extensões de terras para as empresas e grupos estrangeiros que estão se lançando à atividade agroindustrial canavieira, como a Cargill, Dreyfus, George Soros etc. Os brados nacionalistas conferem críticas e restrições a esse particular, neste momento presente no INCRA e também no Congresso Nacional²⁰⁸, todavia garantem apoio ao capital nacional, ao suposto projeto de construção da autonomia energética, como se a pátria do capital respeitasse qualquer sentimento de autonomia e compaixão, quiçá como algo para todos.

Consequentemente, não há, na maioria dos casos, quase nenhuma objeção por parte do proprietário de terra, se, a princípio, estaria cedendo ou vendendo parte ou totalidade de seu patrimônio para o plantio de eucalipto, soja, cana-de-açúcar, pinhão manso, *canabis sativa*, feijão ou qualquer outro produto. Tampouco se estariam sendo respeitadas ou não as normas e os códigos ambientais, com o plantio ilegal de transgênicos, desrespeito às APPs, reserva legal e das leis trabalhistas etc. Ou, ainda, se os negócios se dariam à base da prática da monocultura, se seriam direcionados para o mercado interno ou externo e se comporiam ou não a cesta básica. Exceção seja feita para o caso do grileiro/latifundiário do Pontal do Paranapanema, que se dispõe a ceder parte ou totalidade das terras em arrendamento para o plantio da cana-de-açúcar, tendo em vista estarem em primeiro plano não somente seus interesses econômicos, mas, sobretudo, estratégicos e políticos, já que está em pauta sua existência enquanto proprietário de terra, enquanto classe.

No “vale tudo”, são cada vez mais frequentes as denúncias de incêndios criminosos de bosques, pastagens, áreas de Reserva Legal e de APP, além do desrespeito às normativas legais, tanto com relação aos 20% do total da propriedade, quanto aos 30 metros de cada lado das margens dos rios e aos 50 metros quadrados de raio para as nascentes²⁰⁹.

A peculiaridade do processo destrutivo de avanço da lavoura canavieira e das plantas de processamento agroindustrial, especialmente nos últimos dez anos, está, *desgraçadamente*, comprovando os elementos da cultura quinhentista de depredação, empreendida pelo capital e pelo latifúndio. A incorporação das áreas queimadas, desmatadas ao estoque de terras para plantio, dá-se, depois de resolvida as questões negociais entre as parte envolvidas, em poucas horas, isto é, são tombadas e preparadas para o plantio da cana-de-açúcar, sucedendo rapidamente a situação original (Figura 6).

²⁰⁸ Para juristas, técnicos do INCRA e parlamentares, a aprovação da Emenda 6, que revogou o artigo 171 da Constituição Federal, em 1994, não alterou a Lei 5709, de outubro de 1971, que ainda continua em vigência. A inoperância jurídica sobre a regulação da aquisição de terras por estrangeiros, até então amparada no parecer encomendado pelo INCRA, em nada substitui a referida Lei, que portanto deve ser seguida. Já no Congresso Nacional, as opiniões sobre esse assunto estão inclinadas a admitir que o problema não é vender ou comprar terras, mas dispor de meios para manter a soberania sobre a terra vendida.

²⁰⁹ Estamos notando esse comportamento do capital como algo predominante, em todo o Brasil, durante nossas atividades de Trabalho de Campo, visitas e informações que colhemos junto aos demais pesquisadores dos temas afins.

Figura 06: Queimada como estratégia do capital para a expansão do plantio de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema.



Seja nas áreas de pastagens degradadas, com situação jurídica pendente ou griladas, seja nas áreas inseridas na produção de alimentos, a primeira etapa do *planejamento da destruição* inclui sua demarcação, o dessecamento, a eliminação das Reservas Legais, o desmatamento e a supressão das APPs (Figura 6). Esses expedientes estamos comprovando em detalhes, durante a realização das pesquisas de campo²¹⁰, ou seja, o preparo para o processo expansionista que começa com os aceros, o desmatamento, a prática de enterrar das árvores e galhos, as queimadas, e o tombamento e preparo do solo (Figura 7) para o plantio são a marca registrada do destrutivismo do capital em tempos de agrocombustíveis, de *commoditização* e de *mutações genéticas* que transformam usineiros em *heróis*, tanto no Pontal do Paranapanema quanto nas demais áreas produtoras do território brasileiro. A esse processo se associa a adoção de procedimentos técnicos tanto nas operações agrícolas que envolvem preparo, terracimento, formas de plantio (Retrato 12), quanto no processamento agroindustrial.

Depois do fogo, vem a bonança para o agronegócio *alcoholizado*. Metáforas à parte, esse é o chamamento para podermos refletir acerca do expediente do fogo, a fim de fazer valer os interesses expansionistas do capital, inspirados na *civilização da barbárie*. A prepotência, a certeza da impunidade, o desrespeito às normativas legais ambientais e trabalhistas têm garantido a estratégia de expansão da cana-de-açúcar, assim como a manutenção do descaso para com o meio ambiente e com a integridade dos trabalhadores envolvidos diretamente no corte.

²¹⁰ Poder contar com os mapas do ITESP, que fornecem a localização e a situação jurídica das terras do Pontal, e a utilização de GPS está nos possibilitando recompor, no caso do Pontal do Paranapanema, o quadro atual das terras que estão sendo incorporadas ao circuito produtivo do agronegócio da cana-de-açúcar. Mas, em nível de Brasil, estamos conseguindo acompanhar esse processo por meio dos projetos de pesquisas que estamos coordenando e orientando.

Figura 07. Roteiro da Destruição/Expansão da Cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema – 2008



Organização: Antonio Thomaz Junior, 2008.

1- Abertura de valas para enterrar troncos e raízes de árvores; 2- construção de aceros; 3- prática da queimada; 4- descontrole da queimada e destruição de nascente; 5- plantio da cana-de-açúcar; 6- áreas de cultivo com cana-de-açúcar, que não revela o roteiro de destruição.



Para se entender a equação produtiva e a estratégica da agroindústria canavieira, no Pontal do Paranapanema, faz-se necessário considerar os demais objetivos do capital, tais como a fragilização das iniciativas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, que, desde meados de 1990, desenvolvem ações sistemáticas e organizadas, no âmbito da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Para tanto, o capital atua para desmontar a estrutura produtiva dos assentamentos, atraindo para seu entorno os camponeses, tanto por meio da contratação como assalariados, seja no corte da cana, seja na planta fabril, quanto pela via da absorção das terras ou da *metamorfose dominial*²¹¹, quando redefine o espaço produtivo moldado para o cultivo da cana-de-açúcar, conforme fixa a Portaria ITESP nº77²¹². Essa Portaria prescreve, igualmente, no seu artigo 8º, item II, “elaborar, por meio do Grupo Técnico de Campo, laudos trimestrais de acompanhamento e fiscalização”, o que, na prática, não tem ocorrido como previsto.

Se, de um lado, para o capital é importante apostar na legitimação das terras devolutas e improdutivas, claro está que isso não significa salvar a pecuária extensiva e os pecuaristas, porém, garantir horizonte para a expansão das áreas de plantio de cana-de-açúcar,

²¹¹ A intenção é demarcar a idéia de que, mesmo mantendo o direito de domínio sobre o lote, o camponês assentado transfere sua liberdade de decisão sobre o que produzir ao capital.

²¹² No artigo 2º da Portaria ITESP-77, de 2004, que substituiu a Portaria 75 de outubro de 2002, está garantido que “as culturas para fins de processamento industrial poderão ser implantadas nos lotes com área de até 15 ha, ocupando até 50% da área total, e nos lotes com área superior a 15 ha, ocupando até 30% do total”.

associadas ao desenvolvimento das forças produtivas, portanto, ao crescimento da capacidade produtiva e de agroindustrialização e à subordinação da família camponesa ao capital. Dessa forma, as ações expansionistas não contemplam somente os interesses econômicos, via sujeição da renda da terra, como podemos exemplificar com os baixos custos operacionais do trabalho camponês e familiar, para manter as atividades de campo dos tratos culturais (capina), aliados à proximidade das terras dos assentamentos dos ternos de moenda da agroindústria²¹³.

Esse experimento por parte do capital manteve-se restrito aos assentamentos mais próximos, mas também àqueles assentados que se submeteram às imposições da integração. Isto é, a territorialidade dos assentamentos envolvidos na plantação de cana-de-açúcar (Retrato 13), no Pontal do Paranapanema (Tabela 4) tanto responde aos argumentos e interesses econômicos dos baixos custos com transporte, dado à proximidade da planta agroprocessadora (Mapa 9), mas também porque, ao envolver os assentamentos no plantio de cana-de-açúcar, o capital os amarra à sua dinâmica e também sacramenta os argumentos que busca incessantemente reunir para legitimar o contingente de terras devolutas, que responde por aproximadamente metade de toda a matéria-prima moída e que envolve todos os assentamentos em questão (Mapa 3).

Tabela 4. Assentados do Pontal do Paranapanema Envolvidos no Programa *BB-Convir*/Destilaria Alcídia

Nome do Assentamento	Área Total dos Lotes Envolvidos (ha)	Início da Vigência do Contrato	Número de Assentados que Firmaram Contrato
Alcídia da Gata	71,5	Mai./2003	13
Laudenor de Souza	28,05	Fev./2004	7
Santa Cruz da Alcídia	25	Fev./2004	7
Vô Tonico	-	Fev./2004	2
Santa Zélia	31*	Mai./2003	34*
Santa Terezinha da Alcídia	59*	Mai./2003	24*
Gleba XV de Novembro	186,92	Set./2004	38
Total	533,02*	-	125

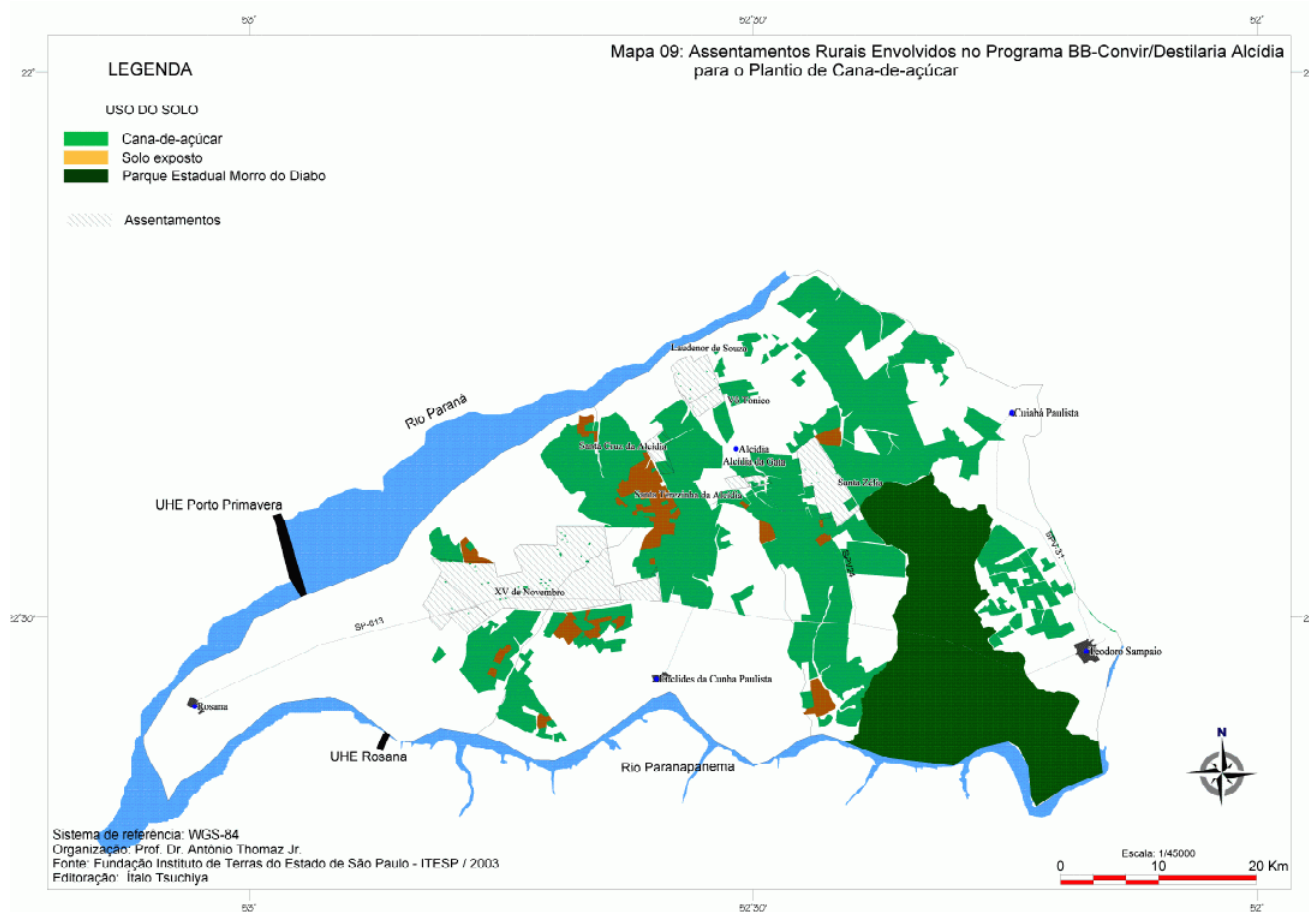
Fonte: GTC/ITESP-Rosana, 2008.

*Informação inconsistente.

Nem arrendamento nem cessão, mas algo que prende o camponês ao sistema de crédito que viabiliza a integração da produção camponesa ao capital agroindustrial, por meio do *BB-Convir* Integração Rural e do Portal de Agronegócio²¹⁴, nos moldes do que já sobejamente conhecido, mas com o *agravante* dos atrativos creditícios facilitados via recursos do Pronaf (que girou em torno de R\$18.000,00) e avalizados pelo capitalista agroindustrial canavieiro, que quita o empréstimo em parcelas, à base de 50% na primeira safra, 30% na segunda safra e 20% na terceira safra, sendo que somente o que sobra de cada parcela comporia a renda do assentado, que não tem nenhum controle dos valores apresentados pelo capital.

²¹³ Pudemos abordar esse assunto de forma detalhada, para o caso do Pontal do Paranapanema, através do vídeo-documentário "Cana no Pontal?", produzido por nós, com direção técnica de Claudemir Mazuchelli e lançado em março de 2008.

²¹⁴ Vide: www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/cvnBBConvir.agr.



Os resultados desse empreendimento já expressam os números da destruição, pois a legalização do avanço das áreas de plantio de cana-de-açúcar, também nas terras dos assentamentos, está proporcionando sérios danos aos assentados que ingressaram nessa aventura. Endividamento, frustração, sentimento de ser enganado, o cenário de perdas reais e a impossibilidade de tirar proveito dos ganhos que o capital extraiu de dentro do seu lote, sem nada poder fazer, tem levado à insatisfação; entretanto, vale o registro de que, apesar de essa ser uma prática condenada pelas lideranças do MST e por várias outras agremiações, mesmo elas não conseguem controlar a situação, para o conjunto dos assentamentos.

Os exemplos mais marcantes que pudemos conhecer, no desenvolvimento da pesquisa, nos revelaram o quão desinteressante e desmobilizadora tem sido essa experiência de ingresso dos assentados na atividade canavieira. Essa vinculação ganha mais amplitude, porque, em vários casos, os membros da família que não estão envolvidos na capina e tratos culturais dos canaviais trabalham no corte da cana ou na planta fabril. Ao que tudo indica, há sinais de uma *negociação*, na qual os assentados cedem parte de suas terras ou o que lhes é permitido e, em troca, exigem vínculos laborais para si ou para outros membros da família, em outras atividades da empresa. Esse fato poderia ser arguido, tendo em vista não se admitir que os assentados possam ter tanta força assim, para *impor* algo numa negociação junto ao capital, mas são esses elementos contraditórios que *apimentam* ainda mais nosso objeto de estudo.

Com o propósito deliberado de viabilizar “convênios de integração rural”, o Banco do Brasil disponibiliza sua estrutura de atendimento e de crédito, para financiar a integração dos assentamentos rurais às empresas agroindustriais, no caso em questão, da cana-de-açúcar, numa clara inversão dos reais motivos e interesses que justificam sua existência, tanto histórica, no que se refere à luta pela terra e pela Reforma Agrária, quanto política, econômica e social, ou seja, manter a coesão da unidade familiar na terra, produzir alimentos para o consumo humano e contribuir para a desconcentração da estrutura fundiária, responsabilidade essa que recai majoritariamente sobre as mulheres camponesas (Retrato 14).

As pesquisas têm mostrado que, para 70% dos casos entrevistados, o insucesso comprovado dessa experiência deu-se já na primeira safra, pois pouco restou de rendimento. Quando consideramos os três anos de vigência do contrato, depois de extraídos os descontos previstos à base de 50%, 25% e 25% respectivamente, 1ª, 2ª e 3ª safras (2005/2006; 2006/07 e 2007/08), ao montante contraído por meio do Pronaf-D, para 95% dos assentados entrevistados, prevaleceu o endividamento, o que demarca o intento destrutivo de inserção dos camponeses ao circuito produtor de cana-de-açúcar para a agroindústria²¹⁵.

O principal aspecto a considerar é a inexperiência com o processo produtivo da cana-de-açúcar, dificuldades de realizar os tratos culturais adequados (capinas manuais regulares, tendo em vista os elevados custos do procedimento químico), para garantir patamares de produtividade

²¹⁵ Estamos preparando outro vídeo-documentário que expressará a degradação do processo de inserção dos camponeses assentados no cultivo da cana-de-açúcar, na qualidade de fornecedores para a agroindústria, no Pontal do Paranapanema. Além da desmobilização em relação ao (des)envolvimento da família nas atividades no lote, promove o desmonte da unidade familiar em torno da Luta pela Terra e da Reforma Agrária. Um dos aspectos que abordamos, durante a pesquisa, foi o fato de que houve um certo descuido por parte dos membros da família das questões coletivas, dos enfrentamentos e com as ocupações. Até porque, em vários casos, a maior parte da família esteve ou está inserida no corte da cana-de-açúcar e não comparece às ações políticas organizadas pelos movimentos sociais, em particular o MST.

compatíveis com os retornos esperados e desejados quando do momento da assinatura dos contratos, à média de 90 toneladas por hectare, o que de fato, em média, no primeiro corte, atingiu 75 t/ha. O mesmo se repetiu nas safras seguintes, aliás, com maiores perdas, comprovado para 85% dos casos e configurado na queda do já baixo patamar médio de produtividade, à base de 65 t/ha, sendo que ficaram devendo para a Destilaria Alcídia, o que seria quitado nos acertos a serem feitos na safra seguinte.

Para aqueles que já venceram as três safras, as marcas do insucesso são marcantes, sendo que a maioria permanece endividada, depois de realizadas as operações compatíveis de remuneração à base da produtividade média/ha registrar 40 a 50 t/ha. Dessa forma, depois de feitos os descontos pela empresa, que controla todo o processo (corte, mediação em campo, conversão para peso e pagamento) e estipula o preço a ser pago ao produtor, a atividade canvieira é comprovadamente inadequada e imprópria para os assentados. Essa experiência está causando mais problemas para os camponeses, tendo em vista a desfavorabilidade dos contratos, incompatibilidade técnica e gerencial para responder aos patamares de produtividade desejados pelo capital, manutenção das dívidas e, conseqüentemente, a fragilização do empreendimento familiar/camponês.

A *mobilização* dos trabalhadores, por parte do capital e seus prepostos, para gravitarem na órbita da empresa agroindustrial, reserva-nos ainda muitas questões a serem compreendidas. Os argumentos dos assentados para resistir incluem denúncias das ameaças que recebem dos prepostos dos capitalistas, quando forçam a efetivação dos contratos de arrendamento, amparados na Portaria 77 do ITESP/2004, argumentando que não suportarão o avanço da cana-de-açúcar, de sorte que é melhor cederem do que enfrentarem, e apostarem no “esquema do PRONAF”. O avanço das pesquisas poderá nos revelar os elementos que definirão a amplitude, os significados e os desdobramentos dessa investida das empresas agroindustriais canvieiras, a capacidade de resistência e de luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais, e os apoios que partem das organizações instituições vinculadas à CPT, Centro de Direitos Humanos e pesquisadores.

Desafortunadamente, a aprovação do PL 578 deverá sacramentar, em curto prazo, a alternativa de regularização das terras griladas e, com isso, adiantará o processo de mecanização do corte, consolidando o formato de uso e exploração da terra com base nos coeficientes técnicos de produção e de produtividade afinados aos objetivos do agronegócio. Diante disso a territorialidade da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema deverá intensificar sua marca expansionista para as áreas próximas aos assentamentos rurais (Mapa 2) e com pendências jurídicas (Mapa 3), já que parte delas deverá ter sua situação “legalizada”, a contar com a possível aprovação do PL 578, e ainda com a *mãozinha* do Zoneamento (Mapa 8).

As contradições desse processo põem em destaque a trama política do trabalho, redesenhada pelos recentes avanços do capital, que, ao ser mais agressivo nas suas políticas de classe, produz rupturas marcantes no Pontal do Paranapanema. Visto que lida com assalariados puros, tanto na planta fabril, quanto nas atividades agrícolas, faz o mesmo com os camponeses, apesar de saber que está apostando na fragilização do seu inimigo de classe, exatamente porque o atrai para seu campo, mantendo-o subsumido ao processo produtivo e de gestão agroindustrial.

Na verdade, os camponeses estão longe de dispor de apoio e de políticas efetivas de estímulo à produção de alimentos, semelhantes às facilidades que os empresários canavieiros têm, para se apoderarem dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF-D, via esquema *barriga de aluguel*, no qual os assentados cumprem o papel de viabilizar a utilização desses recursos para o plantio de cana-de-açúcar. Quer dizer, o negócio é viabilizado em atendimento às prerrogativas do PRONAF, sem que haja benefícios claros e conhecidos para os assentados. O fato de prescreverem vínculo com a terra, a explorarem, na condição de concessionários do Programa Nacional de Reforma Agrária, de residirem na terra, de não disporem de mais de quatro módulos fiscais, de obterem 80% do rendimento familiar da exploração agropecuária, portanto, encaixando-se no limite anual (mínimo de R\$10.000,00 e máximo de R\$30.000,00), de terem o trabalho familiar como predominante, enfim, nada disso, como se sabe, é essencial para sua existência bem sucedida enquanto produtores de alimentos para sua subsistência e abastecimento local. Esses procedimentos e rotinas burocráticas são mantidos em detrimento de quantias semelhantes da linha D, específica para a agroindústria, para as demais linhas que direcionam o financiamento para a produção de alimentos.

Nesse sentido, se, na prática, há facilitação para a obtenção dos recursos do PRONAF, o qual, para todos os efeitos, está vinculado ao nome dos assentados e, no final de contas, vai figurar nas estatísticas como usuários de recursos públicos (daí o significado de *barriga de aluguel*) – por conseguinte, integrados às políticas de inserção dos camponeses aos recursos públicos –, de fato, isso se dá em detrimento do tão sonhado apoio para a produção²¹⁶ de alimentos da cesta básica das famílias trabalhadoras, enquanto o destino real dos recursos é totalmente manipulado.

As vantagens econômicas para o capitalista são muito evidentes, a começar pelo acesso ao PRONAF-D, o que garante até R\$18.000,00, mais as vantagens ligadas às prerrogativas de estabelecer os preços das diferentes etapas do processo, que, contratualmente, são de responsabilidade do assentado, tais como destoca, preparo, plantio, tratamentos culturais, com exceção do corte e carregamento e transporte da cana, que é de responsabilidade do capitalista. Ou seja, com todos esses encargos, os custos do processo são elevados e aos assentados cabe a responsabilidade por essas despesas.

Esse expediente é apenas um dos indicadores da situação de quase abandono dos camponeses assentados, que ficam à mercê das mal-sucedidas experiências de exploração do lote e, conseqüentemente, das colheitas frustradas, das dívidas acumuladas, da expectativa de serem dominados pelos atravessadores etc.

Os instrumentos de dominação, nem sempre visíveis a olho nu, impõem ações de desmonte das conquistas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, sendo que, ao mesmo tempo, por outras vias, expressam apoio público, como é o caso da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados do Pontal do Paranapanema), ligada à estrutura organizativa do MST, localizada em Teodoro Sampaio. Quer dizer, mesmo dispondo de uma planta agroprocessadora, com capacidade para operar 150 mil litros de leite por dia, uma fábrica

²¹⁶ Também compõem essa questão o apoio e a organização específica para o processamento, a distribuição e a comercialização dos produtos, via organizações associativas, cooperativas etc. A esse respeito, ver Fabrini (2002).

capaz de processar a despolpa de 3 toneladas de frutas/dia, um silo para 5.000 toneladas de alimentos, armazéns, há sete anos está praticamente pronta, mas ainda não entrou em operação (Retrato 15). A estrutura física da COCAMP, sobretudo os equipamentos e os maquinários, a cada dia se deterioram e atualmente não têm condições de operação, sem antes uma injeção de mais investimentos públicos, para recolocá-la em condições operativas. Esse *elefante branco* é a demonstração do descaso e da inconsequência das políticas públicas para a estrutura familiar camponesa ou, mais precisamente, para as organizações camponesas que se refazem pela via da luta pela terra.

Muito provavelmente, se a COCAMP estivesse em funcionamento e ativada – apesar de não ser essa, na nossa opinião, a alternativa para os camponeses –, a partir de projetos sustentáveis, dinamizados por políticas públicas voltadas para esse fim, com a inserção do conjunto dos assentados ao circuito misto de produção (para subsistência e mercantil agroprocessada), os camponeses poderiam estar enfrentando e apresentando resistência qualificada ao avanço da expansão da monocultura da cana-de-açúcar e das plantas agroindustriais.

A própria inoperância da COCAMP, que se soma à ausência de alternativas organizativas próprias dos produtores familiares, mais do que inviabilizar o fortalecimento e a ampliação da luta pela terra e, conseqüentemente, o estabelecimento de contrafortes de resistência à prática latifundista e concentradora de renda e capital, é a resposta para a absorção dos camponeses ao complexo negócio da cana.

“Dar com uma mão e retirar com duas”, como o dito popular, é o que continuamos a assistir, neste segundo mandato do governo Lula. As perdas advindas desse processo são compensadas às expensas de determinadas permissões e concessões politicamente negociadas, para dar sequência à convivência *forçada* entre projetos distintos de sociedade, polarizados na via latifundista. De um lado, na forma familiar camponesa, de outro, sem apresentar alternativas concretas e importantes para o conjunto dos assentados.

É o caso de recorrermos à conjuntura de 2005 e 2006, para focarmos as *idas e vindas* do MST, ou do que achamos conveniente definir como o *bate e assopra*. Esse procedimento referencia o conteúdo das alianças políticas e vale para o conjunto das forças políticas integrantes do arco de sustentação do governo Lula. Nesse caso particular, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “balançadas” as estruturas, é verdade, com as denúncias de corrupção dentro do governo e na cúpula dirigente do PT, os apoios e as críticas com mais ou menos contundência se fazem presentes ou não, mediante os compromissos (des)cumpridos.

Assunto para outro momento, dada a magnitude e implicações estratégicas, esses fatos, no entanto, exigem de nós constante reflexão, porque não somente retratam episódios que marcaram as definições e as indefinições políticas dos próprios movimentos sociais. Em nível de Brasil, as informações secundárias e as informações de que dispomos, por conta das inúmeras visitas às áreas de assentamento controladas pelo MST e CPT, expressam interesses e posturas divergentes, no interior dos próprios movimentos sociais, que indicam posicionamentos táticos e estratégicos, assim como alianças políticas diferenciadas.

O atual quadro político regional, que tem no epicentro o conflito pela posse da terra, no Pontal do Paranapanema ou, especialmente, as contradições que habitam esse território de lutas, repercutem e são redimensionadas pelas fissuras internas aos movimentos sociais²¹⁷, e também, de forma especial, internamente ao MST, que se divide num campo bifronte de posições, alianças, projetos e ações. De um lado, há a parte que se mantém vinculada às instâncias organizativas das coordenações regional, estadual e nacional, nucleada em torno da sede da COCAMP; de outro lado, afinado aos símbolos históricos do MST – tais como a bandeira e a forma de organização dos acampamentos (Retrato 16) –, mas desvinculado das decisões político-estratégicas das instâncias verticais do Movimento, ergue-se um contingente de trabalhadores, sob a coordenação de José Rainha Júnior, que, juntamente com o grupo que o apoia, controla parte substancial dos assentamentos, oito dos atuais onze acampamentos, e atua à frente da Federação dos Municípios com Assentamentos do Pontal do Paranapanema, sob a direção formal de outras lideranças a ele filiadas.

De maneira sintética, o território político em disputa no Pontal do Paranapanema, no final de 2008, expressa facetas emergentes que sinalizam o transbordamento das definições que normalmente se fazem presentes, a partir dos atores em cena, antepondo, de forma dual, latifundiários, de um lado, e camponeses e trabalhadores, do outro. É necessário muito cuidado para não sermos surpreendidos com realidades que ultrapassam as linhas demarcatórias usuais e reveladoras das contradições que fazem emergir novos desafios, nesse teatro de operações, e que de forma sub-reptícia atrai apoios, coopta adeptos e refaz os quadros tecidos por valores *apriorísticos*, portanto voláteis.

Assim, as fissuras presentes no interior do MST revelam projetos opostos. Apesar de extrapolar os limites destas reflexões e de merecer detalhamentos, o assunto em questão evidencia as respectivas expressões dos dois agrupamentos, no Pontal do Paranapanema. Da mesma maneira que a discussão dos agrocombustíveis, neste início de 2008, mais precisamente da produção de matérias-primas para a fabricação do óleo que será a base da mistura com etanol para a produção do biodiesel, as plantações de eucalipto nos assentamentos estão ganhando notoriedade.

Para o grupo liderado por José Rainha Júnior²¹⁸, a alternativa para os assentados do Pontal do Paranapanema é aderir ao cultivo do pinhão manso (Retrato 17) e se vincular às empresas que farão o beneficiamento da oleaginosa, através do apoio do governo federal, Caixa Econômica Federal e iniciativa privada, todavia nucleado pela Petrobrás. Saíram na frente e tornaram público o interesse de se associarem à Destilaria Alcídia, a fim de fornecerem pinhão manso para uma futura planta produtora de óleo acoplada à planta agroindustrial.

Já para o grupo que se mantém fiel à Coordenação Nacional, a aposta para o Pontal continua sendo a política de assentamento, com horizontes para a Reforma Agrária e a busca para

²¹⁷ Quanto a essa questão, indicamos a Dissertação de Mestrado *Os movimentos de luta pela terra no Pontal do Paranapanema*, desenvolvida sob nossa orientação e defendida em abril de 2006, na qual o autor, Edvaldo Carlos de Lima, apresenta reflexões teoricamente fundamentadas na literatura disponível e no rico material empírico que colheu, em mais de três anos de pesquisa, o que lhe permitiu acompanhar detidamente as dissensões e “rachas” que foram ocorrendo, internamente às instâncias organizativas dos trabalhadores sem terra, no Pontal do Paranapanema.

²¹⁸ O MST, liderado por Rainha, organizou uma programação específica, junto ao Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema, no dia primeiro de maio de 2007, no qual lançou as preocupações em viabilizar a produção do biodiesel, contando com a presença de 1500 pessoas. Na oportunidade, foram assinados protocolos de intenção com a Caixa Econômica Federal, PETROBRÁS, Banco do Brasil.

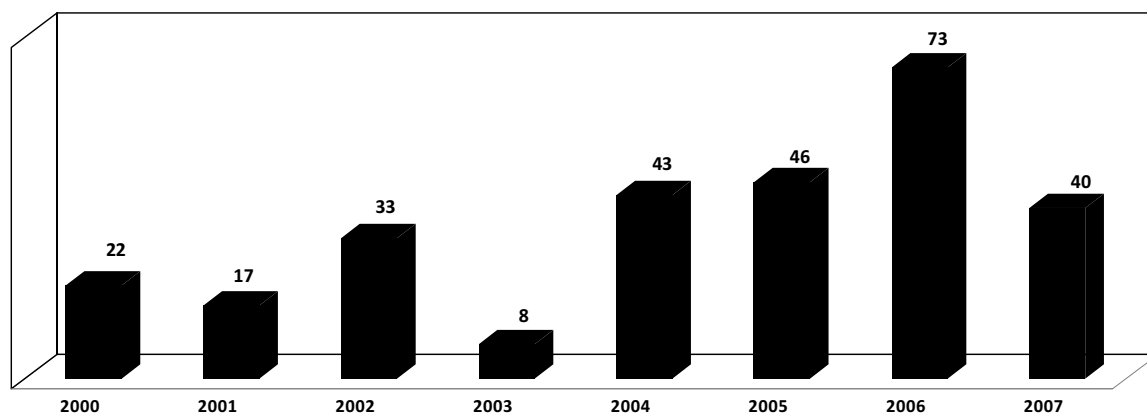
consolidar alianças, objetivando “um Pontal livre do latifúndio, da monocultura e fundado na produção camponesa”²¹⁹, em defesa do projeto defendido pela Via Campesina. Nesse sentido, reafirma a negativa ao projeto do grande capital, à prática do arrendamento e inserção no fornecimento de cana-de-açúcar para a agroindústria²²⁰. Portanto, essa parcela do MST não está acreditando no plantio de oleaginosas, tampouco reforçando a produção de etanol para o biodiesel²²¹. O questionamento das terras improdutivas/ociosas é majoritariamente focado para as terras públicas/devolutas/griladas, e pouco para as terras privadas, o que poderia potencializar outras formas de luta no ambiente da disputa de território com os setores da burguesia que estão empoderados por meio da monopolização de grandes extensões de terra.

É exatamente nesse ponto de inflexão que reside o desafio para os trabalhadores e movimentos sociais, porque o capital está atacando, quando compara essa nova realidade canavieira no Pontal ao moderno, em detrimento da ampliação do papel dos assentamentos rurais, no fortalecimento das ações em torno da Luta pela Terra, na retomada das terras devolutas. Os movimentos sociais, imersos num período de refluxo, “rachas” internos, repressão, criminalização, perseguição, demarcam a redução das ocupações (Gráfico 8), o que vale também para o Brasil (Gráfico 9), São Paulo (Gráfico 10), bem como as dificuldades para a retomada das mobilizações. Ainda que os dados não revelem, tampouco as reflexões a respeito respondam ao contexto nacional, admite-se – e alguns pesquisadores já o demonstram –, que a redução das ocupações (apesar dos mecanismos inibidores tradicionalmente conhecidos, como a ação das forças repressivas, ameaças de morte, perseguições etc.) está diretamente vinculada aos efeitos do Bolsa Família. A indigência assistida, atributo que tem sido apontado como um dos principais desafios dos movimentos sociais para o fortalecimento das lutas (pela terra e Reforma Agrária) é atualmente o principal efeito do Bolsa Família e da política pública do governo federal.

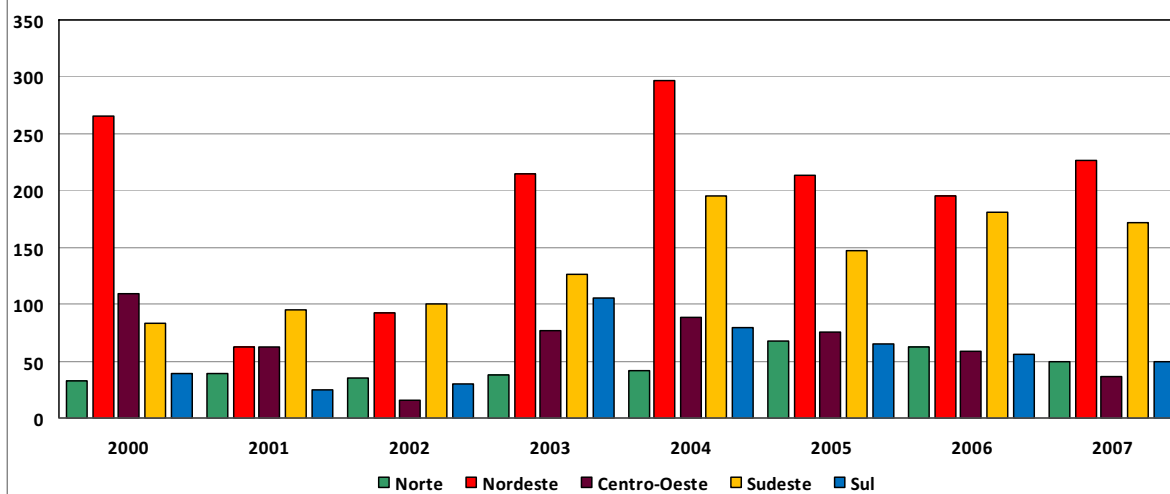
²¹⁹ Extraído de entrevista realizada junto às lideranças do MST no Pontal do Paranapanema, durante o ano de 2007.

²²⁰ No dia 14 de maio de 2007, o MST/Nacional divulgou nota pública, no seu *site* (www.mst.org.br), na qual reafirma a total desautorização de José Rainha Júnior falar em nome do MST, e as posições da Coordenação Nacional sobre a total negativa à adoção de políticas que envolvam os camponeses na produção de matérias-primas para o cultivo de oleaginosas.

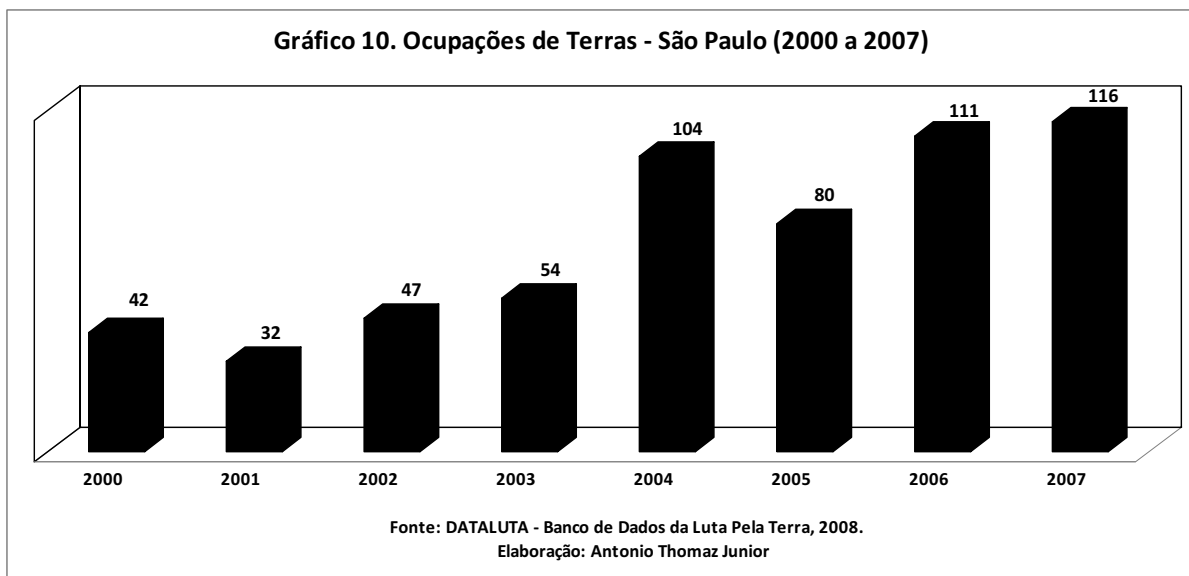
²²¹ O MST, em particular em São Paulo, desde o início de 2001, dedicou-se a discussões, seminários, elaboração de estratégias para a produção de oleaginosas, com vistas à produção de biodiesel. Essas movimentações o aproximaram da FERAESP, FAF, CUT, com vistas à composição de bloco de intervenção capaz de pressionar por uma política federal e estadual de apoio à viabilização do biodiesel, desde que pudesse responsabilizar-se pela produção da matéria-prima e produção do óleo. As discussões e negociações transcorreram até 2003, momento em que desistiu do intento, diante da resistência do governo, sendo que, à época, o MST ainda era composto pelas lideranças e agrupamentos que hoje se dividem em dois blocos.

Gráfico 8. Ocupações de Terra no Pontal do Paranapanema (2000 a 2007)

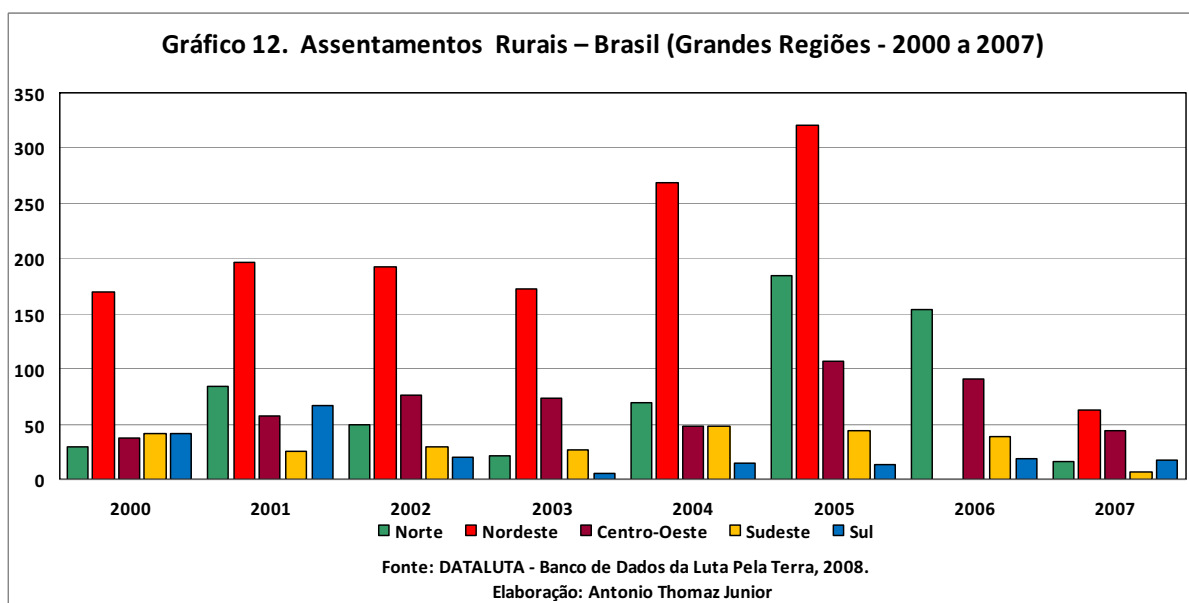
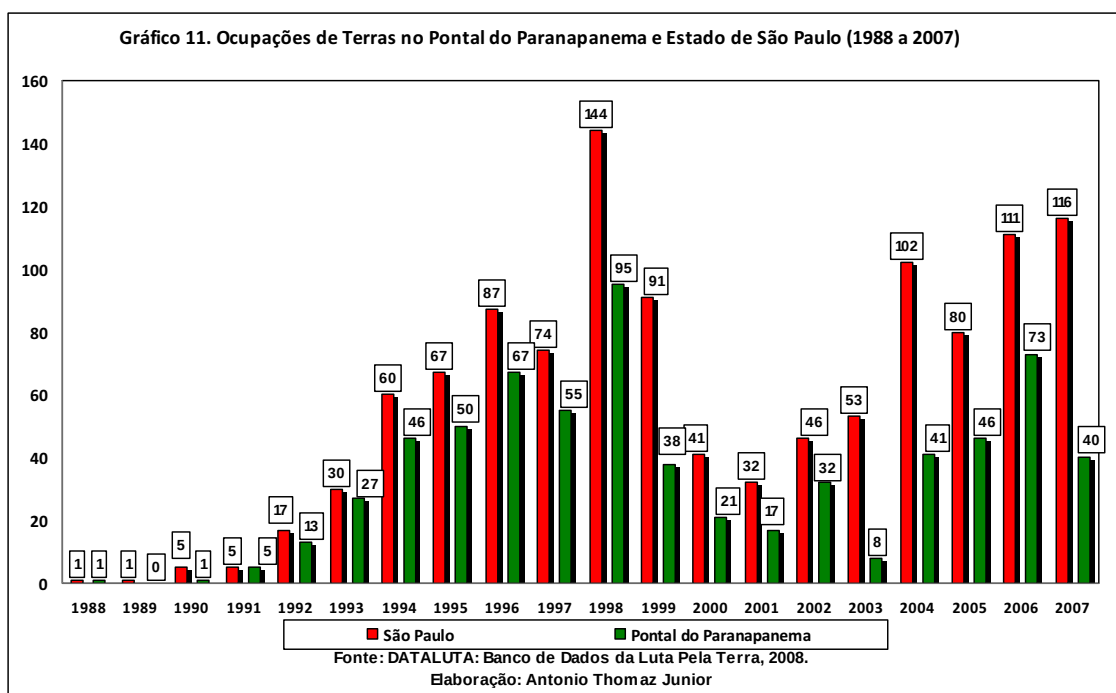
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2008.
Elaboração: Antonio Thomaz Júnior

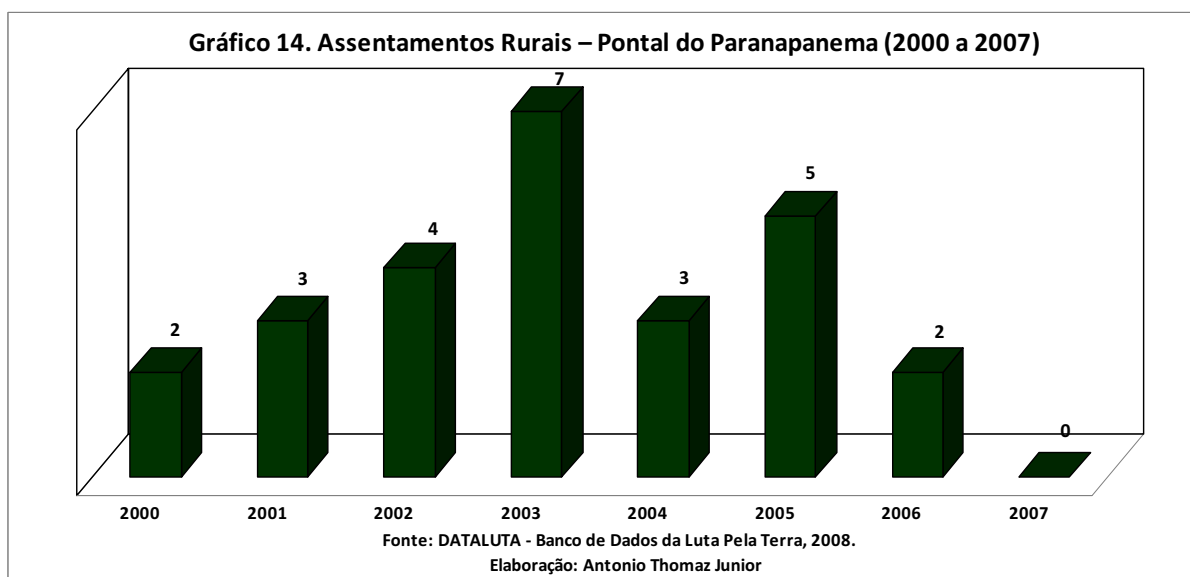
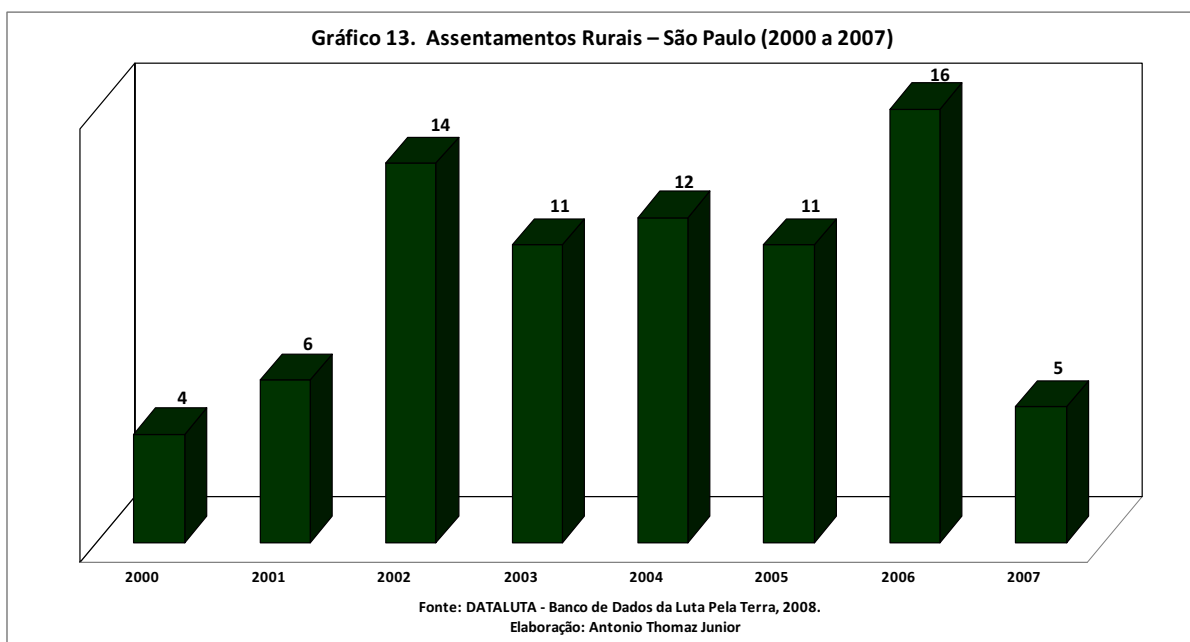
Gráfico 9. Ocupações de Terras – Brasil (Grandes Regiões) - (2000 a 2007)

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2008.
Elaboração: Antonio Thomaz Junior

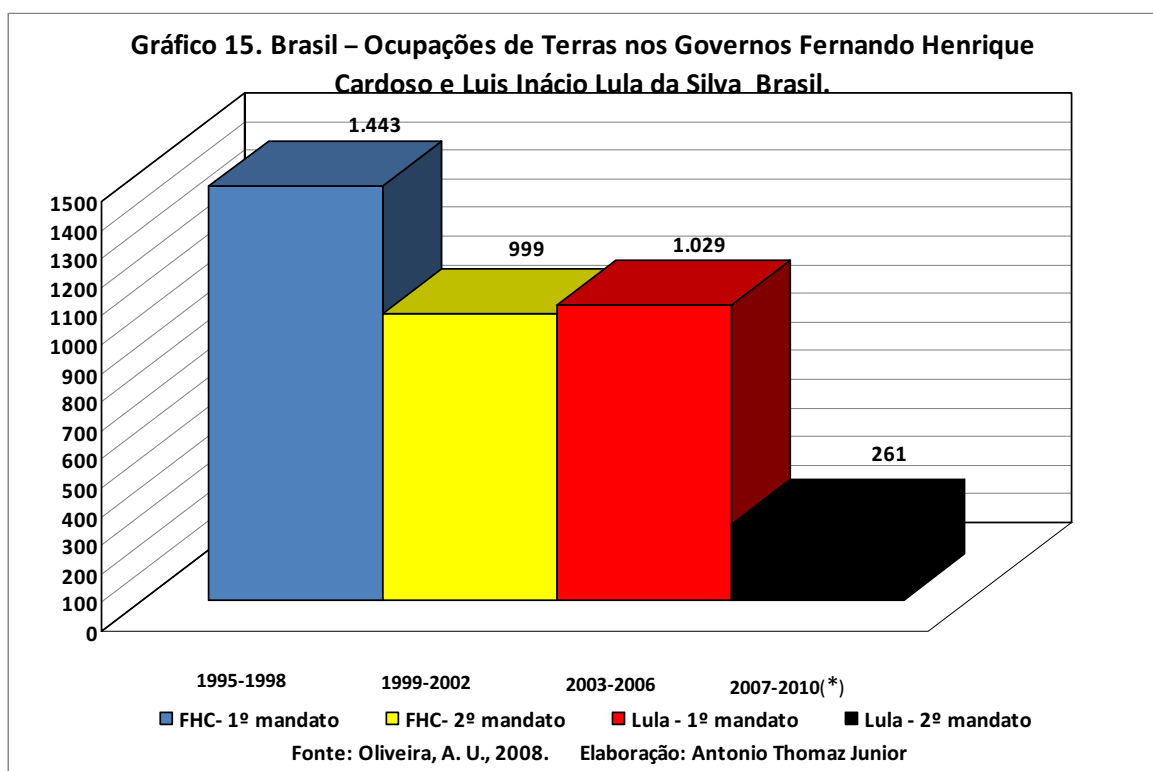


Mesmo assim, é importante notar a participação expressiva das ocupações de terra no Pontal do Paranapanema em relação a São Paulo, mas que revela também momentos de desmobilização e, conseqüentemente, diminuição das ações de ocupação de terras, expressas no Gráfico 11. Nesse caso, recorremos ao ocorrido em 2007, diante, tanto dos efeitos do racha interno ao MST, como também da ofensiva das agroindústrias canavieiras, as quais foram mais agressivas na efetivação de contratos de arrendamentos para plantio de cana-de-açúcar, e ainda os impactos da maior oferta de postos de trabalho na região, inclusive no corte de cana (Gráfico 11). Não obstante, a pífia marca dos novos assentamentos, indica o período de descenso, tendo em vista sua existência à vinculação das mobilizações dos trabalhadores, no Brasil (Gráfico 12), São Paulo (Gráfico 13) e no Pontal do Paranapanema (Gráfico 14). Em contrapartida, os movimentos sociais, particularmente o MST, defendem-se dos ataques do capital, resistindo nos lotes, também sem perspectivas de melhoria das condições de trabalho e de vida, e nos acampamentos nas beiras das estradas.





Em síntese, podemos constatar que as ocupações de terra no Brasil, considerando os períodos referentes aos dois governos FHC e Lula, sem que apuremos períodos curtos e momentos específicos, refletem os momentos de descenso dos movimentos sociais envolvidos na Luta pela Terra (Gráfico 15).



As ações com forte peso simbólico para os movimentos sociais, tais como as marchas (Retrato 18), ocupações de prédios públicos, canteiros de obras, ferrovias, rodovias (Retrato 19), agências bancárias, escritórios do INCRA (Retrato 20), do ITESP (Retrato 21), também são responsáveis por momentos de ascenso das ações, como ainda as Romarias da Terra e da Água, organizadas pela CPT em todo o país, tal como no Pontal do Paranapanema (Retrato 22), tanto com resultados objetivos de curto prazo, quanto de médio prazo.

Limitados ao horizonte das terras públicas/griladas, esses trabalhadores ficam inertes e imóveis diante da conjuntura que se desenha no Pontal do Paranapanema, pois o expediente que viabiliza a expansão das áreas novas de plantio de cana-de-açúcar sobre as terras griladas está inibindo e freando as ações de ocupação, uma vez que mesmo as recentes ocupações de terra, de agências bancárias, de escritórios do ITESP e do INCRA não foram capazes de mobilizar amplos setores da própria base e, em consequência, outros segmentos da sociedade que ainda não respondem e não empenham apoio para essas questões.

A decorrência imediata disso é que os assentamentos existentes continuam fragilizados, devido à ausência de política agrícola efetivamente voltada para viabilizar o fortalecimento dos lotes, sem contar o endividamento, motivado por planejamentos frustrados para a produção de determinados produtos²²² e às usuais sequelas das intempéries climáticas.

²²² Até o momento, as entrevistas têm sinalizado que, para a maioria dos assentados que partiram para a cana-de-açúcar como alternativa para buscar outra fonte de rendimento, o motivo central foram as dívidas contraídas junto aos bancos, sendo que há uma predominância para o plantio de mandioca, à época estimulado para abastecer a fecularia que o MST havia adquirido, em Sandovalina, e também as dívidas egressas do plantio de maracujá, abacaxi etc., para serem beneficiadas na despoldadeira de frutas instalada na COCAMP, mas que "teve os dias contados" e se encontra desativada. Sem dispor ainda de um levantamento detalhado e minucioso do total devido pelos assentados, o que se sabe é que a maioria deles tem dívidas que se situam na faixa de R\$3.000,00 a R\$5.000,00.

A sucessão desses insucessos tem motivado os assentados à descrença nas alternativas de curto prazo, o que os tem estimulado a aderir ao cultivo da cana-de-açúcar, sem que os movimentos sociais tenham qualquer controle da situação²²³. Esse quadro nos convida a pensar que ceder as terras em arrendamento para o cultivo de cana-de-açúcar é, diante das circunstâncias, uma estratégia para manter a terra ou manter-se na terra. A possibilidade de essa tese ter fundamento, em meio às contradições do processo social mais geral, no qual o conjunto dos trabalhadores se redefine, fortalece o universo simbólico do campesinato.

As pesquisas nos proporcionarão informações primárias e secundárias a respeito da realidade dos assentamentos que estão aderindo ao cultivo da cana-de-açúcar, para que possamos, então, entender esse processo como parte do que está se processando, por meio da marcha expansionista do capital sobre as terras juridicamente pendentes, no Pontal do Paranapanema. A intenção é que isso valha para os movimentos sociais envolvidos na Luta pela Terra e para os produtores familiares tradicionais, com o objetivo de conhecer em detalhes o conteúdo do projeto do capital e do Estado que propõe aglutinar em sua órbita a produção de matéria-prima para o beneficiamento e produção de óleo vegetal, com vistas ao biodiesel.

É imprescindível que definam quais alianças e ações políticas terão que ser realizadas, para construir um projeto de desenvolvimento, juntamente com outros setores da sociedade, a fim de disputar território com os setores hegemônicos preocupados em reservar às terras do Pontal o mesmo destino latifundista que se firmou, nas últimas quatro décadas, com a pecuária, agora com a cana-de-açúcar, e a consolidação do agronegócio monocultor, com o apoio de parte dos assentados e demais produtores familiares camponeses. A ideia de associar a Reforma Agrária à Soberania Alimentar nos sugere, portanto, a ampliação dos horizontes que, via de regra, são predefinidos, sem que se privilegiem as entidades de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais populares.

Ainda que se registrem, para as duas alas do MST, tanto proximidades como colisões com o governo federal, o que nos faz retomar a política do *bate e assopra*, ou seja, ora apoio, ora embate – o que confunde os trabalhadores e a população em geral –, esse quadro ganha novos elementos, com a entrada em cena de outros atores sociais. Não é somente o MST afinado à liderança do José Rainha que requer atenção para seu projeto de desenvolvimento vinculado ao biodiesel. Na verdade, essa aposta o motivou a não fazer parte do “Abril Vermelho de 2007”²²⁴, para poder contar com o apoio dos setores do governo que lhe empenham prestígio, nessa nova empreitada.

Com a adesão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Sindicatos dos Empregados Rurais (SER's) da região, apesar das dificuldades de a CUT defender publicamente a importância das ocupações de terra, esse segmento também tem a cena dividida com a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP), cujo arco de organização inclui os

²²³ Estamos iniciando investigações específicas sobre esse assunto, através do projeto de pesquisa “Superexploração do trabalho em tempos de modernidade tecnológica. O avanço do agronegócio da cana no Pontal do Paranapanema”, para o qual contamos com uma Bolsa de Iniciação Científica /Edital MCT/01-2007/CNPq.

²²⁴ Jornada de luta para homenagear o massacre dos 19 trabalhadores, em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996. Constavam da programação ocupações de terra, marchas, ocupações de prédios públicos, com o objetivo de chamar a atenção do governo para os conflitos no campo, a lentidão dos processos, a violência dos órgãos de segurança e de jagunços sobre os trabalhadores, os recursos públicos para a viabilização dos assentamentos etc.

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)²²⁵. Nesse processo, a CONTAG mantém-se filiada, historicamente, a uma linha dúbia de ação, pois se, de um lado, defende posicionamento favorável aos interesses dos pequenos produtores familiares, agrega sua inserção ao Projeto do Biodiesel, ou seja, sua integração ao setor processador do óleo e às agroindústrias canavieiras.

Da mesma sorte que, ao defender os interesses dos trabalhadores assalariados, tais como melhores condições de trabalho, respeito à legislação trabalhista e cumprimento aos acordos coletivos, diferentemente do que ocorre em São Paulo, devido à prevalência do enquadramento dos assalariados ser assegurado à FERAESP, condiciona os empregos no corte da cana-de-açúcar à necessidade de se desenvolver campanhas contra a mecanização dessa etapa do trabalho, desvinculada, portanto, dos procedimentos de exploração e de outras possibilidades de inserção dos trabalhadores.

Apesar de abraçarem a alternativa do biodiesel a partir da mamona e semente de girassol, além da participação da iniciativa privada²²⁶, em algum momento deverão ter ainda o apoio do governo federal, considerando as alianças que dão suporte às esferas de poder, nessa escala. Por sua vez, contam com a simpatia e apoio informal do governo estadual e das lideranças regionais do PSDB, PV, PMDB, as quais têm interesse em “rachar” e fragilizar as iniciativas e as alternativas, quaisquer que sejam, que não estejam associadas às suas estratégias para o Pontal do Paranapanema. Quer dizer, já está devidamente clara a intenção do governo Serra, desde as declarações do Governador, do Secretário da Justiça, do alto escalão do ITESP, bem como das alianças que dão sustentação ao governo e dos acordos locais/regionais que contemplam os interesses da UDR (União Democrática Ruralista) e da maioria dos produtores rurais associados aos STRs/FETAESP, enfim, que apostam na regularização fundiária, na criminalização dos movimentos sociais e das lideranças envolvidas na luta pela terra, garantia de mecanismos de proteção aos latifundiários e pecuaristas decadentes, que têm as terras ocupadas, constantemente, por ambas as facções do MST, do MAST, ITERRA²²⁷ e das demais agremiações.

Esse mapeamento das forças políticas é imprescindível, sob pena de não distinguirmos os enfoques e os alvos dos diferentes projetos que se fazem presentes, no Pontal do Paranapanema, em meio à intensificação das contradições sediadas na invasão ilegal das terras públicas, na inobservância das terras improdutivas e, portanto, no descumprimento da Constituição Federal, além do avanço do capital agroindustrial canavieiro, para legitimar essa barbárie.

Com base nisso, tornam-se secundárias as disputas entre a facção do MST que aposta no pinhão manso e a FETAESP, que defende a mamona e a semente de girassol, particularmente se esta ou aquela matéria-prima é mais remuneradora para os produtores familiares. Da mesma maneira, são inócuos os embates localizados que transcorrem entre pecuaristas, tais como os setores representados pela UDR, situados nos fundamentos mais arcaicos e que são

²²⁵ A FETAESP/CONTAG, os STRs e seus afiliados, na região de Presidente Prudente, e a empresa Brasil Ecodiesel fizeram o lançamento da campanha favorável e promoveram um evento, no dia 2/05/2007, em Presidente Prudente, no qual firmaram suas preocupações.

²²⁶ Contam com o apoio da Brasil Ecodiesel, empresa que já possui três unidades de produção, em Floriano (PI), Crateús (CE), Iraquara (BA), Dourados (MS), Porto Nacional (TO), Rosário do Sul (RS) e Porto de Itaquí (MA).

²²⁷ A respeito das dissensões internas aos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, no Pontal do Paranapanema, ver Lima (2006).

reticentes quanto ao processo de expansão da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, e os empresários agroindustriais canavieiros, que *modernizaram* o discurso, todavia continuam adotando os mesmos procedimentos coercitivos, de desrespeito aos direitos constituídos dos trabalhadores e de práticas de superexploração do trabalho etc.

A implementação do projeto de pesquisa, em nível de doutorado, “Agronegócio, discurso e hegemonia do capital: Reforma Agrária e luta de classe no campo”, que está ao encargo da professora Sônia Maria Ribeiro de Souza, nos oferecerá elementos e argumentos para entendermos a dimensão e a abrangência da aliança entre latifundiários e setores da burguesia agroindustrial canavieira e dos impactos na regência de um novo pacto de classes, almejado para consolidar o projeto de desenvolvimento que tem na monocultura da cana-de-açúcar a possibilidade do reinado da nova *Califórnia Brasileira*²²⁸, agora no Pontal do Paranapanema²²⁹.

As divergências que incrementam a amplitude do conflito não iluminam alternativas para a construção de propostas capazes de soldar a formulação de um plano de Reforma Agrária e de viabilização dos assentamentos, relacionados à autonomia dos trabalhadores, à Soberania Alimentar etc. As entrevistas e as atividades de trabalho de campo que estamos realizando, nos últimos meses, estão revelando fatos e faces da equação social que sintetiza as contradições, nessa porção do território, as quais, se vistas sob o fetiche das diferentes alternativas apresentadas quanto ao plantio de matérias-primas para o biodiesel e ao plantio de cana-de-açúcar, nas terras dos assentamentos, em nada acrescentam para os camponeses e, de modo geral, à razão de ser dos movimentos sociais que atuam historicamente na luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Se a aposta incide na construção de uma proposta de Reforma Agrária, na viabilização dos assentamentos, na produção de alimentos e na sustentação da família camponesa, na terra, com plenas condições de vida e trabalho, entrar na órbita do capital, produzir matérias-primas para o biodiesel, cultivar cana, plantar eucalipto – tudo isso é reforçar o modelo concentrador de terra, renda e capital. Em decorrência, faz distanciar-se ainda mais da longínqua bandeira da Soberania Alimentar, que, no Brasil, não se fez presente enquanto uma questão central para os movimentos sociais alinhados à Via Campesina.

Continuar acreditando no modelo edificado e controlado pelo capital significa curvar-se à determinação dos preços, condições de produção e demais exigências, o que tem demonstrado, ao longo da experiência da produção integrada na agricultura, no Brasil, uma sucessão de insucessos para as famílias camponesas. Isto é, “as cartas estão dadas”, de sorte que abdicar da centralidade da luta política e ideológica em torno da Reforma Agrária, no Pontal do Paranapanema, assim como da viabilização dos assentamentos, é abandonar um projeto de sociedade que acredita no fortalecimento da vida comunitária e na qualidade de vida para todos os trabalhadores. Ou seja, a partir de práticas agronômicas afinadas à sustentabilidade ecológica e ambiental, assistência técnica compatível e boas condições de vida e trabalho aos camponeses e suas famílias, enfim, que faça dessa forma de

²²⁸ Essa expressão indicou a compreensão que a Rede Globo de Televisão fez da região canavieira de Ribeirão Preto, em meados dos anos 1980, por meio de uma matéria exibida no Jornal Nacional. Tal expressão inspirou sua negação (crítica), veiculada pelo documentário *Califórnia à Brasileira*, elucidativo do processo concentracionista de terra, renda e capital e, portanto, excludente, enraizado na maior área produtora de açúcar e álcool do país e do mundo.

²²⁹ É exatamente essa compreensão que os dirigentes da UDOP defendem abertamente, ao tornarem público o projeto de implantação de mais 40 plantas agroindustriais canavieiras (usinas e destilarias), no oeste de São Paulo, até o ano de 2012.

organização um *mundo rural vivo*²³⁰, é possível não somente apostar, mas defender um projeto de sociedade que passa pelo fortalecimento dos movimentos sociais.

Para os grileiros e agora os capitalistas, “bater de frente” com os movimentos sociais que reivindicam as mesmas terras, ou as terras públicas e devolutas, que estão ilegalmente sob sua posse, a fim de viabilizar a Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, ocupa lugar de destaque em relação ao tema em apreço.

À realidade material de exclusão, fome, desemprego, milhares de famílias acampadas, assentados desestimulados e desprezados pela ineficácia das políticas públicas, junta-se a tomada de decisão, por parte destes, de integrar o circuito canavieiro, ao integrar-se ao circuito na qualidade de fornecedores de cana-de-açúcar, num formato disfarçado de arrendamento, de parte de suas terras, como previsto no modelo do *BB-Convir*, como vimos. Isto é, para a consolidação de um modelo de sociedade que desprivilegia as pequenas unidades de exploração da terra, a possibilidade de participar do negócio canavieiro está sendo adotada como principal alternativa para a manutenção da família no lote.

Além disso, uma vez que os assentados envolvidos no negócio canavieiro, assim como os demais e outros produtores familiares camponeses, também se dedicam ao cultivo de produtos alimentícios, em alguns casos sob o referencial das práticas agroecológicas e orgânicas, a aplicação de agrotóxicos, defensivos, maturadores, em larga escala, provoca a contaminação das plantações, a perda da produção e, por via de consequência, o desequilíbrio ambiental. Em acréscimo, os produtores familiares, cercados por grandes áreas de monocultivos, têm contabilizado aumento significativo de pragas, porque estas migram para as terras que não utilizam agrotóxicos e defensivos químicos, sem contar a contaminação dos mananciais e as culturas orgânicas, normalmente praticadas nos assentamentos.



A alusão às *culturas* em expansão no Pontal do Paranapanema, apesar de seu sentido metafórico ser claro, não nos poupa das contradições específicas ao universo dos trabalhadores, dos movimentos sociais diretamente ligados à trama territorial da questão agrária, que atingem não somente as unidades familiares camponesas e a luta pela terra e pela Reforma Agrária, mas também a via empresarial vinculada à expansão dos canaviais, da agroindústria e a permanência da pecuária extensiva, perdendo em importância econômica, espacial e política, todavia ainda presente.

Sem a pretensão de resumir a variedade de relações e *culturas* existentes, podemos eleger o que entendemos ser central para a questão agrária regional, ou seja: as possibilidades e as apostas que estão comparecendo nesta primeira década do terceiro milênio, ou os *projetos de sociedade em questão*. Tanto oleaginosas, como cana-de-açúcar; essas possibilidades estão à vista, figurando como os novos *eldorados para o campo*, de sorte que tanto o biodiesel quanto o etanol

²³⁰ Essa expressão é muito usual para os movimentos sociais envolvidos com a luta e organização dos camponeses, na Europa. A permanência das famílias no campo em boas condições de vida e de trabalho é essencial para fazerem valer a permanência da produção de alimentos de qualidade e quantidade necessárias para a alimentação dos povos.

encarnam as novas promessas e as novas fantasias para toda a sociedade, em particular para os agricultores familiares camponeses, para os assentados. As anunciadas melhorias nos agregados econômicos não são devidamente identificadas, quando se discute o custo e os beneficiários desse processo.

Desmobilizar os trabalhadores, para fazer avançar a agroindústria canavieira ou o agronegócio da cana, considerando todo o conjunto de relações que se articulam nesse universo, não significa para o capital ter que se confrontar somente com os operários fabris ou das frentes de corte, mas sim com os sem terra, que resistem à barbárie latifundista há dezessete anos, na região, defendendo outro modelo de sociedade e de produção agropecuária. A unidade familiar camponesa, à base da produção e gestão coletiva/individual dos lotes, e com os objetivos voltados para o auto-sustento e abastecimento dos mercados locais com produtos são e preços condizentes é, de fato, um projeto em disputa, ou a ser construído, apesar de alguns casos poderem endossar essa opção.

Mesmo que verídicas, as contradições desse processo revelam igualmente que os assentados envolvidos com o cultivo da cana-de-açúcar reforçam o processo capitalista, quando defendem sua participação no processo produtivo da matéria-prima, como alternativa de sobrevivência e, em algum nível de comprometimento, garantem ainda a si e aos membros da família inserções nas frentes de corte ou na planta fabril. Em acréscimo, na luta pela democratização das terras agrícolas, no país, não se contrapõem apenas ao latifundiário, porém os enfrentamentos estão marcados pela presença do capital financeiro; da mídia; do capital canavieiro, por meio da UNICA, UDOP etc.; setores sindicalizados tradicionais (em vários localidades, por exemplo, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais); dos conglomerados agroindustriais transnacionais etc.

A pequena distância entre negar e afirmar o processo capitalista presente na produção de cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, por meio da participação direta dos camponeses assentados, tanto como assalariados, quanto como arrendatários de terras, acrescenta novos elementos à complexa trama de relações que recobre a plasticidade do trabalho. Esse entendimento nos tem permitido avançar um pouco mais no debate teórico que apostamos em torno do conceito de trabalho e de classe trabalhadora, que se faz presente nos nossos últimos textos e, de forma central, neste texto sistematizador, com ênfase e aprofundamentos na Parte I.

Camponês, assalariado, arrendatário, todos estão envolvidos juntamente com a família no processo produtivo, no qual parte de suas energias está voltada para a atividade canavieira e toda a ordem de significados materiais e subjetivos lhes assegura dupla identidade, quando consideramos sua expressão como assalariado e como arrendatário.

Até pela própria condição, os camponeses assentados são, em maior contingente, assalariados da cana, quando se comparam àqueles que, apesar de sê-lo (ou não), arrendam suas terras²³¹. Todavia, quando inserido no cenário da produção de oleaginosas para o biodiesel, é simplesmente assentado, que mantém a identidade familiar originária do empreendimento, podendo até se assalariar no processo, o que ainda não se definiu claramente.

²³¹ Com base em Ferreira Júnior (2006), as únicas informações disponibilizadas, ainda que para três assentamentos, é possível prognosticar que a participação das terras dos assentamentos deve ter alcançado um *boom* em meados de 2007, e depois tenderá a diminuir, tendo em vista as entrevistas as informações que estamos colhendo, a partir das entrevistas. As informações quantitativas a esse respeito ainda não estão disponíveis, porque os Planos de Trabalhos atrelados ao projetos de pesquisa sob nossa coordenação encontram-se em fase inicial de implementação.

A fúria *alcoolizante* do capital agroindustrial, além de legitimar a posse ilegal das terras (devolutas e improdutivas) nas mãos dos latifundiários e fazendeiros, está garantindo igualmente, para si, a base material para seus futuros investimentos, expansão da área de plantio sobre terra planas mecanizáveis, com disponibilidade de água (superficiais, subterrâneas) e capacidade de moagem. E o outro desdobramento também importante dessa ação é que está apostando no desmonte dos assentamentos e na fragilização da cultura e resistência camponesas, ao atraí-los para o interior do processo produtivo da matéria-prima e ao subordiná-los à exploração social, no momento em que os insere no ambiente proletário do processo social de trabalho.

Como é no interior do movimento contraditório do capital que entendemos os reais significados da positividade e da negatividade do trabalho, ou a própria construção da sua identidade de classe, ao mesmo tempo em que o capital tenta negar a existência camponesa, quebrando, neutralizando ou fragilizando sua condição social ou sua sociabilidade, ao inserir o camponês na produção de cana-de-açúcar, afirma seu desejo de controlar as terras, que são produto da luta e que têm significado de conquista coletiva. Por outro lado, quando o capitalista expressa sua outra face de poder de classe, ao submeter o camponês e sua família à condição de trabalhador assalariado (diarista não residente), de proletário, no corte da cana-de-açúcar, também *colhe* a resistência camponesa, que expressa o sentimento de liberdade do camponês (de ser livre) e de retomar sua autonomia sobre os destinos da terra de trabalho. (Esse assunto será aprofundado, sob outro prisma, no item 2.1.).

Apesar de estarmos testemunhando essas posições, com base nas entrevistas e inúmeras visitas feitas aos assentamentos do Pontal do Paranapanema e de inúmeras outras regiões do Brasil, notamos que há sinais evidentes de fragilização da identidade (subjetividade) que os vincula à condição histórica de sem-terra. Isso os liga ao passado e ao presente da luta pela terra, todavia, com o futuro ofuscado ou fora de foco. Nesse sentido, as mobilizações da fração do MST fiel à coordenação estadual/nacional, no mês de abril de 2007 – em particular, as ocupações de terra e dos órgãos públicos, como INCRA e ITESP, em cumprimento às demandas específicas por mais terras para os acampados do Pontal do Paranapanema, que, por sua vez, se juntavam às bandeiras do “Abril Vermelho” –, não contaram com a força viva e expressiva dos assentados envolvidos no plantio da cana-de-açúcar, tampouco dos que estavam trabalhando no corte.

Eixo 2. Sentidos e Significados da Luta pela Terra e pela Reforma Agrária, para o Trabalho. Intervenção/Regulação Estatal, Políticas Públicas e Ação dos Movimentos Sociais

Ao longo de todo esse percurso histórico, atravessando o século XX, o que se percebe é que o campesinato não só não desapareceu, como também se estendeu para outras parcelas do território. Mais recentemente, no caso brasileiro, reaviva antigas relações e experiências, recria novos territórios de luta, por meio do avanço dos movimentos sociais envolvidos com a Luta pela Terra, fazendo com que sua reterritorialização ou a recomponização seja algo definidor para compreendermos a plasticidade interna ao universo do trabalho, no Brasil. Poderíamos ponderar, além disso, sobre quais fatores explicam a tenacidade e a capacidade de resistência do campesinato, além de sublinhar igualmente o processo em vigência de desterritorialização ou descomponização.

O movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos trabalhadores empenhados na Luta pela Terra e pela Reforma Agrária é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo das disputas políticas em torno desses assuntos. No âmbito da regulação social, temos os elementos que qualificam e determinam os papéis desempenhados pelos atores sociais implicados direta e indiretamente no movimento da sociedade, visto, pois, na sua totalidade.

A opção de focar a questão agrária brasileira para apreender os sentidos e os significados da Luta pela Terra e pela Reforma Agrária para o trabalho nos tem possibilitado abordar um conjunto de assuntos que, necessariamente, nos remete ao constante repensar crítico dos fetiches territoriais que encobrem o movimento contraditório das relações sociais e da luta de classes. Queremos enfatizar que a questão agrária é em essência uma questão social, como defendida por Caio Prado Júnior ao longo de sua vasta e rica obra²³².

Nesse sentido, vale enfatizar que a Luta pela Terra em si não é nosso foco de pesquisa. O elemento fundante das nossas investigações é compreender os sentidos e os significados desse processo social, por dentro das formas geográficas que se expressam nos diferentes modos de externalização do trabalho: camponeses, posseiros, assalariados (urbanos e rurais), informais, quilombolas, ribeirinhos, pescadores tradicionais etc., imersos nos movimentos sociais. Mais ainda, com a possibilidade de inserirmos, nesse processo de maior amplitude social, geográfica e política, a Soberania Alimentar, considerando, por consequência, o trabalho como a categoria fundante do sujeito social emancipador, estaremos muito mais próximos de discutir a centralidade política da luta de classes. No entanto, é importante esclarecer que ainda não desenvolvemos investigações que tenham contemplado o extenso arco social dos trabalhadores e suas organizações, envolvidos na Luta pela Terra.

Todavia, estamos aprendendo com os casos estudados e as informações a que temos tido acesso, através de outros estudos, o quanto rico e desafiador é esse assunto, no Brasil do século XXI, ou seja, a interação entre processo social e a questão da terra faz emergir problemas centrais em torno da estrutura social, os conflitos e embates de classe. Não somente porque, nas

²³² Poderíamos lembrar: 1966; 1979. E ainda vários artigos publicados na *Revista Brasileira*.

últimas semanas, a imprensa internacional resolveu enfatizar a diminuição da área de plantio de alimentos, em detrimento do cultivo de matérias-primas utilizadas na produção de agrocombustíveis, que, na verdade, não está revelando nada de novo. Isto porque, mesmo não sendo notícia e não ocupar o horário nobre da televisão, a fome e sua irmã siamesa, as desigualdades materiais entre os seres humanos e o modelo de produção estruturado na produção voltada para a exportação, têm produzido sérios danos à saúde e à vida de bilhões de homens, mulheres e crianças, em todo o mundo²³³.

É do nosso interesse também sinalizar os avanços e os limites da nossa compreensão sobre os papéis e os significados sociais dos atores que, no contexto do trabalho, fundam e (re)definem o processo social como um todo, particularmente a Luta pela Terra e pela Reforma Agrária. O conteúdo explicativo dos conceitos nos possibilita orientar o que vimos pensando e definindo, no interior da temática do trabalho – particularmente para a questão agrária e os rebatimentos específicos para a Luta pela Terra –, sempre referenciado na nossa produção (individual e em coautoria), assim como na interlocução com os demais pesquisadores e, ainda, na continuidade dos nossos estudos. Somente assim nossos limites de compreensão poderão ser superados concomitantemente às investigações e à nossa participação no debate teórico e político.

As pesquisas nos têm evidenciado essas mudanças muito rápidas, nos perfis dos trabalhadores, o que nos autoriza a observar não ser mais sustentável analítica e teoricamente pretender entender a Luta pela Terra e pela Reforma Agrária, no Brasil, especialmente no que tange à ação dos movimentos sociais, particularmente o MST, como algo isolado e restrito ao universo camponês. Essas lutas e ações passam a ser também do trabalhador proletário (rural e urbano), dos desempregados e de todos os que compõem as estatísticas dos trabalhadores “hifenizados”²³⁴ (temporários, domiciliares etc.), enfim, da classe trabalhadora, como estamos reivindicando seu conteúdo conceitual. Ao menos é o que estamos defendendo para dar sustentação ao necessário alargamento do conceito de classe trabalhadora, assunto discutido na Parte I deste texto sistematizador.

É por isso que a questão da terra, em nosso país, além de ser um tema de complexa amplitude geográfica, requer nossas atenções para as mediações específicas para cada assunto que a compõe. A começar pelos mecanismos de expulsão e expropriação das comunidades tradicionais, patrocinadas pelos setores dominantes, seja o capital imobiliário (especulador) urbano ou rural [latifundiários, consorciados ou não aos interesses madeireiro, extrativista/minerador (garimpos, exploração de minérios em larga escala), monocultor (pastagens, soja)], seja o capital agroindustrial. Independentemente do agente destrutivo que esteja desfechando golpes sobre os territórios de resistência e das formas de vida comunitária, depreendemos que não basta diagnosticar, por exemplo, que as áreas de Cerrado, ou que este bioma esteja sendo devorado pelas (mono)culturas de exportação, altamente mecanizadas, pelos garimpos ou madeireiras, enfim, práticas altamente impactantes para o meio ambiente. Temos que principiar e fundamentar essa explicação, destacando,

²³³ Em “Por uma “cruzada” contra a fome e o agronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado”, pudemos apresentar essas questões. Presidente Prudente, *Pegada*, V.9, n.1, 2008, p.8-22.

²³⁴ Essa formulação é original de Huw Beynon (1998), em “As práticas do trabalho em mutação”. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 9-38.

sobretudo, as relações de trabalho, as formas de vida, de organização e o conteúdo comunitário que nessas terras também estão sendo destruídos, ou que estão conseguindo resistir.

É nesse contexto que estamos iniciando ações de pesquisa com respeito à situação de alguns remanescentes de quilombos, em São Paulo²³⁵, levando em conta dois exemplos que expressam significados sociais e geográficos diferentes, do ponto de vista dos conflitos de classe. Situada entre a fúria expansionista dos empreendimentos do capital especulativo/imobiliário/urbano e os interesses de empresas silvicultoras em expandir seus negócios, a resistência das famílias trabalhadoras nesses territórios compõem nosso problema de pesquisa.

Apesar das semelhanças com todos esses exemplos, no que se refere à intenção destrutiva da desterritorialização e aos desafios para resistir e para a reterritorialização, a especificidade das ações *empreendedoras* da expansão da produção de energia elétrica, tendo em vista a “vocação” hidráulica, tem intensificado os conflitos entre Estado, empreiteiras e comunidades atingidas ou ameaçadas pelos projetos de construção de usinas hidrelétricas (UHE), em todas as regiões do país (nações indígenas, camponeses, extrativistas, posseiros, quilombolas, ribeirinhos, oleiros, pescadores artesanais).

Nossas atenções estão dirigidas, do mesmo modo, a esse assunto, por meio do projeto de doutorado “Da Barranca do Rio Para a Periferia dos Centros Urbanos: A Trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens Face às Políticas do Setor Elétrico No Brasil”²³⁶, sob a responsabilidade do professor Atamis Antonio Foschiera. As primeiras impressões dessa pesquisa já nos indicam a existência de relações e de ações diferenciadas do MAB, nas diversas áreas de atuação no Brasil.

É, por conseguinte, em meio à onda desenvolvimentista atrelada à ampliação da capacidade de produção de energia por meio de hidrelétricas, que surge esse Movimento contestador, composto por uma pluralidade de novos sujeitos políticos, a partir de novas práticas sociais, as quais colocam em questão a (des)ordem que se estabelece a partir dos interesses dos setores hegemônicos da burguesia, que estão se apossando/apostando do modelo energético de construção e distribuição de energia no Brasil.

A onda de incentivos, estímulos e financiamentos do Governo Federal em busca da eficiência produtiva, da modernização tecnológica inclui a produção/geração/transmissão de energia elétrica, que conta com R\$78,4 bilhões, ou 15% do total do programa. Tanto é que o PAC prevê até 2010 a geração de mais de 12.386 MW de energia elétrica, distribuídos para 10 unidades em operação (nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), e 16 unidades previstas [nas regiões Norte (7), Nordeste (2), Sul (3) e Centro-Oeste (2)], e a construção 14.000 km de linhas de transmissão²³⁷. Para tanto, o governo criou novas metas de financiamento aumentando o prazo limite

²³⁵ Está sendo desenvolvido projeto em nível de Estágio Não Obrigatório “Territórios quilombolas em São Paulo: rearranjos do trabalho e resistência cultural”, sob a responsabilidade do estudante do Curso de Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente, Cléber Ferreira dos Santos. Encontra-se em fase de implementação projeto de pesquisa de Monografia de Bacharelado que abordará as comunidades quilombolas situadas na região de Campinas, e tem à frente o estudante Gabriel Alexandre Gonçalves.

²³⁶ Esse projeto está sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente.

²³⁷ Cf. PAC, 2007. O Comitê Gestor do PAC (CGPAC) coordena todas as ações do Programa, e é composto pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento. Há também o Grupo Executivo do PAC (GEPAC), integrado pela Subchefia de Articulação e Monitoramento (Casa Civil), Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (Planejamento), e ainda a Secretaria Nacional do Tesouro (Fazenda).

de pagamento de 14 para 20 anos, e dilatou o período de carência para pagamento de 6 para 12 meses, sendo que, no mínimo, 70% do valor da obra será financiada, na maioria dos casos pelo BNDES.

Da mesma forma que as inversões para a ampliação do uso da irrigação, tanto por meio dos investimentos privados, quanto por meio dos projetos de irrigação viabilizados por recursos públicos, via PAC, sobretudo nas Regiões Centro-Oeste e Amazônia Legal. É o caso, a título de exemplo, do Projeto Manoel Alves, que conta com recursos do Ministério da Integração Regional (90%) e governo estadual (10%) localizado no município de Dianópolis (TO), que ainda na primeira fase de implantação já consumiu R\$300 milhões e revela sua inclinação às aquisições de lotes de porte médio-grande, quando se considera os estratos para esse tipo de investimento, em torno de 400 hectares, em detrimento dos lotes de pequeno porte, situados na faixa de até 30 hectares.

É nesse momento que esses *novos* sujeitos vão atuar, tanto no meio rural como no meio urbano, buscando inserir a sociedade civil nos debates que definem os rumos do país. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), desde março de 1991, com a realização do I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, capitaneou as ações e reivindicações de parcela expressiva dos trabalhadores envolvidos, atingidos ou ameaçados pela construção de barragens, no país, credenciando-se igualmente a organizar ações de resistência e de confronto com os órgãos de Estado, empresários etc. (Retrato 23).

Os registros e acontecimentos que assinalam os confrontos e as ações de resistência dos atingidos por barragens, que se deram a partir de sua organização, muitas vezes os levam a tomar sindicatos, eleger vereadores, pressionar as autoridades, a fim de conseguir as áreas de reassentamento para populações desterritorializadas, sem-terra, realizarem negociações junto às empresas/construtoras e aos órgãos públicos responsáveis (Ministérios, Agências Reguladoras, Secretarias de Estado). Isso tem provocado mudanças substanciais nas correlações de força, nas relações e nos embates de classe, pois, com a pressão popular e a presença marcante das organizações dos trabalhadores e das ações que se multiplicam nas regiões impactadas/ameaçadas, não é mais possível conceber a mesma rotina que esses empreendimentos adotaram, até meados dos anos 1990. Em alguns casos, a presença dos sindicatos e de suas lideranças que partilham dos mesmos propósitos – particularmente os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) ou as comissões de base, que se projetam como lideranças regionais e se sentam à mesa de discussão com representantes do capital e Estado – fez com que esse assunto não se restringisse somente à participação de prefeitos, políticos e elites locais/regionais.

Nesse caso, apesar de haver limitações no âmbito das alianças políticas, sobretudo por conta das dificuldades de compreensão dos movimentos camponeses, particularmente o MST, em transitar mais fluidamente por dentro da complexa trama de relações campo-cidade que povoa o universo do trabalho e vice-versa, é o que se consolida, nos últimos anos, no Brasil e no mundo, especialmente no cenário do Fórum Social Mundial e das ações da Via Campesina. Se percorrermos as esferas da informalidade e da formalidade, a ambiência sindical, associativa etc., ainda assim o MST é a instância organizativa que traz para seu arco de atuação os demais segmentos dos trabalhadores e que coloca em questão o controle social e, de certo modo, salienta a centralidade da

autoatividade, da autogestão, da autoprodução. Sem contar que também é referência para inúmeros movimentos congêneres da América Latina, tais como o Movimento dos Sem Terra e a resistência do indigenato na Bolívia, Equador, Guatemala, Chiapas, México, assim como em diversos países africanos e asiáticos.

Dessa maneira, não concordamos com aqueles que qualificam de limitados e com pequena amplitude social e eficiência política os movimentos sociais envolvidos na Luta pela Terra, pelo fato de serem movimentos sociais com pretensões camponesas.

Poderíamos ir mais longe e afirmar que, diante da configuração dos monopólios e do desemprego, da concentração de riquezas e da exclusão social, a luta do MST e dos demais movimentos sociais envolvidos na Luta pela Terra, particularmente situados no arco político da Via Campesina – e daí teríamos que ampliar esse leque, no Brasil, para o MMC, MAB, MPA, MCP, PJR, MTST –, é a luta de trabalhadores em busca do direito ao trabalho, à saúde, à escola, à cultura, ao lazer etc. É uma luta pelos bens e direitos roubados pela barbárie do capital. Nesse sentido, transcende a Luta pela Terra e coloca novos elementos para os trabalhadores brasileiros repensarem os limites da práxis social fragmentada em inúmeras disjunções [categorias sindicais (rural-urbana); movimentos sociais/sindicatos, cooperativas; se na produção, se na reprodução].

De fato, as limitações tático-estratégicas atribuídas ao MST compõem a formulação que defende a ideia de que o campo, enquanto território de sociabilidade específica, não existe mais ou está em vias de extinção, ou ainda, não é mais uma realidade do processo de reprodução da sociabilidade moderna. Como já abordamos na introdução deste texto sistematizador, restringir a veracidade do campesinato, cuja existência só é admitida marginalmente, faz sentido, no limite, quando não se admite a existência do campo e, conseqüentemente, a desnecessidade de reconhecer que parcela destacada da classe trabalhadora brasileira (especializada no campo) faz parte do projeto emancipatório, quando muito, considerada apenas coadjuvante, mas, em alguns casos, admitida por parte da intelectualidade, porque se trata de *segmento social aguerrido, lutador, idealista*²³⁸, porém confinado aos estreitos marcos da Luta pela Terra.

Assunto polêmico e de complexa abrangência (política, social, geográfica, cultural etc.), nos reterá em jornadas específicas de pesquisa e de discussões. No entanto, é importante afirmar que desconsiderar a existência do campo, em razão de que, por conta da *fúria* do capital financeiro e dos elevados patamares de urbanização, em todos os continentes, leva à eliminação da disjunção cidade-campo, significa não admitir a existência das formas de externalização social do trabalho no campo, tampouco as formas geográficas que lhe dão fundamento. E também a própria necessidade da Reforma Agrária, da desconcentração da propriedade da terra, no Brasil, e a viabilização de outro projeto de desenvolvimento capaz de incluir as diferentes experiências de organização dos trabalhadores e estimular as formas autônomas de trabalho, de autogestão, as experiências de vida comunitária etc.

♦ ♦ ♦

²³⁸ Utilizamos esses adjetivos pelo fato de comparecerem mais efetivamente na grande imprensa, textos, discursos etc.

Em detrimento da determinação do processo urbano-industrial, que reduz quase tudo à sua imagem e semelhança, os sujeitos sociais são sacados de sua existência histórica e geográfica e passam a se adequar às formulações idealistas, que não levam em conta o concreto como sendo a síntese de múltiplas determinações, mas como algo dado, predefinido, desvinculado da pluralidade do tecido social, por fora do movimento contraditório que redefine ininterruptamente a própria marcha do metabolismo social do capital.

Nesse aspecto, a *urbanização* e a *industrialização* do campo, enquanto expressões que justificam o cerceamento das possibilidades e alternativas para os trabalhadores, no âmbito restrito das técnicas modernas e na inserção eficiente dos empresários rurais no mercado, negam, secundarizam ou desprestigiam as demais formas de existência do trabalho no campo.

Assim, tanto o enunciado específico à incorporação de técnicas industriais, à adoção de procedimentos do modo industrial de produção, como também à implantação de características tidas como urbanas, no campo, tais como infra-estrutura de transporte, saúde, comunicações, água potável, energia elétrica, educação etc., passam a definir a *modernidade* no campo. Se isso não bastasse, não reconhecem aspectos imperiosos para o mundo camponês, representados pelas técnicas de plantio tradicionais, as sementes crioulas, tampouco o respeito ao calendário natural dos cultivos, à rotatividade da produção e aos modos de vida que caracterizam o sentimento comunitário, a ajuda mútua, dentre outros.

Decorrem dessa situação, por conseguinte, o peso e o significado destacados para a pluriatividade do trabalho e para as ocupações não agrícolas no campo, pois a existência das *novas ruralidades*²³⁹ (em consonância às funções do trabalho no campo) demanda apoios específicos, quase sempre prescritos nas políticas de desenvolvimento rural, oficializadas pelo governo federal desde o final da década de 1990, e que fortalecem o dualismo existente na avaliação de que o rural precisa se urbanizar, uma vez que, enquanto marca do atraso, poderia perspectivar o progresso.

Chama a atenção o fato de que essa formulação reúne em torno de si setores da intelectualidade e da militância política de diferentes tendências, desde os moderados, os conservadores e os de direita, abarcando igualmente setores da esquerda, particularmente os dogmatizados. Eis os limites que se apresentam no seio da questão da terra, no Brasil: de se ter claro, no âmbito dos setores progressistas e de *esquerda*, pensar para além do capital, tendo em vista as diferentes visões/avaliações do conteúdo da classe trabalhadora brasileira. Sem contar que o efeito da continentalidade pode confundir especialmente os contrastes entre os biomas, a dinâmica atmosférica, o ciclo biogeoquímico da água, do nitrogênio, do carbono, os conteúdos edafoclimáticos das diferentes formas de uso da terra, e por que não lembrarmos dos significados geográficos do componente social dos homens e das mulheres que trabalham, ou que estão inseridos nas atividades laborativas, nas diferentes porções do território.

Requintes de sapiência se manifestam, quando se concede aos setores ligados à agroindustrialização ou ao *agrobusiness* o *status* de fazer parte do modo industrial de produção, e aos setores ligados à estrutura familiar, *como aspirantes ao convívio sadio com o mercado* e no contexto do sistema de trocas, poder sobreviver, alcançando índices aceitáveis de produtividade e

²³⁹ A esse respeito, há reflexões pulverizadas em periódicos, livros, mas gostaríamos de citar o livro publicado pela CLACSO, intitulado *Una nueva ruralidad en América Latina?*. Ver Giarraca (2001).

competência administrativa, não cabendo, pois, aos demais segmentos, qualquer destino, senão que se mantenham perdulários, confinados aos bolsões de pobreza e inviáveis economicamente, atrasados, desidentificados política e socialmente do campo etc. Quando muito, objeto das políticas compensatórias, aliás, fundamentação revitalizada desde meados da década de 1990 e fortalecida na gestão Lula.

Em síntese, se, por um lado, a unificação campo-cidade, no âmbito do trabalho, é um cenário que se constrói muito lentamente e pouco se firma como realidade, por outro, é efetividade do ponto de vista do capital (sobretudo sua face industrial e financeira), o que faz emergir um sentimento de *mea-culpa* atenuando o problema, transferindo a centralidade da questão para a polêmica em torno da falsa dualidade entre agricultura camponesa x agricultura familiar. Vale destacar que o processo metabólico do capital, que tem na fragmentação do trabalho e no controle social instrumentos decisivos para a gestão do território, é a chave para apreendermos a relação dialética entre a cidade e o campo, e as especificidades das políticas públicas para ele, bem como as ações organizadas dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Esse deslocamento do assunto para a periferia das suas realizações traz implicações também para o campo das alianças e para a constituição das alternativas de organização societária dos trabalhadores brasileiros. Temos focado esse assunto nos nossos últimos textos, apontando para a necessidade de se retomar urgentemente o elemento central em torno da questão agrária, no Brasil: a necessidade da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar e Energética, e para tanto, o controle genético das sementes²⁴⁰, bem como a defesa de políticas públicas capazes de viabilizar o enraizamento do campesinato na terra.

Igualmente, não nos parecem convincentes as defesas que particularizam o camponês enquanto classe social específica, isolado ou *incomunicável* da rica e contraditória trama de relações que caracteriza a classe trabalhadora, no Brasil. A impermeabilidade entre as diferentes formas de existência do trabalho (no campo e na cidade) revela não só o isolamento do campesinato, mas, sobretudo, a impossibilidade de se tornar explícita a (re)constituição da plasticidade do trabalho.

O limite dessa leitura padece da mesma inconsistência das avaliações que, por outro lado, não reconhecem o camponês como classe trabalhadora, no limite do aceitável, como resíduo do atraso. Podemos apontar que não enxergar ou não admitir esses aspectos, rigidamente definidos nos manuais e nas cartilhas, portanto pouco afeitos às mudanças e às redefinições com que a convivência conflituosa marca a classe trabalhadora, em nosso país (em particular no campo), é impedimento para não entendermos os desafios que evidenciam os movimentos constantes dos trabalhadores rurais e dos camponeses, em particular. Estes, com efeito, vivem muito proximamente às realidades de serem diferentes sujeitos sociais, por conta de ocupações diferenciadas territorialmente, ao longo de um mesmo ano, portanto alvo de mudanças constantes que remodelam o desenho societal da classe trabalhadora, no Brasil, especialmente de seu universo simbólico.

Essa plasticidade rompida e constantemente redesenhada, insistimos, é o que nos estimula a apreender as formas geográficas do trabalho, porque, dessa maneira, avaliamos poder

²⁴⁰ No que concerne a essa questão, Ariovaldo Umbelino de Oliveira foi enfático, em sua intervenção na Mesa-Redonda "O controle das transnacionais sobre a agricultura e suas consequências negativas", durante o 13º Encontro Nacional do MST, em comemoração aos 25 anos do MST, realizado em Sarandi (RS), em janeiro de 2009.

chegar mais perto de conhecer as contradições na estrutura de dominação do capital sobre o trabalho.

As pesquisas têm-nos permitido fazer essas reflexões, de sorte que a recriação, a todo o momento, de relações não essencialmente capitalistas, ou a regressividade enquanto objetivação de relações sociais afinadas ao complexo de relações metabólicas do sistema do capital está incrementando e *atualizando* a valorização e a reprodução do capital.

Como afirma Oliveira (1981, p.8):

[...] o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista: neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Amparados nesses estudos, mas com as atenções voltadas para a extensão dos desafios que recaem para o conjunto dos trabalhadores inseridos, tanto nos campos quanto nas cidades, é que nos propomos entender as contradições que compõem as mutações no universo do trabalho.

Mais ainda, os significados territoriais e políticos que, contraditoriamente, são a base fundante para compreendermos a reprodução do capital e a manutenção e a recriação do campesinato, demonstram, em especial, que o capital se desenvolve sem a necessidade da sua extinção²⁴¹.

A estreita vinculação entre esses propósitos com os que focamos nos nossos estudos inscritos no Eixo 1, devidamente referenciados nos itens iniciais da Parte I deste texto sistematizador²⁴², é de muita significância teórica e política.

2.1. E o lugar para o projeto popular na Política Agrária !

É importante ressaltar também as investidas do capital, do Estado e dos setores dominantes, particularmente os latifundiários, que têm redefinido o sentido, o significado e a abrangência da Reforma Agrária, não somente para os trabalhadores, mas para toda a sociedade, por meio da noção de desenvolvimento rural, endógeno, inscrito no ideário do *Novo Mundo Rural*, projeto esse combatido pelos movimentos sociais que se mantêm fiéis à Luta pela Terra, particularmente o MST.

²⁴¹ A esse respeito, destacamos as posições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que se projeta com contribuições muito importantes para a compreensão da resistência e recriação camponesa, no Brasil, sem contar a orientação de inúmeros trabalhos em nível de Pós-Graduação em Geografia.

²⁴² Referimo-nos à Apresentação e à Introdução.

O documento “Agricultura familiar, Reforma Agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”, que deu identidade ao que ficou conhecido como Novo Mundo Rural, enfatizava proposições como “valorização do mundo rural firmando-se numa nova concepção do desenvolvimento sócio-econômico”; dirigia os enfoques das justificativas para formulações como “ênfase mais na dimensão territorial do que setorial; e com isso destacou as potencialidades específicas de cada local”. Em tempos de FHC, a declaração de intenções desse documento não ultrapassou os limites do papel, porque o que mais ocupava destaque – “contribuir para a erradicação da pobreza rural e redução dos índices gerais de pobreza no Brasil” – não passou de retórica, já que presa ao contexto político internacional de ascensão dos parâmetros neoliberais. Contudo, estava selada a sorte da Reforma Agrária, concebida na seara do mercado, ou de como resolver a pobreza nos parâmetros do mercado, ao elevar a agricultura familiar ao papel de protagonista.

Foi com a Dissertação de Mestrado de Jorge Montenegro Gómez, intitulada *Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de Reforma Agrária do MST no noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da questão territorial do Estado e do controle social do capital*²⁴³, que focamos detalhadamente os novos direcionamentos em torno da questão agrária brasileira ou, mais precisamente, a Luta pela Terra referenciada pelo conceito de controle social do capital.

Nesse sentido, as mudanças de orientação por parte do capital, setores hegemônicos (burguesia agrária, latifundiários) e do Estado, com a participação decisiva do Banco Mundial²⁴⁴, particularmente devido ao redirecionamento de recursos para custeio, são evidentes.

É importante salientar, nesse processo, o mote do referencial que passou a ser adotado a partir de então, ou seja, não mais como no passado, quando o horizonte das políticas públicas pretendia amenizar os problemas em torno da questão agrária – diante da impossibilidade de resolvê-los, nos marcos do capitalismo – agora o referencial é guiado pelas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Na rabeira dessas mudanças de enfoque, a maioria das conquistas dos trabalhadores é eliminada e/ou modificada/fragilizada, tais como: o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), substituído pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, hoje esvaziado e deturpado; o projeto LUMIAR foi simplesmente abolido, depois de ter alcançado resultados importantes, no que se relaciona à assistência técnica; e o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), secundarizado e desprestigiado, apesar de contar com recursos, muito mais devido às pressões dos movimentos sociais, do que das instâncias diretivas do MDA e do INCRA.

Em “Novo sentido da luta de classe e do controle social no meio rural. Uma contribuição à Geografia do conflito capital x trabalho”²⁴⁵ (Apêndice 5), extraímos do texto original da

²⁴³ Esse trabalho foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM, sob nossa orientação, e defendido em abril de 2002. Pudemos extrair dessa pesquisa alguns assuntos que ganharam a dimensão de artigos, os quais foram apresentados em eventos científicos, no Brasil e no exterior, bem como publicados em anais e periódicos eletrônicos (nacionais e estrangeiros).

²⁴⁴ Já em 1993, o Banco Mundial, por meio do *Relatório 11738-BR*, de 27 de maio, momento em que anunciava o encerramento de algumas linhas de financiamentos, apontava também para a necessidade de o Estado mudar radicalmente sua postura diante da agricultura, pois os cenários indicavam a retirada total ou intervenções mínimas ou pontuais.

Dissertação as principais evidências da minimização do conflito em torno da posse da terra no meio rural, tanto em relação à prática das ações, quanto dos documentos norteadores da política fundiária e agrária do Estado, em favor da construção de um consenso social amplo. O Banco da Terra e a Bolsa de Arrendamento são as principais marcas que ainda garantem a vigência do Projeto Novo Mundo Rural.

Enfatizando a participação da sociedade civil na gestão dos programas de desenvolvimento, os protagonistas desse projeto atraem a opinião pública e os trabalhadores para a tese de que a saída para a construção de um consenso entre todos os grupos sociais deve viabilizar, concretamente, o desenvolvimento socioeconômico harmônico e favorável para todos.

Sob essas circunstâncias, o Banco da Terra cumpriu o papel de desqualificar os movimentos sociais organizados. Carvalho Filho (2001) enfatiza que o Banco da Terra provocou mudanças de grande profundidade “na correlação de forças envolvidas na luta pela terra, beneficiando os latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais [...]. Os latifundiários receberiam dinheiro à vista por terra e benfeitorias, e os trabalhadores ficariam sob o domínio das oligarquias locais” (CARVALHO FILHO, 2001, p.223).

Não bastassem todas as dificuldades para implementação da política agrária, para priorização dos elementos centrais da questão agrária ou mesmo o reconhecimento da impossibilidade de resolvê-la, tudo isso simplesmente passa a ser um assunto esquecido e é substituído por uma formulação que associa os problemas do meio rural a uma questão do desenvolvimento.

É nesse momento que alguns significados centrais para a manutenção da agricultura familiar camponesa são eliminados, após serem travestidos dos interesses mercadológicos e empresariais. Isto é, a transformação do pequeno produtor camponês em empresário rural estava decretada, em meio à implementação de políticas de desenvolvimento baseadas em mecanismos de mercado, com a substituição do enfoque setorial por vínculos territoriais. Ressalvando os devidos excessos, esse é o *momento de glória*, ou a conquista do *status* de *agronegócio*²⁴⁵, e daí poderíamos concordar com o que Felix Guatarri (1999) denominou “fabricação capitalista da subjetividade”, na qual a produção/satisfação das necessidades passa a ser instrumentalizada. É oportuno reafirmar que esse ideário é um dos grandes entraves para a realização da Reforma Agrária, nos país, e também para a sustentabilidade da agricultura camponesa, de modo que a nomenclatura *agronegócio* sintetiza os mesmos valores da sujeição, subordinação que se fazem presentes nos fundamentos do agronegócio.

Essa nociva mudança de referencial da política agrária não se identificou apenas com as mazelas dos dois mandatos do governo FHC, porém foi encampada pelo governo Lula. O mesmo modelo de gestão e controle do temário agrário consolidou-se e ignorou o ordenamento jurídico previsto na Constituição e em Leis Federais que regulam o cumprimento da função social da propriedade da terra. A continuidade também se efetivou com a adoção do instrumento de aquisição

²⁴⁵ Esse texto, em coautoria com Jorge Montenegro Gómez, foi direcionado e aceito pela *Revista Ciência Geográfica*, AGB/Bauru, 2003. Também foi publicado na *Revista Xeografia*, N.12 – Documentos de Trabalho, do Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia (IDEGA). Santiago de Compostela: IDEGA/Santiago de Compostela, 2003.

²⁴⁶ Essa expressão é de uso comum e seria difícil creditá-la a alguém especificamente, mas foi cunhada, segundo nos consta, no leito das discussões no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial Rural do MDA, CONTAG, e se espalhou para o interior dos movimentos sociais.

de terras pela lógica mercantil destinada às famílias sem terra ou com pouca terra, isto é, do Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), instituídos por FHC, tem-se, em 2004, já no governo Lula, no âmbito do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a instituição do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que substitui seus congêneres antecessores. Então, o Projeto Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, ou Cédula da Terra (PCT), que operou de 1997 a 2002, e inaugurou as experiências de Reforma Agrária de Mercado (RAM)²⁴⁷, foi reforçado, em 1999, pelo Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária, denominado de Banco da Terra, mas depois “oxigenado” pelo CFCPR, tendo, pois como herdeiro e seguidor da mesma linhagem política o PNCF²⁴⁸, instituído no interior do governo Lula.

Esse cenário da política agrária, constituído e forjado à imagem e semelhança das diretrizes do Banco Mundial, foi cancelado por parte do movimento sindical representado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), ambas vinculadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, mais recentemente, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), inicialmente no estado de Sergipe²⁴⁹, mas já se alastrando para outros estados, apesar de ainda ser um assunto polêmico no interior dessa organização. A construção do consenso em torno das questões centrais para o campo, no Brasil, é forjada pelo Estado e pelos segmentos da burguesia e das instâncias dos movimentos sociais comprometidos e subservientes ao projeto que legitima o governo e o capital.

Quanto a isso, é importante registrar os descompassos existentes entre as políticas agrárias, seus reais objetivos em promover o assentamento de famílias e implementar a Reforma Agrária no País (enquanto ações desapropriatórias baseadas na legislação em vigor de terras improdutivas, ou mesmo a aquisição de terras onde não há disponibilização de terras improdutivas, devolutas ou públicas)²⁵⁰, se tomássemos apenas os dois governos FHC e Lula (a partir de 2003). Podemos notar que a *matemagia*²⁵¹ e a arte de mascarar e inflar os números da reforma agrária, do MDA/INCRA foram aperfeiçoados no governo Lula. Isto é, omitir informações, deturpar as metas do II PNRA, confundir as estatísticas, considerando como a mesma coisa novos assentamentos, regularização fundiária, reordenamento dos assentamentos já existentes (substituição de assentados), reassentamentos fundiários das famílias atingidas por barragens, em concordância com Oliveira (2007), a *não Reforma Agrária*²⁵² é o mote da política agrária do governo Lula. Com a mesma preocupação de mostrar as traquinagens imperantes na seara das ações da política agrária do governo Lula, pesquisadores do NERA (Núcleo de Estudos de Projetos de Reforma Agrária) trabalham com o conceito de *otimização* dos assentamentos para demonstrar que a substituição de desistentes aparece como assentados novos, da mesma forma que a *clonagem* de assentamentos

²⁴⁷ Terminologia inadequada, pois até acreditar que a Reforma Agrária seja algo concreto e realizado, no Brasil, pode ser seriamente comprometido pela via da sua realização por meio do mercado, da comercialização de terras, de forma individual.

²⁴⁸ A respeito desse aspecto, ver a Tese de Doutorado de Eraldo Ramos da Silva Filho, *Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003-2006)*, defendida em setembro de 2008, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Cf. OLIVEIRA, 2006b.

²⁵¹ Idem.

²⁵² O NERA também tem divulgado informações a esse respeito. Expressão tomada de empréstimo de Oliveira (2006b).

que haviam sido criados no ano de 2002, no governo FHC, mas que, supostamente, teriam sido assentadas no governo Lula²⁵³.

Por consequência, se considerássemos as informações divulgadas sobre o (des)cumprimento da Meta 1 do II PNRA, consta-se que das 127.500 famílias em assentamentos novos da Reforma Agrária, segundo Oliveira (2007), apenas 37,7% correspondem à verdade, pois, 1.606 famílias ou 1,2% corresponde a reassentamentos de atingidos por barragens; 47.571 famílias (37,3%) referem-se a ações de reordenação fundiária, e 32.835 famílias (25,8%) são oriundos de ações de regularização fundiária. As manipulações, a má utilização dos números enquanto expressão da *não Reforma Agrária*, acumula déficits em relação à projeção estabelecida no II PNRA²⁵⁴ e que pelo tudo indica, não mudará de rumo.

O mapeamento da continuidade da linha de conduta entre os governos FHC e Lula, para a questão da terra foi objeto das nossas atenções, por meio do Projeto de Doutorado *Desenvolvimento em (des)construção – Narrativas Escalares sobre o Desenvolvimento Territorial Rural*²⁵⁵, sob a responsabilidade do professor Jorge Montenegro Gómez. A marca principal é o distanciamento dos elementos centrais que compõem, a nosso ver, a questão agrária, no Brasil, neste início de século XXI, ou seja, a Reforma Agrária massiva, para sinalizar outro projeto de desenvolvimento econômico e social, e como forma de combater os escandalosos patamares de concentração da propriedade da terra, política agrícola para viabilizar a produção de alimentos para os trabalhadores e assumir a Soberania Alimentar como resultado das decisões democráticas sobre o que, como, onde para quem produzir, e como referência para o enfrentamento junto aos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros.

Distanciados e reticentes quanto a esses propósitos, a *intelligentsia* palaciana, juntamente com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), fundamentam os referenciais que vêm guiando o governo Lula sobre a temática da terra, no Brasil, através do documento “Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável”, que, logo em seguida, deu origem ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), o qual conduziu à formulação do desenvolvimento territorial rural²⁵⁶ (DTR), responsável por direcionar a política de desenvolvimento rural do governo.

Também ideada para eliminar ou aliviar a pobreza no meio rural, todavia sob a orientação territorial do desenvolvimento, a iniciativa era defendida como inovadora e avançada, porque poderia permitir ações mais eficientes para as comunidades rurais. Seja o desenvolvimento rural com base no desenvolvimento local, seja o desenvolvimento territorial rural, do governo Lula, aos trabalhadores não sobraram alternativas condizentes com as reivindicações de Reforma Agrária, ampla e massiva, associada à política agrícola compatível, tampouco se isentaram da chaga da fome e da indigência.

²⁵³ Cf. SOUZA, 2006.

²⁵⁴ A atualização dos números para os anos de 2006, conforme indica Oliveira (2006b), e para 2007 e 2008, em estudo recente o mesmo autor (2008), reitera o desinteresse pela Reforma Agrária por parte do governo Lula.

²⁵⁵ Essa Tese foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, no período de 2003 a 2006.

²⁵⁶ Até dezembro de 2005, haviam sido definidos 106 territórios rurais por todo o país. Na Tese de Doutorado de Jorge Montenegro Gómez, esse assunto foi largamente discutido e também referenciado em ampla investigação e pesquisa bibliográfica.

No mais, sobrou a permanência do Banco Mundial endossando a Reforma Agrária de mercado, processo esse maquiado pela substituição do programa Banco da Terra pelo programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)²⁵⁷.

Diante dessas evidências, concluímos que há mais continuidades do que rupturas entre os projetos de gestão da temática agrária dos governos FHC e Lula, ainda que não tenham faltado e não faltem críticas, de ambas as partes, em defesa dos *seus projetos*. Entretanto, os dois projetos, ao enaltecem a capacidade e eficiência produtiva da agricultura familiar, muito mais empreendedora, empregadora e detentora de ocupação equilibrada do território nacional, por meio da multifuncionalidade e da pluriatividade, integrando diferentes atividades econômicas, não explicitaram “o tamanho do estrago” que estão causando para os agricultores familiares camponeses, para os sem-terra, para os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Sem contar que isso compõe as idas e vindas dos acordos palacianos e, por certo, das negociações políticas que influenciaram o conteúdo e o formato do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do governo Lula, intitulado “Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”. Essa experiência de governo, além de míope, é refém dos interesses de toda ordem, evidenciados, pois, pelos arranjos que norteiam a composição política interna ao PT e aos partidos aliados, bem como à base de apoio parlamentar no Congresso Nacional, que soldam o conservadorismo *antipopular* do governo Lula, até o momento consagrado para viabilizar a boa máxima “Brasil: um País de todos”. Esse documento expressa a intenção de dar continuidade ao I PNRA, da era Sarney (1985-1989), mas ressalva que objetiva promover uma Reforma Agrária ampla, massiva e sustentável, porém em consonância com os preceitos da agricultura familiar e os vínculos com o Desenvolvimento Territorial Rural (DTR).



Os desdobramentos da questão da terra para o trabalho, no Brasil, espelham as reflexões presentes no conjunto da nossa obra, mas esse é um caminho em construção, o que nos põe diretamente vinculados às pesquisas em andamento e as que estão por vir.

O escorchantes quadro que expressa a concentração de renda, em nosso país, nos revela a *dignidade roubada e a barbárie*²⁵⁸ que reservam a 50% dos mais pobres 13,5% da renda, enquanto 1% dos mais ricos detém pouco mais de 20%. Isso é amplificado, quando consideramos que a renda dos 10% mais ricos é 30 vezes superior à dos 40% mais pobres, o que garante 132.000.000 ha. de terras concentradas nas mãos de 32.000 latifundiários, ou que as 27 maiores propriedades se igualam à superfície do Estado de São Paulo.

O cadastro do INCRA revela, para 2003, que 70.000 imóveis (1,6% do total) ocupam quase a metade (43,5%) da área cadastrada ou 183.000.000 de ha., sendo que, quanto ao uso da terra e sua função social, apenas 30% da área dos imóveis foi classificada como produtiva. No entanto, em relação ao total da área agricultável ou 850 milhões de ha, apenas 65 milhões de ha

²⁵⁷ Cf. PEREIRA (2005b).

²⁵⁸ Título de ensaio de nossa autoria, publicado na revista eletrônica *Espaço Acadêmico*, Ano 1, N.11, abril de 2002, Maringá, 2002. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/1thomaz.htm.

estão ocupados pela agricultura; 120 milhões com pastagens, 120 milhões de ha são destinados às reservas indígenas; 110 milhões de ha para áreas de preservação, enquanto se estima que há de 150 a 200 milhões de ha de terras não cadastradas ou devolutas. Portanto, a magnitude da quantidade de terras que poderia ser destinada para a Reforma Agrária, a começar pelas terras devolutas sob controle dos grileiros, não deve ser desprezada, tampouco justificar as políticas compensatórias em lugar de projetos consolidados e específicos.

Assim, mais do que em qualquer outro momento da história, a questão agrária, considerando a complexa trama de relações, demandas e lutas que a compõe, faz emergir em cena se identifica com os assuntos urbanos e contém elementos centrais da questão do trabalho etc.

Apesar de esse assunto merecer atenção especial, ao longo dos nossos textos, particularmente em “Desenho societal dos sem terras no Brasil” (Texto 6) e “A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI” (Texto 3), defendemos a ideia de que o campo deve ser entendido por dentro das contradições que demarcam a diferencialidade tecnológica, os conflitos em torno da posse da terra, a relação capital x trabalho e as diversas inserções dos agentes produtores no circuito mercantil, que identificam os objetivos, as expectativas e os retornos desejados. Se assim não for, pouco poderemos dizer a respeito da *grandiosidade* que as estatísticas tentam traduzir, em torno da magnitude da produção e da exportação dos setores do agronegócio, quando nos deparamos com as crescentes somas de produtos de origem agropecuária que o país importa, para garantir o abastecimento interno, como, por exemplo, o arroz, o milho e o leite.

Há também, como pudemos refletir em “Jogo de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-Reforma Agrária no Governo Lula”²⁵⁹ (Texto 8), a perversidade do processo destrutivo da lógica do capital, que moderniza o país e o transforma em expoente mundial na matéria do agronegócio, mas não resolve a fome e a miséria que acometem aproximadamente 50.000.000 de brasileiros²⁶⁰. Por sorte, ao lastrear a produção para quem paga mais, esteja onde estiver no planeta, ganha reconhecimento da opinião pública, ao garantir *superávits* na balança comercial e, em especial, do Estado, pelo fato de significar recursos (divisas) para pagar os juros da dívida externa. Essa magnitude do capital e da burguesia não consegue esconder o fato de que o país exporta alimentos que poderia estar presente nos pratos de milhões de brasileiros, num país de Fome Zero e de Ministério da Segurança Alimentar.

Em “O trabalho como categoria fundante para a compreensão do campo, no Brasil” (Texto 5), argumentamos que os elementos centrais que redefinem a posição dos atores sociais no campo podem ser escamoteados e confundidos, quando se aponta, por exemplo, na discussão (iniciada na academia e já presente no universo dos trabalhadores) em torno da agricultura familiar x agricultura camponesa.

Diante dos argumentos fáceis, fundados na defesa da agricultura como negócio rentável, porém regulado pelo lucro e pelo mercado (mundial), há uma nítida junção de interesses (apesar das disputas pontuais por crédito, política agrícola etc.), que associa num único bloco todo o segmento empresarial no campo. A contar com as representações das entidades associativas,

²⁵⁹ Esse texto foi escrito especialmente para compor o Dossiê “Governo Lula”, da *Revista Pegada*, V. 4, N.1, 2003. Presidente Prudente: CEGeT, 2003.

²⁶⁰ Cf. IBGE (2007).

cooperativas e sindicais, com destaque para os setores representativos dos pequenos e médios proprietários de terra que soldam seus interesses com os grandes proprietários e latifundiários, mas com a salvaguarda de que estão incluídos no modelo e, portanto, têm futuro garantido e apoio das políticas públicas.

Esse quadro nos mostra o conteúdo das contradições amparadas historicamente na opção latifundista do período colonial, que foi capaz de resolver os interesses divergentes entre latifundiários, capitalistas e o próprio Estado. Enquanto, em diversos países capitalistas, optou-se pela reforma agrária e por leis severas contra a concentração da terra, no Brasil, ao contrário, essa opção se distancia no horizonte, pois a propriedade e a posse da terra não têm vínculo exclusivo com a produção.

Ao capital e ao Estado se junta igualmente parte da agricultura familiar, nesse caso, apoiada por setores da intelectualidade comprometidos com a solução da questão agrária brasileira, via mercado. Ficam secundarizadas e mesmo desconsideradas as questões sociais emergentes no campo, associadas à concentração da terra, de renda e de capital, porque a questão agrária não mais possui um caráter estrutural, como defende Martins (2001), ou não apresenta impasses ao desenvolvimento do capital, bastando tão-somente investimentos e políticas de preços, incentivos à exportação, acordos multilaterais etc.

Assim, se a questão agrária fosse resolvida pelo capital e para o capital, a ponto de a estrutura agrária não conter elementos que constituam obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo, não se estaria mais diante dos antagonismos de classe. De forma muito contundente, Germer (2002) critica Martins (2001), por entender que a discussão sobre a questão agrária deve priorizar o entendimento da dinâmica das relações entre as classes sociais, mesmo não reconhecendo o camponês como sujeito social capaz de opor-se ao capital, por filiar-se à compreensão de que o proletário ocupa lugar central e papel revolucionário.

Em outros termos, o que essa polêmica não nos permite entender é que o antagonismo de classe, supostamente superado pela consolidação do capitalismo, não é substituído pela harmonia entre as classes sociais, tampouco pela dissolução das mesmas, mas, ao contrário, por novos antagonismos de classe. Esse assunto deverá nos ocupar mais detidamente, nos estudos e investigações em consecução.

Daí, por exemplo, a banalização da Reforma Agrária, a ponto de ser esquecida das prioridades de governo e das políticas públicas, tal como assistimos em relação à demora e à desmobilização em torno da publicização do II PNRA, sua aceitação no âmbito do governo e aprovação no Congresso Nacional, mesmo que seja do conhecimento público a existência de algo próximo a 200.000.000 ha de terras devolutas. Há, em acréscimo, a relação confusa que o governo mantém com os movimentos sociais envolvidos, historicamente, na Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Brasil, em todo o processo preparatório do II PNRA, como tivemos oportunidade de abordar, em “Jogo de cena e poder de classe no Brasil...” Ou seja, em determinados momentos, o governo Lula tem acenado com políticas específicas de apoio logístico para os assentamentos, extensão de projetos de custeio e de sustentação de intervenção técnica, via estrutura do INCRA, ora os financiamentos de projetos educacionais, via PRONERA; em outros, tem-se o endurecimento e

interrupções de investimentos e financiamentos de projetos, de sorte que o fechamento de negociações e entendimentos dá a tônica.

Nesse sentido, a repressão e a violência que engordam as fatídicas estatísticas das torturas, dos assassinatos, dos desaparecimentos de camponeses, lideranças sindicais e trabalhadores rurais, bem como o comprometimento da maioria do Poder Judiciário com os imperativos do capital e do latifúndio, não fizeram desaparecer o envolvimento e a luta dos trabalhadores, sintonizados com o desejo do acesso a terra, à Reforma Agrária, às melhores condições de trabalho, ao cumprimento dos direitos trabalhistas, às denúncias de trabalho escravo etc.

O que se constata, no delineamento da questão agrária, são os mais alarmantes atos de barbárie praticados pelo capital, pelos latifundiários e pelos órgãos repressivos do Estado, principalmente com os assassinatos de trabalhadores e lideranças, além da parcialidade da justiça em favor do latifúndio.

Por isso, quando nos propomos focar a questão agrária brasileira, por dentro do conflito social enraizado no interior da classe trabalhadora, estamos preocupados em desenvolver metodologias capazes de indicar as pistas para o entendimento da pluralidade de situações, contraditoriamente redesenhadas. Isto é, pretendemos compreender de maneira imbricada os mecanismos que expressam a luta pela posse da terra e as formas geográficas que nos indicam os sentidos, os significados e o conteúdo daquilo que, por meio dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, demarca a inserção do trabalho.

A já longa luta dos trabalhadores que têm nos campos sua inserção para a moradia e/ou para o trabalho, ao colocar em questão o poder e o controle exercidos pelos proprietários de terra, latifundiários, capitalistas e o Estado, seja por meio das ocupações de terra, e de outros atos, seja por meio de greves, passeios, está acrescentando, ao aprendizado da luta de resistência e à qualificação da consciência de classe, novos elementos para a classe trabalhadora. Os níveis de confrontação atingem patamares diferenciados, mas mesmo considerando-se o marcado período de refluxo das ações dos movimentos sociais, no que confere às organizações vinculadas à Luta pela Terra, a liderança é expressiva. Os níveis de violência e a intensidade das ações de confrontação com os aparelhos repressivos, sobretudo a Polícia Militar também tem aumentado. Haja vista a reação violenta da tropa, com disparos de armas automáticas, tiros de borracha e gás pimenta, no momento em que os trabalhadores, envolvidos no plano de lutas da Via Campesina, reivindicavam o cumprimento do plano de assentamento de famílias no Pontal do Paranapanema, das fazendas já arrecadadas, vistoriadas e pagas, defronte à sede do ITESP, em Presidente Prudente²⁶¹.

Quer dizer, conhecer as contradições e as travagens no interior dos conflitos e a dinâmica das relações entre as classes sociais ou da luta de classes pode significar passos

²⁶¹ Esse fato, do qual participamos ativamente e dispomos de registros fotográficos e de áudio, ocorreu no dia 16 de outubro de 2008. Dessa ação, conseguiu-se agendamento de reunião junto aos secretários de Estado da Justiça, Agricultura e Meio Ambiente, para a semana seguinte, com o objetivo de se discutir os temas que constam da pauta de reivindicações: aceleração da arrecadação de terras no Pontal e demais regiões do Estado; renegociação das dívidas junto ao FEAP/Nossa Caixa; reimplantação dos programas de incentivo à produção nos assentamentos; construção de Centros Esportivos e Culturais nos Assentamentos (CECAS); repúdio ao Projeto de Lei 578, de autoria do governo Serra, que regulariza as terras griladas acima de 500 hectares, enviado à Assembleia Legislativa e aguardando votação.

importantes para a compreensão da magnitude e sentido das mudanças expressas através das formas geográficas assumidas pelo trabalho.

Nesse sentido, de um lado, com as externalizações do trabalho (proletário urbano e/ou rural, camponês, arrendatário, posseiro, sem terra, desempregado) e, por outro lado, com as externalizações do capital (grandes proprietários de terra, latifundiários, capitalistas industriais/banqueiros etc.), bem como com o concurso do Estado (representado pelos ministérios, secretarias, órgãos de inteligência e de fomento etc.), têm-se os elementos fundantes e conceitualmente estruturantes das formas geográficas.

Assim, o trabalho, diante das diferentes formas geográficas, quando territorializado numa determinada condição, como, por exemplo, camponês desterritorializado e assumindo outra identificação (ex: diarista e trabalho eventual), quando reterritorializa sua identidade em outro momento e sob outras condições (ocupações de terras públicas ou improdutivas), expressa (*encarna*), pois, estágios distintos da luta de classe e, por suposto, níveis diferenciados de consciência de classe.

Compreender a complexa trama de relações que caracteriza o universo do trabalho por meio das ações voltadas para a Luta pela Terra nos possibilita conhecer as contradições iminentes à capilaridade do trabalho e que refletem a dinâmica geográfica da classe trabalhadora, no Brasil, no século XXI.

Os diferentes assuntos que estamos investigando (concluídos ou em andamento) são a base da nossa reflexão e da interlocução com os camponeses e os demais pesquisadores. É o que está nos auxiliando a acrescentar as nossas avaliações ao intrincado conjunto de relações em torno da questão da terra e da questão agrária brasileira. Oportunamente, poderíamos destacar: a) as experiências organizativas e projetos de viabilização de assentamentos, realçando o papel da cooperação e da cooperativa, particularmente no caso do MST, no Pontal do Paranapanema; b) as dissensões e os “rachas” internos às organizações dos trabalhadores ou os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra²⁶² (Retrato 24); c) os *novos* referenciais de controle social utilizados pelo Estado e pelos setores dominantes, os quais, por meio de políticas públicas, distorcem os elementos centrais da questão agrária e colocam no horizonte político a desimportância da Reforma Agrária, no Brasil, pregando em seu lugar políticas de desenvolvimento e de consenso social; d) os papéis sociais específicos protagonizados pelas mulheres, tanto no âmbito dos processos que desembocam nos acampamentos, quanto nos assentamentos, e os conteúdos político-ideológicos e, portanto, de classe, que recobrem a questão de gênero, quando nos reportamos à luta pela terra e pela Reforma Agrária; e) as estratégias usuais da mídia impressa, ao referir-se ao MST, de maneira geral, e à luta pela terra e pela Reforma Agrária, em particular, no Pontal do Paranapanema.

²⁶² A esse respeito ver: Texto 6, Volume 2.

2.1.1. Os desafios da organização coletiva no campo

Há um caminho percorrido pelas nossas pesquisas, que elucida nosso posicionamento sobre a compreensão do trabalho no campo. Em “O trabalho como elemento fundante para compreensão do campo” (Texto 5), pudemos apontar essas preocupações, focando as diferentes formas de externalização do trabalho no campo e os significados e sentidos expressos tanto nas formas materiais, quanto, na dimensão da subjetividade, as formas de organização.

Esse assunto foi retomado e aprofundado nos textos posteriores (o que abordaremos a seguir), mas gostaríamos de sinalizar, considerando a sequência dos nossos estudos, após o Doutorado, os níveis de compreensão dos sentidos do trabalho manifestos nas investigações referentes à Luta pela Terra.

Inicialmente, com as atenções voltadas para compreender os papéis exercidos nos momentos que consolidam a passagem do acampamento para assentamento e, portanto, a implementação de ações específicas para viabilização econômico/produtiva e também política, com vistas à continuidade da luta, das novas ocupações etc., preocupamo-nos em centrar o foco teórico sobre o conceito de trabalho, restrito ao trabalhador produtor.

Podemos resgatar a Dissertação de Mestrado desenvolvida por Alexandre Domingues Ribas, denominada *Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema*: uma “leitura” a partir da COCAMP²⁶³, para demarcar as preocupações do momento em entender o trabalhador envolvido na Luta pela Terra, em especial no que se refere à organização e à viabilização de assentamentos.

O imbricamento das relações entre a COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal) e o MST, e toda a ordem das mediações que à época do final dos anos 1990, demandavam soluções, atraíram-nos para o entendimento da experiência da cooperação nos acampamentos e assentamentos, especialmente quais os resultados da cooperativa, nos assentamentos no Pontal do Paranapanema.

Pudemos ampliar os horizontes dessa linha de investigação, para o Noroeste do Paraná, particularmente nos municípios de Paranacity e Santa Cruz do Monte Castelo, por meio do projeto da pesquisa, em nível de Mestrado, denominada *Estudos e referências de produção coletiva e individual dos assentamentos Santa Maria e Oziel Alves Pereira*²⁶⁴, desenvolvido pelo professor Aníbal Pagamuncci. Nesse caso, privilegiamos comparar duas experiências, em execução, de organização de assentamentos rurais: coletiva e individual. A opção pelo referencial coletivo adotado pelos trabalhadores do assentamento Santa Maria, localizado em Paranacity, consolidou-se com a organização coletiva dos lotes e pela criação da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), em 1993.

Esse estudo evidenciou que os resultados econômicos alcançados pelas famílias cooperadas junto à COPAVI apontavam diferenças muito expressivas em relação ao assentamento Chico Mendes e Pontal do Tigre, e à Cooperativa de Comércio de Reforma Agrária Avante Ltda.

²⁶³ Essa Dissertação foi concluída em 2002 e, dela originados, encontram-se em preparação para publicação dois artigos que deverão compor capítulos de livros, um deles sob nossa direção, junto à Coleção “Geografia e Trabalho no Século XXI”, que coordenamos junto ao Editorial Centelha, e outro a cargo da Editora Expressão Popular.

²⁶⁴ Trabalho defendido em março de 2001.

(COANA). Essas diferenças repercutem nas condições de trabalho, especialmente no acesso a equipamentos e implementos mecanizados, insumos modernos e, ao menos parcialmente, na qualidade de vida (acesso a energia elétrica, educação, posto de saúde etc.). Basta lembrar que a produção de leite pasteurizado e envasado em saco plástico (barriga-mole), iogurtes, manteigas, queijos e doces é o carro-chefe da COPAVI.

É importante notar, para essas duas investigações, o papel definidor da organização do trabalho por meio da referência coletiva, já que era de se esperar que ocorressem, nesses casos, os saltos organizativos mais significativos, a serem atentamente observados para futuras experiências e para a classe trabalhadora em geral. Todavia, particularmente para a COCAMP, nem todos os assentamentos que dispunham da organização coletiva do trabalho optaram pela vinculação à cooperativa, tampouco à organização coletiva dos lotes. Naquele momento, diante da riqueza das informações provenientes da exaustiva pesquisa desenvolvida pelos pós-graduandos, nós nos convencemos de que os trabalhadores e o próprio MST teriam que avaliar o caminho que estavam percorrendo e em que alternativa estavam apostando, tendo na natureza da propriedade dos lotes (coletiva, individual ou mista) e na cooperativa, elementos centrais da organização econômica e política dos assentamentos e da Luta pela Terra, com desdobramentos importantes para a consciência de classe.

Se, de um lado, 60% dos trabalhadores filiados à COCAMP não aceitavam a organização coletiva dos lotes, por outro, parcela também expressiva dos trabalhadores que optaram por esse tipo de organização, apesar de representarem 40% dos cooperativados, não aceitavam que a COCAMP ocupasse papel central na condução das ações políticas em relação à continuidade da Luta pela Terra e toda a reflexão tático-estratégica do MST, na região. Essa avaliação estava muito mais relacionada às discordâncias em relação aos encaminhamentos e à qualidade dos serviços prestados pela COCAMP²⁶⁵ do que à convicção no trabalho político em si.

Em “O cooperativismo no raio de atuação do MST – uma compreensão para a Geografia do Trabalho”²⁶⁶ (Apêndice 6), pudemos expressar nossas concepções sobre o referencial organizativo defendido pelo MST, no Pontal do Paranapanema, por meio das ações da COCAMP, as contradições presentes no Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), vinculados na época à Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), quais as repercussões da sua gestão territorial sobre os assentamentos e para o projeto político-organizativo do MST.

Em meio a essa complexa trama de relações, avaliamos na época ser imprescindível refletir profundamente os referenciais de cariz teórico-conceitual, através dos quais guiávamos nossos estudos, com o propósito de sintonizar os fatos abordados e os seus vínculos territoriais à dinâmica contraditória do campesinato, no âmbito da classe trabalhadora. Mais que um reposicionamento, dedicamo-nos a explicitar nossa autocrítica diante do processo social.

²⁶⁵ É importante lembrar que as sucessivas interrupções no repasse de verbas para a implementação/conclusão da planta de processamento industrial da COCAMP, em Teodoro Sampaio, frustraram grande parcela dos assentados, que acreditavam que a despolpadeira iria ser viabilizada, apostando no plantio do maracujá, do abacaxi – o que foi um fracasso. Isso se repetiu para o leite, tendo em vista o funcionamento da usina, e para a mandioca, no caso da fecularia/farinheira, localizada em Sandovalina.

²⁶⁶ Esse texto foi produzido em coautoria com Alexandre Domingues Ribas, e publicado na *Revista Geografia em Atos*, v.1, n.2, 2000. Presidente Prudente: Departamento de Geografia/FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2000.

A opção individual de organização do trabalho nos assentamentos, realidade antagônica ao seu período de vigência, que se nos apresentava como uma questão relevante, mostrou-se, pois, com a continuidade das pesquisas, não ser determinante na não adesão dos trabalhadores às estratégias de luta do MST. Tampouco às ações de âmbito mais gerais que envolviam manifestações sociais, passeatas etc., aspectos já muito distantes das agremiações sindicais representadas pelos operários, que, em princípio ou por definição, teriam que se envolver com as lutas de resistência e manifestar clara e objetivamente seu antagonismo ao capitalismo, à propriedade privada da terra e dos meios de produção. E, apenas para enriquecer essas inquietações, aproximadamente 30% dos assentados eram originários dos centros urbanos, e argumentavam que somente encontravam saída para a luta de resistência e para assegurar os interesses dos trabalhadores, na condição de assentados.

A opção dos trabalhadores, diversa daquela apontada para a organização coletiva que deveria propugnar pela existência do camponês ou do campesinato enquanto experiência política fundada na identidade de classe – ao menos que imaginávamos do camponês, sob o ponto de vista da especificidade do operário –, *ganhava-nos* para o entendimento de não se tratar de experiência camponesa, aquela que, historicamente, luta contra o capital, porque não foi compreendida por nós no âmbito da amplitude das múltiplas determinações que (re)definem constante e contraditoriamente os papéis e os sentidos dos homens e das mulheres que trabalham, considerando a pluralidade das suas formas de externalização, geograficamente impressas no território.

Vale lembrar que encontramos inúmeros casos de trabalhadores assentados que optaram pela organização individual dos seus lotes, mas que se dedicaram intensamente às ações coletivas que viabilizavam novas ocupações, acampamentos e demais atividades programadas pelo movimento social. Dessa forma, as predefinições e os modelos *apriorísticos* têm poder explicativo limitado.

Para parcela destacada dos dirigentes e lideranças do MST, a concepção de organização da produção e do trabalho por meio de cooperativa, além de ser uma forma superior de organização da produção, permite a integração do assentado ao mercado, ao mundo da mercadoria. Mesmo sendo a cooperativa entendida como alternativa de superação das relações de dominação engendradas no processo de acumulação de capital, os trabalhadores acreditavam que, por essa via, poderiam criar condições favoráveis para a luta e superação das relações de dominação capitalista²⁶⁷. Poderíamos ainda afirmar que, para os defensores dessa ideia, com forte vínculo à formulação original em Kautsky (1986), há a compreensão de que esse caminho é *necessário* para a superação das relações camponesas.

Nosso interesse não se fixa na cooperativa como um fim em si mesmo ou enquanto fenômeno único ou exclusivo da organização do campesinato oriundo dos assentamentos, mas sim como possibilidade de sintonizar o imbricamento de diversos aspectos que, contraditoriamente e a um só tempo, podem nos revelar o conteúdo do estranhamento que povoa as concepções da existência camponesa – *em meio a toda polêmica que tem direito* – tanto fora, quanto dentro do trabalho. Ou seja, apreender o debate que comparece nas instâncias de organização, no ambiente acadêmico-

²⁶⁷ Esse assunto pode ser encontrado em Fabrini (2002).

científico e estatal. Tanto isso é importante que a continuidade das pesquisas deverá nos mostrar os efeitos para os camponeses da avaliação e da mudança de rumos que o MST adotou, em relação ao SCA, particularmente com a substituição desse modo de organização do trabalho pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente²⁶⁸.

Portanto, enxergar o camponês enquanto ator social do cenário de desenvolvimento dos nossos estudos demandou aprofundamentos e amadurecimentos das demais investigações, bem como junto aos resultados das investigações de outros pesquisadores que fazem parte do nosso universo de interlocução.

Essa caminhada nos tem possibilitado fortalecer nossas formulações, mas, sobretudo, assumir que é a partir dos nossos limites e do exercício constante da autocrítica que estamos conseguindo aclarar nossas convicções e referenciais teóricos voltados à compreensão da classe trabalhadora, no Brasil. Além disso, como era de se supor, esses posicionamentos se justificam por entendermos que o camponês é parte da classe trabalhadora, sendo que essa compreensão se consolidou com o desenvolvimento das demais pesquisas realizadas no âmbito do CEGeT. Foram essas pesquisas, ou seus resultados, bem como o acompanhamento detido de outras, realizadas em diversas porções do território brasileiro e outros países, que nos permitiram, ao longo desses anos, repensar e refletir teoricamente sobre o conjunto das posições que se fazem presentes no debate.

As diferenças existentes quanto ao entendimento da Luta pela Terra, sintonizada no processo social mais geral, ou o ato em si, assim como compreensões combinadas, dão conformidade às instâncias de organização. Hoje, poderíamos até falar em uma genealogia das agremiações dos trabalhadores, o que foge do nosso interesse, neste momento, mas é possível afirmar que o MST é a expressão desse processo. Até porque, em grande medida, principalmente a partir de 1990, a maioria das entidades de organização dos trabalhadores envolvidos na Luta pela Terra é produto da fragmentação dos seus quadros²⁶⁹.

O aprofundamento disso e a abordagem da sintonia do *consenso* com o recrudescimento do conflito pudemos desenvolver mais detalhadamente, em “La actualidad del conflicto entre el capital y el trabajo en el médio rural brasileño”²⁷⁰.

Por meio das informações e dados primários das pesquisas, pudemos elaborar os primeiros ensaios daquilo que, com a sequência dos estudos, levou-nos a ampliar a compreensão do conteúdo societal do trabalho envolvido na Luta pela Terra. O que, num primeiro momento, era diagnosticado por nós, também correspondia aos resultados de outras pesquisas²⁷¹, mas ainda não

²⁶⁸ Essa nova instância, inscrita nas reformulações que ocorreram na estrutura orgânica do MST, em nível nacional, ainda continua sob a coordenação da CONCRAB, mas foi dividida em cinco frentes de atuação: Cooperação Agrícola e Cooperativas; Organização Social da Base; Assistência Técnica e da Produção; Formação e Capacitação; Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária.

²⁶⁹ Cf. LIMA (2006).

²⁷⁰ A elaboração desse texto, em coautoria com Jorge Montenegro Gómez, foi específica para participarmos do IV Colóquio Internacional de Geocrítica, realizado em Barcelona, no período de 27 a 30 de maio de 2002. Foi publicado na *Revista Eletrônica Geocrítica*, v. 6, número 119. Universidade de Barcelona, 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/c4-jmont.htm>.

²⁷¹ A composição plural dos trabalhadores inseridos nas ocupações de terra no Pontal, ou seja, de origem rural, mas ainda urbana, também se pode atestar nas pesquisas desenvolvidas junto ao NERA, sob orientação do professor Bernardo Mançano Fernandes. Devemos ressaltar que, várias vezes, temos tido o privilégio de participar das bancas examinadoras (qualificações e defesas de Mestrado e de Doutorado) desses trabalhos.

estava claro o movimento contraditório que está na base de realização do que já denominávamos, numa primeira formulação, de plasticidade do trabalho.

Não obstante, esse aspecto não ocupou as atenções dos pesquisadores, particularmente no tocante à dimensão do trabalho (formação, perfil, habilitação). Isso nos moveu a acrescentar ao debate nossas preocupações em relação ao estreitamento vigente nas pesquisas que se dedicam à compreensão da Luta pela Terra e pela Reforma Agrária, no Brasil, ao restringirem a identidade territorial dessas ações aos trabalhadores egressos do campo. É como se não enxergássemos o trabalho construindo sua *trabalhabilidade*²⁷², isto é, o ser que trabalha, aqui concebido na dimensão do alargamento do conceito de classe trabalhadora que estamos reivindicando, e sempre disponível para realizar alguma atividade laborativa, em busca de alguma ocupação que represente renda, diante da volatilidade e fluidez do processo de trabalho.

Há também os estudos que restringem a compreensão dos trabalhadores assalariados (proletários) somente ao plano das reivindicações salariais e melhores condições de trabalho, não considerando outros contornos que a seara sindical incorpora, portanto, não reconhecendo que tais elementos colocam em cena novos papéis para os atores sociais e que, ao acrescentarem esses valores à plasticidade do trabalho, apresentam novos desafios para a organização dos trabalhadores.

2.1.1.1. As conquistas por um *fio*...

As novas demandas e ações políticas, especialmente no que se refere à Luta pela Terra, extrapolam as predeterminações e os referenciais teóricos que definem as reivindicações, as lutas e formas de organização, restritas à divisão técnica do trabalho. Assim, as ações dos sindicatos na formulação de atitudes voltadas para a ocupação de terras, em se tratando de trabalhadores proletários, e as reivindicações de melhores salários pelos camponeses que eventualmente se assalariam, eram e ainda são compreendidas de forma restrita. Não explicam, igualmente, o perfil dos trabalhadores que ocupam terras no Pontal do Paranapanema e que se envolvem em diversas instâncias de organização para esse fim, especialmente o MST. Ou seja, não mais se restringem, exclusivamente, aos camponeses sem terra ou com pouca terra, aos colonos, aos posseiros, aos assalariados rurais, mas passam também a contar crescentemente com trabalhadores egressos dos centros urbanos.

As pesquisas em curso, os dados primários e secundários têm mostrado que contingente expressivo desses trabalhadores experienciaram diversos estágios de assalariamento, atividades temporárias e informais e a despossessão, no limite; as novas estratégias de controle do capital e as rupturas nos vínculos identitários da classe trabalhadora, diante do processo social que tem na reestruturação produtiva do capital a marca dos rearranjos geográficos que se espalham por toda a sociedade.

²⁷² Este conceito foi cunhado por Organista (2006).

Em “Desenho societal dos sem terra no Brasil” (Texto 6), apresentamos algumas reflexões sobre essa complexa trama de relações que redefine as formas geográficas e o conteúdo societário do trabalho envolvido na Luta pela Terra. As repercussões das pesquisas a respeito dessas questões retroalimentam até o momento novas reflexões, porém já se fizeram presentes nos textos que elaboramos e publicamos em 2002 e, sobretudo, em 2003²⁷³ e 2004²⁷⁴. No entanto, “Desenho societal...” tem para nós sentido especial, porque é a marca da tomada de posição e da superação dos limites que nos propusemos transpor, por meio das pesquisas. Todavia, ainda não havíamos compreendido os demais elementos de mediação que nos possibilitaram enxergar o camponês, no âmbito da classe trabalhadora.

Foi então em “Por uma Geografia do Trabalho” (Texto 4), texto publicado em 2002, que detalhamos as principais pistas iniciais apontadas em “Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil”. Esse texto nos permitiu referenciar os aprofundamentos presentes nas nossas reflexões publicadas em 2003, especialmente em “A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI” (Texto 3) e em “O Trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil” (Texto 5).

Poderíamos dizer que novos referenciais de compreensão dos problemas no meio rural e de implementação e consecução de políticas públicas, para tentar resolvê-las, vêm comparecendo em cena, nos últimos dez anos. Entendemos tratar-se de referenciais incorporadores das demandas e reformulações que o capital requer, para vencer a crise estrutural que vivencia.

Como já adiantamos, na parte inicial deste Eixo 2, nossa compreensão específica sobre a questão agrária é o momento de asseverarmos que, diante de tamanha generalidade e intransparência, o discurso que molda os pilares do projeto em nível federal, denominado Desenvolvimento Territorial Rural, veio para ficar, segundo seus formuladores, particularmente desde o segundo governo FCH, e também o *staff* dirigente atraído pelo governo Lula.

Sob o escopo de ser um novo projeto de gestão de luta de classes, nega a vigência do conflito não resolvido, como maneira de garantir a consecução da funcionalidade da reestruturação produtiva do capital, das reformas constitucionais etc.

Fica evidente a existência de uma nova trama de relações sociais que fundamenta o tecido social como um todo. A expressão disso, na forma de novos procedimentos de gestão do trabalho pelo capital e pelo Estado, tanto nos campos, quanto nas cidades, revela um novo estágio do controle social. Em Mészáros (1995 e 2002), assim como em Antunes (1999), buscamos fortalecer os referenciais que utilizamos para compreender o conteúdo e os significados recentes dos rearranjos das formas geográficas e as repercussões no controle social do trabalho.

Desse modo, a ideia do desenvolvimento rural (local), seguido dos adjetivos *humano*, *solidário*, *sustentável* etc., forja os elementos que vão soldar os interesses centrais da sociedade produtora de mercadorias, na qual subjaz a lógica da rentabilidade, da concorrência e do controle social pelo capital.

²⁷³ Ver: “O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica”; “A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI”; “O trabalho como elemento fundante para compreensão do campo no Brasil”; “Jogo de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: O Território minado para o trabalho”.

²⁷⁴ Ver: “(Des)ordem societária e territorial do trabalho. Os limites para a unificação orgânica”. A ser publicado em livro, que conterá outros textos apresentados nas Mesas-Redondas do II Simpósio Brasileiro de Geografia Agrária, realizado em São Paulo, em novembro de 2003.

O tratamento das questões ligadas à Luta pela Terra e aos conflitos no campo é redefinido por essa lógica destrutiva do capital e pela barbárie anunciada do latifúndio, no Brasil. Assim, tanto as ações institucionais que emergem dos órgãos governamentais e da esfera estatal, quanto as que estão vinculadas às instâncias do capital, do processo social que lhe dá sustentação, compõem o “jogo” e o cenário da luta de classe em torno da questão agrária, e é nessa linha de combate que as conquistas dos trabalhadores, dos camponeses, que estão envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, no Brasil, estão *por um fio*.



Outra forma de expressão da dominação de classe que também nos ocupa em investigações específicas é o papel dos meios de comunicação, sobretudo a imprensa escrita – o jornal –, sobre a Luta pela Terra e pela Reforma Agrária²⁷⁵. Nosso exercício de pesquisa se volta à compreensão dos mecanismos ideológicos da construção da linguagem da imprensa, intrínsecos às ocupações de terra e às diferentes dimensões do conflito social manifestas territorialmente, no Pontal do Paranapanema. O trabalho de investigação realizado nestes últimos cinco anos está sob a responsabilidade de Sônia Maria Ribeiro de Souza²⁷⁶, que desenvolveu, em nível de Mestrado, o projeto “O discurso jornalístico e o MST: o fato e a interpretação²⁷⁷” (Apêndice 7). A relação existente entre o discurso jornalístico expresso nas edições do jornal *O Imparcial*²⁷⁸ e a ação do MST ou o conteúdo da desqualificação da Luta pela Terra e pela Reforma Agrária, são componentes essenciais da pesquisa e se encontram, ora evidentes ora dissimulados, diante da legitimação do discurso do jornal, quer dizer, do compromisso desse veículo de informação com os interesses dos latifundiários, do capital e do Estado.

Esse assunto e, sobretudo, os recortes específicos que desenvolvemos para entender a contraditória estrutura de poder e dominação ideológica na sociedade do capital, por meio da linguagem (esta entendida enquanto processo produtivo e atividade mediada pelo trabalho), nos têm estimulado a construir uma rica relação de aprendizado com obras até então desconhecidas por nós.

É assim que Christa Berger, Mikhail Bakhtin, Pierre Bourdieu, Regina Bruno e outros nos têm possibilitado realizar exercícios de compreensão valiosos, a respeito do papel da linguagem na elaboração/publicização do discurso jornalístico comprometido com os setores hegemônicos e, conseqüentemente, com a deturpação e o esvaziamento do conflito social em torno da Luta pela Terra, no Pontal do Paranapanema. Os 500.000 ha. de terras devolutas²⁷⁹, a desigual e brutal concentração da terra, os mais baixos indicadores sociais do Estado de São Paulo e do país e a constante chamada de atenção, por parte dos trabalhadores sem-terra e de setores da sociedade, a

²⁷⁵ Estivemos pesquisando detidamente, de 1990 a 2003, as matérias jornalísticas publicadas sobre esse assunto.

²⁷⁶ A caminhada, que se inicia no segundo ano do curso de Graduação em Geografia, por meio do exercício de Estágio Não Obrigatório e depois como Bolsista em nível de IC/FAPESP, tem continuidade em nível de Pós-Graduação, mediante o ingresso da estudante no Mestrado, junto à FCT/UNESP, em 2003, elegendo como meta desenvolver o projeto de pesquisa “O MST entre o fato e a notícia”.

²⁷⁷ Esse texto foi publicado na *Revista Ciência Geográfica*, ano VIII, V.1, N.22, mai./ago. de 2002. Bauru: AGB/Bauru, 2002.

²⁷⁸ Referimo-nos a um jornal diário, publicado na cidade de Presidente Prudente.

²⁷⁹ Cf. PROCURADORIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2007.

respeito da escandalosa invasão de terras públicas, praticada pelos latifundiários – tanto para ampliar as áreas de pastagens, quanto, mais recentemente, para a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, numa clara aliança com setores da burguesia agroindustrial, nada ou muito pouco ganham lugar no debate, como contraponto ao conflito social aberto. Ao contrário, escamoteada pelo discurso jornalístico, a imparcialidade é apenas uma figura de retórica.

Nessa perspectiva, vale destacar a adequação da linguagem ao juridicismo, revelando o comprometimento do jornal com a formulação da imagem do MST como *fora da lei*, desordeiro, ilegal, ilegítimo, ao mesmo tempo em que constrói uma imagem da justiça como instituição acima do bem e do mal, conferindo-lhe o verniz da imparcialidade e neutralidade, de sorte que também reforça para o público a opção do Estado rumo à judicialização da Luta pela Terra, no Brasil²⁸⁰.

Esse assunto continuará nos ocupando na sequência das pesquisas²⁸¹, mas nos parece, mesmo considerando os limites das observações sobre o jornal *O Imparcial*, que há um claro e expressivo vínculo, com o temário policial, do assunto Luta pela Terra, ações dos trabalhadores e dos movimentos sociais envolvidos nessa temática.

O farto uso de expressões jurídicas e policiais – tais como “liminar de despejo e de reintegração de posse”; “proteção policial” etc. – caracteriza um discurso que atende às regras da linguagem de um determinado grupo social e revela o comprometimento da informação com o “envenenamento” da legitimidade das ações dos movimentos sociais e do MST, em particular, e com a representação de uma imagem deturpada do Movimento.

Mais do que nos chamar aos embates constantes da reflexão metodológica e teórica, vivemos o desafio da operacionalização da práxis de pesquisa. Em “Imprensa, construção dos sentidos e ‘leitura’ do território de luta pela terra no Pontal do Paranapanema”²⁸², dedicamo-nos a refletir sobre essas questões. Ponderamos, igualmente, levando em conta o conjunto dos textos já elaborados e publicados²⁸³, que a imprensa – através de seus componentes linguísticos –, além de contribuir para uma representação preconceituosa, à medida que vincula a luta do MST pela posse da terra, no Pontal do Paranapanema, a desqualificações como “baderna”, “inconsequência”, “ilegalidade”, minimiza igualmente as ações violentas, ilegítimas e ilegais do Estado, dos latifundiários.

Há, nesse sentido, algo mais a ser desvendado e que, por certo, nos afasta da ideia da neutralidade do discurso jornalístico e de que não há relação entre discurso e ideologia. Seria o mesmo que negar a sociedade em que vivemos, fundada na desigualdade entre as classes sociais, conceber o discurso (jornalístico) como totalmente desvinculado de um intrincado jogo de relações de interesses e de poder. Sabendo, pois, que sob a regência do capital as *ideias dominantes* são as

²⁸⁰ Quanto a essa questão, vale lembrar o texto “A judicialização da Reforma Agrária”, de Bernardo Mançano Fernandes, publicado na Revista *GEOUSP*, N.1. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Geografia da USP, 1997.

²⁸¹ Referimo-nos à investigação, em nível de Mestrado, agora contando com a inclusão também do jornal *Folha de S. Paulo* e a ampliação dos referenciais teóricos da pesquisa.

²⁸² Texto em coautoria com Sônia Maria Ribeiro de Souza, publicado na *Revista Universidade e Sociedade*, Ano XIII, N.30, junho de 2003. Brasília: ANDES, 2003. p.177-181.

²⁸³ Mesmo tendo em vista a disponibilização e citação bibliográfica completa dos textos que versam sobre esse assunto, gostaríamos de destacar dois deles: 1) “O MST na imprensa: a construção de um discurso”, publicado nos *Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: AGB/Nacional, 2002; 2) “Ideologia no discurso da imprensa sobre o MST: o poder das palavras e as palavras do poder”. Esse texto está sendo desenvolvido, mas o resumo se encontra disponível no *Caderno de Resumos da I Semana da Engenharia Ambiental e V Semana da Geografia*. FCT/UNESP, 2003. p.8.

ideias das classes dominantes – numa formulação tomada de empréstimo do Manifesto do Partido Comunista, de 1848, fica a responsabilidade de manter sob o crivo constante da crítica radical os imperativos da dominação burguesa.

A compreensão dos recursos e expedientes empregados pela mídia em geral, em favor dos mecanismos de defesa de classe a favor do capital e dos setores hegemônicos, enfim, a defesa dos papéis sociais da sociedade de classes, do modo como estão – podendo variar em algum momento, devido a alguma crítica pontual – aproximou-nos um pouco mais do entendimento dos esquemas de controle social constantemente renovados, mas que sempre se fazem presentes e reforçam a imutabilidade do *status quo*, ou da realidade circundante. É como se pudéssemos lembrar os comentários habituais que muitos de nós, talvez, já tenhamos experienciado, como o *mundo é assim desde sempre, não tem como mudar*.

Ultrapassar os limites *intransponíveis* da (des)ordem societária do trabalho ou a eternização da submissão do trabalho, na sociedade do capital, para apreender o significado das diferentes formas de externalização do trabalho, a plasticidade existente entre as mesmas e o conteúdo do ordenamento espacial da luta de classe, eis os avanços que vimos conseguindo, através das pesquisas. Por mais evidente que esse assunto pudesse nos afigurar, debatê-lo e qualificá-lo nos exigiu repensá-lo sob o referencial dos métodos de pesquisa, do debate científico e do olhar geográfico.

Os resultados parciais aparecem nos nossos textos, sendo que o principal ganho com esse aprendizado se expressa na compreensão, de um lado, do papel da linguagem na consumação dos mecanismos de dominação de classe e de controle social, e, de outro, das fragmentações do trabalho ou da fragmentação da práxis social do trabalho, expressões, como já abordamos anteriormente, das formas geográficas do trabalho. Em “A (des)ordem societária e territorial do trabalho. Os limites para a unificação orgânica”²⁸⁴ (Texto 9), reunimos um conjunto de reflexões com o propósito de aprofundar a dinâmica geográfica das fragmentações do trabalho e suas identidades fetichizadas, dimensionadas, por conseguinte, a partir das evidências da plasticidade e da capilaridade no universo do trabalho. Priorizamos também os vínculos desse processo ao movimento multiforme de negação/afirmação do trabalho sob o capital, que, por sua vez, rebate diretamente na noção de despertamento de classe ou, ainda, na impossibilidade de se pensar a desordem societária e territorial do trabalho para além dos referenciais que lhe consagram imutabilidade.

É por esse caminho que estamos propondo reflexões conjuntas e articuladas entre o trabalho e a questão da terra. Insistimos nessa opção e os resultados têm-nos evidenciado facetas importantes do universo do trabalho e os movimentos contraditórios que nos exigem atenção e precisão conceitual, para entendermos a rica trama de relações que redefine as formas geográficas do trabalho e os sentidos de cada uma, no interior do processo de reprodução do capital e das lutas

²⁸⁴ Esse texto, ainda na versão inicial, sob o título “Geografia, Trabalho e Sociedade”, foi apresentado na IV Jornada sobre o Trabalho, realizada em Presidente Prudente, no período de 16 a 18 de outubro de 2003, e publicado nos Anais, versão em CD. Depois de revisado e ampliado, foi apresentado no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado na Universidade de São Paulo, no período de 5 a 9 de novembro de 2003 e publicado no livro *O Campo no Século XXI. Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*, organizado pelos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês.

de resistência dos trabalhadores, seja nos sindicatos, seja nas associações, cooperativas, movimentos sociais etc.

Vale enfatizar, neste momento, o significado da Luta pela Terra, da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar, sintonizado nas nossas pesquisas e nos aprendizados que vimos colhendo junto aos demais pesquisadores e às experiências dos movimentos sociais. Essas experiências de pesquisas têm-nos ajudado a compreender algumas facetas do que está ocorrendo em outras partes do mundo, quando se põe em questão a temática da terra ou, de maneira mais apropriada, a questão agrária.

Aqui reforçamos o sentido metafórico das *conquistas por um fio*, pois a questão agrária, no Brasil, é um tema emergente e imprescindível para se entender a dinâmica geográfica da luta de classe e o próprio sentido histórico das lutas emancipatórias e, conseqüentemente, do socialismo.

Sem nos distanciarmos da referência do metabolismo do capital, em escala mundial, trazemos para o debate algumas reflexões sobre as redefinições implementadas pelos conglomerados agroquímico-alimentares-financeiros, pelos Estados nacionais, setores hegemônicos e pela União Europeia, além de focalizar os desdobramentos para os trabalhadores. Tais reflexões foram extraídas do relatório de pesquisa “Reestruturação produtiva do capital no campo e os desafios para o trabalho” e das sistematizações que reunimos em dois textos de divulgação²⁸⁵.

O caso particular da Espanha e as especificidades desse processo para a Comunidade Autônoma da Galícia levam-nos a compreender os dispositivos e as estratégias que sedimentam o processo de reestruturação produtiva, no campo, bem como os principais aspectos que estão impactando a classe trabalhadora no século XXI, na Europa, além das ramificações e desdobramentos para outras parcelas do planeta.

2.2. As redefinições do capital no século XXI e as ações de resistência

O que apresentamos são algumas reflexões realizadas através dos resultados de pesquisa, nos quais nos propusemos entender os desdobramentos, para os trabalhadores envolvidos diretamente na lavra agrária, sejam camponeses, *campesinos* (espanhol) ou *labregos* (galego), sejam operários, *obreros* (espanhol), tendo em vista os rearranjos mais recentes, no âmbito da PAC (Política Agrícola Comum), OMC (Organização Mundial do Comércio) e demais órgãos da governança do capital, em nível internacional. Essas reflexões nos exigiram um conjunto de estudos, mediações e aprofundamentos, para que a questão da terra pudesse ser compreendida como parte do processo social, das contradições do capitalismo, no século XXI.

Isso nos permitiu enriquecer e ampliar argumentos junto aos trabalhadores e lideranças sindicais, o que fez a diferença para o entendimento das complexas tramas sociais que produzem profundos desdobramentos para os trabalhadores, de maneira geral, e, em particular, para

²⁸⁵ 1) “Os rearranjos do capital e o trabalho no campo no século XXI: uma tentativa de compreensão dos casos espanhol, galego e brasileiro”, a ser publicado no livro *A Questión da Terra na Península Ibérica e na Iberoamerica: Actualidades e Desafios*, de THOMAZ JÚNIOR, A.; SILVA, O. A. (org.). Santiago de Compostela: Index, 2007 (no prelo); 2) *Terra e trabalho no contexto da luta de classes (Reflexões introdutórias sobre os casos da Espanha e Galícia)*. Presidente Prudente, 2007 (inédito).

os assalariados rurais e camponeses, e que repõem *novos* e renovados desafios à luta de classes. Pelo caminho adotado, priorizamos focar o processo no qual se fazem presentes a intensa fluidez das ações do capital, dos Estados nacionais, particularmente da União Europeia e das instâncias de gestão e controle da economia globalizada, como OMC, FMI, BM etc.

Dessa experiência, podemos concluir que é imprescindível que conheçamos outras realidades e expressões específicas do processo social, os atores sociais que o protagonizam e as mediações que se particularizam, enquanto existência das diferentes realidades do trabalho.

Podemos argumentar inicialmente o quanto se apresenta atual a questão da terra, mais especificamente da Reforma Agrária, o acesso aos recursos para fixação dos trabalhadores e de suas famílias no campo, na Espanha e, particularmente, na Galícia e na Andaluzia. No bojo desses posicionamentos, os trabalhadores reivindicam novo formato de gestão dos recursos públicos com as atenções para a viabilização da produção camponesa (labrega); Reforma Agrária integral, que revise por completo o modelo agroalimentar, desde o acesso, a distribuição e o uso da terra, da água, das sementes, passando pelo modelo de produção, comercialização e distribuição. Seria difícil de acreditar, se não fosse verdade, porque, para muitos, a Reforma Agrária na Europa é questão superada, tratando-se tão somente de adoção de políticas agrícolas e financiamentos públicos para garantir renda – o que já está imperando, no âmbito da PAC –, sem contar os esquemas de dominação que atuam no sentido de dificultar a compreensão, por parte do conjunto dos trabalhadores e de toda a sociedade, dos problemas que atingem o campo e, em especial, os trabalhadores (pequenos agricultores camponeses e assalariados).

Tudo isso contribui para que a questão da terra, ou da Reforma Agrária propriamente dita, seja percebida pela sociedade como um tema anacrônico. Mesmo que esteja diretamente afetada pelos problemas em pauta, esta, por encontrar-se alienada dos mesmos, não faz valer tampouco seus interesses como consumidora de alimentos, cada vez mais caros e contaminados. A predominância do material bibliográfico pesquisado enfatizou que a Reforma Agrária e a questão da terra, os mecanismos de viabilização das formas de vida camponesa e comunitária, não fazem parte dos planos de lutas e dos objetivos da maioria das organizações sociais, ou entidades sindicais e associativas, sejam camponeses, sejam assalariados (proletários) – seja qual for o ponto de vista, o tema é apontado como superado.

Apesar de prevalecer o distanciamento das organizações dos trabalhadores, da Reforma Agrária, esse assunto não é consensual, especialmente entre os camponeses. Isso se confirmou durante as “3^{as} Jornadas de Consum Responsable”²⁸⁶, oportunidade na qual também compareceu em cena a necessidade de os trabalhadores diretamente envolvidos no campo discutirem novas estratégias e modelo de produção, tendo em vista que, nos marcos do capitalismo, já se esgotaram as alternativas.

Temos que dizer ainda que, apesar de terem surgido avaliações e posicionamentos que referenciam a situação atual dos bilhões de camponeses, em todo o mundo, com o destrutivismo do capital e as desigualdades estruturais do comércio internacional, o tom principal dos debates priorizou o que predomina para as Organizações de Comércio Justo. Isto é, desenvolver

²⁸⁶ Evento realizado nos dias 7 a 9 de abril de 2005, no Centre Cívic Convent de Sant Agustí, Barcelona, organizado pela Xarxa Consum Solidari e pela Federação de Organizações Comércio Justo “Solidaritat Pau Desenvolupament (Sodepau).

políticas e ações para viabilizar a importação, distribuição e comercialização de produtos oriundos de organizações populares do sul (América Latina, África, Ásia). Mesmo que haja um salto de qualidade nessa relação, em favor dos camponeses do sul ou dos produtores familiares, o descolamento da dimensão estrutural dos objetivos do comércio justo evidencia os limites das discussões que se aproximam da temática da terra, o que, de algum modo, implica a discussão interna do campesinato europeu, em especial nas denúncias da situação desigual presente no comércio internacional de produtos agropecuários e agroindustrializados, em favor de poucas e grandes empresas que monopolizam as transações.

Há certo conformismo que se combina com as críticas mais gerais ao modo de produção e, no âmbito acadêmico e científico, o que predomina é a acentuada indicação para que a opção de desenvolvimento e de organização social ou de sociedade contemple os princípios da convivência social-democrata. Haveríamos que discernir um conjunto de autores que demarcam um eixo de formulação teórico-metodológico em defesa de modelos ecologicamente sustentáveis de produção e de ocupação racional da terra, mas ainda limitados para a sinalização de mudanças na estrutura da sociedade, sendo, pois, os mais conhecidos: pesquisadores vinculados ao Departamento de Economía, Sociología y Política Agraria, da Universidade Politécnica de Valência, tendo à frente os professores Vicent Garcés e Eládio Arnalte²⁸⁷; o professor Fernando Oliveira Batista, da Universidade de Bragança, em Portugal; Edelmiro Iglesias López, do Idega/Faculdade de Ciencias Económicas, da Universidade de Santiago de Compostela; Benjamín García-Sanz²⁸⁸, da Universidad Complutense de Madrid.

Poderíamos apontar, igualmente, a riqueza temática em torno dos estudos realizados no interior da Asociación Española de Economía Agraria e dos Congressos de Economía Agraria. Todavia, partem do princípio de que o quadro que se apresenta tem que ser pensado com as atenções voltadas para as políticas públicas e de desenvolvimento, e que sejam capazes de racionalizar as aberrações do sistema. Nessa mesma linha, em nível internacional, o Grupo de Brugge²⁸⁹ (Bruxas) também pode ser incluído, porque é a referência para vários pesquisadores espanhóis, portugueses, franceses e outros, tendo à frente estudiosos destacados sobre a temática agrária, tais como Eduardo Moyano (Espanha), Bertrand Hervieu (França), Fernando Oliveira Batista (Portugal), Franco Sotte (Itália), entre outros.

Já com outro enfoque e com direcionamentos diferentes, as Jornadas de Economía Crítica²⁹⁰ desvendam um amplo e diverso campo temático e de autores que defendem os referenciais teóricos vinculados ao marxismo, de sorte que o campo e, conseqüentemente, as relações sociais de trabalho e as instâncias de organização dos trabalhadores, sejam camponeses, sejam assalariados, não constam das linhas temáticas, mas se encontram dissolvidos em poucos subtemas, mesmo assim de forma tributária.

Apesar de as discussões que põem em primeiro plano a questão da terra, na Europa,

²⁸⁷ São elucidativos os diversos artigos reunidos no livro *Agricultura y Sociedad en la España Contemporánea*, editado pelo Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, de 1999.

²⁸⁸ Vale destacar o livro de sua autoria, *La sociedad rural ante el siglo XXI*, publicado pelo Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación (Madrid, 2ª ed. 1999).

²⁸⁹ Para mais detalhes, ver: <http://www.groupedebruges.org/declaration2001/espagnol.htm>.

²⁹⁰ Para mais detalhes, ver: <http://www.ucm.es/info/ec/enlaces/index.htm>.

estarem se ampliando, ainda se restringem a determinados segmentos do campesinato do Estado espanhol, muito mais, neste momento, aos dirigentes e militantes mais dedicados. Na Galícia, esse assunto é defendido exclusivamente pelo Sindicato Labrego Galego (SLG); no País Basco (Euskadi), pelo Euskal Herriko Nekazarien Elkartasuna (EHNE); na Cataluña, pela Asamblea Paguesa, que é tributária da dissensão do Sindicato de Unión de Pagesos; e, na Andaluzia, pelo Sindicato de Obreros del Campo (SOC), representante dos operários rurais (jornaleiros), que também se inserem no cenário da luta pela terra e ocupações, os quais defendem e reivindicam Reforma Agrária. Esse fato diferencia o SOC de todos os demais sindicatos camponeses e de assalariados rurais da Espanha²⁹¹ e, segundo informações de que dispomos, destaca-se igualmente em nível europeu.

É claro que as mobilizações de massa, garantindo a escala que temos desse processo em países como o Brasil, Equador e México, em se tratando das comunidades do Estado espanhol, somente guardam alguma semelhança na Andaluzia, devido às ações organizadas do SOC, que não apenas executa ocupações de terra e reivindica Reforma Agrária, mas viabiliza, além disso, os assentamentos, a partir da organização de cooperativas.

As principais questões discutidas e deliberadas pelo coletivo que participou do Encuentro de Trabajo “Los Retos de la Reforma Agraria y el Acceso a los Recursos en el Estado Español”²⁹², e que resgatou alguns aspectos abordados nas atividades programadas do Fórum Mundial de Reforma Agrária (FMRA), realizado de 5 a 8 de dezembro de 2005, em Valência, do qual participamos e em que disponibilizamos trabalho, na seção de *posters*, da mesma maneira que, em acréscimo, inserimos o CEGeT na lista de entidades que apoiaram o evento.

Sem contar a diversidade de documentos distribuídos na oportunidade do FMRA e, mais precisamente, os que estão sendo disponibilizados no site www.fmra.org, tais como: documentos finais, documentos elaborados pela entidade Carta Maior, resumos das Oficinas (*Talleres*), Entrevistas, todos ao longo de 2005. Outro aspecto relevante é que as deliberações do FMRA foram acatadas por esse coletivo reunido em Tiana, o qual endossou os documentos coletivos elaborados e deliberados nos seguintes eventos: Manifesto de la Campaña Global por la Reforma Agraria; Conclusiones de la Comisión de Reforma Agraria de Via Campesina, e da IV Conferencia de Via Campesina, realizada em São Paulo, em junho de 2004.



O mundo, nesta primeira década do século XXI, experimenta mudanças profundas e, em particular, a Europa é objeto das redefinições implementadas pelo capital, pelos Estados nacionais, mediante as políticas específicas no âmbito da UE, especialmente a PAC, que repercutem

²⁹¹ Esse assunto será objeto de aprofundamento, com a vigência de projetos conjuntos que estão em consecução, a partir de convênios implementados entre a UNESP e as Universidades de Alicante, Helva, Las Palmas, Almería, Sevilha.

²⁹² Esse evento foi realizado em Tiana (Catalunha), nos dias 2 e 3 de abril de 2005, tendo sido organizado pela Ágora (Nord-Sud) e Plataforma Rural, contando com as seguintes organizações participantes: Sindicato de Obreros del Campo y Medio Rural (SOC); Coordinadora de Organizaciones Agrarias e Ganaderas (COAG); Sindicato Labrego Galego (SLG); Asamblea Paguesa; Comisión de Agricultura Campesina de Plataforma Rural; Caritas Española; Coletiu Per L'Horta-Valencia; Coletiu Per L'Horta-Barcelona; Movimiento Ecoaldeas; Proyecto Escuela de Pastores-Asturias; Proyecto Nuevos Pobladores (Codinse); Veterinarios Sin Fronteras; Entrepueblos; Centro de Estudios Agrarios Internacionales (CERA)-Valência; Equipo de Economía Agraria-Universidad de Sevilla.

na intensificação da precarização das relações de trabalho, pela sua constante (des)realização e o desemprego, não somente no continente europeu, mas com repercussões transcontinentais.

Claro está que a isso se soma também o destrutivismo da *Farm Bill* (ou *Fair Act*)²⁹³, a congênere norte-americana da PAC, que amplifica o ritmo da desagregação da produção e da estrutura familiar camponesa. Não obstante, esse processo está associado diretamente às ações perpetradas pelos órgãos que promovem a regulação econômica e política, em âmbito planetário, tais como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Central Intelligence Agency (CIA), o Federal Reserve Board (FED) etc.

Assim, camponeses, assalariados e todas as combinações que se manifestam no interior das relações de trabalho, de produção e que se estendem para as formas diferenciadas de contratação, experimentam o revés de um processo que nem começa, tampouco termina na intensificação da extinção, exclusão, do desemprego, da desqualificação profissional etc.

Compreender os mecanismos de funcionamento do metabolismo do capital é essencial para que possamos vincular o que é geral e as especificidades de um processo que, ao se materializar, se singulariza, produzindo realidades aparentemente distintas, mas com similaridades marcantes, como já podemos diagnosticar em relação ao que está se passando quanto ao trabalho no campo, no Brasil e nas Comunidades Autônomas do Estado espanhol, com destaque para a Galícia. Ou seja, os impactos da reestruturação produtiva do capital no campo e os rearranjos espaciais que protagoniza, apesar dos conteúdos diferentes, revelam identidades tanto nas estratégias, quanto nos procedimentos táticos utilizados, nas consequências e nos desafios para os trabalhadores e as famílias camponesas. Fato é que, além de ocorrer uma diminuição crescente e acentuada das famílias labregas, os que permanecem têm que corresponder aos patamares técnicos de produção, produtividade e competitividade, prescritos pelo mercado e desenhados pela PAC e OMC.

Isso não somente põe em evidência aspectos comumente entendidos como geracionais e sociais, mas sobretudo políticos. Quer dizer, a principal semelhança dessa ocorrência com o que está se passando em diversos locais do planeta – especialmente aqueles que acataram o pacote de reformas que está sendo aplicado com o nome de Reforma Agrária (de mercado)²⁹⁴, em especial no Brasil – ao se somar à priorização dos investimentos públicos no setor da agropecuária voltada à produção para exportação ou o agronegócio, está não somente eliminando do contexto produtivo os produtores de alimentos, mas os que se responsabilizam por 80% dos produtos da cesta básica.

No Brasil, para ilustrar, a produção familiar camponesa, apesar de representar somente 30% da área total cadastrada e receber menos de 25% do financiamento público destinado à agricultura, emprega mais de 80% da mão-de-obra ocupada no campo e se responsabiliza por 78%

²⁹³ Federal Agricultural Improvement and Reform Act.

²⁹⁴ A esse respeito, recomendamos o estudo “La política destructiva del Banco Mundial para la Reforma Agraria”, elaborado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2004, e publicado em vários idiomas (disponível também na *internet*: www.social.org.br). Para complementar, indicamos também o número 8 da *Revista Terra* (Publicación Agrocientífica y Cultural), enero de 2005, publicada pelo CERAI (Centro de Estudios Rurales y de Agricultura Internacional), Valência. (www.cerai.es).

da produção nacional de feijão, 92% da mandioca, 39% do arroz, 55% do milho, 71,5% do leite, 87,1% dos suínos, 87,7% das aves e ovos e 34% da soja²⁹⁵.

Ao mesmo tempo, está sendo eliminado, de forma crescente, um segmento da classe trabalhadora que historicamente vem se opondo à política neoliberal e fraticida dos últimos governos, guiada para eliminar a estrutura produtiva de base familiar camponesa e manter aqueles que estão conseguindo responder aos estímulos da tecnificação e às novas exigências do mercado. Na Europa, esse processo ganha novos elementos com o ingresso, a partir de 2004, dos dez países do leste ou Países da Europa Central e Oriental (PECO's).

Esse novo pacto político-econômico e ideológico das elites e do grande capital em torno do agronegócio está fortalecendo os grandes grupos agroalimentares, as transnacionais do setor agro-químico-farmacêutico e de comercialização de *commodities*²⁹⁶, e o segmento de pequenos e médios empresários rurais, egressos da estrutura familiar.

Está em questão algo muito mais abrangente e complexo, ou seja, os novos elementos que se apresentam no interior da classe trabalhadora, ou os novos desafios em pauta no âmbito da luta de classes.

Isso nos está possibilitando ainda compreender as contradições do processo mais geral, as formas e os conteúdos específicos dos fenômenos com os quais nos ocupamos no momento. Isto é, os significados do processo social nos lugares e o conteúdo espacial e territorial da temática do trabalho no âmbito da luta de classes.

2.3. Os caminhos trilhados pela Política Agrícola Comum (PAC) e os malefícios de um modelo condenado

Os encontros programados pela CPE (Coordenadora Camponesa Europeia²⁹⁷) e Via Campesina, na Europa, Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG)²⁹⁸, foram imprescindíveis para a nossa compreensão dos significados teóricos que havíamos concebido para nossa investigação, no período do Estágio de Pós-Doutorado.

Nesse cenário, compareceram alguns aspectos que merecem ser lembrados, como a participação de Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades ligadas à Igreja Católica, como a Cáritas, as Federações de ONGs e entidades que têm, na sua órbita, organizações sociais, e também ONGs vinculadas às ações ou demandas dos trabalhadores, tais como Plataforma Rural. A

²⁹⁵ Ver também Quadro 3, p. 288.

²⁹⁶ Poderíamos lembrar, dentre outros, o texto de Oliveira (2004) "Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo". *Cadernos do XII Encontro Nacional do MST*. São Paulo: MST, 2004, e o documento preparado pela Oxfam (2004), (Informe de Intermón-Oxfam) "Goliat contra David – Quién pierde con la PAC en España y en los países pobres". Disponível em: www.oxfam.org.

²⁹⁷ No Brasil, a denominação Coordenadora Camponesa Europeia e, nos países de língua espanhola Coordinadora Campesina Europeia, são utilizadas frequentemente, e substituem a denominação correta de Coordination Paysanne Européenne (CPE). Para mais detalhes, ver: http://www.cpefarmers.org/w3/rubrique.php3?id_rubrique=4.

²⁹⁸ A COAG se constituiu formalmente, em 1977, a partir da vontade soberana de suas organizações territoriais, ou os sindicatos, que são órgãos máximos de funcionamento e organizações independentes. Abrange uma configuração ideológica heterogênea, com predominância de dirigentes e lideranças locais conservadoras e apegadas ao *caciquismo* partidário do ultraconservador Partido Popular (PP), da mesma forma que tem nos seus quadros opositores de linhagem comunista e lideranças que ocupam alto posto na direção internacional da Via Campesina.

malha de articulações está centrada em, nível do Estado espanhol, na COAG – em torno da qual gravitam algumas instâncias sindicais diretamente ligadas aos trabalhadores rurais (camponeses e assalariados) – que não é orgânica ou institucionalizada ao modelo sindical estatal, e a Via Campesina que, desde a segunda metade dos anos 1990, tem atuado diretamente nas ações dos trabalhadores, articulada à CPE (Coordinadora Campesina Europeia) e que tem, nos seus quadros, o SLG, a COAG e o Euskai Herriko Nekazarien Elkartasuna (EHNE), da Comunidade do País Basco.

O aprofundamento das nossas atenções para esse universo de relações nos revelou o estágio atual de entendimento dos trabalhadores (camponeses e assalariados), no que concerne à questão da terra, bem como às estratégias do capital, dos setores da burguesia diretamente vinculados ao setor agroindustrial-alimentar, e às políticas em nível estatal e da União Europeia (UE), tal como a PAC, além das determinações específicas da OMC, Banco Mundial e FMI.

Nesse sentido, o levantamento de dados históricos sobre o passado recente dos camponeses e dos trabalhadores assalariados e a articulação dessas informações com as entrevistas permitiram-nos compreender um pouco mais os mecanismos econômicos, sociais, políticos etc., que impactam diretamente na plasticidade do trabalho. Ou seja, o modo como camponeses e assalariados (operários) se misturam, e como esse processo se reflete nas fissuras internas aos sindicatos de camponeses, de assalariados rurais e de outras categorias urbanas que não têm ações imbricadas. Ao contrário, o conteúdo e a forma de organização dos trabalhadores refletem no plano político as fragmentações das diferentes formas de organização dos trabalhadores, dos homens e das mulheres que trabalham.

O amadurecimento desses aspectos potencializou igualmente sistematizações a que estamos procedendo, a fim de entender seus vínculos com a questão agrária no Brasil, no século XXI, ou, em essência, discutir a temática fundiária e as formas de uso da terra e do território, e as perspectivas para os trabalhadores, na produção de alimentos, diretamente vinculadas à Reforma Agrária e à Soberania Alimentar.

Como poderíamos entender a polêmica em torno da questão da terra e da Reforma Agrária, no Brasil no século XXI, se não considerássemos os elementos fundantes do funcionamento do metabolismo do capital? Ao mesmo tempo em que as determinações da PAC desmobilizam milhares de famílias camponesas, na Europa, juntamente às novas regulações do comércio internacional, protagonizadas pela OMC, assistimos também ao enfraquecimento da estrutura produtiva camponesa, no Brasil, e, conseqüentemente, das suas organizações políticas. Porém, ao mesmo tempo, é no âmbito das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais vinculados à Luta pela Terra (garantia da posse e da permanência, no caso dos ameaçados ou atingidos por barragens) e à Reforma Agrária que contabilizamos as ações de resistência, nos diferentes quadrantes do planeta²⁹⁹. Essas lutas, todavia, são reveladoras de nuances marcantes no âmbito das bandeiras de luta emancipatórias, das reivindicações e da sintonia às proposituras que fundamentam a construção do socialismo e, ainda, às referências político-organizativas para as demais instâncias dos movimentos sociais urbanos e rurais. Por essa via, espacializam-se as lutas de resistência de elevada

²⁹⁹ Extraímos esse entendimento dos estudos publicados e em andamento, obtidos junto às contribuições e textos publicados em *Anais* de eventos, *sites* dos movimentos sociais diretamente envolvidos. Para mais detalhes, ver: http://viacampesina.org/main_en/index.php.

amplitude nacional e internacional, capitaneadas especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as quais têm impactado muito positivamente na seara dos demais movimentos de trabalhadores envolvidos na temática da luta pela terra e no conjunto dos trabalhadores e da sociedade, em geral.

Podemos afirmar que é por dentro desse mesmo processo contraditório que se fortalece o empreendimento capitalista, sobretudo as grandes e médias empresas agroalimentares, as quais se beneficiam não somente de mercados, mas de preços e de toda a regulação do mercado internacional e que são praticamente as mesmas que fragilizam e exterminam os camponeses europeus. É oportuno enfatizar, igualmente, que os níveis de exploração e de exclusão são tão abissais, no Brasil, que, no seio desse mesmo processo que exclui os pequenos produtores familiares do cenário e que, ao mesmo tempo, fortalece uma casta de empresários rurais e o grande capital, é por onde comparecem os movimentos sociais que se contrapõem e engrossam suas fileiras com milhares de trabalhadores e suas famílias, totalmente expropriados e excluídos do circuito formal do trabalho, do emprego e da sociabilidade do trabalho.

Assunto de tamanha relevância, se focado do ponto de vista do processo social que redefine os significados sociais das suas diferentes formas de externalização, tanto na Europa quanto nos países do sul, especialmente o Brasil, faz-nos compreender a amplitude da dominação de classe do capital sobre o trabalho, seja camponês, seja assalariado (proletário) urbano, rural. Temos avançado significativamente nossas reflexões a esse respeito, por meio dos exercícios teóricos e empíricos que realizamos, nessa investigação.

2.3.1. Os desdobramentos da PAC e das imposições da OMC para o campo e a extinção planejada de camponeses e assalariados

Nesta seção, concentramo-nos nos efeitos das políticas públicas e redefinições ocorridas no sistema metabólico do capital, em nível mundial. Nessa perspectiva, tanto por meio dos mecanismos mais gerais, quanto nos níveis escalares Espanha-Galícia-Europa-mundo, apresentamos os desdobramentos recentes do processo social ou, mais precisamente, do metabolismo do capital, das ações da Política Agrícola Comum (PAC), da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Com base nesse processo e nos vínculos entre os universos escalares do trabalho no campo, em nosso país, dedicamo-nos também a refletir acerca da dinâmica do conflito de classes, tendo como pano de fundo a crescente precarização/desqualificação/fragilização de contingentes expressivos de mulheres e homens trabalhadores.

Esse processo não tem sido entendido, porque os instrumentos teórico-conceituais estão relativamente distantes da práxis histórica, social e geográfica do trabalho. Estamos discutindo ser imprescindível um repensar sobre a compreensão da dialética existente entre as dimensões material e subjetiva do trabalho, que marca as identidades da classe trabalhadora e toda a ordem de

fetiches e estranhamentos que lhe é intrínseca.

Pensamos que, seguindo esse referencial, estaríamos nos preparando para não dissociarmos esse quadro geral do papel social, antropológico, geográfico, econômico e político do campesinato e do operariado, em meio às alternativas de futuro para a classe trabalhadora. Sem contar que poderíamos recolocar em questão a realidade plural da barbárie que atinge o universo do trabalho.

Poucos argumentos podem sustentar ou defender a equação social suicida que está sendo adotada em todo o planeta, financiada pelos órgãos gestores e de fomento do capital (OMC, FMI, BM), e enraizada por meio de políticas regionalizadas e específicas, como a PAC, na Europa, e a *Farm Bill*, nos EUA. No Brasil e na maioria dos países dependentes e refratários dessas políticas centralizadas no projeto de ascensão e mundialização dos grandes grupos agro-químico-alimentares-financeiros, os mesmos princípios são praticados, fazendo dos campos, dos prados, das matas, das áreas de cultivo, ambientes excludentes das comunidades nativas e tradicionais, da grande maioria dos produtores familiares camponeses. À base da concentração da propriedade privada da terra, de rendas e de riquezas, constrói-se a espacialidade do agronegócio, dimensionada ao circuito produtivo agro-químico-alimentar-financeiro, no século XXI³⁰⁰, tão alardeada e defendida nos últimos anos, no Brasil, e que ocupa lugar de destaque na execução da política econômica e fiscal dos governos. Podemos traduzir esse processo, de maneira sintética, como sendo o empoderamento de cinco grandes empresas transnacionais (Monsanto, Cargil, Bunge, Novartis, Nestlé), apoiadas e potencializadas pelas políticas públicas dos países de capitalismo avançado, todavia teleguiadas e coordenadas internacionalmente pelo modelo de “desenvolvimento” dos gestores do capital.

É importante enfatizar que essas grandes empresas dominam e controlam não somente o comércio mundial de matérias-primas agrícolas, mediante ações concretas de grande poder de definição das políticas agrícolas dos países – guiadas pelo rebaixamento dos preços desse material –, mas também induzem formatos produtivos próprios, como os monocultivos, em todas as partes do planeta, que requerem maquinários, insumos de toda ordem e, principalmente, as sementes transgênicas de suas marcas e patentes. Tudo isso, de forma articulada e simultânea, intensifica o distanciamento da Soberania Alimentar e a consequente dependência dos povos do comércio mundial de alimentos, a contaminação dos mananciais, a desertificação ecológica e social dos campos, à base da exclusão da força de trabalho humana, da fome, do desemprego etc.

Essa equação social, objeto de insucesso e repetidamente remendada, reformada para acomodar os últimos suspiros do caos que se instala com o destrutivismo imanente ao metabolismo do capital, e a crença na desregulação espalham-se pelos quatro cantos do globo e não mais se restringem às fronteiras do campo ou das terras lavradas pelos diferentes cultivos e áreas de criatórios. A abrangência desse processo alcança e controla todo o circuito social, os campos e as cidades. Tanto é que essa impetuosa política de homogeneização do formato produtivo ou a *mcdonaldização* dos valores e significados do processo de trabalho induz também os mecanismos de controle e de superexploração do trabalho, que se multiplicam também pelos quatro cantos do

³⁰⁰ Estamos preparando um projeto de pesquisa específico para aprofundarmos esse tema, com ênfase nos desdobramentos para camponeses e assalariados e no embate de classe em torno do acesso a terra e à Reforma Agrária, e a questão de classe em torno da Soberania Alimentar.

planeta. Na prática, comparece como receituário impresso nas cartilhas do BM, instrumento utilizado para direcionar e conduzir as políticas locais e regionais de acesso à terra, desafortadamente denominadas pelos técnicos *reforma agrária*, totalmente dirigidas para impulsionar o mercado de terras e manter intacta a estrutura fundiária de classe e de dominação sustentando as alianças políticas locais e regionais, no âmbito dos Estados nacionais.

Nesse sentido, por meio da adoção da política agrária formulada nos gabinetes do BM, se mundializa um projeto/formato de Reforma Agrária, como já abordamos anteriormente, de mercado, para os demais países que têm problemas sociais e econômicos crônicos, como a concentração da propriedade da terra, contrastes de renda, ampliados, pois, pela fome e pelo desemprego.

Daí o estreito vínculo entre viabilizar o agronegócio no planeta e as políticas ditadas pela União Europeia e EUA e as políticas dirigidas para “inclusão e acesso à terra”, deformadas e implementadas pelo BM. Se, de um lado, a primeira parte da equação se dá às custas do rebaixamento dos preços das matérias-primas para os produtores, ao mesmo tempo em que sustenta os grandes empreendimentos – que vão acumular e controlar outros segmentos do circuito social e produtivo (industrialização, distribuição e consumo) –, exclui e elimina os camponeses e camponesas do espaço produtivo. Por outro lado, como se fosse um colchão amortecedor, as “políticas de alcance social” do BM teleguiam os “negócios da Reforma Agrária de mercado”, vendem-na como se fosse um pacote, com pequenos ajustes locais, desafortunadamente pretextando incluir os excluídos da “modernização”, mentirosamente acenando alternativas sustentáveis para os famintos e desempregados (rurais e urbanos).

O estranhamento que dificulta a compreensão dessa complexa trama de relações também não facilita a “leitura” dessas ações como partes de uma mesma política, mesmo que tenham direcionamentos distintos, ao menos para enganar a opinião pública, pesquisadores, sindicalistas, trabalhadores etc. De fato, nem acabam com a fome, tendo por base o discurso impresso nos documentos oficiais da União Europeia, que funda o projeto de “modernização” das atividades agrárias por meio da PAC, tampouco oferecem outra opção com base na Reforma Agrária de mercado, porque não se viabiliza o acesso, de fato, das famílias de desterrados, como também não se possibilita a produção. Assim, multiplica-se ainda mais a miséria e a fome, colecionando-se exemplos e mais exemplos desse mal sucedido e fracassado projeto.

Nossa pretensão é de poder ampliar os horizontes de entendimento desse processo, para demonstrar as contradições e os vínculos existentes entre essas duas dimensões do processo hegemoneizador do capital em nível mundial e que influi diretamente na condução política dos trabalhadores, nos sindicatos, nos movimentos sociais e nos partidos políticos. Daí nossa insistência em nos debruçar sobre a dinâmica geográfica do trabalho e sua plasticidade continuamente refeita, ou na constante territorialização-desterritorialização-reterritorialização que ultrapassa as marcas do que é rural e do que é urbano, portanto rompe com as fronteiras cidade-campo e se mescla às diferentes relações de trabalho, vínculos empregatícios e às subjetividades expressas no âmbito da identidade organizativa. Em acréscimo, tudo isso vincula a divisão técnica do trabalho aos limites de ação das instâncias de organização, a começar pelos sindicatos, associações e cooperativas, e

também rebate nos movimentos sociais, mas é do interior dessas instâncias que, de alguma maneira, esse assunto vem sendo colocado em questão.

Assim, camponeses, proletários e todas as combinações que se manifestam no contexto das relações de trabalho, que se estendem para as formas também diferenciadas de contratação, experimentam o revés de um processo que nem começa, tampouco termina na intensificação da extinção, exclusão, do desemprego, da desqualificação profissional e da adoção de práticas e rotinas de contratação e de trabalho, precarizadas.

Para a realidade espanhola, a presença massiva de migrantes norte-africanos enquanto protagonistas dos rearranjos do capital no âmbito da produção de alimentos para exportação, sem que isso recoloque em questão aspectos essenciais sobre a questão agrária, que para nós, no Brasil, ocupa lugar central no debate. A verticalização da produção, por meio dos *invernaderos*, (Retrato 25) com o objetivo de abastecer o mercado consumidor do Norte da Europa com produtos hortifrutícolas ultrapassa não somente os limites geográficos do que é campo e cidade ou urbano e rural, como também a compreensão dessa forma de arrumação do espaço produtivo, estranhada e consoante aos desígnios das empresas transnacionais do setor agroalimentar.

A partir dessas experiências, resgatamos o conteúdo dos conflitos que se enraízam na realidade do trabalho nos *invernaderos* na Andaluzia, por meio das ações do Sindicato de Obreros Del Campo (SOC)³⁰¹.

A ilegalidade/clandestinidade dos trabalhadores migrantes, bem como o descumprimento por parte do capital dos acordos trabalhistas, das leis laborais, do não pagamento correto dos dias trabalhados, são aspectos fundamentais que garantem sua competitividade às custas dos procedimentos regressivos implementados, que agrava o quadro de miséria, pobreza, de subemprego/desemprego. As evidências desse quadro de maus-tratos, desrespeito, impunidade e desrespeito às normas vigentes no Estado espanhol repercutem diretamente nas condições de vida e na reprodução dos trabalhadores migrantes. Prova disso são as precaríssimas condições de moradia dos trabalhadores migrantes, que se misturam com o *mundo de plástico* dos *invernaderos*, tendo em vista que não seriam aceitos povoando as periferias das cidades e dos povoados, tampouco que ficassem *de paso*³⁰², ou perambulando pelas ruas. O cenário dos barracos de plástico, as *chabolas*³⁰³, em vários casos *invernaderos* abandonados ou adaptados, normalmente abrigam somente homens, bem como outras formas de autoconstrução, também denominadas pelos trabalhadores de *cortijos*³⁰⁴, *containers* e carros abandonados e improvisados se espalham pelo espaço dos *invernaderos* (Retrato 26).

Outra experiência importante sobre a inserção do trabalho na produção de alimentos, na Espanha, particularmente para o abastecimento prioritário do mercado consumidor regional e

³⁰¹ A oportunidade de retomar especificamente esse assunto, em fevereiro de 2009, viabilizado pelo Projeto "Multifuncionalidad rural, pluriactividad campesina y desarrollo local. La experiencia europea y la potencialidad de Brasil", e viabilizado pelo Plano de Trabalho sob nossa responsabilidade "As regressividades do trabalho migrante e o espectro da agricultura industrial em Almería (Espanha)", permitiu-nos conhecer um pouco mais da realidade laboral/social do trabalho envolvido nos *invernaderos*, e aprofundar algumas reflexões.

³⁰² Em espanhol quer dizer "de passagem".

³⁰³ A tradução para o português é "favela".

³⁰⁴ *Cortijo*, em espanhol, refere-se à forma específica do lugar onde se produz e se organizam as atividades de processamento no campo. Na região de Almería, os trabalhadores utilizam a mesma denominação para indicar as construções que estão sendo aproveitadas pelos trabalhadores migrantes para moradia, e que algum dia pôde ter sido sede, de fato, de algum *cortijo*.

também para a Europa, está vinculada à Cooperativa Humar-Marinaleda. Essa experiência, diferentemente da anterior é oriunda das lutas dos trabalhadores que desde meados dos anos 1980 se organizaram para reivindicar Reforma Agrária na Andaluzia. Das ocupações e dos enfrentamentos com as forças policiais conseguiram acesso à terra em 1994 e ao longo da referência organizativa do Sindicato de Obreros Del Campo (SOC), implementou juntamente o acesso à terra e construção da Cooperativa a defesa do socialismo e a luta pelo pleno emprego. Este, pois, está na dependência direta do aumento da quantidade de terras sob controle dos trabalhadores, da ampliação da produção e dos produtos fabricados, bem como a comercialização direta junto aos consumidores, desde início de 2003 já incluía algumas redes de supermercados localizadas no sul da Espanha.

A identidade do trabalhador com a terra (Retrato 27) está mediada pela relação de trabalho e não propriamente pela noção de pertencimento da reprodução da família e do trabalho na terra, como ocorre com os camponeses. Nesse caso, estamos diante do distanciamento da situação em que a *terra de trabalho* não se identifica com a terra de morada, da reprodução da família trabalhadora, uma vez que os trabalhadores(as) e suas famílias residem no centro urbano e se deslocam para a terra coletiva (Cooperativa Humar-Marinaleda) de trabalho em veículos particulares (Retrato 28).

Outro aspecto importante a destacar é que desde 2006 estão construindo em regime misto de trabalho (mutirão e empreita) novas residências (Retrato 29), em cumprimento à meta da proposta “*vivienda para todos*”. Sendo, assim, as reivindicações por melhores condições de vida, moradia, saúde, transportes públicos se somam às demandas dos demais trabalhadores, ficando em outra extremidade as questões específicas da dimensão laboral, da produção, da disponibilidade de água para irrigação da produção hortícola etc.

Assim, a modernização do processo produtivo e a aposta no beneficiamento dos produtos já consolidados, como pimentão e alcachofra, sendo, pois, hegemonizado pelas mulheres (Retrato 30), que estão envolvidas em todas as etapas do processamento, exceto no embarque/desembarque e manutenção dos maquinários. Também estão apostando na fabricação de azeite de oliva, que leva a marca Humar Marinaleda (Conservas Artesanas – Marinaleda S. Coop. And.). Aliada a essa opção está a estrutura organizativa dos trabalhadores, isto é, o distanciamento da condição do acesso à terra como prerrogativa para a produção de alimentos para o autoconsumo, o que, por sua vez, consagra o desenraizamento do trabalhador da terra.

A viabilização da produção do *Cortijo*³⁰⁵, com as atenções em produtos a serem comercializados para os mercados consumidores, e não para a produção de alimentos para a subsistência, está em primeiro lugar. A defesa do socialismo como referência da luta pela terra, a Reforma Agrária, e a viabilização da Cooperativa estão na base das ações capitaneadas pelo SOC (Retrato 31), que por sua vez se cruzam também às políticas da prefeitura de Marinaleda, e ao Bloco de Esquerda Andaluz³⁰⁶. Essas instâncias têm à frente as lideranças e militantes que se identificam tanto na condição de trabalhadores, moradores e nacionalistas, que coincidem, respectivamente, com as mesmas pessoas.

³⁰⁵ Propriedade agrícola de pequeno e médio porte constituída de produção agropecuária, mas que também pode dispor de pequenas unidades de processamento.

³⁰⁶ Bloque de Izquierda Andaluz (BIA), que congrega as lutas e reivindicações independentistas do povo andaluz em relação ao Estado espanhol.

Nos dois casos elencados para a realidade espanhola (*invernaderos* e cooperativa), a identidade do operário agrícola está moldada aos vínculos sociais de um trabalhador proletário, todavia diferenciada por conta da figura da cooperativa, que faz a mediação laboral, e da política de investimentos voltada para a melhoria das condições de trabalho, reequipamento dos meios de produção e gestão geral do processamento agroindustrial, representado pela fábrica de azeite e de conservas (pimentões e alcachofra).

O rompimento/esgarçamento da “fronteira” da existência proletária para a existência camponesa e vice-versa, que tem cada vez mais importância na realidade da luta e da resistência dos trabalhadores, na Espanha, que se materializa pela realidade laboral dos *invernaderos*, também é um dos aspectos da constante redefinição da plasticidade do trabalho e do estranhamento que vigora no interior da classe trabalhadora. Avaliamos que esse processo, se focado por dentro das contradições que definem as diferentes formas de existência do trabalho, pode nos permitir entender os perfis e os conteúdos da subjetividade do trabalho.

Da mesma maneira que as mediações e as formas concretas de realização das atividades no campo galego pressupõem realidades e formas organizativas e reivindicações diferentes, as experiências desse aprendizado recente que trazemos para o debate nos revelam nexos e tramas que, sediados, nas lutas e bandeiras nacionalistas que, não necessariamente reservam perspectivas emancipatórias e de classe para os trabalhadores, sejam camponeses, sejam assalariados ou proletários etc. Assim, assumimos que, nesta oportunidade, esse assunto não será objeto das nossas reflexões, mas fica essa observação para que saibamos que o sindicalismo e as demais organizações que se vinculam ao apoio, assessoria, tais como as Plataformas, Redes, ONG's etc., também não estão imunes a esses elementos.

Refletir de forma articulada sobre esses processos, que se realizam simultaneamente, está nos permitindo dimensionar os papéis e as escalas das ações do capital em nível regional e mundial. É como se conseguíssemos recolocar em discussão, sob a ótica da crítica radical ao metabolismo do capital, as engrenagens que, embora distanciadas pelos oceanos, compõem o mesmo ciclo de dominação/subordinação e de exploração, e que, de maneira habitual, são abordadas como se fossem coisas distintas, desconexas. Ou seja, o que se passa com os trabalhadores assalariados e camponeses, no Brasil, não teria nada a ver com os assemelhados na Europa, na África e assim por diante. Se não devemos negligenciar as territorialidades desse processo e as contradições que lhes dão sentidos e significados, nos diferentes lugares, igualmente não podemos negligenciar a “leitura” de conjunto e de classe, já que nos propomos entender o que está se passando no interior da classe trabalhadora.

Diante da amplitude dos assuntos que se inscrevem em torno da questão das políticas públicas, regulação do mercado internacional (preços, rendas), financiamento público etc., que se colocam na continuidade das negociações da OMC, de Doha a Hong Kong, nos seria reservado um longo e fértil campo de reflexões. No entanto, a oportunidade de conhecer as conformações e algumas expressões desse processo, aliado ao acompanhamento de outras contribuições, do aprendizado teórico decorrente, enfim essa curta trajetória, porém de intenso

esforço intelectual nos possibilita fazer correlações e algumas tentativas de aproximações entre as diferentes experiências de pesquisa.

2.3.2. A PAC e as distorções no campo europeu

Se tivéssemos que discutir a estrutura produtiva agropecuária em vigência, neste início de século XXI, uma faceta apenas nos permitiria ilustrar o conteúdo social e as contradições que lhe emprestam significados: a mesma quantidade de recursos com que um bilhão de pessoas (1/6 da população mundial) sobrevive, nos países periféricos (África, Ásia, América Latina), à base de US\$1/dia, é direcionada para os produtores dos países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), na forma de subsídios agrícolas.

Fortemente concentrada nos produtores mais tecnificados, não só internamente aos países centrais, mas, sobretudo, nos países dependentes e endividados, essas ajudas financeiras produzem estragos incalculáveis, a começar pelo desmonte, expropriação, subordinação das comunidades de camponeses, em diversas porções do planeta.

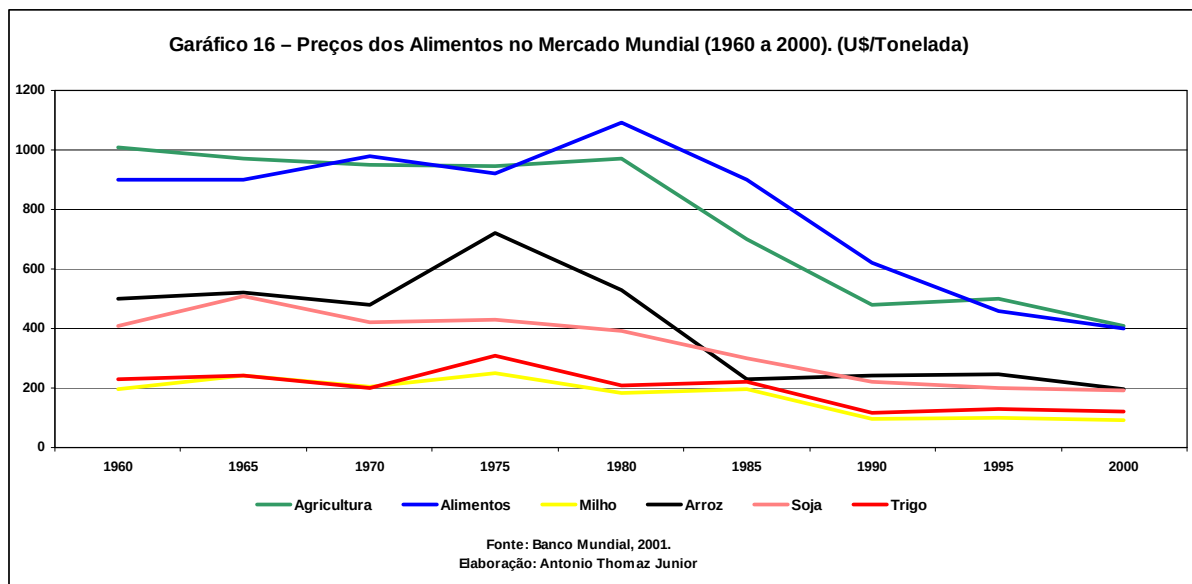
A um só tempo, por meio dos fundos públicos, fica mais barato produzir na Europa e nos EUA, sendo que esses excedentes invadem os mercados dos países dependentes, dificultando a competição com os produtores familiares e, por outro lado, atingindo os camponeses dos países do norte.

Uma nova geografia do cenário produtivo (produção imediata, distribuição, circulação e consumo) está sendo tecida pelas empresas transnacionais, para as quais é imprescindível manter os mercados abertos, por conta da ação de expandir seu parque produtivo e interesses estratégicos para os países do sul. Todavia, como monopolizam os esquemas de distribuição, ameaçam constantemente os produtores internos, arruinando-os e condenando-os ao desaparecimento, de sorte que, na Europa, a cada três minutos deixa de existir um camponês³⁰⁷, ou uma família camponesa perde seu vínculo com a produção de alimentos e, em vários casos, também se desterritorializam.

Com base no comportamento dos preços dos produtos agrícolas, é possível afirmar que a *estabilização* do período de baixa dos anos 1990 – antecedida por períodos de alta na década de 1970 (Gráfico 16) –, se confirmou na primeira metade dos anos 2000. Por conta de uma série de fatores que ultrapassam a seara produtiva, esse quadro de baixa está sendo revertido para uma progressão constante de alta dos preços (Gráfico 7). Tanto naquela situação, de baixa dos preços, também criada/forjada pelo capital, como nesta, de agora, da conjuntura de 2008, os efeitos especulativos das cotações das *commodities* e o rebatimento em via de mão dupla sobre os preços do petróleo está atingindo diretamente os preços dos insumos industrializados (adubos, defensivos,

³⁰⁷ Ver *site* da Coordination Paysanne Européenne: <www.cpefarmer.org>.

herbicidas, maturadores, transgênicos etc.), e de forma marcante as sementes e as cadeias produtivas dos principais cereais.



Como a PAC se estrutura sobre o desligamento ou Regime de Pagamento Único (RPU) dissociado da produção, enquanto mecanismo central da regulação dos pagamentos das *primas* (ajudas) aos produtores/proprietários, o que se consolida é a concentração da produção. Não somente impediram/impossibilitaram a exportação dos produtos oriundos dos países do sul para outros mercados consumidores, como também inundaram seus mercados internos com produtos artificialmente mais baratos. Esse esquema é reforçado, historicamente, pelo *dumping* garantido à base dos elevados subsídios aos preços para a exportação, ou, mais recentemente, para recompor a renda motivada pelas mudanças nas políticas agrícolas, como o caso da PAC, na Europa, e da *Farm Bill*, nos EUA.

A esse respeito, a experiência norte-americana mostra exemplarmente a opção da queda dos preços articulada à destinação de recursos públicos, na forma de “ajudas de emergência”, que constituíam uma compensação especial aos agricultores. De 1998 a 2002, totalizaram US\$ 30 bilhões, e de 2004 a 2007, alcançou US\$ 41 bilhões³⁰⁸.

As mudanças em vigência também implicaram o aumento do limite máximo por agricultor: de US\$ 230.000,00 para US\$ 360.000,00. Estaria tudo bem, se esse quadro tivesse vigência no âmbito do mercado interno, tendo em vista que os EUA exportam 25% da sua produção agrícola e, no caso do trigo, são responsáveis por 40,0% das exportações mundiais. Por conta dos mecanismos protecionistas da *Farm Bill*, os preços norte-americanos ficam imbatíveis, nos mercados internacionais.

Apesar da propaganda feita pela OMC e pelos artífices da UE e da PAC de que o livre comércio beneficia a todos, de fato, os países em desenvolvimento continuam a ter pouca

³⁰⁸ Cf. SAMIR AMIN. Documento Final Del Foro Mundial de Reforma Agrária. Agência Carta Maior, Valência, dezembro de 2004. 167p. Esse documento foi capturado junto ao site www.fmra.org, no dia 12 de janeiro de 2005, mas não se encontra mais disponível. Está, no referido site, o documento síntese do FMRA, “La Reforma Agraria y los recursos naturales una exigencia de los pueblos”. 4p. Disponível em: [http://www.fmra.org/declaracion final.doc](http://www.fmra.org/declaracion%20final.doc). Acesso em: 17 jul. 2008.

expressividade no comércio mundial, pois, concentrando 65% da população total, participam apenas com 3% das exportações³⁰⁹, mesmo considerando que o comércio de produtos agrícolas corresponde a tão somente 15% de tudo o que se produz no mundo.

De todo modo, o objetivo da OMC é fazer com que os mercados locais se convertam em mercados mundiais, o que necessariamente impõe novas dinâmicas produtivas, novos formatos organizativos e novas tramas de redes comerciais. As marcas desse processo podem ser observadas no ano de 2004, considerando a variação do comércio mundial agrícola à casa de 800 bilhões de dólares, e em relação ao percentual total das exportações mundiais de produtos primários, 8,8%, e com respeito ao total das exportações de produtos primários, 38%³¹⁰. E, desde o final de 2007 e início de 2008, em meio aos desdobramentos da crise em torno dos agrocombustíveis e da diminuição da produção de alimentos e do aumento dos contingentes de famintos, esses indicadores pouco ou quase nada mudaram, apenas consolidando na faixa de 10%³¹¹.

A PAC absorve aproximadamente metade do orçamento da UE, ou seja, € 57 bilhões, sendo que os recursos são operacionalizados pelo Fundo Europeu de Operação e Garantia Agrícola (FEOGA) desde 1964. Em 1966, este se dividiu em duas partes, que se mantêm até hoje: 1) FEOGA, seção garantia, financia a maior parte dos gastos agrícolas, mediante as organizações comuns, subsídios para facilitar a venda dos produtos, reembolsos à exportação; 2) FEOGA, seção orientação, administra todos os fundos comunitários dedicados à política estrutural e ao Desenvolvimento Rural: modernização, indenizações motivadas por catástrofes naturais, instalação de jovens, transformação e comercialização dos produtos agrícolas.

A primeira etapa da PAC, que desde sua criação vai até início da década de 1970, revelou que a “Europa dos Seis” conseguira auto-suficiência alimentar, ao mesmo tempo em que os preços ao consumidor se mantiveram baixos, iniciando-se, também, a comercialização de produtos europeus em outros países. Já, na década de 1970, esse quadro se modificou, especialmente por conta dos excedentes estruturais, associados ao crescimento dos gastos agrícolas da PAC e ao distanciamento dos preços dos produtos agrícolas dos preços praticados no mercado mundial. Esses primeiros sinais da crise que se avizinhava, denominada crise energética, foram aumentados com a entrada, em 1973, de Dinamarca, Irlanda e Reino Unido nos cânones da UE.

No início dos anos 1980, com a realidade agrária e social da UE, agora mais ampliada, bem como com o ingresso da Grécia, em 1981, Portugal e Espanha, em 1986, a PAC foi redirecionada e experimentou suas primeiras adaptações mais significativas. É nesse momento que se redefiniu a política de preços, limitaram-se as intervenções, controlou-se a produção, por meio das cotas dos principais produtos excedentários, como o leite, o açúcar, criando-se um sistema de controle dos gastos agrícolas.

Os problemas que foram se acumulando ao longo dessa década irromperam a capacidade de gestão da PAC, que ampliou ainda mais a credibilidade interna, independentemente das denúncias de distorção dos preços nos mercados internacionais, por conta dos subsídios. Mas,

³⁰⁹ Se considerarmos a África Subsaariana, sua participação nos fluxos comerciais internacionais manteve-se em torno de 1,2%, na década de 1990, e a América Latina, exceto as exportações *maquiladas* do México, participou apenas com 3% do total, entre 1990 e 2002.

³¹⁰ Cf. OMC, 2004.

³¹¹ Cf. *Folha de S. Paulo*, 22/06/2008, p. B11.

do ponto de vista da capacidade produtiva, as políticas agrícolas repercutiram internamente no aumento expressivo da produção, que saltou de 91,4 milhões de toneladas de grãos, em 1961, para 219 milhões, em 2003, e 245 milhões de toneladas em 2006, com destaque para a produção de trigo, que nesse período triplicou, ultrapassando 100 milhões de toneladas, e o milho, que alcançou um pouco mais de 40 milhões de toneladas, quando, em 1960, atingira apenas 8,5 milhões de toneladas³¹².

Tudo isso não foi suficiente e, em 1992, uma nova reforma da PAC (Reforma Mac Sharry) se fez presente, sendo que, pela primeira vez, houve uma mudança de orientação significativa. O primeiro elemento, objeto dessas reformas, foi o modelo de apoio, que esteve diretamente vinculado aos resultados das negociações da Rodada Uruguai, do GATT³¹³, que, desde então, de forma definitiva, introduz a agricultura ou, mais propriamente, o mercado de produtos agropecuários, sob o controle direto das determinações das empresas ou das grandes empresas exportadoras/compradoras/comercializadoras, do setor agroalimentar. O segundo elemento, na prática, como consequência do primeiro, foi a implantação de mecanismos mais efetivos de controle da produção, especialmente por meio das quotas. É da articulação desses dois elementos que se origina a redução dos preços internos administrados, compensados aos agricultores por meio das ajudas permanentes desvinculadas da produção e a obrigatoriedade de deixarem terras em pousio.

A instauração das cotas individuais ou nacionais para a maioria dos produtos agropecuários, com o propósito de controlar os excedentes, não obteve sucesso. Em vista disso, se incrementaram os subsídios para exportação, que, juntamente com os subsídios à produção e a restrição do acesso ao mercado europeu dos produtos de terceiros, geraram protestos que desencadearam uma crise em âmbito internacional de intensa magnitude.

E é nesse processo que ocorre o ingresso à UE, em 1995, da Áustria, Finlândia e Suécia, e, em 1990, a República Democrática Alemã (RDA) ou Alemanha Oriental se unifica à República Federal da Alemanha, compondo um mesmo Estado. Os novos desafios dessa UE ampliada despertaram as atenções para com a intensificação dos desequilíbrios internos, aliados não ao crescimento das receitas, mas sim ao crescimento das despesas.

As reformas, iniciadas em 1992, não foram capazes de responder aos desafios que no final da década ocupavam o centro das preocupações dos dirigentes da política comunitária. Ao mesmo tempo em que era necessário reforçar a competitividade da produção agrícola, especialmente quanto aos preços e à qualidade dos produtos, também se fazia emergente adotar determinados cuidados em relação à ampliação do quadro de filiados ou países membros, anunciada para 1º de maio de 2004, com a entrada dos países da Europa Central e Oriental: República Checa, Chipre, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia.

Com as atenções voltadas para as principais demandas da OMC, a PAC passou por um conjunto de arranjos para adaptar suas receitas aos gastos, especialmente no cenário da UE-25, após janeiro de 2004, e UE-27, com a inclusão da Romênia e Bulgária, a partir de janeiro de 2007.

³¹² Cf. FAO, 2003, e FAO, 2004.

³¹³ Acordo Sobre Tarifas e Comércio, que desde 1948 geriu as relações do comércio internacional, por meio das rodadas de negociação, até a última, a Rodada Uruguai, que durou de 1986 até 1994, e deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Isso se deu de forma vinculada às demandas específicas, porém combinadas, dos órgãos multilaterais e de fomento do capital (BID, FMI, BIRD), que estavam com as atenções voltadas para a intensificação da liberalização dos mercados, com o fortalecimento das grandes empresas transnacionais do setor agro-químico-alimentar-financeiros. Isso, todavia, se juntava aos interesses de intensificar o uso de sementes modificadas geneticamente, ou transgênicas, e demais insumos químicos, cujo mercado era e é flagrantemente monopolizado pela transnacional americana Monsanto, detentora de 85% das transações³¹⁴.

Em meio a esse quadro de desafios, que já se anunciava bem antes de se consumir a Europa dos 25, no Conselho Europeu de março de 1999, os chefes de Estado da UE aprovam as reformas da Agenda 2000, ou Acordo de Berlim, como ficou conhecida. Nesse mesmo período, em janeiro de 1999, também passa a ter vigência o euro e, em junho, a eleição do novo Parlamento Europeu.

Nesse contexto, a Agenda 2000 se destacou especialmente porque prescrevia intervenções importantes para o contexto que se anunciava, com a ampliação de 15 para 25 países: 1) estimular a viabilização da competitividade europeia por meio da modernização da agropecuária comunitária; 2) ampliar os cuidados com a qualidade dos produtos e com o meio ambiente; 3) ser eficaz na aplicação dos Fundos Europeus³¹⁵, com medidas que concentram apoio financeiro, reduzindo o número de objetivos prioritários, de sete para três³¹⁶; 4) adotar iniciativas comunitárias para desenvolver soluções comuns para os problemas comuns da UE³¹⁷, manutenção do Fundo de Coesão destinado a ajudar a Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, como fora feito desde 1994³¹⁸; 5) adotar um novo formato financeiro para o período de 2000 – 2006; 6) reforço da estratégia de pré-adesão dos países candidatos, pelo instrumento estrutural de pré-adesão.

O pacote das reformas da Agenda 2000 não resistiu aos prazos estabelecidos para entrar em vigor, tendo em vista que a percepção, por parte dos dirigentes e mais interessados no controle político e econômico da UE e particularmente da PAC, fez com que fosse aprovado no Conselho de Ministros de junho de 2003 outro pacote de reformas denominado Revisão a Médio Prazo (ou *intermedia*), depois batizado oficialmente de “Perspectivas políticas a longo prazo para uma agricultura sustentável”, a ser implementado de 2004/2005 até 2007.

O principal elemento introduzido e que aglutinou os demais em torno do pacote de itens objeto das reformas foi o Regime de Pagamento Único (RPU), a ser recolhido uma única vez por

³¹⁴ Outras quatro empresas transnacionais dividem os 10% restantes do mercado de sementes transgênicas: Syngenta, Bayer, Dupont e Dow Chemical.

³¹⁵ Existem quatro fundos estruturais: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Seção Orientação do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA); Instrumento Financeiro de Orientação das Pesas (IFOP).

³¹⁶ Os objetivos estão assim definidos: Objetivo 1 – regiões menos desenvolvidas para as quais são destinados 2/3 dos recursos, e contam com a ação direta de todos os Fundos Estruturais (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP); Objetivo 2 – regiões em crise estrutural (FEDER, FSE); Objetivo 3 – todas as regiões, exceto as do Objetivo 1, e são regiões que necessitam de apoio em educação, formação e emprego (FSE).

³¹⁷ 1) Cooperação transnacional, transfronteira e inter-regional destinada a estimular o desenvolvimento equilibrado em todo o território europeu (INTERREG); 2) Reconversão econômica das cidades atingidas pela crise (URBAN); 3) Desenvolvimento rural (LEADER); 4) Cooperação transnacional para identificar novos meios de combate a todas as formas de discriminação e desigualdade que impedem homens e mulheres de obterem um posto de trabalho (EQUAL). Essas quatro iniciativas tiveram um aporte previsto para 5,35% do total dos Fundos, no período 2000-2006.

³¹⁸ Esse Fundo somente se destina aos países cujo PNB *per capita* é inferior a 90% da média da UE. São € 18 bilhões direcionados para projetos ambientais e de infra-estruturas de transportes. O Fundo de Coesão funciona de modo complementar aos outros quatro fundos estruturais.

ano. O Regulamento (CE) nº 1782/003, 29 de setembro de 2003, estabelece regras comuns para os regimes de apoio direto, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC). Este passou a ser o primeiro pilar da PAC, em substituição aos procedimentos em vigência até então, baseados numa série de ajudas diretas relacionadas com a superfície, a produção ou o número de cabeças de gado. Com essa dissociação, as ajudas passaram a ser pagas aos produtores de maneira totalmente independente do tipo de produção, sendo que a soma dos pagamentos diretos para cada Estado-membro é limitada a parâmetros definidos no interior das resoluções da UE.

O RPU poderá ser mantido até 2012, tendo em conta determinados critérios de ecocondicionalidade, tais como manter as terras em boas condições agrícolas e respeitar as normas em matéria de saúde pública, fitossanidade e bem-estar dos animais; todavia, será reduzido progressivamente, por meio da modulação, de sorte que esta somente se aplicará às explorações com volume global de ajudas superior a € 5.000,00, o que significa que, na Espanha, 85% dos agricultores ficarão isentos e, em Portugal, 95%.

Entretanto, sob o argumento de que as Reformas da PAC direcionam-se, progressivamente, para menos subsídios à produção, como asseverou o Comissário Fischler, e mais pagamentos diretos aos produtores (por serviços públicos, manutenção do meio ambiente), na prática, essa nova metodologia de repasse de recursos públicos – não propriamente para a produção agropecuária – está prescrevendo uma tendência à diminuição dos excedentes de produção. Além disso, a introdução do expediente da modulação nesse pacote de reformas enfatiza também o papel do desenvolvimento rural, à base de que atingiria somente os produtores que recebessem mais de € 5.000,00 em pagamentos diretos ao ano, acarretando redução de 3% do seu orçamento, em 2005, 4%, em 2006, 5%, a partir de 2007, até 2013, quando se anuncia o fim da PAC³¹⁹.

Considerado o segundo pilar da PAC, o desenvolvimento rural desfruta de destaque no ambiente de decisões da UE e, pelo que se aponta, poderá absorver cada vez mais importância, tendo em vista a intenção de redirecionar os recursos públicos para revitalização do espaço rural e melhoria das condições de trabalho. Entre as intenções e a realidade, o que se pode apreender é que passaram a valer referenciais com o LEADER + (ou LEADER plus), como parte do Feoga-Orientação³²⁰.

A Espanha é apenas superada pela Itália (€ 595 milhões), Alemanha, (€ 700 milhões) e França (€ 760 milhões), sendo estes, pois, recursos destinados para projetos inovadores que têm à frente os grupos de ação local e o intercâmbio de experiências no cenário da cooperação internacional³²¹.

É relevante notar que o pagamento direto da PAC, com base na Superfície Agrária Útil (SAU), desligada da produção, está inscrito no caixa verde da OMC. Nele se enquadram os

³¹⁹ Esse dispositivo poderá arrecadar €1,2 bilhão por ano em receitas extras, uma vez alcançado o percentual de 5% a partir de 2007. Desse conjunto de recursos arrecadados com a modulação, 80% serão retidos pelo Estado-membro e o restante será gerenciado pela UE, sendo que apenas ficam fora desses encargos as regiões remotas, que inclusive terão tratamento diferenciado, e os 10 países do PECO, que somente passarão a integrar essa alínea depois que seus níveis de pagamento direto estiverem alinhados aos dos atuais 15 Estados-membros.

³²⁰ A esse respeito ver: 1) "Directrices para la Evaluación de los Programas Leader+". Comisión Europea – Dirección General de Agricultura, enero, 2002. 66p. Esse documento foi acessado junto à *internet*, em 20 set. 2005, porém, atualmente não se encontra mais disponível nesse ambiente. 2) "European Agriculture Entering the 21ST Century". European Commission Directorate-General for Agriculture. Bruxelas, October, 2002. 65p., documento acessado na *internet*, em 15 out. 2004, atualmente não mais disponível nesse ambiente.

³²¹ Para mais informações, ver: www.rural-europe.acidl.be.

pagamentos diretos, previstos para serem menos distorcidos aos preços agrícolas, em comparação ao caixa amarelo, que compreende o repasse anual de apoio em termos monetários, fixado para produtores agrícolas em relação a produtores específicos ou não específicos³²², e ao caixa azul, que estabelece e referencia as formas de apoio doméstico relacionado com o programa de limitação da produção agropecuária³²³.

No entanto, com a introdução do pagamento único para cereais e carne bovina, a reforma de 2003 reduziu os pagamentos da caixa azul, transferindo ambos para o caixa verde. Assim, se a Agenda 2000 intensificou o *azulamento* da PAC, antes e sobretudo de 1992 a 1999, a reforma intermediária de 2003 caracterizou-se pelo *esverdeamento* da política agrícola comunitária, conforme as exigências da OMC.

Por meio das medidas propostas na reforma intermediária de 2003, objetivou-se uma diminuição da produção e dos subsídios às exportações que distorciam o mercado. Mas o que tem que ser devidamente entendido, porque é onde residem os elementos centrais de toda a estrutura de dominação de classe da PAC, é o fato de que o pagamento único é defendido como se não fosse subsídio, com a ressalva de que, em princípio, está referenciado na recomposição da perda de renda dos produtores.

É certo que não houve mudanças radicais na condução da política agrícola, como se anunciava desde Bruxelas, com as Reformas Intermediárias, pois se reforçaram os princípios orientadores da produção agrícola para o mercado, sob a manutenção rígida do barateamento dos preços nos níveis dos custos de produção internacionais. Isso, pois, funcionou como guia oficial do *dumping*, sob o comando dos grandes grupos empresariais, em detrimento da produção familiar/camponesa – aliás, cada vez menos prestigiada e destacadamente excluída do modelo social da PAC – e, conseqüentemente, ameaçou ainda mais a Soberania Alimentar dos trabalhadores europeus.

Do conjunto de temas instituídos nesse pacote de medidas, vale destacar o modelo de produção intensivo, porquanto se manteve intacto em relação às reformas anteriores, apesar dos discursos animados dos defensores confessos desse receituário de destruição em massa dos camponeses e camponesas. Os argumentos, sempre seguidos da defesa da multifuncionalidade da agricultura associada aos modelos sustentáveis de produção, com base no seu desligamento, passam a ser incorporados em praticamente todas as ações dos gestores públicos na UE. Portanto, a agropecuária, em sentido geral, e sua inserção no circuito da produção não mais estaria vinculado aos preços, mas à recomposição da renda dos agricultores (camponeses e empresários), para recompensar as perdas oriundas da queda dos preços.

Mesmo no âmbito dos setores hegemônicos, há algumas reservas em relação às teses defendidas na reforma intermediária da PAC. É o que se revela nos documentos oficiais da

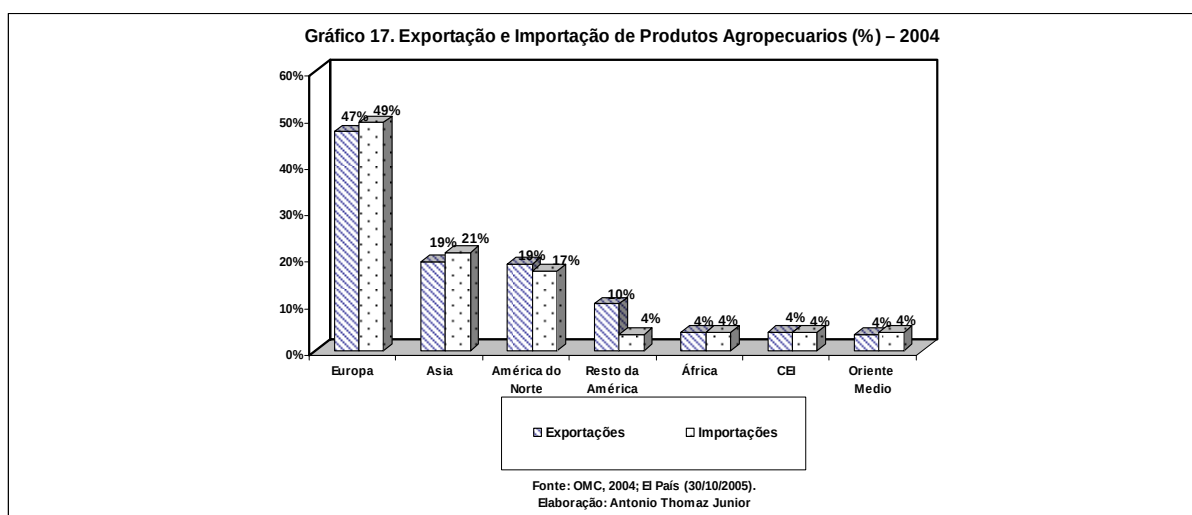
³²² Os compromissos de redução em apoio interno são assumidos de forma agregada, ou seja, os países se comprometem a não exceder o montante conferido como apoio interno para cada ano do período de implementação (1995-2000 para os países industrializados, e 1995-2004 para os países periféricos).

³²³ O Caixa Azul é, por conseguinte, o dispositivo de que a OMC disponibiliza para dimensionar a isenção dos compromissos das reduções dos pagamentos, desde que sejam transferidos diretamente do orçamento dos governos para os produtores e não por meio de instrumentos de intervenção de mercado. Entre as políticas enquadradas no Caixa Azul, podemos ressaltar as de restrição no uso de terras e de pagamentos compensatórios desvinculados da produção, opção seguida pela UE, a partir da Agenda 2000.

Confederação das Indústrias Agroalimentares da União Europeia (CIAA). Contudo, os interesses estão atrelados ao controle da comercialização e dos baixos preços das matérias-primas, assegurado pela elevada sobrecarga de subsídios e do *dumping*, que é a base imprescindível para a hegemonização dos mercados. Poderíamos resumir em quatro pontos os principais aspectos defendidos pela CIAA, dispersos nos documentos oficiais, em relação ao apoio à reforma intermediária da PAC: 1) a política agrícola deve ser igualmente alimentar e coerente com as outras políticas; 2) a agricultura durável não deve pôr em causa a competitividade da indústria; 3) a segurança alimentar não deve ser negociável; 4) manter os princípios da solidariedade financeira, como forma de evitar a renacionalização da PAC.

Não nos surpreendemos com os argumentos apresentados acima, porque as campanhas de convencimento junto à opinião pública, sobre a necessidade das reformas da Política Agrícola Comum, especialmente com o fracasso das negociações de Cancún, em setembro de 2003, evidenciaram que as ações midiáticas seriam imprescindíveis para a UE fazer frente aos equívocos cometidos.

A fúria liberalizante e o império dos pressupostos do mercado fazem com que os 10% dos que representam os negócios dos produtos agropecuários em relação ao conjunto de tudo o que se produz de alimentos, como já apontamos anteriormente, sejam potencializados a cifras mais elevadas. Os interesses em jogo, por parte da UE, reservam-lhe praticamente intacta a sólida posição que mantém no mercado mundial de produtos agropecuários, tanto nos movimentos de exportação quanto de importação, já considerando sua composição alargada para os 25 países (Gráfico 17).



Diante desses pressupostos, poderíamos ponderar que existem campanhas de convencimento para demover os demais interessados nessa repartição destrutiva do mercado mundial e dos interesses e disputas intracapital. Em essência, esse projeto de dominação e de regulação se compõe de ações para fortalecer a competitividade dos produtos europeus e americanos, no mercado mundial. Em alguns casos, para produtos específicos, utilizam-se

argumentos como “medidas passageiras e de curta duração”, como encontramos nos memorandos divulgados na *internet* pelos líderes europeus e os defensores dos planos da *Farm Bill*.

O que se põe em questão, diante dessas distorções, é o crescente descrédito da opinião pública em relação à necessidade de políticas agrícolas públicas, na Europa. Parte do descrédito dos contribuintes se deve à estrutura social da agricultura europeia, seu aspecto multidifuncional, particularmente por conta de que as milionárias ajudas da PAC sustentam um modelo de produção intensiva que premia os médios e grandes produtores e provoca mais desigualdades e distorções, nos mercados internacionais, em detrimento da produção camponesa e familiar, como na Espanha, onde se registra o desaparecimento de 147.000 explorações, entre 1999-2003 (MAZOYER, 2004).

As razões desse desajuste não são casuais ou acidentais. A desigual repartição dos subsídios, historicamente, tem fornecido, a um conjunto de grandes empresas comercializadoras/processadoras e de produtores, incomensurável poder de definir as ações da Política Agrícola Comum (comunitária). Não seria diferente para a Rodada Doha e todas as negociações que transcorrem, por ocasião da VI Conferência Ministerial de Hong Kong, em dezembro de 2005, a qual teve à frente os interesses dos grandes conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros. Esse procedimento foi intensificado e o insucesso da Rodada de julho de 2008 revelou as contradições ainda intransponíveis para o grande capital e os Estados que protagonizam esse cenário de disputas.

Nesse sentido, quando aludimos à capacidade de influenciar e decidir as políticas públicas para a agricultura, estamos nos referindo à resistência desses grupos para manter os privilégios em torno da manutenção dos subsídios à exportação. Concentrados na França, na Alemanha e na Holanda, esses grupos põem em prática ações coordenadas no âmbito da UE e ameaçam constantemente o funcionamento do sistema que defendem, porém, particularmente, ameaçam o futuro de muitas explorações camponesas e de porte médio em escala empresarial em países menos competitivos, como a Espanha, e, em maior medida, para os camponeses situados nos países do sul.

A fragilização da PAC, plantada pelas reformas instituídas pela UE, está motivando a generalização junto à sociedade de que todos os apoios públicos são desnecessários, porque privilegiam grupos seletos. Sem contar os argumentos de que a modernização tecnológica beneficiaria a diminuição dos preços aos consumidores, diante do aumento da produção e da produtividade – o que, na verdade, não se concretiza –, ainda mais que, com a fórmula do pagamento direto desvinculado, os agricultores receberão recursos públicos sem terem a contrapartida de produzirem. Bastaria ponderarmos, em contraposição, que, na Espanha, 65% das explorações situam-se em áreas desfavorecidas (semi-áridas, salinizadas) e de montanha, o que justifica a necessidade de políticas públicas para financiar a produção agropecuária, todavia que esteja ligada aos princípios e fundamentos da agricultura familiar camponesa.

A orquestração dessas medidas, no contexto das reformas da PAC e, em especial, da reforma intermediária de 2003, com a introdução do pagamento direto desligado da produção, assinala a convergência de interesses que se completam simultaneamente para a sustentação de

diversas ações no cenário privado das empresas e do capital e também dos Estados. Assim, por meio de políticas específicas, tanto agrícolas, como industriais, comerciais (para exportação/importação), emprego – ou, mais propriamente, de desemprego e de exclusão social – ter-se-á uma nova Geografia da produção agropecuária no mundo.

A vigência das regras atuais do comércio internacional, especialmente com o revigoramento da liberalização proposta para a cúpula da OMC, ou as Conferências Interministeriais, está sustentando todo o mecanismo que interessa aos países que têm maior peso político e econômico no interior da UE, na PAC. Dessa forma, tanto as políticas de fomento, quanto de desenvolvimento rural, não somente manterão os privilégios para as poucas empresas agroalimentícias, mas também o esquema para que estas continuem se abastecendo da produção das matérias-primas nas áreas produtoras dos países do sul, especialmente Brasil, México, Argentina, Índia e África do Sul, por meio de suas filiais.

Nada mais sugestivo do que os argumentos defendidos pelo ex-premiê inglês, Tony Blair, a partir de 2005, os quais influenciaram o Conselho Político da UE, quando entendia que a Europa tinha que apostar no fim da PAC, podendo, pois, substituir, em curto prazo, as políticas dinamizadoras da produção, em políticas regulatórias do mercado, por meio das quais os europeus poderiam buscar os produtos para a alimentação, mediatizados por processos simplificados pela compra de produtos.

Os tecnocratas, empresários e políticos afinados com esse ideário têm argumentado que uma comunidade que só tem 2,1% do PIB correspondente à agricultura e uma população ocupada na agricultura que diminui ano a ano (UE-15), partindo de 27,6 milhões em 1950 (quantidade semelhante à população agrícola dos 10 países da Europa Central e Oriental), para 7,5 milhões em 2000, representando um decréscimo em relação ao total de 28,3% para 4,3% respectivamente –, não pode absorver recursos públicos para manter a estrutura produtiva, no campo, à base de 50% dos recursos totais arrecadados.

Tamanha miopia social e nítida vinculação à exclusividade do mercado e aos modelos intensivos de produção reúnem argumentos que vêm dos trabalhistas ingleses aos social-democratas alemães, setores conservadores da França, Holanda, em defesa de projetos de sociedade, que, por meio de campanhas publicitárias, tenta convencer os delegados e demais representantes da UE a apostarem no modelo comunitário que poderia dirigir a maior parte dos recursos públicos para educação, saúde, previdência etc. A esses argumentos se acrescenta o fato de que a modernização tecnológica no campo já permite que apenas ínfimas parcelas das populações dos países-membros, com exceção de alguns Países da Europa Central e Oriental (PECO's), da UE-25, se vinculem à produção agropecuária.

Nessa perspectiva, à Europa ficaria reservado o papel de produzir mercadorias industrializadas e, particularmente, exportar serviços para os quatro cantos do planeta, em troca da produção agropecuária, que, segundo a opinião dos principais formadores de opinião nesse grupo seleto de chanceleres e estadistas europeus, é antieconômica e dispendiosa para os contribuintes.

Nota-se que não somente a deslocalização está em marcha, mas, em especial, os esquemas que mantêm os fluxos comerciais e de produção de matérias-primas para segmentos da

produção europeia, e que a beneficia, do ponto de vista da divisão internacional do trabalho. Estamos nos referindo às importações massivas de ração animal, particularmente da soja, com o agravante que desde meados de 2008 está liberada a importação de produtos transgênicos³²⁴, em razão dos excedentes europeus de produtos animais, de carnes e de cereais (Gráfico 17), para os quais a UE não tem nenhuma vocação exportadora.

Sem contar que o modelo produtivo da PAC, fundado na pecuária intensiva (bovinos, aves, ovinos, suínos), no leite e na importação de ração, segue à risca o desligamento entre produção de cereais e os pagamentos diretos, o que em nada garante a qualidade dos produtos e tampouco deixa passarem despercebidos os elevados índices de contaminação dos solos e dos mananciais.

Disso, conclui-se que o modelo produtivo fundado no barateamento dos custos, nos ciclos longos entre produção e consumo, na especulação e nos negócios com os produtos alimentícios em nada pode garantir a multifuncionalidade da agricultura, propósito tão veiculado nos cânones da UE, muito menos sua sustentabilidade.

É necessário reafirmar que a estrutura bifronte que garante o controle e o poder do capital na dinâmica dos espaços produtivos agropecuários, em nível mundial, tem, de um lado, os desdobramentos da *commoditização*³²⁵ da produção de alimentos e, portanto, toda a dimensão especulativa, e de outro, em decorrência do primeiro, a produção de alimentos continua sendo orientada somente com o objetivo mercadológico. Isto é, se serão ou não consumidos não é o que importa, pois a regência do valor de troca subordina a utilidade e o acesso aos alimentos aos reais interesses do metabolismo do capital.

A imprensa europeia e os boletins informativos da UE, da OCDE, da OMC e os formadores de opinião, simpáticos e defensores da formulação euroamericana de formatação do planeta à sua imagem e semelhança, noticiaram e apresentaram os cenários de uma UE-27 diferente³²⁶, mais liberal e “pronta para os desafios do futuro”, todavia refém da própria incapacidade gerencial. A começar pelo fracasso do tratado constitucional, que foi rechaçado na França e na Holanda; a incapacidade de encontrar perspectivas financeiras para 2007-2013, o rechaço radical da Grã-Bretanha, em relação aos gastos destinados para o financiamento da PAC³²⁷.

2.3.2.1. Escala e contradições do modelo

Em meio às polêmicas que se instalam no epicentro da crise vivida pela UE e especialmente assentada no modelo de gestão, financiamento e execução da PAC, alguns aspectos

³²⁴ A Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA - sigla em inglês) aprovou o uso da soja transgênica, até o momento liberada a variedade *LibertyLink*. Desse modo, o material geneticamente modificado será importado como grão ou farinha, e reprocessado na Europa para utilização em alimentos ou rações. Todos os produtos derivados da soja estão sujeitos às regras da UE sobre rotulagem e rastreamento. Essa decisão sociambientalmente equivocada, que também ampliará a contaminação para os consumidores europeus, reserva aos países produtores o privilégio da contaminação dos solos, dos mananciais e dos demais espécies nativas de plantas, pois não se estende ao cultivo da soja transgênica no território da UE, onde permanece proibido.

³²⁵ Cf. OLIVEIRA, 2008.

³²⁶ Composição atual, com a inclusão de Bulgária e Romênia, em janeiro de 2007.

³²⁷ Quanto a essa questão, ver: União Europeia (2006); União Europeia (2008); Marques (2006).

chamam mais atenção. A renacionalização da Política Agrícola Comunitária tem como pressuposto a adoção, por parte dos países mais ricos, de procedimentos para a saída total ou parcial do sistema e tentar salvar o que mais puderem. Com isso, cairia por terra o princípio de *solidariedade*, sobre o qual se edificou a proposta original da PAC, desde 1962, e ao mercado caberia regular toda a atividade agropecuária, na Europa; daí ser prescindível a PAC.

Os camponeses e os trabalhadores assalariados têm debatido esses assuntos. E mesmo considerando que há segmentos que concordam com os principais pressupostos afinados ao pagamento direto e ao desligamento da produção ou que endossam alguns retoques ou discordâncias do que vem sendo apregoado pela Comissão Europeia, vamos nos ater às demandas e ações propostas pelos segmentos dos trabalhadores que apostam em caminhos alternativos, na preservação da produção camponesa e na manutenção de um *mundo rural vivo*.

Pudemos abstrair que, além de ser necessário legitimar a PAC junto aos contribuintes, faz-se necessário construir novos referenciais para a Política Agrícola Comunitária, para que esta beneficie os produtores familiares e prime pela qualidade e sanidade dos seus produtos. Portanto, não se trata de eliminá-la, tampouco de retornar aos pressupostos de sua origem, com o apoio aos preços sem limites de volume, ou as ajudas para a exportação e a ausência de controle da produção.

A legitimação da PAC, para essas organizações sociais (SLG, SOC, CPE, COAG, Via Campesina), está nucleada na manutenção da agricultura camponesa, não somente para garantir o abastecimento alimentar (*food security*), mas também pelo seu papel multifuncional (preservação dos bosques, das nascentes, da paisagem, da cultura, retenção de pessoas trabalhando), ou na manutenção do *mundo rural vivo*. Seria o mesmo que dizer ser necessário manter os trabalhadores ativos no campo e antepor esse princípio ao desmantelamento destrutivo da produção e da vivência nele, avaliação essa muito presente nos meios acadêmicos, midiáticos e no ambiente trabalhista e sindical.

Assim, cada povo, cada país, cada Estado, ou união de Estados, têm direito a definir sua política agrícola e alimentar a qualidade e a sanidade dos produtos, bem como controlar a produção, para modificar em profundidade o modelo burguês de sociedade que espelha o destrutivismo da PAC e do capital. Razão do que essa é a essência do conceito de Soberania Alimentar.

Pelo mesmo motivo que a PAC não deve estimular qualquer forma de *dumping*, porém estabelecer como princípio fundamental a satisfação das necessidades do mercado interno e manter as explorações agrícolas viáveis à base da venda de seus produtos, o preço agrícola deve voltar a ocupar posição central na constituição da renda e não os subsídios, que distorcem os preços e os mercados.

Esse conjunto de questões põe em xeque as outras facetas do *dumping* econômico, denominado na cultura sindical de *dumping* social e/ou ambiental. A prioridade tem que ser hegemonizada pela produção alimentícia, com base local e regional, e não na exportação de produtos a baixo custo, e tampouco as negociações comerciais agrícolas em nível internacional devem continuar definindo as políticas agrícolas dos países e dos povos.

De mais a mais, há posições consensuadas em torno da retirada imediata da OMC desse âmbito e também dos serviços públicos, como saúde, previdência, energia, educação, água etc. Os documentos políticos dos congressos e resoluções de cúpula da Via Campesina, da CPE, do SOC, do SLG querem o fim da OMC (Retrato 32) e enfatizam a necessidade de efetivação da Soberania Alimentar, atrelada, pois, a processos de Reforma Agrária, nos países onde isso couber. No caso espanhol, o SOC vai mais longe, quando defende a ideia de que a terra não é de ninguém, pois é um dom da natureza e tem que ser propriedade coletiva da comunidade que nela vive e que nela trabalha. Tudo isso, como já vimos, associado à defesa da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar, do socialismo.

De um total de 5,2 milhões de agricultores que foram beneficiados com recursos públicos da PAC, em 2006, 80.430 (1,5%) receberam mais de € 50.000,00 e um total de € 7.564.999,00 ou 17% do orçamento comunitário, de € 44,4 bilhões; e 62% dos agricultores ficaram com menos de € 2.000,00 e somente 6,5% do orçamento total. Da mesma maneira, essa face da repartição dos recursos entre os produtores é também antecédida pela repartição entre os Estados-membros, o que demonstra as diferenças e magnitudes do direcionamento dos recursos públicos, com destaque para França, Espanha, Holanda e Inglaterra, que ocupam a faixa de 5 a 10 bilhões de euros, seguidos por um grupo intermediário, composto por Itália, Grécia e Irlanda, na faixa de 2 a 4,9 bilhões de euros, e os demais, nas faixas menores.

Ainda a esse respeito, devem-se salientar os efeitos em cascata das reformas da PAC, sobretudo a Agenda 2000 e, de forma mais sintomática a intermediária, de 2003, em relação à subida dos preços da terra. O ativo terra tem ocupado destacado papel no conjunto dos investimentos, em comparação às alternativas de aplicação no mercado financeiro e especulativo³²⁸.

Para constataremos o referencial concentrador da PAC, poderíamos tomar o exemplo da Grã-Bretanha, de sorte a ilustrar o conflito entre o interesse público e as ajudas (subsídios) direcionadas para a agricultura, via PAC. Para o setor produtor de cereais, algumas famílias recebem generosas quantias de ajuda pública da PAC e *engordam* suas fortunas, tais como a do Duque de Malborough, com sua exploração de cereais, que lhe permite receber pouco mais de € 540.000,00 anuais, mas não superam os € 993.000,00 que o príncipe Charles recebe por ser proprietário no ducado de Cornwalles e High Grove, enquanto a rainha Elisabeth II fica com € 796.000,00 e Richard Sutton, com uma única fazenda no condado Berkshire, recebeu, em 2004, € 1,7 milhão.

A França e a Alemanha estão em situação parecida. Conforme os dados oferecidos por Intermón-Oxfam³²⁹, 25% do total dos produtores, majoritariamente, familiares não recebem nenhuma ajuda, enquanto 15% das explorações maiores concentram 60% dos subsídios.

No caso específico da Alemanha, as desigualdades em relação à repartição dos recursos têm estimulado o debate público sobre a pertinência dos gastos da PAC, ou dos recursos públicos destinados à agricultura, porque os níveis de distorção naquele país expressam que os

³²⁸ A esse respeito, há diversos documentos publicados no Jornal *El País*, e nos indicadores divulgados junto ao Instituto Nacional de Estatística (INE).

³²⁹ Trata-se da publicação "Goliat contra David. Quién gana y quién pierde con la PAC en España y en los países pobres", 2004.

subsídios que recebe cada agricultor são 4,2 vezes maiores do que o salário médio de um trabalhador industrial³³⁰.

E para enriquecer esse cenário da barbárie da *indústria* dos recursos públicos para grandes proprietários de terra e empresas agroalimentares no arco de realização da PAC, apontamos o caso norte-americano, em cujo território 10% das maiores e mais rentáveis explorações ficaram com 72% dos recursos disponíveis nos programas de ajuda, significando uma média de US\$ 34.424 por receptor ao ano, no período de 1995-2004; por outro lado, o expressivo contingente dos produtores familiares, que representam 80% do total, receberam em termos médios US\$ 768 por ano, no mesmo período.

Por sua vez, considerando-se a situação espanhola, os números asseveram a escalaridade das desigualdades, porque, de um total de 900.260 agricultores que receberam subvenções públicas da PAC, 9.870 (1,1%) obtiveram mais de € 50.000,00, totalizando € 956.744,00 (22,36%), enquanto 62% receberam menos de € 2.000,00, e representam 7,7% dos recursos da PAC direcionados para a Espanha.

Os segmentos mais privilegiados da agricultura europeia são representados, na Espanha, por 303 beneficiários dos recursos públicos, os quais embolsam mais de € 300.000 por ano da PAC e demais fontes públicas. No total, absorvem € 398 milhões, o que indica uma ajuda média de € 1,31 milhão por ano, quantia semelhante à que é reservada para a agricultura em Moçambique.

No outro lado dos recebedores de recursos da PAC estão as explorações representadas pelos camponeses. Assim, em contraposição a esses gigantescos índices de concentração da destinação dos recursos da PAC que, na Espanha, recaem sobre as médias e sobretudo grandes explorações, para a expressiva maioria dos produtores há predominância das pequenas explorações (Tabela 5), sendo que somente no período de 2000 a 2005 desapareceram 40.000 unidades familiares. Nesse exercício comparativo, é importante ressaltar que os € 14,5 milhões com os quais são contemplados os sete maiores tomadores de recursos públicos equivalem à mesma quantia repartida com 12.700 explorações de tamanho pequeno.

Tabela 5. Distribuição dos Pagamentos Diretos por Estratos e Número de Produtores. Espanha – 2003

Tamanho das Explorações quanto às Ajudas Recebidas (€)	1000 €	Nº Produtores	% €	% Produtores
0 – 5.000	831.723	723.540	24	82
5001 – 20.000	1.297.448	133.940	38	15
20.001 – 100.000	1.001.640	27.830	29	3
100.001 – 300.000	252.067	1.690	7	0,19
300.001 e mais	62.505	130	2	0,01
Total Espanha	3.445.383	887.130	100	100

Fonte: UE, 2003; Intermón-Oxfam, 2004

De modo geral, 20% dos proprietários ficam com 80% dos recursos da PAC, sem que tenham o compromisso de produzir, ou seja, os maiores recebedores são as grandes empresas agrárias, os representantes da família real britânica, inclusive a própria rainha Elisabeth, enquanto, na

³³⁰ Idem.

Espanha, os duques e toda a linhagem da nobreza, além de outros grandes proprietários e latifundiários.

Podemos ainda salientar que, por trás dos pressupostos técnicos, tecnológicos, produtivos e dos coeficientes de produtividade que fundamentam o funcionamento da PAC e toda a engenharia dos números e dos indicadores, reforça-se o princípio de que quanto mais se produz e mais terra se possui, de mais apoio público se desfruta, se tem mais distorções e desigualdades.

Quando consideramos a magnitude dos recursos atribuídos às Comunidades Autônomas, constatamos que somente Castilha e La Mancha, Extremadura, Andaluzia, Castilha e Leon representam dois de cada três euros disponibilizados pela PAC, ou seja, 66,6% de todos os recursos: somente a Andaluzia significa 33,2%, o equivalente a € 1,57 bilhão, as duas Castilhas, com 15% cada, e Extremadura, com 10,0%. No extremo dessa configuração, encontra-se a Comunidade Autônoma da Galícia, que representa de forma marcante a escalaridade das distorções materializadas com a PAC, já que lhe coube apenas 1,5% do total das ajudas diretas da Espanha, ou € 74,0 milhões.

No caso da Galícia, é destacável a participação da pecuária no conjunto das atividades agrárias, significando 64,0 % do valor total da produção, com menor ênfase para o setor de carne, mas com crescente interesse pela produção de carne de ternera³³¹, de denominação geográfica protegida “Ternera Galega”, que, desde 1989, demarca um mercado em expansão. Da mesma forma que a luta pela defesa dos direitos de denominação de origem dos vinhos galegos diante das novas determinações da PAC. O maior destaque fica para o leite, com uma produção em torno de 2,3 bilhões de litros, ou 37,0% da Espanha (que representa apenas 3,0% da produção europeia), e uma receita de € 450 milhões, sendo que a estrutura produtiva também reflete o quadro de desigualdades que vimos demonstrando para o conjunto europeu e espanhol (Retrato 33). Está associado a esse quadro desigual, diferentes formas de produção e de utilização da terra na Espanha (Retrato 34). Essa comparação vale para a realidade europeia, tanto no que pudemos constatar *in loco*, mas, sobretudo, no que afirmam os estudiosos do assunto (MAZOYER, 2004).

A Tabela 6 nos permite compreender os principais aspectos que caracterizam a estrutura agrária galega baseada no minifúndio e as contradições da PAC que, enquanto política pública, ao invés de incentivar a produção de leite, associada à produção diversificada de gêneros de subsistência nas propriedades galegas que contam com a dedicação familiar, incentiva o abandono da produção e das terras e o avanço das áreas de reflorestamento³³². Vale lembrar, ainda, que as áreas de reflorestamento não se restringem às áreas de Monte, tampouco às áreas dos Montes *Vecinais*, senão que avançam para as áreas de lavoura.

Tabela 6. Explorações Leiteiras, segundo Número de Vacas. Galícia - 2004

	E s t r a t o s						Nº Vacas			
	1-9	10-19	20-29	30-49	50-99	100-199	200-299	330-499	> 499	Total
Nº de Explorações	4.134	9.991	5.231	4.443	2.256	311	36	9	0	63.411
Nº de Vacas	34.665	70.968	85.021	138.126	133.126	36.049	7.49	2.401	0	508.186
% Espanha	6,8	14,0	16,7	27,2	26,2	7,1	1,5	0,5	0,0	100,0

Fonte: Unión Europea, 2004.

³³¹ Os animais, na maioria machos, são abatidos com menos de 10 meses e com o peso controlado em torno de 200 quilos.

³³² A esse respeito, ver López Iglésias (2004).

Tal processo se agrava após os anos 1990, momento em que se registram os maiores índices de abandono da produção. Por exemplo, somente entre 1996 e 1999, partiu-se de 51.517 explorações leiteiras para 37.525. Sem contar o crescente abandono de terras e a difusão da agricultura a tempo parcial³³³ (ATP), amparada na complementação da renda familiar em duas frentes, em grande medida simultâneas: na realização de trabalho fora da exploração, não mais somente do chefe de família, e o papel destacado das pensões dos familiares aposentados³³⁴.

A escalada desse processo, que ocorre há décadas, ganha maior dimensão nos últimos vinte anos e caminha crescentemente para uma situação preocupante, tendo em vista a conjunção de fatores entre o distanciamento das políticas públicas para os camponeses – que vinculam a produção mercantil à qualidade dos produtos – e a diversificação de gêneros alimentícios e o elevado grau de envelhecimento dos trabalhadores labregos (camponeses) que permanecem à frente das explorações. Isso pode ser dimensionado também pela manutenção das Feiras Livres (Retrato 35) em praticamente todas as províncias da Espanha, com particular importância na Galícia, devido à presença marcante dos próprios labregos à frente da comercialização dos produtos e à manutenção das barracas que oferecem comidas típicas. Por conseguinte, o significado das pequenas unidades produtoras de leite pode ser dimensionado pelo número de vacas e, consequentemente, pela produção de leite.

A ausência de políticas sociais de amplitude social está colocando em risco a continuidade da vida comunitária camponesa na Galícia, assim como nas demais Comunidades Autônomas, especialmente as que compõem a Cornija Cantábrica (Astúrias, Cantábria e País Basco). Em contrapartida, tem-se a priorização das médias e grandes propriedades agropecuárias, por meio de ações concretas das políticas da PAC, que lhes assegura serem as únicas capazes de realizar os investimentos necessários para responder aos índices de produtividade e competir no mercado, para enfrentarem o rebaixamento dos preços e as imposições do mercado mundial.

Os principais desdobramentos da PAC e, em via de consequência, as ações do capital na agropecuária na Galícia, e de maneira mais geral no campo, em muito estão promovendo mudanças nas formas de uso e nos vínculos sociais e territoriais entre os trabalhadores, em particular os labregos e a terra. O histórico que formatou, na Galícia, o minifundismo se compõe de aspectos importantes para entendermos que as grandes propriedades fundiárias, desde a romanização, enfrentaram um abundante campesinato, que resistiu e logrou manter seu direito à terra.

As características específicas desse processo permaneceram como referência única ou predominante, enquanto valores que asseguraram a vida e o trabalho, na terra, sob a referência da propriedade individual territorialmente marcada pelo minifúndio, pelas pequenas parcelas de terra espalhadas, inclusive na mesma *parróquia*³³⁵.

³³³ Cf. LÓPEZ IGLÉSIAS, 1996; 2004.

³³⁴ A Fundação Carlos Chagas dispõe de Base de Dados Especiais sobre o Trabalho das Mulheres. Mais detalhes, ver: <http://www.fcc.org.br/mulher/index.html>.

³³⁵ As fontes bibliográficas utilizadas basearam-se em livros, documentos, coleções divulgadas nos jornais locais, bem como nas entrevistas por nós realizadas. Diga-se, pois, que as entrevistas foram muito importantes para que pudéssemos fazer os vínculos entre as datas, os processos e os fatos nas localidades, tendo em vista a conciliação desse aprendizado com as

A retomada dos montes para a gestão das comunidades de vizinhos, aliás, é algo muito característico da Galícia e de Portugal, onde tem validade o regime de propriedade baseado no direito consuetudinário e não nos parâmetros do direito romano.

Os papéis historicamente definidos para os Montes Vecinais, na Galícia, tão bem discutidos por Pereira et al. (1999)³³⁶, possibilitaram-nos compreender os significados atuais para os camponeses galegos. Isto é, os montes não são necessariamente geridos por camponeses, mas revelam muitas identidades. No entanto, o que predomina é o vínculo com a terra, ao modo específico de gestão do território identificada com o monte, sem a conotação das formas de vida e de trabalho tipicamente camponesas. A esse respeito, enfatizamos os aprendizados adquiridos junto às ações da Organização das Comunidades do Montes Vecinais em Mãos Comuns³³⁷, porque muito nos explicam dos aspectos do passado e das perspectivas de futuro, para o reordenamento territorial do uso da terra na Galícia.

Alguns historiadores e pesquisadores apontam a dissociação do uso e exploração do monte pelas comunidades camponesas e vecinais como o principal fator ligado à ausência de políticas públicas de valorização da atividade agropecuária, na Galícia, em particular no período franquista, da crescente e intensa emigração de camponeses para a América Latina, em especial para a Argentina, Venezuela, Uruguai e Brasil. Da mesma forma que a fragilização da produção camponesa que, quando se soma às medidas implementadas pela PAC, reflete o quadro de desagregação, fragmentação, enfraquecimento e desaparecimento das explorações, do abandono das terras e da diminuição da população camponesa, ano a ano.

Assim, a orquestração do desmonte da produção camponesa não é algo reservado à Galícia ou à Espanha, ou ao destrutivismo da PAC e aos demais países europeus, mas um processo que se territorializa pelas demais regiões do globo. Como vimos, esse processo é governado pelos poderosos órgãos de fomento do capital e dos interesses dos Estados nacionais e das classes dominantes, os quais influenciam e teleguiam as políticas públicas de grande parte dos países, em particular os temas agrários. As ações contemporâneas de resistência, expressas nos movimentos camponeses, espalhados sobretudo na América Latina, na África e na Ásia, põem em evidência que continua sendo equivocado avaliarmos que o posicionamento eurocentrista possa nos ajudar a entender o mundo de hoje, a escalaridade dos conflitos, a dimensão das demandas sociais dos trabalhadores desempregados, as alternativas organizativas, os mundos possíveis e a emancipação dos povos do metabolismo do capital.

As ações vivas dos camponeses, dos trabalhadores urbanos, dos desempregados refazem constantemente os caminhos do enfrentamento e da rebeldia do conjunto dos trabalhadores, que, portanto, se somam para enfrentar o destrutivismo da sociedade do capital e para construir novos referenciais de sociedade. O cenário ainda distante em relação à maturidade política dos trabalhadores, na perspectiva de classe, que encontramos durante a realização da pesquisa, na

visitações nas paróquias, nos pueblos, nas fincas.

³³⁶ A entrevista que realizamos com Dionísio Pereira foi fundamental para a condução da nossa investigação.

³³⁷ Obtivemos informações, documentos e publicações sobre a OCMVMC, e ainda temos mais de vinte horas de entrevista junto aos principais dirigentes, além da intervenção do presidente da entidade, durante sua participação no evento "A Questão da Terra na Península Ibérica e na Iberoamérica", que organizamos, no período de 26 a 28 de outubro de 2005, durante a vigência do Estágio de Pós-Doutorado.

Espanha e na Galícia, em particular, não nos fez desistir de continuar buscando novos interlocutores e oportunidades de outras pesquisas para renovar esses horizontes.

2.3.4. Reordenamento territorial no campo e a questão da terra

A convergência desses elementos abordados e seus significados históricos e territoriais para os camponeses, em especial, e para a sociedade de maneira geral, leva-nos a refletir sobre a complexa trama de relações que está se apresentando para os trabalhadores, sejam camponeses, sejam assalariados.

Uma parte dos desafios em relação à dispersão e fragmentação da ocupação da terra, na Galícia e na Espanha, de modo geral, foi entendida como sendo corrigível por meio de intervenção do Estado, do poder público na gestão do território ou, como é mais comum, do reordenamento do território rural.

Nesse sentido, por meio da concentração parcelária³³⁸, estão sendo implementadas ações para concentrar a *terra de trabalho*, ou a reestruturação do solo rústico com a finalidade de aumentar a sua rentabilidade, objetivando um melhor aproveitamento dos recursos. As novas funções e determinações das formas de uso da terra rural, como constam no artigo 56 da Lei 9/2.002, deverão ser delineadas pelo Plano Geral de Ordenamento Municipal, que delimitará o perímetro do arranjo da paróquia, do pueblo, assinalando o seu caráter público ou privado.

Mediante o reordenamento racional do terreno, constituem-se explorações de estrutura e dimensões compatíveis com as formas de uso e exploração desejáveis pelos interessados, suprimindo assim as explorações ou propriedades antieconômicas e aumentando então sua superfície, de sorte a oferecer novas unidades, as quais possam contar com infra-estrutura adequada de transportes e comunicação.

Os resultados de algumas ações da concentração parcelária podem ilustrar a dimensão do minifundismo predominante na Galícia, pois, segundo López Andión (1999), nas paróquias concentradas, a magnitude de concentração alcançou 5, 6, 7 vezes o estado original. Ou seja, a título de exemplo, em um caso concreto, passou-se de 3.055.287 parcelas (*fincas*), antes da concentração, para 535.485 explorações reorganizadas, donde o tamanho médio, respectivamente, passou de 0,1 para 0,56 ha.; o número médio de parcelas por proprietário diminuiu de 10,49 para 1,84. É por esse caminho que podemos entender como, na atualidade, existem 1.700.000 proprietários de terra rural (*fincas*), na Galícia, para uma população de 2,8 milhões de pessoas.

O dispositivo da concentração parcelária, desde o início de sua vigência, não tem apresentado resultados mais positivos, principalmente porque raramente está associado a um plano de ordenamento territorial que favoreça o fortalecimento e a autonomia da exploração camponesa. Na maioria dos casos, como apontam os estudos, as visitas e os depoimentos que obtivemos

³³⁸ A referência fundamental do processo de concentração parcelária é o Decreto 118/1.973, de 12 de janeiro, depois refundido à lei de reforma e desenvolvimento agrário, de 1985, a qual deu origem à promulgação da Lei 10/1.985, de 14 de agosto, de Concentração Parcelária para a Galícia, que está atualmente em vigor, também referenciada na Lei 19/1.995, de modernização de explorações agrárias, e o Real Decreto 613/2.001, de 8 de junho.

durante as entrevistas, a concentração parcelária tem seus objetivos desviados para favorecer interesses de poucos, que se aproveitam da situação para burlarem a legislação e praticar a especulação imobiliária com a terra rural, com fins urbanísticos, na construção de condomínios etc.

É nesse contexto que podemos situar a contemporaneidade da situação de milhares de camponeses, que, mesmo desejando se manterem na terra para produzir e tirar o sustento da família, convertem-se em agricultores em tempo parcial, porque têm que buscar fora das explorações outras atividades para complementar a renda familiar.

Tamanha irracionalidade, infelizmente, não é privilégio somente dos europeus ou dos espanhóis, tampouco dos galegos. A sociedade mundial está sendo estimulada a acreditar que o campo está em vias de acabar, e os camponeses, como obra do passado, só poderão ser entendidos desde os referenciais contemplativos e dos saudosismos, mesmo que as próprias estatísticas indiquem que metade da população mundial esteja vinculada à terra.

Assim, esses aspectos põem em questão o fato de um processo concentrador, ou de concentração parcelária, também produzir implicações que não se restringem às formas de uso agrárias da terra, pois, em determinadas zonas e por circunstâncias que se ligam a inúmeros interesses econômicos e políticos, há mudanças marcantes quanto à destinação das terras, sem que isso corresponda às reais necessidades dos camponeses, dos moradores. São notórios os campos de golfe, os condomínios para classe média e de alto luxo que se espalham por toda a Espanha, e que têm vínculo com os interesses de empresas e grupos imobiliários, de especuladores e da indústria da construção civil.

O aproveitamento do dispositivo da concentração parcelária, para desviar seus objetivos primeiros, tem mobilizado setores combativos dos trabalhadores, particularmente as organizações sindicais camponesas em toda a Espanha. No entanto, as ações mais direcionadas para medidas um pouco mais ousadas partem do Sindicato Labrego Galego, do Sindicato Basco (EHNE) e do SOC.

Entendemos que não se trata de acreditar e interpretar as estatísticas que apontam a diminuição crescente da população trabalhadora camponesa e da perda de sua importância no valor da produção, na participação do PIB, e que, portanto, a produção agropecuária deverá ficar ao encargo das empresas e o campo não necessariamente poderia ser exclusivamente rural, mas multidimensional. Igualmente não deveríamos acreditar que não se trata da adoção de medidas que interfiram na estrutura fundiária, porque a agropecuária necessita de políticas que garantam boas condições para produzir, produtores profissionais e tecnificados, financiamentos (ajudas, subsídios, dependendo do lugar a que nos referimos), estoques reguladores etc.

É exatamente nesse vértice que enfocamos a questão da terra em todo o planeta, nesta virada do século XXI. Aqui nos limitaremos apenas a destacar os vínculos entre os principais elementos que contemplam a questão da terra, como acesso, condições para produzir, reforma agrária e extinção dos princípios da propriedade privada.

O que nos motiva a enfatizar esses vínculos são os elementos mediadores presentes nos diferentes territórios em disputa e que têm, na terra, a centralidade dos conflitos sociais. Como priorizamos enfocar o processo social, a partir da primazia do conflito social, das contradições

imanentes à luta de classe, e que têm no trabalho nas suas diferentes formas de expressão a centralidade da relação capital x trabalho, não nos atreveríamos a fazer generalizações ou dissociarmos os diferentes significados que a terra tem, para os trabalhadores, nas localidades.

Ao contrário, com as atenções voltadas exatamente para dimensionar o movimento contraditório do processo social mais geral, é que nos propomos compreender que a questão da terra somente pode ser entendida como uma questão, se de fato pretendemos desvendar o estranhamento governado pelas evidências empíricas dos casos isolados e nas avaliações apressadas e enrijecidas nos modelos interpretativos (prévios), os quais nos querem fazer crer que a Reforma Agrária é um assunto para os países do Sul (subdesenvolvidos), tendo como única alternativa a adoção dos pacotes do BM (como a Reforma Agrária de mercado) e que, na Europa, a extinção dos camponeses é dada como certa, no mesmo tom de Abramovay (1992); portanto, falar disso é uma “tonteria” (bobagem).

As experiências que vivenciamos por meio da pesquisa que realizamos, tais como nossa participação em eventos, trabalhos de campo, visitas, entrevistas e o acompanhamento da bibliografia especializada nos possibilitaram captar outra realidade diferente daquela expressa na maioria dos textos acadêmicos, dos discursos dos políticos e dirigentes sindicais. Especialmente aqueles que não estão interessados em captar as mensagens e as indicações expressas nas manifestações e ações que demarcam um campo de intervenção, no cenário sindical, em algumas Comunidades Autônomas, como é o caso do SOC, na Andaluzia, e também em algumas regiões da França e Itália, como pudemos apreender das publicações da CPE, da Via Campesina e das entrevistas que realizamos junto aos dirigentes dessa agremiação.

Nessa perspectiva, também na Europa a questão da terra se apresenta e põe em “xeque” a produção, o abastecimento e a qualidade dos alimentos de primeira necessidade, em meio ao desmonte generalizado da estrutura produtiva camponesa, associada às políticas públicas que desprestigiam a produção autóctone, em detrimento dos circuitos longos, do mercado internacional, do consumo de insumos químicos, dos *fast foods*, da deliberada intenção de exterminar a resistência camponesa, para facilitar o despovoamento produtivo, político e cultural dos campos, apesar das novas funções que lhes estão reservadas. Tudo isso exatamente na medida em que sejam incorporados os valores e os modelos predefinidos de sociedade e de organização social e produtiva, como produto da modernidade.

Diante do exposto, a ideia que se tem é que, detendo um potencial tecnológico, as empresas seriam capazes de produzir alimentos a baixo custo e os elementos lúdicos da vida rural poderiam ser mantidos enquanto parte do turismo etc. Assim, retiram da pauta e massificam campanhas para vender a ideia de que qualquer ato em contrário é um retrocesso, é estar contra o moderno e a favor do arcaico, como, por exemplo, o chamamento da Reforma Agrária, concebido por esses artífices como descabido e irreal, ainda mais em termos europeus, sob o argumento de que o velho continente realizou a revolução burguesa, de sorte que o que resta a ser feito, a depender desse ponto de vista, são políticas voltadas para resolver problemas contingentes de produção. O restante – desemprego, desqualificação profissional, fome –, que seja objeto de políticas sociais específicas.

Dessa maneira, a questão da terra estaria blindada de qualquer tipo de “ataque-surpresa”, reservando-se às ajudas específicas dos órgãos de fomento do capital, como BM, FMI, direcionar recursos para os países do sul para ajudar a controlar as ações dos movimentos sociais, contendo os conflitos sob o controle dos acordos com os Estados e setores dominantes.

Portanto, ficar passivo diante dessa situação é o que mais querem os setores hegemônicos da burguesia, o capital em geral, mas é oportuno indagar se a essa artimanha da “contrarrevolução conservadora” não cabe opor, por parte dos trabalhadores e da classe trabalhadora, em particular, ações criativas que priorizem a emancipação de classe.

Esse, sim, é o caminho no qual devemos apostar e para o qual precisamos direcionar nossos esforços, nossas pesquisas, para fazermos valer o sentido histórico do capitalismo, ou seja, ajudar a *construir* seu fim, inserindo na agenda dos movimentos sociais algumas prioridades, tais como: Reforma Agrária, Soberania Alimentar, pleno emprego, auto-gestão, construção do socialismo etc. Apesar de incluirmos terra e trabalho no contexto da luta de classe, é sempre importante frisar que esses são elementos desafiadores. O que pretendemos trazer ao debate, com os casos espanhol e galego, foi demonstrar que a questão da terra é viva na Europa³³⁹, ao contrário do que os setores conservadores tentam convencer-nos.



Os estreitos vínculos existentes entre as diferentes questões integrantes da equação social que envolve as ações e políticas, em torno da questão da terra, das políticas públicas para a agricultura, e que vêm sendo reformadas e executadas ao longo dos anos, para sustentar a destrutividade implícita da sociedade do capital, fazem-nos pensar nos desdobramentos, nas implicações e nos desafios para os trabalhadores, em geral, em todo o mundo e para a maioria da humanidade.

Assim, se deslocarmos o assunto dos referenciais da agenda preconizada pelos artífices da PAC, da *Farm Bill*, do BM, FMI e, sobretudo, da OMC, amparados na visão neoliberal e na desregulação dos mercados, é possível recolocarmos a questão das políticas públicas sob a regência da agricultura camponesa, ecológica, duradoura, estruturalmente definida sob os rigores da Soberania Alimentar e, por conseguinte, sob uma nova configuração de sociedade.

É possível também que possamos vislumbrar outras formas de organização do trabalho no campo, como os jornaleiros da Andaluzia, os quais, por meio de cooperativa, são proprietários da terra e das unidades de processamento/produção agroalimentar, todavia não têm na unidade familiar a organização do trabalho, tampouco a terra como instância da fixação da família, da morada.

Esse é o principal aspecto que colocamos em xeque, pois o que se apresenta para toda a sociedade e para os trabalhadores, sejam camponeses, sejam assalariados, é a adoção de um projeto único de gestão social, de valores, de regulação, que se propõe eliminar a agricultura

³³⁹ É importante reforçar, nesse caso, o acúmulo de discussões que foram realizadas durante o evento que pudemos organizar em Santiago de Compostela, em outubro de 2005, “A Cuestión da Terra na Península Ibérica e Iberoamérica: Actualidades e Desafíos”. Ver: Thomaz Júnior et al. (orgs.), 2008.

camponesa, a vida comunitária, os valores de solidariedade, em nome do “moderno”, *do sabor único*, da mercantilização da vida, em todas as dimensões, e sob o rígido controle de cinco grandes empresas transnacionais.

Nessa mesma medida, a possibilidade de avançar pautas de discussão conjunta com outros setores organizados dos trabalhadores é algo a ser construído. Algumas iniciativas são implementadas, porém a “preservação” dos nichos de atuação política é apresentada como código de ética, de princípios, de respeito e de solidariedade³⁴⁰.

O que podemos ressaltar é que esses elementos são centrais para o trabalho de pesquisa e, conseqüentemente, das organizações dos trabalhadores, porque estamos diante de projetos distintos de sociedade.

Faz-se necessário, então, assumirmos que o projeto que tem na PAC sua esfera de determinação não serve para os camponeses, tampouco para a maioria da população, em especial para a realidade que se consuma com a entrada dos países da Europa Central e Oriental (PECO's) na UE, porque apresentam estrutura social mais fortemente agrária, com fragilidades estruturais mais marcantes e conformação histórica das organizações sindicais e representativas dos camponeses vinculadas ao período de hegemonia dos Partidos Comunistas e do comando do partido único.

Para sintetizar essas preocupações, poderíamos elencar alguns dos principais elementos, que, aliás, compõem as bandeiras de luta e perspectivas de organização. Destacaríamos a Soberania Alimentar como um direito de cada nação, de cada povo, para manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos que têm a ver com suas necessidades, respeitando a diversidade produtiva e cultural.

Além disso, a prática da agricultura ecológica fundada nos princípios da Soberania Alimentar e na defesa da agricultura familiar camponesa pode sinalizar a emancipação dos camponeses e trabalhadores assalariados europeus das amarras e da dominação do grande capital que se mobiliza por meio da PAC e absorve expressiva fatia dos recursos públicos oriundos de todos os contribuintes europeus. Tais recursos são capitaneados para articular de maneira simultânea o fortalecimento do modo empresarial de produção, do privilegiamento dos interesses das grandes empresas, dos grandes proprietários de terra e a destruição da estrutura camponesa de produção, da produção em pequena escala e sustentável, e o conseqüente aumento do desemprego e da exclusão. Nesse sentido, os princípios pelos quais se defende um *mundo rural vivo*, na Europa, só podem ser efetivamente verdadeiros se, no âmbito do trabalho, houver indicações e atitudes que marquem posição em termos da solidariedade de classe com os agricultores, com os camponeses e operários de todo o mundo.

Lutar por políticas públicas capazes de priorizar os princípios que apontamos, em torno da defesa da agricultura camponesa, deve mobilizar não somente camponeses assalariados rurais, mas o conjunto dos trabalhadores que se apresentem para ajudar a construir outro mundo possível, que negue a propriedade privada e que assevere a emancipação dos povos como radicalidade necessária e primeira. Embora esteja claro que esses assuntos contêm mais elementos complicadores, em essência, o que nos é central está na razão direta das suas implicações no

³⁴⁰ Durante a realização das entrevistas, obtivemos esses depoimentos de sindicalistas e trabalhadores das diferentes agremiações sindicais e, portanto, das distintas composições ideológicas.

cenário do trabalho, ou das diferentes expressões do trabalho, que se evidenciam no ambiente produtivo do campo, e nas contradições que dão sentido e conteúdo à existência da luta de classes, onde quer que se manifeste.

Nesse sentido, as atenções para o que se passa no mundo do trabalho requer além dos posicionamentos emancipatórios e libertários, que tenhamos direcionamento e sistemática nas pesquisas – e sempre que possível que tenha espalhamento para outros níveis da realidade, principalmente na América latina – para que possamos compreender, por meio da dinâmica geográfica do trabalho, as contradições que redefinem os processo que atingem direta e duramente o espaço de relações da existência, as fragmentações decorrentes e o necessário refazer do internacionalismo de classe.

Eixo 3. Fragmentação da Práxis Social do Trabalho pelo Capital

As novas *ofensivas* do capital sobre o trabalho, para fortalecer/manter a sua hegemonia, se expressam de diferentes maneiras, entre as quais estão o controle das lutas sociais (do conflito), a desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, ou da fragmentação da práxis social do trabalho, a intensificação da precarização da força humana que trabalha etc.

As relações informais de trabalho se fazem sentir com mais intensidade e magnitude por meio das marcas profundas da precarização, manifestadas na informalidade, ainda que não devam mais ser entendidas como um simples depósito de força-de-trabalho que atua autonomamente³⁴¹. Ao contrário, essa autonomia da informalidade é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital, que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos da delimitação capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal.

Portanto, a informalidade, assim como todos os desdobramentos nas relações de trabalho ou que afetam a classe trabalhadora, tanto dentro quanto fora do trabalho e, assim, a práxis social do trabalho, reavivam ininterruptamente o processo metabólico do capital.

A título de exemplo, poderíamos focar o trabalho domiciliar, mediante a vigorosa extensão da *reificação* a todos os planos da vida (dentro e fora do trabalho), juntando no mesmo espaço de relações (exploração e dominação) a *camelotagem* (complexa dimensão da fluidez do trabalho na circulação das mercadorias pirateadas), passando pelas formas de expressão do trabalho informal.

Percebemos que a informalidade não só se complexificou, mas ampliou sua esfera de abrangência e se encontra vinculada às *novas* formas de organização da produção, como às atividades oriundas da tecnologia de informação (TI), do *telemarketing* e seu par ontológico, o *telework*, e também naquelas que entendemos representar formas regressivas de trabalho, particularmente nas atividades que envolvem ganho por produção, como no setor de confecções, e em tantas outras que se alastraram e já ganharam reconhecimento de normalidade.

Atualmente, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) está acrescentando a esse cenário o formato do Arranjo Produtivo Local (APL), no Estado do Paraná. Conceitualmente, é definido como a aglomeração de um número expressivo de empresas que atuam em um mesmo espaço (município, região), em torno da mesma atividade produtiva (principal), bem como de empresas correlatas e complementares, já na qualidade de fornecedoras de insumos, equipamentos, consultoria, serviços.

Através do projeto de Tese de Doutorado “Trabalho produtivo a domicílio e trabalho reprodutivo doméstico em Terra Roxa (PR): horizontalização do capital e as novas expressões da dinâmica territorial do trabalho precarizado feminino no século XXI”, sob a responsabilidade da professora Terezinha Brumatti Carvalhal, estamos tentando entender os mecanismos e ações implementados pela iniciativa privada, pelo capital, e pelo Estado, no caso, o governo do Estado do

³⁴¹ Para mais detalhes, ver Malagutti (2000).

Paraná, que se juntam para estabelecer novo arranjo para a organização do espaço produtivo e de controle do trabalho.

Essa pesquisa está indicando que, apesar da concorrência e dos procedimentos usuais de superexploração do trabalho, atrelados a coeficientes de produção e de produtividade, mais severos do que nas empresas tradicionais, há vínculos de articulação, interação e cooperação entre as empresas. Da mesma forma, o Estado ocupa papel fundamental, tanto na garantia de parte das reivindicações no âmbito da infra-estrutura e logística, como também, apoio técnico e financeiro. Tanto é que o governo Requião ordenou que a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) atuassem em sintonia com as demandas de expansão dos APL's (Retrato 36).

No Estado do Paraná, há 22 APL's, que agregam 2.600 empresas, distribuídas em 92 municípios divididos em diversos ramos de produção. Somente o segmento têxtil-confecção paranaense concentra cerca de 4.647 empresas, empregando 67.426 trabalhadores industriais, representando 14% da mão-de-obra industrial no Estado, sendo o segundo maior gerador de empregos. As inovações na gestão também chegaram nos APL's por meio de planejamento estratégico, que prevê a qualificação das ações do *staff* gerencial, treinamento de mão-de-obra, ações agressivas no âmbito do *marketing*, aprimoramento dos produtos e a participação em feiras e eventos, no Brasil e exterior³⁴².

É importante destacar que esse novo formato de organização da produção mercantil tem, de um lado, enraizamento na defesa dos mecanismos de desenvolvimento local e regional, fundamentado no APL, enquanto arranjo capitalista de apropriação do território e, de outro, a utilização de mecanismos que resgatam procedimentos regressivos e formas assemelhadas de trabalho degradante, à base de índices altíssimos de informalidade, pela via do trabalho domiciliar. O local de morada, da reprodução é o local do trabalho, da produção (Retrato 36).

Essa experiência da descentralização da produção, ao revés do fordismo ou da produção verticalizada, ganha um elevado grau de generalização através da expressão desfordização. Esse novo formato, se pensarmos no setor de atividade fabril e laboral de confecções, se espalha por várias regiões do Paraná e passa a se identificar, do ponto de vista operacional e organizativo, às expensas da divisão do trabalho, como por exemplo, moda jovem, moda masculina, moda bebê, como é o caso em estudo etc. Outra característica interessante do formato APL é que, como a maioria das firmas é de pequeno porte, para sobreviverem têm que apresentar produtos diferenciados para conquistar espaço no mercado competitivo e exigente. Então, aglomeram-se em determinadas regiões, e são chamadas de *cluster* ou distritos industriais, que por sua vez complementam-se em redes de interação, também denominadas *networks*.

Os APL's fazem parte do processo de (re)divisão territorial do trabalho, ensejada pelo capital por meio da especialização produtiva, sendo que determinadas regiões se tornam especializadas. Essa concentração espacial de setores específicos é o que vai gerar uma economia de escala. Nesse sentido, a economia global é vista como um mosaico de sistemas de produção

³⁴² Cf. BRUMATTI CARVALHAL, 2008.

regionais especializados e não apenas como uma justaposição de economias nacionais (BENKO, 1999).

Ao ampliar-se, a economia informal conforma-se muito mais diversificada, tornando-se campo de atuação também de pequenas e médias empresas e não só de trabalhadores autônomos, já que o principal traço da informalidade passa a ser o não regramento ou controle pelo poder público, isentando-se do recolhimento das taxas e dos devidos tributos.

Malagutti (2000) alerta para as complicações atuais no entendimento do que vem a ser o trabalhador informal, porque a formalidade e a informalidade, ao coexistirem de forma indissociável, produzem situações em que o trabalhador pode ao mesmo tempo desenvolver e obter rendimentos em atividades formais e informais.

Em “A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI” (Texto 3), desenvolvemos a ideia de que as atividades informais não são apenas permitidas, mas vêm sendo incentivadas, pois, conduzidas mais de perto pelo capital, podem ser até mais lucrativas que as atividades formais, tendo em vista os diferentes nexos (integração/subordinação) que mantêm com a expansão e acumulação de capital, uma vez que também liberam os empresários das relações de assalariamento e, em decorrência, dos encargos ou dos custos sociais fundados no vínculo empregatício.

As pesquisas nos têm evidenciado que a informalidade, particularmente focada enquanto *camelotagem*, tem deixado de ser um campo de ocupação dos incapacitados física, educacional ou tecnicamente, assumindo novas dimensões e características no que diz respeito à força de trabalho ocupada. As entrevistas têm evidenciado essa constatação, já numa sequência temporal que teve início em 2002 e estendeu-se até 2008.

Vale dizer que o aumento crescente dos trabalhadores camelôs, principalmente nas áreas centrais das grandes e médias cidades brasileiras, sobretudo a partir da década de 1990, se coloca, nesta virada do século XXI, como uma das principais questões para aqueles que buscam compreender a dinâmica territorial do trabalho no Brasil, ou seja, as contradições que redefinem as múltiplas determinações das formas geográficas do trabalho, expressas no movimento dialético de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Os resultados do Projeto de Pesquisa “Informalidade e precarização do trabalho: A *camelotagem* em Presidente Prudente”³⁴³, sob responsabilidade do estudante Ivanildo Dias Ribeiro, sinalizaram algumas facetas dessa especificidade do trabalho. Uma a ser destacada é que a expansão e a heterogeneização do trabalho, na esfera da informalidade, se enraíza no processo atual de crescimento da exclusão no mercado formal de trabalho, que, por sua vez, tem um amplo rol de determinações, que, diferentemente combinadas, (re)desenham ininterruptamente o fenômeno do trabalho informal.

O que podemos perceber é que o acirramento das atuais condições sociais e econômicas, em nosso país, que exercem um efeito negativo no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nas condições de vida da classe trabalhadora, deixa como única saída para parte

³⁴³ A vigência desse projeto, sob nossa orientação, esteve associada à concessão de Bolsa IC/PIBIC/CNPq; todavia, essa experiência foi antecedida por Estágio Não Obrigatório, finalizado em agosto de 2003, o qual possibilitou ao estudante amadurecimento para avançar na pesquisa.

crescente dos trabalhadores a busca de atividades por conta própria, a informalidade em seu sentido amplo. Ao ingressarem na informalidade, geralmente atividades realizadas fora da regulação estatal, os trabalhadores ficam excluídos da possibilidade de usufruírem dos direitos trabalhistas, como aposentadoria, seguro-desemprego, férias, 13º salário etc., licença-gestante, reservados aos trabalhadores legalizados (formais).

Os elementos que redefinem a informalidade, neste princípio de século XXI, nos levam a refletir sobre as mudanças em marcha no mundo do trabalho, o que exige urgente reconceitualização do trabalho informal. As formas de trabalho precarizado possuem fronteiras cada vez mais tênues entre formais e informais, sendo necessário desvelar os “*fiões invisíveis*”³⁴⁴ da produção capitalista, pois são partes da mesma organização produtiva, o que caracteriza, nos tempos atuais, uma *nova informalidade*.

Tavares (2004) defende que, atualmente, as fronteiras entre o formal e o informal são cada vez menos perceptíveis, pois são partes da mesma organização produtiva, caracterizando-se nos tempos atuais uma *nova informalidade*, visto que “o trabalho informal cumpre a mesma função do formalmente assalariado, que desenvolve a sua ocupação na indústria, nos ramos comerciais e/ou financeiros, sob uma explícita relação empregado-empregador” (p. 19-20).

O aparecimento de novas configurações de trabalho precário, que vemos expandir-se em todo o país e na escala mundial, como constataam os pesquisadores³⁴⁵, complexifica a dimensão do trabalho ligado à economia informal³⁴⁶, que passa a ser o campo de atuação de grande parte dos trabalhadores marginalizados, pelos mais diversos motivos, do mercado formal de trabalho³⁴⁷. Os resultados de pesquisa, publicados no Mapa do Trabalho Informal do Estado de São Paulo, sinalizam que os trabalhadores mais precarizados “têm um lugar na cadeia produtiva, seja atuando no escoamento de produtos de todo tipo, realizado pelos vendedores ambulantes e de ponto fixo (camelôs)”; no entanto, isso se dá de maneira precária, “além de não garantir acesso a direitos sociais e trabalhistas básicos, para a maioria dos trabalhadores informais [...]” (JAKOBSEN et al., 2000, p. 9).

É nessa busca pelas condições mínimas de vida que se avolumam as atividades exercidas por um grande número de trabalhadores e que estão ligadas à economia informal, sendo que, destas, a que assume visivelmente maiores dimensões é o comércio informal de mercadorias das mais diversas procedências (industrializadas ou não, contrabandeadas, *pirateadas*, nacionais ou importadas), realizando-se geralmente tais atividades em barracas fixas ou móveis, instaladas em logradouros públicos, como praças, calçadões, áreas centrais das cidades.

Assim, os locais escolhidos, ou os lugares de grande fluxo de pessoas, que reúnem os potenciais compradores, são alvos de disputa entre os próprios trabalhadores, destes com os

³⁴⁴ Cf. TAVARES, 2004.

³⁴⁵ Cf. MALAGUTI, 2000; ALVES, 2000; CHESNAIS, 1998; CASTEL, 2003.

³⁴⁶ O sociólogo Bruno Durães (2006) apresenta, em sua Dissertação de Mestrado – intitulada *Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI* –, rica contribuição sobre esse assunto, quando se propõe entender as semelhanças e diferenças entre a realidade dos trabalhadores de rua, de Salvador da época colonial, para os ambulantes da reestruturação produtiva do século XXI.

³⁴⁷ Segundo Matoso (1999), o Brasil tinha, em abril de 1999, apenas 18,3 milhões de assalariados regidos pela CLT, contribuindo para o INSS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. De acordo com o autor, trata-se de um número muito baixo, se considerarmos, à época, uma população de 170 milhões e uma população economicamente ativa de 70 milhões de trabalhadores.

comerciantes legalmente estabelecidos e, não raras vezes, entre os trabalhadores e o poder público e também entre os próprios trabalhadores (camelôs), para assegurarem o controle do *boxe* e a comercialização de determinados produtos, com o propósito de eliminarem a concorrência.

Em alguns casos, o poder público está criando *lugares especiais* e exclusivos – utilizando a terminologia genérica de *camelódromos*, para a instalação das barracas. Estas também são denominadas de *Barraquinhas do Paraguai*, algo semelhante à maioria das cidades brasileiras, numa alusão ao comércio predominante no país vizinho, mas, para requintar o assunto, a expressão *Shopping Popular* também tem sido mais bem aceita tanto para consumidores quanto para os próprios trabalhadores, como é o caso de Presidente Prudente (SP).

Para os camelôs que geralmente trabalham por conta própria, posto que há casos em que trabalham para terceiros, como tem sido constatado para outras regiões do país³⁴⁸, a informalidade não se restringe, na maioria dos casos, à condição de trabalho.

Em “Informalidade e precarização do trabalho no Brasil”³⁴⁹ (Apêndice 8), apresentamos os principais elementos que redefinem, a partir dos anos 1990, a informalidade no Brasil, sua materialização em Presidente Prudente e em outros centros urbanos, e as ações que são dirigidas pelas diversas instâncias do Estado.

O confinamento desses trabalhadores a lugares previamente definidos, como os *camelódromos*, os distancia dos melhores lugares para a venda dos produtos, pois, na verdade, são *escanteados*, tendo em vista o poder de pressão dos lojistas, comerciantes e das entidades de organização desses segmentos, como os casos de Presidente Prudente e Marília, que foram objeto de investigação da Dissertação de Mestrado “Dinâmica geográfica da *camelotagem*: a territorialidade do trabalho precarizado”³⁵⁰, sob a responsabilidade do professor Ivanildo Dias Rodrigues. As atenções voltadas para o circuito da *camelotagem*, que inclui o camelô propriamente dito, mas também outros sujeitos e seus papéis, que em alguns casos também são protagonizados por aqueles, (sacoleiros, laranjas, carrinheiros, *paseros*, condutores, *cajeros*, *mesiteros* e *barqueros*, todos trabalhando de forma articulada), pudemos apreender a amplitude escalar dos negócios, as especializações do trabalho, os níveis de exploração, manipulação, coerção, esquemas e estruturas de poder que mantêm estreitas relações com o aparelho do Estado, incluindo ações específicas para fechar o cerco a esses trabalhadores, capturar suas mercadorias, para em seguida reinseri-las no mercado.

É parte desse processo o sistema de fornecimento para os lojistas e comerciantes, inscritos na economia formal, aliás, os mesmos que criticam e combatem duramente a existência dos ambulantes ou camelôs, como usualmente tem ocorrido. Ou seja, utilizam do mesmo expediente clandestino de aquisição de mercadorias, que por sua vez, acelera o mesmo circuito da circulação que o Estado alega estar estrangulando a economia nacional, sob a justificativa de proteção ao consumidor e comerciante legalizado.

³⁴⁸ Cf. GONÇALVES, 2000.

³⁴⁹ Esse texto foi escrito em coautoria com o doutorando Marcelino Andrade Gonçalves, para ser apresentado no V Colóquio Internacional de Geocrítica, realizado na Universidade de Barcelona, em setembro de 2002, e está publicado na *Revista Eletrônica Geocrítica*, v. 6, n. 119. Universidade de Barcelona, 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-marth.htm. À época, o doutorando se dedicava a investigar a *camelotagem* no Oeste paulista, também sob nossa orientação.

³⁵⁰ Esse projeto foi finalizado, e a Dissertação de Mestrado defendida em setembro de 2008, com o apoio da FAPESP.

Os conflitos oriundos dessa forma de controle da informalidade têm sido de elevada magnitude, valendo, pois, para diversas regiões do Brasil. De um lado, exige que os trabalhadores informais abandonem a informalidade, mediante a declaração das mercadorias que comercializam, demonstrando igualmente a importância da contribuição previdenciária; de outro, ao não apresentar alternativas concretas às situações de informalidade, na medida em que se intensifica a fiscalização, amplia-se a instabilidade dos ganhos e o caráter de ilegalidade das atividades informais.

Os órgãos públicos responsáveis pela formulação de políticas, fiscalização e gestão do trabalho e do emprego, nas escalas local, regional e nacional, reconhecem a importância quantitativa do grande número de trabalhadores que atuam na informalidade, por isso, em certa medida, admitem a existência de um problema social. Contudo, via de regra, as políticas voltam-se para tributar os trabalhadores informais, seja nas mercadorias que comercializam, seja na tentativa de agregar esses trabalhadores aos aparatos do Estado, como a Previdência Social³⁵¹.

Nesse contexto, faz sentido ponderar que, para o futuro, não será mais suficiente aos camelôs lutarem ou aceitarem um boxe num *camelódromo*, ou mesmo lutar por um espaço nas ruas e calçadas, pois terão de construir territórios para resistir à avalanche legalizadora do formato oficial que o capital, através dos lojistas (que representam os pequenos e médios comerciantes) e as médias e grandes redes de comercialização (representadas por grupos e cadeias varejistas) impõem para se manter à frente do controle e gestão do território, pré-fixando normatizações para o que pode e o que não pode ser comercializado, por exemplo, roupas, calçados e vestuário em geral, eletrônicos, suprimentos de informática, pequenos eletrodomésticos, cigarros, bebidas etc.

Por dentro do circuito da informalidade representada pela *camelotagem*, podemos apreender, a partir das categorias marxistas de *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo*, as complexas tramas do trabalho que ultrapassam a mera descrição das identidades formais das profissões ou habilitações. Ou seja, tanto para o trabalho cujos trabalhadores desenvolvem, por exemplo, atividades de corte e costura, colagem de couro e borracha, produção de calçados, brinquedos e confecções etc., sob o comando das indústrias dos respectivos ramos de produção, quanto aquele tipo em que eles estão inseridos nas diversas atividades de comercialização dessas mesmas mercadorias, o conjunto dessas relações de trabalho foi transformado em relações informais (parcial ou integralmente), motivadas pela redução de custos, mudanças nos processos de trabalho, novas concepções gerenciais, organizacionais e novos tipos de trabalho.

Consideramos ainda que as delimitações do trabalho como formal ou informal não fazem com que este deixe de ser um trabalho estranhado. Assim como as mercadorias que não passam pelo crivo da tributação ficaram conhecidas como mercadorias “piratas” não deixam de ser mercadorias *fetichizadas*, portanto estranhadas.

A informalidade também pode ser focada, pela face dos empreendimentos. Assim, no Brasil, existiam, em 2003, 10,3 milhões de empresas informais, que geravam empregos para

³⁵¹ A partir do ano de 2007, passa a vigorar o Decreto 6.042/2007, que versa sobre a redução da alíquota de 20% para 11% da contribuição dos trabalhadores autônomos. Com esse decreto, o INSS pretendeu diminuir o número de pessoas que trabalham no mercado informal e não recolhem a contribuição previdenciária, ficando à margem da seguridade social, ao não ter direito aos benefícios e serviços oferecidos pela Previdência Social. Trata-se do Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, em vigor desde 2 de abril, para beneficiar trabalhadores de baixa renda.

aproximadamente 14 milhões de trabalhadores³⁵². Esses números poderiam causar mais estranheza se considerarmos que foi a segunda vez que essa informação foi coletada e divulgada, o que reforça o fato de que o trabalho informal não compõe as séries estatísticas nacionais, apesar do destacado impacto na economia e na vida das pessoas.

Em comparação à primeira pesquisa, de 1997, quando se contabilizou 9,5 milhões de informais, o crescimento de 9%, representou em relação total para 2003 (10,3 milhões), que 88% representam empreendedores sem empregados, o que enfatiza o aspecto individual da informalidade, e apenas 12% são formados por pequenos empregadores. Já quanto ao local de funcionamento, somente 27% dos empreendimentos trabalham dentro de casa, e 65% atuam fora do domicílio, enquanto que os 8% restantes exercem suas atividades nas duas situações.

Por conseguinte, não há nenhuma disjunção, desde o ponto de vista da reprodução ampliada do capital, no fato de representar os interesses de empresas que operam legalizadas e daquelas que operam parcial ou integralmente no circuito da ilegalidade, ou na produção de mercadorias que irão se vincular aos circuitos de contrabando e comercialização ilícita, associando-se às tramas da *camelotagem*.

Das primeiras constatações das pesquisas sobre a informalidade, pudemos compreender que uma grande quantidade de mercadorias *pirateadas* adentra as fronteiras do Brasil, o que tem levado, muitas vezes, a grande imprensa a noticiar os camelôs como responsáveis pela pirataria. Porém, no nosso entendimento, a *camelotagem* e a pirataria não existem uma para a outra, de sorte que as mercadorias transacionadas e não tributadas encontram no trabalho (atividade laboral) dos camelôs, não na sua individualidade, mas no seu conjunto, um forte potencial de comercialização.

Não obstante, as mercadorias comercializadas pelos camelôs, via de regra, não são objeto de tributação e de nenhuma outra forma de controle fiscal adotada pelo Estado, o que não impede a sua comercialização e muito menos a realização do objetivo fundamental dos setores hegemônicos do empresariado envolvidos nessa trama de relações: a garantia da reprodução do capital aplicado na sua produção. Ao contrário, permitem que as mercadorias sejam comercializadas em grandes quantidades, sem nenhum ônus ou custo adicional para as empresas fabricantes, pois estas não têm obrigação ou gastos com a força de trabalho empregada na comercialização de seus produtos.

A mercadoria possui uma dimensão objetiva, em que ela não se sente *constrangida* pelas prescrições institucionais ou qualquer adicionante de conteúdo moral, portanto uma mercadoria, mesmo não passando pelo crivo da tributação, no caso das mercadorias “piratas”, não perde sua característica principal de ser valor de uso e valor de troca, constituindo, assim, fruto da exploração de trabalho socialmente combinado e alvo da produção de mais-valia e acumulação ampliada de capital.

³⁵² Cf. IBGE (2005), “Pesquisa Economia Informal Urbana”. O IBGE, para proceder essa pesquisa que cobriu amostra muito significativa, envolvendo mais de 54 mil domicílios em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal e gerar as informações, fez parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). É importante registrar que o IBGE define como informais as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, que moram em áreas urbanas e devidamente registradas junto à Receita Federal, com eventuais trabalhadores com carteira assinada, portanto com enunciado muito diferente do conceito tradicional, ou seja, sem registro. Se assim fosse, segundo a própria pesquisa, o número de informais no Brasil seria de 9,1 milhões.

Nesse sentido, o trabalho informal, como se encontra atualmente, deve ser entendido como parte integrante do movimento de reprodução ampliada do capital, por não se restringir apenas às condições de trabalho, sendo importante também o movimento de compra e venda das mercadorias, fato que permite aos camelôs, na maioria das vezes, estabelecerem os seus negócios. Na verdade, se estes tivessem que arcar com as despesas tributárias exigidas para a legalização do seu empreendimento, se eles fossem obrigados a pagar os impostos devidos pelas compras e vendas das mercadorias, ficariam impedidos de se estabelecer.

Nesse particular, com a construção da nova aduana³⁵³, em Foz do Iguaçu, o governo pretende controlar 100% do fluxo de cerca de 40 mil pessoas e 20 mil veículos que cruzam a Ponte da Amizade, diariamente. Até o ano de 2006, menos de 20% desse total eram fiscalizados na antiga aduana. Agora, a intenção da Receita é verificar 100% das cargas transportadas em ônibus, veículos particulares, carrinhos de mão. No mesmo ano, haviam sido cadastrados 200.000 “sacoleiros”, 13.000 “laranjas”, 5.000 dos quais foram retirados de circulação.

Poderíamos vincular a informalidade ao fenômeno da intensificação da precarização do trabalho e do desemprego, que irrompem na última década do século XX. O fenômeno do desemprego pode facilmente ser observado na maior parte das cidades brasileiras, sendo que é nessa viragem do século XXI que se intensificou o processo de crescimento do número de camelôs nas grandes e médias cidades brasileiras, articulado, pois, a outras expressões de trabalhadores informais (domiciliares, catadores de papel e papelão, ambulantes, por conta própria etc.). Os camelôs assumiram, com suas barracas, vários locais e espaços públicos nas cidades, passando a ser um elemento marcante da paisagem e um indicativo das mudanças do mercado de trabalho local/regional.

As pesquisas nos têm permitido entender os sentidos teóricos do conceito de *camelotagem*, agora com as atenções para as relações contraditórias que encerram significados diferenciados para diversos tipos de ações laborativas, não importando se informais e/ou imersas nas operações de contrabando, pirataria etc. Apreender a dinâmica geográfica do trabalho diretamente relacionada ao conjunto das atividades informais vinculadas aos camelôs, ou especificamente o consorciamento das *especializações* que se encerram na *camelotagem*, tem sido diferencial para a nossa formação. Com base empírica nos camelódromos de Presidente Prudente e Marília e com as atenções para inúmeras outras pesquisas congêneres, no Brasil, além das visitas em diversas cidades brasileiras, estamos tentando dar conta de entender as contradições que edificam a malha de relações e dão identidade à dinâmica geográfica do trabalho envolvido nessa atividade, tais como, a origem laboral desses trabalhadores represados na informalidade, os papéis específicos dos sacoleiros, motoristas de transportes clandestinos, laranjas, carrinheiros, passeros etc. (Retrato 37).

Esse estudo está sendo muito importante para repormos em questão a fluidez com

³⁵³ A nova aduana brasileira conta com área de 8,4 mil m², com um investimento de aproximadamente R\$ 13,5 milhões. Estão previstos 200 fiscais para garantir funcionamento 24 horas, 7 dias por semana. Contém 7 pistas (4 para carros, 1 para ônibus, 1 para motos e 1 para pedestres). Possui um banco de dados com o nome de aproximadamente 200 mil camelôs e sacoleiros e 12 mil “laranjas”, além de um *software* “inteligente”, desenvolvido por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), que analisa as imagens captadas pelo sistema de câmeras da aduana e identifica indivíduos “suspeitos”. A segunda etapa das obras de modernização no sentido Foz do Iguaçu/Ciudad Del Este, orçada em R\$ 5.561.072,00 já foi concluída. O governo brasileiro ainda oferece apoio financeiro de US\$ 3.000.000,00 para reforma no lado paraguaio. Disponível em: www.sopabraguaia.blogspot.com. Acesso em: 29 mai. 2007.

que assalariados autônomos refazem constantemente o desenho societal da classe trabalhadora. Como já discutimos na Parte I, é por esse caminho que desejamos extrapolar sua compreensão para além dos rígidos limites das atividades laborativas formais. Isto é, além de considerarmos a plasticidade existente entre atividades laborativas formais e informais, esta pesquisa, depois de concluída, nos possibilitará entender com mais precisão e rigor a divisão do trabalho no âmbito da própria informalidade (laranja, sacoleiro, camelô etc.), que tem na *camelotagem* o eixo central das nossas preocupações.



Com características diferentes, porém encimadas na mesma lógica, temos o *edifício social* que abriga os trabalhadores diretamente ligados à catação de lixo ou material reciclável, fundamentalmente nos centros urbanos. A consolidação dessa atividade se dá às expensas de um verdadeiro exército de trabalhadores, sendo a grande maioria em condições precárias de trabalho, envolvendo uma estrutura de compra-venda, transporte, armazenamento e pré-processamento de materiais (recicláveis/reciclados), que constitui um circuito complexo de relações.

A partir da execução do Plano de Trabalho do Projeto “Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente”³⁵⁴, em parceria com a Prefeitura Municipal, pudemos entender alguns aspectos que compõem a questão dos resíduos sólidos, seu aproveitamento e o circuito social que define as tramas territoriais a envolver os trabalhadores no lixão.

Além dos resultados diretos produzidos por esse projeto de pesquisa, tivemos a oportunidade de aprofundar compreensões específicas sobre o assunto, com a priorização das tramas sociais que envolvem o trabalho, por meio da tese de doutorado “Trabalho no lixo no Pontal do Paranapanema (SP)”³⁵⁵, sob a responsabilidade do professor Marcelino Andrade Gonçalves.

O aproveitamento e a recuperação dos resíduos sólidos recicláveis que compõem o lixo domiciliar urbano e que, via de regra, são comercializados, ocorrem de diversas maneiras e rebatem diretamente, de diferentes formas, implicando também em diferentes possibilidades de organização dos trabalhadores envolvidos.

É importante destacar que a cada possibilidade se aplicam procedimentos técnicos mais ou menos complexos, podendo haver diferenças na utilização de ferramentas e no emprego da força-de-trabalho nas atividades realizadas pelos catadores, nas ruas (Retrato 38), nos lixões, mediante a *garimpagem*³⁵⁶ (Retrato 39), e nas usinas de triagem, compostagem³⁵⁷ e centros de

³⁵⁴ Esse projeto obteve aprovação da FAPESP e garantiu R\$ 30.000,00 para a consecução da Fase I, a partir de junho de 2001, e R\$. 150.000,00 para a Fase II, a partir de setembro de 2003. Os desdobramentos desse projeto para o âmbito da pesquisa acadêmico-científica começam a se materializar com o desenvolvimento de Dissertações de Mestrado e de Teses de Doutorado, sob nossa orientação e co-orientação junto ao professor Antonio César Leal. A Fase II foi concluída em dezembro de 2005 e o projeto teve continuidade na Fase III, com o apoio das instituições parcerias e novos colaboradores, a exemplo da Fundação Banco do Brasil.

³⁵⁵ Essa pesquisa teve início em agosto de 2003 e substituiu as ações de pesquisa em nível de Doutorado que versava sobre a *camelotagem* no Oeste paulista, também sob nossa orientação. Enfocou os 32 municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema, segundo a referência da UNIPONTAL.

³⁵⁶ Expressão usual, utilizada pelos trabalhadores envolvidos na catação de lixo nos lixões, para expressar o processo de lavra dos resíduos sólidos.

reciclagem (Retrato 40). Nas usinas, o uso de máquinas, o processo mecânico e manual pelo qual passam todos os resíduos e o modo pelo qual está organizada a execução do trabalho apresentam, a partir de uma observação aparente, um aspecto de organização e de “produtividade” que não é vista na *garimpagem* ocorrente nos locais de disposição e nas ruas.

O que podemos entender sobre os exemplos das usinas de triagem e compostagem é que as alterações na organização e exploração do trabalho, nesse *novo* processo de recuperação dos resíduos recicláveis, apesar da sua aparente complexidade, são ineficientes, pois não representam avanços significativos e, sobretudo, não possibilitam aos trabalhadores que passam a lidar com os resíduos sólidos, a partir dessa mediação com as máquinas, condições seguras de realização do trabalho.

Isto é, antes da instalação das usinas de triagem e compostagem, havia trabalhadores que faziam a separação do resíduo reciclável comercializável diretamente no local onde o lixo iria ser aterrado, agindo momentos antes dessa tarefa se realizar, em contato direto com o material, sem nenhuma proteção que não fosse as ferramentas rudimentares e adaptadas.

Dessa forma, a estrutura da usina vem para reorganizar e aliviar o processo de catação individual e a situação degradante de trabalho, na *garimpagem*, nos locais de deposição final. Assim, antes de ser aterrado, o lixo deverá passar por um circuito mecânico, no qual o trabalho de *garimpagem* dos resíduos recicláveis não estará mais sob o controle individual do catador. Essa nova estruturação exige uma série de mudanças que implicarão também uma nova maneira de gestão e de controle do trabalho na realização da triagem dos resíduos.

A instalação das usinas de triagem e compostagem, nos locais de disposição final (aterros, lixões), foi apresentada como alternativa de organização do trabalho de separação do lixo e, sob o ponto de vista dos seus fabricantes (das usinas), é a melhor forma para as administrações municipais reduzirem ou amenizarem os problemas resultantes da geração e destinação dos resíduos sólidos domiciliares, porque permite, por um lado, a recuperação dos recicláveis e, por outro, a compostagem dos resíduos orgânicos.

As usinas de triagem e compostagem³⁵⁷, entendidas, geralmente, de forma equivocada por usinas de reciclagem, surgem, pois, como uma grande solução para os problemas apontados. Essa formulação teve respaldo em diferentes instâncias de governo, a começar pelo BNDES³⁵⁹, e de setores da sociedade “preocupados” com as questões ambientais e sociais que envolviam a problemática dos resíduos sólidos, no Brasil.

Dessa maneira, a busca pelos resíduos recicláveis não se daria mais de forma desordenada, como acontece nos lixões, onde os trabalhadores buscam aqui e ali, via *garimpagem*, os materiais esparramados. De fato, por meio das usinas, a busca pelo resíduo tem a mediação da esteira, que organiza, controla e ritmiza o tempo e o trabalho, em consonância à quantidade de

³⁵⁷ Em 2000, cerca de 3,9 % dos resíduos sólidos gerados no Brasil passavam pelas usinas de triagem e compostagem, antes da disposição no local de aterro.

³⁵⁸ A compostagem é um processo biológico de decomposição de matéria orgânica. O produto final resultante do processo de compostagem pode ser considerado um enriquecedor do solo.

³⁵⁹ A partir da segunda metade da década de 1980, o BNDES colocava em debate a importância de utilizar os recursos não reembolsáveis a serem distribuídos pela instituição, com a intenção de estabelecer prioridades para os projetos voltados ao estímulo de políticas públicas nas mais diversas áreas, particularmente para o manejo ambiental dos locais de disposição final de resíduos sólidos domésticos. No entanto, a tentativa de solução dos problemas relativos ao lixo, enquanto política oficial do Banco, desde a década de 1970, esteve alinhada à instalação de usinas de triagem e compostagem.

resíduo disponível, capacidade de estocagem, mediante uma divisão básica de tarefas e funções: os trabalhadores da frente rasgam as embalagens e os demais recolhem determinados tipos de resíduos (metais, plásticos duro e mole, vidro, isopor, papelão, embalagens diversas etc.).

A usina não altera necessariamente a estrutura do circuito econômico, apesar de modificar a (des)organização técnica e territorial do trabalho dos catadores, nos lixões. Mesmo tirando ou expulsando os trabalhadores catadores e colocando a estrutura da usina, não houve modificação na lógica econômica e comercial dos agentes envolvidos com o circuito dessas mercadorias.

Mais ainda, a mediação da esteira mecânica, das prensas, carregadeiras, entre os trabalhadores e o lixo, não muda radicalmente a condição precária e insalubre de realização do trabalho, em comparação à “garimpagem” realizada nos lixões, pois, se antes os trabalhadores/catadores rasgavam os sacos e se colocavam em contato direto com os mais diversos tipos de detritos, com a esteira da usina isso também ocorre. Assim, do ponto de vista dos trabalhadores, não há investimento em tecnologia, equipamentos de proteção individual ou até o peso dos encargos e direitos trabalhistas, que implicariam a elevação dos custos, o que poderia diminuir seus ganhos.

A pesquisa levou-nos a apreender as posições dos agentes públicos, não somente dos municípios do Pontal do Paranapanema, mas também de outras regiões do país, e a predominância das avaliações residiu na defesa da viabilidade econômica das usinas de triagem e compostagem estar garantida na exploração intensiva e organizada do trabalho, na separação dos resíduos recicláveis comercializáveis presentes no lixo, nos locais de disposição final. De modo destacado, concomitantemente à sua instalação, fez-se acompanhar da constituição de associações e cooperativas de catadores para realizarem o trabalho, visto que o objetivo era e é ocupar esses trabalhadores no processo. Dessa forma, todo o empreendimento salutar de retirar os trabalhadores dos lixões, passou a ser amortecido por outros expedientes também condenados, todavia negligenciados, como a aposta na informalidade, ou cooperativas fantasmas.

De fato, são, a informalidade, as longas jornadas de trabalho, a precariedade das relações sociais, as condições extremamente degradantes que garantem aos trabalhadores extraírem baixos rendimentos, que, em inúmeros casos, não são suficientes para se alimentarem. A resolução da informalidade e a legalização das cooperativas-fantasmas em cooperativas de verdade seguem caminhos demorados e tortuosos. Não obstante, o trabalho do catador nos lixões ou por meio da coleta seletiva não produzir valor diretamente, ajuda a recuperar para o circuito econômico os valores que haviam se transformado em lixo.

Enfim, são esses elementos que compõem a complexa trama de relações que mantêm também os ganhos de todos os demais envolvidos nesse circuito econômico que envolve a reciclagem de materiais. Ou seja, está se falando de grandes empreendimentos empresariais que atuam no processamento industrial da reciclagem que determina toda a escala de dependência e as fatias de ganho e controle social do circuito social da reciclagem como um todo.

As mudanças que ocorreram na forma de organização do trabalho não rebateram no comportamento dos compradores, no que diz respeito aos preços pagos, porque o preço-base das mercadorias no mercado continuou a ser aquele pago aos trabalhadores catadores de outros lixões,

que suporta os rendimentos e a reprodução do capital das empresas que atuam no circuito da reciclagem. Nesse sentido, se o que move o circuito econômico da reciclagem é o lucro, objetivo que põe em movimento qualquer outro empreendimento pautado na lógica de produção/reprodução do capital, os problemas com os resíduos contaminantes e a própria situação precária dos trabalhadores catadores nos lixões e nas usinas de triagem e compostagem são secundarizados.

A reorganização do trabalho, com a instalação das usinas de triagem e compostagem, não impacta na indústria da reciclagem, já que os grupos empresariais, ao desempenharem o papel de compradores, não se interessam pelas formas de organização do trabalho que levam essas mercadorias às suas portas. Se a exploração que ocorre a montante se dá à base do trabalho formal, informal ou mesmo trabalho infantil, terceirizado, sob formas diretas ou assemelhadas à escravidão, não é o que define sua atuação. Se no momento seguinte do processamento dos recicláveis esse segmento do capital se ligar a outras empresas ou mesmo cadeias produtivas, como por exemplo, o setor metal-mecânico, às indústrias automobilísticas, onde ainda predomina o trabalho formal, apesar de crescentemente degradado, terceirizado, mas inclusive do ponto de vista formal/sindical com *status* político no âmbito da relação capital x trabalho e de classe, nada disso tem importância *a priori* para o capital.

E é exatamente esse circuito que dá formato e conteúdo à complexa trama de relações do trabalho, que nos ocupa nas pesquisas. Isto é, se até uma parte do circuito o capital se vale de determinadas relações de trabalho, em outras pode se valer de outros instrumentos de contratação, formas de pagamento diferenciadas, porém oferecendo ubiquidade ao sistema de produção, o que garante a unidade das mercadorias e a reprodução ampliada do capital. É essa fascinante *obra de engenharia* processada pelo capital, que lhe garante controle e hegemonia, que nos retém atenção para apreendermos as estratégias e os procedimentos operativos utilizados, que redefinem a dinâmica geográfica do trabalho, as contradições internas do processo metabólico e a plasticidade que identifica as diferentes formas de realização do trabalho, no tempo e no espaço.

O que está em questão é manter o circuito sob seu controle, de forma que a mais-valia e os lucros com o processo de industrialização/comercialização dos resíduos recicláveis sejam garantidos, podendo contar com um verdadeiro exército de trabalhadores na catação, separação, recuperação dos resíduos, sem nenhum custo contratual.

Assim, se a forma precária como se realiza o trabalho do catador, nos lixões, possibilita que a relação comercial com os intermediários se estabeleça de maneira lucrativa para estes últimos, o mesmo se dá para os demais agentes dessa cadeia, que também terão ganhos garantidos.

No entanto, constatamos que os custos da instalação das usinas de triagem e compostagem, da formalização do trabalho e os possíveis ganhos ambientais propiciados pelo empreendimento não poderão compor o preço da mercadoria final, o que inviabilizaria os ganhos dos outros atores envolvidos e, conseqüentemente, também a sua comercialização. Nesse caso, e nessa comparação específica, o trabalho precarizado, no limite extremo, significa mais rentabilidade ao capital desse setor do que o trabalho organizado e mediado pela tecnologia. Sem contar que os resíduos recicláveis que saem das usinas de triagem e compostagem para os atravessadores não

são também em nada diferentes daqueles que os trabalhadores catadores vendem nos lixões, visto que continuam contaminados e tendo o seu valor diminuído, apesar de toda estrutura montada.

A manutenção do funcionamento das usinas tem-se tornado um problema econômico, social, ambiental e trabalhista. Outras experiências também estão sendo implementadas para proibir a catação ou *garimpagem*. Diante do cercamento dos locais de disposição final (aterros, lixões), em consonância à lei ambiental, mediante a construção de muros e cercas eletrificadas, algumas alternativas estão sendo construídas e apresentadas. A organização dos catadores em cooperativas e associações, conjuntamente a programas de coleta seletiva de resíduos domiciliares recicláveis é o que está sendo experienciado em vários municípios, como acontece em Presidente Prudente. Em alguns casos, esses empreendimentos são decorrentes de auto-organização; em outros, as associações/cooperativas de catadores são resultados de ações conjuntas do poder público e universidades, entre outras entidades.

A diversificação dos tipos de coleta e aproveitamento do material, fatos que implicam a heterogeneização das formas de exploração do trabalho, não pode ser entendida por fora da organização que envolve a compra, a venda e a circulação dessas mercadorias. Destacamos, dentre todas as experiências em apreço no Pontal do Paranapanema, a organização de parte dos trabalhadores até então envolvidos na catação no Lixão, em Presidente Prudente, a partir da viabilização da coleta seletiva e da vinculação posterior à organização da Cooperativa dos Trabalhadores em Resíduos Sólidos, em Presidente Prudente (Cooperlix).

O que constatamos é que a organização dos trabalhadores aparece como saída para minimizar os efeitos da exploração. Desse modo, a estruturação de cooperativas e associações objetiva romper com os esquemas informais/degradantes existentes em parte ou em todo o circuito da catação, separação (caso haja coleta seletiva) e comercialização, com o intuito de melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Apesar dos caminhos específicos percorridos pela Cooperlix, em Presidente Prudente, o ponto que se discutiu, desde o início, quando ainda os trabalhadores estavam na *garimpagem*, no lixão, era o que significaria esse redimensionamento do trabalho no lixo, com os trabalhadores catadores organizados para o manuseio dos materiais, a partir da coleta seletiva, e para o circuito econômico da reciclagem. Essa questão nos coloca mais dificuldades, porque, além de pesquisadores, também compúnhamos o grupo de apoio que atuava para ajudar a consolidar a experiência da coleta seletiva e da organização dos trabalhadores.

Ao longo das inúmeras reuniões e discussões para avançar a agenda de assuntos que os próprios trabalhadores compuseram, a criação da cooperativa e a necessidade de sair do lixão tiveram peso fundamental, pois, mesmo sabendo que não teriam, ao menos no início, os mesmos ganhos a partir da vigência da coleta seletiva em comparação à lavra na *garimpagem* diretamente no lixão, também sabiam que continuar vivendo do lixo e no lixo não preenchia suas expectativas de vida.

Tensionado e meticuloso, todo esse processo de discussão e decisão dos rumos a seguir, para sair da *garimpagem* no lixão, dividia opiniões e antecipava desconfiças, mas a opção pela implantação da coleta seletiva dos resíduos sólidos nos bairros, por meio do sistema porta-a-

porta, em meio às dessintonias entre a equipe do Projeto de Políticas Públicas e a Prefeitura Municipal, muito mais na figura do prefeito³⁶⁰, forçou/motivou os trabalhadores a discutir os rumos a serem efetivados para sua organização³⁶¹.

Foge dos objetivos deste texto o detalhamento das especificidades do trabalho envolvido na catação, triagem, comercialização dos resíduos sólidos, sendo que esses aprofundamentos serão realizados e disponibilizados em momento posterior, quando da preparação e publicação de livro a ser organizado pelo Editorial Centelha/CEGeT, em conjunto com o Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Sócioespacial (GADIS), sob a coordenação do professor Antonio Cezar Leal.

A Cooperlix foi sendo construída no interior do movimento de mudança de procedimentos, de inserção dos trabalhadores no processo de trabalho com os resíduos, nos novos enfrentamentos com os mesmos atravessadores que já eram do seu convívio, porém que agora tinham que negociar para garantir os interesses daquele coletivo de trabalhadores que se constituía, e no circuito político em nível regional, estadual e nacional, das organizações dos trabalhadores, representados pelo Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis³⁶².

De todo modo, a sistemática de manusear os resíduos a partir da coleta seletiva exige que os trabalhadores organizados estruturem o processo de trabalho de maneira que as diferentes funções possam ser executadas em conformidade à nova realidade. Enquanto, nos lixões, os catadores ficavam à espera dos resíduos para então separá-los, nessa nova situação, têm que recolhê-los nos locais de geração e descarte e não mais nos locais de disposição final.

Essa nova Geografia dos resíduos demandava uma divisão do trabalho compatível com a necessidade de triar os materiais (vidros, plásticos, metais etc.). Contudo, se não bastassem as dificuldades para concepcionar e implementar a sistemática da coleta seletiva, a organização dos trabalhadores, contando com diversas ações junto à comunidade, desde ações educativas e oficinas na área de educação ambiental³⁶³, fazem parte desse cenário os conflitos com os outros trabalhadores que atuam por meio da coleta (des)organizada e avulsa, ao longo da malha urbana, que passam antes dos caminhões nos locais de disposição domiciliar dos resíduos, tais como os carrinheiros.

Esse processo contínuo e crescente de produção de resíduos e os arranjos que se processam nas diferentes formas de coleta, aproveitamento e organização do circuito social e econômico do lixo nos põem a pensar o sistema sócio-metabólico do capital. Quer dizer, a necessidade da elevação contínua do consumo para realização da valorização crescente do capital é

³⁶⁰ À época, Agripino de Oliveira Lima Filho.

³⁶¹ As experiências de outras formas de catação, processamento e comercialização de resíduos, particularmente as que já se constituíam a partir de cooperativas, como é o caso de Penápolis, ofereceram elementos para que os trabalhadores pudessem entender que havia mudanças positivas nas condições de trabalho na coleta, triagem dos resíduos recicláveis, em relação às condições vivenciadas nos lixões. No entanto, o que não mudava o quadro vivenciado pelos trabalhadores, nessa nova situação, residia nas condições de comercialização junto aos atravessadores. Isto é, para todas as experiências visitadas e os levantamentos que realizamos em outros municípios e Estados brasileiros, os trabalhadores continuavam presos às condições de comercialização e não dispunham de condições para negociarem diretamente com a indústria processadora dos materiais recicláveis.

³⁶² O capítulo 5 da Tese de Doutorado *O trabalho no lixo*, de Marcelino Andrade Gonçalves, oferece reflexões essenciais sobre a organização dos trabalhadores, os limites, os desafios que se apresentam para os trabalhadores, em particular para as ações políticas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil. Disponível em: WWW.prudente.unesp.br/ceget. Acesso: 20 out. 2007.

³⁶³ Essas ações foram prescritas e viabilizadas por meio de plano de trabalho específico, junto às atividades do Projeto de Políticas Públicas, do qual participamos, financiado pela FAPESP e coordenado pelo professor Antonio Cezar Leal.

a base para aumentar a capacidade de autodestruição, na proporção em que se amplia a capacidade produtiva. Isso pode ser apreendido também quando focamos a irredutibilidade do valor de uso ao valor de troca e, no caso da força de trabalho, na irredutibilidade do trabalhador ao consumidor. Nas últimas décadas, esse processo se acentuou, tendo inspirado Mészáros (2002)³⁶⁴ a formular a ideia da taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas. A oportunidade de desenvolver essa reflexão nos foi muito importante para entendermos a postergação do colapso do consumo *necessário* ao capital (Texto 9).

A diminuição da vida útil das mercadorias, sejam elas bens duráveis, sejam não duráveis, acelera o consumo das não duráveis, para torná-las cada vez mais descartáveis e, por outro lado, diminui a vida útil dos bens duráveis, tornando-os mais frágeis ou obsoletos, antes mesmo que se tornem inaptos, de maneira que se tem, com tudo isso, a ampliação do descarte e a geração de resíduos. A obsoletização prematura dos objetos, que antecipa sua substituição, aguça a expansão de ferros-velhos, destinados a viabilizar a reutilização dos mesmos ou das matérias-primas que os constituem, como é o caso dos automóveis. No Brasil, esse processo tem estimulado o acesso das camadas mais pobres dos consumidores às mercadorias que até então não lhes eram acessíveis, como ocorre com os automóveis, equipamentos eletrônicos etc.

O que foi mercadoria em certo tempo, com determinadas qualidades, assume, na condição de resíduos recicláveis, outras qualidades, novamente como mercadoria, todavia dentro de outro circuito econômico, o qual também conta com outros atores sociais. Dentro da mesma lógica do capital, a geração dessa *nova* matéria-prima, enquanto resíduo reciclável, liga-se ao consumo de outras mercadorias. A esse respeito, Mészáros (2002) nos diz que o papel e a função da mercadoria, no sistema do capital é garantir sua reprodução ampliada através do consumo. Vai mais além, quando argumenta que, uma vez evidenciada a utilidade da mercadoria por meio de sua venda, “não há mais nada com que se preocupar do ponto de vista do capital. [...] Quanto menos uma mercadoria é realmente usada e reusada [...] melhor é do ponto de vista do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p.661). Com isso, compreendemos que o desperdício é causa e efeito da taxa decrescente de utilização, que, por sua vez, antecipa a vida útil das mercadorias e gera de modo crescentemente grande os resíduos de coisas, objetos que não servem mais para quem os dispensa.

O crescimento da atividade fabril no reaproveitamento dos diversos materiais recicláveis é concomitante ao aumento da estrutura que dá suporte e sustenta esse circuito econômico, de maneira que vemos crescer, em número e diversificação, os agentes econômicos que fazem parte desse circuito, quer os que compram e vendem pequenas quantidades, conhecidos como sucateiros ou atravessadores, quer os trabalhadores catadores, envolvidos nessa atividade das mais diversas formas, nas ruas, nos aterros sanitários e, sobretudo, nos lixões.

Assim, na atualidade, grande parte do material descartado, seja resultado do consumo rápido ou desnecessário (como as embalagens), seja do consumo de um bem de vida útil relativamente longa, também já foi em algum momento objeto de industrialização, já passou por um processo de transformação industrial mais ou menos complexo, dependendo daquilo que se

³⁶⁴ No capítulo XV do livro *Para Além do Capital*, Mészáros (2002) oferece uma análise profunda sobre a taxa de utilização decrescente no capitalismo, mostrando como ela está diretamente ligada às transformações e aos avanços alcançados pela produtividade.

consome, sendo parte de uma lógica de produção e reprodução, que pressupõe diretamente a utilização/exploração e a organização do trabalho humano.

Em “A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem”³⁶⁵ (Apêndice 9), ressaltamos um conjunto de relações que dá suporte aos agentes econômicos envolvidos com a “indústria” da reciclagem, os quais são guiados por relações econômicas formais e, fundamentalmente informais, dependendo do momento e dos laços que os agentes envolvidos nesse circuito estabelecem.

É nesse contexto que o trabalho externalizado na catação, coleta e beneficiamento, e nas instâncias de organização – cooperativas, associações e até sindicatos, dependendo do vínculo ou forma de contratação, como no caso de algumas Prefeituras que o fazem diretamente – revela as contradições existentes na base do crescimento da reciclagem de materiais, no Brasil, e as ações ou o papel do poder público no processo de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos.

As relações estabelecidas com outros agentes implicados, como, por exemplo, os compradores/atravesadores e as organizações da sociedade civil diretamente relacionadas a essa atividade, reforçam o fato de que o trabalho ligado ao circuito dos resíduos sólidos e da reciclagem está fortemente marcado por relações de exploração/dominação, assim como os demais setores da atividade econômica, mas com a especificidade de que o que esses trabalhadores fazem (coleta e catação) é o que lhes restou para garantir a sobrevivência no (do) lixo.

Nossa participação em eventos que concentram esse segmento social, em nível regional, estadual e nacional, nos tem possibilitado ampliar os horizontes de compreensão da diversidade de situações, as mediações e os recursos utilizados pelo capital e pelo Estado (ministérios, secretarias de Estado, autarquias, secretarias municipais), para viabilizarem o negócio milionário intrínseco às atividades desenvolvidas na cadeia dos resíduos sólidos.

Não têm merecido a mesma atenção as questões centrais nesse processo, e que estão vinculadas diretamente com o ser que trabalha ou com os trabalhadores envolvidos direta e especialmente nas etapas iniciais da cadeia, ou seja, na catação, garimpagem e processamento inicial dos resíduos ou mesmo os que atuam na triagem e empacotamento. Nossas atenções estão voltadas para esse aspecto, principalmente para compreendermos os elementos determinantes/determinados que se desdobram no processo de exploração e dominação do trabalho, via de regra, de forma indireta, pelo capital, pois apenas incentiva e fortalece a sistemática do processo de trabalho nas etapas iniciais, mas sem se envolver diretamente com os trabalhadores, ou seja, sem estabelecer vínculos orgânicos. Consequentemente, focamos as mediações que atuam na redefinição dos mecanismos de estranhamento, as avaliações que os trabalhadores fazem desse processo, inclusive quando apostam em determinadas rotinas de trabalho decididas por eles mesmos, tais como o melhor funcionamento da esteira, a defesa dos mecanismos estruturais do destrutivismo do capital e que retroalimentam o funcionamento da coleta e processamento inicial, sem

³⁶⁵ Esse texto foi escrito em coautoria com Marcelino Andrade Gonçalves e Antonio César Leal, tendo sido apresentado no IX Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado no período de abril, em Mérida (México), e publicado no CD-ROM do evento. As reflexões que divulgamos fazem parte das atividades de pesquisa ligadas ao Projeto “Educação ambiental e o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em Presidente Prudente. Desenvolvimento de metodologias para a coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho”, financiado pela FAPESP, na alínea Políticas Públicas, e coordenado pelo Professor Antonio Cezar Leal, desde março de 2002.

que seja priorizado, em seu detrimento, posicionamento crítico em relação ao consumismo a qualquer custo etc.

Dessa maneira, a saída para os trabalhadores catadores não está apenas na nova forma de organização do trabalho, via cooperativas ou associações. Faz-se necessária a ampliação do debate com outros segmentos da sociedade organizada, para que se possa refletir acerca desse tema para além da situação específica do trabalhar no lixo e/ou com o lixo, evidenciando os mecanismos que geram e mascaram a pobreza dos trabalhadores.

Abordar o trabalho no lixo e o próprio lixo, por fora da lógica do sistema produtor de mercadorias, nos dificulta pensar em ações transformadoras, que possam referenciar outro sentido à produção e ao consumo, neste início do século XXI. Os novos papéis sociais do trabalho, os níveis de explicitação da precarização e da subordinação/dominação do trabalho pelo capital é que podem nos fornecer elementos para compreendermos o desenho societal da luta de classes.



Queremos enfatizar também outra dimensão/expressão da fragmentação da práxis social do trabalho, qual seja, a incomunicabilidade entre as formas de existência dentro e fora do trabalho. Isto porque, essa é face comum para o conjunto da classe trabalhadora e não tem merecido os cuidados de pesquisadores, trabalhadores, sindicatos e do movimento social, de modo geral.

A chamada de Marx, por meio da metáfora *o caracol e sua concha*, em **A ideologia alemã**³⁶⁶, nos inspira à reflexão da desposseção do trabalhador assalariado das condições de vida, a clivagem e alienação dos meios de produção. Daí a separação entre *o caracol e sua concha*, ou seja, a dicotomia entre o viver e o trabalhar, a separação entre o local de trabalho/produção e o local de vida/reprodução, que tem vigência desde os primórdios do capitalismo.

Esse componente do universo do trabalho, objeto das nossas pesquisas, tem sido focado até então por dentro das clivagens imanentes à divisão técnica/territorial do trabalho, e os rebatimentos nas corporações sindicais (nos campos e nas cidades), com as atenções voltadas para as disputas políticas, as ações organizativas etc. Estamos empenhados também em considerar essas experiências, mas, sobretudo, aprofundar algumas reflexões produto das investigações que nos têm possibilitado pensar sobre os mecanismos de estranhamento, na perspectiva da compreensão da totalidade social do trabalho, ou seja, dentro e fora do ato do trabalho. Ou mesmo, na perspectiva de preencher as lacunas produzidas pelo capital, quando domina e controla a vida do trabalhador, dentro e fora do trabalho, alienando-o e controlando-o, mas com o horizonte de repor elementos críticos, para pensarmos os entraves e dificuldades de entendimento e de superação.

Em “O metabolismo do capital em São Paulo: controle e fragmentação do trabalho”³⁶⁷, oferecemos ao debate nossas reflexões, pretextando ampliar, na Geografia, investigações a respeito da fragmentação da práxis social do trabalho, tanto no que respeita à prática das organizações sociais, particularmente nos sindicatos, como nos tratamentos e abordagens nas

³⁶⁶ Obra seminal de 1856.

³⁶⁷ Esse texto foi publicado no livro *Desafios do trabalho*, organizado pelos professores Roberto Leme Batista e Renan Araújo, e publicado pela Editora Práxis, em maio de 2003.

diversas áreas do conhecimento científico. Não indicamos pistas, tampouco nos dedicamos à teorização sobre os movimentos sociais, mas, como essa forma particular de organização e de representação do trabalho pode se fazer presente no debate sobre a luta de classes, com o propósito de repor em primeiro plano, os mecanismos de dominação de classe, utilizados pelo capital e pela via da fragmentação do trabalho.

Para nós, isso assinala uma nova etapa de estudos e reflexões concernentes à dinâmica espacial da estrutura de poder e do controle social do capital sobre o trabalho. Caminho aberto para futuras investigações, para que possamos compreender um pouco mais do estranhamento que (re)define as facetas do trabalho, identificadas (fragmentadas) consoante o metabolismo do capital.

Um expediente historicamente utilizado pelo capital, portanto não há nada de novo nisso, no entanto o que se põe em evidência são as artimanhas utilizadas nessa viragem do século XXI e quais os mecanismos de controle são utilizados tanto pela via do desenvolvimento das forças produtivas, da substituição de trabalho vivo por trabalho morto, bem como a cooptação, coerção, perseguição e outros instrumentos que mantêm o esquema de dominação e controle reavivados e, conseqüentemente, o conflito de classes, em *banho-maria*. Ou seja, o que as pessoas normalmente dizem: “não há nada de contrastante ou radicalmente contraditório no capitalismo, como querem alguns *fabricar*, pois o que se vê são bons modos de relacionamento quando há boa vontade por parte de todos”. Essa frase foi extraída de uma longa entrevista realizada junto à dirigente nacional da Força Sindical e que teve a concordância de outro dirigente nacional, mas da CUT, durante a solenidade de anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007, sendo que este, emendou que “essa era uma situação de momento, conquistada graças aos bons resultados do governo petista, que está conseguindo diminuir os contrastes sociais no Brasil”.

Tamanha disjunção revelada pelas posições dos sindicalistas em relação ao metabolismo do capital, à luta de classes sob o capitalismo, reflete algumas faces da paralisia e desfocamento das organizações operárias do aspectos centrais do conflito de classes ou da luta de classes, como elementos imprescindíveis para a construção de alternativas emancipadoras e libertárias de classe.

As pesquisas diretas, junto às entidades sindicais vinculadas ao circuito agroindustrial canavieiro e metalúrgico, no Brasil, com as atenções voltadas para uma das faces dessas relações, ou seja, a viabilização da produção de automóveis e a matriz energética, que repõe em questão os interesses estratégicos da burguesia, do Estado, do grande capital transnacional (produção de veículos), capital nacional consorciado a grupos transnacionais (ligados à produção de álcool combustível), nos têm possibilitado aquilatar, apesar das exceções, as fissuras, as acomodações, o *peleguismo* e o burocratismo existentes nas instâncias de organização (sindical) dos trabalhadores (químicos, alimentação, condutores, metalúrgicos, rurais). Não que logo após a “eclosão” operária do final dos anos 1970 essas categorias tenham se transformado, de forma radical, em instâncias revolucionárias, e que após a segunda metade da década de 1990 e ao inaugurar o século XXI ficaram avessas à tarefa organizadora, desde o referencial de classe.

O período do *novo sindicalismo*, apesar dos limites e das dificuldades para as ações políticas, que irrompeu o silêncio da ditadura e fez emergir novos instrumentos de luta e de enfrentamento com o capital, Estado e setores hegemônicos, valera para o sindicalismo em geral e para as demais instâncias de organização da sociedade civil que combatia as desigualdades sociais, econômicas, os infortúnios de raça, gênero, origem social etc. Em parte, isso transcorreu e ainda transcorre devido ao próprio desmonte que o capital está empreendendo sobre o trabalho como produto da reestruturação produtiva, e também pelas mudanças de rumo que se processam internamente às organizações sindicais – em vários casos maiores e referências no processo de luta dos trabalhadores, em termos de massa, amplitude e de abrangência qualitativa, no Brasil, como os metalúrgicos do ABC, de São Paulo, bancários, petroleiros etc., e em vários países. Então, para várias entidades que antes estavam envolvidas diretamente com os pressupostos da luta pela retomada da identidade operária, recomposição salarial acompanhada de poder de resistência e de identidade de classe, nos últimos tempos, cooptadas ao conformismo e ao distanciamento dos interesses de classe, têm se transformado em *correias de transmissão* dos interesses do Estado, da burguesia, e não mais em *escola de socialismo* como defendia Lênin³⁶⁸. Sem contar que várias lideranças dessas mesmas agremiações, atualmente são protagonistas das reformas na legislação trabalhista e sindical, da retirada de direitos da Constituição e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), Medidas Provisórias que atentam contra os direitos adquiridos e das lutas políticas, históricas, dos trabalhadores, fragilizam ainda mais a estabilidade, segurança e qualidade no trabalho, como a MP-410, de 28 de dezembro de 2007³⁶⁹, apenas para ficarmos num exemplo.

Outra frente de “leitura” desse processo de reflexões sobre esse assunto está diretamente vinculada à Dissertação de Mestrado “A questão da moradia para além de quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente”³⁷⁰, sob a responsabilidade da professora Fernanda Keiko Ikuta.

No entanto, a continuidade das investigações está nos levando a avançar um pouco mais em direção à “leitura” integrada do trabalho, na casa, no lazer, na vida e no local de trabalho (nos campos e nas cidades), sob as mais diversas formas de relações de trabalho.

A resposta a essa referência está nos fazendo refletir teoricamente acerca dos avanços e dos limites das experiências, com as atenções voltadas para a fragmentação dos

³⁶⁸ Essa frase memorável de Lênin, em *O que fazer*, nas cartas e discursos que marcaram sua trajetória de militante e ideólogo da sociedade socialista, encontra-se corroída por aqueles que um dia também acreditaram, mas que se sujeitaram às arrumações de rumo, em parte, reforçada pela opção eleitoreira como alternativa primeira para as transformações sociais, que antes ou até então, estavam referenciadas na combatividade dos sindicatos e do sindicalismo como força mobilizadora e *escola de socialismo*, no sentido da formação de quadros, para o partido revolucionário etc.

³⁶⁹ A MP 410 divide opiniões no meio sindical. O contrato de trabalhador rural por pequeno prazo (até 60 dias) não necessita ser anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou em Livro ou Ficha de Registro de Empregados. Resultado de negociações estabelecidas entre a CONTAG e o Ministério da Previdência Social desde o Grito da Terra Brasil/2007, não consegue esconder a gravidade da permissão ao produtor rural pessoa física para não assinar a carteira de trabalho dos empregados que trabalhem até dois meses, permitindo que firmem apenas um contrato escrito. Trata-se de um retorno ao tempo em que se permitia a locação de mão-de-obra com base apenas no Código Civil, “escancarando a porta para a exploração desmedida, sem que o trabalhador tenha, ao final, direito algum”. (Depoimento do diretor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante Júnior, divulgado na *internet*, no dia 16-01-2008, mas que não se encontra mais disponível).

³⁷⁰ Esse trabalho foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, sob nossa orientação e concluído em setembro de 2003. A escolha das Associações de Moradores e dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente, como objeto de estudos, nos possibilitou discutir criticamente os arranjos sociais que dão conformação à práxis social fragmentada do trabalho, bem como todo o histórico de luta dos movimentos sociais envolvidos na questão da moradia, e das lutas no âmbito sindical, sendo, pois, vinculadas a estudos e militância, desenvolvidos por nós no início dos anos 1990, e às demais pesquisas concluídas e em andamento, no âmbito do CEGeT.

momentos sociais da produção e da reprodução expressas na práxis *fetichizada* das entidades de representação do trabalho.

É como se estivéssemos num nível mais profundo do estranhamento e, portanto, nos deparando com o hiato existente no seio da organização política, para os trabalhadores, entre as relações sociais nos momentos da produção e da reprodução. De um lado, estão as entidades sindicais que devem cuidar das reivindicações ou das questões voltadas para o salário, melhores condições de trabalho; de outro lado, as associações de moradores, que devem cuidar das reivindicações específicas para a melhoria das condições de habitabilidade (equipamentos urbanos, serviços, casa etc.), sendo, pois, dois mundos distintos e desarticulados, subjetiva, espacial e territorialmente.

Vale ressaltar o quão desafiador é para o trabalhador, de maneira geral, compreender essa disjunção e, por conseguinte, agir unificando as ações no trabalho e fora dele, tal como os exemplos dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra (apesar de vivenciarem muito proximamente a moradia e o trabalho), assim como para os assalariados dos campos, estes sim, muito mais próximos das experiências vividas de fragmentação da práxis social dos trabalhadores urbanos.

Portanto, não se trata de privilegiar segmentos, se urbano, se rural – até porque o trabalhador assalariado rural, na grande maioria dos casos (diarista não residente ou boia-fria) também reside nos centros urbanos, via de regra nos bairros periféricos –, mas de abordar a amplitude (pluralidade) territorial do processo social que reserva ao trabalho, já *fetichizado* pelos filtros sociais que se iniciam na técnica do trabalho e rebatem na compreensão parcial e estranhada da totalidade social (do ser que trabalha).

Nossa pretensão é enfatizar que o elo entre a moradia e o mundo do trabalho está imbricado aos momentos sociais da produção e da reprodução, no contexto do sistema metabólico do capital.

Queremos reforçar a ideia de que as fetichizações e reificações imanentes ao processo de produção de mercadorias igualmente repercutem sobremaneira na esfera da reprodução do trabalho. Poderíamos lembrar o fato de se realizar, nessa esfera, o consumo de mercadorias. E ainda o caso do tempo livre, estimulado a ser gasto no consumismo desenfreado – ou tempo livre para o consumo –, o que mostra o domínio do capital também na vida fora do trabalho.

É nesse processo simultâneo de realização, em duplo sentido, que estamos nos esforçando para compreender a complexa trama de relações que articula, a um só tempo, os momentos da produção e da reprodução das relações sociais, ou as dimensões da vida dentro e fora do trabalho, respectivamente.

Está em questão referenciarmos nossas pesquisas e reflexões na totalidade social do ser que trabalha. No entanto, quando esta deixa de ser percebida, desvinculam-se as lutas, que por sua vez, passam a ser gestadas, de um lado, no âmbito da fragmentação social e técnica do trabalho, ou as ações que se restringem à esfera da produção e, de outro lado, as lutas que incidem na seara da reprodução propriamente dita, das condições de vida ou por melhores condições de vida. Assim, por exemplo, o trabalhador não associa o sindicato à luta por uma escola de qualidade no seu bairro,

muito menos discute as relações de trabalho, a campanha salarial e a luta política e os interesses de classe, na associação de bairro.

Nossa compreensão é de que o ser social que trabalha é uno, indivisível, no entanto sua submissão aos processos de alienação e estranhamento divide-o, uma vez que está sob o controle do metabolismo do capital e de sua lógica fragmentadora, que atinge toda a extensão da sociabilidade e da dinâmica geográfica do trabalho.

Em “‘leitura’ geográfica da práxis social do trabalho”³⁷¹ (Texto 11), apontamos os vínculos existentes entre as diferentes escalas da fragmentação da práxis social, desde a dimensão da produção e da reprodução, e dos desdobramentos, respectivamente, das dimensões do trabalho e das ações dos sindicatos e dos trabalhadores, por meio das associações de bairro e do Movimento Popular pela Moradia³⁷².

Como vimos, essas características da alienação do trabalho conduzem o trabalhador, o ser que trabalha, a *aceitar* a subordinação da sua ação (pessoal e/ou coletiva ou de classe) à sua individualidade. É importante frisar que a alienação do trabalho não é um fenômeno medido somente por uma relação subjetiva, mas pela coisificação das relações humanas, o domínio do trabalho abstrato. Isso nos leva à formulação genial de Marx, em *A Ideologia Alemã*, quando indica a existência da disjunção entre o fazer do mundo pelos homens e sua incompreensão desse processo como algo próprio da sua lavra, tendo em vista a *coisificação do processo social*.

Assim, os efeitos mais imediatos da fragmentação da práxis social começam na própria relação que o trabalhador tem no ato de trabalho e se amplificam para os mecanismos representativos e da estrutura organizativa. Nesse sentido, quando sintonizado à esfera da representação, da subjetividade, o trabalho, já identificado no âmbito das categorias sindicais, expressa a *dessintonia* existente entre as diferentes instâncias de luta/organização ou na práxis fragmentada das mesmas.

Interessa-nos destacar, neste momento, que a fragmentação da práxis social do trabalho pode ser percebida por meio da (des)identificação com a classe social do ser uno: o sem teto (morador), o sem terra (acampado/assentado), o bancário são vistos por nós, pesquisadores, e se vêem, eles próprios, separados da sua condição de trabalhador (formal, informal etc.) ou desempregado, porque sua existência está fragmentada dentro e fora do ato do trabalho, o que repercute na sua atuação no trabalho e, conseqüentemente, na organização política. Outra característica importante nesse processo é o fato de, em cada uma dessas esferas, a organização da luta e as reivindicações (de um lado melhores salários, emprego etc., de outro moradia etc.) se restringirem ao imediato, ou não constarem, via de regra, de plataformas fundamentadas em projetos de intervenção e de construção política etc.

A tentativa de tratar as dimensões da vida fora do trabalho (moradia) e do trabalho propriamente dito, de forma imbricada, pode nos aproximar um pouco mais da compreensão do

³⁷¹ Esse texto foi publicado originariamente no CD-ROM do 6º Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004. Depois de revisado e ampliado, foi publicado com o mesmo título na Revista *Abalar*, Santiago de Compostela, n.5, 2005.

³⁷² A existência desse movimento, ao longo 1989 a 1993, colocou elementos importantes para pensarmos os níveis de confronto existentes no âmbito dos trabalhadores e os representantes do capital e do poder público (municipal), como forma de compreendermos os papéis sociais exercidos pelas entidades de organização do Movimento Popular, desconectadas das demais instâncias de organização dos trabalhadores (sindicatos, centrais, etc.), e vice-versa. Desde esse momento, a disjunção entre a vida dentro e fora do trabalho já se esboçava como um tema importante a ser objeto das pesquisas futuras.

metabolismo social do capital e, o que é mais importante para nós, a apropriação do capital da práxis social, que incide sobre o conjunto das condições (relações) sociais de existência do homem e da mulher trabalhador. Isto é, não só sobre os aspectos/relações de produção, mas também sobre os aspectos/relações em nível da reprodução.

Ocorre, pois, o tratamento do problema da moradia restrito à unilateralidade da esfera da reprodução, tal como na perspectiva estruturalista, e os fenômenos urbanos são entendidos como fenômenos que simplesmente reproduzem a força de trabalho. A superação da compreensão da esfera da reprodução apenas como momento do consumo, do mercado, poderá iluminar a crítica ao papel definidor que o mercado confere a essa postura teórico-metodológica, enquanto protagonista da história, e detentor do *status* de dimensão analítica independente e determinante.

Como salienta Lefèbvre (1973), essa postura dissimula a verdadeira fonte de tensão da sociedade, que é o conflito capital x trabalho, ou os diversos modos de explicitação da luta de classes; por exemplo, a Luta pela Terra (urbana e rural), por meio das *fetichizações*, quer dizer, ao transferir a contradição para o espaço do mercado, como regulações mercantis³⁷³.

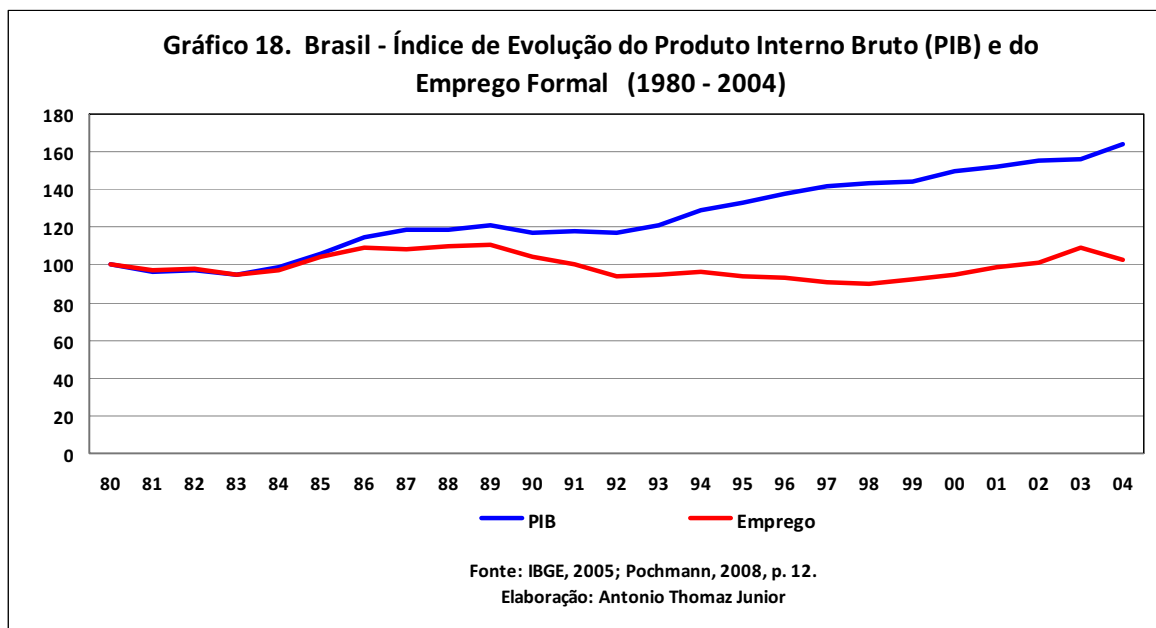
E mais, no entendimento de Lefèbvre (1973), é preciso recuperar a *dialecricidade* do conceito de reprodução das relações sociais de produção, começando por considerar que ele designa um processo complexo, o qual não se limita à repetição ou duplicação do modo de produção. Ele traz consigo contradições, e não só as repete, mas também as desloca, as modifica, as amplifica. Não se trata apenas da reprodução dos meios de produção, mas da reprodução das relações sociais de produção ou da “capacidade do capitalismo para se manter passados os seus momentos críticos” (p.79).

Esses estudos estão nos possibilitando refletir tanto sobre a moradia quanto ao ato do trabalho (a busca da sobrevivência do ser que trabalha), como partes do ciclo completo do capital. Isto é, não como questões pertencentes, de forma isolada, apenas à esfera da reprodução e da produção. Tal “releitura” nos permitirá, por meio das pesquisas, ampliar a reflexão, pretextando pensar sobre as implicações de cada esfera/momento do ciclo do capital sobre as relações capital x trabalho, a luta de classes e as formas e estruturas organizativas da classe trabalhadora, portanto, as implicações objetivas e subjetivas. Assim, nossas atenções devem estar voltadas para compreendermos, criticamente e de forma articulada, a dupla dimensão da existência do trabalho, todavia no bojo das expressões que cada uma exerce sobre a outra e vice-versa.

O projeto de Tese de Doutorado “A apropriação da práxis social pelo capital: análise territorial a partir da luta pela moradia”, sob a responsabilidade da professora Fernanda Keiko Ikuta, está fornecendo elementos teóricos e evidências empíricas que situam o debate a respeito das dicotomias entre a vida dentro e fora do trabalho ou entre os momentos sociais da produção e da reprodução, processo no qual o capital segue edificando novas territorialidades, para expandir sua cooptação para além dos muros da “fábrica”, numa alusão aos locais de trabalho. Apreender esses mecanismos é o caminho para compreender as disjunções e os conflitos no contexto da luta e da organização dos trabalhadores, pela moradia em São Paulo, neste início do século XXI. Essa pesquisa de doutorado está trazendo elementos novos para refletirmos o comportamento simultâneo

³⁷³ Em 1985, em *Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*, Moreira reforça essa tese e nos oferece um estudo muito profundo e detalhado.

do que está acontecendo com o trabalho e com a economia, para que possamos articulá-los com a luta pela moradia. As redefinições do mercado de trabalho, marcado pelo processo crescente de degradação e precarização das relações de trabalho e contratuais, terceirização, despossessão etc., refletem de forma direta no perfil de queda e estabilização dos níveis de emprego, com ascendência a partir do ano 2000, mas ainda muito distante da magnitude do crescimento do PIB (Gráfico 18).



Portanto, a luta pela moradia como parte das contradições expressas por dentro do conflito capital x trabalho e demais formas de explicitação da luta de classes, contemplando assim os territórios e práxis em disputa (Retrato 41). Isto é, no leito das ações dos movimentos de moradia, por meio dos seus projetos políticos e suas ações, do capital (dinâmicas imobiliárias) e do Estado, por meio das políticas públicas, e considerando o contexto das transformações recentes na configuração do capitalismo e seus desdobramentos para o universo do trabalho.

Nesse contexto de redefinição do espaço urbano enquanto dimensões da dinâmica geográfica do trabalho, ou seja, os processos sociais de territorialização/(re)territorialização do capital e (re)territorialização e desterritorialização do trabalho, o elemento novo que extraímos é o requerimento de uma abordagem que busque o aprofundamento da luta pela moradia. Poderíamos indagar também o que este processo significou em termos de problemas urbanos/condições de moradia/reprodução do trabalho e condições de vida dos trabalhadores? Essas reflexões tiveram lugar em “Processos sociais e redefinições territoriais do trabalho na Região Metropolitana de São Paulo”³⁷⁴ (Apêndice 10).

Estudar a dinâmica geográfica [territorialização, desterritorialização, (re)territorialização] na perspectiva da apropriação da práxis social do trabalho pelo capital é a via para entendermos que a contínua re-configuração desse processo revigora as dicotomias entre a vida dentro e fora do trabalho ou entre os momentos sociais da produção e da re-produção, da mesma

³⁷⁴ Esse texto, em coautoria com Fernanda Keiko Ikuta, foi publicado nos *Anais do Seminário Metrópole: Governo, Sociedade e Território*, 2, Rio de Janeiro, 2007. p.1-20.

forma que as redefinições advindas do processo de “gentrificação”, via de regra acompanhadas da publicidade oficial que fetichiza seu caráter de classe a favor dos setores hegemônicos e em detrimento da classe trabalhadora³⁷⁵.

Desvendar essas territorialidades resultantes dessas dicotomias é, neste momento, um dos grandes desafios tanto para os trabalhadores e suas organizações como para pesquisadores. As redefinições das relações entre capital, trabalho e dinâmica urbana estão sendo abordadas enquanto redefinições nos projetos de sociedade. Assim, a perspectiva de análise é que os projetos revelam e, ao mesmo tempo, condicionam e influenciam os aspectos centrais e estruturantes da sociedade. Nesse sentido, pensar e refletir acerca da cidade é pensar e refletir sobre a sociedade, sendo o inverso também verdadeiro. Se o processo de globalização tem servido para sustentar e justificar as políticas urbanas atuais, nota-se que um dos principais motivos é que o capital está expandindo sua lógica para além do mundo do trabalho. As novas territorialidades, produto desse processo, são a base para a intensificação da cooptação na esfera da vida cotidiana e da subjetividade dos sujeitos sociais.

Por isso, a apropriação da práxis dos trabalhadores (considerando sua participação nos movimentos, associações e outras instâncias) pelo capital se dá em todas as faces, tanto fragmentando sua identidade, como homogeneizando sua forma de vida e prática política, o que confunde os trabalhadores, sindicalistas, pesquisadores. São presentes também as ações no âmbito da educação: com os cursos de formação continuada, (re)qualificação do trabalho, empresas júnior; no âmbito da saúde, a aplicação da ergonomia, com vistas à racionalização da organização do trabalho, com vistas a melhorar a relação entre homem e máquina; na dimensão do lazer, por meio da padronização do consumo, via *shopping centers*; concursos para eleger o operário padrão³⁷⁶; campanhas de *marketing* associadas aos esportes do momento, tais como Copa do Mundo de Futebol etc.

Há, ainda, exemplos que poderiam ser tomados para lembrarmos dimensões alternativas ao que vimos anteriormente e que podem ser melhor entendidas quando se explicitam os referenciais políticos adotados³⁷⁷, tais como: vinculação entre moradia e trabalho, compreensão do momento da produção também como momento da formação política e a conscientização sobre a necessidade de ampliação das condições de existência dos trabalhadores.

As pesquisas nos têm mostrado que o conjunto das condições sociais de existência não está contemplado nas reivindicações dos trabalhadores, que ainda deixam fora de suas preocupações vários aspectos da reprodução, como alimentação, saúde, educação, habitação etc. As entidades dos trabalhadores (dos campos e das cidades), os sindicatos, as associações deverão articular as lutas “fora” do universo do trabalho com as lutas “dentro” do trabalho. Até porque o trabalho não pode mais ser compreendido em si, somente no ambiente de explicitação da lavra, ou

³⁷⁵ Sobre a gentrificação, ver Smith (1996 e 2001); Zukin (2000).

³⁷⁶ Uma alusão à histórica campanha realizada pela Rede Globo e SESI, que, durante os anos duros da Ditadura Militar, na década de 1970, amortecia a insurgência da consciência da exploração do trabalho pelo capital e as evidências do período de exceção.

³⁷⁷ Foram utilizados alguns casos concretos, tais como: assentamento urbano [Anita Garibaldi, ligado ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto)]; FUCVAM (Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua), com atuação no Uruguai; e também a experiência dos trabalhadores argentinos, que unificaram vários setores (inclusive desempregados) e disseminaram a luta da fábrica para o bairro; a Farmácia Viva, do MST, em Itapeva, experiência de produção de remédios fitoterápicos etc.

no “chão de fábrica”, deslocado das ligações e relações societárias e das mediações sociais que proclamam esse redefinir constante.

Diferentemente, o sistema metabólico do capital, longe de ser fragmentado, é *totalizante* (apesar das divisões intercapital e interesses diferenciados na escala intracapital) e mantém imbricados os momentos sociais da produção e da reprodução, além das formas de objetivação e subjetivação. Dessa maneira, busca a todo custo garantir o exercício do controle social e a captura da práxis do trabalhador, seja no âmbito do viver/morar, seja no âmbito do trabalhar e da produção da mais-valia, da reprodução do capital.

Vimos, assim, que a fragmentação da práxis social debilita a prática organizativa dos trabalhadores, que, restritos ao individualismo/corporativismo e princípio imediatista das reivindicações e mobilizações (sindicais), não conseguem ampliar as suas lutas e se fortalecerem para um embate efetivo contra o metabolismo social do capital e seu sistema de controle. É como se tomássemos o exemplo dos círculos de controle de qualidade (CCQ), típicos do toyotismo, que, além de revigorarem os expedientes diretamente vinculados ao aumento da produtividade do trabalho, também exercem peso definidor no controle da subjetividade do trabalhador, ao considerá-lo parceiro, transferir-lhe missões produtivas e de controle, o que havia sido objeto de separação radical no fordismo/taylorismo.

Com isso, o capital intenta viabilizar o *novo* papel desse trabalhador *renovado*, mediante dispositivos que vão repercutir *extra-chão-de-fábrica*, ou seja, novos relacionamentos e sociabilidades, por conta dos novos cursos e oficinas de (re)qualificação profissional³⁷⁸, alguns, inclusive fornecidos pelos próprios sindicatos, incrementos salariais que de alguma maneira são acompanhados da destinação da utilização do tempo livre para a esfera do consumo. Quando direcionamos nossas atenções para as campanhas publicitárias, que atraem as pessoas de modo geral, e os trabalhadores em particular, para o consumismo desenfreado, em tempos de estoques regulados e da produção guiada pela demanda, esses assuntos podem ser melhor observados. Os resultados da pesquisa “Sociedade de consumo e o discurso publicitário: reflexões sobre o diálogo entre a dinâmica geográfica da propaganda e a classe trabalhadora”³⁷⁹, sob a responsabilidade do estudante Wagner Moreira, têm mostrado com muita pertinência as repercussões da publicidade muito além da promoção de marcas e produtos, rebatendo na concepção de mundo, centralmente dirigida à resolução da individualidade do ser que consome.

Nesse contexto, verificamos que as lutas sociais se diluíram em um sem-fim de interesses pessoais *dessintonizados* da perspectiva de classe, fragmentados em lutas da esfera da produção e lutas da esfera da reprodução, em alguns casos mediatizados por interesses comunitários, e *nichos* ideológicos específicos, mas sem alcance organizativo e político capaz de abranger o conjunto das relações sociais que englobam a totalidade da vida do trabalhador.

³⁷⁸ Pudemos dimensionar com detalhes esse procedimento, durante dois anos seguidos que em estivemos à frente das avaliações dos cursos de qualificação profissional, sob responsabilidade da UNITRABALHO, observando o papel desempenhado pelos sindicatos, federações confederações e centrais, de forma direta, na formulação dos próprios cursos, e também indireta, quando aceitavam apenas reproduzir os pacotes prontos, vindos da Secretaria de Estado das Relações de Trabalho, ou do próprio Ministério do Trabalho e Emprego.

³⁷⁹ Projeto de Iniciação Científica, financiado pelo PIBIC/CNPq, no segundo ano de execução. Indicamos o relatório final, entregue em setembro de 2007, como referência dessas reflexões, pois ainda não finalizamos texto para publicação.

Nesse sentido, se um dos grandes desafios dos trabalhadores, hoje, é articular as lutas “fora” do mundo do trabalho com as lutas “dentro” do trabalho, somente esse feito não garante uma luta para além do capital³⁸⁰. Ou seja, é necessário articular as lutas visando à superação da sociedade do capital.

Por essa via de compreensão, podemos vislumbrar que a pluralidade das formas de organização do trabalho e da classe trabalhadora, que expressa a resistência e o confronto com o capital e com o Estado, chamará para si a responsabilidade de debater a unificação orgânica, opção capaz de promover a “leitura” e a ação da totalidade da práxis social (dentro e fora do trabalho e, sobretudo, as formas de influências e determinação em mão dupla), referenciada, pois, do ponto de vista de classe.



Temos conseguido obter informações igualmente importantes e apreender facetas centrais do processo de (re)fragmentação e de (re)organização do trabalho no campo, incluindo tanto a dimensão sindical – as novas instâncias organizativas dos trabalhadores da agroindústria (principalmente canavieira) e da agricultura familiar camponesa – quanto as organizações envolvidas especialmente na luta pela terra, ou seja, os movimentos sociais propriamente ditos.

Em dois textos da nossa lavra pessoal, propusemo-nos apresentar essas preocupações, com ênfase nos aspectos teóricos e metodológicos: 1) “O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil”³⁸¹ (Texto 5) e, num patamar mais aprofundado, 2) “O metabolismo do capital, em São Paulo: controle e fragmentação do trabalho”³⁸².

As fragmentações em novas corporações sindicais que redundam nas *novas* estruturas de organização influem diretamente no mundo do trabalho e rebatem, da mesma sorte que retroalimentam, os rearranjos organizativos e a própria subjetividade da classe trabalhadora. Referenciamos esse entendimento nas fragmentações ocorrentes internamente ao trabalho, numa sequência que, desde final dos anos 1980 e início da década de 1990, teve na criação da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo) e dos Sindicatos dos Empregados Rurais (SER) o ponto alto, reforçado com a entrada em cena da FAF (Federação da Agricultura Familiar), no interior da CUT, em 2000, da FERCANA (Federação dos Empregados Rurais no Setor Canavieiro do Estado de São Paulo), em 2001, e da FERULCASP (Federação dos Empregados Rurais da Lavoura Canavieira do Estado de São Paulo), em 2001. Tanto a FERCANA quanto a FERULCASP tiveram vida efêmera, e não fazem mais parte do cenário político-organizativo dos trabalhadores rurais. Esta se restringia às bases sindicais dos STR's da região de Flórida Paulista, que, desde o início de 2002, se apresentava como “racha” da FETAESP e alternativa de organização

³⁸⁰ Tomamos de empréstimo essa expressão nos moldes da formulação de Mészáros (2002).

³⁸¹ Esse texto foi apresentado no XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Petrolina (PE), em dezembro de 2002, e publicado originalmente nos *Anais* desse Evento. Depois de revisado e ampliado, foi publicado na *Revista de Geografia*, ano IX, n.17, jan./jun., de 2003, da AGB/Dourados. Atendendo a pedido dos editores da *Revista Candeia*, permitimos publicação: *Revista Candeia*, Ano 4, N.6, Goiânia: IFAS, 2003. p.51-61.

³⁸² O convite para compor a equipe que comporia o livro *Desafios do Trabalho* nos estimulou a aprofundar as reflexões que foram lançadas inicialmente no texto “O Trabalho como Elemento Fundante para a Compreensão do Campo no Brasil”.

aos trabalhadores, sem, no entanto, se comprometer com as lutas específicas dos assalariados da lavoura canavieira, tampouco tomar a frente das negociações salariais e trabalhistas. Já aquela nem chegou a “decolar” dos chamados de cúpula.

Em certa medida, essas disputas mais parecem uma batalha *campal* nos tribunais de justiça do trabalho, a fim de garantir *reserva de mercado* e protagonismo burocrático das “lutas”, para gerir os recursos da contribuição sindical e menos para exercer a representação dos trabalhadores.

Tantas siglas e significados nos impõem entender os desdobramentos políticos, econômicos e territoriais desse processo social que mexe profundamente com a identidade do trabalho, mais precisamente, que impacta a noção de pertencimento de classe.

A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), desde 1989/1990, a partir da saída de seus quadros da FETAESP (Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo), inaugura uma concepção de organização sindical do trabalho, pela especificidade da inserção no processo econômico, como assalariado, o que veio a ocorrer no contexto da agricultura familiar camponesa, somente no final da década de 1990, com a criação da FAF (Federação da Agricultura Familiar) e dos SINTRAFs (Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar). Esse formato teve início no final dos anos 1990, nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, sendo que a multiplicação territorial e política para os demais Estados segue ritmo lento e desarticulado.

Nos mesmos moldes das entidades congêneres criadas nos três Estados sulistas (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), também no âmbito da CUT, apenas reforçou o referencial da especificidade, agora, pois, ancorado nos produtores familiares, na sua grande maioria proprietários de terra, reforçando o componente imediatista e *trade-unionista*, isto é, corporativo, economicista do sindicalismo brasileiro, de maneira geral.

Esse processo de fragmentação, caracterizado por dissensões políticas, ideológicas e de cariz pessoal, internamente ao movimento sindical, reflete tão-somente a magnitude das fissuras existentes, que não começam nem tampouco terminam nos limites das filiações dos sindicatos às centrais sindicais.

Poderíamos lembrar as ações da CONTAC (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agroindústria), dos SINTRAF's, do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e do próprio MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), todos filiados à CUT, que também se ligam em algumas ações ao MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores), e, por outras vias, mas com o mesmo ímpeto, o Conselho Nacional dos Seringueiros, com atuação no Estado do Acre. Mas, o que é importante asseverar é que, no geral, o que predomina é a incomunicabilidade entre essas diferentes instâncias de representação dos trabalhadores.

É importante observar que há forte vínculo dos trabalhadores rurais, ainda que em outras agremiações, à estrutura sindical, historicamente arraigada aos STRs, que igualmente se reflete nos SER's e nos SINTRAF's, apesar dos enquadramentos se diferenciarem [do específico e do geral (STR), ou somente assalariados (SER), somente agricultor familiar (SINTRAF)]. Há também a aproximação entre o MAB, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o MST e, em certa

medida, o MPA e agora também sua dissidência, o Movimento Camponês Popular (MCP), e alguns STR's mais envolvidos com a organização dos trabalhadores para ocupações de terra.

Também compõem essa lista as Ligas dos Camponeses Pobres (LCP) – produto do “racha” internamente ao MST, em Rondônia, e também dos círculos de influência da Igreja Católica e do PT, que primeiramente deu origem ao Movimento Camponês Corumbiara (MCC)³⁸³, herdeiro da luta de resistência após o massacre ocorrido no dia 09 de agosto de 1995, na Fazenda Santa Elina, município de Corumbiara (RO), ocupada por 600 famílias, sendo que 11 trabalhadores foram assassinados, 7 desaparecidos, mais de 200 com sequelas³⁸⁴. Dessa chacina, mais uma vez ficou evidenciado o forte traço da impunidade, no Brasil, pois apenas 16 policiais foram julgados e o pior é que 13 foram absolvidos.

Outro exemplo a ser ressaltado é a filiação da FERAESP à CUT e da FETAESP à Força Sindical, da mesma maneira que a filiação de STRs à CUT e à Força Sindical não definem *a priori*, ao menos não de forma marcante, a combatividade e representatividade das lideranças e dirigentes sindicais, mas, sim, demarcam um complexo campo de disputas em torno dessas agremiações e o usufruto das *máquinas ou aparelhos sindicais*.

A impugnação da FERCANA, em primeira instância, motivou seus articuladores a propugnarem pela criação do SINTAGRO (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias)³⁸⁵. No entanto, depois de seguidas rodadas de negociações, a FERAESP atraiu para o seu campo os quadros dirigentes da FERCANA/SINTAGROs, particularmente seu ex-presidente, Mauro Alves Silva, sob o argumento de que “essa foi a melhor maneira de neutralizar essas ações políticas e fazer valer a idéia do SINTAGRO para o seu campo político de intervenção”³⁸⁶. Ou seja, juntar os trabalhadores da agroindústria numa única entidade sindical.

As movimentações em torno dessa ideia, que partem da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Estado de São Paulo e da FERAESP, tiveram o propósito de sinalizar um campo de discussão marcado pelo desejo de juntar os interesses dos trabalhadores da agroindústria canavieira, em São Paulo. Formulações ainda restritas ao produto principal (no caso do álcool)³⁸⁷, até com desenhos que contemplam a cadeia produtiva agroalimentar e financeira, são intenções manifestas dos dirigentes dessas duas corporações. Poderíamos mencionar outras iniciativas recentes, como ocorre em Pernambuco, através da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco); no Acre, nucleada pelas lideranças dos

³⁸³ Para mais detalhes, ver: Coordenação das Ligas dos Camponeses Pobres. *Nosso Caminho*. Goiânia, 2006. 39p.

³⁸⁴ A tese de doutorado *Corumbiara: o massacre dos camponeses*, de autoria de Helena Angélica de Mesquita, é referencial sobre o assunto e deve ser consultada por aqueles que pretendem compreender os detalhes desse trágico episódio da histórica recente do campesinato, dos trabalhadores e das famílias envolvidas na Luta pela Terra, no Brasil. Essa tese procurou criar espaço para as vozes sufocadas no acampamento, nos processos judiciais e no júri, no qual os sem terra Cícero e Claudemir foram condenados e os policiais e oficiais que participaram da operação foram absolvidos.

³⁸⁵ O requerimento do reconhecimento dos sindicatos recobre os seguintes municípios: Barra Bonita, Guará, Igarapava, Ipuã, Lençóis Paulista, Macatuba, São Joaquim da Barra, Mineiros do Tietê. Essa formulação muito se assemelha à organização dos trabalhadores envolvidos na produção de frutas para exportação no Vale do Rio São Francisco, nos Estados da Bahia e de Pernambuco.

³⁸⁶ Cf. Entrevista concedida por dirigente da FERAESP, em dezembro de 2003.

³⁸⁷ As primeiras reuniões e as discussões acumuladas, até o momento, pelos dirigentes dessas duas corporações sindicais, apontam também para a formulação da cadeia produtiva agroalimentar e financeira, que incluiria setores mais amplos além do álcool ou até do açúcar.

STRs, as cooperativas vinculadas às Reservas Extrativistas, no âmbito da CUT; a Federação dos Trabalhadores Rurais do Centro-Oeste, contendo os pequenos proprietários familiares e assalariados.

Iniciativa das mais nobres, não acompanhada de discussão e de trabalho político nas bases sindicais, portanto não tem, nessa experiência, referência estimuladora. Isto é, a junção dos trabalhadores, fragmentados em diversas atividades e identificados pelas corporações sindicais (encimadas na concepção de ramo), aliás, apontamento ainda desconhecido para os trabalhadores brasileiros, não foi capaz de mobilizar o público potencialmente alvo dessa proposta.

Na prática, esses segmentos do movimento sindical estão retomando discussões que comparecem em cena, em meados dos anos 1990, e que tivemos oportunidade de debater criticamente com os atores sociais implicados, por ocasião da Tese de Doutorado, sendo que pudemos incorporar essas reflexões naquele trabalho³⁸⁸.

Agora, com as preocupações voltadas para a iminente reformulação do cenário sindical e trabalhista, anunciadas pelas reformas constitucionais e pela crise estrutural que abate o universo do trabalho, com o crescimento do desemprego, da precarização, os dirigentes estão se antecipando e propondo rearranjos organizativos.

Num primeiro momento, parece-nos que estão muito mais motivados para se manterem à frente das entidades sindicais, do que por sensibilização político-ideológica fundada no fortalecimento das instâncias de organização dos trabalhadores, na crítica radical à sociedade do capital, na efetividade da radicalização da luta política, ideológica e, conseqüentemente, na consciência de classe fundada nos ideais emancipatórios.

A ideia em torno da qual está nucleada a junção dos trabalhadores envolvidos na agroindústria canavieira, em São Paulo, não insere na pauta a questão da unificação orgânica dos trabalhadores, nem formulações que contêm enunciados críticos em relação ao processo de fragmentação do trabalho.

Nesse processo de disputas políticas que registra as fissuras internas e os desejos de junção de segmentos de trabalhadores, igualmente se presencia, especialmente no início dos anos 1990, a Luta pela Terra, a qual não se restringe somente à seara do MST e dos demais movimentos de luta pela terra, mas envolve algumas entidades sindicais diretamente ligadas à organização dos trabalhadores assalariados, especialmente à cana-de-açúcar, como é o caso de alguns SER's vinculados à FERAESP; a FETAPE, em Pernambuco; a FETAGRI, no Mato Grosso do Sul; a CONTAG, no Ceará e no Rio Grande do Norte etc.

A consecução do projeto de Tese de Doutorado "Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desafios para o trabalho"³⁸⁹, sob a responsabilidade da professora Ana Maria Soares de Oliveira, está possibilitando o entendimento desse processo, os conflitos e contradições detalhados para as principais regiões e Estados produtores, com base em critério de amostragem extremamente significativo, que revela o conteúdo destrutivo da expansão do capital no campo, com desdobramentos que não se restringem somente, no caso particular da agroindústria canavieira, mas às questões que têm a ver com a luta pela terra e pela Reforma Agrária, as instâncias de organização dos trabalhadores etc.

³⁸⁸ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002b.

³⁸⁹ Esse trabalho está em fase de conclusão e deverá ser defendido em maio de 2009.

A tentativa de compreender o conteúdo e os significados desse processo de fragmentação e de junção (corporativa) do trabalho rural, em São Paulo, bem como as atuações das entidades sindicais em ocupações de terra, amplia o sentido polissêmico do trabalho e nos põe atentos em relação às mediações e aos desdobramentos para as entidades de organização dos trabalhadores, seja no âmbito sindical, seja no associativo, dos movimentos sociais etc. Os aspectos limitantes e as travagens que impedem a “leitura” do trabalho para além das fragmentações e junções corporativas e territoriais, fundadas no metabolismo societal do capital, nos colocam frente a frente com a estrutura social mais geral.

Os aprendizados dessas pesquisas nos têm permitido aprofundar reflexões em torno do conceito de plasticidade do trabalho e do rico processo que revela as diferentes faces que o trabalhador vivencia, e que tentamos desenvolver e aprofundar, ao longo dos itens da Parte I do texto sistematizador.

De todo modo, a consecução das pesquisas nos desafia a compreender a plasticidade constantemente rompida no universo do trabalho, as clivagens corporativas que enrijecem as fronteiras das categorias de trabalhadores (sindicatos, associações, cooperativas e as disputas e “rachas” internos); portanto, os impactos dos rearranjos nas formas de produção influenciam o universo simbólico e a subjetividade do trabalho, lançando novos elementos para pensarmos os encaminhamentos específicos, no âmbito dos trabalhadores assalariados, da informalização, da Luta pela Terra e pela Reforma Agrária.

Ou, ainda, isso reabre a discussão sobre o controle do território, pois esse é o elemento-chave para compreendermos as mediações que compõem a estrutura de poder e de classe e seus rebatimentos nas disputas territoriais, que subordina e subjuga o trabalho, ou o ser que trabalha.

3.1. Gênero, classe e relações de poder no campo e na cidade

As relações de poder também podem ser visualizadas, quando dirigimos nossas atenções para refletir sobre a dialética das relações sociais de gênero, presentes na dinâmica territorial da sociedade. Na cidade e no campo, respectivamente, nos sindicatos, os que têm mulheres na direção, na informalidade ou na *camelotagem* propriamente, e na Luta pela Terra, particularmente nos acampamentos e nos assentamentos, temos as formas concretas que expressam o gênero como objeto das nossas investigações.

Tratamos de identificar a estrutura da divisão sexual do trabalho que se estabelece nesses territórios. A identificação das atividades produtivas, reprodutivas e de trabalho comunitário, nos assentamentos e acampamentos, é fundamental para evidenciar a participação de homens e mulheres em todos os níveis e suas respectivas contribuições. As diferenças entre homens e mulheres, construídas social e historicamente, rebatem diretamente nas formas geográficas. Isso nos está possibilitando compreender os desdobramentos da interlocução entre gênero, classe e território. Aliás, práxis teórica desafiadora.

Para tanto, têm sido uma constante os exercícios a fim de estabelecermos as mediações teóricas para viabilizarmos as pesquisas, no âmbito da Geografia do trabalho. Em vista disso, tem-nos sido possível, com o andamento das investigações, desvendar os processos (estruturais e locais) que criam e reproduzem a ideologia hegemônica de gênero, assim como as práticas de resistência presentes no território, tanto quanto às lutas na cidade, vislumbrando melhores salários, garantia dos direitos trabalhistas, direito à participação política nos sindicatos, quanto no campo, por meio da Luta pela Terra, viabilização de assentamentos, políticas públicas, Reforma Agrária.

Nessa caminhada, inserimos no nosso aprendizado as reflexões que principiaram a compreensão crítica da questão de gênero, no seio da distinção da construção das identidades feminina/masculina do sexo biológico mulher/homem, enquanto criações sociais. O conceito de gênero, nesse contexto, ao ser definido como um elemento constitutivo das relações sociais – baseado nas diferenças anatômicas manifestas entre os sexos – é também uma forma primeira de significar as relações de poder³⁹⁰.

A participação de Moore (1999) nesse debate é decisiva, quando propõe que o conceito de gênero contém duas perspectivas distintas, todavia não excludentes: a) como construção simbólica e, b) como relação social. As nossas preocupações em vincular as reflexões sobre gênero à temática do trabalho, por meio da “leitura” geográfica, nos levam para *além do fazer* (considerando o homem e a mulher) e ajudam a contemplar a valoração simbólica intrínseca à divisão sexual do trabalho. Em decorrência, podemos considerar a fragmentação da vida social em pública e privada, sendo a primeira reservada ao homem e a segunda à mulher.

No entanto, concordamos com McDowell (2000), quando indica que, diante das atuações sociais, considerando as interações entre os lugares e as situações – na casa, no trabalho, no sindicato – as diferentes maneiras de pensar e representar os lugares e o gênero relacionam-se mutuamente. O sentido que essa compreensão acrescenta às nossas preocupações, mas já contando com os resultados das nossas pesquisas, é de que o componente territorial dos diferentes contextos e situações requer que priorizemos o fim das desigualdades de classe e de gênero (não a diferença), por conseguinte, que apostemos na emancipação das mulheres da opressão de gênero.

Por outro lado, o enfoque do empoderamento das mulheres³⁹¹ destaca o fato de que elas experimentam a opressão de maneira diferente, ou seja, de acordo com a sua raça, classe, história e posição social. O que nos sugere esse tipo de abordagem é atentar para as estruturas e situações que simultaneamente tem que enfrentar a mulher trabalhadora rural, nos territórios da Luta pela Terra. Nesse caso, a desigualdade no acesso ao poder e tomada de decisões nos assentamentos e acampamentos rurais entre trabalhadores e trabalhadoras coloca o empoderamento como uma necessidade básica para as mulheres. Isto abrange a formação de alternativas provenientes delas próprias, seja por estarem organizadas algumas em grupos, seja pela consciência da sua situação. A título de exemplo, poderíamos citar que as formas de inserção e construção de espaços de poder das mulheres no Assentamento Madre Cristina e Che Guevara, localizados no

³⁹⁰ Em Scott (1995), essa discussão está muito bem desenvolvida.

³⁹¹ Cf. MOSER (1991).

município de Mirante do Paranapanema, dão-se somente pelo Setor de Gênero do MST e a Comissão de Mulheres.

A esse respeito, as pesquisas também têm indicado que a quebra do cotidiano familiar, tanto para as mulheres trabalhadoras militantes, quanto para as assentadas que se organizam em comissões, é um fato. A importância da dimensão pública da mulher militante pressupõe, além de novos saberes, novas informações que redefinem as relações de poder em nível privado.

Apesar da fragilidade desse debate, na Geografia, sobretudo quanto aos temas relativos à mudança social em que se inscreve o gênero, García Ramón (1990) aponta para a necessidade de fazermos as pesquisas influenciarem o repensar profundo sobre a questão de gênero, com o propósito de estabelecer a interlocução com os diversos assuntos objeto dos nossos estudos.

Nossa dedicação para fortalecer as linhas de interlocução internamente à Geografia, para a compreensão da questão de gênero no âmbito da organização sindical e da Luta pela Terra, tem-nos fornecido avanços significativos.

Em “A inserção da mulher no mercado de trabalho e no sindicato. Uma contribuição aos estudos de gênero na Geografia”³⁹² (Apêndice 11), enfatizamos o crescimento quantitativo da participação das mulheres nos sindicatos, nos últimos dez anos, mas também oferecemos reflexões sobre seus desdobramentos na condução política das entidades de que participam, bem como as ações (alianças e disputas internas) postas em prática para o exercício do poder sindical.

Centramos nossas atenções na compreensão da questão de gênero e de que forma e quais os expedientes utilizados para o exercício da representação/defesa dos interesses das mulheres, e quais os vínculos com os rumos organizativos da classe trabalhadora. Essas reflexões, com mais ou menos profundidade, nos têm possibilitado proceder algumas mediações teóricas para compreendermos essa faceta do trabalho, mas também suas relações com as demais, na perspectiva de classe, como se fazem presente na Parte I, no item Objeto e Problemática.

Muito embora não seja um assunto que desponte nas áreas de especialização da Geografia, acreditamos que, mesmo que estejamos extraindo muito mais contribuições do que fornecendo, certamente devido ao pouco amadurecimento no assunto, os resultados das pesquisas nos incentivam à continuação. Os vínculos de pesquisa recentemente construídos, junto às professoras Doreen Massey e García Ramón³⁹³, constituem uma das evidências do nosso interesse em apostar nas investigações sobre gênero, mas com as atenções fundadas na temática do trabalho, sob a ótica da “leitura” geográfica do gênero.

O projeto de Pesquisa de Doutorado “Luta pela terra sob o enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”, sob a responsabilidade de María Franco

³⁹² Esse artigo, em coautoria com Terezinha Brumatti Carvalhal, foi publicado na *Revista Ciência Geográfica*. Bauru, N. XI, V. XI, p.111-121, 2003.

³⁹³ Estão em curso conversações entre o CEGeT e as referidas professoras/pesquisadoras da Open University of London (Inglaterra) e Universitat Autònoma de Barcelona, respectivamente, para futuros estágios, cursos e projetos integrados e de cooperação.

García³⁹⁴, ampliou nossos horizontes de compreensão sobre a questão de gênero e os pressupostos da “leitura” geográfica da estrutura de poder e do controle social.

Da mesma forma, a participação das mulheres nas atividades informalizadas, tais como na *camelotagem* e como ambulantes³⁹⁵, é recorrente, mas os estudos ainda se fazem iniciais. Com o apoio nos resultados das pesquisas de terceiros, esse assunto também não desponta de forma específica, tendo, pois, que ser extraído de formulações gerais.

O recorte de pesquisa sobre gênero também abre possibilidade para sintonizarmos o aprendizado sobre a temática do trabalho, no interior das contradições que elevam a questão cidade-campo como central para compreendermos a Geografia do trabalho. Ou seja, a dinâmica geográfica do trabalho, em respeito aos rearranjos processados internamente ao movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, produz implicações diretas, não somente na arrumação da sociedade e das mulheres, em particular, mas também nas formas de organização dos trabalhadores, em geral, em consonância com o enraizamento do vínculo laborativo, se no campo, se na cidade.

Dessa maneira, as funções e papéis de gênero, identificados em sindicatos, assentamentos e acampamentos rurais de origem na Luta pela Terra, do MST, vinculam-se a um conjunto de questões que determinam a divisão do trabalho, a vigência da autoridade e do não-trabalho entre homens e mulheres (acampados e assentados). Todavia, para podermos identificar as desiguais distribuições de poder, com base nos diferentes papéis sociais, é imprescindível que consideremos a divisão sexual do trabalho, porém por dentro do metabolismo social.

Contemplar as particularidades do homem e da mulher enquanto trabalhadores, na complexa trama de relações que caracteriza o mundo do trabalho, no século XXI, contribui para identificar os mecanismos implícitos na opressão de gênero e a apropriação e reprodução dessa condição pelo capital sob o amparo institucional. De acordo com Antunes (1999),

[...] as relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham, são, desde a família, a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (p. 109).

Pretendemos realçar que a exploração de classe, a carência/ausência de poder e a exclusão social são espécies de opressão que se constituem em virtude da divisão social do trabalho. Por conseguinte, quando levamos em conta a exploração da classe trabalhadora, a opressão tem lugar através de um processo contínuo de apropriação da mais-valia do trabalho pelo capital. Nesse sentido, a injusta divisão da sociedade produtora de mercadorias em classes não se sintetiza só no

³⁹⁴ A estudante ingressou no Programa de Mestrado, em agosto de 2001, mas, em outubro de 2003, momento de realização do Exame Geral de Qualificação, a Banca Examinadora sugeriu que o trabalho de investigação em apreço fosse elevado ao nível de Doutorado. Assim, o projeto em vigência contempla a maioria das questões sugeridas pela Banca, especialmente o aprofundamento da construção simbólico-cultural e a representação social da produção e reprodução de relação de gênero, no interior da luta pela terra, e o resgate histórico da participação da mulher trabalhadora rural na mobilização popular e os seus desdobramentos, no Pontal do Paranapanema, e para a classe trabalhadora.

³⁹⁵ Esses recortes estão sendo objeto das nossas atenções, todavia os projetos de pesquisa encontram-se em fase inicial de preparação. De todo modo, as primeiras ações de pesquisa, com foco na abrangência da área central de Presidente Prudente, no *camelódromo*, e outras cidades em que estamos realizando visitas, bem como com base na bibliografia específica sobre o assunto, notamos que a relação entre gênero e informalidade ainda é fronteira, ou seja, se fazem necessários estudos específicos.

momento da distribuição, pois a exploração determina também as relações sociais estruturais entre as classes. A importância desse posicionamento é de possibilitar desvendar as clivagens que oprimem mulheres e homens como grupos sociais com identidade, ou subjetividade coletiva, de gênero.

Para tanto, é necessário que desenvolvamos investigações e que conheçamos a realidade social que tem no gênero tema de relevância, para entendermos a heterogeneidade da classe trabalhadora. Dentro disso, não poderíamos desconsiderar a dimensão da exploração presente em nível das relações capital-trabalho e as ações opressivas da relação homem-mulher (tal como nos acampamentos e assentamentos), de sorte que a luta pela constituição do gênero-para-si possibilite também a emancipação do gênero mulher.

Em concordância com Antunes (1995), reforçamos a ideia de que a construção social de gênero, nessa sociedade, tem delegado total responsabilidade com o lar para a mulher, cujas atenções devem ser voltadas para seu funcionamento, mesmo que esta venha a se inserir no mercado de trabalho, além da concepção criada de que as questões políticas e concernentes ao âmbito público devem ser de dedicação exclusiva dos homens.

Apesar de essas atribuições terem significados expressivos na sociabilidade vigente, nossas reflexões sobre a questão de gênero são referenciadas na ideia de classe social. Portanto, são as especificidades da mulher trabalhadora que balizam nossas reflexões, vivenciando a dupla e a tripla jornada de trabalho; nesse caso, quando inseridas na militância sindical e na Luta pela Terra e já se responsabilizam pelo ato de trabalho (sob qualquer relação de trabalho, no campo ou na cidade) e nos cuidados domésticos, da casa, ou da reprodução do trabalho e da prole trabalhadora.

Tudo isso requer que sejam devidamente compreendidos os diferentes matizes das relações de poder, no âmbito da temática de gênero. Por isso, o atributo “natural” concedido à divisão sexual do trabalho traz embutida a diferenciação na formação de homens e mulheres e nas representações que se fazem do que é masculino e feminino. Ou seja, a imagem do feminino está ligada ao trabalho delicado, sem formação, enquanto aos homens são destinadas funções mais qualificadas e os maiores salários. Poderíamos sinalizar, com o apoio da bibliografia específica, que a divisão sexual é um mecanismo de minimização social e econômica das mulheres.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, nas tarefas políticas, na militância e na organização política dos trabalhadores inclui aspectos que, juntamente às mediações imanentes, redefinem com mais ou menos intensidade o perfil da mulher trabalhadora, no século XXI. Teríamos a destacar o número crescente de mulheres que engrossam a PEA (46,7%, em 2007) e que desempenham funções e atividades até então reservadas aos homens (motoristas, segurança, serviços gerais etc.), todavia fortemente atingidas por relações de trabalho informais, salários menores.

Os órgãos de pesquisa e de estudos, tais como IBGE, DIEESE, IPEA, confirmam esse quadro e indicam que é sobre as mulheres que recaem os maiores percentuais de empregos sem carteira assinada e do trabalho informal propriamente dito (*camelotagem*, domiciliar, ambulantes, temporários etc.), especialmente nos grandes e médios centros urbanos.

Esse cenário redesenha a construção social sexuada do mundo produtivo e reprodutivo, no qual homens e mulheres são, desde o lar e a escola, qualificados diferentemente para o mercado de trabalho. Isto é, o capitalismo tem sabido se apropriar das mudanças em curso, quando precariza intensamente e de modo geral a classe trabalhadora, e arrocha violentamente o poder de compra dos salários, estimulando/forçando para que mulheres e jovens se direcionem para o mercado de trabalho para repor a renda familiar. Considerando os efeitos desse processo por um período pouco maior que uma década, temos, nos registros da Contagem da População de 2007 (IBGE)³⁹⁶, que, de cada quatro domicílios no Brasil, 1,7 são de responsabilidade da mulher. Tudo isso tem influenciado no adiamento da maternidade, na diminuição do número de filhos e na taxa de fecundidade. Essa é outra faceta a ser investigada, por nós, no futuro.

Em meio às contradições desse processo é que focamos a questão de gênero, presente no cenário sindical. Apesar da investigação se apoiar em levantamentos e fontes de dados primários, com o alcance circunscrito a Presidente Prudente, pudemos refletir igualmente outras realidades, devido à amplitude do levantamento bibliográfico e do conhecimento direto de tantas outras organizações sindicais, no Brasil, bem como nos referenciarmos em debates teóricos mais amplos e consistentes.

O projeto de Mestrado³⁹⁷ “A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente (SP)”³⁹⁸, sob responsabilidade da professora Terezinha Brumatti Carvalhal, permitiu que pudéssemos realizar um conjunto de exercícios teóricos e empíricos, para entendermos a participação da mulher na vida sindical e a questão de gênero que norteia essas relações sociais.

Se recorrermos à história recente, perceberemos que as discussões em torno da participação das mulheres na vida política brasileira, especialmente nos sindicatos, remonta ao início dos anos 1990. O debate em torno da política de cotas de participação de mulheres, nas direções sindicais, inaugura uma nova polêmica no interior do movimento sindical. É no IV CONCUT (Congresso da CUT), em 1991, que o assunto ganha dimensão nacional, mas é somente em 1994, por conta das deliberações do V CONCUT, que se institucionaliza, no âmbito da central sindical. Decorrida uma década, hoje esse assunto já ganhou novos atributos, todavia o preconceito e a hegemonia masculina, na direção dos sindicatos (e também de outras formas de organização dos trabalhadores) ainda são muito expressivos e determinantes.

Nesse sentido, em concordância com Antunes (1999), a luta das mulheres contra as formas históricas e sociais da opressão masculina deverão ser uma luta pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classe não significa o fim da opressão de gênero. Ainda mais quando entendemos que gênero é processo, relação, movimento, o que implica a interconexão com outras variáveis sociais, como raça, religião, idade e/ou nacionalidade. E, em uma sociedade dividida em classes, é evidente que nenhuma relação está desvinculada do contexto de sua luta (FRANCO GARCÍA, 2002, p. 46).

Objetivando ações para investigar a construção social da universalização/territorialização da subordinação da mulher enquanto desdobramento da questão de

³⁹⁶ Vide: www.ibge.gov.br/servidor_arquivos-est.

³⁹⁷ Há uma sequência de pesquisas que se iniciam no período da Graduação, incluindo estágios com e sem Bolsas de Estudos, que possibilitou a realização desse projeto em nível de Mestrado, e que fundou a linha de investigação sobre gênero no CEGeT.

³⁹⁸ Esse trabalho está prestes a ser publicado na forma de livro, numa coedição entre a CUT/Presidente Prudente e o CEGeT.

classe, pudemos chegar mais perto do jogo de relações e de poder que subordina um gênero a outro, considerando a realidade específica da Luta pela Terra, no Pontal do Paranapanema. É importante observar que as diferentes frentes, articuladas sob a bandeira da Luta pela Terra e a Reforma Agrária, agrupam uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras, os quais lutam contra um destino social de exclusão.

Na exploração da classe trabalhadora, a opressão tem lugar através de um processo continuado de apropriação da mais-valia do trabalho pelo capital. A exploração determina também as relações sociais estruturais entre as classes. É assim que se expressam as regras e normativas sociais, as relações de poder e as desigualdades a respeito de quem faz o quê e para quem, bem como qual é o processo social pelo qual as pessoas se apropriam dos seus resultados.

É importante destacar que o cenário no qual se inserem as mulheres trabalhadoras e trabalhadores tem como base fundante a concentração da terra, do capital, da renda, e a precarização das relações de trabalho.

Quando nos propomos compreender as mulheres trabalhadoras que fazem parte do processo de Luta pela Terra, na condição de acampadas, assentadas ou militantes de movimentos sociais rurais, importa frisar que estas enfrentam opressões diferenciadas das praticadas aos homens. A opressão de gênero dificulta e, via de regra, impossibilita a plena participação das trabalhadoras na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Já como classe social, a mulher é explorada da mesma forma como ocorre com seus companheiros de luta, os homens, no entanto esse processo se efetiva sobre extrema desigualdade, como já vimos.

Deve-se salientar que as categorias homem e mulher são socialmente construídas³⁹⁹. Essa é a perspectiva analítica que utilizamos para compreender as diferenças que marcam homens e mulheres. As implicações dessa abordagem são muito claras na arguição de Louro (1997, p. 21-22): “Ao dirigir o foco para o caráter fundamentalmente social, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”.

O fato está em que o capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho e, à mulher, longe de emancipá-la, explora mais intensamente. Assim, as mulheres assentadas e acampadas, que vendem sua força de trabalho, o fazem em condições desiguais em relação aos homens. A subvalorização da sua participação nas atividades produtivas significa remuneração inferior para as mesmas atividades. A evidência disso é que as diárias das acampadas que trabalham em assentamentos e fazendas ou das assentadas que trabalham nessas condições,

³⁹⁹ Quando nascemos, somos apenas macho ou fêmea. À sociedade está incumbido o papel de construir homens e mulheres. As sociedades constroem um padrão sociocultural que determina como deve ser o papel masculino e feminino, ou seja, “o que é coisa de homem e o que é coisa de mulher”, assim como todos os desdobramentos dessa configuração. Segundo Alves e Pitanguy (1999, p. 55-56), “o masculino e o feminino são criações culturais e, como tais, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os gêneros. A menina, assim, aprende a ser doce, obediente, passiva, altruísta, dependente; enquanto o menino aprende a ser agressivo, competitivo, ativo, independente. Como se tais qualidades fossem parte de suas próprias “naturezas”. Da mesma forma, a mulher seria emocional, sentimental, incapaz para as abstrações das ciências e da vida intelectual em geral, enquanto a natureza do homem seria mais propícia à racionalidade. Essa naturalização que inferioriza um dos gêneros, é um argumento também utilizado pelas teorias racistas. Os negros, os índios seriam ‘por natureza’ inferiores e, como tal deveriam ser mantidos sob comando, aliados da participação política, econômica e social”.

na roça, em lotes vizinhos, são inferiores às recebidas pelos trabalhadores, que desempenham as mesmas atividades, durante as mesmas horas de serviço.

A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas e acampadas vivenciam, no seu cotidiano. A minimização ou desvalorização do trabalho da mulher é algo que continua fortemente arraigado, tanto nos espaços urbanos e rurais, quanto nos territórios da luta.

Por sua vez, com respeito ao trabalho não assalariado que se realiza nos assentamentos e acampamentos, há uma forte marca de gênero. Ou seja, ainda que vislumbremos fissuras no padrão de comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras, forjadas na luta, a construção de relações de gênero nesses espaços referencia-se, de maneira geral, na tradicional divisão sexual das tarefas, legitimada na sociedade. Assim, à mulher é relegada a esfera privada e reprodutiva, no assentamento, e as atividades assistenciais vinculadas à saúde, educação e cuidado das crianças dos acampamentos. O espaço público e as atividades produtivas da roça no assentamento são masculinos, como o são também as tarefas de coordenação e gerenciamento dos acampamentos.

Nessa perspectiva, reitera-se que a discriminação de gênero espelha o crescente processo de feminização da pobreza. Os níveis de degradação, em geral, para os trabalhadores (homens e mulheres) são alarmantes, mas constata-se que as famílias chefiadas por mulheres assalariadas rurais representam, considerando a classe de rendimento até dois salários mínimos, 17,6% e os homens 61,6%, enquanto a média geral para o país é de 25,5% para as mulheres, variando, pois, para maior, nos Estados amazônicos (Amapá, 40,7%, Acre, 35,1%, Roraima, 31,7, Amazonas, 31,5%), e para menor (MT, 20,1%, Santa Catarina 21,7 e Mato Grosso do Sul, 21,7%). Esse quadro pode ser detalhado quando consideramos a posição na ocupação, tanto entre os homens como entre as mulheres, já que o mais comum é ser empregado (respectivamente 59% e 47%)⁴⁰⁰. Entretanto, um percentual mais expressivo das mulheres (34%), quando comparado aos homens (9%), ocupa posições mais vulneráveis no mercado, seja como trabalhadoras domésticas, seja como não remuneradas ou ainda como trabalhadoras para o consumo próprio ou do grupo familiar. Por sua vez, no Estado de São Paulo, a maioria dos lares chefiados por mulheres está localizada na zona urbana (68,3%), mas a situação de pobreza não é exclusiva da cidade⁴⁰¹. Fatores como o peso da discriminação de gênero, da exclusão social, da carência de poder e da exploração de classe colocam essas mulheres, juntamente com suas famílias, no limite da sobrevivência.

Independentemente das conquistas de cunho feminista e trabalhista, logradas durante décadas de luta, atentamos, hoje, ao incremento da precarização e informalidade nas relações entre trabalhadores, concomitante ao incremento da participação da mulher no mercado de trabalho.

⁴⁰⁰ Cf. FIBGE/PNAD, 2002-Microdados.

⁴⁰¹ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Em “Gênero e território da luta pela terra na era do fim do emprego”⁴⁰², tivemos a oportunidade de sintonizar as contradições que permeiam a opressão de gênero e a crescente precarização do trabalho diante da reestruturação produtiva do capital.

Na sociedade atual, a interação entre a produção, a reprodução da vida, a desvalorização global da força de trabalho diante da menor oferta de empregos formais e o aumento do contingente da força de trabalho ou, no caso do Brasil, da População Economicamente Ativa (PEA) se traduzem pelo agravamento geral das condições de vida. É nesse contexto que a mulher trabalhadora se inseriu no mundo do trabalho, ou seja, como força de trabalho *desvalorizada*.

As mudanças indicadas nas estatísticas internacionais sobre a mulher (PNUD, UNESCO, UNIFEM, FAO)⁴⁰³, tais como a diminuição da fecundidade, aumento da esperança de vida, sua progressiva e crescente incorporação ao mercado de trabalho, os avanços nos níveis de educação e os progressos na participação política, assim como a presença em cargos de responsabilidade, apresentam-se, segundo Sabate (1995), como as transformações sociais protagonizadas pelas mulheres, no último século. Ainda que essa afirmação requeira mais atenção e aprofundamento, o que se pretende sinalizar é que as tais transformações sociais vivenciadas pelas mulheres, em particular seu ingresso no mercado de trabalho, se dá, em todas as escalas geográficas do planeta, de forma precarizada e à base dos referenciais do preconceito de gênero.

Já em “Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território” (Apêndice 12)⁴⁰⁴, destacamos a necessidade de compreendermos as relações de gênero nos territórios de Luta pela Terra, por dentro da processualidade social que os define. Assim, o que encontramos é que as funções sociais das trabalhadoras acampadas mudam uma vez que se transformam em assentadas, o que repercute diretamente na redução do seu espaço político e social. Temos constatado, por meio das pesquisas, que, na situação de assentadas, as mulheres perdem parte significativa da sua inserção política, quando comparado à fase de acampada.

No trabalho na casa e no lote, resta-lhes posição secundária em relação ao homem – o marido. Tanto que as pesquisas específicas sobre gênero indicaram essa situação, assim como outras direcionadas para recortes diferentes também o fizeram⁴⁰⁵, e sinalizaram que isso transcorreu indistintamente da organização social, como, por exemplo, no caso do Pontal do Paranapanema: MST, MAST (e o conjunto das organizações que representa).

Abordar esse assunto, na Geografia, põe-nos em alerta para que possamos evidenciar que a plena participação das mulheres, na produção de espaços de organização e resistência, pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam, ou as

⁴⁰² Esse texto, em coautoria com María Franco García, foi escolhido pelo Conselho Editorial da *Revista Abalar*, para compor seu número de lançamento (N. 0), primavera de 2003. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2003. Atendemos ao pedido dos editores da *Revista Desenvolvimento Econômico* (ano 5, n.7, 2003. Salvador: UNIFACS, 2003) e permitimos sua publicação, por se tratar de periódico com inserção em outro público.

⁴⁰³ PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura); UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para a Mulher); FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura).

⁴⁰⁴ Esse texto foi elaborado em coautoria com María Franco García, apresentado no Seminário Internacional de Geocrítica “El Trabajo”, realizado em Barcelona, no período de 27 a 30 de maio de 2002, e publicado na *Revista Eletrônica Geocrítica*, v. 6, n.119, 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-frtho.htm. Depois de revisado, também foi publicado na *Revista Terra Livre*, n.19, ano 18, v.2, jul. dez., 2002. São Paulo: AGB/Nacional, 2003.

⁴⁰⁵ São os casos das Dissertações de Mestrado *Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP*, 2002, de autoria de Alexandre Domingues Ribas; e *Os movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP): Dissidências e Dinâmica Territorial*, de autoria de Edvaldo Carlos de Lima, ambas sob nossa orientação. Disponíveis em: www.prudente.unesp.br/ceget.

tornam *invisíveis*, seja na participação no trabalho produtivo e reprodutivo, seja nos processos de tomada de decisão e gestão, no campo ou na cidade. Para o exemplo que estamos abordando, esses são aspectos de fundamental relevância para a compreensão das territorialidades construídas no âmbito da Luta pela Terra e das suas vinculações à dinâmica do capital, à dinâmica territorial do trabalho, e as evidências da dialética homogeneização/diferenciação.

Basta lembrarmos que o trabalho e, conseqüentemente, a classe trabalhadora estão sob o domínio do capital. Isso não desincentiva a organização do trabalho, apenas repõe no seu devido lugar suas fragilidades diante dos dispositivos e instrumentos, utilizados pelo capital e pelo Estado, para o fragilizarem e dificultar/obstaculizar suas lutas político-organizativas e emancipatórias.

As experiências que estamos extraindo das pesquisas diretas e o conhecimento de outros estudos nos autorizam a destacar que as mudanças culturais, de hábitos, de noção de pertencimento, que o MST tem protagonizado e viabilizado nacionalmente, estão fortemente fundadas na capacidade que os Sem Terra desenvolvem, por meio de diferentes formas de expressão. Em vista disso, redefinem uma imagem positiva deles mesmos, e de forma diferenciada, por meio de dispositivos específicos para a incorporação das mulheres nas instâncias de decisão e de ação política.

Pensamos que, dessa forma, podemos compreender os elementos constitutivos mais importantes das relações sociais, de poder, de gênero que se identificam nas formas de resistência, sendo que a principal evidência, no nosso entendimento, é o salto político da mulher trabalhadora rural através da mobilização popular. Assim, nos aproximamos um pouco mais do entendimento dos procedimentos que evidenciam os antagonismos das estratégias. Melhor dizendo, para descobrir o significado da dominação masculina na nossa sociedade, temos que investigar o que ocorre no âmbito da opressão feminina.

Outra dimensão das pesquisas sobre gênero esteve a cargo do Projeto de Pesquisa em nível de Mestrado “A participação da mulher na luta pela terra: uma questão de classe e/ou gênero”⁴⁰⁶, sob a responsabilidade da professora Renata Cristiane Valenciano. Esse trabalho de investigação iluminou os horizontes para compreendermos a dinâmica das relações de gênero e de classe desenvolvidas internamente às organizações de mulheres que atuam no Pontal do Paranapanema. O rico material de pesquisa nos permitiu *juntar as peças*, para apreendermos a territorialidade das relações de gênero e de classe que perpassam e rebatem nas ações do Setor de Gênero, vinculado ao MST e à OMAQUESP (Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo), ligada ao ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

Ao longo dos últimos anos, têm crescido em importância as lutas e manifestações contra as formas de sujeição e de submissão, sendo que o combate liderado pelo Setor de Gênero⁴⁰⁷,

⁴⁰⁶ Projeto de Pesquisa defendido em janeiro de 2006, que representa o acúmulo de aprendizado que a professora Renata Cristiane Valenciano, ao longo de cinco anos de dedicação às atividades de pesquisa, foi capaz de sistematizar, sob nossa orientação. As experiências na qualidade de estagiária, bolsista IC/CNPq/PIBIC, foram-lhe muito importantes para que alcançasse maturidade para desenvolver a pesquisa de Mestrado, em dois anos, transitar pela literatura específica, bem como participar do debate teórico, no âmbito da Geografia do trabalho.

⁴⁰⁷ É importante ponderar a respeito das sucessivas mudanças de nomenclatura: o Coletivo de Mulheres passou para Coletivo de Gênero e deste a Setor de Gênero, para novamente ser definido como Coletivo de Gênero, que transita pelos demais setores. Isso mostra as dificuldades da incorporação da questão de gênero, no ambiente organizativo e na práxis do MST.

dentro da luta do MST, é uma luta dentro de outra. Isto é, as dirigentes fazem valer, internamente às instâncias de discussão e deliberação do MST, suas posições em torno do encaminhamento de demandas específicas das mulheres, na perspectiva do conjunto dos trabalhadores (homens e mulheres), todavia nem sempre essas avaliações são endossadas ao nível da direção do Movimento.

É importante considerarmos, também, que a desigualdade no tocante à tomada de decisão nos acampamentos e assentamentos entre trabalhadores e trabalhadoras coloca o empoderamento como uma necessidade elementar para as mulheres. Isso abrange a busca de alternativas, provenientes delas próprias, de preferência do Setor de Gênero e da Comissão de Mulheres, ligada ao ITESP.

Embora os objetivos e a ideologia do Setor de Gênero (MST) e a Comissão de Mulheres (ITESP) sejam diferenciados, não significa que a participação em ambas as instâncias seja excludente. Mesmo que para parte das militantes do MST sejam expressivas as discordâncias em relação aos modelos fechados e às estratégias que os técnicos do ITESP apresentam, para a maioria, essas são formas de construção de espaços de poder das mulheres trabalhadoras rurais.

Como já vimos anteriormente, o Coletivo de Gênero do MST é um dos segmentos do MST, tendo sido forjado, a partir de 1995, e composto por mulheres assentadas e acampadas em praticamente a totalidade dos assentamentos e acampamentos da região do Pontal. É importante destacar que o leque de demandas e ações desse grupo surgiu de reivindicações por liberdade aos presos políticos do MST, às reivindicações específicas dos até direitos extensivos à mulher, no que tange à saúde, violência doméstica, representação junto às instâncias organizativas do movimento e fora dele etc.

Por sua vez, a OMAQUESP está organizada em cinco regionais, no Estado de São Paulo, estando uma delas no Pontal do Paranapanema. Essa organização teve início em 2001 e nasceu de iniciativas e estímulos do ITESP, tornando-se uma forma organizacional incentivada para garantir incremento de renda familiar, a princípio, a partir de projetos forjados com esse intuito.

As formas pelas quais as mulheres dessas duas organizações optaram por trabalhar são determinadas pela história específica de formação de ambas as instâncias (Setor de Gênero e OMAQUESP) e o contexto político em que surgiram.

As mulheres ligadas ao Coletivo de Gênero do MST, igualmente denominado Coletivo de Mulheres, implementam ações que desafiam os papéis tradicionalmente identificados como sendo de mulheres, com o propósito de construir novos espaços de socialização e participação política, da mesma maneira que questionam outros assuntos que envolvem o conjunto dos trabalhadores assentados, sobretudo das lideranças, a criminalização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, lutas por melhores condições de moradia, saúde, educação etc.

O que apreendemos por meio das pesquisas é que, para as lideranças em particular, a luta pela terra é uma luta da família, do homem, da mulher e da criança. A ideia do fortalecimento do MST, como uma ferramenta da classe trabalhadora na luta contra o capital, o latifúndio, acrescentou também que é preciso envolver mulheres e homens para construir, internamente ao Movimento, novas relações de gênero.

Essas experiências de pesquisa nos levam a extrair, das entrevistas e diálogos com os trabalhadores, militantes, assentados e acampados, elementos essenciais para compreender o que se passa no interior da classe trabalhadora. Apesar dos limites e dificuldades organizativas, entendemos que as mulheres do MST procuram construir, em consonância com os recursos e formação de que dispõem, uma consciência de classe compromissada com a classe trabalhadora, propugnando para si condições de militar e dirigir o Movimento, de serem sujeitos e não apenas “objeto da história”. Dessa maneira, o desejo de romper com a consciência social burguesa é iminente⁴⁰⁸.

A OMAQUESP optou por atuar no âmbito social, não abordando a condição da precarização e as condições políticas que caracterizam sua comunidade de assentados. Outro aspecto intrínseco a essa instância organizativa das mulheres é o total repúdio a qualquer manifestação de cunho contestador contra o Estado e demais instituições e órgãos públicos diretamente ligados à questão agrária.

Vale notar que as mulheres que integram a OMAQUESP vêm de experiências distintas, no que concerne ao envolvimento com outras organizações e manifestações de luta, seja pela terra, seja pela moradia etc. Algumas vivenciaram a organização e mobilização de acampamentos, ocupações, quer dizer, estiveram ligadas anteriormente a outras frentes de luta, da qual podemos destacar, no Pontal do Paranapanema, o MST. Assim, a experiência com as lutas facilitou o envolvimento das mulheres em torno dessa organização.

A regularidade das manifestações nas quais o Setor de Gênero do MST, assim como as demais instâncias do Movimento, habitualmente se organizam e de que participam, não faz parte das atividades do universo da OMAQUESP. Suas lideranças alinharam-se ao ITESP, com o objetivo de estabelecer um canal de interlocução para obter os recursos públicos e fomento necessários para desenvolver seus trabalhos, implantar projetos e viabilizar suas atividades. Aliás, foi esse financiamento que sustentou vários projetos e o próprio funcionamento do grupo, desde a sua constituição até o período de crise vivenciado na região do Pontal, onde essa regional da OMAQUESP optou por se desligar da organização, o que posteriormente revelou uma série de conflitos que permeiam as aspirações político-ideológicas das lideranças, por exemplo, estruturar, discutir, deliberar e conduzir as políticas para as realidades e demandas que têm, no Pontal do Paranapanema.

Do mesmo modo, quando ponderamos a respeito da interlocução que essas agremiações mantêm com outras congêneres, que tenham objetivos similares, o Setor de Gênero estreita relações com movimentos que se confundem com a própria história de organização do MST, tais como: MMC, MPA, MAB, CPT, PJR (Pastoral da Juventude Rural), instâncias com abrangência nacional, enquanto a OMAQUESP mantém relações com instâncias do governo estadual, algumas organizações sindicais no arco da FETAESP e CONTAG, tais como alguns STRs e ONGs feministas. No entanto, em finais de 2007, a OMAQUESP compôs a aliança junto ao MST e FERAESP, que deu origem ao Curso de Pedagogia da Terra, vinculado ao INCRA/PRONERA, em convênio com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

⁴⁰⁸ Esses posicionamentos também podem ser encontrados no texto “Refletindo sobre as relações de gênero e/no MST”, produzido pelo Coletivo de Gênero Nacional (mimeografado).

As investigações sobre a questão de gênero e os demais assuntos que compõem a Luta pela Terra fortalecem a interlocução interna ao Grupo de Pesquisa e indicam resultados muito positivos para a Geografia do trabalho. A elaboração conjunta do artigo “Producción de la escala geográfica: las relaciones de género a través de la práctica discursiva”⁴⁰⁹ é a demonstração de que, para avançar a discussão de gênero, no interior do Grupo de Pesquisa, é necessário intensificar a ampliação do aprendizado, seguida de perto pelo estreitamento da interlocução interna e externa.

Assim, nossos estudos servem para ampliar os horizontes de compreensão do conteúdo da complexa trama de relações que compõe o metabolismo do capital, a estrutura de poder etc. Pela via inversa, poderíamos também colocar em evidência a especificidade de gênero e explicitar a estrutura de poder etc. O fato é que se propor entender a exclusão das mulheres trabalhadoras, sejam rurais, sejam urbanas é buscar em suas iniciativas de organização a referência de rompimento ou não com as amarras dessa mesma exclusão e toda a estrutura de poder, que requalifica ininterruptamente o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho humano, em geral. Portanto, não estamos sugerindo que a discussão de gênero se dê como uma realização predefinida ou idealmente imposta, mas como manifestação concreta da práxis social, a qual repercute concretamente nas lutas, quer por melhores salários, contra o imperialismo e a globalização capitalista, quer no contexto da Luta pela Terra e pela Reforma Agrária, na construção da emancipação social e do socialismo.

3.2. (Des)qualificação/(re)qualificação do trabalho e os papéis sociais recriados

Das mudanças consubstanciadas num amplo leque de territorializações, duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente. Isso confere índices alarmantes de superexploração, de subocupação e sub-remuneração⁴¹⁰, de subemprego, de desemprego associado à destruição crescente de inúmeras carreiras profissionais, de indigência, de desqualificação etc.

Tudo isso está associado às novas formas de controle do processo de trabalho e às formas de ser da classe trabalhadora, ambas conectadas aos pressupostos da reestruturação produtiva.

O rebatimento dessas marcas para o universo do trabalho implica graus variados de insegurança no emprego, intensificação da exploração e da jornada, mudanças de atividades e de

⁴⁰⁹ Esse texto foi escrito por María Franco García, Sônia Maria Ribeiro de Souza, Renata Cristiane Valenciano e Antonio Thomaz Júnior, para ser apresentado no IX Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em abril de 2003, na cidade de Mérida, México. O mesmo texto foi publicado no *Caderno de Resumos* e nos *Anais*, em CD-ROM, do referido evento.

⁴¹⁰ Segundo o IBGE, *subocupados* são os que têm jornada de trabalho menor do que gostariam, geralmente inferior a 40 horas. Os *sub-remunerados* são aqueles que ganham menos de um salário mínimo por mês. É sobre esse segmento que os percentuais são mais elevados, quando consideramos as áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, porque representavam, em dezembro de 2003, 2,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, expressavam salto de 52% em relação ao ano anterior, sendo que a maior incidência estava ligada às relações informais de trabalho e recaía sobre as mulheres (IBGE, 2003). Disponível em: www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est.

funções, desqualificação, desemprego, impactos no âmbito da organização dos trabalhadores do campo e da cidade, expressos na fragmentação da práxis social etc.

Mészáros (2003) nos oferece apontamentos importantes, para refletirmos a respeito da incapacidade de o sistema do capital incorporar a crescente massa de trabalhadores “inutilizáveis” à produção capitalista. O autor ressalta que não se pode manter esses trabalhadores alheios ao sistema reprodutivo do capital, ou seja, não pode o capital simplesmente “libertar” esses trabalhadores para se autorrealizarem, sob o risco de perder a hegemonia sobre a sua formação (qualificação/desqualificação/requalificação). Isso abriria possibilidades para os trabalhadores se defrontarem rapidamente com as alternativas de superação de sua própria condição de classe, fato que precipitaria o capitalismo a se defrontar com suas contradições estruturais.

Aliás, historicamente é uma constante, no capitalismo, o desemprego e as redefinições das habilitações/profissões, pois estão *geneticamente* relacionadas às transformações que o capital exige, à divisão técnica do trabalho para a acumulação ampliada, porém associada à constituição do *exército industrial de reserva* qualificado para exercer *toda* e qualquer atividade, no seio da produção capitalista, também denominada de polivalência ou multifuncionalidade. Dessa maneira, o capital necessita manter esse *contingente* de trabalhadores sob seu rígido controle.

Os princípios fundantes da hegemonia de classe conhecem ajustes, para que o controle social possa continuar cobrindo o tecido social, porém com a entrada de novos elementos que passam a fazer parte da práxis do capital e do Estado. É imersa nesses referenciais que a qualificação profissional (ou para o trabalho) vem compor, fundamentalmente, as promessas para a redenção do desemprego e da exclusão social.

É sob esse referencial que se estruturou e executou o Projeto de Tese de Doutorado “A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo”⁴¹¹, a cargo do professor Marcelo Dornelis Carvalho, mas com as atenções voltadas para a atuação e comportamento dos sindicatos, quanto à participação no PLANFOR/PNQ⁴¹², e para as demais ações vindas das outras iniciativas, no âmbito da educação para o trabalho⁴¹³.

Decorre dessa questão todo o aparato estatal e privado, direcionado para a (re)qualificação do trabalho, e a tão prometida adaptação da força de trabalho brasileira aos ditames do novo padrão produtivo, às novas transformações do capitalismo, pretextando garantir inserção no mundo do emprego formal, protagonizado pelo PLANFOR/PNQ. E, ainda, as ramificações junto aos Estados, por meio dos PEQs (Planos Estaduais de Qualificação); pelo PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), sob a responsabilidade do MEC (Ministério da Educação) e definidas a partir dos pressupostos explícitos na LDB/1996; pelo sistema S.

Queremos observar que, ao levarmos em consideração, nas nossas análises, os pressupostos do desenvolvimento contraditório do capital e os cuidados em compreender os desdobramentos do processo metabólico do capital para a totalidade das realizações, no tecido

⁴¹¹ Esse trabalho foi defendido em setembro de 2004.

⁴¹² Plano Nacional de Formação do Trabalhador, criado em 1996, no início do governo FHC, e Plano Nacional de Qualificação, inaugurado pelo governo Lula, ambos ligados ao Ministério do Emprego e do Trabalho.

⁴¹³ Há, pois, uma polêmica em torno das diferentes abordagens da educação profissional, polarizada entre os Ministérios da Educação e do Trabalho. Nos anos 1990, essa separação define o modelo de educação profissional brasileiro entre as escolas técnicas sob administração pública e o PLANFOR, unificados pela referência teórica do modelo das competências e gestados pelo CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Apoio ao Trabalhador).

social, a formação do trabalho para o capital, assim como a técnica, a tecnologia, o sistema de máquinas são imprescindíveis para compreendermos o movimento dialético que qualifica a síntese das múltiplas determinações expressas no espaço.

Nesse sentido, o alastramento das técnicas importadas do Japão e adaptadas consoante os desígnios do comando das empresas, tais como CCQs (Círculos de Controle de Qualidade), *kanban/Just-in-Time*, *kaizen*, TQC (*Total Quality Control*), foram se adequando às novas tecnologias microeletrônicas na produção, repercutindo tanto do ponto de vista da concorrência capitalista, quanto – e é o que nos interessa – na *nova* subordinação formal-intelectual do trabalho do *savoir faire* à lógica do capital, ponto alto do toyotismo. O resultado para o capitalista é a diminuição das porosidades do trabalho – elemento essencial para sua reprodução ampliada, como apontou Marx (1982), no volume I –, já que o trabalhador pode realizar várias funções, de acordo com as variações de demanda pelo seu trabalho.

Por conseguinte, entendemos que se trata de uma forma de organização/racionalização do trabalho que, ao se articular à racionalidade predominante taylorista-fordista, promove uma ruptura no interior de uma continuidade, marcando de maneira destacada uma *nova* subsunção real do trabalho ao capital.

Em “Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade”⁴¹⁴ (Texto 10), abordamos essas questões, sendo que a ênfase das reflexões, naquele momento, foi direcionada para os impactos das novas formas de gestão e controle do trabalho, no âmbito da reestruturação produtiva do capital e os limites da alternativa da qualificação/requalificação do trabalho, apresentados para os trabalhadores pelo capital e pelo Estado.

As mudanças em curso não estão, portanto, restritas às condições materiais do trabalho, pois afetam e são determinadas pelas condições subjetivas expressas nas ações políticas, no contexto organizativo propriamente dito. Isto é, a *nova* forma contemporânea de gestão do trabalho, fundada na captura da subjetividade operária, inscreve uma nova forma material do capitalismo, que redimensiona em profundidade o complexo de reestruturação produtiva.

Ao chamar a atenção para a necessidade da qualificação/formação profissional com o objetivo de manutenção/inserção no mercado de trabalho, o capital impregna no indivíduo uma busca duplamente útil para sua reprodução, numa clara inversão de papéis sociais. Em primeiro lugar, ao transferir a responsabilidade pela permanência no mercado de trabalho ao trabalhador, estimulando-o a lutar por isso e, em segundo, o movimento constante de qualificação/(re)qualificação do exército de reserva faz com que a maior oferta de mão-de-obra barateie os custos da fração variável do capital total.

O envolvimento com esse assunto igualmente nos possibilitou ampliar os horizontes da compreensão da qualificação profissional, por meio do Projeto de Mestrado, ao encargo do professor Leonardo de Oliveira Mendes. Em “Reestruturação produtiva do capital e (re)qualificação do trabalho: a territorialização do SENAI no Sudeste goiano”⁴¹⁵, foi possível focar o papel do SENAI

⁴¹⁴ Além de constar nas versões impressa e eletrônica da *Revista Pegada*, n.1, v.1, de 2000, também foi publicado na *Revista Tamoio*, n.3, 2003, por convite dos editores. Desde 2000, também está na *Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona*. Disponível em: www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm. Foi-nos igualmente solicitado para ser publicado na *Revista de Geografia*, da Universidade de León (Espanha), 2003.

⁴¹⁵ Essa Dissertação de Mestrado foi defendida em 18/05/2007.

em Catalão (GO), enquanto representante do capital e agente de cursos de qualificação profissional, com interesse direto no amortecimento das contradições e dos conflitos entre capital e trabalho.

Os mecanismos de alienação intrínsecos a esse intento são claramente renovados e redimensionados, para assegurar a principal prerrogativa da qualificação profissional, enquanto instrumento de controle do capital sobre o trabalho. Esse processo é ainda mais desafiador, porque o próprio movimento do capital, ao (re)criar novos dilemas e desafios para os trabalhadores, devido à sua capacidade de revolucionar constantemente as formas de controle do processo produtivo, que vão além do trabalho – atingindo e invadindo a vida das pessoas, em todas as dimensões –, faz com que a qualificação também fique *ao prazer* dessas idas e vindas do seu processo metabólico.

O cuidado com os desdobramentos das ações em torno da qualificação do trabalho, particularmente a dimensão subjetiva, mobiliza-nos para compreendermos a dimensão territorializante do controle social imanente às propostas em vigência para a consecução da qualificação para o Sistema de Educação Profissional (SEP), no país, e a recriação dos *novos* papéis sociais para o trabalho.

Devemos ressaltar que está em primeiro plano, tanto para o PLANFOR, quanto para o PNQ, a avaliação do Estado fundada na necessidade iminente de melhorar a *vendabilidade* da força de trabalho, de sorte a atrair investimentos estrangeiros, fundamentais para a manutenção do plano de estabilidade inflacionária, adotado desde 1994, reformulado nos oito anos da era FHC e revitalizado no governo Lula. Afinal de contas, alguém tem que garantir o *superávit* primário!

As pesquisas têm demonstrado que os incrementos da competitividade do capital, ligados à ampliação das habilidades profissionais dos trabalhadores, fazem do PLANFOR muito mais um instrumento de adaptação às condições reinantes da conjuntura econômica do que promotor de desenvolvimento social, por meio da qualificação do trabalho, como está prescrito nos seus objetivos.

Em “Engendramento da crise do capital nas redefinições do mundo do trabalho e na reconfiguração territorial”⁴¹⁶ (Apêndice 13), abordamos as vinculações entre as estratégias do capital, para viabilizar seu projeto estratégico e os rearranjos territoriais do ponto de vista do trabalho, conforme a adesão dos trabalhadores aos designios do capital. A expressividade desse processo consolida uma clivagem importante entre os trabalhadores com empregos estáveis e mais bem remunerados, em relação aos trabalhadores que ocupam empregos parcelizados, fragilizados e com baixa remuneração.

Também em relação à qualificação profissional, as transformações em curso apontam para uma demanda por qualificações diferenciadas e, sobretudo, de novo tipo. Isto é, exigem superqualificação em alguns setores, ao mesmo tempo em que desqualificam outras atividades profissionais.

É um desafio para nós distinguirmos entre as novas qualificações decorrentes da materialização das inovações técnicas, mediante a adoção de máquinas e equipamentos, das qualificações requeridas somente por conta das redefinições das formas de controle e gestão do trabalho, no processo de produção. No entanto, conjugadas ou não, todas indicam para a multiquificação do trabalhador, para o desenvolvimento de várias atividades pelo mesmo

⁴¹⁶ Esse texto, em coautoria com Marcelo Dornelis Carvalhal, foi publicado na *Revista Paranaense de Geografia*, Número Especial, 2004. AGB/Curitiba, 2004.

trabalhador, também denominado de polivalente, o que dá identidade ao toyotismo. No item Objeto e Problematização, deste texto sistematizador, pudemos ampliar o horizonte teórico desse conceito.

Nesse sentido, a qualificação profissional é posta como (re)qualificação das funções exercidas pelos trabalhadores individuais, atendendo às exigências da reestruturação produtiva do capital, embora seja necessário relativizar essa afirmação, tendo em vista que nem sempre o que é apresentado como necessidade de requalificação é efetivamente uma necessidade técnica, uma vez que o essencial para o capital é obter a adesão dos trabalhadores ao padrão organizacional do toyotismo (sistêmico, restrito e as formas combinadas), além de impor aos trabalhadores a necessidade de participação, como os CCQs, no processo de produção, pretextando seu aumento e o da produtividade. Contudo, não podemos esquecer a convivência combinada das formas de gestão denominadas modernas, flexíveis (toyotistas) com aquelas ainda identificadas como atrasadas, regressivas e vinculadas ao padrão fordista/taylorista.

Nossa preocupação é como a restrição às possibilidades de vida que o capital impõe aos trabalhadores transforma-se na única agenda de *lutas*, especialmente quando buscam garantias de “inclusão” no sistema produtor de mercadorias, por meio das promessas da (re)qualificação para o trabalho, da abertura de frentes de trabalho etc.

A tendência à participação dos sindicatos, nas instâncias de execução dos cursos de (re)qualificação do trabalho custeados pelo PLANFOR, agora PNQ, tem sido reforçada no governo Lula, especialmente com a criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Poderíamos dizer que essa homogeneização dos sindicatos, na participação do PLANFOR/PNQ, significa sobretudo aglutinação de interesses em torno dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), moldando a própria ação sindical às perspectivas da formação profissional do Plano. Esse expediente também se liga ao envolvimento das principais lideranças da base aliada do governo, no Congresso Nacional, pressionadas pelas lideranças iminentes da CUT⁴¹⁷, bem como pelas lideranças proeminentes da Força Sindical⁴¹⁸, em uníssono pela legalização das Centrais Sindicais, já homologado pelo Presidente da República.

Não entendemos que os sindicatos devam se manter omissos e distantes da questão da formação do trabalhador, porém desvincular essa questão do processo social mais geral e, portanto, das contradições que compõem a estrutura de poder e dominação do capital sobre o trabalho, esvazia e descaracteriza o papel do sindicato de defender o trabalho e de propor ações coerentes com o projeto de classe.

Por outro lado, a tentativa de incorporar expressões da esfera da vida/reprodução ao mundo do trabalho ou à esfera da produção significa também outra vitória importante para o capital, uma vez que a resistência do trabalho inserido nos campos e nas cidades, assim como o processo de luta que potencializa os trabalhadores para além da resistência corporativa, são eliminados ou neutralizados no próprio local de trabalho.

Vale dizer que o próprio movimento sindical, que se edifica sob as demandas imediatas dos trabalhadores, tem suas atribuições redefinidas diante da postura colaboracionista

⁴¹⁷ Poderíamos citar Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), Jair Meneguelli e Luiz Marinho.

⁴¹⁸ Essa central dá sustentação à base do governo, por meio do PDT, e controla o Ministério do Trabalho e Emprego.

deles. Entretanto, a reestruturação produtiva do capital deve ser compreendida como um processo contraditório, cuja expansão não ocorre sem os conflitos fundados na luta de classes.

A destruição dos referenciais fundantes do sindicalismo de base corporativo/territorial, de foco nas extensões da massa operária, e a sinalização dos referenciais do sindicato propositivo, de base territorial circunscrito às empresas, se consolidam no horizonte político dos trabalhadores.

Poderíamos reiterar o que apresentamos na Introdução deste texto sistematizador, para destacar o papel do neocorporativismo e a revitalização do sindicalismo pelego, como indicado por Alves (2000 e 2006), e os novos patamares de subordinação às exigências do capital, nos moldes do que se consolidou nas diversas Centrais Sindicais, como as CGTs (Confederação Geral dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores), a Força Sindical (FS), a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), a SDS (Social Democracia Sindical), inclusive com nítidos impactos na CUT⁴¹⁹.

Com base nas pesquisas, pensamos que esse conjunto imbricado de elementos afeta de maneira direta o perfil de classe dos sindicatos. O discurso da eficiência e a atualidade das demandas do mercado de trabalho e, portanto, a formação para o trabalho têm recriado (substituído) crescentemente os papéis sociais e seus impactos territoriais, no contexto do trabalho. Isso tem ampliado a já extensa lista dos aspectos que compõem as mutações no universo do trabalho.

É da “leitura” da luta de classes, expressa nas relações entre os movimentos sociais, representados pelas diversas formas de representação organizativa dos trabalhadores, em confronto com as instâncias dos setores dominantes, do capital e do Estado, que poderemos entender os reais significados dos projetos de sociedade em questão e apostar na saída emancipatória e de classe da classe trabalhadora. Numa escala de desafios que nos motiva a continuar com essa missão se põe em cena a unicidade orgânica dos trabalhadores, no entanto não nos antecipamos a indicar o que deve ser feito e como deve ser feito, mas que é necessário remover e superar os entraves sediados nos referenciais teóricos que vimos utilizando, nas fragmentações que fomos cultivando e/ou aceitando, em nome das áreas de especialização, enquanto a totalidade se perdeu em discursos, a dialética ficou pelo caminho e a nossa capacidade de indignação se desvincula dos sonhos que podem nos livrar do conformismo.

⁴¹⁹ Sobre esse assunto, é importante lembrar as contribuições de Santos (2001, 2006), Bernardo (1997), Thomaz Júnior (2003b).

Considerações Finais

Neste início de século e de milênio, ocupam a cena pensamentos sobre o que resta à sociedade burguesa em relação ao destino da massa sobrando de trabalhadores, os descartados, do pacote tecnológico e do projeto de desenvolvimento do capital. Guiados pelos resultados das pesquisas individuais, sob nossa coordenação e coletivas/conjuntas sob nossa orientação e as demais contribuições, bem como pela revisão bibliográfica e o acompanhamento dos protagonismos dos movimentos sociais, aqui nos propomos – num momento em que não pretendemos encerrar nossas reflexões, nestas rápidas considerações – refletir diante do que desejamos apresentar, nesta seção, sobre os limites e os desafios que se anunciam para os trabalhadores. Num esforço de síntese, poderíamos afirmar que o *trabalho* como categoria ontológica do ser social continua a ser a base fundante de toda forma histórica. Ele é o pressuposto negado do trabalho estranhado e do trabalho capitalista como espécie histórica particular-concreta de trabalho estranhado¹.

A necessidade de uma referência epistemológica crítica e transformadora, capaz de captar esses sinais que rompem a ordem espacial dada e se somar aos chamamentos emancipatórios, nos permitirá apreender a atualidade da centralidade do trabalho, os conteúdos e as dinâmicas territoriais vivenciadas pelos homens e pelas mulheres que podem protagonizar a transformação/emancipação da sociedade² e imprimir outro curso histórico para além do capital. Os milhões de desempregados que se somam, dia a dia, a informalidade que deixa de ser extemporânea e exceção e se configura como norma contemporânea, que, por sua vez, dão visibilidade aos desafios de um tempo não adiado, fazem-nos repensar que a gestão do capital sobre o tecido social não está sendo capaz de gerenciar o assalariamento como produto de um projeto de desenvolvimento criado por ele.

As transformações provocadas pela 3ª revolução científico-tecnológica modificaram com muita intensidade a relação entre trabalho vivo e trabalho morto, sendo que a redução desse último ao patamar da primeira década do século XXI está afetando fortemente a produção de valor ou, mais ainda, a acumulação de valor do capital total, razão fundante e fundamental para o capital³.

A sincronia perversa entre a implosão das forças produtivas e o seu iminente descarte transforma contingentes de trabalhadores em refugio – que são simplesmente descartados –, sendo que, em decorrência e ao mesmo tempo como causa, temos o fato de que o trabalho enquanto medida de riqueza, já na sua forma abstrata, passa por profundas modificações, mas não deixou de ser referência para o valor, para a lei do valor, para a acumulação de riqueza.

À sombra desse esgarçamento das relações sociais de trabalho (assalariado), tem-se a conformação de diferentes variáveis de trabalho autônomo [pequenos comércios, vendas de produtos processados (tais como os congelados), camelotagem, ambulantes de toda ordem,

¹ Cf. ALVES, 2008b, p.13.

² A esse respeito, ver ANTUNES, *O caracol e sua concha* – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

³ Cf. MENEGAT, 2008.

ocupantes de terra e que se juntam aos camponeses assentados, desempregados aos milhões], que, por seu turno, não extirpa, em maior ou menor grau e intensidade, a condição de subalternidade ao capital, ao seu metabolismo propriamente dito. Do “patrão de si mesmo” - ou até do assalariado “autônomo” (uma contradição em termos) - e toda a estratificação social que o acompanha, têm-se cenários obnubilados. Em algumas situações mais inclinados aos componentes de ser ou do ser trabalhador, ora às vestes do ser capitalista – veja-se a horda do empreendedorismo e sua ideologia, que tinge essas “novas” contradições. No entanto, seja como for, a subalternidade e as condições de dominação de classe não perderam mandato e, à medida que o processo social tem seu tecido modificado por esses mecanismos, fortalecem-se os fetichismos que complexificam/dificultam ainda mais a consciência de classe, da classe trabalhadora. Daí nossa insistência em nos mantermos na linha investigativa que nos possibilite compreender os mecanismos que refazem os fetiches, em meio à intensa plasticidade do trabalho, que mantemos sob preocupação constante, nas nossas pesquisas. Por sua vez, as rebeliões, os movimentos de resistência contra o capital tiveram e têm raízes não apenas no local de produção, mas no espaço geográfico envolvente, ou seja, atingem expressões e conformações da vida social. Isso nos tem possibilitado compreender os diferentes significados e conteúdos materiais e subjetividade do ser que trabalha, pois somente assim poderemos contribuir para qualificar a luta política (de classe), na práxis diária, que se espacializa em *novos* conflitos e nas disputas que redefinem *novos* territórios.

Nisso, temos que preservar o desenvolvimento ontológico da espécie humana, isto é, a sociedade não se encerra sob o capital, tampouco se libertará dele naturalmente. Todavia, é necessário agirmos. E, em consequência, como darmos sentido a essas massas de trabalhadores descartadas no mundo do trabalho? Como nos acercarmos de intenções e referenciais, para compreendermos as complexas tramas impressas no trabalho, seus significados espaciais e a própria dinâmica territorial que expressa os conflitos de classe? Seja nos campos, seja nas cidades e seus respectivos processos rurais e urbanos, é necessário reconstituir os mecanismos que marcam o fluxo constante de sentidos, significados e conteúdos materiais e subjetivos de classe.

Da mesma maneira que não podemos nos abster de abordar a tão necessária e almejada igualdade substantiva, capaz de superar as deformações do patriarcalismo. E, quando aproximamos esse assunto do conhecimento científico ou da racionalidade científica, da divisão científica do trabalho etc., também é imperioso, como já afirmamos anteriormente, romper *dialeticamente* com os ramos, áreas e subáreas, sob o argumento do iminente revolucionamento da ciência em tempos de transição, portanto, que seja partícipe ativa e não meramente situacional.

Os desafios para esse exercício intelectual estão postos. O que não quer dizer que partilhemos do desânimo daqueles que se ancoram nos efeitos da (des)realização do trabalho, na manipulação ideológica, na crescente dessolidarização (de classe) – tamanha a escala da descaracterização da sociedade salarial – e, com isso, juntam esforços para defender a ideia da impossibilidade da crítica radical ao capital. Tampouco queremos apostar num sujeito difuso, sob o argumento de que os principais protagonistas das ações de resistência e com algum alcance mobilizatório, a depender da escala geográfica e da espacialidade, não estão vinculados à vanguarda operária.

Reside aqui um ponto de tensionamento importante e que deve continuar a ocupar-nos. Esse é, pois, o principal elemento que nos levou ao desafio de apresentar, neste momento, um conjunto de reflexões amparadas na autocrítica, na necessidade de repensar os referenciais teórico-metodológicos e os aspectos fundamentais e fundantes da forma de pensar e de refletir sobre o futuro da sociedade. Tamanha pretensão é, porém, oportuna e tragicamente endossada pelos diversos componentes da crise estrutural do capital, que se intensifica nos últimos meses de 2008 e que dificulta nossa compreensão de um mundo do trabalho ainda mais dilacerado, todavia com sua centralidade não negada.

Desde essas preocupações teóricas e políticas, é possível reconstituir o caminho inverso ou tomar a dimensão empírica e da práxis teoricamente construída, com base nas ações de resistência, contestatórias, reivindicatórias, libertárias, para notarmos seus conteúdos, suas dimensões espaciais e territoriais, nas diversas escalas de realização. Estamos nos posicionando para enxergar um processo em construção, portanto, de modo diferente ao que está consumado na literatura específica, nos compêndios acadêmicos e nas formulações fundadas nas fileiras das esquerdas, em defesa de um proletariado preparado/instrumentalizado e idealizado para ser agente revolucionário. Pomo-nos, definitivamente, a refazer o uso da dialética e do conceito de práxis como referenciais teórico-metodológicos, ou seja, que as categorias e os conceitos não estejam à frente da objetividade ontológica da sociedade.

Com base nisso, relembramos que as ações que propugnam mecanismos que nos forcem a todos a rever as predeterminações do processo revolucionário, de um lado, e que, de outro, transcendem, mas não eliminam as manifestações, as campanhas e as lutas por empregos ou a manutenção dos atuais níveis, são, em seu conjunto, aquilo que tem iluminado nossa releitura geográfica da sociedade no século XXI. A transcendência à qual nos referimos vai além das negociações que suavizam o descarte de dezenas de milhares e milhões de trabalhadores – por conta do processo destrutivo das forças produtivas, intrínseco ao metabolismo do capital – mediante patamares predeterminados de dispensas e políticas de incentivo à demissão voluntária, o que, aliás, predomina na pauta dos grandes sindicatos e centrais sindicais europeias, japonesas, latino-americanas, brasileiras, tais como a FS e a CUT, para ficarmos com as maiores.

Se perdermos o *bonde da história*, mais uma vez estaremos *abrindo mão* de entender as contradições e as pistas as quais evidenciam que o trabalhador assalariado da produção em massa, criado pela grande indústria do século XX e vinculado em empregos formais, já não é o mesmo polivalente e flexível do século XXI, organizado, de forma crescente e em número expressivo, sob relações informais e precárias.

Os impactos dessa situação, material e subjetivamente, na vida, nas organizações (sindicatos, centrais, movimentos sociais, partidos políticos etc.) e nas ações têm que ocupar lugar especial nas nossas pesquisas, pois não há mais como fazer crítica à prática fetichizada, à alienação como instrumentos de dominação do capital, fundamentados em Marx e nas correntes marxistas às quais nos filiamos, se a *nossa lição de casa* continuar refém dos postulados e teses que não exprimem e não se comunicam com a concretude do processo social do trabalho.

Seria o mesmo que apostar na Geografia do trabalho como um instrumento de apreensão da dinâmica geográfica do trabalho, como defendemos, sem fazer uso dos instrumentos e recursos teórico-analíticos para captar as expressões que o espaço geográfico revela e que as configurações territoriais da luta de classes estão a reescrever, na história do trabalho, dos movimentos sociais que se contrapõem ao capital, que travam a luta político-ideológica e de resistência. Para tanto, é necessário perceber a plasticidade do trabalho, que não somente revela os mecanismos regressivos em marcha representados pela desrealização e precarização crescentes que o abatem (informalização, terceirização, despossessão), mas também as suas *novas* externalizações e seus significados geográficos, no contexto dos conflitos territoriais, da luta ideológica e demais formas de expressão no tecido social.

Não se trata de apresentar receitas prontas, tampouco avaliações pré-elaboradas, aliás, prática que tanto criticamos, mas apostar nas transformações e por elas também contribuir; faz-se necessário apreender as manifestações dos movimentos sociais, que, há quase três décadas, emergem das lutas e se concentram, na maioria dos países, continentes e regiões que compõem a periferia do sistema (África, Ásia e América Latina) e estão geograficamente assimilados às suas contradições, referenciados seja na/pela disputa territorial e conflitos de classe, seja na gestão como princípio basilar, como o Movimento das Fábricas Ocupadas (Argentina, Brasil, Venezuela), mas com ênfase na temática da terra e do território. Do acesso, da permanência, do re-enraizamento ou reterritorialização para a moradia, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com algumas variações para o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). A ênfase para o trabalho, a Reforma Agrária, a Soberania Alimentar (enquanto dimensões espaciais de um processo social em construção), a necessidade de defender, antes de qualquer pretexto econômico (produção, mercado etc.), a qualidade de vida – neste caso, vinculada à qualidade dos alimentos – fazem-se presentes na seara de atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), dos zapatistas, no México, dos indígenas *cocaleros*, na Bolívia, dos camponeses indígenas, no Equador, das FARC, na Colômbia, do MIR, no Peru etc.

Estão na cena política momentos singulares de mobilização e de resistência que ultrapassam as fronteiras cidade-campo e redefinem, ao mesmo tempo em que expressam *novas* demarcações espaciais e conteúdos territoriais específicos para as diferentes lutas em marcha, o que, conseqüentemente, está a nos exigir um repensar profundo e/ou reflexão autocrítica de grande significado político e intelectual, o que, nos tem movido nos últimos anos. Daí o atributo de movimentos sociais de *novo tipo*⁴ para esses movimentos sociais que têm vínculos com a questão da terra e polemizam em torno dos aspectos essenciais da questão agrária, no Brasil e na América latina - em particular o MST, no Brasil e o MZLN, no México -, pensamos ser muito tímido e de significado restrito a apenas o que não pode deixar de ser ignorado.

Da mesma forma que, mediante a mudança de foco na ampliação da abrangência espacial da identidade/subjetividade imediata da representação e das lutas, colocam-se novos desafios ao já complexo tecido social, tais como a amplitude que o MAB está praticando. Ou seja,

⁴ Seria muito difícil precisar a origem dessa formulação, mas é de uso comum em todas as searas nas quais o assunto se apresenta.

quando proclama no seu arco de ação política não somente os trabalhadores atingidos pelas barragens (camponeses, pescadores/camponeses, oleiros etc.), mas todos aqueles que são atingidos pela dominação do capital, por meio das tarifas cobradas pelas empresas distribuidoras dos consumidores domésticos de energia elétrica.

Ultrapassando os limites e/ou rompendo os referenciais utilizados pelo capital e seus fiéis representantes nas diversas esferas sociais – que continuam ignorando ou pregando a irrelevância da questão agrária – defendemos que a vivacidade das lutas de resistência e de confrontação amplamente conhecidas e que podemos discutir neste texto sistematizador, também produto das nossas pesquisas, devem ocupar importância teórica e política nas nossas pesquisas e no debate público.

Os projetos de sociedade inspirados no modelo quinhentista das grandes extensões de terra, do elevado patamar de concentração da estrutura fundiária, dos aproximadamente 200 milhões de hectares ainda não apropriados formalmente, para responder às demandas especulativas/mercadoológicas, como já vimos, ganha ao seu favor diferentes setores da sociedade.

Seja as ações por parte do capital (nacional e transnacional), dos segmentos latifundiários, seja do Estado - como recentemente por meio da MP 458 -, seja de setores do sindicalismo e dos movimentos sociais, a confrontação e a demarcação de alternativas societárias é o que põe em evidência ser ainda a terra, uma questão de grande amplitude econômica, política, social, antropológica e geográfica no Brasil e em vários países. E se incluirmos nesse recorte temático os conflitos e lutas pelo acesso à água, poderemos abordar facetas ainda mais complexas para o futuro da sociedade, situações específicas do trabalho, novos vínculos e significados para o espaço geográfico, especificidades das disputas territoriais intrínsecas à luta de classes etc.

Dessa forma, a questão agrária no Brasil é um tema vivo para os trabalhadores, para a classe trabalhadora e para a sociedade. Poderíamos lembrar a ideia das Comunas da Terra, do MST, no Brasil, dos camponeses/mineiros na Bolívia etc. Insistimos, portanto, sobre o fato de que há uma amplitude do arco de significações da resistência que nega o capital, ou seja, possibilidades históricas da formação de uma subjetividade negada do “valor que se valoriza”, enfim que se antagoniza com ele enquanto processo metabólico, e que *incendeia* a discussão em torno do conceito de classe social, não mais restrita ao proletariado, mas extensiva ao arco das demais dimensões da existência do trabalho.

Enfatizamos que, ao mesmo tempo em que, no âmbito da formulação genérica de classe do proletariado, nada garante, *a priori* – para nos juntarmos a Thompson (1997) – que haja reciprocidade entre a situação de pertencimento estrutural (divisão social do trabalho) e de pertencimento subjetivo (identidade ideológica e para si) de classe, também não devemos descuidar das proposituras que apresentam, em conformidade com a consciência de classe do trabalho, em oposição aos interesses do capital, presentes no tecido social e que ultrapassam os espaços até então delimitados e compreendidos pela *condição de proletariedade*⁵. Todavia, o contexto social do

⁵ Esse conceito foi cunhado por Alves (2009) e reflete muito a vivacidade do autor em fazer parte ativa de um tempo de necessidades de respostas ao curso combativo de classe e anticapital. É importante retomar as indicações cuidadosas, feitas pelo autor a respeito de sua formulação conceitual, quando não deixa escapar que, apesar de, no âmbito da condição de proletariedade, emergirem outras formas de inserção de classe que não se confundem com a inserção operária, tais como

trabalho, no século XXI, está contaminado pelo crescente esgarçamento e processo contínuo de (des)realização, que repõe novos perfis, objetividades e subjetividades.

Por isso, ao reconhecermos que se faz necessário re-entender as complexas tramas sociais que estão redefinindo a composição social e geográfica do trabalho – em termos práticos, sua plasticidade –, as avaliações enrijecidas nos manuais perdem sentido, pertinência e “realidade”. É por isso igualmente que não devemos nos acanhar, ao trazermos ao debate que a terra ainda ocupa lugar central no conflituoso e confuso cenário de construção emancipatória.

Daí, portanto, há evidências e tentamos referenciá-las efetivamente em nossos estudos e nas demais contribuições, sublinhando que a questão agrária, no Brasil e no mundo, não é anacrônica diante da modernidade industrial/tecnológica do capitalismo e da força demolidora do capital, descontados, naturalmente, os 500 anos de pilhagem e de (des)realização do trabalho abstrato. Cada espaço tem suas especificidades, mas os lugares, os territórios, seus povos e os movimentos sociais estão “contaminados” e ao mesmo tempo demandando/propondo e construindo alternativas. Está em questão nosso(s) interesse(s) nesse processo, o que queremos, que sociedade defendemos etc.

É imperioso buscar esses novos horizontes impressos na objetividade social com as atenções aos sujeitos sociais em disputa (camponeses envolvidos nas ações coordenadas pelos movimentos sociais que se contrapõem ao capital e aos interesses de latifundiários e do capital), setores urbanos envolvidos em lutas por emprego, por moradia etc. Talvez, mais levantes de massa nos estejam faltando, em momentos tão áridos, para que possamos enxergar/endossar o que nos garante estarmos conscientes da presença dos agentes da revolução socialista, ou dos homens e das mulheres que estão sendo capazes de, no século XXI, transformar/emancipar a sociedade e imprimir outro curso histórico para além do capital.

Não se trata, por conseguinte, de antever, circunscrever, nem mesmo predeterminar os lócus originais dos sujeitos sociais, se estarão mais ou menos *embebidos* da *condição de proletariedade*, muito menos por não se tratar de trabalhadores, no sentido de criação de valor e mesmo de sua realização. Queremos dizer que isso não significa de imediato que o pertencimento se vincula ao proletariado como sujeito histórico antagônico ao capital⁶, mas sim quais os conteúdos e direcionamentos que estão postos nas suas ações, proposituras, estratégias, alianças etc.

Não podemos, todavia, ignorar que a não aceitação do alargamento do significado e conteúdo do trabalho e da classe trabalhadora como resposta concreta da materialidade/subjetividade que acompanha a história recente dos conflitos que expressam os antagonismos de interesse de classe entre capital e trabalho – estrutura-se sob a argumentação de que a “necessidade” de enquadrar uma massa de homens e de mulheres enquanto classe

empregados industriais, de serviços ou administração pública e, ainda, os trabalhadores por conta própria, trabalhadores autônomos, os trabalhadores empregados assalariados gestores do capital, eles têm o pertencimento de “classe” (ou a consciência de classe) deslocada. “Esse ‘deslocamento’ não invalida o ‘pertencimento de classe’ embora o problematize. Eles pertencem à ‘classe’ do proletariado, no sentido fraco do termo”. No entendimento do autor, o pertencimento tem ainda raiz na noção de classe do proletariado como sujeito histórico antagônico ao capital (p.26-27).

⁶ Alves (2009), pondera ainda que o pertencimento objetivo pode criar possibilidades para o desenvolvimento efetivo da consciência de classe, através da mediação de instituições político-culturais: sindicato socialistas e partidos de classe etc.

trabalhadora nos estreitos marcos da exclusividade da venda de força de trabalho não está de acordo com Marx e com a tradição marxista.

A esse respeito argumenta Menegat (2009), que se está vinculando o alargamento do conceito de trabalho à *empregabilidade de todos*, incongruência que não considera a alienação produto da imposição da vendabilidade (ou mercantilização) da força de trabalho, apostando apenas no direito ao trabalho, se reservando ao requerimento “da eficiência dentro da mesma lógica social” (p.7). Não obstante, como pudemos apontar ao longo do Volume 1, e cabe retomarmos os reflexos e as principais marcas desses novos desafios, por meio das constatações das fronteiras entre o urbano e o rural estarem sendo borradas pelo processo social que refaz as configurações produtivas entre a agricultura e a indústria, e dos conflitos que emergem revelando as mediações políticas, econômicas que lhes estão na base. Temos então, os *novos* elementos para compreender, intervir/agir em todos os espaços e dinâmicas territoriais que explicitam os interesses de classe. É por isso que não devemos restringir esse longo e complexo processo ao circuito da venda da força de trabalho, o que concordamos com Menegat (2009), porém o que se propugna é a necessária superação dos limites de compreensão dos sujeitos sociais que se contrapõem e se confrontam com o capital, não (*previamente*) restritos à situação clássica do trabalho (proletário), e não requerer essa condição (*vendabilidade*) como precípua para a reivindicação teórica do necessário alargamento do conceito de trabalho.

O estreito atrelamento dessa busca constante, nas nossas pesquisas, e os desafios centrais que estamos detectando, neste início de século XXI, fazem-nos concordar com vários autores, como pudemos apresentar ao longo desse texto sistematizador, quando defendem que, no âmbito epistemológico, secundarizar ou mesmo menosprezar a categoria classe social seria abdicar da prerrogativa de estar ajudando a construir caminhos independentes para uma ciência transformadora e de uma sociedade liberta do processo metabólico do capital.

Reconstituir os elos perdidos em direção à construção emancipatória de classe do trabalho não nos alivia do desconforto de termos que considerar diversos assuntos e darmos conta de várias mediações, menos ainda da necessária defesa de assumir que as soluções não estão prontas.

As atenções devem estar voltadas para captar as intenções/ações/proposições dos *novos* protagonistas das alternativas, ou os sujeitos sociais partícipes/egressos do mundo do trabalho, conceito esse, como pudemos discutir, ao longo deste texto, composto dos significados e conteúdos alargados ao que se reserva meramente à venda da força de trabalho ou assalariado. Não se trata de predefinirmos o que os movimentos sociais deverão fazer, mas sem dúvida, apostarmos que essa deverá ser a via de construção de novos referenciais, seja por meio de redes ou outras formas de estruturação orgânica e ações políticas emancipadoras.

E, ainda, a crise estrutural do capital, que acelera o desmanche da sociedade, irrompe na cena mundial com evidências de traços mais marcantes nas franjas do planeta, quer dizer, África, Ásia e América Latina, a respeito do que Antunes (2009, p.2) assim se manifesta: “Neste verdadeiro continente do labor, o pêndulo é ainda mais ingrato em seus dois polos opostos: ele oscila entre trabalhar ou não trabalhar; entre encontrar labor ou soçobrar no desemprego”.

Diante de uma crise enraizada na queda de longo prazo da taxa de lucro e nos fracassos sucessivos, por parte do capital, em recuperá-la, é por onde se encontra as respostas para o período prolongado de baixa acumulação e, conseqüentemente, a retração dos investimentos e o que é mais trágico, dos empregos em escala planetária. A magnitude dos efeitos da crise mundial atual⁷ sobre o trabalho está por merecer atenção especial, entretanto com base no que estamos apresentando neste texto sistematizador, arriscamos apontar que, apesar de focar o mundo do trabalho, por meio de algumas evidências empíricas e suas marcas territoriais desde a periferia do sistema - as contradições gerais e específicas que lhe recobrem -, estão dialeticamente articuladas.

A impossibilidade pessoal de *resolver* esse imbróglio é um alerta para não nos atermos somente às nossas convicções pessoais/individualizadas, mas a ampliarmos o foco de luz que deve atravessar esse debate e fazer com que a dinâmica territorial do trabalho, bem como os referenciais espaciais da própria sociedade, sejam orientadores das nossas preocupações. Além disso, como reafirmamos acima, é imprescindível que deixemos os dogmas para fazermos valer a capacidade de enxergar as armadilhas e a multiplicidade de travagens e fragmentações que o capital imprimiu a todo o tecido social e, em particular, aos trabalhadores, à classe trabalhadora.

Não estamos pleiteando a queda do rigor científico, nem sequer distanciarmos dos referenciais revolucionários e emancipatórios presentes no marxismo, menos ainda que a revolução perca sua viabilidade como solução para os grandes problemas enfrentados pela humanidade, em decorrência do desenvolvimento capitalista, da modernidade tecnológica.

Por certo, está em questão sinalizarmos a importância dos exercícios empíricos e teóricos que reponham em pleno vigor e sob a prevalência da necessidade de percebermos a pluralidade de significados do trabalho, neste século XXI, e sua conjugação com a subjetividade e as identidades emancipatórias de classe. Enquanto processo em construção, como nos indica Thompson (1997), e vale reforçar que a classe representa o formato do sujeito coletivo que ocupa lugar central no debate; no entanto, não nos autoriza a predeterminar sua trajetória, tão-somente sua missão histórica.

É, em consequência, por dentro desse emaranhado de relações/mediações, que devemos compreender os enlaces a sinalizar as ações dos sujeitos históricos que estão protagonizando contestações, alternativas, saídas, por meio das quais se vislumbram possibilidades antagônicas ao capital, processo esse instigante, de muita criação emancipatória e de consciência de classe.

⁷ Robert Brenner, renomado economista marxista, e diretor do Center for Social Teory and Comparative History/Universidade da Califórnia, em recente entrevista concedida a Seongjin Jeong (professor de economia da National University/Coréia do Sul e editor da Revista Marxism 21), intitulada "A derrota do neoliberalismo e a classe trabalhadora", foi enfático ao afirmar que a idéia de um capitalismo conduzido pelas finanças é uma contradição em termos, pois apesar de haver a concessão de empréstimos aos consumidores, a base fundante dos lucros financeiros depende dos lucros da economia real. Dessa forma, diante da queda da lucratividade ou da taxa de retorno, a fúria especulativa do sistema, e dentre outros aspectos a extrema dependência da economia real às dívidas que repousavam em "bolhas de preços ativos", não foi capaz de conter o esquema vigente e fez precipitar os efeitos das quedas sucessivas do PIB norteamericano, que desde 2001 e 2007 registrou as menores taxas de crescimento desde o Pós-Guerra. É sob esse referencial que Brenner defende a ideia de que a bolha habitacional, numa tentativa de implicar diretamente sua reflexão à realidade dos EUA, precisa ser entendida em relação à sucessão de bolhas de preços de ativos que a economia tem experimentado desde meados dos anos 1990. É por isso que, focando esse assunto, desde o epicentro da crise na economia norteamericana e seus efeitos em escala planetária, mais os desdobramentos e intervenções regionais por parte dos Estados nacionais, segundo Brenner, não se trata de um assunto norteamericano, mas sim mundial, particularmente para os trabalhadores, e não somente para o mercado financeiro como tem sido intensamente enfatizado.

Se pudéssemos aproveitar os aprendizados históricos marcantes do início do século XX, momento de extrema efervescência revolucionária para os movimentos camponês e operário, e, por suposto, sem que tivessem que cumprir os trejeitos que *amaldiçoam* ainda setores da esquerda os quais não conseguem se desgarrar da *obrigatoriedade* de transpor os fatos históricos e os projetos de um momento para outro, constataríamos que as principais ações não tiveram origem nos partidos, como é o caso emblemático, em 1917, na Rússia, dos *soviets*.

Assunto polêmico e de extrema urgência, pois é sempre carregado de questionamentos, tais como quem deve conduzir o processo, quem é o *herdeiro* revolucionário preferido, de quem é a anterioridade, a hegemonia etc., por sua vez, não deve ser simplificado. As mediações, dentre as quais as que passam por instituições como os sindicatos socialistas, os partidos de cariz de classe, são importantes, nesses momentos de transição, porém não devem ser antepostas ao movimento social. Isto porque a *missão* de formar a classe (na qualidade de sujeito histórico-coletivo) e, conseqüentemente, a potência revolucionária e emancipadora de classe, não deve ser restrita à condição proletária, pois o tecido social do trabalho é muito mais complexo e contém expressões de resistências, de antagonismos e de aceitação/acomodação ao capital que não se restringem ao que vimos entendendo, até então. Qual(s) expediente(s) juntará/unirá essas massas? Poderíamos indagar ainda: quando? O quê? Como? Esse é o principal desafio do presente e de relevada importância para o futuro.

Atentos a esse conturbado movimento de redefinições poderemos apreender o que se reconstrói como produto da decomposição dessa sociedade. E, ainda, que o refazer-se contínuo desse processo requer nossas atenções, para que não represemos, em conceitos centauros, processos e conteúdos que estão se definindo e, tampouco, desconsideremos os significados geográficos dos sujeitos sociais que entendemos fazerem parte desse cenário do século XXI, como os camponeses, em suas diversas composições, os assalariados/proletários, os autônomos, os por conta própria, os desempregados etc. A questão contingente que fica é a seguinte: que experiências são essas que já estão em vigor e que, indiferentemente de se avaliar se são mais ou menos residuais, espectrais - do quadro atual -, mas que anunciam caminhos e possibilidades que podem sinalizar outras sociabilidades capazes de nos possibilitar construir a transição para o socialismo?

É sob tais referenciais e atenções que entendemos ser possível que a construção coletiva de uma teoria espacial do trabalho possa frutificar nossos esforços de pesquisa. Todavia, necessariamente tem que se frutificar das pesquisas, do movimento contraditório de construção do conhecimento, e não dos *a priori*s. Do contrário, como poderemos compreender os novos desafios dos fetiches que são refeitos e que obnubilam a consciência de classe? Reconstituir a plasticidade do trabalho, que redesenha constantemente a classe trabalhadora, as capilaridades que refazem os nexos existentes entre as dimensões geográficas (o refazer-se das relações espaciais e as reconstruções territoriais motivadas e produto das contradições sociais, de classe), econômicas, políticas, sociais etc., - eis a questão teórica central e o que nos estimula a reivindicar e sinalizar o seu alargamento. E, por que não dizer que essa é a Geografia do trabalho que pretendemos construir e oferecer ao debate, portanto, não se trata de reserva de mercado ou mais uma insígnia para

conviver no ambiente acadêmico-departamental da Geografia, ou da ciência geográfica, senão a junção de esforços e de resultados de pesquisa compromissados com a transformação social.

Apreender as diferentes formas externalizadas de trabalho a que o trabalhador tem se submetido, diante da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da degradação e precarização, do desemprego etc., é a referência que estamos definindo, nas nossas pesquisas, a fim de recolocar em questão a noção de pertencimento e de consciência de classe. Em decorrência, um tema permanente e sempre presente na agenda dos debates, importante, portanto para a pauta dos movimentos sociais, dos partidos políticos, para a renovação da política.

Essa é uma nova janela que se abre para nós, pesquisadores, como forma de, efetivamente, nos colocarmos presentes diante das contradições que perpassam o universo do trabalho, no Brasil, pretextando somar forças ao sentimento crítico anticapital.

Em síntese, o que podemos sinalizar para os estudos futuros, tendo por base as investigações já realizadas, é que se faz necessário pensar a questão do trabalho na Geografia e no âmbito das ciências humanas e sociais. Em decorrência, temos que compreender os assuntos que as compõem, a partir de um instrumental que abranja a pluralidade de externalizações ou as evidências empírico-teóricas da plasticidade do trabalho, no século XXI, como expressão das múltiplas determinações do metabolismo societal do capital, ou seja, a dinâmica territorial do trabalho constantemente refeita e vinculada. A título de exemplo, os trabalhadores assalariados que ocupam terra e reivindicam condições para produzir, os camponeses que por vezes estão na condição de assalariados e demandam melhores salários, portanto, quando se encontram em vivências laborais trocadas, requerem terra, política agrícola, melhores salários e condições de trabalho. Numa constante mudança (aparente) de papéis sociais, estimulam-nos a aperfeiçoar metodologias de pesquisas, com o objetivo de apreendermos as singularidades do processo social. Sem contar as especificidades emergentes da questão agrária, em nosso país, hoje, a agroindustrialização, a participação do Estado (política agrícola, exportações) e os projetos do capital voltados para o controle social do trabalho, tais como o desfocamento da reforma agrária; a discussão da reprodução das relações sociais de produção e não simplesmente a reprodução da força de trabalho, ou dos meios de produção.

Para isso, precisamos revisar drasticamente o posicionamento, defendido no século XX, de que o futuro da sociedade estaria (está) na urbanização e na industrialização.

A partir desse referencial, poderemos compreender não só o porque de cada vez mais o trabalho ampliar seus sentidos, numa crescente significação polissêmica, como também (e é o caso do último exemplo) por que o trabalhador que ergue as paredes da cidade não tem direito a ela e, sobretudo, por que ele não consegue exprimir tal relação, ao organizar-se de maneira fragmentada (em categorias sindicais, habilitações profissionais). Os reflexos desse processo, na condução político-organizativa da classe trabalhadora, impactam tanto os sindicatos, associações, cooperativas, quanto os partidos políticos, as centrais sindicais etc. Tudo isso precisa ser compreendido.

Somente as atividades de pesquisa poderão enriquecer o debate teórico e nos permitir, então, aprofundar a compreensão em torno da práxis social fragmentada do trabalho. A rica troca de conhecimentos entre a teoria e a prática poderá nos mostrar a dialética (*o vai e vem*) das

múltiplas determinações que apresentam a magnitude dos desafios, para compreensão das complexas tramas de relações que compõem os momentos articulados da produção e da reprodução da vida, dentro e fora do trabalho.

Estamos diante de uma incrustação sociometabólica do capital, que se impõe como desafio para o ser social, exigindo, desse modo, não meramente uma revolução política, mas uma revolução social, capaz de abolir determinadas formas de sociabilidades estranhadas. Eis os limites da política e de sua intervenção contingente.

Esse quadro de demarcada fragilidade e distanciamento do trabalho (fragmentando, fetichizado, estranhado) da realidade material e subjetiva da construção da autonomia e identidade de classe está nos chamando à reflexão, necessária, sobre a unificação orgânica do trabalho, que recoloca em questão a aliança política do trabalho (operários, camponeses, informalizados, por conta própria, autônomos), nos marcos da identidade de classe da classe trabalhadora. Trata-se de um assunto nucleado de polêmicas, principalmente porque os senões predominam num ambiente caracterizado pela desertificação política, no âmbito de uma esquerda que ainda almeja colaborar para a construção de uma sociedade liberta do capital, das determinações mercantis e das classes sociais. Em acréscimo, a predominância das blindagens edificadas nas trincheiras de algumas correntes do marxismo tem dificultado o diálogo e a apreensão das diferentes facetas da rica realidade do trabalho e a abrangência política à razão emancipatória, do que pode vir a ser a classe trabalhadora, ainda no século XXI.

A transição, por conseguinte, deve ser construída nos passos do dia a dia – ou o edifício social, o *lar da humanidade* deve ser refeito desde a base, o alicerce, sem nos desviarmos nas práticas alienadas do cotidiano, a fim de que, ao final – no decurso histórico – “[...] irrompa uma estrutura integralmente nova, refeita e habitada pelos seres humanos” (MÉSZÁROS, 2007, p. 14).

O refazer da autocrítica é algo imanente à personificação da dialética, e somente sua estrutura compósita afinada à dimensão ontológica do ato do conhecimento, mediante uma relação sujeito-objeto *contaminada* de desejos emancipatórios, pode reivindicar que o referencial marxiano possa ser constantemente refeito, para que esteja habilitado a enfrentar os *ataques* de grande amplitude do metabolismo social. Daí o sentido prático do nosso diálogo em torno da necessidade de não escaparmos de renovar integral e profundamente nossos referenciais teóricos a cada mudança histórica e a (re)arrumação geográfica de amplitude que atinja a dinâmica espacial da classe trabalhadora. Ainda mais diante da imediaticidade que ameaça constantemente a vida, no planeta, traduzida pela destrutividade imanente e já disponível às mãos.

Portanto, conhecer o que se passa no interior da classe trabalhadora é o caminho que estamos trilhando, para somar forças junto daqueles que apostam na ideia de que *a teoria se torna uma força material tão logo se apodera das massas*, mas não sem antes transpirar os significados históricos do movimento da sociedade, e que os atributos conceituais, *apriorísticos*, possam ser substituídos. Aspirar ao conhecimento científico e fazer valer a capacidade cognitiva, para aprender se inteirar com as outras formas de saber e aprendizado, vincula-se ao desejo único de transformação social, profunda e radical, com a total erradicação do capital. Mézáros (2007, p.74) vai mais longe e afirma: “As aspirações da mudança socialista em uma base duradoura devem

relacionar-se a isso, com todas as suas dificuldades [...] e afirmar com êxito as salvaguardas necessárias contra o reaparecimento das 'personificações' do capital em toda e qualquer forma nova".

Para que possamos entender as especificidades desse processo é preciso apostar nas pesquisas, projetos conjuntos, convênios internacionais, acordos de cooperação, como já vimos realizando com algumas Universidades espanholas e organizações sindicais em torno do trabalho envolvido nos invernaderos, e outras formas que promovam a troca de experiências, o intercambiamento de aprendizados e informações sobre a realidade da classe trabalhadora, em nível mundial. Dessa forma, acreditamos que nos será mais tangível a processualidade geral do contexto social, ou a dinâmica espacial do fenômeno do trabalho – enfim, as questões desafiadoras e criativamente postas em prática pelos movimentos sociais em nível internacional e as especificidades que assumem e expressam, nas dinâmicas escalares que têm no local o território privilegiado das ações.

A título de exemplo, a ordem das prioridades tem que ser radicalmente invertida, com ênfase na questão de classe, porque, quando se defendem os circuitos curtos de produção e as demais bandeiras, como o campesinato, os assalariados (formais e informais), os por conta própria etc. (rurais e urbanos), é fundamental encaminhar lutas conjuntas para fazer, da liberdade e da emancipação dos trabalhadores do jugo do capital, a referência para radicalizar a reforma agrária, a democratização do acesso a terra, a extinção da fome, do desemprego, como elementos basilares da soberania alimentar.

Assim, os significados das lutas por emprego, permanência e melhoria das condições de trabalho, cumprimento de acordos e lutas que reivindicam regularização fundiária, reforma agrária, acesso à moradia, direito de permanência, direito ao emprego estável, ocupam lugar central nas nossas preocupações e refletem o protagonismo das instâncias de organização dos trabalhadores, os movimentos sociais comprometidos com os interesses de classe. Sem que caiamos no espontaneísmo, aliás, acusação que se faz presente nesses momentos e que carrega em si, na sua práxis,

Não é o momento de adiantarmos os papéis sociais dos partidos políticos, dos sindicatos, dos movimentos sociais, dos intelectuais etc., porém, é hora de asseverarmos que as reflexões que compõem este texto sistematizador são apenas mais uma etapa de uma longa caminhada de vida, de pesquisa e de militância que nos espera, para somar forças àquele(a)s que acreditam ser possível apostar nas utopias libertárias, mas que se lancem à construção, desde já, dos afazeres necessários. Daí reafirmarmos a necessidade iminente da interlocução e das discussões. A esse diálogo me proponho...

Até aqui eu cheguei...

Presidente Prudente, abril de 2009

Referências

- AB'SABER, A. N. **Contra:** a quem serve a transposição do São Francisco? 2p. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Acesso em: 20 mar. 2007.
- ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF:** ano base 2007. Brasília, 2008. 1 CD-ROM.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992.
- ABREU, A. R. de P. **O avesso da moda:** trabalho a domicilio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1985.
- ACUNA, R. **Occupied America: a history of chicanos.** Longman, 2006.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **GeoBrasil recursos hídricos.** Brasília, 2007.
- AGUDELO, H. Globalização, mercado de trabalho e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil. In: PRIORI, A. **O mundo do trabalho e a política.** Maringá: EDUEM, 2000. p. 11-32.
- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: Editora UPF, 1999. p.57-72.
- ALMEIDA, M. H. T. **Crise econômica e interesses organizados:** o sindicalismo no Brasil dos anos 80. São Paulo: Edusp, 1996.
- ALMEIDA, R. A. **Identidade, distinção e territorialização:** o processo de (re) criação camponesa no mato grosso do sul. 2001, 393f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo.** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ALVES, F. J. C. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro? In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. J. C. (Org.). **Migrantes.** São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p.21-54.
- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital.** Londrina: Práxis, 1999.
- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Dimensões da globalização:** o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.
- ALVES, G. Trabalho e Sindicalismo no Brasil dos Anos 2000: Dilemas da Era Neoliberal. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Editora Boitempo, 2006, p. 461-474.
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva.** Londrina: Práxis, 2008a.

ALVES, G. A Condição de *Proletariedade* na Modernidade Salarial - Por uma analítica existencial do proletariado. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, V.9, N.2, 2008b. (no prelo).

AMIM, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

AMITRANO, C. R. Desaceleração à vista e o fantasma do *stop and go*. **Política Econômica em Foco**, Campinas, n.5, nov. 2004.

ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Ensaio, 1990.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

ANTUNES, R. (Org.). **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004a.

ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004b.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005a.

ANTUNES, R. **Crise do trabalho coloca como desafio resgatar sentido de classe: a lógica destrutiva**. Campinas, 2005b. (inédito).

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006a.

ANTUNES, R. **Uma esquerda fora do lugar**. Campinas: Autores Associados, 2006b.

ANTUNES, R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G; FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

ANUÁRIO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA. São Paulo: Anfavea, 2008.

ARANTES, P. E. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. Manifesto da ABRA sobre a Medida Provisória 458/2009. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.abra.org.br>> Acesso em: 17 mar. 2009.

BALSADI, O. V. **Mudanças rurais e o emprego no Estado de São Paulo nos anos 90**. São Paulo: Annablume, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 2008**. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/2795087-1192111580172/FINAL_WDR-OV-Portuguese-text_9.26.07.pdf>. Acesso em 30/12/2008.

BARTRA, A. Marginales, polifônicos, transhumantes: los campesinos del milênio. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZIKI, J. C. (Org). **Geografia agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.85-103.

BENJAMIM, C; BACELAR, T. (org.) **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, G. **Géographie des technopôles**. Paris: Masson, 2001.

BENTON, T. Marxism and natural limits: an ecological critique and reconstruction. **New Left Review**, London, n.178, nov./dez., 1989.

BERNARDO, J. **Capital, sindicatos, gestores**. São Paulo: Vértice, 1997.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. Ainda há lugar para os sindicatos?. São Paulo Boitempo, 2000.

BERNARDO, J. **Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana**; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BERTERO, J. F. Sobre reforma agrária e o MST. **Lutas & Resistências**, Londrina, n.1, set. 2006.

BEYNON, H. **Trabalhando para Ford**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEYNON, H. "As práticas do trabalho em mutação". In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1997. p.9-38.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BITTENCOURT, E. Biodiesel-Diversidade de matérias primas. **Canal** – O jornal da bioenergia, Goiânia, Edição especial, p. 10-11, 2007.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOITTO JUNIOR, A. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR., A. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BOMBARDI, L. M. Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). 2006. 322p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. (org.) **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987, p. 16-41.

BOTELHO, M. R.; D'INCAO, M. C. Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In: SADER, E. (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p.123-142.

BOTTA FERRANTE, V.L.S. **A chama verde dos canaviais**: história de luta dos bóias-frias. 1991a. 547p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Campinas: 1996.

BOURDIEU, P. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

BOURDIEU, P. **Poder, derecho y clases sociales**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001b.

BOVÉ, J. **La rebelión de un campesino**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2000.

BOVÉ, J. **Campesino del mundo**. Barcelona: El Viejo topo, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CASA CIVIL; COMITÊ GESTOR DO PAC. Programa de Aceleração do Crescimento. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac> Acesso em: 11/03/2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Águas subterrâneas**: Um recurso a ser conhecido e protegido. Brasília, 2007. Disponível em: www.mma.gov.br Acesso 23/07/2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Fiscalização do Grupo Móvel retira do trabalho degradante mais de 3,8 mil trabalhadores**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br> Acesso em: 20 de novembro de 2008.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o proálcool no Brasil**. Marília: UNESP Marília Publicações, 2000.

BRENNER, R. The economics of global turbulence. **New Left Review**, London, n.229, may/june, 1998a.

BRENNER, R. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? **Revista Outubro**. [S.l.], 1998b. p.2-12 Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_02.pdf.> Acesso em: 16 jun. 2008.

BRUMATTI CARVALHAL, T. **Trabalho produtivo a domicílio e trabalho reprodutivo doméstico em Terra Roxa (PR)**: horizontalização do capital e as novas expressões da dinâmica territorial do trabalho precarizado feminino no século XX. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008. Relatório de qualificação de doutorado. (mimeografado).

BURNIER, D. M. F. **Agricultura brasileira**: a produção de alimentos. 2000. 221f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMARGO, J. M. **Relações de trabalho na agricultura paulista no período recente**. 2007. 221f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade estadual de Campinas, Campinas.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2002.

CARDOSO, A. A.; ALLEN, A. G. Etanol: energia limpa. **O Estado de São Paulo**, Espaço Aberto, 11 de maio de 2007, p. A 2.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S.: **Para Além da Produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARTA do 5º congresso nacional do MST. Brasília, 2007. 3p. (mimeografado).

CARVALHO FILHO, J. J. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p 193-223.

CARVALHO, H. M. **A crise de identidade dos pequenos produtores rurais familiares**: possibilidades de superação. Curitiba, 2000. (Inédito).

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, H. M. **Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta de etanol no Brasil**, 2007. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=593>> Acesso em: 23 set. 2007.

CARVALHO, H. M. **As controvérsias sobre a expansão dos agrocombustíveis no Brasil**: o etanol. Curitiba, 2008. (Inédito).

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTILLO, J. J. **Sociologia del trabajo**. Madri: CIS, 1996.

CASTRO OLIVEIRA, B. A. C. de **Tempo de travessia, tempo de recriação**: profecia e trajetória camponesa. 1998. 297f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais**: complementaridades e distinções conceituais. Florianópolis, 2002. Texto para discussão.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (DNTR). **Quatro versões sobre a atualidade da reforma agrária** São Paulo, 1991. (Subsídio n.2).

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira**. Campinas: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. **La finance mondialisée**: racines sociales et politiques, configuration, conséquences. Paris: La Découverte, 2004.

CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHONCHOL, J. **Sistemas agrários en América Latina**: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1994.

COELHO, M. A. T. **Os descaminhos do São Francisco**. Paz e Terra: Petrópolis, 2005.

COMISSÃO ECONÔMICA PAR A AMÉRICA LATINA E CARIBE/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. Oportunidades e riscos do uso da bioenergia para a segurança alimentar para a América Latina e o Caribe. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.fao.org.br/publicacoes.asp>> Acesso: 27 maio, 2007. (Documento de Trabalho).

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira: cana-de-açúcar. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 02/02/2009.

COMPÉS LÓPEZ, R. **La PAC y el análisis del cambio institucional**: la economía política de la reforma de la PAC. Valência: Universidad Tecnica de Valência, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA (CONCRAB). **Plano de formação do sistema cooperativista dos assentados** - SCA. São Paulo: CONCRAB, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA (CONCRAB). **Sistema cooperativista dos assentados**. São Paulo: CONCRAB, 1997.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA (CONCRAB). **O que levar em conta para a organização do assentamento**: a discussão no acampamento. São Paulo: CONCRAB, 2000.

CORIAT, B. Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção: Um Ponto de Vista de Conjunto. In: HIRATA H. (org.) **Sobre o Modelo Japonês**. Automatização, novas formas de organização e relações de trabalho. São Paulo: EDUSP/Aliança Cultural Brasil/Japão, 1993.

COSTA, M. M. et. al. Os Conflitos entre Capital, Trabalho e Comunidades de Resistência em Minas Gerais e Norte do Espírito Santo. Trabalho. Presidente Prudente, 2007. (Relatório de Trabalho de Campo). 68p. mimeografado.

COSTA, R. H. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DATALUTA - **Banco de Dados da Luta pela Terra**. NERA, Presidente Prudente, 2008. Disponível: WWW.fct.unesp.br/nera Acesso em 20/01/2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E ESTATÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS-SEADE. **Controvérsia sobre as taxas de desemprego**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/ped.html>> Acesso em: 13 abril, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E ESTATÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS - DIEESE. Juventude: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano. In: **Estudos e Pesquisa**, n. 211. São Paulo, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E ESTATÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS - DIEESE. **Anuário dos trabalhadores 2005**. São Paulo: DIEESE, 2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anuario2005.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E ESTATÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS - DIEESE. São Paulo, **Estudos e Pesquisas**, ano 3, set., 2006.

DRUCK, M. G. **Terceirização**: (Des) fordizando a fábrica. São Paulo: Boitempo, 1999.

DRUCK, M. G.; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRYSDALE, A.; WATTS M. Modernization and social protest movements. **Antipode**, Leeds, v.9, n.1, 1977, p.40-56.

ECHEVERRI, R.P. e PILAR RIBEIRO, M. **Nueva Ruralidad**: visión del território na América Latina y Caribe. Costa Rica: IICA, 2002.

EL FORO MUNDIAL SOBRE LA REFORMA AGRÁRIA. **Agência Carta Maior**, Valência (Espanha), dezembro de 2004. Disponível em: http://www.fmra.org/memoria_CartaMaior.pdf Acesso em: 30 jul. 2007.

ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.59-80.

FABRINI, J. E. **Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR Enquanto Território de Resistência Camponesa**. 270 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, 2002.

FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n.9, v.1, 2008a, p.35-62.

FAUSTO, R. A “pós-grande indústria” nos Grundrisse (e para além deles)”. In: **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº 19 - novembro. CEDEC, 1989, pp. 47 a 67.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde**. A reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Revista do Laboratório de Geografia Agrária** - DG/FFLCH/USP, São Paulo, v. 1, p. 16-36, 2004.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Presidente Prudente, 2007. mimeografado.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FERNANDES, B. M. ; LEAL, G. M. ; FAGUNDES, D. C. ; MENEQUETTE, A. . Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra; ocupações e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. In: BERGAMASCO, Sonia Maria; AUBREÉ, Marion; BOTTA, Vera (org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas/Araraquara: Unicamp/Uniar, 2003, v. 01, p. 79-105.

FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia agrária, teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Guanabara (3a ed.), 1987.

FOSCHIERA, A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos**: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 238f. (Relatório de Qualificação) Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, 2008.

FRANCA, G. **O trabalho no espaço da fábrica**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRANCO GARCÍA, M. O gênero como perspectiva de análise na discussão sobre as localizações. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, out. 2002. p. 43-61.

FREDEIRO, C. **Crise do socialismo e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GALARZA, E. **Farm workers and agribusiness in California, 1947-1960**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1977.

GARCÍA SANZ, B. **La sociedad rural ante el siglo XXI**. Madri: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1999.

GEBARA, J. J. Perene crise agrária: questão da terra e da pobreza no Brasil. **Informações Econômicas, São Paulo**, v.26, n.1, jan. p.7-10, 1996.

GEBARA, J. J. Queima da cana-de-açúcar, desemprego e migração sazonal. In: **O FENÔMENO migratório no limiar do terceiro milênio**: desafios pastorais. Petrópolis: Vozes/ USP, 1998.

GEBARA, J. J.; BACCARIN, J. G.; ZOCOLLER BORGA, M. M. **O mercado de mão-de-obra volante da cana-de-açúcar e a migração sazonal**: os mineiros do médio Vale do Jequitinhonha. Jaboticabal, 1986. (Relatório de Pesquisa-Fapesp).

GERMER, C. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994. p. 144-151.

GIARRACCA, N. (Org.). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural>> Acesso em: 10 de outubro de 2007.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/> Acesso em: 27/03/2009.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOMES, M. A. F. **Aquífero Guarani: o valor dos ativos ambientais**. Disponível em: http://www.cnpma.embrapa.br/down_hp/343.pdf Acesso: 10/01/2009.

GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter: pseudometamorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

GONÇALVES, J. S.; VICENTE, J. R. Desconcentração regional da renda agropecuária paulista no período 1999-2003. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.34, 2004, p.37-51.

GONÇALVES, M. A. **A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente: um estudo dos catadores de papel e dos camelôs em Presidente Prudente – SP**. 2000. 165f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Org.). **La história de Andalucía**, A Debate I. Campesinos y Jornaleros Granada: Diputación de Granada/Antropos, 2000.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. Perspectivas socioambientales de la historia del movimiento campesino andaluz. A Debate I. **Campesinos y Jornaleros**. (Org.). Granada: Diputación de Granada/Antropos, 2000. pp. 239-288.

GÖRGEN, S. (org.). **Riscos dos transgênicos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**. Crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GORZ, A. A crise e o êxodo da sociedade salarial. In: SILVA, J. P.; RODRIGUES, I. J. (Org.). **André Gorz e seus críticos**. São Paulo: Annablume, 2006. p.47-63.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUANZIROLI, C. E. Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. **Revista do Ministério de Agricultura e da Fao**, Brasília, p. 1-36, 1992.

GUIMARÃES, A. P. **A Crise Agrária**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, J. R. **Rosa, a vermelha**. São Paulo: Busca vida, 1987.

GUTERRES, I. (Org.) **Agroecologia militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México: Fundo de Cultura, 1990.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

HESPANHOL, A. N.. A expansão da agricultura moderna e a integração do centro - oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.22, p.7-26, 2000.

HESPANHOL, I. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. São Paulo, **Estudos Avançados**, n.63, v.22, p. 131-158, 2008.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In HIRATA, H.; MARUANI, M. (Orgs.). **Fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC, 2003.

HOBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

HOBSBAWM, E. J. **Os trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOFMANN, M. B. P.; MENDONÇA, S. E. A. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.47, 2003. p.21-32.

HUWS, U. **The making a cybertariat: virtual work in a real world**. London: Merlin Press, 2004.

HUWS, U. **Fixo, volátil ou dividido: o trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no Século XXI**. London, 2006. Disponível em: < www.resistir.info > Acesso em: 29/10/2006. [Originariamente em inglês. Disponível em: www.monthlyreview.org/0306huws.htm. 7p.]

HUWS, U. The spark in the engine: creative workers in a global economy. **Work organisation labour and globalisation**, London, v.1, n.1, jan., p. 1-12, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro, v.22, p.1-47, 2007. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa mensal de emprego**. Rio de Janeiro, 2002 (Série Relatos Metodológicos, v. 23).

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (org). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

JALIFE-RAHME, A. El cártel anglosajón de la guerra alimentaria. Seis trasnacionales controlan granos y cereales. **La Jornada**, México, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx>> Acesso em: 27 abr. 2008.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

KAWAMURA, L. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas: Unicamp, 2003.

KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: AGB/SP, 1998.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp. 1993.

LAURENT, K. Capitalisation of research results on the multifunctionality of agriculture and rural areas. 2005. Disponível em: <<http://www.inra.fr/sed/INRA-WUR-mfa/Textes/MULTAGRI-WP4-France-200501v2.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2008.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEITE, S. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 2001.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. S. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

LÊNIN, Vladimir I. **O que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo fase superior do capitalismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982a. Obras Escolhidas.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982b. Obras Escolhidas.

LESSA, S. . O reflexo como não-ser na ontologia de Lukács: uma polemica de décadas. **Crítica Marxista**, São Paul, n. 4, p. 89-112, 1997.

LESSA, S. Centralidade ontológica do trabalho e centralidade política proletária. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.13/14, p. 106-121, 2005.

LESSA, S. Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.15, p. 107-126, 2002a.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002b.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, E. C. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal de Paranapanema (SP)**: dissidências e dinâmica territorial. 120f. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, 2006.

LIPIETZ, A.; BENKO, G. **As regiões ganhadoras**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

LIZARRAGA, P.; VACAFLORES, C. . Proyecto de dominación y resistencia campesina-el caso de Tarija, Bolivia. In: FERNANDES, B. M.. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008, p. 225-248.

LOBATO, E.; SOARES, P. Crise freia projetos de expansão de álcool. **Folha de São Paulo** 11 de novembro, 2008, p.A 7.

LOPES, E. S. A. Comentário sobre o “novo mundo rural” ou a “nova reforma agrária” do governo FHC. Disponível em: <<http://www.cibergeo@agbnacional>> Acesso em: 30 abr., 2002.

LÓPEZ IGLESIAS, E. **Mobilidad de la tierra y dinámica de las estructuras agrarias en Galicia**. Madri: MAPA, 1996.

LÓPEZ IGLESIAS, E. Análise do impacto em Galiza da reforma intermedia da PAC e avaliación das diferentes opcións para súa aplicación. Santiago de Compostela: IDEGA, 2004.

LOSSURDO, D. Marx, a tradição liberal e a construção do conceito universal de homem. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.13/14, p. 23-42, 2005.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1999.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

LUKÁCS, G. **Pensamento vivido**. São Paulo; Viçosa: Ad Hominem; Ed. UFV, 1999.

LUXEMBURGO, R. **A crise da social democracia**. Lisboa: Presença, s/d.

LUXEMBURGO, R. **Introdução à economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução**. São Paulo Global, 1986.

MACHADO, J. Ativismo em rede e Conexões Identitárias - Novas perspectivas para Movimentos Sociais". **Sociologias**, 18, Porto Alegre, jul/dez de 2007.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

MALAGUTI, L. M. **Crítica á razão informal**: a imaterialidade do salário. São Paulo: Boitempo, 2000.

MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. T. Multifuncionalidade da agricultura familiar. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. V, n. 17, 2005. p.43-58.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MAO TSE-TUNG. **Obras Escogidas**. Madrid: Editorial Fundamentos, 5 Tomos, 1974.

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural; reflexões a partir do território fluminense. **Campo Território Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, p. 17-60, 2006.

MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, A. M. (Org.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

MARQUES, A. **A economia da união européia**. Coimbra: Almedina, 2006.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. São Paulo, 2003. (inédito).

MARTÍN MARTÍN, V. O. **Actualidad de la cuestión agraria en el mundo**: viejo problema, nuevos enfoques? Laguna, 2004. mimeografado.

MARTÍN MARTÍN, V. O. **Los jornaleros hablan de la lucha por la tierra en el sur de la España del siglo XXI**. Málaga: Gráficas Digarza, 2006.

MARTÍN MARTÍN, V. O. "Teoría y práctica de las guerras campesinas en el marxismo del siglo XXI". V Coloquio Internacional de Marx y Engels. Campinas (Brasil), Centro de Estudos Marxistas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2007.

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Brasília: IPLAM, 1989.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, J. S. **A apropriação do demônio na fábrica**. São Paulo: Editora 34, 2008.

MARX, K. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: _____. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, v. 1, 1956. p. 278-298.

MARX, K. **O capital**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 85-169.

MARX, K. Primeiro manuscrito. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx/Engels, história**. São Paulo: Ática, 1984. p.19-43.

MARX, K. **Contribuição à crítica à economia política**. São Paulo: Martins fontes, 1986.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1986. (capítulo VI inédito)

MARX, K. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política** (Grundrisse) . Madrid: Siglo XXI, 1987.

MARX, K. **O 18 brumário e as cartas de Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Moscou: Edições Progresso, 1982. Tomo 1.

MASI, D. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Senac, 1999.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008a.

MASSEY, D. When theory meets politics. **Antipode**, Leeds, v. 40, n.3, 2008b. p.492-497.

MATHEUS, D. **Comuna da terra Dom Pedro Casaldáliga**: uma alternativa de uso e ocupação do solo na região metropolitana de São Paulo. Presidente Prudente, 2007. mimeografado.

MATHEUS, D. **Comuna urbana**: alternativa de uso e ocupação do solo urbano. Presidente Prudente, 2008. mimeografado.

MATTOSO, J. O Brasil desempregado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAZOYER, M. **Defendendo al campesinado en un contexto de globalización**: crise agrícola, crise alimentar e crise geral contemporânea, 2003. Disponível em: <<http://www.rebellion.org>> Acesso em: 10 de outubro de 2004.

MCDOWELL, L. Thinking through class and gender in the context of working class studies. **Antipode**, Leeds, v.40, n.1, 2008. p. 21-24.

MELO, J. G. O manifesto comunista hoje. **Formação**. Presidente Prudente, v.7, p.21 - 23, 2000.

MELO, J. G. **História e práxis**: do imediato ao concreto. 2004. 123f. Tese. (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 457f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1 e ENCONTRO BRASILEIRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2. **Anais...** Salvador, 2007.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JUNIOR, A. A ocupação racional e indiscriminada das áreas de cerrado: reforma agrária, governo Lula e emancipação social. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo (SP). **Anais...** São Paulo: SBD/FFLCH/USP, 2005. v. 1. p. 01-16.

MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENEGAT, M. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.8, n.2, dez., p.27-46, 2007.

MENEGAT, M. Sujeito e capitalismo. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, nº 2, 2008. (no prelo)

MENEZES, S. O. de. "Supérfluos" à sujeitos históricos na contramão do capital: a geografia do (des)trabalho. 2007. 215f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

MERRIFIELD, A. The general law of US capitalist accumulation: contingent work and the working class. **Antipode**, Leeds, v. 32, n. 2, p.111-213, 2000.

MESQUITA, H. A. de. **Corumbiara**: o massacre dos camponeses de Rondônia. 2001, 286f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIRANDA, C. L. ; ADIB, A. R. Multifuncionalidade e desenvolvimento rural sustentável. [S.l.:s.n.] [20--]. Disponível em: http://cursa.ihmc.us/servlet/SBReadResourceServlet?rid=1188901314384_85339610_8439 Acesso em: 28 ago. 2008.

MITRANY, D. **Marx contra o camponês**. Rio de Janeiro: Editora Ipanema, 1957.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des) construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no noroeste do Paraná**: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho,

da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. 2002. 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

MONTOYA, Marco Antonio; PARRÉ, José Luiz (org.). **O agronegócio brasileiro no final do século XX**. Passo Fundo: UPF, 2000. 2 v.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 6, v. 2, n. 16, p. 04-08, maio/ago, 2000.

MOREIRA, R. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. **Rev. Ciência Geográfica**, Bauru, ano 7, v. 3, n. 20. p.10-13, set/dez, 2001.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOSER, C. La planificación de género en el Tercer Mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estrategias de género. In: GUZMÁN, V.; PORTOCARREO, P.; VARGAS, V. **Una nueva lectura: género en el desarrollo**. Lima: Entre mujeres/Flora Tristán, 1991.

MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR - MCP. Carta de Fundação. Brazabrant, 05 de agosto de 2008.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

NETTO, J. P. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O. (Org.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 77-102.

NOBRE, C. A invenção de uma nova economia. **Veja**, São Paulo, v.41, n.45, 12 nov. 2008, p.122-123.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

NOGUEIRA, C. M. A feminização no mundo do telemarketing. In ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NOVAES, J.R.P. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. J. C. (org.) **Migrantes**. São Carlos: EDUFSCAR. p. 87-118, 2007.

NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. J. C. (org.) **Migrantes**. São Carlos: EdUFSCar. 2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Bloqueio amazônico começa a amanhã**. São Paulo, 03/06/2008, p. A-15. Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em: 10/06/2008.

OFFE, C. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madri: Editora Sistema, 1988.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. (v. 1 e v. 2).

OLIVEIRA, A. A.; MOREIRA, C. A. L.; MARQUES, M. S. **Crise estrutural do sistema do capital, dominação sem sujeito e financeirização da economia**. Fortaleza, 2004. (Laboratório de Estudos

Marxianos – LEMARX). Disponível em:
<http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Marcelo_Marques.pdf> Acesso em: 23 jun.2005.

OLIVEIRA, A. M. S. “**A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental**”. 2003. 218f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. M. S. A dinâmica territorial da expansão do negócio-agro-sucro-energético no Brasil consubstanciadas nas ações do estado parceiro. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; FRANÇA JÚNIOR, L. B. **Geografia e trabalho no século XXI**, Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2009. v.4 (no prelo).

OLIVEIRA, A. M. S.; THOMAZ JÚNIOR, A. O conflito capital X trabalho e avanço da agroindústria canavieira no Brasil: estratégias, tendências e novas territorialidades. ANPEGE, Niterói, 2007. **Anais...** Niterói, 2007.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.58, set., p.13-36, 1981.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996a.

OLIVEIRA, A. U. O Marxismo, a questão agrária e os conflitos pela terra no Pontal do Paranapanema. In: COGGIOLA, Oswaldo (Org.). **Marx e Engels na história**. São Paulo: Humanitas, 1996b.

OLIVEIRA, A. U. “Barbárie e Modernidade: As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil”, São Paulo, **Terra Livre**, ano 19, v.2, n.21, jul./dez., 2003. p.113-156.

OLIVEIRA, A. U. 2006: A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Terra Livre**, São Paulo, v.22, 2006a, p.13-27.

OLIVEIRA, A. U. A não reforma agrária no governo Lula. São Paulo. São Paulo Instituto Landé, 2006b. Disponível em: <http://www.landaction.org/gallery/ANaoReformaAgrariaNoGovernoLULA.pdf> Acesso em: 13/02/2007.

OLIVEIRA, A. U. Agrocombustíveis e produção de alimentos. **Folha de São Paulo**, 17 abril, 2008, p.2. (Tendências e Debates).

OLIVEIRA, A. U. CORREIO DA CIDADANIA. MP458 é prêmio ao crime de apropriação ilegal da Amazônia. Entrevista com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre a MP 458. Rio de Janeiro, edição 642, 23/02/2009 a 01/03/2009. Disponível em:
<http://www.correiciudadania.com.br/index.php?searchword=Ariovaldo&option=com_search&Itemid=5> Acesso em: 05 mar. 2009.

OLIVEIRA, E. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, desencantamento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, F. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: FASE, 1994.

OLIVEIRA, F. **Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, M. A.; CÂMARA, Márcia R. G.; BAPTISTA, Josil R. V. O setor têxtil-confecções do Paraná e seus segmentos regionais especializados 2000-2004. **Revista de Economia**, São Paulo, v. 33, n.1, jan./jun., p.83-115. 2007.

OLIVEIRA, M. T. **Trabalhar em casa: na era do fim do emprego**. São Paulo: Olho D'água, 2001, 105p.

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. El estado mundial de la agricultura y la alimentación, 2003. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1200s/a1200s00.pdf>>. Acesso em: 10/02/2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. El estado mundial de la agricultura y la alimentación, 2004. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1200s/a1200s00.pdf>>. Acesso em: 10/02/2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. El estado mundial de la agricultura y la alimentación, 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1200s/a1200s00.pdf>>. Acesso em: 10/02/2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento mundial, 2006**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_estudos.php>. Acesso em 30/08/2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendencias mundiales del empleo**. Ginebra: OIT - Oficina Internacional del Trabajo, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Relatório do comércio internacional, 2003-2004**. Bruxelas, 2004. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 10/02/2005.

OTERO, G. **Adiós al campesinado?** Cidade do México: Universidad de Zacatecas, 2004.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEF (OXFAN). **Dumping sin fronteras cómo las políticas agrarias de EEUU destruyen los medios de vida de los productores mexicanos de maíz**. Bruxelas, 2004. Disponível em: <<http://www.oxfan.org>>. Acesso em: 20 out. 2004.

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Alínea Editora, 2000.

PAIVA, B. A.; OURIQUE, N. D. Uma perspectiva latinoamericana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Katálisis**, Florianópolis, v. 9 n. 2 jul./dez., p.166-175, 2006.

PALAU, T. **Capitalismo agrario y expulsión campesina**: avance del monocultivo de soja transgênica en el Paraguay. Asunción: CEIDRA, 2004.

PALAU, T. El agronegócio de la soja em Paraguay – antecedentes e impactos sociales y econômicos. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América latina**: a questão agrária atual. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008. P.17-43.

PARREIRAS, L. D. A utilização da PED no acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho metropolitano. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n.23, maio de 2004.

PAULANI, L. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PEREIRA, A. **Carvoaria e exploração do trabalho no Mato Grosso do Sul**. 2007. 187f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

PEREIRA, J. M. M. **A política agrária do banco mundial**: ofensiva neoliberal em marcha. Rio de Janeiro, 2005a. Disponível em: <www.landaction.org/idsplay.php?article=331> Acesso em: 08 ago. 2005 a.

PEREIRA, J. M. M. **Continuidades e descontinuidades no governo Lula de programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial**. Rio de Janeiro, 2005b. Disponível em: <www.desempregozero.org.br/reforma_agraria/continuidades_e_descontinuidades_no_governo_lula.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2005.

PEREIRA, J. M. M. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Org.). **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 13-47.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. (vários anos). Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 19 abr. 2008.

PINASSI, M. O. No mundo do capital, a ocasião faz o ladrão. **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 8, p. 42-49, 2006.

PINASSI, M. O. A hora e a vez da práxis. **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 10, p. 89-97, 2007.

PINASSI, M. O. El MST y la completa destructividad del capital. **Herramienta**, Buenos Aires, v. 37, 2008. p. 97-110.

PINEL, F. **O Trabalho na era digital**. 2005. Disponível em: <http://www.teletrabalhador.com/index.html> Acesso em: 13 set. 2007.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, M. Desemprego do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p.59-76.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO GONÇALVES, C. W. A invenção de novas geografias. In: SANTOS, M. **Território, territórios**. Niterói: PPGeo/UFF, 2002.

PORTO GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO GONÇALVES, C. W.; CÂMARA, M. Bolívia: A Guerra do Gás Continua. **Brasil de Fato**. 8 set. 2008. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br>> Acesso em: 14 set. 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROCURADORIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Situação jurídica das terras do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, 2007 (mimeo).

RAMOS, P. Os mercados do agribusiness do açúcar e do álcool: produtos concorrentes, situação atual, tendências e perspectivas. In: AGUIAR, D.R. D; PINHO, J.B. (ed.) **O Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília/DF: SOBER, 1998. p.157-165.

RANGEL, I. M. **A questão agrária brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

RANIERI, J. **A câmara escura**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAUBER, I. La transformación social en el siglo XXI: camino de reformas o de revolución? **Pasado y Presente XXI**, Buenos Aires, junio de 2004.

REIS, A. T. **Produtos, preços e salários do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo**. 42f. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Ciência Agrárias e Veterinárias FCAV/UNESP/Jaboticabal. Jaboticabal, 2006.

RIBEIRO, J. C. **A Geografia da escravidão no território do capital**. 2001. 514f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. (mimeogr.).

RICCI, R. **Qual é o problema da estrutura sindical no campo?** São Paulo: [s.n.], 1992. (mimeogr.).

RIVEIRO, W. C. Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania. São Paulo, **Estudos Avançados**, n.64, v.22, p.227-238, 2008.

RODRIGUES, I. J. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 3, 1991, p.116-126.

RODRIGUES, I. J. (Org.). **Novo sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo; Petrópolis (RJ): Vozes; Educ; Unitrabalho, 1999.

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (org.). **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 315-342.

RUAS, R.; ANTUNES, J. **Mudança técnica e gestão do trabalho em indústrias tradicionais**. São Paulo: ABET, 1991.

RUNGE, F.; SENAUER, B. A bolha do etanol. Palm Coast, **Foreign Affairs**, março 2007. (tradução para o português de Paulo Migliacci).

SACHS, I. Biocivilização: o potencial brasileiro. **Revista dos Instituto Humanas Unisinos**, Ijuí, n.258. Disponível em: http://www.unisinos.br/iheuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1049 Acesso: 20 maio 2008.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SÁNCHEZ, J. E. **Comentarios a la división espacial del trabajo y de la producción**, Barcelona: Scripta Vetera, 1992. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sv-28.htm>> Acesso em: 20 abril 2007.

SANT'ANNA NETO, J. L. O tempo e o clima na vida da roça. **Ambiente, Geografia e Natureza**. Maringá: UEM, 2000.

SANTOS, A. O. **Trabalho e Globalização: a Crise do Sindicalismo Propositivo**. Marília: Editora Praxis, 2001.

SANTOS, A. O. **Concertação social e luta de classes: o sindicalismo norte-americano**. Londrina: Praxis, 2004. (Série Risco Radical).

SANTOS, A. O. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p.447-460.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1988.

SANTOS, B. S. **Crítica a razão indolente**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SÃO PAULO. (Estado). Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo. **D.O.E**, São Paulo, 30 dez. 2005.

SAUER, S. A terra por uma cédula: A Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil. In: **Os impactos negativos da política de Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial**. SAUER, S.; BARROS, F.; SCHWARTZMAN (org.) São Paulo: Rede Brasil, 2003. p.45-102.

SAUER, S. Estado, banco mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária no Brasil. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (org.). **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 285-314.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica soiopolítica do campo brasileiro**. Texto para Discussão 30. Brasília: Embrapa, 2008. ISSN 1677-5473. 73p.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no RS. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCOTT, J. Gênero: é uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, vol. 20(2). Porto Alegre, 1995.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E., **Agroecología y desarrollo rural sustentable**: una propuesta desde Latinoamérica: en agroecología, el camino hacia una agricultura sustentable. Buenos Aires: Ediciones Científicas Americanas, 2002.

SHANIN, T. (org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituação. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 26, p. 43-79, 1980.

SILVA, M. A. M. Como “expulsar o camponês” do proletário. **Travessia** [Revista do Migrante]. São Paulo, set/dez, p. 5-11, 1990.

SILVA, M. A. M. As Andorinhas: nem cá, nem lá. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.29-45, 1998.

SILVA, M. A. M. A precarização do trabalho feminino na cana. **Anais...** II Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo. Buenos Aires, 2000.

SILVA, M. A. M. A terra no imaginário dos camponeses migrantes. **História oral**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 25-47, 2001.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SILVA, M. A. M. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 29-78.

SILVA, M. A. M. A face oculta do trabalho. Migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Montevideo, n. 17, 2005.

SILVA, M. A. M. A morte ronda os canaviais paulistas. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 33, n.2, ago./dez., 2006.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Paulo: EDUFSCar, 2007, p.55-86.

SILVA, M. A. M. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n.9, v.1, 2008a, p.63-80.

SILVA, M. A. M. **Agronegócio: a reinvenção da colônia**. São Paulo, Serviço Pastoral do Migrante, 2008b, p.4-18.

SILVA, M. A. M. **Migrantes maranhenses nas terras paulistas**. São Carlos, 2008c. (Mimeografado).

SILVA, M. A. M. et. al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n.8, 2006.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do Nead**, Brasília, 2006. Disponível em: WWW.mda.nead.gov.br

SILVA, M. A. M.; MARTINS, R. C. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agro-negócio. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, set., 2006. p. 91-106.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SMITH, N. **The new urban frontier**: gentrification and the revanchist city. Londres: Routledge, 1996.

SMITH, N. Nuevo globalismo, nuevo urbanismo. **Documents d'Anàlise Geogràfica**, Barcelona, n.38, 2001. p.15-32.

SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, 2. ed., Guanabara, 1986.

SOUZA, A. S. Otimização, “clonagem” e “autofagia”: as novas formas de não fazer reforma agrária no estado de São Paulo. In: **CD-Rom XIV Encontro Nacional de Geógrafos**, AGB, Rio Branco-AC, 2006.

STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária brasileira: o debate tradicional**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. n.1

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária brasileira. o debate na esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. n.2

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária brasileira: programas de reforma agrária: 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. n.3.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária brasileira: a classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. n.5

STÉDILE, J. P. Os dilemas da ALCA e o nosso futuro. **América Latina em Movimento**, 27/04/2004. Disponível em: <<http://alainet.org/active/6038&lang=es>>. Acesso em: 15/08/2007.

STENNING, A. For working class geographies. **Antipode**, Leeds, v.40, n.1, 2008. p.9-14.

SUASSUNA, J. **Caravana do São Francisco: uma visão realística**. Recife, 2006. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br>> Acesso em: 20 ago. 2006.

TAUILE, J. R. **Para (re) construir o Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TAUILE, J. R.; FARIA, L. A. E. A acumulação produtiva no capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.280-296, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. Campinas: Ícone, 1985.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectivas**. São Paulo, v.18, n.1 jan./mar. 2004.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

TELLES, V. S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, São Paulo, v.18, n.1, 2006. p. 173-195.

THAME, A. C. M. **A cobrança pelo uso da água**. (Org.). São Paulo: Iqual, 2000.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G. FRANCO, T. (org.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, p. 24-58, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, A. A biodiversidade para além da preservação: biotecnologia, desenvolvimento sustentado, patenteamento da vida: o ‘colonialismo genético’ em questão (noções introdutórias). **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v.16, p.74-93, 1994.

THOMAZ JÚNIOR, A. “Câmara setorial e o novo cenário institucional: gestão territorial da relação capital x trabalho e movimento sindical”. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 5, n.12, jan./abr., p.22-28, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?” **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v.1, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br/ceget> Acesso: 22/10/2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. (reflexões preliminares)”. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**, Barcelona, 2002a. disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/c4-jmont.htm>. Acesso: 10 maio, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002b.

THOMAZ JÚNIOR, A. Dignidade roubada e barbárie: um espectro ronda nossas vidas. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 1, n. 11, p. 1, 2002c.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem-terras no Brasil, 500 anos depois”. **Revista da ABRA**, Campinas, n.25, v.28, p.31-46, 2002d.

THOMAZ JÚNIOR, A. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n.4, v.1, p. 5-17, 2003a.

THOMAZ JÚNIOR, A. "O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica". **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 9, v.9, n.1, jan. abr., p.96-103, 2003b.

THOMAZ JÚNIOR, A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 37, p. 7-26, 2004a.

THOMAZ JÚNIOR, A. A (des) ordem societal e territorial do trabalho: os limites para a unificação orgânica. In: MARQUES, M. I.; OLIVEIRA, A.U. (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela/Paz e Terra, 2004b. p.71-85.

THOMAZ JÚNIOR, A. 'Jogo' de cena e poder de classe no Brasil do século XXI. A contra-reforma agrária no governo Lula. **Perspectiva Geográfica**, Cascavel, v. 1, n. 1, p. 9-24, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (org.). **Geografia e trabalho no século XXI**, Presidente Prudente, 2006, p.130-167.

THOMAZ JÚNIOR, A. Os rearranjos do capital e o trabalho no campo no século XXI: uma tentativa de compreensão dos casos espanhol, galego e brasileiro. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; SILVA, Onildo Araújo (org.) **A cuestión da terra na Península Ibérica e na Iberoamérica**: actualidades e desafios. Santiago de Compostela: Index, 2007a. p.25-42.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho e territórios em disputa (algumas considerações). In: PAULINO, E. T. (org.). **Campesinato em movimento**. III Simpósio Internacional de Geografia Agrária - IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Londrina, 2007b. p.223-247.

THOMAZ JÚNIOR, A. Geografia e trabalho no século XXI. Os limites para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil". **Revista Okara**, João Pessoa, v. 1, n.2, 2007c. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/1831/1624>> Acesso em: 15 out. 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, p. 5-25, 2007d.

THOMAZ JÚNIOR, A. Armadilhas da fome e a geração de lucros para o capital. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, Ijuí, n.258, p.15-17, 2008a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Totalidade viva do trabalho reforma agrária e soberania alimentar. (uma reflexão autocrítica da classe trabalhadora e a luta de classes no Brasil). In: BATISTA, R. L.; TUMOLO, P. **Trabalho, economia e educação**. Londrina: Práxis, 2008b. p.367-389.

THOMAZ JÚNIOR, A. Novos arranjos territoriais e velhos dilemas para o trabalho no campo, no Brasil, no século XXI. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M.C.; CORRÊA, A. M. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008c. p.256-274.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma cruzada contra a fome e o agrohíbrido: nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado", Presidente Prudente, **Revista Pegada**, v.9, n.1, 2008d. p. 7-33.

THOMAZ JUNIOR, A. et. al. (org.) **A cuestión da terra na Península Ibérica e Iberoamericana**: actualidades e desafíos. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2008.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre a classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antonio. L.; SILVA, Sérgio (org.). **Textos didáticos**. 3.ed. São Paulo, n 10, v.2, 1998. p.95-109.

TOMÉ, G. F. Trabalhadores informais: o caso dos camelôs da cidade de Marília-SP. In: BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. **Desafios do trabalho**: capital e luta de casses. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, v. 1, cap. 10, 2003. p. 269-291

TORRES, A. T. G. **A luta de classes pela água**. 2007. 179f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

TORRES, A. T. G.; VIANNA P. C. G. Hidroterritórios: a influência dos recursos hídricos nos territórios do semi-árido nordestino. **Terra Livre**, n.31, 2008. (no prelo).

TOURAINÉ, A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

TROTSKI, L. **Escritos sobre sindicatos**. São Paulo: Kairós, 1978.

TSÉ-TUNG, M. **Mao Tsé-Tung**: obras escogidas. Madrid: Ediciones Bandera Roja, 1993.

TULLA, A. F. Funciones y procesos característicos del espacio rural. In: ESTALELLA, H.; GARCÍA RAMÓN, M.D.; TULLA, A.F. **Geografía Rural**. Madrid: Síntesis, 1995, p. 53-89.

TUMOLO, Paulo Sergio. O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica. **Revista Eletrônica Trabalho Necessário**. ano 1, n. 1. 2003. Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario/Tumolo%20TN1.htm> Acesso: 27 mar. 2005.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta**: notas antropológicas sobre a sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo.1999. 232f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

UNIÓN EUROPEA. **Producción Ganadera em Galicia**. Bruxelas, 2004. Disponível em: WWW.unióneuropea. Disponível http://ec.europa.eu/agriculture/index_es.htm Acesso em: 10/03/2005.

UNIÃO EUROPEIA. **Livro verde**: estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura. Bruxelas, 2006. Disponível em: <http://europa.eu/documents/comm/green_papers/pdf/com2006_105_pt.pdf> Acesso: 10 nov. 2007.

UNIÃO EUROPEIA. **Livro verde**: sobre a qualidade dos produtos agrícolas: normas aplicáveis aos produtos, requisitos de produção agrícola e sistemas de qualidade. Bruxelas, 2008. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0641:FIN:PT:PDF>>Acesso em: 21 dez. 2008.

VALVERDE, O. Metodologia da geografia agrária. In: _____. **Reflexões sobre a geografia**. São Paulo: AGB, 1980. p. 18-35.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VASAPOLLO, L. **Por uma política de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VEIGA FILHO, A. **Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo**: uma fronteira de modernização tecnológica da Lavoura. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

VEIGA, J. E. **A reforma que virou suco**. Petrópolis: Vozes, 1990.

VEIGA, J. E. . Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996

VENETTI, F. J. **Um panorama dos transgênicos**. O Estado de São Paulo, 05 de maio de 2008. p. 3. (Agropecuário).

VIA CAMPESINA. **Declaración de la IV Conferencia de la Via Campesina**, 2004. Disponível em <http://www.viacampesina.org/main_sp/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=52>. Acesso em: 15/09/2006.

VIAN, Carlos E. F. **Expansão e diversificação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro no centro sul do Brasil: 1980 – 1996**. 1997. 156f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

VIAN, Carlos E. F. **Inércia e mudança institucional: estratégias competitivas do complexo agroindustrial canavieiro no Centro-Sul do Brasil**. 2002. 214f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

VICENTE, M. C. et. al. Evolução do mercado de trabalho na agropecuária paulista, 1005-2004. In: CONGRESSO DA SOBER, 43 **Anais...** Ribeirão Preto, 2005.

VICENTE, M. C. M.; FRANCISCO, V. L. F. S. A ocupação e o emprego no rural paulista em 2003. **Análise de Mercado**, São Paulo, IEA, 2003, p. 37-49.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WACQUANT, L. Les pauvres en pâture: la nouvelle politique de la misère en Maérique. **Hérodote**, Paris, n.85, 1997, p.21-33.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2005.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WAIBEL, L. **Capítulos da geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. 1979. 326 p.

WANDERLEI, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma (org.) **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf> Acesso em 13 março 2003.

WATERMAN, P. Space, place and the new labour internacionalism. **Antipode**, Leeds, v.33, n.3, p.305-311, 2001.

WILKINSON, J. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo: Hucitec, 1989.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WOOD, S. Toyotismo e/ou japonização. In: HIRATA, H. (org.) **Sobre o 'modelo' japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp, 1993. 156-187.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia. **Anuário Antropológico**, Brasília, nº 87, 1990.

YÁZIGI, E. Sobre a territorialidade do trabalho de rua. In: YÁZIGI, E. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas/USP, 2000. p. 383-413.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 81-102.

Retrato 1. Corte Mecanizado da Cana-de-açúcar



1

1) Corte mecanizado da cana-de-açúcar. Sistema articulado entre a colheitadeira e carreta (Bitrem) com pneus de alta flutuação e tracionada por trator, que acompanha o processamento de corte. Usina Eldorado, Rio Brilhante (MS).

Foto: Ana Maria Soares de Oliveira, 2007

2) Máquina Colheitadeira de Cana-de-açúcar, tracionada por esteira, em reparos para operação de corte em cana tombada (ou caída). Nesse caso o sistema de coleta da cana cortada é feito por caminhão com caçamba hidráulica. Bioenergia do Brasil S/A, Lucélia (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.



2



3

3) Em funcionamento a aspersão da palhada, depois do corte prévio das ponteiros da cana-de-açúcar, articulada a carreta Bitrem. Usina Delta, Delta (MG)

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) Sistema de transbordo para cana cortada mecanicamente. Caçambas basculantes preparadas para operar simultaneamente, e fazer o carregamento de caminhões. Usina Guarani, Olímpia (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.



4

Retrato 2. Algumas Experiências de Monocultura



1

1) Área de plantio de soja em Ourinhos (SP). Monocultura e paisagens homogêneas são sinônimos e expressam a realidade rural dos territórios incorporados ao agronegócio.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Monocultura da soja, Cerrado do Sudoeste de Goiás, Catalão.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



2



3

3) Padrão tecnológico na monocultura da soja através da utilização de pivô-central para irrigação. Catalão (GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) Especialização das áreas de atuação de pivôs-centrais na região de Catalão (GO). O aproveitamento das áreas de chapadas são evidentes, em detrimento das bordas. Utilizamos essa imagem retirada da *internet*, mas com o devido crédito.

Fonte: Google Earth, 2009.



4

Fonte: Google Earth

© 2009 MapLink/Tele Atlas
© 2009 LeadDog Consulting
Image © 2009 TerraMetrics

18°02'37.18" S 47°24'54.36" O elev: 2551 pés

Retrato 2. Algumas Experiências de Monocultura



5

5) Monocultura de milho atingida pela lagarta-do-cartucho, Sudoeste de Goiás. Esse é um dos principais efeitos fitossanitários da prática da monocultura.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

6) Cultura de café irrigado, Rio Verde, Sudeste de Goiás.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



6



7

7) Monocultura de milho; exemplo de sistema de plantio adensado, Rio Verde (GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

8) Monocultura de eucalipto, região de Aracruz, Norte do Espírito Santo. Segundo estudos preliminares realizados pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento essa é a principal área de expansão do cultivo de eucalipto do Brasil, juntamente com o Sul da Bahia.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.



8

Retrato 3. Sistema de Máquinas no Cerrado



1) Colheita mecanizada de feijão, Sudoeste de Goiás. Tratores com pneus de alta flutuação são imprescindíveis, para diminuir a compactação do solo. Ipameri (O).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Vista de perfil da colheitadeira de feijão. A eficiência da máquina está associada à calibração adequada às condições de operação das garras que arrancam as vagens e as remetem para a caçamba traseira.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



3) Vista frontal do sistema de garras e dos braços hidráulicos da colheitadeira de feijão.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) Colheitadeira de Soja (zero quilômetro), de um conjunto de 8 máquinas que entrarão em operação na safra 2009/10. Fazenda Maringá, Catalão, Sudeste Goiano.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



Retrato 3. Sistema de Máquinas no Cerrado



5) Galpão dos pulverizadores e disposição dos acessórios, Catalão, Sudeste Goiano. Fazenda Maringá, Catalão (GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

6) Motor de 450 CV utilizado para extrair água do reservatório para o sistema de irrigação, por meio de tubulações (dutos), para alimentar os pivôs-centrais. Fazenda Maringá, Catalão, Sudeste Goiano.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



6



7

7) Estrutura metálica e tubulação principal para passagem de água de pivô-central. Fazenda Maringá, Catalão, Sudeste Goiano.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

8) Funcionamento do pivô-central após o plantio de soja. Fazenda Maringá, Catalão, Sudeste Goiano.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



8

Retrato 4. Vida e Trabalho do Camponês do Cerrado de Goiás



1) Condições de moradia de família camponesa nas bordas das chapadas, sendo, pois, estas ocupadas pela monocultura da soja. Pires do Rio, Sudeste Goiano.

Foto: Marcelo Rodrigues Mendonça, 2006.

2) Torrefação de farinha na comunidade camponesa Rancharia (Vale do Rio São Marcos), município de Campo Alegre de Goiás.

Foto: Marcelo Rodrigues Mendonça, 2007



3) Camponês dedicando-se aos tratos culturais da roça de feijão irrigado. Ouvidor, Sudeste Goiano.

Foto: Marcelo Rodrigues Mendonça, 2005.



4) Moradia típica dos camponeses pobres, mas nota-se a presença da antena parabólica. Ipameri (GO).

Foto: Marcelo Rodrigues Mendonça, 2005.



Retrato 5. Trabalhadores Indígenas Envolvidos no Corte da Cana-de-açúcar, na Debrasa. Brasilândia (MS)



1

1) Barracão/alojamento para os trabalhadores índios nas terras da Debrasa. O local era utilizado para acondicionar adubos, inseticidas. Brasilândia (MS).

Foto: Júlio César Ribeiro, 2004.

2) Interior do Barracão/Alojamento para Índios. A altura do teto em torno de 2,0 metros exigiu que os beliches fossem adaptados, o que foge totalmente do padrão estabelecido. As péssimas condições de habitabilidade têm o agravante da ausência de janelas e de entrada de iluminação externa e ventilação. Debrasa, Brasilândia (MS).

Foto: Júlio César Ribeiro, 2004.



2



3

3) Índios, cortadores de cana-de-açúcar, na DEBRASA, Brasilândia (MS), em atividades recreativas, na aldeia de origem, junto aos familiares, em momento de despedida para o deslocamento da área de corte.

Foto: Júlio César Ribeiro, 2007.

4) Encenação indígena durante a “Grande Festa Quinhentista”, no centro de Dourados, na qual encenaram a perda das características culturais diante do avanço do capitalismo no campo.

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, 2004.



4

Retrato 6. Corte Manual da Cana-de-açúcar e Sistema de Carregamento



1) Corte Manual de cana tombada. O ritmo de trabalho diminui, todavia a intensidade não, pois o trabalhador tem que posicionar-se praticamente agachado para realizar o corte da cana. Presidente Venceslau (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.

2) Trabalhador envolvido no corte da cana-de-açúcar, sem equipamentos de proteção individual (EPI); detalhe para a camisa de mangas curtas e chinelo, em área da Destilaria Alcídia (Grupo Odebrect), Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



3) Processo de trabalho e os movimentos repetitivos no corte manual da cana-de-açúcar nas terras da Cocal. Paraguaçu Paulista (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.

4) Operações mecânicas do guincho nas áreas de corte manual da cana-de-açúcar.

Fonte: Antonio Thomaz Junior, 2007.



Retrato 7. Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema (SP)



1) Casa inacabada, característica das moradias dos Assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Residência em assentamento que foi ampliada em relação à construção original. Gleba XV de Novembro. Rosana (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



3) Cultivo de hortaliças nas proximidades da residência e do barracão. Assentamento Che Guevara. Mirante do Paranapanema (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) Cultivo de hortaliças para subsistência e comercialização em assentamento. Assentamento Rodeio. Presidente Bernardes (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



Retrato 7. Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema (SP)



5) Pequeno roçado nas proximidades da residência, em assentamento voltado à pecuária. Gleba XV de Novembro. Euclides da Cunha Paulista (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

6) Pequeno bosque que serve para a acomodação de viveiro de mudas em assentamento. Euclides da Cunha Paulista (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



7) Viveiro de mudas no Assentamento Vô Tônico, para consumo próprio e venda para terceiros. Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

8) Cultivo e tratos (capina) de roça de milho, em um dos lotes do Assentamento Santa Rita. Caiuá (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



Retrato 8. Trabalhadores Migrantes envolvidos no Corte da Cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema



1) Manifestação dos trabalhadores migrantes no portão principal da Destilaria Santa Fanny, Regente Feijó (SP), momento em que reivindicavam salários atrasados e descumprimento de cláusulas sociais e econômicas celebradas no contrato coletivo para o corte de cana-de-açúcar, safra 2008-2009.

Foto: Gérson de Oliveira Souza, 2008.

2) Barracão que serve de alojamento para os trabalhadores migrantes, Destilaria Santa Fanny, Regente Feijó (SP).

Foto: Gérson de Oliveira Souza, 2008.



3) Precárias condições de vida em residência alugada, que serve para alojamento de trabalhadores migrantes. Presidente Venceslau (SP).

Foto: Gérson de Oliveira Souza, 2008

4) Cozinha improvisada de casa alugada por trabalhadores migrantes. Presidente Venceslau (SP).

Foto: Gérson de Oliveira Souza, 2008.



Retrato 8. Trabalhadores Migrantes no Corte da Cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema



5

5) Vista frontal de casa alugada por trabalhadores migrantes envolvidos no corte da cana. Regente Feijó (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

6) Camas improvisadas pelos próprios trabalhadores migrantes. Regente Feijó (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



6



7

7 Local onde os trabalhadores depositam as roupas, ferramentas e demais utensílios de trabalho. Regente Feijó (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

8) As roupas são penduradas em varais improvisados porque não há acomodação específica.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



8

Retrato 9. Trabalhadores em Carvoarias no Município de Ribas do Rio Pardo (MS)



1) Trabalhador sem equipamento de proteção individual (EPI) - sem camisa, de shorts e com calçado inadequado - prepara o forno para a queima da madeira. Carvoaria Progresso. Ribas do Rio Pardo (MS)

Foto: Altamira Pereira, 2006.

2) Vista parcial do depósito de lenha, no caso madeira nativa dos cerrados do Mato Grosso do Sul, prestes a ser queimada. Ribas do Rio Pardo (MS).

Foto: Altamira Pereira, 2006.



2



3

3) Alimentação do forno com lenha, sem os devidos cuidados com segurança e equipamentos de proteção.

Foto: Altamira Pereira, 2006.

2) Trabalhador sem EPI amontoa carvão recém-saído do forno. Carvoaria situada na Fazenda Santa Mercedes. Ribas do Rio Pardo (MS)

Foto: Altamira Pereira, 2006.



4

Retrato 9. Trabalhadores em Carvoarias em Ribas do Rio Pardo (MS)



5) Trabalhadores se movimentam nas proximidades dos fornos, sem EPI.

Foto: Altamira Pereira, 2006.

6) Trabalhadores aguardam momento para proceder o carregamento do carvão bruto, para ser devidamente ensacado nos depósitos.

Foto: Altamira Pereira, 2006.



7) Trabalhador retira do forno carvão que será destinado ao carregamento.

Foto: Altamira Pereira, 2006.

8) Trabalhadores procedem o carregamento de caminhão para o destino final do carvão.

Fonte: Altamira Pereira, 2006.



Retrato 10. Prática da Queimada para o Preparo da Terra para o Plantio de Cana-de-açúcar



1

1) Prática do fogo para a queima do capim, capoeira e vegetação arbustiva, com o objetivo de realizar as operações de preparo da terra para plantio. Sandovalina (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.

2) O resultado da queimada em área antes ocupada por pastagem. Sandovalina (SP).

Fonte: Antonio Thomaz Junior, 2007.



2



3

3) Cenário de devastação após a queimada da vegetação para o preparo da terra e plantio de cana-de-açúcar. Narandiba (SP).

Fonte: Antonio Thomaz Junior, 2007.

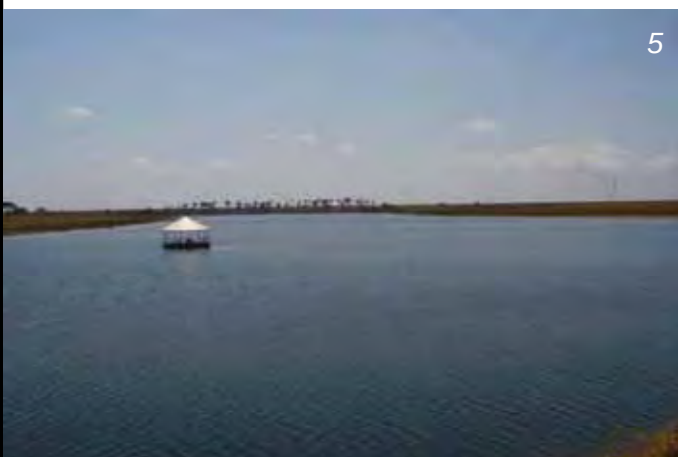
4) Vista panorâmica das extensas áreas submetidas à prática da queimada. Narandiba (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



4

Retrato 11. Apropriação Destrutiva das Veredas pelo Capital (Agronegócio) no Cerrado Goiano



- 5) Reservatório, tanque, represa ou piscinão, com água extraída de Vereda, em área de Cerrado, Catalão GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

- 6) Sistema de sucção da água de Represa, por meio de motor estacionário com o propósito de alimentar os dutos que levam água aos pivôs-centrais, Fazenda Maringá, Catalão (GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



6



7

- 7) Motor utilizado para bombeamento de água da represa para os pivôs-centrais, Fazenda Maringá, Catalão (GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

- 8) Sistema de operação dos tanques de mistura da água que alimenta os pivôs-centrais para a irrigação, Fazenda Maringá, Catalão (GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



8

Retrato 11. Apropriação Destrutiva das Veredas pelo Capital (Agronegócio) no Cerrado Goiano



1) Vereda ainda não incorporada ao circuito destrutivo do capital (agronegócio). Catalão (GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Vereda represada para servir os tanques que fornecerão água para o acionamento dos pivôs-centrais. Catalão (GO).

Foto: Thomaz Junior, 2008.



3) Tubulações que drenam água das veredas por meio de motores estacionários. Fazenda Maringá, Catalão (GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) Canal de drenagem para coleta de água de Vereda para os reservatórios. Fazenda Maringá, Catalão (GO).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



Retrato 12. Tombamento e Preparo da Terra para o Plantio de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP)



1

1) Sistema de terraceamento utilizado nas plantações de cana-de-açúcar. Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Preparo da terra (curvas de nível e formação dos sulcos) para plantio da cana-de-açúcar. Presidente Venceslau (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



2



3

3) Cana depositada no sulco, completando a operação de plantio.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) A brota da cana, após três semanas o plantio, em terras antes ocupada por pastagem. Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



4

Retrato 13. Plantação de Cana-de-açúcar em Assentamentos Rurais Envolvidos no Programa BB-Convir Pontal do Paranapanema (SP)



1

1) Constatação da baixa produtividade dos canaviais dos assentamentos rurais, vinculados ao Programa BB-convir, assentamento Gleba XV de Novembro, Rosana (SP).

Fonte: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Área com resquício de cana-de-açúcar impossibilita a acomodação das vacas para a produção de leite, atividade principal dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, Gleba XV de Novembro. Rosana (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



2



3

3) Canavial de quarto corte, tomado pela brachiaria e ervas daninhas, Assentamento Santa Terezinha da Alcídia. Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) Cana soca (3º corte), apesar de rala, encontra-se em condições satisfatórias para o corte, mas foi preterida pela Destilaria Alcídia. Assentamento Alcídia da Gata. Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



4

Retrato 14. Mulheres Camponesas na Lida Diária



1

1) Mulheres camponesas na Colheita manual do algodão, que exige muita atenção e rapidez, Areias (PB).

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, 2007.

2) Camponesa no trato cotidiano da criação, Assentamento Vô Tonico, Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008



2



3

3) O trabalho diário das camponesas com os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, Assentamento Fusquinha, Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.

4) Camponesas na preparação e embalagem de tempero caseiro (alho, cebola, sal e cheiro-verde) para ser vendido nas mercearias de Teodoro Sampaio. Assentamento Che Guevara, Mirante do Paranapanema (SP).

Foto: Renata Cristiane Valenciano, 2005.



4

Retrato 15. Estrutura e Desmonte da COCAMP – Teodoro Sampaio (SP)



1) Infraestrutura edificada da COCAMP. Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Estrutura de Armazenamento e Silagem da COCAMP, Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



3) COCAMP - Vista Frontal do Laticínio que nunca funcionou.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) COCAMP, Disposição dos maquinários do setor de laticínio.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.



Retrato 15. Estrutura e Desmonte da COCAMP



5

5) Câmara-fria em desuso e sucateada.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.

6) Esteira e Tanques de cozimento da Despolpadeira de frutas em aço inoxidável.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



6



7

7) Prédio da Despolpadeira de Frutas danificado pela ação das chuvas, intempéries e falta de manutenção.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

8) Vista interna do prédio da despolpadeira de frutas; descoberto e maquinários abandonados.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.



8

Retrato 16. Acampamentos Organizados pelo MST no Pontal do Paranapanema (SP)



1

1) As primeiras ações para montagem dos barracos após a ocupação. A utilização de bambu, troncos e galhos de eucaliptos, madeira disponível na região, e madeiras descartadas são a estrutura predominante para a cobertura da lona preta. Para a cobertura e o revestimento das laterais também são utilizados restos de madeira, tapumes de construção civil, papelão etc.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Improvisação da cozinha comunitária, durante o primeiro dia de trabalho para estruturação do acampamento "Vitória", Presidente Bernardes, às margens da Rodovia SP-272.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



2



3

3) Perfuração para construção de poço comunitário, com a participação também das mulheres.

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, 2004.

4) Os barracos já estruturados. Ex-Acampamento Dona Carmen, e desde dezembro de 2008, Assentamento Dona Carmem, para 390 famílias, sob responsabilidade do INCRA, e controlado por José Rainha Junior.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



4

Retrato 16. Acampamento Organizados pelo MST no Pontal do Paranapanema (SP)



5

5) Acampamento do MST "Irmã Dorothy", à margem de estrada vicinal. Mirante do Paranapanema (SP). As precárias condições dos barracos se somam ao elevado número de crianças que não tem acesso à escola.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

6) Acampamento Vitória, Presidente Bernardes (SP). Exemplo típico do Pontal do Paranapanema, situado às margens da Rodovia SP-272, que liga Pirapozinho a Mirante do Paranapanema.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



6



7

7) Momentos de descontração. A riqueza cultural presente nos acampamento é imprescindível para a interlocução interna do grupo.

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, 2005.

8) Centro de reuniões comunitário, Acampamento Vitória, Mirante do Paranapanema (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



8

Retrato 17. Cultivo de Mamona e Pinhão Manso no Pontal do Paranapanema (SP)



1) Cultivo de mamona, em área antes dedicada à pastagem. Assentamento Porto Alegre. Presidente Epitácio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Cultivo de mamona, Assentamento Padre Josimo. Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



3) Área de cultivo teste, (0,9 hectares), com pinhão manso. Sandovalina (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.

4) Em detalhe o fruto do pinhão manso. Sandovalina (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



Retrato 18. Marchas Regionais e Nacionais pela Reforma Agrária - MST



1) Marcha pela Reforma Agrária, organizada pelo MST, em agosto de 1998, momento em que os trabalhadores chegaram na Praça 9 de julho, em Presidente Prudente (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 1998.

2) Marcha pela Reforma Agrária e Anistia para os trabalhadores perseguidos pela Justiça de São Paulo. Presidente Prudente (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 1994.



3) Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que juntou 13.000 pessoas, que partiram de Goiânia (GO) para Brasília (DF). BR-060, a caminho da Esplanada dos Ministérios.

Foto: Luciney Martins, 2005.

4) Momento de muito entusiasmo da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, às margens da BR-060, já no Plano Piloto.

Foto: Douglas Mansur, 2005.



Retrato 19. Ocupação de Ferrovias, Rodovias, Usinas Hidrelétricas e Canteiros de Obras, pela Via Campesina - Brasil



- 1) 1) Ocupação dos trilhos e locomotivas de propriedade da Vale do Rio Doce, em protesto contra o desemprego e pela Reforma Agrária. Itabirito (MG).

Fonte: Metabase, 2008.

2) Protesto organizado pelo MAB na BR-364, em defesa da produção de alimentos para o consumo interno e contra o modelo de agricultura para exportação (*commoditização*), com destaque para a Amazônia, Ji-Paraná (RO).

Foto: Atamis Antonio Fochiera, 2008.



- 3) 3) Ocupação das Instalações da Aracruz Celulose, durante a Jornada de Luta do dia Internacional da Mulher. Barra do Riacho (ES), março de 2008.

Foto: Aloísio Sousa da Silva, 2009.

4) Ocupação da BR 254, Itá (RS), com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para a necessidade da soberania alimentar e energética. O chamamento principal foi a vinculação dos altos preços dos alimentos à priorização da produção de soja e milho para exportação, e a elevação dos preços da energia elétrica aos interesses impostos pelo capital.

Foto: Atamis Antonio Foschiera, 2008.



Retrato 19. Ocupação de Ferrovias, Rodovias, Usinas Hidrelétricas e Canteiros de Obras, pela Via Campesina



5

5) Ocupação da Usina Conquista do Pontal, de propriedade da Odebrecht, Mirante do Paranapanema (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

6) O escritório e almoxarifado das futuras instalações da Usina Conquista do Pontal, ocupados pelos trabalhadores durante a jornada de luta da Via Campesina, de 10 de junho de 2008.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2008.



6



7

7) Vista panorâmica das instalações que sediará a ser a planta da agroindústria canvieira Conquista do Pontal. Mirante do Paranapanema (PR)

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

8) Reunião das lideranças da via Campesina do Pontal do Paranapanema e apoiadores. Estacionamento das máquinas que estavam sendo utilizadas para a construção da planta agroprocessadora da Usina Conquista do Pontal.

Fonte: Antonio Thomaz Junior, 2008.



8

Retrato 20. Ocupação de Prédios Públicos pela Via Campesina



1) Ocupação da Agência do Banco do Brasil de Mirante do Paranapanema (SP), durante Jornada de Luta pela Liberação de Recursos do INCRA para a compra de terras pelo ITESP.

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, 2004.

2) Ocupação da Agência da Caixa Econômica Federal, Brasília (DF), durante a Jornada de Luta pela Liberação de Recursos para a construção de moradias nos Assentamentos já aprovados.

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, outubro de 2007.



3) Ocupação do Prédio do INCRA – Brasília (DF), durante Jornada de Luta pela Liberação de Recursos para os Assentamentos já aprovados.

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, junho, 2007

4) Ocupação do prédio do Ministério da Fazenda, durante a Jornada de Luta do dia Internacional da Mulher. Brasília, março de 2009.

Foto: Douglas Mansur, 2009.



Retrato 21. Ocupação do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) em Presidente Prudente (SP) - Outubro de 2008



1

1) Ocupação do ITESP – Regional de Presidente Prudente – pela Via Campesina, durante a Jornada Nacional de Luta de outubro de 2008, pela Aceleração dos Processos de Imissão de Posse.

Fonte: Antonio Thomaz Junior, 2008.

2) Momento de dispersão da ocupação do ITESP em que os trabalhadores foram cercados e agredidos pela Tropa de Choque da Polícia Militar.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2008.



2



3

3) Os trabalhadores apreciam o pronunciamento feito pelo bispo diocesano de Presidente Prudente, D. Benedito do Santos.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) Bala de borracha disparada pela Tropa de Choque durante a ocupação do prédio do ITESP.

Foto: CPT/Presidente Prudente, 2008.



4

Retrato 22. Romarias no Pontal do Paranapanema (SP)



1

1) Atividade programada durante a 3ª Romaria da Terra e das Águas, no Pontal do Paranapanema. Assentamento Padre Josimo, Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.

2) Cantorias e chamadas de palavras de ordem, durante a 3ª Romaria, organizada pela CPT/Pontal do Paranapanema.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.



2



3

3) Romeiros em cantoria durante a 4ª Romaria da Terra e das águas. Assentamento Porto Alegre, Presidente Epitácio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) Apresentação da mística durante o percurso da 4ª Romaria, em memória dos trabalhadores mortos no processo de luta pela terra no Brasil e no mundo.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2008.



4

Retrato 22. Romarias no Pontal do Paranapanema (SP)



1

1) Atividade programada durante a 3ª Romaria da Terra e das Águas, no Pontal do Paranapanema. Assentamento Padre Josimo, Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.

2) Cantorias e chamadas de palavras de ordem, durante a 3ª Romaria, organizada pela CPT/Pontal do Paranapanema.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.



2



3

3) Romeiros em cantoria durante a 4ª Romaria da Terra e das águas. Assentamento Porto Alegre, Presidente Epitácio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.

4) Apresentação da mística durante o percurso da 4ª Romaria, em memória dos trabalhadores mortos no processo de luta pela terra no Brasil e no mundo.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2008.



4

RETRATO 23. Ações/Manifestações Organizadas pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) - Brasil



1

1) Marcha dos atingidos por barragens de Minas Gerais. A marcha percorreu dezenas de quilômetros entre Ponte Nova e Belo Horizonte, em março de 2006.

Foto: Assessoria de Imprensa do MAB de Minas Gerais, 2006.

2) Mobilização de militantes do MAB em novembro de 2004, quando foi feita a denúncia da fraude nos estudos de impacto ambiental para licenciamento das obras da UHE de Barra Grande (RS), na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

Foto: Atamis Antonio Fochiera, 2004



2



3

3) Ato em frente a distribuidora da Companhia Energética de Goiás (CELG), durante a Campanha Contra os Altos Preços da Energia Elétrica, em outubro de 2006.

Foto: Assessoria de Imprensa do MAB de Goiás, 2006

4) Marcha dos Atingidos por Barragens de Minas Gerais em defesa da soberania Energética, que percorreu dezenas de quilômetros entre Ponte Nova e Belo Horizonte, em março de 2006.

Foto: Assessoria de Imprensa do MAB de Minas Gerais, 2006



4

RETRATO 24. Movimentos Sociais de Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema (SP)



1

1) Uniterra, organização vinculada ao MAST, identifica os acampamentos que “controla” com sua bandeira, Presidente Venceslau (SP)..

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, 2005

2) Acampamento, 10 de Maio, organizado pelo MAST, Caiuá (SP).

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, 2005.



2



3

3) Placa indica a palavra de ordem do MST no acampamento Fusquinha, Teodoro Sampaio (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2007.

4) Acampamento Tancredo Neves, Sandovalina (SP), organizado Pelo Movimento Brasileiros Unidos Querem Terra, também vinculado ao MAST.

Foto: Edvaldo Carlos de Lima, 2005.



4

RETRATO 25. *Invernaderos* (Territorialidade e Sistema Produtivo) - Espanha



1

1) *Invernaderos* (Estufas) no município de El Ejido, Andaluzia/Espanha. A distribuição espacial dos *invernaderos* hegemoniza a paisagem regional, o que já foi denominado de “mar de plástico”.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) Distribuição espacial dos *Invernaderos* formatam uma forma de uso particular do território. Alicante (Espanha).

Foto: João Osvaldo Rodrigues Nunes, 2009.



2



3

3) *Invernaderos* se misturam com as residências e demais construções e formas de utilização do território, seja para outras vocações agrárias seja para as edificações, moradias, os centros urbanos, El Ejido (Espanha).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009.

4) Instalação de *Invernaderos* nas encostas, à margem da Rodovia do Atlântico, no Sul da Andaluzia, Aguadulce/ Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009



4

RETRATO 25. Cultivo em *Invernaderos* na Espanha



5

5) Vista frontal dos *Invernaderos* instalados nas encostas que do litoral Mediterrâneo, Roquetas del Mar/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009.

6) Cultivo de tomate em *invernadero* de estrutura metálica, que conta com mecanismos de controle automatizado para as operações de pulverização, irrigação, ventilação. Toda a produção é exportada para grandes redes de supermercados situados na Holanda e Alemanha. Vicar (Espanha).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009



6



7

7) Produção de flores comestíveis em *Invernadero*. Barlaguè, Catalunha/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

8) Interior de *Invernadero* especializado para a produção de mudas. Barlaguè, Catalunha/Espanha.

Fonte: Antonio Thomaz Junior, 2005.



8

RETRATO 26. Condições de Vida dos Trabalhadores Migrantes Envolvidos nos *Invernaderos*. Alternativas Improvisadas de Moradia: *Chabolas* e *Cortijos*. Província de Almeria (Espanha)



1

1) Vista frontal de uma das formas típicas de moradia precárias dos trabalhadores migrantes envolvidos nos *invernaderos* denominada de *Chabola*, San Izidro, Almeria, Anadaluzia/Espanha.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) Vista panorâmica das chabolas em primeiro plano, e ao fundo concentração de *Invernaderos*, San Izidro, Almeria/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



2



3

3) Vista lateral de Chabola, El Ejido, Andaluzia/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

4) As *chabolas* são expressão da realidade de abandono, das péssimas condições de moradia, do desprezo por parte do capital e de ausência de políticas públicas no tocante às condições de vida dos trabalhadores migrantes envolvidos nos *invernaderos*. San Izidro/Espanha.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.



4

RETRATO 26. RETRATO 26. Condições de Vida dos Trabalhadores Migrantes envolvidos nos *Invernaderos*. Alternativas Improvisadas de Moradia: *Chabolas* e *Cortijos*



- 5) Moradia construída à margem da via que dá acesso aos *invernaderos*. A denominação local é *Cortijo*. A realidade mais aproximada que temos no Brasil é Barraco. Vicar (Almeria/Andaluzia), Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009

6) Os *cortijos* são construídos muito próximos uns dos outros para compartilharem instalações improvisadas de energia elétrica e água. Os *Cortijos* à base de restos de madeira são mais consistentes e seguros do que os de plástico duro (descartados) das *Chabolas*, apesar de disporem do revestimento de plástico. Os riscos com ferimentos de crianças e com incêndios provocados por curto-circuitos são muito freqüentes. Las Norias (Espanha).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009.



6



7

7) As pequenas dimensões dos *Cortijos* (Barracos) obrigam os trabalhadores a retirarem roupas e outros objetos, para fora durante o dia, para poderem se movimentar no interior do mesmo. Essa realidade diária também se combina com a convivência à rotina de trabalho dos *invernaderos*, pois os *cortijos* estão situados no interior do "mar de plástico". Vicar (Espanha).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009

8) As dificuldades pra planejar a construção dos *cortijos* (Barracos), diante de tamanha procura de espaço, obrigam os trabalhadores a instala-los ao lado das fossas que pertencem a outros Barracos, ou mesmo coletivas, Vicar (Espanha).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009



8

RETRATO 26. Condições de Vida dos Trabalhadores Migrantes Envolvidos nos *Invernaderos*. Alternativas Improvisadas de Moradia: *Chabolas* e *Cortijos*. Província de Almeria (Espanha)



9) A combinação de vários tipos de plásticos e materiais convivem na paisagem dos *cortijos* e *chabolas*. Da mesma forma que povos e etnias diferentes, tais como senegaleses e marroquinos convivem lado a lado ou mesmo compartilham, em vários casos, acomodações e benfeitorias comuns. Outro aspecto é que as dificuldades para a construção individualizada leva as famílias a fazerem emendas, e onde se presume que há um único Barraco, podem haver 3 ou 4. Roquetas del Mar/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009.

10) As edificações que serviram de residência para os proprietários dos *cortijos*, antes que os *invernaderos* fizessem parte do sistema produtivo local/regional, também são utilizadas pelos trabalhadores migrantes. A denominação de *cortijo* para essas habitações, já totalmente desfiguradas, abrigam em cômodos pequenos diversas pessoas e/ou famílias. Roquetas del Mar, Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009.



11) Os *cortijos* também apresentam as mesmas péssimas condições de habitabilidade das *chabolas* e dos *Cortijos* de plástico (Barracos). Roquetas del Mar, Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009

12) As péssimas condições de moradia também são reforçadas pela inadequada situação de higiene, a começar pela total ausência dos serviços de limpeza pública e saneamento básico. Os *cortijos* convivem lado a lado com os depósitos de lixo. No verão, os níveis de contaminação são muito elevados devido aos efeitos da putrefação e proliferação de insetos e animais roedores etc. El Ejido, Espanha.

Foto: Antonio Tomaz Junior, 2009.



RETRATO 26. Condições de Vida dos Trabalhadores Migrantes Envolvidos nos *Invernaderos*. Alternativas Improvisadas de Moradia: *Chabolas* e *Cortijos*. Província de Almeria (Espanha)



13

13) Fogão utilizado por trabalhadores migrantes marroquinos, recém-chegados de Madri, onde atuavam na construção civil, e devido ao desaquecimento da especulação imobiliária migraram para os *invernaderos*, atividade que já desenvolveram há cinco anos atrás. Las Norias/Almeria/Andaluzia (Espanha).

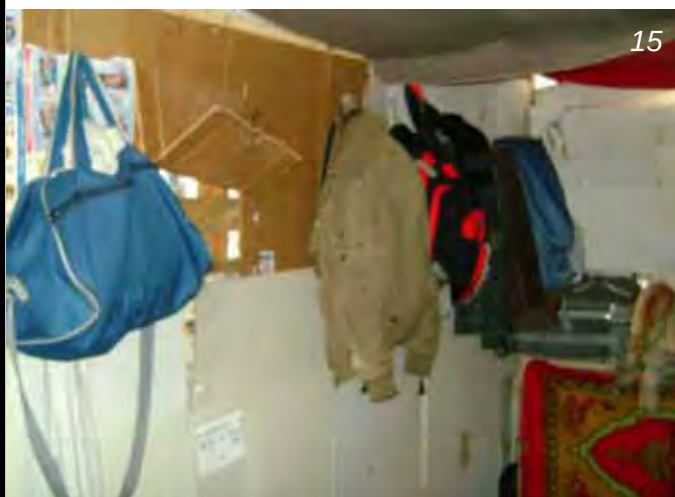
Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009

14) Interior do *Cortijo*, e as instalações improvisadas para acomodar as roupas penduradas nas paredes revestidas de papelão, que originariamente compunham as embalagens dos agrotóxicos. Las Norias (Espanha).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009



14



15

15) Devido às baixas temperaturas durante as noites de inverno, os trabalhadores revestem o teto dos *Cortijos* com papelão e as paredes, além desse material, utilizam cartazes de shows que encontram afixados em logradouros públicos e jornais, pois segundo relatos é uma maneira de melhorar as condições térmicas internas. Las Norias (Espanha).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009

16) As dificuldades para acomodar roupas, camas, objetos de uso pessoal e demais utensílios, obrigam os trabalhadores e suas famílias a conviverem no mesmo Barraco, e a compartilharem varais e até camas. Las Norias (Espanha).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2009



16

RETRATO 27. Trabalho na Terra Coletiva, Marinaleda – Andaluzia (Espanha)



1

1) Sistema de trabalho coletivo que envolve homens e mulheres na colheita de pimentão. Originários da própria Andaluzia, compunham a lista de desempregados ou subempregados. Cooperativa Humar, Marinaleda (Andaluzia)/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) O ritmo intensivo de trabalho na colheita do pimentão é semelhante ao encontrado nos *invernaderos*, todavia as paradas previstas e a jornada são cumpridas.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



2



3

3) Trabalho manual integrado a operações mecânicas no momento do carregamento do produto colhido.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

4) Cooperativa Humar - Produção própria de mudas em *invernadero*.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



4

RETRATO 28. Os Trabalhadores Utilizam Veículos Particulares para se Deslocarem até a Terra Coletiva de Trabalho – Marinaleda (Andaluzia) - Espanha



1

1) Os trabalhadores utilizam veículos próprios para se deslocarem para o trabalho na terra coletiva, Marinaleda/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) Vista panorâmica do local de trabalho e dos veículos estacionados.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.



2



3

3) Ao fundo terra pertencente à Cooperativa Humar-Marinaleda, mas ainda não incorporada à produção.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

4) Transporte mecanizado dos frutos colhidos por meio de tratores de médio porte dotados de pneus de alta flutuação.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



4

RETRATO 29. Condições de Vida (Moradia) dos Trabalhadores da Cooperativa Humar-Marinaleda, Espanha



1

1) Construção de moradias para os trabalhadores da Cooperativa Humar Marinaleda, em regime misto de mutirão, na cidade do mesmo nome.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) Via de acesso à cidade de Marinaleda, e ao fundo, à direita o local onde estão sendo construídas as moradias.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



2



3

3) Moradias em fase final de construção, a serem habitadas pelos trabalhadores da Cooperativa Humar Marinaleda. A qualidade da construção e a distribuição dos cômodos correspondem ao desejo da maioria. São permitidos pequenos ajustes para contemplar os anseios individuais das famílias.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

4) Rua principal de Marinaleda (José Manuel Porfirio). Como a comunidade decidiu que não queria a presença da força policial, no caso a Guarda Civil, no local onde estava o Posto a prefeitura criou a Sala de Leitura Municipal, e desenvolve atividades culturais e mantém funcionários para incentivar e os jovens à leitura.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



4

Retrato 30. Trabalho das Mulheres no Processamento Agroindustrial do Pimentão e da Alcachofra. Cooperativa Humar, Marinaleda - Espanha



1) Atividade de limpeza e seleção do pimentão para o acionamento do processo de produção agroindustrial.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) Etapa de empacotamento semi-automatizada dos produtos processados.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.



2



3) Tanques que acomodam o a parte líquida da massa moída de azeitonas, durante o processo de produção de azeite.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005

4) Esteira receptora de azeitonas para o início do processo de produção de azeite.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



4

RETRATO 31. V Congresso do SOC. Momento da Votação da Chapa Vencedora. Molina (Andaluzia), 2005



1) Votação em Plenária que referendou a chapa indicada pela direção do SOC para concorrer à recondução, durante o V Congresso, Molina (Andaluzia)/Espanha, 2005.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) A presença da Confederación Paysanne, em detrimento da Via Campesina, dividindo importância política juntamente com a bandeira do SOC nas Mesa Central do congresso, mostra as preferências políticas dessa Organização.

Fonte: Antonio Thomaz Junior, 2005.



3) Diretoria eleita durante o V Congresso do SOC, toma posse na Seção Final. Em destaque os dirigentes do SOC que também ocupam funções importantes no (a) Partido Comunista Andaluz, (b) no Bloque de Izquierda Andaluz e (c) à frente da prefeitura de Marinaleda .

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.

4) Foto da Diretoria Eleita e Empossada durante o V Congresso do SOC.

Fonte: Antonio Thomaz Junior, 2005.



RETRATO 32. Manifestações Contra OMC



1

1) Manifestação em La Coruña, contra a *comoditização* dos produtos agropecuários patrocinada pela OMC e em favor da Soberania dos Povos. La Coruña/Espanha, março de 2005.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) O Sindicato Labrego Galego (SLG) manifesta-se contra a OMC e em favor de que os produtores sejam remunerados pelo seu trabalho e não às flutuações de mercado patrocinadas pelo capital e especuladores. Santiago de Compostela, dezembro de 2004.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



2



3

3) Manifestação Organizada pelo Movimento Estudantil Nacionalista Galego, Vigo (Espanha), em favor da permanência dos camponeses na terra, produzindo, e contra a OMC, janeiro de 2005.

Fonte Antonio Thomaz Junior, 2005.

4) Manifestação contra a OMC, organizada pela SLG e SIG, Santiago de Compostela, fevereiro de 2005.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



4

RETRATO 33. Manifestação Organizada pelo Sindicato Labrego Galego (SLG) e Confederação Intersindical Galega (SIG)



1) Passeata em defesa do leite, da carne e do vinho galegos, Lugo (Galícia)/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) Manifestação organizada pelo Sindicato Labrego Galego, em defesa do aumento da cota da produção de leite e a recusa de rações oriundas de cereais transgênicos. Santiago de Compostela (Espanha).

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.



3) Passeata organizada pelo Sindicato Labrego Galego, em defesa da liberdade dos produtores galegos venderem sua produção de carne. La Coruña (Espanha).

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.

4) Passeata organizada pelo Sindicato Labrego Galego e Confederação Camponesa Européia (CPE), em defesa da Soberania alimentar, defronte a sede do Ministério de Agricultura da Espanha, Madrid, fevereiro de 2005.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



RETRATO 34. Formas de Produção e Utilização da Terra na Espanha



1

1) Cultivo de hortaliças em grande escala para atender o mercado Norte-europeu, Barlagué (Catalunha)/Espanha.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) Vista panorâmica dos canteiros de produção de hortaliças e os barracões para empacotamento. Barlagué (Catalunha)/Espanha.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.



2



3

3) Cultivo de uva, em grande escala, para abastecimento de indústria vitícola, em Aragon, Espanha.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.

4) Cultivo de Trigo em grandes extensões de terra. Para os padrões locais denomina-se monocultivo. Amayuela de Abajo, (Castilla y Leon)/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



4

RETRATO 34. Formas de Produção e Utilização da Terra



5

5) Grandes plantações de azeitonas, Haen, (Andaluzia)/Espanha.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.

6) Vista panorâmica de plantação de azeitonas, Molina (Andaluzia)/Espanha.

Fonte Antonio Thomaz Junior, 2005.



6



7

7) Área de cultivo de azeitona, Aragon/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

8) Sistema de confinamento de gado leiteiro característico na Galícia. Arzua/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



8

RETRATO 35. Feiras Livres na Espanha



1) Produtos horti-fruti acomodados em caixas e expostos no chão. Feira de Padrón (Galícia)/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

2) Predominância de mulheres idosas à frente da comercialização dos horti-fruti, nas Feiras livres. Padrón (Galícia)/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



3) Venda de víveres, em gaiolas apropriadas. Feira de Paoisaco, Consello de Alaracha (Galícia)/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005

4) Feira tradicional da Galícia, na qual se misturam produtos semi-elaborados, como vinho, doces (caseiros), com horti-frutícolas, comercializados diretamente pela família camponesa. Feira de Santiago de Compostela/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.



RETRATO 35. Feiras Livres na Espanha



5

5) Comercialização de frutas, horti-frutis, não oriundos da produção direta. Feira de Nóa (Galícia)/Espanha.

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2005.

6) Preparação Pulpo à Feira, ao modo tradicional galego. Feira de Silleda (Galícia)/Espanha.

Foto Antonio Thomaz Junior, 205.



6



7

7) Local improvisado no qual se serve o Pulpo à Feira. Feira de Silleda, Galícia (Espanha).

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.

8) Venda de doces tradicionais e de consumo popular nas Feiras. León (Castilla y León)/Espanha.

Foto Antonio Thomaz Junior, 2005.



8

RETRATO 36. Trabalho Domiciliar e Arranjo Produtivo Local (APL) no Sudoeste do Paraná



1

1) Residência que abriga trabalho domiciliar envolvido no setor de confecção. Terra Roxa (PR).

Foto: Terezinha Brumatti Carvalho, 2008.

2) Acomodação do maquinário na sala de estar para viabilizar o processo de trabalho domiciliar. Terra Roxa (PR).

Foto: Terezinha Brumatti Carvalho, 2008.



2



3

3) Organização do processo de trabalho domiciliar, hegemonizado por mulheres, com a presença de trabalhadoras contratadas.

Foto: Terezinha Brumatti Carvalho, 2008.

4) Máquina de costura utilizada no processo de trabalho (domiciliar) para as indústrias de confecção.

Foto: Terezinha Brumatti Carvalho, 2008.



4

RETRATO 36. Trabalho Domiciliar e Arranjo Produtivo Local (APL) no Sudoeste do Paraná



5

5) Mulher trabalhadora cumprindo jornada e meta de produção, sob o formato domiciliar.

Foto: Terezinha Brumatti Carvalho, 2008.

6) Acomodações improvisadas para os equipamentos e das peças prontas e por fazer em ambiente do trabalho domiciliar.

Foto: Terezinha Brumatti Carvalho, 2008.



6



7

7) A manutenção dos equipamentos por conta da própria trabalhadora.

Foto: Terezinha Brumatti Carvalho, 2008.

8) Demonstração de peça de roupa infantil concluída após o cumprimento da programação (jornada) de trabalho.

Foto: Terezinha Brumatti Carvalho, 2008.



8

RETRATO 37. Faces e Expressões do Trabalho na *Camelotagem*

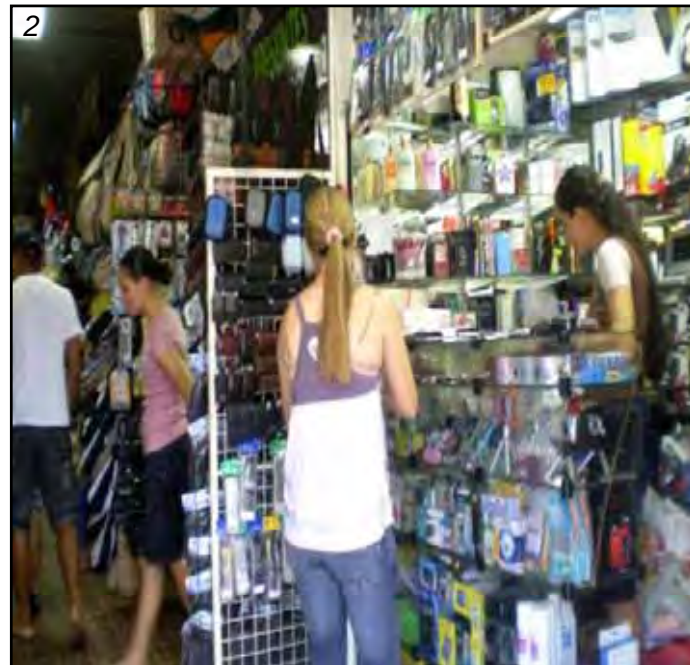


1) Disposição dos produtos ofertados nos Box's do *Camelódromo* de Presidente Prudente (SP).

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

2) Organização e disposição das mercadorias no *Camelódromo* de Marília (SP).

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.



3) Forma de pagamento via cartão de crédito no *Camelódromo* de Presidente Prudente (SP).

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.



RETRATO 37. Faces e Expressões do Trabalho na *Camelotagem*



4

4) Territorialização das lojas em Ciudad del Leste (Paraguai) nas quais são transacionadas as mercadorias que abastecem os *Camelódromos* e toda a rede de relações que envolve a *camelotagem*, no Brasil.

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2007

5) Vista frontal da disposição das Barracas em meio às Lojas, Ciudad del Leste, Paraguai.

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2007.



5

6



6

6) Modo de exposição de roupas nas Barracas do Paraguai.

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2007.

7) Depois de compradas as mercadorias são empacotadas e acondicionadas para fazerem a travessia da fronteira, de Ciudad del Leste para o Brasil.

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2007.



7

RETRATO 37. Faces e Expressões do Trabalho na *Camelotagem*



8

8) Sistema de Carregamento das Mercadorias, realizado pelos *cajeros* (carrinheiros), para as Vans, motocicletas ou barcos que farão a travessia para o Brasil. Ciudad del Leste, Paraguai.

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2007.

9) A acomodação das sacolas com as mercadorias nas Vans que farão a travessia da Ponte da Amizade. Ciudad del Leste, Paraguai.

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2007.



9



10

10) Acomodação das mercadorias nos ônibus, antecedidas do controle e identificação das sacolas e/ou embalagens.

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2007.

RETRATO 38. Catação de Resíduos Sólidos nas Ruas – Presidente Prudente (SP)



1) Trabalhador se prepara o dia de trabalho na coleta de resíduos pelas ruas, Presidente Prudente (SP).

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

2) Crianças que ajudam os pais na coleta diária de resíduos. Esse fenômeno tem aumentado muito nos últimos anos em Presidente Prudente (SP).

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.



3) Material coletado ao longo da jornada de trabalho, Presidente Prudente (SP).

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.

4) Trabalhador aposentado que complementa renda com catação de papelão, plásticos duros e metais, Presidente Prudente (SP).

Foto: Ivanildo Dias Rodrigues, 2008.



RETRATO 39. O Trabalho de *Garimpagem* no Lixão de Presidente Prudente (SP)



1

1) Disposição final a céu aberto ou Lixão de Presidente Prudente (SP).

Foto: Marcelino Andrade Gonçalves, 2007.

2) Local de disposição e de manobra de caminhões que fazem a coleta do lixo, Presidente Prudente (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



2



3

3) Momento em que o caminhão faz a descarga do material os trabalhadores se aproximam, se empurram para disputar as “melhores/maiores” embalagens/sacolas. Lixão de Presidente Prudente (SP).

Foto: Marcelino Andrade Gonçalves, 2007.

4) Trabalhadores realizam a “garimpagem”, momento após catarem o material depositado pelos caminhões, Presidente prudente (SP).

Foto: Marcelino Andrade Gonçalves, 2007.



4

RETRATO 40. Estrutura e Processo de Trabalho na Triagem, Enfardamento e Armazenamento de Materiais Recicláveis



1) Processo de trabalho em usina de triagem em Martinópolis (SP), no qual são separados na esteira material oriundo da coleta seletiva e também o lixo da coleta comum, com o objetivo de retirar os recicláveis que se *perdem*, devido ao descarte incorreto realizado por parte da população.

Foto: Marcelino Andrade Gonçalves, 2006.

2) Esteira para separação de resíduos oriundos da coleta seletiva. Cooperlix, Presidente Prudente (SP).

Foto: Antonio Thomaz Junior, 2008.



3) Funcionamento de esteira e processo de trabalho na separação dos resíduos, oriundos da coleta seletiva, e acomodação do material selecionado em *bag's*. Cooperlix, Presidente Prudente (SP).

Foto: Marcelino Andrade Gonçalves, 2006.



4) Processo de prensagem do material selecionado, para diminuir as porosidades na carga do caminhão. Associação Reciclando para a Vida. Álvares Machado (SP).

Foto: Renata M. Garcia, 2008.



RETRATO 40. Estrutura e Processo de Trabalho na Triagem, Enfardamento e armazenamento de Materiais Recicláveis



5

5) Centro de triagem de resíduos sólidos, em Presidente Epitácio (SP). A pequena capacidade de operação da triagem e a elevada participação da comunidade no descarte seletivo repercutiu na grande quantidade de material amontoado ao lado do prédio, exigindo mudanças no processo de triagem e horários extras de trabalho, incluindo os sábados.

Foto: Marcelino Andrade Gonçalves, 2005.

6) Disposição do material oriundo da coleta seletiva pelo lado externo de onde está a bancada de separação. Esse procedimento elimina a esteira, sem contar a manutenção. Experiência de Porto Alegre (RS).

Foto: Maria Zanin, 2004.



6



7

7) Separação realizada na bancada, na parte de dentro do prédio, e logo atrás os tambores e gaiolas para o depósito dos materiais antes de serem prensados, enfardados, amarrados, selecionados e o posterior armazenamento dos resíduos sólidos. Porto Alegre (RS).

Foto: Maria Zanin, 2004.

8) Etapa da pesagem do material selecionado ainda conta com equipamentos de medição rudimentares, no caso dos catadores que trabalham no aterro de Regente Feijó.

Foto: Antonio Cezar Leal, 2008.



8

RETRATO 41. Ações dos Movimentos Sociais que Lutam por Moradia em São Paulo (SP)



1) Acampamento do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) defronte à Prefeitura de São Paulo (2007).

Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 2007.

2) Acampamento do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) defronte à Prefeitura de São Paulo (2007).

Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 2008.



3) Cozinha coletiva improvisada no interior do acampamento do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) defronte à Prefeitura de São Paulo (2007).

Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 2008.



4) Biblioteca da Ocupação Prestes Maia, Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), São Paulo.

Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 2008.



RETRATO 41. Ações dos Movimentos Sociais que Lutam por Moradia em São Paulo (SP)



5) Cartaz com a fachada do prédio ocupado, fixado na área comum da ocupação Prestes Maia – Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), São Paulo.

Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 2008.

6) Escola Popular da ocupação Prestes Maia – Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC). São Paulo.

Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 2008.



6



7

7) Acampamento Carlos Lamarca – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em Osasco (SP).

Foto: Fernanda Keiko Ikuta, 2008.

Texto Crítico do Trabalho Acadêmico

Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI
(Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)

Volume 2
(Textos do Autor)

Antonio Thomaz Júnior

Presidente Prudente, abril de 2009

Thomaz Júnior, Antonio.
T384d Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI : (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos) / Antonio Thomaz Júnior. – São Paulo: [s.n], 2009
v.1-3 : il. ; fotogr. + memorial

v.1 - pt.1 - Autocrítica e Desafios Teóricos de uma Obra Inacabada;
pt.2 - Eixos de Pesquisa e a Construção de uma Trajetória *Coletiva*
v.2 - Textos do autor
v.3 – Textos em coautoria
Tese (livre-docência) – Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Geografia do trabalho. 2. Movimentos sociais. 3. Lutas emancipatórias.
I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18. ed.)910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

Sumário

Volume 2

Textos de Autoria de Antonio Thomaz Júnior

Apresentação	4
“Leitura” Geográfica e Gestão Política na Sociedade de Classes (TEXTO – 1)	5
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	
Território em Transe (TEXTO –2)	17
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	
A Geografia do Mundo do Trabalho na Viragem do Século XXI (TEXTO – 3)	35
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	
Por uma Geografia do Trabalho (TEXTO – 4)	47
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	
O Trabalho como Elemento Fundante para a Compreensão do Campo no Brasil (ANEXO – 5)	71
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	
Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil (TEXTO – 6)	83
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	
O Novo Ambiente Institucional Na Agroindústria Canavieira Paulista E A Luta Pela Terra. Uma <i>Pelega</i> Para A Classe Trabalhadora (TEXTO – 7)	101
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	
“Jogo” de Cena e Poder de Classe no Brasil do Século XXI: A Contra-Reforma Agrária no Governo Lula (TEXTO – 8)	127
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	
A (Des)Ordem Societária e Territorial do Trabalho (Os Limites para a Unificação Orgânica) (TEXTO – 9)	141
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	
Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade? (TEXTO – 10)	155
<i>Antonio Thomaz Júnior</i>	

Apresentação

Os textos que comparecem neste Volume 2 demarcam aspectos importantes da nossa trajetória intelectual individual, num contexto particular de relações de aprendizado, que lhes acrescenta os efeitos da convivência coletiva das pesquisas junto aos orientandos e ao CEGeT. Entretanto, os horizontes relacionais são mais amplos e, por certo, contêm participações tão importantes que se somam, de um lado, ao que se refere especificamente ao ambiente acadêmico, de que decorrem as relações com outros pesquisadores e Grupos de Pesquisas, de várias áreas do conhecimento, e, por outro lado, não apenas as ações e participações junto aos movimentos sociais, mas também pormenores do universo pessoal.

Os conteúdos específicos ou indicações de cada um dos textos já estão expressos ao longo do texto sistematizador, nas Partes I e II (Volume 1), e nas opções que nortearam a composição do Volume 2, disponíveis na Apresentação, mas é oportuno enfatizar que a marcação do perfil da nossa trajetória, os resultados das pesquisas e os aprofundamentos teórico-conceituais, em meio ao roteiro que apontamos acima, não poderiam completar ou responder às indagações e questionamentos que nós nos colocamos, diante da opção de refletir criticamente a nossa obra.

Com isso, é importante dizer que, se são os textos que provam a nossa trajetória, esta não se resume a eles, mas somente podendo contar com essa opção, que nos fornece combustível para continuarmos a abordar a temática do trabalho na Geografia, é que conseguiremos nos manter conscientes da necessidade de prosseguir apostando e realizando novas pesquisas, acreditando que esse pode ser um caminho emancipador e revolucionário enquanto opção de vida. E, daí, novos textos comparecerão, dentre tantos, mas alguns mais do que outros poderão reunir momentos específicos de uma trajetória que seguirá sua marcha, podendo revelar até de forma mais clara os pontos de intersecção e de tensionamento, no debate público. E, muito provavelmente em curto prazo, poderemos reunir dentre as nossas contribuições outros produtos das nossas pesquisas (individuais e coletivas), porém com destinação e focos diferentes para além do universo relacional circunscrito à leitura e à comunicação impressa e virtual, mas que incluam a alternativa televisiva, de uma linguagem que seja capaz de possibilitar ampliar nossa interlocução. Não foi possível, neste momento, dar início a esse intento, mas o desafio está posto.

O que mais poderia dizer de apenas 10 textos, que, na nossa opinião, revelam os elementos que nos possibilitaram apoiar, em parte, nossa intenção de construir, juntamente com os demais textos que compõem o Volume 3, a formulação central do que estamos oferecendo no Volume 1, senão que as faces positivas do processo rico de aprendizados, de convivências e de produções são imprescindíveis para vencermos nossas fragilidades e limitações, a fim de fortalecermos os novos desafios que estão por vir.

“LEITURA” GEOGRÁFICA E GESTÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE DE CLASSES *

Antonio Thomaz Júnior

É oportuno trazer para a discussão, neste ensaio, reflexões sobre alguns exemplos reais de gestão e ordenamento territoriais dos atores sociais envolvidos na agroindústria sucroalcooleira paulista, objeto de pesquisa de trabalho recentemente concluído¹.

Nosso objetivo é que esse exercício geográfico sirva como exemplo para chamar a atenção sobre a importância e a necessidade de nos colocarmos diante do desafio de compreendermos os processos e os mecanismos de controles e regulações sociais, enraizados sob diferentes formas e concepções de gestão territorial da sociedade.

É como se afirmássemos ser a Geografia um instrumento importante para apreensão e desvendamento do ordenamento imposto sobre a sociedade, pelos atores sociais hegemônicos, no controle social, seja lá em qual escala for: regional, local, nacional ou internacional.

Assim, o que se põe de fundamental neste momento, é a busca de evidências empíricas e elementos teóricos para desvendarmos - por dentro do movimento contraditório da sociedade de classes - as diferentes manifestações do conflito capital x trabalho, cuja base de assentamento se dá, necessariamente, sob diferentes formas de dominação e, conseqüentemente, de gestão territorial do tecido social.

Em meio a esse cenário, capital e trabalho, coabitantes de um mesmo processo contraditório, mas enraizados em esferas diferentes do processo social de produção, um, ao se expressar no outro - elo fundamental de sustentação da contradição - se materializam sobre bases qualitativamente diferentes. O capital, de um lado, hegemoniza o processo, conformando assim, sob seu controle, a totalidade produtiva. O trabalho, por outro lado, ao inserir-se nesse processo, entra subsumido, real ou formalmente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas.

Tem-se, então, explicitadas, as dinâmicas específicas dos atores envolvidos, bem como um amplo conjunto de “desritmias” entre as “leituras” que capital e trabalho fazem do mesmo fenômeno.

Isto é, o trabalho, mesmo estando enraizado no mesmo processo que o capital, na produção propriamente dita, encontra-se, pois, fragmentado a partir da divisão social e técnica.

Desdobrando-se, então, das relações de produção, o trabalho, já fragmentado em diferentes categorias/corporações sindicais, no caso específico da agroindústria sucroalcooleira em rurais, químicos, condutores e alimentação, se distancia da sua identidade operária (alienada), não

* Esse texto foi elaborado especialmente para nossa participação em Mini-curso, junto ao XVII Encontro Estadual de Professores de Geografia, e depois publicado no Boletim Gaúcho de Geografia, nº 24, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Porto Alegre). Edição Especial do XVII Encontro Estadual de Professores de Geografia, realizado em Ijuí (RS), p.31-42, 1998.

¹ Cf. THOMAZ JR., (1996).

se reconhecendo como proletário, mas como cortador de cana, condutor/motorista, químico etc, ou seja, fracionado enquanto categoria e personalizado nas corporações sindicais.

A expressão materializada do trabalho alienado se dá com a vinculação **trabalhador** ⇒ (categoria², elo definido a partir do processo de produção) **território** (no campo restrito do domínio delimitado pelo Estado) e se manifesta, concretamente, na desagregação da unidade das ações do mundo do trabalho, sobre a base da reiteração da divisão técnica/territorial enquanto trabalho capitalista subsumido ao controle estatal.

A ordenação territorial resultante desse processo pode ser vista, a título de exemplo, no Mapa 1. Enquanto o capital se espalha pelo território, materializado em forma de área ocupada com cana-de-açúcar e de empresas sucroalcooleiras, ultrapassando/subvertendo os limites territoriais impostos pelo Estado (a fronteira do município), o trabalho, (já na forma de identidade corporativa³, portanto enquanto sindicatos), tem sua abrangência territorial delimitada pelas fronteiras municipais, conforme as determinações legais prescritas no artigo 8º, inciso II da Constituição Federal: **“é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município”**⁴.

Põe-se aqui o contraponto entre os limites da base territorial sindical e a base territorial produtiva, ou a contradição entre as fronteiras da realização da territorialidade dos trabalhadores e seus sindicatos e da realização econômica do fenômeno agroindustrial canavieiro.

Nesse sentido, enquanto o capital se espalha pelo território, na forma de área ocupada com cana-de-açúcar e de empresas sucroalcooleiras, subvertendo os limites territoriais impostos pelo Estado - a fronteira do município - o trabalho ao expressar-se em sindicatos, se materializa como identidade corporativa, sob os desígnios do ordenamento institucionalizado pelo Estado, delimitado pela fronteira do município. Esse enraizamento diferencial dos atores envolvidos, no tocante à delimitação das suas ações, revela, em termos práticos, gestões territoriais diferenciadas.

Embora o capital também se inscreva nas mesmas regras legais que os trabalhadores, quanto às entidades sindicais, ou seja, à representação única por categoria econômica e por município (a *unicidade sindical*), o capital sucroalcooleiro está unificado em torno de uma única entidade, além do que, na prática, sua gestão sobre o território se dá à imagem e semelhança da hegemonia sobre o processo produtivo no âmbito escalar da materialidade fenomênica da atividade econômica, seja em nível da empresa, isoladamente, ou do conjunto das mesmas.

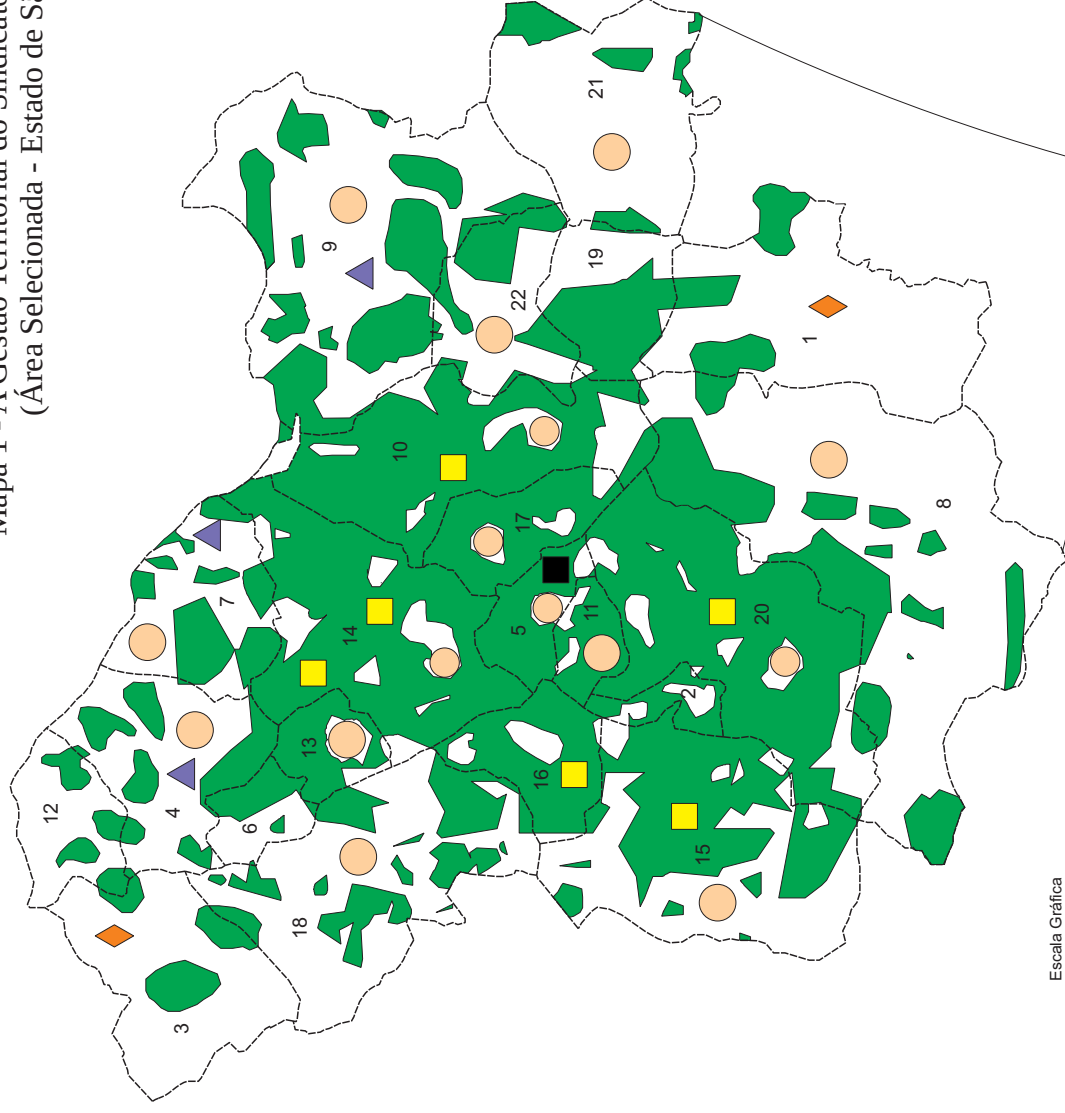
O capital, então, se identifica enquanto tal, na medida mesmo que se territorializa como ato econômico, no raio de abrangência da(s) empresa(s), sendo esse pois, seu único limite.

² Categoria aqui é entendida como sendo a identidade corporativa do trabalho, enquanto desdobramento da divisão técnica do trabalho, no processo produtivo.

³ Aqui, corporativo(a) tem o significado específico de caracterizar a identidade do proletário restrita à atividade profissional, à categoria que em decorrência venha ser enquadrado. Vale o registro, pois que na literatura sindical e obras afins, corporativo ou corporativismo ou, ainda, outras flexões desdobrantes, se volta à identificação do discurso do Estado brasileiro nos anos 30 e períodos subseqüentes, da idéia, como observa (SANDRI, 1986, p. 102), que: “a nação é como uma família, um corpo, onde todos devem viver em harmonia e colaborar”, de onde deriva a concepção de que o sindicato é obrigado a se tornar um órgão de colaboração com o governo, com o Estado e com a classe dominante, como está prescrito nos artigos 513 e 514 da CLT. Todavia, vale registrar que esse entendimento, ou essa conceituação de corporativismo se sustenta e se reproduz em parte considerável do movimento sindical no Brasil. Sendo assim, tudo nos leva a crer que está sedimentado na base de sustentação do conceito que agora estamos utilizando. (grifo nosso).

⁴ Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p. 21. (grifo nosso)

Mapa 1 - A Gestão Territorial do Sindicato, do Capital e do Estado
(Área Seleccionada - Estado de São Paulo-1996)



LEGENDA

- Mancha de Cana
- Destilaria Autônoma
- Destilaria Anexa
- Usina Da Barra
- Identificação da Sede dos STR's
- Município com trabalhadores inorganizados
- Limite Municipal



MUNICÍPIOS

1 - Anhembí	12 - Itaju
2 - Areópolis	13 - Itapui
3 - Arealva	14 - Jau
4 - Bariri	15 - Lençóis Paulista
5 - Barra Bonita	16 - Macatuba
6 - Boraceia	17 - Mineiros do Tietê
7 - Bocaina	18 - Pedemeiras
8 - Botucatu	19 - Santa Maria da Serra
9 - Brolos	20 - São Manuel
10 - Dois Córregos	21 - São Pedro
11 - Igarapé do Tietê	22 - Torrinha

Escala Gráfica
20 0 20 Km
Base Cartográfica : I.G.C. - 1992.

FONTE: CANASATE/FUNCATE/INPE, 1985.
Atualização feita através de Carta de
Utilização da Terra (IGC-1993) e da Pesquisa de Campo, 1996.

ORGANIZAÇÃO: Antonio Thomaz Júnior.

A gestão do capital sobre o território pode ser vista, então, como sendo sua própria autogestão territorial, pois é no limite territorial da abrangência da estrutura empresarial, traduzida na materialização da produção, que se reconhece enquanto tal e não nos limites municipais.

Do conjunto das empresas expressas no Mapa 1, a usina Da Barra concentra 80% da área plantada com cana na delimitação dos 14 municípios, o que a leva estar ligada direta ou indiretamente a diversos sindicatos rurais (patronal), não significando no entanto, qualquer fracionamento ou enfraquecimento do capital, já que a referência de unidade está dada pelas próprias diretrizes da(s) empresa(s), centralizadas em ações que, ao se materializarem, externalizam a outra face da hegemonia, agora identificada pela autogestão territorial.

Valendo-se, então, das mesmas regras e normas legais, o capital as internaliza de forma diferente, dado que é o elemento hegemônico do processo social da produção e é nesse movimento que o capital se vê e se lê, ou seja, pelo primado da determinação de sua hegemonia produtiva, pressuposto, da hegemonia expressa na gestão territorial.

De todo modo, as ações por parte do Estado - amortecendo o confronto capital x trabalho em favor do primeiro - se fundamentam na subversão da leitura (macro) do capital que, ao materializar-se produz uma resultante territorial alienada do trabalho, agora reificada e parcelária.

Isso impõe, por um lado, que o sindicato, produto do fracionamento do trabalhador em categorias - primeiro elo da determinação do aparato mediador (jurídico-político-ideológico) - se circunscreva à esfera de abrangência das fronteiras impostas pelo Estado, o município, (e tem que ser único⁵) - conformando-se no segundo elo das determinações - que aprofunda ainda mais o distanciamento do sindicato da totalidade da relação econômica.

Por outro lado, esse processo se completa com a determinação da identificação do trabalhador (da mesma categoria), para este ou aquele sindicato, a partir da localização da empresa (o município em que se encontra).

Dessa forma, se a empresa encontra-se no município A, os trabalhadores aí inseridos, no exemplo do Mapa 1, estarão ligados, para cada uma das categorias, ao sindicato cuja sede ou extensão de base territorial se assenta sobre o referido município.

Outro aspecto a se considerar, é que o trabalhador e sua instância de representação oficial, o sindicato, encontram-se, ainda, transmutados noutro plano de alienação ao territorializar-se.

De um lado, o trabalhador se aliena do produto e, enquanto trabalhador (como vendedor de força de trabalho) está alienado da sua identidade com o semelhante, não se reconhecendo mais como proletário, mas como cortador de cana, químico, etc. Por outro lado, o sindicato ao expressar-se territorialmente, aliena-se triplamente: **a)** fracionado enquanto categoria, **b)** delimitado territorialmente com base na determinação legal (municipal) e, **c)** consoante à localização da empresa.

Por trás dessa configuração territorial (alienada) resultante, concretiza-se uma gama de situações e desdobramentos. Vejamos alguns exemplos:

* Uma primeira situação se apresenta quando o trabalhador mora num município e trabalha noutro. Nesse particular, sabendo-se que a territorialidade do trabalho (alienado) enquanto identidade

⁵ Sobre a questão do sindicato único no Brasil, ver: Simão, 1981; Vianna, 1978.

coletiva, tem no sindicato (corporativo) sua representação formal, enraizado no território da produção e não no da moradia (reprodução), há um deslocamento de identidades fundado na interdependência destes dois momentos fundamentais da existência proletária. Esse quadro agrava-se ainda mais se o município da reprodução (moradia) não fizer parte da extensão de base do referido sindicato, na medida em que se identifica (a si e juntamente com seus pares) enquanto corporação e restrito à sua extensão de base como se fosse um corporativismo territorializado.

* O operário pode trabalhar em empresas diferentes do mesmo capitalista (por exemplo, propriedades rurais espalhadas por diversos municípios), ao longo de toda a safra agrícola, perpassando a extensão de base de vários sindicatos (da mesma categoria), sendo que estes permanecem fixados nos limites da base territorial.

* Com menor frequência, mas vale o registro, na mesma safra o trabalhador pode desempenhar atividades profissionais diferentes, portanto mudar de corporação. Pode cortar cana num primeiro momento e depois se dirigir para a planta fabril, sem que isso signifique uma identidade mais ampla ou “solidária” por parte do trabalhador, pois sua relação com o produto do seu trabalho continua alienada, ocorrendo apenas uma mera mudança de raiz corporativa, isto é, um salto vertical de uma corporação sindical para outra.

Enquanto o capital lê o processo social de produção na sua totalidade, tendo como referência a realização do circuito D-M-D', o trabalho o faz pela via da circulação (D'), no plano da gestão do mercado. A unidade do trabalho é o fato de ele ser força de trabalho. Unidade que, no processo de gestão política, acaba por se fragmentar. Já o capital, fragmenta-se no plano da circulação (disputando mercado, terra, força de trabalho, etc.), mas se unifica na gestão do processo produtivo, já que as variações e postulações diferenciadas não criam rupturas estruturais do ponto de vista estratégico.

Essa desritmia entre as “leituras” que capital e trabalho fazem do mesmo fenômeno, revela, então, o elemento substantivo do processo de dominação, ou seja, o capital, voltado para todo o circuito produtivo, faz do trabalho alienado instrumento vital da dominação de classe, o que cimenta sua hegemonia no conjunto do tecido social.

O *insight* desse processo se materializa com a subversão do deslocamento das contradições do processo de produção - ou do interior do momento produtivo - do espaço da fábrica para o espaço do mercado. Isto é, do ponto de vista do trabalhador, o que permite sua sobrevivência não é o trabalho enquanto tal, mas o salário dele resultante.

Dito isso, é possível entender que para o capitalista não importa quem são seus trabalhadores e que tipo de trabalho realizam e quais os produtos que produzem, ou seja, se açúcar ou álcool - localizados, portanto, na planta fabril - e organizados do ponto de vista da estrutura sindical oficial nas agremiações da alimentação e dos químicos, respectivamente; ou se estão no corte manual da cana e nas demais etapas da cultura, operando máquinas agrícolas, carregamento e transporte da matéria prima e daí organizados nos sindicatos dos trabalhadores rurais e nos sindicatos dos condutores de veículos, respectivamente.

O que se põe como condição *sine qua non* para o capital, de forma articulada, é num primeiro momento, a possibilidade e garantia da extração da mais valia e, num segundo momento, sua transubstanciação em sobrelucro.

Apreende-se, então, que o processo de proletarização ao alienar completamente o trabalhador da necessidade de produzir esse ou aquele tipo de produto, sua sobrevivência será mediada no plano do mercado, pela via geral da circulação da moeda proveniente do salário.

Dessa forma, transforma-se o espaço do mercado no espaço da leitura da história e sua realização estratégica está dada no sentido de fazer o “*Estado aparecer como sujeito da história e o mercado como lugar em que o Estado e a Sociedade se enraízam e a história tem sua leitura (...)*” (MOREIRA, 1985, p.67).

Em outras palavras, “*o processo dessa fetichização consiste em o Estado deslocar as contradições do interior da sociedade civil para dentro de si, para devolvê-las à sociedade civil já na forma de regulações mercantis*” (MOREIRA, 1985, p.40).

A ordenação resultante desse processo se traduz, concretamente, em ações práticas. Num primeiro momento, quando o Estado reduz as relações capital-trabalho às regulações contratuais - onde o capital é hegemônico - sintetizando, então, todo o movimento sindical. Num segundo momento, ao consubstanciar-se como discurso alienador e de controle, quando retorna para a sociedade civil, viabiliza a transfiguração do universo de cisões estruturais que a divisão social capitalista do trabalho envolve.

Isto é, a separação do trabalho de um lado e de outro, o conjunto dos meios de produção, o saber e o poder - base fundamental da ordem espacial fragmentária do trabalho capitalista - por meio da qual, o capital aliena o homem trabalhador e sobre esta alienação funda sua hegemonia sobre o trabalho.

Em síntese, enquanto o capital sucroalcooleiro é hegemônico na delimitação da abrangência do fato econômico e sobre ele exerce gestão totalizante, os trabalhadores e os sindicatos estão emparedados nos limites da alienação provocada pela divisão técnica do trabalho legitimada pela ação do Estado. Daí estarem fragmentados entre o que é urbano e rural, entre as fronteiras da base territorial, entre o que é essa ou aquela categoria.

No entanto, é nesse movimento que o trabalho se vê e se lê, subsumido ao capital e aos mecanismos de legitimação jurídico-política do processo produtivo capitalista.

Por sua vez, a base de sustentação que garante o reinado corporativo-sindical ou gestão fragmentária das categorias de trabalhadores e seus respectivos sindicatos está lastreada na concepção vertical confederativa do modelo sindical brasileiro. Elemento essencial da estrutura sindical, o verticalismo, enraizado no ordenamento sindicato-federação-confederação, definido pela CLT (artigo 534), confere os limites da “liberdade” e ação sindical.

Isto é, a persistência da *velha* estrutura sindical, enraizada: **a)** na concepção do sindicato único (unicidade sindical) - estipulada pelo enquadramento sindical oficial⁶ - e corporativo, que preserva e mesmo intensifica o caráter fragmentário e heterogêneo da classe trabalhadora; **b)**

⁶ Mesmo com a extinção da Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho (artigo 570 da CLT), com a aprovação da Constituição de 1988, a atribuição do enquadramento sindical continua valendo na prática, tendo-se como referência o quadro de atividades e profissões (artigo 577 da CLT).

aos demais postulados do regramento controlista, como: composição de diretorias, competência de gestão e administração, prescritos, conforme os artigos 522, 523 e 527 da CLT; **c)** ao se preservar o sistema confederativo de organização sindical, que remonta dos anos 30. É, então, o aparelho próprio e adequado à prática sindical populista e à ideologia que lhe corresponde.

A partir dos anos 1980, com a detonação das aspirações socialistas e a entrada em cena do *novo sindicalismo*⁷, os rearranjos instituídos não apontaram para sua extinção, senão somente para sua reforma, sobrevivendo, portanto, seu conteúdo e base de sustentação: o verticalismo, a unicidade sindical e, sobretudo, o apego às normas e regras determinadas pelo Estado.

Em outras palavras, é a ideologia estatista, ou o *sindicalismo de Estado* que se materializa sob a forma de legalismo sindical. Como assevera Boito Jr. (1991, p.54): *"O sindicato só é considerado como tal por ser um organismo oficial, isto é, por ser um organismo reconhecido em lei, pelo Estado, como um sindicato"*.

Nesse sentido, o emparedamento dos sindicatos, encimado pelo conjunto de normas legais ordenadoras, mantido pela Constituição de 1988, preserva intacta a concepção sindical dos anos 30, prescrita na CLT.

Isto é, a estrutura vertical fundamentada a partir do monopólio da representação, ou a unicidade sindical (também denominada oficialmente de unidade sindical⁸), assenta-se pois, por um lado, nos mecanismos compulsórios de arrecadação financeira: o imposto ou a "contribuição" sindical, a "contribuição" assistencial e "contribuição" confederativa⁹ e, por outro lado, na legitimação do poder normativo da Justiça do Trabalho.

Não obstante os parâmetros e dispositivos prescritos na CLT e asseverados na Constituição Federal, o *status* da Justiça do Trabalho a consubstancia como sendo a instância privilegiada da normatização do emparedamento trabalhista-sindical-corporativo.

Por meio do verticalismo, a Justiça do Trabalho - na seqüência em ordem de importância, inicia-se nas Juntas de Conciliação, passando pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) e culminando no Tribunal Superior do Trabalho (TST) - delimita legalmente o território de ação do trabalho (alienado).

"Os trabalhadores ao se organizarem em sindicatos, têm de fazê-lo com base no código de registro dos imperativos legais e são governados, portanto, por esta política burocrático-controlista, referência e lastro da relação trabalhista-sindical" (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p.254).

É, então, nesse entrecruzamento de determinações e mediações que se materializa a modelação dos sindicatos que, longe de ser entendida apenas como imposição, têm como suas, as imposições do aparato estatal, o que se evidencia na defesa e manutenção do fatiamento das categorias-sindicatos, em nome muito mais da defesa de cargos, privilégios e benesses pessoais, do que qualquer convicção político-ideológica.

⁷ Para mais detalhes sobre a discussão do *novo sindicalismo*, ver: Antunes, 1995; Boito Júnior, 1991; Thomaz Júnior, 1996.

⁸ A manutenção do princípio supostamente unificante da unidade sindical, assim entendida pelo Estado e por parcela significativa dos dirigentes sindicais - ou do sindicato único por categoria numa mesma unidade territorial -, tem como atributo fundamental, promover a união dos sindicatos para que não se dividam. Todavia, convive-se, paralelamente, no Brasil, com aproximadamente 20.000 sindicatos e 6 Centrais Sindicais. Ou seja, esse é o retrato fiel da convivência de uma pluralidade sindical às avessas e de uma unidade sindical apenas prescrita em lei.

Todavia, ao longo dos anos 80, é importante destacar que esse quadro de reordenações, tendo como substrato as campanhas salariais, substanciou-se fundamentalmente, nos STR's. Apesar dos limites, foi na linha de confronto com a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), mais especificamente, à sua visão legalista de ação sindical e da própria condução da FETAESP - que ficaram a reboque, bem como, parte considerável dos dirigentes sindicais, por exemplo, do Movimento de Guariba, detonado em 1984 - em que se levantou um conjunto de lutas das oposições sindicais.

A partir de então, constata-se a inscrição de uma série de direitos na legislação trabalhista em geral, traduzidos em cláusulas sociais e transformados paulatinamente em lei, especificamente através das convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos, como a prática de pactuar cláusulas específicas para o conjunto dos trabalhadores, através de suas corporações sindicais¹⁰.

Por outro lado, as Centrais Sindicais (CUT, CGT's, FS e CAT) que poderiam, ao menos potencialmente reverter as limitações no tocante à concepção prevalecente do enraizamento dos sindicatos nos estreitos marcos das corporações, principalmente quando das campanhas salariais e dos movimentos paredistas considerando-se, por definição, sua função precípua de organizar as entidades sindicais horizontalmente, pouco ou quase nada contribuem¹¹.

Isto é, as centrais não se mostram dispostas e capazes de gestarem políticas específicas para cada uma das categorias envolvidas, em especial a Força Sindical, majoritária nos sindicatos da alimentação e do açúcar, com 26 das 27 entidades e a CUT, não tão expressiva, mas com presença em todas as categorias e absoluta nos SER's, porém com algumas iniciativas mais arrojadas enquanto intenções, mas ineficientes.

Também, não põem em questão políticas mais gerias, almejando a organização dos trabalhadores sob novas referências, ou seja, unificá-los horizontalmente, nas suas instâncias orgânicas (Departamentos, Federações e Confederações, no caso da CUT) e nas Secretarias dispostas tanto na FS como na CGT. Ou até, apontar para a organização do conjunto dos trabalhadores/categorias, por ramo ou cadeia de produção, ou seja, consoante à conformação do capital.

Pode-se asseverar que há um distanciamento manifesto entre as ações demandadas pelo movimento sindical, tendo nas centrais a instância de formulação de políticas gerais em detrimento do rearranjo técnico e organizativo do capital, evidenciando, de fato, através das ambiguidades e das contradições internas, uma práxis política ainda muito distante de amalgamar os interesses do operariado enquanto classe social.

Percebe-se, então, que as campanhas salariais - materialização singular do corporativismo sindical - além de expressarem a feição mais evidente da fragmentação do trabalho, são a personificação da consumação do ciclo da alienação do trabalho, tendo-se em vista que é a cartada fatal do trabalho, confinada no plano da circulação - aliás, único momento em que há a

⁹ Mais detalhes sobre as "contribuições" sindicais, ver: Rocha (1994); Barros (1993); Thomaz Júnior (1996).

¹⁰ Em respeito especificamente aos trabalhadores rurais, Silva, L.A. (1994), faz um histórico interessante da contextualização do processo dessas conquistas.

¹¹ Para mais detalhes sobre a participação e territorialidade das centrais sindicais junto às entidades sindicais envolvidas nas atividades sucroalcooleira paulista, ver: Thomaz Júnior (1996), (capítulos 4 e 5).

identificação operária – restrita, porém, a reivindicar salário e melhores condições de vida e de trabalho.

Assim, o sindicato, instância coletivo/corporativa do trabalho alienado, expressa-se territorialmente como ordenação territorial resultante do fracionamento do trabalho em categorias, assentado por fora do embate da relação capital x trabalho, quando se limita ao cenário do conflito visto e imposto pelo Estado.

Depois de o trabalhador ter percorrido toda uma trajetória de alienação no processo produtivo, no plano da identidade coletiva (o sindicato), se vê como corporação, ou se identifica como sendo parte desta ou daquela categoria e não como operário. Ou seja, sua identidade é marcada pela ruptura ao ver-se apenas enquanto parte específica da divisão técnica do trabalho que, ao territorializar-se, transcodifica-se numa leitura alienada, restrita ao plano meramente aparente da relação capital x trabalho. “Seu” território (base territorial), só aparentemente é “seu”, pois fracionado corporativamente enquanto representação (alienado no binômio sindicato-território) e enraizado na delimitação do empreendimento capitalista, move-se, portanto, no território do capital - legitimado pelo Estado¹² -, condição e pressuposto para o controle e subordinação do trabalho pelo capital.

Em outras palavras, o sindicato, ao ler-se territorialmente, o faz no plano da paisagem, da aparência de um todo, visto fragmentária e corporativamente, ou seja, da distribuição territorial alienada.

É como se estivesse olhando para o Mapa 1 e ali identificasse a presença da expressão fenomênica da atividade produtiva agroindustrial canavieira, na forma aparente de cana plantada e das unidades processadoras (a planta fabril), mas a visse apenas na fração que lhe cabe, ou seja, na porção do território delimitado corporativamente.

Vê-se, então, que, diferentemente do capital (sucroalcooleiro) que o vê fenômeno social na sua totalidade, ou na abrangência da sua territorialização e, com essa referência exerce a gestão sobre o território, o trabalho expresso enquanto sindicato particulariza-se por exercer uma gestão alienada sobre o território, portanto, parcelária, enraizada e parametrizada pelo viés corporativo.

Evidentemente, mais estudos e reflexões nos servirão de base e referência para que possamos aprofundar a questão posta neste texto.

Por um lado, os desdobramentos do quadro atual, a partir do novo cenário que se aponta com as redefinições para a modelação dos princípios básicos e norteadores do ideário neoliberal, do Estado *enxuto* e da sociedade moderna e *flexível*, principalmente, quando se põem no horizonte, as alterações do regramento jurídico-institucional. Por exemplo, o anunciado fim da CLT e, no campo da revisão da Constituição, o reordenamento do poder normativo da justiça do trabalho, os novos critérios para a regulação trabalhista-sindical, apontando para o fim da unicidade e da “contribuição” sindical - porém mantendo intactos o modelo de enraizamento e gestão sindical com base na fronteira municipal - bem como os novos critérios para a cobrança e gestão do ITR etc. E

¹² Para um acompanhamento da historicidade da relação Estado-Sindicato no Brasil, ver: Simão (1981); Boito Júnior (1991). E, ainda, uma experiência recentemente comprovada através de estudo minucioso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no trabalho de Nogueira (1990).

ainda, o enraizamento do capital às *novas* condições dadas e revertidas na forma de novas tecnologias e gestão do processo produtivo e da força de trabalho.

Por outro lado, os rearranjos políticos e redefinições organizacionais que emergirão em cena, tanto com a mera adaptação dos trabalhadores e, fundamentalmente, das entidades sindicais ao novo cenário jurídico-institucional-normativo, quanto das propostas *inovadoras* que poderão ser formuladas pelos trabalhadores, em particular pelo movimento sindical, antecipando-se, então, ao reordenamento oficial, anunciando um *novo* projeto de gestão do trabalho, encimado, ou não, minimamente, à territorialidade do conflito capital x trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- BARROS, F.R.A. A organização sindical e revisão constitucional. **Revista Ltr**, São Paulo, v.57, n.11, 1294-6, nov. 1993.
- BOITTO JR., A. Crítica sem simplificações. **Quinzena**, [S.l.], n.202, 28 de fevereiro, 1995. p.7-9.
- BOITTO JR., A. **O sindicalismo de estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 1988.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Agroindústria canavieira**: os desafios para o movimento sindical. Jaboticabal: FASE/CUT, 1992.
- SEMINÁRIO DE TECNOLOGIA AGRONÔMICA, 1986-1994, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: COPERSUCAR, 1986.
- SEMINÁRIO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL, 1988-1993. Piracicaba **Anais...** Piracicaba: Copersucar, 1993.
- LEITE, M.P. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: MATTOSO et al. **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994. p.563-87.
- MARX, K. **Manuscritos económico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. **O capital**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.
- MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- NOGUEIRA, A. **A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro**: a experiência do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1990. 122 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura brasileira**: as transformações recentes. São Paulo: SPM/CEM, 1994.
- ROCHA, J. F. X. Contribuição para custeio do sistema confederativo. **Suplemento Trabalhista**, São Paulo, n.7, p.41-4, 1994.
- SANDRI, A. **Os trabalhadores e o movimento sindical no Brasil**. Rio de Janeiro: GEFASI-CPO, 1986.
- SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Território Livre**, São Paulo, n.9, jul.dez. 1991.
- SILVA, J. G. Evolução do emprego rural na década de oitenta. In: MATTOSO et al. **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994. p.619-40.
- SILVA, L. A. **Sindicalismo, assalariados rurais e a luta pela cidadania na região de Ribeirão Preto**. Jaboticabal: [s.n.], 1994. mimeografado
- SIMÃO, A. **Sindicato e estado**. São Paulo: Ática, 1981.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**. Uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

_____. A biodiversidade para além da preservação. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.16, p.74-114, 1994.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TERRITÓRIO EM TRANSE *

Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

Se é verdade que o mundo passa por profundas transformações, neste final de século, do que se trata exatamente? Bem, se é mais fácil acreditar nessa boa máxima do que discutir, pelo menos é o que está presente no receituário da grande imprensa, torna-se necessário questionar essas “verdades”, tendo em vista que a massificação em voga não permite a identificação dos atores atingidos, nem sequer os processos e as dinâmicas específicas, tampouco o(s) ritmo(s) e a(s) intensidade(s) que tais transformações assume(m) nos diferentes lugares e cantos do planeta.

Por muito menos, em todos os quadrantes não se hesita em atribuir tanto as mazelas quanto as benesses aos efeitos da globalização. Lugar-comum, globalizar, indica, então, a ação específica que qualifica o movimento de expansão do modo de produção capitalista¹, nesse final de século. Tamanho equívoco impermeabiliza o fluxo de compreensão da processualidade histórica da sociedade ou esvazia seu sentido histórico e geográfico, tendo em vista o fundamento, eufemista-simplista que não se digna a explicitar a dialética do processo de ocupação/inclusão/exclusão sócio-territorial. É como se a dinâmica produtiva de um determinado momento, não devesse ser a base teórica da própria evolução da sociedade e por conta disso, os referenciais explicativos se baseassem apenas nas identidades do presente e, sendo assim, é como se afirmássemos que o período técnico-científico restringisse às belezas da 2ª metade do século XX, enquanto o que existia anteriormente permanecesse desconsiderado.

Neste ínterim, têm-se profundas alterações nas relações de trabalho e de produção, com desdobramentos profundos para a relação capital-trabalho e às formas de organização da produção e do processo produtivo. Esse cenário (re)qualifica o *fordismo* e o *taylorismo*, a ponto de que não sejam mais os únicos, com o advento de outros processos produtivos e de controle do trabalho. Este ensaio não trata apenas de polemizar ou enraizar essas observações pelo lado do desemprego, tampouco somente das redefinições de funções e atividades, mas sobretudo, põe-se a discutir a processualidade que impõe profundas modificações nos rumos do trabalho ou nas formas de controle² exercidas e que qualificam a relação capital-trabalho na agricultura brasileira, mais especificamente em São Paulo e os desdobramentos sócio-territoriais e espaciais em pauta.

* Este texto, com título original “TERRITÓRIO EM TRANSE. (Re)divisão Territorial do Trabalho e Redefinições de Funções na Agricultura”, foi elaborado com o propósito de participar da Mesa Redonda: “Espaço Rural e Produção Agrícola”, do Seminário Geografia 2001, realizado em Aracaju, durante os dias 10 a 12 de novembro de 1998, organizado pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. No entanto, numa formulação anterior “Território em Transe”, debatemos as idéias iniciais durante o Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Iberoamérica, realizado em Santiago de Compostela, em maio de 1999. Em momento posterior, durante a realização de estágio de Pós-doutorado, junto ao IFCH/UNICAMP, no período de agosto de 1999 a setembro de 2000, sob a orientação do professor doutor Ricardo Antunes, pudemos aprofundar e aclarar os referenciais teóricos do que mais tarde referenciou nossas ações no âmbito do Projeto de Pesquisa “Território em Transe: Metabolismo Societário do Capital e as Mutações no Mundo do Trabalho”, tanto em nível de RDIDP, quanto PA/CNPq.

¹ Cf. Santos, D., 1998.

² Mészáros (1993) faz longos e profundas reflexões sobre a necessidade do controle social nas sociedades de classes, em especial no capitalismo, e assevera que: “... pela sua própria natureza, o capital, somente pode ser controle, dado que é

A mecanização, a microeletrônica, a automação invadiram a agricultura e produzem a mais intensa e ampla modificação dos processos e controle do trabalho, jamais vistos, com repercussões de extrema magnitude para este. Em especial nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, com redefinições radicais nas funções e nas atividades exercidas até então, no aprofundamento do estranhamento com a hegemonização da proletarização, enraizada na base fundante da alienação e fetichização da mercadoria ou no trabalho abstrato. De todo modo, percebem-se também, profundas mudanças nas formas de representação sindical e política, ou seja, na subjetividade e na escala de valores sociais, culturais, éticos etc, concluindo: na sua identidade de classe, fundamentalmente operária, portanto, na sua forma de ser.

Em síntese, vive-se, simultaneamente um conjunto interdeterminado de experimentos que se fundamentam basicamente nas transformações presentes ou em curso, na dinâmica do modo de produção capitalista que sinaliza desdobramentos diferenciados, porém capazes de mesclar diferentes processos produtivos; formas diferenciadas de contratação e de definições para o mercado de trabalho etc.

Esse caráter de múltiplas faces singulariza esse processo, de um lado, a) quando se verifica a crescente desproletarização do trabalho industrial, fabril e manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, que, na prática, expressa uma diminuição crescente da classe operária (tradicional); b) na simultaneidade da materialização/intensificação da terceirização do trabalho, com base na absorção do assalariamento no setor de serviços; c) na incorporação crescente da mulher no mercado de trabalho, que (re)qualifica sua composição dando-lhe contornos de profunda heterogeneidade e, por fim, d) no processo de subproletarização, que redimensiona elevados contingentes de trabalhadores rumo à precarização do trabalho, donde emerge o trabalho parcial e todo o espectro da informalidade que vertiginosamente aguça ainda mais as contradições sociais da sociedade de classes³.

Os impactos na identidade operária, de que falávamos acima, expressam-se nitidamente no abandono do sindicalismo de classe dos anos 70, no Brasil, rumo ao sindicalismo produtivista (de resultados), de participação e de negociação, que simplesmente aceita a ordem do capital e dos fundamentos do mercado. Em trabalho anterior⁴, quando pudemos constatar a magnitude desse processo, procurou-se evidenciar que os sindicatos se ossificaram nas raízes da institucionalização/burocratização e, nessa medida, distanciaram-se do ideário da luta pelo controle social da produção como também, das demais frentes de luta que demarcavam ideais de classe, subordinado-se, então, à ordem dada.

Como observa Antunes (1998, p.114):

O que de fato parece ocorrer é uma mudança quantitativa (redução do número de operários tradicionais), uma alteração qualitativa (o trabalhador torna-se, em alguns ramos, mais qualificado [...]). Há, portanto, uma metamorfose no universo do trabalho, que varia de ramo para ramo, de setor para setor. Desqualificou-se em alguns ramos, diminuiu em outros, como no mineiro e metalúrgico e requalificou-se em outros, como na siderurgia [...] Portanto, o mundo do trabalho tornou-se ainda mais complexo e heterogêneo. Tudo isso permite acrescentar

constituído mediante uma objetivação alienada da função de controle, como um corpo social. Não causa surpresa, portanto, que nos últimos a idéia de *controle dos trabalhadores* tenha ganho importância em muitas partes do mundo" (MÉSZÁROS, 1993, p. 33).

³ Mais detalhes, Cf.: Antunes, 1995.

⁴ Referimo-nos à tese de doutorado, recentemente concluída. Cf.: Thomaz Jr., 1996.

que não há nem mesmo uma única tendência generalizante e uníssona de qualificação da força de trabalho, uma vez que, paralelamente a essa tendência, se acrescenta outro processo, dado pela desqualificação de setores operários, o que configuraria um processo contraditório que superqualifica em alguns ramos e desqualifica em outros.

Constata-se, então, a ocorrência, de um lado, de um processo de intelectualização do trabalho manual e, de outro, ao contrário do primeiro, um processo de desqualificação ou subproletarização, que se manifesta como trabalho precário, temporário, informal, pluriativo etc.

2. Marcos Teórico-Conceituais

A Geografia pode contribuir sobremaneira para o desvendamento das evidências territoriais e espaciais do processo em curso, possibilitando-nos, assim, o entendimento das transformações em pauta a partir dos rearranjos que dão formas e contornos e fundamentam-se sobre conteúdos sociais diversos, ou seja, enquanto processo histórico de construção e transformação, que por sua vez substantiva-se em ordenamento territorial diferencial. Remodelado no *continuum* recompondo-se em associações com formas e funções culturalmente diversificadas, o espaço geográfico - distante das atribuições de mero cenário ou depositário de fatos - integraliza o conjunto das interdeterminações e lhes dão sentido espacial e atributos às manifestações territoriais.

Relação direta entre a processualidade social e a manifestação material enquanto diferencialidade que se expressa territorialmente, o território é, então, a marca da existência específica do fenômeno, sua singularidade num lugar, todavia não restrito à concepção de lugar geométrico. Assim, tanto a divisão técnica do trabalho, como a divisão da produção, são expressões de um mesmo processo, com rebatimento escalares diferentes. Enquanto o primeiro se apóia no processo técnico de decomposição de tarefas, rotinas e procedimentos no interior de uma unidade produtiva, sem que o produto do trabalho de cada trabalhador dê lugar a uma mercadoria ou valor de troca, o segundo distingue-se pelo fato de significar valor de uso para uma nova fase produtiva ou por implicar mediações que vinculam diferentes unidades produtivas e assumem a forma de mercadoria.

Pouco ou quase nada adiantará se não colocarmos efetivamente em prática o enunciado teórico acima exposto ou exercermos a práxis geográfica. A socialização do conhecimento geográfico talvez seja o caminho mais curto e a posição mais adequada para que os propósitos em questão sejam alcançados, sem nos esquecermos, obviamente, da postura ideológica dos indivíduos.

Faz-se importante criar alternativas para que seja ampliado o campo de interlocução entre os diferentes segmentos da Geografia brasileira, tais como: estudantes de graduação; movimento estudantil; programas de pós-graduação; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (Anpege); chefes de Departamento; associações profissionais; as Seções Locais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB's) etc⁵; como também, que sejam suplantadas

⁵ Nos últimos 2 anos, (1996-98), diante à presidência da AGB/Nacional, tentou-se implementar políticas específicas para ampliar e fortalecer a interlocução com os diferentes segmentos da Geografia brasileira.

as rígidas fronteiras analíticas, pautadas na fragmentação corporativa da ciência, como forma de tornar mais ágil e eficaz a produção do conhecimento.

Desafios postos, nesse particular, é perfeitamente possível concordar com a seguinte assertiva: “No final do século XX o mundo passa por transformações de magnitude sem precedência (...)”, o que “*implica novos questionamentos e preocupações das ciências sociais e naturais, entre as quais a Geografia*”. Se aceitarmos essa estimulação, de pronto, somos motivados a indagar: “e como fica ou ficará a Geografia nesse novo momento da história?” Ou ainda, quais “os novos caminhos a serem trilhados por nossa disciplina, no âmbito das outras ciências sociais?”⁶ Não está em questão, nesse ensaio, ousar responder à exaustão esses questionamentos, todavia referenciar-se neles e a partir disso fundamentar analítica e teoricamente a interpretação geográfica.

Isto pois, diante das redefinições tecnológicas e gerenciais; das novas formas de contratação e de subordinação do trabalho ao capital; das redefinições de funções dos papéis dos Estados, sob os brilhos do *enxugamento da máquina*, com a privatização desenfreada; das regras recentes do mercado internacional de *commodities* e para os produtos agrícolas e agroindustrializados de forma geral.

Tudo isso impõe rearranjos de funções e atividades dos trabalhadores, sendo que a divisão do trabalho resultante se expressa territorialmente, produzindo uma reformatação de elevada dimensão para a agricultura brasileira. Tem-se como resultado imediato, a requalificação das relações de produção e de trabalho, tais como: fortalecimento do assalariamento; manutenção das formas de dependência dos trabalhadores com os sistemas integrados; agricultor a tempo parcial, atividades rurais não agrárias; pluriatividade, enfim, formas específicas de subproletarização, ou ainda a busca de formas autônomas e fragilizadas de trabalho.

Trabalhadores, capitalistas e os Estados nacionais comparecem em cena, todavia faz-se necessário desvendar seus enraizamentos específicos, suas ações, comportamentos, formações, portanto suas territorialidades. Conclui-se, dessa forma, que é sobre ritmos, intensidades e de por grande espectro de “diferencialidades” que os atores sociais estão envolvidos na processualidade do modo de produção capitalista ou na perpetuação da *commodity society*⁷, à beira da rebentação do próximo milênio.

Assim, quando se festeja, ou sob forte reticência, se diz que o mundo está globalizado, são lembrados dezenas, centenas de exemplos ou um rol de fatos, muitos dos quais aprisionados nos estreitos marcos da capacidade de consumo dos povos, nações e de sociedades inteiras, como as grandes invenções do século XX: raio *laser*, bomba atômica; satélites; telefone celular; sistemas de comunicação *on line*, que possibilitam a ciranda financeira internacional; avião a jato; engenharia genética e biologia molecular, que aliás, se constituem na base fundante de novos referenciais paradigmáticos para a ciência etc.

As técnicas, as tecnologias e os instrumentos encimados com base no rol de exemplos acima reordenaram rearranjos territoriais de dimensões continentais, todavia, os efeitos enraizaram-se sob profunda diferencialidade, ou seja, se para alguns o *laser* e a energia atômica estão dispostos, para outros, restaram o lixo atômico e as mazelas. Então, se tentarmos entender as

⁶ Cf. CADERNO INFORMATIVO “Geografia 2001”. Aracaju, 1998.

perspectivas que se apontam para o século XXI, a partir do cenário constituído, tendo como elemento mediador a capacidade de consumo dos povos, países, regiões etc, apontaremos no máximo para a clássica diferenciação países (regiões etc) desenvolvidos e países (regiões etc) subdesenvolvidos. Sendo assim, a título de exemplo, não estaríamos inovando nem semanticamente, quanto mais analiticamente, com a afirmação de que o mundo está globalizado e que as fronteiras territoriais sucumbiram.

Sob essa insígnia pode-se rebater, argumentando que o capital se organizou em nível mundial, à sua maneira, ou seja, achou seu *jogo*, seu espaço, é como se falasse a mesma língua em todos os lugares. Mas, o emprego não se organizou neste nível, os trabalhadores não falam o mesmo idioma. Se se admite que o capital não tem pátria, que extrapola os limites territoriais e ameaça constantemente a dignidade de milhões de trabalhadores com a pecha da precarização de suas relações, desrespeito dos seus contratos coletivos; do desemprego, por diversas motivações (racionalização tecnológica e gerencial, falências, recomposição acionária etc), tem-se que admitir também que a pauta hegemônica da sociedade, encimada sob os preceitos neoliberais, ao fortalecer tudo isso não foi o bastante, ainda, para derrogar as fronteiras. Senão, o que dizer dos conflitos em Kosovo-Sérvia, Chechênia-Rússia, Curdistão-Turquia, Israel-Palestina, Paquistão-Índia, Timor Leste-Indonésia, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Chiapas e tantos outros?

3. Fundamentação e Referenciais Analíticos

As questões norteadoras para esse ensaio nos reservam alguns cenários a serem considerados:

Coloca-se em questão a necessidade de insistir na compreensão dos processos sociais que dão forma e sustentação para um conjunto amplo e diferenciado de arranjos para a agricultura brasileira. Ainda mais quando se põem em cena as tendências anunciadas a partir dos (re)arranjos manifestos desde já, e com perspectivas para o próximo milênio. Reconhecer a processualidade é passo importante para identificar as dinâmicas específicas dos diferentes arranjos presentes na agricultura, em especial, privilegiar a compreensão das relações de trabalho, como elemento fundamental para a revelação dos desdobramentos da (re)divisão territorial deste.

Haverá, dessa forma, com a introdução de tecnologias, novas formas de gestão do trabalho e sobretudo das alterações nas relação capital x trabalho, situações específicas, que se fundamentaram no assalariamento. Assim como as novas facetas que dão lugar às demais contradições presentes na agricultura brasileira, por um lado, tensionam a luta pela terra, com o descaso que o assunto desperta para as classes dominantes e, por outro lado, (re)qualificam os esquemas de apropriação do trabalho excedente e da renda da terra e, demandas específicas dos produtores familiares (integrados) que estão subordinados pelas indústrias processadoras (agroindústrias) que têm como um dos fundamentos para o rebaixamento de custos, diminuir a remuneração dos produtores diretos; agricultura *part-time*, posseiros, ribeirinhos etc.

⁷ Cf. Mészáros, 1993.

De todo modo, juntas redefinem a importância das instâncias de organização dos atores envolvidos, em especial dos trabalhadores, através dos sindicatos e demais entidades associativas, cooperativas e as diferentes frentes de luta que direcionam seus objetivos para a posse da terra, para fins de reforma agrária.

O que está em questão, então, não é responder nem aleatoriamente, tampouco de forma genérica a todos os desdobramentos possíveis para a agricultura brasileira. Põe-se, pois, a necessidade de alçar avanços em relação aos marcos meramente descritivos, presentes nos estudos geográficos, considerando os rigores conceituais capazes de permitir o reconhecimento dos diferentes arranjos territoriais e suas respectivas motivações sociais, econômicas, políticas, históricas, culturais, étnicas e geográficas. Não basta mais continuar apostando no discurso genérico, a-histórico e desenraizado, presente nos estudos e manuais de Geografia, mesmo que (re)alimentado por temas inusitados e de forte aceitação na grande imprensa.

Para este final de década e o que se anuncia para o século XXI, aponta-se a tarefa gigantesca de, por um lado, *“resgatar nossas tradições resgatando nossa própria identidade pelo desvendamento do discurso que, até meados de nosso século, foi chamado de geográfico e, por outro lado, apontar e desenvolver os elementos teórico-metodológicos que nos permita incorporar a multiplicidade temática legada pelos anos 80 sem perder as possibilidades de que sejam lidos geograficamente”* (Santos, 1998:2).

Será o mesmo que dizer que os geógrafos enriqueceram seus debates incorporando novos temas, todavia desprovidos de suas características toponímicas.

Nesse sentido, as características toponímicas e topológicas têm que ser garantidas, como forma de se garantirem os elementos fundantes da identidade geográfica.

Interessa-nos, então, a partir da “leitura” geográfica, contribuir para o desvendamento da territorialidade enquanto materialidade fenomênica, sob a necessidade imperiosa de buscar o entendimento da espacialidade do processo de construção da sociedade, ou seja, a complexa rede de relações sociais que anima seus atores sociais e dá lastro ao espaço geográfico.

De todo modo, toda essa sistematização não pode ser feita sem se subordinar aos pressupostos teórico-metodológicos que servem de ferramental para a “leitura” geográfica. Intenta-se, num só movimento, a partir da ordenação territorial do fenômeno, movimentar-nos tanto do ponto de vista da escala territorial (e as generalizações daí decorrentes), quanto da escala categorial, isto é, do que entendemos ser o jogo das determinações que nos permitiu sair do puro empirismo para a construção do que já foi denominado de concreto em pensamento.

Assim, a (re)divisão do trabalho, que se anuncia para o primeiro momento do século XXI, na agropecuária brasileira, desponta: 1) com o assalariamento restrito às empresas rurais de médio e grande portes e nas agroindústrias, sendo que o patamar tecnológico será fortemente definido, cada vez mais, a partir das definições ritmadas pelo movimento do processamento industrial e/ou então, do mercado consumidor, que exigirá comportamentos e ações específicas rumo à certificação ambiental, ISO's, como também, em alguns casos, princípios da sustentabilidade ou agricultura sustentável; 2) formas consorciadas de remuneração com a pluriatividade, tanto no desempenho de atividades internas ou externas ao empreendimento rural e; 3) um conjunto crescente de trabalhadores desempregados, tanto do campo quanto da

cidade, que ficarão marginalizados à procura de ocupação e de cursos de (re)qualificação profissional, todavia, com as atenções voltadas para os assentamentos rurais, destinados ou não à produção agrícola. Diga-se até, que num primeiro momento, não seria essa a razão fundante, mas sim a garantia do local de moradia, com possibilidades de garantir tanto atividades rurais e não rurais, como também viabilizar o consorciamento com atividades tipicamente urbanas.

É essa articulação que substancia o acionamento das mediações (particularidade) entre o geral (universalidade) e as evidências específicas do fenômeno (singularidade), cuja objetividade das operações são requeridas para que seja efetivada a sua interpretação geográfica. Ou seja, pressupõe que vindo à luz sua materialidade territorial, na qual a evidência mais imediata, a paisagem, é apenas a aparência da sociedade, a confluência das determinações da variável espacial das relações sociais, aliás, fundamento e corpo da formação sócio-econômico-espacial, é o seu conteúdo e o espaço geográfico é a forma como se organiza territorialmente a sociedade, sua configuração topológica.

4. Território em Transe (Alguns Apontamentos)

A ausência de um corpo teórico-metodológico capaz de municiar a apreensão da materialização territorial do tecido social, em substituição à postura há séculos cristalizada na Geografia brasileira, da descrição pura e simples da distribuição territorial dos fenômenos num momento dado - capaz apenas de enumerar o rol de fatos, sem contudo, apontar os fundamentos e as dinâmicas do *Território em Transe* - solidifica a noção de espaço geográfico como sendo o receptáculo ou depositário de fatos isolados.

Da simples descrição da distribuição territorial dos fenômenos, ao imbricamento do “jogo de forças” expresso, tanto pela ação dos trabalhadores, quanto da resultante da simbiose capital/Estado, eis o caminho a ser trilhado para que se possa compreender o *Território em Transe*, por um lado, o movimento geral do capital e do trabalho e, por outro da relação capital-trabalho, relacionando-os ao ritmo e forma das especificidades das diferentes manifestações.

4.1. (Re)territorialização da divisão do trabalho. Relações de trabalho e Redefinições de funções e atividades na agricultura brasileira

O elo fundamental para se compreender o processo contínuo de (re)divisão territorial do trabalho está fundamentado na adoção do “progresso técnico” ou ainda na “modernização” da agricultura brasileira ou então, em essência, nas formas específicas que o trabalho assume a cada momento, enraizadas à dinâmica social da produção e seus conseqüentes arranjos societários.

Com o atributo de conservadora, entende-se a modernização como algo capaz de *conservar* inalterado o espectro de desigualdades, sobretudo a concentração fundiária, não se

associando sequer aos princípios das políticas compensatórias distributivistas, como também, extremamente seletiva, tendo em vista que a apropriação não é realizada por todos, mas apenas por uma minoria. Ao contrário, a grande maioria dos produtores fica à margem, mas mesmo que seus referenciais estejam espalhados pelos quatro cantos do país doravante sua absorção nos moldes da tecnologia de ponta, é viabilizada, na grande maioria dos casos, pela política agrícola ou programas específicos, mediante créditos subsidiados, prazos elásticos para carência e pagamento etc; a título de exemplo, pode-se citar o Proálcool, em 1975⁸. A diferencialidade daí resultante tem como resposta um quadro extremamente heterogêneo no que concerne aos índices que conferem produtividade da terra, produtividade do trabalho, produção em escala, custo de produção, competitividade mercantil etc.

A incorporação do “progresso técnico-científico” nada mais é do que a adoção do “progresso” das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho, ou mais especificamente, a explicitação da subsunção real do trabalho no capital, como alternativa para o desenvolvimento das relações capitalistas. Representa, então, um “progresso” do processo de valorização do capital, a partir do momento que permite incrementar a extração de mais-valia.

Dessa forma, a ciência ao materializar-se em máquinas e outros equipamentos etc, em relação aos trabalhadores (assalariados) se revela capital, isto é, *“meio de explorar trabalho, de apropriação de trabalho excedente”* (MARX ; ENGELS, 1980, p.387).

Pode-se dizer que o desenvolvimento das forças produtivas (relações técnicas de trabalho e produtividade) depende e é condição do desenvolvimento das relações sociais de produção (regras de trabalho, gerenciamento), sendo assim, o “progresso” da ciência no modo capitalista de produção, deve ser analisado como o desenvolvimento de técnicas que proporcionam o fortalecimento da dominação do capital sobre o trabalho. Em síntese, esse processo redefine a espaço-temporalidade da relação capital-trabalho numa determinada formação econômico-social. Por isso, a tecnologia em si não está contra o trabalho ou contra o trabalhador, mas sim, está a favor do capital, isto é, o trabalho de pesquisa técnico-científica se dá dentro dos moldes e prioridades de sua produção/reprodução, onde a descoberta (máquinas etc), é a síntese da própria acumulação deste.

Se é possível entender que para o capitalista não importa quem são seus trabalhadores e que tipo de trabalho realizam, desde que seja possível, num primeiro momento, a extração da mais valia e, num segundo, sua transubstanciação em lucro, é fato, também, que o processo de proletarianização aliena completamente o trabalhador da necessidade ou não de produzir esse ou aquele tipo de produto, já que sua sobrevivência será mediada, no plano do mercado, pela via geral da circulação da moeda proveniente do salário.

Noutro patamar analítico, pode-se ponderar que os elementos estruturais apontados fundamentam-se sobremaneira na alienação do trabalho⁹, como forma de o capital ter todas as garantias para a apropriação de mais valia e da sua reprodução ampliada, portanto, manter-se fortalecido na hegemonização da sociedade, enquanto relação social.

⁸ Sobre essa questão, pode-se encontrar amplas reflexões e histórico do Proálcool e suas repercussões sócio-territoriais, em Thomaz, Jr. (1996)

⁹ Mais detalhes, Cf.: Thomaz Jr., 1996; Marx, 1989.

O capital lê o processo social de produção na sua totalidade, tendo, pois, como referência a efetivação do circuito D-M-D'. Por sua vez, o trabalho o faz pela via da circulação (D'), no plano da gestão do mercado..

Trata-se de um caminho carregado de múltiplas armadilhas, tendo em vista que a discussão em torno do trabalho é, em última hipótese, a evidência de uma das facetas do próprio capital. Há de se considerar que, do ponto de vista fenomênico, a identidade dos que vendem sua força de trabalho está além de uma mera questão mercadológica, já que tal processo infere a possibilidade (e necessidade) de um amplo conjunto de mediações que vai desde o ato de trabalho propriamente dito até a construção cultural necessária à reprodução das condições sociais que, genericamente, chamamos de capitalismo. No ato de trabalho, portanto, encontraremos as raízes fundamentais para o entendimento de toda a rede de relações que permitem a manutenção e reconstrução da sociedade, da maneira pela qual a conhecemos e, justamente, no seu desvendamento teremos as condições necessárias para compreender os diferentes movimentos que os “sujeitos sociais” (capitalistas, trabalhadores e Estado) realizam - coletiva ou individualmente - no sentido de sobreviverem enquanto sujeitos.

De retorno aos cenários sugeridos, faz-se importante ponderar que o processo constante de (re)divisão do trabalho na agropecuária brasileira, reflete, tanto os desdobramentos diretos da adoção de técnicas, tecnologias etc, como também de novas formas de gestão do processo de trabalho que, em muitos casos, estão associados ao pacote tecnológico e em outros estão associados somente à busca incessante do rebaixamento dos custos, sendo geralmente instituídos sob a insígnia da superexploração do trabalho, com a extensão de sua jornada, etc. Daí ter-se a cada instante, em condições dadas, a emergência de novas profissões ou então, os mesmos trabalhadores, desempenharem atividades e funções diferentes, o que se verifica na cana-de-açúcar, na laranja e na soja de forma mais contundente. É bom que se diga também que isso não é privilégio apenas das empresas rurais de grande e médio portes.

Todavia, quando se colocam em cena as imposições que as empresas processadoras de produtos de origem agrícola exercem sobre os produtores rurais, na sua grande maioria produtores familiares, têm-se resultados muito diferenciados. Consorciados ou não, esses resultados, tanto podem sinalizar crescimento constante de produtividade, elevar os índices que sinalizam absorção de maquinário na agricultura, bem como todo o arco de variáveis do D_1 , como também incentivar o desmonte da pequena produção familiar - e é o que historicamente ocorre - por uma série de motivos e razões, dentre eles: endividamento, insucesso sucessivo com colheitas frustradas, ausência de programas de crédito e de fomento de tecnologia específicos, preços mínimos etc.

Nota-se, então, que a ação das empresas processadoras, em direção à certificação ambiental, ISO's, agricultura sustentável, podem, em curto e em médio prazos requalificar o perfil, a estrutura interna e a territorialidade dos produtores agrícolas em bases familiares, de forma mais intensa, bem como as empresas rurais. É o que assiste para o conjunto, todavia mais expressivos para alguns produtos e em alguns lugares. A título de exemplo, as indústrias processadoras de fumo, de carnes e de tomate, no centro sul do país, impõem de forma intensa e ampla, novos

procedimentos e rotinas de trabalho, associados direta e indiretamente à adoção de técnicas e tecnologias de diferentes origens (mecânicas, químico-farmacêuticas, biológicas, gestão de processo etc). Vê-se que, tanto para as empresas rurais, quanto para os segmentos familiares, a adoção de tecnologias, além de produzir reformatações constantes com a (re)divisão do trabalho, produz a intensificação do assalariamento, como também sua negação via desemprego, mais ainda, o desmantelamento, em grande medida, da estrutura familiar de produção que, na maioria dos casos faz engrossar as fileiras da proletarização de um lado e, de outro lado, requalifica o processo de luta pela terra, como também, incentiva a prática de atividades e funções não essencialmente agrárias.

A processualidade contraditória em questão nos permite enfocar os cenários postos para este ensaio, como forma de demonstrar através da dinâmica recente da agricultura brasileira, as perspectivas e tendências para o século XXI. Daí a ênfase, por um lado, para a agricultura empresarial e as altas taxas de desemprego nas atividades agrárias, por conta da “modernização” e, por outro lado, para o contingente cada vez mais crescente de trabalhadores rurais, que desempenham atividades não agrárias.

Nesse sentido, a associação do “progresso técnico”, com a conseqüente supressão de empregos, não invalida a abertura e fortalecimento de outras formas de trabalho, em especial ligados ao setor de serviços, portanto não fixado apenas no setor produtivo e industrial. Não está em pauta, todavia nesse momento, verticalizar reflexões sobre a polêmica existente entre os autores que defendem a tese da centralidade do trabalho e aqueles que a rebatem¹⁰, com o argumento básico de que o trabalho produtivo e industrial decresce crescentemente em termos absolutos e em importância. Seria interessante no momento, afirmar que não se pode confundir diminuição de emprego com diminuição de trabalho, tampouco restringir tal afirmação sem considerar os apontamentos que já se colocam e iluminam forte tendência rumo às formas de trabalho consorciadas, tanto com ligação ao assalariamento, quanto com outras formas não assalariadas, autônomas ou não, que consubstanciarão os esquemas que darão sentido e conteúdo à pluriatividade na agricultura.

Isso nos leva a pensar que o setor empresarial exercerá intensa pressão sobre os mecanismos de luta pela terra, podendo até requalificá-los, desafiando ainda mais a questão cidade-campo, com as levas crescentes de desempregados, que por sua vez, fortalecerão as fileiras dos trabalhadores em tempo parcial ou pluriativos, através do retorno à terra, via assentamentos, ou também com enormes repercussões para as entidades de organização dos trabalhadores, os sindicatos em especial, que terão de superar o viés corporativo no qual se estruturam, para poderem absorver esses desafios e fomentar políticas específicas, e também as cooperativas (de trabalho, produção/consumo/comercialização) e associações de produtores.

A pluriatividade e o assalariamento rural (ou não), acrescentarão novos ingredientes para a conformação básica da sociedade capitalista, com desdobramentos que vão fragilizar ainda mais o trabalho, tanto do ponto de vista do emprego, do que fazer, quanto da divisão do bolo ou da riqueza socialmente produzida, que faz do trabalho capitalista instrumento de dominação, como também, enquanto organização política, tendo em vista os pressupostos demarcados para as

¹⁰ Cf. Antunes, 1995.

entidades sindicais (sindicatos e centrais), que não conseguem subverter a “leitura” institucional e o regramento jurídico que lhe dá sustentação. Ou seja, o mundo visto e entendido somente pela ótica oficial do Estado, quando muito será reservado o direito de dizer não, todavia sem o acompanhamento de propostas alternativas de organização da sociedade.

Apta a compreender essas (re)formatações, ou seja, a diferencialidade em seu movimento espiralado, à Geografia se reserva o desafio de identificar os processos e as dinâmicas territoriais e as manifestações dos fatos nos lugares.

De posse de alguns indicadores censitários, lançaremos mão de observações, com o propósito de elucidar as teses assumidas e dos cenários construídos para dar fundamentação a esse ensaio.

Através dos dados disponibilizados pelos censos agropecuários do Estado de São Paulo, de 1985 e 1996 (este último recentemente divulgado), nota-se, comparativamente, de 1985-96, que mesmo tendo havido decréscimo da área cultivada, de 16%, isso não produziu impacto significativo na produção, o que revela a ocorrência de aumento dos índices de produtividade, tendo em vista o crescimento do uso de fertilizantes, irrigação, maquinários, técnicas de controle de pragas e doenças, etc.

Por sua vez, a “modernização” consagrada à agropecuária paulista, expulsou milhares de pequenos agricultores e parte dos assalariados, registrando uma queda de 32%, como revelam os números, de 1.357.113 em 1985, para 914.954 em 1995/96. Todavia, como já havíamos constatado em trabalho anterior, para a cana-de-açúcar¹¹, tudo isso também foi acompanhado de um forte incremento na já concentrada propriedade fundiária.

Nesse ínterim, desperta interesse especial, o fato de ter havido também diminuição de 22% do número de estabelecimentos rurais com finalidade produtiva, no período 1985-96, ou seja, passou de 282.070 para 218.016, sendo que, se em 1985 existiam 100.198 propriedades com menos de 10 ha, esse número despencou para 65.303 em 1996. Essa queda de 34% é seguida pelo estrato que conforma as propriedades de 10 a 100 ha, com queda de 17% no número, o que não se constata para as propriedades com mais de 10.000 ha, tendo em vista que partiram de 29 para 36.

Esses números atestam a importância que novas atividades rurais passam a desfrutar, ainda mais quando comparamos as tendências apontadas pelo censo do IBGE com os indicadores disponibilizados pela Fundação SEADE e interpretados por outros pesquisadores¹². Ou seja, as atividades produtivas agrícolas, tradicionais, já não são mais suficientes para explicar por si só a dinâmica do emprego e do trabalho rural no Estado de São Paulo. Tanto é que o único item das receitas que cresceu em termos absolutos, no período de 1985-93, considerando o conjunto dos estabelecimentos agropecuários do Estado, foi a prestação de serviços para terceiros, passando a representar 10% delas.

A crescente importância dos produtores *part-time* ou agricultor em tempo parcial também pode ser comprovada com a redução das unidades familiares puras. No seu lugar surge uma

¹¹ Cf. Thomaz Junior., (1989, 1996).

¹² Cf. Silva, 1995.

categoria que mescla o trabalho familiar com o de assalariado temporário, que recebe a denominação de *farmer caboclo*¹³.

Ainda que esse assunto mereça estudos e pesquisas mais pormenorizadas, essa rápida caracterização a fim de que se possa refletir sobre as perspectivas e as tendências para a agropecuária, *Território em Transe*, põe-se a salientar a importância do emprego rural, porém não agrícola, para que se possam compreender seus rearranjos, ou seja, o comportamento do trabalho. Mais ainda, este ensaio pretende chamar a atenção também para as reconfigurações que se encontram em plena vigência, que requalificam as atividades rurais para além do agrário e do agrícola.

Se por um lado, o crescimento do emprego não agrícola ou da pluriatividade¹⁴ está associado à crescente urbanização da agricultura, via população economicamente ativa com domicílio rural e não rural, pela participação do diarista não residente (trabalhadores volantes ou bóias-frias), por outro lado, poderá crescer em importância, muito mais do que hoje representa, o exercício de atividades não agrárias, porém nas cidades, em funções tipicamente urbanas, em especial no setor terciário. Aliás, esse é o princípio que se defende para a agricultura *part-time*, como veremos a seguir.

Há, no entanto, uma combinação de ocorrências heterogêneas e alguns aspectos devem ser destacados. O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana revela a crescente importância para um número cada vez maior de pessoas que estão requalificando o uso da terra em São Paulo.

Outra questão a ser ponderada é o agroturismo ou o turismo rural, que configura também como exemplo de pluriatividade, com desdobramentos mais amplos, contemplando hotéis-fazenda, pesque-pagues, *spas*, estâncias etc. Fica evidente que a pluriatividade não tem necessariamente que ser resultante de nexos financeiros ou de trabalho exercidos exteriormente à exploração, ou seja, o exercício de outras atividades na área do domicílio, a exemplo do turismo rural configuram igualmente situações pluriativas¹⁵.

Longe, desde já, de ser entendida como marginal ou transitória, a pluriatividade se consolida fortemente como a salvação para muitos casos, da propriedade da terra rural de famílias, tradicionalmente com vínculos com a produção agropecuária, em bases mercantis ou não. O motivo mais convincente é que os trabalhadores a tempo parcial conseguem compensar os baixos rendimentos agrícolas com outras ocupações, com isso acabam evitando ou prorrogando a pobreza rural, tendo em vista o rol de dificuldades advindas das políticas agrícolas do governo federal, que não se fez valer de eficiência, por exemplo, através do PRONAF (linha de crédito específica para a agricultura familiar) e o PROCERA, especialmente para os assentados. Mesmo quando se considera a agricultura paulista, dado seu forte conteúdo patronal, as unidades familiares compõem com 1/3 do valor da produção agropecuária do Estado, sendo que é nesse segmento também, que as

¹³ Id.

¹⁴ A pluriatividade, considerando alguns países europeus, não é um fenômeno novo no mundo rural, sequer resultante da industrialização. Cf. Marques, 1995.

¹⁵ A título comparativo, em “Portugal a importância do turismo rural é relativamente recente (...), mas noutros países, como na França e Reino Unido o fenômeno bem mais antigo e possui peso maior no rendimento global dos agricultores” (MARQUES, 1994/95, p.49).

atividades rurais, porém não agrícolas se fortalecem, principalmente aquelas que se enquadram no estrato de 1 a 20 ha, como mostram os indicadores da Fundação SEADE.

Nesse sentido o desafio está posto, qual seja, para o século XXI não mais poderemos dispor dos mesmos conceitos e categorias de análise de que fazemos uso hoje, até porque o processo de (re)configuração territorial do campo brasileiro, em especial o paulista, já se estrutura sob *novas* funções e atividades que não essencialmente agrárias ou agrícolas.

A *nova* dinâmica que se anuncia e se fortalece como via sem volta, terá como base fundante a presença de atores sociais que não poderão ser entendidos como trabalhadores rurais, no sentido estrito, bem como poderão estar envolvidos em entretenimento ou num sem número de atividades incidentes no setor terciário e, no extremo, deixarem de ser agricultores.

Território em Transe, chama atenção para um *novo* teatro de operações que terá como cenário principal, situações específicas da agropecuária. De um lado, o segmento empresarial expondo questões como: agricultura de precisão, capacidade e rendimento agroindustrial, financiamentos, biologia molecular, insumos físico-químicos, capacidade de armazenamento e condições infraestruturais de transporte, subsídios creditícios, preços mínimos, política agrícola e tantos outros. De outro lado, a complexificação dos arranjos anunciados produzirão novos efeitos com a consolidação da pluriatividade, que aliás contemplará os produtores familiares com vínculos mercantis com a produção agropecuária. Sem esquecer que nesse segmento também estão incluídos os trabalhadores oriundos dos assentamentos de reforma agrária, de colonização e de regularização fundiária, como também deverá ser fortemente pressionado pelo crescente contingente de trabalhadores desempregados.

A esse respeito vale lembrar que há especificidades a serem consideradas, tendo em vista estar-se diante uma configuração da divisão do trabalho, na qual os trabalhadores e as famílias envolvidas não poderão ser entendidos nem como assalariados puros, nem como produtores independentes, tampouco como diaristas (*free lancer's*). Tanto se fortalecerão através de cooperativas, para garantirem-se como produtores rurais, como também demandarão por inserções nas atividades tipicamente urbanas, o que, na prática, subverte o enraizamento sindical atual, bem como os estreitos limites corporativos das centrais sindicais¹⁶.

Há casos já documentados, como revela (Alentejano, 1998), da viabilização de projetos de reforma agrária, especialmente nas áreas próximas dos grandes centros urbanos, de se viabilizar assentamentos, desde o início sob o princípio da pluriatividade ou da agricultura *part-time*¹⁷. Aliás, os movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), levantam essa bandeira, como alternativa para dar vazão aos altos patamares de exclusão, nas áreas metropolitanas.

Com mais amplitude do que as marcas restritas desta ou daquela frente de luta específica dos trabalhadores envolvidos na agropecuária (associações, cooperativas, movimentos independentes de luta pela terra e pela reforma agrária, sindicatos etc), põe-se em questão um repensar profundo do arranjo da sociedade como um todo, enquanto materialização da

¹⁶ A esse respeito, Cf.: Thomaz Jr., 1996.

¹⁷ A esse respeito, Cf.: Alentejano, 1998 e Schineider, 1995.

exclusão/inclusão social, cujo reatamento territorial é a própria explicitação da dinâmica da sociedade, o *território em transe*.

5. Considerações Finais

A complexidade e abrangência dos rearranjos produzidos em todos os setores da atividade econômica: primário, secundário e terciário, mediante o contínuo processo de (re)divisão técnica do trabalho, evidencia, a partir da diferencialidade expressa territorial e socialmente, a magnitude da turbulência capaz de impactar profundamente o mundo do trabalho. Mais do que isso, impõe-lhe *novas* fissuras, com as *novas* faces impressas à fragmentação do trabalho que, também expressa, no limite, as mazelas da desqualificação profissional atrelada ou não ao desemprego. Está em questão a busca de referenciais teóricos, políticos e científicos, capazes de colocar sob outras bases a capacidade de “leitura” e intervenção do movimento operário e que não se restrinjam nem nos estritos referenciais disciplinares da ciência¹⁸, tampouco às denúncias das desigualdades e dos desaforos impostos pelo capital, mas sobretudo, que seja capaz de influenciar as orientações do processo social de produção, por exemplo, (re)qualificar a questão ecológica rumo a uma dimensão anticapitalista, de tal maneira a engajar as lutas ecológicas à uma perspectiva anticapitalista.

Põe-se, então, para o movimento operário, distanciar-se da lógica produtivista a apresentar-se como dinamizador de referenciais anticapitalistas, capazes de apontar a emancipação humana, com base na transformação radical do trabalho estranhado - trabalho abstrato, alienado - para um trabalho social, sendo que a lógica de produção de valores de troca não encontre possibilidade de se constituir no elemento estruturante da sociedade.

Antunes (1995, p. 80-81), sintetiza muito bem quando sinaliza ser imprescindível para a superação da sociedade do trabalho abstrato, a necessidade do reconhecimento do papel do trabalho assalariado, da classe-que-vive-do-trabalho, como sujeito capaz objetiva e subjetivamente de caminhar para além do capital. Ou seja, para a superação da sociedade do trabalho abstrato, requer-se a incorporação das reivindicações presentes na cotidianidade do mundo do trabalho, como a redução radical de sua jornada e a busca do tempo livre, todavia, que esteja “... indissolúvelmente articulada com o fim da sociedade do trabalho abstrato e a sua conversão em uma sociedade criadora de coisas verdadeiramente úteis”

Assim, *novos* desafios deverão ser colocados em cena para redimensionar a luta de classe, para que não seja reduzida

apenas à divisão do produto social global, nem mesmo ao controle dos novos meios de produção (robóticos, burocráticos) em suas repercussões sobre a organização do processo de trabalho. O movimento operário deve colocar-se em situação de influenciar as orientações do processo social de produção”, ou mesmo “influenciar os objetivos que são conferidos ao ato social de trabalho em sua globalidade, o uso que é feito das forças

¹⁸ O professor Boaventura de Sousa Santos (1988, p.46), assevera o seguinte sobre esse assunto: “É hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado

produtivas da sociedade em seu conjunto e até mesmo a estrutura destas. (BIHR, 1998, p. 137).

Pouco distante do nosso dia a dia, pensar e refletir sobre o anúncio de possíveis configurações, nos põe na *linha de tiro* juntamente com outros cientistas, todavia, cimenta o compromisso de não perdermos de mira a vigência da materialização fenomênica, do (re)arranjo territorial da sociedade, das formas, estruturas e aparências (re)construídas etc. A esse respeito Antunes (1999), numa interpretação inspiradora de Mészáros, nos aponta que:

A invenção societal de uma nova vida, autêntica e dotada de sentido, recoloca, no início do século XXI, a necessidade imperiosa de construção de um novo modo de produção fundado na atividade autodeterminada, baseada no tempo disponível (para produzir valores de uso socialmente necessários), na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção heterodeterminada (baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital. (ANTUNES, 1999, p. 180).

Se nesse caminho elegermos o trabalho como base fundante dos estudos e reflexões, faz-se importante assumirmos a necessidade de ampliarmos nossa interlocução interna e externamente à Geografia, como forma de fortalecermos linhas de pesquisas, bem como grupos de pesquisadores multidisciplinares, capazes de responderem aos questionamentos e desafios postos.

Isso não se deve apenas à falta de tradição da Geografia e dos geógrafos não se dedicarem a essa temática, mas, sobretudo pela dimensão e importância, o que não nos redime de nos fazermos presentes para demarcarmos os nexos e as fundamentações para se entender a sociedade pelo viés do seu ordenamento territorial, resultante, pois, da processualidade social que, ao se manifestar, como nos reserva o tema posto para este ensaio, apresenta as rupturas e as fragmentações intra-trabalho, nas suas diferentes ocupações/funções, base explicativa do ritmo, do conteúdo e da dinâmica das contradições presentes na agropecuária brasileira e paulista, em especial.

Sem efeito e conteúdo conclusivo, este ensaio cumpre o papel, neste momento, de chamar atenção para a necessidade de realização de estudos e pesquisas voltados à compreensão dos desdobramentos que se anunciam para o trabalho no prenúncio do século XXI.

Referências

- ALENTEJANO, P. C. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. 1998, 135 f. Dissertação (Mestrado) – CPDA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- ANTUNES, R., **Adeus ao trabalho**. São Paulo: [s.n.], 1995.
- ANTUNES, R., **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CARVALHO, M. B. **Geografia e complexidade**. São Paulo: [s.n.], 1999. (Mimeografado)
- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1990.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e gênero. **Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, v.4, , n.7, p.5-28, 1998.
- KAMMER, M. **A dinâmica do trabalho abstrato na sociedade moderna**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- LESSA, S. **Trabalho e ser social**. Maceió: Edufal, 1997.
- LIPIETZ, A. **Elegir a audacia**. Madri: Editorial Trotta, 1997.
- MARQUES, H. Agricultura a tempo parcial e agricultores pluriactivos no noroeste de Portugal. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 21, p. 39-104, 1994.
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de o capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1985.
- MÉZÁROS, I., **A necessidade do controle social**. 2.ed. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MOREIRA, R. **Espaço, corpo do tempo**. 223p. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasse da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.
- SANCHEZ, J.E. Comentarios a la división espacial del trabajo e de la producción. **Minius**, Barcelona, v.1, p.9-25, 1992.
- SANTOS, D. **Os excluídos do mundo do globalizado**. São Paulo: [s.n.], 1998. (Mimeografado)
- SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.105-129, 1995.
- SILVA, J. Graziano da et al. O rural paulista muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.2, abr. jun., p. 60-72, 1996.

SILVA, J. Graziano da. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P (org.). **Agropecuária e agroindústria no Brasil..** Campinas: Abra, 1995.

THOMAZ JR., A. **A territorialização do monopólio:** as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal. 245 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

THOMAZ JR., A. A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana:** (uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista) 1996. 389 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMAZ JR., A. presença/ausência das centrais sindicais: os limites do corporativismo sindical. **Revista Debate Sindical**, São Paulo, v.10, n.25, fev.mar.abr., p.46-51, 1997.

THOMAZ JR., A. "Leitura" geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, 1998.

A GEOGRAFIA DO MUNDO DO TRABALHO NA VIRAGEM DO SÉCULO XXI *

Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

O Mundo do trabalho é palco de profundas mudanças na viragem do século XXI. Desde o Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels explicitando talvez uma das suas principais teses, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, seu caráter tendencialmente social e sua apropriação privada, nos apontaram um longo caminho a ser percorrido em nossas investigações. Em outros momentos essa tese foi reafirmada, na verdade complementada, ao caracterizar a dinâmica do desenvolvimento (econômico e político) do capital com vista a limitar o desenvolvimento social do trabalho, mais propriamente a tendência à diminuição do trabalho imediato (sobretudo com o aumento da composição orgânica do capital) em contraposição à impossibilidade de fazê-lo para todas as esferas da atividade laborativa (produção social), diante da necessidade de sua exploração.

De todo modo, a década de 1990 consolidou uma conjuntura de transformações territoriais, espaciais e sociais decisivas no âmbito da luta de classes.

Por certo, se recuarmos à década de 1970, poderíamos melhor precisar a crise estrutural do capitalismo que marcou no cenário internacional uma fase de relativa estagnação econômica, abarcando, inicialmente, o núcleo do sistema capitalista (Japão, EEUU, Europa Ocidental) e mais os tigres asiáticos e a China, todavia caracterizada por baixas taxas de crescimento, quedas nos investimentos e estagnação de amplas porções da periferia do planeta, especialmente, por conta da crise das dívidas externas, o que foi decisivo para a não integração, nesse primeiro momento, dessa porção do planeta ao chamado processo de globalização.

Como aponta Chesnais (1996), mesmo com a recuperação das taxas de lucros das grandes corporações na década de 1980, não se tem a retomada dos investimentos. Como sabemos, reside sobre essa questão um debate com diversas interpretações, mas seguindo as preocupações deste ensaio, entendemos que diante dos desafios que se apresentavam para a valorização do capital e as garantias para sua marcha “evangelizadora”, o contínuo inchaço dos mercados financeiros parece ter sido a saída para essa situação de crise¹. É por dentro desses pressupostos e do cenário de crise prolongada que o capital engendrou um conjunto de modificações estruturais e que dinamizaram/estimularam o complexo de reestruturação produtiva do capital, sendo que seus impactos nos dias de hoje atingem frontalmente o processo de trabalho, e a organização do trabalho,

* Esse texto reúne reflexões parciais do Projeto de Pesquisa “Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho”, financiado pelo CNPq, na alínea PQ/2B, e foi apresentado no IV Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho, realizado de 09 a 12/09 de 2003, em Havana (Cuba) e publicado originalmente no CD-ROM do Evento (ISBN 959-270-032-X), sendo que contamos com o apoio financeiro da CAPES, Fundunesp e Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente.

¹ Corsi (2003), apresenta um detalhado rol de argumentos a respeito dos elementos que definiram as decisões do capital e dos investidores para “equacionar” o ritmo, a velocidade e a intensidade dos investimentos e para repor os patamares desejados da valorização de capital.

de forma diferenciada tanto em profundidade quanto em magnitude, países, regiões, atividades econômicas, setores e empresas, etc.

Assim, a ampliação/diminuição dos embates entre os atores sociais e as lutas a eles imanentes, sobretudo no âmbito do movimento operário e camponês², nos impõem a necessidade de apreendemos os sentidos e os nexos que esse processo influencia na contemporaneidade do tempo/espaço do século XXI, o mundo do trabalho, o conteúdo do (*novo*) sujeito social do trabalho³. Especialmente quando nos colocamos diante do atual eixo do confronto que se estabelece no Brasil, para o mundo do trabalho, no âmbito da luta de classes, tendo à frente os movimentos sociais envolvidos diretamente na luta pela terra e pela Reforma Agrária, mais propriamente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Essa formulação merecerá nossa atenção para futuros aprofundamentos com o devido amparo teórico e empírico, para que possamos compreender a malha social complexa que reflete a característica principal da organização espacial do nosso tempo⁴, ou seja, o conteúdo contraditório da luta de classes, os elementos estruturantes da relação capital-trabalho, os traços inelimináveis da expropriação contínua do mundo do trabalho e a polissemia resultante que impacta direta e profundamente o universo simbólico e a subjetividade do trabalho em geral e o movimento operário em particular, que em *Território Minado...*⁵, nos propusemos investigar.

Propomo-nos compreender de forma articulada os rearranjos territoriais que respondem às diversas tramas sociais que, simultaneamente, expressam a dinâmica do modo de produção capitalista e a materialização da reestruturação produtiva do capital nos lugares e os impactos produzidos para o trabalho⁶, numa conjuntura paralisante para a classe trabalhadora, mas que nos dá as pistas para procedermos investigações voltadas à compreensão da dinâmica territorial das novas formas de trabalho em um contexto de exploração ampliada, requisito da valorização do capital.

² Em Thomaz Jr. (2002) e em Thomaz Jr. (2003a), pudemos desenvolver mais amplamente a tese de que a classe trabalhadora no Brasil contém em seu interior o conjunto dos trabalhadores que vivem da venda da sua força de trabalho; como também aqueles que se garantem com relativa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs, os trabalhadores não proprietários dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho domiciliar urbano e familiar na agricultura, e que são inteiramente subordinados ao mando do capital, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares e aqueles que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados, e todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, sob diferentes modalidades de subproletarização (temporário, *part time*, etc.), da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc.

³ Esse assunto está sendo objeto de reflexões no texto "Heranças e Mudanças Territoriais no Mundo do Trabalho" que estamos redigindo no momento.

⁴ Cf. Thomaz Junior, 2002.

⁵ Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho", Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq, em nível de PQ/2B, e que referencia o conjunto das investigações que estão sendo realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT), sob nossa coordenação.

⁶ Em Desenho Societal dos SemTerra no Brasil de 2001, pudemos desenvolver mais profundamente os laços de relações que foram perdidos diante da alienação e do estranhamento e que tem impossibilitado os trabalhadores do campo e da cidade enxergarem a complexa trama de relações que redimensiona a relação cidade-campo para o trabalho diante da (re)fundição promovida pelo capital e que, em decorrência tem estimulado o alargamento das fileiras dos sem terra, com a presença crescente de trabalhadores desempregados e que já se embrenham por diversas atividades e colocações no ambiente urbano à ocupação de terras.

2. Desafios para o trabalho na viragem do século XXI

Urge, pois, de nossa parte, coerentes com o enfoque e direcionamento das nossas críticas, construtivas, por certo, ao movimento operário, avançarmos nossas análises também para o âmbito da reprodução social e, portanto, acrescentarmos mais elementos para compreendermos a rica e complexa trama social que expressa não somente as formas fetichizadas no plano da política de ação sindical (produção social) e do local de trabalho, mas também e articuladamente, a dimensão fetichizada do cotidiano do trabalho no âmbito da casa, da morada, da reprodução social da vida. O hiato existente entre esses dois mundos (da produção e da reprodução), celebra o impedimento *intransponível* sob o regime do capital, que fragmenta a totalidade ontológica do ser social e que, de fato, marca a subjetividade do trabalho.

No entanto, se por um lado é necessário realizar uma “leitura” que advogue e viabilize a imbricação das esferas da reprodução com a produção, para que se possa ressaltar a apreensão do *metabolismo social do capital*, por outro lado, é necessário iluminarmos a esfera da *reprodução das relações sociais de produção*, como aponta Lefébvre (1973). Isto é, não se trata apenas da re-produção dos meios de produção, mas da re-produção das relações sociais de produção, que para Lefébvre é a “capacidade do capitalismo para se manter, passados os seus momentos críticos” (p.79). Disso concluímos que se faz necessário mais atenção, pois a re-produção das relações sociais de produção “arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (LEFÉBVRE, 1973 , p. 6).

Vale destacar nesse íterim, o conteúdo social e territorial da luta dos Sem Terra, quando defendem, ao mesmo tempo, o conceito de terra de trabalho e terra de morada. Apesar dos fetiches em relação ao desejo da terra prometida, que contém forte conteúdo de divindade, de místico, o sentido primeiro da luta pela terra e a viabilidade da Reforma Agrária, reúnem esses elementos que substanciam um certo *sentido ontológico* do trabalho, ou seja, produção e reprodução são dimensionados em plano único da articulação da ação política e da compreensão da totalidade social do ser que trabalha.

Essa plasticidade, característica ao mundo do trabalho no Brasil, nos põem atentos às investigações e à práxis da pesquisa em Geografia. Esse desenho societal da classe trabalhadora é nossa principal fonte de inspiração para apreendermos os sentidos do trabalho, os significados disso ao universo simbólico e à subjetividade operária ou de classe para o trabalho, e mais propriamente, às complexas tramas territoriais que têm em seu interior o atual estágio do conflito capital x trabalho e os nexos diretamente ligados ao conteúdo da luta de classes.

Então, diante da multiplicidade de formas de expressão do trabalho que se materializa concomitantemente sob os diferentes arranjos do metabolismo societário, temos os formatos que a sociedade expressa territorial e espacialmente. Os conseqüentes significados que desses cenários extraímos, quando os recortamos para estudar (analisar geograficamente), expressam consoante à especificidade dos lugares, a magnitude e o conteúdo da trama de relações combinadas e contraditórias que nada mais são do que o movimento plural de edificação do mundo do trabalho e o seu devir ontológico.

Se entendemos, então, que cada forma de trabalho “requer” uma arrumação espacial específica há, por sua vez, uma nítida vinculação entre as reformulações que ocorrem no âmbito do trabalho, passando pelas formas proletarizadas (assalariamento clássico), às formas mais expressivas da subproletarização, tais como o trabalho parcial, temporário, domiciliar, informal, etc. Apreender esse processo por meio da “leitura” geográfica é, antes de tudo, aprender a identificar formas, estabelecer parâmetros de localizá-las territorialmente e desvendar o significado dessa ordenação⁷.

Cabe ressaltar que as pesquisas estão nos permitindo compreender que os desdobramentos territoriais e o conteúdo da polisssemização do trabalho se expressam em diferentes aspectos e sentidos, porém imbricados geograficamente. Isto é: processos produtivos; formas de contratação; manipulação constante do mercado de trabalho; substituição crescente de trabalho vivo por trabalho morto e o conseqüente *império* do desemprego; novas formas de controle do processo de trabalho e do tecido social pelo capital; formulação de políticas públicas compensatórias; militarização e judicialização da questão agrária⁸; contra-reforma agrária; reformas nos códigos de leis, etc.

2.1. Trabalho e controle social do capital

Certamente as elevadas somas de investimentos de capital e de financiamento do setor público (subsidiado ou não e na forma de políticas públicas), objetivando a transformação tecnológica, produtiva, interferiram sobremaneira na composição social da classe trabalhadora, em todos os ambientes em que a lavra humana se faz presente, seja nos campos, seja nas cidades, alargando pois, o universo de exploração do trabalho, sobretudo, nesse momento, a partir da apropriação efetiva de sua dimensão intelectual⁹. Assim, depreendemos que o processo de valorização e de acumulação do capital ampliou como nunca antes as esferas de atuação do capital e do Estado, para o efetivo exercício do controle social, como forma de viabilizar o projeto de sociedade centrado na valorização de capital, mas com as atenções voltadas para a fragilização da classe trabalhadora. A diminuição de postos de trabalho, o desemprego e as novas formas de estabelecimento do controle sobre o trabalho, mediante os recursos da parceria e da ideologização do operário multifuncional e participativo, colocam em cena novos elementos para a historicidade do movimento operário.

O complexo de reestruturação produtiva tem na idéia de parceria entre capital e trabalho o atributo fundamental para a resolução dos conflitos sociais do trabalho *no chão de fábrica*. Assim, o capital para adquirir e manter novos procedimentos de dominação do trabalho, pressupõe a derrota política e ideológica do trabalho, e para tanto, se lança a transferir as resoluções dos conflitos

⁷ Em “Por Uma Geografia do Trabalho (2002b), tivemos a oportunidade de definir os marcos da nossa compreensão sobre Geografia do trabalho.

⁸ Cf. Fernandes; Ramalho, 2001.

⁹ Cf. Negri; Lazzarato, 2001; Dias, 1997; Thomaz Junior, 2002b.

existentes no âmbito dos sindicatos e dos partidos operários (quando existem) para dentro das empresas.

Nesse sentido, é oportuno ponderarmos que a reestruturação produtiva entendida, então, como um projeto não acabado do capitalismo tardio, já que não constitui uma *nova* hegemonia do capital na produção, é também um poderoso instrumento de desorganização e fragilização das formas de resistência da classe trabalhadora. Alves (2000) contribui sobremaneira para compreendermos que, com o toyotismo, o processo de redefinições das formas produtivas, com mais ou menos profundidade e amplitude impõe a constituição de um novo trabalhador, ou de uma nova subjetividade operária que dê a esse projeto um dinamismo lucrativo e os pré-requisitos para o efetivo exercício do controle social.

A título de exemplo, poderíamos recorrer às reflexões apresentadas por Jinkings (2000), quando aponta os efeitos da subcontratação no setor bancário. Tanto por meio da terceirização, quanto pela execução do trabalho por tarefas ou a tempo parcial, esse expediente atendeu e atende exemplarmente aos objetivos da valorização do capital, pois a um só tempo possibilita os ganhos de lucratividade e impacta intensamente a resistência (mecanismos de defesa) da classe trabalhadora, fragilizando-a, além de fragmentá-la, impondo formas de reprodução estranhadas e fetichizadas do sistema metabólico do capital, minando assim, a organização sindical e esvaziando o sentimento de pertencimento de classe ou esse significado à subjetividade de classe, do trabalho.

Então, muito se materializa territorialmente em nome da restauração de formas e procedimentos de dominação, que contêm novos processos de trabalho, de redefinição dos requisitos de qualificação e (re)qualificação do trabalhador, de (re)definição de políticas públicas, de reformas nos códigos de leis, por exemplo da CLT e das cláusulas trabalhistas e da proteção social da Constituição, bem como dos demais assuntos da agenda social, como as reformas tributária e previdenciária e os programas sociais do governo¹⁰.

É imprescindível asseverarmos que as novas formas de exploração da força de trabalho, que submeteram o universo do trabalho em todas as suas dimensões, reafirmaram a manutenção do edifício social sob o referencial da centralidade do trabalho, ou seja, ele continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista.

O trabalho aprisionado ao circuito mercantil ou que produz riqueza para o capital, pode assumir uma multiplicidade de formas materiais. Assim o trabalho abstrato, diante do complexo da reestruturação produtiva do capital que se impõe de forma contundente a partir dos anos 1980, encolhe, ou seja, os trabalhadores industriais diminuem em quantidade, mas cresce a *franja* da sociedade composta de trabalhadores assalariados em bases precárias, ou mesmo não assalariados, mas ligados ao circuito laborativo. O capital tem ampliado mundialmente as esferas do trabalho assalariado e subproletarizado, e da exploração do trabalho, sob as diversas modalidades de precarização, tais como: o subemprego, a terceirização, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, etc.

¹⁰ Cf. Thomaz Junior, 2003d.

Poderíamos, então, assumir que o ponto alto da discussão a respeito da centralidade do trabalho vivo hoje, é que o regime de acumulação pós-fordista determina e induz a uma difusão social do trabalho, sendo que, longe de desaparecer, o trabalho se espacializa mais amplamente, redesenhando os territórios ou requalificando a todo tempo as dimensões locacionais das esferas de domínio e do poder de classe do capital sobre o trabalho. Como aponta Cocco (2000, p. 16), "... o trabalho não pára de se difundir no espaço".

Essas mudanças no processo produtivo que repercutem no engendramento da elevação da composição orgânica do capital e nas inovações tecnológicas, induzem uma profunda mudança no perfil da classe operária, onde se têm o fortalecimento e a ampliação de novas formas e controle do processo de trabalho e da classe trabalhadora, todas voltadas para a valorização do capital. Diante disso não podemos concordar com a tese do fim do trabalho ou da perda de sua centralidade, tampouco com o fim da revolução do trabalho, pois, enquanto perdurar a sociedade capitalista, seria praticamente impossível imaginar a eliminação da classe trabalhadora enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital.

Diante disso é central e relevante para as nossas reflexões estarmos atentos para as *novas* clivagens e cisões do trabalho, para que possamos entender os rebatimentos para o seu mundo e os desenhos territoriais resultantes que revelam *novos* arranjos sociais e *novas* formas organizativas dos trabalhadores e, conseqüentemente, as dificuldades de o trabalho transpor os limites das fragmentações recorrentes da divisão social, técnica e territorial do trabalho.

É igualmente relevante observarmos que em resposta às teses que propugnam a não centralidade do trabalho, desenvolveu-se uma plêiade de argumentos, nada conclusivos, em respeito à atualidade das teses de Marx, especialmente às relativas ao trabalho imaterial. Ao que nos parece, uma nova escalada de desafios se apresenta em torno do processo imanente do capital de substituir trabalho vivo por trabalho morto. Por certo, nesse momento, a predominância requerida à imaterialidade do trabalho deve pressupor algo que explique a tendência de redução da presença do trabalho imediato como fonte de valorização, sendo que ao mesmo tempo não pode eliminá-la por completo, tendo em vista que a extração de mais-valia requer a apropriação de trabalho vivo.

Mesmo ultrapassando os limites assumidos para este ensaio, é oportuno ponderar que a apropriação do intelecto do trabalhador, ou a intelectualização da força de trabalho, como possível expressão de um novo referencial que passaria a reger a valorização do capital¹¹, deve merecer o cuidado de investigações acuradas.

É de se esperar que os desdobramentos para o plano da subjetividade do trabalho nos reservem muitas surpresas e incógnitas. Os rearranjos em processo na estrutura espacial da produção e as suas representações territoriais enquanto domínio locacional do fenômeno do trabalho ou da classe trabalhadora não se apresentam explícitos ou evidentes no nível da paisagem.

¹¹ Queremos entender que as contribuições de Lazzarato, Negri, Vincent, autores filiados à compreensão de uma possível regência do trabalho imaterial, devem ser observadas com mais atenção, até para nos certificarmos da sustentação teórica e empírica da *nova* orientação que o trabalho como relação social central assume, tendo em vista a supressão do trabalho imediato e o conseqüente crescimento e expansão do trabalho imaterial, como ponto cardeal para a valorização do capital.

3. Inserção dos atores sociais no universo da classe trabalhadora

Combatida e negada por alguns e ao mesmo tempo incompreensível e confundida por outros, a subjetividade operária é tema de fundamental importância para refletirmos em profundidade os desafios do trabalho no século XXI. Qualquer tentativa de abordar esse assunto nos exigirá cuidados e atrevimentos, num só ato analítico, sabendo-se, pois, que não se resume tão-somente ao âmbito acadêmico/científico. Os desdobramentos políticos e todo o leque de interpretações que os próprios trabalhadores fazem de si mesmos, os sentidos e os reflexos para a consciência de classe *para si*, a desimportância de tudo isso para os partidos políticos e o foco privilegiado de ações por parte do Estado e das classes hegemônicas, é o que nos estimula a navegar em águas tão profundas e turbulentas. Ainda que esse assunto nos ocupe nas nossas investigações¹², para este ensaio nos propomos sugerir apenas algumas reflexões por entendermos que as mediações teóricas requerem outros recortes.

Defender pressupostos teórico-metodológicos e referenciais epistemológicos e ontológicos, para podermos nos posicionar com segurança na temática do trabalho, nos exige defender também que no âmbito da escala geográfica (enquanto produto das relações sociais) podemos dimensionar a amplitude fenomênica e as contradições que, enquanto concreto em pensamento, conseguimos visualizar, já na forma da expressão territorial do domínio locacional.

Muito se comenta a respeito da unicidade sindical, da polêmica que recobre as diversas interpretações e de uma série de outras travagens que ainda permanecem nos códigos de leis no Brasil (CLT e na própria Constituição), mas pouco se debate sobre a nocividade da identidade do trabalhador se restringir tão-somente a essa ou àquela corporação sindical. É imprescindível também que incluamos à determinação territorial, previamente definida, via de regra, não pela dimensão e intensidade dos conflitos capital x trabalho, mas especialmente pela ânsia de poder entre as entidades sindicais (estimuladas ou não pelo capital), em nome da ampliação da extensão de base e da arrecadação da contribuição sindical, etc. É verdade também o vazio ou a despolitização dessa questão, pois quase sempre comparece desvinculada do encaminhamento de lutas e ações políticas referenciadas na noção de pertencimento de classe. A fragmentação territorial dos sindicatos expressa, pois, antes de qualquer especulação pontual e isolada, a razão da existência alienada do trabalho diante das fronteiras delimitadas muito mais pelo Estado do que pelo eixo central do conflito capital x trabalho, em todas as dimensões territoriais do tecido social, seja no campo, seja na cidade.

Portanto, o movimento sindical e operário ao defender melhores salários, redução da jornada, participação nos lucros e nos resultados, etc., e os movimentos sociais populares, particularmente as frações envolvidas com as temáticas da luta pela terra e pela reforma agrária, da moradia, da saúde, da educação, do gênero, da questão racial, associações de moradores, etc., não associam essas esferas (específicas) com o referencial da luta mais geral dos trabalhadores sob o capitalismo, ou seja, a luta anti-capital. Cada reivindicação tem sua esfera de identificação fragmentada, territorial, corporativa e socialmente, etc.¹³ Dessa forma, o trabalhador não associa o

¹² Referimo-nos às investigações em curso no âmbito do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT).

¹³ Podemos desenvolver essa questão em: Thomaz Jr., 2000.

sindicato com a luta por uma escola de qualidade no seu bairro, tampouco questiona as relações de trabalho na associação de bairro, isto é, o viver e o trabalhar estão separados nas práticas de luta e de vida.

Daí, a necessidade de se pensar a imbricação dessas lutas para um caminhar no sentido da superação do imediatismo, da atomização e da institucionalidade, e um permitir-se ao menos à “consciência da ausência de uma luta paradigmática”¹⁴, isto é, uma luta contra-hegemônica, anti-capitalista e para tanto unificada organicamente, ou seja, capaz de ultrapassar as fronteiras da divisão técnica e territorial do trabalho, além dos limites do urbano e do rural.

Seja nos campos, seja nas cidades, eis o eixo central da intensificação da crescente heterogeneização, fragmentação, hierarquização e complexificação do trabalho e as repercussões para a classe trabalhadora, especialmente quando o referencial teórico não está ancorado na “leitura” do trabalho como elemento fundante para se compreender seu universo plural em categorias profissionais e corporações sindicais, que só fazem engessar, por exemplo, a questão cidade x campo como expressão de dois mundos diametralmente clivados e incomunicáveis, empobrecendo o debate político sobre a reforma agrária e a unificação orgânica no âmbito da classe trabalhadora.

4. Arriscando algumas considerações finais

A reformulação teórica que apresentamos, ao incluir os camponeses no universo constitutivo da classe trabalhadora, nos possibilita polemizar a respeito das contradições e fragmentações no âmbito da classe, possibilitando assim a compreensão dos significados e dos sentidos que a luta emancipatória, vinculada às ações dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra estão propagando.

Assim, a *falsa* polêmica em torno da assertiva de que o fato de não ter havido feudalismo no Brasil não autorizaria a existência do camponês nesta porção do planeta e portanto, se torna desnecessário discutir a Reforma Agrária, mantém a sete chaves e empobrecidas as formulações de Marx, e dos marxistas – que se envolveram para entender e combater a economia política –, tendo em vista que o caráter residual e atrasado dos excluídos do campo tem que ser focado por meio de políticas públicas específicas para viabilizar a inserção mercadológica dos pequenos produtores familiares ao circuito mercantil, etc¹⁵.

Nesse flanco teórico, mas *supostamente* em campos diferentes do universo ideológico, encontram-se de um lado, setores da esquerda brasileira, especialmente filiadas ao ideário do Partido Comunista e do marxismo-leninismo de cariz *stalinista*, e de outro lado, defensores da estrutura latifundiária, ou os *senhores da terra* (senhores da guerra) – parodiando Regina Bruno¹⁶ - representantes do que há de mais atrasado e perdulário na sociedade brasileira, especialmente

¹⁴ Idéia desenvolvida por Boaventura de S. Santos e que será tratada com maiores detalhes posteriormente.

¹⁵ Cf. Prado Junior, 1974.

¹⁶ “Senhores da Guerra – A nova face política das elites agroindustriais no Brasil” é o título do excelente livro de Regina Bruno. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

articulados no âmbito da UDR, como também, mas em menor escala, os componentes do *agribusines* e outras instâncias da agropecuária

Simpatias e antipatias para ambas as *trincheiras* - apesar de haver muitas ramificações em todas as direções por meio da formatação de posições intermediárias e combinadas -, o fato é que do ponto de vista da práxis e da realidade da classe trabalhadora, tanto faz se a defesa, tendencialmente mais ideologizada (no campo da esquerda), ou mais empírica e também ideologizada, mas que se ampara na defesa de posturas conservadoras e de direita, da *neutralização/excomunicação* dos conflitos no campo, o que importa é que não reconhecer a existência do camponês significa ignorar a potencialidade e a sociabilidade de um ator social historicamente afeito à resistência no tocante à submissão ao capital e à manutenção de sua identidade, apesar da trajetória marcada por intensa mutilação cultural e dominação política e econômica¹⁷.

Por certo, o cenário do Brasil de hoje, herdado de um projeto que modulou valores e atributos que, em profundidade, impactaram o universo do trabalho, não deixou por menos ao fazer valer seus referenciais no governo atual, diante da composição da aliança política que se apresenta com um semblante *verde-água*¹⁸, algo característico da *ex-esquerda* que compõe o governo Lula, especialmente os quadros do PT. É mais certa ainda, a manutenção dos referenciais das políticas públicas que substituem a política de Reforma Agrária enquanto conquista da classe trabalhadora, pelo desenvolvimento rural¹⁹. Ou quando muito, setores influentes do atual governo entendem que, no limite, a Reforma Agrária, não pode ser essencialmente agrícola, pois a possibilidade de se viabilizar, mediante políticas públicas, atividades turísticas e de prestação de serviços no campo, é o caminho mais curto para *resolver* a questão agrária no Brasil.

É essencial, portanto, que tenhamos clareza das principais capilaridades e vértices comunicantes que expressam a atual conjuntura, para que possamos compreender, a partir das mediações, as ligações dialéticas existentes com as múltiplas determinações do processo metabólico do capital que reúne sob seu comando todas as esferas da convivência em sociedade: social, política, econômica, cultural, etc. É assim, então, que imaginamos haver uma íntima relação entre as redefinições que estão em marcha no âmbito do movimento metabólico do capital e suas diversas e heterogêneas manifestações, nos campos e nas cidades. Se no campo ou na cidade, o trabalho encontra-se sob o foco constante e certo do capital, isto é, fragilizado, subsumido, subordinado e dominado, sendo que a questão da emancipação social emerge e cobra de todos posicionamentos claros e comprometidos.

Vencer os limites da ortodoxia que aprisiona o enfoque aos referenciais de uma época em que a teoria refletia a complexidade do movimento do real de então, outros arranjos societários e a própria dinâmica da sociedade requerem nossas atenções para o movimento contraditório e ininterrupto do real, constantemente modificado, ou seja, síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade. Daí ser necessário empreendemos coerentemente os vínculos da práxis social como forma de obtermos, por meio do concreto em pensamento, as pistas

¹⁷ Cf. Oliveira, 1991; Fernandes, 2000; Carvalho Filho, 2001.

¹⁸ Cf. Thomaz Junior, 2003.

¹⁹ Idem.

para compreendermos as fissuras e as complexidades que povoam a classe trabalhadora em todas as dimensões de sua existência, tanto objetiva quanto subjetivamente. Se proletários (urbanos e rurais); se camelôs; se trabalhadores inscritos na informalidade (urbana e rural); se camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; se trabalhadores que lutam por terra, e todas as demais combinações que se expressam sob diferentes modalidades de subproletarização, está em foco apreendermos o conteúdo da classe trabalhadora, o que nos autoriza, em via de mão dupla, entendermos os sentidos do trabalho. Somente assim conseguiremos contribuir com o debate crítico sobre a condução da luta operária no Brasil

Portanto, cabe a nós ampliarmos nosso campo de visão, sem magias ou paixões desenraizadas, para focarmos a complexa composição do mundo do trabalho, a fim de que nossas críticas tenham endereço certo e conhecido e que sejam capazes de influenciar positivamente a condução das lutas de resistência e anticapital.

Referências

- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Os limites do sindicalismo**: Marx, Engels e a crítica da economia política. Londrina: Práxis, 2003.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOITO JÚNIOR, A. **política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Xamã, 2000.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COCCO, G. **Trabalho e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DIAS, E. F. A liberdade impossível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. **Textos Didáticos**, Campinas, n.29, set., 1999.
- FRANCO GARCÍA, M.; THOMAZ JR., A. Gênero e território da luta pela terra do na era do fim do emprego. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.5, n.7, p. 86-98, 2003.
- FONTENELLE, I. **O nome da marca**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: São Paulo: Loyola, 1993.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- LÉFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LESSA, S. **Trabalho e ser social**. Maceió: Edufal, 1997.
- LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. (*Coleção Temas de Ciências Humanas*).
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de o capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOREIRA, R. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. **Revista Geográfica**, Bauru, n.19, p. 18-21, 2001a.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura brasileira**: as transformações recentes. São Paulo: SPM/CEM, 1994.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RIBEIRO, J. C.; THOMAZ JÚNIOR, A. Entre a sepultura e a trincheira: o movimento sindical e a exclusão social. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, n. 35, ago., 2001.
- THOMAZ JÚNIOR, A.; RIBAS, A. D. Cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST: uma contribuição para a geografia do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n.2, 2000.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v.3, n. especial, ago., 2002. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/ceget> Acesso em: 17 de setembro de 2002b.

THOMAZ JÚNIOR, A. O Mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru, v. 4, n.1, jan. abr., 2003a.

THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista de Geografia**, Dourados, v.9, n.17, p. 15-22, jan./jun., 2003b.

THOMAZ JÚNIOR, A. O metabolismo do capital no campo no Estado de São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. **Desafios do Trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis, 2003c. p.83-114.

THOMAZ JÚNIOR, A.; FRANCO GARCÍA, M. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v.18, n.19, p. 257-272, jul./dez.2002.

POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO! (Reflexões Preliminares)*

Antonio Thomaz Júnior

Misael Goyos

(pelo aprendizado do irmão mais velho!)

“Se a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de criá-las seriam quixotescas”
K. Marx

Introdução

Diante do desafio de refletir sobre o que pensamos e entendemos ser geografia do trabalho, se impôs o recurso a digressões e mediações imprescindíveis. Tudo isso para que pudéssemos iniciar nosso ensaio orientando os seguintes questionamentos: que trabalho é esse? A geografia a que se refere é aquela que aprendemos nos bancos escolares? Existem afinidades entre Geografia e trabalho? Como a temática do trabalho deverá ser investigada e “lida” pelo olhar do geógrafo, a “leitura” geográfica?

Isso já seria suficiente para aguçar um debate interno muito proveitoso, porém frágil de referenciais teórico-estruturais nesse campo da investigação científica, para este momento.

Ao assumirmos esses limites e, sobretudo, nossas limitações, não vislumbramos apresentar um roteiro a ser seguido pelos pesquisadores em geografia, encimados com a temática do trabalho. Tampouco imaginamos que seria necessário fazermos afirmações prévias, desamparadas das pesquisas, se a geografia do trabalho deve ter esse ou aquele perfil, essa ou aquela marca. E mais, se realmente é um tema a ser abordado pela geografia, ou ainda, como sugerem alguns *desavisados*, se o trabalho é um tema geográfico. Propomo-nos, sim, a lançar algumas reflexões preliminares ao debate.

Tanto interna quanto externamente à geografia, as indefinições, as precipitações e os preconceitos eclodiram exemplarmente.

De um lado, internamente, se prescreve com antecedência (como é de praxe), o que deve e o que não deve ser geografia do trabalho, quase sempre (ou invariavelmente), antecedido pela *boa-nova*, o que é geografia ou se o que se está fazendo ou se pretende implementar é ou não geografia. As afirmações *a priori* do que é e o que pode ser isso ou aquilo, sem antes experienciar as

* Esse texto é produto das investigações viabilizadas através do Projeto de Pesquisa “Território em Transe: Metabolismo Societário do Capital e as Mutações no Mundo do Trabalho”, financiado pelo CNPq, na alínea Produtividade em Pesquisa (PQ), que vige desde março de 2001. Inicialmente foi apresentado, em versão preliminar no IV Encontro da ANPEGE, e em respeito à atual versão, foi apresentado durante as atividades do IV Colóquio Internacional de GeoCrítica, realizado junto à Universidade de Barcelona, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no período de 27 a 30 de maio de 2002, onde se encontra disponibilizado no respectivo site: www.ub.es/geocrit

dificuldades da vida, portanto, sem se darem a chance de efetivamente praticizarem a análise geográfica em respeito à temática do trabalho, particularmente em torno dos assuntos que normalmente se transformam em problemas de pesquisa (situação, mobilidade, organização, exclusão, etc.) nas diferentes modalidades do trabalho de investigação (monografias, dissertações de mestrado, doutorado), eis o caldo cultural que ainda veste nossa disciplina, que remonta desde os sistematizadores. Estes muito se empenharam em nos cultivar a necessidade da definição *a priori* do objeto da Geografia, depois reformulado ao longo do tempo, mas negado por outros que, amparados no legado do materialismo histórico e dialético, entenderam que o objeto de cada ciência é a realidade, podendo, pois, essa, ser observada por diferentes olhares. Como reza a boa tradição *marxista*, isso necessariamente promoveria o retorno à totalidade, e do ponto de vista metodológico e epistemológico, haveria a priorização da relação sujeito-objeto e o primado do sujeito enquanto centralidade da práxis do conhecimento. No entanto, todo esse esforço já materializado em muitas décadas de produção geográfica não foi capaz ainda, de autonomamente sugerir o primado do conhecimento com base na *práxis* investigativa.

Por outro lado, externamente, comparecem avaliações que do inusitado ao incabível, questionam se o trabalho deve ou pode ser objeto de estudo da Geografia, de todo modo, ainda prevalece o elemento surpresa, muitas vezes tingido de indignação: o que tem a ver a Geografia com o trabalho? Assunto abordado por sociólogos, historiadores, cientistas políticos, economistas, etc., de sorte também nos apresentamos.

Geografia e Trabalho: Passos e Contra-passos

De posse dos apontamentos iniciais, destacamos algumas questões de cunho metodológico e epistemológico e centralmente guiadas pela tentativa de compreender a geografia do trabalho sob a razão ontológica do ser social que trabalha, com o propósito de participarmos de um debate que julgamos imprescindível para a geografia e que requer nossas atenções para quais as categorias e o universo conceitual próprio da geografia. De posse disso, como operacionalizar as categorias de base da geografia (paisagem, território, lugar e espaço) a fim de que se façam as mediações necessárias? Entendemos que há uma linha direta de comunicação dessa questão rumo ao atendimento dos desafios postos pelo sujeito, que no esforço contínuo de teorização a partir das experiências da práxis das pesquisas, referendadas por dentro da dinâmica da sociedade, as faces e interfaces do mundo do trabalho sinalizarão a importância de cada uma delas para a concreção de uma geografia do trabalho, que seja fundada na compreensão histórica deste (tanto no âmbito da materialidade quanto da subjetividade), a partir das formas e faces do espaço que o regula, ou seja, no seu *metabolismo societário*.

Até onde se sabe, Pierre George¹ foi um dos pioneiros a representar em nome de uma pretensa Geografia do trabalho um princípio analítico, no entanto, muito mais voltado às atividades de trabalho, ou no limite, uma Geografia do emprego. No entanto, se recorrermos à

¹ Cf. "Populações ativas" (1979), "Sociologia e Geografia" (1969) e "Geografia Econômica" (1968).

estrutura fundante desse raciocínio, chegaríamos a Paul Vidal de La Blache, que atrelou à noção de trabalho o ato transformador capaz de permitir ao homem extrair do meio (*habitat*) as condições e os meios de vida. O trabalho, estreitamente vinculado à órbita das relações econômicas, aqui circunscrito ao sentido de força-de-trabalho, era responsável pelos requerimentos dos modos de existência e que teoricamente esteve na cimeira do conceito de gêneros de vida. De todo modo, poderíamos, ao menos apontar, que enquanto base fundante do discurso, o trabalho na Geografia foi entendido como mediação e não como tema central.

Sempre que o trabalho compareceu nos compêndios, estudos, relatórios de viagens, livros didáticos e toda a produção acadêmica que atravessa o tempo, portanto considerando-se uma plêiade de enfoques, os geógrafos focaram dois aspectos, quase sempre clivados. Em concordância com Moreira (2001), lembrariamos: 1) a relação sociedade – natureza ou homem – meio, portadora de compreensões diversas, a começar pelo perfil, definições e características para cada uma das partes do *todo* e, 2) a dimensão da organização espacial da sociedade. Há uma longa trajetória a ser considerada, desde os primórdios da sistematização da disciplina no final do século XVIII e início do século XIX².

Por ora, podemos inferir que desde priscas eras o trabalho foi entendido de diferentes formas. Como mediador das transformações que o homem promovia na natureza, base, aliás, do recorte positivista que dá liga às Geografias e que sacramentou a dicotomia entre o que viria cimentar o discurso geográfico escolar: paisagem natural, paisagem humanizada³; somente em meados do século XX ganha a cena a formulação primeira natureza e segunda natureza herdada de um debate enraizado nas ciências sociais.

Num momento seguinte, já no pós II Guerra, a Geografia já está toda contaminada pelo projeto burguês, que requeria estudos capazes de sugerirem a racionalização do *ímpeto industrial* (entendido como necessidades humanas ou de toda humanidade), com a utilização racional dos recursos naturais para fazer funcionar o maquinário fabril capitalista que se espalhava para além do território americano, europeu e japonês. Fiel ao expansionismo imperial do capital, portanto a mundialização da mais-valia em monta jamais vista, e todo o complexo de relações contraditórias específicas ao mundo do trabalho, especialmente os impactos sobre o movimento operário, a geografia desse período apenas identificava o processo de trabalho, as ações humanas, *fetichizadas* sob o manto da cegueira do positivismo que tomou conta de toda sua história.

Através do trabalho, então, se realizam as mediações para assegurarem os meios de vida entre duas faces historicamente clivadas (sociedade-natureza). Fonte de inspiração para os demais *corpus* científicos, a Geografia também contaminada pelo positivismo (nas suas diversas fundamentações), se distanciou da refundição do homem com a natureza (MOREIRA, 1987).

² O aprofundamento sobre os autores que na Geografia tiveram peso na formulação e sistematização do arcabouço teórico-metodológico e epistemológico será objeto das nossas atenções para podermos dimensionar com a precisão que o assunto merece, as relações com a temática do trabalho. O ensaio "Território Minado: A Emancipação do Trabalho em Questão", em elaboração, deverá conter as primeiras sensações dessa pesquisa que está sendo viabilizada através do Projeto "Território em Transe...".

³ Na obra seminal "Por uma Geografia Nova", Milton Santos apresenta reflexão de grande fôlego sobre essa questão.

É por dentro desse caminho que os geógrafos edificaram as geografias, que, de todo modo, se preocuparam em entender os liames entre o ambiental e o social, que através dos conceitos de espaço vital, gênero de vida, habitat, paisagem e espaço ganharam notoriedade.

Se pudéssemos puxar uma linha na história, o trabalho na Geografia, invariavelmente, esteve (des)sintonizado da sociedade (enquanto parte do processo social movido pela *fúria* reprodutiva do capital ancorada na extração de mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante), portanto, distante do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do *corpus* natural e visto somente como atividades humanas, já que o homem já estava fora da natureza. Nem lá, nem cá, o trabalho (des)situado geograficamente, o que Moreira (1987) denominou de “homem atópico”, alienado do processo social de produção e obliterado pelo estranhamento - diante das amarras sociais que lhe impedem *viver* a integridade da existência social - consolidaram-se/fragilizaram-se as compreensões que se referenciaram a entendê-lo enquanto objetividade reificada ou um mero fator material de produção.

Herdeiros desse processo nos pega a todos de susto, a renovação que se inicia na Geografia brasileira na viragem dos anos 1980, que nos estimulou a refletir, ao longo de todos esses anos, sobre os limites de ordem teórico-metodológica que nos *impediam* de compreender o trabalho na sua totalidade social, ou seja, considerando o processo dialético que unifica as dimensões ambiental e sócio-espacial, como faces do mesmo conceito.

Com as atenções voltadas, então, para a dialética do processo social, o trabalho sob o enfoque geográfico, é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser* está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem.

Nesse sentido, já em nível superior à protoforma da práxis social, o trabalho é resultado de um pôr teleológico através do qual o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução⁴. O trabalho enquanto fonte primária da articulação entre causalidade e teleologia é um processo entre atividade humana e natureza que se sintetiza na célula do ser social⁵. Ao sabor da formulação presente em Lukács (1979, p.4):

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica.

É nesse processo de auto-realização da humanidade através do trabalho, ao longo dos tempos, que reconhecemos o conteúdo do metabolismo social do capital que faz com que sociedade e natureza e, as mediações que governam essa relação dialética, sejam “lidas” pela Geografia como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual ou a polissemização da classe-que-vive-do-trabalho. (Esse assunto será aprofundado neste texto).

⁴ Cf. Lukács, 1979.

⁵ Carlos Néilson Coutinho e Sérgio Lessa nos oferecem uma rica “leitura” em: ANTUNES, R.; REGO, W. L. (Org.) Ontologia do Ser Social de Lukács. In: COUTINHO, C.N.; LESSA, S. Lukács, a ontologia e a política. São Paulo: Boitempo, 1996.

Assim, ora mais ênfase à relação homem – meio, ora à organização espacial, a tessitura da sociedade vai sendo construída, sendo que o trabalho enquanto ato teleológico redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico. Entendemos que a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações.

Dessa forma, ganha dimensão analítica o conceito de metabolismo societário do trabalho, constructo desse complexo processo de relações que habita o mundo do trabalho, que através das pesquisas nos propomos apreender/interpretar geograficamente.

As Marcas de um *Pretenso Discurso*!

É importante asseverar que internamente à Geografia, a temática do trabalho se restringe a alguns pesquisadores que individualmente e/ou em Grupos de Pesquisas nascentes estão ingressando nesse debate⁶. Isso nos despertou desde o início para a necessidade de fortalecermos vias de comunicação com pesquisadores de outras áreas do conhecimento, particularmente com os sociólogos.

Nossa pequena experiência recobre pouco mais de uma década de atividades⁷, sendo que poderíamos reservar os últimos seis anos como expressivos à dedicação à temática do trabalho, tanto à frente de projetos individuais, quanto na orientação de pesquisas, em nível de Graduação e Pós-Graduação, através do Grupo de Pesquisa, “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT)⁸. Fato é que, no final dos anos 90, estendemos relações com pesquisadores espanhóis⁹, estreitamos interlocução com pesquisadores da UNICAMP¹⁰, da UNESP/Marília¹¹ e da Universidade Estadual de Londrina¹², e hoje essa integração se faz com mais capilaridade no âmbito da pesquisa, do intercâmbio de idéias, etc.

É recorrente lembrar que o CEGeT ao longo dos últimos cinco anos, nos possibilitou realizar a interlocução com os demais pesquisadores sobre a temática do trabalho, especialmente

⁶ Temos conhecimento de três agrupamentos em formação, um em torno do professor Ruy Moreira, junto a UFF; outro junto ao Professor Diamantino Pereira, na PUC/SP; e outro ligado ao Laboratório de Geografia Humana, na USP, associado ao Grupo Krisis, sob a coordenação do professor Heinz Dieter Heidemann.

⁷ Na sequência do trabalho de mestrado, sobretudo a partir da experiência de pesquisa com o doutorado, seguida lado-a-lado pela assessoria sindical.

⁸ O CEGeT está credenciado junto ao CNPq e é hoje composto por 18 pesquisadores envolvidos em investigações de diferentes facetas do mundo do trabalho, sob o foco da “leitura” geográfica. A Revista Pegada nas versões impressa e eletrônica, bem como o site (www.prudente.unesp.br/ceget) se somam às ações conjuntas com o Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi), que desenvolve atividades ao longo do ano e abriga acervo sindical imprescindível para as pesquisas.

⁹ Em abril/maio de 1999 pudemos realizar estágio junto à Universidade de Santiago de Compostela, através do Programa de Cooperação Internacional (PCI).

¹⁰ Sob a orientação do professor Ricardo Antunes, realizamos estágio de pós-doutorado no período de julho de 1999 a agosto de 2000.

¹¹ Sob a coordenação do professor Giovanni Alves, o Núcleo de Estudos da Globalização (NEG) se apresenta como instância de interlocução, base de realização de atividades acadêmicas, trocas de informações e de experiências, e já se anuncia a possibilidade de efetivação de projetos de pesquisas conjuntos.

¹² O Professor Ariovaldo Oliveira dos Santos, do Departamento de Sociologia da UEL também está organizando Grupo de Pesquisa sobre a temática do trabalho com seus alunos da graduação e da Pós-Graduação.

através da I e da II Jornada sobre o Trabalho¹³. Sem contar que tudo isso se liga às atividades que desenvolvemos junto ao Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi)¹⁴.

Em “Por uma Geografia do Trabalho!” pretendemos chegar até o público interessado para fazer valer a vontade de ampliarmos a interlocução, principalmente internamente às fileiras da Geografia e socializarmos os primeiros resultados do Projeto de Pesquisa “Território em Transe”. Não somos candidatos a, pura e simplesmente, protagonizar uma *nova* nomenclatura interna à Geografia, com recorte temático para a questão do trabalho. Nesse nível o *jogo* das vaidades não nos permitiria apreender o conjunto interdeterminado de experimentos que se fundamentam nas transformações presentes ou em curso na dinâmica do modo de produção capitalista e particularmente no trabalho, que sinaliza desdobramentos diferenciados, porém capazes de mesclar distintos processos produtivos; formas diferenciadas de contratação; novas relações interfirmas e estratégias de desverticalização, focalização, etc.; fechamento de unidades produtivas em determinadas regiões e sua transferência para outras; projetos organizativos e de ação política de matizes também distintos e que requalificam e redimensionam a territorialidade da sociedade e da luta de classe.

Não seria, portanto, um mero *jogo* de palavras ou qualquer possibilidade surpreendente de nos apropriarmos da nomenclatura *Geografia do trabalho* que nos sentiríamos autorizados a compreender a complexa trama de relações e a abrangência dos rearranjos produzidos em todos os setores da atividade econômica, mediante o contínuo processo de (re)divisão técnica do trabalho que expressa diferencial, territorial e socialmente, a magnitude da turbulência que está impactando profundamente o mundo do trabalho¹⁵. Antes, pois, esse texto, como já apontamos anteriormente, está limitado às investigações concluídas e em consecução junto ao CEGeT, base aliás das reflexões teóricas, é antes, pois, um exercício que requer de nós, o reconhecimento das limitações para que possamos nos envolver com a superação.

Mais do que isso, assistimos a imposição de *novas* fissuras impressas à fragmentação do trabalho e a decorrente polissemização que espelha as múltiplas clivagens que marcam a classe trabalhadora e o movimento operário na viragem do século XXI, tendo em vista a magnitude do complexo processo de reestruturação produtiva do capital que é alavancado pela busca incessante da competitividade e das vantagens competitivas, num contexto marcado pela mundialização do capital e pela difusão das políticas neoliberais, que contam, no caso brasileiro com o *servilismo* do *staff* estatal e toda a horda conservadora que dá sustentação ao governo FHC.

¹³ A esse respeito em “Condição Pós-moderna”, do geógrafo anglo-americano David Harvey de 1993, temos uma obra referencial. Lembramos também que em outro Ensaio pudemos desenvolver uma linha de reflexão sobre esse assunto. Cf.: Thomaz Jr. 1994.

¹⁴ O CEMOSi também está sob nossa coordenação. Referimo-nos às Exposições Temáticas, Mesas de Debates, etc. Mais detalhes, ver: www.prudente.unesp.br/ceмосi

¹⁵ Nos anos 60 Pierre George propôs uma Geografia do trabalho que se ateve exclusivamente aos cuidados estatísticos do que poderíamos entender como sendo uma Geografia do emprego e as inúmeras atividades de trabalho.

Geografia da Estrutura Societária do Trabalho

É recorrente apontarmos que o processo de reestruturação produtiva do capital provoca um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho e isso remete a profundas alterações no espaço e no território (enquanto categorias de uso interligado), portanto, nas diferentes escalas de análise. Esses referenciais teóricos nos põem na linha de frente para captarmos o movimento através das suas contradições, pelo viés da sua dimensão espacial.

É a partir dos anos 80 que no Brasil se manifestaram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, mas é a partir do início da década seguinte que atingiu nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos, no entanto, guardando traço de semelhança em relação à busca da competitividade do capital e a adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos compatíveis.

Nesse percurso, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as conseqüências para o trabalho, para a classe-que-vive-do-trabalho.

Para as preocupações deste ensaio, destacamos duas, que são, efetivamente, baluartes da barbárie hodierna. De um lado, a precarização, a dilapidação e a (des)efetivação extremadas e sem paralelos da força humana que *vive-do-trabalho*, e por outro lado, a degradação crescente e sem limites que destrói o meio ambiente e conseqüentemente afeta diretamente a relação metabólica entre o homem e a natureza. A vinculação desses elementos à lógica societal ancorada na produção de mercadorias, na extração de mais-valia e, portanto, na valorização do capital, nos remete, então, ao conceito de metabolismo societário do trabalho.

A espacialização da reestruturação produtiva faz-nos apreender o quão emblemática é para a classe-que-vive-do-trabalho a intensificação das transferências de atividades produtivas, a exemplo das fábricas localizadas no ABC paulista, que também nos revelam exemplarmente as mudanças implementadas no seu interior para adequar a participação de fornecedores externos à nova territorialidade da produção/distribuição/circulação/consumo. Sem contar, a adoção da estratégia “relações de clientes”¹⁶ entre setores da fábrica, o que põe em questão os limites da divisão técnica (territorial) do trabalho internamente à planta fabril e conseqüentemente a atuação das comissões de fábrica e por que não dizer, dos sindicatos? Isso atinge estágio ainda mais sofisticado na linha da flexibilização da produção e, por sua vez, das relações de trabalho com a terceirização¹⁷. Sem contar que a deslocalização industrial ou a “descentralização geográfica”¹⁸ reabre o debate sobre a política industrial, tributária e fiscal¹⁹.

¹⁶ Cf. Leite, 1994.

¹⁷ A esse respeito em “Condição Pós-moderna”, do geógrafo anglo-americano David Harvey, temos uma obra referencial. Lembramos também que em outro Ensaio pudemos desenvolver uma linha de reflexão sobre esse assunto. Cf.: Thomaz Jr., 1994.

¹⁸ Essa expressão é encontrada com muita frequência na literatura que trata da (re)localização e distribuição industrial.

¹⁹ Vide as disputas intercapitalistas que estão sendo escudadas pelos burocratas de plantão do *staff* dos governos estaduais e municipais, congressistas e em alguns casos pelos próprios chefes do executivo, que equivocadamente levou a alcinha de Guerra Fiscal.

Essa reorganização espacial do parque fabril, a divisão de instalações industriais em *minifábricas* e os desdobramentos para o que se consumou nos condomínios industriais, consórcio modular, promoveu fantasticamente o processo de produção capitalista, que *pari passu* capturou a subjetividade operária para dar ordem à flexibilização das funções e para a polivalência.

Isso influenciou diretamente na minimização da heterogeneidade tecnológica presente no setor automobilístico, especialmente quando se considera a indústria de autopeças, fazendo avançar as limitações do *toyotismo restrito*²⁰ [Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's) e o *just-in-time/Kanban*], mediante a introdução de inovações de produto e de processo, relacionado com o processo de difusão da microeletrônica²¹, ou seja, viabilização dos sistemas [Computer Aided Design (CAD)/Computer Aided Manufacturing (CAM)/Comando Numérico computadorizado (CNC), Controladores Lógico-Programáveis (CLP), Máquina-Ferramenta a Comando Numérico (MFCNC)], robôs, *just-in-time*, *celularização* da produção, intensificação da terceirização, sistemas de qualidade total com a adoção de Controle Estatístico de Processo (CEP), enfim, tudo referenciado no *toyotismo sistêmico*²² que influenciou sobremaneira na mudança do padrão de gestão do trabalho, através de métodos mais participativos/cooperativos, da revisão das estruturas de cargos e salários, e da valorização dos setores de recursos humanos.

O caráter mais sistêmico da reestruturação produtiva repercute diretamente sobre o trabalho, produzindo, pois, resultados diferentes para o conjunto dos países, mas o estigma de subordinado e dependente enquadra o Brasil numa condição subalterna. Em linhas gerais, poderíamos apontar o seguinte: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, “terceirizado”; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, sub-contratado, *part-time*, etc.; 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas.

A isso se somam os condicionantes que atuam de forma concomitante, que são de um lado, os duros ataques à legislação trabalhista que ameaçam seriamente os direitos adquiridos e que cimentam a pétrea estrutura social que impede a efetivação do ser social em sua amplitude/plenitude ontológica (o estranhamento), e que também influenciam, por outro lado, na ampliação da franja dos excluídos que engordam as fileiras dos ocupantes de terra, dos desempregados estruturais e da horda de trabalhadores e famílias inteiras que perambulam de lugar

²⁰ Cf.: Alves, 2000.

²¹ Em experiência anterior, quando da elaboração da tese de doutorado, pudemos estudar os efeitos desse processo na agroindústria canavieira em São Paulo. Cf.: Thomaz Júnior, 1996.

²² Cf.: Alves, 2000.

a lugar em busca de emprego, colocação, *os errantes do fim do século*²³ da *sociedade flexível e desregulamentada*.

É oportuno destacar que o processo de reestruturação produtiva no Brasil, enunciado nas políticas neoliberais, está de forma crescente, induzindo o crescimento e o alargamento do setor informal que inclui *empregados* e desempregados, diferentemente das atividades autônomas que anteriormente recebiam essa caracterização. Isto é, o setor informal não é mais um simples depositário de força-de-trabalho que atua autonomamente²⁴. Ao contrário, essa autonomia é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal. As atividades informais não são apenas permitidas, mas vêm sendo incentivadas, visto que conduzidas mais de perto pelo capital, podem ser até mais lucrativas que as atividades formais²⁵, tendo em vista os diferentes nexos (integração/subordinação) que mantêm com a expansão e acumulação de capital, uma vez que também liberam os empresários das relações de assalariamento e em decorrência, dos custos sociais fundados no vínculo empregatício.

De todo modo, chama atenção a profunda reformulação que ocorre no âmbito do trabalho. Do trabalho domiciliar (mediante a vigorosa extensão da *reificação* a todos os planos da vida humana, juntando no mesmo espaço de relações exploração e dominação), à camelotagem (dimensão plural da extrema fluidez da garantia da sobrevivência), passando por todas as demais formas de expressão do trabalho informal, percebemos que a informalidade não só se complexificou, mas ampliou sua esfera de abrangência e se encontra vinculada às novas formas de organização da produção.

De um lado, é digna de registro a ofensiva destrutiva do capital tendo à frente o Estado brasileiro nos últimos anos, particularmente no alvorecer do século XXI, em relação aos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores e pelas entidades vinculadas ao movimento operário e sindical, em particular.

As conquistas alcançadas pelos trabalhadores no (limitado) texto constitucional de 1988 estão seriamente abaladas com as iniciativas de desregulamentar aspectos importantes do contrato de trabalho, como o *desnecessário* registro em carteira, em nome do barateamento do custo do trabalho, escudado pela campanha nacional “Custo Brasil”, em nome da garantia de emprego, sendo que a segunda metade da década de 90 foi um dos piores momentos para os trabalhadores brasileiros e para os tais empregos.

Mais recentemente, a palavra de ordem no âmbito dos *corredores democráticos* do Planalto e nos labirintos do Congresso Nacional é “flexibilizar” a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A investida dos setores hegemônicos já garantiu vitória parcial para essa empreitada destrutiva do capital sobre a classe trabalhadora, tendo em vista o aguardo na fila para a segunda votação na Câmara dos Deputados o projeto 5.483, que propõe modificações no artigo 618, que prescreve a

²³ Essa expressão foi tomada de empréstimo da professora Maria Aparecida Moraes Silva, autora do belíssimo livro “Os Errantes do fim do Século”. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

²⁴ Para mais detalhes, Cf.: Malagutti, 2001.

²⁵ É o que estamos constatando mediante pesquisa em curso internamente ao CEGeT, através do projeto de doutorado “a Geografia da Informalidade e da Precarização do Trabalho no oeste Paulista”, sob nossa orientação.

prevalência de acordo *negociado* entre capital e trabalho (as *partes*), em detrimento dos direitos assegurados no código, por exemplo: FGTS; 13^o salário; salário-família; licenças maternidade e paternidade; descanso semanal remunerado; aviso prévio proporcional; adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade; contrato precário de trabalho por tempo indeterminado, etc. Setores da imprensa, os porta-vozes de plantão das classes dominantes e parcelas expressivas do sindicalismo inscritos no *propositivismo*, à imagem e semelhança da Força Sindical, não se cansam em apregoar que as reformas nas leis trabalhistas é o entulho do populismo getulista que precisa ser varrido e são inexoráveis para o *bem de todos* e para a modernização das relações de trabalho no Brasil.

É preciso afirmar que o ataque ao artigo 618 está focado para retirar do texto constitucional as principais conquistas dos trabalhadores durante todo o período que sucedeu 1978, quando o *novo sindicalismo* emerge e repõe na ordem do dia um conjunto de reivindicações dos trabalhadores subsidiadas pelas greves que sacudiram os porões da ditadura e fizeram nascer novas expectativas para a classe-que-vive-do-trabalho. Portanto, a luta do movimento sindical e dos trabalhadores em particular para inserir no texto constitucional nada mais do que títulos de proteção estão na *alça de mira* dos liberais e dos defensores de um *Brasil grande*. *Cenas típicas de barbárie ainda nos assustam!*²⁶.

Por outro lado, talvez o mais importante aspecto do ponto de vista da regulação social, é que quase tudo que até meados dos anos 80 era considerado ilegal, como vínculo de trabalho sem carteira assinada ou sem registro, contrato temporário, instabilidade, jornada com duração variável, ganharam não somente a dimensão da legalidade, mas também da chancela da legitimidade. Sob o crivo das práticas flexíveis se consumam avaliações fundadas no falso argumento de que toda a regressão em relação às conquistas trabalhistas é benéfica, pois um número maior de empregos pode ser garantido.

O duro golpe que o Estado, o Congresso Nacional e os setoriais sociais alinhados com o metabolismo do capital planejam implementar contra a classe-que-vive-do-trabalho, ultrapassa o foco central deste ensaio, o que merecerá nossa atenção em outra oportunidade, mas poderíamos assegurar o quão destrutivas serão para os trabalhadores, e particularmente para o movimento sindical, as reformas em curso na legislação trabalhista, coonestadas às mudanças provindas do processo de trabalho.

Podemos, seguramente, asseverar que na viragem do século XXI, sob a hegemonia financeira, o capital amplia seu arco de efetivação enquanto relação social não mais restrita ao mundo fabril, e nos impõe considerar um espalhamento de realizações da expropriação/dominação/apropriação do trabalho. O mundo do trabalho não se restringe mais à fábrica, tampouco a fábrica é o mundo do trabalho; o trabalho tem seu sentido ampliado, revelando-se polissêmico. Em tempos de globalização outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para serem decifrados²⁷.

²⁶ O recente ensaio “A Dignidade Roubada e a Barbárie: um espectro ronda nossas vidas” de 2002, pudemos discutir mais amplamente alguns elementos que *estranhamente* fazem recrudescer a barbárie social.

²⁷ A farta literatura sobre globalização nos estimula a citar os principais autores que contribuem para enriquecer a compreensão do momento atual e os impactos para o trabalho ou para a classe trabalhadora: Santos (1994), Moreira (2001) e, Alves (2001).

Poderíamos apreender desse processo, como nos indica Moreira (1998), que “cada tempo da história é marcado por uma forma de organização espacial da sociedade”. Conseqüentemente, sob a nova sociabilidade imposta pelo capital, nos dias de hoje, a classe trabalhadora é mais complexa e ampliada que o proletariado industrial (tradicional), dos séculos XIX e XX.

Entender a classe trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, a polissemia do trabalho requer que consideremos como parte integrante: a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; b) aqueles que mesmo se garantindo com certa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários *ou não* dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc.

Enfim, essa definição de classe trabalhadora nos permite compreender a malha social complexa que reflete a característica principal da organização espacial do nosso tempo, ou seja, o conteúdo contraditório da luta de classes e os elementos estruturantes da relação capital-trabalho.

O desvendamento do ordenamento territorial resultante da processualidade social é o que nos permitirá entender o significado dos fenômenos nos lugares. Assim, acreditamos que a concreção de uma geografia do trabalho fundada na compreensão histórica do trabalho e conseqüentemente, na estrutura espacial que o regula, possa nos permitir dialogar com a comunidade interessada (trabalhadores, sindicalistas, pesquisadores, estudantes, etc.), sobre os rumos do mundo do trabalho no âmbito da luta emancipatória.

As Travagens do Processo Social: Características Espaciais do Poder de Classe do Capital

Em estudo anterior²⁸, pudemos investigar em profundidade o exercício do poder do capital sobre o trabalho, a partir do que denominamos de gestão territorial do capital, considerando, pois, o processo de alienação do trabalho como elemento fundante da hegemonia de classe. Assim, a gestão do capital sobre o território pode ser vista como sendo sua própria autogestão territorial, que tem como limite a abrangência da estrutura empresarial, diferentemente do trabalho que se vê e se “lê” na razão fragmentária da divisão técnica do trabalho e por via de conseqüência a partir do formato corporativo delimitado pela CLT e refletido na própria existência dos sindicatos²⁹. A

²⁸ Referimo-nos à tese de doutorado, “Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana” de 1996. Está previsto para o mês de maio de 2002 o lançamento desse trabalho pela Editora Annablume/FAPESP.

²⁹ No ensaio “‘Leitura’ Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes” de 1998, pudemos desenvolver especificamente essas idéias.

configuração territorial (alienada) resultante nos mostra que o trabalhador além de estar alienado do produto do seu trabalho, está também alienado da sua identidade com o semelhante (ser social), não se reconhecendo mais como proletário, mas como bancário, motorista, químico, professor, etc. Por outro lado, o sindicato ao expressar-se territorialmente, aliena-se triplamente, ou seja, fracionado enquanto categoria, delimitado territorialmente com base na determinação legal (municipal) imposta pela CLT e consoante a localização da empresa.

Então, enquanto o capital se vê e se “lê” na abrangência do empreendimento econômico, o trabalho se vê mediante a fragmentação corporativa das especializações e das profissões/atividades, e se “lê”, já no plano da subjetividade através dos filtros do ordenamento territorial que prescrevem os limites da compreensão *operária*. Em síntese, o sindicato, instância coletivo/corporativa do trabalho alienado, expressa-se territorialmente como ordenação territorial resultante do fracionamento do trabalho em categorias, assentado por fora do embate da relação capital x trabalho, quando se limita ao cenário do conflito visto e imposto pelo Estado. A esse respeito, mesmo que lhe sirva de referência a territorialidade das empresas e a elas estejam materialmente ligados, nelas estão alienados, culminando com a corporificação categoria-território. É como se pensássemos que “seu” território (base territorial), só aparentemente é “seu”, pois fracionado corporativamente enquanto representação (alienado no binômio sindicato-território) e enraizado na delimitação do empreendimento capitalista, move-se, portanto, no território do capital - legitimado pelo Estado -, condição e pressuposto para o controle e subordinação do trabalho pelo capital.

Concentrando-nos, por ora, na amplitude e na complexidade da questão do trabalho sob o capitalismo, especialmente com amparo nas recentes pesquisas, podemos admitir que a sociabilidade contemporânea, muito mais fetichizada do que em períodos anteriores reafirma a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias³⁰, ancorada, pois, na vigência do trabalho estranhado.

O estranhamento entendido sob o referencial indicado por Lukács, como sendo “a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção a omnilateralidade humana”, o capital ao mesmo tempo em que pode, munido “pelo avanço tecnológico e informacional, potencializar as capacidades humanas, faz expandir o fenômeno social do estranhamento” (ANTUNES, 1999, p.193). Essa espacialidade é o ponto cardeal para que possamos compreender porque a classe trabalhadora não foi beneficiada desse mesmo desenvolvimento tecnológico para a realização de uma subjetividade cheia de sentido. Depreendemos disso que ao mesmo tempo em que a capacidade humana (intelectual) pode crescer com o desenvolvimento tecnológico, o mesmo não ocorre com os indivíduos, pois como argumenta Lukács, “são sacrificados”.

Nada mais convincente do que os fatos que são registrados nos quatro quadrantes do globo, que impiedosamente amargam os indicadores sociais, tais como: a superexploração do trabalho, as *irreversíveis* e canhestras taxas de desemprego (estrutural), as formas flexibilizadas de contratação, os diferentes arranjos que exprimem a diversidade das expressões da precarização (informalidade, terceirização, *part time*, etc.). Enfim, por trás dessa barbárie são edificadas as

³⁰ Cf. Mészáros, 1999.

barreiras sociais que impedem internamente à estrutura societária do capital, a plena realização de uma vida cheia de sentido e emancipada³¹ para a classe-que-vive-do-trabalho.

Seria o mesmo que dizer que a sociedade contemporânea é movida predominantemente pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias e que o trabalho abstrato cumpre o papel decisivo na criação de valores de troca. Então, quando se fala em crise do trabalho, está se falando da crise do trabalho abstrato. Sabemos, pois, que no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca.

É absolutamente necessário qualificar a afirmação genérica de que há uma crise no trabalho ou crise na sociedade do trabalho. Ou seja, temos que esclarecer se se trata de uma crise da sociedade do trabalho abstrato ou se estamos diante de uma crise do trabalho também em sua dimensão concreta, enquanto elemento fundante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (LUKÁCS, 1977 *apud* PAULO NETTO, 1985).

Como já afirmamos, nesse processo de auto-realização da humanidade, de desenvolvimento do ser consciente em relação ao seu agir instintivo e à natureza, temos o trabalho como referência ontológica fundante da práxis social. Em síntese, ontologicamente *prisioneiro* da sociedade, o trabalho, em todas as suas dimensões é, pois, a base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual, sendo que circunscrito à sua forma concreta, garantiria a realização de uma vida cheia de sentidos, emancipada ò`ra _ ser social que travaÜia.

Diante disso não podemos concordar c_m a tese ãn fim ãn trabalho ou da perda de sua centralidade³², tampouco com o fim da revolução do trabalho. Isso, pois, enquanto perdurar a sociedade capitalista, seria praticamente impossível imaginar a eliminação da classe-que-vive-do-trabalho enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital. Efetivamente, o que se vê não é o fim do trabalho, mas sim a continuação desmedida de sua exploração, sob novas exigências da lei do valor e, portanto, uma nova gestão societal gerida por novos referenciais, impulsionados e sacramentados no interior do processo de reestruturação produtiva do capital, como tratamos anteriormente.

No entanto, é importante ponderar que o debate político, ideológico e científico, partidário, etc., que se instala em torno da centralidade ou não do trabalho, nem de longe poderá ser esgotado nesse momento. Objeto das nossas investigações, todavia, é possível adiantar que o que deve ser considerado é que “a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, *par time*, terceirizado, ...” (ANTUNES, 1999, p.119). Já para Coriat (1996), o aspecto principal nesse debate é que o toyotismo está sendo capaz de responder à regulação social (ameaçada e em crise, sob os moldes taylorista-fordista) e portanto, reaver os patamares de produtividade, incluindo os trabalhadores para o *centro* de um *novo* pacto entre as classes, ou um *novo* compromisso de equilíbrio social. Outros

³¹ Cf. Antunes, 1999, p.193.

³² Os autores que mais se destacam como defensores da tese do descentramento, são dentre outros: Gorz (1986), que exprime sua posição em adeus ao proletariado; Habermas (1992), em “Crítica a Razão Comunicacional”; Offe (1986), que defende a idéia da perda da centralidade do trabalho; Robert Kurz (1993), que polemiza com a idéia do fim do trabalho, mas mantendo posicionamento crítico de grande profundidade à sociedade do capital.

autores, como Antunes (1999), Harvey (1994), Gounet (1999), Alves (2000), mostram que o metabolismo social do capital, visto a partir das formas de organização/controle do trabalho inspiradas no toyotismo e as formas daí combinadas, recolocam em cena novas questões à exploração do trabalho e que estão impactando fortemente as instâncias organizativas e políticas.

Assim, precarizado e complexificado, o mundo do trabalho expõe um cenário polêmico. Vejamos, muito se fala do fim do trabalho, todavia é o emprego que está moribundo, ou seja, com a diminuição do operariado industrial tradicional, temos ao mesmo tempo a desproletarização do trabalho manual, a heterogeneização, a subproletarização do trabalho, ou ainda sob o impacto da flexibilização e dos efeitos das derivações do taylorismo-fordismo para o toyotismo ou formas combinadas, bem como outras formas de organização do processo de trabalho, o que Beynon (1998) denomina de operários hifenizados, que são aqueles que se enquadram em trabalho-parcial, trabalho-precário, trabalho-por-tempo, trabalho-por-hora. Importa afirmar que por conta disso há um aumento da classe-que-vive-do-trabalho em bases intensamente precarizadas.

Isso configura uma *nova* materialidade do trabalho que não exaure na mudança ocupacional, em particular diante das hordas de trabalhadores desempregados, mas atua diretamente na subjetividade do trabalhador, nos seus referenciais culturais, de classe, de gênero, etc.

Como resultado das transformações e metamorfoses que recobrem o mundo do trabalho, sinteticamente referido pela subproletarização e pelo desemprego – especialmente pela pequena distância existente entre ambos – podemos afirmar que os desdobramentos para o universo simbólico dos trabalhadores e particularmente dos desempregados são seriamente afetados. Esse assunto é central, pois, na prática, os trabalhadores desempregados são proletários que vivem a radicalidade da despossessão, no entanto, a fragilidade dessa radicalidade se expressa no fato de que a partir da sua exclusão da ordem do capital, são incapazes de articular um movimento emancipatório para além do capital. Os trabalhadores desempregados afirmam a sociedade do trabalho, mesmo sendo a materialização da negação do trabalho (empregado).

O caráter excludente do capital também tem sinalizado uma tendência *sui-generis*. Ou seja, a própria centralidade do trabalho abstrato produz dialeticamente a não centralidade do trabalho, a partir do momento em que presenciamos o crescente contingente de excluídos do trabalho vivo, que depois de dessocializados com o desemprego, vão ao encontro da ressocialização, “nas esferas isoladas do não-trabalho”, particularmente nas atividades de formação³³, de benevolência, e de serviços, ao encargo, na maioria dos casos, de ONG's, entidades sindicais, entidades de assessoria³⁴ (ANTUNES, 1999).

Isto em nada desloca a centralidade do trabalho sob nenhum argumento em defesa do seu descentramento, tendo em vista que a emancipação que se anuncia nos dias de hoje é efetivamente, um conjunto de ações, ou mais propriamente, uma revolução emancipatória no trabalho, do trabalho e pelo trabalho.

³³ Tivemos a oportunidade de desenvolvermos esse assunto no ensaio “Qualificação do Trabalho”: Adestramento ou Liberdade?”, 2000.

³⁴ Esse assunto será abordado especificamente no ensaio “Território Minado: Trabalho e Emancipação Social”, que se encontra em desenvolvimento.

Assunto distante da Geografia do dia-a-dia, queremos salientar que a emancipação (libertadora) do trabalho passa necessariamente pelo desestranhamento, caminho esse que terá como ponto de partida o trabalho humano, tendo em vista que o estranhamento manifesta-se historicamente, como objetivação e apropriação. Nesse sentido, a classe trabalhadora não somente estará se opondo ao poder do capital, “mas transcende a si mesmo e a este último, na medida em que emancipa o trabalho do seu jugo” (RANIERI, 2001, p.9).

Esse é, na verdade, um empreendimento societal difícil, pois a dessocialização do trabalho na sociedade do capital, a alienação e o estranhamento que consolida as clivagens, e a heterogeneização que marca a classe trabalhadora, é colocada em xeque em detrimento da retomada do princípio do pertencimento de classe.

Geografia do Trabalho: Um Recorte Analítico!

Tomando por base o constructo do edifício societário que vivenciamos, acreditamos que com a complexa trama de relações contraditórias que qualificam o mundo do trabalho nessa viragem do século XXI, mesmo com a fragmentação interna à seara sindical, a heterogeneização e as clivagens corporativas, é possível vislumbrar a emancipação social a partir das diferentes frentes de ações internas ao mundo do trabalho, que representam as novas formas de confrontação social contra o capital (revoltas, rebeliões, explosões sociais, greves, etc.). No caso brasileiro despontamos o universo de luta pela terra, particularmente no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³⁵ e no caso mexicano, o movimento de Chiapas³⁶. Em outras palavras, considerando o universo plural do mundo do trabalho, de forma significativa e expressiva socialmente, esses exemplos nos permitem reconhecer a identidade da classe trabalhadora como segmento social potencialmente mais representativo do sentimento anticapitalista.

No entanto, é importante precisar que são os trabalhadores que vivenciam diferentes estágios da subproletarização (hifenizados, domésticos, terceirizados, subempregados, informais, camponeses com pouca terra, trabalhadores sem terra, etc.), juntamente com os desempregados, enfim, os segmentos mais precarizados e excluídos, portanto, dessocializados pela expulsão do trabalho, são hoje os sujeitos que vergam as ações mais ousadas. Distantes do processo de criação de valores e subjugados da sociabilidade do capital estão muito mais propensos a manterem de pé o sentimento anticapitalista em evidência.

É em torno das ações concretas (ocupações de terras, caminhadas, marchas, ocupações de prédios públicos, etc.) que se expressam os principais momentos da revolta e da resistência da classe trabalhadora diante do metabolismo do capital no momento vigente, apesar de inúmeros fatos acontecerem, mas a imprensa não noticiar, dado o nível de comprometimento com o *status quo*. Muito mais à frente dos partidos políticos e das centrais que um dia brandiram qualquer interesse ou vínculo com a classe trabalhadora, o MST e também outros movimentos sociais, como o

³⁵ Sobre as ações específicas e a trajetória do MST, Cf.: Fernandes, 2000.

³⁶ Cf. Navarro, 1997.

MAB (Movimentos dos Trabalhadores Atingidos por Barragens), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), representam hoje frações significativas da *vanguarda* da classe-que-vive-do-trabalho, prova é a programação do II Fórum Social Mundial, recentemente realizado em Porto Alegre, e as idéias defendidas pela Via Campesina³⁷.

Contrariamente, os segmentos da classe trabalhadora mais qualificados e intelectualizados que estão inseridos nos setores mais tecnologizados e com maior participação no processo de criação de valor, não apresentam o mesmo poder de resistência anticapitalista. Como nos diz Antunes (1999, p. 217): “Contraditoriamente, são esses setores mais qualificados os que sofrem de modo mais intenso o processo de manipulação no interior do espaço produtivo e de trabalho”. O fato de experienciarem maior envolvimento e subordinação à dinâmica (re)produtiva do capital, não se traduz, do ponto de vista da consciência de classe, em ações emancipatórias. O grau de manipulação e dominação em execução com as mudanças incutidas na organização do processo de trabalho, através do toyotismo e suas gradações (fundamentalmente através da apropriação do saber operário pelo capital)³⁸, e mesmo outras formas de gestão do trabalho, apelam para a participação do trabalhador como parceiro em defesa da empresa.

A ameaça constante da substituição de trabalho vivo por trabalho morto tem promovido profundas fissuras na subjetividade operária, com reflexos para a organização sindical em todos os níveis da estrutura corporativa: dos sindicatos às confederações, e também em nível das centrais. A veracidade do desemprego, diga-se, arma secular do capital para o efetivo exercício do controle e da dominação sobre o trabalho, agora se expressa de forma mais agressiva e ampla, sendo um dos principais instrumentos da regulação capital-trabalho em poder do capital, sendo que em vários casos com o beneplácito do Estado. Em alguns casos a defesa do emprego a qualquer custo e todos os desdobramentos do processo em questão, tem redefinido profundamente a luta do trabalho no âmbito sindical. A título de exemplo, poderíamos recorrer à recente crise que abateu diretamente a Volkswagen (São Bernardo do Campo), no segundo semestre de 2001, que contou com a participação do Sindicato dos Metalúrgicos, portador do estilo propositivo³⁹ e conciliador, aliás, perfil que está equalizando de forma geral o universo sindical, tendo à frente os sindicatos cutistas e os demais vinculados à Força Sindical e às duas CGT's. Certamente, estamos diante de um processo histórico que contradiz de forma radical o período do ressurgimento do movimento sindical e operário no Brasil, no início dos anos 80. O amálgama de posições conciliadoras hegemônicas a sociabilidade presente no universo sindical brasileiro, repercutindo no cenário eleitoral de agora, plasmando interesses outrora *radicalmente* divergentes, mas com sintonia fina na busca do resultado do pleito. É o que se assiste diante das alianças que se processam entre o Partido dos Trabalhadores e os demais partidos conservadores e liberais, e por via de consequência, entre a CUT e a Força Sindical.

Todos esses fatos nos indicam não ser compatível com o tamanho dos desafios que se colocam ao mundo do trabalho ou particularmente à classe trabalhadora, que não observemos os diferentes elementos e perfis dos segmentos da classe-que-vive-do-trabalho. Isto é, as características espaciais desse processo que revela um *novo* universo das confrontações contra a lógica destrutiva

³⁷ Cf. VIA Campesina, s.n.t.

³⁸ Sobre essa questão Cf.: Antunes (1995,1999) e Alves (2000).

³⁹ Cf.: Santos, 2001.

do capital, e particularmente a tradução disso em ações concretas e os conteúdos tático-estratégicos específicos, é o que vai nos permitir entender a dinâmica territorial da relação capital-trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes. Em outras palavras, as formas específicas em que a sociedade se organiza nos lugares, portanto, o conteúdo de cada expressão social que mescla elementos e fatores do mundo do trabalho é o que nos vai permitir compreender o universo das contradições imanentes à sociabilidade contemporânea.

Para ilustrar, poderíamos pensar em alguns dos principais aspectos mais freqüentes:

a) trama de relações que fundamentam as vias de comunicação entre as diferentes faces da subproletarização e a conseqüente desterritorialização dos trabalhadores nos centros urbanos; b) a subproletarização e a luta pela terra nos centros urbanos, mas fundamentalmente no campo pela abrangência e expressividade política, social e territorial; c) o processo de desterração que redefine os deslocamentos da classe trabalhadora pelo território (intra e interurbano, intra e inter-campo e campo-cidade); d) a magnitude e o conteúdo do processo que tem na heterogeneização do trabalho seu componente principal, particularmente com a crescente incursão da mulher no mercado de trabalho (e todas as implicações sobre o gênero humano), de forma especial sob relações absolutamente precarizadas, que têm no trabalho domiciliar⁴⁰ ancoradouro seguro para a extinção de setores inteiros das unidades produtivas, no caso das indústrias de confecção, do vestuário, alimentícias, etc.

Essa *nova* geografia do trabalho nos põe atentos às investigações e ao debate teórico.

Marcos e Marcas de um *novo* Discurso

A tentativa de dar respostas a perguntas que se apresentam no âmbito do trabalho nos remete a um esforço de compreensão teórico-prático com vistas à realização dos cruzamentos internos à tríade metodologia, epistemologia e ontologia, para efetivarmos uma “leitura” geográfica do trabalho. As dimensões desses cruzamentos e os requerimentos específicos que cada assunto demanda, nos colocarão atentos para as mediações necessárias para a concreção da análise geográfica do trabalho.

Nesse sentido, o que nos propomos focar está circunscrito à pluralidade de combinações e contradições fundadas na sociedade do capital. As bases societárias que das diferentes combinações emanam, revelam por dentro da dinâmica do processo social, o mundo do trabalho, portador de complexas relações com características espaciais e expressões territoriais que nada mais são do que os marcos do tempo-espço da relação capital-trabalho e as derivações e desdobramentos daí decorrentes, ou seja, o metabolismo societário do trabalho.

Sob os diferentes arranjos do metabolismo societário temos, então, os formatos que a sociedade expressa territorial e espacialmente. Os conseqüentes significados que desses cenários

⁴⁰ A esse respeito em “Trabalhar em casa”, de Marta Tathy Oliveira, temos um belíssimo trabalho que nos permite compreender com precisão o universo do trabalho domiciliar, a partir de diversos exemplos.

extraímos, que recortamos para estudar (analisar geograficamente), expressam consoante à especificidade dos lugares, a magnitude e o conteúdo da trama de relações combinadas e contraditórias que enquanto (des)naturalização, (des)terreação e (des)territorialização⁴¹, nada mais são do que o movimento plural de edificação do mundo do trabalho e o seu devir ontológico. Em termos metodológicos seria o mesmo que focarmos o fenômeno do trabalho no sentido da dinâmica geográfica, e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, num vai-e-vem dialético que nos permitiria apreender o conteúdo e o significado espacial e territorial do metabolismo societário da sociedade do capital, sendo, pois, o espaço, estrutura, a categoria abarcante que referencia o uso interligado com o território, recorte de domínio ou dimensão locacional do domínio. Seria o mesmo que dizermos que o território deve ser visto no âmbito do espaço, e o espaço como instância na qual vai se mover o ato analítico do território (MOREIRA, 2001c).

Disso podemos entender que a face espacial do trabalho tem no processo social sua significação primeira. Dados os limites deste texto, a título de exemplo, poderíamos assumir que a base constituinte da classe operária (trabalhadores vendedores da força-de-trabalho), está a (des)terreação do campesinato. As consequências espaciais desse processo, (que coincide com a acumulação primitiva de capital), da proletarianização à formação do exército industrial de reserva, base fundante do universo operário-fabril, também ganham as outras esferas do mundo da produção de forma geral.

Encimado no cenário mercantil, por excelência fundado na produção/extração de mais valia, o capital tece dialeticamente seu mundo (re)construindo relações de subordinação, de controle e de mando, que fundamenta a relação capital-trabalho. É no interior desse mundo, no plano luta de classes que nos propomos entender a (des)territorialização dos atores sociais envolvidos. Depois de ultrapassada a fase concorrencial da era imperialista, o capitalismo monopolista constrói um universo de relações que desde o início do século XX edifica o deslocamento constante dos trabalhadores de um lugar a outro, num vai-e-vem sem fim. Esse processo sempre foi acompanhado da resistência do trabalho, ora dos camponeses para não saírem da terra, ora dos já proletarianizados trabalhadores, para não perderem o emprego, vide a rica história do movimento operário e camponês nos quatro cantos do planeta.

Ao recorrermos ao caso brasileiro, notamos que se num dado momento a desterração significou a expulsão de milhões de camponeses e índios da terra rumo aos centros urbanos, em momento recente a desterritorialização dos trabalhadores proletarianizados em geral, mas, sobretudo, urbanos, que expressa a cisão do vínculo empregatício ou perda do emprego, move parte desses trabalhadores ao retorno à terra⁴², sendo, pois, a fração majoritária vagueia de lugar a lugar em busca de novas colocações, sendo que para garantir seu sustento se enquadram em diferentes atividades urbanas, que exprimem formas assalariadas, semi-assalariadas, autônomas, mas todas reunidas no quadro da precarização do trabalho⁴³.

Esse contínuo e conflituoso processo de (re)territorialização do trabalho também apresenta faces específicas em relação ao retorno a terra, ou ainda, a permanência na terra, mas não

⁴¹ Cf. Moreira, 2000.

⁴² Esse assunto foi por nós abordado em "Desenho societal dos sem terra no Brasil", 2000.

⁴³ Essa questão pudemos desenvolver em "Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade!", 2001.

mais como proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, mas como assalariado, assentado, ocupante, etc.

Vimos que a face espacial e o conteúdo territorial da inserção do trabalho no processo social capitalista só podem ser entendidos se levarmos em consideração as contradições imanentes e termos na totalidade o referencial para o empreendimento analítico. Seria o mesmo que dizermos que os recortes estanques que ora correspondem às especializações, ora se confundem com subáreas, ou até disciplinas, podem nos impossibilitar compreender a dialética do processo social⁴⁴.

Assim, se focarmos a realidade brasileira, com as atenções voltadas para explicarmos determinadas características do mundo agrário, seja o processo de luta pela terra, através das ocupações e dos enfrentamentos com os latifundiários e com o Estado; seja a *mudança* tácita do Estado e de setores da intelectualidade *orgânica* que apostam na *necessária* mudança de foco da questão agrária para o desenvolvimento rural⁴⁵ (e todas as implicações sociais, políticas e espaciais de correntes); as formas de organização dos camponeses, se através da instância sindical ou dos movimentos sociais populares, bem como as formas específicas utilizadas para a viabilização dos assentamentos e da produção, via inserção mercadológica; a inserção do trabalho assalariado na agricultura ou particularmente nas atividades agroindustriais tecnificadas e as formas de organização dos trabalhadores (associações, sindicatos, cooperativas de trabalho); a expulsão, a desterração das comunidades indígenas e a sua (des)integração social através dos diferentes mecanismos, ao circuito da produção mercantil; enfim todas as derivações e combinações desse cenário, não podemos dissociá-las do metabolismo societário (destrutivo) do capital⁴⁶.

Da mesma forma, quando estamos com as atenções voltadas para o mundo urbano, quando se põem em cena situações diferenciadas em relação à inserção do trabalho e suas decorrentes territorialidades: desde as formas clássicas do trabalho assalariado, passando para o expressivo contingente de proletários que não podem mais ser entendidos como assalariados *tradicionais* porque são diaristas ou ganham por produção, por metas, etc.; as formas vigentes do trabalho informal e suas diferentes faces (domiciliar, camelotagem, etc.); as cooperativas de trabalho; o deslocamento constante dos trabalhadores sem-teto e a luta por moradia, não obstante o distanciamento da “leitura” entre o momento da produção e da reprodução da força de trabalho, o que repercute na fragmentação organizativa da classe trabalhadora para reivindicar moradia e salário como coisas distintas e incomunicáveis; o realce do componente gênero⁴⁷, particularmente com o ingresso crescente de mulheres no mercado de trabalho, cada vez mais flexibilizado e precarizado; a configuração do mercado de trabalho dual, de um lado composto por esses segmentos precarizados e por outro, com os setores que ganham a dimensão de altamente especializados, etc.

⁴⁴ Tivemos a oportunidade de tratar esse assunto de forma especial no ensaio “A Geografia, os Geógrafos e as Fronteiras Disciplinares. Os Desafios para a compreensão das transformações do Mundo do Trabalho na Virada do Milênio”, 1999.

⁴⁵ Essa questão foi abordada especificamente por Gómez (2002), em sua dissertação de mestrado recentemente defendida e por nós orientada.

⁴⁶ Cf. Bihr, 1998.

⁴⁷ Encontra-se em consecução três projetos de pesquisa que se voltam à questão de gênero, sob nossa orientação, sendo que as atenções recaem para o cenário sindical, como também para o âmbito da luta pela terra, através dos Coletivos de Gênero e Comissões de Mulheres.

Enfim, nos sentiríamos impossibilitados para entender o conteúdo e a característica espacial do mundo do trabalho sem que considerássemos as contradições da processualidade social que marcam, fundamentalmente, o intercambiamento e as determinações em todos os níveis escalares da dimensão do trabalho, entre o urbano e o agrário, o material e o imaterial, o produtivo e o improdutivo, o formal e o informal, etc. Ou seja, há uma complexa trama de relações que imprime certa plasticidade à nova sociabilidade expressa na dinâmica da sociedade, a espacialidade. Para tanto, o trabalho nas mais diferentes inserções e formas de exercitação ontológica não pode mais ser entendido em si, deslocado das ligações e relações societárias e das mediações sociais que proclamam seu redefinir constante.

Então, como desconsiderar para a explicação dos conflitos sociais em torno da luta pela terra no Brasil os elementos condicionantes do edifício social como um todo? ⁴⁸ Tornam-se ineficientes e inconsistentes as explicações que nesses casos se circunscrevem à concentração fundiária, à truculência dos latifundiários, etc., e não levam em consideração a estrutura societal como um todo, a dinâmica das classes sociais, o conteúdo e o significado da luta de classe, o grau de organização do movimento operário, enfim, as fissuras e clivagens presentes no mundo do trabalho, a polissemização, etc., sob a matriz, por muitos de nós defendida, como *síntese de múltiplas determinações*.

Não apostar nisso nos distanciaria de uma possível compreensão da *realidade viva* do mundo do trabalho e de qualquer possibilidade de *enxergarmos* as alternativas e possibilidades de unificação orgânica internamente à classe-que-vive-do-trabalho, com vistas à sua emancipação social.

A Geografia pode contribuir sobremaneira para o desvendamento das manifestações territoriais do processo social, possibilitando-nos o entendimento das transformações no mundo do trabalho a partir dos rearranjos espaciais que dão formas e contornos e se fundamentam sobre conteúdos sociais diversos, ou seja, enquanto processo histórico de construção e transformação, que por sua vez, substantiva-se em ordenamento territorial diferencial. Isso nos permite concordar com Santos (1994), quando assevera que “uma sociedade só existe se ela existe geograficamente”.

A Geografia do trabalho se põe em cena, assim como as demais disciplinas ou ramos do conhecimento científico, para responder as perguntas em relação à realidade, sabendo-se, pois, que a temática do trabalho, assim como a sociedade de maneira geral não é exclusiva ou restrita a nenhuma delas. Inicialmente focado na dimensão do território, recorte de domínio do espaço, é possível reconhecermos por dentro da dinâmica da sociedade, as diversas faces e interfaces do mundo do trabalho. Em outros termos, intentamos, num só movimento, a partir da ordenação territorial do fenômeno, movimentar-nos tanto do ponto de vista da escala territorial (e as generalizações daí decorrentes), quanto da escala categorial, isto é, do que entendemos ser o “jogo” das determinações.

Todavia, somente através das pesquisas será possível apreendermos as especificidades da dinâmica do trabalho nos diferentes lugares e conseqüentemente, quais os significados da subjetividade que (re)definem ações, posturas, alianças políticas, pactos e projeto de

⁴⁸ Esse assunto desenvolvemos no ensaio “Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil”, 2001.

sociedade dos trabalhadores, particularmente do movimento operário e dos movimentos sociais de maneira geral. As dificuldades para a compreensão das travagens que impossibilitam a “leitura” do mundo do trabalho para além do capital, é o que nos motiva a dar seqüência às investigações do metabolismo societário do trabalho, ou seja, às complexas e múltiplas determinações presentes no mundo do trabalho.

Este ensaio nos permitiu reafirmar que a Geografia do trabalho vem para somar-se aos demais que entendem ser possível, através do conhecimento científico, contribuir para a compreensão da sociedade do capital compromissada com a construção de uma nova sociabilidade do trabalho para além do capital⁴⁹. Desnecessário seria reinventar o intelectual orgânico!

⁴⁹ Cf. Thomaz Junior., 2000.

Referências

- ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. A centralidade do trabalho hoje. In: _____. **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 91-100.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R.; RÊGO, W. L. (Org.). **Lukács, um Galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.
- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 9-3.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CARVALHAL, M. D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP: elementos para uma "leitura" geográfica**. 165 f. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FREDERICO, C. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.
- GEORGE, P. O trabalho. In: _____. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- GEORGE, P. **Populações ativas**. São Paulo: Difel, 1979.
- GOMES, J. R. M. **"Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial, do Estado e do controle social do capital"**. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2002.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GORZ, A. **Misérias del presente, riqueza de lo possible**. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1992.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, D. **Spaces of hopes**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 2000.
- IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: São Paulo, 1993.

LESSA, S. **Trabalho e ser social**. Maceió: Edufal, 1997.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. (Temas de Ciências Humanas).

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: o trabalho**. Campinas: [s.n.], [1995] (Mimeografado.)

LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MACILROY, J. **Os sindicatos e o estado: do corporativismo ao neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MALAGUTTI, M. **Crítica à razão informal**. São Paulo: Boitempo, 2001.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de o capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.85-169.

MÉZÁROS, I. O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n.2, p.129-139, 1996.

MÉZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. 2.ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉZÁROS, I. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: _____. **Ensaio Ad Hominem 1**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999. p. 83-124.

MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MOREIRA, R. **Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho**. São Paulo: UNITRABALHO, 1998.

MOREIRA, R. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? In: JORNADA SOBRE O TRABALHO, 2., 2001. Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: CEGeT, 2001c.

NAVARRO, L. H. Entre a memória y el olvido: guerrilhas, movimiento indígena y reformas legales en la hora del EZLN. **Chiapas**, Cidade do México, n.4, p.35-54, 1997.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? **Trabalho & Sociedade**, Rio de Janeiro, v.1, p.13-42, 1989.

PAULO NETTO, J. P. **Lukács**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PEREIRA, D. A. C. **Espacialidade da produção e do trabalho industrial: uma geografia da Ford**

Motor Company na escala do Brasil e do mundo. 2001. 113f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RANIERI, J. **A câmara escura**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANCHEZ, J. E. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma nova globalização**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOJA, E. **Thirdspace**. Los Angeles: Blackwell, 1999.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, N. **Geography, difference and the politics of scale: postmodernism and the social science**. Londres: [s.n.], 1992.

SOUZA, S. M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. O discurso jornalístico e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra: o fato e a interpretação. **Revista Geográfica**, Bauru, n. 22, pp. 24-31, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. A terceirização no contrapasso da ação sindical: o pulo do gato dos anos 90. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.16, p. 168-186, 1994.

THOMAZ JÚNIOR, A. Leitura geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, p.31-42, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESAROLLO EN IBÉROAMERICANA, 1., 1999, Santiago de Compostela. **Actas...** Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, n.16, p. 15-21, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho social dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. A dignidade roubada e a barbárie: um espectro ronda nossas vidas. *Revista Espaço Aberto*. Maringá, ano 1, n.11, abr.,2002b. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm>> Acesso em: 20 de outubro de 2002.

VIA CAMPESINA, Linhas Políticas, s.n.i.

O TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDANTE PARA A COMPREENSÃO DO CAMPO NO BRASIL*

A você Ari

*Amigo e incansável incentivador para
fazer avançar as pesquisas em Geografia e a
construção de um mundo liberto da destruição do capital*

Antonio Thomaz Júnior

Para entendermos o campo e o conjunto das relações que se expressam materialmente nas diferentes formas de arrumação e de estruturação, temos na categoria trabalho, a porta de entrada para o exercício da “leitura” geográfica. Mas também, por esse caminho temos nos esforçado para entendermos as mediações existentes que requalificam em importância e magnitude os vínculos com a dimensão subjetiva do trabalho e, portanto, a complexa trama de relações que reconfiguram a Geografia do trabalho, ou suas formas concretas de arrumação/organização. Ainda mais, quando consideramos a riqueza da dialética da luta de classe, que nos permite entender as diferentes faces da relação capital e trabalho e, particularmente, as ações dos movimentos sociais, sobretudo aqueles comprometidos com a emancipação social da classe trabalhadora. Os exercícios teóricos e as ações de pesquisa voltados à temática do trabalho estão sendo construídos ao longo de uma trajetória que se fortalece nos últimos anos, sendo, pois, elemento central das investigações internamente ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), sendo que também podemos contar com a rica contribuição dos nossos interlocutores no Brasil¹ e no exterior², bem como reconhecemos a necessidade de contarmos com as contribuições de pesquisadores das demais áreas do conhecimento para darmos conta de compreendermos algumas particularidades do trabalho³.

Sabendo, pois, que o trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade/espço, nos cabe refletir os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe apreender a dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica, pois tanto a necessidade de refazermos os caminhos da interlocução com as demais áreas do conhecimento científico, quanto com outras formas de conhecimento, são a base de uma reflexão profunda e necessária que nos propomos apontar nesse ensaio.

* Esse texto é produto das reflexões parciais possibilitadas pela consecução do Projeto de Pesquisa “Território em Transe: Metabolismo Societário do Capital e as Mutações no Mundo do Trabalho”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na alínea Produtividade em Pesquisa (PQ), (2001 a 2003). A oportunidade de tê-lo apresentado no XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, em dezembro de 2002, nos possibilitou ampliar ainda mais as linhas de interlocução com outros pesquisadores e, conseqüentemente, aprimorarmos nossas reflexões teóricas, base primordial para futuras investigações que pretendemos desenvolver também no exterior.

¹ Dentre esses, destacamos os professores Ricardo Antunes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Giovanni Alves, Ariovaldo Santos, Bernardo Mançano Fernandes; Ruy Moreira, João Edmilson Fabrini; Manoel Calaça; Edvaldo César Moretti, Diamantino Pereira, Douglas Santos, José Jorge Gebara, Cátia Antonia da Silva, José Juliano de Carvalho Filho, etc.

² É necessário lembrar os professores Rubén Loiz Gonzáles, Joan-Eugeni Sanchez, Horácio Capel (Espanha), João Ferrão (Portugal) e, mais recentemente, Neil Smith (EUA).

³ Tivemos a oportunidade de tratarmos dessa questão no texto “O Mundo do Trabalho e as Transformações Territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica”, a ser publicado na Revista Geografia, AGB/Bauru, fevereiro de 2003.

Parece-nos que se faz necessário elegermos o metabolismo societário do capital como referência para entendermos as possíveis ligações existentes entre as fragmentações detectadas no nível do conhecimento científico, com as fragmentações presentes no tecido social, particularmente no mundo do trabalho e os efeitos imediatos para a classe-que-vive-do-trabalho, tendo em vista as travagens imperantes no universo relacional sob o controle do capital, particularmente diante dessa nova maneira de fazer as coisas, pautada na produção *flexível* e suas derivações e combinações.

As mudanças nas formas de organização do processo de trabalho são o nosso foco de preocupações, ou seja, (do taylorismo-fordismo ao toyotismo restrito/sistêmico e/ou outras combinações), que se expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador e em outras tantas formas precarizadas, bem como a desposseção. No entanto, a cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho e todos os sentidos assumidos pela polissemização – promovem profundos rearranjos territoriais e conseqüentemente, redefinições locacionais do domínio espacial, e mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, refletindo diretamente na crise porque passa os movimentos sociais populares em geral e, em particular, o sindical e operário.

Em Condição Pós-Moderna, Harvey (1994, p. 212), nos alerta para as relações entre as inovações *tecnológicas* (passadas e recentes) e a remoção de *barreiras espaciais*, quando pondera que “têm tido imensa significação na história do capitalismo, transformando-a numa questão geográfica – as estradas de ferro e o telégrafo, o automóvel, o rádio e o telefone, o avião a jato e a televisão, e a recente revolução das telecomunicações...”

O que nos têm revelado as pesquisas⁴, principalmente no âmbito das ciências humanas e sociais, a cargo, sobretudo, dos sociólogos, historiadores e economistas, é que há um conjunto de relações e de mediações específicas ao mundo do trabalho - redefinidos pela reestruturação produtiva do capital - que nos permitem compreender a magnitude e a escala do processo de dominação do capital. Reconhecendo sua vinculação direta à busca constante da elevação dos índices de produtividade e dos melhores resultados econômicos, percebe-se o imbricamento disso com os procedimentos destinados ao exercício sempre refeito da gestão e do controle do trabalho em todas as instâncias da vida da classe trabalhadora.

Os desdobramentos espaciais e territoriais ocasionados pelo complexo da reestruturação produtiva do capital, tendo em vista o novo choque de competitividade imposto pelas transformações neoliberais a partir do final da década de 1980, rebateu sobre o mundo do trabalho, em todas as suas expressões, ou especificamente para a classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade, especialmente para os diversos sentidos que o trabalho assume na viragem do século XXI, sendo, pois, o que nos ocupa nesse texto.

As mudanças tecnológicas, as inovações de processo e as formas de gestão e controle do trabalho compatíveis promoveram uma *nova* divisão social-técnica-territorial do trabalho,

⁴ Referimo-nos ao Projeto de Pesquisa “Território em Transe: Metabolismo Societário do Capital e as Mutações no Mundo do Trabalho”, financiado pelo CNPq (PQ), em consecução desde março de 2001.

fundada em novas relações de poder entre capital e trabalho, ou seja, um outro tempo-espaço com impactos profundos na luta de classe.

É no interior, pois, da luta de classes que entendemos a (des)territorialização dos atores sociais envolvidos nesse processo, que na rabeira da expansão do parque fabril à escala planetária, anuncia uma fase específica do capitalismo, que desde o início do século XX direcionou a migração constante dos trabalhadores de um lugar a outro.

Ao recorrermos ao caso brasileiro, notamos que se num dado momento a desterração significou a expulsão de milhões de camponeses e índios da terra rumo aos centros urbanos, em momento recente a desterritorialização dos trabalhadores proletarizados em geral, mas, sobretudo, urbanos, que expressa a cisão do vínculo empregatício ou perda do emprego, move parte desses trabalhadores ao retorno a terra⁵, sendo, pois, a fração majoritária vagueia de lugar a lugar em busca de novas colocações⁶. Assim, entendemos o desenho societal dos sem terra no Brasil, como recurso para se entender a complexa trama de relações que envolve uma gama de trabalhadores e de movimentos sociais que se dedicam à luta pelo acesso à terra, à resistência na terra e pela reforma agrária, e que evidenciam através da dinâmica territorial do processo social em pauta, a peculiaridade de encontrarem-se atomizados e fragmentados por diversas entidades e lugares/regiões.

Esse contínuo e conflituoso processo de (re)territorialização do trabalho também apresenta faces específicas em relação ao retorno a terra, ou ainda, a permanência na terra, mas não mais como proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, mas como assalariado, assentado, ocupante, etc.

É possível identificar que ao contingente expressivo de trabalhadores excluídos do campo se juntam, crescentemente, os trabalhadores urbanos proletarizados e semi-proletarizados, (inseridos na informalidade, majoritariamente), para terem acesso à terra, como forma de busca da dignidade e do direito ao trabalho perdidos. É nesse eixo que se enraiza e se explicita o conflito social ou a centralidade das confrontações no plano econômico e também político-ideológico da luta de classes.

Assim, com as atenções voltadas para explicarmos as transformações sociais e territoriais do mundo agrário, sugerimos refletir alguns aspectos: 1) o processo de luta pela terra, através das ocupações e dos enfrentamentos com os latifundiários e com o Estado; 2) a *mudança* de posicionamento do capital, do Estado e de setores da intelectualidade *orgânica* que apostam no desenvolvimento rural⁷; as diferentes formas de organização dos trabalhadores camponeses; 4) a diminuição quantitativa do trabalho assalariado na agricultura ou particularmente nas atividades agroindustriais mais tecnificadas, e os impactos nas formas de organização dos trabalhadores (associações, sindicatos, cooperativas); 5) o descaso histórico com as comunidades indígenas, que continuam sendo desterritorializadas.

⁵ Esse assunto foi por nós abordado em "Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil" de 2001.

⁶ Desenvolvemos essa questão em "Qualificação do Trabalho: adestramento ou liberdade!" de 2000; sendo, pois, esse um dos perfis do trabalho que estamos investigando através do Projeto de Pesquisa "Território em Transe..."

⁷ Essa questão foi abordada especificamente por Montenegro Gómez, 2002, em sua dissertação de mestrado recentemente defendida e por nós orientada.

Da mesma forma, quando estamos com as atenções voltadas para o mundo urbano, quando se põem em cena situações diferenciadas em relação à inserção do trabalho e suas decorrentes territorialidades.

É importante notar que esse processo de reterritorialização do trabalho explicita aspectos específicos em relação ao retorno a terra, como também da permanência na terra, todavia não mais como proprietário, arrendatário, parceiro, mas sim como assalariado, assentado, etc.

Vimos que a face espacial e o conteúdo territorial da inserção do trabalho no processo social capitalista só podem ser entendidos se levarmos em consideração as contradições imanentes e termos na totalidade o referencial para o empreendimento analítico. Seria o mesmo que dizermos que os recortes estanques que ora correspondem às especializações, ora se confundem com subáreas, ou até disciplinas, podem nos impossibilitar compreender a dialética do processo social.

Enfim, nos sentiríamos impossibilitados para entendermos o conteúdo e a característica espacial do mundo do trabalho sem que considerássemos as contradições da processualidade social que marcam as transformações territoriais, fundamentalmente, o intercambiamento e as determinações em todos os níveis escalares da dimensão do trabalho, entre o urbano e o agrário, entre o material e o imaterial, entre o produtivo e o improdutivo, entre formal e o informal, etc. Ou seja, há uma complexa trama de relações que imprime certa plasticidade à nova sociabilidade expressa na dinâmica da sociedade, a espacialidade. Para tanto, o trabalho nas mais diferentes inserções e formas de exercitação ontológica não pode mais ser entendido em si, deslocado das ligações e relações societárias e das mediações sociais que proclamam seu redefinir constante.

Os resultados obtidos com as pesquisas em vigência⁸, pensamos poder apontar algumas pistas para repensarmos o quadro social (plural) atual do trabalho e os efeitos sobre as instâncias organizativas dos trabalhadores, assunto, aliás, objeto das nossas investigações. Isso nos estimula a formular que a classe trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva requer que a consideremos como setores integrantes: a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da venda da sua força de trabalho; b) aqueles que se garantem com relativa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores não proprietários dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho domiciliar urbano e familiar na agricultura, e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses deterritorializados e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, sob diferentes modalidades de subproletarização (temporário, *part time*, etc.), da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc.

Na literatura que investigamos e que mais nos aproximamos teoricamente (ANTUNES, 1999; 2002; IASI, 2002; ALVES, 2000), não há sustentação para a presença dos trabalhadores sem terra ou pequenos camponeses no arco da definição de classe trabalhadora. Nossa insistência deve-

⁸ Nos reportamos ao Projeto de Pesquisa "Território em Transe: metabolismo societário do capital e os desdobramentos para o trabalho", financiado pelo CNPq, na alínea PQ.

se por avaliarmos que há um significado político e histórico em nossa avaliação que em nada atropela teoricamente a formulação desses autores, ao contrário complementa e adiciona alguns elementos que esperamos ser, agregadores de *novos* sentidos com vistas a recolocar em debate a identidade de classe, a unificação orgânica do trabalho, pra além da fragmentação cidade-campo, e portanto, sugerir a imprescindibilidade do debate de um tema tão distante dos eventos na área das ciências humanas e sociais, particularmente da Geografia.

No entanto, o que ainda não foi compreendido desse processo, na mesma proporção, é o conteúdo e a dinâmica dos rearranjos espaciais e territoriais do metabolismo do capital. Entendemos que através da operação das categorias de base da Geografia (lugar, paisagem, território e espaço), poderemos apreender as faces da estrutura espacial e os seus recortes territoriais, enquanto materialidade locacional do domínio espacial do fenômeno, vistos, pois, a partir de dois momentos articulados, o da dimensão metabólica do trabalho em relação à natureza, e a dimensão da regulação sócio-espacial. É desse movimento dialético e das mediações teóricas requeridas, que faremos do trabalho um tema permanente para a Geografia.

O silêncio e/ou a incompreensão reinantes podem explicar a inexistência do diálogo entre a Geografia - enquanto discurso organizado sob o referencial científico - e as demais áreas das ciências sociais ou humanas. Com o propósito de tornar esse exercício mais estimulante, tomaremos como base de reflexão, algumas dificuldades, a princípio, particulares da nossa experiência e que resultam do esforço de realizar interlocução com pesquisadores e estudiosos de outras áreas das ciências sociais, com o propósito de desvendar a dinâmica territorial recente das alterações que ocorrem no mundo do trabalho, em especial no Brasil.

As dificuldades de nos lançarmos à efetivação do diálogo com as demais especialidades das ciências sociais, talvez tenha como fundamento, o próprio monólogo que edifica o saber e o conhecimento geográficos sobre a temática do trabalho. Isto é, a não amplificação do assunto e sua devida ampliação enquanto temática específica e base de formulação de linhas de pesquisas, pode ser atestado pela quase ausência da Geografia e dos geógrafos do cenário que a temática do trabalho envolve, como o movimento sindical e operário, os movimentos sociais populares de forma geral ou as diferentes frentes de luta dos trabalhadores que desdobram de motivações e especificidades tático-estratégicas também diferenciadas tanto na cidade quanto no campo.

De posse do material que estamos pesquisando, com o avanço das reflexões que conseguimos sistematizar em “Por uma Geografia do Trabalho”⁹ e o que estamos apontando nessa sequência das pesquisas¹⁰, o trabalho sob o enfoque geográfico é compreendido por nós, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser*, está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia

⁹ Cf. Thomaz Júnior, 2002b.

¹⁰ Estamos nos referindo à próxima etapa do projeto Produtividade em Pesquisa (PQ/CNPq), na qual pretendemos desenvolver (no período de março de 2003 a fevereiro de 2005), o Projeto “Território Minado: metabolismo societário do capital e os desafios para a organização do trabalho”.

(inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa¹¹ que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal.

Na verdade, estamos diante de uma questão de extrema importância, tendo em vista que o referencial a ser adotado tem nos objetivos pedagógicos a possibilidade de suplantarmos os estreitos marcos da cientificidade enraizada na identificação das disciplinas e rumar para um roteiro que expresse a ruptura dos caminhos trilhados até então.

Se, de um lado, estabelece-se que a apreensão das relações locacionais, do reordenamento territorial ou da ordem territorial dos fenômenos e as regras que orientam sua dinâmica nos lugares sob o comando do metabolismo societário do capital, ou da processualidade social contextualizada, é o campo demarcatório sobre o qual a Geografia deve ser entendida, as contribuições das demais áreas do conhecimento, podem e devem instrumentalizar aprofundamentos e vice-versa.

A título de exemplo, achamos ser possível intentarmos explicitar o ordenamento territorial resultante do trabalho no Brasil ou sua explicitação nos passos do movimento operário e sua dinâmica, contextualizada, nos lugares, podendo contar com as contribuições valiosas dos cientistas sociais, em especial, dos sociólogos, dos historiadores e dos economistas, tendo em vista serem os que há mais tempo se dedicam às investigações do mundo do trabalho.

Tamanha é a abrangência que o assunto em pauta impõe para que possamos privilegiar a compreensão das mediações específicas que dão sentido e formato ao comportamento do trabalho, nos diferentes momentos e lugares e, portanto, o próprio movimento contraditório de (re)construção da sociedade.

Vê-se que, paralelamente à redução quantitativa do operariado tradicional, opera-se uma alternativa qualitativa profunda da forma de ser do trabalho, o que pode ser identificado na significativa heterogeneização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho, dada pela subproletarização do trabalho, expresso nas formas de precário, parcial, temporário, autônomo, etc.

Isto é, as características espaciais desse processo que revela um *novo* universo das confrontações¹², contra a lógica destrutiva do capital e particularmente a tradução disso em ações concretas e os conteúdos tático-estratégicos específicos, é o que vai nos permitir entender a dinâmica territorial da relação capital-trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes.

O mundo do trabalho expõe, então, um cenário polêmico. A tese do fim do trabalho, não nos permite compreender que o que está em questão é o emprego, sendo pois, a principal evidência é a diminuição crescente do operariado industrial tradicional, e mesmo tempo a desproletarização do trabalho manual, a heterogeneização, a subproletarização do trabalho, ou ainda sob o impacto da flexibilização e dos efeitos das derivações do taylorismo-fordismo para o toyotismo ou formas combinadas.

¹¹ Em Lukács encontramos reflexões preciosas sobre essa questão. Autor responsável por obra destacada sobre a compreensão marxiana da ontologia do ser social, nossos primeiros passos nessa literatura estão sendo primorosos para a compreensão das contradições presentes no mundo do trabalho.

¹² Não é o caso de tecer afirmações, mas de atentarmos para as reflexões que Soja (1996) nos aponta em "Thirdspace", no que se refere à diferenças enquanto significado de poder que subjuga o território, o trabalho... Sugerimos consultar o capítulo "Exploring the Spaces that Difference Makes: Notes on the Margin" da referida obra.

Entendemos, portanto, que esse processo reconfigura uma *nova* materialidade do trabalho que não se resume na mudança ocupacional e de funções, em particular diante das hordas de trabalhadores desempregados, em grande medida desqualificados para as *novas* exigências do processo produtivo¹³. Os desdobramentos disso para o âmbito da subjetividade do trabalhador, repõe em questão reentendermos os *novos* referenciais culturais, de classe, de gênero, etc., que vão repercutir nas instâncias de organização (sobretudo nos sindicatos, mas também nas associações, cooperativas, etc.).

Diante disso, pensamos que os resultados das pesquisas em consecução nos autorizam indagar como desconsiderarmos para a explicação dos conflitos sociais em torno da luta pela terra no Brasil, os elementos condicionantes do edifício social como um todo.¹⁴ Ainda que esse processo esteja sendo ampliado com os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital e um dos principais entraves para o alavancamento da luta pela terra por parte dos movimentos sociais e também para a reforma agrária.

Esse referencial teórico nos permite visualizar o desenho societal dos trabalhadores sem terra no Brasil, como produto de uma complexa trama de relações que envolve uma gama de trabalhadores e de movimentos sociais que se dedicam à luta de resistência, de ocupação da terra e pela Reforma Agrária, tais como: posseiros; atingidos por barragens, organizados ou não no âmbito do Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB); pequenos produtores desarticulados da estrutura oficial dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), das Federações e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); seringueiros; índios; pescadores; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com o apoio da Via Campesina; Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), produto, fundamentalmente, de dissensões internas ao MST, mas que se diferencia qualitativamente quanto às ações de enfrentamento com o Estado e com os latifundiários, apostando mais numa política conciliatória; os assalariados rurais temporários, envolvidos no corte da cana-de-açúcar, especialmente em Pernambuco, Alagoas e em São Paulo, sendo neste Estado mediante a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP)¹⁵; em menor escala os trabalhadores organizados em nível dos sindicatos dos trabalhadores na agricultura familiar (SINTRAF's), com atuação nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul; os trabalhadores desempregados urbanos, etc. Estes, consoante o estágio de precarização e de exclusão do mercado formal de trabalho, se inserem nas atividades informalizadas, especialmente a camelotagem, sendo que em grande parte já foram sindicalizados¹⁶ e também participaram de cursos de (re)qualificação profissional.

¹³ Esse assunto está sendo investigado mediante o Projeto de Pesquisa em nível de doutorado, "As Novas Territorialidades do Trabalho diante da (Des)qualificação Profissional e do Adestramento da Força de Trabalho pelo Capital.(Uma Contribuição para a Geografia do Mundo do Trabalho nessa Viragem do Século XXI)".

¹⁴ Esse assunto foi abordado no ensaio "Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil", 2001.

¹⁵ Mais detalhes Cf.: Thomaz Júnior, 2002b.

¹⁶ Há muito que se conhecer sobre esse fato, mas as pesquisas em desenvolvimento sob nossa orientação e sob a responsabilidade do NERA (Núcleo de Estudos e projetos de Reforma Agrária), coordenado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, têm revelado alguns aspectos desse panorama.

Encontramos também outros níveis de determinação e das relações sociais que mediatizam o desenvolvimento das forças produtivas materiais e o processo metabólico do capital, o que nos permitem apreender que a identificação que o trabalho (assalariado/proletarizado), já fragmentado corporativamente (em profissões identificadas¹⁷ com as dimensões da divisão técnica) tem com o território, é referenciada nos limites das determinações impostas pelo regramento jurídico-político¹⁸.

Portanto, é no âmbito da regulação que o Estado comparece para fazer respeitar, de acordo com as conveniências, o estatuto social dos códigos de leis (código civil, constituição, CLT, etc.). Então, a identificação do trabalho, de um lado, distanciada do seu pertencimento de classe e diante do conflito social, portanto, enraizada nas nomenclaturas da divisão técnica, e por outro, as identidades que daí se estruturam para o nível da representação política (sindicatos, associações), ancorada, pois, e por via de consequência, na fragmentação em categorias, nos revela o significado do que simbolicamente estamos denominando de *território minado*¹⁹.

É essa pluralidade de combinações e contradições fundadas na sociedade do capital e as consequentes estruturas societárias, que nos revela as características espaciais e as expressões territoriais que nada mais são do que os marcos da relação capital-trabalho e as derivações e desdobramentos daí decorrentes.

Então, dos posseiros aos desempregados da indústria metalúrgica do ABC, passando pelos pequenos produtores familiares endividados e pelos assalariados rurais temporários, o que se percebe é que está em foco um novo cenário para o trabalho, no qual as desigualdades sociais oriundas do campo (concentração da propriedade da terra e a modernização seletiva), da cidade (desqualificação/precarização do trabalho e desemprego em massa), e a convergência de determinados atributos que influem no aumento crescente da exclusão, nos estimulam a pensar não ser mais possível persistir nos esquemas prévios de interpretação que não privilegiem o entendimento das diferentes faces do trabalho em torno de questões mais gerais, como luta pela terra, reforma agrária, política nacional de emprego, tempo livre, diminuição da jornada de trabalho, alianças políticas no âmbito da classe-que-vive-do-trabalho, para discutir noções fundantes do pertencimento de classe.

O *insight* teórico, na nossa avaliação, reside exatamente na possibilidade de entendermos as articulações e as combinações entre as diferentes faces e aspectos do trabalho (urbano-rural, material-imaterial, produtivo-improdutivo, etc.), como forma de superarmos as fragmentações colocadas e reproduzidas pela ciência de maneira geral, pela Geografia e pelos geógrafos de maneira particular, o que tem nos motivado às investigações.

A concreção de uma Geografia do trabalho fundada na compreensão histórica do trabalho e consequentemente, na estrutura espacial que o regula, é o que nos permitirá dialogar com a comunidade interessada (pesquisadores, estudantes, trabalhadores, sindicalistas, etc.), sobre os rumos do mundo do trabalho no âmbito da luta emancipatória e das transformações territoriais, a fim

¹⁷ Como prescreve a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mais detalhes, Cf.: Thomaz Júnior, 2001.

¹⁸ No projeto de tese de doutorado, concluído em 1996, pudemos nos dedicar a essa questão, quando estudamos especificamente a relação capital x trabalho na agroindústria canavieira em São Paulo e os desdobramentos para o movimento sindical. Mais detalhes, Cf.: Thomaz Jr., 2002a.

¹⁹ Título do novo Projeto de Pesquisa que estamos solicitando renovação de Bolsa PQ/CNPq.

de superarmos os limites da “leitura” geográfica, restrita aos fragmentos e recortes, sem tampouco referenciar-se na totalidade do processo social e suas contradições iminentes.

Em outras palavras, as diferentes frentes de manifestação e organização do trabalho no campo, as peculiaridades e características que identificam cada qual à fragmentação e alienação do trabalho e por sua vez, aos diferentes objetivos estratégicos e desenhos sociais almejados é o que se apresenta como questão fundante para as nossas reflexões, a fim de entendermos o que se passa com a classe trabalhadora, quais os sentidos e os desafios presentes nesta viragem do século XXI pra o trabalho.

Portanto, não há oportunidades para tergiversarmos da luta emancipatória da classe trabalhadora em nível mundial; mesmo considerando-se nossos limites intelectuais e da ciência de maneira geral, temos, pois, que estar sempre a esse servir.

Referências

- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R., **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. O proletariado e a classe trabalhadora hoje. **Debate Sindical**, São Paulo, v.15, n.41, p. 22-23, 2002.
- ARAÚJO, A. (org.) **Do corporativismo ao neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998., p. 9-38.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOITO JÚNIOR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Xamã, 2000.
- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil (2001)**. Goiânia: Loyola, 2002.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo, 2002.
- FONTENELLE, I. **O nome da marca**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- FRANÇA G. C. Geografia e mundo do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 4., São Paulo, **Anais...** São Paulo: [s. n.], 2002.
- GEORGE, P. O trabalho. In: _____. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México: Fundo de Cultura, 1990.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. **Spaces of hopes**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 2000.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IASI, M. Quem forma o proletariado hoje? **Debate Sindical**, São Paulo, v.155, n.41, p. 24-25, fev. 2002.

LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.85-169.

MACILROY, J. **Os sindicatos e o estado: do corporativismo ao neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MOREIRA, R. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? In: JORNADA SOBRE O TRABALHO, 2., Presidente Prudente, **Anais...** Presidente Prudente:[s. n.], 2001.

PEREIRA, D. A. C. **Espacialidade da produção e do trabalho industrial: uma geografia da Ford Motor Company na escala do Brasil e do mundo**. 2001. 122 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, D. Conteúdo e objetivo pedagógico no ensino da geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.17, p.37-59, 1995.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre a ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, B. S. **Crítica a razão indolente**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

RANIERI, J. **A câmara escura**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMONET, Ignácio. **Geopolítica do caos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANCHEZ, J-E. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOJA, E. **Thirdspace**. Los Angelis: Bickell, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? In: *COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 2., 2000, Barcelona, **Anais...** Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn-43htm> Acesso em: 11 de nov. 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. In: *COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 4., 2002, Barcelona, **Anais...** Barcelona: [s.n.], 2002b. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm> Acesso em: 10 de dezembro de 2002.

DESENHO SOCIETAL DOS SEM TERRA NO BRASIL *

Antonio Thomaz Júnior

Neste artigo, apresenta-se um conjunto de preocupações que perpassam os desdobramentos que atingem diretamente o mundo do trabalho e que define um desenho societal dos trabalhadores que estão envolvidos na luta pela terra no Brasil.

Pretendemos lançar ao debate os componentes estruturais que redefinem e requalificam, na viragem para o século XXI, a questão da terra no Brasil, particularmente no que tange aos trabalhadores e aos movimentos sociais que empreendem ações específicas no que se refere à luta pela terra (os sem terra) e também pela reforma agrária. Considerando, pois, que o empreendimento da luta pela terra só pode ser entendido por dentro da complexa trama societária que contempla não somente os egressos da terra, os trabalhadores desterritorializados, ou que ainda se encontram em situação precária (endividados, como agregados etc.), porém cada vez mais, contingentes expressivos de desempregados e trabalhadores do setor urbano precarizados (*par time*, terceirizado, temporário, subcontratado, etc), que sucumbem à exclusão imposta pela reestruturação produtiva do capital.

A sociedade contemporânea, nos últimos 20 anos, vem presenciando profundas transformações e rearranjos, que alcançam tanto a esfera da materialidade, quanto da subjetividade do trabalho. É nesse processo que o capital experimenta mais uma de suas crises, sendo que uma das respostas está assentada no neoliberalismo e na reestruturação produtiva da era da acumulação flexível¹. Pensa-se, então, ser possível apreender o conteúdo contraditório da luta pela terra no Brasil, no final do ano 2000, por dentro da processualidade social, que nos impõe entender o conjunto heterogêneo e complexificado do trabalho social hoje.

Está em pauta, portanto, atentar-se para o processo contraditório, que redefine a forma de ser da classe trabalhadora, principalmente eleger as correlações necessárias para a compreensão das condições objetivas das formas de precarização, flexibilização da produção e do trabalho e especificamente para o modelo excludente e concentracionista de renda, de terra e de capital, adotado na economia brasileira e particularmente na agropecuária, que se ancora na cultura latifundista quinhentista e que conta, historicamente, com o beneplácito do Estado.

O escorchantes quadro que assinala a concentração de renda no país, ao se somar, por exemplo, à concentração fundiária, pode-se ter a real dimensão do que significa não se ter feito ainda a reforma agrária, tampouco se apostar nisso, e, portanto, sustentar a marca dos 50% mais pobres deterem 13,5% do bolo, o 1% mais rico da população se apoderar de 14%; ou ainda, como aponta estudo concluído em maio de 2000, pela Unicef “Situação Mundial da Infância”, a renda anual

* Este texto foi publicado originalmente nas Actas do Simpósio: Brasil: 500 Anos Depois. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, (Espanha), 2000, 23p.

¹ O Geógrafo anglo-americano David Harvey (1992), em seu livro “Condições Pós-Moderna”, desenvolve longamente o conceito de flexibilização do trabalho.

dos 10% mais ricos é 30 vezes superior à dos 40% mais pobres, sendo que esses 10% da população possuem 53% da renda nacional e 93% das riquezas do país.

Se não bastasse, a chaga representada pela precarização das relações de trabalho confirma o cenário que marca os anos 90, especialmente a segunda metade da década, ou seja, dos 418.000 postos de trabalho criados no ano de 1999, 94% materializaram-se sem carteira assinada, sendo que o Brasil desponta na 3ª colocação no ranking mundial do desemprego, com aproximadamente 8,2 milhões, apenas superado pela Rússia com 9 milhões e pela Índia com 39 milhões de desempregados.

Esse é o retrato da travagem ou mesmo do impedimento ao acesso à terra de milhões de famílias sem terra, sendo que também se apresenta como indutor da expulsão de milhares de famílias da terra, na condição de posseiros, agregados, arrendatários e pequenos proprietários, etc., como ainda fragiliza e exclui milhões de trabalhadores do direito ao trabalho, à moradia, etc., nos centro urbanos. Mas também é o centro da estimulação rumo às ocupações de terras.

É importante salientar as formas que a questão da terra expressaram, no Brasil, ao longo dos últimos 500 anos, para que se possa apreender a dominação de classe e a subordinação do trabalho ao metabolismo societário do capital, processo esse que pode ser entendido a partir da dinâmica sócio-territorial que envolveu os diversos personagens, tanto o latifundiário/patronato, quanto as diferentes categorias de trabalhadores.

É por dentro da estrutura societária vigente que se têm a dimensão e a magnitude dos enfrentamentos e das demonstrações de resistência e de luta dos trabalhadores, desde a chegada do colonizador português. É com base nisso, que se pode apreender a recusa à exploração e ao subjugo dos índios, à escravidão dos negros africanos contra os senhores de escravos e latifundiários (daí os quilombos), as diversas manifestações de resistência, tais como Canudos e o próprio Cangaço, e ainda as manifestações contrárias à subordinação direta e indireta dos trabalhadores e suas famílias (tanto negros libertos, quanto os imigrantes europeus), em relação ao baronato cafeeiro, que se assenhorou de mais poder quando deixou de ser senhor de escravo e passou a ser senhor de terra, graças ao processo que garantiu a propriedade privada desta, e fez com que o trabalho livre ao se institucionalizar, tornasse a terra cativa².

O poder dos coronéis, dos senhores de engenho, do baronato cafeeiro e dos demais personagens que dominaram a cena agrária no Brasil, impôs comportamentos, hábitos, avaliações e, sobretudo, o destino de gerações inteiras ao subjugo, fato que se manifesta territorial e socialmente na construção de povoados, cidades e tem no controle político, a prova cabal da dominação de classe.

O expediente da grilagem de terra, da exploração do trabalho, da violência descomedida, dos assassinatos no campo, do apoio das elites que hegemonizaram o aparelho estatal, foi ao longo dos últimos 500 anos consolidando especificidades aos conteúdos das alianças políticas intra-burguesas, e dos pactos sociais construídos num cenário marcadamente de exclusão social.

² A esse respeito, Cf. Martins, 1980.

O expediente da violência e da truculência adotados pelas classes dominantes e pelo próprio Estado sustenta marcas indelévels, tanto no que se refere aos assassinatos, quanto às perseguições e desaparecimentos de trabalhadores (posseiros, assalariados, pequenos produtores, etc), dirigentes sindicais e militantes dos diversos movimentos sociais envolvidos na luta pelo acesso à terra e resistência nela. A esse respeito, vale lembrar da limitação do processo democrático vivido no Brasil e o nível da barbárie a que os trabalhadores foram submetidos nos últimos 35 anos, quando se depara que, ao longo dos 20 anos da ditadura militar (1964 – 1984), em termos médios, foram assassinados 42 trabalhadores por ano; de 1985 a 1989 (Nova República), esse número foi ampliado para 117 assassinatos por ano, sendo que, só no primeiro governo FHC (1994 – 1997) chegou a 43 trabalhadores por ano, ou seja, maior que o período da ditadura. Corumbiara, em Rondônia, e Eldorado dos Carajás, no Pará, são as expressões do poder de classe no Brasil que tristemente reavivam 500 anos de uma trajetória que revela profundas desigualdades.

É necessário destacar que há exatamente cinco séculos depois da chegada do colonizador, ainda é impossível dissociar as ocupações de terras do incremento da concentração fundiária. Ainda que esse processo esteja sendo ampliado com os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária (Tabela 1) ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital ao se internalizar, e um dos principais entraves para o alavancamento da luta pela terra por parte dos movimentos sociais e também para a reforma agrária, enquanto política capaz de resolver o problema fundiário em alguma medida.

Tabela 1. Estrutura Fundiária – Brasil

Extratos de Área	Nº Estab.	1985		1995 / 96				
		%	Área (Ha)	%	Nº Estab.	%	Área (ha)	%
- 10 a 100	5.224.712	90,2	79.551.796	21,2	4.318.861	89,3	70.575.780	19,9
101 a 500	457.762	7,93	90.474.373	24,1	411.557	8,5	83.355.220	23,6
501 a 5.000	104.417	1,82	126.624.442	33,8	101.893	2,1	123.360.180	34,9
5001 a 10.000	3.538	0,06	23.959.751	6,4	3.688	0,07	24.997.369	7,1
10.000 e mais	2.125	0,03	54.314.564	14,5	2.184	0,04	51.322.694	14,5
TOTAL	5.801.809	100,0	374.924.929	100,0	4.838.183	100,0	353.611.246	100,0

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE (1985 – 1995/96).

Enquanto a luta pela terra é a expressão do contraponto referenciado no latifúndio e na concentração da propriedade privada da terra, a reforma agrária ganha ênfase nos anos 50, com os levantes camponeses, especialmente com o crescimento das Ligas Camponesas. Como destaca Fernandes (1999: 1 e 2): “Durante séculos os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de reformar agrária [...]. “Na realidade, a diferenciação da luta pela terra da

reforma agrária, é fundamentalmente porque a primeira acontece independente da Segunda. Todavia, as duas são interativas”, só que a luta pela reforma agrária envolve toda a sociedade (Estado, entidades da sociedade civil, movimentos sociais, etc.), sendo que a luta pela terra é mais específica, pois é tramada e desenvolvida pelos trabalhadores interessados. “Para se ter a exata dimensão do assunto em pauta, a reforma agrária no Brasil apresenta-se como projeto pela primeira vez, através do Estatuto da terra, atributo esse do governo militar e que jamais foi implantado”.

Diante dos números (Tabela 1), nota-se que é visível o incremento na concentração fundiária no Brasil, no alvorecer do século XXI. Ainda que em respeito aos extratos de área, se apure a diminuição da área para todas as faixas, é marcante a constatação dos 101.893 estabelecimentos (21%) da faixa de 501 a 5.000 ha representar 123,36 milhões de ha (34,9%), quando se compara aos 4.318.061 de estabelecimentos da faixa de menos de 10 a 100 ha, que detêm apenas 19,9% em área, ou seja, 70,57 milhões de ha. Há que se considerar, também, a diminuição significativa do número de estabelecimentos, fundamentalmente quando se comparam os dois momentos, considerando-se o extrato de menos de 10 a 100 ha, pois mais de 900.000 estabelecimentos desapareceram.

Chama atenção o fato de que pela primeira vez nesses 500 anos, a extinção expressiva de estabelecimentos agrícolas no Brasil, conforme a Tabela 1, pois os 95% representados pelos 900.000 estabelecimentos, recaem sobre áreas inferiores a 100 ha, dos quais 73% até 10 ha, o que demonstra um duro golpe sobre os pequenos produtores/proprietários, em bases familiares. O mesmo grupo de área, até 10 ha, conforme o censo agropecuário de 1995/96, responde, por sua vez, por 41% dos empregos no campo, ocupando aproximadamente 13,7 milhões de pessoas. Todavia, para os 18 milhões de trabalhadores envolvidos na atividade agrícola, registra-se uma queda de 5,4 milhões de postos em 10 anos, se comparados com os 23,4 milhões registrados pelo censo de 1985. Sem contar que 53% dos habitantes do campo, ou seja, 18,8 milhões de pessoas têm rendimentos abaixo de 25% do salário mínimo.

Desse quadro sinalizado acima, têm-se os referenciais estruturais e a base fundante do contingente crescente de trabalhadores e de brasileiros excluídos, que se aproxima de 5,5 milhões de famílias ou 25 milhões de pessoas e mais uma porção significativa de trabalhadores precarizados, que somados alcançariam 40 milhões de pessoas, que engrossam as fileiras dos postulantes à luta pela terra, às ocupações e à reforma agrária.

Esse quadro nos permite pensar sobre os projetos de colonização e a política de assentamentos de agora, ou seja, tanto um como outro, evidenciam, por um lado, que não se apostou no Brasil numa proposta de reforma agrária. O máximo que as classes dominantes concedem é a regularização fundiária e a reforma imobiliária, que se dão através de indenizações superestimadas para os proprietários e ainda, através do incentivo ao arrendamento (Novo Mundo rural), ou seja, um grande negócio para os latifundiários. Por outro lado, é oportuno destacar, pois, que além de limitada, tanto em amplitude territorial quanto em relação aos setores sociais potencialmente beneficiados e, quanto em termos de concepção restrita aos focos de tensão, a política de assentamentos assumida pelo Estado é uma tentativa de transformar os trabalhadores assentados em atores sociais vinculados ao ideário hegemônico na sociedade de classes, ou seja,

mantê-los e/ou inseri-los nos referenciais e modo de ser dos proprietários autônomos, encerrando, pois, na propriedade privada da terra (do lote) a centralidade do problema político e social.

Daí ser essa uma das questões prioritárias para o MST, ou seja, superar o individualismo majoritariamente reinante nos assentamentos, através da cooperação e da organização do trabalho familiar em bases coletivas. (o que será retomado adiante)

Assim, pretende-se apresentar o desenho societal dos sem terra no Brasil, como recurso para se entender a complexa trama de relações que envolve uma gama de trabalhadores e de movimentos sociais que se dedicam à luta pelo acesso à terra, à resistência na terra e pela reforma agrária, e que evidenciam através da dinâmica territorial do processo social em pauta, a peculiaridade de encontrarem-se atomizados e fragmentados por diversas entidades e lugares/regiões. Os principais segmentos de trabalhadores que estão à frente do processo de luta pela terra, considerando o leque plural dos movimentos sociais envolvidos, são: os posseiros, os atingidos por barragens, os pescadores artesanais, os índios, os arrendatários, os seringueiros, os ribeirinhos, os pequenos agricultores do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), os assalariados rurais temporários (especialmente os envolvidos no corte da cana-de-açúcar, nos Estados de Pernambuco, Alagoas e São Paulo), os desempregados urbanos, etc. É, portanto, uma dinâmica extremamente singular a formação e redefinição de rumos e estruturas dos movimentos sociais e as demais instâncias de organização dos trabalhadores inseridos na luta pela terra, até porque, como os latifúndios estão por toda parte, os trabalhadores sem terra, também estão.

Dessa forma, entende-se que, expressão do conflito mais geral, é no interior da luta de classe que o trabalho ou os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, devem ser entendidos, através dos movimentos sociais, das diferentes frentes de luta pela terra, considerando, pois, as diversas concepções político-ideológicas e os pactos sociais que lhes dão sustentação e das alianças políticas que propugnam.

Pode-se dizer que, com o aumento da intensidade do problema fundiário, marcadamente a partir de 1994, surgem novos movimentos sociais, sendo que em alguns casos, absorvem diversos agrupamentos, com perfis e identidades, vinculados à dinâmica específica dos lugares onde se expressam, sendo ou não produto de rachas e dissensões de outras agremiações (Tabela 2).

Tabela 2. Movimentos Sociais Envolvidos na Luta pela Terra – Brasil, 2000.

Nome	Estados(s)	Ano de Início
Comissão Pastoral da Terra	BA, PB e RN	1974/75
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AM, TO, DF, GO, RO, MT, MS,	1984
Movimento de Luta pela Terra (MLT)	BA, PA	1994
Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP)/CUT	SP	1992/93
Movimento Sem Terra do Sul do Mato Grosso (MST-SMT)	MT	1994
Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE)	PE	1989
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS)	MS	

		992
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul (COAMS)	MS	1996
Movimento da Terra (MT)	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta (MCL)	PE	1996
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)	MG	1996
Movimento Camponês de Corumbiara (MCC)	RO	1996
Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)	MA, PE, MG, RN, e SP	1997
Liga Operário-Camponesa	RO	1998
Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST)	DF, MA, PA	1998
Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST)	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
Movimento Unificado dos Sem Terra (MUST)	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

Fonte: Fernandes (2000) e Pesquisa de Campo, 2000.

A expressão territorial da dinâmica inscrita pelos diferentes movimentos sociais inseridos na luta pela terra no Brasil, no limiar do terceiro milênio, apresenta aspectos que ultrapassam as demarcações específicas ou até pré-determinadas. A título de exemplo, a FERAESP, com atuação restrita à área canavieira de Ribeirão Preto, no que se refere à luta pela terra, coordena ocupações e gestiona assentamentos compostos por trabalhadores ex-assalariados das empresas sucroalcooleiras e de fornecedores de cana-de-açúcar³. No caso do MLT (Movimento de Luta pela Terra), nota-se um racha nas fileiras do MST, na Bahia e no Pará, com filiação ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Já a FETAPE tem atuação incisiva nas ocupações de terras das usinas e destilarias endividadas e em estado falimentar e envolve número significativo de trabalhadores proletarizados ex-cortadores de cana-de-açúcar, mas também contingente crescente de pequenos proprietários e produtores descapitalizados e endividados.

Por outro lado, o caso do MAST comprova a figura da dissensão internamente ao MST, em São Paulo, fundamentalmente no Pontal do Paranapanema e a vinculação política e ideológica à Social Democracia Sindical (SDS), central sindical filiada ao PSDB e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rosana.

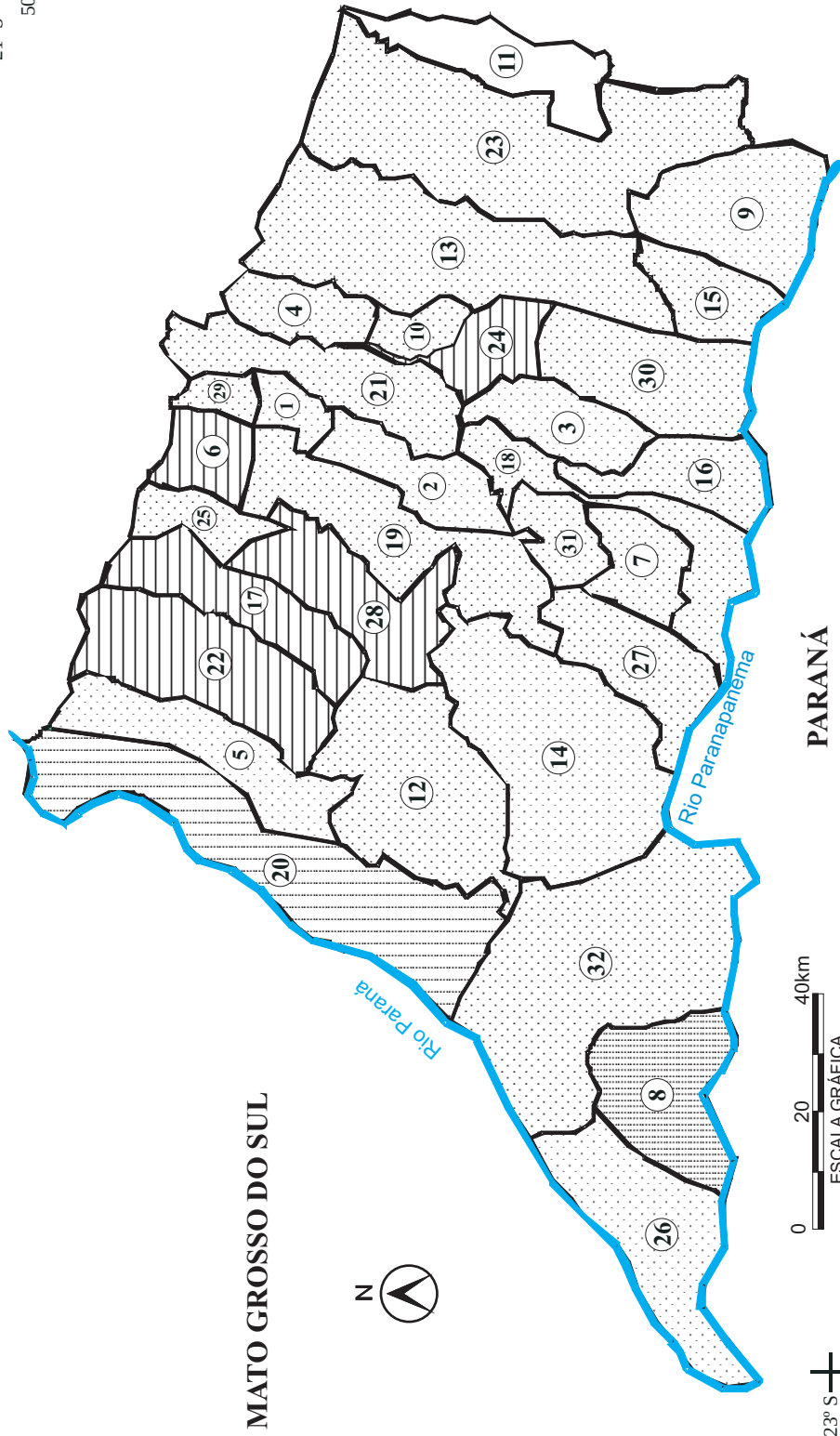
O Mapa 1 nos permite apreender a distribuição territorial das agremiações envolvidas na luta pela terra no Pontal do Paranapanema, e ganha destaque a superposição que há entre as áreas de atuação do MST, MAST, UNITERRA, ARST, MNF, MTV.

No caso particular do MAST, considerando o ambiente das dissensões ocorre um processo com dupla característica, de um lado os movimentos a ele agregados e por outro, movimentos dissociados (Mapa 2), conforme descreve Lima (2006). Então, se tomarmos a própria composição originária do MAST, a partir das dissidências que ocorreram no início de 1995, internamente ao MST, depois de constituído enquanto organização independente, passa a “gestar” outras agremiações, denominadas por Lima (2006) de movimentos agregados, e também mantém acesas as disputas junto às organizações que se separaram ou se dissociaram das linhas políticas do MAST.

³ Esse assunto foi inicialmente desenvolvido, em momento anterior, em Thomaz Jr., 1996. De todo modo, as investigações têm que ser estimuladas e desenvolvidas para que se possa compreender o processo específico que a luta pela terra assume nessa porção do território.

MAPA 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA (2000)

21° S
50° W



0 20 40km
ESCALA GRÁFICA

PARANÁ

23° S
53° W

LEGENDA

- Rios
- Divisão Municipal

- Presença do MST
- Presença do MAST

- Presença do MST/MAST
- Presença do MST/MAST e UNITERRA/ARST/MNF/MTV

MUNICÍPIOS

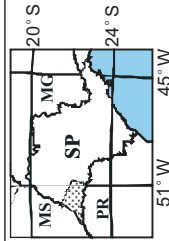
- 1 - Alfredo Marcondes
- 2 - Álvares Machado
- 3 - Anhumas
- 4 - Caiabu
- 5 - Caiuá
- 6 - Emilianópolis
- 7 - Estrela do Norte

- 8 - Euclides da Cunha
- 9 - Iepê
- 10 - Indiana
- 11 - João Ramalho
- 12 - Marabá Paulista
- 13 - Martinópolis
- 14 - Mirante do Paranapanema

- 15 - Nantes
- 16 - Naranđiba
- 17 - Piquerobi
- 18 - Pirapozinho
- 19 - Presidente Bernardes
- 20 - Presidente Epitácio
- 21 - Presidente Prudente

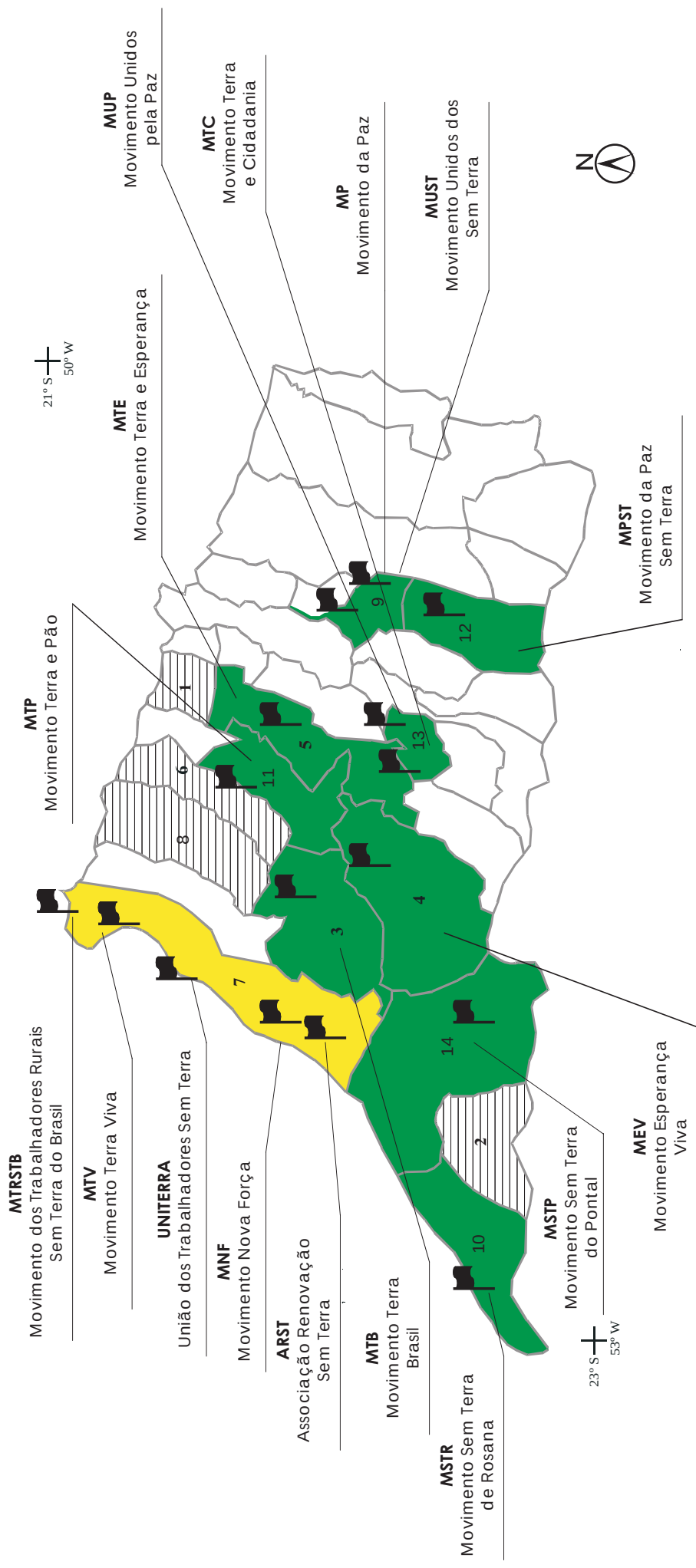
- 22 - Presidente Venceslau
- 23 - Rancharia
- 24 - Regente Feijó
- 25 - Ribeirão dos Índios
- 26 - Rosana
- 27 - Sandovalina
- 28 - Santo Anastácio

- 29 - Santo Expedito
- 30 - Taciba
- 31 - Tarabai
- 32 - Teodoro Sampaio



Fonte: Lima, 2006
Organização: Thomaz Jr., 2008
Ed. Maria S. Aknaga Botti

MAPA 2 - MOVIMENTOS AGREGADOS E DESAGREGADOS DO MAST NO PONTAL DO PARANAPANEMA (a partir de 2000)



MUNICÍPIOS		LEGENDA		ESCALA GRÁFICA	
1 - Emilianópolis	8 - Presidente Venceslau		Municípios com Presença do MAST	0	20
2 - Euclides C. Paulista	9 - Regente Feijó		Municípios com Movimentos agregados ao MAST	40	km
3 - Maraba Paulista	10 - Rosana		Municípios com Movimentos dissociados do MAST		
4 - Mirante do Paranapanema	11 - Santo Anastácio		MOSLUTRA		
5 - Presidente Bernardes	12 - Taciba				
6 - Piquero bi	13 - Tarabai				
7 - Presidente Epitácio	14 - Teodoro Sampaio				
		Fonte: Lima, 2006 Organização: Thomaz Jr., 2008 Ed. Maria S. Akinaga Botti			

As pesquisas mais recentes registram a atuação de 15 movimentos sociais inseridos na luta pela terra, no Brasil (Tabela 2), no entanto, o MST está presente em 23 Estados da federação e representa hoje algo próximo de 650 das ocupações de terra em todo o país, ou 40% do total e um pouco mais de 130.000 famílias, ou 60% do conjunto. Essa superioridade também se expressa em termos de famílias assentadas, ou seja, algo próximo a 40% do total de 476.000 famílias e 40% do total da área envolvida, isto é, 9,5 milhões de ha, como também, para os 2.200 assentamentos sob sua coordenação, o que representa 60% do total. Sem contar que para o Pontal do Paranapanema, a liderança do MST é muito expressiva, pois tem sob sua coordenação, 62% do total de 87 assentamentos, a mesma proporção em relação ao número de famílias, de um total de 5.000, e 77.350 ha, o equivalente a 65% da área total de assentamentos.

Vale lembrar que a região nordeste concentra 45% do total de assentamentos do país, seguida de longe da região norte (18%), sul (13%), centro-oeste (13%) e sudeste (10%). Por sua vez, a região norte representa 53% da área e juntamente com a nordeste, representam 72% das famílias. (FERNANDES, 2000).

Ancorado numa diversidade de referenciais, o MST surgiu, basicamente, como resultado de um conjunto de lutas no Centro sul do país, especialmente Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, num primeiro momento, e depois se espraiou para os demais estados. Isso remonta, pois, a março de 1979 com a ocupação da fazenda Macali, no município de Ronda Alta (RS), por 110 famílias de agricultores sem terra. De todo modo, sua trajetória está fundada nos princípios político-ideológicos da igreja católica, especialmente representada pela Comissão pastoral da Terra (CPT), referenciada sob o signo da teologia da libertação e da Igreja Luterana, através das suas pastorais, assim como das entidades da instância sindical, especialmente os sindicatos isoladamente e da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)⁴, por decorrência, mas sem expressividade e ainda do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), no sul do país. Na sequência, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e os partidos políticos que se opunham à ditadura militar e defendiam a redemocratização do país, a anistia e as demais bandeiras defendidas pela esquerda, se apresentam para empenhar apoio explícito ao MST, ou seja, o Partido dos Trabalhadores (PT), os dois partidos comunistas (PC do B), (PCB), setores dos partidos de centro e outros movimentos sociais. (FERNANDES, 2000).

Desde a realização do I Encontro Nacional, realizado em Janeiro de 1984 em Cascavel (PR), que contou com 80 participantes, essa era a composição política que inclusive acenou para a consecução do 1º Congresso do MST, em janeiro de 1985, em Curitiba (PR).

Essas frentes de luta pela terra têm como divisor de águas compreensões divergentes, primeiramente em termos macrossociais, tais como, o ideário político-ideológico assumido e que fundamenta as alianças rumo à construção de referenciais sociais distintos daqueles que se encontram e ainda especificamente em relação à reforma agrária e à construção de uma sociedade emancipada ou socialista. Em segundo lugar, têm-se os componentes pontuais, fundados nos locais de conflitos, com rebatimentos diretos na adoção da ocupação de terra como instrumento

⁴ Cf. Thomaz Jr., 1998.

de luta para viabilizar o acesso à terra e a confrontação de força com os grileiros/latifundiários e com o próprio Estado.

De maneira geral, esses fatos têm relevada importância, porque são expressão efetiva da atuação e performance dos movimentos sociais e dos trabalhadores de maneira geral, para exigir dos órgãos públicos e do próprio governo (estadual e federal) a garantia e o cumprimento dos programas e projetos de assentamento, financiamentos (plantio, custeio, investimentos). A título de exemplo, pode-se lembrar do caso recente das ocupações do Banco do Brasil, em diversas regiões do país, para denúncias de irregularidades na extinção do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), que foi criado em 1986 e deixou de existir em 1999, bem como, as limitações e seletividade impostas pelo Estado, para acesso dos assentados aos financiamentos do PRONAF-A, (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, como linha de crédito especial, pois o PRONAF até então estava destinado exclusivamente para os pequenos proprietários rurais.

De fato, são nos locais de conflito que se efetivam as ações específicas que viabilizam o empreendimento das ocupações de terras e mesmo as ocupações de prédios públicos, todavia sinalizadas e redefinidas a partir dos conteúdos expressos pelas alianças políticas para além dos movimentos sociais, ou seja, com os partidos políticos, entidades sindicais, lideranças comunitárias locais, ONG's e demais instituições de apoio. Esse é, aliás, um aspecto muito controvertido e que merecerá atenção especial em futuras pesquisas, para que se possa compreender com nitidez os descolamentos entre os apontamentos mais gerais defendidos pelos movimentos sociais inseridos na luta pela terra, tais como a construção do socialismo, como é caso do MST, e as alianças políticas locais adotadas, também denominadas de alianças táticas regionais, que se consumam, por exemplo, a manifestar apoio eleitoral a candidatos pertencentes aos partidos que compõem o arco de sustentação do governo FHC (PFL, PTB, PMDB, PSDB, PPB). O resultado das eleições/2000 demonstra, mais uma vez, no Pontal do Paranapanema e no Brasil de maneira geral, que há uma ruptura entre as palavras de ordem, as bandeiras de luta deliberadas em congressos e o desenho político que se consuma a partir do voto dos trabalhadores.

Assim, a fragmentação, a atomização e a desarticulação orgânica das diversas frentes de luta pela terra, que inclusive adotam em grande parte a ocupação como instrumento prioritário para o acesso à terra, assemelham-se muito mais como luta de resistência, sendo todavia mais arrojada no âmbito da luta pela terra e pela reforma agrária, levada à frente, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Outro elemento diferenciador nesse cenário, é o sistema cooperativista dos assentados, criado pelo MST, em 1989, encimado sobre as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS). Em nível estadual compõe as Central Cooperativista dos Assentados (CCA), já dispostas em 9 Estados (RS, SC, PR, SP, ES, BA, CE, PE, MA), tendo como vértice maior, do ponto de vista organizativo, a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), criada em 1992, a partir de um amplo processo de debates, consolidado com o acúmulo de experiências em todo o Brasil⁵.

⁵ Mais detalhes, Cf.: Stédile; Fernandes, 1999.

De todo modo, o processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), com alcance em 78 cooperativas em todo país, concentrando-se, pois, na região sul, com 77% do total, está ligado a um espectro mais amplo de verticalização político-ideológica do MST, imbricada à dinâmica e consecução de seu projeto de gestão político territorial⁶. Assim, o SCA cumpre a tarefa de articular as diversas formas de cooperação agrícola, desde formas mais simples (mutirões) até as formas mais complexas (CPA's), massificando a cooperação agrícola nos assentamentos, acompanhando esse longo e complexo processo de constituição de uma forma potencialmente alternativa e de oposição à lógica hegemonizada pela produção capitalista de mercadorias.

Isso significa que a cooperação agrícola expressa-se como um instrumento tático-estratégico de gestão político-territorial, cuja base discursiva é a superação do trabalho familiar direcionado especificamente à subsistência, potencializando, dessa forma, a organização do trabalho na seara da produção de mercadorias e obviamente na inserção das mesmas no mercado. Em linhas gerais, a cooperação agrícola no raio de atuação do MST expressa-se como um processo multifacetado, diferenciado e contraditório, sendo constituído no bojo do redimensionamento de sua luta política, tendo como objetivo articular a gestão dos assentamentos com um projeto político uniformizado a partir de determinados apontamentos ideológicos.

Com isso, pode-se afirmar que a cooperação agrícola e mais especificamente sua forma institucionalizada (a cooperativa), colocam um desafio muito “caro” ao MST, estritamente relacionado com sua fundamentação tático-estratégica: articular formação política, gestão democrática, eficiência econômica, ser uma proposta alternativa de produção e comercialização e, ao mesmo tempo, garantir a inserção mercadológica de seus produtos. Em outras palavras, esse desafio equaciona-se a partir da necessidade política de se acoplar a proposição de uma gestão dos assentamentos que garanta uma melhoria imediata das condições socioeconômicas nos assentamentos rurais e, ao mesmo tempo, solidificar essa faceta imediata com o projeto político do MST enquanto resistência ao desenho societal hegemonizado pelo capital.

Os limites assumidos por este texto, impõem, então, que não se amplie o enfoque privilegiado para as reflexões, mas exige que se assumam teoricamente, os referenciais estruturais do metabolismo societário do capital como elementos determinantes da dominação de classe, da miséria, da exclusão social, aliás, atributos imprescindíveis do cenário que envolve trabalhadores sem terra ou a luta pela terra no Brasil. Portanto, se propõe refletir as principais recorrências e as marcas desse processo, na viragem do século XXI.

No Brasil, esse processo se expressa com maior nitidez e ganha impulso no início dos anos 90, direcionado para resolver fundamentalmente a questão da competitividade do capital; sendo que, como assevera Antunes (1998: 91): “Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais nefastas são suas conseqüências, das quais [...] duas são particularmente virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha, da qual o desemprego estrutural é o maior exemplo; e a

⁶ Esse assunto foi desenvolvido em Ribas; Thomaz Junior, 2000.

degradação crescente que destrói o meio ambiente, na relação metabólica entre o homem e a natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital”.

A título ilustrativo, poderíamos enumerar as principais repercussões da reestruturação produtiva do capital, para o trabalho, basicamente em 5 aspectos: 1) a desproletarização crescente do trabalho industrial (*fordista*); 2) a ampliação e massificação do assalariamento no setor de serviços; 3) aumento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, terceirizado, etc.; 4) se não bastasse, isso se dá às expensas das formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho mediante a crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, especialmente fundado no trabalho precarizado, “terceirizado”, sub-contratado, *part-time* etc; 5) exclusão/discriminação de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho.

O entrecruzamento desses desdobramentos criou, portanto, uma classe trabalhadora que se fragmentou, se heterogeneizou e se complexificou, a ponto de apresentar-se mais qualificada em determinados setores, inclusive com relativa intelectualização do trabalho e desqualificada e extremamente precarizada em outros, evidências do que se denominou de sociedade dual e assegura à categoria trabalho, papel central na sociedade do trabalho⁷.

Vê-se que o sistema do capital está orientado para a expansão e impulsionado pela acumulação, sendo o que o capacita a ser “o mais dinâmico e mais eficaz extrator de trabalho excedente da história [...], sendo que o Estado moderno constitui a única estrutura terapêutica compatível com os parâmetros estruturais do capital enquanto modo de controle do metabolismo social” (MÉSZÁROS, 1999, p. 97 e 98).

Seria um equívoco, então, propor o fim do trabalho ou a perda de sua centralidade⁸ impossível imaginar a eliminação da classe-que-vive-do-trabalho enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital.

Está em questão a necessidade de insistir na compreensão dos processos sociais que dão forma e sustentação para um conjunto amplo e diferenciado de arranjos, considerando-se as novas inserções do trabalho na agricultura brasileira e particularmente na configuração dos trabalhadores sem terra, em especial para aqueles que estão inseridos na luta pela terra, através dos movimentos sociais organizados.

Reconhecer, então, a processualidade social é um passo teórico-metodológico necessário para identificar as dinâmicas específicas dos diferentes arranjos presentes na agricultura, em especial privilegiar a compreensão das relações de produção e de trabalho, para a revelação dos desdobramentos da (re)divisão territorial do trabalho, bem como dos aspectos que iluminam a luta pela terra.

⁷ Em Harvey, 1990 “Los limites do capitalismo y la teoria marxista”, mais precisamente nos capítulos IV e XIII, encontra-se reflexões importantes sobre a questão da produtividade do trabalho, internamente às mudanças no processo de trabalho e às manifestações da luta de classes.

⁸ Os principais defensores dessa tese são: Gorz (1982, 1990); Offe (1989); Antunes (1999); Alves (1999).

Põem-se em pauta, então, as combinações entre as formas e os significados que expressam modificações nos rumos do trabalho e, conseqüentemente, nas formas de controle exercidas pelo capital e pelas classes dominantes.

É bem verdade que isso redimensiona as relações sociais de trabalho e de produção na economia de maneira geral e na agricultura em particular, requalifica o universo ocupacional e redefine as funções e as atividades do trabalho, tais como: a) as formas assalariadas puras ou o proletariado em geral, e os sub-proletarizados; b) o assalariamento consorciado, que já representa principalmente, nas regiões próximas aos grandes e médios centros urbanos, em São Paulo, por exemplo, parte considerável da renda dos pequenos e médios produtores familiares, ou seja, está-se diante do trabalho temporário ou da face precária da agricultura *part time*; c) formas não assalariadas em bases familiares (assentados, posseiros, agregados, parceiros/arrendatários) e; d) relações fundadas em atividades não agrárias, mas expressas no universo rural, que aliás têm representado aumentos significativos na receita dos proprietários rurais pluriativos, como os pesque-pagues, *spas*, Hotéis-fazendas; Estâncias, etc.

Trata-se, por fim, e principalmente, de se apreender o conteúdo e a dinâmica da gestão societária do capital, o que permite entender, nos diferentes níveis escalares (local, regional, nacional e internacional), a trama da estrutura social fundante da divisão hierárquica do trabalho - como produto da divisão técnica e territorial - que viabiliza o sistema de metabolismo social do capital que, por sua vez, subordina as funções vitais de toda a sociedade (MÉSZÁROS, 1999).

Dos posseiros aos desempregados da indústria metalúrgica do ABC, passando pelos pequenos produtores familiares endividados e pelos assalariados rurais temporários, o que se percebe é que está em foco um novo cenário para o trabalho, no qual as desigualdades sociais oriundas do campo (concentração da propriedade da terra e a modernização seletiva) e da cidade (desqualificação/precarização do trabalho e desemprego em massa) e a convergência de determinados atributos que influem no aumento crescente da exclusão, nos estimulam a pensar não ser mais possível persistir nos esquemas prévios de interpretação que não privilegiem o entendimento das diferentes faces do trabalho em torno de questões mais gerais, como luta pela terra, reforma agrária, política nacional de emprego, tempo livre, diminuição da jornada de trabalho.

É possível identificar que à *horda* de trabalhadores excluídos do campo se juntam, crescentemente, os trabalhadores proletarizados e semi-proletarizados, (inseridos na informalidade, majoritariamente), portanto precarizados, para terem acesso à terra, como forma de busca da dignidade e do direito ao trabalho perdidos. É nesse eixo que se enraiza e explicita o conflito social ou a centralidade das confrontações no plano econômico e também político-ideológico da luta de classes.

Juntamente ao modelo concentrador e seletivo de tecnificação do campo, também conhecido de “modernização” da agricultura, esse processo que mexe profundamente com os trabalhadores urbanos, requalificam o perfil e as demandas do exército de trabalhadores sem terra no Brasil nesse início do século XXI. É seguro afirmarmos que a demanda por terra não se restringe exclusivamente aos trabalhadores que têm ou que já tiveram ligação com a terra, mas a um conjunto diversificado de trabalhadores, ex-assalariados urbanos, etc., que engrossam as fileiras do sem terra

no Brasil. De modo geral, podemos colocar em questão que essas evidências constatadas por meio das pesquisas, nos indicam estar ocorrendo uma redefinição do perfil e do conteúdo societal do trabalho envolvido na luta pela terra no Brasil.

Pode-se afirmar que a complexa trama social, cuja estrutura expressa as contradições das diferentes faces das desigualdades sociais, a luta pela terra no Brasil, revela, sobretudo, as dificuldades de ser uma luta de toda a sociedade, ou dos trabalhadores em geral e dos excluídos em particular, e da participação de outras instâncias sociais, como os partidos políticos, os sindicatos, as centrais, etc.

É bom que se diga que o refluxo em que se encontra o movimento operário e sindical, no Brasil, no final do século XX, bem como as demais frentes de luta do movimento popular, são os trabalhadores sem terra, organizados principalmente nas fileiras do MST, que fazem reascender através da luta e conquista da posse da terra, o direito ao trabalho e à dignidade roubada, mas também, empunham lampejos de emancipação de classe e de conformação anticapitalista, o que já fora brandido, com mais ênfase pelas entidades sindicais e pelos partidos operários, em ricos momentos da história contemporânea, ou então, pelas agremiações dos partidos de inspiração socialista, e de trabalhadores.

Faz-se necessário investigar as linhas de interlocução do MST com a sociedade civil, para que se possa conhecer a tintura que recobre parte importante do desenho societal dos sem terra no Brasil. Ainda que seja uma parte constitutiva desse quadro mais geral, mas capaz de fazer a agenda política (mediante as ocupações de terras, as Marchas Nacionais, e a capacidade de mostrar a truculência da burguesia brasileira), nas fileiras do MST se fortalece a Consulta Popular⁹. Essa instância de discussão, como é definida pelos seus participantes, reúne militantes de quase todos os partidos de esquerda, no Brasil (PT, PSTU, PSB e setores do PPS e do PMDB), assim como militantes da CUT e da Central dos Movimentos Populares (CMP).

Com todas as limitações, pode-se definir que nos quadros da Consulta Popular encontram-se setores sociais identificados com a emancipação social dos sem terra e de toda a sociedade, para além dos estreitos marcos dos partidos políticos que se contaminaram com o compromisso eleitoral e as centrais sindicais que não assumem esse embate, especialmente a CUT, pelas vinculações históricas com os movimentos sociais emancipatórios, com a classe trabalhadora em particular, e com a luta pela terra e reforma agrária, do final dos anos setenta e início dos anos 80.

No entanto, a classe trabalhadora no Brasil, na viragem para o século XXI, requer análises profundas para que se possam entender as dinâmicas específicas das formas que associam o trabalho à sua complexa malha de inter-relações, mas especialmente à sua configuração representada pelas nomenclaturas que identificam os trabalhadores enquanto: posseiros, assentados, reassentados, acampados, produtores familiares, seringueiros, metalúrgicos, químicos, qualificados/desqualificados, jovens/velhos, homens/mulheres e estejam vinculados ao mercado formal ou informal, e sejam sindicalizados ou sob qualquer outra instância ou forma de organização.

⁹ Para conhecer os principais argumentos e avaliações da Consulta Popular, consultar de César Benjamim (Coord.), A opção brasileira. Rio De Janeiro: Contra Ponto, 1998.

Só assim e imbuídos dos desafios da pesquisa, poder-se-á apreender a dinâmica territorial capaz de revelar o conteúdo e a forma que o desenho societal dos sem terra no Brasil assume nesse momento.

Referências

- ALVES, G. A. P. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999.
- ALVES, G. A.P. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. 258 p.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- BENJAMIM, C. et. al. (org.). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 1998.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil**. Brasília: CUT/CONTAG, 1998.
- FAO/PNUD/INCRA. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Brasília: FAO/MARA, 1991.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. 319 p.
- FERNANDES, B. M. ; GORGEM, F. S. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. Cidade do México: Fundo de Cultura, 1990.
- _____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- LEITE, S. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, J. P. (coord.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 157-176.
- LIMA, E. C. **As diferentes frentes de luta pela terra e a reforma agrária no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2000. (Relatório de Pesquisa para o PIBIC/CNPq). (mimeografado).
- LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989. 147 p.
- MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J.S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.
- MÉSZÁROS, I. "A ordem do capital no metabolismo social da reprodução" In: _____. **Ensaio Ad Hominem 1**. São Paulo: Ad Hominem, 1999. p. 83-124.

MOREIRA, R. **A diferença e a geografia** (o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia), Rio de Janeiro: [S..n.], 1999. (Mimeografado)

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental?:In: _____. **Trabalho & Sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, v.1.

RIBAS, A. E.; THOMAZ JR., A. "O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho". **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.2, n. 2, n.1, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MOVIMENTO SEM TERRA. "**MST**: 15 anos de lutas e conquistas". São Paulo: [s.n.], 1999. 39 p. (Mimeografado.)

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**: uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1996, 400.f.Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

THOMAZ JUNIOR, A. "Leitura" geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes". **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24., 1998.

THOMAZ JUNIOR, A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESAROLLO EN IBÉROAMERICANA, 1., 1999, Santiago de Compostela. **Actas...** Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

THOMAZ JUNIOR, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical, diante da reestruturação produtiva do capital. *Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona Disponível em: <www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm> Acesso em: 20/11/2000.

THOMAZ JUNIOR, A. "A Trama societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho. In: _____. **O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização**. Bauru: AGB, 2000.

O NOVO AMBIENTE INSTITUCIONAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA E A LUTA PELA TERRA.

Uma Peleja para a Classe Trabalhadora*

Nair e Lúcia

*Pelo convívio prazeroso, pelo apoio nunca negado
e pela certeza de uma caminhada de confiança mútua*

Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

O processo social que redimensiona a atividade canavieira no Brasil, particularmente em São Paulo, nesta viragem para o século XXI, é o que nos permitirá compreender as contradições internas à atualidade da relação capital x trabalho ou mais propriamente ao mundo do trabalho envolvido nesse setor da economia.

As mediações implementadas principalmente pelo Estado e pelo capital, que hegemonizam a gestão territorial e que acenam novas relações institucionais, tais como a constituição de comissões *tripartites* ou Câmaras Setoriais, ao exemplo da Câmara Setorial Paulista Sucro-alcooleira¹ e mais recentemente o Pacto pelo Emprego, estão no centro das nossas atenções. As experiências vividas ao longo da Segunda metade da década de 1990 nos ocupam e também os desdobramentos dessas formas específicas do exercício do controle social por parte do Estado e do capital canavieiro, sobretudo em São Paulo.

Um dos argumentos que substanciaram a criação da Câmara Setorial Sucro-alcooleira Paulista como parte do programa de Desenvolvimento e Competitividade do Estado de São Paulo (PDC), de 1995, está a avaliação sobre os resultados da primeira fase da experiência da Câmara Setorial Automotiva, voltada essencialmente à resolução da indústria automobilística no ABC paulista.

O governo do Estado, tendo à frente Mário Covas e como Secretário do Trabalho, Walter Barelli, se esforçou muito para apresentar um referencial de gestão dos conflitos que se apresentavam na atividade canavieira em São Paulo, de tal maneira que a abertura de mercado e a liberalização de preços pudessem não abalar a competitividade intra-setor e que não provocassem desdobramentos negativos em relação à questão do emprego. Não que a Câmara dispusesse de dispositivos para frear isso, mas ela se propunha conhecer e apresentar alternativas para a situação diversa e conflituosa entre as empresas, entre as empresas e os trabalhadores e o Estado, com

* Este texto é parte das investigações realizadas por meio do Projeto de Pesquisa "Câmara Setorial Sucro-alcooleira: a relação capital x trabalho e os desafios para o movimento sindical", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na alínea Auxílio à Pesquisa, com início em maio de 1998 a junho de 2001, posteriormente aprofundadas a partir da viabilização do Projeto de Pesquisa "Território em Transe: Metabolismo societário do Capital e as Mutações no Mundo do Trabalho", financiado pelo CNPq, na alínea Produtividade em Pesquisa PQ/2B, (2001 a 2003).

¹ Esse assunto foi objeto de nossas investigações logo após o término da tese de doutorado, momento em que demos continuidade às reflexões que norteavam o fortalecimento do capital agroindustrial, frente aos novos desafios, sem prescindir do apoio do Estado, mas de uma forma mais arrojada, responsável pelo exercício da mediação e da busca de soluções estratégicas para o setor.

referência à questão tecnológica, gerencial, social, etc. Mas, era necessário dispor de acúmulos capazes de permitir as ações e atuações nos campos requeridos.

É importante destacar outra coincidência, que, aliás, marcou profundamente os debates prévios nas duas experiências em apreço, ou seja, a decisão de se apostar no formato *tripartite* das Câmaras². Convidados a apoiarem a composição sugerida, os empresários do setor automobilístico entenderam que juntamente com o Estado e os trabalhadores, “poderiam todos, apontar alternativas para superarem a crise que se alojava no setor”. (ARBIX, 1997).

A predominância do ideário do segmento empresarial tido como “mais flexível” manteve, então, a participação do trabalho na equação social que nascia com a câmara automotiva.

Convencidos pelas constantes ameaças de estrangulamento da economia, os demais segmentos do capital e importante parcela do sindicalismo, representado pelo sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e, sobretudo, a CUT, fizeram *uma aposta no futuro*³.

Aumentar a produtividade; garantir as taxas de lucratividade e de acumulação; expansão do mercado (interno e externo); negociar com os trabalhadores, mas ter o apoio do Estado para impedir as ações grevistas e os paradesiros; fragilizar as movimentações operárias inclusive com a negativa de aceitar o Contrato Coletivo de Trabalho no âmbito da nascente Câmara Setorial, e a participação do Estado na formulação de políticas macroeconômicas favoráveis, eram os principais quesitos que o capital se lançava então a gestar⁴.

Ao longo de 1994, os sinais de desânimo evidenciados no âmbito do trabalho, através da luta sindical, foram um dos elementos que fortaleceram o projeto anunciado pelo Estado, porém arquitetado pelo capital e que teve no *tripartismo* societário o símbolo de uma época em que anunciava a necessidade de se pensar em alternativas para o esgotamento do padrão de desenvolvimento e novos instrumentos de dominação e gestão social.

Estamos diante de alguns significados da dominação do capital sobre o trabalho. Esse é, a nosso ver, a base fundante que referencia toda a discussão que o assunto em pauta requer para ser compreendido, situado por dentro do processo contraditório de construção da sociedade do capital. Está-se diante da centralidade do discurso e do posicionamento que reinaram internamente à Câmara Setorial e ao Pacto, enquanto defesa ideológica da reestruturação produtiva do capital e dos novos mecanismos de dominação colocados em prática pelos setores sociais hegemônicos, que têm na (re)qualificação do trabalho a saída para as mazelas do desemprego⁵.

No coração do centro dinâmico do *agribusines* brasileiro, na área canavieira de Ribeirão Preto, os cortadores de cana-de-açúcar estão envolvidos também em ocupações de terra e viabilização de assentamentos rurais. É enganoso afirmar que o proletariado somente requer melhores condições de trabalho e aumentos salariais. Num ambiente marcado por profundas contradições, faz-se importante compreender os (re)arranjos espaciais por dentro da dinâmica do

² Instituídas em 1991, sob o governo Collor, como recurso capaz de promover uma saída negociada do congelamento de preços, referente ao segundo Plano de Estabilização (Collor II), as Câmaras Setoriais passaram de um formato *bipartite*, para *tripartite*, envolvendo também os trabalhadores.

³ Expressão tomada de empréstimo de Glauco Arbix que inclusive leva o nome de seu livro publicado pela Editora Scritta, 1996.

⁴ Em texto anterior tivemos a oportunidade de aprofundarmos reflexões sobre esse assunto. Cf.: Thomaz Jr., 1999, p.22-28.

⁵ Cf. Thomaz Junior, 2000.

trabalho, como componente da engrenagem metabólica do capital. Há que se redobrar as atenções para o uso equivocado de generalizações e pressuposições inconseqüentes que nos impossibilitam entender a complexa trama de relações que estão presentes no mundo do trabalho, a tal ponto de nos induzir compreender que há barreiras e distâncias intransponíveis internamente ao trabalho, no caso os assalariados (proletários) que também ocupam terra para engrossar o coro da Reforma Agrária.

Pensa-se, então, ser possível apreender o conteúdo contraditório da luta pela terra no Brasil, na viragem do século XXI, por dentro da processualidade social, que nos impõe entender o conjunto heterogêneo e complexificado do trabalho social hoje. Continuar imaginando que os trabalhadores assalariados, proletarizados ou semi-proletarizados, no caso, ligados às atividades encimadas na agroindústria canavieira (tanto agrícolas quanto fabris), sobretudo no corte da cana-de-açúcar, não estão preocupados com a questão da luta pela terra, tampouco com a Reforma Agrária, não condiz com a realidade. Apesar desse assunto merecer muito mais atenção da nossa parte⁶, podemos adiantar que há capilaridades entre os diferentes significados e sentidos do trabalho, mesmo que o estranhamento imperante não possibilite aos trabalhadores “enxergarem” as contradições e as clivagens do processo metabólico do capital. O fato é que as evidências espaciais e territoriais desse processo nos permitem apreender algumas de suas faces e suas especificidades enquanto materialidades que compõem as estratégias para o exercício do controle de classe por parte do capital sobre o trabalho.

Está em pauta, portanto, atentarmos para o processo contraditório que redefine a forma de ser da classe trabalhadora, principalmente eleger as correlações necessárias para a compreensão das condições objetivas das formas de precarização, flexibilização da produção e do trabalho e especificamente para o modelo excludente e concentracionista de renda, de terra e de capital, adotado na economia brasileira e particularmente na agropecuária, que se ancora na cultura latifundista quinhentista e que conta, historicamente, com o beneplácito do Estado.

De todo modo, a partir dos avanços alcançados com o projeto de pesquisa que originou nossa tese de doutorado⁷ e com as leituras e elaboração do Projeto de Pesquisa que deu fundamentação ao Grupo Interinstitucional de Estudo e Pesquisa do Setor Sucro-Alcooleiro (GEP-SUCRO)⁸, de forma coletiva com pesquisadores e especialistas de diversas Universidades brasileiras e com a consecução do presente Projeto de Pesquisa, está sendo possível aprofundar discussões e apontar novos caminhos para as pesquisas e, em conseqüência, disponibilizar de novos instrumentos para se compreender o (re)arranjo que se processa na agroindústria canavieira no Brasil.

É por essa via que pretendemos situar o entendimento que o trabalho tem de si e da processualidade em pauta, enquanto trabalho fragmentado, alienado, então, nas diferentes categorias/sindicais ou corporações, (rurais, químicos, condutores e alimentação), ou seja, como

⁶ É o que está nos ocupando nesse momento na preparação do Projeto de Pesquisa “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, em São Paulo, e os Desafios para o Trabalho”, a ser desenvolvido em duas etapas, sendo a Segunda através de Estágio de Pós-doutorado na Espanha, ao longo do ano de 2004.

⁷ Cf. Thomaz Junior, 1996.

⁸ O Projeto que deu origem ao GEP-SUCRO foi: “Reconfiguração da agroindústria sucroalcooleira no Brasil: desregulamentação estatal, reestruturação produtivo-organizacional e movimentos sociais”. Este projeto foi submetido ao CNPq, para objeto de apreciação de financiamento.

produto do enraizamento ao regramento jurídico-institucional imposto pelo Estado e daí o atrelamento (legal) das ações organizativas das entidades sindicais no campo de determinações do Estado e do capital.

Põe-se em questão, então, o imbricamento das ações do capital, passando pelo fatiamento corporativo/sindical, delineado a partir da parametrização do aparato jurídico-político estatal, bem como a atuação do Estado no tocante à esfera dos investimentos e intervenção direta na atividade canavieira, reforçada com o Proálcool e redimensionada com a Câmara Setorial e com o Pacto pelo Emprego, já na segunda metade dos anos 1990, que a um só tempo garantem a unificação de interesses da burguesia agroindustrial e das elites que controlam a máquina estatal.

2. Das Técnicas à Efetivação do Controle Social

A agroindústria canavieira no Brasil revela ampla e complexa diversidade tecnológica, econômica, gerencial, social, etc. O maior produtor de cana-de-açúcar do mundo - 250.000.000 de toneladas na safra 2001/2002 - o equivalente a 16,0% da área cultivada do planeta, ou seja 4,4 milhões de hectares - diferencialmente territorializada, em duas regiões produtoras: centro-sul (C/S) e norte-nordeste (N/NE)⁹, se concentra fundamentalmente em São Paulo e, nos Estados nordestinos de Alagoas e Pernambuco, sendo, pois, inexpressiva na porção norte ou nos Estados Amazônicos.

Considerando-se a área cultivada total do país (60 milhões de ha), a cana-de-açúcar situa-se em quarto lugar, com 8,8% (5,3 milhões de ha), sendo superada em ordem crescente, pelo feijão (11,04%), soja (19,08%) e milho (26,27%) e estando à frente do arroz (8,28%), do café (5,5%) e da mandioca (3,93%)¹⁰.

A essa quantidade de hectares plantados com cana-de-açúcar distribuem-se 350 unidades processadoras ou agroindústrias canavieiras em operação, que envolvem aproximadamente, 1.500.000 trabalhadores em empregos diretos, 80% dos quais na atividade agrícola e o restante nas respectivas plantas fabris.

De todo modo, os Estados do C/S possuem aproximadamente 70% (ou, 3,7 milhões de ha) do total da área plantada do país, e mesmo quando nos atemos exclusivamente ao sudeste, São Paulo representa 80%¹¹ e logo em seguida vem o Paraná, que, aliás, já ocupa a segunda colocação em nível nacional, em área plantada, produção de matéria prima, açúcar e álcool anidro, perdendo para Alagoas, o terceiro colocado, somente na produção de álcool hidratado.

⁹ Essa regionalização do território canavieiro, proposta pelo PLANALSUCAR (Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar) no início dos anos 70, é largamente utilizada na literatura específica, tanto no meio acadêmico, como, fundamentalmente nos documentos e boletins de safra produzidos no âmbito dos órgãos estatais, como o IAA, CENAL, Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) - Departamento de Assuntos Sucro-alcooleiros (DSA), Ministério da Agricultura, etc., representando, assim, parte expressiva das informações secundárias sobre a agroindústria sucro-alcooleira no Brasil. Em vista disso é que fizemos uso dessas informações e explicações agregadas, até porque, em muitos casos não estar disponível informações desagregadas por Estado produtor.

¹⁰ Cf.: SEES/AAE, 1993.

¹¹ Os dados fornecidos pelo IBGE, não coincidem, para o Estado de São Paulo, com as informações utilizadas pelo IEA. Como constatamos, isso se deve, além de se tratar de instituições diferentes, à adoção de procedimentos técnicos e metodológicos diferenciados na coleta e mensuração das informações, bem como à metodologia de cálculo.

Se adotarmos o recorte regional para visualizarmos a performance do setor como um todo, as diferenças são ainda mais evidentes.

A título de exemplo, dos 650 municípios do Estado de São Paulo, 355 são canavieiros e respondem por 60% da produção nacional, e aproximadamente 200 destacam-se; 70% do total do álcool e do açúcar produzido no país; 35% do PIB agrícola paulista; 8% do PIB agrícola nacional; e se territorializa por aproximadamente 2,5 milhões de hectares, sob a influência de 133 unidades agroindustriais¹².

A mecanização, a microeletrônica e a automação *invadiram* a agricultura e produzem modificações dos processos e controle do trabalho jamais vistos, com repercussões de extrema magnitude para o trabalho, especialmente no centro-sul, e em São Paulo, em particular. Percebemos também profundas mudanças nas formas de representação sindical e política, portanto, na subjetividade e escala de valores sociais, culturais, éticos, etc., ou seja, na sua identidade de classe.

Nota-se que há combinações entre formas e significados que impõem profundas modificações nos rumos do trabalho ou nas formas de controle exercidas pelo capital e pelas classes dominantes, que requalificam as relações sociais de produção e particularmente, de trabalho, na agricultura. Não se trata, apenas, de polemizar sobre o universo ocupacional e a qualificação do trabalho, tampouco as redefinições de funções e atividades, tais como: 1) formas assalariadas puras (proletariado em geral e os sub-proletarizados); 2) assalariamento consorciado (pequenos e médios produtores familiares, integrados ou não; trabalho temporário e demais formas precarizadas presentes na informalidade, agricultura *par time*); 3) formas não assalariadas (autônomos, pequenos negociantes, produtores familiares, assentados, agregados, seringueiros, posseiros, ribeirinhos, indígenas desaldeados)¹³.

Esse quadro se sustentou e conheceu o sucesso dos anos 70 e 80, e os avisos de uma conjuntura desafiadora nos anos 90, graças às políticas estatais. A intervenção, o controle e a elaboração de políticas específicas para a atividade canavieira no Brasil remontam ao período colonial. Com o Proálcool, em 1975, temos o revigoramento da atividade produtiva a partir do direcionamento do Estado para regularizar a rentabilidade e a capitalização dos empresários agroindustriais, sobretudo por conta da conjuntura desfavorável internacionalmente para o açúcar brasileiro. Somente num segundo momento é que se associou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) à matriz energética assentada na mistura do álcool à gasolina, de 1975-1980, no do álcool hidratado como combustível direto, a partir de 1979¹⁴, sendo que até recentemente, a maior parte da cana moída é direcionada para a produção de álcool, mais para o anidro ou para o hidratado dependendo da safra.

Às custas de elevadas somas de recursos públicos, sob o crivo de favoritismos e privilégios, os empresários se capitalizaram e tiveram sua capacidade de produção multiplicada, seguida de perto pela escalada de enriquecimento que também garantiu o registro de fortunas e poderio econômico e político, às custas da concentração crescente da propriedade da terra, de

¹² Cf. Thomaz Junior, 2002a.

¹³ A esse respeito indicamos o excelente trabalho de mestrado desenvolvido por Ribeiro, 2002, sob nossa orientação "A Geografia da Escravidão no Território do Capital".

¹⁴ Em estudo realizado anteriormente, pudemos elaborar reflexões sobre esse assunto, depois de uma longa revisão bibliográfica. Cf.: Thomaz Jr., 2002a.

capital e, conseqüentemente, da riqueza socialmente produzida por milhares de trabalhadores, que sobreviveram excluídos das benesses e dos privilégios e que tiveram que amargar as péssimas condições de trabalho que lhes foram impostas.

A Tabela 1 nos permite apreender, desde o início dos anos 70 até o final do século XX, a distribuição diferencial da produção e a área colhida com cana-de-açúcar no Brasil. Por sinal, diferença essa que se consagra de forma contundente tanto para a produção do açúcar (Tabela 2), quanto para o álcool (Tabela 3), em referência ao centro-sul canavieiro, principalmente São Paulo.

Cabe registrar que é sob esse pano de fundo que os trabalhadores se rebelaram e em maio de 1984, sem a liderança dos sindicatos, num primeiro momento, tomam a frente do confronto com o empresariado e instalam um processo de greve, que ficou conhecido como Movimento de Guariba. Na prática, os trabalhadores colocaram em questão a situação opressiva a

Tabela 1. Área, Produção e Rendimento da Cana-de-açúcar no Brasil: 1970 – 2000

Anos	Área Colhida (mil ha)	Produção (mil t)	Rendimento Agrícola t/ha
1970	1.725,1	79.752,9	46,23
1971	1.728,0	80.380,4	46,52
1972	1.802,6	85.106,2	47,21
1973	1.958,8	91.994,0	46,97
1974	2.056,7	95.623,7	46,49
1975	1.969,2	91.524,6	46,48
1976	2.093,5	103.173,5	49,28
1977	2.270,0	120.081,7	52,90
1978	2.391,4	120.144,9	54,00
1979	2.537,0	138.898,9	54,75
1980	2.607,6	148.650,6	57,01
1981	2.825,9	155.924,1	55,18
1982	3.084,3	186.646,6	60,52
1983	3.478,8	216.037,0	62,10
1984	3.655,8	222.317,8	60,81
1985	3.912,0	247.199,5	63,20
1986	3.944,7	238.443,0	60,45
1987	4.308,7	268.504,0	62,32
1988	4.113,2	258.294,0	62,80
1989	4.067,7	252.290,0	62,02
1990	4.270,9	262.605,0	61,49
1991	4.210,9	260.839,1	61,94
1992	4.201,3	271.432,0	64,61
1993	3.863,3	244.303,0	63,24
1994	4.344,5	292.070,5	67,23
1995	4.565,5	303.557,3	66,49
1996	4.827,3	325.929,1	67,5
1997	4.880,0	337.195,5	69,10
1998	4.972,0	338.971,5	68,18
1999	4.860,3	333.314,4	68,6
2000	4.735,7 *	291.875,00 *	61,63

Fonte: SPC/DAA/MICT; UNICA, 2001

* Estimativa

Tabela 2. Produção de Açúcar (mil toneladas)

Safrá 1992/93 – 1999/2000

Regiões	S		A	F	R	A		
	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
N-NE	3.130,1	2.265,2	3.211,5	3.337,6	3.184,8	3.526,2	2.781,3	2.162,9
C-S	6.131,2	7.008,7	8.515,1	9.315,3	10.478,4	11.384,4	15.279,8	16.899,8
S P	4.940,8	5.537,0	6.705,6	7.245,0	7.929,5	8.734,9	11.806,3	13.091,2
BR	9.261,3	9.273,9	11.726,6	12.652,9	13.663,2	14.910,6	17.961,6	19.062,8

Fonte: SPC/DAA/MICT; UNICA, 2001

que estavam submetidos, agudizadas com a adoção do sistema de 7 ruas para o corte de cana-de-açúcar, ao invés das cinco ruas usuais¹⁵.

A partir desse momento e a sucessão dos desdobramentos em relação às condições de trabalho e a nocividade das queimadas, o Ministério Público passa a ter papel destacado, especialmente pela notabilidade que dá para os assuntos polêmicos que povoavam a agroindústria canavieira e que eram desconsiderados, negligenciados e mesmo abafados pelos empresários e autoridades e em alguns casos, desconhecidos dos trabalhadores, das entidades sindicais e da sociedade em geral. Ganham visibilidade, então, os malefícios das queimadas para a saúde da população¹⁶, o transporte inadequado dos trabalhadores, a utilização de menores no corte da cana-de-açúcar e o descumprimento dos acordos coletivos por parte dos empresários, o que resultou em ações judiciais, invocando o uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's)¹⁷, etc.

Tabela 3. Produção de Alcool (milhões de litros) – Brasil

Safrá 1992/93 – 1999/2000

Regiões	S		A	F	R	A		
	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
N-N	1.630,6	912,9	1.549,6	1.734,2	2.266,0	2.144,9	1.631,2	1.146,3
C-S	10.066,5	10.372,7	11.147,2	10.849,1	12.113,5	13.262,5	12.281,0	11.634,2
S P	7.926,5	8.279,4	8.706,2	8.121,2	8.971,4	9.493,1	9.072,4	8.486,8
BR	11.697,0	11.285,5	12.696,8	12.583,4	14.379,7	15.407,5	13.912,5	12.780,6

Fonte: SPC/DAA/MICT; UNICA, 2001

Os baixos salários, o rígido controle do patronato à escala da barbárie registrada mediante a superexploração do trabalho (com longas jornadas), o descumprimento dos acordos e das convenções coletivas e, sobretudo, da legislação trabalhista, etc., foram os elementos que estruturaram as condições que solidificaram o sucesso econômico da agroindústria canavieira, aliás, é o que demonstram grande parte dos estudos sobre esse assunto¹⁸. Caiu por terra e nunca se

¹⁵ Essa questão foi amplamente desenvolvida por nós na tese de doutorado. Cf.: Thomaz Jr., 2002a. Para mais detalhes Cf.: Gebara; Baccarin, 1983.

¹⁶ Nesse aspecto, é necessário destacar o papel do Centro de Estudos Regionais (CER), ligado à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

¹⁷ A respeito desses assuntos, destaca-se o papel desempenhado pela Federação de Órgãos Associados para a Educação (FASE), ONG que atuou de forma mais decisiva na região de Ribeirão Preto, durante o período de 1988 a 1996.

¹⁸ O trabalho de mestrado em Geografia desenvolvido por Júlio Cezar Ribeiro e sob nossa orientação, "Exclusão Social na Agroindústria Sucro-alcooleira no Mato Grosso do Sul: Inserção e Superexploração da Mão-de-obra Indígena", e defendido em dezembro de 2001 demonstra que a superexploração do trabalho talvez seja a principal explicação para a manutenção dos

efetivou a proposta anunciada que um dos principais objetivos do Proálcool, era a desconcentração de renda, tendo em vista mais de 60% do álcool produzido no país estar a cargo de São Paulo, (Tabela 3).

2.1. O Processo Concentraccionista

De posse de alguns indicadores censitários, podemos situar esse processo mais geral, sendo que encabeça a lista a escorchantes concentração de renda no país, pois enquanto os 50% mais pobres detêm 13,5% do bolo, o 1% mais rico da população se apodera de 13,8%. A chaga representada pela precarização das relações de trabalho pode ser vista, de um lado através da cifra que quantifica que, do saldo dos 418 mil postos de trabalho criados no ano de 1999, 94% materializaram-se sem carteira assinada, e por outro lado, o Brasil desponta na terceira colocação no *ranking* mundial do desemprego, com 7,7 milhões, superado apenas pela Rússia, com 9 milhões e a Índia com 39 milhões de trabalhadores desempregados¹⁹. E no tocante à estrutura fundiária, assiste-se à seguinte aberração: 93 milhões de hectares (ha) ou 11% da área total do país estão sob o domínio de pouco mais de 3000 proprietários, dos quais, 70 milhões de ha (algo equivalente ao Estado de São Paulo), se encontram em situação irregular. Esses números dão um banho de água fria nos comemorativos dos 500 anos do *descobrimento*.

Chama atenção a constatação de estar ocorrendo pela primeira vez em 500 anos, a extinção de estabelecimentos agrícolas, ou seja, 940.000 - 400.000 nos anos de 1995 e 1996 - sendo 96% deles com áreas inferiores a 1000 ha, dos quais 73% até 10 ha²⁰.

Os censos agropecuários do Estado de São Paulo, de 1985 e 1996 indicam que, mesmo tendo havido decréscimo da área cultivada, de 16%, isso não produziu impacto significativo na produção, o que revela a ocorrência de aumento dos índices de produtividade. A “modernização” que transcorreu na agropecuária paulista expulsou milhares de pequenos agricultores e parte dos assalariados, como revelam os números, de 1.357.113 em 1985, para 914.954 em 1995/96. Esse processo também foi acompanhado de um forte incremento na já concentrada propriedade fundiária.

Essa diversidade de situações acrescenta novos desafios para a trama societária capitalista, com desdobramentos que vão fragilizar ainda mais o trabalho, tanto do ponto de vista do emprego, do que fazer, quanto da divisão do bolo ou da riqueza socialmente produzida, atrelada à concentração da propriedade da terra e, conseqüentemente, da expropriação de grandes contingentes de trabalhadores da terra.

Há, então, uma série de fatores que se imbricam para consolidar o atual estágio de penúria em que se encontra a maioria dos trabalhadores envolvidos na agropecuária brasileira. A burguesia e os artífices do agronegócio²¹, que incluem as ligações intersetoriais²² na agropecuária,

ganhos advindos do rebaixamento de custos e da performance produtiva da Debrasa, no Mato Grosso do sul, especialmente mediante a utilização de força de trabalho indígena, especialmente no corte da cana-de-açúcar.

¹⁹ Cf. Pinheiro, 2000, p. B5.

²⁰ Cf. Oliva, 2000.

²¹ Esta expressão é a tradução da palavra de origem inglesa *agribusiness* e já está praticamente absorvida na terminologia técnica, política e acadêmica, a ponto de informalmente, a Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de São Paulo, ser reconhecida por seus técnicos e funcionários como sendo Secretaria de Estado do Agronegócio.

²² Kageyama, 1987, denomina esse processo de integração intersetorial da agropecuária brasileira.

especialmente na agroindústria canavieira e citrícola, não só detêm o controle político e gestor dos recursos públicos destinados ao setor, como também desenvolvem campanhas milionárias junto à mídia para criminalizar os trabalhadores e os movimentos que se indignam com as manobras e as injustiças praticadas, especialmente as movimentações contrárias às cooperativas de mão-de-obra, ou as *fraudoperativas*²³. É a partir desses referenciais que o governo FHC intensifica a ofensiva para arrochar salários, promulgar medidas anti-reforma agrária e promover a maior despossessão e empobrecimento dos trabalhadores brasileiros em prol do fortalecimento das oligarquias e das classes hegemônicas.

Pode-se inferir, seguramente, que o cenário que abriga esse quadro é de profunda complexidade e revela uma trama de relações de grande amplitude e que requer, portanto, uma análise da totalidade dos elementos constitutivos, o que não pode ser tratado sem aprofundamentos. É na órbita do capitalismo contemporâneo que se têm, então, as pistas fundamentais para se entender a intensificação da sua lógica destrutiva²⁴ e as repercussões que reformatam o mundo do trabalho.

2.2. Revitalização do Proálcool e Reformulação da Política Energética

O acompanhamento mais detido das últimas duas safras pode sinalizar os apontamentos que se consolidaram para a agroindústria canavieira, assim como os enunciados que se lançam para o próximo século. É importante ressaltar que, em tempos de desregulamentação, os preceitos liberais e expansionistas do capital se misturam às reivindicações que propõem a “participação do Estado na formulação de políticas públicas para o setor, desde que sinalize conjuntamente alternativas concretas de financiamento...” Ainda mais, depois de os resultados finais da safra 1999/2000, na região centro-sul terem registrado queda no montante da cana moída, mas com alta na produção de açúcar (Tabela 2) e queda na produção de álcool (Tabela 3). No entanto, essa avaliação prestada por influente empresário sucro-alcooleiro paulista revela o significado dos vínculos históricos de uma trajetória intervencionista do Estado nesse setor da economia.

O requerimento do Estado por parte dos empresários sucroalcooleiros nas negociações específicas que transcorreram para a consolidação do açúcar brasileiro no regime aduaneiro do Mercosul, transcende as expectativas do papel exercido como negociador somente. A postura reticente por parte dos negociadores argentinos sinaliza interferências na matriz energética brasileira, especialmente pelas assimetrias provocadas pelo uso do álcool como combustível no Brasil, inclusive exigem que o Brasil, num prazo de seis anos, deixe de utilizar o álcool, tanto como combustível direto, como aditivo oxigenado. Desde 1992, esses argumentos camuflam, como reconhecem os empresários brasileiros, o atraso e a falta de competitividade do setor açucareiro

²³ A esse respeito Cf.: Silva, et. al. 1997.

²⁴ Mézáros pondera que junto das práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada do capital, “fez surgir inclusive o espectro da destruição global, em vez de aceitar as restrições positivas requeridas no interior da produção para a satisfação das necessidades humanas” (MÉSZÁROS, 1995 *apud* ANTUNES, 1999, p. 188).

argentino da região de Tucumã, apoiado pelos produtores de Jujuy e pelos fabricantes de açúcar de alta frutose de milho (HFCS), mais modernos e produtivos quando comparados a Tucumã.

Mas o que se destaca é a busca de alternativas econômicas para o açúcar e para o álcool. Essa é a principal atenção que os empresários paulistas manifestam publicamente. Na primeira edição do Jornal Informação UNICA de 2001, está estampada a preocupação do empresariado sucro-alcooleiro paulista, quando alerta para a tendência de recuperação das próximas safras, o que não pode ameaçar a estabilidade do mercado de álcool, principalmente, tendo em vista o crescimento da produção do produto, na menor safra (2000/01) da década.

O cenário atual nos reserva alguns cuidados especiais em relação aos papéis desempenhados ao longo dos anos pelos atores sociais envolvidos na atividade canavieira. Ou seja, a partir do final dos anos 80, após longas décadas de tutela estatal, teve início a desregulamentação do setor.

Essa empreitada envolveu o desmonte e extinção do IAA, no início dos anos 90, e foi seguida da retirada do suporte governamental às empresas agroindustriais e aos produtores. Os reflexos disso rebateram diretamente nos abalos que, na seqüência, consolidaram a queda vertiginosa do álcool hidratado enquanto combustível direto. Não se pode esquecer de que esse fato foi influenciado ou mesmo determinado pelos preços compensadores do açúcar no mercado externo e pelos baixos preços do petróleo.

Os empresários apresentam-se esperançosos em conseguir contar com o apoio do Estado para manterem os derivados da cana-de-açúcar na matriz energética, sendo que isso inclui a abertura do leque de opções tecnológicas e que sejam criadas e apoiadas iniciativas capazes de dinamizar os produtos já conhecidos e tidos como principais (açúcar e álcool), como também os subprodutos (bagaço, alcoóis finos, açúcares concentrados, açúcar orgânico, açúcar líquido, etc.), que através da sucro-alcoolquímica possam ganhar referencial de escala e mercado. Associado a isso e com alcance estrutural, capaz de rebaixar custos, aumentar a produtividade e a eficiência do trabalho agroindustrial e, conseqüentemente, apresentar recursos necessários para a reprodução ampliada do capital, estão as pesquisas de maneira geral, mas sobretudo na parte mecânica e genética. Tanto na parte industrial, em toda a escala da planta e dos processos físico-químicos, quanto na parte agrícola, é possível listar diversos avanços tecnológicos, com destaque para a mecanização do corte e do plantio da cana-de-açúcar, no melhoramento genético e na transgenia, como também para a sofisticação do sistema de carregamento e transporte.

No entanto, o melhoramento genético ganha maior visibilidade através do Projeto Genoma da Cana, que tem à frente o Centro de Tecnologia da Copersucar (CTC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que mobiliza 180 pesquisadores, 23 laboratórios, 13 Universidades e institutos de pesquisa, com orçamento de US\$ 8 milhões. O sequenciamento do material genético da cana-de-açúcar permitirá aos pesquisadores decifrar os 50.000 genes da planta, o que possibilitará manipular variedades, por exemplo: a) mais resistentes a pragas e doenças como ferrugem, escaladrina, b) com teor de açúcar mais concentrado, e c) açúcares raros, etc.

Em termos práticos, os empresários requerem e forçam negociações junto ao CIMA, ao BNDES, governos estaduais, e municipais, através da Associação dos Municípios Canavieiros do Estado de São Paulo (AMCESP), empresas montadoras de automóveis, como forma de fortalecer a utilização do álcool hidratado, o que envolve: a) além do carro a álcool – que já conhece patamares expressivos quando se compara as vendas de veículos a álcool em 1999 (11.284 automóveis), em 1998 (1.451) e em 1997 (1.273); b) o combustível flexível (tecnologia disponível) e, c) a utilização do álcool como reformador em sistemas de célula a combustível (tecnologia em desenvolvimento), principalmente pela Daimler-Chrysler²⁵.

Mas, quando se trata de alongar os horizontes para visualizarem perspectivas para o álcool em relação ao mercado externo, os empresários brasileiros manifestam-se cuidadosos. O banimento do MTBE (metil-tercio-betil-éter), polímero do petróleo, da mistura à gasolina, e em seu lugar praticar o uso do álcool anidro, nos EEUU, não acenam com possibilidades reais para o produto brasileiro, tendo em vista a capacidade instalada para a produção a partir dos excedentes de cereais, principalmente do milho, hoje, em torno de 6 bilhões de litros, podendo duplicar esse montante em 3 anos. O mesmo acontece com a França, que produzirá internamente o etanol a ser misturado, como oxigenado, à gasolina, na proporção de 5% e até final de 2003 duplicará a produção de 1,2 bilhões de litros, cifra que lhe garante a quarta colocação no ranking mundial, sendo que 70% originam-se do açúcar de beterraba e 30% do trigo.

Através da Tabela 4 podemos constatar que o privilegiamento do açúcar se expressa no crescimento percentual de cana convertida no produto e conforme as previsões da ÚNICA, esse percentual deverá continuar crescendo.

Está estampado o desejo dos empresários em garantir condições remuneradoras para o álcool internamente, principalmente com a retomada da produção de carros, mediante os objetivos da Frota Verde, com participação direta do Estado, tornando-a obrigatória quando da renovação dos carros oficiais, exclusivamente para carros a álcool; à mistura do anidro à gasolina, à base de 24% e ao diesel.

Tabela 4. Participação da Matéria-prima Convertida em Açúcar

Safra	% Cana Convertida em açúcar
1996/97	35,55
1997/98	35,92
1998/99	42,83
1999/00	46,23
2000/01	45,36

Fonte: Datagro, 2000, n.24

No entanto, diante da possibilidade dos *apagões* e da anunciada crise energética, a cogeração de energia a partir do bagaço de cana, mas, sobretudo, a possibilidade de as empresas

²⁵ Cf. Informação única, n.39, 2000, p.2.

agroindustriais canavieiras²⁶ produzirem e venderem energia elétrica²⁷, ocupa lugar de destaque internamente. Com capacidade para produzir 100 KWH por tonelada de cana processada, com a tecnologia existente, considerando-se a produção de 300 milhões de toneladas de cana por safra e com a tecnologia da gaseificação do bagaço, essa cifra pode dobrar.

No Estado de São Paulo, 40 unidades agroindustriais canavieiras estão com excedentes (disponíveis) que somados alcançam pouco mais de 150 MW, mas apenas 120 MW estão sendo comercializados, sendo, pois, as principais: Barra Grande; Nova América, Moema, Santo Antonio, Viralcool e a Vale do Rosário, que se responsabiliza por 30 MW. “Apesar de o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) estar pagando até R\$ 684,00 por MW/h, os preços dos contratos de energia de biomassa estão em torno de R\$50,00 e R\$70,00 por MW/h”.²⁸

Os empresários diante das potencialidades de “novo” mercado que se constitui em relação à venda de energia elétrica, ponderam que as limitações presenciadas nesse ramo de atividade se devem à ausência de planejamento estratégico por parte do Estado²⁹ e, conseqüentemente, a definição do papel dos diversos produtos envolvidos na matriz energética. Argumentam ainda que “ninguém planta cana-de-açúcar para gerar bagaço, mas para produzir açúcar e álcool”³⁰, assunto que compôs pautas específicas junto às reuniões da Câmara ao longo dos últimos dois anos foi praticamente esquecido.

Emerge em cena com a desregulamentação, questões encimadas na mecanização do corte da cana-de-açúcar, que recobrem a polêmica questão da despalha ou da queima da cana para o corte e toda a cadeia de desdobramentos sociais, ambientais, políticos e econômicos e geográficos. É possível afirmar que em nível nacional, a área de colheita mecanizada evoluiu significativamente de 1994 a 2002. Até meados de 1994, apenas 4% da colheita se davam em bases mecânicas no Brasil, ou seja, 9.600.000 toneladas, numa área plantada de aproximadamente 128 mil hectares. Em 2000, esse percentual ultrapassou a casa dos 20%, podendo ter alcançado algo próximo a 30% em 2002, sendo que, na região Centro-Sul, o total da área com cana colhida mecanicamente alcançou 34%, contra apenas 8,0% na região Nordeste, (Tabela 5).

O corte mecanizado alcança em média cerca de 35% a 40% mais barato do que o corte manual. Além disso, dependendo de sua performance, uma máquina pode colher em torno de 500 a 1000 toneladas de cana por dia, podendo substituir cada uma, aproximadamente de 80 a 100 trabalhadores, independentemente de a cana ser queimada inteira ou picada, ou crua picada.

Na rabeira desse processo de mecanização crescente da colheita e já em passos adiantados a mecanização do plantio, se situam, mais recentemente vários aportes discursivos implementados pelo capital ou por setores identificados com o empresariado sucro-alcooleiro no Brasil, com eco no próprio Congresso Nacional, mediante as bandeiras da preservação e da

²⁶ Em recente reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo, do dia 23 de maio de 2001, p. B7, comparece o ânimo dos empresários que pretendem ampliar os investimentos em produção de energia a partir do bagaço, com as atenções voltadas para a “mina ainda não explorada”.

²⁷ Mais detalhes Cf.: Thomaz Jr., 2002a.

²⁸ Cf. Informação Única, ano 4, n.41, p.1, maio/junho de 2001.

²⁹ Na Índia, segundo colocado na produção mundial de cana-de-açúcar produzem-se a partir da biomassa do bagaço, 300 MW para a rede pública e existem projetos para mais 400 MW a vigorar em curto prazo. Decisão semelhante adotou a República de Maurício, que produz 210 GW/h a partir da biomassa, o que deverá saltar para 800 GW/h, a partir da gaseificação. Na Guatemala, guardando as devidas proporções, 15% da energia elétrica gerada no país é advinda da queima da biomassa da cana-de-açúcar.

³⁰ Idem.

sustentabilidade ambiental, aliás, elementos que fundaram a razão (política) da criação da Câmara Setorial. Com o amparo dos meios de comunicação e da mídia em geral, ganha expressão de batismo e de significado social irrestrito a certificação ambiental na agroindústria canaveira no Brasil, particularmente para o açúcar exportado para o mercado consumidor europeu e mais recentemente o álcool (anidro e hidratado), tendo em vista a credencial de ser qualificado como produto limpo³¹.

Tabela 5 – Evolução da Área de Colheita Mecanizada com Cana-de-açúcar no Brasil

Ano	São Paulo (%)	Centro-Sul (%)	NE (%)	Brasil (%)	Área Total Corte (x1000 ha)	Área Mecanizada (1000 ha)
1994	-	-	-	4,0	3.208	128,3
1997	17,8	15,4	3,2	13,5	3.691	498,3
1998	26,4	24,9	5,7	23,8	3.855	917,5
1999	22,3	25,3	5,9	23,0	4.103	943,7
2000	30,5	28,0	7,6	24,7	3.687	910,7
2001	33,0	31,0	8,0	29,0	3.785	1097,6
2002	37,0	34,0	9,0	30,0	4.171	1326,4

Fonte: Oliveira, 2002.

Ainda que tenham que ser ressalvadas algumas questões como as tentativas de disciplinamento para o uso de procedimentos não aceitos pela sociedade como emissão de gases poluentes em doses não prescritas, ou ainda os desdobramentos nefastos das queimadas para a saúde dos trabalhadores e para as população das cidades circunvizinhas, o discurso que fundamenta essas *novas* demandas da sociedade, fortalece, em vários casos, o próprio processo de dominação do capital, agora totalmente camuflado pela roupagem ambiental, sabendo-se, pois, que a certificação ambiental já comparece como *novo* elemento diferenciador, intra-capital, de ganhos adicionais e performance técnico-econômica³². Em nome do cumprimento de determinados pré-requisitos (*ambientais*), torna-se possível a aceitação das mercadorias (açúcar e álcool) ou o privilegiamento de mercados cativos, sem antes serem diagnosticadas as reais condições de trabalho, formas de pagamento, cumprimento dos acordos coletivos, etc.

Trata-se de um caminho carregado de múltiplas armadilhas, tendo em vista que a discussão em torno do trabalho é, em última hipótese, a evidência de uma das facetas do próprio capital. Há de se considerar que, do ponto de vista fenomênico, a identidade dos que vendem sua força de trabalho está além de uma mera questão mercadológica, já que tal processo infere a possibilidade (e necessidade) de um amplo conjunto de mediações que vai desde o ato de trabalho propriamente dito até a construção cultural necessária à reprodução das condições sociais que, genericamente, denominamos de capitalismo.

³¹ A esse respeito indicamos o trabalho de mestrado de Ana Maria Soares de Oliveira, "A Relação Capital x Trabalho na Agroindústria Sucro-alcooleira Paulista e a Intensificação do Corte Mecanizado: Gestão do Trabalho e Certificação Ambiental" desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob nossa orientação e defendido em abril de 2003.

³² Idem, 2003.

3. Desregulamentação e Reestruturação Produtiva do Capital

O sentido mais geral desse processo pode ser apreendido através da seguinte observação de Chesnais:

O problema, já a esse nível, é que a liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação [...] decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir; numa palavra, numa propensão à mobilidade. Agora, o capital está à vontade para pôr em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país - e se for o caso, numa parte do mundo - e outro. Para isso, o capital concentrado pode atuar, seja pela via do investimento, seja pela da terceirização (CHESNAIS, 1996, p.28).

Mais recentemente, diante do exposto, entendemos que a reestruturação produtiva do capital no Brasil se apresenta com traços marcantes e expressivos territorialmente. Ao se combinarem diferentes ações como enxugamento drástico das empresas, formas diversificadas de superexploração do trabalho, desregulamentação, novas formas de gestão do processo de trabalho, têm-se, então, indicativos de que o fordismo está se mesclando, por exemplo, com vários elementos do *toyotismo*, que marcaram os sinais predominantes do capitalismo no estágio atual, em todo o planeta³³.

A direção a ser tomada, então, aponta para um novo cenário institucional, que, por um lado, remete a *um novo estágio de entendimento*³⁴ entre as partes³⁵, onde o culto à negociação, às câmaras setoriais, se insere num projeto de dominação de maior dimensão, com o trabalho permanecendo imerso na roda viva dos desígnios do capital³⁶ - diferentemente de outras avaliações e propostas de ação, na linha dos enfrentamentos com o capital - sendo pois, essa alternativa, muito elogiada pelos seus porta-vozes³⁷. Por outro lado, porém, articulado a esses desdobramentos, temos a efetivação das reformas específicas do Estado para o setor sucro-alcooleiro, tanto as já em curso, quanto o anúncio dos temas a serem alvo de reformas, somadas ao conjunto das reformas em nível do Estado como um todo, que inclusive influenciou a aliança política homologada entre o atual governo e os empresários agroindustriais canavieiros, desde o período da campanha eleitoral, ainda em meados de 2002..

O rebatimento dessas questões também atinge diretamente os trabalhadores. A título de exemplo, põe-se em cena o esquecimento ou até abandono das discussões em torno de outras propostas de estrutura e organização sindical, ainda que polêmicas, como os sindicatos da agroindústria (com base territorial regional), ou sindicatos (como foram batizados por reunirem no seu interior o conjunto das categorias sindicais envolvidas), que emergiram num momento de ascensão do debate sindical, ou seja, no final da década de 80 e nos primeiros anos da década de 90.

³³ A esse respeito, Cf.: Antunes, 1999; Alves, 2000.

³⁴ Sobre essa questão Cf.: Maar, 1994, p.32.

³⁵ Ou como posicionou-se o então presidente da CUT, Sr. Jair Meneguelli: "Estamos nos adequando à conjuntura: não tem mais greve para derrubar general ou presidente da república [...], temos sim que buscarmos novas alternativas para o entendimento" (FSP, 18/03/1994, p.4).

³⁶ Como aponta Bihr, 1998, sobre o sindicalismo de postura social-democrata que aceitou o pacto de classes, de hegemonia burguesa.

³⁷ Basta notarmos a avaliação feita pelo então, presidente da FIESP, Sr. Mário Amato: "Passou a fase de sindicalismo de resultados para o sindicalismo de eficiência [...]. As duas partes (capital e trabalho) entenderam que demagogia e dialética não levam a lugar nenhum" (CARNEIRO, 1992, p.5).

A questão a ser posta em evidência nesse contexto passa pelo questionamento do por que o discurso e ação do “novo sindicalismo” não se traduzem numa prática sindical capaz de romper com a velha estrutura e a já superada ação sindical legalista? Por onde gravitam as alternativas para o conjunto do operariado?

Abate-se sobre o movimento sindical, às centrais sindicais, em especial, os segmentos mais atuantes, a necessidade de redefinir seu projeto de intervenção, tendo em vista guiar-se para a unificação dos trabalhadores do campo e da cidade. Se, em momentos anteriores, esses pontos deram conformação às propostas da CUT, por exemplo, atualmente, estão desprestigiados e distantes dos planos de ação da central, para o conjunto dos trabalhadores da agroindústria canavieira. Isto é, recompor a oposição cidade-campo (imposta nos limites da divisão técnica e territorial do trabalho, já totalmente redimensionada pelo capital)³⁸, noutros moldes de organização do trabalho, já que ainda é mantida intocada pelo movimento sindical.

Cabe salientar que a CUT enfrenta, concretamente, o problema da acomodação dos seus dirigentes, principalmente das entidades de base ou dos sindicatos, pois temem a perda do controle dos aparelhos sindicais que a fusão e organização por ramo de produção/atividade, indubitavelmente desencadeariam. Isso, por sua vez, tensiona as disputas internas, pois as correntes minoritárias que *apelam* para o restabelecimento do *projeto cutista* de estrutura e organização sindical, é sobreposta pela avaliação majoritária que se configura ao afirmar que o suposto “desvio de rota” da central é consequência do caminho escolhido para sua construção³⁹.

Põe-se em cena, então, restabelecer o *abandonado* projeto de classe para si baseado na aliança operário-camponesa, tendo como pressuposto a redefinição geral do conteúdo e das estratégias de libertação enquanto classes dominadas e pôr a gestão da história ao encargo daqueles que efetivamente a produzem com seu trabalho, enraizando-se, assim, noutra escala a espacialidade a relação cidade-campo como unidade orgânica dos dominados⁴⁰.

É nessa linha entrecruzada de relações que, contraditoriamente, se (re)definem os (re)arranjos táticos e estratégicos do capital e têm permanecido em latência as movimentações do trabalho.

O que está em questão é a diferença quanto à materialidade da dinâmica do capital e do trabalho. Isto é, frente ao capital que se territorializa hegemonizando o controle integral da produção agroindustrial sucroalcooleira, o movimento sindical e os trabalhadores não acompanham esse processo na mesma amplitude, ou seja, não conseguem formular respostas à altura, tendo em vista que permanecem presos ao corporativismo e à fragmentação da estrutura sindical reinante. Não

³⁸ Cf. Thomaz Junior, 2002a.

³⁹ A esse respeito, Oliveira, M. A. (1994, p.507, grifo nosso), complementa dizendo que: “... há hoje uma clara tensão entre o projeto político-organizativo da CUT e a sua dinâmica de acomodação à estrutura oficial, inclusive em setores que historicamente não estavam sujeitos ao modelo sindical corporativista, como os servidores públicos. [...] A rigor, nenhuma das quatro centrais sindicais (CUT, as duas CGT's e a F.S) vêm se construindo sob a inspiração de um projeto organizativo próprio como alternativa ao modelo sindical vigente”, sendo que, o apego à estrutura oficial, no caso específico da Força Sindical, faz parte até das deliberações de congresso, da edificação de seus respectivos projetos organizativos, enraizados, então, na pregação da mesmice.

⁴⁰ Trata-se, pois, como presente nas teses e deliberações de Congressos da CUT, “de criar as condições para a superação da exploração de classe”. Como observa Moreira, (1985, p.164), põe-se em questão edificar “o embrião que inverta a relação cidade-campo dos dominantes, montada como estrutura espacial ordenadora da reprodução dos homens para o capital, instaurando a relação cidade-campo que organiza a reprodução de homens livres [...] ou seja, efetuar a estrutura espacial que organize a relação cidade-campo dos dominados, que seja capaz de efetivar a ruptura espacial organizadora da relação cidade-campo dos dominantes, instituindo uma formação econômico-social sem dominantes e dominados, e, então, de instaurar a gestão operário-camponesa sobre a totalidade social”. Mais detalhes, Cf.: Bihr, 1998; Antunes, 1995.

obstante, ao capital cabe ditar o processo de tecnificação/mecanização, por exemplo, no corte da cana-de-açúcar, momento do processo produtivo que emprega 2/3 do conjunto dos trabalhadores. Assim, o ritmo e o conteúdo do processo de desemprego são unilaterais e exclusivamente dirigidos pelo capital, o que descaracteriza quase que por completo o papel da Câmara Setorial que se propôs a gerar regras e normas para a *convivência tecnológica e ambiental* na agroindústria sucro-alcooleira em São Paulo.

Do lado dos trabalhadores e de suas entidades sindicais, comparece, mas muito reservadamente, um esboço de intenções para confrontar forças com o capital. O que de mais arrojado se apresenta e de certa forma significa um avanço para a construção de novos referenciais são as ocupações de terra por um segmento dos trabalhadores, envolvidos diretamente nas atividades agrícolas, mas não só da cana-de-açúcar, ou propriamente aqueles que vivem mais cruelmente os dissabores da despossessão e do desemprego estrutural provocados pela mecanização no corte e também no plantio da matéria-prima. Esse expediente do conflito capital x trabalho, em São Paulo, ainda não incorporou a bandeira que alguns segmentos do operariado canavieiro mais progressista, particularmente do Nordeste e, em especial na Zona da Mata de Pernambuco, vêm defendendo e executando, no tocante às ocupações de terras das empresas inadimplentes ou que não cumprem os acordos coletivos, pois predominam em chão paulista as ocupações de terras públicas.

Esses novos desafios sinalizados para o movimento sindical, tendo em vista as conseqüências do processo de redefinições técnico-produtivas e organizativas do capital, encimam-se fundamentalmente, sob dois aspectos:

1) No desemprego e, sobretudo, no comprometimento dos direitos sociais e trabalhistas, colocados em xeque com a terceirização e com as cooperativas de mão-de-obra e, em conseqüência, as novas divisões intercorporativas que interferem na territorialidade dos sindicatos ao redimensionar o enquadramento, não pela (re)qualificação da divisão técnica do trabalho, mas pelos desdobramentos oriundos da recomposição dos sindicatos existentes, no caso específico da terceirização e na perda de referencial na identificação do patrão, ao se tratar das cooperativas, até então circunscritas aos rurais, mas no curto prazo, como apontam as evidências, poderão voltar-se para o conjunto dos trabalhadores. Em relação às cooperativas de mão-de-obra, algumas pesquisas⁴¹ já constataram o quão nocivas são para os trabalhadores. Denominadas de “fraudoperativas” e de “coopergatos”⁴², expressam de forma sintética os atributos que as qualificam como instâncias que fragilizam e elevam em níveis mais profundos a escala de precarização em que se encontram os trabalhadores.

As mudanças institucionais abriram caminho para a instrumentalização da fragilização do trabalho, através da prática da organização cooperativa. Cabe lembrar que em dezembro de 1994, através da lei 8949, de autoria do Deputado Adão Preto (PT/RS), o Congresso Nacional dá nova redação ao artigo 422 da CLT, que passa a declarar: “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estas e os tomadores de serviços daqueles”. Está declarado oficialmente, que o

⁴¹ Cf. Silva, et. al., 1997.

⁴² Cf. Thomaz Junior, 2002c.

trabalhador agrícola, assim como qualquer outra categoria profissional que se organize em cooperativas de trabalho, passa a ser autônomo⁴³.

2) Na contundência dos desafios para o trabalho, que se materializam exatamente nas dificuldades encontradas pelo movimento sindical em não somente entender, mas numa escala ainda mais elevada, ultrapassar as prerrogativas de organização corporativo-sindical, buscando novas alternativas no sentido de acompanhar o (re)enraizamento produtivo e organizativo do capital rumo à consolidação das cadeias produtivas, ou mesmo no readequamento dos ramos de produção, superando, assim, os estreitos marcos da divisão técnica do trabalho como catalisador da identificação operária alienada. Ou seja, *subverter* o quadro inicialmente imposto e por muito tempo aceito do fracionamento corporativo, para agir no mesmo raio de ação do capital, priorizando, portanto, o enraizamento de toda a atividade econômica, unificado organicamente ou até sob uma única entidade sindical, na escala de abrangência do conjunto dos trabalhadores da cadeia produtiva, ou então, de qualquer outra forma de (re)organização produtiva processada pelo capital.

Desponta nesse novo cenário institucional, uma nova alternativa para (re)edificação do projeto estratégico do capital, que ultrapassa os estreitos limites do discurso neoliberal, quando de forma ambígua pressiona pela saída do Estado do setor, reivindicando ser providencial sua desregulamentação e, ao mesmo tempo, requer novas linhas de crédito e subsídios especiais oriundos de instituições públicas como o BNDES e Banco do Brasil. Essa incoerência está sempre vinculada à renovabilidade da matriz energética, aliás ponto de sustentação do discurso do capital para a redefinição da produção do álcool, em nome da questão ecológica e da auto-sustentabilidade da agroindústria, ou em razão da padronização de procedimentos para alcançar a certificação sócio-ambiental da cana-de-açúcar e seu processamento industrial.

O capital sucro-alcooleiro, fortalecido pelas suas entidades de representação, que tendem a ser cada vez mais profissionalizadas, a exemplo da UNICA, articula a sustentação desse projeto de curto e médio prazos, bem como redefinições mais profundas do setor, como a *revitalização do Proálcool*⁴⁴, através de uma *nova* composição com o Estado, encimada na consumação de novas diretrizes econômicas e políticas, aliançadas todavia com o trabalho. Ou seja, a idéia de compor com o Estado e com o movimento sindical, (re)alimenta para o capital, esperanças de buscar o estreitamento de relações com o Estado - sendo pois, a via privilegiada para o desenvolvimento das forças produtivas, bem como, contar com a chancela do trabalho para a consumação do projeto de dominação.

Frente a esse quadro, os avanços conseguidos a partir da mobilização dos trabalhadores, com ênfase para os rurais, ao longo da década de 80, dos mais diferentes pontos do país e o acúmulo das reflexões sobre a conjuntura e das táticas utilizadas pelo capital nos diferentes momentos da produção, em especial os desdobramentos para a agroindústria, não foram

⁴³ Para aprofundamento desse assunto, recomendamos as leituras dos Textos: 1) "Cooperativas de Trabalhadores Rurais: nova roupagem para velhas intenções", de autoria de Paulo Roberto Correia da Silva, José Jorge Gebara e Luis Rodrigo Pinotti. Jaboticabal, 1998; 2) "Aprovada nova Legislação que permite o Funcionamento do Cooperativismo de Trabalho". Boletim do DESER, "Conjuntura Agrícola n. 60, 1995, p. 3) "Cooperativas deixam 2, 5 milhões sem Direitos", de autoria de Luis Costa Pinto, Folha de São Paulo, 18/01/1998.

⁴⁴ Essa é a palavra de ordem do capital, hegemônica no campo da UNICA, que de olho no redimensionamento tecnológico e gerencial do empreendimento agroindustrial, alicerçam no álcool, ou na *revitalização do Proálcool*, a base do discurso que escuda a manutenção do combustível *nacional e renovável*.

o bastante para consubstanciarem projetos específicos para os trabalhadores ligados à agroindústria sucro-alcooleira.

É preciso ir além disso. Por exemplo, fazer a reforma agrária nas terras das usinas inadimplentes, devedoras do fisco e com pendências trabalhistas, pode ser uma alternativa mais interessante para os trabalhadores do que somente focar ações na manutenção do emprego, o que de fato é impossível de ser alcançado.

Responder às demandas que desafiam o universo do trabalho, a classe trabalhadora, é o que dá sentido ao nosso interesse pela pesquisa em Geografia, como forma de contribuir para uma “releitura” das diferentes escalas do mundo trabalho, capaz de apresentar elementos para o enfrentamento dos trabalhadores com os estranhamentos e toda a dimensão alienante da estrutura de dominação de classe, base aliás, que funda o controle social do capital sobre toda a sociedade, mas especialmente sobre a classe trabalhadora.

As procuras por melhores salários e condições de trabalho, luta pela terra e política agrícola, comparecem em horizontes distintos e diametralmente opostos, encimadas, pois, nos três vértices principais da fragmentação econômica, política e territorial do trabalho, ou seja, os assalariados (proletarizados ou semi-proletarizados), os agricultores familiares camponeses e os pequenos e médios empresários rurais e os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, o que repercute diretamente na própria constituição e estruturação das entidades de representação organizativa dos trabalhadores rurais, como também as linhas de interlocução com os demais segmentos de trabalhadores urbanos⁴⁵.

4. Trabalho Proletarizado e Ocupação de Terra: um par imperfeito?

As divergências em relação à luta pela terra e pela reforma agrária se mostraram muito evidentes. Os trabalhadores ligados à planta fabril se reservam reivindicar melhores salários e condições de vida e de trabalho, manutenção dos níveis de emprego, etc. Há consonância também com os trabalhadores ligados aos STR's, que, no limite, abordam a questão da reforma agrária, como defendido pelos trabalhadores filiados aos SER's, mas apenas como alternativa para se resolverem questões pontuais e não como plano de luta ou questão estratégica. Na verdade, os trabalhadores, considerando as divergências ideológicas existentes, reconheceram que a Câmara Setorial não foi pensada para resolver essas questões, portanto, por dentro da Câmara Setorial, os trabalhadores não devem debater esses assuntos, com o arremate daqueles vinculados aos STR's que argumentaram: “até porque os empresários poderiam se retirar, o que não seria bom para nós”.

Quando acionados a refletirem sobre as demandas mais gerais que estão postas na conjuntura atual, os trabalhadores também revelaram divergências profundas. Por exemplo, depois de incentivados a pensarem sobre o papel da Consulta Popular para os trabalhadores químicos, há o reconhecimento de que se trata de “uma frente de discussão de vanguarda, com propostas muito

⁴⁵ Esse assunto está sendo objeto de nossas atenções em Projeto de Pesquisa “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, em São Paulo, e os Desafios para o Trabalho”, que começa a ser preparado para ser desenvolvido no próximo ano, em nível de pós-doutorado, na Espanha.

avançadas, inclusive porque defende o socialismo”. Para os trabalhadores ligados à alimentação e aos STR’s, o desconhecimento do assunto reservou comentários pontuais sobre determinados fatos, tais como as ocupações de terra e reforma agrária.

Já para os trabalhadores ligados aos SER’s, a Consulta Popular, apesar de ser uma instância de discussão e debates de idéias, no campo progressista, é factível reconhecer que há muitas limitações para fazer avançar a luta dos trabalhadores rumo à construção de novos referenciais, dado o apego às estruturas reinantes que a burguesia impõe e que os trabalhadores aceitam, ou seja, as ações se limitarem quase que exclusivamente ao legalismo sindical. Argumentaram ainda, que “a luta pela terra e pela reforma agrária, no Brasil, deveria ser prioridade nacional para as entidades progressistas e de esquerda”, sem exceção.

Está em questão a necessidade de insistir na compreensão dos processos sociais que dão forma e sustentação para um conjunto amplo e diferenciado de arranjos, considerando-se as *novas* inserções do trabalho na agricultura brasileira e particularmente na configuração dos trabalhadores sem terra⁴⁶, em especial para aqueles que estão inseridos na luta pela terra, através dos movimentos sociais organizados.

4.1. Fragmentação e Estranhamento do Trabalho na Encruzilhada da Luta pela Terra

Um longo caminho que, dos posseiros aos desempregados da indústria metalúrgica do ABC, passando pelos pequenos produtores familiares endividados e pelos assalariados rurais temporários, nos possibilita perceber que está em foco um novo cenário para o trabalho, no qual as desigualdades sociais oriundas do campo (concentração da propriedade da terra e a modernização seletiva) e da cidade (desqualificação/precarização do trabalho e desemprego em massa) e a convergência de determinados atributos que influem no aumento crescente da exclusão, nos estimulam a pensar não ser mais possível persistir nos esquemas prévios de interpretação que não privilegiem o entendimento das diferentes faces do trabalho em torno de questões mais gerais, como luta pela terra, reforma agrária, política nacional de emprego, tempo livre, diminuição da jornada de trabalho. Faz-se necessário entender a dinâmica da gestão societária do capital como componente fundante da trama social que guia a divisão hierárquica do trabalho, como pressuposto da divisão técnica e territorial na atividade canavieira em São Paulo.

Não podemos desconsiderar sob pena de não entendermos o conteúdo contraditório do tecido social o fato de que aos trabalhadores *excluídos* do campo se juntam, crescentemente, os trabalhadores urbanos desproletarizados e semi-proletarizados, (inseridos na informalidade, majoritariamente), para terem acesso à terra. Essa é a alternativa que entendem aproxima-los ou lhes permitem retornarem à inclusão, como forma de busca da dignidade e do direito ao trabalho perdidos com a despossessão ou com as formas precarizadas ao extremo: trabalho temporário, terceirizado, informal, semi-proletarizado, etc. É nesse eixo que se enraiza e explicita o conflito social ou a

⁴⁶ Cf. Thomaz Junior, 2001.

centralidade das confrontações da questão cidade-campo no plano econômico e também político-ideológico da luta de classes⁴⁷.

Esse é um dos principais elementos, juntamente com o modelo concentrador e seletivo de tecnificação do campo, também conhecido por “modernização” da agricultura, que requalificam o perfil e as demandas do exército de trabalhadores sem terra no Brasil, na viragem para o século XXI. Isto é, a demanda por terra não se restringe tão somente aos trabalhadores que já têm ou que tiveram ligação com a terra, mas um conjunto diversificado de trabalhadores, ex-assalariados urbanos, engrossam as fileiras do sem terra no Brasil, passam a compor os movimentos sociais afins e as frentes de luta pela terra, particularmente nas fileiras do MST, portanto, de modo geral, redefinem o perfil e o conteúdo societal do trabalho envolvido na luta pela terra.

Reconhecer, então, a processualidade social é um passo teórico-metodológico necessário para identificar as dinâmicas específicas dos diferentes arranjos presentes na agricultura, em especial privilegiar a compreensão das relações de produção e de trabalho, para a revelação dos desdobramentos da (re)divisão territorial do trabalho, bem como dos aspectos que iluminam a luta pela terra. Põem-se em pauta, então, as combinações entre as formas e os significados que expressam modificações nos rumos do trabalho e, conseqüentemente, nas formas de controle exercidas pelo capital e pelas classes dominantes.

Dessa forma, entende-se que, expressão do conflito mais geral, é no interior da luta de classe que o trabalho ou os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, devem ser entendidos, através dos movimentos sociais, das diferentes frentes de luta pela terra, considerando, pois, as diversas concepções político-ideológicas e os pactos sociais que lhes dão sustentação e das alianças políticas que propugnam.

É no interior dessa polêmica que comparecem as divergências a respeito da questão da reforma agrária e dos assentamentos rurais nas terras das empresas agroindustriais canavieiras. De todo modo, esse assunto não unifica os trabalhadores ou o movimento sindical. Assentar os trabalhadores desempregados, oriundos do processo de trabalho nas agroindústrias canavieiras, nas terras das usinas, não representa uma bandeira de luta do movimento sindical. “O trabalhador precisa de segurança no emprego, de salários decentes e de oportunidades para viver bem, podendo dispor de escolas, transporte coletivo, educação para si e para os seus filhos, etc.”⁴⁸.

Por sua vez, para os trabalhadores ligados aos STR's, na maioria dos casos, dispor de terra para plantar, morar e viver, não corresponde aos desejos imediatos. A volta ao campo não está posta, apenas figura como alternativa à extinção das possibilidades de requerer melhores salários e condições de trabalho. “Para nós, vale mais a pena erguer esforços rumo ao Banco da Terra, programa do governo federal, para viabilizar o acesso à terra dos desempregados. Não acreditamos na reforma agrária como instrumento capaz de alavancar desenvolvimento alternativo para o trabalhador desempregado, muito menos para minifundiários, parceiros, etc. Estamos desenvolvendo um modelo de gestão para a agricultura familiar, denominada de *back in house*. Esse modelo já deu muito certo nos EEUU, e nós já temos resultados interessantes na região de S. J. Rio Preto. Ainda não podemos divulgar essa experiência, mas logo todos vocês vão ter a oportunidade de

⁴⁷ Cf. Thomaz Junior, 2002b; 2002c.

⁴⁸ Depoimento de dirigente da FETAESP, senhor Mauro da Silva, em maio de 2001, hoje presidente da FERCANA.

conhecê-la. Nós pretendemos mudar o conceito de subsistência presente na agricultura paulista. Aproveitar as potencialidades e dinamizar o mercado de consumo, através de ganhos de produtividade e portanto, preços competitivos, é o que poderá tirar os pequenos produtores do buraco. A FETAESP tem que se dedicar também ao pequeno produtor, pois ele está abandonado pelo governo que só se sensibiliza para os assentamentos, pois ameaçam atear fogo em tudo”⁴⁹.

Por outro lado, para o segmento de trabalhadores ligados aos SER's, fica patente que a reforma agrária e a luta pela terra devem figurar como instrumento de luta específica dos trabalhadores e não somente do MST ou dos outros movimentos sociais que se dedicam à matéria, quando apoiada nos referenciais da construção da autonomia dos trabalhadores e da busca do socialismo.

O dirigente do MMPD vai mais longe quando afirma: “por que não apoiarmos os movimentos sociais que já estão envolvidos na luta pela terra e na retomada das terras pertencentes aos empresários endividados com o Estado? Na região de Ribeirão Preto, têm-se as ações da FERAESP, que devem ser apoiadas. É possível de se empreender ações capazes de fragilizar o poder do capital. Para tanto, o MMPD deve estar atento para vigiar e denunciar o descumprimento das legislações municipais, como no caso das queimadas; quando se permite “permissão para queimar”, ou seja, o *poder* das queimadas deve ser eliminado.

O defensor público, Dr. Marcelo Goulart, nos asseverou que: “daqui para frente, pensamos que o MMPD, assim como outras forças políticas, deveriam se convencer ser possível conjugar numa única discussão, reforma agrária com Proálcool, inserindo nas discussões, o respeito ao meio ambiente, aos direitos sociais, e o direito de os trabalhadores se organizarem livremente, principalmente nos locais de trabalho. Nesse sentido, entendemos que a certificação ambiental pode ser um aliado importante para que seja rediscutido amplamente com a sociedade o padrão de desenvolvimento reforçado com o Proálcool no Estado de São Paulo, quando se elevou à enésima potência o nível de destruição da natureza e da precarização das relações sociais”.

Por conta dessa avaliação, defendem o fim do Proálcool, mas principalmente, do modelo que dá sustentação à matriz energética, referenciada na monocultura e no latifúndio. “As pequenas unidades produtoras (mini e micro-destilarias), associadas às pequenas plantações, inclusive a partir de outras matérias primas, tais como a mandioca, o milho e não somente a cana-de-açúcar, é o que entendem ser o mais adequado, pois seria possível de ser viabilizado através de esquemas de autogestão, nos quais os trabalhadores teriam controle do processo de produção e de trabalho”. Dessa forma, insistem que os problemas ambientais, o padrão tecnológico, a produtividade do trabalho, estariam sob controle, ou dentro dos níveis suportáveis e aceitos pela sociedade, ao contrário do que pensam os trabalhadores, que o controle da mecanização do corte cana-de-açúcar, (queimada ou cru), possa assegurar qualquer garantia de qualidade de vida para os trabalhadores em particular, ou para a sociedade no geral, especialmente quando se trata da despalha ou das queimadas, que concentram as atenções da sociedade civil.

É nessa *peleja* que a classe trabalhadora deverá “enxergar” ou apreender que o tão defendido *novo* ambiente institucional da agroindústria canavieira em São Paulo, especialmente pelos

⁴⁹ Idem.

formadores de opinião (empresários, políticos), reserva tão-somente, *novos* desafios para a superação da “leitura” fragmentada que faz de si, do ponto de vista ontológico, um ente despossuído de projeto político para si, ao não admitir que há plasticidade internamente ao trabalho, quando se trata da dinâmica do capital ou as ações empreendidas para a manutenção das formas de controle social. Isto é, a hegemonia do capital sobre as linhas de comunicação, refeitas constantemente, que dão plasticidade ao efetivo exercício do controle social e que ligam as diferentes expressões do trabalho - ora agrícola ou rural, ora urbano, industrial ou comercial, etc. -, nos conduz a uma complexa trama de relações que contempla rearranjos territoriais de grandes proporções. O fato de o trabalhador proletarizado desempenhar essa ou aquela atividade no circuito mercantil não o exime, *a priori*, de se interconectar com os outros segmentos do trabalho que desempenham a atividade laborativa sob outras condições sociais, tais como os camponeses, os semi-assalariados e trabalhadores sem terra, camelôs e outras modalidades precarizadas, etc. No entanto, nem a atenção desse processo é algo que se dá sem a tomada de consciência do trabalho, tampouco a constante mudança de condição do trabalho, ora urbano, ora rural (agrário ou não), ora com registro, ora informal, isenta as diferentes expressões territoriais desse metabolismo das contradições iminentes do próprio modo de produção capitalista. Sem contar os signos e os símbolos que mistificam e fetichizam os significados da luta pela terra e da Reforma Agrária para a classe trabalhadora, diante do complexo processo de estranhamento que a contamina. E ainda, em meio à demarcação inicial dos referenciais do novo governo, já é possível apreender que os compromissos de outros tempos com os trabalhadores não terão lugar, nessa primeira hora, quando ainda estão em primeiro plano os desenhos das alianças seladas com o setor empresarial canavieiro, em nível nacional.

Assim, a desregulamentação; a liberdade das regras do mercado; os efeitos que advêm dos momentos de existência da Câmara e do Pacto pelo Emprego; a contínua participação do Estado em benefício do capital e a flagrante ausência em relação ao cumprimento das leis trabalhistas e dos acordos coletivos; a permanência de legislações ultrapassadas e flagrantemente desrespeitadas; a ausência de políticas públicas para um projeto energético alternativo que, de fato, possa priorizar o desenvolvimento social em condições aceitas e prescritas pela comunidade e pelos trabalhadores e que portanto, possa resultar em benefícios mais amplos, inclusive para os consumidores de combustíveis renováveis e para os trabalhadores em particular, especialmente em relação à manutenção de empregos 12 meses por ano, respeito às regras do jogo; enfim, tudo isso está por ser construído.

Vencer as resistências e transpor os obstáculos, eis o que se coloca para o movimento operário envolvido diretamente na atividade canavieira em São Paulo. Reconhecer que há ligações, menos ou mais explícitas entre as diferentes formas de expressão do trabalho, no raio da delimitação do agronegócio canavieiro, inclusive as ocupações de terra e as ações em favor da Reforma Agrária, é um passo importante para o entendimento da complexa trama de relações que acrescenta diferentes qualificações para o exercício do ato laborativo e para a luta política. E mais, acreditamos que nessa linha entrecruzada de escalas e relações, podemos dimensionar a efetiva prática do controle social do capital sobre o trabalho, que mantém a exploração, a subordinação, a expropriação como elementos fundantes do metabolismo societário do capital. Mas é por esse

caminho também, que acreditamos ser possível identificar as movimentações do trabalho e o enraizamento da luta de classes, bem como os desdobramentos espaciais e territoriais dessas repercussões para o conjunto da sociedade que, deverá apontar alternativas para a resistência ou para a complacência.

Referências

ALMEIDA, S. C. As queimadas são necessárias. **Folha Nordeste**, São Paulo, 10 jul. 1994. p.3.

ALVES, F. J. C. **Modernização da agricultura e sindicalismo**: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto. Campinas, 1991. 232 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

ALVES, G. A. P. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

ARBIX, G. **Uma aposta no futuro**: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística. São Paulo: Scritta, 1996.

AZNAR, G. **Trabalhar menos para trabalharem todos**. São Paulo: Scritta, 1993.

BENJAMIM, C. et. al. (org.). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 1998.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITTO JÚNIOR, A. **O sindicalismo de estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 1988.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho - CLT**: legislação complementar e textos revistos e atualizados. 78. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: Unesp, 2000.

EID, F.; SCOPINHO, R. A. **Reestruturação produtiva, política industrial e contratação coletiva nos anos 90**: as propostas dos trabalhadores da agroindústria da cana-de-açúcar. São Carlos: [s. n.], 1998. (Mimeografado).

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GEBARA, J. J.; BACCARIN, J. G. **O novo sistema de corte de cana por 7 ruas**: quem ganha? Jaboticabal: DECOR/UNESP, 1983. (Série Estudos, n.8).

GOULART, M. P. Ministério público e democracia: teoria e práxis. Leme: Editora de Direito, 1998.
In: SILVA, J. Graziano da. et al. **O rural paulista muito além do agrícola e do agrário**. 1996. p. 11-24.

SILVA, J. G. da (Org.). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

IANNI, O. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.1,p.2-12, 1994.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. (Coleção Temas de Ciências Humanas).

MARX, K. **O capital**: capítulo VI inédito de o Capital. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MATTOSO, J. E. L. *et al.* (org.). **O mundo do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

MÉSZÁROS, I. **A ordem do capital no metabolismo social da reprodução**: ensaios Ad Hominem 1. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

NORONHA, O.M. Trabalhadoras de cana-de-açúcar: a aprendizagem de classe nas relações de produção. **Boletim da ABRA**, Campinas, v.21, n.2, maio ago., p. 20-8, 1991.

NOVAES, J. R .P. **Modernização, relações de trabalho e poder**: um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira do nordeste. Campinas, 1993. 256 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

OLADE, A. R. **Capacitação tecnológica na agroindústria canavieira**: o caso da Copersucar. Campinas, 1992. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

OLIVEIRA, A. M. S. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado**: gestão do trabalho e certificação ambiental. Presidente Prudente, 189 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, A. M. S. As inovações tecnológicas e as novas reformas de gestão e controle do capital sobre o trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, out., 2002.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura brasileira**: as transformações recentes. São Paulo: SPM/CEM, 1994.

PAIXÃO, M. J. P. **No coração do canavial**: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira. 1994. 234 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, A. E. **A nova ordem no mundo do trabalho agroindustrial**. 1999. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

SILVA, P. R. C. ; GEBARA, J. J.; PINOTTI, L. R. **Direito sonegado**: o caso das cooperativas de trabalhadores rurais. Brasília, v.5, n.30, 20p, abr. 1997

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

TAKAGI, M. **Câmaras setoriais agroindustriais, representação de interesses e políticas públicas**. 2000. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. Agroindústria sucroalcooleira, relação capital x trabalho e os desafios para o movimento sindical. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1998. v.2, p.4-18.

THOMAZ JÚNIOR, A. Câmara setorial e o novo cenário institucional: gestão territorial da relação capital-trabalho e movimento sindical". **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, n.12,p.22-28, jan/abr., 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucro-alcooleira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.30, n.4, p,114-127, abr., 2000a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical, diante da reestruturação produtiva do capital. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA "INNOVACIÓN, DESARROLLO Y MEDIO LOCAL - DIMENSIONES SOCIALES Y ESPACIALES DE LA INNOVACIÓN, 2., 2000b, Barcelona. **Anales...** Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/geocrit/sn-43htm>> Acesso em: 30/10/2000.

THOMAZ JÚNIOR, A.; RIBAS, A. D. Cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST: uma contribuição para a geografia do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n.2, 2000c.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A.; RIBEIRO, J. C. Entre a sepultura e a trincheira: movimento sindical e exclusão social. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n.4, p. 13-25, jul., 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 4, Barcelona, **Anais...** Barcelona:[s.n.], 2002b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm>>. Acesso em: 25 de outubro de 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento a compreensão do campo. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*. 15., **Anais...** Petrolina: Universidade Federal de Pernambuco, 2002c.

THOMAZ JÚNIOR, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 9, n.1, jan. abr., 2003.

VEIGA FILHO, A. **Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo**: uma fronteira de modernização tecnológica da lavoura. Campinas, 1998. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

VIAN, Carlos E. F. **Expansão e diversificação do complexo agro-industrial sucroalcooleiro no centro sul do Brasil**: 1980 – 1996. 1997. 137 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade federal de São Carlos. São Carlos, 1997.

ZARPELON, F. Perspectivas dos mercados dos produtos e subprodutos da agroindústria canavieira. In: WORKSHOP AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O NOVO AMBIENTE INSTITUCIONAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS, Campinas. **Anais...** Campinas: [s.n.], 1998. mimeografado

ZAULI, E.M. **As condições sociais da emergência da câmara setorial da indústria automotiva no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1997.

“JOGO” DE CENA E PODER DE CLASSE NO BRASIL DO SÉCULO XXI: A Contra-Reforma Agrária no Governo Lula

*“... una de las virtudes históricas del marxismo ha sido su empeño en sintetizar las diversas luchas, con objetivos múltiples, en un movimiento anti-capitalista más universal”
(D. Harvey, 2003)*

Ao João Lima

*Pelas dicas inteligentes e pelo respeito às nossas diferenças,
que nos une por uma Geografia emancipadora*

Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

Continuam catastróficas as condições de vida da classe trabalhadora no mundo. No Brasil, os ânimos já crescentemente arrefecidos, nos revelam as fissuras e a verdadeira cara da composição política que sustenta o “jogo” de cena do planalto comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e seus aliados, que não é coerente com o profundo desejo de mudanças sociais. No mais, esse desejo de mudanças é incompatível com a continuidade da política econômica neoliberal, com a proposta de independência do Banco Central, mediante as mudanças anunciadas no artigo 192 da Constituição, com tratamento indiferenciado da Reforma Agrária e com a reforma da previdência social defendida pelo novo governo.

Assim, o aperto monetário, o choque dos juros e o ajuste fiscal vislumbrando o reforço do superávit primário para refrear a especulação contra o real e minimizar o repasse da inflação dos preços, além de colocarem mais lenha na recessão, intensificam o desemprego e perpetuam antigas injustiças sociais, tudo sob o beneplácito do FMI. Tudo isso, como argumentam alguns economistas que ocupam os espaços da grande imprensa, é um retrocesso em relação à era FHC e à família neoliberal.

Como nos lembra Lukács, o complexo de complexos não pode nos ofuscar. É preciso saber que a revolução não eclodiria do governo Lula, mas isso não isenta os reformistas de plantão que – assim como a esquerda – para romper com os padrões de desigualdade e da subordinação exigem confronto político e teórico. O que para alguns comparece ser necessário apostar em mudanças no projeto societal brasileiro, portanto romper com a passividade e entreguismo imperante no governo Lula, para os reformistas convictos (ou a direita para os mais inflamados) – apaniguados hodiernos da subalternização da classe trabalhadora ao comando burguês –, a aposta é no sentido de fortalecer e recriar as formas de institucionalização da dominação de classe. Eis a questão central posta.

É nosso dever defender e apoiar as forças políticas que compreendem ser necessário que o mundo do trabalho empurre o governo Lula em direção à preservação das conquistas sociais e

que os avanços sejam garantidos por uma amplo leque de ações que a um só tempo contemplem a) reformas na legislação sindical pautadas na autonomia e liberdade sindicais, b) redução da jornada de trabalho e, c) Reforma Agrária, ampla, radical e sob o controle dos trabalhadores.

Apreender esse processo por meio da “leitura” geográfica é, antes de tudo, aprender a raciocinar geograficamente, isto é, aprender a identificar formas, estabelecer parâmetros de localizá-las territorialmente e desvendar o significado dessa ordenação. Assim, o embate de classe é primoroso para o conhecimento geográfico, assim como para este seria desimportante e desnecessário não conter os elementos e aspectos vivos das contradições sociais do metabolismo social da sociedade atual.

Como pudemos desenvolver essa discussão em outro artigo¹, manifestamos agora apenas o desejo de apontar a necessidade de referenciar nossas reflexões sob o crivo do pensamento crítico e engajado no processo de transformação e emancipação social do trabalho.

Ou então, talvez devêssemos recorrer à Carta de 1855 do Cacique Seattle, da tribo Suquamish (Estado de Washington), quando em tom solene argumentou ao presidente dos EEUU, Francis Pierce: “Como pode se comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode, então, comprá-los de nós?”. Tamanha voracidade do imperialismo em sua época de implementação, não se intimidou em atropelar a tudo e a todos. E aqueles que em outra época também se colocaram na linha de combate se opondo aos destroços do imperialismo e agora se esqueceram de tudo ou quase tudo! Para o assunto em pauta, é como se tivéssemos com receio de entender as contradições e os rumos adotados por um conjunto de pessoas que, ao longo da história recente, identificaram-se com um projeto popular e democrático de organização social e o empreendimento está se dando às avessas.

Será que pelo fato de sermos, todos, companheiros, deveríamos omitir essas divergências? Mas qual o limite para a tratativa “companheiro”?

2. Poder de Classe no Brasil e a Banalização do Ser Companheiro

Se o céu é o limite, então sim, devemos desarmar os espíritos e propormos uma nova ética na política! Ora! O que queremos? Ser companheiro, na política, é hoje, o registro de uma identidade repleta de capilaridades e plasmada, nos moldes de um centauro, que outrora significava compromisso de classe, dedicação integral à causa emancipatória, radicalidade nos princípios éticos e ideológicos que limitavam as alianças políticas, etc. De mãos dadas com os companheiros de hoje, o PT e os governistas viram as costas aos princípios e às razões fundantes do ideário que mantém os companheiros, de fato, unidos para manter aceso o debate, como forma de ajudar a qualificar os descaminhos e os desgovernos que ofendem e prejudicam os trabalhadores e trabalhadoras. De José Alencar a Roberto Rodrigues, de Antonio Palocci Filho a José Dirceu, há uma complexa composição que combina o conteúdo da aliança pré-eleitoral e sacramenta o pacto de classe que dá

¹ Cf. Thomaz Junior, 2002.

sustentação ao governo e também reflete os acordos políticos em vigência no Congresso Nacional, com a participação direta do Planalto e dos líderes dos partidos que lhes dão sustentação.

Equação complexa, porém marcada por esses traços que misturam linhagens diferentes de políticos profissionais e militantes que, ao comungarem a mesma cartilha, não hesitam em resmungar a respeito da elevação salário mínimo a R\$240,00, em detrimento da auto-correção dos próprios vencimentos à monta de R\$12.000,00.

A capilaridade entre os diversos discursos e posições no âmbito do executivo, sobretudo, mas também do legislativo e com alguns respingos para o judiciário, apesar da tão propalada independência entre os poderes da República, nos revela sim, o *novo* sentido do *ser* companheiro ou para ser companheiro agora, pois banalizado.

É como se imaginássemos que os elementos simbólicos e utópicos motivadores das eclosões dos movimentos sociais, no final da década de 1970, tivessem sucumbido e todo o ímpeto de repulsa instintiva ao colaboracionismo e à concertação das alianças com a burguesia – aliás, princípios que foram absorvidos para o interior do PT, desde sua fundação em 1980 – retornassem à cena política incólumes. O anti-capitalismo naufragou e *o touro está solto morro abaixo*.

Dessa figura de linguagem intentamos, tão-somente, discutir criticamente o horizonte sombrio que ofusca as bandeiras de luta e o projeto de sociedade para os trabalhadores e, conseqüentemente, obstrui a percepção do sujeito.

Distanciados desse referencial, não teríamos como nos posicionar diante das mudanças que estão ocorrendo na configuração geográfico-espacial do mundo do trabalho ou das novas dimensões da divisão internacional do trabalho. Tampouco conseguiríamos entender a dinâmica territorial do metabolismo social do capital que, ao requerer novos requisitos para a acumulação, impõe novas estratégias para o exercício efetivo do controle social do trabalho e do movimento operário.

Isso não quer dizer que a condução única, até o momento, de um operário metalúrgico à presidência da República, é a causa dos problemas. No entanto, os acordos e os conteúdos das alianças políticas eleitoreiras pós-15 de novembro de 2002, bem como todo o histórico recente do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos demais partidos aliados, na condução de importantes assuntos da conjuntura, comprometem um passado de identificação com as causas libertárias e de emancipação social, aliás o que se espera de um partido dos trabalhadores, que, inclusive um dia se dignou a defender com radicalidade essas bandeiras no seu Programa. Para não investirmos na exaustão dos exemplos, poderíamos lembrar de alguns: as manifestações contra a ALCA e mesmo da campanha eleitoral; a recente polêmica que envolveu a soja transgênica e os grandes produtores/exportadores da oleaginosa e todo o setor do *agribusines* envolvido; a elevação exagerada e imotivada do preço do álcool combustível, especialmente os efeitos danosos para os consumidores da sua dolarização.

Diante dos desafios iminentes e de uma herança desastrosa dos tempos de FHC para os trabalhadores, os ataques à legislação trabalhista (sobretudo o artigo 618 da CLT), ainda que, temporariamente suspensas da agenda no Congresso Nacional, em outras instâncias comparecem dissimuladas e requentadas sob os moldes das exigências dos conglomerados

transnacionais e nacionais que exigem a flexibilização, como forma de, ao mesmo tempo, manter sob rígido controle as ações operárias, para garantir o processo de valorização e de acumulação de capital, alargando os limites da subcontratação, da terceirização, da informalização, etc., e que rebatem diretamente na fragmentação e na fragilização do trabalho e da mão de obra.

O que dizer, por exemplo, dos inúmeros contratos no âmbito do governo federal, mas também nas demais esferas públicas (municipal e estadual) em vigência e também renovados que - segundo estimativa do Ministério do Trabalho, representam mais da metade da mão de obra da administração pública - têm na terceirização os princípios fundantes para os cortes de gastos? E o fato de as cooperativas de trabalho, que não só precarizam as relações de trabalho, mas também fragilizam sobremaneira o sentimento de pertencimento de classe do trabalho? Mas, por essas e por outras, se encaixam muito bem nos requerimentos da lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que apenas 49% do orçamento dos Estados, prefeituras e governo federal, podem ser gastos com folha de pagamento, posição, aliás, severamente combatida pelos companheiros de ontem, mas acatado pelos companheiros de plantão de hoje.

Como destaca Cocco (2000), o regime de acumulação pós-fordista determina uma difusão social do trabalho. Os limites da escala geográfica do fenômeno do metabolismo do capital, engendram diferentes movimentos e requerem ações contundentes do Estado, por meio de políticas públicas e pactos e alianças políticas nos mais diferentes níveis da hierarquia republicana.

3. Da Nova Ordem do Trabalho à *Pastelização* (de esquerda) Neoliberal

As novas territorialidades que o processo social engendra na conjuntura atual, por meio de diferentes ingredientes, têm na superfluidez do trabalho e, conseqüentemente, na nova confrontação entre capital e trabalho, um novo cenário das transformações sociais, decisivas, pois, no quadro da luta de classes Tosel (1995).

O intrincado e complexo metabolismo social do capital imprime suas marcas no campo e nas cidades, em todas as dimensões, portanto avança a escala do universo produtivo estrito senso, rebatendo no espaço de relações que a sociedade constrói cotidianamente.

Mas, desde que não estejamos “desplugados” do processo social mais geral e que, portanto, sejamos capazes de compreender as especificidades da vivência dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e, conseqüentemente, nos seja familiar o coerente trânsito entre esse universo de relações, podemos sim, proceder ao uso correto das mediações teóricas e políticas. Só assim e abertos às demais contribuições (pesquisadores, ensaístas, sindicalistas, etc.) poderemos compreender a ampla gama de questões que cerca a classe trabalhadora no Brasil, especialmente diante da conjuntura posta, das ações do governo Lula.

Não se põe em questão, neste texto, qualquer iniciativa de julgar procedimentos e posturas pessoais e/ou isoladas do *staff* dirigente no Brasil. Nossa preocupação é tão-somente direcionada à classe trabalhadora. Então, compreender a dinâmica e o conteúdo da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, a sua apropriação privada e as formas com que esse

processo vem se materializando, com fortes inclinações à materialidade do trabalho, é o que, de fato, nos remete à compreensão do novo quadro de confronto entre capital e trabalho e, no caso brasileiro, com as atenções voltadas ao governo Lula.

Ainda que à luz do receituário liberal, capital e trabalho devam se entender como parceiros, avaliação, aliás, que não se restringe à escala de atuação da FIESP ou do PNBE e no limite da UDR. Ou seja, para a maioria dos sindicatos e das centrais sindicais (CUT, FS, CGT's, SDS, etc.), as divergências ideológicas de outrora, assentadas em princípios táticos e estratégicos, são em grande medida amalgamadas, e também para os companheiros do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos partidos aliados, defensores das alianças que sustentam o pacto de poder de Estado, se faz urgente uma rediscussão profunda junto aos trabalhadores. Trazer à tona e colocar sob o crivo da crítica as novas contradições, os novos antagonismos sociais, as formas veladas de dominação social que são engendradas, as opções que o Estado adota para o exercício do controle do trabalho são os principais indicadores dos novos caminhos a serem seguidos pelo movimento operário.

Nesse íterim, a participação dos segmentos organizados da sociedade é muito importante. É necessário asseverar que não está posto em questão interromper a interlocução com o governo, tampouco com os setores da sociedade, especialmente, as parcelas do movimento social que partilham dos caminhos adotados pelo governo Lula. Apostas no debate e na polemização é o que pensamos ser o correto para o momento. Dessa forma, todas as experiências devem ser consideradas: as avaliações de conjuntura, os cenários apresentados pelos ensaístas e jornalistas, assim como as avaliações oriundas das pesquisas e investigações científicas, as posições defendidas por fóruns de intelectuais e de outras naturezas, aliás como o círculo de intelectuais do PT que já se movimenta diante da preocupação com a condução política do governo, etc.

Cercamos-nos, então, de desafios que nos remetem, de forma direta, no âmbito das pesquisas e da postura de classe, para respondermos às teses sobre a não centralidade do trabalho e mais recentemente, a desenvolver um conjunto de argumentos sobre a atualidade das teses de Marx, em relação à dinâmica da valorização do capital, cada vez mais inclinada à apropriação/exploração do intelecto do trabalhador ou do trabalho imaterial², fundada pois, em novas formas de controle do processo de trabalho, toyotista por excelência e as formas combinadas com o taylorismo-fordismo³, que, pode ser motivada, tradicionalmente, via a desqualificação do trabalho manual, a partir da (re)qualificação profissional que estimularia a capacidade criativa do trabalhador, bem como, apresentar ao debate a necessária inclusão dos camponeses, dos trabalhadores que estão envolvidos na luta pela terra no interior da classe trabalhadora⁴.

É relevante, neste momento, refletirmos como essa nova configuração tende a preservar as bases de valorização do capital, tendo como pressuposto que o trabalho continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista. Mesmo que para alguns o trabalho como fonte de valor careça de demonstração empírica e veracidade, pensamos ser temerário afirmar que o trabalho assalariado está em fase de extinção e que o capital possa se reproduzir sem ele, deixando de ver a totalidade concreta do sistema mundial do capital, com suas redes complexas de transferências de

² Cf. Lazzarato, 2000; Lazzarato; Negri, 2001; Tosel, 1995.

³ Cf. Alves, 2000.

⁴ Cf. Thomaz Junior, 2001.

valor e fluidez que lhe é imanente nesses termos, saltando escalas e redesenhando a Geografia do planeta.

Isso significa que o trabalho que produz riqueza para o capital, pode assumir uma multiplicidade de formas materiais. Desse modo, diante do complexo da reestruturação produtiva do capital que se impõe de forma contundente a partir dos anos 1980, os operários industriais encolhem, e cresce a franja da sociedade composta de trabalhadores assalariados em bases precárias. Isso nos faz acreditar que o capital tem conseguido ampliar mundialmente as esferas do trabalho assalariado e da exploração do trabalho, sob as diversas modalidades de precarização, subemprego, terceirização, trabalho temporário, domiciliar, etc.

Em virtude das transformações no processo produtivo, aliado ao aumento da composição orgânica do capital com as inovações tecnológicas, há uma profunda mudança no perfil da classe operária, onde se tem o fortalecimento e a ampliação de técnicos e das atividades de serviços dos mais diversos tipos e finalidades, mas todos voltados para a valorização do capital.

Reconhecer esse processo nos possibilita polemizar a respeito das contradições e fragmentações no âmbito da classe trabalhadora e que dificultam a compreensão dos significados e dos sentidos que a luta emancipatória, vinculada às ações dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra estão propagando. A indiferença ou quando muito a *simpatia técnica* e não a convicção de que a solidariedade de classe deveria ser o elemento central das relações sociais reinantes no mundo do trabalho, são, de fato, posturas que também se fazem presentes. Referimo-nos ao presente distanciamento que muitos setores do movimento social no âmbito do trabalho têm de forma expressa ou velada em relação aos movimentos encabeçados pelos trabalhadores sem terra.

É com base nisso que terá ou não validade o tão badalado e requerido, pelos intelectuais de esquerda, o código do trabalho. Espera-se que o governo Lula seja capaz de preservar as conquistas dos trabalhadores que nos remetem às últimas 5 décadas, sem que sejamos chamados a cancelar a flexibilização de direitos. Nos países onde os trabalhadores enfrentaram a flexibilização, como nos Estados Unidos, Espanha, Argentina, essas medidas trouxeram desemprego, perdas salariais e profundas mudanças na subjetividade do trabalho.

Se vale o ditado de que “faz-se o caminho ao andar”, as entidades do movimento operário, partidos políticos e demais instâncias da sociedade encimadas nas ações de resistência, estariam se empenhando a um constructo de referenciais descontaminados da *pastelização* neoliberal que baliza as ações da esquerda *verde-água* que está no comando dirigente do País. Nessa linha de confronto é cada vez mais presente encontrarmos setores outrora combativos do sindicalismo *balançarem* quando comparece em cena a necessidade de se remover o entulho *varguista* da CLT e ao mesmo tempo enxugar esse código de leis, mas manter o salário mínimo nacional, e as conquistas inalienáveis do trabalhador como férias, descanso semanal remunerado, etc. Ou ainda, os itens que constam da proposta do governo para as reformas da previdência social e da seguridade.

Sem temor aos neologismos, a nova ordem do trabalho que defendemos deve ser compreendida nas suas limitações, em termos, pois não se viabilizaria integralmente, em curto e médio prazos, ao menos, numa Internacional do Trabalho, abrangente e de cariz radical, anti-capital e

emancipatório. Enfim, a *pastelização* que empobrece e enfraquece a capacidade de resistência de classe dos trabalhadores, pode sim ser combatida com energia, se soubermos contrapor argumentos e ações à nova elite neoliberal (ex-esquerda) que compõe a cúpula dirigente do País.

Nessa conjuntura, apesar de tudo isso fazer parte das nossas preocupações, devemos sim, sinalizar que a luta pela redução da jornada de trabalho pode repercutir positivamente em ações contra o desemprego e que a luta pelo tempo livre deve ser referenciada à tese de uma vida cheia de sentidos⁵, portanto fora das amarras do capital, ou seja, que a luta anti-capital seja elemento indispensável da condução política. Mas, sobretudo, é preciso firmar posição em torno de programas que incentivem o primeiro emprego e o combate à fome, valorizando o trabalho. Da mesma forma que a Reforma Agrária deve ser ampla, radical e sob o controle dos trabalhadores, por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque a chaga da exclusão e da fome deve ser encarada como reflexo da base social cuja essência política e econômica tem na concentração da propriedade da terra componente estruturante do arcaísmo da cultura do latifúndio e; em segundo lugar, deve-se ao fato de que é o movimento social diante das disputas políticas que definirá os rumos e os caminhos a serem seguidos e não a tecnoburocracia estatal. Também, as reformas da CLT e do texto constitucional devem respaldar a tão sonhada autonomia e liberdade sindical para garantir, potencialmente, as conquistas sociais (históricas) do movimento operário.

Caso contrário, o tão polêmico projeto de Reforma Agrária, ainda não constituído, tampouco materializado, ficaria restrito aos referenciais das forças sociais (antigas e novas), mediante a chancela dos partidos políticos conservadores e reformistas, sob o pretexto de modificar as regras de funcionamento da estrutura latifundiária sem mudar as normas institucionais da sociedade tradicional representada pelo latifúndio e pelos setores do empresariado rural, sobretudo ligados à exportação.

4. Jogo de Cena e Contra-Reforma Agrária

Por outro lado, será de muita valia ou imprescindível que os trabalhadores organizados, as instâncias do movimento operário, especialmente o MST e as entidades que o apóiam, pressionem e contraponham força com os setores hegemônicos dentro do governo para eliminar da cena política as amarras que impossibilitam as mudanças necessárias para abalar ou mesmo remover em parte o ranço latifundista.

No entanto, ainda que tenhamos que reconhecer o amplo leque de posturas político-ideológicas que compõem o governo, ao mesmo tempo em que os técnicos sob o comando do ministro Miguel Rossetto tenham credibilidade para tratar dos assuntos em pauta, os movimentos sociais e a sociedade organizada têm que exigir a tomada de posição em favor dos trabalhadores, dos excluídos, da Reforma Agrária.

Demarcar campo de intervenção referenciado nos principais pontos de pauta em favor dos trabalhadores e trabalhadoras é o que nos atrai a intensificar as pesquisas e investigações

⁵ Cf. Antunes, 1999.

sobre o mundo do trabalho no Brasil. Dessa forma entendemos ser possível contribuir para qualificar o debate em torno dos principais temas da agenda política nacional, especialmente a luta dos assalariados rurais, mas sobretudo, neste momento, a Reforma Agrária e a luta pela terra.

A tendência manifesta do governo Lula em manter a opção conservadora nos moldes da herança de quase duas décadas de governo FCH, tem-nos ocupado, pois além de denunciarmos, temos também que reunir argumentos para ajudar os trabalhadores e os movimentos sociais comprometidos com a Reforma Agrária massiva e radical, para que possam combater as fileiras do latifundismo e os segmentos reformistas decomprometidos com as aspirações dos trabalhadores.

Isso é ainda mais preocupante, porque os projetos sociais de maior repercussão no novo governo, como o Fome Zero, vinculado à Segurança Alimentar e mesmo a proposta de Programa de Governo 2002, em todas as abordagens sobre a Reforma Agrária não sinalizam as mudanças requeridas pelos trabalhadores na estrutura fundiária do país. Quando muito, poderíamos entender que o Programa Fome Zero parece apenas reconhecer a Reforma Agrária, de um lado, enquanto garantia da função social da propriedade e, por outro, como ação de política compensatória, na qual produzir tem a ver exclusivamente com auto-consumo.

Poderíamos dizer que a perseverança aos instintos e referenciais da contra-Reforma Agrária, neste início de governo Lula, além de se distanciar de qualquer estratégia capaz de desencadear mudanças na estrutura fundiária, está presente de forma nítida na dubiedade subentendida no fato de que o objetivo da Reforma Agrária seria a inclusão social e a geração de emprego e renda (assemelhada à concepção de Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial), sem a devida clareza sobre o seu conteúdo e caráter, tampouco o modelo tecnológico adotado, hoje inteiramente submisso aos interesses da agroexportação, portanto distante do projeto de autonomia da produção familiar e camponesa.

Enganam-se aqueles que em algum momento imaginaram que os problemas sociais e as reformas estruturais seriam objeto das primeiras movimentações do governo Lula. Os conflitos sociais decorrentes da luta pela terra, produto dos confrontos que envolvem proprietários (particularmente latifundiários/grileiros), usufrutuários e trabalhadores, especialmente os sem terra, que têm suas fileiras engrossadas pelos atingidos por barragens, posseiros, pescadores artesanais, desempregados tanto dos campos quanto das cidades, mostram a ausência de referenciais por parte do Estado, capazes de levar a termo a Reforma Agrária, ampla, democrática e radial.

As contradições sociais e o acirramento dos desafios postos aos movimentos sociais e à classe trabalhadora são merecedores de destaque e de atenção por parte daqueles que ainda continuam apostando na radicalidade dos princípios e na ortodoxia dos referenciais de classe ou na independência de classe, em relação ao lamaçal em que se lançam os partidos políticos que estão no arco de apoio ao governo, quiçá os de oposição.

Por outro lado, os próprios dados oficiais demonstram que nunca as classes dominantes ganharam tanto e que nunca os indicadores de concentração de renda e de terra alcançaram patamares tão expressivos e ainda, o triste cenário revelado pelos indicadores sociais que só expressam as desigualdades intrínsecas ao metabolismo do capital no Brasil.

Parece ter valido pouco ou com muita velocidade foram esquecidos os debates e as discussões que ocorreram durante as três edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001, 2002 e 2003), sobre Estado democrático e de inspiração popular, que contou com a participação de diversos componentes do governo Lula, inclusive com o próprio presidente. Portanto, a questão posta nos exige a todos, dedicação e competência para que possamos qualificar à altura, o quadro social no Brasil de hoje e as perspectivas para os trabalhadores ou para a classe trabalhadora. Não valeria, sob nenhum argumento, apostarmos no (des)governo e/ou no desencanto reinante, especialmente, para os trabalhadores sem-nada, que desterrados e desterritorializados se apresentam resistentes e candidatos à (re) territorialização a um pedaço de terra, mas que com vigor e diante dos rigores da militância, fazem valer a negação do território minado, em busca da Reforma Agrária e da emancipação social. Aliás, papel que desenvolvem sem contar com o apoio esperado das demais expressões dos movimentos, especialmente os sindicatos urbanos.

4.1. Dos Sem-nada à Negação do Território Minado

É do nosso entendimento que a Reforma Agrária não se restrinja ao universo camponês, ao contrário, é no âmbito do trabalho que temos que fazer valer a “leitura” de mundo da classe trabalhadora⁶. Assim, também é de todos os trabalhadores a conquista de uma política de crédito rural subsidiada e seletiva para os pequenos produtores rurais familiares envolvidos com a produção de alimentos para o mercado interno, mas que também tivesse como referencial uma matriz tecnológica poupadora de insumos químicos e que privilegiasse as forças produtivas sociais, baseada numa política pública de aquisição, armazenamento, estocagem, comercialização e garantia da assistência técnica aos produtos da cesta básica. Ou então, que implementasse o quanto antes o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), como forma de compor o plano de ação estratégica do governo Lula rumo à mudança da estrutura fundiária.

Vale dizer ainda que já comparece na cena política um entendimento dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, de que deve haver limitação do tamanho da propriedade rural em 35 módulos rurais, sendo que as áreas que excedam essa cifra devem ser destinadas para a Reforma Agrária e, por outro lado, que haja planejamento sério e competente por parte do governo para o assentamento de 4 milhões de famílias de sem terra ou com pouca terra, num período de 15 anos.

Mas o que se encontra de forma mais sedimentada no âmbito do governo Lula é o reconhecimento, no limite, da Reforma Agrária apenas enquanto política compensatória, como já apontamos anteriormente. Só que, nessa direção, esse aparente equívoco deverá estimular levantes dos trabalhadores sem terra, sobretudo o MST, o MPA, o MAB e as ações organizadas pela CPT. É fato, pois, que ainda não se fizeram ouvir desde há muito tempo, pois ao reivindicarem políticas agrícolas capazes de reconhecerem a importância da agricultura familiar e camponesa, são vozes esquecidas, e se apresentam para demarcar posição diante das expectativas enquanto segmento

⁶ Cf. Thomaz Junior, 2001.

importante da classe trabalhadora⁷, são tidos como vozes dissonantes no âmbito do governo propriamente dito. A título ilustrativo, o que dizer diante dos números oficiais (segundo censo agropecuário de 1995/96), quando apontam que: 1) os estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 ha foram responsáveis por 50% do volume e por 46,5% do valor da produção, embora ocupassem menos de 20% da área rural; 2) enquanto os estabelecimentos com mais de 1000 ha, respondem por apenas 21,2% do valor da produção, mas ocupam mais da metade da área de estabelecimentos rurais.

No entanto, remanesce dos oito anos do governo FHC e até o momento não sofreu qualquer mudança de rumo mais expressiva a ideologização em torno do produtivismo e da defesa encarniçada do mercado como elemento fundamental para a mediação social. Atributos defendidos ardilamente pelos intelectuais de plantão do Planalto - José de Souza Martins, Zander Navarro entre outros - e abrigados na órbita do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), desde o comando de Raul Jungmann, promoveram vários estragos. Se em outros momentos, esses intelectuais estiveram envolvidos com as causas e demandas do outro lado da moeda, depois, fascinados com a coleção de estragos empreendidos pelo governo FHC, ou por outros motivos quaisquer, arquitetam avaliações que não servem nem para a revisão crítica dos rumos assumidos pelos movimentos sociais, tampouco pela política de gestão, em vigência, do governo Lula, tamanha a saga motivada pela paixão destruidora do projeto coletivo e emancipatório de cariz libertário e socialista.

É importante frisar que foi também no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do seu braço intelectual, o NEAD, que foram lançados os pressupostos que em pouco tempo foram assumidos por pequenos produtores rurais familiares, inclusive assentados em áreas de Reforma Agrária, de que somente poderiam aumentar a renda familiar caso conseguissem se inserir nos mercados controlados pelo capital. A título de exemplo, o pacote denominado Novo Mundo Rural, assim como a venda de terra por correio, edificaram a práxis do projeto do governo FHC, principalmente no segundo mandato.

No ambiente acadêmico essa interpretação tem seus laços explicativos fundados na substituição do camponês pelo agricultor familiar (ou no desaparecimento para alguns⁸), o que se ramifica também para outras esferas, mas que se mantém coeso na formulação dos pressupostos do desenvolvimento rural (sustentável para alguns), em detrimento da Reforma Agrária⁹, tendo em vista que os mecanismos de mercado, assim como os financiamentos e as políticas públicas específicas podem superar os ranços e os descaminhos que a “ideologização da Reforma Agrária” atingiu no Brasil¹⁰.

Se não bastassem os equívocos e tensionamentos que essa questão proporcionou na academia, no interior do movimento social, também se fez presente, inclusive nos setores envolvidos na seara da esquerda, no Brasil, tais como a maioria das instâncias de organização dos

⁷ Cf. Thomaz Junior, 2002.

⁸ Cenário muito diferente daquele que motivou Lenin e Engels a apontarem o desaparecimento do campesinato enquanto classe. Mais detalhes Cf: 1) Lênin, 1985, 1981; 2) Engels, 1981.

⁹ Montenegro Gómez, 2002.

¹⁰ Posição defendida pelo sociólogo Zander Navarro, em entrevista publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, em 05/05/2003.

trabalhadores no campo¹¹, no espectro ideológico da CUT (MPA, SINTRAF, FETRAF, FAF, alguns STR's, SER's) e também parcelas do MST. Nesse sentido, a idéia de mercado, de produção intensiva, competição intra e inter-empresas passou a marcar a concepção de mundo de numerosa parcela dos pequenos agricultores familiares de tipo camponês¹².

Essa visão burguesa de mundo também requereu outras inserções. Ao longo dos últimos anos, é notável como alguns hábitos e determinados referenciais de vida do cotidiano urbano compõem o ritual dos pequenos produtores rurais familiares. A começar pelo padrão de consumo alimentar que muito se assemelha ao dos trabalhadores urbanos, reforçado pela aquisição dos produtos da dieta básica se efetivar nos supermercados.

Não é o caso de defendermos posição deliberadamente contrária ou preconceituosa, mas de apenas mostrarmos os vínculos existentes entre alguns elementos de um processo que se abriu há mais tempo e os "acertos de conta" que nesse período mais recente alguns outros elementos vêm sendo profundamente modificados.

Então, as mudanças de hábitos e de consumo de bens duráveis e não duráveis se ligam às mudanças de avaliação e ao universo da subjetividade do trabalho, quando este substitui a avaliação da melhoria de vida, não à busca de políticas específicas para a manutenção dos princípios camponeses, mas sim da eficiência e da produtividade mantidas como elementos fundantes daqueles que permanecem, ou seja, os postulantes a empresários rurais. Tem-se, pois, em cena uma profunda crise de identidade política e social do trabalho. O fato de não mais se sentirem camponeses os aproxima do desejo de serem pequenos empresários capitalistas estabelecidos, o que influenciou e ainda influencia sobremaneira o debate político, rebatendo, de certa forma, na aceitação da flagelada política de assentamento do governo FHC, que mesmo pontual e setorializada foi (e ainda é) considerada como uma etapa importante da Reforma Agrária no Brasil.

Diante disso, a justificativa mais plausível para se decidir o futuro do trabalhador rural assenta-se nos mecanismos mercantis e politicamente na desnecessidade de qualquer tipo de investimento público em Reforma Agrária, pois que, como em diversos momentos afirmam os intelectuais de plantão do NEAD, e os *novos companheiros: continuar apostando no atraso não garantiria a sanidade do convívio feliz no campo*, tampouco mediante políticas compensatórias que ultrapassem os limites da indenização das terras desapropriadas para Reforma Agrária a preço de mercado.

Distanciado do sentimento de pertencimento de classe e enraizado diante do conflito social nos referenciais da divisão técnica do trabalho, daí a fragmentação do trabalho nas categorias sindicais, portanto desfocado da totalidade social, eis o que simbolicamente denominamos de território minado. A identidade parcelária do trabalho fundada na alienação intrínseca ao processo de trabalho sob o capitalismo, expressa territorialmente ou no âmbito das novas territorialidades, os diferentes sentidos do controle do território para o capital, para o Estado e para o trabalho¹³.

¹¹ Cf. Thomaz Junior, 2003b.

¹² Cf. Leal; Fernandes, 2002.

¹³ Cf. THOMAZ JÚNIOR, A. Leitura geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, p.31-42, 1998.

O conteúdo do território minado, freqüentemente fragilizado pelo Estado e pelas classes dominantes, é a chave para entendermos o que permanece em vigência e quais os elementos fundantes das contradições que povoam o universo do trabalho no Brasil, ou mais propriamente, no caso em foco, as repercussões do recuo dos movimentos sociais, sobretudo sindical, tanto nos campos quanto nas cidades. O destaque que o MST tem ocupado se ampara, apesar das dificuldades, na observância à criticidade da lógica destrutiva do capital que recobre todas as esferas sociais. Significa dizer que mesmo dentro de alguns limites, quando o MST chama para si a formulação de políticas públicas com o propósito de obtenção de financiamentos e subsídios para a pequena produção familiar, está diminuindo os estragos e garantindo relativa autonomia em relação à lógica de mercado oligopolizado pelas grandes empresas multinacionais.

Marcar posição de classe nesse universo de contradições é o que está posto para o trabalho ou para os trabalhadores diante do cenário protagonizado por nós, por meio da expressão *território minado*. O fetiche encimado no jogo de cena em torno do controle social e do poder de classe, ou do capital sobre o trabalho é o referencial imperante para procedermos as reflexões sobre o trabalho em toda a dimensão das explicitações e sentidos que se expressam territorial e espacialmente. Esse assunto nos terá sempre atuantes e *plugados*.

E que possamos conseguir fazer valer nossa voz e nossas idéias a fim de que o governo Lula nos tenha como interlocutor. Ainda que a admiração e o respeito pela trajetória do companheiro Lula esteja sob constante ameaça, não é o caso de demonstrarmos intransponibilidade nas relações e discussões com seus prepostos ora no governo e na base de apoio (no Congresso, sindicalistas, intelectuais, etc.), apesar de avaliarmos ser urgente e insubstituível, sob qualquer argumento, a prorrogação da Reforma Agrária no Brasil, nesse momento de refluxo da luta operária. Queremos sim, nos mantermos críticos, abertos ao diálogo (ainda que tenso), mas independentes, *porém sem jamais perder a ternura*.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

COCOO, G. **Trabalho e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

TOSEL, A. Centralidade e não-centralidade do trabalho ou paixão dos homens supérfluos. In: BIDEI, J.; TEXIER, J. **La crise du travail**. Paris: PUF, 1995. p.1-12.

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEAL, G. M.; FERNANDES, B. M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária**. Presidente Prudente, 2002. (Mimeografado).

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

LENIN, V. I. O capitalismo na agricultura. In: SILVA, J. G. da.; STOLKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no noroeste do Paraná**: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital". 2002, 187f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. Graziano da ; STOLKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.1, n.3, out., 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. O metabolismo do capital no campo, em São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L. (Org.). **Desafios do trabalho**: o capital e suas contradições. Londrina: Editorial Práxis, 2003b.

A (DES)ORDEM SOCIETÁRIA E TERRITORIAL DO TRABALHO (Os limites para a Unificação Orgânica) *

Antonio Thomaz Júnior

Beatriz Pontes

*Amiga, referência de vida e de profissão,
por tudo que me
ensinastes*

As reflexões presentes neste texto nos aproximam um pouco mais do aprendizado coletivo internamente ao CEGeT. Mas, tendo em vista a amplitude das polêmicas envolvidas nos marcos da sua abrangência, o que nos ocupa no momento é discutir alguns aspectos que comparecem quanto às idéias que se têm sobre as diferentes formas de externalização do trabalho, no âmbito da produção intelectual e internamente ao universo *fragmentado* do trabalho.

Nesses últimos anos, nossas ações de pesquisa têm sido dedicadas à compreensão das travagens que dificultam e impossibilitam a compreensão do trabalho no âmbito da classe trabalhadora. Tanto nós, pesquisadores, temos dificuldades para procedermos “leituras” capazes de compreender a pluralidade das diferentes externalizações do trabalho no mundo contemporâneo, quanto os próprios trabalhadores, também “vitimados” pelo estranhamento e pelo processo fetichizado de produção de mercadorias, não conseguem compreender a dinâmica do metabolismo do capital que intensifica as clivagens das instâncias de organização. Dessa forma, tanto nos campos quanto nas cidades, temos a materialização das mais variadas combinações entre expropriação, subordinação, sujeição e dominação do trabalho pelo capital e pelo Estado.

O exercício do controle social do capital e do Estado sobre o trabalho, eis o tema que nos põe permanentemente ligados à pesquisa geográfica, pois assim entendemos que poderemos participar ativamente do debate e da interlocução que se assenta na polêmica que gira em torno das dificuldades de entendimento das sobreposições e da plasticidade rompida entre as diferentes formas de externalização do trabalho.

Não bastasse, pois, a expressão disso nas formas geográficas que o trabalho assume no âmbito do metabolismo do capital, envolvendo uma constante rearrumação territorial que tem na territorialização, na desterritorialização e na reterritorialização as evidências referenciais para entendermos o que da formalidade, passa pelas diferentes dimensões da informalidade e atinge com mais ou menos intensidade todo o tecido social e particularmente, os trabalhadores, as formas de contratação, de remuneração, de representação/organização política, etc.

* Esse texto expressa parte das pesquisas que vimos desenvolvendo à frente do Projeto de Pesquisa “Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho”, financiado pelo CNPq, na alínea PQ/2B, e foi apresentado, originalmente, na IV Jornada sobre o Trabalho, realizada no período de 16 a 18 de outubro de 2003, organizado pelo Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT), e publicado nos Anais do respectivo evento, com o título “Geografia, Trabalho e Sociedade”. Depois de revisado e ampliado, ganhou as dimensões que o identificam às reflexões que fomos estimulados a proceder para participarmos da Mesa Redonda “Perspectivas da Geografia Agrária”, integrante do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária, organizado pelo Laboratório de Geografia Agrária, do Departamento de Geografia da FFLCH, da Universidade de São Paulo (USP), realizado no período de 5 a 9 de novembro de 2003, em São Paulo.

Tudo isso nos estimula a pensar que há um tensionamento favorável ao rompimento das fronteiras (intelectual e politicamente), que só nos mantêm distantes da compreensão das mutações que atingem frontalmente a classe trabalhadora, particularmente no Brasil. Isto é, tendo em vista, os diversos casos em que os trabalhadores se inserem em diferentes atividades laborativas num mesmo ano fiscal, mudando dessa para aquela categoria sindical ou enquadramento funcional, tal como de camponês a proletário/formal e/ou informal e vice-versa, sem que isso tenha qualquer importância (teórica e prática) para esses *mortais*, diante do fato de não ser possível, para alguns, enquadrar o camponês na classe trabalhadora, até porque, se de um lado é inadmissível pois nunca houve feudalismo no Brasil, por outro é uma classe a parte, tão à parte que não pode ser entendida no âmbito do trabalho, da classe trabalhadora.

Referimo-nos, portanto, à ampla e crescente fragmentação do trabalho em segmentos, categorias, profissões, corporações sindicais, instâncias associativas e cooperativas. Sem contar, o privilegiamento desse em detrimento daquele segmento, tendo em vista a importância política, econômica, etc., e que, nesse leito de interpretações, não tem nada a ver com o outro, tampouco que se trata dos seres que vivem do exercício do trabalho (nas mais diferentes modalidades e formas de existência) para garantir sua sobrevivência.



Sob o império dos *fetiches territoriais* (disputas por bases territoriais de domínio, presas à delimitação do controle do capital sobre o território), existentes no universo do trabalho, tendo em vista o complexo de reestruturação governado pelo capital, é possível apreendermos tanto as formas de existência fragmentada do trabalho, quanto, conseqüentemente, as cisões nas vias de comunicação como forma de apontarmos o restabelecimento da “leitura” orgânica do trabalho¹.

Assim, estaríamos repondo em questão a fluidez com que assalariados, subproletarizados, camponeses, posseiros, autônomos, índios, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora, extrapolando, inclusive, os rígidos limites entre o que é ser num dia, numa safra, numa temporada, cortador de cana; servente de pedreiro na construção civil, metalúrgico e, em outros tempos (temporada), ser ocupante de terra, saqueiro, camelô, isqueiro, etc.

Nosso propósito neste texto é discutir as ligações rompidas e refeitas no âmbito do trabalho e que refletem os impactos do metabolismo social do capital sobre as formas geográficas que, simultaneamente, expressam o movimento contraditório de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da classe trabalhadora no Brasil.

É como se estivéssemos diante de desdobramentos diferenciados, porém capazes de mesclar distintos processos produtivos, formas diferenciadas de contratação e de definições para o mercado de trabalho e os trabalhadores fossem capazes de se enxergarem somente pontual e isoladamente, engessados sob o referencial das categorias profissionais, das corporações sindicais, dos segmentos específicos demandantes disso ou daquilo, etc.

No entanto, quando apreendemos os vínculos entre a cidade e o campo, ou as formas de realização do trabalho, nos propomos entender que não se trata de igualar uma à outra, ou de estabelecer a prevalência ou a determinação dessa sobre aquela ou vice-versa, sem antes focarmos o processo social, mas considerarmos as diferenças no tocante às especificidades das relações de trabalho, da relação metabólica que o homem estabelece com o meio e consigo mesmo e, em consequência, a identidade do sujeito que trabalha, que está envolvido na lavra cotidiana e se territorializa enquanto (re)configuração geográfica e espacial dos processos sociais.

É, então, sob tais condições concretas de inserção no processo social, aqui e ali, que entendemos que a unificação orgânica cidade-campo no âmbito do trabalho só é possível se forem vencidos os obstáculos que estão vinculados à divisão social, técnica e territorial do trabalho, base imprescindível da contradição capital x trabalho, portanto, do constructo do metabolismo societário do capital.

Esses são os parâmetros fundantes da estrutura espacial e que podem nos revelar as travagens políticas, ideológicas e territoriais que obstaculizam as vias de comunicação e as capilaridades internas às diversas expressões do trabalho, ou mais propriamente, à complexa composição da classe trabalhadora.



Sabendo-se, pois, que o espaço para o capital é uma forma de regulação, os mecanismos de controle social empenhados para a garantia do seu metabolismo não se restringem somente à esfera da delimitação territorial da existência da relação capital x trabalho, como decorrência das inovações tecnológicas, gerenciais e de controle. O espalhamento/contaminação desse referencial, internamente ao universo do trabalho, tendo em vista o peso decisivo do estranhamento, amplia sobremaneira as travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho, ou a noção de pertencimento ao universo simbólico de classe.

O desconhecimento da autenticidade/legitimidade das formas de organização/representação dos trabalhadores que não sejam os sindicatos, as federações, as confederações, as centrais, como as associações, as cooperativas e as demais expressões organizativas dos trabalhadores, e vice-versa, aliás característica imanente dos movimentos sociais no Brasil, nos põe preocupados diante dos desafios que se apresentam para a classe trabalhadora.

Ou seja, os trabalhadores que estão inseridos na seara sindical, têm dificuldades ou resistências para entenderem e aceitarem a existência das demais formas de organização da classe trabalhadora, sendo também o contrário, verdadeiro. A convivência internamente aos marcos da classe trabalhadora é conflituosa e fundada, em grande medida, nas disputas corporativas e politicamente orientadas para os trâmites legais da justiça do trabalho, como é o caso das entidades sindicais que, historicamente, absorveram como leito privilegiado da luta política, as imposições das prerrogativas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que antes de ser somente um código

¹ Esse assunto tem sido nossa referência de pesquisa e pode ser encontrado de forma detalhada em: Thomaz Júnior, 1998, 2002, 2003a, 2003c, 2003e.

normativo da relação capital-trabalho é, sobretudo, um referencial inspirador da ação política para a grande maioria das entidades sindicais, ainda que aceito com restrições.

Mesmo entendendo que os sindicatos enquanto estrutura orgânica e institucional de representação dos trabalhadores tiveram, desde a origem, a demarcação de órgão de colaboração de classe, ou de colaboração direta dos trabalhadores para com o Estado (como prescrito na própria CLT), a história mostra que, apesar de não podermos esperar dos sindicatos ações mais arrojadas do ponto de vista de ações transformadoras, é sobejamente conhecido do público a importante participação dos sindicatos e de seus líderes e militantes para a resistência e formação política dos trabalhadores brasileiros inspiradas nos ideais libertários do anarco-sindicalismo, num primeiro momento, nos primórdios do século XX, e pela democratização e conquistas sociais de vulto para os trabalhadores em particular e para a sociedade brasileira em geral, especialmente, a partir de 1980.

As disputas internas ao cenário sindical, que nada mais expressam do que as diferentes compreensões e caminhos a serem construídos para a edificação da sociedade, sem contar, em alguns casos, os interesses particulares e pessoais dos próprios dirigentes, demarcam as idas e vindas do sindicalismo brasileiro, as fragmentações intra-corporativas e a demarcação de interesses estranhos à luta pelos interesses de classe.

Generalizada para significativa parcela do sindicalismo, é importante asseverar que as disputas internas ao universo do trabalho e as dissensões resultantes fragilizam as ações políticas, os planos de luta e, principalmente, a fundamentação dos sindicatos como *verdadeira escola de socialismo* e instância da formação política dos trabalhadores enquanto entidade de classe, para a confrontação com o capital e com o Estado. A esse respeito, poderíamos lembrar as marcas das fragmentações internas aos trabalhadores rurais, no âmbito da CONTAG/CUT, que tendo a FETAESP como instância de organização superior no plano regional, em São Paulo, tem-se em 1989 a constituição dos SER's (sindicatos dos empregados rurais e a FERAESP/CUT (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), como instância federativa (reconhecida juridicamente em 1997).

Mais recentemente a FERCANA (Federação dos Empregados Rurais no Setor Canavieiro do Estado de São Paulo), que desde meados de 2001 tenta institucionalizar seu registro, não obteve reconhecimento do Ministério do Trabalho, sendo que, num passe de mágica, seus artífices (ex-dirigentes da FETAESP) estão propondo em seu lugar os Sindicatos dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias (Sintagro's)², e ainda a FERULCASP (Federação dos Empregados Rurais da Lavoura Canavieira do Estado de São Paulo)³, que, desde início de 2002, se apresenta como racha da FETAESP e alternativa de organização aos trabalhadores, sem no entanto, se comprometer com as lutas específicas dos assalariados da lavoura canavieira. E ainda, no âmbito da CUT, se apresentam em cena, a partir de 2001, os sindicatos da agricultura familiar (Sintraf's), nos moldes do que existe desde 1998 no sul do país, fechando o contraponto com os assalariados rurais, representados pelos SER's.

² Essa proposta de organização sindical contempla a área de atuação dos STR's de Barra Bonita, Lençóis Paulista, Macatuba, Mineiros do Tietê, Guará, Igarapava, Ipuã e São Joaquim da Barra.

³ Restrita às bases sindicais dos STR's da região de Flórida Paulista



As pesquisas têm evidenciado, a título de exemplo, que a complexa questão da “leitura” e compreensão corporativa do trabalho, especialmente por meio do cenário sindical é amplificada com a fragmentação (sub-corporativa), adicionando elementos novos à magnitude e ao conteúdo das tensões existentes entre as entidades representativas dos trabalhadores urbanos e rurais, sendo que poderíamos ilustrar, no caso desses, o que se expressa no âmbito da CONTAG/CUT, considerando, pois, todo o arco das dissensões e as contradições internas, em relação ao MST e vice-versa – mas, valendo, a rigor, para todo o Brasil – no que se refere à luta pela terra.

Se, de um lado, para a grande maioria dos sindicatos (tanto com enraizamento no campo, quanto na cidade), mas especialmente, os STR’s (sindicatos dos trabalhadores rurais), que compõem a estrutura vertical *oficial* FETAESP/CONTAG) e, em menor intensidade para os SER’s (sindicatos dos empregados rurais), componentes da estrutura vertical da FERAESP) – sendo, pois, ambas as instâncias verticais de nível superior filiadas à CUT – os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, particularmente no âmbito do MST, são radicais, não se propõem ao diálogo, não respeitam as leis e o território da ação sindical, delimitado pelas extensões de base, ou se quiserem, a unicidade sindical. Por outro lado, os trabalhadores e suas lideranças no arco de influência do MST avaliam que os sindicatos não acrescentam à luta política de enfrentamento com o latifúndio, não são confiáveis e favoráveis à Reforma Agrária, portanto não são aliados de classe.

Há, de forma surpreendente, uma certa classificação que hierarquiza em níveis de grandeza (1^a, 2^a, 3^a ...) as instâncias organizativas dos trabalhadores, em consonância aos critérios políticos e poderio econômico, subjacentes aos preconceitos que sustentam o porquê dessa categoria, associação, ou movimento social ser mais ou menos importante do que aquela, sendo que disso surge um *ranking* que se refaz continuamente, condenando e/ou promovendo projetos de organização e de intervenção.

Essa (des)ordem societária e territorial do trabalho, dependendo do momento e dos assuntos que estejam em pauta, indica haver um esgarçamento das relações solidárias intra-classe trabalhadora. Muito mais do que a constatação que as investigações nos permitem compreender, seria pertinente ponderar a respeito dos referenciais que esse “caldo cultural” está sendo capaz de substanciar no âmbito do trabalho um certo *mercado* de cotação sobre a importância das agremiações, premiando-as e/ou secundarizando-as.

Não obstante, essa (des)ordem é revitalizada e recriada por meio dos esquemas pré-definidos e totalizadores que seguem, em certa medida, as formulações idealizadas pela burguesia e pelo capital. A título de exemplo, basta situarmos as formulações que consagram à “modernização” o veículo ideológico capaz de difundir a idéia de que o campo se industrializou e a urbanização subjacente a esse processo já permite afirmações de que o campo não existe mais. Em decorrência afirmam que o trabalho no campo sucumbe, perde importância, se secundariza, o desemprego se alastra, daí ser importante se pensar o campo para além do agrário, como se pudéssemos consertar essa aparente (des)ordem societária e territorial do trabalho com políticas públicas capazes de

viabilizar o desenvolvimento sustentável e estimular aos empreendimentos empresariais, já que esses respondem aos comandos da “modernização”.

Essa formulação cai como uma bomba para os trabalhadores e seus efeitos são devastadores porque ganham dimensões sociais e territoriais maiores do que aqueles segmentos que originariamente a formularam. Daí ser mais importante ser considerado agricultor familiar do que camponês, inclusive quando os papéis sociais são forjados pelo próprio Estado, quando estipula enquadramentos que predefinem a existência dos atores sociais que podem se beneficiar de créditos agrícolas, subsídios, etc.

No âmbito dos trabalhadores, das suas organizações políticas de representação (sindicatos, associações, cooperativas e demais esferas dos movimentos sociais), ainda seguindo o exemplo em questão, entre os próprios trabalhadores há atribuições de pesos e valorações ao se entenderem como camponeses e, atribuir às demais expressões do trabalho no campo, agricultor familiar, assalariado e vice-versa, importância e até exclusividade do ponto de vista da existência social.

Isso poderia parecer trágico se não fosse cômico, pois também se faz presente na ambiência acadêmica e intelectual⁴, e se espalha para os aparelhos de Estado, como é o caso do NEAD⁵, com rebatimentos para as demais esferas da convivência social, especialmente no meio partidário e político, como encontramos a situação predominante no PT (Partido dos Trabalhadores) em nível nacional.

A cizânia e as dificuldades de comunicação/interlocução internamente ao universo do trabalho, ou o movimento multiforme de negação/afirmação do trabalho sob o capital, presenciamos, de forma combinada, diversos elementos constituintes das travagens que determinam a (des)identidade de classe do trabalho.

Romper com essas barreiras/fronteiras requer que tenhamos claro que, se para o capital o *vazamento* do exercício do controle social para além das marcas *rígidas* do campo e da cidade é imprescindível para a hegemonia e dominação de classe de um tecido social diferenciado, porém centralmente comandado/controlado, já para o trabalho reconhecer que há *possíveis* identidades entre as diferentes formas de sua realização e que sob o jugo do capital e do Estado também é imprescindível que se entenda a partir das identidades intrínsecas à sua existência ontológica, como a única possibilidade para negar essa hegemonia.

Acreditamos que se faz necessário irmos além da demarcação teórica radicada nas especificidades das demandas do trabalho. Queremos dizer que as fronteiras predeterminadas que demarcam exclusividade das reivindicações dos trabalhadores devem ser repensadas por dentro do processo contraditório. Ou seja, se proletarizados, portanto requerem exclusivamente melhores salários e condições de vida, ou preços mínimos e financiamentos se camponeses e agricultores familiares, ou ainda Reforma Agrária se posseiros ou trabalhadores envolvidos na luta pela terra.

⁴ Não se trata de fechar as portas para o debate, mas há um bloco intelectual nas Universidades Públicas que atuam frontalmente contra a Reforma Agrária e que há pouco tempo defendiam essa bandeira. Os casos mais emblemáticos, dentre tantos outros são do professor José de Souza Martins (USP) e do sociólogo Zander Navarro (UFRGS).

⁵ O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), criado no governo FHC, e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, é onde se concentra a *intelligentsia* incorporada poder estatal, para formular políticas para conter o avanço dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, coibindo assim ações que não passem pelo crivo das alianças que beneficiam a burguesia rural e os latifundiários.

Por essa via de reflexão, aparentemente, ou ao menos de passagem, nada se liga a nada, mas é por dentro dessa realidade e tentando entender a plasticidade que revela as mutações internas ao universo do trabalho, que privilegiamos nossas investigações. É como se imaginássemos estar diante de diversos mundos do trabalho, singulares, separados, e desconectados do universo do trabalho (real), que de tão amplo e plural nos foge à compreensão.

É a riqueza de sentidos e as mediações que são desconsideradas quando se fragmenta a compreensão do trabalho, radicada na seara da especificidade das reivindicações, e não na dinâmica societária que, de fato, pode nos oferecer a compreensão já no âmbito dos significados sociais e do pertencimento de classe. Isso nos mantém dedicados às investigações, sob o referencial de cinco aspectos simultaneamente articulados: 1) acompanhamento próximo e atento das manifestações dos trabalhadores, por meio dos movimentos sociais; 2) questionamento constante das contribuições teóricas dos demais pesquisadores, mas sempre muito bem vindas; 3) reflexão ampla e profunda, em diversos fóruns, das pesquisas realizadas no âmbito do CEGeT; 4) disposição de juntar forças com outros Grupos de Pesquisas e demais pesquisadores para a formulação de investigações conjuntas e constantes do universo do trabalho; 5) perspectivar sempre com as atenções voltadas para superação/emancipação da estrutura societária do metabolismo do capital.

O não entendimento disso pelos trabalhadores, sindicalistas, dirigentes, militantes, partidos políticos e intelectuais de *esquerda* limitou a compreensão do trabalho ao sentido estrito do termo e a axiomas preconcebidos (encimados num amplo leque ideológico e teórico no campo da esquerda), e que não nos tem permitido identificar o conteúdo das diferentes formas de realização do estranhamento e, conseqüentemente, da plasticidade existente entre elas e suas vinculações territoriais.

Poderíamos até apontar como poderia ser possível para quem se pretende dialético – ao menos é o que vimos presenciando em inúmeros estudos, parcializar a análise da sociedade de classes, sob o foco exclusivo de um ator social. Ainda que isso possa ser possível, quando consideramos a própria especialização do trabalho científico, mas não que seja suficiente para entendermos a complexa trama social que compõe o trabalho. Então, para aqueles que se propõem especializados no campesinato, as demais formas de externalização do trabalho assumem peso e sentido de menor expressão. O mesmo valendo para aqueles que se dedicam a compreender o proletariado, com gradações se rural ou urbano, também valem as mesmas limitações, ou preconceitos.

Superar essa limitação exige que foquemos o trabalho sob novo referencial, capaz de apreender os significados geográficos das mutações em curso no universo do trabalho.

Poderíamos também questionar as limitações para apreender as capilaridades existentes entre a cidade e o campo, ou mais precisamente, entre as formas de expressão do trabalho nessas duas manifestações do tecido social e que (re)dimensionam as reflexões sobre o universo do trabalho, o movimento operário e os movimentos sociais como um todo, faz emergir em cena a questão do sujeito que trabalha e todas as dimensões (teóricas, políticas, ideológicas, sociais, etc.) da classe trabalhadora, que a compõem, etc.

Se buscamos entender quais são os sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação ganha sentido na medida da amplitude das suas formas de realização e não referenciado no recortamento (territorial) ideado (se no campo ou na cidade) ou presumido teoricamente (material ou imaterial), etc. Ou ainda, se não há mais sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação também perde o sentido.

Outro assunto que também faz parte das nossas preocupações, recai sobre a luta pela redução da jornada de trabalho, pois pode repercutir positivamente em ações contra o desemprego e referenciar a luta pelo tempo livre à tese de uma vida cheia de sentidos⁶, portanto fora das amarras do capital, ou seja, que a luta anti-capital seja elemento indispensável da condução política. Cada vez mais, no nosso tempo, o trabalho assalariado é positividade e negatividade. Se há sentido pensarmos que a redução do tempo de trabalho é compatível com o direito ao emprego – o trabalho é mediação e não fim.

Reconhecer as marcas territoriais do trabalho e seus significados topológicos na sociedade em que vivemos é a chave para identificarmos as contradições, os conteúdos e os sentidos do exercício de dominação dos setores hegemônicos (burguesia, Estado) e também as lutas de resistência, emancipatórias e de outros matizes que se espalham pelos quatro cantos do planeta, entre as diferentes expressões do movimento social.



A imprescindibilidade do primado do sujeito na teoria social também deve referenciar o fato de que não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito, o que nos põe diante do desafio de resgatar todo um conjunto de valores que foram ficando para trás, como o trabalho enquanto categoria chave para a compreensão da história.

Assim, se o sujeito não está na esfera do trabalho, o que nos restaria na sociedade do capital? E se o sujeito não está mais nessa esfera, onde está ?

Não nos propomos a responder essas perguntas, mas oferecermos nossas reflexões críticas que se encontram em nossa produção, resultado das investigações em vigência e da interlocução junto a pesquisadores e com a literatura específica, tentando, pois, somar esforços junto aos demais geógrafos e pesquisadores que entendem que, por meio da Geografia do trabalho, podemos acrescentar conhecimento crítico a uma possível teoria espacial/territorial do trabalho, capaz de edificar-se elegendo o trabalho como categoria chave da compreensão da história e também o seu papel de centralidade na teoria social.

Para tanto, é importante refletirmos que nessa relação que propomos priorizar o primado do sujeito, é componente imprescindível aprendermos com o objeto, com os atores sociais que interlocutamos. Isto é, que a trama dialética possa efetivar-se e acrescentar novas questões para o conhecimento científico, entendido, pois, não como único ou o melhor, mas capaz de explicar alguns aspectos do mundo contemporâneo e, assim, podendo se somar às demais formas de

⁶ Cf. Antunes, 1999.

conhecimento, com o propósito de ajudar a qualificar a formulação da crítica contundente e radical ao metabolismo do capital.

Inicialmente poderíamos ponderar, em concordância com Marx – quando se põe à análise do capital –, considerando a estreita ligação entre sua crítica à economia política e à teoria da luta de classes, que a potência constituinte do trabalho é dada pelo papel que esse tem na criação do valor e pelas possibilidades subjetivas de rebeldia e de revolução que esta qualidade confere ao proletariado; nós diríamos, hoje, de forma mais ampla, à classe trabalhadora.

Isto é, essa centralidade do trabalho na criação do valor hoje, ainda que esteja sendo intensamente alterada, não só não invalida a teoria do valor, mas nos põe a pensar o que o trabalho tem de igual e de diferenciado e em que medida ainda ele tem possibilidades emancipatórias, que não se resumem ao trabalho em si, mas que tem nele seu ponto central. Sabendo, pois, que, as metamorfoses que recaem sobre o universo do trabalho atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização do trabalho, nas suas diferentes formas de expressão (material e/ou subjetiva) com implicações profundas na heterogeneização, na complexificação e na hierarquização da classe trabalhadora.

A esse respeito, a título de exemplo, a manutenção da estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, mesmo sem capitalismo, e ainda a generalização da classe trabalhadora, atributos inseparáveis da experiência pós-capitalista da URRS, pouco fez para construir os passos para a eliminação desse entraves, pretextando o socialismo, a fim de que todos se tornassem indivíduos associados e livres. Isso acentuou a contradição do indivíduo e a sua classe, ou seja, a abolição do antagonismo entre as classes acentuou o antagonismo entre o indivíduo e a sua classe.

Assim, as novas profissões, encerramento de postos de trabalho e de profissões, desemprego/desposseção, desqualificação em massa e superqualificação no outro extremo, são alguns dos elementos que povoam com mais ou menos intensidade a classe trabalhadora nos diferentes lugares do planeta, com pouca ou grande semelhança, mas que só podem ser entendidos quando focados na dimensão do desenho societal. Ou seja, não é mais sustentável analítica e teoricamente pretender entender a luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, especialmente no que tange à ação dos movimentos sociais, particularmente o MST, como algo isolado e restrito ao universo camponês⁷, nem mesmo deixarmos de admitir a recomponização como face concreta de realização do trabalho.

Com isso queremos afirmar que nossa compreensão de classe trabalhadora é mais ampla, portanto não se restringe somente aos trabalhadores proletários (urbanos e rurais) ou subproletarizados, no limite, mas a um conjunto de expressões do trabalho que inclui os trabalhadores avulsos, camponeses com pouca terra e que lutam por terra e que enriquecem e pluralizam a noção do sujeito social que trabalha.

Enxergar o camponês no Brasil, não somente no âmbito da Geografia, significa compreender que há uma crescente fluidez de mundos e de relações no universo do trabalho. E não

⁷ Cf. Thomaz Junior, 2001.

somente entendê-lo como *par siamês* da franja social que *engorda* com a exclusão, como exemplarmente alardeado pela grande imprensa e os intelectuais de plantão do planalto, mas que além de ganhar em quantidade com a complexificação e com a heteroginização do trabalho, sobretudo por meio da consolidação das hordas de desempregados, marca também politicamente posições políticas afinadas, historicamente, com o campesinato, particularmente com a postura anticapital e a negação à ruptura dos valores culturais e éticos da família.

Assim a Reforma Agrária e a luta pela terra, cada vez mais deixam de ser somente algo restrito ao camponês e passam a ser também do trabalhador proletário, rural e urbano, dos subproletarizados, dos desempregados e de todos os que compõem as estatísticas dos trabalhadores hifenizados (temporários, domiciliares, etc.).

Esse assunto se destaca como objeto de estudo na Geografia, para Oliveira (2000), que, ao eleger o campo como foco de reflexão, apreende os mecanismos recriados pelo capital para reproduzir e controlar a estrutura familiar camponesa de produção. Amparados nesses estudos, mas com as atenções voltadas para a extensão dos desafios que recaem para o conjunto dos trabalhadores que laboram tanto nos campos quanto nas cidades, é que nos propomos a entender as contradições que compõem as mutações no universo do trabalho.

Então, quando focamos o tecido social, nós podemos visualizar que há várias frentes de manifestação do trabalho. Portanto, para visualizarmos isso temos que identificar na dinâmica territorial da sociedade os papéis que cada ator desempenha e as novas territorialidades imanentes.

Em pauta está refletirmos no interior da luta de classes as mutações da categoria trabalho e os rearranjos espaciais e suas expressões materializadas num movimento contínuo que se territorializa sob múltiplas determinações, processo esse denominado por nós de *território minado*⁸. Por meio dessa metáfora, fazemos alusão aos desafios para o universo simbólico dos trabalhadores e diante dos impactos provocados nas instâncias organizativas, afetando direta e centralmente as entidades de representação da classe trabalhadora.

A esse respeito, é importante apontar para as pesquisas que nos têm revelado trabalhadores assalariados reivindicando terra⁹ e trabalhadores camponeses reivindicando melhores salários¹⁰. A princípio poderíamos imaginar estarmos diante de uma aparente inversão de papéis sociais que nos estimula a pensar na *Babel* do século XXI.

Por sua vez, essa complexa trama de relações requer para ser compreendida na sua totalidade, que promovamos a transgressão das fronteiras que limitam as diversas faces que as compõem. Caso contrário, não conseguiríamos entender as formas de ser do trabalho como parte intrínseca do metabolismo social do capital, sob o foco da Geografia.

⁸ Título do Projeto de Pesquisa sob nossa responsabilidade junto à UNESP e ao CNPq, na alínea PQ e Universal, com vigência no período de 2003 a 2005.

⁹ É o caso dos trabalhadores envolvidos no corte da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto (SP) e demais áreas produtoras do nordeste, como já pudemos apreender nas nossas pesquisas: Thomaz Junior, 2002a; Oliveira, 2003.

¹⁰ Nossa participação na equipe coordenada pelo Professor José Jorge Gebara, à frente do Projeto de Pesquisa "O mercado de mão-de-obra volante na cana-de-açúcar e migração sazonal", nos possibilitou um rico aprendizado. A dupla forma de existência dos trabalhadores camponeses que migravam, originários do médio Vale do Jequitinhonha (MG) para o corte da cana-de-açúcar na região canavieira de Ribeirão Preto (SP) - o mesmo valendo para outras áreas do país -, isto é, de pequenos produtores familiares ou proprietários de terra no local de origem, para proletários na lavoura da cana-de-açúcar, reivindicam melhores salários e melhores condições de trabalho nessas condições.

Não está posto desprezarmos o horizonte institucional da formação acadêmica, mas enquanto intelectuais orgânicos, participantes de discussões públicas e da luta política, sobrevivemos num campo tensionado entre academia e movimento social, espaço de reflexão crítica, para além das práticas disciplinares. Ao invés de implosão - no sentido de deixar de existir -, como pregamos em outros momentos, temos que nos posicionar para negar (supressão-conservação), para que a partir desse estágio seja possível avançar para outras formas de saber, para além das práticas positivistas de ciência. Por outro lado, os desafios vêm também, do próprio objeto, portanto não é só na esfera epistemológica, mas na dimensão ontológica, na forma de ser do desenvolvimento do objeto.

De fato, temos que superar os campos disciplinares porque são limitantes. Temos que transgredir os limites da nossa formação acadêmica, pois o real sempre exige novos elementos de reflexão em outros campos do saber, até porque é recalcitrante às práticas acadêmicas, sem contar que a realidade não é um objeto cativo das disciplinas. A realidade é, pois, uma totalidade concreta, um complexo de complexos, como nos lembra Lukács, e o que recortamos para estudar, por exemplo, o trabalho como sendo Geografia do trabalho, Economia do trabalho, Sociologia do trabalho, são abstrações, são construções disciplinares.

Daí a necessidade de trazermos para o nosso campo de reflexão dois movimentos articulados e simultâneos: construção e destruição da Geografia do trabalho. Isto é, se de um lado, nos propomos a construir mecanismos de absorção da temática do trabalho para o universo de reflexão da pesquisa em Geografia, por outro, não se trata de constituirmos a Geografia do trabalho como prática do recorte disciplinar, ou como corrente nova na Geografia.

Devemos apelar sempre para o mundo do trabalho real e não para os limites da academia ou ao seu horizonte institucional, pois na qualidade de intelectual orgânico, temos que direcionar nossas críticas ao metabolismo do capital. Esse assunto ganha mais clareza com o desenrolar das investigações e das nossas ações junto aos pesquisadores das demais áreas do conhecimento, do nosso convívio profissional.

Por isso que, defender a unificação orgânica dos trabalhadores, muito mais do que um pensamento concreto da realidade social do nosso tempo – facilmente *qualificado* de utópico e combatido severamente pela plêiade de *democratas confessos* – é, sobretudo, a razão fundante do compromisso com a emancipação do trabalho, dos homens e das mulheres, do jugo do capital. Acreditar que por meio das pesquisas podemos contribuir com esse processo, ultrapassar os limites, transponíveis, por certo, é o que nos impulsiona a compreender, por dentro da (des)ordem societária do trabalho, o significado das localizações das diferentes formas de externalização do trabalho, a plasticidade existente entre as mesmas e o conteúdo do ordenamento espacial da luta de classe. Mas os aprofundamentos necessários permanecerão como nossos assuntos de pesquisa. E sigamos em frente!

Referências

- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CARVALHAL, M. D.; THOMAZ JÚNIOR, A. O engendramento da crise do capital nas redefinições do mundo do trabalho e na reconfiguração territorial. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. especial, p. 47-61, 2003.
- CARVALHO FILHO, J. J. de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p 193-223.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FRANCO GARCÍA, M.; THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v.18, n.19, jul./dez., p. 257-272, 2002.
- GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003.
- HARVEY, D. **Espacios de esperanza**. Madrid: Lavel, 2000.
- HENSMAN, R. World trade and worker's rights: in search of internationalist position. **Antipode**, Leeds, v.33, n.3, p. 427-450, 2001.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LÉFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. (*Coleção Temas de Ciências Humanas*).
- MARX, K. **O Capital**: livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. v. 1.
- MARX, K. **O Capital**: livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. v. 6
- MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1987.
- MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. ; THOMAZ JÚNIOR, A. O novo sentido da luta de classes e do controle social no meio rural uma contribuição à geografia do conflito capital x trabalho. **Xerografia**, Santiago de Compostela, n.12,p., 2003.
- MOREIRA, R. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. **Revista Geográfica**, Bauru, n.19, p. 18-21, 2001.
- OFFE, C. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v.1. (Trabalho & Sociedade)
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SOUZA, S. M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. Imprensa, construção dos sentidos e “leitura” do território da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. **Revista Universidade e Sociedade**, Maringá, v.13, n.30, jun. 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. Leitura geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, p. 31-42, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, v.3, n. especial, ago., 2002b. Disponível em: www.prudente.unesp.br/ceget Acesso em: 10 de maio de outubro de 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v.9, n.1, jan./ abr., 2003a.

THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista de Geografia**, Dourados, v.9, n.17, jan/jun. 2003b.

THOMAZ JÚNIOR, A. O metabolismo do capital no campo no Estado de São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L. ; ARAÚJO, R. **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina: Práxis, 2003c. p.143-169.

THOMAZ JÚNIOR, A. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do Século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n. 1, v. 4, 2003d.

WATERMAN, P. Space, place and the new labour internacionalism. **Antipode**, Leeds, v.33, n.3, p. 305-311, 2001.

QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO: Adestramento ou Liberdade?*

Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

Este ensaio se apresenta com o propósito de debater os principais aspectos que compõem o temário da qualificação do trabalho ou as variações que essa nomenclatura assume nos últimos tempos, e suas ligações com o metabolismo societário empreendido pelo capital. Para tanto se faz necessário ampliar a interlocução com pesquisadores de outras áreas do conhecimento que se dedicam à temática do trabalho, ou seja, se faz necessário ultrapassar as linhas demarcatórias da Geografia, pautado, pois pela prerrogativa de entender o mundo contemporâneo, considerando suas continuidades e descontinuidades, as formatações territoriais resultantes e as complexas tramas sociais que se redefinem e dão lastro à estrutura societária vigente.

É na centralidade do trabalho e na razão de inspiração ontológica do ser social, que se assenta a matriz teórica ou o ponto de inflexão principal para o trabalho que se anuncia - ainda que essa trajetória venha sendo trilhada ao longo dos últimos anos - sendo essa pois, a temática a que estou direcionando as minhas pesquisas, bem como orientações acadêmicas, nos diversos níveis¹.

A par disso, saliento que o assunto que escolhi para desenvolver as reflexões que por hora apresento - a qualificação do trabalho - está ancorado na preocupação de debater as repercussões da reestruturação produtiva do capital e os efeitos sobre o trabalho, todavia, me mobiliza intelectualmente para dimensionar as complexas relações sociais que são a base fundante tanto teórica quanto empírica, e fonte inspiradora de novas pesquisas. Sabendo, pois, que rebatem direta ou indiretamente sobre os esquemas de dominação de classe, mais precisamente às estruturas que garantem a reprodução do metabolismo social dominado pelo capital e exercido sobre toda a sociedade, em particular sobre o trabalho e que através do controle social² impede que a luta anticapitalista se desenrole dentro e fora do trabalho, ou seja, que unifique ações conjuntas entre movimento operário e os demais movimentos sociais³.

* Este texto foi publicado originariamente com o título "QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO: Adestramento ou Liberdade? Uma Contribuição para o Entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital", na Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica "Innovación, Desarrollo y Medio Local - Dimensiones Sociales y Espaciales de la Innovación". Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000.
<http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>

¹ Ainda que essa trajetória venha sendo trilhada ao longo dos últimos anos, essa é pois, a temática que estou direcionando as minhas pesquisas, bem como orientações acadêmicas, nos diversos níveis, o que tem fortalecido sobremaneira as atividades que estão sendo desenvolvidas junto ao (CEMOSI), mais precisamente no tocante à organização e disponibilização do acervo para os demais pesquisadores e interessados na temática posta e, de forma particular, junto ao (CEGeT), ou ao Grupo de Pesquisa que congrega todos os meus orientandos, estando ambos, sob minha coordenação.

² Mézáros discute com muita propriedade, em seus textos, a questão do controle social. Com mais precisão no livro *Para Além do Capital* de 2002, mas pode ser localizada em "A Necessidade do Controle Social". São Paulo da editora Ensaio, 1993. (2ª edição).

³ Defensor incansável da tese da unificação da luta anticapitalista dentro e fora do trabalho, Alain Bihr, expõe sobejamente suas idéias em "Da Grande Noite à Alternativa. O Movimento Operário em Crise". São Paulo: Boitempo, 1998.

Tem-se, então, o eixo principal para direcionar as reflexões em pauta, assumindo a escala de mediações (políticas, econômicas, culturais, étnicas etc), que ligam diretamente às reflexões sobre o trabalho ao movimento operário e particularmente ao movimento sindical no Brasil, e quais os significados dessa processualidade nos lugares ou ainda, quais as dinâmicas territoriais que qualificam e dão sentido e magnitude à sociedade vista através das lentes da Geografia.

O percurso a ser seguido, neste texto, contemplará também, reflexões que nos permitam problematizar a respeito das relações que dão fundamento à temática educação para o trabalho, sobretudo com a entrada em cena do Estado, através do FAT e do PLANFOR, das instituições que tradicionalmente atuam na área e que compõem o que ficou conhecido como sistema S (SESI, SESC, SENAI, SENAR), as entidades sindicais - especificamente as centrais sindicais -, ONG's e demais entidades. Isso nos permitirá apreender e polemizar a respeito da inserção do sindicalismo na seara da qualificação do trabalho, as novas formas de atrelamento e, conseqüentemente, de dominação do trabalho ao capital/Estado e os desdobramentos para o movimento sindical em especial. Aliás, essa é a centralidade posta nesse ensaio.

2. Formato Societal do Trabalho no Século XXI e o Metabolismo do Capital

É importante notar que é particularmente a partir do início dos anos 70 que o quadro da crise estrutural do capital abateu o conjunto das economias capitalistas, em especial os países centrais num primeiro momento, e foi capaz de produzir repercussões de elevada magnitude, nunca antes vista, particularmente para os trabalhadores.

Têm-se aqui, as pistas necessárias para o discernimento entre as experiências que ocorreram nos países centrais do sistema do capital e as que estão em consecução no Brasil. Ou seja, enquanto naqueles países o debate sobre qualificação profissional, competência e habilidades se fez presente juntamente às mudanças nos processos de trabalho e nos sistemas de relações de trabalho, no Brasil, por sua vez, esse assunto entra em cena como elemento do discurso dos gestores da política econômica.

É oportuno refletir, então, ainda que apressadamente, sobre os efeitos da nova política econômica e sobre o emprego. Os números revelam um quadro caótico. A título de exemplo, entre 1989 e 1993, foram eliminados 1,3 milhão de empregos formais com o agravante de que, os estabelecimentos com mais de 50 empregos exterminaram aproximadamente, 1,5 milhão de postos de trabalho (DEDECCA, 1998). Na região sudeste, a magnitude do processo foi maior, com 1,1 milhão, sendo que, na atualidade, de cada 10 postos de trabalho consumados, 7 encerram-se na informalidade, só que no ano de 1999, das 418.000 vagas preenchidas, 94% encerraram-se sem carteira de trabalho assinada⁴.

⁴ Em recente matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo, do dia 13/02/2000, o ex-ministro do Trabalho, Edward Amadeo, apresenta um diagnóstico (institucionalizado) sobre a questão do emprego ilegal no Brasil, sendo que chama atenção, uma de suas conclusões, quando assevera que, "o crescimento da ilegalidade do emprego no Brasil é uma questão complexa, fortemente associada a aspectos institucionais relativos à legislação trabalhista e à estrutura sindical" (p. B-6). Não causa espanto tamanha ousadia e distanciamento com a realidade dos fatos e a facilidade de transferir responsabilidades com habilidade invejável, para quem complementa dizendo que, é importante que a questão do emprego não fique "obliterada por posições ideológicas e políticas".

Com uma população economicamente ativa (PEA), em torno de 80 milhões de trabalhadores, o Brasil retrata, seguramente, uma complexa trama de relações que faz transbordar as mazelas e as contradições estruturais do sistema metabólico do capital. Em especial, no que se refere ao mercado de trabalho ou mais precisamente, às clivagens produzidas por conta da ausência de um sistema público de emprego e educação adequados e, às vistas de uma escalada irrefreável do desemprego, e do subemprego ou da precarização crescente das relações de trabalho⁵.

Isso se deu às expensas de procedimentos que impulsionaram a superexploração do trabalho, face a ganhos de produtividade elevados, sem redução de jornada e impactado pela veloz redução do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, ou a busca constante do capital em direção ao aumento da sua composição orgânica e de novas formas de gestão do processo de trabalho, como, por exemplo, a terceirização⁶, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), a flexibilização do processo de trabalho, etc.

Soja (1993, p. 111) é taxativo, quando afirma que: “No capitalismo contemporâneo (deixando de lado, por ora, a questão da transição e da reestruturação, suas causas, seu momento etc), as condições subjacentes à continuação da sobrevivência do capitalismo se modificaram”.

Contingencialmente, tudo isso motivou a entrada em cena da *boa máxima* do terceiro setor, como forma alternativa de ocupação do trabalho⁷, mas nunca se supõe portadora de ímpeto transformador da lógica do capital. No limite, esse processo expressa sua face mais cruel no desemprego estrutural ou setorial, com implicações de grande amplitude sobre a esfera da subjetividade do trabalho⁸.

É bem verdade que esse processo nos anos 90 é intensificado com a ascensão de Collor que colore tetricamente o receituário neoliberal, o que se acentuava nos países capitalistas centrais. A isso se adicionam medidas de alcance mais amplo, com a entrada em cena de FHC que não só cumpre receituário neoliberal, como vai além, surpreendendo os próprios aliados, através do desmonte destrutivo das estatais e da abertura frenética da economia e da facilitação para o capital financeiro e improdutivo se expandir livremente, para não nos delongarmos.

O sentido mais geral desse processo pode ser apreendido, através da seguinte observação de Chesnais (1996, p. 28): “O problema, já a esse nível, é que a liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação [...] decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer [...]. Agora, o capital está à vontade para pôr em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país - e se for o caso, numa parte do mundo - e outro”.

⁵ Esse assunto, encontra-se desenvolvido em outro ensaio de nossa autoria, “Território em Transe”, de 1999.

⁶ Em momento anterior, Thomaz Jr., 1992, elegi essas questões para uma reflexão mais cuidadosa dos mecanismos de dominação sobre o trabalho, adotados pelo capital, no início da década de 90 e as repercussões para os trabalhadores e particularmente para o movimento sindical.

⁷ Rifkin, 1996, por exemplo, apresenta alternativas, aos supostos estragos produzidos pelo capital, com base na sua lógica destrutiva, em contraponto à tese do fim do trabalho. Diante dos limites anunciados pelo mercado de trabalho capitalista, que expulsa milhões de trabalhadores a cada ano, o terceiro setor se apresenta através de empresas de traço comunitário, contemplando na maioria dos casos atividades assistenciais, como forma de reduzir os impactos sociais causados pelo desemprego. Ainda que a Europa esteja conhecendo os alvares do terceiro setor, o autor aponta para a necessidade de se ampliar as reflexões sobre o assunto, como forma de apreender os mecanismos específicos que começa a assumir em outras partes do mundo.

⁸ Em Adeus ao Trabalho?, pode-se encontrar ampla discussão a respeito das repercussões da reestruturação produtiva para os trabalhadores e para o movimento operário em geral. Antunes, 1995.

Assim, a flexibilização de processos ou a adoção de formas de acumulação flexível⁹ em contato com as condições até então vigentes, mesclam-se e produzem diferentes formatações ou arranjos, com implicações de elevada monta para a inserção do trabalho em *novas* atividades¹⁰.

É nesse cenário também que se complementam e se refazem de sentido as formulações que buscam perpetuar o controle do capital, diante do desafio de continuar contando com os esquemas de sustentação da dominação, com o anúncio do fim das classes sociais e do registro de um novo tempo para o trabalho. O empreendimento ideológico reformulado pela burguesia se propõe isento quando prescreve o *bem estar de todos* e a busca do pleno emprego, sob a tutela do neoliberalismo¹¹, como se pode atestar em vasta fonte documental.

Assim, poderíamos apontar as principais repercussões da reestruturação produtiva do capital, para o trabalho: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril; 2) aumento das inúmeras formas de subproletarização; 3) participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, à base de intensa precarização, particularmente de relações informais de trabalho; 4) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 5) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho.

O entrecruzamento desses vetores, criou, portanto, uma classe trabalhadora que se fragmentou, heterogeneizou e se complexificou, a ponto de apresentar-se mais qualificada em determinados setores, inclusive com relativa intelectualização do trabalho e desqualificada e extremamente precarizada em outros (ANTUNES, 1995).

Ao mesmo tempo, faz-se necessário, eleger as mediações necessárias para a apreensão do imbricamento dessas especificidades com os mecanismos mais gerais do metabolismo societário do capital, que se fundamenta na divisão social que subordina o trabalho e o conjunto da sociedade ao capital¹².

Ou como muito bem resume Lefèbvre (1971, p.95): “O capitalismo não subordinou apenas a si próprio sectores exteriores e anteriores: *produziu* sectores novos transformando o que pré-existia, revolvendo de cabo a rabo as organizações existentes”.

Na literatura marxiana, em especial nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, e em Lukács (1979), apreende-se que o trabalho, como trabalho útil, apresenta-se como uma mediação natural do metabolismo entre o homem e a natureza, mas trata-se também de entender o trabalho por dentro da processualidade social e histórica, medida que nasce simultaneamente com o ser social.

⁹ O Geógrafo anglo-americano David Harvey de 1992, em seu livro “Condições Pós-Moderna”, desenvolve longamente o conceito de flexibilização do trabalho.

¹⁰ A esse respeito Frigotto (1985), relaciona inteligentemente as exigências de novas qualificações com a educação básica.

¹¹ Lipietz é um dos ardis defensores dessa tese, que sustenta as aspirações da *terceira via*, o que pode ser apreendido em “Elegir a Audácia” de 1997 e também nas formulações recentes no campo do trabalhismo britânico, com a roupagem que Giddens, 1999 implementa, sob a direção de Tony Blair. Especificamente a esse respeito, Cf.: Antunes 2000.

¹² Mészáros em entrevista publicada na Revista Crítica Marxista, é taxativo ao afirmar que o “capital é uma força controladora, você não pode controlar o capital, você somente pode se livrar dele por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade. É impossível enganá-lo. Ou ele o controla ou você se livra dele, não há solução intermediária, e é por isso que a idéia de socialismo de mercado não poderia funcionar, desde o princípio”. E quando perguntado qual a distinção entre capital e capitalismo, foi categórico ao assevera que “o capital não depende do poder do capitalismo e isso é importante também no sentido de que o capital precede o capitalismo em milhares de anos. O capital pode sobreviver ao capitalismo, é de se esperar que não por milhares de anos, mas quando o capitalismo é derrubado numa área limitada, o poder do capital continua mesmo que numa forma híbrida” (MÉSZÁROS, 1995, p. 130-131).

Nesse sentido, a desrealização do ser social na sociedade capitalista, produto, pois, do resultado do processo de trabalho, pode ser apreendido a partir do momento que o produto do trabalho aparece para o trabalhador como um ser alheio. Daí a caracterização de Marx, a esse processo, como sendo a desefetivação do trabalhador, ou seja, a objetivação do trabalho, apresenta-se como exteriorização, como alienação (MARX, 1984)¹³.

Diante desse quadro, endossamos a avaliação que defende haver uma clara ligação entre a permanência do modo de produção capitalista, com o trabalho como fonte criadora de valor. Das tendências em curso, seja o apontamento da intelectualização ou o da desqualificação, da subproletarização do trabalho, a categoria trabalho mantém papel central¹⁴, na sociedade do trabalho¹⁵.

3. A Qualificação ou Adestramento do Trabalho?

É recorrente na literatura específica, o fato de que nos países centrais, a partir do final dos anos 70, a crise anunciada pela reestruturação produtiva começou a exigir mudanças na forma de regulação do processo de trabalho, pretextando flexibilizar o uso do trabalho no processo produtivo. Ampliar a liberdade da empresa na (re)distribuição do trabalho interna e externamente, era o que estava em primeiro plano. Assim, flexibilizar, desde antes, já demonstrava ser o readequamento por parte do capital, de rotinas e procedimentos gestonários do processo de trabalho, capazes de desobstruir os possíveis gargalos e alavancar o processo de reprodução do capital, mediante *novos* instrumentos de controle e dominação do trabalho.

Com base nisso, novas demandas se apresentam, sendo que as atenções se voltam não mais para o privilegiamento da qualificação do trabalhador, mas para suas competências, o que repercute no modelo de formação profissional até então vigente. A esse respeito Dedecca (1998, p. 119) observa que: “As empresas passam, nessa nova forma de organização da produção e do trabalho, a procurar força de trabalho, com maior nível de ‘qualificação’ para funções pouco complexas”.

Creio ser pertinente chamar a atenção para o falso problema que se notabilizará - com muita frequência na academia, na seara sindical, na imprensa e no âmbito do *Staff* estatal - ao colocar qualificação x desemprego, como se existissem postos de trabalho ou vagas suficientes para atender toda a PEA brasileira.

Há, seguramente, um transbordamento de grandes proporções para o conjunto dos trabalhadores, com a rápida reorganização econômica brasileira nos anos 90.

¹³ Marx dá diversas pistas para a compreensão do trabalho alienado, no Primeiro Manuscrito. Florestan Fernandes (Org.), In: MARX; ENGELS, História. São Paulo: Ática, 1984.

¹⁴ Em “Território em Transe”, tivemos a oportunidade de trabalhar essa questão, sendo que chamávamos a atenção para a confusão que norteia a não aceitação da tese da centralidade do trabalho, qual seja, diminuição de emprego é contraposta à diminuição de trabalho, tendo em vista somente a diminuição do trabalho produtivo e industrial, sem considerar a própria estrutura da dinâmica metabólica do capital, como já sinalizamos no presente ensaio, que contempla formas de trabalho consorciadas (assalariadas e não assalariadas), autônomas ou não etc.

¹⁵ A esse respeito pode-se encontrar na literatura diversos textos referenciais dos seguintes autores: Lukács, 1997; Mészáros, 1999; Lessa, 1997; Antunes (1995 e 1999).

É nesse ponto que devemos lançar mão, por exemplo, dos pressupostos que dão sustentação ao movimento que redefine o(s) conteúdo(s) da qualificação do trabalho, como forma de compreender a estratégia e a tática desse empreendimento que exige profundas mudanças do modelo de formação profissional.

Este assunto não tem merecido os cuidados necessários para evitar incompreensões e equívocos advindos dos referenciais genéricos atribuídos à terminologia que pulveriza o sentido próprio do intento que o capital, na sua lógica destrutiva, tenta incorporar e fazer-se *lugar-comum*. Assim, qualificar, formar, treinar, ainda que tenham significados conceituais diferenciados, não revelam, por sua vez, que o trabalho ao ser submetido à prova de fogo desses enunciados, esteja pronto para ser titulado como mais capacitado.

A não observância, todavia, à perversão que se processa na sociedade capitalista, pode desembocar em grande distorção analítica e em consequência, em um equívoco ontológico e por suposto, histórico e metodológico.

Nesse contexto, ao se esperar da (re)qualificação do trabalho por si só, o selo de garantia, não só para a revalorização de competência e da habilidade, mas principalmente o passaporte para a empregabilidade, não se está considerando o processo social circundante.

Em outros termos, como assevera Frigotto (1995, p.26): “Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores, deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital”.

É bem verdade que essa questão tem que ser relativizada para não gerar desentendimentos ou distorções comprometedoras. Como demonstram as informações oficiais, fornecidas pelo Ministério do Trabalho a redução acentuada do nível de emprego para todo o conjunto da força de trabalho industrial revela que os segmentos com menor grau de escolaridade foram maiores, considerando-se os trabalhadores analfabetos ou com primeiro grau incompleto. Já para os segmentos com níveis de escolaridade mais elevados, observa-se tendência contrária.

É no interior do aparente paradoxo representado pela cifra de 20% de trabalhadores analfabetos da PEA, diante da crise estrutural do capitalismo, da adoção de modelos produtivos e de tecnologia de ponta e de *novas* formas de gestão do processo de trabalho, tidos como modernos, que a formação profissional ou qualificação do trabalho ganha relevância. A esse respeito, é importante observar, como revelam as pesquisas, que 67% da PEA ingressaram no trabalho antes dos 14 anos de idade. Essa entrada precoce no mercado de trabalho e as dificuldades de conciliar trabalho e escola, impedem que milhões de jovens usufruam do acesso à educação, o que revela a histórica dualidade, ou seja, o acesso de alguns e a exclusão da maioria.

Põe-se, dessa forma, refletir seriamente sobre a *boa máxima* veiculada pelos empresários e organismos internacionais que estão na retaguarda do sistema do capital (OCDE, FMI, Banco Mundial, BID), quando vendem nos quatro cantos do planeta que o conhecimento é o principal recurso para alavancar o desenvolvimento, sendo que estaria ao alcance de *todos* através da educação.

É nesse entrecruzamento de posições polêmicas e de demandas do empresariado, que se deve ponderar que todo o sistema de formação profissional no Brasil foi criado sob a gestão dos empresários e com a chancela e guarda do Estado, sem contudo, contar com a participação crítica dos trabalhadores e das suas entidades de classe. Nem sequer o ideário do “*tripartismo* societário” (trabalhadores, Estado e empresários), colaboracionista por excelência, se constituiu no Brasil. A formação técnica e profissional no Brasil esteve a cargo das instituições que compõem o que se denominou de sistema **S** (SENAI¹⁶, SENAC, SESI, SENAR) e as Escolas Técnicas Federais.

O sistema **S** teve suas prerrogativas fortalecidas no período do regime militar, através da criação do SINE, em 1975, através do incremento de incentivos fiscais a empresas, para serem realocados, na seqüência, para os programas que tinham a incumbência de minorar o desemprego.

Alicerçado através de fartos recursos públicos, arrecadados mediante as contribuições obrigatórias dos trabalhadores, deduzidas diretamente das folhas de pagamento, o sistema **S**, é, no entanto, controlado somente pelas confederações patronais da indústria e do comércio. Sua gestão e conseqüentemente toda a estrutura orgânica e o ideário dos programas, cursos e demais eventos organizados pelas entidades que compõem o sistema **S**, são controlados e de responsabilidade dos empresários.

A perda de exclusividade do sistema **S**, na *formação profissional* coincide com a entrada em cena de outros atores e procedimentos, inclusive da iniciativa privada e também de profundas reformulações nas concepções, nas metodologias e nos temas.

Isso pode ser apreendido também, através das críticas advindas dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, BID, Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), quando afirmam ser providencial e inadiável se refletir sobre o envelhecimento e desatualização do SENAI diante das condições de mercado¹⁷.

Observa-se que o empresariado e a burguesia brasileira colocam objetivamente em cena, a necessidade de se pensar e instituir, juntamente com o apoio do Estado, *novos* procedimentos e instrumentos institucionalizados para reorientarem os programas de qualificação profissional (Deluiz, 1995a). Há um somatório de esforços que se sintetizam no consorciamento de interesses entre Estado, setores da burguesia brasileira e segmentos do movimento sindical, que apostaram na institucionalização do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em 1988, no texto da constituição, mais precisamente, se faz presente no artigo 239.

3.1. Institucionalização e Financiamento da Qualificação do Trabalho

Consoante a esse chamamento, o Estado implementa programas de qualificação financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que desde janeiro de 1990, quando foi oficialmente regulamentado, através da lei 7.998 - que também criou o Conselho Deliberativo do

¹⁶ É com base no decreto 100009, de 16/07/42A que o SENAI se configura como instrumento de formação/qualificação do trabalho, sendo que sua receita básica está fundamentada na contribuição parafiscal de 1% sobre o total da folha de pagamento mensal das empresas, por lei, vinculadas à instituição. Empresas com mais de 500 funcionários, recolhem um adicional de 0,2%, sobre a folha de pagamentos.

¹⁷ Esse assunto está exemplarmente discutido no livro recentemente organizado e publicado pela UNITRABALHO, 1999, pp. 87-212, “Diagnóstico da Formação Profissional - Ramo Metalúrgico”.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT)¹⁸ -, já direcionou alguns milhares de reais para o (re)adestramento da força de trabalho, sendo que os resultados não são acompanhados da mesma monta.

Tem-se, pois, que o FAT é a base fundante do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), criado em 1995. É através do PLANFOR, que deságua toda a estrutura da formação profissional do ponto de vista do Estado. A destinação de recursos para formação profissional, passou a existir de fato, a partir de 1996, sendo que o Ministério do Trabalho enfatizou as linhas prioritárias para se alcançarem os objetivos de outros programas, de maneira integrada, pretextando fazer uso da máquina propagandística do governo para massacrar as lutas e ações dos trabalhadores¹⁹.

Através das informações disponíveis para o primeiro semestre de 1999, aproximadamente 60% do patrimônio do FAT, ou R\$ 26 bilhões estavam emprestados ao BNDES, cujo objetivo primeiro é. financiar as privatizações, a reestruturação das empresas, e o socorro aos Bancos falidos, que, diga-se, desempregam em escala jamais vista na história, às custas de largas margens de lucro e de incentivos fiscais etc.

Pode-se dizer com segurança que estão em cena *novos* mecanismos de controle do Estado sobre o trabalho, a exemplo dos mecanismos contributivos e compulsórios que ainda vigoram, como o imposto sindical e a contribuição confederativa²⁰ e que inauguram *novos* referenciais para o *neocorporativismo* que se instala no movimento sindical brasileiro, como veremos adiante.

Há que se pensar criticamente na magnitude da malha territorial do PLANFOR e suas repercussões, pois envolve diferentes escalas de atuação, que se contemplam às dimensões nacional, regional e local (municipal), com prerrogativas institucionais convergentes, ao menos oficialmente. É relevante refletir as articulações e mediações que dão fundamento, então, às ligações existentes entre os Planos Estaduais de Qualificação (PEQ's), a cargo das Comissões Estaduais de Emprego, Secretarias de Estado do Trabalho e a dimensão local que é contemplada através das Comissões Municipais de Emprego²¹.

A rigor, constata-se que o PLANFOR tem eficácia para (re)inserir alguns desempregados no mercado de trabalho, mais informal e mais precarizado, não esquecendo que o Plano tem como prioridade os desempregados, trabalhadores sob risco de perda de emprego e os pequenos microprodutores urbanos e rurais. Admite-se que somente 17% dos recursos destinados

¹⁸ Aparentemente a composição do CODEFAT demonstra certa transparência, mas ao ter composição paritária *tripartite* (três representantes do governo, três das confederações patronais e três das centrais sindicais), por exemplo, não contempla a diversidade do espectro de representatividade dos trabalhadores brasileiros, pois de todas as centrais, somente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical (FS) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), sendo que as demais (CGTB, SDS, USI, CCT, CAT), estão excluídas.

¹⁹ Os objetivos do FAT, coadunados com os mecanismos de arrecadação, proveniente das contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e de gestão/distribuição dos recursos a cargo do CODEFAT e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - que fica com a melhor parte do bolo - percebe-se estar-se diante de um poderoso instrumento de dominação do Estado e da Burguesia, capazes de extravasar os mecanismos até então conhecidos de atrelamento e de submissão do trabalho aos desígnios das classes dominantes e hegemônicas.

²⁰ A esse respeito, tive oportunidade por ocasião da elaboração da tese de doutorado de fazer uma longa reflexão sobre os mecanismos estatais para fortalecer os laços de dominação sobre o trabalho, através das normatizações expressas na forma das contribuições sindicais. Cf.: Thomaz Junior, 1996.

²¹ Segundo informações divulgadas extra-oficialmente e depois confirmadas por Borges, 2000, até janeiro de 2000, existiam 2315 Comissões Municipais de Emprego em todo o país.

potenciam o ingresso no mercado formal, portanto com carteira de trabalho assinada (BORGES, 2000).

Ainda que essa avaliação esteja fundamentada, inclusive conceitualmente, é de se supor que não há consenso por parte dos gestores do FAT, do PLANFOR e do governo. O número de trabalhadores atingidos pelo Plano, a quantidade de recursos investidos e o manejo dos mesmos, são variáveis equidistantes. Isto pode ser confirmado quando nos deparamos com o seguinte quadro: 1) o alcance do Plano não atinge nem 2% da PEA, ou aproximadamente 15 milhões de trabalhadores desempregados; 2) o volume de recursos em 1999 não foi capaz de cumprir as metas subestimadas do público alvo; 3) cortes de verbas do FAT de 50%, pelo governo, ou apenas metade do que havia sido destinado para 1999 (R\$ 300 milhões) e, 4) a ciranda financeira e os empréstimos descabidos com que o patrimônio do Fundo é manipulado pelo governo federal. Essa trama de relações que envolve a qualificação do trabalho, no Brasil, no âmbito estatal e público, é digna, no mínimo, de denúncia, e de reflexões aprofundadas, o que faremos em outro ensaio.

Reconhecendo parte dos limites do PLANFOR e em cumprimento ao estipulado nos objetivos do FAT, entram em cena novos atores, redimensionando a qualificação do trabalho a partir do surgimento de novas formas de elaboração e execução de programas de educação para o trabalho. É assim com empresas, ONG's, organismos públicos, Centros de Pesquisas, Universidades e também os movimentos sociais (MST, por exemplo) e as entidades sindicais, em especial as centrais (FS, CUT, SDS, CGT).

Enfim, essas experiências estão sendo implementadas através dos fóruns *tripartites*, que estão potenciando a ampliação dos programas coordenados pela SEFOR (Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional) e impondo para todo o país, os referenciais desejados para os programas de formação profissional.

Neste ínterim, os marcos até então vigentes para a qualificação do trabalho, no contexto brasileiro, no que se refere ao ensino profissionalizante sob responsabilidade do sistema S, passam a contemplar também os cursos e programas veiculados através do recurso do ensino à distância. A partir do decreto 2494, de fevereiro de 1998, com a vinculação orgânica do ensino profissionalizante ao ensino à distância, fez-se acentuar em importância e magnitude a malha de influência, por exemplo, do Telecurso 2000. Produto do consorciamento entre a Rede Globo de Televisão, a FIESP e sob a participação do SENAI, esse programa inclina-se aos conteúdos do ensino de 1^o e 2^o graus, com formação profissionalizante e tem como referencial metodológico, o ensino a distância através da televisão, de recursos de multimídia e de recursos documentais (apostilas, livros).

Outra dimensão a ser destacada é a diversificação do público alvo a que se destinam os cursos e Programas do PLANFOR (jovens em busca do primeiro emprego, adultos empregados, desempregados e famílias em comunidades agrícolas) e as superposições com a rede de ensino regular. Ou seja, novas mediações são presenciadas para articular a diversidade temática dos Programas oferecidos (cursos de alfabetização de adultos, educação básica, cursos de graduação e de pós-graduação, conveniados com Universidades, inclusive públicas).

As mudanças recentes no ensino técnico de nível médio, impostas pelo governo

Fernando Henrique, através do decreto 2208/97, regulamenta a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e propõe, consoante o seu objetivo principal, a melhoria da oferta educacional e sua adequação aos novos padrões de estrutura produtiva referenciadas pela competitividade. Percebe-se que há uma nítida interligação entre os objetivos anunciados para o ensino médio e os princípios norteadores da SEFOR, quando superpõe a educação profissional (técnico de nível médio), com o modelo de desenvolvimento (sustentado) e com a própria modernização das relações capital-trabalho, como rebatimento dos pressupostos da tese do capital humano, muito alardeado pela mídia.

4. Os Desafios para os Trabalhadores e para o Movimento Sindical rumo à liberdade?

É nesse cenário que as entidades sindicais, com destaque para as centrais, se inserem para disputarem algumas fatias do bolo do FAT/PLANFOR que, aliás significa elevada monta de recursos. Conforme informações divulgadas pelo CODEFAT, somente no ano de 1999 a distribuição de recursos entre as centrais foi a seguinte: Força Sindical (FS) R\$18 milhões, Central Única dos Trabalhadores (CUT - R\$ 16,5 milhões, Central Geral dos Trabalhadores (CGT) - R\$5 milhões e a inexpressiva SDS, R\$ 4 milhões.

O PLANFOR, a partir do ingresso efetivo das centrais sindicais na seara da formação profissional, ganha novas dimensões e contornos.

A qualificação do trabalho para o movimento sindical, não somente pode ser entendida no plano dos desafios, tendo em vista o comprometimento com a adoção de procedimentos e rotinas com origem no ambiente das escolas, mas sobretudo, com a intensificação do atrelamento junto às instâncias estatais, mediatizada através da dependência dos recursos direcionados pelo FAT e também de um possível sentimento de culpa por não ter conseguido responder convincentemente aos trabalhadores a questão do emprego.

Obrigatoriamente tem que se considerar nesse debate o que denominamos de riscos calculados, que se fundamentam na convivência “pacífica” no interior das estruturas do Estado, podendo ser, no caso da participação no CODEFAT, absorvida pela lógica corporativa, do *tripartismo* reinante e amoldando-se à convivência harmônica entre capital e trabalho, sob a mediação do Estado. Assumindo o compromisso de participar ativamente do PLANFOR, os desafios são ainda mais complexos.

Em primeiro lugar, ainda que o assunto seja extremamente polêmico e de difícil trato, não se pode omitir que todas as centrais não se revelaram sintonizadas, o que pode ser atestado através das avaliações precisas que lhes permitissem intervir com eficácia para coibir o desemprego, ainda mais para adequar a demanda por emprego aos cursos sistematizados de (re)qualificação profissional, que estão se ampliando sobremaneira, reproduzindo os postulados assistencialistas, muito fortemente arraigados na cultura sindical brasileira, como é o caso da FS, que faz uso do Centro de Solidariedade aos Trabalhadores, para cadastrar desempregados e reproduzir os esquemas oficiais, há muito existentes e ineficientes.

O Integrar - Formação e Requalificação para o Trabalho - implementado pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT, visa a atingir a qualificação profissional dos

trabalhadores envolvidos no ramo metalúrgico, aliado às exigências das empresas que os trabalhadores concluam o ensino fundamental (antigo 1^o grau).

Em segundo lugar, há por parte dos trabalhadores e do movimento sindical, em especial, dificuldades profundas para entender as novas formatações e territorialidades produzidas pelo processo de reestruturação produtiva do capital. Ou seja, a horizontalização processada pelas modificações em curso, com a adoção de modelos de organização da produção, baseada nos princípios toyotistas e suas inúmeras combinações não condizem com a estrutura e compreensão do sindicato, ossificada sob os princípios da formação predominantemente fordista e taylorista que edificou toda a identificação corporativa do trabalho, a partir das profissões.

Há, então, que se analisar a questão da subjetividade com mais rigor.

Assim, o sindicalismo sem horizontalizar-se, também não se projeta a buscar um significado particular para contemplar a classe trabalhadora, que deve compreender hoje, desde os “estáveis” até o conjunto de trabalhadores que estão inseridos no universo da economia informal, “terceirizados” e desempregados ou subempregados, por conta dos rearranjos do capital.

Em terceiro lugar, é sabido por todos que as entidades sindicais primam pela ação quase que exclusiva, sob o registro da relação formal de trabalho. Isto traduz, por exemplo, que as recentes transformações que sacodem o mundo do trabalho estão complexificando ainda mais a relação de identificação do trabalho, por dentro do processo social, no campo específico da representação sindical. Isto pois, a relação informal de trabalho e o exército de desempregados ou subempregados, não são objeto da ação sindical, institucionalizada.

Esse distanciamento entre os sindicatos que potencialmente são o contingente efetivo a ser (re)qualificado, produz desafios ainda maiores e faz emergir a questão da representatividade política, da identidade corporativa, da solidariedade operária e o sentimento de pertencimento de classe, como forma de participar ativamente da construção de uma sociedade para além do capital. Esse assunto, no entanto, já nos mobiliza para outro ensaio.

Em quarto lugar, não está ao alcance dos trabalhadores o controle gestor do metabolismo societário da sociedade do capital, ao menos no momento. Ainda que esse seja o objetivo a ser conquistado, do qual eu compartilho integralmente, não dá para confundir os papéis dos atores sociais. Ou seja, faz-se necessário analisar com muita profundidade como vincular a luta imediata com a luta estratégica, de nítido conteúdo capitalista, capaz então, de referenciar a construção de uma sociedade que vá além do capital, mas que esteja preparada para dar também respostas imediatas, contraditando a barbárie que contamina a vida cotidiana do ser social que trabalha. Para as centrais sindicais e particularmente para a CUT, participar ativamente do PLANFOR significa, de uma maneira mais ou menos crítica, adotando ou não a cartilha da SEFOR - como o faz a FS, ao apostar no adestramento do trabalho - chamar para si a responsabilidade de interferir na (re)qualificação do trabalho?

Se as tendências mais moderadas da CUT defendem abertamente tanto a gestão tripartite do PLANFOR e dos recursos do FAT como um todo, como também a participação ativa na qualificação do trabalho, com a ressalva que essa deve ser integrada à educação básica e que não seja adestradora, por sua vez, as tendências mais à esquerda concordam que a gestão dos recursos

deve estar a cargo dos trabalhadores, mas não concordam com a participação da central na formulação e gestão dos cursos de qualificação, manifestando que a central deve retomar suas bandeiras históricas de combate ao desemprego, redução da jornada de trabalho, reforma agrária já, e sob o controle dos trabalhadores e a construção do socialismo.

Diante disso, somos estimulados a pensar que há uma grave “dessintonia” em pauta. Isto é, a participação do sindicalismo na qualificação do trabalho não é seguida ou não tem a contrapartida de ações políticas específicas e de grande envergadura, capaz de preparar as entidades sindicais para intervirem diante dos desafios iminentes. Quais sejam, a central não influi na escolha dos conteúdos, dos objetivos pedagógicos e técnicos, bem como no perfil do trabalhador que se quer atingir, e ainda não influi sobre as condições favoráveis do mercado de trabalho e da política macroeconômica do governo.

Com isso não se está negando a importância da confrontação com o Estado e com a burguesia. O que se põe em relevo é que é possível sim, os sindicatos e as centrais lutarem para que haja transparência na gestão dos recursos públicos e que esses estejam prioritariamente sob fiscalização direta dos trabalhadores, como é o caso do FAT. Deve comparecer na análise, a distinção entre gestão “tripartite” dos recursos e lisura na sua gestão - o que de pronto, colocaria um basta nos anunciados desvios de recursos públicos para o sistema **S** - da responsabilidade de sinalizar o perfil ideal do trabalhador, para essa ou aquela atividade, comprometendo-se também a tornar-se dependente das verbas do FAT, absurdamente centralizadas pelas centrais, o que gera em alguns casos, disputas, pois as entidades sindicais independentes podem ser aliadas do esquema.

Há, então, nesse sentido, um aumento da vulnerabilidade das entidades do movimento sindical, que se desdobra da seguinte maneira: a central fica dependente do Estado, o sindicato, da central e conseqüentemente, o trabalho continua preso às amarras do capital e os riscos para a classe-que-vive-do-trabalho são *incalculáveis*.

5. Arriscando Perspectivar

Nessa linha de argumentação, o tema qualificação do trabalho, diante das rearrumações provenientes da reestruturação produtiva do capital merece ser aprofundado e priorizadas as reflexões, considerando a pluralidade das pesquisas das demais áreas do conhecimento, em especial os estudos e pesquisadores que estão comprometidos com o desvendamento das amarras do capital e com as formas de dominação de classe que abatem sobre a classe-que-vive-do-trabalho.

Nesse sentido, pelo menos duas dimensões da questão devem ser aprofundadas.

A primeira delas, trata-se da complexidade das articulações entre as concepções em pauta sobre (re)qualificação profissional que, de um lado, são defendidas no âmbito estatal e público, na área de ação da SEFOR, e de outro lado defendidas pelas entidades do movimento sindical. O debate aberto e amplo deve ocupar o centro das atenções, para que então, sem rodeios, possa se discutir abertamente as diferentes avaliações em pauta (incluindo as formas de gestão dos recursos

financeiros), a ponto de esclarecer os trabalhadores sobre os principais apontamentos que tanto o Estado pretende implementar, quanto as entidades privadas, mas em especial as sindicais.

Em segundo lugar, a qualificação do trabalho, antes de despertar somente as atenções para as questões que costumeiramente se apresentam, faz-se necessário estimular a sociedade e fundamentalmente os trabalhadores, nesse momento, para se discutir sobre qual(is) o(s) formato(s) de organização societal capaz(es) de redescobrir os sentidos, que sustentam a lógica destrutiva do capital. A começar pela reflexão sobre a eliminação da superexploração do trabalho.

Assim, estar-se-ia diante de outra lógica do metabolismo societário. Os momentos que se antepõem diante de nós, para discutirmos o que ensinar e por que aprender e, disso o que aproveitar, nada mais providencial do que refletirmos profundamente, temas que se sobrepõem a esses assuntos e que estão sendo abolidos do dia-a-dia da luta política e sindical e dos cursos de formação política.

Romper o fosso social que separa os trabalhadores ainda “estáveis”, dos trabalhadores precarizados, egressos do processo de desregulamentação e precarização das relações de trabalho, é um desafio que nos coloca frente a frente com a necessidade de pensarmos um desenho de sociedade que ultrapasse as linhas demarcatórias do capital, ou que vá além do capital, como defende Mészáros.

Por fim, nos lançamos a perspectivar em direção à emancipação dos trabalhadores, ressaltando que é também fundamental nisso, compreender o que se passa no interior da classe trabalhadora, entendendo pois que, o que se passa no interior dos trabalhadores afeta, ainda que em intensidades diferentes, tanto o movimento sindical quanto o próprio movimento operário.

Referências

- AMADEO, E. O “Emprego ilegal no Brasil”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2000. p. B-6.
- ANTUNES, R. Terceira via: uma via de continuidade do neoliberalismo. **Debate Sindical**, São Paulo, n.32, jan.fev., 2000.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos Anos 90. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 7, 1999.
- ANTUNES, R. As dimensões da crise do mundo do trabalho. **Debate Sindical**, São Paulo, n.24, fev./abr., 1997.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho**. São Paulo: [s.n.], 1995.
- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BORGES, A. FAT: formação ou atrelamento ao Estado? **Debate Sindical**, São Paulo, v.13, n.32, dez. jan./fev. 2000.
- CARVALHAL, M. D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP**: elementos para uma “leitura” geográfica. 2000, 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEDECCA, C. S. Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n.3, dez., 1998.
- DELUIZ, N. **Formação do trabalhador**: produtividade & cidadania. Rio de Janeiro: SHAPE, 1995a.
- DELUIZ, N. **Os representantes dos empresários e a formação sindical**. Rio de Janeiro: CIET, 1995b.
- DIEESE. Formação profissional: um novo espaço de negociação. **Pesquisa DIEESE**, São Paulo, n.14, mai., 1999.
- FERNANDES, A. M. **O ensino de geografia no ensino profissionalizante e a (re) habilitação para o trabalho**: uma análise do programa Telecurso 2000. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000. mimeografado
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GIDDENS, A. A terceira via em cinco dimensões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 fev., 1998. Caderno Mais, p.2.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HABERMAS, G. **Técnica e ciência como ideologia**. Porto: Edições 70, 1992.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: São Paulo: Loyola, 1993.

- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México: Fundo de Cultura, 1990.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, H. **A Re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LESSA, S. **Trabalho e ser social**. Maceió: Edufal, 1997.
- LIPIETZ, A. **Elegir la audacia**. Madri: Editorial Trotta, 1997.
- LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. (Temas de Ciências Humanas).
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social. (O trabalho)**. [S.l. ; s.n.], 1997. (Mimeografado).
- MAAR, W. L. A centralidade do trabalho social e seus encantos. In: FERREIRA, L. (org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de o capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1985.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 85-169.
- MARX, K. Primeiro manuscrito. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx/Engels: história**. São Paulo: Ática, 1984.
- MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MÉZÁROS, I., **A necessidade do controle social**. 2.ed. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MÉZÁROS, I. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: _____. **Ensaio Ad Hominem 1**. São Paulo: Edições Ad Hominem, 1999. p. 83-124.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Planfor 1996/99**: planos estaduais de qualificação, parcerias nacionais e regionais. Brasília: SEFOR, 1997.
- MOREIRA, R. **A diferença e a geografia (o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia)**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1999. (Mimeografado)
- OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? **Trabalho & Sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v.1.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RIBEIRO, J. C. ; THOMAZ JÚNIOR, A. Entre a sepultura e a trincheira: o movimento sindical e a exclusão social. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n.6, 2000. (no prelo)
- SANCHEZ, J-E. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- THOMAZ JÚNIOR., A. Um momento: com a palavra o “mundo paralelo!” **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.19, p.24-31, 1992.
- THOMAZ JÚNIOR., A. A terceirização no contrapasso da ação sindical: o pulo do gato dos anos 90. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.16, p. 168-186, 1994.

THOMAZ JÚNIOR., A. “Leitura” geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, 1998.

THOMAZ JÚNIOR., A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESAROLLO EN IBÉROAMERICANA, 1., 1999, Santiago de Compostela. **Actas...** Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

Texto Crítico do Trabalho Acadêmico

Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI
(Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)

Volume 3
(Textos em Coautoria)

Antonio Thomaz Júnior

Presidente Prudente, abril de 2009

Thomaz Júnior, Antonio.
T384d Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI : (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos) / Antonio Thomaz Júnior. – São Paulo: [s.n], 2009
v.1-3 : il. ; fotogr. + memorial

v.1 - pt.1 - Autocrítica e Desafios Teóricos de uma Obra Inacabada;
pt.2 - Eixos de Pesquisa e a Construção de uma Trajetória *Coletiva*
v.2 - Textos do autor
v.3 – Textos em coautoria
Tese (livre-docência) – Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Geografia do trabalho. 2. Movimentos sociais. 3. Lutas emancipatórias.
I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18. ed.)910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

Sumário

Volume 3

Textos em Co-autoria

Apresentação	4
As inovações tecnológicas e as novas formas de gestão e controle do capital sobre o trabalho (APÊNDICE – 1) <i>Ana Maria Soares de Oliveira; Antonio Thomaz Júnior</i>	5
A “modernização” da agricultura e os impactos sobre o trabalho (APÊNDICE – 2) <i>Marcelo Rodrigues Mendonça; Antonio Thomaz Júnior</i>	23
O poder da imprensa e o projeto de desenvolvimento do capital nas ondas do rádio (APÊNDICE – 3) <i>Marli Terezinha Szumilo Schlosse; Antonio Thomaz Júnior</i>	39
Entre a sepultura e a trincheira: o movimento sindical e a exclusão social (APÊNDICE – 4) <i>Júlio César Ribeiro; Antonio Thomaz Júnior</i>	55
Novo sentido da Luta de classes e do controle social no meio rural. Uma contribuição à geografia do conflito capital x trabalho (APÊNDICE – 5) <i>Jorge Montenegro Gómez; Antonio Thomaz Júnior</i>	77
O Cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (Uma contribuição para a Geografia do trabalho) (APÊNDICE – 6) <i>Alexandre Domingues Ribas; Antonio Thomaz Júnior</i>	93
O Discurso jornalístico e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: O fato e a interpretação (APÊNDICE – 7) <i>Sônia Maria Ribeiro de Souza; Antonio Thomaz Júnior</i>	109
Informalidade e precarização do trabalho no Brasil (APÊNDICE – 8) <i>Marcelino Andrade Gonçalves & Antonio Thomaz Júnior</i>	125
A reinserção do lixo na sociedade do capital: Uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem (APÊNDICE – 9) <i>Antonio César Leal; Marcelino A. Gonçalves; Antonio Thomaz Júnior</i>	143
Processos sociais e redefinições territoriais do trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (APÊNDICE – 10) <i>Fernanda Keiko Ikuta; Antonio Thomaz Junior</i>	157
A inserção da mulher no mercado de trabalho e no sindicato. Uma contribuição aos estudos de gênero na Geografia (APÊNDICE – 11) <i>Terezinha Brumatti Carvalho; Antonio Thomaz Júnior</i>	171
Trabalhadoras rurais e luta pela terra: Interlocação entre gênero, trabalho e território (APÊNDICE – 12) <i>Maria Franco García; Antonio Thomaz Júnior</i>	191
O engendramento da crise do capital nas redefinições do mundo do trabalho e na reconfiguração territorial (APÊNDICE – 13) <i>Marcelo Dornelis Carvalho; Antonio Thomaz Júnior</i>	207

Apresentação

Após um pequeno período de convivência na Universidade, já experimentando a experiência profissional, estamos podendo manter a aposta na edificação de um projeto de construção de Geografia que não somente revela resultados por meio dos textos que ora apresentamos nesse Volume 3, mas principalmente por tudo o que isso representa para o aprendizado coletivo.

O propósito de apresentar os textos que compõem esse volume é o mesmo que nos guiou à escolha daqueles que fazem parte do volume 2. Isto é, um conjunto de textos, no caso em co-autoria, que expressem os aspectos que estamos nos propondo a refletir sobre o trabalho, a classe trabalhadora e os desafios que estão postos para a sociedade e para a continuidade dos nossos esforços emancipatórios. Essa semelhança revela que a única explicação para a separação dos volumes 2 e 3 é apenas quanto à constituição do texto sistematizador, e da caracterização da produção individual e coletiva. A demarcação tênue da nossa obra individual e coletiva se inscreve num processo de convivência e de aprendizado, como já afirmamos, que somente está sendo possível de constituir-se porque a própria trajetória acadêmico-científica está fundada na construção dos espaços relacionais coletivos.

No mais, estamos tratando de um acúmulo de experiências que cobram muito todos os dias e nos faz enfrentar constantemente as dificuldades para elaborar um projeto, conseguir recursos para implementá-lo, executá-lo, preparar os estudantes para a execução dos planos de trabalho, e daí por diante, extrair os aprendizados que culturalmente socializamos via imprensa e mais recentemente no ilimitado ambiente virtual da *internet*. Por isso, cada um dos textos escolhidos contém aspectos importantes de diferentes assuntos, e não todos - aos quais eu me envolvi diretamente -, que compõem a temática do trabalho, e que nos tem ajudado a fortalecer e a polemizar a respeito das nossas apostas teóricas e que constituem a estrutura do texto sistematizador, enfim de nos colocarmos sob o crivo da crítica, ou melhor da autocrítica.

Assim, em nada, mais uma vez, se diferencia do Volume 2, mas contém elementos estimulantes da trajetória individual de cada um dos co-autores, via de regra, meus orientandos. Então, o Volume 3, não reúne apenas um conjunto de textos, mas demarca a nossa trajetória, vista sob o foco da construção propriamente da via coletiva. Ou seja, para somarmos forças para chegarmos até aqui - provavelmente muito influenciado pelos meus grandes mestres (professores e orientadores) -, foi necessário construir desde a base as relações que pudessem sustentar nossos intentos acadêmicos e políticos, e vice-versa, apostar nos jovens e na possibilidade de que isso viesse a nos ajudar a construir um caminho e um conjunto de referências na Geografia a fim de termos no trabalho um tema vivo para os nossos aprendizados. Dessa forma, o que os textos que compõem o Volume 3 têm no substrato são etapas e momentos que, na maioria dos casos iniciaram ainda nos estágios que antecedem a Iniciação Científica e que foram ganhando formatos mais aprofundados no âmbito da Pós-Graduação (mestrado e doutorado). E o melhor de tudo é a sensação de que esse caminho não se conclui e que continua a ser trilhado, coletivamente, o que é melhor ainda e mais desafiador. Isso nos tem aberto a possibilidade de somarmos forças já com a terceira geração de orientandos e de produzirmos juntos.

AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E AS NOVAS FORMAS DE GESTÃO E CONTROLE DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO*

Ana Maria Soares de Oliveira
Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

A sociedade, em cada momento histórico, expressa diferentes formas de organização espacial, numa dinâmica movida, em grande parte, por um sistema que insiste em impor a sua lógica perversa, que se veste de muitas roupagens, mas que por trás das mesmas utiliza-se de suas muitas facetas para continuar reproduzindo relações desiguais. Nesse contexto, o mundo do trabalho também vai adquirindo novas feições, a classe trabalhadora vai se complexificando, revelando o caráter dominante do capital no seu processo de ampliação e de auto-afirmação, através da superexploração e da precarização das condições de trabalho.

As indústrias, sobretudo nos países capitalistas centrais, vêm adquirindo um novo perfil produtivo e tecnológico que por sua vez causa impactos marcantes para os trabalhadores. Isso também ocorre na atividade canavieira, por um lado, reduzindo e desconcentrando a classe operária industrial e exigindo desta qualificação e polivalência, por outro lado, desenvolvendo um subproletariado periférico e de remuneração precária¹.

O trabalho morto tem aumentado em detrimento do trabalho vivo e a ciência tem interagido com o trabalho, participando intrinsecamente do mecanismo de geração do valor, visto ser esta a necessidade do capital no seu processo de valorização. Cabe ressaltar que, mesmo com o aumento do trabalho morto, as máquinas inteligentes não substituirão totalmente os trabalhadores, visto pois, tanto no processo de desenvolvimento como na utilização dessas máquinas o trabalho intelectual do operário é despendido. Segundo Antunes (2001, p.123): O operário, “ao interagir com a máquina informatizada acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais e cognitivos à nova máquina...”.

Associado ao avanço tecnológico, o trabalho tende a desmaterializar-se e a intelectualizar-se. O capital, por sua vez, valoriza essa intelectualização, mas na sua contradição, também se nutre da precarização do trabalho, expressa através da desqualificação e da subproletarização.

Verifica-se nesse contexto, com a emergência de modelos de gestão da produção como o toyotismo, uma nova captura da subjetividade operária, através da “subordinação formal-intelectual” do trabalho ao capital. No modelo taylorista-fordista a subsunção da subjetividade operária à lógica do capital ocorria do ponto de vista meramente formal, pois como afirma Alves

* Esse artigo é produto das reflexões efetuadas durante a sistematização da dissertação de mestrado, defendida em junho de 2003. Foi publicado na **Revista Eletrônica Geocrítica**, v. VI, n.119. Universidade de Barcelona, 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-as001.htm

¹ Para mais detalhes ver Alves (2000, p.69); Thomaz Júnior, (2002a).

(2000, p. 40), o fordismo ainda era uma espécie de “racionalização inconclusa”, visto que mesmo instaurando uma sociedade “racionalizada”, não foi capaz de incorporar essa racionalidade capitalista ao universo psicológico do operário, a ponto de alterar seu comportamento, caracterizando a denominada “subordinação formal-material”. Já o toyotismo aponta para uma nova hegemonização do capital no processo produtivo, através de mecanismos de coerção e consentimento do trabalhador.

Além do saber operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, retransfere o *savoir-faire* [grifo do autor] para o trabalho, mas o faz visando apropriar-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. (ANTUNES, 2001, p. 131, grifo do autor).

A subordinação material do trabalho ao capital não se extinguiu mediante o surgimento das novas tecnologias de base microeletrônica. O que temos é o restabelecimento do antagonismo entre o indivíduo e o processo material, caracterizando um novo estranhamento, o qual se expressa tanto entre o operário polivalente e o produto de seu trabalho, como também entre esse e o processo de trabalho. Ou seja, mesmo que os operários possuam autonomia sobre o trabalho que executam, continuam submetidos à máquina e impedidos pela lógica do capital de comandar o processo produtivo, mantendo-se, desse modo, ligados a um trabalho estranhado como no taylorismo-fordismo. Em outras palavras, diríamos que apesar do operário adquirir autonomia e poder de decisão sobre o aspecto operacional do processo produtivo, as decisões estratégicas desse processo ainda são mantidas na seara organizacional e/ou institucional, manipulando o consentimento e o envolvimento do operário com a lógica perversa do capital.

Esse novo estranhamento, mesmo que minimizado pela redução da separação entre a elaboração e a execução – o “saber” e o “fazer” –, se expressa na subjetividade do trabalho que se manifesta na transferência do saber cognitivo e intelectual dos trabalhadores para a máquina informatizada.

A introdução de novas tecnologias de base microeletrônica e de novos padrões organizacionais, pautados na lógica toyotista, tem constituído um conjunto de movimentos e de decisões estratégicas que buscam a apropriação dos resultados do trabalho. Sendo assim, atingindo objetivos econômicos, técnicos e organizacionais requer também um resgate das potencialidades dos trabalhadores. (THOMAZ JÚNIOR, 2000).

As novas formas de gestão e controle do processo produtivo e de trabalho são contrapartidas do capital, as quais se caracterizam não somente pela constituição de uma nova base técnica – controle automático da produção – mas sobretudo, pela nova proposta de organização social da produção de mercadorias, capaz de manipular a subjetividade operária, através do engajamento estimulado, do trabalho realizado em equipe, dos programas de qualidade total, etc. A qualificação, o envolvimento no processo produtivo, o entrosamento entre os operários, a capacidade de tomar iniciativas e de encontrar soluções diante de problemas que surgem durante o processo produtivo, etc., são aspectos valorizados e indispensáveis pelo capital.

A execução de tarefas variadas, tais como supervisionar o controle dos equipamentos, substituir a operação automática pela manual em caso de necessidade, controle de

qualidade, manutenção de máquinas, programação, etc., reforça a polivalência e o *savoir-faire* dos trabalhadores. Ao incentivar a sua participação nos projetos e processos de produção, através de suas sugestões, a capacidade intelectual e cognitiva do trabalho social é apropriada sem nenhum ônus pelo capital. Nesse sentido, Antunes, destaca que:

Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas idéias são absorvidas pelas empresas, após uma análise de sua exeqüibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. (ANTUNES, 2001, p.131).

No âmbito das diversas formas de gestão e controle do processo produtivo e de trabalho, destacamos, de modo particular, os Programas de Qualidade Total, os quais consistem na implantação de um sistema de gestão de qualidade total, que certifica produtos e processos. Acredita-se que estas “novas” técnicas gerenciais ou mecanismos de motivação dos trabalhadores, se constituem em estratégias de envolvimento incitado ou coercitivo, ao pautar-se no treinamento e estímulo à participação e envolvimento dos trabalhadores, proporcionando mudanças no comportamento dos mesmos e direcionando seus esforços ao cumprimento das metas da empresa.² Quando há a concretização do envolvimento coercitivo, descentraliza-se o controle de processos, atribuindo ao trabalhador uma autonomia relativa sobre o processo produtivo.

Em síntese, a apropriação do saber e do fazer do trabalho assalariado não elimina o antagonismo estrutural existente entre capital e trabalho, pelo contrário, recria novas formas de organização ou gerenciamento da exploração do trabalho vivo, conduzindo à subsunção real da subjetividade operária, dentro da lógica do capital, pois, apesar de se questionar a centralidade do trabalho na atual fase do capitalismo, a preocupação central continua, em última instância, sendo a organização ou manipulação do trabalho vivo, ainda concebido como fundamental no processo de acumulação do capital.

2. Os referenciais tecnológicos para o capital e para o trabalho: a agroindústria canaveira em questão

Na agroindústria canaveira, a introdução da automação microeletrônica para controle de processos, seja através da readequação de equipamentos tradicionais ou de implantação de equipamentos modernos, têm exigido dos trabalhadores maior qualificação, desempenho e novas habilidades. Isto tem mudado substancialmente o conteúdo do trabalho dos operadores ligados a instrumentação eletrônica digital. Por exemplo: o operador pode, ao mesmo tempo, supervisionar o controle dos equipamentos, substituir a operação automática pela manual em caso de necessidade e tomar decisões dentro de sua seção quando qualquer área sob sua supervisão apresentar problemas.

A adoção do sistema eletrônico digital de controle de processos exige um maior envolvimento dos operários no processo produtivo e um maior entrosamento entre eles, ou seja, todos os segmentos ligados ao processo de produção fabril – produção, manutenção, prevenção, etc.

–, devem estar em perfeita sintonia. Isto reflete o que discutimos anteriormente - o imperativo do capitalismo mundial tem sido cada vez mais introduzir novas tecnologias de base microeletrônica e novos padrões organizacionais, seguindo de alguma forma a lógica toyotista, constituindo assim, um conjunto de movimentos no interior das empresas, visando à apropriação dos resultados do trabalho e das potencialidades dos trabalhadores, através de decisões estratégicas que possibilitem atingir objetivos não somente econômicos, mas também técnicos e organizacionais. Ao atribuir ao trabalhador uma autonomia relativa, a empresa está estrategicamente assumindo um maior controle sobre o processo de trabalho, com vistas a aumentar também a sua produtividade.

A incorporação de tecnologias e equipamentos no processo de produção, tanto na lavoura de cana como no processamento industrial, fortaleceu o processo de valorização e reprodução ampliada do capital, graças ao aumento da participação do conhecimento técnico-científico, no delineamento do ritmo e da intensidade do processo de modernização da agroindústria canavieira. (THOMAZ JÚNIOR, 2002b).

Esse processo de modernização é caracterizado pela concentração e centralização de capitais e, desde os anos 1930, pautou-se na transferência de renda e na interferência estatal. Até meados dos anos 1980, a disputa intercapital do setor sucroalcooleiro por alternativas tecnológicas e organizacionais se concretizou a partir de subsídios estatais, sendo posteriormente substituídos de forma gradual pela redução direta de custos agroindustriais e por fontes alternativas de receitas, via diversificação de produtos e processos.

A consolidação da agroindústria canavieira como um dos mais modernos complexos agroindustriais do país, a incorporação de novos conceitos gerenciais, o aperfeiçoamento da matéria-prima e o acesso à tecnologia de equipamentos, que possibilitou o aumento da eficiência produtiva e a redução dos custos de produção, se devem em grande parte ao Proálcool, pois durante a vigência desse Programa o Estado tutorou o desenvolvimento do setor, via financiamentos subsidiados e vantagens creditícias. (THOMAZ JÚNIOR, 2002b).

A ligação entre a COPERSUCAR, as empresas do D₁ e os departamentos de pesquisa e mecanização da agroindústria canavieira, se efetivou visando à busca de alternativas que propiciassem uma melhor performance agroindustrial, com rebaixamento de custos, melhor gerenciamento e controle do processo de produção e de trabalho.

De 1931 a 1992, o setor sucroalcooleiro passou por três momentos cruciais na absorção de técnicas. O primeiro, foi resultante da transferência de tecnologia externa e de estudos sobre nutrição, adubação e adoção de práticas culturais; o segundo, está relacionado ao melhoramento genético da cana-de-açúcar; e o terceiro, considerado decisivo para o padrão produtivista, pautou-se no tripé melhoramento genético, insumos industriais, máquinas e implementos³.

De 1980 a 1993, a maior parte das pesquisas destinadas à busca de inovações na atividade canavieira, foi direcionada às pragas e doenças (40%), 15% foi voltada para o melhoramento genético e pesquisa biológica básica e 17% para a mecanização agrícola.⁴

² Para mais detalhes consultar Eid e Neves, 1998.

³ Cf. Veiga Filho, 1998 apud Oliveira, 2002, p.116.

⁴ Cf. Veiga Filho, 1998.

Cabe ressaltar que as inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo agrícola do setor canavieiro, foram absorvidas de modo desarticulado e descontínuo, expressando as diferenças capital-capital. É o caso, por exemplo, da colheita de cana, a qual foi retardatária na adoção do corte mecanizado. Até finais dos anos 1970, era efetuada quase que exclusivamente manual, ao passo que o carregamento e o transporte sofreram suas primeiras transformações já no final dos anos 1960.

A mecanização da lavoura canavieira é mais uma necessidade do capital sucroalcooleiro de adaptar-se às mudanças econômicas e tecnológicas nacionais e internacionais. Mas esse processo de mecanização não vem ocorrendo de forma isolada, pois uma série de eventos de ordem econômica, política e social contribuíram para que o mesmo chegasse ao estágio em que se encontra hoje. A criação de *lobbies* pelos usineiros e seus representantes políticos para pressionar o Estado, a pressão ambientalista com relação aos problemas de saúde pública e ambientais causados pela queima da cana-de-açúcar, e as manifestações dos trabalhadores durante os anos 1980, a exemplo da greve de Guariba, em 1984, também são fatores que influenciaram esse processo. (THOMAZ JR., 2002b).

A luta dos trabalhadores contra as condições desumanas de trabalho no campo, tendo como marco o Movimento de Guariba, em 1984, trouxe à tona o conflito capital-trabalho. O capital se sentia no direito de continuar à frente do conflito e garantir o controle do processo de trabalho e a produção com custos rebaixados. A alegação dos empresários para continuar produzindo e sem interrupção no fornecimento da matéria-prima, em função das paralisações dos cortadores de cana, foi investir na mecanização da colheita. A região de Ribeirão Preto, a qual foi o palco do movimento grevista naquele período, passou a ser também a região a dar mais ênfase a mecanização. (VEIGA FILHO, 1998).

Desde então, as empresas mais capitalizadas têm se empenhado em obterem máquinas e equipamentos de melhor performance. Isto abriu um campo de disputa entre as empresas do D₁, fabricantes de equipamentos e máquinas colheitadeiras.

Segundo Thomaz Júnior (1996), a CAMECO é líder de vendas de colheitadeira na região de Ribeirão Preto, em seguida vem as da marca Engagro 800, Santal Rotor IV e Amazon. A BRASTOFT, outra grande empresa no mercado de colheitadeiras, representa 70% do mercado paulista.

Conforme prescreve Veiga Filho (1998), as vendas de colheitadeiras tendem a aumentar cerca de 20% a 30% ao ano até 2005, tendo em vista o interesse das empresas fabricantes de máquinas (D₁) e o processo de substituição de mão-de-obra em curso, atingindo de forma diferenciada empresas e regiões do Estado de São Paulo.

A mecanização do corte de cana tem exigido mudanças organizacionais na agroindústria canavieira, desde transformações no planejamento da lavoura, recepção na unidade processadora e maior interdependência entre as fases da colheita (corte, carregamento e transporte), redefinindo, desse modo, as etapas do processo de produção e de trabalho.

Nessa interdependência, a adoção de uma nova logística operacional se faz necessária, ou seja, a materialização de uma infra-estrutura de apoio no campo, como por exemplo,

oficinas “ambulantes” com peças de reposição para conserto de máquinas no próprio campo, caminhões para abastecimento de água, combustíveis, lubrificantes e é claro, pessoal qualificado para atender de imediato às demandas e garantir o funcionamento do sistema mecanizado, em alguns casos, em três turnos, ininterruptos.

O desenvolvimento de novos equipamentos voltados para o carregamento e transporte da cana tem sido de suma importância nesse processo. Por exemplo: se a cana é cortada queimada e inteira, utiliza-se o “rastelo rotativo” em seu carregamento até o caminhão; já no caso da cana picada, ele é feito diretamente da colheitadeira para o caminhão, dispensando o uso de guinchos mecânicos.

A substituição de veículos pesados como as colheitadeiras e caminhões de carga usados no transbordo, por tratores e carretas de alta flutuação, significa a possibilidade de utilizar no transporte intermediário, até a unidade processadora, caminhões ou cavalos mecânicos com uma capacidade de carga maior, além de estar contribuindo para a redução da compactação do solo, prejudicial ao desenvolvimento da cana no plantio e na rebrota.

Além disso, segundo Thomaz Júnior (2002b), as melhoras obtidas na performance das máquinas, entrelaçada com as demais fases da colheita, tendem a elevar o desempenho e o barateamento tanto do carregamento como do transbordo, aumentando a tonelagem de cana transportada por unidade e a tonelagem de cana por caminhão, elevando assim a relação homem/tonelada de cana.

Como essas mudanças ocorrem em sincronia com as decisões globais da unidade processadora, esta, por sua vez, também tem que se adaptar às mudanças ocorridas na parte agrícola. Um exemplo disso são as alterações a serem efetuadas na mesa receptora da cana que agora chega picada, cortada em toletes, ao invés de cortada inteira, implicando na necessidade de uma mudança de localização física que permita o descarregamento por gravidade.

Os cuidados com as linhas dos sulcos, as quais devem seguir paralelas às curvas de nível, a fim de evitar que os mesmos diminuam de tamanho e impliquem em aumento de manobra das colheitadeiras e veículos responsáveis pelo transporte da cana; a sistematização do terreno, que consiste em nivelá-lo antes do plantio, bem como a alteração e diminuição do desnível entre o carreador e o talhão, a fim de evitar que as linhas de cana próximas ao carreador sejam cortadas manualmente, também constituem medidas importantes a serem consideradas no processo.

A máquina colheitadeira, na sua interdependência com as demais etapas da colheita (carregamento, transporte) torna-se o ponto de referência do processo produtivo, pois impõe o ritmo, a intensidade, a qualidade e as novas especificações no processo produtivo, exigindo dos operadores (tratoristas, motoristas) novas qualificações. Não basta somente saber dirigir, é necessário muito treinamento para, além de operar, conhecer todo o funcionamento das colheitadeiras, visto que estas são máquinas muito potentes, equipadas com a mais alta tecnologia, porém de operação muito complexa.

Na busca do fortalecimento do controle do processo de trabalho, o capital sucroalcooleiro se ampara no discurso de que a mecanização do corte de cana-de-açúcar é uma tendência crescente e inevitável e que a redução dos custos de produção é necessária.

O índice de mecanização tem se expressado de forma diferenciada de uma região para outra do Estado de São Paulo, sendo mais expressivo em Ribeirão Preto, onde varia entre 40% e 50%.

Estudos revelam que as diferenças em termos de aporte tecnológico, de mecanização, entre as empresas de uma região para outra também são muito significativas. É o caso, por exemplo, da Usina Da Barra (Barra Bonita/SP), na região de Bauru, que em 1994 apresentava um índice de mecanização de 50%, enquanto a Usina São Martinho (Pradópolis/SP), na região de Ribeirão Preto, apresentava um índice de 30%. Quatro anos depois, em 1998, estudos já revelavam que a Usina São Martinho tinha aumentado seu percentual de mecanização do corte de cana para 85%. Naquele período, o prognóstico era de que até o ano 2000, 85% da colheita na região seria mecanizada, excluindo cerca de 50% da mão-de-obra utilizada no corte manual⁵.

Em nível nacional, a área de colheita mecanizada evoluiu significativamente de 1994 a 2002. Até 1994, colhia-se mecanicamente no Brasil 4% dos canaviais (9.600.000 toneladas), numa área plantada de aproximadamente 128 mil hectares. Em 2000, esse tímido percentual ultrapassou os 20%, com estimativa de atingir os 30% em 2001. Na região Centro-Sul, o total da área com cana colhida mecanicamente alcançou 31%, contra apenas 8,0% na região Nordeste, o que pode ser constatado na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução da Área de Colheita Mecanizada de Cana-de-açúcar no Brasil

Ano	São Paulo (%)	Centro-Sul (%)	NE (%) (x 000 ha)	Brasil (%) (x 000 ha)	Área Total Corte (1000 ha)	Área Mecanizada
1994	-	-	-	-	4,0	3.208
1997	17,8	15,4	3,2	13,5	3.691	498,3
1998	26,4	24,9	5,7	23,8	3.855	917,5
1999	22,3	25,3	5,9	23,0	4.103	943,7
2000	30,5	28,0	7,6	24,7	3.687	910,7
2001	33,0	31,0	8,0	29,0	3.785	1097,6
2002	35,0	32,5	9,0	31,8	4.171	1326,4

Fonte: Idea News, 2002.

O corte mecanizado é em média cerca de 35% a 40% mais barato do que o corte manual. Além disso, dependendo de sua performance, uma máquina pode colher em torno de 500 a 1000 toneladas de cana por dia, podendo substituir cada uma, aproximadamente de 80 a 100 trabalhadores, independentemente de a cana ser queimada inteira ou picada, ou crua picada.

Quanto ao índice de desemprego de trabalhadores rurais (cortadores de cana), diríamos que este também é expressivo nas regiões mais mecanizadas. Sendo assim, o processo de mecanização se reflete diretamente sobre o trabalho, ao reduzir o número de empregos no corte de cana, e indiretamente, pois em função do desemprego tem ocorrido a precarização das condições de vida de milhares de trabalhadores.

O processo de reestruturação produtiva implantado nas usinas do estado de São Paulo tem possibilitado, por um lado a elevação dos níveis de produção e de eficiência agroindustrial,

⁵ Cf. Veiga Filho e.t al., *apud* Silva, 1999, p. 31.

dentro das condições aqui apresentadas, por outro lado, tem gerado o desemprego de centenas de trabalhadores. A título de exemplo, dos 15 mil trabalhadores rurais que estavam empregados nas usinas da região de Sertãozinho-SP, 5 mil perderam seus empregos nos últimos dois anos, sendo que cerca de 30% da mão-de-obra empregada nas lavouras de cana-de-açúcar do município, fora substituída por colheitadeiras.

Mesmo conscientes de que a mecanização gera desemprego, quem a defende alega que não é possível aumentar a rentabilidade e a competitividade econômica, tanto interna como externa, sem mecanizar.

Ao internalizar o avanço técnico, o capital sucroalcooleiro processa um salto de qualidade em direção ao novo eixo de acumulação, consolidando a hegemonia que se apropria da mais-valia relativa. Desse modo, o trabalho é subsumido ao capital, que se materializa sob nova divisão técnica e territorial do trabalho e se manifesta através da substituição do homem pela máquina.

O processo de redefinição técnico-produtiva e organizacional do capital sucroalcooleiro, ao gerar novas formas de gestão e controle do processo produtivo e de trabalho, revelando um misto de contradições, de desemprego, de exploração da força de trabalho, comprometendo e precarizando os direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores, desafia o movimento sindical, no sentido de acompanhar este novo enraizamento produtivo e organizativo do capital.

3. Gestão Territorial do Capital e Controle Social do Trabalho

Capital e trabalho fazem parte de um mesmo processo contraditório, possuindo enraizamento em diferentes esferas do processo de produção. O capital, por um lado, controlando todo o processo produtivo de forma hegemônica e, por outro lado, o trabalho, que, ao inserir-se no processo de produção social é subjugado pelo capital. A contradição presente na relação capital-trabalho, fundamenta-se no fato de que um ao expressar-se no outro, acaba se materializando.

No âmbito das relações de produção, o trabalho apresenta-se de forma fragmentada em diversas categorias e corporações. Nesse particular, cabe ressaltar que a gestão fragmentária das diversas categorias de trabalhadores e suas entidades de representação, tem sua origem no verticalismo confederativo do modelo sindical estruturado no Brasil, pautado no ordenamento sindicato-federação-confederação.⁶

Na agroindústria sucro-alcooleira, de modo particular, essa fragmentação se expressa nos trabalhadores rurais (cortadores de cana), nos trabalhadores ligados ao processo fabril (químico e alimentício) e nos trabalhadores do setor de transportes das empresas (condutores, motoristas, tratoristas, etc.). Desse modo, o trabalho fraciona-se no âmbito categorial e personaliza-se no âmbito corporativo.

⁶ Cf. Thomaz Junior, 2000.

O Estado entra em cena com o enquadramento jurídico definido pela CLT, corporificando a segmentação da representação sindical, e definindo a ordenação territorial, ou os limites territoriais, para o capital e para o trabalho.⁷

A abrangência da atuação posta para o trabalho enquanto entidade corporativa, é delimitada territorialmente pelas fronteiras do município, contrapondo-se ao espalhamento territorial do capital, que se materializa nas áreas de plantação de cana-de-açúcar e nas empresas sucro-alcooleiras.

Apesar de estar inscrito nas mesmas regras legais que os trabalhadores em relação às entidades representativas, o capital unifica-se em torno de uma única entidade. Além disso, ao se tornar hegemônico sobre o processo produtivo, exerce sua própria gestão, reconhecendo-se não nos limites dos municípios, e sim na materialização da produção.⁸

Essa estrutura sindical corporativa, de um modo geral, entrava a participação coletiva dos trabalhadores, inibindo a luta por melhores condições de trabalho, e “fragmenta a ação sindical, restringindo-se às categorias representadas pelo sindicato, não ampliando essas lutas mesmo quando a demanda é ampliada pelos trabalhadores, como no caso das campanhas salariais,[...]” (CARVALHAL, 2000, p.100),

Com a criação das câmaras setoriais, nos anos 1990, o corporativismo dos sindicatos ganhou “novos” contornos através do qual, passou-se a discutir políticas direcionadas para o incremento econômico de cada setor produtivo em que estão vinculados. No âmbito das câmaras setoriais, de composição *tripartite*, envolvendo empresários, governo e entidades de representação dos trabalhadores, as negociações, em tese, são efetuadas com cada qual reivindicando para sua categoria⁹.

O que acontece em relação à produção de açúcar e álcool na agroindústria sucro-alcooleira, rebate sobre o trabalho, capital e Estado, disso não temos dúvida. Porém, é sobre o trabalho que estes rebatimentos ganham uma dimensão maior e mais negativa. As discussões que envolvem os trabalhadores e que se efetuam no âmbito das entidades representativas dos empresários do setor, são conduzidas de maneira que os trabalhadores não reconhecem nos assuntos em pauta relações com seus interesses.

Vejamos, por um lado, o caso da COPERSUCAR, a qual se pronuncia somente para tratar de assuntos que envolvem projetos técnicos, limitando-se a expressar oficialmente qualquer posição em relação aos atores envolvidos no setor, especialmente no que se refere aos trabalhadores. Por outro lado, a UNICA e a CEPAAL, abordam a questão de forma técnica; a ORPLANA, só se posiciona mediante sinalizações da UNICA, e os sindicatos patronais do açúcar e do álcool, (SIAESP E SIFAESP) por sua vez, enveredam pelo mesmo caminho da UNICA.

Esse quadro revela, portanto, a “centralização de poder” no âmbito da UNICA, criando barreiras na efetivação de qualquer entendimento que possa haver entre as diversas instâncias de representação. Nesse contexto, a Câmara Paulista Sucro-alcooleira e o Pacto Pelo

⁷ Para mais detalhes ver: Thomaz Júnior (1996); Carvalhal (2000).

⁸ Cf. Thomaz Junior, 2000 e 2002b.

⁹ Mais detalhes, ver: Thomaz Júnior (2001).

Emprego¹⁰, não conseguem estabelecer o diálogo, pois tanto as questões trabalhistas como as institucionais são tratadas pelos quadros de assessoria e pelas pessoas preparadas para isso, respectivamente.

Segundo Thomaz Júnior (2001, p.97-98), “essas barreiras estão isolando os trabalhadores de qualquer possibilidade de, através do entendimento e das discussões conjuntas com os empresários e com o próprio governo, buscarem soluções para os problemas e reivindicações específicas em pauta”.

Mediante esse quadro percebe-se que o controle social é colocado em prática pelo capital sob o aval do Estado, revelando as fragilidades da Câmara e do Pacto Social pelo Emprego¹¹, “forçados” a se enquadrarem aos ditames do capital, expressos nos interesses dos empresários.

O movimento sindical não esboça reação frente as investidas do capital e o imobilismo impede a busca de alternativas que possam se fortalecer por fora do comando do capital.

As instâncias sindicais de representação dos trabalhadores estão desprovidas de projetos próprios que discutam o atual cenário do setor sucro-alcooleiro e que possam resgatar a luta de classe, no sentido de desqualificar a dominação e controle social do capital sobre o trabalho.

Diante disso o capital se fortalece e busca o desenvolvimento das forças produtivas, consubstanciado na composição estabelecida com o Estado e com o movimento sindical. A exemplo do que vem ocorrendo no âmbito da Câmara Paulista e do Pacto pelo Emprego, com relação às discussões e propostas em torno da revitalização do Proálcool, do aporte tecnológico e da mecanização do corte de cana-de-açúcar.

Todos os elementos que constituem a estrutura de poder do capital, foram absorvidos no interior da Câmara Paulista do Setor Sucro-alcooleiro com o reconhecimento do Estado, consolidando-se fundamentalmente através da hegemonia do capital sobre o trabalho. Isso se expressa claramente quando verificamos as condições em que se efetua a presença dos trabalhadores na composição dessa instância. Em outras palavras, diríamos que a representação dos trabalhadores no âmbito da Câmara ocorre via Federações, as quais constituem a fragmentação corporativa da estrutura sindical, ao passo que para o capital, a representação se dá não somente via entidades sindicais, mas sobretudo, através da UNICA, uma entidade de organização político-econômica que tem centralizado discussões e decisões em torno de importantes demandas e projetos voltados especialmente para os interesses do capital.

O desafio se coloca através da “subversão” do quadro de fracionamento corporativo até então imposto pelo capital e legitimado pelo Estado. Uma subversão que poderia se manifestar, via unificação orgânica dos sindicatos, ou seja, a formação de uma entidade sindical que priorizasse o enraizamento de toda atividade produtiva e que abrangesse o conjunto dos trabalhadores ligados a cadeia produtiva, que hoje se encontram fracionados em diversas categorias.

¹⁰ A Câmara Paulista do Setor Sucroalcooleiro foi criada em dezembro de 1995, pelo Governo do Estado de São Paulo, com o intuito de abranger amplos debates, reivindicações e tomadas de decisões concernentes ao setor sucroalcooleiro, sob a Coordenação da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. O Pacto pelo Emprego foi instituído em agosto de 1999, assinado pelo Governo do Estado, pela União, pela Associação dos Municípios Canavieiros Paulistas e pelas entidades de representação dos empresários e dos trabalhadores. No contexto de desregulamentação do setor, com o descontrole do mercado álcool e a liberação dos preços da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool, este Pacto foi criado com o objetivo de “evitar” o desemprego no setor.

¹¹ Cf. Thomaz Junior, 2001.

4. A emergência de *novos referenciais* para o capital e seus reflexos no trabalho

Nesse contexto de redefinições tecnológicas e de novas formas de gestão e de controle do processo de trabalho, que impõem no âmbito da agroindústria canavieira rearranjos, tanto para o capital como para o trabalho, torna-se para nós um desafio desvendar suas formatações, enraizamentos específicos e territorialidades.

A tendência é que neste novo cenário o patamar tecnológico seja definido cada vez mais em consonância com o ritmo do processamento industrial e do mercado consumidor, agora mais exigente quanto ao comportamento dos sistemas produtivos em relação aos recursos naturais e produtos lançados no mercado.

A mudança no comportamento do mercado consumidor tem gerado movimentos, os quais têm contribuído para o surgimento de padrões ambientais atribuídos a produtos e processos produtivos, bem como de normas de certificação ambiental. Tais movimentos são originários de países europeus, principalmente, onde as principais iniciativas de certificação surgiram e se desenvolveram, tendo em vista a existência de um setor agrícola forte e de grupos sociais organizados.

A busca do desvendamento da expressão territorial da relação capital-trabalho e do entendimento acerca das estratégias adotadas pelo capital, especialmente no âmbito do setor sucroalcooleiro, no seu processo de reestruturação produtiva, cujos reflexos se fazem sentir na subjetividade do trabalho e na relação metabólica do homem com a natureza, instigou-nos a pesquisar acerca do processo de certificação adotado por algumas agroindústrias canavieiras no estado de São Paulo.

O avanço da consciência ambiental, a pressão das legislações ambientais, as exigências de mercado e a mundialização da economia, têm forçado as empresas a se preocuparem com a utilização dos recursos naturais e com seu processo produtivo, de modo a agredir menos o meio ambiente. A abertura comercial via reduções e eliminações de barreiras tarifárias, a partir dos anos 90, acirrou a concorrência internacional e fez surgir nos países desenvolvidos, a instituição de barreiras não-tarifárias. Entre as quais se destaca os selos verdes, os rótulos ambientais e os certificados que visam à comprovação da qualidade do produto e a garantia de que ele tem origem numa produção o menos impactante possível. Isto tem contribuído para a difusão dos padrões das normas ISO e, no caso ambiental especificamente, os da série ISO 14000.¹²

Com a questão ambiental colocada em evidência, muitas empresas do setor sucroalcooleiro vêm se engajando no discurso de defesa do meio ambiente. Mas há o perigo deste engajamento limitar-se apenas ao nível do discurso, sem ações efetivas. A incorporação desse debate por parte do setor produtivo pode significar tanto o aumento da conscientização do empresariado da necessidade de ações efetivas, no sentido de que o processo produtivo venha a ser menos agressivo ao meio, quanto a transformação da questão ambiental em instrumento de proteção de mercado cativo e em ferramenta de *marketing* para conquista de nichos de mercado.

¹² Revista Ação Ambiental, (2000).

Isto é o que temos verificado, de modo especial, com relação ao processo de produção e certificação orgânica da cana-de-açúcar.

A agricultura orgânica é um sistema de produção agropecuária que tem como base de produção a reciclagem da matéria orgânica e o equilíbrio do ecossistema natural, sem lançar mão do uso de insumos sintéticos e persistentes no meio ambiente. Parte do princípio de que cada ambiente e cada produto devem fazer parte de um complexo organismo agrícola vivo com órgãos que interagem para que o sistema de produção seja harmônico e saudável.

Essa concepção de organização do trabalho e da produção agropecuária vem despertando o interesse do meio acadêmico, produtivo e, sobretudo, dos consumidores de países como Canadá, Estados Unidos, Japão e países membros da União Européia. No Brasil, contudo, a agricultura orgânica ainda está “engatinhando”. Existem algumas empresas do setor canavieiro que estão aderindo ao processo de produção e de certificação orgânica da cana-de-açúcar e derivados, mas esta produção apesar de muito lucrativa do ponto de vista econômico, ainda está circunscrita a determinados “nichos de mercado”.

A princípio, as empresas que procuram as certificadoras e entram no processo de certificação, estão muito mais preocupadas em aumentar seus *nichos de mercado*, ou seja, possibilitar maior acesso e melhor aceitação de seus produtos no mercado internacional do que propriamente com a preservação do meio ambiente.

No decorrer do processo, por conta dos critérios estabelecidos pelas certificadoras e mesmo por causa das cobranças da própria sociedade, essas empresas se vêem na “obrigação” de adotar uma performance ambiental. Caso contrário, se elas não se enquadrarem nos critérios estabelecidos, podem não chegar ao final do processo e consequentemente não serem certificadas. Então, precisam absorver conceitos, adotar posturas, para que a certificação não se torne apenas uma “maquiagem”, encobrindo o que de fato a empresa é, ao menos essa é a visão dos representantes das agências certificadoras, os quais entrevistamos.¹³

O cultivo orgânico no início retarda um pouco o desenvolvimento do processo produtivo, apresentando queda nos rendimentos industriais; o solo demanda mais tempo para atingir o equilíbrio; a cana-de-açúcar se ressentir com o adubo orgânico (a cana leva cerca de um ano para reconhecer o adubo), diminuindo a produtividade; exige maior acompanhamento e controle biológico de pragas, o que por sua vez exige também maiores investimentos em pesquisa, conduzindo a um maior valor agregado ao produto. Todavia, os preços obtidos no mercado acabam compensando os custos de produção. Tem produtos que chegam ao mercado com um sobrepreço de até 50%, 70% do valor do produto convencional, por exemplo: o açúcar convencional custa em torno US\$ 190,00/ton, ao passo que o açúcar orgânico custa US\$ 512,00/ton, ambos no mercado externo¹⁴.

Se formos analisar em termos comparativos entre produzir organicamente e de modo convencional, percebe-se que a produção orgânica, apesar de se circunscrever a um “nicho de

¹³ O Instituto do Manejo e Certificação Florestal e Agrícola-Imaflora é o representante brasileiro da “Rede Conservacionista” que estabelece os princípios gerais para a certificação socioambiental. O Imaflora é uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos, situado na cidade de Piracicaba/SP. O Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, desmembrou-se em 1999, da ABD-Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, passando a atuar com nova razão social, “Associação de Certificação Instituto Biodinâmico”, a qual assumiu a parte de certificação e inspeção, ficando as demais incumbências para a ABD. Ambas estão localizadas em Botucatu/SP.

¹⁴ Essa informação foi concedida pelo gerente agrícola de uma das empresas visitadas em agosto de 2001.

mercado”, apresenta grandes vantagens do ponto de vista mercadológico, por conta do diferencial que a certificação e o *marketing* ambiental criam.

Do ponto de vista do aporte técnico, a produção e certificação orgânica, não têm requerido grandes mudanças, pelo menos nas empresas até o momento visitadas, uma vez que os equipamentos e máquinas são os mesmos usados na produção convencional.

A estrutura industrial não se alterou para atender à demanda orgânica, pois tanto a colheita como o processamento ocorrem em momentos diferentes, ou seja, num período é produzido somente o açúcar orgânico e no outro só o açúcar convencional. Uma das empresas visitadas durante a pesquisa de campo, possui dois conjuntos de moendas separadas, no período da safra orgânica uma moenda é usada para o processamento da cana orgânica e a outra para o processamento da cana convencional, voltada para a produção de álcool. Na safra convencional, as duas moendas são usadas somente para processar a cana que será direcionada à produção do açúcar convencional. Já nas empresas com apenas uma moenda, o processamento da cana orgânica é feito no início da safra, após o término desta efetua-se a produção do açúcar convencional.

Se formos analisar do ponto de vista da mecanização, veremos que a certificação só reforça esse processo em curso. A preocupação com o meio ambiente, manifestada e exigida pelas certificadoras vai ao encontro das exigências da legislação ambiental que defende o fim da queimada, abrindo para a empresa a possibilidade concreta de mecanização do corte de cana crua, visto que o corte manual da mesma é muito mais penoso para o trabalhador e mais caro para a empresa.

Do ponto de vista do trabalho, a alegação das empresas certificadas é de que estas seguem fielmente as exigências dos organismos certificadores, quanto ao cumprimento das leis trabalhistas, à assistência médico-odontológica, ao não uso de mão-de-obra infantil, ao incentivo à continuação dos estudos, ou mesmo quanto a oferta de treinamentos ou remanejamento de trabalhadores para outras funções dentro da empresa.

Percebemos que no âmbito dessas empresas que adotam a certificação orgânica ou mesmo o Programa de Qualidade Total, o trabalhador é considerado um patrimônio da empresa. Através das várias gerências existentes dentro da mesma, é incentivado o intercâmbio entre os trabalhadores, para que todos se interessem no processo como um todo, e estejam aptos a tomarem qualquer decisão no departamento em que trabalham, caso as circunstâncias venham a requerer. Existe a exigência no sentido de que haja um maior envolvimento dos trabalhadores nos diversos segmentos da empresa e um maior entrosamento para que o processo produtivo ocorra em perfeita sintonia.

Ao ser questionada com relação a remuneração dos trabalhadores, no que concerne à produção orgânica e convencional, ou seja, se há diferenças em termos de salários para os trabalhadores inseridos em ambos os processos, a alegação de uma dessas empresas é que “se uma de suas metas é estabelecer a integração entre os trabalhadores, não deve haver distinção entre eles. Nesse caso, também não há diferenças em termos salariais, para que não haja divergências entre eles e a empresa”.

Na visão dos sindicatos, nada mudou no que se refere às relações de trabalho no âmbito das empresas que adotaram a certificação orgânica. Embora as empresas apontem alguns

ganhos de qualidade, as mudanças efetuadas ocorreram em função das reivindicações dos próprios trabalhadores, via sindicatos e acordos coletivos.

Verifica-se, portanto, que esse processo de redefinição técnico-produtiva e organizacional do capital de um modo geral, e especificamente do capital sucroalcooleiro, tem repercutido profundamente do ponto de vista do trabalho, redefinindo funções, intensificando o desemprego, comprometendo e precarizando os direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores, etc., devendo tornar-se um desafio para o movimento sindical, no sentido de estar acompanhando esse novo enraizamento produtivo e organizativo do capital, e sobretudo, suscitar uma reformulação da sociedade capitalista, através da luta de classes, colocando em xeque a sua estrutura organizacional e ampliando a luta anticapitalista.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDRADE, M. Correia de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social. São Paulo: USP/FFLCH-GEO, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 4. ed., 2001.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CARVALHAL, M. Dornelis. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, setembro, 2000. p.35-47.
- CAVALCANTI, A. P. Brito (org). **Desenvolvimento sustentável e planejamento**: bases teóricas e conceituais. Fortaleza: UFC, 1997.
- DULLEY, R.D.; SOUZA, M. C. de; NOVOA, A. **Passado, Ações presentes e Perspectivas da Associação de Agricultura Orgânica**. (AAO), São Paulo. *Revista Informações Econômicas*, São Paulo, v. 30, n. 11, nov. 2000.
- EID, F. et al. **Progresso técnico, diversificação e organização do trabalho na agroindústria sucro-alcooleira**. São Carlos: DEP – UFSCar, 1997. (mimeografado).
- ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FURLANI NETO, V.L. et al. Colheita mecanizada da cana-de-açúcar. **Revista da STAB**, Piracicaba, vol. 12, n.3, jan/fev, 1994.
- FURLANI NETO, V.L. et al. Avaliação de desempenho operacional de colhedora em canaviais com e sem queima. **STAB**, v. 15, n. 2, Nov./dez., 1996.
- GARCIA, M. Fellows et al. A atuação da ABNT nos programas brasileiros de certificação. **Revista Ação Ambiental**, Viçosa, ano 3, n. 13, ago. set., 2000.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.
- GONÇALVES, J. Sidnei; SOUZA, S. A. Moreira. *Proibição da queima de cana no Estado de São Paulo*: simulações dos efeitos na área cultivada e na demanda pela força de trabalho. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n.3, 1998.
- GRAZIANO NETO, F. **Geografia e Ecologia**: Crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros Vãos).
- GUEDES, F. L. Pinto; PRADA, L. de Santis. **Certificação agrícola socioambiental**: iniciativa piloto para a cana-de-açúcar. *Revista Agroecologia*. Piracicaba, out. nov., 2000.
- HIRATA, H. Novos modelos de produção, qualidade e produtividade. **Seminários e Eventos**, São Paulo, n. 1, 1994.
- JACOVINE, L. A. G. et al. O efeito multiplicador do processo de certificação ambiental. **Revista Ação Ambiental**, Viçosa, ano 3, n. 13, ago. set., 2000.

KAJEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: Unicamp, 1987. (mimeografado).

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MAGRO, J. A. Sistema cana crua: perspectivas de viabilidade. In: *SECAPI 98*, v. 16, n. 4, mar. Abr. 1998. Piracicaba, *Anais....* Piracicaba, 1998.

MARX, K. **O capital - capítulo VI** (inédito). São Paulo: Ed. Ciências Humanas Ltda, 1978.

MOREIRA, E. F. **Expansão, concentração e concorrência na agroindústria canavieira em São Paulo**: 1975 a 1987. São Paulo, 1989, 110 p. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos).

MOREIRA, Ruy. O conceito de natureza na geografia física. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 13, jun., 1991.

NARDELLI, A. M. Brandi et al. **Certificação Ambiental**: um novo compromisso. *Revista Ação Ambiental*, Viçosa, ano 3, n.13, ago. set., 2000.

OLIVEIRA, Ana M. S.; THOMAZ JÚNIOR, A. **A queima da cana-de-açúcar na Usina Nova América (Tarumã-SP)**: gestão ambiental e relações de trabalho. 1999. 141 f. (Monografia de Bacharelado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/ Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Ana M. S. Perspectivas para o setor sucroalcooleiro frente a redução da queimada de cana-de-açúcar: a intensificação do corte mecanizado e a certificação socioambiental. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, 2000.

OLIVEIRA, Ana M. S. As metamorfoses do mundo do trabalho na agroindústria canavieira paulista: Algumas Reflexões. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, 2001.

OLIVEIRA, Ana M. S. A relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, número especial, 2002.

OLIVEIRA, Ana M. S. As inovações tecnológicas e as novas formas de gestão e controle do capital sobre o trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, out. 2002.

OLIVEIRA, Ana M. S. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado**: gestão do trabalho e certificação ambiental. 2003. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 1980, Rio de Janeiro, **Cadernos...** Rio de Janeiro, 1980, p. 6-64.

PRADA, L. de Santis. A certificação agrícola socioambiental. **Revista Ação Ambiental**, Viçosa ano 3, n. 13, ago. set. 2000.

PRIORI, Ângelo (Org.). **O mundo do trabalho e a política**: ensaios interdisciplinares. Maringá: EDUEM, 2000.

REVISTA AGRICULTURA BIODINÂMICA. Botucatu: ABD, ano 17, n. 84, inverno, 2000.

REVISTA AGRICULTURA BIODINÂMICA. Botucatu: ABD, ano 18, n. 85, verão, 2000/2001.

REVISTA IDEA NEWS. Ribeirão Preto: [s.n.], ano 3, n. 18, mar., 2002.

SANTOS, Carlos. A sustentabilidade: gestão territorial e manejo ambiental. A territorialidade e a sustentabilidade ou a ecologia do espaço político. **Revista Sociedade e Natureza**. Uberlândia – MG: EDUFU, ano 9, n.17, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, J. G. da et al. **Política para o setor sucroalcooleiro frente à crise**: uma proposta alternativa para o estado de São Paulo. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVEIRA E. da. O fogo da discórdia. **Jornal da Unesp**, São Paulo, n. 18, out., 1997. p. 8-9.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.3, n. especial, ago., 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002b.

THOMAZ JUNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista de Geografia**, Dourados, ano 9, n.17, jan. jun., 2002. (no prelo).

THOMAZ JÚNIOR Antonio. **A câmara setorial paulista sucro-alcooleira em questão**: a relação capital-trabalho e os desafios para o movimento sindical. Presidente Prudente: Fapesp, 2001, 252p. (mimeografado).

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucro-alcooleira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n.4, abr., 2000.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre: n. 24, 1998. p.31-42.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A biodiversidade para além da preservação: biotecnologia, desenvolvimento sustentado, patenteamento da vida: o “colonialismo genético em questão. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.14, 1992.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**. (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho na agroindústria sucro-alcooleira paulista). São Paulo, 1996. 479p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VALVERDE, S. R. et al. Normas de gestão ambiental: a Série ISO14000. **Revista Ação Ambiental**, Viçosa, ano 3, n. 13, ago. set., 2000.

VEIGA FILHO, A. A. de et al. Análise da mecanização do corte de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 10, out., 1994.

VEIGA FILHO, A. A. Estimativa de desemprego na colheita de cana decorrente de mecanização. **STAB**: Açúcar, Alcool e Subprodutos. Piracicaba, vol. 13, n. 4, mar. Abr., 1995.

VEIGA FILHO, A. A. de. **Fatores explicativos da mecanização do corte na lavoura canavieira paulista**. São Paulo: IEA/Sec. de Agricultura e Abastecimento do Estado de S. Paulo, 1998.

VIAM, C. E. de F. **Expansão e diversificação do complexo agroindustrial no Centro-Sul do Brasil** - 1980/1996, 1997. 135 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

A “MODERNIZAÇÃO” DA AGRICULTURA E OS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO *

Marcelo Rodrigues Mendonça
Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

Pensar geograficamente a relação metabólica entre o homem e a natureza e suas configurações sócio-territoriais significa perceber uma nova sociabilidade construída a partir da relação capital x trabalho. A reestruturação produtiva do capital processada nos últimos 20 anos do século XX, portadora de novas formas de produção e de trabalho resultou em alterações profundas no processo de acumulação e (re)produção de capitais e em uma verdadeira metamorfose nas relações de trabalho, com conseqüências danosas para os trabalhadores, bem como para os movimentos sindical e operário, e para a classe trabalhadora de forma geral.

Mediante as crises do padrão de regulação, novas ações foram implementadas, destacando-se a transnacionalização das empresas e/ou de setores, distribuindo por vários países, diferentes fases do processamento da produção de um determinado produto, possibilitando a universalização das técnicas e a unificação dos mercados¹.

Moreira (2001), ao discutir as novas formas de acumulação do capital, diz que esse momento se caracteriza por uma nova fase do capitalismo, *o da financeirização*, onde a acumulação deixa de apoiar-se na forma clássica operário-fábrica e passa a pluralizar-se, alterando a produção do valor e conseqüentemente provocando transformações no mundo do trabalho. Vejamos:

No período de hegemonia financeira, falar do valor é abrir um leque maior de possibilidades, franqueadas pelo alcance largamente amplo da nova esfera da circulação, que o capital financeiro organiza. Este incorpora a mais-valia operária, mas também se apropria da renda camponesa, explora o trabalho das comunidades indígenas, dá o sentido do trabalho acadêmico científico, técnico e universitário, abarcando formas históricas antes não parametradas de excedente no perfil do valor e do trabalho capitalistas. (MOREIRA, 2001, p. 16).

Creemos que o cerne da questão seja compreender através do espaço geográfico – a espacialização no território – os atores/produtores de valor não mais apenas na fábrica, mas também na agropecuária, no setor de serviços, na informalidade e nas diversas modalidades de trabalho (altamente precarizados) existentes e sua articulação com a finalidade máxima do processo produtivo capitalista, qual seja, a acumulação de capitais no campo e na cidade. Mediante essa dinâmica o trabalho se metamorfoseia possibilitando novas configurações espaciais geográficas, que necessitam ser investigadas no âmbito da ciência geográfica.

* Esse texto foi publicado na Revista Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, v.6, n.119, 2002. Na versão original consta também a co-autoria da professora Dinalva Donizete Ribeiro. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/c4-mdoju.htm>>

¹ A esse respeito Cf.: Santos (1994).

De acordo com Antunes (2001, p.16) “A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental de exército industrial de reserva, do número de desempregados.”

A competição e a concorrência intercapitais ocasionaram a precarização do trabalho e a degradação crescente do meio ambiente. Essas ações também se expressam na atividade agropecuária moderna, particularmente nas áreas de cerrado, no Planalto Central brasileiro, atualmente a fronteira agrícola do país.

O capital operou, portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de auto-reprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2001, p.26).

Na atividade agropecuária, a produção e o consumo de agrotóxicos mediante o avanço permanente da genética e da biotecnologia, atendem o caráter decrescente do valor de uso, portanto a lógica societal do capital, alterando substancialmente hábitos (metabolismo orgânico dos indivíduos), provocando uma enormidade de prejuízos ao meio ambiente e, indiretamente, reduzindo o ciclo-produtivo dos cultivos e do próprio solo. A resistência imunológica das “pragas” e paralelamente o desenvolvimento de novos pesticidas com o intuito de assegurar a eficiência necessária à manutenção do processo produtivo são a expressão concreta dessa lógica.

Compreendendo o processo acentuado nos anos 1970 como a tendência decrescente da taxa de lucros, a alternativa se coloca com a reorganização do capital que se efetiva a partir do processo de reestruturação da produção e do trabalho, no sentido de criar as condições necessárias para repor os níveis de expansão e acumulação anteriores, tanto no campo como na cidade.

Nesse sentido é reforçada uma articulação das dimensões fundamentais do sistema – capital-estado-trabalho – onde as duas primeiras se associam para controlar o trabalho. O afloramento da crise estrutural do capital destaca dois elementos cruciais para a análise proposta, acerca dos rebatimentos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Primeiro, a tendência decrescente do valor de uso a partir da natureza destrutiva do capital, e segundo, a incontornabilidade do sistema de metabolismo social do capital. (ANTUNES, 2000).

Como resposta à sua própria crise, inicia-se um processo de reorganização do capital financeiro, do capital produtivo e principalmente a reelaboração do sistema ideológico e político, acarretando um processo de reestruturação da produção e do trabalho. As novas formas de gestão, a desregulamentação das leis trabalhistas, o surgimento de novas categorias de trabalhadores, acarretaram mudanças no conteúdo do território, da relação cidade-campo e conseqüentemente na ação política dos trabalhadores.

Essa constatação levou grande parcela do movimento social e principalmente sindical a elaborar pautas de reivindicação, apenas para a manutenção dos direitos historicamente adquiridos

pelos trabalhadores, sem, no entanto, refletir sobre a necessidade de pensar estratégias – em nível da classe trabalhadora metamorfoseada – para superar e/ou apontar alternativas concretas de luta rumo a uma nova sociedade para além da sociedade do capital.

Poucos ousaram. A intelectualidade que se colocava como a vanguarda do movimento social, capitulou e elaborou um amontoado de estereótipos, justificados “cientificamente” para alijar e até mesmo punir aqueles que ainda tentavam resistir. Apenas recentemente surgiram algumas vozes – servidores públicos, trabalhadores rurais através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), etc – ainda dissonantes, mas que buscam construir uma resistência mais organizada.

No campo, tem-se uma heterogeneidade de atividades, em função da complexificação do processo produtivo (cadeias produtivas) e da inter-relação cada vez mais forte entre os investimentos agroindustriais e financeiros. As novas formas de gestão da produção, o crescimento do setor de serviços – comércio, turismo, lazer, etc. – fez aparecer um novo trabalhador – altamente precarizado – expressando as mutações no trabalho nas últimas décadas. O surgimento de categorias de trabalhadores integrados (trabalho *part-time*, trabalho em domicílio, etc), expressa o novo conteúdo das relações campo-cidade e a necessidade de perceber a materialidade dessas ações na agropecuária brasileira.

Assim, a readequação do trabalho às novas técnicas de produção, organização e gestão do processo produtivo acarretou alterações no papel do trabalho, que passou a exigir trabalhadores mais qualificados e dispostos a assimilar as inovações. Um dos fatores que assegurou a competitividade foi a redução dos custos e a crescente exploração do trabalho, que culminou numa desenfreada ofensiva do capital sobre os trabalhadores, tendo como suporte jurídico-político o Estado, que omissos, em relação aos interesses nacionais criou as condições para a desregulamentação das leis trabalhistas, possibilitando novos contornos para a relação capital x trabalho.

Antunes (2001), referindo-se à dinâmica da reestruturação produtiva e as mutações no trabalho, evidencia as contradições entre o discurso da qualificação e do trabalho em equipe – prazeroso, agradável – e ao mesmo tempo, na mesma fábrica e/ou *locus* da produção, a existência de trabalhos repetitivos, mecânicos, desqualificados (trabalho sujo), expressando a contradição viva entre capital e trabalho.

É como se o discurso do envolvimento racional dos trabalhadores, propalado pelo capital, se defrontasse cotidianamente com sua efetiva negação, manifestada na intensificação do trabalho, no risco iminente de desemprego, na diferenciação por gênero, na qualificação, na idade etc., entre tantas fraturas presentes no mundo produtivo, condicionantes estas que se mostram como dotados de irracionalidade para o mundo do trabalho. (ANTUNES, 2001, p.89).

Também defende a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho precarizadas, terceirizadas, etc. Destaca que nos setores produtivos com maior incremento tecnológico dá-se uma exploração mais intensa e sofisticada da força de trabalho, que necessita ser multifuncional, polivalente, etc. Cremos que esse movimento se expressa na agricultura moderna, à

medida que, o Estado, pressionado pelos empresários rurais subsidia treinamentos e diversos cursos para (re) qualificar os trabalhadores rurais, considerados estáveis – trabalhador-administrador que prestam serviços as empresas rurais – e por outro lado acompanha o empobrecimento dos trabalhadores urbanos e a miséria crescente vivida pelos temporários, destacando-se os bóias-frias.

Considerando que as transformações na relação capital x trabalho se territorializam mediante as novas formas produtivas, as novas formas de gestão e de organização do processo produtivo, cabe à Geografia buscar desvendar a dimensão sócio-territorial das ações materializadas nos diversos espaços geográficos. Thomaz Júnior (2002a, p.10), salienta que, “o desvendamento do ordenamento territorial resultante da processualidade social é o que nos permitirá entender o significado dos fenômenos nos lugares”, evidenciando a relevância das novas realidades – configurações geográficas – para a pesquisa geográfica.

Dessa forma, o impacto da reestruturação produtiva do capital no trabalho, nos trabalhadores e no tecido sócio-territorial, precisa ser investigado, pois a “leitura” desses novos fenômenos no território resultantes do metabolismo societal, historicamente cumulativo, estão impressos nas paisagens geográficas. Moreira (2001), destaca a concreção espacial, compreendida como a relação espacial do homem com a sociedade, desdobramento da relação metabólica do homem com o meio natural, como sendo uma das preocupações da ciência geográfica, portanto, tarefa do geógrafo comprometido com a emancipação do trabalho e a construção de uma nova sociedade.

A partir dessa exposição faremos uma discussão sobre a modernização da agricultura no Centro-Oeste brasileiro, analisando a implementação da “modernização conservadora” na agricultura, enfocando a monocultura da soja, seus impactos sociais e ambientais, resultando em novas configurações geográficas na agropecuária goiana.

2. O novo padrão de acumulação na agropecuária goiana

A partir da década de 1960, as políticas governamentais voltadas para o crescimento agrícola do Planalto Central, principalmente nas áreas de cerrado², tinham como objetivo a produção de *commodities* para exportação, a fim de equilibrar a balança comercial brasileira e, paralelamente, atender a dinâmica e as necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional.

A infra-estrutura necessária aos novos investimentos avoluma-se com os projetos de integração nacional, com destaque para a construção de Brasília e a construção das rodovias nos anos 1950 e 1960 que direcionaram a mobilidade do capital e do trabalho no território brasileiro, alterando profundamente os espaços geográficos na sua forma e no seu conteúdo.

² “O cerrado é um bioma muito peculiar. Associa uma rica biodiversidade a uma aparência árida decorrente, em parte dos solos pobres e ácidos e da ocorrência de apenas duas estações climáticas: uma seca e outra chuvosa. O relevo plano em quase toda a sua extensão facilita o avanço das máquinas agrícolas que desmatam rapidamente grandes extensões de área verde. É o berço de uma grande diversidade de espécies e de importantes bacias hidrográficas, motivo pelo qual a sua rápida devastação torna-se preocupante e com impactos potenciais irreversíveis.” (EXPANSÃO, 2000).

Percebe-se a conjunção de diversos fatores para a ocupação do cerrado goiano, com a agricultura comercial, destacando-se: a presença dos chapadões com topografia plana; a grande disponibilidade de terras, latifúndios improdutivos e também de terras devolutas; a disponibilidade de água para projetos de irrigação; e, principalmente, as políticas creditícias e fiscais subsidiadas pelo Estado brasileiro, além da construção da infra-estrutura necessária aos novos empreendimentos empresariais.

Soma-se a esses fatores o próprio movimento do capital que demandava áreas para promover investimentos, como exemplo a indústria de insumos, de fertilizantes, de maquinários que necessitavam de mercado.

O setor agropecuário transformou-se substancialmente ao longo do período, com a modernização dos latifúndios, o fortalecimento da vocação exportadora, a formação dos complexos agroindustriais, a estreita vinculação com o setor financeiro e a crescente interpenetração de capitais, envolvendo os setores agropecuário, industrial e financeiro. (ALENTEJANO, 1996, p. 90).

A adoção das inovações ocasionou mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, alterando as paisagens regionais, agora altamente tecnificadas e integradas ao progresso, sendo consideradas celeiros agrícolas do país. Esse avanço apoiava-se no receituário tecnológico da revolução verde. A região Centro-Oeste foi o alvo central dos programas de ocupação econômica do cerrado como o POLOCENTRO³ (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), e o PRODECER⁴ (Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado).

A abertura da fronteira agrícola se dá efetivamente nos anos 70, com a introdução do cultivo do arroz e logo depois da soja - utilizada como a propulsora da fronteira agrícola. Na pecuária ocorre o plantio de pastagens com o cultivo de forrageiras aumentando a produção e a produtividade do rebanho por hectare.

A partir da introdução da agricultura agroexportadora inicia-se um processo de alteração no uso e na ocupação dos solos no Centro-Oeste, com a implementação das formas técnicas modernas no cultivo de grãos e na criação de gado, apontado anteriormente como modernização conservadora. As tradicionais áreas de cerrado, como os extensos chapadões com topografia plana até então pouco utilizados passam a ser intensamente aproveitados, mediante a disponibilidade de capitais (programas governamentais), de recursos técnicos (máquinas), de tecnologia (desenvolvimento de pesquisas científicas) e do apoio na construção de infra-estrutura pelo Estado brasileiro, como forma de viabilizar os interesses do capital privado nacional e transnacional.

A primeira região do Estado de Goiás a sofrer esse processo foi o Sudoeste Goiano, que apresentava condições locais favoráveis, tais como: proximidade geográfica com os

³Instituído em 1975, visava a ocupação racional do cerrado implantando as técnicas modernas na agricultura, além da implementação de eixos rodoviários, redes de energia elétrica, armazéns e toda a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capital. Atuava em várias frentes, destacando-se: o desenvolvimento tecnológico; a extensão rural; o crédito rural; e no incentivo ao cooperativismo para facilitar a disseminação das inovações tecnológicas, o beneficiamento e a comercialização da produção. Incorporou 3 milhões de hectares de áreas de cerrado à produção agropecuária. Cerca de 1878 projetos foram atendidos através do POLOCENTRO, cuja área média situava em torno de 630 ha, sendo altamente excludente e concentrador de terras e rendas.

⁴Instituído em 1974, objetivava atender a demanda mundial de alimentos (soja) por meio da agricultura moderna. Prevvia a criação de grandes unidades agrícolas de caráter empresarial. Iniciado em Minas Gerais – Irai de Minas – alcança o Centro-Oeste em 1987. Com abrangência mais restrita e seletiva, o PRODECER selecionou produtores jovens e com alto grau de escolaridade, visando assegurar o sucesso das inovações tecnológicas no campo, sendo a preferência por agricultores sulistas. Segundo a CAMPO – empresa executora do projeto – houve a incorporação de 350 mil hectares de cerrados em 21

mercados do Centro-Sul; tradição na atividade agropecuária com a presença dos latifúndios e de uma elite agrária voltada para a absorção das inovações; pouco adensamento populacional no campo, o que facilitou o processo de incorporação das terras, quase sem resistência por partes dos pequenos médios produtores rurais; etc.

Esses fatores associados às políticas creditícias e fiscais do Governo Federal para a “ocupação racional” das áreas de cerrado e a construção da infra-estrutura necessária fez dessa região o “portal” de entrada da modernização da agropecuária em Goiás e com certeza para grande parte do Centro-Norte brasileiro.

A reestruturação do sistema produtivo foi particularmente acentuada nas áreas meridionais da região do cerrado, sendo o sudoeste de Goiás bem representativo de um espaço onde foram marcantes as alterações no quadro agrário. Sua proximidade dos grandes centros de consumo e comercialização do país, bem como sua integração à rede viária da Região Sudeste o tornaram altamente dinâmico em termos de evolução recente das atividades agropecuárias. (IBGE, 1982, p.11).

As características edafoclimáticas das áreas de cerrado apresentam singularidades que preocuparam, particularmente no início, os agricultores modernos. A presença de uma estação seca (estiagem) e a ocorrência em alguns anos de poucas chuvas mesmo no período chuvoso, associados à acidez dos solos e o elevado preço dos insumos e maquinarias foram argumentos utilizados pelo Estado e pelas agências de fomento para a necessidade de destinar grandes somas a fim de evitar qualquer prejuízo aos investidores, daí a política generalizada de subsídios.

É certo que os fatores naturais acima interferiram no processo de incorporação das áreas de cerrado ao circuito produtivo nacional. Todavia, há que se compreender a elaboração de um discurso que atendia, naquele momento as duas faces da moeda. De um lado os “nativos”, produtores rurais locais acostumados ao labor nas áreas de matas, mais férteis e sabedores de que as áreas de cerrados nunca poderiam ser cultivadas com os recursos técnicos de que dispunham. Assim, tradicionalmente, essas áreas não eram valorizadas pelos produtores locais, e tidas como imprestáveis, poderiam ser comercializadas a preços ínfimos, mas ainda assim eram altamente lucrativas. De outro, os sulistas - produtores rurais oriundos dos Estados da região Sul e de São Paulo - que com experiência na agricultura moderna, já iniciada no Sul, com o cultivo do trigo e da soja e a disponibilidade de recursos técnicos e tecnológicos para o cultivo dos solos ácidos e as políticas de fomento do Estado, adquirem as terras baratas e iniciam o processo de transformação das paisagens de cerrado em grandes campos de cultivo e de criação.

É como se juntassem duas visões distintas e diferenciadas, mas que fossem extremamente vantajosas para ambos. Evidentemente esse discurso é completamente desmascarado quando os sulistas conseguem cultivar com elevada produtividade as áreas consideradas improdutivas pelos produtores rurais locais, que assustados não compreendem com a clareza necessária o ocorrido e às vezes reafirmam a idéia de que não eram capazes de promover tamanho “milagre”.

As impressões dos produtores rurais locais sobre as técnicas modernas, assemelham-se a discussão estabelecida por Alves (2001), acerca do estranhamento, evidenciando a submissão e a dependência do trabalho e das modalidades tradicionais de produção ao capital

agroindustrial e financeiro, aparentemente portador do progresso e do moderno, o que resultaria em *melhor qualidade de vida para todos*, expressando as leituras diferenciadas do capital e do trabalho acerca do fenômeno.

Thomaz Júnior (2000), salienta as “leituras” diferenciadas feitas pelo capital e pelo trabalho acerca dos fenômenos no território e as diferentes manifestações desse conflito. A “leitura” do território não deve ser unilateral, pois capital e trabalho fazem “leituras” diferenciadas, porém as vezes coincidentes sobre o mesmo fenômeno, uma vez que, o trabalho encontra-se subsumido ao capital. Vejamos:

[...] capital e trabalho, coabitantes de um mesmo processo contraditório, mas enraizados em esferas diferentes do processo social de produção, um, ao se expressar no outro – elo fundamental de sustentação da contradição – se materializam sobre bases qualitativamente diferentes. O capital, de um lado, hegemoniza o processo, conformando assim, sob seu controle, a totalidade produtiva. O trabalho, por outro, ao inserir-se nesse processo, entra subsumido, real ou formalmente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas. (THOMAZ JÚNIOR, 2000, p.2).

A contradição capital-trabalho é transposta para as concepções sociológicas de atraso e moderno ou mesmo de sertão e litoral como pares díspares, sendo que cabia a todos, envidar esforços para trazer o progresso. Progresso que se materializava mediante as demandas do capital, portanto progresso do (e para) o capital.

De acordo com Thomaz Júnior (2001, p. 5), “[...] a incorporação do ‘progresso-técnico-científico’ nada mais é do que a adoção do ‘progresso’ das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho.”

No âmbito político-ideológico esse processo resultou na afirmação dos estereótipos – construções sócio-culturais – validados na oposição entre o litoral e o sertão, entre a cidade e o campo, para afirmarem a necessidade de adoção das técnicas modernas sem qualquer possibilidade de refletir e/ou discutir alternativas para os trabalhadores rurais locais, desterritorializados e agora “responsabilizados” pela situação de atraso existente.

Interessante observar a validação desse discurso pelo Estado. Primeiro a necessidade de trazer os sulistas e segundo a afirmação dos estereótipos acima como forma de justificar as seqüelas provocadas pela modernização conservadora (desemprego no campo, inchaço das cidades, etc.), distribuindo a responsabilidade do êxito dos sulistas e conseqüentemente do empobrecimento dos “nativos”, sobre a população local, sem apontar evidentemente as reais razões que possibilitaram o sucesso dos empreendimentos empresariais-rurais dos sulistas nas novas terras.

3. A monocultura da soja no cerrado goiano

A prioridade na modernização da agricultura foi tomada como parte do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975-1979), onde a produção de fertilizantes e defensivos agrícolas era uma das metas para o crescimento industrial. Enquanto estratégia agropecuária devia utilizar-se de forma intensiva, os instrumentos de desenvolvimento científico e tecnológico, visando uma maior produtividade. Coincidentemente, era o período da implantação dos pólos agropecuários e

agrominerais na Amazônia, sob o discurso da integração nacional e do aumento das exportações, através da incorporação de novos mercados para os produtos manufaturados e principalmente de produtos agrícolas não-tradicionais.

Ações externas aos interesses nacionais, justificadas mediante a crise do petróleo, culminaram no aumento da dependência econômica dos países subdesenvolvidos (particularmente no Brasil) e na ampliação da influência do FMI (Fundo Monetário Internacional) orientando políticas macro-econômicas que atendiam aos interesses da transnacionalização do capital industrial e financeiro.

A crise estrutural, na qual se envolveram os países subdesenvolvidos, acarretou mudanças significativas no cenário internacional, mediante a imposição cada vez maior dos EUA, que forçavam esses países a cumprirem suas “obrigações internacionais”. Nesse momento, os produtos agrícolas exportáveis apresentavam preços ínfimos no mercado internacional, só restando aos países renegociarem as dívidas e/ou solicitarem novos empréstimos.

Percebem-se as intenções dos grandes centros hegemônicos mundiais no Ocidente, particularmente EUA e Inglaterra, quando impõem condições à liberação de *ajudas econômicas* aos países em crise. A orientação era fazer o dever de casa. Reduzir gastos, cortando as já debilitadas políticas sociais, adotar políticas monetárias restritivas e uma política cambial favorável às exportações, eram as orientações dos organismos financeiros mundiais. O caráter político-ideológico dessas medidas estava construindo as condições para o avassalador processo de transnacionalização, com a eliminação crescente das barreiras comerciais, a mobilidade do capital e a livre circulação de mercadorias.

A fragilidade econômica, somada às investidas políticas e ideológicas, preparavam o terreno fértil para a eclosão do neoliberalismo como a ideologia da globalização, intensificada após a crise soviética e o desmoronamento do leste europeu socialista. O Banco Mundial e o FMI promoveram ajustes econômicos estranhos às necessidades internas das economias subdesenvolvidas, mediante a justificativa de liberar linhas de crédito apenas para os países que optassem pelas orientações e diretrizes estabelecidas pelos órgãos financeiros.

Alves (2001), compreende esse momento como a financeirização dos mecanismos de produção e reprodução do capital mundial (sociedades holdings, companhias de seguro e bancos, fundos de previdência privada por capitalização, etc.) assegurando a hegemonia do capital financeiro e a necessidade de políticas neoliberais nas bordas do sistema mundial do capital, com ênfase nos países da América Latina e do Leste Europeu.

Esse processo culminou em mais dependência e na abertura sem restrição dos mercados internos aos interesses dos grandes grupos econômicos mundiais, além da privatização e da desregulamentação da legislação em desfavor desses países e obviamente, favorável a ampliação das condições de reprodução do capital.

Mediante a conjuntura internacional (crise estrutural do capital), conforme as orientações assimiladas pelo Estado brasileiro, um dos setores que devia ser considerado prioridade era o setor agrícola. Assim, a modernização conservadora da agricultura em andamento é

intensificada com a efetiva necessidade de atender as demandas de algumas *commodities* no mercado internacional.

Com o atributo de conservadora, entende-se a modernização como algo capaz de conservar inalterado o espectro de desigualdades, sobretudo a concentração fundiária, não se associando sequer aos princípios das políticas compensatórias distributivistas, como também, extremamente seletiva, tendo em vista que a apropriação não é realizada por todos, mas apenas por uma minoria. (THOMAZ JÚNIOR, 2000, p. 5).

A *commodity* selecionada como principal indicador das mudanças na política agrícola do país foi a soja – tornou-se a segunda maior geradora de receitas de exportação da balança comercial brasileira, perdendo apenas para o setor automobilístico – pois o seu cultivo atendia à necessidade de aplicação intensiva de capitais e de tecnologias.

Em 1998, o complexo soja respondeu por 11% da receita de exportações brasileiras. Trata-se do segundo segmento exportador em importância, perdendo apenas para o setor do material de transportes. Esse fato por si só explica o caráter estratégico dessa 'commodity', e, em termos econômicos, o sucesso da política de estímulo a sojicultura implementada nos anos 70 e 80. (EXPANSÃO, 2000, p.60).

Diversos fatores viabilizaram o desenvolvimento da sojicultura no Brasil. Dentre eles ressalta-se a demanda por alimentos protéicos nos países desenvolvidos e, internamente, a atuação do governo brasileiro que necessitava de um cultivo que assegurasse divisas e que fosse industrializável, atendendo às necessidades do projeto industrial em andamento. Para tanto, grandes investimentos públicos formam e, ainda são destinados para: a operacionalização técnica (pesquisa), a construção de infra-estrutura, e a criação de políticas fiscais e creditícias (subsídios) específicas para o cultivo de soja.

Soma-se a isso as estratégias do Estado para evitar uma reforma agrária, na medida em que as pressões do movimento social (trabalhadores rurais sem terras, posseiros, atingidos por barragens, etc.), questionavam a estrutura fundiária e poderia comprometer a eficácia das ações governamentais para a produção das *commodities*. Nas cidades, o crescimento desordenado, a violência urbana e a marginalização social chamavam a atenção para os problemas sociais e para a necessidade de políticas sociais amplas no espaço urbano e principalmente no campo, visando a contenção do fluxo migratório em direção aos grandes centros urbanos.

A opção política em não implementar a reforma agrária, implicava numa necessidade crescente de ampliação da fronteira agrícola (Centro-Oeste e Amazônia) que temporariamente 'solucionaria' a questão da terra no Sul e no Sudeste, deslocando os conflitos pela terra para as áreas da frente de expansão⁵.

Assim, as medidas do Estado voltam-se para assegurar a concentração fundiária já existente, deslocando milhares de migrantes desterritorializados em busca de novas terras no Centro-Norte, inclusive, usando-os como *amansadores da terra*, na medida em que o capital os expulsava e logo os seguia para arrematar-lhes novamente as novas terras valorizadas.

A sojicultura nas áreas de cerrado assegurava a competitividade necessária no mercado externo e politicamente "ocupava" áreas pouco povoadas e pouco produtivas. A abertura do

Centro-Oeste ao cultivo (técnicas modernas) promoveu um reordenamento na agricultura comercial brasileira agroexportadora alterando sobremaneira as formas organizacionais da produção. A necessidade de reduzir custos na produção e na comercialização, assegurada quase sempre pela adoção de inovações tecnológicas, possibilitou uma maior integração entre as empresas (cadeias produtivas), ou seja, uma verticalização da produção com o intuito de centralizar e concentrar esforços, ações e decisões em vários territórios mundiais-nacionais. Essa flexibilidade – mobilidade espacial – atendeu as demandas exigidas pelo mercado e assegurou eficiência e produtividade.

Recentemente, a considerável redução dos custos para produzir e comercializar, proporcionada pela inovação tecnológica, redefiniu muitos conceitos relativos a modelos organizacionais. Os esforços coordenados, impulsionados pela tecnologia e sistemas organizacionais flexíveis, foram fatores essenciais para a continuidade do processo de globalização. [...] Atualmente, porém, os processos de produção, abastecimento, assessoramento, pesquisa e desenvolvimento, entre outros, são facilmente difundidos em diferentes territórios nacionais. A idéia corresponde a extrair, da melhor maneira possível, as chamadas vantagens comparativas que cada país oferece. (EXPANSÃO, 2000, p.71).

O capital ansioso por novos territórios para a produção/consumo de mercadorias, implementou formas modernas de produção através da mudança na base técnica e conseqüentemente promoveu alterações nas relações sociais de trabalho. O Estado assegurava a viabilidade do capital através da construção da infra-estrutura, salientando a necessidade premente de capturar as diversas economias regionais ao controle do centro político-econômico, ou seja, subordinando as economias regionais aos interesses das elites hegemônicas do Centro-Sul.

A modernização da agricultura (modernização conservadora) é entendida como a adoção de novas técnicas e tecnologias no processo produtivo propiciando significativas alterações nas relações de trabalho. No Brasil e particularmente em Goiás, houve um reforço da concentração de terras, mediante a expulsão forçada de milhares de famílias de pequenos produtores rurais que seguiram em direção às cidades ou adentraram o Centro-Norte chegando até a Amazônia, sendo que, os “territórios deixados” foram apropriados pelos grandes empresários rurais – novos ricos – que passam a reordenar o espaço econômico e político da região, intensificando as desigualdades sociais.

Destacamos duas dimensões, a social e a ambiental acerca dos impactos provocados pela modernização conservadora, referenciado no modelo agrícola exportador, implantado nas áreas de cerrado no Centro-Oeste brasileiro e especificamente em Goiás.

A primeira, a dimensão social, mediante a desterritorialização ou a expulsão de milhares de famílias de pequenos produtores que atualmente vivem precariamente nas áreas de fronteira ou nos centros urbanos, nesse caso, atendendo as demandas colocadas pelo mercado que exige mão-de-obra não qualificada e, portanto, apropria-se do trabalho desses sujeitos (construção civil, vigilância, serviços domésticos, etc.) mantendo-os como um exército de trabalhadores intensamente precarizados.

O consorciamento entre as atividades urbanas e o trabalho temporário (bóia-fria), atendendo as demandas colocadas por alguns cultivos modernos (algodão, cana, feijão, etc.), que

⁵ A esse respeito ver Martins, 1975.

necessitam de trabalhadores no plantio e/ou na colheita, expressam o novo conteúdo da relação cidade-campo. O crescimento desordenado das cidades e o aparecimento de vários municípios evidenciam o processo de urbanização da população goiana, decorrente da modernização conservadora e do apoio explícito do governo de Goiás, através de políticas assistencialistas, tais como: distribuição de cestas básicas, distribuição de leite e pão, vale gás, doação de terrenos e/ou casas, etc. Tudo isso viabilizou a manutenção das elites agrárias *modernas* no poder, que incentivaram as migrações campo-cidade, facilitando o modelo agroexportador adotado e conseqüentemente aliviando as tensões sociais no campo, assegurando mão-de-obra barata para o empresariado urbano e rural. No cerne dessa questão está a desterritorialização do trabalho respondendo às necessidades de acumulação do capital, que historicamente promoveu a migração forçada dos trabalhadores (pequenos produtores rurais) resultando em expropriação fundiária que *esvazia o campo e urbaniza a sociedade*.

Moreira (2001, p. 12), coloca com bastante coerência o processo de desterrização, historicamente vivenciado pelos trabalhadores rurais, inclusive, criando as condições para a Revolução Industrial e a dinâmica de expropriação do trabalho pelo capital no campo, ainda hoje. “[...] é o despojamento da propriedade dos meios de produção dos camponeses, cujo caminho são os processos de desnaturização, desterrização e desterritorialização do homem [...] e em conseqüência converte o campesinato em vendedores de força de trabalho.

Thomaz Júnior (2002b), coloca de forma semelhante, porém referindo-se à situação brasileira. Destaca a expulsão de milhares de famílias do campo e o processo de desterritorialização dos trabalhadores proletarizados que “engrossam” as fileiras do MST e tentam retornar à terra.

[...] a desterrização significou a expulsão de milhões de camponeses e índios da terra rumo aos centros urbanos, em momento recente a desterritorialização dos trabalhadores proletarizados em geral, mas, sobretudo, urbanos, que expressa a cisão do vínculo empregatício ou perda de emprego, move parte desses trabalhadores ao retorno a terra [...]. (THOMAZ JÚNIOR, 2002b, p.15).

Como exemplo poderíamos citar o diagnóstico da FAO/INCRA, pois nos aponta que o Centro-Oeste apresenta 43% dos estabelecimentos com produção familiar, enquanto a média brasileira é de 75%. Isso demonstra que a presença da agricultura familiar no Centro-Oeste é significativamente menor que no restante do país, evidenciando a hegemonia do modelo empresarial agroexportador que se baseia em médias e grandes explorações.

Quanto à área, os estabelecimentos rurais familiares ocupam 22% no país e apenas 5% na região Centro-Oeste, evidenciando o processo de exclusão a que foram submetidos os trabalhadores rurais, frente a modernização da agricultura, que reforçou a histórica e desigual distribuição da terra e da renda em todo o país e com acentuada presença no Centro-Oeste.

A segunda, a dimensão ambiental, ainda está para ser pesquisada, pois ainda não temos clareza da envergadura dos impactos ambientais provocados pela modernização conservadora. Sabe-se que o desmatamento, a erosão, o assoreamento dos cursos d'água, a construção de reservatórios para irrigação e geração de energia, o intenso uso de agrotóxicos, etc, alteraram drasticamente o bioma cerrado.

Em documento recente publicado pela WWF⁶, coloca-se claramente a importância da biodiversidade do cerrado, considerada uma das mais relevantes do planeta e com um grau de endemismo significativo. A modernização agropecuária promoveu o comprometimento de grande parte da área, uma vez que, os elementos naturais, dentre eles, a topografia plana, disponibilidade de água para a irrigação, a matéria orgânica e a estrutura física do solo, favoreceram intensamente a implantação do modelo empresarial-comercial voltado ao atendimento dos mercados distantes.

Atualmente a questão ambiental suscita várias discussões acerca da necessidade de preservação das áreas remanescentes de cerrado, principalmente a partir do surgimento de ONGs (Organizações Não-Governamentais) que contribuíram para aflorar o debate sobre a destruição da fauna e da flora e até mesmo a possibilidade de questionar e/ou apontar alternativas mais adequadas ao modelo implementado.

A questão central é que grande parte das ONGs, dentre elas a WWF, Expansão (2000) e, parcela dos ambientalistas, minimiza a natureza destrutiva do capital. Preocupam-se com os efeitos destrutivos de sua antropização nas áreas de cerrado, mas não conseguem (e não querem) discutir formas alternativas que extrapolam o modelo agroexportador em vigor. As medidas quando tomadas são paliativas e com pouca ou quase nenhuma participação da sociedade civil.

4. A modernização conservadora e as mutações no trabalho

A tecnificação promoveu a migração forçada de milhares de famílias que viviam do trabalho na terra para os centros urbanos, com destaque para Goiânia e Brasília. Os impactos sobre as populações tradicionais que viviam do trabalho na terra foram intensos, uma vez que, perderam o meio de produção - no caso os proprietários de terra - e a possibilidade de acesso a terra (arrendatários, agregados, etc.), que sofreram maiores conseqüências, na medida em que foram privados dos meios essenciais para a sobrevivência, amontoando-se na periferia das cidades sem qualquer alternativa de trabalho que não fosse o trabalho temporário do bóia-fria em algumas épocas do ano e/ou trabalhos domésticos e braçais na cidade.

Com a modernização conservadora ocorreu uma diminuição significativa da oferta de trabalho no campo na região Centro-Oeste e principalmente no Estado de Goiás.

De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - entre 1985 e 1996 houve uma redução de 20% dos trabalhadores rurais no Centro-Oeste. Em 1985, existiam cerca 1,5 milhão de trabalhadores no campo, e em 1996, os trabalhadores rurais somavam aproximadamente 1,2 milhão.

Em Goiás, em 1985, os trabalhadores rurais somavam 616.000. Uma década depois (1996), existiam cerca de 472.000 trabalhadores rurais, ocorrendo uma redução de aproximadamente 23%, expressando as mudanças no trabalho após a adoção das inovações técnicas.

⁶ Obviamente o documento elaborado pela WWF apresenta leituras políticas do território que assemelham-se ao simplismo, próprio de diversos ecologistas que baseiam-se no 'desenvolvimento justo e sustentável que beneficiaria a todos nós'; sem ao menos explicar o significado desse termo. Isso não significa que o referido estudo não possua aspectos relevantes, precisamente quanto a elaboração de diagnósticos acerca das realidades do cerrado brasileiro, alertando para o modelo adotado de exploração dessa área, comprometendo todo o ecossistema.

Esses dados ilustram o impacto das medidas modernizantes nas áreas de cerrado no Centro-Oeste, no que diz respeito aos trabalhadores rurais. Todavia, quanto aos arrendatários e/ou agregados, não se dispõem de dados confiáveis, pois houve intensa migração para as áreas de fronteira, nesse momento com destaque para os Estados de Tocantins, Pará e Rondônia.

Diversos estudos realizados sobre Goiás demonstram a existência de dois modelos predominantes no uso da terra; o patronal, identificado com as fazendas empresas-comerciais com a produção de mercadorias voltadas para o mercado externo, altamente competitivas e tecnificadas; e o familiar voltado para atender às necessidades do mercado local/regional e absorvedor de trabalhadores (mão-de-obra intensiva).

Essa classificação parece não expressar a realidade existente na área investigada. Primeiro, a produção familiar pode ser altamente tecnificada e a produção destinada ao mercado externo, mesmo em pequenas propriedades, pois a especialização funcional é cada vez mais notada. Segundo, a mão-de-obra utilizada é assalariada em sua maioria também nas pequenas unidades familiares, resultando na produção de mercadorias, no sistema integrado, subordinados às necessidades das grandes transnacionais, como a Parmalat e outras, que controlam quase a totalidade da produção de leite da região.

O (re)ordenamento territorial resultante de diversos investimentos feitos na região propiciou novas configurações geográficas (novo conteúdo na relação cidade-campo) principalmente a partir do cultivo da soja e da instalação de agroindústrias que beneficiam parcela da produção do complexo grãos-carne, consolidado na região em meados dos anos 1990.

A soja atua como um grande potencializador das economias locais e regionais, envolvendo atividades complementares que vão desde o fornecimento de máquinas, insumos e assistência técnica, à logística de comercialização e transportes. A necessidade de rotação de culturas estimula outros produtos que também dinamizam setores mais diversos. É o caso do milho, num primeiro estágio, e da suinocultura, avicultura e bovinocultura, atividades que encontram na soja um setor complementar. Outro elo da cadeia são as agroindústrias que processam os produtos da pecuária e fabricam adubos para as lavouras de grãos. (EXPANSÃO, 2000, p.21).

Thomaz Júnior (2001), coloca que vivemos um dos momentos mais críticos de toda a história para o trabalho, e que isso se expressa nos novos rearranjos e novas funções para os trabalhadores, pois a divisão do trabalho resultante se expressa territorialmente, acarretando configurações de grande dimensão para a agropecuária brasileira.

As mutações do trabalho assumiram formas muito diferenciadas na agropecuária goiana. A requalificação das relações de produção e de trabalho promoveu o aparecimento de formas consorciadas de trabalho nas lavouras, onde temos:

- trabalhadores altamente qualificados ao lado de trabalhadores temporários (bóias-frias);
- trabalho familiar em grandes empreendimentos comerciais, combinado com variadas formas de trabalho precário – bóias-frias, produtores integrados, trabalho em tempo parcial, etc;
- pluriatividade em pequenas e médias propriedades rurais voltadas exclusivamente para o mercado;
- o crescimento das rendas não-agrícolas para parcela significativa dos produtores rurais,

principalmente aqueles situados nas proximidades dos centros urbanos;

- o aparecimento de atividades não-agrícolas, como ecoturismo, hotéis fazendas, pesque e pague e outras;
- e, a subproletarização e fragilização cada vez maior dos pequenos produtores que ainda tentam sobreviver do trabalho agrícola tradicional;

Finalizando essas observações, cabe indagar acerca da natureza do trabalho na agropecuária brasileira e especificamente goiana, com o intuito de tentar mapear essa situação no Sul Goiano, como forma de colocar em evidência o conteúdo do “novo rural” e perceber através das contradições, as ações implementadas pelos trabalhadores em suas variadas formas, buscando compreender o movimento geral do capital e do trabalho e a relação capital-trabalho, bem como as diferentes leituras dos fenômenos no território e suas diferenciadas manifestações. Eis o desafio.

Referências

- AB'SABER, A. N.; COSTA JÚNIOR, M. Paisagens rurais do sudoeste goiano, entre Itumbiara e Jataí. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 7, 1951.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.
- ALENTEJANO, P. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 18, jul., 1996.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BORGES, B. G. **O despertar dos dormentes: estudo sobre a estrada de ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.
- BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.
- CARDOSO, C. **Agricultura e escravidão**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- DIAS, E. F. **As transformações no mundo do trabalho e o movimento sindical**. Rio de Janeiro: ADUFF, 1995.
- EXPANSÃO agrícola e perda da biodiversidade no cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional. [S.l.: s.n.], 2000. v.7 (Documentos WWF, Série Técnica).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Modernização da agricultura no sudoeste de Goiás**. Rio de Janeiro: EMPRAPA/IBGE, 1982.
- LOPES, J. R. B. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. 2. ed., Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1981.
- LUNARDI, V. L. **A organização dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar: uma reflexão sobre Goiás**. 1999. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- MARTINS, J. S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MENDES, E. P. P. **A produção familiar em Catalão-GO: a comunidade Coqueiro**, 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão-GO**. 1998. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, 1998.
- MENEZES, A.V. C. de ; PINTO, J. E. S. de S. (Org.). **Geografia 2001**. Aracaju: NPGeo/UFS, 2000.
- MOREIRA, R. A diferença e a geografia (o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia). **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1999.
- MOREIRA, R. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. **Revista Geográfica**, Bauru, n. 20, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. (Org.) **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 58. p. 5-64, 1981.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REVERS, Isidoro. **Oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás 1973-1993**: concepção e prática sindical a partir da ação pastoral da igreja. 1999. 149f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e letras, Universidade Federal de Goiás, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo - razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, J. G. da. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2.ed., São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, J. G. da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SOARES, J. L. Para onde vai o mundo do trabalho? crise e perspectivas do movimento sindical. In: DIAS, E. Fernandes e Outros (Org.) **A ofensiva neoliberal**: reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESAROLLO EN IBÉROAMERICANA, 1., 1999, Santiago de Compostela. **Actas...** Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil (uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho). **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo/FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 4., Barcelona, 2002b. **Anais...**, Barcelona: [s.n], 2002b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm>> Acesso em: 10 de outubro de 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. A dignidade roubada e a barbárie: um espectro ronda nossas vidas. **Revista Espaço Aberto**. Maringá, ano 1, n. 11, abr., de 2002c. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm>. Acesso: maio de 2002.

O PODER DA IMPRENSA E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NAS ONDAS DO RÁDIO *

Marli Terezinha Szumilo Schlosser
Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

Este texto privilegia reflexões a respeito da magnitude e abrangência dos programas jornalísticos por meio do rádio, no município de Marechal Cândido Rondon (PR), e a “modernização agrícola. Durante o contato com as fontes jornalísticas, tornou-se necessária a realização de uma criteriosa seleção do material. Os volumes iniciais receberam um ordenamento cronológico, partindo de 1966 em direção a 1980. A leitura desse material revelaria um variado mundo de temas que saltava aos olhos das mais variadas áreas, ligadas à produção do conhecimento. Para uma geógrafa-historiadora, tratava-se de um verdadeiro “baú” de informações. Mas havia a necessidade de uma delimitação temática.

Esta necessidade fez com que se marcassem os volumes, as reportagens identificadas com o propósito do estudo; de tempo em tempo, pedia-se autorização à direção da emissora de rádio e retirava-se o material para a reprodução. O que chamou a atenção no contato com as fontes, através de uma primeira leitura, foi a presença constante de um órgão: a ACARPA (hoje denominada de EMATER). Com as aulas do curso de Mestrado em Geografia, através de constantes debates e cursos feitos, a possível ligação existente entre as emissoras de rádio e a ACARPA aparecia como núcleo temático da pesquisa. Mesmo pensando em discutir os financiamentos fornecidos aos agricultores, nesse momento, a presença marcante da ACARPA não era o suficiente. A questão permanecia em aberto.

Em função disto, houve um deslocamento a Curitiba, onde, num primeiro contato, falou-se, informalmente, com um agente da EMATER que trabalhou com os agricultores do município em estudo. Este funcionário mostrou o museu onde estão recolhidos os equipamentos e materiais utilizados durante o processo da atuação da antiga ACARPA. Estes equipamentos e materiais eram máquinas fotográficas, projetores de slides, panfletos, filmadoras, fitas de vídeo, entre outros. Próximo ao museu da ACARPA há uma biblioteca que dispõe de um acervo de monografias e dissertações. Observou-se as fontes arquivadas e tornou-se a falar com o agente extensionista sobre uma possível entrevista na próxima viagem à Capital. Tendo resposta favorável, ficou tudo acertado e as informações obtidas, verbais e visuais, aguçaram ainda mais a curiosidade de estabelecer

* Esta é uma versão revisada do primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada: “Nas Ondas do Rádio: a Viabilização da Modernização Agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, e concluída em dezembro de 2001. Foi publicado na *Revista Geografia*, do Departamento de Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, 2003.

conexões entre rádio e a ACARPA. Com as leituras teóricas sobre rádio e modernização agrícola em estágio avançado, retornou-se a Curitiba e realizou-se a entrevista. Visitou-se novamente o museu e a biblioteca, com o objetivo de selecionar o material.

Para nossa surpresa, lá havia material sobre a rádio. Questionando a bibliotecária a respeito desse material, perguntou-se se havia algo mais e, imediatamente, ela apontou em direção a algumas caixas as quais chamou de arquivos, enfatizando que eram papéis velhos. É óbvio que houve interesse pelas tais “caixas” e consultou-se o material que nada mais era do que apostilas traduzidas e projetos elaborados pela ACARPA e a preocupação de ambos focalizava a comunicação verbal e visual.

2. Rádio: Caminho Aberto na Comunicação Entre Acarpa e Agricultores

Logo visualizam-se os laços que amarravam os programas de rádio e a atuação da ACARPA. A apostila arquivada versa sobre o 1º Treinamento de Comunicação e Metodologia vinculado à Coordenadoria de Metodologia e Comunicação – CORMEC e ao Departamento de Apoio Teórico – DATEC, ambos de autoria do professor assistente Niels Røling do Departamento de Extensão Educacional da Universidade de Wageningen – Holanda. A apostila foi traduzida do original em inglês por Thomas Joseph Burke. Niels Røling apresentou esse trabalho em 1970 no 18º Seminário Internacional de Extensão Rural em Wageningen. O conteúdo estratégico do Seminário trouxe surpresas expressivas, pautadas em idéias elaboradas na indução dos agricultores a aderirem às inovações no campo. O material é recheado de exemplos cristalizados no estudo profundo do comportamento humano e mecanismos adequados para interferir no cotidiano do grupo-alvo. Tais aspectos parecem ser o suporte das relações entre a comunicação da ACARPA e a transmissão de programas de rádio. O que surpreendeu foi a intensidade dessa relação, apresentada a partir dos detalhes contidos no documento.

Para se ter uma idéia, já na introdução da apostila, a fala contempla as inovações agrícolas e as considera sem relevância, no caso de não atingir de uma só vez milhares de agricultores. Na prática, trata-se de um programa estruturado a “fazer clientes adotarem ou agirem de acordo com novas idéias introduzidas via agentes de mudanças” (RÖLING, 200?, p. 1). Pode-se, então, enfatizar a forte relação entre o agente comunicador que serve de ponte na ação dos projetos. Assim, a fala executa uma ciranda, interligando os deveres e habilidades que cabem ao agente junto aos “clientes”, como são chamados os agricultores. Devido à preocupação com o sucesso do plano, são realizados estudos detidos na difusão das informações; para tanto, o palestrante revela, em detalhes, os pontos observados junto aos agricultores e reforça que o aparato da comunicação e o entendimento íntimo do grupo auxiliarão os agentes a introduzirem e consolidarem as mudanças desejadas. Nessa perspectiva, aponta estudos de extensão em vários países: Índia, Nigéria e Brasil.

A adoção do estudo das variáveis que investigam algumas práticas dos agricultores, aponta para a resposta sobre o grande número de programas da ACARPA, veiculados pela rádio no município. Cabe também evidenciar o reforço que é dado ao papel do agente, já que “tais estudos

mostram que a atividade do agente de mudanças está entre os mais importantes fatores que influenciam no comportamento produtivo do cliente” (RÖLING, 200?, p. 1). Assim, a teia discursiva envolve o “agente de mudanças” e faz todas as recomendações para atingir o impacto desejado: a aproximação junto ao agricultor, realizada através de gestos como almoçar em sua propriedade para ganhar confiabilidade e, a partir desse contato, organizar sua atuação. O palestrante reforça a necessidade dos retornos constantes dos agentes às propriedades. Observaram-se críticas feitas àqueles pesquisadores que investem muito de seu tempo em pesquisas e deixam, em segundo plano, a difusão das mesmas, negligenciando assim o poder de modificar o comportamento dos agricultores a partir do “agente de mudanças”.

Para Niels Röling é expressivo ter em mente que todo processo depende da atuação eficiente do agente de campo que, caso necessário, deve retomar e recompor suas estratégias. Mas, muitos agentes não são bem sucedidos e atribuem o fracasso de sua atuação ao agricultor tradicional. No entanto, o professor destaca que o problema não diz respeito ao agricultor e sim à falta de estratégias corretas para a consumação das mudanças, pois a transformação nas técnicas de produção só ocorre após a transformação das pessoas. Assim, “mudar pessoas é uma condição necessária para a aplicação de nossas descobertas técnicas” (RÖLING, 200?, p. 4).

Tais metas indicam que os agentes de campo são treinados, capacitados e sabem tudo sobre novas sementes, fertilizantes e outras informações. Porém, em muitos casos, não recebem o treinamento e os métodos adequados para “mudar pessoas” e para influenciar decisivamente em suas decisões. Dessa forma, pode-se compreender a presença marcante dos agentes de campo no município e a ação marcada pela repetição das informações nos programas, nos quais as mesmas idéias eram repetidas e “o agente de mudança é freqüentemente visto como um rádio que executa seu trabalho se repete a mensagem técnica” (RÖLING, 200? p. 4). Presume-se na fala do professor que a contínua e marcante “transferência de informações” levará o agricultor a adotar as idéias se o mesmo as ouvir várias vezes, e que o agente deve executar sua fala como se fosse um rádio e como a fala é direcionada aos agentes de mudança, o palestrante frisa que seu trabalho não deve ser substituído pelo rádio.

Sabemos que métodos massais [ligados aos meios de comunicação de massa] como o rádio servem muito bem para tornar conhecido o fato de que novas idéias existem [...]. Os métodos massais, por si mesmos, normalmente, não são capazes de influenciar pessoas para agirem de acordo com as novas idéias (RÖLING, 200?, p. 5).

Dessa forma, as fontes jornalísticas serão abordadas num contexto em que os “agentes de mudança” têm papel destacado, pois estão intimamente vinculados a projetos externos e internos de divulgação de mensagens que sinalizam para a transformação do cotidiano rural. Neste cenário, o rádio foi o caminho utilizado para informar e repetir determinados valores aos agricultores, incitando o desejo de mudanças que permitiu a promoção das novas idéias e a incorporação das novas técnicas no campo.

O papel do agente não é o de apenas transferir as inovações, mas deve também mostrar como aquela informação técnica pode ajudar os agricultores a satisfazer suas necessidades. Em outros termos, após um estudo detalhado dos valores e de todo o processo estratégico de

indução, os agentes transferem as idéias para satisfazer os desejos “criados artificialmente”. Já se observou que a comunicação faz parte do alicerce do programa, pois a platéia do agente é “livre” para ouvir ou não a comunicação técnica. Por este motivo, o arsenal da comunicação é enaltecido e dirigido pela sensibilidade e não por generalização.

A esse respeito Rölíng afirma: “É meu propósito aqui criar uma maior consciência do comportamento de comunicação do agente de mudanças” (RÖLING, 200?, p. 6). O professor expande sua fala e aprofunda a discussão referente à comunicação, ressaltando a necessidade de adequação ao meio, pois, dependendo da mentalidade do grupo, temos manifestações diferentes.

Desse modo, apresenta-se a necessidade de aprofundamento dos estudos com relação à comunicação e à realidade do grupo no qual seria efetuada a ação. Entre as várias considerações, resistem os propósitos de formar realidades ou até transferir modelos que são chamados de realidades. A comunicação, para seu sucesso, deve ter presente a validade tática dos discursos, tendo em vista a necessidade de atingir outras realidades. Nesse caso, entende-se a estratégia de usar o rádio para a expansão das idéias, já que este era um meio de informação recebido em todo o município e que poderia auxiliar no contato indireto com os agricultores, preparando o contato direto, feito através dos agentes.

Como resultado da atuação, devem surgir caminhos treinados pelas mensagens que buscam sua estruturação nos canais de comunicação. Estes são compreendidos como nuvens carregadas prontas a romper e liberar as mensagens que correm como a água da chuva, levando as técnicas tradicionais e trazendo novos padrões de conduta. Os canais devem permitir que ondas sonoras, pedaços de papel com tinta ou outras unidades físicas com conteúdos simbólicos passem através deles. Portanto, a preocupação com as mensagens retoma os canais de comunicação, através dos quais surgem preocupações com seu poder de alcance, com o grupo que ouve a programação.

Ainda com relação ao agente de mudanças, outro aspecto que servia de canal para a comunicação está relacionado à escolha das pessoas encarregadas da difusão das informações. Em Marechal Cândido Rondon, o critério usado foi a escolha de pessoas da localidade para servirem de canal entre os agentes e os demais agricultores. Na entrevista com o extencionista, este informou, que os agentes locais eram os professores das escolas municipais residentes na localidade. Em muitos casos, eram também agricultores ou o presidente do clube da igreja.

A busca de líderes formais recebe a atenção da ACARPA, que efetuou vários treinamentos de líderes junto à comunidade. A realização destes treinamentos foi divulgada pela rádio local.

Neste texto, pretende-se tratar a modernização agrícola, vinculada às medidas técnicas, adotadas na produção através da incorporação de novas ferramentas no cotidiano do rurícula, quando este passa a desenvolver uma agricultura mecanizada e direcionada ao manejo de procedimentos “modernizadores”. A partir destas relações, buscou-se visualizar a industrialização da

agricultura¹ ligada à modernização, tendo como suporte de análise a produção discursiva de sua implantação, bem como a identificação dos mecanismos que levaram os agricultores à incorporação da mecanização, entre os quais são priorizados o discurso jornalístico e sua inserção no cotidiano rural.

Dessa forma, merece destaque a atuação dos meios de comunicação, pois:

a sofisticada tecnologia de comunicações, desenvolvida nos programas espaciais, militarmente orientados, usa técnicas de persuasão, manipulação e penetração cultural para vender excedentes da indústria, em geral produtos de consumo supérfluos; mas essa tecnologia vende, também, de forma global, idéias, gostos, preferências e crenças. Mensagens, objetos, estilos de vida e técnicas de informação, [...] (GUARESCHI, 1985, p. 73).

Na verdade, esperou-se, a partir dos discursos, identificar as transformações mais estimuladas junto às propriedades agrícolas. Os estudos relacionados ao cotidiano propõem um desafio, ao romper com o consagrado, abrindo espaço para novas reflexões silenciadas em muitos casos. Como diz Michel de Certeau (1996, p. 31), “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia, nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente”. Portanto, o cotidiano é entendido como instrumento que abre o caminho e sinaliza a direção, sintonizando as relações mais íntimas de um grupo. Neste contexto, buscou-se um entendimento do processo de exclusão de determinados instrumentos técnicos por parte dos agricultores e a incorporação de outros, o que interfere profundamente na transformação de seus hábitos.

Desse modo, no que concerne aos chamados meios de comunicação de massa, estes podem ser definidos como veículos que se encarregam de disseminar as informações, de tal forma que “seu papel de atores e agentes na sociedade tecnológica, são considerados como fatores que imprimem sua dinâmica na sociedade, pois são tidos como possuidores de uma liberdade de ação real” (GUARESCHI, 1985, p. 19). No programa intitulado “Nossa Programação”², verificou-se, na íntegra, as constantes reprogramações:

A partir da próxima segunda feira, será feita uma completa transformação em nossa programação. Iremos beneficiar ainda mais nossos amigos do interior, apresentando uma série de bons programas. Às 5 horas da manhã, iremos iniciar nossos trabalhos, apresentando o programa ‘Na Fazenda do Nhô Zeca’. Às 6 horas, será apresentado o ‘Matutino Difusora’; 6 e 15, ‘Calendário Difusora’; e às 6 e 25, o ‘Paraná Municipalista’. Às 6 e 30 horas, irá ao ar o programa ‘Bom Dia Trabalhador’. Às 7 e 15, ‘Astros e Planetas’. Às 7 e 30 horas ‘Retreta Matinal’. A partir das 8 horas, a programação voltará ao normal, como anteriormente. Haverá a apresentação de um novo programa no horário das 14 e 45 horas até as 15: ‘Música Alemã’. A partir das 15 horas, serão apresentadas as homenagens musicais. O programa ‘Lar, Doce lar’, vai ser apresentado em novo horário: às 10 e 45 horas (Rádio Difusora).

A programação da Rádio Difusora apresenta mudanças constantes em suas atividades, buscando envolver e despertar seus ouvintes do interior para seus programas cotidianos.

¹ Ainda de acordo com Kageyama (1987, p. 1), “a industrialização da agricultura envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma ‘fábrica’ que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção”.

² Cabe informar que as fontes jornalísticas presentes no decorrer do trabalho serão citadas na íntegra.

Para tanto, são criados e recriados espaços com o objetivo de atrair o público. Assim, tem-se programas como: “Na Fazenda do Nhô Zeca” que inicia às 5 horas da manhã, horário em que os agricultores acordam e se preparam para mais um dia de trabalho. A rotina matinal do agricultor inicia-se com o fogão a lenha para aquecer a água, usada para o chimarrão, e enquanto tomam seu café, ouvem a programação da rádio.

O programa “Bom Dia trabalhador”, que ia ao ar às 6:30 horas, é especificamente produzido com a intenção maior de informar o trabalhador do campo. Exemplo disto é que nesse período, o rádio ocupa lugar de destaque na casa dos agricultores. Observando o interior das residências, buscou-se localizar o lugar destinado ao aparelho (rádio) nas comunidades do município: este permanece em destaque, já que os agricultores o deixam sobre uma prateleira de madeira construída, especificamente, para o aparelho ou possuem mesas e estantes, nas quais, este meio de comunicação tem seu espaço garantido. Olhando com mais atenção, percebeu-se que o objeto é destaque na casa do agricultor, competindo com os quadros de família e imagens sagradas. É comum, ainda hoje, a família ficar estática diante da “vinheta” que antecede o fato noticioso.

No horário das 8 horas a programação retoma sua rotina. Nesse horário, os agricultores estão ocupados com seus afazeres diários no campo. Para o horário do descanso, após o almoço, não poderia faltar uma programação mais alegre e, para isto, a emissora cria o programa “Música Alemã”. Por que música alemã?

Como na região predomina a colonização alemã, o programa buscou atender a esse público; mas com o tempo ocorreram questionamentos por parte dos demais grupos, como os italianos e poloneses e a emissora de rádio, então, cedeu espaço para outras programações. Já o programa “Lar, Doce Lar” era voltado para as esposas e filhas dos agricultores.

3. Ação Escalar do Discurso: Local, Nacional e Global

No que diz respeito à interpretação dos vários discursos que circulam na sociedade, é preciso atenção, pois, no interior de uma fonte jornalística se pode deparar com um discurso e este pode estar relacionado com outro discurso. No entanto, pode ser apenas um reflexo, pois

[...] os combates não carregam mais as armas de idéias ofensivas ou defensivas. Avançam camuflados em fatos, em dados e acontecimentos. Apresentam-se como mensageiros de um “real”. Sua atitude assume a cor do terreno econômico e social. Quando avançam, o próprio terreno parece que também avança. Mas, de fato, eles o fabricam, simulam-no, usam-no como máscara, atribuem a si o crédito dele, criam assim a cena de sua lei (CERTEAU, 1996, p. 287).

No trabalho ora elaborado, os programas jornalísticos são fontes, mas também são discursos estruturados de tal forma que se apresentam aos ouvidos do público em diferentes momentos com falas também diferentes. É preciso, entretanto, destacar também que a natureza complexa desta fonte discursiva necessita de uma análise mais apurada. Isto se deve ao fato de que

[...] a comunicação ao nível efetivo e intelectual, que caracteriza o diálogo e a comunhão no plano pessoal e interpessoal, parece não ter muito lugar como exercício nesta sociedade determinada pela economia inerente ao processo de aceleração do nosso modelo cultural. (VIEIRA, 1978, p. 21).

Ao propor um trabalho com fontes jornalísticas, faz-se necessário destacar que, em várias circunstâncias, o jornalista despreza acontecimentos e, muitas vezes, por imposição política, omite fatos relevantes, sendo que estes silêncios são de grande utilidade para o geógrafo. Nesse sentido, as fontes jornalísticas abrem um imenso leque de lacunas a serem preenchidas, abrindo caminho para novos debates. Por esse motivo, entende-se que o geógrafo deva lutar contra as amarras das receitas prontas e isto sinaliza para a idéia de que:

[...] o entendimento real de um discurso noticioso depende não apenas de sua estrutura manifesta mas também das estratégias de interpretação e representação. Em outras palavras, a estrutura do discurso noticioso é, no final, aquela que é dada ao texto pelo espectador, o conjunto de expectativas que o espectador possui antes mesmo de consumi-lo (SILVA, 1985, p. 36).

A estrutura jornalística representada pelo discurso noticioso cria e recria, no ouvinte, as circunstâncias apropriadas para o consumo e a aplicabilidade da mensagem. As ações interferem na opinião do ouvinte, sugerindo ao mesmo a atenção para as falas da administração pública. De forma especial, a atenção do público é direcionada para o “aprendizado” que as palestras fornecem.

Na nossa carreira de jornalista da imprensa falada, procuramos todas as formas de colaboração à autoridade, colaboração esta que inclui sugestões, que poderão ser aceitas ou não, ou mesmo modificadas para aprimorar. As sugestões são frutos de nossas observações pessoais ou de palestra com nossos amigos que nos visitam diariamente (RADIO DIFUSORA, v. 9, 20.05.70 a 30.09.70).

O que se ouviu como justificativa desenvolvimentista é um processo produzido por discursos voltados à região, como também, em certo sentido, a todo o país, reunindo argumentos necessários para afirmar ou reafirmar a integração regional. É a partir deste arsenal discursivo que movimentos como a Marcha para o Oeste contribuíram, com o objetivo de integrar regiões no contexto do desenvolvimento nacional.

Os discursos de Getúlio Vargas, integrados ao programa do Estado Novo, justificam o desenvolvimento brasileiro através da ampliação das fronteiras para o Oeste. No que se refere aos projetos de ocupação e integração regional – como o reforço à modernização agrícola ideologicamente sustentado pelos discursos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek –, pode-se dizer que o governo deste último foi marcado pelos planos ambiciosos, representados pelo slogan “Cinquenta anos de progresso em cinco de governo”. A política adotada pelo governo “JK” contemplou a construção de várias obras públicas, e, entre elas, tem destaque a nova capital federal. Sua política econômica – caracterizada por alguns como modernizadora e por outros como desnacionalizadora – forneceu elementos importantes para o quadro político da época e deu sustentabilidade às propostas desenvolvimentistas, alicerçadas no progresso e exaustivamente repetidas nos discursos da rádio local.

Com a queda de João Goulart, instaurou-se a ditadura comandada pelos militares. O reflexo da situação militar escreveu sua história, lançando mão do abuso de poder e controle da opinião pública, semeando o medo e abordando o direito de livre expressão. Difundiu-se, durante a ditadura, um modelo de desenvolvimento vinculado à tecnologia estrangeira, denominado “Milagre Brasileiro”. Com isso, pode-se conferir nos discursos jornalísticos a vasta presença de falas que

enfocam o progresso e o desenvolvimento, encaminhando a população para o consumo. Um dos recursos amplamente utilizados para isto foi o rádio. Dessa maneira, a difusão de valores tornou-se uma tarefa de certa forma fácil, pois o poder público tinha o controle dos meios de comunicação.

Inseridos neste processo, os programas da rádio local manifestam “preocupações” referentes ao desenvolvimento do município de Marechal Cândido Rondon. Isso não impede pensar que durante o processo de implantação da modernização, este tenha estimulado alguns elementos que se assemelhavam pela mesma visão de realidade, sugerindo problemas e soluções, a partir de denominadores comuns. Com as mensagens veiculadas, passam a ser balizados temas considerados significativos para o debate. Nesse caso, remontando o contexto histórico das programações, cabe identificar as relações entre imprensa e poder: a “simpatia política” entre donos de emissoras de rádio e determinadas formas políticas pode ser o alicerce para a divulgação de certas notícias. Como exemplo, tem-se o caso de jornalistas que passaram a exercer a liderança inscrita em cargos de prefeito ou de deputado estadual e/ou federal.

A ação de proprietários da Rádio culminou com a equação do processo, caracterizado pela dinâmica política que cercou e ainda cerca as emissoras de rádio no município. Atualmente, as duas emissoras (Rádio Difusora e Rádio Educadora) lideram movimentos políticos estratégicos que representam grupos opositores. Mas, a soma dos acontecimentos presentes nas programações analisadas, apresenta uma romaria de proprietários, pois, todos de certa forma, estão identificados com alguma representação política.

O vínculo com a política ocorreu durante a administração das emissoras, pois estas lançaram as bases para carreiras políticas, após o estabelecimento de uma rede de comunicações com a comunidade. O entendimento do processo vai ordenando os objetivos dos administradores das emissoras, tendo como resultado as manifestações favoráveis à estruturação da modernização em Marechal Cândido Rondon.

[...] No estágio de um mundo regido pelos direitos e razão tecnológicos, os meios de comunicação transformam-se em agentes dotados de força própria e suplantam as *forças naturais* que eram o mito de uma sociedade sacral e mítica. Este distanciamento permite à classe dominante abandonar e disfarçar seu papel de possuidor monopolístico desse aparato ideológico, e, por conseguinte, pode assumir o direito de denunciar a *influência perniciosa e desagregadora* ou o *conteúdo vulgar, violento ou pornográfico* das notícias de rádio, da TV, ou do cinema, escudando-se, dessa maneira, por detrás de seu próprio moralismo (GUARESCHI, 1985, p. 18, grifos do autor).

As mensagens jornalísticas disfarçam seu papel ideológico, situando-se diante do público como atores moralistas, por detrás das cortinas de seus interesses particulares. Na passagem do dia das comunicações, o Prefeito Municipal, na ocasião, Almiro Bauermann, destacou a participação dos comunicadores e seu incentivo ao “progresso”, considerado como realização e satisfação do ser humano.

DIA DAS COMUNICAÇÕES – MENSAGEM

Os sentinelas do progresso. Os mensageiros da paz. Os primeiros pracinhas da batalha. São eles, os comunicadores, jornalistas, radialistas, repórteres. E é a eles que neste momento, em obediência ao dia das comunicações, estendemos as nossas palavras de agradecimento e incentivo. Agradecimento pelas obras

edificantes que a comunicação nos trás. Pelo progresso e pelo desenvolvimento que os meios de comunicação, rádio, televisão, telefone, jornal e outros, nos trazem (RADIO DIFUSORA, v. 35, 29.04.77 a 11.06.77).

Como se pode identificar neste trecho, é através do discurso do desenvolvimento que são criadas expectativas junto aos agricultores, a partir das quais estes poderão atingir o “progresso”. Esse quadro indica que o:

[...] aspecto da mistificação dos meios de comunicação reside no caráter ideológico das mensagens que eles irradiam. A ideologia, como um sistema de representações, é inseparável da experiência vivencial cotidiana dos indivíduos. Dizer isso significa afirmar que a ideologia impregna os hábitos, desejos, reflexos das pessoas; significa, também, afirmar que a grande maioria das pessoas atravessa a vida sem, talvez, nunca se dar conta dos verdadeiros fundamentos dessas representações (GUARESCHI, 1985, p. 19).

Os programas são direcionados para aqueles valores prestigiados pelo público. Cabe observar que os agricultores do município de Marechal Cândido Rondon convivem com idéias e conceitos centrados no trabalho e na honestidade. Tal questão remete ao entendimento de como os discursos foram incorporados e interpretados pelos agricultores: esse apego ao trabalho e à honestidade representa terreno fértil para receber as sementes do “progresso”³.

UM PROGRAMA PARA OS AGRICULTORES

Os nossos amigos da colônia, recebem de nossa parte as mais carinhosas manifestações, e ao mesmo tempo levamos sempre uma nota que visa alertar nosso homem do campo sobre o que possa interessar diretamente a família rurícula. Neste informativo noticioso do final da semana, levamos ao conhecimento do agricultor um assunto de importância que estará em desfile pelos nossos microfones amanhã no espaço destinado ao programa ABC dos direitos do agricultor. Amanhã das 12 às 12:30, estará em nossa emissora o Dr. Êzio Bernardinis que falará sobre a nova lei do imposto de rendas do agricultor para o ano que vem. O assunto é importantíssimo para o qual se pede a especial atenção do nosso agricultor durante aquele espaço. Todo o colono de nossa região deverá ouvir aquele espaço, colhendo preciosas informações que serão prestadas pelo ilustre advogado Dr. Êzio que dará movimento ao programa que já citamos. A preciosidade das informações fez com que montássemos uma nota no sentido de alertar e amanhã nosso homem do campo poderá se inteirar sobre a matéria que tem muito respeito para com as suas lidas pelo setor agrícola (RADIO DIFUSORA, v. 7, 25.08.69 a 31.12.69).

Ao apresentar a programação, as falas utilizam-se de termos carinhosos, tais como “nossos amigos da colônia”, “alertar nosso homem do campo”, “família rurícula”, um discurso estabelecido na credibilidade, destacando a importância que os agricultores devem dar ao espaço e às informações sobre o imposto de renda. A pretensão do discurso em transmitir comunicados importantes ao ouvinte, assegura a recepção desejada através do uso de argumentos, como a confiança entre agricultores e os representantes da programação, reforçando os laços da comunicação. “[...] No momento da recepção, o confronto volta a ocorrer e se dá através das diferentes interpretações e reelaborações que cada segmento social dará ao que vir e ouvir” (SILVA, 1985, p. 21).

³ Cf. SCHREINER, 1997.

Alguns autores alertam para as trilhas ideológicas presentes em muitos dos meios de comunicação de massa. Isto faz com que:

[...] constatem-se alguns aspectos até mesmo prejudiciais desse grande desenvolvimento das comunicações. Alguns teóricos da comunicação de massa são até bastante reticentes quanto a essa questão. Segundo eles, essa eficiência da comunicação teria sido, ou pode ser, usada em alguns países, com objetivos ideológicos (CALDAS, 1991, p. 55).

O objetivo é oferecer aos ouvintes informações que lhes permitam compreender o processo de modernização, transmitido como transformação “necessária”, sem apontar para os possíveis problemas.

[...] esses veículos, em última instância, são altamente responsáveis pela formação da opinião pública. O gosto, o comportamento, os anseios, a visão de mundo, o juízo de valor, são alguns dos aspectos onde esse sistema influenciará. Noutras palavras: os veículos de comunicação de massa, se quiserem, têm um poder suficiente grande para destruir num curto prazo de tempo a imagem de um ídolo popular. Seja da política, da canção, dos esportes, ou qualquer outra atividade profissional. A recíproca, porém, é verdadeira. Eles podem, nesse mesmo espaço de tempo, transformar uma pessoa anônima num ídolo de projeção nacional. Só para lembrar rapidamente: a jovem atriz Cláudia Raya, desconhecida do grande público até recentemente, hoje é um sucesso nacional. Mas as duas coisas também podem acontecer ao mesmo tempo: esse ídolo pode aparecer e desaparecer na mesma velocidade (CALDAS, 1991, p. 83-84).

A perspectiva de inserção de anseios junto à opinião pública, manifestada nas palavras dos meios de comunicação de massa, garante a estes veículos poder suficiente para intervir no seu tempo. Este poder é reconhecido por aqueles que fazem destes meios o canal, através do qual, atingem seus ouvintes. Isto pode ser identificado na homenagem do Diretor Regional do Dentel de Curitiba, ao reportar-se ao dia das comunicações, caracterizando as telecomunicações como algo perigoso, capaz de estimular ações indesejadas e, por este motivo, caberia ao ouvinte estar atento ao papel que desempenha o governo no controle das programações, tendo em vista a necessidade de manutenção dos princípios morais e éticos. O teor do comunicado remete à responsabilidade político-social, inscrita na dinâmica social formada e manifestada nas expressões “indissociabilidade entre práticas do poder político e a falsa moralidade que esconde os desejos ideológicos do “grupo oficial que fala em nome de todos”: “sendo as telecomunicações uma arma de dois gumes, de posse de uma [...] transmissora, qualquer um poderá tornar-se um disseminador de [...] estimulantes de vícios, tóxicos, subversão ou terrorismo” (RADIO DIFUSORA - FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, v. 26, 23.03.76 a 17.05.76).

Jogando um pouco de luz sobre a questão da modernização, é preciso investigar, a partir das particularidades da agricultura regional, as condições históricas e discursivas, através das quais, tal processo é implementado. Pode-se indicar que os elementos que constituem tal processo se configuram através da pretensão à universalidade:

Uma das características centrais do discurso ideológico é a sua pretensão de falar em nome de todos, de ser portador de uma verdade universal. A ideologia se constitui como um discurso que suprime a diferença em nome da unidade, que fala da harmonia onde há contradição, que se apresenta como portadora de solução para todos (GONÇALVES, 1984, p. 28).

Inseridos nesse contexto, cabe aos pesquisadores observar e ter clareza de que o jornal, a revista e em especial o rádio, podem ser entendidos como falas que se cristalizam no ruído do tempo. Assim, navegar nas ondas do rádio fornece ao pesquisador uma viagem no tempo, na qual se encontram registradas formas específicas de viver de cada comunidade.

4. As Fontes Jornalísticas

Os noticiários que serão apresentados no decorrer do estudo serão analisados, observando o desempenho discursivo efetuado pela programação da Rádio Difusora, bem como por entidades que utilizavam a rádio local para expandir idéias calcadas na transformação técnica do meio rural. Com relação à análise destas fontes, alguns autores desenvolveram um estudo referente à concretização da pesquisa dita acadêmica. Com a pesquisa, a fonte jornalística pode ser descrita pela aproximação que realiza entre seu discurso e as práticas concretas presentes nas relações sociais que orientam a sociedade. Sendo assim, “os meios de comunicação de massa representam importante agência de desenvolvimento, de vez que introduzem padrões de comportamento, desenvolvem motivações e criam expectativas ideais de atuação e modos de vida” (VIEIRA, 1978, p. 43).

A perspectiva de inserção de programações jornalísticas provenientes da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, com informações direcionadas aos agricultores e pecuaristas, é um exemplo da força de atuação dos meios de comunicação junto aos agricultores de Marechal Cândido Rondon. O programa acontecia às 6:40 horas da manhã, sendo que 10 minutos dele eram destinados à divulgação de notícias, elaboradas pela Secretaria da Agricultura do Estado.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DIVULGA PROGRAMA POR ESTA EMISSORA:
A Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná localizou no estado as emissoras com maior audiência e, pelas quais, deverão ser apresentados programas especiais feitos direto ao agricultor ou ao pecuarista [...]. Sempre no horário das 6:30 da manhã até as 6:40 [...]. Desde já nosso convite para sintonizarem o programa que terá o título ‘Atualidades – SEAG’ (RADIO DIFUSORA FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, v. 29, 25.08.76 a 21.10.76).

É bem verdade que a chamada “cultura de massa” deva ser definida como uma das conseqüências do progresso intensificado pelos avanços da ciência e da tecnologia que, de diversos modos, influem na melhoria do nível de vida de considerável parcela da comunidade humana. A consolidação dos meios de comunicação de massa é uma das conseqüências desse processo, com os defeitos e as qualidades que lhe são inerentes. Contudo, é preciso observar as particularidades destes discursos, uma vez que “a comunicação é transformada em instrumento dos governantes para atingir objetivos predeterminados, é submetida a pressões de todos os tipos e tem sua função dirigida pelo poder” (CAPARELLI, 1980, p. 77). Além disso, é preciso abrir espaço para as vozes ou para o confronto analítico, o que representa também, entender o contexto histórico que engloba o processo de instalação “local” de um agente de comunicação.

As concessões, então, são ditadas por apadrinhamentos políticos ou por simples desdobramento do poder econômico: os detentores do poder político são os

mesmos que detêm o poder econômico e a radiodifusão, na sua condição de novo setor para aplicação de capitais; muda de mãos apenas teoricamente: são concessões públicas a privados, por privados que manobram a coisa pública (CAPARELLI, 1980, p. 79).

Neste jogo de interesses, é necessário salientar a importância assumida pelo rádio como meio de comunicação de massa que assinala sua presença no campo, pois, no período que envolve o estudo aqui proposto (1966-1980), o veículo encarregado da disseminação de informações era ele. Este contexto é problematizado por Celsina Alves Favorito (1989) — em sua Dissertação de Mestrado em Comunicação Social intitulada *“Deus no céu e o Rádio na Terra ...”* — na qual desenvolveu um estudo sobre o rádio e as mulheres rurais do município de Pitanga. Neste estudo, a autora afirma “ser o rádio um meio de comunicação de massa fundamental no campo porque ocupa um espaço importante onde, não raro, é o veículo solitário informador e formador da opinião pública” (FAVORITO, 1989, p. 2). Por outro lado, para Sérgio Caparelli, os meios de comunicação são definidos enquanto “indústria de consciência. Os governos deles se apoderaram cada vez com maior frequência, a fim de manipular a opinião pública” (CAPARELLI, 1980, p. 80).

Como pode ser identificado acima, alguns autores estudam o papel do rádio como agente comunicador e observam o caráter ideológico existente entre a mensagem jornalística e os receptores. Os marcos destas análises contemplam os grupos de maior poder que procuram criar e/ou recriar formas diversas de “modelos culturais”. Com relação a este estudo, pode-se sinalizar para a idéia de que com essa atitude, tais grupos pretendem que certos traços culturais e cotidianos sejam remodelados, que as atividades diárias, o lazer e o trabalho estejam essencialmente vinculados a padrões técnicos e que estes sejam compartilhados em conjunto. Para tanto, os discursos sugerem padrões de comportamento, seja para as atividades de lazer, seja para os produtos e insumos consumidos e cultivados pelos agricultores.

O rádio deve ser transformado de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação. A radiodifusão poderia ser o mais gigantesco meio de comunicação imaginável na vida pública, um imenso sistema de canalização. Assim seria, caso não fosse, não apenas capaz de emitir, mas igualmente de receber. Em outras palavras: se conseguisse que o ouvinte não só escutasse, mas também falasse, que não fosse isolado, mas em relação (BRECHT, 1977 apud CAPARELLI, 1980, p. 73).

Este anseio de Bertold Brecht, expresso em meados do século XX, parece ter sido ouvido pelos dirigentes de emissoras de rádio. Assim, a ampliação da comunicação entre ouvintes e emissora ocorreu, inicialmente, através do envio de cartas. Posteriormente, os ouvintes passaram a fazer esta comunicação via telefone. Com tal estratégia, o rádio aumentou seu poder de intermediação, abrindo um espaço maior para as comunidades, seja através das cartas ou do telefone, fazendo com que os agricultores participassem da programação de forma mais ativa.

CARTA DE UM OUVINTE:

O nosso prezado ouvinte, Guilherme Lemke, de Linha Belmonte, nos escreve fazendo algumas sugestões com respeito aos horários de programas. E menciona especialmente certos horários que o senhor agricultor não pode ouvir por ter que ir à roça, especialmente nesta época de colheita de trigo. Amigo Lemke, guardamos com carinho a sua carta e estamos estudando uma nova programação, alterando algumas coisas a respeito de programas a partir já do dia 1º do mês que vem (RADIO DIFUSORA, v. 5, 15.10.68 a 20.03.69).

Ao longo do processo de transformações, “o rádio revelou-se desde logo como um intermediário entre as idéias, valores, crenças e interesses dos grupos no poder e a população” (CAPARELLI, 1980, p. 82). Outro ponto que merece destaque, é a necessidade do comunicador em se adaptar às exigências estabelecidas pelas relações de poder mais amplas, que debilitam seu senso crítico através do controle dos textos que vão ao ar, tendo em vista interesses políticos, socioculturais e econômicos, assumidos pela emissora de rádio.

Sabemos que nem sempre o efeito corresponde ao propósito do comunicador, em razão de condicionamentos socioculturais, psicológicos, mecânicos e circunstanciais a que a mensagem está exposta desde sua elaboração na fonte até o momento em que, no destino, se produz o estímulo ativador da reação. (BELTRÃO; QUIRINO, 1986, p. 137-138).

A presença marcante e precisa de traços ideológicos⁴ é construída, paulatinamente, a partir da comunicação destinada à população rural. Para ampliação de seu campo de atuação, o ingrediente utilizado é a aliança entre informação e diversão, e o resultado final em muitos casos, pode estar na transformação sociocultural:

[...] *informar* — transmitir elementos (dados) para o conhecimento do indivíduo ou da massa; *persuadir* — fornecer argumentos capazes de modificar a opinião e a conduta de pessoas e grupos; e *divertir* — proporcionar recursos de entretenimento ao homem, para subtrai-lo das pressões do meio e do cotidiano (BELTRÃO; QUIRINO, 1986, p. 140).

No contexto da região Oeste do Paraná, em especial do município de Marechal Cândido Rondon, conclui-se que “[...] os meios de comunicação de massa se encarregaram de difundir novos hábitos de consumo que levaram à comercialização de mercadorias cada vez em maior número” (GONÇALVES, 1984, p. 36). Para entender melhor o vínculo sócio-político dos agentes envolvidos na direção das emissoras de rádio, apresenta-se um fragmento que evidencia os laços destes com os poderes público e privado:

VIAGEM DE NOSSO DIRETOR

Viajou hoje com destino à cidade maravilhosa do Rio de Janeiro o nosso diretor Sr. Arlindo Alberto Lamb, ficando desta maneira a direção e supervisão da emissora ao cargo do Sr. Antonio Maximiliano Ceretta. O Sr. Arlindo estará reunido com altas autoridades do Banco do Brasil para tratar do assunto de um grande financiamento para a Ciroso, para a compra de toda uma safra de soja pela região, para funcionamento da indústria (RADIO DIFUSORA, v. 4, 12.03.68 a 29.05.68).

O destaque para a viagem ao Rio de Janeiro do diretor da rádio, revela a atuação dos representantes da emissora junto a instituições bancárias, intercedendo a favor de grupos, no que se refere a financiamentos para o melhor desempenho da indústria na compra da safra de soja. A partir destas relações é possível identificar os elementos que interferem na dinâmica das transmissões levadas ao ar pela emissora, afetando, de forma expressiva, as mensagens direcionadas aos agricultores.

⁴ Tratando destes traços, Antônio Fausto Neto explora o fato no contexto discursivo, vinculando-o ao poder: “Estamos querendo dizer que quando a deontologia jornalística afirma que o dito é o fato, isso se constitui muito mais numa espécie de efeito ideológico, resultado do trabalho de um certo poder (comunicação de massa)” (FAUSTO NETO, 1991, p. 29). Para maiores detalhes, Cf.: FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem* : os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

Ademais, pode-se visualizar a forte presença da empresa Rádio Difusora na região no programa em comemoração ao seus 13 anos de existência. Neste programa, a emissora procura atrelar seu crescimento ao desenvolvimento da região, o que reforça o sentimento de progresso vivido pelos munícipes.

13 ANOS DEPOIS

O dia de hoje marca a passagem do 13 anos de trabalho desta empresa em prol da radiodifusão no Paraná, voltada para a região. Inicialmente era um serviço mais local referindo-se àquilo que Marechal Cândido Rondon era e representava na época. O crescimento se deu, junto com o desenvolvimento da região. Ainda uma criança, somos sabedores daquilo que representa esta região no contexto estadual, por isso queremos partilhar juntos com todos os momentos vividos pelo povo da produtiva região oeste do Paraná (RADIO DIFUSORA FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, v. 57, 01.11.79 a 12.12.79).

5. Considerações Finais

Ao finalizar este artigo, pode-se afirmar que a partir de fontes jornalísticas pode-se abrir compartimentos carregados com temáticas relevantes para a pesquisa e prática geográfica. Pois, uma “viagem de estudos” por dentro dos arquivos da Rádio Difusora do Paraná, auxiliou no entendimento das estratégias discursivas utilizadas pelos representantes políticos no desenvolvimento e aplicabilidade do projeto modernizador no Município de Marechal Cândido Rondon. Destaca-se também o papel desempenhado pela emissora de rádio junto aos agricultores da região, divulgando as coordenadas estabelecidas pela ACARPA/EMATER e outros órgãos governamentais.

Referências

- BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de Oliveira. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- CALDAS, Waldenyr. **Cultura**. 4.ed. Rio de Janeiro : Global, 1991.
- CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Cortez, 1980.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 2.
- FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em derrapagem**: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- FAVORITO, Celsina Alves. **Deus no céu e o rádio na terra** papel do rádio junto a mulheres rurais de Pitanga. 1989. 169 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1989.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da terra**: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Socii, 1984.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KAGEYAMA, Angela (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. [S. l: s. n.], 1987.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- RÁDIO DIFUSORA. **Frente ampla de notícias**. Marechal Cândido Rondon, 11.03.67 a 10.07.67. v. 2.
- RÁDIO DIFUSORA. **Frente ampla de notícias**. Marechal Cândido Rondon, 12.03.68 a 29.05.68. v. 4.
- RÁDIO DIFUSORA. **Frente ampla de notícias**. Marechal Cândido Rondon, 15.10.68 a 20.03.69. v. 5.
- RÁDIO DIFUSORA. **Frente ampla de notícias**. Marechal Cândido Rondon, 25.08.69 a 31/12/69. v. 7.
- RÁDIO DIFUSORA. **Frente ampla de notícias**. Marechal Cândido Rondon, 20.05.70 a 30.09.70. v. 9.
- RÁDIO DIFUSORA. **Frente ampla de notícias**. Marechal Cândido Rondon, 23.03.76 a 17.05.76. v. 26.
- RÁDIO DIFUSORA. **Frente ampla de notícias**. Marechal Cândido Rondon, 25.08.76 a 21.10.76. v. 29.
- RÁDIO DIFUSORA. **Frente ampla de notícias**. Marechal Cândido Rondon, 29.04.77 a 11.06.77. v. 35.
- RÁDIO DIFUSORA. **Frente ampla de notícias**. Marechal Cândido Rondon, 03.11.79 a 12.12.79. v. 57.
- RÖLING, Niels. **O agente de mudanças como comunicador**. [Curitiba]: ACARPA, [200?].
- SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho e poder**: a formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná. 2.ed. Toledo: Editora Toledo, 1997.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do jardim botânico**: um estudo sobre a audiência do jornal nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

THOMAZ JÚNIOR, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da “leitura” geográfica. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 9, n. 1, jan.abr., 2003a.

THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para compreensão do campo no Brasil. **Revista de Geografia**, Dourados, v. 9, n. 17, jan. jun., 2003b.

THOMAZ JÚNIOR, A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 4., 2003, Havana. **Anais...** Havana. [s. n.], 2003c. 17p. (no prelo).

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho! **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, ago., 2002a.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002b.

VIEIRA, R. A. Amaral (org.). **Comunicação de massa**, o impasse brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

ENTRE A SEPULTURA E A TRINCHEIRA: O MOVIMENTO SINDICAL E A EXCLUSÃO SOCIAL*

Júlio César Ribeiro
Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

Num mundo marcado por intensas transformações, em que novas relações de produção e de trabalho comandam um reordenamento societal em nível global, presenciamos o aniquilamento de muitas conquistas sociais, em especial as trabalhistas, em nome da modernização tecnológica que, por sua vez, faz prevalecer a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital.

Trata-se, sem sombra de dúvidas, de um conjunto de transformações operadas sobretudo no período pós-1970, como produto da crise do taylorismo e do fordismo, que vêm provocando uma redefinição global das condições e das relações econômicas, políticas e gerenciais não somente do chão da fábrica, mas da sociedade capitalista, o que conseqüentemente se reflete em novas formas de acumulação e reprodução do capital, além de provocar alterações nos mecanismos utilizados para que a hegemonia continue a ser exercida.

O que parece evidente é que, de forma geral, a multiplicidade de movimentos sociais, desde aqueles voltados a questões de cunho ambientalista, ou mais particularmente dimensionados à temática do trabalho, entre outros, não estão conseguindo adaptar-se e redirecionar sua organicidade à “nova” realidade que se impõe, seja por encontrarem-se incapacitados de realizarem uma “releitura” da conjuntura contemporânea, seja por estarem representados por cúpulas dirigentes cooptadas pelos agentes hegemônicos. Ambas as situações confluindo à desagregação e limitação de suas práticas, cada vez menos contra-hegemônicas e mais “colaborativas”.

Pretendemos, diante desse contexto, esboçar um panorama dos impasses “enfrentados” pelo movimento sindical, enfatizando, de forma especial, o caso brasileiro, no qual realizaremos um aprofundamento sobre a tendência em curso de evasão operária das instâncias sindicais – consequência, em suma, do desemprego e da flexibilização econômica – e, por outro lado, da recente inserção dos grupos indígenas no quadro dos representados, para sabermos até que ponto essa inserção, aparentemente contraditória à reorganização econômico-empresarial em curso, lhes vem sendo benéfica ou se se configura apenas enquanto mera representação formal e nova artimanha utilizada pelos detentores do poder à acumulação de capital.

A prerrogativa que sustenta esse enfoque específico encontra-se fundamentada no processo crescente de utilização da mão-de-obra indígena nas agroindústrias sucro-alcooleiras do Mato Grosso do Sul e em vários outros Estados brasileiros, justamente neste findar de século, anunciado e identificado na data maior, que é a de comemoração dos *quinhentos anos do Brasil*.

* Esse texto é produto da dissertação de mestrado “A Geografia da escravidão no território do capital”. Foi publicado na Revista Paranaense de Geografia, Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n.6, 2001. p. 25-49.

Momento esse em que a data assume a feição mística de um portal, cuja passagem haveria de nos conduzir à nova era social, ao Éden (por que não!)

Dessa forma, objetivamos expor alguns elementos analíticos que nos permitam desmistificar essa falácia quinhentista e esse jogo de cena, absorvido e revigorado pela mídia. E os pressupostos a serem utilizados serão os fatos que ainda ocorrem com os povos indígenas no interior do país: notícias que raramente ganham as páginas dos grandes jornais de circulação, ainda mais quando se trata de um momento reservado às festividades alienantes.

Perspectivamos, também, tecer uma reflexão sobre o processo histórico no qual esses vinham sendo empregados ilegalmente para o corte da cana-de-açúcar; gerando, por conseguinte, ampla indignação de várias camadas e instâncias político-sociais que lutavam por sua integração, e que, uma vez “integrados”, se vêem à margem de qualquer representação efetiva.

O prisma geográfico será o arcabouço científico no qual a análise será pautada, ao demonstrarmos que a ordem das metamorfoses globais desencadeadas e intensificadas nesse período recente, que se faz tricenar, possui desdobramentos diferenciados nos lugares, devido todo ao arranjo específico das forças político-econômicas e aos estratégias culturais presentes, pois, mesmo que interligados econômico-territorialmente ao sistema global das relações mercadológicas, que são seletivas e hierarquizadas, as *marcas* dos/nos lugares são facilmente percebidas nos programas e estratégias econômicas e ideológicas particulares das elites locais, bem como nas reações contra-hegemônicas, também particulares, que se insurgem enquanto contra-ofensiva.

2. Caracterização geral do movimento sindical face às transformações globais no mundo do trabalho

O sindicalismo, principalmente na aurora do século XXI, demonstra uma notória fragilidade, no que tange principalmente aos interesses da classe trabalhadora, a ponto de sua utilidade e condição de existência serem postas em questão, pelos próprios trabalhadores, especialmente os desempregados. O que se deve, basicamente, à incongruência de suas práticas, não muito claras aos trabalhadores e à falta de políticas de desenvolvimento de elementos e meios dialógicos de interlocução e interação entre lideranças e afiliados, uma questão que preocupa, há muito, aqueles que se envolvem com essa problemática, já secular. O que faz com que as organizações sindicais (como também a de “partidos”, “movimentos” etc., que evocam a centralidade da classe trabalhadora e do mundo operário, particularmente) percam sua verdadeira essência, que é a de contemplar e completar a personalidade do trabalhador, como se fora a extensão desta (HOBSBAWM, 1987, p. 48).

Por encontrar-se emparedada em uma multiplicidade de metamorfoses que vêm acompanhando o mundo do trabalho, esse distanciamento político-sindical, existente entre os sindicatos dos trabalhadores e os desempregados, apenas reafirma a maior crise da história operária. As razões dessa situação encontram-se umbilicalmente ligadas à Terceira Revolução Industrial e à remodelação imperante no processo produtivo e nas relações de trabalho, operadas substantivamente via expansão da automação, da robótica, microeletrônica, informática, telemática

etc., que constituem o marco têmporo-espacial das novas formas de (auto)realização do capital e gestão do trabalho e do capital que, no toyotismo e nas diferentes formas combinadas, possuem seu fundamento¹.

Sem contar, outros processos correlatos daí se desdobram, como: diminuição do montante de empregos considerados “estáveis”; precarização das condições de trabalho e individualização/diminuição do poder de barganha e negociação dos trabalhadores junto ao patronato; crescimento do mercado informal; maior participação da mulher no mercado de trabalho (com o conseqüente adensamento do número de trabalhadores e diminuição dos níveis salariais²); “terceirização”; flexibilização, financeirização da economia e desinvestimento em setores produtivos (os grandes geradores de empregos na fase clássica do fordismo), entre muitas outras transformações em curso, que acabam refletindo na subjetividade do *ser* que trabalha, acarretando-lhes inúmeros problemas psicossociais (ANTUNES, 1998), como a insegurança e o medo constante de a qualquer momento se ver lançado às fileiras do desemprego, por exemplo³.

Podemos com isso, depreender que esse fosso segregador é um produto que fora historicamente cavado e aprofundado, sendo, pois, uma conseqüência advinda de todo um acúmulo de experiências (de conflitos, acordos e/ou confrontos) estabelecidas entre as classes operária e capitalista; em que pese a subserviência da primeira em relação à segunda, sobretudo no período fordista-taylorista pós-guerras, em que o dimensionamento das práticas sindicais atrelaram-se de tal forma aos interesses da classe hegemônica que distingui-las dos anseios operários não demonstrava ser tarefa fácil. Estava estabelecido, pois, o pacto social-democrata que sustentaria a relação “amigável” entre as partes.

O que reforça o argumento de que a consciência da classe burguesa ou da “classe média” esteja (e seja, conforme a ocasião) melhor cristalizada do que a proletária, por encontrarem-se mais organizadas na defesa de seus ideais e interesses político-econômicos (HOBBSAWM, 1987, p. 46).

E se, no período fordista-taylorista, o controle e subsunção do imaginário e do *ser* que trabalha, pelo capital, processava-se de maneira mais despótica, no toyotismo é mais “consensual” e/ou manipulatório, justamente por aparentarem ser elementos harmonicamente coabitantes do processo social de (re)produção e de acumulação do capital (ANTUNES, 1998).

Como não poderia ser diferente, esses imperativos acabaram germinando e se proliferando nos sindicatos, que têm sua atuação tramada e restrita no conjunto de valores que compõem o receituário gestado e ossificado pela sociabilidade do mercado capitalista.

Isso significa que sua ação, se, e quando “contudente”, mantém-se incomensuravelmente sedimentada numa *postura defensiva* de preservação dos direitos dos

¹ Mais detalhes, ver: Antunes (1999); Gounet (1999); Moreira (1999).

² Essa situação é também agravada pelo histórico menosprezo e acentuada inferiorização que o gênero feminino recebe, em especial, na sociedade capitalista, que é machista e branca, por excelência (como, por ventura, quaisquer outras características que fujam aos padrões sexuais bipolares arraigados culturalmente na preconceituosa e excludente sociedade do capital). E, nesses termos, se a mulher ganha o tão almejado espaço na sociedade, seja no mercado de trabalho ou na participação em instituições e outros meios antes apenas ocupados por homens, é justamente para que ocorra esse processo de degrado e superexploração do trabalho, que simultânea à diminuição dos gastos sociais, trabalhistas etc., dão o tom às metamorfoses reinantes no mundo atual. Não há, pois qualquer espírito democrático ou humanista a mover esses fatos, mas a velha lógica do capital; sob novos artifícios ou roupagens, entretanto.

³ Cf. BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: Antunes (org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 9-38.

trabalhadores “estáveis” (aqueles com ocupação legal e “permanente”, com carteira de trabalho assinada etc.); enquanto o trabalho parcial, informal, temporário, subcontratado, terceirizado etc., recebe pouca ou nenhuma atenção. Por isso mesmo, a cada instante, encontram-se todos eles mais enfraquecidos, justamente por se prenderem a manifestação epidérmica do fenômeno, criticando (e geralmente apenas criticando) a tendência em curso de desemprego estrutural e se fechando numa redoma de representação da casta dos “estáveis” (embora não se saiba por quanto tempo o serão!).

O resultado disso é a constituição de uma sociedade considerada por muitos autores como *dual*. Dualidade que os sindicatos só fazem reproduzir ao segmentar, e mesmo opor, proletariado e subproletariado⁴.

Ademais, cabe ressaltar que uma multiplicidade de fatores, como: a falta de capacidade das lideranças de traçar metas a médio e longo prazos; a crise política de identidade-representatividade e “esvaziamento” qualitativo e quantitativo do número dos filiados; a legislação vertical corporativa; o dimensionamento/assentamento das reivindicações *unicamente* no plano parcial da circulação (quase sempre, luta por aumento salarial); aversão dos dirigentes sindicais a outros movimentos político-sociais; a transmutação da multifacetada identidade corporativa (profissional-setorial) em “corporativismo” de cunho nacional, gerando uma “identidade interclasses nacional” que tenta levar a contradição para o nível “inter-nacional”⁵, entre tantos outros fatores, contribuíram sobremaneira para que os principais instrumentos de luta da classe operária perdessem para o esquecimento sua própria razão de *ser*. Ou seja, os instrumentos e armas de luta para a libertação operária sucumbiram-se diante dos mecanismos de gestão e ordenamento sócio-territorial mantidos sob a égide do capital; diga-se, totalmente absorvida, nas palavras de Mészáros, pelo sistema de mediações de segunda ordem, que se mantém às custas de elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico⁶.

Assim, o *meio* torna-se *fim*, quer dizer, o fato da “ofensiva” de os trabalhadores organizados sindicalmente (suas agitações, paralisações, embates etc.) vislumbrarem *somente* melhorar as condições imediatas da (sub)existência dos despossuídos dos meios de produção, o que se consubstancia por meio de longas discussões e concessões (de ambas as partes), faz com que seja “esquecido” seu *papel estratégico* de aglutinador, mobilizador, *símbolo de potência revolucionária* e trampolim para a transformação radical da sociedade, via derrocada do capital.

Esse “desvio de rota” contribuiu, paradoxalmente, para que os sindicatos se tornassem um braço da classe capitalista. Sua função seria então de *cooptar e adestrar os trabalhadores*, inculcando-lhes o fetiche do *espírito da empresa*. Em troca, tais lideranças, componentes do *staff* administrativo sindical, gozariam das vantagens materiais e imateriais de serem

⁴ Antunes aponta a vulnerabilidade da prática predominante de: “intensificação da tendência neocorporativa, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado aos sindicatos, contra os segmentos que compreendem o trabalho terceirizado, parcial etc., o que denominamos subproletariado”, considerando-a como extremamente prejudicial à própria organização sindical (ANTUNES, 1998, p. 64). Já Huw Beynon classifica os sujeitos sociais inseridos nessas “novas” relações de trabalho, expressivos na década de 90, como “trabalhadores hifenizados”: como os trabalhadores em tempo parcial (*part-time-workers*), os temporários (*temporary-workers*), aqueles com emprego casual (*casual-workers*) e por conta própria (*self-employed-worker*). Mais detalhes: BEYNON, *op. cit.*, p.18.

⁵ Com a intensificação desse fenômeno, fica cada vez mais patente a fragmentação operária, unida abstratamente sob preceitos e “interesses nacionais”, que só tem contribuído para a disseminação de movimentos xenófobos, racistas, anti-migratórios etc., em todas as partes do mundo, notadamente nos “países centrais”, preocupados com a preservação cativa do mercado de trabalho interno, ou pelo menos, os melhores postos, para “os filhos da pátria”.

os intermediários nesse *negócio*, haja vista que práticas clientelistas de cooptação social estão longe de serem aberrações momentâneas a abalar a consciência classista. Aliás, como demonstra Martins⁷, essas são práticas comuns na história da formação/conformação social brasileira.

Estão, com isso, incumbidos os sindicatos de evitar consternações que venham infringir e fugir do controle da classe hegemônica; agindo como se fossem *cães de guarda* do capital.

Essa passa a ser, então, a feição assumida pelos sindicatos. Inexistir simplesmente de nada serviria aos trabalhadores e muito menos ao patronato.

A questão que deve ser posta não é somente se há ou não necessidade histórica de fortalecimento⁸ do aparato sindical para que esse conduza as classes oprimidas à suplantação do sistema. Mas muito mais a de quem está e estará a serviço, qual a sua razão de ser.

Muito mais do que à classe operária, o aparato sindical passou então a servir prioritariamente aos capitalistas e sua gerência administrativa. E o substrato de sua existência legal-institucional repousa, agora mais do que nunca, em terreno limitado e gerenciado pela burguesia, que planifica os limites e a abrangência de suas ações, (geo)grafando-as *burocrática e territorialmente*.

Essa situação foi responsável por uma brutal reviravolta na tendência de progressiva sindicalização em curso desde a década de 80, já que, a partir desse momento, verifica-se um decréscimo efetivo nas taxas de sindicalização, ou seja, na relação existente entre o número de sindicalizados e a população assalariada, causando o processo conhecido por *dessindicalização* (ANTUNES, 1998, p. 68).

É *nessa ordem* que os sindicatos mudam. E mudam para *manter a ordem*. Contribuindo para que se desenvolva, de acordo com Antunes (1998, p.148):

[...] o sindicalismo de participação em substituição ao sindicalismo de classe. Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim os elementos básicos do complexo movente do capital.

O que faz com que o controle social da produção e reordenamento sócio-territorial coletivo, outrora componentes centrais dos interesses classistas do proletariado, fundados basicamente em preceitos socialistas e comunistas, sejam utopias consideradas hegemonicamente como arcaicas, sepultadas com os últimos dinossauros da era das revoluções, visto que: “*O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a concertação*” (idem: 149). Afinal de contas: “não dá para se negar a história: o ‘muro’ caiu!”. Desconsiderando-se que, na verdade, o “muro socialista” nunca fora erguido e talvez nem venha a sê-lo, se acreditarmos que sua concretização se efetive sem romper com o sistema de metabolismo social do capital. Em suma, que seja capaz de destruir os “muros” existentes, ampliar a igualdade dos direitos e extinguir toda e qualquer espécie de privação, hierarquização do trabalho e segmentação social.

⁶ Essas idéias foram referenciadas em (ANTUNES, 1999, p. 20), que as extraiu de (MÉSZÁROS, 1995), mais precisamente, do original da obra “Beyond Capital”. Londres: Merlin Press, 1995.

⁷ O autor afirma que o clientelismo consta como o componente central do jogo das mediações reprodutoras da politicagem que apraz grande maioria de nossos representantes políticos, pois abraçados pelo poder privado, confere legitimidade aos seus anseios e práticas (MARTINS, 1994).

⁸ Os sindicatos historicamente demonstraram que, quando fortes, também podem favorecer os empregadores, pois se moderados em suas posições e considerações, acabam atuando em favor da reestruturação econômico-empresarial, sendo de

Isso nos faz refletir a respeito do controle exercido sobre os sindicatos, pelos órgãos de repressão, inteligência e controle estatais, e que, apesar de ser verdade, durante muitos anos também serviu de alibi para o exercício do controle dos sindicatos sobre os trabalhadores, com efeitos profundos sobre a classe. Ainda que esse assunto mereça atenção especial e demande o espaço de outro ensaio, aqui assume o papel de estimular a reflexão principal em apreço nesse artigo.

Fica patente assim, que aquele *novo sindicalismo*⁹ da década de 80, cuja importância maior foi ter dado continuidade ao sindicalismo rural precedente e de se expressar preponderantemente em forma de explosões de greves urbanas¹⁰, além de contribuir para o surgimento de organizações operárias – como a CUT criada em 1983 – perde “terreno” no final da mesma década, adentrando a de 90 des(re)figurado, até atingir o modelo de formatação atual. É fato que cada vez mais se apresenta, na grande maioria dos casos, como sendo de difusão de uma postura “conformista-desenvolvimentista” de resignação à ordem e co-participação com a “casa-empresa” e com a “família-capital”, tão bem expressa, por exemplo, pela Força Sindical, surgida em 1991 no contrafluxo do *novo sindicalismo*; um processo, aliás, ao qual a CUT já começa a presenciar (ANTUNES, 1998, p. 152-153).

A própria CUT, nesse sentido, passa a se enfraquecer internamente, devido às oposições ideológicas existentes, visto que, de um lado, se presencia uma tendência à articulação (representada no setor da Articulação Sindical) e enquadramento nas diretrizes postas e, de outro, se tem a esquerda socialista (composta pelo setor sindical do PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, pela Corrente Sindical Classista e pela Alternativa Sindical Socialista), de claro matiz anticapitalista¹¹.

Assim encontra-se *geografado* o “território legal” do movimento sindical, pois as *marcas* sociais hegemônicas que comandam a reprodução do metabolismo societário, mais do que expressas pela paisagem empírica, encontram-se fundamentadas e sustentadas por uma rede de sanções legais que, pela via opressiva e repressiva, ditam os “direitos” e as regras a serem seguidas. E as leis, enquanto marcas sociais estabelecidas para as sociedades, são os mecanismos imateriais assumidos pelo capital para materializar sua lógica. Dessa maneira, as regras, discursos e burocracia, edificados pelos atores hegemônicos, reverberam na materialidade expressa na territorialidade dos lugares, por estarem presentes nas práticas sociais cotidianas e nas formações que se quer que os lugares assumam. Por isso, sustentamos que as práticas sociais são *geo-*

grande valia à classe hegemônica, a ponto de sua existência legal, ao invés de coibida, ser estimulada (HOBBSAWM, 1987, p. 230-31).

⁹ A expressão “*novo sindicalismo*”, embora caracterize como traço geral uma postura político-estratégica de combatividade radical às condições adversas enfrentadas pela classe operária, deve ser posta no seu devido “lugar”, pois, se no Brasil eclodiu na virada da década de 1970, adentrando e atingindo o final da de 1980, na Grã-Bretanha surgiu já um século antes, entre 1880-1890 (HOBBSAWM, 1987). Aliás, na década de 1980, na Grã-Bretanha e, de forma geral, em quase todos os “países centrais”, já se defrontava com essa situação de *dessindicalização* e perda de poder de negociação e intervenção político-social; que no Brasil se manifestaria posteriormente (ANTUNES, 1999).

¹⁰ Segundo Hobsbawm, esse choque operário grevista ocorreu exatamente por ter sofrido forte repressão político-governamental, sendo pois um acúmulo histórico que ora ou outra tenderia a eclodir: “Quando as insatisfações industriais, por uma razão ou por outra, vão-se acumulando sem poder descarregar sua tensão, a explosão conseqüente é quase inevitavelmente ampla e dramática, tanto mais se considerarmos nestas situações a demonstração das lutas iniciais surte efeito espetacular, especialmente quando bem sucedida. O surgimento do movimento sindical de massa no Brasil e na Polônia nos últimos anos ilustra esse feito” (HOBBSAWM, 1987, p. 228).

grafadas socialmente, de forma material e imaterial, enquanto *marcas/grafações* que possuem desdobramentos e se explicitam territorialmente, portanto geograficamente, nos lugares, cabendo à Geografia, nesse sentido, lançar-se na busca pelo entendimento do movimento societário, que explicita paisagisticamente, em sua forma aparente, contudo não apenas na forma empírica, como também de maneira imaterial (leis, decretos, sanções sociais etc.), a essência da lógica societária que perfaz e refaz o espaço social¹².

Nessa seara, os trabalhadores, não importa de qual setor, encontram-se hoje material e psicologicamente dependentes e entregues às vontades do capital, sem qualquer plano/projeto próprio que identifique e defenda sua autodeterminação, quiçá sua emancipação enquanto classe, tampouco qualquer instrumento legal que lhes permita aumentar o poder de barganha diante do patronato e do Estado. Somadas à postura defensiva de suas lideranças, essas práticas apenas reforçam a posição vantajosa do patronato diante das discussões que orbitam a questão emprego e, por via de consequência, a (re)qualificação do trabalho, diante da reestruturação produtiva do capital¹³.

O que nos permite entender o porquê de os trabalhadores ficarem se digladiando entre si, principalmente nas maiores metrópoles brasileiras, pondo seus salários a uma “revisão” (entenda-se diminuição) para que não haja desemprego, pelo menos não o seu, como pensa geralmente cada um deles em particular. A título de exemplo, basta lembrarmos da polêmica em torno da extração das horas-extras e o advento de outros turnos de trabalho (2º, 3º e 4º), conforme setor ou ramo de atividade.

Quando essa condição é “garantida” para todos ou para a maioria, de tão orgulhosos, cantam o hino nacional e fazem festa, como que agradecendo aos céus pelo que ficara acordado com os empregadores, como acontecera recentemente no setor automobilístico paulista; ainda mais agora com a criação do sindicato nacional dos metalúrgicos da CUT, aprovada em março de 2000, com “poderes” para representar 800.000 trabalhadores em todo o país. É sintomática a forte identidade desse projeto de organização e estrutura sindical com o modelo europeu. Depois de ter sido aprovado no III Congresso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) em julho de 1998, agora se faz verdade, mas caudatário de grandes polêmicas internas. Isto é, fez-se apelo à perda de autonomia das 96 entidades sindicais de base, assunto esse revelador dos limites também da estrutura organizativa proposta.

As vezes optam por outra tática: fazem greve de fome, flagelando a si mesmos em praças públicas ou próximos ao local de trabalho, na tentativa de comover o patronato e a opinião pública; humilhando-se e implorando para serem explorados; rogando por preceitos humanitários e de revitalização da identidade nacional para a retomada do desenvolvimento que se encontra impedido por forças e inimigos “externos”.

¹¹ Cf. RODRIGUES, I. J. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, R. (org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicato: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 1999, p.115-29.

¹² Cf. Ribas; Andrade, 1999.

¹³ A esse respeito, ver: Thomaz Jr., A. *Reestruturação produtiva do capital e qualificação do trabalho: os desafios para o movimento sindical na viragem do século XXI*. Presidente Prudente, 2000. (mimeografado).

Faz parecer que o problema está na relação ou posição de inferioridade imposta pelos “países centrais” e/ou pelas instituições que os representam (BID, FMI etc.), conforme a DIT (Divisão Internacional do Trabalho). Como se a solução dos problemas dos trabalhadores e, de maneira geral, da sociedade brasileira, estivesse assentada na orientação de uma política voltada à promoção de um desenvolvimento econômico impositivo ante os demais países, ou seja, a solução à não-exploração *internacional* sofrida pelo Brasil estaria na exploração destes.

A questão de fundo não é identificada no capital, nas contradições que lhe são inerentes; mas na posição que se assume nas relações hierarquizadas mundialmente. Assim: “é preciso explorar para não sermos explorados!”. Assume-se um discurso que só ofusca a essência do capital, fortalecendo interpretações e imaginários sociais que distanciam ainda mais os trabalhadores da posse material e imaterial daquilo que produzem, do mundo de que participam e de qualquer conhecimento das formas de como dele participam, causando inversões interpretativas simplistas que fazem o operariado e a classe trabalhadora darem voltas em torno de si, sem sair do lugar.

Esse é, a grosso modo, o quadro das táticas passivas ou auto-destrutivas lançadas pelos trabalhadores, sindicalizados ou não, ou, mais especialmente, suas entidades de representação sindical. Poucas são as ocasiões em que estes se negam à condição de subserviência e adotam uma postura ofensiva ante a classe capitalista. Práticas cada vez mais raras, apenas pontos pequenos na imensidão da fila dos desempregados; uma fila que só se amplia e, ao fazer isso, diminui o poder de negociação dos trabalhadores, por serem facilmente substituíveis.

Qualquer tentativa de romper essas amarras e de se organizar para demarcar novos territórios e perspectivas para os trabalhadores, deve caminhar passo a passo com a necessidade de se repensar um projeto tático-estratégico para o movimento sindical, já que suas lideranças e associados não podem ficar acomodados e à revelia do processo de produção e reprodução social e sim intervir de maneira eficiente nessa processualidade.

Isto é, o que traz à luz, por exemplo, a questão da necessidade de enfrentamento com os aparelhos estatais que institucionalizam os interesses do capital, por meio de sua transubstanciação e codificação em leis, configurando-se nesse processo como seu “fiel escudeiro”¹⁴. Atua, nesse sentido, para que a voz proletária ganhe eco, para que não fiquem ou se sintam mudos diante da realidade, *forçando* os governantes a reconhecerem seus anseios e direitos, até que, em momentos ulteriores, essas próprias instituições possam ser superadas.

Assim, uma (re)organização contra-hegemônica da classe operária, por meio dos sindicatos e de uma atuação mais incisiva de suas lideranças oposicionistas, põe-se como uma condição *sine qua non* a ser perseguida pela vertente sindical, visto que, se bem utilizados (a favor dos trabalhadores), podem, como bem demonstra a história, se consubstanciar em um importante instrumento na construção de novos alicerces estruturais, de uma plena democratização da sociedade.

¹⁴ Hobsbawm, tratando da organização sindical do operariado britânico, em fins do século XIX, afirma que foi justamente a fermentação e intensificação da organização operária em sindicatos que levou o Estado a intervir, criando agências específicas para reger as disputas que gravitavam sobre a centralidade do mundo do trabalho (HOBBSAWM, 1987, p. 225). Uma verticalização maior sobre o papel dos aparelhos de Estado na ordem capitalista pode ser realizada nas obras de: Lênin (1983); Bobbio (1982).

Para tanto, algumas questões nucleares devem ser tocadas, visto que (re)discuti-las pode significar uma forma de se diminuir potencialmente os erros outrora cometidos.

Por isso, urge buscar a horizontalidade sindical, avançar no campo minado da conscientização proletária alienada e não apenas dos empregados, que cada vez mais o são por períodos sazonais e estados empregatícios informais, ou seja, à revelia de regulamentação trabalhista estatal. Põe-se a agir coletivamente com outros movimentos sociais (feministas; ecológicos; étnico-culturais, como os indígenas etc.), pretextando rediscutir projetos de construção de uma nova sociabilidade e assumir postura política vinculada à transformação da estrutura e funcionalidade do “corpo social”. Eis algumas das muitas questões que devem ser postas à mesa para discussão e, mais que isso, na *ordem do dia* com o *status* meritório de futuras pesquisas.

3. A Inclusão dos Excluídos e a Inserção do Trabalho Indígena no Processo Produtivo

O universo sindical porta deficiências que não apenas limitam sua atuação, mas que o faz transparecer como produto de manobras que favorecem, em última instância, à classe hegemônica, que, aliada aos aparelhos estatais, impõem as regras do contrato social, pelo *consenso inconsciente*, à toda a sociedade. Está-se diante de um “jogo” que a qualquer momento pode ser reformulado/reinterpretado, já que não há regras aos fazedores ou mesmo os institucionalizadores destas. Daí o porque de Bobbio (1982, p.22) ter considerado os aparelhos de Estado como “*o comitê da classe dominante*”

Por isso, da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), regimento planificador e normativo das relações sociais do universo do trabalho brasileiro, ser tardiamente estendida ao meio rural, por volta do fim da década de 50, ou mais precisamente nas dos anos 1960, época em que ocorriam sérios conflitos no campo brasileiro que pleiteavam a regulamentação das relações de trabalho (além de reforma agrária etc.)¹⁵. Enquanto no meio urbano, desde 1942, via decreto do governo Vargas, já se conhecia as mediações legais-institucionais dessa temática.

A falta de pressa à sua extensão ao campo, redundava tanto do fato de este ser historicamente controlado por oligarquias regionais (MARTINS, 1994) que ditavam, e ainda ditam, as “leis” locais, podendo ver com maus olhos e como um afronte, qualquer interferência da esfera governamental, como pelo fato de esta ser a fórmula em que a expansão do urbano se encimava para se desenvolver a passos largos, via apropriação da riqueza social produzida no campo e integrada, sob condições inferiores, ao circuito capitalista de troca, distribuição e consumo.

Além do que, a expansão legal da “rede sindical” não reverberou de maneira significativa para que fosse materializado seu cumprimento oficial, comparecendo mais como um artifício de consentimento burocrático-governamental face aos interesses e reivindicações emanadas de determinadas camadas sociais, do que um elemento imparcial e efetivamente regente das relações de trabalho existentes no campo brasileiro, capitaneado pelas oligarquias que elegem suas “próprias leis” ou então cooptam aqueles que ocupam postos legais-institucionais em órgãos e repartições públicas; isso quando não as ocupam diretamente (MARTINS, 1994).

¹⁵ Cf. Medeiros, 1985 e 1989; Ricci, 1990 e 1992; Thomaz Junior, 1997.

Nesse sentido, ainda hoje prevalecem, no meio rural brasileiro, práticas antigas de mandonismo regionais, representadas nas figuras dos oligarcas ou *coronéis modernos* (a burguesia agro-industrial e seu *staff* administrativo) que submetem e estabelecem, pela força coercitiva, as normas das relações de trabalho, tornando comuns práticas de clientelismo e escravidão que conformam o aspecto *sui generis* da formação social brasileira, em que relações arcaicas se plasmam a modernas, dando os “novos” contornos dos ditames da acumulação, exploração e aviltamento social.

Daí, o motivo desses atores sociais hegemônicos revigorarem práticas de escravidão de trabalhadores numa “formação social de quinhentos anos de história” e, mais que isso, se discriminar a “Geografia”¹⁶ das formações sociais anteriores (sua organização e interpretação sócio-territorial do “cosmos”), desprestigiando-as e inferiorizando-as, teórica e tecnicamente, àquelas “verdadeiras”, ainda hoje reproduzidas e projetadas como melhores pelo foco dos óculos das classes hegemônicas dos “países centrais”.

Nada com o que se espantar então, já que a própria “nação brasileira” foi gestada a partir de genocídios, isto é, erigida sobre cemitério indígena. Práticas historicamente tão corriqueiras que na sociedade capitalista contemporânea ainda demonstram utilidade, por servirem de meios à acumulação.

Após séculos de extermínio, escravidão, re(des)territorialização, (re)agrupamento e (re)aldeamento etc., os índios “enfim”, “*ganham um lugar ao sol*” enquanto trabalhadores aptos a “desfrutar” (quase sempre unicamente em desejos) do mercado de trabalho e consumo, isto é, do sistema do capital. “Inseridos” pela porta dos fundos na sociedade capitalista, desvendam paulatinamente a falta de regimento e proteção efetiva nos locais de trabalho e, de forma geral, na sociedade como um todo.

Quanto aos sindicatos, esfera legal (representativa?) “incumbida” de resguardar a legitimidade e direitos trabalhistas, expressam suas limitações práticas ao deixar totalmente livres e imunes a *práxis cotidiana*¹⁷ hegemônica (e não apenas a dos atores sociais hegemônicos), sem qualquer poder de reação frente a isso. O que, por conseguinte, acaba por “ensinar” aos índios que qualquer tentativa mais consistente de ver melhorada sua situação social, deve indubitavelmente partir de si mesmos, de sua(s) *identidade(s) cultural(is)*.

Nesse contexto, a *identidade cultural* precede e substitui a *identidade de classe*, existindo, de imediato, uma identidade aglutinante que é fruto de um passado “comum” e, conseqüentemente, de problemas também comuns, por todos vivenciados.

¹⁶ Empregamos aqui o termo *Geografia* apenas para demonstrar, de maneira ilustrativa, que a formatação organizativa e estruturante de outras sociedades, como as indígenas, possuem uma lógica social, segundo a distribuição e arranjo geográfico da aldeia, de suas moradas e construções materiais e imateriais exercidas no meio. Obviamente que empregamos um discurso e uma categoria científica que não fazem parte do vocábulo desses povos, e que podemos também correr o risco de sermos considerados impositores de nossa visão, interpretação e classificação sobre a realidade que não nos pertence, como o fizeram e continuam a fazer as classes dominantes ainda na contemporaneidade. Por isso, deixamos claro que essa nomenclatura não visa diminuir a interpretação e os signos criados pelos indígenas, por substituí-los, mas tão somente demonstrar que as formas de organização e reprodução sócio-territoriais desses povos, tais quais as “nossas” (impostas hegemonicamente, todavia), também possuem uma lógica histórico-espacial.

¹⁷ Sobre esse conceito: Kosik, 1995.

Ainda que desse passado, basicamente, só reste a identidade pela memória das conseqüências nefastas de sua expropriação e subjugação à ordem dominante, sejam talvez estas condições o único elo em que se apegar para lutar.

Por isso, apesar da situação precária de estada e trabalho de milhares de índios nas destilarias sulmatogrossenses (e que muitas centenas ainda vivenciam) e de sua recente inscrição no quadro de filiados, após anos de pressão da Promotoria Pública, entre outros órgãos e entidades (como o CIMI, por exemplo), não se presencia uma atuação significativa dos sindicatos em sua defesa¹⁸, ainda que colaboracionista, como os “*sindicatos de participação*”, como aborda Antunes (1995). O que incita os índios a buscarem outras formas para se organizarem, não apenas regionalmente, mas nacionalmente.

O CAPOIB, organização eminentemente indígena, tenta à duras penas desempenhar esse árduo, porém, significativo papel.

Há também outras organizações heterogêneas que buscam defender as minorias (no sentido político-decisório), como “Brasil: 500 anos de resistência Indígena, Negra e Popular”¹⁹.

Organizações estas que acabam sendo uma recorrência da situação em que se encontram, por exemplo, os índios nas destilarias de cana-de-açúcar, especialmente as do Mato Grosso do Sul, onde a mão-de-obra indígena é comumente requisitada a prestar seus serviços.

Uma delas, a DEBRASA (atual Usina Brasilândia Açúcar e Álcool Ltda.), localizada no município de Brasilândia/MS, passou a empregar a mão-de-obra indígena desde o início da década de 90 e as resistências sociais encontradas não tinham nos sindicatos seus maiores representantes – talvez porque os trabalhadores indígenas até bem pouco tempo (cerca de dois anos) ainda não eram oficialmente sindicalizados. Mais que isso, ainda não contribuíam com a *taxa sindical*, segundo os parâmetros institucionais da CLT, o que dificultava seu *reconhecimento oficial* enquanto força de trabalho, tanto pelos patrões como pelos sindicatos; embora, na prática, já o fosse até escrava!

Desfrutando da vulnerabilidade e limitações sindicais, os empresários prosseguiram o recrutamento indígena para o corte da cana. Motivos para isso incluíam desde: a) o baixo preço dessa força de trabalho; b) a precariedade da situação de existência dos indígenas (nas aldeias), que exigiam emprego como uma forma de “garantir” sua sustentabilidade; c) a ausência de proteção sindical desses (novos) sub-proletários e, em nível mais amplo; d) desinteresse das agências estatais de resguardar seus direitos sociais, já que isso implicaria ir na contramão do capital; pior ainda, implicaria entrar em contradição com a sua própria razão de ser²⁰.

Se já não bastasse a fragmentação social e técnica do trabalho, unida pelo capital na esteira fordista-taylorista do processo produtivo global, os trabalhadores e os sindicatos ainda têm que se deparar com a trama restritiva tecida pelos órgãos estatais, que lhes amputam a melhor

¹⁸ Faz-se necessário ressaltar que, no Mato Grosso do Sul, os cortadores de cana-de-açúcar estão sob a área de atuação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Açúcar e Álcool de Rio Brilhante.

¹⁹ Pudemos participar, em 27 de agosto de 1999, de uma das reuniões desse movimento social. Esta foi realizada em Brasília, um dia após a “Marcha dos 100 Mil” e sua pretensão é exatamente de buscar intervir na sociedade para a ampliação dos espaços de construção de uma nova sociabilidade: democrática e multirracial. Daí as presenças de negros, índios e de partidos políticos, por exemplo.

²⁰ Sobre as condições sociais que impelem os índios a realizarem migrações sazonais e se submeterem ao trabalho nas destilarias e carvoarias no Estado do Mato Grosso, bem como a superexploração, maus tratos e perdas culturais que acompanham esse processo, ver: Ribeiro (1999); Lima e Ribeiro (1999).

perna. Pernetas, nessa caricatura, são lançados às correntes do capital, pois à margem delas não podem mais ficar.

Legalmente, os sindicatos possuem jurisdição para atuar apenas em nível municipal, segundo categorias ou ocupação funcional específica, preservados os pilares da unicidade sindical, o que faz com que os trabalhadores estejam segmentados corporativamente nos sindicatos dos químicos, condutores, rurais, alimentação, com conformações diferenciadas dependendo do Estado e de regiões (THOMAZ JÚNIOR, 1996). Na prática, essa postura não tem outro sentido, senão o de fragmentar o poder político, de negociação e de identidade proletária.

Por seu lado, o capital, senhor supremo da situação, possui um estratagema do processo produtivo e mercadológico global, já que seu raio de ação não possui limites sócio-político-territorial predefinidos. Isso permite ao Grupo José Pessoa, proprietário da DEBRASA, por exemplo, ter uma visão abrangente e integrada dos negócios e de suas necessidades imediatas e secundárias, reproduzindo e ampliando sua hegemonia sobre os trabalhadores, dispondo de um aparato técnico-científico-informacional que o capacita a gerir e operar suas unidades produtivas espalhadas pelo território nacional (não apenas na “região” Centro-Oeste como também no Nordeste) de forma inteirada e sintonizada com o mercado.

A *substituição da identidade proletária pela “identidade corporativa”*, na prática, existente somente enquanto luta imediata, com o pretexto da melhoria das condições salariais e de emprego, dissolve-se quando a disputa deixa de ser travada com o capital e passa a se dar entre os próprios trabalhadores, no caso, envolvendo discussões sobre a diminuição dos postos de trabalhos ou o desemprego propriamente dito.

Ao lado dessa *identidade corporativo-categorial*, que tanto fragmenta e estagna o proletariado, está a *municipalidade da representação sindical*, que faz dos limites municipais o cativeiro das práticas sindicais.

Cerca-se, assim, por todos os lados, a ação sindical para mais facilmente domesticá-la, com o fito de se ampliar as “fronteiras” de ação do capital. Um cenário em que a rede sócio-institucional estatal comparece como decisiva para o ordenamento político das partes envolvidas. O que, conseqüentemente, se desdobra em capacidades diferenciadas de gestão e intervenção territorial (THOMAZ JÚNIOR, 1998).

Por essa fórmula, o capital se reconhece e se reproduz na razão direta da totalidade do empreendimento sucro-alcooleiro. Já o sindicato, enquanto identidade local profissional/funcional/categorial, demonstra seus limites e distanciamento tático-estratégico junto dos trabalhadores, pelo fato de estar aprisionado a ações micro-políticas prescritas no receituário burocrático, que institucionaliza as fronteiras municipais como território corporativo do trabalho.

As raízes sindicais fincam-se, então, no solo árido do economicismo e dos setores e ramos econômicos, arraigando-se a lutas imediatistas que, por extensão, desenvolveram na classe operária aquilo que Marx denomina de *consciência para si*, favorecida simultaneamente pelo aprisionamento e esfacelamento sindical.

Tal fenômeno permite ao capital, além de se esparramar à revelia das fronteiras municipais como mancha de cana plantada, por exemplo, requisitar elementos produtivos de

qualquer ordem e lugar, como matérias-primas e mão-de-obra oriundas de qualquer região do país (e não apenas do município!); o que, para a força de trabalho, não se apresenta nem enquanto possibilidade legal (THOMAZ JÚNIOR, 1998).

Com isso, os aparelhos de Estado põem a reboque os sindicatos que, enquanto *gaiolas* de distinção profissional circunscritas aos municípios, melhor desempenham a função premeditada (pela burguesia) de *domesticação e encurralamento da classe operária*, que ficam à *margem* de iniciativas eficazes que lhes permitam desenvolver uma “leitura” global do processo produtivo em que se *inserem*.

Alienados em todo o processo, os trabalhadores têm objetiva e subjetivamente fracionada sua capacidade de apropriação material e imaterial do que produzem, na medida em que se reproduzem, por serem “distanciados” seja dos produtos que elaboram, da processualidade em que estão inseridos, ou ainda de sua identidade operária e do sentido social do seu trabalho, não se vendo/reconhecendo no semelhante: o “profissional” do outro setor²¹.

Ao não compreenderem a lógica desse quebra-cabeças que compõe a “esteira produtiva”, agem enquanto um momento “desconexo” e parcelário da produção, ratificando indireta e inconscientemente os interesses do capital.

Portanto, sindicatos e trabalhadores, unidade dividida e estranhada na relação social, cumprem um papel de coadjuvantes no processo político-decisório da sociedade ao aceitarem a ordem instituída passiva e silenciosamente. Isso quando não se opõem a aspectos fenomênicos do processo, *finalizando a luta* em sua *aparência primária*, sem um projeto estratégico contra-hegemônico mais consistente.

Amarrados à legalidade, presos e direcionados à negociação individual por empresa/município, enfraquecidos pela perda do número de filiados – exatamente por seu poder interventor depender dos impostos ou taxas arrecadadas, num momento histórico de forte desemprego, flexibilização e precarização das relações de trabalho –, dão seu “último” suspiro na ânsia de acreditar ser, a solução, mera luta por manutenção dos postos de emprego. Mesmo que para isso tenham de abrir mão das ideologias e estratégias revolucionárias mais amplas, como de outras necessidades sociais mais imediatas e não apenas restritas às “conquistas” no local de trabalho.

Assim, a estratificação da classe operária é um dos aspectos marcantes no mundo contemporâneo. Trata-se de um fenômeno que remonta e que se avoluma com a intensificação da expansão das condições criadas pela revolução industrial, influenciando os estilos de vida, a cultura e os movimentos característicos da classe operária, atingindo a localização e as construções das cidades, entre outras dimensões da existência social (HOBSBAWM, 1987, p. 256), fazendo se disseminar o sistema de valores da burguesia industrial, que os impõe sem maiores resistências, sob certos aspectos, ao extravasar os portões das fábricas, cimentando-se enquanto um modo de vida generalizado e intrinsecamente atrelado à subjetividade do ser social do período conhecido como moderno.

²¹ Em outro texto, tivemos oportunidade de analisar com mais profundidade esse assunto. Consultar: Thomaz Júnior, 1996.

Cria-se, dessa maneira, uma clivagem e hierarquização entre os operários (que incorporam as falsas identidades e valores ditados pela burguesia); advinda do surgimento de uma “aristocracia operária” (operários de classe média baixa), que se vê (e, muitas vezes, é aceita) como superior e descolada do conjunto da classe operária.

Todavia, os sindicalizados e suas lideranças devem marchar no contrafluxo da onda alienante, destrutiva e fragmentadora causada pela especialização funcional e pelos ganhos diferenciados resultantes, para que as diferenciações profissionais e por *status* intraclasses possam ser evitadas, como, por exemplo, em relação aos bens materiais adquiridos (casa, imóveis, instrumentos de trabalho etc.), que só fazem alimentar o individualismo e o consumismo banal²².

Brasilândia, por enquadrar-se nesse cenário, cujos traços são globais e não apenas anomalias de uma possível ingerência da classe hegemônica regional, revela as mesmas características, essencialmente no que tange ao seu aparato sindical base, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Açúcar e Alcool de Rio Brilhante. Não obstante, seus desdobramentos são diferenciados, porque ossificados sobre uma força de trabalho que política e culturalmente possui outras especificidades. Trata-se de grupos indígenas: talvez os “últimos dos moicanos” a comporem e se submeterem diretamente (porém não sem resistência) aos parâmetros normativos que regem a funcionalidade acumulativo-reprodutor do capital empresarial sucroalcooleiro.

4. A Dualidade entre os Incluídos e os Excluídos. Há lugar para todos na Sociedade do Capital?

Repensar, na atualidade, um projeto de revitalização sindical leva-nos, sem dúvida, a alçar alguns pré-requisitos básicos que garantam sua consecução.

No plano teórico, significa dar um sentido novo às práticas antigas. Significa ver na greve não um fim em si, mas um meio de se efetivarem conquistas imediatas que se revertam para os trabalhadores em forma de melhorias sociais e, em contrapartida, em voto de confiança destes em relação aos sindicatos (BIHR, 1999). Um processo que fortaleça qualitativamente os sindicatos na e pela luta. E que os trabalhadores reconheçam a si mesmos no projeto sindical, vendo neste a extensão de seus desejos e utopias.

A greve, dessa maneira, diferente do que hegemonicamente a classe dominante apregoa: um meio de interrupção da ordem social e causadora de transtornos à sociedade como um todo e de desemprego àqueles que as promovem – expelindo-se os funcionários que não se identificam com a “família-empresa” – tem um sentido maior. Sua função histórica não se esgotou.

²² Essa questão da distinção interna na classe operária, encimada na posse de artigos de luxo e outros bens materiais, é tratada por Hobsbawm (1987), que, apesar de se referir a Grã-Bretanha de fins de século XIX, acaba por nos fornecer meios para inferirmos sobre os perigos que podem levar a classe operária a se “perder” na esfera da circulação e do consumismo desenfreado, na busca incessante por objetos materiais e pela manutenção da aparência de sua condição de trabalho e de existência social. Por acreditarmos que isso contribui para que a segregação operária, que se verifica em nível corporativo, “desça” para o nível intra-corporativo, e que, qualquer identidade que venha a se efetivar, seja, ou temporária (numa luta “coletiva”/corporativa, quando “todos” se sentem, por algum motivo, ameaçados) ou mera retórica, sem explicitação e comprovação de fato.

Pelo contrário, talvez nunca fora posta em prática de uma forma realmente favorável aos trabalhadores, tanto a curto como a médio e longo prazos.

Entendemos com isso, que a greve tem uma função e consequência efetivamente contra-hegemônica, se interpretada como uma forma de aglutinar, solidarizar, conscientizar e multiplicar a ação da classe operária e dos trabalhadores de forma geral, como tática específica de aglutinar forças enquanto ação anticapitalista.

Elas quebram o marasmo e o conformismo, apesar de que, se desenvolvidas apenas por setores, só fazem fragilizar o processo de negociação/imposição do coletivo dos trabalhadores. Se bem utilizadas, convêm como boa tática, já que provocam uma inevitável ressonância política entre os proletários, reforçando-lhes o “espírito” de solidariedade e a compreensão política da realidade da qual participam. Basta que não sejam vistas, assim como os sindicatos, como fins em si, mas enquanto instrumentos que façam aglutinar e gerar uma nova sociabilidade anticapitalista, pois disto depende o seu sucesso.

Mas a greve pouco vale se estiver divorciada de uma busca pela horizontalização da organização sindical, visto que os proletários também estão fora dos portões das fábricas e, muito mais, estão a interferir nos salários daqueles que dentro dela se encontram, por serem o exército de reserva em plantão. Deve, por isso, ao passo que assumir uma *performance* intercorporativa, buscar a representação da classe proletária de forma emancipatória, portanto, não apegada e restrita aos escassos empregos, de tal maneira que contribua para que a consciência de classe seja (re)construída no cotidiano pelo conjunto da classe proletária (aí incluindo os *sub*-proletários).

Mais ainda, que essa nova organicidade mantenha uma comunicabilidade com outros movimentos sociais: étnicos, raciais, feministas, ecológicos etc. Afinal de contas, aqueles que deles participam também são proletários e sofrem e se opõem, das mais variadas maneiras, ao conjunto de valores morais burgueses, bem como às consequências materiais causadas pelo modo de produção e usufruto privado da “natureza”, além da usurpação dos direitos sociais que acompanham e sustentam todo esse processo.

Nessa seara, significa ter em mente a necessidade atual, por exemplo, dos sindicatos atuarem conjuntamente com os movimentos indígenas, buscando frear, no “Brasil dos quinhentos anos”, a semi-escravidão e a destruição de sua cultura remanescente e ainda ameaçada. Significa juntar esforços e traçar planos coletivos que intercedam na realidade que nos é comum e que, só em nossa mente, se afigura fragmentada e projetada como um mosaico de partes já previamente interpretadas pela classe dominante.

Demonstrar à sociedade que “aquele Brasil” alardeado pela mídia é uma *idéia* fictícia que em nada corresponde à *realidade concreta* das condições sociais nas quais se encontram grande parte da população brasileira. Revelar que as privações sociais e os massacres prosseguem, com sem-terra, índios, negros, mulheres, crianças, pobres, desempregados, etc.

Não há, dessa forma, sentido para que CAPOIB e sindicatos, como o de Rio Brilhante e outros do Mato Grosso do Sul onde se processam trabalho semi-escravo, atuem em separado, se suas pretensões confluírem em prol dos indígenas e dos trabalhadores como um todo. Antes,

significa juntar esforços com outras instituições que já prestam seus serviços à causa social indígena, onde o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) talvez seja o maior exemplo.

O caminho a ser trilhado deve ser o da fusão de esforços e táticas. Com o devido cuidado para que não se percam, no próprio caminho, os ideais primários de tal associação e que representantes burgueses não ganhem notoriedade ao se infiltrarem, com pretensões de dirigir os mesmos, assim buscar uma identidade coletiva que não suprima as diferenças, mas que as torne objeto de análise que, em vez de ocultados, sirvam de elementos vivos ao revisionamento do próprio processo de construção da identidade do coletivo.

Destaque seja feito, por exemplo, à consorciação crescente do movimento *punk*, do movimento de luta pela moradia e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em muitas manifestações pelo Brasil. Uma condição à proliferação de uma consciência de classe tende, pois, a nascer e se fortalecer daí, posto que a potencialidade para esse feito lhe é inerente.

Quando a luta deixa de ser travada entre os próprios proletários e destes com os demais marginalizados pela “civilidade capitalista” – como as que ocorreram envolvendo trabalhadores rurais sem terra que sucessivamente ocupam terras indígenas – as chances de terem melhoradas suas condições de sobrevivência e de luta em muito se ampliam.

Nesse sentido, ao isolamento forçado institucionalmente pelo aparato jurídico-burocrático estatal, deve se opor a alternativa socialista, construída no cotidiano da luta e da militância política.

5. Considerações Finais

A ordem de transformações sociais materializadas, significativamente, neste último quarto do século XX e que estão sendo arrastadas para se intensificarem e extensificarem geograficamente no que está por iniciar-se, dão-nos uma imagem do que pode vir a ocorrer com o que resta de efetivo da capacidade de mobilização, manutenção e expansão dos direitos sociais nos locais de trabalho e em outras esferas da dimensão social.

A contraditoriedade imanente aos instrumentos sindicais deve ser repensada. Não que haja somente uma situação de dubiedade ou bipolaridade mecânico-estruturalista, em que: ou o sindicato se afigura como subversivo (sendo aí a expressão coletiva de interesses proletários), ou como o aparelho do qual a burguesia se serve para manobrar os trabalhadores. Há que se pensar e não deixar ausente dessa reflexão, a dimensão partidária que, neste momento, escapa aos limites deste ensaio, mas dada a importância que assume, é merecedora de uma atenção mais cuidadosa daqueles que se preocupam com a temática voltada à emancipação social.

Reduzir a dialeticidade que envolve e perfaz a situação social da realidade sindical a esses termos, é simplificar e menosprezar por demais a complexidade que povoa a *classe trabalhadora que depende do salário*; vendo essa como um corpo amorfo, incapaz de qualquer ação por si própria e, mesmo, algumas vezes, contrárias aos próprios sindicatos²³.

²³ É interessante notar que a representatividade “concedida” (imposta, na forma de categorias) aos sindicatos não anula toda e qualquer possibilidade de ação contrária a esse, quando por algum motivo, os trabalhadores não se sentem mais por esses

Trata-se de um enquadramento e direcionamento formal de nossa *interpretação e intervenção* na realidade, como se essa só pudesse ser materializada mediante ações restritas aos instrumentos e regras legais (im)postas, reconhecidos e/ou manobrados pela classe político-economicamente dominante (a classe capitalista e os agentes do Estado). Enquanto que, na verdade, as formas de interpretação e atuação na realidade, levadas a cabo pela classe trabalhadora, por mais que se façam confinadas às regras e aparelhos legais, tendem constantemente a escapar, às vezes não sem violência, dessas prerrogativas restritivas que esbarram e se põem como limites à necessidade de satisfação e reprodução humanas.

Tendem, assim, a insurgir da realidade concreta, idéias mais próximas do real, ainda que imediatistas, em alguns casos, que insuflam os trabalhadores a buscar novas maneiras de satisfazer seus desejos renegados pela rede estatal, estendida e identificada também nos sindicatos.

Por isso, a complexidade das relações e mediações sócio-institucionais devem ser “localizadas” nos lugares em que se dão. O que significa dizer que a sua Geografia deve ser traçada, haja vista que a relação capital x trabalho explicita-se diferencialmente nos lugares e nas formas e relações específicas nestes constituídas, ao longo do tempo, portanto detentora de espacialidade. Assim, regiões com grande concentração industrial e de trabalhadores, podem portar uma maior potencialidade de combatividade (e por isso maior consciência e história de luta, como a categoria dos metalúrgicos, no ABC paulista, por exemplo), *tendendo* a favorecer melhores fusões e interlocuções entre os trabalhadores, mesmo que contra os sindicatos. Nessa acepção, o elemento cultural, sedimentado historicamente entre os trabalhadores, presente nas suas mais variadas lutas, tem aí seu relevo.

Daí que a contradição intrínseca aos sindicatos é a expressão da contradição de um sistema que capitania a produção e reprodução material do corpo social por meio de uma relação interdependente e negadora, já que o capital inexistente sem a mais-valia extraída do trabalhador, malgrado negar-lhe a todo tempo, elementos à sua reprodução e as mediações de segunda ordem. Sua disfunção e dualidade operacional comparece, pois, na sua substantivação superestrutural, engendrada e alicerçada sobre as contradições materiais da sociedade do capital²⁴.

Dessa forma, desinteressada e paradoxal, ao tentarem agir em prol da burguesia, as lideranças e conseqüentemente os sindicatos, acabam por atuar e fortalecer a identidade proletária, porque insurgente das necessidades materiais imediatas dos trabalhadores, que não se deixam envolver e ofuscar por todo e qualquer discurso ideológico contrário.

Eis a dialeticidade desse processo, ao pretender alienar e fragmentar, gera oposição e conscientização, em alguns lugares e momentos históricos específicos.

A complexidade inerente a esse processo de reconhecimento, enraizado numa história e meio social em comum, tende pois, a se constituir enquanto elementos aglutinadores, ou ainda, a porta de entrada e o impulsionador à defesa de direitos que contrariam a reprodução

representados. Esse processo vem se intensificando, de maneira peculiar, no Estado de São Paulo, como oposição à flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, no qual os trabalhadores estão se posicionando contra os sindicatos (pelegos), que defendem a “nova” arma capitalista de exploração: o banco de horas.

²⁴ Chauí (1991) aborda essa questão, demonstrando que a aparente desconexão entre o mundo das idéias – representada nas instituições (sindicais, educacionais, religiosas etc.) – e a base material das condições de produção e reprodução da sociedade, são os aspectos fenomenais, ou fetiches ideológicos, que servem para reproduzir, por meio da obscurantização, a própria realidade.

imediatamente do ser que trabalha, considerando a complexa heterogeneidade da classe trabalhadora atual (além de todas as formas clássicas do proletariado urbano e rural, as formas precarizadas, terceirizadas e expressas nas relações informais de trabalho e as inúmeras clivagens que daí desdobram), os sindicatos podem e devem refazer-se para ser um dos instrumentos de emancipação social, centralmente enraizada como *“uma revolução no trabalho, do trabalho e pelo trabalho”* (ANTUNES, 2000, p. 19).

Dessa forma, mesmo enquanto negação dos trabalhadores, não podem ser negados. Sua significância é inegável.

Retomar as partes fundamentais, da articulação das condições de objetividade com suas potencialidades subjetivas, é o grande desafio da revolução do trabalho, o porque de não concordarmos com a tese do fim do trabalho, tampouco com o fim da revolução social do trabalho, como defende Gorender em seu mais recente livro²⁵.

Daí a necessidade de um revisionamento das falhas demonstradas pelas entidades e organizações dos trabalhadores para que se façam delas a ponte entre o ignorado e o possível, pois, os exemplos estão a demonstrar que o silêncio frente a esse contexto só tende a prejudicar os trabalhadores e demais organizações sociais (ecologistas, indígenas, multirraciais, gênero etc.), que agora são chamadas à cena para escrever a história, *marcarem* seu espaço.

Aos sindicatos, personagens também centrais nessa dinâmica, cabem sua revitalização e reorientação classista. Ou vão à luta, ou se enterram na vala da burocracia e dos valores burgueses, sem contar o forte conteúdo e presença da alienação, que representa uma poderosíssima arma da dominação burguesa.

Esse é esse o caminho a ser perseguido.

Cabe ao movimento sindical, na atualidade, ser agressivo e classista sim, e não defensivo e seccional/categorial.

Para além dos desvios maniqueístas, entre a sepultura e a trincheira, um conjunto de desafios se apresenta para os trabalhadores e particularmente para o movimento sindical. Portanto, faz-se necessário um repensar profundo sobre a trama social envolvente, mas que se inspire em referenciais classistas e emancipadores.

O que nos põe a pensar, destarte, que a verdadeira Geografia sindical, com a conseqüente demarcação legal e territorial de suas conquistas concretas (ideológicas e materiais), ainda está por ser realizada. A ela, então!...

²⁵ Cf. Gorender, 1999.

Referências

ALVES, G. A. P. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, G. As dimensões do proletariado tardio. **Revista Debate Sindical**, São Paulo, ano 14, n.33, mar. abr., 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1998.

ANTUNES, R. (org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEYNON, H. **Trabalhando para a Ford**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 1999, p.09-38.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. 2. ed. Tradução Carlos Nélon Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CHAUI, M. **O que é ideologia**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GORENDER, J. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 1999.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1990.

HOBBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JÁCOME RODRIGUES, I. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, R. (org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicato**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 1999, p.115-29.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.

LIMA, E. C. ; RIBEIRO, J. C. O vai-e-vem indígena: causas e conseqüências do vôo das (novas) andorinhas para o capital sucroalcooleiro no Mato Grosso do Sul. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FCT, 1, 1999. Presidente Prudente. **Caderno de Resumos...** Presidente Prudente: FCT, 1999, p.114.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983, p.82-170.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Alpha-Omega, 1975. (Textos Escolhidos).

MATOS, M. B. Trabalhadores e sindicatos no Brasil de hoje: os dilemas da CUT. **Revista Plural**, Florianópolis, n. 11, ago. 1999.

MEDEIROS, L. S. **Reflexões sobre o sindicalismo rural brasileiro**: a CONTAG. Rio de Janeiro, [s.n.], 1985. mimeografado

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**: estudos sobre a sociedade e espaço, Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREIRA, R. **Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho**. São Paulo: CUT/CNM-Integrar, 1998.

MOREIRA, R. **A diferença e a geografia (o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia)**, Rio de Janeiro: [s. n.], 1999.

RIBAS, A. D.; ANDRADE, M. A. Marxismo e geografia: paisagem e espaço geográfico: uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 21, p.103-24, 1999.

RIBEIRO, J. C. Migração indígena para o capital: desterritorialização, conflitos e perdas sócio-culturais no município de Brasilândia. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, Presidente Prudente, **Resumos...** Presidente Prudente: [s.n.], maio de 1999, p.120-22

RICCI, R. **Qual é o problema da estrutura sindical no campo?** São Paulo: [s.n.], 1992. Mimeografado

RICCI, R. Terra de ninguém: o sistema confederativo rural em crise. **Revista da Abra**. Campinas, v. 24, n. 1, p.5-26, 1994.

THOMAZ JR, A. "Um momento, com a palavra o mundo paralelo!". **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v.19, p.24-31, 1992.

THOMAZ JR, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**. (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho na agroindústria sucro-alcooleira paulista)". São Paulo, 1996. 479f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

THOMAZ JR, A. "Leitura geográfica" e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 24, p.31-42, 1998.

THOMAZ JR, A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DEL DESAROLLO EN IBEROAMÉRICA, 1999. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, **Actas...** Santiago de Compostela, 1999.

THOMAZ JR, A. **A. Reestruturação produtiva do capital e qualificação do trabalho**: os desafios para o movimento sindical na viragem do século XXI. Presidente Prudente, 2000. (mimeografado).

THOMAZ JR, A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. **Revista Geográfica**, Bauru, n.17, ago., 2000.

THOMAZ JR, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical, diante da reestruturação produtiva do capital. **Revista Eletrônica do Coloquio Internacional de Geocrítica**, 2 Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>> Acesso em: 18 de outubro de 2000.

THOMAZ JR, A. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.30, n.4, abril de 2000, 20p.

THOMAZ JR, A. A trama societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho. In: **O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização**. Bauru: AGB, 2000, 350 p.

TRABALHADORES rejeitam banco de horas. **Opinião Socialista**, ano 5, n.90, p.4, 24 de fev. de 2000 a 09 de março de 2000.

NOVO SENTIDO DA LUTA DE CLASSES E DO CONTROLE SOCIAL NO MEIO RURAL UMA CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA DO CONFLITO CAPITAL X TRABALHO*

Jorge R. Montenegro Gómez
Antonio Thomaz Júnior

Introdução

Um novo paradigma de compreensão dos problemas do meio rural e de implementação de políticas públicas para tentar resolvê-los vem se consolidando nos últimos dez anos no Brasil. Trata-se de um paradigma que incorpora as novas reformulações econômicas, sociais, políticas e territoriais que o capital apresenta como forma de sair da crise estrutural que atravessa.

Se o horizonte das políticas públicas implementadas no passado era amenizar os problemas associados à denominada questão agrária (frente à impossibilidade de resolvê-los dentro do capitalismo), nos últimos dez anos assistimos à geração de um conjunto de medidas que constroem outro referencial teórico e metodológico com o qual, sustentar a intervenção do Estado no meio rural, significa o que podemos denominar de *questão do desenvolvimento* (MONTENEGRO GÓMEZ, 2001).

Problemas como a concentração fundiária ou a expropriação e exclusão dos trabalhadores rurais, presentes na formulação da questão agrária, tentam, agora, ser resolvidos a partir de políticas públicas de desenvolvimento rural que propõem uma maior integração dos produtores rurais no mercado como forma de solucionar os desequilíbrios estruturais do meio rural.

Sob este novo enfoque, ao mesmo tempo, um dos aspectos principais que revelava a questão agrária, o conflito capital x trabalho no meio rural, perde sua centralidade em favor da construção de um consenso social amplo. A principal mensagem que a questão do desenvolvimento passa através da sua ênfase na participação da sociedade civil na gestão dos programas de desenvolvimento é que a construção de um consenso entre todos os grupos sociais que formam uma comunidade local permitirá um desenvolvimento socioeconômico harmônico e favorável para todos. A generalidade e a *intransparência* desse discurso é a marca de um *novo* projeto de gestão da luta de classes e de referência ao controle social.

Ao longo do nosso artigo mostraremos como a transição da questão agrária, como paradigma de entendimento dos problemas no meio rural, para uma *questão do desenvolvimento*, “liberada” do enfrentamento entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que nega a vigência de um conflito não resolvido (e sim aprofundado), reflete estratégias de controle social funcionais à reestruturação do capital frente à sua crise estrutural¹.

* Esse texto contém as reflexões iniciais da tese de doutoramento “Desenvolvimento em (des)construção: Narrativas Escalares sobre Desenvolvimento Territorial Rural”. Foi publicado na Revista *Ciência Geográfica*, Bauru, V.11, 2005, p. 12-19.

¹ Cf. Thomaz Junior, 2001.

Uma nova trama de relações sociais se apresenta como fundamentação do desenho territorial que expressa *novos* procedimentos de gestão do trabalho pelo capital e pelo Estado, que tanto no campo quanto na cidade revela um novo patamar de controle do processo social mais geral. Assim, a crise que se instala no âmbito do trabalho e toda a conseqüente conjugação de valores objetivos e subjetivos que são redefinidos, não nos autoriza a insistir nos referenciais teóricos que restringem a explicação dos problemas do campo à situação camponesa e/ou do trabalhador rural (assalariado ou não)². Nesse texto nos propomos a refletir essa questão, apresentando algumas evidências dos estudos em consecução, e sobretudo, exercitar um aprendizado teórico com nossos interlocutores.

Vigência do conflito capital x trabalho no meio rural

Tanto as políticas agrárias, base da intervenção do Estado até metade dos anos noventa, como as políticas de desenvolvimento rural que vêm se consolidando desde então, revelam a necessidade de intervir em um meio rural caracterizado pelas desigualdades e pelos desequilíbrios. São 500 anos de uma estrutura fundiária e de formas de exploração e organização do trabalho e da produção profundamente concentrada e injustas³ respectivamente, agravadas mais ainda nos últimos trinta anos em virtude da intensificação da concentração da propriedade da terra e da crescente expansão do capitalismo no campo⁴.

A introdução no campo, a partir da década de 1970, de sistemas de produção altamente intensivos em capital (mecanização, insumos químicos, melhoramento genético das sementes) desestruturou uma grande parte dos pequenos produtores incapazes de se incorporar às exigências da nova matriz produtiva. Hoje, a expropriação, expulsão e exclusão continuam marcando a situação dos trabalhadores rurais⁵ em todo o país. Nem o êxodo rural, que reduziu intensamente no passado o contingente de egressos do campo, nem a introdução de outras atividades no meio rural (industriais e de serviços), conseguem aliviar a crise estrutural que recobre o trabalho no meio rural.

A organização dos trabalhadores em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objetivando melhorar suas condições de vida e de trabalho mediante pressão sobre o Estado, para a implementação das políticas públicas e de reforma agrária e para a construção de experiências organizativas sob critérios mais próximos das necessidades do trabalhador, como são os acampamentos e assentamentos que o MST organiza ao longo do país⁶, nos indica a magnitude do conflito capital x trabalho no meio rural.

² Em textos anteriores tivemos a oportunidade de aprofundarmos essa questão. Ver: Thomaz Júnior (2001; 2002a).

³ Os trabalhos de Fernandes (1999) e Thomaz Júnior (2001) nos oferecem duas aproximações sobre a situação injusta vivida pelos trabalhadores rurais nos últimos cinco séculos.

⁴ O trabalho de Graziano da Silva (1982) revela amplamente as conseqüências da modernização capitalista no campo brasileiro. Em Delgado (1985), Kageyama (1987) e Oliveira (1986), podemos entender com mais profundidade esse assunto.

⁵ Sob esta denominação simplificadora (esperamos que não simplista) estamos considerando tanto os pequenos produtores como os assalariados rurais e os sem-terra.

⁶ O MST está organizado em 23 dos 27 estados brasileiros, sendo Acre, Amazonas, Roraima e Amapá os estados em que não tem implantação.

Vigência e necessidade. A exacerbação dos critérios mercantilistas no meio rural que atingem nos últimos tempos até a política de reforma agrária⁷, com programas como o Banco da Terra, mostra a necessidade dos trabalhadores rurais se organizarem para evitar o agravamento de suas condições de vida e em muitos casos sua desapareição.

Além de vigorar a grande parte das circunstâncias que levaram os trabalhadores a formar o MST em 1984, como resultado de um processo organizativo que nasceu nos finais dos anos 70, atualmente as políticas de desenvolvimento rural que o Estado implementa reforçam os argumentos para justificar um fortalecimento na organização dos trabalhadores e na sua luta contra as imposições do capital embutidas em tais políticas e que os desconsideram.

Sob a idéia de desenvolvimento rural assistimos à uma nova *modernização dolorosa*. O capital, seguindo sua lógica destrutiva, acelera sua reprodução no meio rural mediante as políticas públicas que tentam integrar também os pequenos produtores às normas ditadas pelo mercado⁸. A concorrência aumenta e instaura uma nova seletividade no campo e com ela a exclusão.

O amplo leque de programas que conformam a nova política de desenvolvimento rural, e que substituem a política agrária, tem como alvo uma nova categoria de agricultor que estaria destinado a ser o *factótum* deste novo paradigma para o campo: o agricultor familiar⁹. Esta categoria incorporaria as demandas do mercado, as transformações da matriz produtiva e tecnológica, melhores patamares de educação e saúde, maior aptidão para competir por uma parcela do mercado onde colocar seus produtos, também reuniria a flexibilidade e a formação suficientes para diversificar suas fontes de ingressos (realizando alguma transformação do seu produto, desenvolvendo atividades de turismo na sua propriedade, etc.).

O fortalecimento da agricultura familiar com base nestes parâmetros traz, como afirmávamos, um aprofundamento da concorrência e, paralelamente, da exclusão social no meio rural. Os produtores mais estruturados e com melhores aptidões para adaptar-se à nova conjuntura se convertem na minoria bem-sucedida e privilegiada pela política de desenvolvimento rural, enquanto a grande maioria mal-sucedida (perdedora) se converte em público das políticas paliativas de combate à pobreza no meio rural.

Tudo em função de uma pretendida modernização deste. Até parece que a exclusão é algo inerente à modernização, quando na realidade é a lógica do capital que a partir da desigualdade aprofunda e recria a exclusão dos setores mais desfavorecidos da classe trabalhadora. Com isso não queremos dizer que a exclusão social não contemple a inclusão da maioria dos

⁷ A política que hoje está em marcha com essa denominação, não passa de uma política de assentamentos rurais, portanto, muito aquém de qualquer transformação efetiva na estrutura fundiária e na relação capital x trabalho. Para uma crítica dessa política atual, consultar: Carvalho Filho (2001), Fernandes (2001) e Lopes (1999).

⁸ Além da agricultura de grande escala destinada majoritariamente à exportação que gera lucros e divisas em quantidades elevadas, graças à poderosa política agrícola que a subsidia, a agricultura de pequeno porte está se convertendo cada vez mais em alvo das políticas públicas, através das políticas de desenvolvimento rural, como forma de ampliar a acumulação do capital em uma época de crise.

⁹ Existem várias publicações que se propõem a definir o termo agricultura familiar. Neste sentido, os estudos do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (1996 e 2000) têm aberto um amplo debate sobre esse público alvo dos novos programas de desenvolvimento rural. Para ampliar essa discussão, consultar: Abramovay (2000); Blum (1999); Brose (1999); Lamarche (1998); Medeiros (2001); Veiga (1995 e 1998); Fernandes e Leal, (2002); e as publicações do Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER).

trabalhadores à lógica excludente do modo de produção capitalista e ao próprio processo de valorização do capital¹⁰.

Por ser a política de desenvolvimento rural uma política que mantém as desigualdades no campo, fortalecendo a reprodução do capital ao tempo que aprofunda a submissão do trabalho, constatamos a força com que o conflito capital x trabalho se mantém como paradigma explicativo da realidade que caracteriza o meio rural.

Mas, quais são os principais atributos dessa nova política que mantém e até aprofunda as assimetrias e contradições entre capital e trabalho no meio rural? Existe uma contraproposta elaborada pelos trabalhadores que enfrente essa proposta articulada pelo Estado em função das necessidades do capital?

Gestão territorial do capital x desenho territorial dos Sem Terra

Em 1993, o Banco Mundial (BM) elabora o relatório nº 11738-BR de 27 de maio como encerramento de algumas linhas de financiamento para a agricultura que mantinha em parceria com o governo brasileiro. Nele, depois de reconhecer que a política implementada até então gerou distorções importantes em favor do capital, o BM faz uma série de recomendações ao governo visando a uma profunda mudança tanto nos objetivos como nas medidas a implementar para consolidar uma agricultura com um perfil diferente. O seguinte parágrafo extraído do citado relatório mostra o conteúdo da proposta do BM:

O Banco Mundial vê uma agricultura emergindo no futuro dirigida pela empresa privada, oferecendo oportunidades para novos pretendentes e regulada por um conjunto mínimo e neutro [sic] de intervenções governamentais. [...] O papel ideal do governo nestes casos é o de retirar as intervenções de todos os tipos, exceto aquelas que atinjam critérios bem determinados sobre o que seja bem público, falhas de mercado e proteção ambiental. (VILELA, 1997, p. 7).

A política agrária que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) vai começar a elaborar depois de ganhar as eleições de 1994 assumirá diligentemente estas indicações do BM. A imposição de limites para a atuação do Estado, que se reduz a acompanhar e fomentar a iniciativa privada e a reparar com fundos públicos as falhas produzidas pelo funcionamento do mercado, será a diretriz fundamental da reformulação da política agrária no novo governo. Mas não a única.

Diante de uma situação de forte tensão no meio rural, o governo FHC vai utilizar a elaboração de uma nova política para o campo com o intuito de reduzir o conflito existente. O fortalecimento experimentado pelos movimentos sociais rurais, críticos com a política que vinha sendo implementada se reflete na conquista de programas governamentais que atendem às necessidades dos trabalhadores rurais sem-terra que vão sendo assentados em virtude da pressão exercida frente à passividade e o descaso do governo. Programas de crédito específico para assentados como o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), programas de assistência técnica para os assentamentos, como o projeto LUMIAR, ou programas dirigidos a elevar

¹⁰ A esse respeito ver: Marx e Engels (1984), Mészáros (1996b).

os níveis de educação dos assentados, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), foram conquistados pela luta dos trabalhadores. No entanto, à medida que se consolida uma nova forma de intervenção do Estado no meio rural, os avanços obtidos pelos trabalhadores sofrem cortes e até retrocessos.

Assim, em 1995 nasce o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), que transformado em 1996 no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) irá substituir o PROCERA, dificultando as condições de acesso ao crédito dos assentados em virtude de uma ampliação do crédito para todos os pequenos produtores. O projeto LUMIAR é congelado depois dos resultados positivos alcançados nos assentamentos, fruto do trabalho conjunto entre os técnicos do projeto e o MST. O PRONERA, co-financiado pelo BM, será o programa que vai enfrentar menos interferências, por responder a uma das prioridades do próprio Banco: a melhora, no mínimo no plano estatístico, dos níveis de educação.

A progressiva consolidação de uma política de desenvolvimento rural se constitui, então, em um poderoso instrumento de ataque aos movimentos sociais, ao recortar suas conquistas, contrapondo medidas que, ao priorizarem a individualização do trabalhador rural sem-terra, desestimulam sua necessidade de organizar-se na busca de uma real melhora de sua qualidade de vida e de suas expectativas como produtor rural. A contundente avaliação de Carvalho Filho (2001) sobre o Banco da Terra, programa “estrela” da nova política, nos serve para ilustrar uma face importante do que em palavras tomadas da citação anterior do relatório do BM sobre a agricultura brasileira deveria ser um “conjunto mínimo e neutro [sic] de intervenções governamentais”:

O fato é que o Banco da Terra tem o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados — especialmente, deslegitimar o MST — atuando diretamente no âmbito econômico dos trabalhadores desorganizados. Assim, provocaria mudanças na correlação das forças políticas e ideológicas envolvidas na luta pela terra, beneficiando os interesses dos latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais. As invasões seriam retidas, os latifundiários receberiam dinheiro à vista por terra e benfeitorias, e os trabalhadores ficariam sob o domínio das oligarquias locais, liberadas do respeito à função social da propriedade rural [...] A reforma agrária e o desenvolvimento rural com base na agricultura familiar fazem parte da retórica. (CARVALHO FILHO, 2001, p. 223).

A proliferação de programas que vão surgindo sob as novas diretrizes¹¹ (intensa mercantilização da dinâmica rural e acirramento do embate com os movimentos sociais), terá, em 1999, uma proposta de articulação com base em um plano de maior alcance. Assim, em março desse ano foi divulgado o “projeto de reformulação da reforma agrária”, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário, intitulado: *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural. Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado*, e difundido como a “Nova Reforma Agrária” ou o “Novo Mundo Rural”. Trata-se de um documento, ainda em discussão, mas que representa a proposta mais completa até o momento de uma política de desenvolvimento local para o meio rural¹².

¹¹ Para uma visão crítica dos programas que conformam a nova política de desenvolvimento rural ver Montenegro Gómez (2002).

¹² Na segunda metade de 2001, nasce, também como o caráter de documento de discussão dos rumos a seguir para construir uma estratégia de desenvolvimento no meio rural, um estudo coordenado por J. E. da Veiga dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Núcleo de Estudos

Com base na agricultura familiar, que “tende a exibir um perfil essencialmente distributivo [...] [e] traz imensas vantagens comparativas sob o prisma ambiental”, se constrói uma proposta baseada em estratégias de desenvolvimento local, portanto, alternativa ao modelo de desenvolvimento baseado na agricultura patronal, que segundo o documento “encontra-se em crise” (BRASIL, 1999).

O escopo da proposta se coloca, reforçando as propostas dos últimos anos, na integração do agricultor familiar ao mercado, melhorando para isso seu acesso à educação e a terra e submetendo todo o processo, desde a aquisição da terra até a comercialização dos produtos, agrícolas e não-agrícolas¹³, às leis do mercado:

A proposição central do programa tratado neste documento é a de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, *não necessariamente agrícolas* (BRASIL, 1999, grifo nosso).

O meio rural, na concepção do projeto, deixa de ser apenas um espaço de produção agrícola para consolidar-se em um espaço “pluriativo”, sendo contempladas, também, sua dimensão de espaço de residência, de serviços e patrimonial. Como podemos observar, o meio rural é concebido desde um ponto de vista mais amplo, que integra todos os setores econômicos e prioriza as medidas destinadas a valorizar o território.

Em função destes aspectos, o “Novo Mundo Rural” apresenta outra mudança profunda na sua concepção. Ao fomento das atividades agrícolas, se incorpora a promoção de outras atividades não-agrícolas, “em uma nova concepção do desenvolvimento socioeconômico” onde o “rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local” (BRASIL, 1999).

Pode se enxergar uma transposição no âmago do enfoque. Do setorial ao territorial. O agrário perde sua centralidade por uma visão complexa do rural, onde atividades agrícolas e não agrícolas convivem na tentativa de consolidar o espaço rural como um espaço portador de um desenvolvimento socioeconômico consistente e amplo¹⁴. As políticas de gestão territorial ganham força em comparação às setoriais. O controle territorial integral, fruto de uma política de desenvolvimento local, ganha força frente ao parcial enfoque setorial que estava vigente. A atividade agrária como elemento central do desenvolvimento rural deixa seu lugar a uma proposta de desenvolvimento rural que busca a diversificação da base produtiva neste meio, implementando estratégias de desenvolvimento local (fortalecimento dos recursos endógenos, descentralização administrativa).

Agrários e Desenvolvimento Rural, com a pretensão, segundo seu autor, de transformar-se durante 2002 em lei (VEIGA *et al.*, 2001).

¹³ “Igualmente, embora o principal mercado de nossa atuação seja o do agronegócio, não se deve perder de vista outras atividades produtivas cada vez mais presentes no meio rural, como aquelas ligadas ao turismo, ao lazer, etc. Na verdade, ao invés do agronegócio, na realidade atual do campo o conceito mais adequado é o do negócio rural. E, se estamos tratando da agricultura familiar, o conceito mais específico é o do *negócio familiar rural*” (BRASIL, 1999, p. 5, grifo nosso).

¹⁴ A esse respeito, Silva (1999) apresenta essa nova referência teórico-metodológica de abordagem do rural brasileiro. Mais informações: www.unicamp.br.

Como podemos observar, com esta mudança no enfoque do desenvolvimento (do setorial ao territorial), estamos frente a uma gestão territorial do Estado atrelada aos interesses do capital, com nítidos objetivos de enfraquecer o trabalho, ou a organização e luta pela terra. O local, fulcro da nova perspectiva, incorpora um acirramento da competência nessa escala com outros locais na busca de uma inserção melhor e mais profunda no mercado. Com a ajuda do Estado, através das políticas de desenvolvimento rural, se oferece aos produtores (locais) instrumentos e condições para melhorar seu desempenho frente a outros locais, considerando a escala global.

Este é o fundamento da questão do desenvolvimento que agora se estabelece como paradigma interpretativo e de intervenção no meio rural. Definido o objetivo do desenvolvimento como central para o progresso da comunidade local e para a melhora de sua qualidade de vida, todos os seus componentes ficam impelidos a orientar seus esforços nesse sentido. Alguém poderia se negar a participar de um projeto deste tipo? Como se posicionar contra uma proposta que prega o desenvolvimento socioeconômico construído a partir da participação de todos os grupos sociais de uma comunidade, particularmente, com as atenções para os mais necessitados?

A repressão sofrida pelos movimentos sociais rurais críticos, como o MST, mostra a falácia que incorpora a gestão territorial do capital, implementada pelo Estado. A concorrência que ela promove, nega e/ou mascara a mensagem de participação igualitária e benefícios para todos. A exclusão que ela perpetua revela sua verdadeira intenção de manter o *status quo*, seguindo o velho *leitmotiv* conservador: “mudar para que nada mude”.

Diante desta exclusão que fragiliza ainda mais a classe-que-vive-da-venda-do-trabalho¹⁵, o MST vem construindo um discurso e uma prática que confronta a gestão territorial dominada pelo capital. Desde um patamar que não pode equiparar-se com o alcançado na elaboração dos programas que fazem parte da política de desenvolvimento rural (com maior grau de definição), o MST constrói, sobretudo, nos acampamentos um *desenho territorial* primário e longe do viés empresarial próprio da gestão territorial impulsionada pelo Estado, tendo em vista que nos assentamentos, a luta cotidiana para viabilizá-los tem mostrado as fragilidades do Movimento diante da fúria do mercado capitalista.

Ao longo de um processo contraditório e desigual, os acampamentos e assentamentos organizados pelo MST, na sua luta contra o latifúndio improdutivo, devolvem à terra seu valor de uso, trazendo também, no caso dos assentamentos, em grande parte, um maior respeito com o meio ambiente, cumprindo com a percentagem de reserva florestal estabelecida e intervindo de forma decidida no cuidado e regeneração do solo.

A proposta do MST complementa este desenho territorial com uma relação capital x trabalho alternativa àquela própria do sistema de metabolismo social do capital¹⁶, fundamentada em uma matriz produtiva e tecnológica atrelada a agroecologia, que leve em conta “a supremacia do trabalho sobre o capital”, numa sociedade regida por valores “humanistas e socialistas” (MST, 1995).

¹⁵ Este conceito formulado por Antunes (2000) reflete a necessidade de atualizar o conceito de classe trabalhadora, ampliando-o em função da complexificação do mundo do trabalho que ocorre nos nossos dias.

¹⁶ Aquele em que a centralidade das relações metabólicas de primeira ordem, aquelas funções vitais de reprodução individual e societal, vêm sendo substituídas pelas relações metabólicas de segunda ordem, meios de produção alienados e suas personificações, como dinheiro e produção para troca, como apontado por Antunes (2000), em respeito às idéias de Mészáros.

Há, todavia, que ressaltarmos os limites desse projeto, como indicado anteriormente, especialmente quando se trata dos assentamentos e a sua viabilização econômica e social.

Os acampamentos e os assentamentos promovidos pelo MST acolhem esta construção de um sistema de metabolismo social antagônico ao do capital. Se bem que os empecilhos e as dificuldades existentes para levar o discurso à prática são enormes e em muitas ocasiões intransponíveis. O que se percebe nestes espaços são formas embrionárias de transformação social, ou experiências mais ou menos bem sucedidas de organização do trabalho para além do capital, governadas pelas vontades da classe-que-vive-do-trabalho.

Não pensamos que se trata de um modelo equiparável em sua abrangência e estruturação ao sistema de metabolismo social do capital, no entanto, observamos que, em função das contradições e da intensificação da fragilização do trabalho, provocadas por este sistema, se estabelece um antagonismo no interior das classes que sofrem a lógica destrutiva do capital, fortalecendo-se a necessidade de construir alternativas que visem à emancipação social diante da submissão ao capital.

O confronto entre duas propostas de gestão territorial no meio rural, a do capital através da política de desenvolvimento rural e a do MST em função da conquista de assentamentos onde construir uma lógica centrada no trabalho e para além do capital, coloca o conflito capital x trabalho no âmago de qualquer interpretação do que acontece no campo brasileiro.

A tentativa de reduzir os problemas estruturais do meio rural a uma questão do desenvolvimento, desconsiderando os desequilíbrios sociais e econômicos existentes em função de um consenso alcançado sobre alternativas pertencentes ao horizonte estreito do capital, responde às estratégias de controle social fundadas, de um lado na ofensiva do capital na produção (a reestruturação produtiva) e na política (o neoliberalismo)¹⁷.

A questão do desenvolvimento: estratégia de controle social do capital

As políticas públicas de desenvolvimento rural contêm uma mensagem implícita: não existe alternativa além do mercado. O fomento à participação da sociedade civil que marca o funcionamento dessas políticas, se defronta com um leque de propostas reduzido, entre as quais, escolher o rumo mais apropriado para uma comunidade determinada. As possibilidades se inserem em uma faixa tão estreita de atuação que realmente não existe nem uma mínima oportunidade de mudança real no sistema de metabolismo social.

Nada de novo. A atuação do Estado explicita seu papel de acólito das necessidades do capital. Moreira (1985) se mostra contundente neste sentido: “[...] o Estado terá seu papel de administrar as contradições com fins de reproduzir a ordem social tal qual é, ocultando as contradições e realizando a hegemonia do capital, confundido ao de árbitro imparcial e aclassista” (p. 40). As políticas públicas servem, então, a este duplo fim: manter a ordem social ao tempo que aceleram a reprodução e a valorização do capital.

A idoneidade do Estado como diretor da dinâmica social, parece ser aceita por boa parte dos pesquisadores dedicados a analisar as novas relações que se dão no meio rural. Destacamos dois argumentos amplamente difundidos entre os autores que defendem este posicionamento, aliás, argumentos característicos da corrente teórica que subsidia a elaboração das novas políticas públicas. Para tanto recorreremos aos trabalhos de Navarro (2001) e de Martins (2000) dos quais transcrevemos alguns dos seus raciocínios para defender o papel do Estado.

O primeiro autor, aceitando como premissa que “nesta quadra da história, o padrão econômico e o regime político que sustentam a sociedade brasileira estariam ancorados no capitalismo e a sua superação, sequer remotamente, encontra-se no horizonte”, defende o papel do Estado “por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido de mudança social”¹⁷ (NAVARRO, 2001, p. 94-98).

Por outra parte, mas no mesmo sentido, Martins (2000, p. 124. grifo nosso), trabalha este aspecto da legitimidade dos poderes públicos, associando-o ao conflito travado entre trabalhadores e capital:

MST e CPT querem uma reforma agrária que atinja as causas, que são causas históricas, que se tornaram causas institucionais e políticas, sem, entretanto, oferecerem perspectivas de saída política para elas no *marco da lei e da ordem*. Pois, para isso é preciso ganhar eleições e não as ganhando é preciso estar disponível para a negociação política de questões como essa.

Com base nestes argumentos, poderíamos pensar que o Estado manteria uma posição neutra na relação entre classes sociais, quando na realidade o Estado é representante “dos interesses coletivos da classe proprietária” (GERMER, 2000, p. 21).

Existe, além da defesa do Estado como órgão que incorpora as vontades e satisfaz as necessidades de toda a população, outro mito recorrente por dentro das políticas de desenvolvimento rural. O mito do próprio desenvolvimento. O desenvolvimento seria mais uma das utopias nunca realizadas do capitalismo, um espectro construído para orientar o desenvolvimento contraditório das forças produtivas no futuro (ALVES, 2001).

Autores como Sachs (2000) e Furtado (1998), aprofundam essa idéia do desenvolvimento como mito. No livro organizado por W. Sachs, *Dicionário do Desenvolvimento*, se aborda a idéia de desenvolvimento como a estratégia utilizada, desde finais dos anos 40, para alcançar a “ocidentalização do mundo” (SACHS, 2000, p. 15).

Segundo este autor, o presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, no seu discurso de posse, em 20 de janeiro de 1949, “referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como ‘áreas subdesenvolvidas’” (SACHS, 2000, p. 12). A “corrida” pelo desenvolvimento sob as diretrizes dos países centrais começa neste momento. Com a associação da idéia de desenvolvimento à de progresso, se consegue que, a expansão da produção agregada, expressa em termos contábeis e essência dos valores de troca que predominam no sistema metabólico do capital, seja tomada como o

¹⁷ Mais detalhes ver: Antunes (2000); Thomaz Júnior (2000).

¹⁸ Mais informações podem ser extraídas do Boletim Eletrônico do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), www.nead.gov.br.

objetivo fundamental e, em diferentes versões, adaptada às circunstâncias dos países centrais, dos periféricos ou até, num contexto de concorrência entre modelos, dos chamados países socialistas.

O sistema global do capital se amplia numa dupla dinâmica, horizontal e vertical. Se por um lado, o capital vai incorporando cada vez mais territórios na sua dinâmica, por outro, a intensificação das “mediações de segunda ordem do capital” passam “a se constituir como elemento fundante do ‘sistema de metabolismo social do capital’” (ANTUNES, 2000, p. 17). A imposição da idéia de desenvolvimento se consolida como uma estratégia que reforça esta dupla dinâmica, expandindo por todo o mundo as formas de controle ocidentais.

Celso Furtado, na sua obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, estabelece também essa associação entre desenvolvimento econômico e mito. Pela contundência com que critica o simulacro que se esconde por trás da idéia de desenvolvimento e pela vigência das suas conclusões¹⁹, reproduzimos uma extensa citação desta obra:

[...] o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana [...] o *desenvolvimento econômico* - a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como desconhecer que esta idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito (FURTADO, 1998, p. 88-89, grifo do autor).

A idéia de desenvolvimento, no interior da *sociedade produtora de mercadorias* em que vivemos, nos remete à subordinação estrutural do trabalho ao capital. Seja o desenvolvimento “macro” que dominou a cena internacional desde o final da 2ª Guerra Mundial ou o desenvolvimento local que se promove no contexto atual, a estrutura de dominação se mantém. Se o desenvolvimento, como “obrigação” para os países “subdesenvolvidos”, mostrava limites intransponíveis e “legitimava” uma situação de dependência, o “novo” desenvolvimento com base local implementado no meio rural continua, no fundamental, a repetir as mazelas que acompanham o movimento de reprodução capitalista, depois de redimensionar seu campo de implementação e de adequá-lo às idéias da democracia formal vigente²⁰.

Os adjetivos como humano, solidário ou sustentável, associados ao desenvolvimento local, são tentativas de harmonizar a lógica destrutiva do capital em relação ao gênero humano. Uma tentativa fadada ao fracasso.

Por baixo da potenciação dos recursos endógenos, do fomento à participação da sociedade civil na construção do desenvolvimento e da inter-relação harmônica com o território local, subjaz a lógica da rentabilidade, da concorrência e do controle social²¹.

¹⁹ A obra é de 1974, tendo sido reeditada a primeira parte em 1998, da qual extraímos a citação.

²⁰ Cf. Thomaz Junior, 2000.

²¹ A esse respeito, Mészáros (1987), aponta a importância do controle social como instrumento de dominação de classe.

Com estes argumentos em torno da verdadeira essência das políticas públicas de desenvolvimento rural, podemos afirmar que tanto em função do verdadeiro papel do Estado (funcional às necessidades do capital), como pela forma em que o conceito de desenvolvimento está atrelado à lógica da reprodução do capital, essas políticas públicas se constituem em estratégias de controle social do capital.

Esta é a verdadeira essência do capital, ser um sistema de comando, um sistema metabólico socioeconômico de controle (Mészáros, 1996a). Portanto, no momento de se enfrentar um novo arranjo no sistema de metabolismo social, em função, entre outras coisas, da reestruturação produtiva e de sua mundialização, o capital adota novas estratégias que lhe permitam manter-se no comando, agora sob o signo da financeirização²². Para tal fim, um dos mecanismos é reformular o modelo de desenvolvimento e implementá-lo com a ajuda do Estado “também uma estrutura de comando para a regulação da vida das pessoas a partir do alto” (MÉSZÁROS, 1996a, p. 132).

As tentativas, mais ou menos firmes, de regular o sistema de metabolismo social do capital através da participação da sociedade civil na gestão territorial do Estado, como pregam os defensores da nova política de desenvolvimento rural, chocam com a impossibilidade de regular e controlar o capital, sendo que a única forma de livrar-se dele será “por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade” (MÉSZÁROS, 1996a, p.131).

O antagonismo e a perspectiva emancipatória, portanto, se perpetuam como as ferramentas que o trabalho possui para transformar a sociedade para além do capital. No fortalecimento de um desenho social e territorial conflitante com a gestão social e territorial do capital implementada pelo Estado, se fundamentam as verdadeiras possibilidades de forjar uma guinada no sistema de metabolismo social que devolva às funções vitais de reprodução social e individual sua primazia, satisfazendo assim as verdadeiras necessidades e vontades da classe-que-vive-do-trabalho²³.

Considerações finais

Por mais que chamemos atenção dos nossos interlocutores para a polêmica sobre a mudança *radical* dos rumos do Estado brasileiro em torno da questão agrária, se faz necessário darmos seqüência às investigações e às pesquisas, pois, somente dessa forma, nossos argumentos vão se somar a tantos outros e, portanto, serão capazes de evidenciar os reais sentidos, conteúdos e espacialidades que o desenvolvimento rural (local) alcançou em detrimento do esvaziamento da temática da questão agrária e da conseqüente *desnecessidade* de se discutir um projeto de Reforma Agrária para o país.

Com o suporte de parte da *intelligentia* universitária e acadêmica, *desacreditada* do projeto autônomo de emancipação da classe trabalhadora, o Estado se propõe a forjar a gestão de um novo compromisso social, pautado num contrato de confiança supra-classes e capaz de

²² Cf. Chesnais (1996); Alves (1999).

²³ Cf. Thomaz Junior, 2002a.

“promover o desenvolvimento com equidade social”²⁴. Temos, de um lado, o fato de o desenvolvimento local, longe de ser uma abstração imperceptível, alimentar as esperanças de multidões de trabalhadores que se apresentam para sustentar o anunciado sucesso da agricultura familiar, agora encimado na inserção mercadológica de produtores desassistidos²⁵.

Por outro lado, frente à impossibilidade de resolver, dentro do horizonte estreito do capital, os problemas estruturais que assolam o meio rural, as classes hegemônicas e o Estado se propõem eliminar as vozes discordantes.

Através da elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural que homogeneizem o pequeno proprietário dentro dos cânones do agricultor familiar integrado no mercado, por meio da criminalização das ações realizadas pelos movimentos sociais críticos, com a pretensão de “abrir” os programas de desenvolvimento para que acolham um maior número de categorias de trabalhadores rurais, o Estado entra na eliminação do problema, fomentando a individualização do trabalhador rural, reduzindo os rumos do meio rural às possibilidades mais apropriadas à reprodução do capital e reprimindo a ação dos movimentos sociais através da mídia, da justiça, da polícia ou, por omissão, permitindo a impunidade da violência desferida sobre os trabalhadores rurais.

Nesse sentido, sob o fetiche da construção democrática do desenvolvimento, as políticas públicas cumprem a função de “limpar” o terreno para acelerar a valorização do capital no meio rural em função dos novos parâmetros que definem sua crise estrutural e sua reestruturação. Devemos, então, nos atentarmos para a apreensão dos problemas que afligem o meio rural, não isoladamente, mas em função das mediações que “atravessam” essa realidade fruto das mudanças no metabolismo da sociedade de capital.

Diante dos *novos* sentidos atribuídos à dinâmica da sociedade do capital, especialmente com a sua mundialização e todos os efeitos desse processo no mundo do trabalho, aparecem em cena *novos* papéis para o meio rural. Estratégias de revitalização do tecido produtivo, como a pluriatividade ou a flexibilização, são aplicadas também no campo. Novas relações de trabalho são adotadas paralelamente às tradicionais para responder melhor aos requerimentos da produção. Enfim, temos um meio rural em franca transformação, sendo, pois, cada vez mais atrelado às diretrizes do capital e, portanto, sua compreensão requer que entendamos as contradições do processo social mais geral.

Neste sentido, trazemos uma interessante analogia construída por O. Ianni e recolhida por Menezes Neto (2000, p.66):

Sob vários aspectos, a pequena produção pode ser vista como um caso ‘*sui generis*’ de subcontratação, terceirização ou flexibilização, em contraposição com a ‘linha de montagem’ ou a organização fordista da produção. A grande empresa confere à pequena empresa tarefas que podem ser delegadas, tais como: produção de gêneros alimentícios e matéria-prima, gestão da mão-de-obra familiar e assalariada, administração da produtividade e qualidade, responsabilidade pelo controle e execução do conjunto do ciclo produtivo de gêneros alimentícios e matéria-prima, transferência de riscos e perdas, compromisso de administrar tensões sociais nas relações de trabalho, etc.

²⁴ Cf. Boletins do NEAD.

²⁵ Cf. Navarro, 2001.

Com isso, podemos asseverar que as relações que acontecem no meio rural não são exceções. Cada vez mais, deveremos aprimorar nossos instrumentais analíticos para perceber e entender como a lógica do capital na sua nova fase, caracterizada pela mundialização e a reestruturação produtiva, penetra e transforma a dinâmica rural.

Entender a “eliminação” do conflito capital x trabalho, sem solucioná-lo, através da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural que pregam o consenso e a integração da unidade familiar ao mercado, como propomos nesse artigo, deve fazer parte de um entendimento mais amplo das novas estratégias de dominação do capital sobre o trabalho.

Por fim, um entendimento em construção que demanda uma práxis de pesquisa contínua, também requer que não desfoquemos nossas atenções da centralidade do conflito capital x trabalho. Assim, não nos sentiríamos motivados pelo chamamento do consenso assimétrico entre as classes sociais, em nome de uma parceria entre desiguais, com interesses diferentes e, sobretudo, antagônicos.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico*. [S.l.: s.n.], 2000. Disponível em: <<http://www.dataterra.com.br/Documentos>>. Acesso em: 02 ago. 2001.
- ALVES, G. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.
- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 57-103.
- BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: GTZ/EDUNISC, 1999.
- CARVALHO FILHO, J. J. de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p 193-223.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Icone, 1985.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, B. M. A questão agrária no limiar do século XXI. In: **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 19-48.
- FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 93, n. 2, 1999.
- FERNANDES, B. M.; LEAL, G. M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária**. Presidente Prudente: [s.n.], 2002. (mimeogr.).
- FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GERMER, C. **Uma crítica da questão agrária entendida como problema do capital**. Curitiba: [s. n.], 2000. (Mimeogr.).
- GRAZIANO DA SILVA, J. da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.
- KAGEYAMA, A. et. al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: [s.n.], 1987.
- LAMARCHE, H. Por uma teoria da agricultura familiar. In: **A Agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 303-307. v.2
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Comentário sobre o 'novo mundo rural' ou a 'nova reforma agrária' do governo FHC**. [S.l.: s.n.], 1999. Disponível em <<http://www.dataterra.com.br/Documentos>>. Acesso em: 30 maio 2001.
- MARTINS, J. de S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social**, São Paulo, n. 11, v.2, p. 97-128, out. 1999.
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de o capital**. São Paulo: Moraes, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. Manuscritos econômico-filosóficos. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **História**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, L. S. de. 'Sem Terra', 'assentados', 'agricultores familiares': considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **Una nueva ruralidad en américa latina?** Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2001. p. 103-124.

MENEZES NETO, A. J. de. A modernidade do MST frente à mundialização do capital. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 187, p. 65-78, mai. jun. 2000.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

MÉSZÁROS, I. O marxismo hoje: entrevista com Mészáros. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, p. 129-137, 1996a.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Editora Ensaio, 1996b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O novo mundo rural**: projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo. [S.l.:s.n.], 1999. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2001.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. A 'questão do desenvolvimento' nas reformulações da política agrária brasileira: reflexões iniciais. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, p. 43-54, out. 2001.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná**: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. 2002, 291 f. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2002.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MST. Programa de reforma agrária. **Caderno de formação**, São Paulo, n. 23. 1995.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set..dez., 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, 68).

SACHS, W. (ed.). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. A biodiversidade para além da preservação. Biotecnologia, desenvolvimento sustentado, patenteamento da vida: o colonialismo genético em questão. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.16, set., p.79-93, 1994.

THOMAZ JÚNIOR, A. Leitura geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, p.31-42, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. Qualificação profissional: adestramento ou liberdade? **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n.1, ano1., p.5-16, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil, 500 anos depois. **Revista ABRA**, Campinas, 2001; v. 29, n. 3, set. dez., 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Annablume, 2002b.

VEIGA, J. E. da. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, Campinas, n. 2/3, 1995.

VEIGA, J. E. da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: FIPE/IICA/MDA/NEAD), 2001.

VILELA, S. L. de O. **Qual política para o campo brasileiro?** (do banco mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo?). [S.l.: s.n.], 1997. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos>>. Acesso em: 4 de abril de 2001.

O COOPERATIVISMO NO RAIO DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - MST (Uma Contribuição para a Geografia do Trabalho)*

Alexandre Domingues Ribas
Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

Este texto é resultado de um exercício teórico-conceitual atinente ao debate em torno da importância tático-estratégica do cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). É importante mencionar que essa reflexão está inserida na Dissertação de Mestrado, defendida em maio de 2002, intitulada *Gestão Político-Territorial dos Assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): Uma "Leitura" a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)*¹.

Durante toda a consecução dessa pesquisa, objetivamos compreender o cooperativismo a partir de seu dimensionamento tático-estratégico, ou seja, situa-lo como um importante referencial do projeto político-ideológico do MST, que assume formas a partir de seu enraizamento territorial. Queremos ressaltar que, nesse texto, apresentaremos alguns conceitos que fundamentam a estrutura pela qual a questão do cooperativismo, em nosso entender, pode ser compreendida a partir de sua manifestação territorial. Dessa forma, nossa "leitura" do fenômeno em pauta edifica-se numa discussão sobre os conceitos de gestão territorial, dimensão tático-estratégica (THOMAZ JÚNIOR, 1998) e contrapoderes (BIHR, 1998).

Com vistas a atingir o objetivo proposto, organizamos este texto da seguinte forma: num primeiro momento, apresentamos uma reflexão sobre o referencial teórico-metodológico da temática em apreço, no qual evidenciamos o aporte conceitual que conduz a "leitura" geográfica da materialidade fenomênica: os conceitos de **gestão territorial, dimensão tático-estratégica e contrapoderes**. Posteriormente, apresentamos uma breve análise sobre a gênese do MST, ressaltando sua inserção no bojo da luta de classes no Brasil, bem como sobre o dimensionamento histórico-social do cooperativismo no âmbito de seu processo de territorialização. E, num último momento, dirigimos nossas atenções para a importância tático-estratégica do cooperativismo no raio de atuação do MST, apresentando os princípios do cooperativismo, sua importância política, sua inserção no projeto político de gestão territorial do MST, bem como sobre os desdobramentos dessa proposta no Pontal do Paranapanema, a partir do raio de atuação da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal).

* Esse texto contém parte das reflexões da Dissertação de Mestrado "MST: Cooperativização e (Re)organização Político-territorial dos Assentamentos. O caso da COCAMP, no Pontal do Paranapanema". Foi publicado na Revista **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n.2, p.13-32, 2000.

¹ Nos referimos aqui a Dissertação de Mestrado desenvolvida junto ao curso de pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, sob orientação do Prof. Antonio Thomaz Júnior.

2. Referenciais teórico-conceituais

A necessidade de explicitarmos os referenciais teórico-conceituais que instrumentalizam nosso “olhar” sobre a materialidade fenomênica posta, substancia-se no entendimento de que a Geografia possa nos possibilitar o entendimento da *processualidade* social (movimento contraditório da sociedade contemporânea), a partir de sua manifestação/enraizamento territorial (expressão singular, específica do fenômeno). Todavia, esse movimento contraditório da sociedade, cujo dimensionamento é a totalidade concreta, reconhece-se a partir da singularidade, no sentido de que esse ordenamento territorial específico expressa a própria *diferencialidade* dos “conteúdos sociais diversos” (ritmos e formas) inerentes à lógica da *multidimensionalidade* contraditória, sendo o território “a relação direta entre a processualidade social e a manifestação material enquanto diferencialidade que se expressa territorialmente” (THOMAZ JÚNIOR, 1998, p.3).

Cabe à Geografia, portanto, a potencialidade de desvendar a lógica contraditória das mediações particulares do enraizamento das relações capitalistas de produção, cujo “desdobramento” correspondente é a luta de classes, a partir do ordenamento (disposição e arranjo segundo uma desordem) territorial da sociedade. Com isso, deixamos claro que a Geografia deve pautar-se como um referencial teórico-político que contribua para a qualificação do debate acerca da construção coletiva de uma nova base societária, resgatando a humanidade do homem, pensando para além dos limites do capital, pois “[...] como poderiam os homens mudar de cima a baixo as condições de sua existência, se a conformidade às condições de produção do capital permanece sendo a premissa necessária de toda mudança admissível?”. (MÉSZÁROS, 1987, p.68).

Um primeiro conceito que pretendemos discutir, nesse texto, é o de gestão territorial. Faz-se necessário ressaltar que existe uma bibliografia muito restrita sobre essa temática, sendo que utilizaremos como referencial analítico o trabalho de Thomaz Jr., 1998, que direciona sua reflexão sobre alguns exemplos reais de gestão e ordenamento territoriais dos atores envolvidos na agroindústria sucro-alcooleira paulista, chamando a atenção para “... o desafio de compreendermos os processos e os mecanismos de controles e regulações sociais, enraizados sob diferentes formas e concepções de gestão territorial da sociedade” (THOMAZ JÚNIOR, 1998, p.1). O exercício desse referencial conceitual está acoplado aos elementos teóricos que vamos apresentar, bem como às evidências empíricas singulares, sendo que ressaltaremos a organização cooperativa sob a égide do MST, a partir, principalmente, de seus desdobramentos no Pontal do Paranapanema.

Entendemos a gestão territorial, no âmbito da organização cooperativa do MST, como o projeto político pelo qual este Movimento dimensiona elementos/ações táticas para a gestão dos assentamentos conquistados. Assim, a partir de seu processo de territorialização, o MST dimensiona como pauta política a organização da produção e do trabalho nos assentamentos, tendo como sustentação um projeto singular (cooperativismo) como forma de vincular a organização do assentamento com seu projeto político-estratégico mais amplo, no qual o cooperativismo expressa-se como um projeto de viabilização sócio-político-econômico dos assentamentos, como forma de consolidar suas ações específicas no bojo do fortalecimento de sua solidificação político-ideológica.

Assim, o cooperativismo pauta-se como a dimensão tática pela qual o MST materializa seu projeto de gestão territorial, ou a organização dos assentamentos a partir de uma rede de determinações que se articula num processo político que expressa uma unicidade específica: o seu projeto estratégico.

A gestão territorial do MST tem como desdobramento um ordenamento específico, uma “malha”/arranjo singular, expressa nos lugares, sendo que nossa pesquisa (já citada anteriormente) esteve voltada para uma manifestação territorial singular: a organização cooperativa no Pontal do Paranapanema.

A COCAMP foi fundada em 28 de dezembro de 1994, no município de Mirante do Paranapanema, na sede do assentamento União da Vitória (atualmente, assentamento São Bento), por 291 assentados. Desde sua fundação, o projeto da cooperativa era congregar interesses políticos do MST ao seu projeto de gestão dos assentamentos, ou seja, ao conquistar o assentamento, o MST passa a articular formas de organização, no sentido de consolidar-se politicamente. Isso se dá a partir da vigência do Sistema Cooperativista dos Assentados, criado em 1989 e que contempla as Cooperativas de Produção Agropecuária e as Cooperativas de Prestação de Serviços que, no âmbito estadual, estão inseridas no contexto da Central Cooperativista dos Assentados, tendo como vértice maior, do ponto de vista organizativo, a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), criada em 1992, a partir de um amplo processo de debates decorrentes do acúmulo de experiências em todo o Brasil².

Assim, do ponto de vista político-econômico, os objetivos da COCAMP são basicamente dois:

a) diversificação da produção agropecuária nos assentamentos, no sentido de superar com uma exploração pautada num único produto (milho, feijão etc.);

b) fechar o máximo possível a cadeia produtiva, por meio da agroindustrialização, vislumbrando a agregação de preço às matérias-primas agrícolas, possibilitando melhores condições de comercialização e escoamento da produção dos assentados, via instituição de uma marca única “Sabor do Campo”, como forma de viabilizar a produção dos assentados com o projeto mais amplo do MST em escala nacional e estadual.

A COCAMP, quando fundada, visava a ter uma área de ação nos seguintes municípios: Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Rosana, Primavera, Presidente Epitácio, Santo Anastácio, Marabá Paulista e Presidente Prudente. Atualmente, cinco anos após a sua fundação, através da Tabela 1, podemos visualizar sua composição e o seu raio de atuação.

TABELA 1. Total de Assentados Cooperados à COCAMP - 1999

MUNICÍPIO	N.º DE ASSENTAMENTOS	N.º DE COOPERADOS
Teodoro Sampaio	09	314
Sandovalina	01	152
Ribeirão dos Índios	01	32
Presidente Venceslau	02	112
Presidente Bernardes	05	194

² Sobre a estrutura nacional do cooperativismo a partir da organização do MST, ver: Fernandes; Stédile, 1999; MST, 1997.

Piquerobi	01	24
Narandiba	01	76
Mirante do Paranapanema	14	306
Marabá Paulista	01	63
Euclides da Cunha	05*	629
Caiuá	01	46
Sem informações	02	45
TOTAIS	43	1.993

* Um dos assentamentos, a Gleba XV de Novembro, se localiza nos municípios de Euclides da Cunha e Rosana.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

A partir desses dados, podemos observar a *diferencialidade* inerente à expressão territorial da COCAMP no Pontal do Paranapanema, pois os cooperados se localizam em 11 municípios da região, sendo que há uma grande concentração deles nos municípios de Euclides da Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio. Faz-se necessário ressaltar que a sede da cooperativa (fundada em Mirante do Paranapanema), desde 1996 transferiu-se para o município de Teodoro Sampaio, onde também está centralizada quase a totalidade do seu complexo agro-industrial (relacionados aos projetos específicos que ressaltaremos posteriormente). É importante mencionar também, que a feccularia e a farinheira (que também fazem parte do projeto agro-industrial da cooperativa), localizam-se no município de Sandovalina/SP.

A partir dos objetivos político-organizacionais estabelecidos, a forma de operacionalização das propostas da COCAMP, consubstancia-se a partir da consecução de seus projetos agropecuários e agro-industriais. Esses projetos estão inseridos no Plano de Desenvolvimento Econômico Rural para a região do Pontal do Paranapanema, elaborado a partir de 1996 e que explicita os objetivos político-estratégico-econômicos do MST, a partir da consecução da organização cooperativa enquanto elemento norteador da gestão dos assentamentos. A base fundante dos projetos estrutura-se, de um lado, na autogestão do trabalho, parametrizada na relação de auto-sustentação (subsistência) e, por outro lado, na inserção mercadológica. Os principais projetos da COCAMP, até o final de 2002, eram os seguintes:

- a) Aquisição e distribuição, a grupos de assentados, de 50 tratores e 250 implementos agrícolas. Projeto financiado pelo PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária).
- b) Fruticultura: com uma área plantada de 100 hectares de abacaxi e 100 hectares de maracujá.
- c) Cafeicultura: com uma área plantada de 200 hectares de café adensado.
- c) Piscicultura: com a implantação de 09 tanques por derivação no assentamento São Bento, sendo que a meta é a implantação de 150 unidades de tanques-redes.
- d) Irrigação: feijão e olerícolas.
- e) Mandioca: utilização de variedades melhoradas.

A partir dessas linhas de produção, a COCAMP vislumbra implantar agroindústrias e projetos demonstrativos, sendo as principais:

a) Despolpadeira de frutas: produção inicial de polpa congelada de frutas, em fase de implantação, com início de atividades previsto para o ano 2.000, com capacidade de processamento de 3.000 quilos de polpa por hora.

b) Complexo de grãos: armazenamento de grãos em 4 silos de 1.500 toneladas cada e 2 barracões com capacidade de 50 mil sacas/ano. O início da implantação estava previsto para março de 1998.

c) Derivados de mandioca: operacionalização de uma fábrica de farinha de mandioca – com capacidade de processamento de 160 toneladas/dia de raízes – com início das atividades em março de 1998; implementação de uma fábrica de fécula de mandioca – com capacidade de processamento de 160 toneladas/dia de raízes.

Assim, lançamos algumas questões à discussão que julgamos serem importantes: qual a gestão territorial da COCAMP? Seria sua própria autogestão territorial, sendo sua abrangência a própria capacidade de gerenciamento da estrutura cooperativa, traduzida na materialização de sua organização nos assentamentos? Ou o parcelamento do trabalho (gestão individual dos lotes) expressa o limite de compreensão dos assentados, tendo como referência sua identidade individualista, reificada mediante a cristalização das relações de propriedade? Essa dimensão seria uma negação de sua autogestão ou um desdobramento de sua diferencialidade? Acreditando que mais importante que as *afirmativas* são as *provocações*, vamos dar continuidade às nossas reflexões.

Uma outra discussão que entendemos ser fundamental para a exposição do referencial teórico-conceitual em pauta, refere-se a uma reflexão específica sobre o que entendemos por dimensão tático-estratégica do cooperativismo existente no raio de atuação política do MST. A dimensão estratégica é entendida como a propagação de um projeto político ligado à construção de uma nova sociedade, ou seja, seria o fundamento político-ideológico do MST e sua intersecção no enraizamento da luta de classes.

Segundo o MST (1997), suas tarefas estratégicas seriam as seguintes: alimentar a esperança de que a transformação é possível; trabalhar na qualificação interna do MST; ajudar a sociedade a se organizar; desenvolver novos valores éticos e morais; desenvolver uma nova concepção de mercado; desenvolver a consciência nacional; contribuir na elaboração do Projeto Nacional e ampliar a reforma agrária. Dessa maneira, a estratégia seria a fundamentação ideológica do MST, ou os delineamentos estruturantes de suas ações específicas em direção à concretização de um devir histórico. Seriam, portanto, os apontamentos políticos gerais no qual almejam que desemboquem suas ações táticas específicas.

Já a questão tática é aqui entendida como as formas pelas quais o MST materializa suas ações (cooperativas, educação, imprensa informativa, ocupações etc.), com o objetivo de apresentar um projeto de gestão territorial acoplado a sua estratégia política mais ampla. A dimensão tática seriam as ações específicas, os desdobramentos imediatos do confronto político da luta de classe e do projeto de gestão territorial que, necessariamente, estão articuladas com uma base estrutural (político-ideológica) mais ampla: sua dimensão estratégica.

Uma última questão que queremos enfatizar nesta primeira parte do texto, refere-se à discussão apresentada por Alain Bihr (1998), que desenvolve uma discussão qualificada sobre a

crise, historicamente determinada, do movimento operário europeu e dimensiona alguns apontamentos políticos-estratégicos para a solidificação de uma contra-hegemonia operária, superando as relações sociais reificadas e alienantes do capital.

Em um momento específico dessa obra, o autor explicita o conceito de *contrapoderes*, que seria uma dimensão da organização concreta dos trabalhadores no vislumbre do enraizamento de uma nova base e estrutura societárias. O autor parte da hipótese de que uma “superação” das relações sociais postas, só é possível com base “em redes organizadas de contrapoderes”, que seriam originárias do desenvolvimento de “projetos alternativos (contraprojetos)” direcionados a “reapropriação das condições materiais, institucionais e culturais da existência individual e coletiva” (BIHR, 1998, p.219).

Dessa forma, os *contrapoderes* seriam a negação do próprio poder político sobre as forças sociais, isto é, a negação/resistência a um processo de monopolização (poder político) da força social “por um conjunto de grupos, organizações, instituições, que se apoderam, assim, da capacidade de dirigir, organizar, controlar a atividade social, em detrimento do resto da sociedade, que é, então obrigada a lhes obedecer” (BIHR, 1998, p.219).

Assim, o *contrapoder* seria a resistência a essa apropriação privativa do “controle social”, ou ainda, seria uma organização/estrutura autônoma em relação ao poder político, contestando na prática a monopolização da força social. Essa dimensão estratégica seria “[...] o ato que coroa a reapropriação coletiva, pelos trabalhadores, da capacidade para dirigir e organizar a sociedade, no final de um processo que terá visto se desenvolver conjuntamente seu poder, sua autonomia e sua consciência” (BIHR, 1998, p.223).

Objetivamos discutir o conceito de *contrapoderes* juntamente ao processo político de gestão territorial, via organização cooperativa do MST, sendo que, em resistência a um processo de desterritorialização, oriunda de uma “monopolização do poder político”, o MST apresenta um projeto de autogestão, uma “reapropriação coletiva” da capacidade de organizar os trabalhadores, tendo como base fundante o enraizamento de sua autonomia.

O cooperativismo, como um espectro específico de organização do trabalho e da produção nos assentamentos, expressa uma articulação direta com o projeto de organização política que é o MST. Isso, no nosso entender, é a expressão do *contrapoder* em relação a uma forma política monopolizadora (que deve ser compreendida no âmago da luta de classe no Brasil), pretextando consolidar uma proposta alternativa, resgatando a capacidade de ação sobre si de uma organização “que lhe permite fixar e dominar, praticamente, suas próprias finalidades e seus modos de organização, assim como controlar sua execução” (BIHR, 1998, p.219).

Esses são, de uma forma geral, alguns apontamentos teórico-conceituais segundo os quais objetivamos desenvolver e fundamentar nossa reflexão.

No próximo item, o objetivo é apresentar a cristalização/gênese do MST no bojo da luta de classe no Brasil, evidenciando também, a singularidade e a dinâmica histórico-social do cooperativismo no âmbito do seu projeto de gestão territorial nacional.

3. A gênese do MST no Brasil e o dimensionamento histórico-social do cooperativismo.

O processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e, por conseguinte, de territorialização da organização cooperativa da produção nos assentamentos de reforma agrária, está ligado a um espectro mais amplo de verticalização político-ideológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), imbricada à dinâmica e consecução de seu projeto de gestão político-territorial.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra surgiu³ como resultado de um processo de lutas, inicialmente isoladas pelo território brasileiro, que emergiram a partir de 1979, como expressão concreta da organização dos trabalhadores em resistência à (des)territorialização oriunda do desenvolvimento e hegemonização das relações capitalistas de produção, cujas facetas expressaram-se a partir do processo de proletarianização, urbanização e, conseqüentemente, do desemprego.

Assim, as transformações recentes da agricultura brasileira, principalmente a partir de meados da década de 60 e início da década de 70, tendo como referencial o processo de “modernização”/mecanização do processo produtivo e das relações de produção, produziram de imediato, a “expulsão” do campo de uma diversidade de trabalhadores (assalariados, meeiros, arrendatários, posseiros) e pequenos e médios proprietários, materializando a hegemonia das relações de trabalho consubstanciadas na prática do assalariamento ou da subordinação do trabalho a outras formas consorciadas, sob a titularidade do capital. Esse processo reconfigurou o ordenamento territorial predominante na agropecuária brasileira, tendo à frente o capital monopolista⁴. A partir disso, tem-se o agravamento da luta de classe no Brasil, no qual o MST organiza e personifica a expressão desse conflito, via luta pela terra.

Esse excedente de força de trabalho, num primeiro momento, deslocou-se para as regiões de fronteiras agrícolas (Rondônia, Pará e Mato Grosso), seguindo a lógica dos projetos de colonização, coordenados e direcionados às práticas políticas do governo militar, como também, parte expressiva desse contingente de trabalhadores e seus familiares transferiram-se para as cidades, em especial os grandes centros urbanos. Esse momento coincide com o alavancamento da industrialização e do processo de urbanização, sendo que os trabalhadores desterritorializados tinham a missão de atender à demanda por força de trabalho da indústria nascente e engrossar as fileiras do “exército industrial de reserva” permanente, subordinado à hegemonia do processo de reprodução ampliada e acumulação do capital.

Ambos os flancos de “atração” dessa força de trabalho excedente passaram a expressar seus limites e contradições, sendo que nas regiões de fronteiras esses sujeitos sociais não conseguiam reproduzir-se enquanto categoria e nas cidades, grande parte foi marginalizada.

Como resposta a esse processo, inicia-se a dinâmica de organização e resistência por parte desse contingente de expropriados, resultando assim, a partir de um processo cumulativo

³ Sobre a formação do MST no Brasil, ver: Fernandes (1997); Fernandes; Stédile (1999); Stédile (1997).

⁴ A esse respeito ver, Oliveira (1981); Thomaz Júnior (1989); Kageyama (1987).

de lutas dispersas pelo território, a gênese do MST, primordialmente, na Região Centro-Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul).

Outros dois aspectos da gênese do MST no Brasil referem-se à participação e influência ideológica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – iniciado, em 1975, no Centro-Oeste - e da Igreja Luterana, como potencializadores de uma organização tendo como aparato, preceitos místicos e religiosos. Outro elemento importante sobre a gênese do MST refere-se ao momento político singular, acoplado a um processo mais amplo de discussões voltadas à propagação de um discurso contra-hegemônico à ditadura militar. Dessa forma, as condições objetivas da época propiciaram a confluência de forças políticas (Sindicatos, Partidos Políticos, etc.) favoráveis à solidificação e surgimento do MST, que culmina, em janeiro de 1984, com a realização do I Encontro Nacional, realizado em Cascavel/PR.

Com isso, a partir da consolidação do MST, por meio das ocupações, acampamentos e conquistas de assentamentos, a cooperação agrícola passa a estar vinculada diretamente com o projeto de gestão das “terras conquistadas”, enquanto continuidade da luta política e fomentação ideológica do próprio Movimento, explicitando uma proposta alternativa de (re) organização do trabalho e da produção, a partir da cooperação e, posteriormente, da cristalização da cooperativa como forma específica de formação política e de viabilização econômica dos assentamentos.

Essa dimensão histórico-social do cooperativismo, no raio de atuação do MST, resumidamente, pode ser apresentada da seguinte forma:

- Período (1979-1985): As reflexões, principalmente por parte das lideranças do MST, sobre a organização da produção, iniciaram-se a partir da consolidação dos primeiros assentamentos organizados pelo Movimento. Nesse primeiro período, tem-se a predominância, enquanto organização do trabalho, do individualismo, no qual a conquista da terra era concebida como objetivo máximo e o que existia, em nível de metodologias de organização, eram algumas experiências dimensionadas e coordenadas, predominantemente pela Igreja Católica, através de grupos comunitários e associações informais, baseadas principalmente, nos fatos retratados na Bíblia. Ou seja, o trabalho fundamentava-se em mutirão e limitava-se aos ideais cristãos, o que significa que o nível de cooperação era espontâneo, no sentido de que originava da necessidade imediata e não estava ligado a um planejamento vinculado à estrutura organizativa do MST.

Assim, a principal dificuldade era a conscientização dos assentados, em especial no que tange às barreiras da hegemonia do trabalho individual e sobre a necessidade da construção de um espaço de debates e discussões e, por conseguinte, de ações práticas direcionadas à verticalização da organização da produção, sendo que “nessa primeira etapa do movimento havia uma visão romântica da produção” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p.95).

- Período (1986-1990): Nesse período, os debates sobre a questão em pauta foram aprofundados com a participação de técnicos vinculados ao projeto político do MST, além da realização de diversas viagens (Israel, Espanha, Cuba, Honduras, Nicarágua, Peru e México), por parte de algumas lideranças, a fim de conhecerem e estudarem outras experiências e discussões/reflexões já acumuladas em outros países. A verticalização da organização cooperativa nesse momento está atrelada às condições objetivas, sendo que “Foi preciso então que a própria

base do movimento – os assentados – começasse a enfrentar os problemas reais: necessidade de mecanizar as lavouras, mudanças de padrão técnico do seu trabalho, acesso ao crédito etc.” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p.96).

A partir do momento em que as lideranças retornaram, principalmente de Cuba, em 1986, iniciou-se o processo de estruturação de uma proposta direcionada à organização da produção, tendo como característica um processo de sistematização e estudos, no qual solidifica-se, paulatinamente, a idéia de associar a cooperação como uma forma de potencializar o desenvolvimento sócio-econômico, desde formas mais simples de organização (mutirões) até formas mais complexas (Cooperativas de Produção Agropecuária).

Em Maio de 1986, o MST organizou o I Encontro Nacional dos Assentados, do qual participaram representantes de 11 Estados brasileiros. O objetivo desse encontro era justamente estimular e aprofundar discussões coletivas voltadas à elaboração de propostas específicas para a viabilização da cooperação agrícola. O resultado mais imediato foi a formação de uma Comissão Nacional dos Assentados e a principal reivindicação direcionou-se para os subsídios voltados à pequena produção. Isso propiciou a concretização da primeira luta, internamente à égide organizativa do MST, com relação à produção, que se expressou na conquista de uma linha de crédito voltada especificamente para investimentos em áreas de reforma agrária, como o PROCERA⁵ (Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária), em 1986.

Um outro elemento importante que propiciou a consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados, nesse período, diz respeito às novas leis, particularmente no que tange à fundação e regulamentação das cooperativas, promulgadas na Constituição de 1988, que garantiu, de certa forma, uma autonomia na gestão cooperativa.

Em Maio de 1988, foi organizado um “Manual de Cooperação Agrícola”, expressando assim, a organização interna do MST, via imprensa informativa, desenvolvendo e potencializando seu trabalho de base.

O Sistema Cooperativista dos Assentados resultou, basicamente, desse acúmulo de discussões e experiências, sendo que foi consolidado a partir de 1990, com a realização de um seminário sobre as experiências de cooperação agrícola, no qual foram definidas as principais linhas políticas de organização da produção, além da estruturação das Cooperativas de Produção Agropecuárias e a base territorial prioritária de consecução desse projeto, sendo selecionados os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Ceará.

- Período (1990-1995): Esse período iniciou-se com a vitória eleitoral de Fernando Collor de Melo, consolidando uma adversidade política, o que colocou para o MST o desafio de estruturar formas alternativas de organização do trabalho e da produção. A partir da implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados, os debates passaram a ser direcionados com o objetivo de consolidar a proposta de implementação de cooperativas, imbricada à estrutura organizativa do MST em escala nacional. A primeira idéia que surgiu refere-se à criação de uma Cooperativa Nacional de Crédito, mas que, com o aprofundamento dos debates, acabou sendo rejeitada devido a sua inviabilidade

⁵ Foi organizado a partir de 1986 com dotação dos recursos do FINSOCIAL por meio do BNDES. A partir de 1990 passou a ter recursos do Orçamento da União e dos fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste).

calçada em suas potenciais restrições legais, já que eles teriam que realizar operações municipalizadas. A Direção Nacional do MST concluiu ser necessário criar um centro organizativo geral, vinculado, inclusive, à legislação. Disso resultou, a partir de um Seminário realizado em Curitiba, em maio de 1992, a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Na prática, o projeto cooperativista do MST é egresso de um processo cumulativo de debates e experiências, materializadas, inicialmente, a partir de 4 Cooperativas Centrais, nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo..

A partir do III Congresso Nacional, em 1995, inicia-se uma etapa de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados, sendo que “O SCA, embora tenha o nome cooperativista, é muito mais uma indicação ideológica. Tem como meta articular todos os assentados e continuar debatendo qual é o futuro do desenvolvimento rural, da produção dos assentamentos, enfim, promover o debate econômico que está relacionado com todos os assentamentos” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p.105).

- Período (1996-1999): A partir do final de 1995, no que tange à organização da produção inerente à estrutura organizativa do MST, dimensionou-se o processo de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados; a territorialização das Cooperativas de Produção Agropecuárias e das Cooperativas Regionais de Comercialização e Prestação de Serviços; além do fortalecimento orgânico da CONCRAB e de verticalização de estudos e experiências (como selecionar linhas de produção; discussões atinentes à compreensão da lógica do mercado, etc.) e propagação das agroindústrias e da diversificação da produção.

Partindo desse processo cumulativo de experiências, a lógica político-estratégica do MST fundamentou-se em construir um sistema que siga uma certa lógica na questão da produção, de controlar qualidades e marcas que sejam referências em nível regional e nacional, visando, portanto, ao fortalecimento de uma determinada linha de produção e garantia de mercado. É o que está asseverado no discurso oficial do MST, quando aponta que: “Passamos a entender que era impossível avançar organizando a produção apenas no nível da subsistência. Isto não mexia com o capitalismo; ao contrário, ele nos excluía. Surge o desafio de fazer uma produção que envolvesse a subsistência e o mercado”⁶.

4. A importância tático-estratégica do cooperativismo no raio de atuação do MST

O cooperativismo, aqui entendido como a inserção dos trabalhadores em torno de um projeto político-ideológico articulado a uma estrutura organizativa mais ampla, esteve presente no debate político e científico nos últimos séculos. Lênin e Engels apontavam para a necessidade de se pensar a organização dos trabalhadores, enraizada em uma base societária para além do capital, ou seja, do ponto de vista da construção de um projeto político (de aliança proletária) capaz de superar a

⁶ Cf. CONCRAB, 1997, p.31.

“ideologia da propriedade individual” e se fundamentar no processo de socialização dos meios de produção. Esse debate específico data do período entre o final do século passado e o início deste século e, apesar do tempo percorrido, acreditamos que essa discussão, enquanto perspectiva ideológica e pragmática, ainda expressa sua contemporaneidade e sua importância político-estratégica, enquanto projeto de classe.

Dessa forma, do ponto de vista estratégico, o cooperativismo está inserido nessa discussão, na idéia da organização coletiva, como forma de consolidar um contra-projeto político na esfera da organização do trabalho e da produção.

Assim, no raio de atuação do MST está vinculado à necessidade da construção coletiva de uma nova base objetiva e subjetiva de inserção política dos trabalhadores, ou como defender ser necessário “Vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade, e, portanto, de luta” (CONCRAB, 1997, p.13). Em nosso entender, se o MST perder esse referencial ideológico, o sentido político de suas ações poderá ser sufocado, daí a importância estratégica do cooperativismo, a dimensão concreta pela qual a gestão dos lotes está ligada a um apontamento político mais amplo, que perpassa, necessariamente, pela discussão específica sobre relações de propriedade.

O cooperativismo se pauta, internamente ao MST, como principal linha política de organização da produção e comercialização nos assentamentos “O MST entende como cooperação agrícola todas as formas de organização coletiva na produção, na comercialização, na prestação de serviço e na agroindústria” (STÉDILE; GORGEN, 1991).

Isso significa que a cooperação agrícola expressa-se como um instrumento tático-estratégico de gestão político-territorial, cuja base discursiva é a superação do trabalho familiar direcionado especificamente à subsistência, potencializando, dessa forma, a organização do trabalho de base familiar e preferencialmente coletivo, na seara da produção de mercadorias.

O discurso do MST sobre a necessidade do cooperativismo (manifestado nos artigos publicados na sua imprensa informativa), contempla fundamentos econômicos, políticos e sociais⁷. O cooperativismo passa a ser visto como:

- a) condição de fortalecimento político (via estruturação orgânica e formação de quadros);
- b) condição de (re)estruturação produtiva, tendo como base o aumento da divisão social do trabalho, da especialização e da produtividade do trabalho; e
- c) condição para a qualificação da vida dos assentados.

Esses são os princípios nos quais materializa-se o discurso do MST em defesa do cooperativismo. Vamos agora detalhar a explicação de cada uma dessas dimensões/facetas discursivas:

a) *O fortalecimento político*: O discurso do MST, no que tange especificamente à relação entre o cooperativismo e o fortalecimento político, pauta-se na idéia de que a cooperação reforça a organicidade (ações específicas articuladas a uma rede organizativa mais ampla) dos assentados. Uma outra questão inerente a essa temática diz respeito à formação de “quadros”, ou seja, a cooperação seria uma condição para potencializar a formação de militantes políticos ligados especificamente ao processo de gestão das cooperativas.

⁷ Mais detalhes sobre a especificidade desses fundamentos ver: Concrab (1991).

A questão essencial que permeia essa discussão é a relação entre a produção do discurso e sua manifestação enquanto ação territorializada, ou seja, os princípios do MST são gerais, são direcionamentos políticos, cuja análise deve contemplar, necessariamente, a *diferencialidade* expressa na territorialidade do próprio movimento. Assim, o que podemos definir é que a cooperação agrícola é uma forma do MST coordenar a produção e a comercialização nos assentamentos, visando ao seu fortalecimento político enquanto organização, cuja base é a propagação da idéia da viabilidade dos assentamentos rurais, tendo como aparato a inserção mercadológica.

b) *A (re)estruturação econômico-produtiva*: Os fundamentos econômicos da cooperação agrícola, segundo o MST, são os seguintes: “necessidade do aumento do capital constante, necessidade de aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o capital variável por produto, o aumento da divisão do trabalho na agricultura e na pecuária, a maior especialização e o aumento do volume da produção, como forma de influir no preço do produto final” (CONCRAB, 1997).

Segundo o MST, o cooperativismo seria uma forma de potencializar o acúmulo de um determinado “capital social”, o que já expressa um paradoxo aparente, já que o capital é engendrado pela capacidade de se reproduzir por meio do processo de agregação de valor, por meio da expropriação do trabalho estranhado. Esse “capital social” seria produto dessa divisão do trabalho e do aumento de sua produtividade, por meio do aumento do capital constante (máquinas, insumos etc.).

Essa equação desdobra-se na necessidade de repensarmos uma série de conceitos, principalmente o de “empresa social”⁸, que é um rótulo que está sendo usado para classificar a amplitude do MST, pois toda empresa é social, não existe uma empresa a-social. Essa qualificação quer apresentar uma empresa benéfica, com um lucro socializado, o que não fica devidamente claro, já que uma das dimensões que explicam o processo de agregação de valor é calcada na cristalização do trabalho socialmente necessário na seara do processo social e, portanto, esse processo deve ser compreendido em seu movimento contraditório e não por etapas aparentemente desconectadas, que é a base da idéia de “distribuição do lucro ou sobras”, ou seja, a distribuição compreendida em alienação à própria produção, sem uma visão de processo (distribuição, circulação, produção imediata e consumo).

Essa é uma questão complicada, já que o MST parte da idéia de aumento da produtividade do trabalho, via divisão do trabalho e reestruturação tecnológica “Para se conseguir aumentar sempre mais a produtividade do trabalho na agricultura é preciso implementar, através da cooperação, pelo menos, a divisão social do trabalho [...] Outro fator que influi no aumento da produtividade do trabalho é a introdução de máquinas (dias de trabalho acumulados), desde que tenha viabilidade, para parte das atividades” (CONCRAB, 1997, p.23).

De certa forma, seria a perspectiva de transmutação do trabalho concreto em trabalho abstrato, que é o trabalho que produz mercadorias. Assim, teríamos uma discussão no seguinte viés: o cooperativismo no raio de atuação do MST seria um processo de socialização do lucro? O que teríamos seria uma contradição, pois o MST articula o cooperativismo a partir de uma perspectiva

⁸ Sobre essa discussão específica referente ao conceito de empresa social ver: Pasqueti (1998).

pautada na idéia de superação do capitalismo, entretanto as relações de trabalho e de produção expressariam relações de caráter tipicamente capitalistas?

c) *A questão da qualificação social*: O cenário discursivo do MST acerca da necessidade e justificativa da cooperação agrícola completa-se com a idéia essencial de melhoria da qualidade de vida dos assentados, ou seja, a cooperação seria uma forma de qualificar a vida dos assentados. Essa qualidade de vida é expressa e compreendida pelo MST a partir dos seguintes indicadores: urbanização das moradias, desenvolvimento e implementação de infra-estrutura básica (energia elétrica, esgoto etc.), desenvolvimento da educação, transporte coletivo, qualificação do lazer e da saúde.

Assim, o cooperativismo seria uma condição para a melhoria da qualidade de vida dos assentados, a partir do aumento da renda individual, o que expressa, em nosso entender, um dimensionamento importante da articulação discursiva do MST, pois a idéia de articular o cooperativismo com qualidade de vida, visa a inserir o assentado em sua totalidade, pois este passa a entender essa proposta de gestão territorial como uma forma de melhorar “sua qualidade de vida”, ou seja, isso traz para a discussão (que é centrada numa tendência estratégica de superação do individualismo) mesmo os atores sociais que pensam essa proposta no sentido inverso (de manutenção do individualismo).

Obviamente que estudos localizados podem expressar a concretude desse projeto, mas o que nos interessa aqui é o reforço de um delineamento teórico-conceitual inicial de que o cooperativismo é um instrumento estrutural de cunho sócio-econômico, no qual o MST visa a expressar, por meio de resultados concretos (mensurados a partir da idéia de qualidade de vida dos assentados) a viabilidade de seu projeto de gestão político-territorial. Esse é o eixo da discussão, o cooperativismo não é meramente um aparato de reestruturação tecnológica, tampouco uma questão imbricada à idéia de produtividade, sendo, portanto, uma somatória desses elementos, cuja força motriz é o fortalecimento estratégico do MST, enquanto movimento social organizado territorialmente.

Esse fortalecimento político deve ser compreendido na inserção diferenciada dos diversos atores sociais (assentados, associados, lideranças etc.) no processo cooperativo e na relação existente entre a elaboração discursiva (por parte das lideranças do MST) e a territorialidade (aquilo que se manifesta enquanto “concretude”), ou seja, é a partir do estudo do ordenamento territorial que se pode identificar a essência das relações sociais, parametrizadas pela intersecção contraditória entre os sujeitos sociais e o cenário produzido nesse movimento que assume a forma concretizada do significado dos fenômenos nos lugares. Isso significa que é a partir do estudo das singularidades das experiências de cooperação agrícola, internamente à estrutura organizativa do MST, desenvolvidas no território brasileiro, que poderemos compreender a essência da produção discursiva e a manifestação territorial em sua fisicidade.

5. Considerações Finais

O que podemos concluir neste texto, refere-se à necessidade de encetarmos uma reflexão sobre as metamorfoses no “mundo do trabalho”, tendo como referencial teórico-metodológico o “olhar” geográfico, como forma de compreendermos o movimento contraditório da sociedade (tendo como estrutura central a luta de classe) a partir de sua manifestação enquanto ordenamento territorial, cuja singularidade é a materialidade fenomênica, isto é, o movimento assumindo formas específicas nos lugares.

Uma outra questão que julgamos ser importante ressaltar diz respeito à necessidade de compreendermos o cooperativismo a partir do conceito de gestão territorial, articulando as ações específicas do MST com um projeto político geral, ou seja, o cooperativismo como apontamento ideológico, através do qual o MST articula a gestão dos assentamentos com seu projeto político-estratégico. Todavia, é imperioso incentivar pesquisas, para que se possa apreender a trama envolvente, priorizando o exercício da gestão territorial e a dimensão tático-estratégica do MST, como forma de através da Geografia, implementarmos um aprofundamento teórico-conceitual capaz de explicar o movimento e a essência do fenômeno em pauta, a partir do movimento contraditório da *processualidade* social.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa.** São Paulo: Boitempo, 1998.
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL: quatro anos organizando a cooperação. **Revista Concrab**, São Paulo, 1996.
- FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- GORGEN, F. S. A.; STÉDILE, J.P. (org.) **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1991.
- HARVEY, D. **Los Limites del Capitalismo y la Teoria Marxista.** Cidade do México: Fundo de Cultura, 1990.
- KAGEYAMA, A.; GRAZIANO DA SILVA, J. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** Campinas: UNICAMP/ IE, 1987.
- LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MÉSZAROS, I. **A necessidade do controle social.** São Paulo: Ensaio, 1987.
- MST. Perspectiva da cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola**, n.4, 1995.
- MST. A cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Formação**, n.20, 1993.
- MST. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola**, n.5, 1997.
- MST. Cooperativas de produção, questões práticas. **Caderno de Formação**, n.21, 1996.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. **Conceito marxista de homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p.82-170.
- MÉSZÁROS, I., "A ordem do capital no metabolismo social da reprodução". **Ensaio Ad Hominem**, São Paulo, n.1, 1999, p. 83-124.
- MOREIRA, R. **A diferença e a geografia (o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia).** Rio de Janeiro: [s. n.], 1999. Mimeografado
- OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.66, 1988a.
- PASQUETTI, L. A. **A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST.** 1998, 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- PRADO JR., C. **A questão agrária no Brasil.** 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRODUÇÃO alternativa, diferente e de oposição. **Revista Sem Terra**, n.1, jul.ago.set., p.17 e 18, 1997.
- RIBAS, A D. O sistema cooperativista dos assentados. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 1, 1998. (Série Estudos).

RIBAS, A.D. et.al. Marxismo e geografia: paisagem e espaço geográfico: uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n. 21, 1999.

RIBEIRO, J. C.; THOMAZ JÚNIOR, A. Entre a sepultura e a trincheira: o movimento sindical e a exclusão social. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 4, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STÉDILE, J.P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

THOMAZ JR., A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana. (uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)**. 1996. 398 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

THOMAZ JR., A. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classe. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 24, 1998.

THOMAZ JR., A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DEL DESARROLLO EM IBEROAMÉRICA, 1999, Santiago de Compostela. **Actas...** Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

THOMAZ JR., A. **Restruturação produtiva do capital e qualificação do trabalho**: os desafios para o movimento sindical na viragem do século XXI. Presidente Prudente: [s. n.], 2000. Mimeografado.

O DISCURSO JORNALÍSTICO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA: *O Fato e a Interpretação* *

Sônia Maria Ribeiro de Souza
Antonio Thomaz Júnior

*"Você viu no jornal de ontem sobre o...?"
"Ta em todos os jornais, só se fala disso..."*

*"Mais do que o que pensar, os meios
nos dizem sobre o que pensar"
(B. Cohen)*

1. Introdução

Limitamo-nos neste texto a examinar, através de alguns recortes de jornal, as características das formações discursivas e sua presença no discurso jornalístico. Tentamos mostrar como essas marcas demonstram a construção, pelo jornal *O Imparcial*, da representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra associada a códigos lingüísticos semanticamente negativos e que desqualifica a discussão sobre a legitimidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

A leitura e o fichamento do texto jornalístico para a constituição deste trabalho acabaram por revelar-nos, em alguns momentos, a crueza do noticiário e abriram-nos contato com um mundo até certo ponto desconhecido: o mundo dos protagonistas dos fatos referidos no jornalismo. Foi possível perceber a forma como o jornal veicula fatos isolados sobre as ações do MST, em geral sempre associados a juízos de valor, o que reflete a parcialidade dos fatos noticiados. Pela constância de sua ocorrência, tais notícias, geralmente associadas a atributos como "crime", "desordem", "infração", entre outros, desqualifica o movimento e referenda, de certa forma, a violência contra os trabalhadores rurais e a reforma agrária no país. Estabeleceu-se a relação, que por certo existiria, entre a produção da notícia e a forma de expressá-la escolhida pelo jornal *O Imparcial*, tendo em vista destacar, em seus componentes lingüísticos, a construção do discurso e sua matriz ideológica.

O texto apresenta a seguinte estrutura: na primeira parte fazemos um rápido resgate sobre o processo de territorialização do MST no país e especificamente no Pontal do Paranapanema; em seguida apresentamos uma discussão sobre a maneira como O Movimento comparece no jornal, onde tentamos mostrar como as marcas da língua e sua presença no discurso jornalístico favorecem e mesmo conduzem interpretações distorcidas das ações do MST e, por conseguinte, sua representação como inimigo, buscando discutir conceitos de discurso e violência que nortearão as análises das reportagens.

* Esse texto foi publicado na Revista **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 8, v.1, n.22, mai./ago., 2002, p.24-31.

Finalizamos este trabalho demonstrando como a linguagem jornalística, nas suas várias manifestações, constitui uma das formas mais expressivas de representar a violência através de um discurso articulado que incorpora evidentes propósitos sensacionalistas, que se tornam eficientes para expressar não só as notícias, mas também – é inegável – a sua sintonia com os interesses do poder econômico (agrário) local.

2. O processo de territorialização do MST: um breve resgate

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra surge em meio a um intenso processo de urbanização vivido nas últimas décadas com uma crescente evolução da exclusão social. É o resultado de uma estrutura agrária que é histórica no Brasil. Emergiu a partir da articulação das lutas pela terra que foram retomadas na década de 1970, sendo criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra, de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná, expressando desta forma o resultado de um período de organização e de lutas, que vai de 1979 a 1984. Hoje, o MST está organizado em praticamente todo o país (22 Estados).

No Estado de São Paulo, a formação do MST se deu através das lutas dos trabalhadores rurais entre os anos de 1980, 1985 e 1986, sendo que os primeiros embates foram travados nas regiões de Andradina, Itapeva, Campinas, Pontal do Paranapanema, entre outras. Considero desnecessário mapear, neste artigo toda a trajetória política de luta do MST no Estado de São Paulo, portanto tratarei deste processo apenas na região do Pontal do Paranapanema.

A região do Pontal do Paranapanema é expressão fiel do processo de “grilagem” de terras. Em função das irregularidades existentes nesta apropriação e da grande concentração de terras, a região tornou-se um espaço no qual os conflitos fundiários são freqüentes. Isso desencadeou um processo que se materializou na construção de um espaço de luta e de resistência dos trabalhadores rurais. Também é nesta região que a UDR reaparece no cenário político como representante do patronato rural, sendo, então, o braço organizativo dos latifundiários e, portanto a representação e manutenção da estrutura fundiária do país e principal oponente às práticas de luta do MST.

Com a crescente mobilização dos trabalhadores rurais e com a organização dos proprietários pela UDR, irrompeu-se um intenso processo de violência contra os trabalhadores, como forma de desmobilizar o movimento de luta pela terra e a reforma agrária. Desde a sua primeira ocupação, realizada no dia 14 de julho de 1990, na fazenda Nova Pontal, em Rosana, o MST registra em sua história, na região do Pontal do Paranapanema, mais de 50 assentamentos. Os assentamentos rurais são produtos dessa correlação de forças e dos embates que foram travados ao longo deste processo de luta pela terra e que resultaram em mudanças que são expressas territorialmente. Isso demonstra, conforme Fernandes (1996), a forma de atuação do MST, a sua territorialização e sua consolidação enquanto organização dos trabalhadores rurais.

3. O MST no jornal *O IMPARCIAL*

Conforme anunciamos, a investigação tem como eixo central mostrar de que maneira a imprensa escrita constrói, a partir de suas perspectivas argumentativas, formações discursivas que incidem sobre as ações do MST que pudessem desqualificá-lo enquanto movimento legítimo de luta pela terra.

Observando que a veiculação de tais conteúdos era feita por manifestações ideológicas da língua, fizemos um levantamento de ocorrências lingüísticas em que buscamos mapear, em nível discursivo, as marcas de um discurso em um padrão lingüístico que nos possibilitasse verificar a representação ideológica sobre o MST. Para tanto, durante dois meses o estudo foi conduzido nos arquivos do jornal *O Imparcial*, cujo recorte foi a década de 1990.

Foram 3.650 edições pesquisadas, nas quais haviam 749 matérias publicadas sobre o MST e seus desdobramentos, ou seja, quase uma matéria sobre o assunto a cada quatro edições e meia, em média. Primeiro, então, foi feito um levantamento do assunto no jornal, seguido da seleção e recortes textuais sobre os quais incidem a análise. Nos detivemos em manchetes e “leads” - expressão usual dos jornalistas e que se refere à cabeça da matéria. Cerca de 20% das mais de setecentas edições, associam a luta pela terra, ou as ações do MST a denominações semanticamente negativas como: “invasões”, “radicalismo”, “guerrilha”, entre outras adjetivações. As designações de modo geral, expressam também o que não se diz, pois mesmo o não dito carrega entendimentos implicados.

Tendo em vista que a imprensa tem um papel social a cumprir, onde educa e contribui para a compreensão de símbolos e na formação de significados ocorrentes no cotidiano da sociedade, o paradoxo se faz sentir quando o assunto em pauta é o MST e a luta pela reforma agrária. A imprensa, através de seus componentes lingüísticos, além de contribuir para uma representação preconceituosa, à medida que associa a luta do MST pela posse da terra a qualificações como “baderna” e “inconseqüência”, também minimiza as ações do poder público e governamental. Nossa preocupação básica foi, portanto, delinear qual ou quais formação (es) ideológica (s) irrompe (m) no discurso da imprensa sobre as ações do MST, na década de 1990, com algumas implicações: conflitos, relações de poder, constituição de identidades culturais, produção de preconceitos e os desdobramentos territoriais.

4. O emprego da linguagem no jornal *O IMPARCIAL*

Segundo Berger (1998), a linguagem compõe e não narra aquilo que ela representa. Pensada desta forma, diminui a solidez ou a firmeza da prática jornalística, pois, se é apropriada, deixa de requerer para si a imparcialidade no movimento da notícia, ou seja, do acontecido para a publicação, e percebe a notícia como construção de um acontecimento pela linguagem. Esta concepção dá ênfase à tensão que é comum ao trabalho jornalístico, uma vez que é na convicção de que há uma relação entre o real e o texto que reside a confiança e credibilidade na imprensa, a qual

foi aprimorando os artifícios para evidenciar a existência da verdade (foto, rádio e TV). A rapidez, o momentâneo, ou o caráter de instantaneidade do fato dá a aparência do acontecimento acontecendo e, neste sentido, o fato e o relato são indiferenciáveis.

Nosso estudo então, se baseia no entendimento da linguagem como processo produtivo. A linguagem é trabalho simbólico, portanto, “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema [...] A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc” (BAKHTIN, 1997, p. 14).

Convém esclarecer que embora de posse da compreensão de que a linguagem jornalística é composta pela união de várias linguagens: a linguagem verbal escrita, a fotográfica, a gráfica e a diagramática (Dias, 1996), nossa análise se restringe à linguagem verbal escrita, mais especificamente, à questão do registro da linguagem.

O jornal, como qualquer bem cultural (material e/ou simbólico) pertencente às diferentes classes sociais é revelador dos valores, preocupações e interesses dos grupos sociais.

Não trataremos aqui, evidentemente, de analisar o jornal *O Imparcial* tendo por base manuais de redação de outros jornais, a título de comparações, contudo é possível verificar que há um conjunto de procedimentos que regulamenta a prática jornalística. No jornal também se encontram os indicativos para a compreensão do jornalismo, isto é, seus vínculos com o mercado – patrocinadores, consumidores – e o cotidiano de um espaço que tem como função a informação dos fatos. Alguns jornais, a *Folha de São Paulo*, por exemplo, têm como tendência o discurso de um veículo mais intelectualizado e, assim, menos submetidos às regras do mercado/lucro. No entanto, o predomínio é sua função mercadológica.

Caberia talvez, indagar aqui por que e como essa publicação envereda, em termos de linguagem, para uma formação discursiva que se caracteriza por uma forma específica de veicular a notícia sobre os atos dos trabalhadores (MST) através de uma linguagem recheada de jargões jurídicos.

A razão, em princípio, pareceu-nos a busca de identificação entre a linguagem do jornal e a de um público leitor muito específico, ou seja, objetiva-se levar para um público leitor as ações do MST, como sem legitimidade, daí talvez a predileção do jornal pelo noticiário sensacionalista e pejorativo entremeado por termos jurídicos. Busca-se, portanto, atender à expectativa deste público leitor, da mesma forma como quem fala procura satisfazer às expectativas lingüísticas de seu interlocutor.

Acompanhemos alguns fatos noticiados nas manchetes do jornal *O Imparcial*:

Advogado quer proteção policial permanente contra os sem-terra.

(ADVOGADO, 21 abr. 1995, p. 5).

Polícia Militar transfere despejo de sem-terra acampados na Arco Íris .

(POLÍCIA, 18 abr. 1995, p. 6).

Juiz vai multar sem-terra que insistir nas invasões.

(JUIZ, 12 jan. 1997, p. 8).

Invasão urbana.

(INVASÃO, 14 ago. 1996, p. 2).

Fazendeiros querem proteção da PM

(FAZENDEIROS, 17 jul. 1996, p. 6).

Liminar de despejo de sem-terra deve sair amanhã

(LIMINAR, 7 jan., 1992, p. 16).

Sem-Terra descumprem ordem judicial.

(SEM-TERRA., 13 out. 1995, p. 3).

Justiça manda prender líderes do MST.

(JUSTIÇA, 30 out. 1995, p.5).

Aqui nessas manchetes, os sujeitos ou atores sociais falam por si. A Justiça ordena a desocupação, a PM manda desocupar, os proprietários exigem a desocupação e os trabalhadores rurais sem-terra só desocupam a força. O movimento então, é: para cada ação ilegal (eles são invasores) dos trabalhadores rurais sem-terra há uma ação legal da PM (ela faz desocupar), portanto, a suposição de que o leitor conhece a estrutura hierárquica e as funções dos setores que compõem a máquina administrativa do Estado. Neste sentido as manchetes-título evidenciam o mapa de ações e funções dos governos Federal, Estadual, ITESP, e diferenciam, a partir da vinculação com a propriedade, quem está contra e quem está a favor da lei. O procedimento em relação à terra, a propriedade e à lei é uma linha divisória entre os movimentos sociais e o Estado. As manchetes sobre as ações do MST, no jornal O Imparcial, avaliam essas ações praticadas, abonando a lei que protege a posse da terra.

Essas manchetes-título também atestam a preocupação do jornal com a adequação da linguagem ao juridicismo, o que também sinaliza o comportamento do Estado rumo à judicialização da luta pela terra no Brasil. O uso de expressões policiais e/ou jurídicas como, por exemplo, *liminar de reintegração de posse, proteção judicial, etc.*, caracterizam um discurso que atende as regras de linguagem de um determinado grupo e revela o comprometimento do jornal com a formação da imagem do MST como fora da lei, desordeiro, ilegal e ilegítimo, portanto, ao mesmo tempo em que constrói uma imagem da justiça como uma instituição acima do bem e do mal, conferido-lhe o verniz da imparcialidade e neutralidade. Exemplo de procedimento semelhante encontramos nas notícias abaixo:

PM vai despejar sem-terra amanhã: A PM transferiu para amanhã a operação que cumprirá a reintegração de posse concedida pela justiça de Mirante do Paranapanema contra invasores da fazenda Arco Íris. (PM vai despejar Sem-Terra amanhã, 18 abr. 1996, p.6).

Sem-terra usam tática “ocupações-relâmpago”: Cerca de 600 integrantes do MST, que fazem parte do grupo que está no acampamento 1º de Abril, em Mirante, retornaram a prática de promover “ocupações-relâmpago”. (SEM-TERRA, 28 abr. 1995, p.5).

As expressões *despejar, invasões, tática, promover*, revelam a flagrante tendência da informação e a preocupação em suprir possíveis deficiências ou dúvidas do leitor sobre a falta de legitimidade das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Mediante essas expressões, que são usuais na composição das manchetes e *leads* do jornal, está inscrita, nos parece, a medida dos interesses que orientam a produção da notícia. O leitor tem subsídios que o conduzem a uma tomada de posição em relação ao conflito (observe que o relato nem ao menos identifica a ação como necessária por se tratar de terras devolutas). De qualquer forma os recursos lingüísticos empregados facilitam uma compreensão equivocada e, certamente, desfavorável ao MST.

Um outro aspecto importante é observar o problema da unidade de linguagem no jornal. Ao lermos a notícia, percebemos que o jornal tem a pretensão de encaminhar a redação para a idéia de um estilo uno, equilibrado, “correto”, que daria ao jornal uma teórica e utópica unidade lingüística, com a vantagem de colaborar com a imparcialidade e com a mais pura informação dos fatos. Aliás, essa é uma prática bastante comum em nosso jornalismo. Todos se dizem imparciais e neutros, quando na realidade, eles mesmos sabem que é impossível a imparcialidade no relato de qualquer fato jornalístico. A verdade é que essa pretensão nem sempre se realiza e a variedade e o impacto das notícias acabam levando, freqüentemente, esse estilo para fora dos parâmetros previstos, além de desvendar um discurso ideológico e a serviço da classe dominante. Vejamos alguns exemplos:

Clima de medo: O advogado Daniel Schwenk, um dos principais defensores dos fazendeiros do Pontal do Paranapanema, com cerca de 80 clientes, disse ontem (10) que a maioria absoluta dos que possuem gleba acima de 500 hectares naquela região, está disposta a fazer acordo com o Estado para que as áreas sejam transformadas em projetos de assentamentos de trabalhadores. Segundo Schwenk, esta situação é decorrente do clima de medo e intranqüilidade geral criado na região a partir de 1990, quando o MST transformou o Pontal do Paranapanema em sua principal base de atuação no interior do Estado. Além das invasões com as seguidas depredações das fazendas, os sem-terra conseguiram também gerar um clima de absoluta insegurança pessoal entre os fazendeiros, através da violência que caracterizou alguns conflitos. (CLIMA, 11 abr. 1995, p.5).

Cerca de 50 trabalhadores ligados ao MST e que fazem parte do assentamento emergencial da Fazenda São Bento, bloquearam durante todo o dia de ontem a Agência do Banco do Brasil em Mirante do Paranapanema, em protesto pela suspensão de créditos agrícolas pelo Governo Federal. Os manifestantes, que carregavam bandeiras do MST, impediram o funcionamento da agência, não permitindo nem mesmo que um carro-forte pudesse desembarcar malotes. (CERCA, 18 abr. 1995, p.6)

A reforma agrária no Pontal já nasceu sobre o signo da violência: Instalado o governo Franco Montoro, comprometido com as esquerdas mais radicais, um dos primeiros atos do Palácio dos Bandeirantes, transmitidos às suas lideranças políticas em Presidente Prudente, na época, foi o de iniciar a reforma agrária no Pontal do Paranapanema. Sem qualquer planejamento, mas representando apenas uma vontade política e ideológica, criaram a gleba XV de Novembro que até hoje é um simulacro de reforma agrária. Seus líderes Zelmo Denari e Adilson Gil de Oliveira, o primeiro como Procurador do Estado e o segundo como diretor da Divisão Regional agrícola, perpetraram verdadeiro crime ao destruírem uma fazenda tão planejada que contava com o financiamento do Banco Mundial, a Santa Marina, de propriedade do Sr. Plínio Dias Junqueira Júnior. A Santa Marina vinha investindo pesado na implantação de forrageiras e no aprimoramento genético do Nelore. De uma hora para outra a propriedade foi mutilada, o rebanho confinado, instalações destruídas interrompendo a atividade econômica de uma grande empresa pecuária. Os tempos mudaram, agora sem os motivos políticos de Denari e Adilson Gil, mas com uma pesada carga ideológica, do MST, Pastoral da Terra, da Igreja Católica, via CNBB.

O PMDB perdeu o controle de sua reforma agrária que foi assumido pelo PT e pela CUT, tendo seu representante na área o Sr. José Rainha. É a tão apregoada reforma agrária que estamos assistindo: a destruição de propriedades altamente produtivas, como a do Sr. Kurata, em Mirante do Paranapanema. Agora o Instituto de Terras promete novos rumos para o assentamento de sem/terras na região. É esperar para ver. (A REFORMA, 18 abr. 1995 p.2)

As expressões acima utilizadas, *clima de medo, insegurança, de uma hora para outra, controle, destruição*, aparecem no texto jornalístico com tamanha naturalidade, que não é demais afirmar que é uma evidência que o jornal compartilha com a opinião de um segmento de classe e cujos desdobramentos são perceptíveis pelo tom das notícias apresentadas; não há isenção de opinião, nem imparcialidade nas matérias. Essas ocorrências, que despontam de forma aparentemente aleatórias (não é todo dia que esse tom emerge), evidenciam a influência que o discurso jornalístico pode exercer e a relativa força (unificadora) da linguagem empregada. As adjetivações são buscadas intencionalmente e constituem a tônica do discurso que permeia a posição do jornal frente à questão da terra e o MST no Pontal do Paranapanema e que compactua, conforme Thomaz Júnior (2001), com as práticas e o discurso latifundista.

Ao tratar das práticas da elite latifundiária no país, Bruno (1997, p. 12) vai dizer que essas são adjetivações “que aparecem como reorganizadores de novos símbolos e novas práticas e se remetem a uma linguagem que se converte em discurso e juízo.” Isso, no nosso entendimento, explicaria por que determinadas manifestações lingüísticas são sancionadas e outras, excluídas.

De modo geral, *O Imparcial* não oferece dificuldades à leitura e compreensão de seus textos, como podemos observar nas reportagens anteriores. Na realidade o jornal busca estabelecer uma interação próxima com o leitor, visando ao discurso soar familiar e isento de julgamentos e/ou valores. Essa familiaridade, verificada pelo formato que ele dá ao noticiário, possibilita a satisfação (aparente) da necessidade e capacidade informativa, pelo leitor.

A título de exemplificação do que estamos afirmando, passaremos ao exame de dois textos retirados do *O Imparcial*:

Notícia 1: Sem-Terras ocupam três fazendas no Pontal: Desde a madrugada de Domingo já chegaram cerca de 2.500 famílias do Movimento Sem terras no município. Eles ocuparam inicialmente as fazendas Haroldina e Arco Íris, num total de aproximadamente 4.600 hectares. Durante a manhã de ontem, vários grupos que estavam acampados na Fazenda São Bento iniciaram a ocupação da terceira fazenda a Canaã. São cerca de 970 famílias que esperam ampliar a área ocupada, que estava definida em torno de três hectares por família. Segundo informações de um dos coordenadores do Movimento, Valter Gomes, estão cadastradas para a ocupação da área 4.500 famílias em toda a região do interior paulista. “Para evitar transtornos com o assentamento, desta vez não permitiremos a ocupação das áreas por famílias que não sejam do Estado de São Paulo,” ressaltou. Ontem pela manhã, um grupo representante dos sem terras e os proprietários das áreas, estiveram na capital em reunião com o Secretário de Justiça e o Governador Mário Covas. (LOPES, 4 abr. 1995, p. 8)

Notícia 2: Diolinda se reuniu com juiz pela manhã: A líder do MST Diolinda Alves de Souza, recolhida no presídio feminino de Álvares Machado, teve audiência ontem, às 8h30, com o juiz Fernando Florido Marcondes, no Fórum de Presidente Prudente. A reunião que durou cerca de meia hora, também contou com a participação do promotor público de Pirapozinho, Paulo Sérgio Ribeiro da Silva, e um dos advogados do MST, Juvelino José Strazake... Segundo informações, o objetivo da líder sem-terra é voltar à penitenciária do Carandiru, em São Paulo, onde permaneceu presa por 17 dias em novembro do ano passado. De acordo com o delegado de polícia de Álvares Machado, Heráclito Ribeiro Júnior, Diolinda está

bem e não reclama das condições do presídio... Dois aspectos levaram Ribeiro Júnior a acreditar no pedido de transferência de Diolinda até o Carandiru. O primeiro é de que no presídio em São Paulo ela possa ficar em uma cela sozinha.... O segundo é a influência política da localização do Carandiru, ou seja, na capital do Estado e centro das atenções do país.
(LOPES, 1 fev. 1996, p.4)

Uma leitura da notícia 1 permite-nos entender a presença de um “narrador-jornalista” que, se além à exposição dos fatos, posiciona-se para além da imparcialidade objetiva e oferece-se ao leitor como um decodificador dos fatos. O uso do discurso direto, estratégia que contribui para o fator distanciamento, aponta-nos a presença de um redator consciente que, ao reproduzir (presumivelmente) as palavras proferidas pelos interlocutores, aproxima o texto do compromisso com a veiculação da notícia e isenção de valores com relação ao fato. No trecho da reportagem 2, podemos fazer tal verificação:

São cerca de 970 famílias que esperam ampliar a área ocupada, que estava definida em torno de três hectares por família. Segundo informações de um dos coordenadores do Movimento Válder Gomes, estão cadastradas para a ocupação da área 4.500 famílias em toda a região do interior paulista. “Para evitar transtornos com o assentamento, desta vez, não permitiremos a ocupação da área por famílias que não sejam do Estado de São Paulo. (LOPES, 4 abr., 1995, p. 8)

Observe-se o privilégio dado à fala do representante do Movimento em detrimento dos proprietários das áreas; o termo “ocupação” ao invés do largamente utilizado, “invasão.” Essa preocupação em enfatizar a ação, o fato, revela-nos a intenção de mascarar a posição do jornal, ou seja, é uma forma de contribuir para idéia de um discurso isento e imparcial da notícia.

Paralelamente a essas manifestações, se somam outras como o uso acentuado de pormenores que caracterizam o envolvimento do discurso.

Para comprovar esse aspecto do discurso jornalístico, consideremos, a título de exemplificação, o 3º parágrafo da notícia 2:

Dois aspectos levam Ribeiro Júnior a acreditar no pedido de transferência de Diolinda até o Carandiru. O primeiro é de que no presídio em São Paulo ela possa ficar em uma cela sozinha. O segundo é a influência política da localização do Carandiru, ou seja, na capital do Estado e centro das atenções do país. (LOPES, 1 fev. 1996, p. 4)

Na realidade estamos diante de um relato ambíguo (ou tendencioso), em que o objeto da notícia, a reunião de Diolinda com o juiz, assume o segundo plano, diante da ênfase dada ao delegado com uma suposta crença (não há nenhum dado na reportagem que confirme isso) nos motivos que levaram a líder do MST à reunião. De fato, a necessidade de criar um contexto para a notícia, deu ao jornalista a liberdade de arbitrar sobre suposições vagas.

Os exemplos vistos demonstram o que observamos no início do texto. De fato o jornal vale-se de estratégias típicas, que na tessitura do texto permite-nos aproximá-lo de um discurso ideológico.

5. A linguagem do direito: as marcas da representação de classe

No tópico anterior, procuramos mostrar certas adjetivações utilizadas na produção da notícia, e vimos que, considerados certos contextos, como o do jornal *O Imparcial*, as adjetivações são buscadas intencionalmente. Afirmamos também que *O Imparcial* apresenta uma linguagem que se aproxima de uma representação de classe, talvez com o objetivo de tornar sua leitura, de certa forma uma continuação da representação da própria classe dominante, conforme vimos nos exemplos.

Veremos adiante que, considerada a temática, a linguagem com todas as suas marcas típicas, também se apresentará como um discurso da violência contra os trabalhadores rurais.

É certo que o texto de *O Imparcial* não nos permite encontrar, na variação de suas seções, um discurso homogêneo, nos vários níveis de análise. Porque, mesmo admitindo que o jornal seja marcado por uma linguagem ideológica, não se pode deixar de reconhecer que existe um processo de elaboração que obedece aos princípios formais de uma redação minimamente comprometida com os acontecimentos. Quer dizer: o texto do *O Imparcial*, não é uma transcrição da fala dos latifundiários, o que ocorre, porém, é a presença constante nas edições pesquisadas, do uso da linguagem quase sempre negativa e depreciativa do MST. Embora fique clara a proposta de uma linguagem “correta,” simples, na maioria das vezes, contida, em que os fatos recebam uma análise fria, um tratamento objetivo, o dia-a-dia do noticiário nos mostra que na abordagem de certos temas é difícil administrar regras de moderação, principalmente se o tema é o MST. Neste sentido, poderíamos inferir que “a legitimidade fundada em sua aparente objetividade será tanto maior quanto menos perceptível for a arbitrariedade que está na origem de toda produção midiática” (BARROS FILHO, 1995, p. 81).

Existe uma diferença marcante entre a linguagem das manchetes e a das notícias. Em princípio, são nas manchetes que se encontram as mais freqüentes marcas da linguagem: as frases de efeito, as frases feitas, a dubiedade. As manchetes merecem cuidados especiais porque delas depende o sucesso de venda do jornal, sendo necessário, portanto, motivar o leitor e facilitar o seu entendimento. E é justamente aí que se constrói, rapidamente, o discurso da violência. Isso nos aponta para a importância de se estar alerta à representação da violência, ou ainda, ao discurso que a elabora. Relacionar a questão da violência sofrida pelos trabalhadores rurais à situação de dominação, tanto social quanto política, implica observá-la sob a ótica do poder. Numa sociedade com antagonismos sociais, a violência reveste-se de um caráter de classe, e mais, torna absolutamente natural o tratamento discriminatório dispensado aos trabalhadores rurais.

Não é o caso de discutirmos, aqui, conceitos de violência. O que consideramos relevante observar é que o discurso veiculado na imprensa é um ingrediente da violência, à medida que contribui para tornarem normais e integradas ao cotidiano do leitor as estereotipias.

Como já dissemos anteriormente, existe uma diferença entre a linguagem das manchetes e as notícias que a elas se referem no jornal. A manchete contém o chamariz da informação; sua função é, segundo Dias (1992), despertar o interesse do leitor para certos pontos

que, espera-se, sejam desenvolvidos no corpo da notícia. Há um encaminhamento da leitura, no sentido de que a ordem de relevância dada, muitas vezes, a um mero pormenor, sirva para atrair a atenção do leitor, conduzindo seu interesse naquilo que o jornal julga ser o mais importante e levando-o a uma leitura predeterminada.

Na verdade, conforme veremos, são estratégias que agem na produção e na recepção de notícias. Insistindo nessa interação entre o discurso da notícia (feito pelo jornalista) e o leitor, que se apresenta como básico para compreender, não só a linguagem do jornal, mas também o processo pelo qual as notícias são “preparadas” para serem lidas, isto é, como se manifesta a influência do discurso sobre o leitor, tendo como base a expectativa que o redator tem de que a notícia seja lida dentro das intenções em que foi escrita. Dias (1996, p. 108), afirma que:

[...]. a influência é um processo complexo, o qual envolve transformações imediatas ou demoradas de modelo de situação, enredos, opiniões, atitudes e, finalmente, ideologias. Esse processo pode ser tão complexo que pode não ter nenhum vínculo direto com a notícia original que influencia os leitores, mas antes com o modelo que eles construíram para o entendimento do texto. Esse modelo é essencialmente “subjetivo,” no sentido de que ele pode incorporar opiniões pessoais e experiências prévias, mas também pode ser influenciado de modo desfavorável numa forma estrutural e social, isto é, por meio dos objetivos do grupo, normas, interesses e atitudes e, conseqüentemente, por preconceitos compartilhados pelo leitor como um membro do grupo.

Ao se analisar o discurso do jornal *O Imparcial* (principalmente, em suas manchetes), devem-se ter presentes essas considerações, com referência a quem recebe esse discurso, ou seja, o leitor do jornal. Não se pode esquecer que ele já tem a expectativa de certas formas de analisar os fatos, de certas formas de expressões, vocábulos e frases feitas que lhe são familiares, uma vez que tem acesso a eles pela leitura do jornal.

Assim, acreditamos, é constituída a compreensão da leitura, ou seja, não há imparcialidade, não há uma leitura “inocente” dos fatos: o jornal já se encarregou de interpretá-los/filtrá-los para o leitor.

Sobre o que estamos afirmando passemos a alguns exemplos de fragmentos de textos retirados do jornal *O Imparcial*:

Tática de Rainha: Como não há gente suficiente para tantas invasões, o líder do MST, José Rainha, recruta as famílias já assentadas para fazerem novas investidas e assim elas são jogadas daqui para ali, sem condições de realizarem suas próprias lavouras. (TÁTICA, 30 ago.1995, p.3).

A Justiça Impõe o seu poder ou o Pontal será uma nova Sierra Maestra: José Rainha, representando o MST, uma articulação do PT e da Pastoral da Terra, age no Pontal do Paranapanema como um novo “el comandante,” invadindo propriedades, destruindo-as, seja queimando suas pastagens, derrubando suas cercas ou cornendo rês e impondo o terror. Ele afronta o Poder Judiciário porque mal cumprida uma ação de despejo para uma reintegração de posse, sua turba, sob seu comando já está invadindo outra propriedade [...] (A JUSTIÇA, 31 ago. 1995, p.95).

Juiz decreta prisão de líderes do MST: O juiz de Direito da Comarca de Pirapozinho, Darci Lopes Beraldo, expediu decreto de prisão preventiva contra treze líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST). A medida foi baseada na denúncia do promotor de Justiça de Pirapozinho, Paulo Sérgio Ribeiro da Silva, enquadrando-os no artigo 288, parágrafo único do Código Penal, que é crime de formação de quadrilha ou bando... Segundo o juiz “as ameaças propagadas pelos líderes do Movimento estão a causar séria ameaça da ordem pública.” Como a Lei recomenda que a prisão preventiva deva ser decretada “pela segurança da ordem pública,” o

juiz precaveu-se de “reprodução de fatos criminosos” como os ocorridos no Pontal. Os exemplos mais recentes foram as invasões na fazenda São Domingos e das instalações da CESP, ocorridas na manhã do último sábado. (JUIZ, 31 out. 1995, p. 5)

Esquema típico do *O Imparcial*, o discurso da violência constitui aqui, uma forma clara de tornar a ação do MST, através de suas lideranças, algo completamente ilegítimo, pois fere os princípios do Direito, da Lei; subjacente a isso, evidentemente, a noção de direito à propriedade que os magistrados tão ferreamente defendem.

A difícil situação existente no Brasil para a realização da reforma agrária e a gravidade da condição fundiária no país são questões que revelam a fragilidade do sistema democrático brasileiro, que se ampara em um discurso pela cidadania, mas nega aos trabalhadores seu direito pela posse da terra e a formação de espaços de interlocução e de negociação. O Estado, que deveria representar toda a sociedade, atua nos limites do pacto político que o sustenta. Nesse sentido continua sendo o grande aliado dos proprietários cuja garantia de sua condição (proprietário) passa então, pela máquina estatal.

Bruno (1997) salienta que como consequência deste pacto político com a grande propriedade, nunca houve no país cadastros de terras confiáveis, materializando-se dessa forma o “grilo” de terras no Pontal do Paranapanema, que são reconhecidamente terras devolutas e que, no entanto, os processos para desapropriação enfrentam enormes dificuldades. A morosidade nos processos é grande e as fraudes nos valores de desapropriação são consumadas. O Poder Executivo e o Governo não conseguem conciliar promessas com ações efetivas e se “deixam aprisionar” nas teias de um aparato judiciário e policial que considera mais os interesses dos grandes proprietários do que os do Estado e da sociedade. Daí, então, o tratamento dispensado aos trabalhadores rurais e a convivência do aparato judicial, no qual o jornal se fundamenta para construir seu argumento. A esse respeito Bruno (1997, p. 11) aponta que:

As leis, as instituições políticas, os tribunais e o direito consubstanciam este ethos da grande propriedade fundiária, com o cuidado de, ocasionalmente, conceder alguns direitos aos trabalhadores rurais e, continuamente, preservar o monopólio e os privilégios dos grandes.

Hoje, a propriedade está mais protegida e cercada pelas leis, pela força, pelo capital territorializado e pelo Estado.

É nesse sentido, então, que o discurso ideológico se distribui em partes bem objetivas e referendadas pelos elementos jurídicos. Legitima o direito à propriedade e a interpretação das ações do MST como sendo criminosas e que merecem ser tratadas como caso de polícia. Enfim, estamos na presença da narrativa de um crime pelo posicionamento do jornal ante os acontecimentos relatados. Embora os textos já contenham todas as informações essenciais, o redator trata de dar uma maior credibilidade aos fatos, transcrevendo opiniões de pessoas representantes da Lei. Assim, o juiz de Direito diz que, “as ameaças propagadas pelos líderes do Movimento estão a causar séria ameaça a ordem pública;” e os dados fornecidos sobre as ocupações completam o quadro necessário para precisar a informação. O que permite a conclusão: há de fato a necessidade da intervenção da Justiça no Pontal “... o juiz precaveu-se de reproduções de fatos criminosos como os ocorridos no Pontal”.

Então, qual é o discurso veiculado, reforçado pelo jornal, senão o de salvaguardar o direito à propriedade? Não é demais lembrar que esse direito foi conseguido, como nos diz Bruno (1997, p.6):

Pelos grandes proprietários de terras e empresários rurais-com o consentimento dos outros setores da burguesia e a omissão de amplas parcelas das demais classes sociais – instituíram a figura do latifúndio produtivo como sendo a capacidade de alguns em torná-lo ou não produtivo, legitimaram o conceito de terra-ativo e o ampliaram a todas as suas propriedades e, que no Congresso Constituinte, conseguiram manter o direito à propriedade em sua expressão mais retrógrada: no artigo dos direitos individuais.

A quem esse discurso veiculado pelo jornal com suas adjetivações interessa e com quais interesses de classe compactua?

É nesse sentido, então, que afirmamos, considerando o discurso jornalístico, que ele tenta ser o perfeito correspondente da “violência” dos atos praticados contra a propriedade. Não é gratuito, portanto, o representante do MST, José Rainha, ser o “el comandante,” os trabalhadores rurais “sua turba,” na tentativa de expressar uma quebra da legitimidade de suas ações mutilando-lhes a própria identidade.

6. Considerações Finais

O desenvolvimento desse texto pretendeu expor os mecanismos ideológicos da construção da linguagem da imprensa, ou seja, a relação existente entre o discurso jornalístico por meio das manifestações ideológicas mais diversas, e a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) a partir do qual a luta pela terra e pela Reforma Agrária são desqualificadas.

A análise apresentada tentou deixar claro, que talvez seja a força desse discurso uma das maneiras mais eficientes de expressar o exercício de dominação estabelecido a partir dos meios de comunicação, uma vez que estes materializam uma visão de mundo expressa a partir do compromisso com uma determinada ordem econômica, portanto com determinados postulados e interesses de classe.

Todo leitor que acompanhou a cobertura de greves, paralisações, enfim, algum tipo de reivindicação social, sabe por experiência, que o jornal não foi isento. Pode ter mostrado as duas versões dos fatos, mas alguma marca, seja a foto ou sua legenda, o número de participantes, ou a palavra que qualifica o movimento, assume ou sustenta uma posição. É esta posição não assumida em nome da imparcialidade – princípio que sustenta o jornalismo – é o que confirma a que veio a imprensa. Segundo Berger (1998, p. 41) “É consenso sabê-la arauto da perspectiva histórica da burguesia e, assim, sustentação do capitalismo.”

Assim, cremos que, mais forte que um sentimento “educativo” e informativo do discurso jornalístico, está no Jornal *O Imparcial*, traduzido sobre a forma de notícia, uma linguagem de forte influência na construção da imagem do MST, linguagem da elite local – a latifundiária.

Os meios de comunicação exercem uma ação distintiva, ou seja, garantiram e também produziram as diferenças entre os sujeitos. Daí ser a linguagem, seguramente, o campo mais

eficiente e persistente de instituir desigualdades. Ela institui e demarca os lugares dos sujeitos não apenas pelo que ocultam, mas pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas a eles pelas associações e pelas analogias feitas entre determinados fatos.

Neste sentido, o que tentamos demonstrar ao longo desse trabalho, é que o discurso veiculado pelo jornal *O Imparcial*, acaba por categorizar a questão fundiária, na região, de uma forma que afasta qualquer possibilidade de compreensão dos objetivos daqueles que lutam pela posse da terra e pela Reforma Agrária; transforma a luta pela terra numa questão de interesses particulares ou de lideranças. E aí, o discurso constrói diferenças, legitima poderes, preconceitos, ou seja, institui diferenças que estão implicadas em relações de poder. E ao legitimar estas relações desiguais de poder, o jornal transforma aquilo que é particular, discurso de uma classe em uma idéia universal. Segundo Chauí (1985) é aí que se confirma o caráter ideológico de um discurso.

Por outro lado, as análises das reportagens mostram que o uso da linguagem passa por um processo de elaboração cuja pretensão é conduzir o leitor à sensação de imparcialidade. No entanto, ao nos determos mais detalhadamente sobre a confecção da notícia e sobre alguns vocábulos, percebemos que o objetivo é dirigir o leitor para a interpretação dos fatos; que há outros sentidos implicados e que não estão ditos; todo um contexto da notícia é habilmente preparado com pormenores que pretendem dar uma visão mais ampla dos fatos, como isenção e imparcialidade.

É inegável que, procurando pormenorizar os fatos, o jornal não raro, se põe a serviço de uma classe e este aspecto se evidencia na construção e força de seu discurso que, com freqüência, legitima o direito de uma classe. As manchetes analisadas são reveladoras de marcas do modelo hegemônico de sociedade e isto nos permite inferir, conforme Voese (1997), que o segmento de classe social dominante se apossa não só dos meios de produção, mas também de práticas sociais, como o Direito e a Política para defender os seus interesses; as mediações jurídicas e políticas, nas manchetes analisadas, tornam-se lugar de atuação de uma ideologia; daí que o discurso, enquanto mediação é perpassado ideologicamente.

Assim, a representação que o jornal *O Imparcial* faz do MST está impregnada de ideologia que, por sua vez, permeia a estrutura social e, portanto, o modo de perceber o fato corresponderá aos pressupostos desta ideologia.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ADVOGADO quer proteção permanente contra Sem-Terra. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 21 abr. 1995.

A JUSTIÇA impõe o seu poder ou o Pontal será uma nova Sierra Maestra. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 31 ago. 1995.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARROS, F. C. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BERGER, C. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação?** São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra**: uma nova face das elites agro-industriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRJ, 1997.

CAVALCANTE, E. **A comunicação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no Estado de São Paulo**. Relatório de Pesquisa, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1997.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CLIMA de medo. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 11 de abr. 1995.

DIAS, A. R. F. **O discurso da violência**: as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: Cortez, 1996.

DIOLINDA se reuniu com o juiz pela manhã. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 1 fev. 1996.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

JUSTIÇA manda prender líderes do MST. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 30 out. 1995.

JUIZ decreta prisão de líderes do MST. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 31 out. 1995.

LIMINAR de despejo de Sem Terra deve sair hoje. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 7 de jan. 1992.

POLÍCIA Militar transfere despejo de Sem Terra no acampados na Arco Íris. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 18 abr. 1995.

SEM-TERRA usam tática: “ocupações relâmpago” **O Imparcial**. Presidente Prudente, 28 abr. 1995.

SEM-TERRA descumprem ordem judicial. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 13 out. 1995.

SEM-TERRA ocupam três fazendas no Pontal. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 4 abr. 1995.

PM vai despejar Sem-Terra amanhã. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 18 abr. 1996.

FAZENDEIROS querem proteção da PM. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 17 jul. 1996.

INVASÃO urbana. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 14 ago. 1996.

JUIZ vai multar Sem-Terra que insistir nas invasões. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 12 jan. 1997.

LOPES, Luis Carlos. Sem-Terras ocupam três fazendas no Pontal. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 1 fev. 1996.

LOPES, Luis Carlos. Diolinda se reuniu com juiz pela manhã. **O Imparcial**. Presidente Prudente, 4 abr. 1995.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1987.

RIBAS, A D.; THOMAZ JÚNIOR, A. Cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST : uma contribuição para a geografia do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n.2, 2000.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMAZ JR, A. “Leitura geográfica” e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 24, 1998.

THOMAZ JR, A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO EM IBÉROAMERICANA, 1999, Santiago de Compostela. **Actas...** Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

THOMAZ JR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.30, n. 1, 2 e 3, jan. dez., 2001.

VOESE. I. **O movimento dos sem-terras na imprensa**: um exercício de análise do discurso. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 1997.

INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL*

**Marcelino Andrade Gonçalves
Antonio Thomaz Júnior**

As idéias presentes neste texto fazem parte de uma discussão preliminar que estamos realizando a fim de fortalecer o nosso arcabouço teórico de maneira que possamos realizar, de forma mais aprofundada, nossa tese de doutoramento em Geografia, na qual estaremos abordando o tema da informalidade, mais especificamente o trabalho dos camelôs nas cidades de Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Marília no oeste do estado de São Paulo – Brasil, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, que também coordena o grupo de pesquisa, no geral teremos como nosso interlocutor constante, o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

Neste ensaio, primeiramente discutiremos algumas idéias que fizeram parte dos estudos iniciais relativos à informalidade da economia e do trabalho, que caracterizaram o que se convencionou chamar de setor informal, levando-se em conta alguns determinantes do contexto histórico em que tais idéias foram criadas e se difundiram, procurando demonstrar as mudanças ocorridas na forma sob a qual o fenômeno tem se apresentado. Assim, expansão do modo capitalista de produção, crescimento urbano e mercado de trabalho nas cidades dos países em processo de industrialização são alguns dos assuntos abordados.

Abordaremos também questões relativas às transformações no mercado de trabalho brasileiro, enfocando a problemática do trabalho informal no Brasil, sobretudo após a década de 1990, com a abertura do mercado nacional, somado a nova ordem ditada pelo capital mundializado, que traz conseqüências sérias para o mundo do trabalho, afetando diretamente a vida dos trabalhadores em todos os sentidos. A informalidade comparece como mais um elemento que aponta para precarização do trabalho no Brasil, mais do que o desemprego e o fim do trabalho a reestruturação produtiva capitalista gera uma gama enorme de trabalhadores que são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias de trabalho, com baixos salários, perda de direito trabalhista, etc.

Trabalho e economia informal

Os debates e estudos referentes às atividades econômicas informais têm sido amplamente realizados por vários campos das ciências sociais, na tentativa de construir uma caracterização mais precisa e um arcabouço teórico conceitual que possibilite a ampliação dos conhecimentos e o melhor entendimento sobre o fenômeno.

* As idéias presentes deste texto fazem parte de uma discussão preliminar sobre a informalidade e a precarização do trabalho, que foi desenvolvida na tese de doutoramento "O trabalho no lixo", defendida em 21 de março de 2006. Depois de ampliado e aprofundado foi apresentado no V Colóquio Internacional de Geocrítica, realizado na Universidade de Barcelona, em setembro

Apesar de todos os esforços neste sentido, ainda hoje permanecem várias questões e confusões a respeito deste tema, permitindo muitas vezes que se faça um uso indiscriminado da palavra “informal” e de suas derivações para adjetivar atividades econômicas que não se enquadram nos parâmetros produtivos e institucionais que regem as atividades econômicas de relevância no movimento de reprodução do capital.

Machado da Silva (1993), atribui aos economistas da OIT os primeiros estudos e a formação das primeiras idéias sobre o tema setor informal, idéias produzidas a partir de pesquisas realizadas no início dos anos 1960-70, que tinham como objetivo fundamentar reflexões sobre o desenvolvimento econômico de alguns países do continente africano.¹

Em artigo publicado em 1993, Machado da Silva alerta para as transformações que ocorreram nas três últimas décadas, em relação aos determinantes sociais, políticos e econômicos que cercam a questão da informalidade nas relações econômicas, ressaltando que as redefinições que ocorreram de 1960 a 1980, demonstram a complexidade das questões que cercam a discussão sobre o tema.

Segundo o autor, nos anos 60 o debate sobre a informalidade estava circunscrito ao estudo das formas de aproveitamento do trabalho, que nas economias consideradas subdesenvolvidas, era marcado pela instabilidade, pelo baixo nível de produtividade e uma remuneração irrisória, o que obrigava os trabalhadores a uma dupla jornada, realizando também trabalhos domiciliares para a satisfação de parte de suas necessidades.

Já na década de 70, de acordo com Forbes (1989), os componentes do trabalho informal são redimensionados pelo processo de acelerado crescimento demográfico urbano nos países de terceiro mundo, que além das características anteriormente atribuídas, passa a ser entendido como setor econômico que abriga os trabalhadores incapazes de serem integrados aos setores produtivos mais importantes da economia capitalista em desenvolvimento, sendo assim obrigados a compor e buscar meios de sobrevivência em atividades economicamente menos importantes e que compunham o denominado setor informal.

A presença do Banco Mundial e de outras instituições de organização do capitalismo internacional, como estimuladores e financiadores, revela que os estudos da OIT sobre o setor informal, certamente não foram alimentados pela mera curiosidade científica, ou por preocupações sociais e econômicas, tendo suas origens enraizadas nas “preocupações” dos países onde se concentra o capital, em compreender sobre que condições estavam estabelecidas as relações produtivas nos países que não passavam por um processo de industrialização ou semi-industrializados, para assim traçar, a partir das informações encontradas, formas de desenvolvimento e de fortalecimento das relações capitalistas de produção nestes territórios.

de 2002, e publicado na *Revista Eletrônica Geocritica*, v. 6, n. 119. Universidade de Barcelona, 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-marth.htm.

¹ As obras consultadas e que fizeram referência ao surgimento das pesquisas e dos termos que dizem respeito ao tema da informalidade, afirmam que o início destes estudos deu-se por volta da década de 1960 -1970 no continente africano, estimulados e financiados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). O primeiro a utilizar-se do termo Setor Informal foi Kenet Hart. Forbes (1989), IBGE (1990). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de considerar K.Hart, como fundador do termo em 1971, afirma que Machado da Silva em sua dissertação de mestrado, defendida em 1971 e intitulada: **Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade**, já discutia a distinção entre mercado formal e não formalizado, o que deveria garantir-lhe a procedência destes estudos, o que segundo afirma o texto, não aconteceu pela circulação restrita do seu trabalho.

Assim, foram elaborados modelos e fundadas a partir destes estudos, as características que demarcariam o que se convencionou chamar de setor informal da economia, sendo a combinação entre baixa renda, contraposição ao assalariamento, pequena produtividade, o baixo nível produtivo e as más condições de trabalho suas principais marcas. Forbes (1989); IBGE (1990); Machado da Silva (1993)

A migração da força de trabalho do campo rumo à cidade foi considerado o principal determinante do crescimento do setor informal urbano, a chegada de número cada vez maior de pessoas aos centros urbanos dos países em processo de industrialização, como aconteceu no Brasil, por exemplo, trabalhadores que vinham em busca de meios para assegurar a sua sobrevivência, que se tornara impossível no campo devido principalmente ao movimento de concentração das terras nas mãos de grupos de latifundiários². De acordo com Dedecca e Baltar (1997, p. 67):

Diversos autores reconhecem que a expressiva capacidade de geração de postos de trabalho do desenvolvimento industrial contrastou com o seu poder de desarticulação de formas tradicionais de produção – em especial, agrícola – que, em um contexto de elevado crescimento demográfico, produziu um rápido movimento migratório em direção às cidades.

É neste contexto, em que o agravamento do quadro de pobreza nas zonas urbanas dos países pobres tornava-se um impedimento ao desenvolvimento de relações capitalistas mais complexas, que os estudos da OIT apontam para a necessidade, segundo indicativa de seu relatório produzido em 1972, e citado por Forbes (1989), de reversão da situação, que poderia acontecer com a implementação de ações que viessem a fortalecer o setor informal, levando a força de trabalho ocupada nessas atividades a ingressar no setor formal da economia. Segundo o relatório da OIT:

O objetivo consistia em reforçar os laços entre as empresas formais e informais na expectativa de que isso trouxesse consigo 'uma transferência de recursos dos grupos de mais alta renda para os trabalhadores pobres (a qual) resultasse em novos tipos de investimentos de mão de obra intensiva tanto na área urbana como na rural. (FORBES, 1989, p.290).

A proposta da Organização Internacional do Trabalho OIT, para a solução dos problemas que se relacionavam ao setor informal, demonstram uma concepção dicotômica, que baseou por muito tempo estudos que buscaram melhor compreender as questões relativas à informalidade, enxergando com base neste princípio uma dicotomia na economia e na ocupação da força de trabalho, setor formal x setor informal, considerada como uma divisão prejudicial e que poderia ser sanada com a integração das atividades informais ao setor formal da economia capitalista.

Esta concepção dicotômica separava então duas formas de produzir e de organizar a economia. Uma baseada em relações de trabalho não assalariado, trabalho familiar e pequena produção, geralmente associada à produção de subsistência, que seria o setor informal. O seu

² Como afirma Oliveira (1988), o movimento de êxodo rural no Brasil resultou de uma transformação econômica, social e produtiva que marcou a passagem de uma economia estritamente agrária para um modelo econômico em que a indústria passa a ter papel importante economicamente, marcando a ascensão de uma burguesia industrial, e que mais que uma derrota da aristocrática agrária, foi na verdade um pacto de classes que as manteve na condição de poder.

inverso seria o circuito com uma produção voltada ao mercado capitalista moderno, de grandes investimentos e lugar de utilização da mão de obra assalariada, adestrada tecnicamente para o trabalho organizado.

Este processo de concentração de poder econômico e de exclusão social, do qual o fenômeno da informalidade na economia e no trabalho faz parte, e que se expressa sobremaneira nos países que passam por um processo de industrialização recente, pode ser considerado como resultado não só da estruturação econômica e social bastante excludente destes países, mas também como resultante das relações políticas e econômicas estabelecidas com os países de maior poder político-econômico no processo global de reprodução do capital.

As comparações dos estágios econômicos e sociais, elaboradas tendo como referência o padrão de desenvolvimento estabelecido pelos países mais ricos, procuravam estipular que a existência do setor Informal figurava entre as características que enquadrariam um país em um estágio de subdesenvolvimento, sendo o desemprego, crescimento demográfico³ descontrolado, o aumento da população urbana, a industrialização tardia ou inexistente, as maiores marcas das economias que se encontravam neste estágio, figurando neste contexto as altas taxas de crescimento demográfico como a maior causa do desemprego.

Assim, os recém chegados à cidade, e em condições de serem empregados, cumpriam o papel de aumentar a força de trabalho disponível no mercado, pressionando os salários dos que se encontravam empregados, já que a oferta tornava-se maior que a demanda. E aqueles que não cumpriam as exigências técnicas e educacionais do capital industrial urbano, sendo vistos por esta ótica como não aproveitáveis e incapazes de serem empregados, iriam encontrar ocupações que lhes proporcionassem alguma renda e que lhes garantisse minimamente a sua sobrevivência nas atividades que compunham o setor informal. “A ausência de uma tradição de trabalho assalariado da população que migrava do campo facilitava a sua inserção direta do setor informal.” Dedecca e Baltar (1997, p.70).

O surgimento do setor informal como “abrigo” dos trabalhadores, pouco ou sem nenhuma qualificação para o trabalho urbano moderno, torna-se possível, segundo algumas interpretações mais recentes, pela não possibilidade, ou não viabilidade econômica de grandes empresas exercerem certas funções, o que permite o surgimento de interstícios, entre as atividades econômicas mais importantes. De acordo com os estudos do IBGE (1990, p. 5)

Nesta acepção o setor informal, estaria ocupando “as franjas do mercado” os espaços ainda não preenchidos ou já abandonados pela produção capitalista, concentrando-se, em última análise, nas atividades que inibem um processo sistemático de acumulação do capital.

Estas “frestas” seriam então ocupadas pelos trabalhadores desempregados e que sem maiores condições econômicas, teriam no distanciamento da formalização um elemento

³ No livro *O Discurso do Averso*, Ruy Moreira (1987), apresenta uma crítica bem fundamentada e elucidativa sobre a discussão crescimento demográfico e subdesenvolvimento, mostrando o nível de manipulação política e ideológica que está por detrás da lógica que fundamenta esse discurso.

importante para a manutenção da realização de determinadas atividades, que assim caracterizadas comporiam o setor informal da economia.

O setor informal passa também a figurar no contexto da economia urbana como sendo de grande importância para a manutenção de uma certa ordem social, que poderia vir a ser desfeita pela pressão dos que se encontram excluídos do mercado de trabalho, e que sem a oportunidade de encontrar emprego poderiam vir a se rebelar.

De acordo com esta idéia, as atividades desenvolvidas no setor informal cumprem um papel social e econômico que é o de ocupar os trabalhadores desqualificados e que vivem em uma situação de pobreza e de desemprego.

O crescimento populacional e a complexificação das relações sociais e econômicas no meio urbano levam ao surgimento ou a possibilidade de desempenhar funções que outrora não existiam para os trabalhadores que compunham o setor informal, expandindo este setor, que passa a diversificar-se, originando uma diversidade de ocupações tais como: a de vendedor ambulante, de camelôs, empregados domésticos, catadores de papel, e os mais diversos tipos de prestação de serviços e as pequenas unidades produtivas.

É importante salientar que em vários casos estas ocupações exigem dedicação total do trabalhador para que possa conseguir atingir um ganho que garanta a sua sobrevivência, noutros casos há a realização de mais de uma atividade no dia pelo mesmo trabalhador para conseguir atingir o patamar de ganho mínimo para a sua manutenção.

Como vimos, o referencial teórico utilizado até o começo dos anos 80 apresentava o Setor Informal como campo de atuação dos trabalhadores desqualificados, e das empresas de baixo capital e produtividade, situação que sofrerá novas mudanças a partir da reestruturação econômica do capitalismo no âmbito mundial, sendo as novas formas de utilização do trabalho no capitalismo um dos determinantes que irá heterogeneizar ainda mais os trabalhadores e as unidades econômicas assim classificadas.

Desta forma, seguindo a lógica do movimento de reestruturação produtiva do capital global que afeta as formas de exploração do trabalho e a conformação política dos Estados nacionais, a informalidade deixa, em seu novo contexto, de ser um fenômeno restrito aos países não industrializados, ou com um padrão de industrialização intermediário, passando a manifestar-se também nos territórios sedes das economias avançadas.

O movimento de reestruturação do modo capitalista de produção, baseado na inserção de tecnologias modernas no processo produtivo e em novas formas de gestão das relações de produção, fatores estes articulados com a instauração de um modelo político-econômico ideológico que o favoreça⁴, assume cada vez mais o seu caráter predatório no que diz respeito à exploração e utilização do trabalho como criador de valor de troca, subjugando permanentemente a

⁴ O neoliberalismo tem sido implantado como modelo político, econômico que fundamenta as práticas e as relações sociais de produção nos países capitalistas, independente do seu grau de desenvolvimento econômico, este modelo tem se tornado base dos discursos das elites capitalistas mundiais em todas as escalas, como o único modelo econômico capaz de regular as crises no mercado capitalista, que deve ser regido pelas suas próprias leis. Sobre este assunto Cf: Jinkings (1996); Antunes (1998); Braga (1996); Brunhoff (1991).

parcela da sociedade que tem como única forma de garantir meios para a satisfação de suas necessidades básicas a comercialização de si mesmo, enquanto mercadoria força de trabalho⁵.

Destas transformações nos processos produtivos em que se realiza a produção/reprodução do capitalismo, que como todo sabemos não tem como fim para as mercadorias produzidas a satisfação das necessidades materiais da sociedade, mas a realização de sua própria reprodução, decorrem várias outras que acabam não sendo simplesmente causas das primeiras, mas tornam-se também “estímulos” para outras mudanças, gerando um processo contínuo, num movimento gerador de contradições e conflitos, que colocam esta mesma forma de organização social para a produção em questão, já que ela se revela incapaz de estabelecer, “mesmo que fosse só para a maioria”, uma condição de existência digna, já que se funda na desgraça que é a transformação e exploração do potencial produtivo humano em mercadoria.

São nestas condições sob as quais se dá atualmente a exploração do trabalho humano, ou a “sua não exploração”, condição que tem determinado a exclusão de grande parte dos trabalhadores do processo produtivo - o desemprego, que são geradas contradições como a de que, apesar de firmar ideologicamente como única forma de sobreviver à venda da força de trabalho (emprego) na sociedade capitalista, este tem sido a cada transformação no processo de produção no capitalismo menos valorizado.

Ser excluído do processo de exploração do trabalho no capitalismo não se torna um privilégio, e sim um fator de inserção em uma condição de privação e de pobreza, ainda maior do que aquela sob a qual continuam submetidos os que sofrem a exploração no trabalho, restando aos deserdados do capital procurar outras formas para garantir a sua sobrevivência, sujeitando-se ao subemprego e ao trabalho informal.

O movimento reestruturante do processo produtivo capitalista gera modificações amplas em todas as esferas das relações sociais e de produção, e estas não acontecem em todos os lugares num mesmo ritmo ou intensidade, pois apesar de atingir a todos os países capitalistas, este processo se realiza guardando características específicas que dizem respeito a organização social, política, econômica e territorial de cada país, região ou cidade.

Contudo, os pontos em comum se fazem presentes nesta escalada do capital mundial, ficando explícitos nas práticas e nos discursos ideológicos dominantes dos mais diferentes países.

Um destes pontos são as práticas dos pressupostos liberais, que colocam as combinações entre os fatores econômicos como regentes das “leis” do mercado, e as potencialidades peculiares, como os determinantes do fracasso ou do sucesso econômico dos indivíduos, das empresas e das nações, tentando a partir destes princípios discursivos e ideológicos, mascarar o sentido excludente do capitalismo. Segundo Braga (1996, p. 220):

O neoliberalismo como doutrina e política econômica não pode ser nada muito além do que uma resposta determinada do capital em tentar conferir um sentido e direção, portanto, inteligibilidade, a sua mais profunda crise. Uma resposta determinada, somada a outras, como a reestruturação produtiva em curso, que se apresenta enquanto um movimento de contra-ofensiva social e ideológica em escala

⁵ Cf: Alves (1999); Antunes (1998); Braga (1997).

mundial, dada a sua disposição de transformar todo o mundo a sua imagem e semelhança.

É nesta combinação entre reestruturação produtiva e neoliberalismo, que se desenha o novo contexto social em que os trabalhadores de todo o mundo são mais uma vez aviltados, ora por serem destituídos de seus direitos trabalhistas, levados a cabo por políticas governamentais que deixam de lhe conferir a devida proteção, outrora por serem obrigados, pela exclusão do mercado formal de trabalho, a sobreviverem do trabalho em condições precárias muitas vezes marcado pela informalidade.

Os trabalhadores do final do século XX encontram-se encurralados e pressionados pelas condições sociais e econômicas geradas no atual contexto do movimento de reprodução do capital, que em sua ânsia cria as suas próprias armadilhas, gerando problemas que acabam por ser transferidos para os trabalhadores. Assim, os que são a base sob a qual se dá a sustentação e a reprodução de todo o sistema, passam a ser encarados como causadores dos problemas, portanto, são os que devem arcar com as consequências.

Segundo a ideologia liberal dominante que procura dar explicações “naturais” para o fenômeno do desemprego, o fundamento elucidativo para o problema está na reversão do desequilíbrio entre a oferta e a demanda por força de trabalho, causada muitas vezes pelo excesso desta última, ou ainda, pela falta de uma formação técnica dos trabalhadores.

De acordo com estas interpretações mesmo com a expansão do desemprego as práticas excludentes do modelo econômico capitalista não são colocadas em questão, pois para este viés ideológico interpretativo dominante, todo o problema pode ser solucionado com a retomada do crescimento econômico e com a desobstrução dos caminhos econômicos e políticos possibilitando um movimento mais livre dos fatores que compõem o mercado.

Estando implícito neste processo de abrir caminho para a atuação livre das forças de mercado, a desregulamentação das relações de trabalho, o que leva ao crescimento do número de trabalhadores precarizados na economia, além é claro de tornar cada vez mais fácil para as empresas contratar e dispensar os trabalhadores, de acordo com suas “necessidades” mercadológicas, sem o devido respeito aos direitos trabalhistas, sendo esta nova forma de gerir a utilização do trabalho na esfera produtiva, mais uma das características vigentes do movimento de reestruturação produtiva capitalista e que tem sido assumida abertamente pelo governo brasileiro, inclusive com propostas de mudanças na Lei Trabalhista.

Reestruturação esta que conta com amplas mudanças na utilização do aparato tecnológico, que ao conter avanços promovidos por novas descobertas, configura-se como uma nova forma de organização para produção que busca superar algumas desvantagens do regime fordista⁶.

Nesta tentativa de superar a “rigidez” do sistema produtivo, baseado na lógica produtiva fordista, é que são introduzidas na estrutura produtiva do modo capitalista de produção as técnicas de produção flexíveis, que permitem ao capital otimizar todos os fatores que compõem o processo de produção das mercadorias, criando novos setores de produção.

⁶ Giovanni Alves (1999, p. 44) atenta para o fato de que esta superação do taylorismo/ fordismo pelo toyotismo não pressupõe a eliminação total das primeiras formas de organização da produção aqui mencionadas, mas sim uma “superação dialética”,

Junto a esta tendência de flexibilização do trabalho, cresce também o número de trabalhadores desempregados, compostos pelos operários demitidos e pelos recém chegados ao mercado de trabalho e que não encontram emprego, situação que os obriga a ocuparem-se em atividades classificadas como precárias e de pouca produtividade.

Esta situação resulta da diminuição do número de postos de trabalho nas indústrias e da desqualificação acelerada que sofre o trabalhador diante das novas tecnologias e das novas formas de gestão impostas pela reestruturação produtiva.

Assim, grande parte dos trabalhadores, sobretudo os operários, são dispensados sem permitir-lhes que sejam posteriormente reaproveitados enquanto força de trabalho útil, já que na maioria das vezes as funções anteriormente desempenhadas são extintas, sem a recriação de vagas em outras atividades/setores na mesma proporção.

O avanço da tecnologia no processo produtivo industrial permite o aumento da produtividade com a diminuição da utilização quantitativa da força de trabalho, mas este não é um processo que caminha para a libertação do trabalhador, torna-se pelo contrário uma situação desesperadora para os novos desempregados, que na sociedade fundada na exploração do trabalho, tornam-se inviáveis econômica e produtivamente.

É com a precarização das condições de existência de grande parte daqueles que vivem da venda da força de trabalho, seja pela falta de “comprador” desta mercadoria, ou pelo abandono das práticas políticas e sociais do Estado voltadas para o amparo dos trabalhadores, que os países de capitalismo avançado estão vendo surgir e crescer, conjuntamente com o desemprego as atividades informais, ocupações classificadas anteriormente como próprias de uma economia em subdesenvolvimento. Segundo Cattani (1996, p. 48)

As economias avançadas viram renascer os ‘bicos’ e o subemprego no setor informal, que até recentemente, era considerado um apanágio das situações de subdesenvolvimento.

Os efeitos deste processo de precarização do trabalho, não podem ser entendidos como sendo de retração do desenvolvimento do capitalismo nestes países, e sim como efeitos de uma crise que surge intrinsecamente às novas transformações do processo produtivo capitalista, e procuram mais uma vez sacrificar aqueles que pela lógica de funcionamento da sociedade capitalista, não tem outra forma de garantir a sua sobrevivência, que não seja a comercialização de suas potencialidades.

Aqui se desenha o quadro mais caótico do modo capitalista de produção, que com os avanços tecnológicos conseguidos através da aplicação da ciência no processo produtivo, consegue produzir cada vez mais mercadorias com a utilização de um menor número de trabalhadores ligados diretamente a produção, atingindo desta forma o máximo possível de exploração do trabalho.

A nova organização do capital que permite uma maior produção com a exploração de um menor número de trabalhadores, produz a maior contradição da sociedade capitalista, que é a de que apesar de estabelecer para grande parte da sociedade a venda da força de trabalho como única

superar/conservando, sendo que a repetitividade do trabalho presente no fordismo/taylorismo, ainda persiste por detrás da intensificação do ritmo de trabalho.

forma de garantir o seu acesso às mercadorias que satisfaçam as suas necessidades, não permite que parte considerável dos que se encontram aptos e a disposição possa então fazê-lo.

Ao mesmo tempo, o domínio do capital torna-se tão intenso que estar na condição de poder sofrer a exploração do trabalho no sistema produtor de mercadorias é considerado por muitos uma dádiva, já que aqueles que não se encontram em “condições” de serem espoliados, não tem o direito de satisfazer as suas necessidades mais básicas.

Apesar de estar tendo como epicentro os países de capitalismo avançado, a reestruturação produtiva tem causado grandes transformações nas sociedades capitalistas de todo mundo, sobretudo nos países dependentes econômica e politicamente do capital financeiro mundial, as novas regras estipuladas pelo capital, travestido de Fundo Monetário Internacional, fazem-se presentes com toda sua força, tendo como discurso que fundamenta as práticas de seus respectivos governos, o mesmo que hoje é hegemônico nos países centrais, o neoliberalismo.

O Brasil torna-se um bom exemplo desta situação. Atualmente sob o “comando” do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o apoio do Partido da Frente Liberal (PFL), tem se empenhado em seguir amplamente a “cartilha” do Fundo Monetário Internacional, privatizando as empresas estatais, diminuindo gastos na esfera social e contribuindo para que na soma das transformações estruturais do processo de produção capitalista em nível mundial, com as dificuldades políticas e econômicas conjunturais locais, se tenha um aumento da miserabilidade de grande parcela da população brasileira.

Reestruturação Produtiva e Precarização do Trabalho no Brasil

As transformações em curso no processo produtivo capitalista não podem ser entendidas apenas como um movimento de reorganização dos meios de produção com base na maior adoção de tecnologias, flexibilização do processo de exploração da força de trabalho, redimensionamento territorial e locacional das plantas fabris, etc. Devemos entendê-las, pois, também, como parte de uma reestruturação produtiva que engloba toda a sociedade de forma a determinar e também ser determinada neste movimento, que aponta para uma mudança no padrão de acumulação capitalista, com desdobramentos marcantes para a dinâmica espacial e territorial do trabalho.

E é no que diz respeito à relação capital x trabalho que percebemos a complexidade das atuais transformações produtivas, que não colocam em questão logicamente a hegemonia que exerce o capital sobre o trabalho, mas redimensionam em vários níveis, tanto técnicos como também territoriais, as maneiras de exploração e utilização da força de trabalho na esfera de produção e da reprodução capitalista, com implicações intensas e de grande magnitude à subjetividade do trabalho, às suas formas de organização/representação, enfim, ao movimento operário de modo geral.

Ao mesmo tempo em que assistimos a um avanço crescente da utilização de novas técnicas e o emprego da ciência no processo produtivo, os quais subsidiam mudanças que colocam em questão ou mesmo substituem em alguns países, ou indústrias, o modelo de organização para produção fordista/taylorista, observamos também o crescimento do desemprego, da informalidade e

da precarização do trabalho em vários países, sobretudo, aqueles que como o Brasil, são marcados por uma industrialização intermediária.

O fenômeno do desemprego e da precarização das condições de trabalho na nova era do capital, pode facilmente ser observado na maior parte das cidades brasileiras. É nesse cenário que se tornam mais visíveis a partir do ano de 1990⁷, assumindo dimensões nunca registradas antes. É o caso de lembrarmos o exemplo dos trabalhadores do ABC paulista, da agroindústria canavieira, os catadores de material reciclável, particularmente de papel/papelão que trabalham várias horas, em péssimas condições⁸. Os vendedores ambulantes que perambulam em busca de compradores para suas mercadorias e também os camelôs que tomam conta das calçadas e de outros espaços públicos, onde instalam suas barracas para comercializar os mais variados tipos de mercadorias.

Assim, os locais escolhidos geralmente as praças públicas e as calçadas, próximas aos centros comerciais, ou a lugares de grande fluxo de pessoas, que reúnem os potenciais compradores, são alvos de disputa entre os próprios trabalhadores, destes com os comerciantes legalmente estabelecidos e não raras vezes, entre os trabalhadores e o poder público. Para Yázigi (2000, p. 383)

O que fazer com os ambulantes, tornou-se uma das principais questões do espaço público.[...] Em lugares onde eram costumeiramente inexpressivos, o aparecimento de algumas centenas deles, por questão de escala gera polêmicas. A globalização com sua divisão internacional do trabalho, suas tecnologias e outras formas de dominância entende que não há trabalho para todos com essas premissas: poucos vêem além de ações paliativas.

Esta reestruturação produtiva, gerada pelas novas técnicas, implica logicamente em uma reconfiguração espacial e territorial que envolve toda a sociedade, que sob a hegemonia do capital reorganiza-se correspondendo às novas demandas do sistema, sendo que nesse processo de reordenamento socioeconômico e territorial do capital, a maior parcela dessa mesma sociedade encontra-se muito mais suscetível a sofrer os danos gerados no interior destas transformações. Essa parcela é formada por aqueles que têm como único meio de vida a venda da sua força de trabalho, já que essas transformações de cunho técnico, político e espacial incidem diretamente sobre as formas de exploração e controle da força de trabalho.

Assim, o que vemos diante da atual reestruturação do processo produtivo capitalista é uma gama de modificações que atingem toda a sociedade e que influem diretamente nas formas de organização espacial e territorial tanto do capital como da força de trabalho. Segundo Moreira (2000, p. 8):

Cada era do trabalho implica numa forma determinada de arrumação do espaço que o regula. A técnica é o elemento dinâmico dessa mudança. Toda vez que o período técnico muda, correlatamente muda a forma da regulação espacial, e assim o mundo do trabalho. Tem sido essa espécie de lei espacial a norma da organização do espaço da sociedade e do mundo do trabalho na história do capitalismo.

⁷ O ano de 1990 marca a abertura da economia brasileira a mercadorias externas. Sob a Presidência de Fernando Collor de Mello, teve início no Brasil um processo abertura comercial que levou a várias empresas nacionais a falências e incentivou uma crescente monopolização do parque produtivo instalado no país. O processo de abertura da economia chega ao auge com Fernando Henrique, eleito em 1994, apoiado no Plano Real e em nome deste se reelege em 1998. Malaguti (2000)

⁸ Como pudemos constatar em estudo anterior: GONÇALVES, M. A. A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente: um estudo dos catadores de papel e dos camelôs em Presidente Prudente – SP. (Dissertação de Mestrado apresentada na FCT/Unesp) Presidente Prudente, 2000.

Desta forma, as transformações geradas pelas novas técnicas, pelas novas políticas de gestão e controle do processo produtivo, apontam e ao mesmo tempo fazem parte de uma grande transformação que envolve não só o mundo do trabalho, mas ao redimensionar os papéis dos seus atores, denuncia uma imensa quantidade de mudanças que perpassam, compõem e redimensionam todas as esferas da sociedade, sejam as políticas, sociais, ideológicas, culturais e os conseqüentes desdobramentos espaço-territoriais.⁹

As modificações no mercado de trabalho, não se resumem à mudanças estruturais, mas vão além do próprio espaço de produção, chegando as esferas políticas e econômicas dos Estados, que ao se redimensionarem, com maior ou menor presteza, estarão contribuindo para um rearranjo amplo na esfera da organização da sociedade para produção, pois a flexibilização do processo produtivo se contemplará também com a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores, seja pela sua anulação ou pelo seu relaxamento, permitindo assim uma maior agilidade para os empregadores no momento do contrato ou da dispensa, além de um menor gasto com os encargos trabalhistas.

Os elementos característicos desse atual processo, a flexibilização das relações de trabalho, a implantação em vários países de políticas de cunho neoliberal, que junto à financeirização da economia, dita mundializada, enfatizam e dão importância à esfera especulativa do capital em relação à produção implicam, como novos elementos determinantes e conseqüentes do atual modelo de acumulação capitalista, na redefinição das relações de produção e, portanto, numa reconfiguração do mundo do trabalho, tendo como maiores conseqüências a diminuição do número de trabalhadores empregados diretamente na produção, a desqualificação, o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho precarizado. Como afirma Antunes¹⁰ (1999, p. 209)

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. [...] Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa *heterogeneização*, *complexificação* e *fragmentação* do trabalho.

E nesse processo de complexificação com aparecimento de novas formas de trabalho precário, que vemos expandir nas cidades brasileiras as atividades ligadas à economia informal, que passam a ser o campo de atuação de grande parte dos trabalhadores que se encontram excluídos, pelos mais diversos motivos, do mercado formal de trabalho¹¹.

⁹ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2000a.

¹⁰ Para Antunes (1999), o alargamento das diversas formas de trabalho precarizado, permitem colocar em questão as teses que apontam para a supressão, ou mesmo eliminação da classe trabalhadora na era do capital mundializado e tecnicamente avançado, pois, concomitantemente a diminuição dos postos de trabalho gerada pelo emprego de novas tecnologias na produção, há um crescente aumento do trabalho precário.

¹¹ Segundo Matoso (1999), o Brasil tinha em abril de 1999 apenas 18,3 milhões de assalariados regidos pela CLT contribuindo para o INSS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. De acordo com o autor este é um número muito baixo se considerarmos uma população de 170 milhões e uma população economicamente ativa de 70 milhões de trabalhadores.

A Tabela 1, referente ao total de trabalhadores no país, traz o resultado deste reagrupamento. Constatou-se que a participação dos empregados diminuiu na década de 1990 (passando de 52,61% em 1992 a 51,91% em 1997). Isso ocorreu devido à queda da participação do emprego dos assalariados com carteira assinada, que passou de 37,61% a 36,84%, já que a participação dos empregados sem carteira assinada subiu de 14,99% a 15,06%. Ao mesmo tempo, notamos que o peso dos trabalhadores informais aumentou, indo de 25,73% a 26,91%. Deve-se observar que, em termos absolutos, os empregados não diminuíram em número - passaram de 32.630.436 em 1992 a 34.343.755 em 1997. Na verdade, os trabalhadores informais é que aumentaram de forma muito mais acelerada, subindo de 15.957.955 a 17.801.135 pessoas. (DESEP/CUT, 2002).

Tabela 1. Distribuição dos Trabalhadores Agrícolas e Não-Agrícolas – Segundo a Posição na Ocupação – 1992 e 1997 - BRASIL

Categoria	1992		1997	
	Nº	%	Nº	%
Empregado (Total)	32.630.436	52,61	34.343.755	51,91
Empregado C/Carteira	23.332.075	37,61	24.377.445	36,84
Empregado S/Carteira	9.298.361	14,99	9.966.310	15,10
Trabalhador Doméstico	4.356.000	7,02	5.242.846	7,92
Trabalhador informal	15.957.955	25,73	17.801.135	26,91
Empregador	2.235.139	3,60	2.538.841	3,84
Não remunerado	6.848.893	11,04	6.230.992	9,42
Sem declaração	434	0,00	4.983	0,01
Total	62.028.857	100,00	66.162.552	100,00

Fonte: DESEP/CUT, 2000; PNAD/IBGE1999.

Ao ampliar-se, a economia informal torna-se muito mais diversificada, passando a ser campo de atuação também de pequenas empresas e não só de trabalhadores autônomos, já que o principal traço da informalidade passa ser o não regramento ou controle pelo poder público, isentando-se ao recolhimento das taxas e dos devidos tributos.

A expansão e a heterogeneização do trabalho na esfera da economia informal, tem uma raiz direta com o processo atual de crescimento da exclusão do mercado formal de trabalho, que, por sua vez, tem um amplo rol de determinações, que diferentemente combinadas desenham e caracterizam variadamente o fenômeno do trabalho informal nos diversos lugares onde este se encontra presente. Malaguti (2000), alerta para as complicações atuais no entendimento do que vem a ser o trabalhador informal, já que a formalidade e a informalidade ao coexistirem de forma indissociável produzem situações em que o trabalhador pode ao mesmo tempo desenvolver e obter rendimentos em atividades formais e informais.

É nesse contexto que a política de liberalização econômica adotada pelo governo brasileiro a partir dos anos 90, tem afetado o mercado de trabalho e as especificidades socioeconômicas regionais. Isso tem contribuído para o surgimento e a diversificação da informalidade na economia das áreas urbanas, que passam a ser os meios pelos quais os excluídos do mercado de trabalho formal procuram assegurar sua sobrevivência.

É nesta busca pelas condições mínimas de vida que se avolumam as atividades que ocupam um grande número de trabalhadores e que estão ligadas à economia informal, sendo que, destas, a que assume visivelmente maiores dimensões é o comércio informal que oferece mercadorias das mais diversas procedências (industrializadas ou não, contrabandeadas, nacionais ou importadas), realizando geralmente estas atividades em barracas instaladas em locais públicos nas áreas centrais das cidades.

O que podemos perceber é que o acirramento das atuais condições sociais e econômicas no Brasil, que exercem um efeito negativo no mercado de trabalho e conseqüentemente nas condições de vida da classe trabalhadora, deixa como única saída para parte crescente dos trabalhadores, a busca de uma atividade por conta própria. Ao ingressarem na informalidade, geralmente atividades realizadas fora da regulação estatal, os trabalhadores ficam excluídos da possibilidade de usufruírem direitos trabalhistas como aposentadoria, seguro-desemprego, etc., reservados aos trabalhadores legalizados e que contribuem com o pagamento de impostos e tributos.

Para alguns grupos de trabalhadores como os camelôs, por exemplo, que geralmente trabalham por conta própria, posto que há casos em que trabalham como empregados de terceiros, a informalidade não se restringe muitas vezes à condição de trabalho, ela é também um fator importante no movimento de compra e venda das mercadorias oferecidas, sendo este o fato que permite na maioria das vezes, aos camelôs, estabelecerem os seus negócios. Pois, se tivessem que arcar com as despesas tributárias exigidas para a legalização do seu empreendimento, se fossem obrigados a pagar os impostos devidos pela compra e venda das mercadorias, ficariam impedidos de se estabelecerem.

No entanto, mesmo fugindo ao regramento tributário fica claro que estas atividades não se desvinculam do movimento geral de reprodução do capital. Ao contrário, colaboram de forma espantosa, pois fazem com que as mercadorias sejam comercializadas em grandes quantidades, não pela unidade, mas pelo conjunto dos camelôs, sem nenhum prejuízo ou custo adicional pelas empresas fabricantes, que não têm nenhuma obrigação ou gastos com a força de trabalho empregada na comercialização de seus produtos, pouco importando se as vendas estão sendo realizadas através da camelotagem em barracas por trabalhadores capacitados ou não, o importante é que as mercadorias sejam consumidas e que se remunere adequadamente os agentes.

Os trabalhadores camelôs têm sido aceitos e participam da economia urbana, informalmente, colaborando amplamente para o processo de reprodução do capital, arcando com os custos relativos a sua reprodução enquanto força de trabalho, realizando uma auto-exploração, entendida como um negócio próprio, e sem maiores dispêndios para o capital.

É a partir desse fenômeno, a territorialização dos camelôs nos espaços urbanos, que pretendemos focar a precarização das relações de trabalho, considerando suas especificidades, dentro do amplo leque de atividades informais, não somente no que se refere às determinações do processo de que esta expressão fenomênica é resultado, mas também em sua própria constituição, ou seja, a forma de organização, estruturação e a expressão territorial assumidas, procurando observar ainda, a problemática do crescimento do comércio informal. Como afirma Villas Boas (1995, p. 11): “O comércio ambulante altera o espaço urbano ao oferecer seus produtos à venda nas vias

públicas, determinando um novo uso do espaço, com características e regras próprias”.

Desta forma, precisamos entender as determinações no processo que gera este fenômeno, em suas diversas escalas, que vão desde a reestruturação produtiva capitalista em âmbito mundial, passando pela forma como o Brasil está inserido neste contexto, somando-se e mesclando-se as condições sociais, econômicas e territoriais nacionais e locais.

Assim, considerando o número crescente de trabalhadores brasileiros vivendo o drama do desemprego neste novo contexto de reestruturação do capital, sendo que a reestruturação produtiva afeta sobretudo as áreas em que a grande indústria, como a automobilística se faz presente, mas tem reflexos também noutras regiões do país devido a implantação de políticas econômicas que abrem o mercado brasileiro para produtos externos, diminuindo o consumo de produtos internos e desencadeando um processo que gera maior desemprego e conseqüentemente mais trabalhadores buscando na informalidade formas de ocupação. “A reestruturação produtiva afeta também o mercado de trabalho, agravando de certa forma as características de informalidade presentes em toda economia brasileira.” Ramalho (1998, p.90).

A implementação pelo governo federal de um modelo político econômico centrado no neoliberalismo, tem tornado a relação entre capital e trabalho mais injusta no Brasil, favorecendo sobremaneira o primeiro.

Montado no discurso de geração de postos de trabalho, as ações do governo procuram estimular o surgimento de relações de produção, que se contrapõem às Leis Trabalhistas atualmente em vigência, criando os contratos que deixam o trabalhador desprovido de qualquer direito, impedindo que este venha a ter qualquer benefício estipulado por Lei, de forma a baratear o custo do trabalho para o capital.

As transformações do modo capitalista de produção têm se realizado no Brasil com mais força no âmbito da implantação de políticas de cunho neoliberal e que procuram, dentre outras ações, acabar com os “entraves” gerados pelas leis trabalhistas na relação capital trabalho, para que assim as empresas possam ter maior flexibilidade no uso e desuso da força de trabalho.

Esta atuação contribui sobremaneira para uma maior precarização das condições de trabalho e de sobrevivência de um número crescente de trabalhadores. Segundo Mattoso (1996, p. 70)

As bases destas políticas liberais encontram-se no ajuste estrutural e na flexibilização do trabalho e superam a submissão da alocação dos recursos e dos resultados econômicos ao mercado e a eliminação de regulações governamentais protetoras que supostamente engessariam o mercado de trabalho, elevariam o custo da produção e minariam a competitividade.

Segundo Pochmann (1999, p. 154)

Na realidade, a pressão pela redução do custo do trabalho, travestida por contratos de trabalho atípicos e pela flexibilização do direito social e trabalhista, tende a precarização das relações e das condições de trabalho. [...] e maior expansão dos seguimentos ocupacionais no setor não-organizado da economia.

Todas estas intervenções institucionais diretas do governo brasileiro, combinadas a nova lógica de expansão capitalista, levam transformações em todo mundo do trabalho,

complexificando ainda mais as formas sobre as quais se apresentam a informalidade na economia e no trabalho.

As ações das instituições governamentais revelam a face intervencionista das instâncias burocráticas do Estado, que de acordo com os princípios liberais não deveria intervir no movimento do mercado, mas o faz, desde que seja para utilizar-se do poder político institucional para a otimização das condições de reprodução do capital.

Com esta prática todo comprometimento ideológico pernicioso desta forma de organização política que é o Estado burguês, este “Estado que não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses.” (MARX; ENGELS, 1996, p.98)

Aparece aqui uma outra contradição na forma de atuação do Estado, que se dá no trato das questões relativas ao trabalho e a economia informal, enquanto o discurso oficial prega a regularização e a regulamentação dos trabalhadores e das transações econômicas informais, o discurso ideológico que sustenta as ações governamentais está fundado no liberalismo econômico, que colabora para a desregulamentação e o aumento das atividades informais.

Referências

- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.
- ALVES, G. **O novo e (precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Campinas: Cortez, 1998.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.
- BRUNHOFF, S. de. **A hora do mercado**: crítica do liberalismo. São Paulo: UNESP, 1991.
- CATTANI, A.D. **Trabalho e autonomia**: Petrópolis: Vozes, 1996.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **O trabalho informal no Brasil**. [S.l. : s.n.]. Disponível em: <<http://www.cut.org.br>> Acesso em: 12 de março de 2003.
- DEDECCA, C.S.; BALTAR, P.E. DE A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.27, número especial, p. 65 – 84, 1997.
- FORBES, D.K. O emprego e o setor informal. In: **Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 288 - 296.
- GONÇALVES, M. A. **A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente**: um estudo dos catadores de papel e dos camelôs em Presidente Prudente – SP 2000, 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MACHADO da SILVA, L. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, ano 15, n.269, maio jun., p.31-34, 1993.
- MALAGUTI, L. M. **Crítica á razão informal: a imaterialidade do salário**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARX, K. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Global, 1980.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, ano 6, v.2, n.16, mai. ago., p.4 - 08. 2000.
- MOREIRA, R. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, ano 7, v.3, n.20, set. dez., p.10 – 13, 2001.
- POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: RECORD, 2000.

THOMAZ Jr, A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO EN IBÉROAMERICA, 1999. Santiago de Compostela, **Actas...**, Santiago de Compostela: Servicio del Publicaciones e Intercambio Científico, 1999.

THOMAZ Jr, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? **Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2000. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm> Acesso em: 28 de novembro de 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 4., Barcelona: [s.n.], 2002b. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm> Acesso em: 19 de novembro de 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. A dignidade roubada e a barbárie: um espectro ronda nossas vidas. **Revista Espaço Aberto**, Maringá, ano1, n.11, abr., 2002c. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm Acesso em: 10 de dezembro de 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. O Mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. In: COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES, 4., Montevideo, 2002. **Anais...** Montevideo: [s.n.], 2002d 1 CD-ROM.

VILAS BOAS, R. Quem são os donos das ruas? conflitos e negociações com o comércio ambulante na gestão municipal de Luíza Erundina (1989 –1992). In: **Conflitos e negociações na disputa pela cidade**. São Paulo: Pólis, 1995. (Publicações Pólis, 23)

YÁZIGI, Eduardo. Sobre a territorialidade do trabalho de rua. In: **O mundo das calçadas**. São Paulo: HUMANITAS/FFCH/USP, 2000. p.383-413.

A REINserÇÃO DO LIXO NA SOCIEDADE DO CAPITAL: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ENTENDIMENTO DO TRABALHO NA CATAÇÃO E NA RECICLAGEM *

Antonio Cezar Leal¹
Marcelino Andrade Gonçalves²
Antonio Thomaz Júnior³

Introdução

Este artigo é fruto de reflexões que estamos fazendo a partir do desenvolvimento do projeto de políticas públicas “Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente-SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho” que nasceu da convergência de pesquisadores e instituições (Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e Comitê das Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema) que estão buscando formas de intervir na grave situação de degradação ambiental e exclusão social relacionadas à coleta e disposição final do lixo em Presidente Prudente e região.

Assim, no andamento da pesquisa, tornou-se fundamental para nós uma reflexão sobre o processo de reciclagem de resíduos sólidos, de forma a compreendermos a lógica sob a qual está fundamentada a cadeia que forma o circuito econômico da reciclagem. Procuramos então abordar a reciclagem de resíduos sólidos dentro da lógica societal do capital, procurando entender quais são os elementos que a estimulam e fazem com que se torne crescente em relação a alguns materiais.

A reciclagem vista como possibilidade de recuperação lucrativa dos resíduos sólidos para o circuito de consumo das mercadorias, nos conduz a uma desmistificação com relação aos ganhos ambientais por ela proporcionados, já que, como discutimos no texto, o seu principal estímulo é a obtenção de lucro e não a preservação ambiental, que para sociedade que está sob a égide do capital é uma situação contraditória, pois como preservar e estimular o consumo ao mesmo tempo?

A base sob a qual se funda a separação dos materiais para a reciclagem também é abordada, revelando que a maior parte do material que é reciclado é fruto do trabalho dos catadores que trabalham nos lixões e coletam os resíduos nos centros urbanos, o que denuncia também um alto grau de exclusão desta parcela da sociedade, que se vê obrigada a trabalhar várias horas por dia e em condições insalubres para obter o seu sustento.

* Esse texto foi publicado na Revista *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n.19, 2002. p.177-190.

¹ Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador do Grupo de Pesquisa “Educação e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos”; Representante da FCT/UNESP no Comitê de Bacias Hidrográficas Pontal do Paranapanema.

² Doutorando em Geografia pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Atualmente é professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina (MS).

³ Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT).

Contudo, não demonizamos a reciclagem, ou as maneiras encontradas até agora de reaproveitamento dos materiais, apenas trazemos para a discussão algumas questões relativas a sua base fundante, sem desprezar o trabalho daqueles, que como nós, procuram estabelecer, mais do que uma idéia de reciclagem, de reintrodução dos resíduos na cadeia produtiva, uma concepção emancipadora de sociedade e conseqüentemente uma relação metabólica entre sociedade – natureza, pautadas em fundamentos mais humanos e por essência ambientais.

Um outro olhar sobre a reciclagem de resíduos sólidos

Ao contrário do que podemos imaginar, a existência do trabalho na catação de resíduos sólidos recicláveis nas cidades não é fruto da vontade e da ação dos próprios trabalhadores. De fato, esse trabalhador completa e faz parte de uma engrenagem muito mais ampla e complexa do que podemos imaginar ou conceber a partir da observação empírica e superficial das atividades e das condições de vida desses trabalhadores.

Essa organização é composta por uma série de outros participantes, que desempenham atividades e papéis dos mais diferenciados, compondo um imenso circuito produtivo, ou a cadeia produtiva ligada à reciclagem, em que o catador de material reciclável ocupa um lugar de importância. No entanto, contraditoriamente, trabalha em condições precárias, subumanas e não obtém ganho que lhe assegure uma sobrevivência digna.

O catador participa como elemento base de um processo produtivo ou de uma cadeia produtiva bastante lucrativa, para outros é claro, que têm como principal atividade o reaproveitamento de materiais que já foram utilizados e descartados e que podem ser reindustrializados e recolocados novamente no mercado para serem consumidos.

Além de ser uma atividade lucrativa para os que detêm o poder de controlar parte dessa cadeia produtiva, a reindustrialização dos resíduos sólidos recicláveis de forma a torná-los novamente consumíveis é amplamente difundida como uma ação essencialmente benéfica, que ajuda a diminuir danos ambientais, pois permite o reaproveitamento de parte dos resíduos sólidos, principalmente domésticos, colaborando para a solução de um dos maiores problemas urbanos da atualidade, o do que fazer com o lixo? A idéia da benesse da reciclagem se pauta ainda na preservação de certos recursos naturais que seriam gastos na fabricação de novos produtos.

No entanto, a reciclagem, ou seja, a reintrodução dos resíduos sólidos no circuito produtivo da economia, principalmente a realizada em grande escala, apesar de se beneficiar do discurso da preservação ambiental, não tem nessa idéia o seu objetivo principal, sendo, pois, o objetivo primeiro a reprodução ampliada do capital empregado. Basta ponderarmos o fetiche que existe em torno do lixo, pois a magnitude do estranhamento presente na sociedade em geral, tem como resultante o distanciamento da compreensão dos processos produtivos (destrutivos) e das formas pelas quais ela mesma, a sociedade (de consumo), se move diante das transformações tecnológicas que são responsáveis pela alteração da durabilidade, toxidade, volume e descartabilidade, que influem diretamente na produção de lixo. “A produção de lixo é tão antiga

quanto o processo de ocupação da terra pelo homem. [...] Porém, [...] alteraram-se suas características (durabilidade, volume) no processo de desenvolvimento industrial” (RODRIGUES, 1998, p. 141).

Há também outro elemento que deve ser lembrado que é fato que a sociedade industrial gera, também, dejetos industriais e altera a composição do lixo doméstico, não sendo mais composto de material orgânico, mas por diversos tipos de vidros, plásticos, metais, etc. Chama atenção, pois, o fato de que, em vários casos já registrados, para os gestores da política, a responsabilidade pela geração dos resíduos tem sido atribuída apenas ao consumidor final⁴. A escala do problema aumenta, tendo em vista que a transferência de responsabilidades demonstra a covardia reinante em não focar a produção de lixo e os problemas advindos com a deposição final, bem como a seletividade dos interesses despertados apenas por alguns produtos descartáveis para a reintrodução no circuito mercantil, como razão fundante dos interesses que permeiam a sociedade de classes.

O principal indicativo do que agora afirmamos é que não são todos os resíduos que despertam a atenção das empresas recicladoras. As empresas voltam-se apenas para aqueles materiais que garantem a lucratividade do negócio, utilizando-se assim dos mesmos métodos que fundamentam e dão direção a qualquer outra atividade industrial inserida no mercado capitalista. A indústria da reciclagem apropria-se do imaginário social que afirma a importância de se proteger a natureza, tornando um argumento valorativo dos seus produtos o fato de que eles foram ou podem ser reciclados. Como afirma Legaspe (1996, p. 123)

Tudo que é produzido pelo processo industrial não pode ser entendido sem vincularmos a ele o consumo, um não vive sem o outro (dentro do modelo capitalista), a necessidade de reciclagem é consequência disto tudo. A reciclagem é apresentada de forma distorcida para a sociedade, pois o cidadão pensa que ele é o beneficiário direto dela, esta associação da idéia de que reciclando o cidadão urbano contribui com sua parcela, como agente ambiental, é reforçada pelos meios de comunicação [...].

Assim, somente aqueles materiais que reúnem todas as condições necessárias ditadas pelo mercado, como o baixo custo e grande oferta da matéria prima, mercado consumidor garantido, são alvos da indústria da reciclagem. Pouco importa se são esses que trazem maiores ou menores prejuízos ao ambiente. Se o papel reciclado é certeza de bons negócios recicla-se o papel, se a reciclagem de um outro material qualquer não dá lucro, o melhor é enterrá-lo.

É de acordo com essa lógica que os resíduos sólidos recicláveis tornam-se matéria prima da indústria da reciclagem, que ao resgatar o valor daquilo que há pouco era considerado inútil, estimula a criação de um imenso circuito à jusante do circuito industrial.

Este circuito acaba sendo composto pelos catadores, pelos intermediários, que procuram acumular a maior quantidade de material para revender e as indústrias de reciclagem. Toda essa organização que articula os mais diferentes sujeitos toma então uma forma física e se territorializa nos centros urbanos, sobretudo das cidades de países formados por um número grande de pobres e desempregados, cidades que são locais de consumo por excelência, onde os resíduos

⁴ Cf. RODRIGUES, 1998.

que podem vir a ser recicláveis são descartados em grande quantidade, havendo também uma força de trabalho vivendo em condições precárias, totalmente desassistida e que se vê obrigada a coletar o material que pode ser reciclável e comercializá-lo com forma de sobreviver.

Percebemos então um entrelaçamento entre a lógica de aumentar a produção e estimular o consumo, própria do sistema produtor de mercadorias, e a geração de uma grande quantidade de resíduos sólidos nas cidades, o lixo, juntamente com a estruturação de um complexo de articulações que visa a reintrodução de parte desse material na cadeia produtiva como mercadoria. Isso nos estimula a dirigirmos atenção especial para a complexa trama de relações que povoa o metabolismo social da sociedade do capital. O reaproveitamento do material descartado novamente ao circuito produtor de mercadorias, e todas as relações e mediações sociais, econômicas, políticas, culturais, etc., envolvente nos chama às pesquisas. Desvendar por dentro da exclusão social da classe trabalhadora as contradições que marcam a sociedade do capital nessa viragem do século XXI, nos remete ao incansável esforço da pesquisa e da investigação científica, para irmos em busca da superação e da emancipação social do trabalho.

Como vimos, não é por acaso que alguns resíduos se tornam atrativos para a indústria da reciclagem, pois juntamente com suas propriedades físicas e químicas o tratamento industrial recupera também o valor do trabalho que foi utilizado em sua produção e que nele continua incorporado, mais do que recuperar o valor de uso dos materiais, este processo recupera o valor de troca das mercadorias. De acordo com Bihr (1999, p. 126)

Em primeiro lugar o capitalismo só se interessa por um valor de uso à medida que ele é suscetível de preencher uma função de suporte de uma relação de troca. Portanto, somente à medida que nele se acha valor materializado, que ele é produto de um trabalho humano.

Desta forma, o que os trabalhadores dos lixões e também aqueles que perambulam pelos centros urbanos coletando os materiais recicláveis recolhem, não é um amontoado de lixo, é trabalho humano socialmente utilizado e incorporado naquilo que ainda há pouco, dentro de um determinado contexto social, era mercadoria, por um momento foi dispensado e tornou-se lixo e a partir da apropriação feita pelo catador, que o levou até o depósito para trocar por dinheiro, de onde sairá para as indústrias, também trocado por dinheiro, um equivalente geral que poderá ser trocado por outras mercadorias, torna-se novamente, no contexto dessa relação social marcada pela lógica do valor de troca, uma mercadoria. (GONÇALVES, 2000)

Uma mercadoria que passará por um processo de reindustrialização que o revitalizará, colocando-o em condições de assumir novamente o seu caráter de valor de uso, base é claro de sustentação do seu valor de troca. Aquilo que por um momento foi dejetado, agora será revitalizado pelo trabalho. Para Marx (1988, p. 146)

O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las entre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos.

O despertar do valor de uso contido no material reciclável que por hora foi lixo, no âmbito da reciclagem industrial e no contexto da sociedade capitalista, não se trata da busca de

satisfação primeira da necessidade de qualquer elemento da sociedade, inclusa é claro, à satisfação das necessidades dos trabalhadores que o despertam, ou mesmo a preservação da natureza.

O objetivo do capital nesse processo que procura revitalizar alguns tipos de resíduos sólidos, “despertá-los dentre os mortos”, é fazer como nos lembra Bihr (1999), desse valor de uso suporte para valor de troca. De acordo com Marx (1988, p. 148)

Produce-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-las, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.

É a apropriação do trabalho não pago que em nosso entender é o estímulo e razão da existência da indústria da reciclagem. Um objetivo que em alguns ramos pode ser alcançado de forma bastante otimizada, já que, além de se apropriar do trabalho não pago aos trabalhadores que labutam ativamente no processo fabril da reciclagem, apropria-se também nesse processo do trabalho já incorporado na matéria prima, o material reciclável, coletado nas ruas e nos lixões pelos trabalhadores catadores e trazido para o circuito econômico da reciclagem.

Os resíduos recicláveis, que apesar de estarem abandonados e poderem ser coletados livremente pelos trabalhadores catadores, não brotam naturalmente aqui ou acolá feito erva, são produtos do trabalho, uma matéria sob a qual incidiu a energia e o potencial criativo humano que o transformou em um objeto-mercadoria, que mesmo depois de ter sido utilizado e descartado, ainda continua contendo em si essa qualidade que o diferencia dos demais objetos sob os quais ainda não houve a incidência do trabalho humano.

Os materiais potencialmente recicláveis como: a lata, o papel, o ferro o alumínio, etc., mesmo depois de terem sido transformados em lixo, carregam em sua forma corpórea a síntese do trabalho socialmente dividido e organizado sob a lógica do sistema produtor de mercadorias, pois como sabemos várias são as etapas que compõem o processo de sua produção, da obtenção das matérias primas a outras tantas ações de trabalho socialmente necessários e combinados para chegar ao produto final, a mercadoria, que terá o seu valor determinado pelo *quantum* de trabalho socialmente necessário, como afirma Marx (1998), nela materializado.

É com esse objetivo, o de se reproduzir ampliamente, que o capital estabelece toda a estrutura para a reciclagem, uma estrutura que vai além da planta fabril, territorializando-se nos centros urbanos, onde há material reciclável em abundância, articulando e envolvendo depósitos e vários outros trabalhadores além dos catadores, uma estrutura que conta com um esquema de transporte do material dos depósitos onde ele é acumulado, nas mais diversas cidades, para o local onde está sediada a indústria que irá realizar o processo de reciclagem industrial⁵.

A expressão e a organização territorial das atividades de coleta e reciclagem obedecem à lógica da reprodução ampliada do capital, uma mesma lógica que, no entanto, diversifica

⁵ Mais sobre essa questão ver: Gonçalves (2000).

as formas desse fenômeno, ao combinar as determinações econômicas mais amplas com as especificidades econômicas e sociais locais. Assim, em cada cidade, a distribuição e a quantidade de depósitos e a composição da força de trabalho terão expressões que corresponderão a essa lógica.

As idéias que estamos pontuando aqui não são de forma alguma depreciativas em relação às ações desenvolvidas pelos mais diversos agentes sociais com relação à reciclagem, mas queremos despertar um debate a respeito da forma como vem sendo tratada e entendida a questão.

Acreditamos ser necessário realizar um amplo debate sobre o molde em que está fundado hoje todo o processo de reciclagem de resíduos sólidos no Brasil⁶, que se assenta em grande parte na exploração de uma massa de trabalhadores miseráveis, que são obrigados, pelos mais diferentes instrumentos coercitivos, econômicos e sociais, a buscarem no trabalho realizado no e com o lixo, formas de sobrevivência. Um fato que por vezes está escondido, camuflado, por de trás das idéias de preservação e conservação ambiental, e que nunca é apresentado como principal fator do aumento sempre crescente do número de toneladas de resíduos que são reciclados anualmente no Brasil.

Sabemos que esse crescimento nada tem a ver com a conscientização da população brasileira com relação à questão da geração e destinação final de resíduos sólidos, sem desprezar é claro, o papel educacional que alguns agentes envolvidos com a questão ambiental vêm realizando nesse sentido.

É fato também que os maiores poluidores são também os maiores consumidores, sejam os industriais ou residenciais. No entanto, os prejuízos e problemas causados por um consumismo exacerbado e descontrolado é socializado com aqueles que acabam enfrentando problemas que são inversamente proporcionais a sua capacidade de consumo. Em suma, as populações pobres e excluídas ou a grande maioria dos trabalhadores são os que mais sofrem com os problemas derivados dessa estrutura societal vigente.

Desta maneira, tanto quanto estimular e discutir novas formas de reciclagem, de diminuição dos impactos ambientais causados pela sociedade (de consumo) atual, devemos nos atentar para a possibilidade de transformação da estrutura e da lógica de organização da sociedade, caso contrário, as medidas implantadas serão meramente paliativas, já que essas ações buscam resolver ou administrar o problema e não anular a sua fonte causadora. De acordo com Thomaz Júnior (2000, p. 16)

Trata-se de colocar em cheque a estrutura organizacional da sociedade, enraizada sob os postulados capitalistas que se fundamentam na redução sistemática do valor de uso à simples função de suporte de valor de troca, sendo que o trabalho se constitui em uma das fontes de valor de uso e a natureza também foi submetida aos efeitos nefastos dessa redução e a crise ecológica como enunciado na mídia através dos periódicos e nos ambientes acadêmicos e políticos, deve nos estimular a um repensar do próprio movimento da sociedade.

A compreensão da trama que envolve a tensa relação que a sociedade contemporânea expressa na forma de degradação ambiental, incluindo desde a contaminação de

⁶ Ver Legaspe (1998); Gonçalves (2000).

mananciais, passando pelo assoreamento de rios, e chegando na deposição final inadequada para o lixo, enfim, tudo isso é extremamente desafiador.

Apreender esse processo pressupõe muito esforço, arrojo e determinação política, para construir relações capazes de constituírem interlocução com diversos segmentos sociais comprometidos com a temática, e com pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento. As diferentes faces do problema que nos ocupa nesse momento exigem que pensemos na trama social que envolve o descarte, a coleta e a acomodação de resíduos sólidos (secos e úmidos). É bom lembrar que não devemos *respeitar* as fronteiras desse ou daquele campo do conhecimento, mas considerarmos um amplo leque de contribuições, capazes de compreender o complexo de relações que envolvem a reciclagem, a inertização, o manuseio adequado dos inservíveis (material radiativo e outros tipos de contaminantes), a industrialização dos recicláveis e a correta utilização do material orgânico.

A complexidade e a dificuldade às quais nos referimos, nos remete a assumir que no capitalismo o metabolismo societário, que materializa a relação entre o homem e a natureza, tem por princípio a destruição da natureza e da sociedade. Ao inseri-la, a natureza, no processo produtivo, apenas com o objetivo de transformá-la em mercadoria, o mesmo acontecendo com a sociedade, ou com o trabalho, que se subordina a esse mesmo processo, tem-se a dinâmica da natureza e do trabalho totalmente subordinados ao capital (MÉSZÁROS, 1999).

Em outros termos, há que se pensar que a riqueza com que a natureza se apresenta aos nossos olhos, em diversidade, magnitude e potencialidade, é objeto de apropriação privada, assim como o trabalho, inserido na produção de mercadorias e na valorização do capital (SMITH, 1986).

Não é difícil reconhecer que o gigantismo da engrenagem produtiva nos faz assimilar, com certa facilidade, que a produção de bens e mercadorias de todas as origens e formas estão associadas à produção de lixo.

Nesse universo temático, constata-se que nem sempre foram encontradas alternativas técnicas e mais ainda, comerciais, para o reaproveitamento do lixo. A sociedade de consumo, aliás, definição primorosa e erigida sob os pilares da desigualdade, produz reveses que estão impactando sobremaneira a qualidade de vida nos quatro cantos do planeta. Diante disso, todos os sinais indicam que a relação entre a quantidade do lixo produzido e reaproveitado é extremamente irrisória. Todavia, o negócio do “ferro velho” não pode ser desprezado tanto em termos econômicos, quanto em termos sociais.

Os materiais como os metais, vidros e papéis já são tradicionalmente recicláveis e têm toda uma rede comercial e industrial em funcionamento para o reaproveitamento destes resíduos. No entanto é necessário melhorar a eficiência no aproveitamento destes resíduos e conseqüentemente minimizar os prejuízos ambientais. Destaca-se, por exemplo, o reaproveitamento do alumínio, que no Brasil atinge índices destacados quando comparados com os países desenvolvidos. Dados de 1999 da associação Brasileira do Alumínio (ABAL), entidade que congrega 58 empresas, indicam que o Brasil ocupa o 2^o lugar no ranking mundial de reciclagem de latas de alumínio, sendo que só no primeiro semestre de 1999, o índice de reciclagem chegou a 82%. As

estatísticas desta associação apontam ainda que a porcentagem anual deve chegar em torno de 70%; superior à dos EUA e inferior apenas à do Japão com 74% (CERQUEIRA; FREITAS, 2000).

Os materiais plásticos vêm substituindo cada vez mais os tradicionais, como exemplo, podemos citar a porcentagem de materiais plásticos nos automóveis e na construção civil que gradativamente substituem a madeira. As crescentes aplicações dos materiais plásticos no setor de embalagens de rápido descarte têm proporcionado um grande aumento destes materiais nos resíduos sólidos urbanos, domésticos e industriais.

Atualmente há uma grande preocupação com os danos gerados ao ambiente por estes materiais que apresentam tempo de degradação muito longo. Lembramos que, diferentemente de outros materiais, o reaproveitamento do plástico ainda está em fase de implantação, mas tem crescido constantemente.

Há uma grande variedade de materiais poliméricos (PET, Polypropileno, polietileno de alta densidade, polietileno de baixa densidade, PVC e outros) que são usados de diversas formas (extrudados, injetados ou moldados), muitas vezes na forma de compósitos ou de blendas poliméricas (MANRICH *et. al.*, 1997).

Quanto à reciclagem dos plásticos, dados do primeiro semestre de 1999, identificaram 180 recicladoras atuando na região metropolitana de São Paulo, produzindo cerca de 159 mil toneladas/ ano. Deste total, cerca de 49% correspondem aos plásticos pós-consumo, fornecidos pelos sucateiros e catadores. Considera-se que é um mercado novo e em ascensão, considerando que 29% das empresas atuam há menos de cinco anos no mercado (CERQUEIRA; FREITAS, 2000).

Numa cidade de médio porte, como Presidente Prudente, não há condições para comportar uma recicladora que atua com ciclo completo, ou seja, que produza os *pellets* para fornecer diretamente para a indústria, a não ser que trabalhe processando resíduos industriais. Há um número pequeno de recicladoras que produzem os *pellets* que compram de empresas menores o material pré-processado.

As unidades recicladoras normalmente evitam trabalhar com os *commodities* provenientes de lixões por serem de difícil tratamento, principalmente quanto à limpeza. Para os *commodities*, além do menor valor comercial, os mesmos se apresentam numa grande variedade. Portanto, para agregar valor a estes materiais é importante um controle eficiente da limpeza da matéria prima, bem como um controle rigoroso na separação dos materiais para evitar contaminação de um tipo de polímero com outro, que pode inutilizar lotes inteiros de materiais, como é o caso do PVC quando misturado ao PET. De fato, as pequenas recicladoras não contam com nenhum apoio técnico no sentido de identificar ou atestar a pureza e qualidade dos materiais que compram para processar, tampouco dos materiais que produzem.

Mais uma vez, lembramos que em pequenas e médias cidades é praticamente inviável, economicamente, instalar unidade processadora com o propósito de produzir material reciclado de qualidade a partir de resíduos sólidos urbanos. No entanto, é possível fazer um pré-

processamento, como no caso do PET, no qual o material é lavado e moído, sendo vendido na forma de *flakes* (GALVÃO, 2000).

A mesma autora diz ainda que:

[...] outra condição para a expansão da reciclagem é o desenvolvimento de ações exemplares de articulação entre educação ambiental, coleta seletiva e responsabilidade social, envolvendo escolas, empresas e organizações não governamentais. Tal articulação viabiliza o ciclo completo da reciclagem, além de beneficiar entidades sociais. (GALVÃO, 2000, P. 135).

Exemplo disso é a parceria entre a APAE de Mauá, na Grande São Paulo, com a Plastivida, que terá uma unidade de beneficiamento de 200 toneladas por mês.

Por outro lado, as experiências têm demonstrado que a instalação e operação de usinas de compostagem são muito caras, não sendo uma alternativa atraente para as prefeituras. O aterro controlado ou o aterro sanitário e a triagem do material reciclável têm sido os tratamentos preferidos.

No projeto, “Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente-SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho” será dada ênfase especial aos plásticos *commodities*, cujo interesse industrial é menor pelos problemas descritos acima. Nos propomos desenvolver estudos, tendo como pressuposto a instalação de uma usina de pré-processamento, onde será feito, além da separação, a lavagem, a moagem e o enfardamento. Essa usina de pré-processamento teria a vantagem de aumentar o interesse pela reciclagem dos plásticos, tornando-os fonte de renda viável para os catadores organizados.

Presidente Prudente em Foco

É oportuno enfatizar que em Presidente Prudente são produzidas diariamente cerca de 190 a 210 toneladas de lixo, depositadas quase que integralmente em lixões, uma vez que não há coleta seletiva na cidade, excetuando-se algumas experiências isoladas de descarte seletivo em condomínios e moradias particulares.

Nas últimas décadas, a cidade teve um crescimento populacional e territorial expressivo, o que gerou inúmeros problemas ambientais, tais como o aumento na produção de resíduos sólidos, a proliferação de lixões, aceleração de processos erosivos em cabeceiras de drenagem e ruas não pavimentadas de bairros periurbanos, assoreamento de corpos hídricos e a redução do volume de água em importantes mananciais de abastecimento da cidade (represa do rio Santo Anastácio e do Balneário da Amizade).

O lixão, localizado no Distrito Industrial, distante cerca de 6 km do núcleo central da cidade, possui área útil de disposição muito pequena, a qual deverá estar esgotada num período de poucos meses, mantendo-se os níveis atuais de descargas de lixo. Essa situação é agravada pelo quadro social envolvente, uma vez que a facilidade de acesso e a situação sócio-econômica permitem que cerca de 100 pessoas (Tabela 1), incluindo mulheres, homens, adolescentes,

sobrevivam em condições subumanas, alimentando-se de restos de comida, tirando o seu sustento da catação de materiais recicláveis, constituindo um sério risco à saúde pública, uma vez que estão expostos a vários tipos de contaminações e doenças.

Tabela 1 - Trabalhadores Catadores do Lixão de Presidente Prudente: Idade e Gênero

IDADE	N.º DE CATADORES		HOMENS		MULHERES	
< 14	1	0,99%	-	-	1	0,99%
15 a 18	10	9,90%	9	8,91%	1	0,99%
19 a 30	30	29,70%	20	19,80%	10	9,90%
31 a 40	20	19,80%	9	8,91%	11	10,89%
41 a 50	18	17,82%	9	8,91%	9	8,91%
51 a 60	13	12,87%	6	5,94%	7	6,93%
61 a 65	2	1,98%	-	-	2	1,98%
66 ≥	3	2,97%	3	2,97%	-	-
outros*	4	3,96%	2	1,98%	2	1,98%
TOTAIS	101	100%	58	57,42%	43	42,57%

Fonte: Trabalho de Campo e Cadastro realizados em Janeiro de 2002.

*informações não obtidas.

Dos 101 catadores entrevistados identificamos a presença de 57% de homens e 43% de mulheres, prevalecendo o sexo masculino. A maioria dos catadores está entre 19 a 40 anos de idade, 28,71% representam os homens e 20,79% as mulheres dentro desta faixa etária. Do total 0,99% tem menos que 14 anos, e 4,95% possuem mais de 60 anos, sendo que destes 2,97% são homens e 1,98% são mulheres.

O fato de o número de menores ser bastante reduzido deve-se a pressão jurídica que o Ministério Público vem fazendo para que o trabalho infantil não ocorra. Algumas autuações foram realizadas com a utilização de força policial a fim de retirar as crianças do local, crianças que na maior parte das vezes acompanham os pais até o local de trabalho.

Está-se diante de uma situação que manifesta os fundamentos da exclusão social, vista, pois, sob a ótica da desqualificação do trabalho, já que em termos profissionais os catadores envolvidos nos lixões não dispõem, em sua maioria, de instrução que os habilitem ao exercício laborativo das profissões de nível médio (Tabela 2).

Tabela 2. Ocupação Anterior à vinda para o Lixão

Pedreiro e Servente de Pedreiro	21	20,79%
Doméstica	30	29,70%
Motorista	3	2,97%
Lavoura	9	8,91%
Indústria	5	4,95%
Serviços Gerais	25	24,75%
Outros*	8	7,92%
Total	101	100%

Fonte: Trabalho de Campo e cadastro realizados em Janeiro de 2002.

*informações não obtidas.

Apesar da maioria dos catadores, como constatamos, serem alfabetizados, para que possam exercer outras habilitações e profissões, necessitariam de cursos de qualificação profissional, oferecidos pelo Estado e da garantia de efetivarem-se em novas ocupações e habilitações. (GINO *et. al.*, 1999).

Aí reside outro gargalo da sociedade do trabalho nessa viragem do século XXI. Ou seja, a desqualificação e a precarização das relações de trabalho, intensificadas com a adoção de procedimentos e rotinas que priorizam a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ou a substituição dos homens pelas máquinas, tem fragilizado sobremaneira os trabalhadores em geral, inclusive os mais qualificados, mas com maior ênfase para os menos qualificados (ANTUNES, 1999).

Na maioria dos casos, isso se deu às expensas de procedimentos que impulsionaram a superexploração do trabalho, em face de ganhos de produtividade elevados, sem redução de jornada e impactado pelas *novas* formas de gestão do processo de trabalho, como, por exemplo, a terceirização, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), a flexibilização do processo de trabalho, etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2000).

Assim, a flexibilização de processos ou a adoção de formas de acumulação flexível⁷ em contato com as condições até então vigentes, mesclam-se e produzem diferentes formatações ou arranjos, com implicações de elevada monta para a inserção do trabalho em *novas* atividades. Ou então, resta-lhe adaptar-se a *novos* procedimentos e rotinas, mediante a absorção de *novas* habilitações, repercutindo diretamente na delimitação das qualificações profissionais, inclusive com a extinção de diversas e a inserção de outras poucas (THOMAZ JÚNIOR, 1999).

Em relação ao mercado de trabalho ou mais precisamente, às clivagens produzidas por conta da ausência de um sistema público de emprego e educação adequados e, às vistas de uma escalada irrefreável do desemprego e do subemprego, sem proteção social alguma, em nome da modernização tecnológica e da competitividade, faz emergir em cena, a necessidade da requalificação do trabalho e da criação de postos de trabalho que absorvam esses contingentes.

Em cidades como Presidente Prudente este problema é agravado pela pequena oferta de emprego. Assim, qualquer trabalho sério que proponha dar um melhor tratamento ao lixo deve visar, necessariamente, proporcionar melhores condições de vida e de trabalho a essas pessoas. Dentre os 101 trabalhadores que foram entrevistados, 91 deles, ou seja, 90,54% apontam o desemprego como principal fator do trabalho no lixo.

Do lado dos trabalhadores e das comunidades organizadas partem caminhos alternativos para o enfrentamento da fragilização do mercado de trabalho, do desemprego e da despossessão de maneira geral. Têm-se multiplicado pelo país formas de organização em cooperativa, sendo que essa organização do trabalho disseminou-se enormemente e de maneira expressiva junto aos trabalhadores do lixo (GRIMBERG; BLAUTH, 1998).

De todo modo, a formulação de alternativas para os catadores e suas famílias que vivem do lixo - e muitos no lixo - em Presidente Prudente, submetidos a um conjunto de relações sociais de dominação que se expressam através de rotinas e comportamentos pré-definidos pelos atravessadores, bem como para a implantação da coleta seletiva e pré-processamento, são

vislumbradas através das parcerias⁸ que estamos propondo, a contar com a experiência dos técnicos e pesquisadores das respectivas instituições que pertencem, nas áreas: social e técnica.

Movidos pela pesquisa e pela necessidade de construirmos referenciais metodológicos que possam nos referenciar cientificamente, os resultados alcançados até o momento estão nos permitindo compreender aspectos importantes do cenário e do processo social que caracterizam a dinâmica espacial dos resíduos sólidos em Presidente Prudente. A continuidade desse trabalho deverá nos permitir apreender a complexidade da sociabilidade que envolve os trabalhadores na catação de lixo, e toda a lógica societal que subordina o trabalho na sociedade do capital.

⁷ O Geógrafo anglo-americano David Harvey (1992), em seu livro “Condição Pós-Moderna”, desenvolve longamente o conceito de flexibilização do trabalho.

⁸ As parcerias estão sendo realizadas com a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, através da Secretaria da Assistência Social (SAS) e a Companhia Prudentina de Desenvolvimento Econômico (PRUDENCO), ainda, com o Comitê de Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema (CBHPP), Universidade Federal de São Carlos (UFSC), por meio do Núcleo 3R, e com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo/CIESP – Diretoria Regional de Presidente Prudente.

Referências

- ANDRADE, M. C. de. **O desafio ecológico: utopia e real**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRANDÃO, C.R. (Org.). **Pesquisa participante**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRESSAN, D. **Gestão racional da natureza**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 2.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.
- CASSETI, V. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- CEMPRE. **Reciclagem & Negócios**. São Paulo: Polpa Moldada, 1995.
- CERQUEIRA, L.; FREITAS, E. Reciclagem um mercado promissor. **Revista Saneamento Ambiental**, São Paulo, n. 62, jan. fev., p. 12–19, 2000.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE/CEPAL. **Políticas públicas para el desarrollo sustentable: la gestión integrada de cuencas**. [S.I.]: CEPAL, 1994.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental princípios e práticas**. 4. ed. São Paulo: Gaia, 1994.
- FREIRE, P. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1984.
- GALVÃO, M. Reciclagem conquista o respeito do mercado. **Revista Plásticos Modernos**, São Paulo, n. 305, dez. jan., 2000.
- GINO, E.L.S.; GARCEZ, L.M.A.; SILVA, S.R.M. **Os catadores que sobrevivem do lixo no município de Presidente Prudente**. 1999. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Instituição Toledo de Ensino, Presidente Prudente, 1999.
- GONÇALVES, C.W.P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.
- GONÇALVES, M. A. **A Territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente (SP)**. 2000. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- GRIMBERG, E.; BLAUTH, P. (org.) **Coleta Seletiva: reciclando materiais, reciclando valores**. São Paulo: Pólis, 1998. (Publicações Pólis).
- GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.
- LEAL, A.C. **Gestão das águas no Pontal do Paranapanema** - São Paulo. Campinas, 2000. 210 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LEGASPE, R.L. **Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo: um estudo sobre a reciclagem promovida no centro de São Paulo observando a economia informal e os catadores**. 1996. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências), Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MAZZINI, E.J.T. **De lixo em lixo, em Presidente Prudente (SP)**. Novas áreas, velhos problemas. Pres. Prudente: UNESP, 1997.

MÉSZÁROS, István. "A ordem do capital no metabolismo social da reprodução". **Ensaio Ad Hominem**. São Paulo, n.1, p. 83-124, 1999.

MONTEIRO, C.A.F. **A questão ambiental no Brasil (1960 - 1980)**. São Paulo: IGEOG/USP, 1981. (Série Teses e Monografia).

MOREIRA, R. **O círculo e a espiral**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo e no espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

SPOSITO, M.E.B. A expansão territorial urbana de Presidente Prudente. **Recortes**, Presidente Prudente, n.4, p.5-40, 1995.

THOMAZ JÚNIOR, A. "Leitura" geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes". **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, n.17, ago., 2000.

VIEIRA, P. F.; MAINON, D. (Org.). **As ciências sociais e a questão ambiental**: rumo à interdisciplinaridade. Belém: UFPA/NAEA: APED, 1993.

PROCESSOS SOCIAIS E REDEFINIÇÕES TERRITORIAIS DO TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO *

**Fernanda Keiko Ikuta
Antonio Thomaz Júnior**

Introdução

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) vem vivenciando a passagem de um urbano organizado a partir do trabalho fabril estável, para um urbano que deve conviver com uma representação crescente do trabalho precário e informal.

As mudanças no processo produtivo e nas relações de produção estão gerando um trabalho cada vez mais complexificado, híbrido de: trabalho regulado, com direitos trabalhistas, com o trabalhador em sua maior parte sindicalizado, cada vez mais escasso; e trabalho precário, vivenciado, em grande parte, pelas gerações atuais que começam a se incorporar ao mercado de trabalho.

Essa reestruturação produtiva é acompanhada da reestruturação do metabolismo social, da reestruturação do modo de vida e da socialização. Ou seja, não está ocorrendo apenas uma reorganização do mundo do trabalho, mas acontece, sobretudo, uma reorganização da vida, do cotidiano adequada à nova produção (e reprodução social) capitalista. Trata-se de uma nova ofensiva do capital que não atinge somente a produção, mas também as instâncias da ideologia, da política e da cultura. Neste sentido, o discurso das empresas, que se encarrega da “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, passa a ser um discurso que se enuncia não apenas para o mundo do trabalho, mas para a vida fora do trabalho (ALVES, 2006b). Esse ambiente ideológico impregnado de valores individualistas de mercado, necessários ao capitalismo flexível, invade os espaços do cotidiano e é formador de mentalidades, inclusive, obviamente, daquelas que estão pensando, vivendo, reivindicando, gestando as cidades.

As intervenções urbanas na RMSP, principalmente na última década, mostram uma específica articulação definida pelos atores que as impulsionam (públicos, privados, nacionais e internacionais) e pelos projetos que as fundamentam. De todas as formas, assistimos a uma priorização das inversões vinculadas ao mercado global que intensificam a precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores.

A precariedade estrutural do trabalho e sua segregação/precarização espacial

O aumento vertiginoso do desemprego, a intensificação do sub-rendimento e o inchaço do setor informal nas últimas décadas, ganham uma conotação de processos inexoráveis na mídia brasileira. Já não são muitos os que acreditam no trabalho como promessa de progresso social; a imposição do trabalho precário está dissolvendo a identidade de classe; na sangria desatada por

* Esse artigo foi publicado nos **Anais** do Seminário Nacional Metrópole: Governo, Sociedade e Território, 2, Rio de Janeiro, 2007, p.1-20.

um emprego, os trabalhadores já não esperam por direitos trabalhistas e a maioria deles já não tem os sindicatos como referência. Todavia, ainda que a atualidade nos diga que os "tempos fordistas" se acabaram, "o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social" (TELLES, 2006, p. 173), até mesmo porque "as estratégias de sobrevivência recriam o trabalho urbano na metrópole" (SILVA, 2005, p. 42). Ao contrário do que advoga a tese da perda da centralidade do trabalho, vemos a constituição de novos mecanismos do capital para se expandir, modificando a sua forma de explorar o trabalho, por exemplo, ao trazer formas de trabalho consideradas pré-capitalistas para os seus domínios¹. A precariedade estrutural assumiu novos contornos, há hoje uma "nova precariedade, decorrente, em maior parte, do processo de precarização que atingiu a totalidade viva do trabalho" (ALVES, 2006a, p.1).

Isto é, com a nova ofensiva do capital, o processo de precarização atingiu "a totalidade viva do trabalho" em suas múltiplas formas objetivas e subjetivas. Neste sentido, observamos uma extensão da lógica do capital que não se restringe ao *locus* empresarial, ao *locus* de trabalho, mas que abarca todas as dimensões do cotidiano, que cria um modo de vida adequado à nova produção (e reprodução) capitalista. Essas transformações fazem com que o trabalhador brasileiro vivencie (e perceba) outra experiência de trabalho, e concomitantemente, outra experiência urbana.

Seguindo a formulação de Alves (2006a, p. 1 - 2), para explicar esses processos fundados na precariedade estrutural, na precarização e na nova precariedade do trabalho no Brasil, cabe considerar as suas determinações causais de primeira, segunda e terceira ordem. Determinações de 1ª ordem: vinculam-se à natureza do modo de produção capitalista (divisão da sociedade em classes sociais, fundada na propriedade privada e na divisão hierárquica do trabalho). Determinações de 2ª ordem: são as particularidades concretas do capitalismo no Brasil (natureza colonial-escravista e o caráter dependente e subalterno da economia produtora de mercadoria da nossa formação capitalista). Determinações de 3ª ordem: vinculam-se às mutações estruturais (e de conjuntura) do capitalismo brasileiro nos últimos 30 anos (no bojo da mundialização do capital).

Para o objetivo desse texto, dentro da particularidade histórica do capitalismo no Brasil é preciso considerar ainda a particularidade histórica da cidade de São Paulo e seu entorno metropolitano, para então compreender a historicidade da precariedade estrutural do trabalho e sua segregação/precarização espacial na RMSP.

Desta maneira, vale recordar que da cidade comercial do café no século XIX, São Paulo foi se adentrando num processo de industrialização e urbanização vertiginosos, ganhando uma posição regionalmente dominante que em pouco tempo ganhou dimensão nacional. Suas privilegiadas condições para a localização industrial e a disponibilidade de capitais acumulados no surto cafeeiro, entre outros fatores, atraíram um grande contingente de migrantes, primeiro europeus e mais tarde do próprio país, constituindo-se, em meados do século XX, como metrópole com o status de capital econômica do Brasil.

A relevância do processo de industrialização, iniciado no século XIX, as condições para a localização industrial, e a redefinição da estrutura formal do espaço das cidades

¹ Para uma discussão aprofundada sobre a centralidade do trabalho consultar: Antunes (1999); Organista (2006) e Thomaz Júnior (2007).

fazem culminar o processo de metropolização². A acumulação de capital, cuja oferta de empregos atrai um grande contingente migratório estrangeiro e nacional, é outro fator que dá a Região importância nacional.

Quando a possibilidade do fim da escravidão se torna mais concreta³ a imigração européia explode. Em 1901, treze anos após a declaração da Abolição da Escravidão, é a data em que se considera o início do processo migratório para São Paulo. Neste ano, o Estado de São Paulo contava com cerca de 50 mil industriários e estimasse que 90% dos trabalhadores do Estado eram estrangeiros⁴.

A intensificação do fluxo de nordestinos, mineiros e fluminenses para o Estado de São Paulo se inicia em 1923. E em 1935, com o estímulo do governo de Armando Salles de Oliveira, as entradas passaram a ser maciças (em 1939 alcançam a casa dos 100 mil). Esses migrantes se espalharam por todo o Estado de São Paulo, mas a Região Metropolitana foi a mais importante área de atração populacional do Estado⁵. São Paulo passa a concentrar o fluxo migratório interno de trabalhadores expulsos do campo que agora irão integrar-se como mão-de-obra assalariada industrial, e mais tarde, a partir dos anos de 1980, nos serviços.

Mas quais eram as condições gerais de vida e de trabalho desses trabalhadores que viveram a transição da cidade comercial do café para o processo de industrialização e metropolização?

As estruturas desiguais e arcaicas no interior fomentavam o êxodo rural e isso acirrava os conflitos sociais urbanos. A Lei de Terras de 1850 impediu que um imenso contingente de trabalhadores brasileiros tivesse acesso à posse da terra e, conseqüentemente, impediu a pequena produção.

Esses trabalhadores ficam, então, condenados a serem massa subalterna do campo e da cidade: “os que não conseguiram se inserir na indústria e serviços capitalizados, compuseram o contingente de massa urbana marginalizada do mercado de trabalho” (ALVES, 2006a, p. 1). O percentual de trabalhadores sem emprego fixo em 1919, 15% da população; os baixos salários decorrentes, principalmente, de práticas repressivas nas grandes empresas; mas também o achatamento do nível salarial devido ao aumento da participação das mulheres, que chega a 30,8% neste período (NOVY, 2002, p. 210 – 211), são reveladores da peculiar precariedade estrutural de longa data do trabalho no Brasil, da sua condição de historicamente precarizado. Seguindo esta tendência, a integração no chamado mercado formal de trabalho torna-se cada vez mais restrita e

² A RMSP ganha, então, importância nacional como pólo industrial: “em 1907 a participação de São Paulo [cidade] na produção industrial nacional cifrou-se em 16%, em 1919 em 32% e em 1939 em 41%” (NEGRI et al. 1988, p. 6 apud NOVY, 2002, p. 202).

³ Aqui cabe enfatizar dois elementos: 1. É freqüente a afirmação de que São Paulo tenha impulsionado a transição para o trabalho livre assalariado, todavia, NOVY (2002, p. 210) relativiza essa afirmação: “perseguindo uma estratégia de preservação inercial do poder, os barões do café só tomaram o trem do trabalho assalariado ‘progressista’ quando não lhes restou outra opção”. 2. A natureza colonial-escravista da nossa formação capitalista deixou uma clivagem racial no interior da determinação de classe que marca, “de modo indelével, a desigualdade social no País (os afro-descendentes constituem o maior contingente de pobres no Brasil) [...] Mesmo após a Abolição da Escravatura, em 1888, a segregação racial perdurou. Os capitalistas, com o apoio do governo republicano, optaram pela utilização da força de trabalho de imigrantes brancos, ao invés de negros recém-libertos, nos pólos dinâmicos da indústria brasileira nascente. Os proletários negros, excluídos da senzala, trabalhadores livres, se inseriam agora, em trabalhos precários, mal pagos e sem direitos trabalhistas” (ALVES, 2006, v. 1, p. 2).

⁴ A maioria italianos, seguidos de portugueses, espanhóis, alemães e poloneses, entre outros. O registro de entrada de 1901 apontou 1.434 migrantes nacionais e 70.348 estrangeiros aportados no Estado. Em 1919, 54,3% dos trabalhadores ainda eram estrangeiros (NOVY, 2002, p. 210; site oficial do Governo Estadual “Projeto São Paulo GenWeb”, Disponível em: <<http://www.rootsweb.com/~brasp>>).

⁵ As migrações contribuíram com 56,6% do crescimento da população da região no período 1960-1970.

assim, um contingente cada vez maior (tanto de trabalhadores que continuam a chegar à metrópole, quanto de trabalhadores já residentes nela) é submetido ao desemprego, ao subemprego e a toda precariedade das condições de vida.

Essas relações precárias de trabalho e de vida não ocorrem sem a presença de conflitos urbanos. Quais são essas mudanças essenciais no espaço urbano e quais eram as políticas públicas? Que conflitos sociais geram? Como é o surgimento da periferização dos trabalhadores e os seus problemas habitacionais?

Ao nos referenciarmos à natureza da sociedade escravista, vemos que, até certo ponto, a segregação espacial não era, então, uma necessidade fundamental. A hierarquização do espaço praticamente se inicia com a sociedade de trabalhadores assalariados livres; a cidade se expande e as classes sociais começam a se separar no espaço urbano, isto é, os trabalhadores são expulsos para a periferia.

O conflito central da época dizia respeito ao uso da terra na cidade. Em uma economia escravista, a segregação das classes sociais não carecia de expressão espacial. Muito pelo contrário, a presença de escravos era insubstituível para a qualidade de vida da camada superior. Mas, em uma sociedade de trabalhadores assalariados livres, o desejo de segregação espacial aumentou nitidamente por parte da burguesia. O conflito urbano transformou-se essencialmente em um conflito sobre o modo de uso privado e público da cidade e a forma da intervenção do planejamento do Estado no nível local. De início, o crescimento vertiginoso se deu de forma desordenada e conduziu a uma mistura de bairros comerciais, industriais e residenciais. Com base nos argumentos dos urbanistas, chamava-se a atenção à situação sanitária e higiênica deficiente nos cortiços dos bairros operários e lamentava-se a corrupção dos costumes nesses bairros “perigosos”. A camada superior buscava uma hierarquização do espaço com uma clara estrutura local de centro e periferia. A classe trabalhadora foi expulsa dos bairros próximos ao centro e recebeu espaço habitacional na periferia da cidade (NOVY, 2002, p. 207 - 208).

Assim, com a expansão da indústria surgem os bairros residenciais nobres, ao mesmo tempo em que começam a surgir os bairros industriais e operários. Nos primórdios da industrialização, final do século XIX e primeiras décadas do século XX, São Paulo tinha um padrão concentrado de urbanização que criou uma interessante associação entre moradia e trabalho, onde o bairro proletário torna-se um núcleo de vida social. Com a consolidação da indústria esses bairros, sobretudo a partir dos anos de 1940, passam por uma profunda transformação com a “dissolução de sua identidade como bairros proletários” (ANDRADE, 2004, p. 172). A malha urbana passa a ser mais dispersa e segregada, com a expulsão de grande parte dos trabalhadores para loteamentos periféricos, sem infra-estrutura adequada e sem serviços básicos, onde eles foram obrigados a buscar aluguel mais barato ou a autoconstruir suas casas. Ou seja, o deslocamento forçado para a periferia significou uma degradação das condições de vida desses trabalhadores que deixaram de ter em seu entorno água, iluminação, esgoto, calçamento, transporte público, educação, saúde.

Como apontamos acima, todo este contexto urbano fundado em uma estrutura profundamente desigual e arcaica acirra os conflitos sociais urbanos expressos, por exemplo, no movimento sindicalista de orientação anarquista que organizou os trabalhadores nas greves (contra

as más condições de trabalho – perdas salariais maciças; e para “salvar os seus bairros residenciais da ameaça de demolição”⁶) de 1917 e 1918 (NOVY, 2002, p. 210).

Vale destacar que, como vimos, a formação de bairros industriais e operários, “núcleos de vida urbana aglutinando a parcela maior da força de trabalho” (ANDRADE, 2004, p. 172), está diretamente ligada ao princípio da industrialização na Cidade de São Paulo. Mas quando a Cidade se consolida como pólo industrial brasileiro, impulsionando freneticamente a urbanização, ocorre, mais nitidamente a partir dos anos 1940, uma “transformação profunda desses bairros, no sentido da dissolução de sua identidade como bairros proletários que, ao mesmo tempo em que os distinguira, constituíra elemento de redefinição da própria Cidade” (ANDRADE, 2004, p. 172). Tratava-se de estratégias que visavam fragmentar os trabalhadores (que eram, na sua maior parte, imigrantes) por meio da “dissolução de um elemento fundamental na constituição dos bairros operários – a associação estreita entre moradia e trabalho” (ANDRADE, 2004, p. 183)⁷.

Foi uma tentativa clara de desterritorializar os trabalhadores. Desterritorializá-los não somente, não necessariamente, deslocando-os. Parte dos trabalhadores foram desterritorializados pelo deslocamento, e a maior parte deles foram desterritorializados mesmo sem ser deslocados, porque, de certa forma, esses trabalhadores perderam, ou tiveram fragilizado, o controle, o comando do seu território, uma vez que os elementos que os agregavam foram dissolvidos. E, partindo de uma interpretação das formulações de Haesbaert (2004, p. 237), essa perda de controle ou comando do território (resultante da estratégia dos grupos hegemônicos que o colocaram em disputa) é também um processo de desterritorialização.

Considerando todo este contexto, nos instiga querer conhecer mais de perto para onde estavam voltados os interesses e ações governamentais e que respostas eram dadas às demandas sociais.

A modernização da infra-estrutura de São Paulo para que ela se tornasse “o centro de um sistema de produção crescentemente integrado no plano nacional”, foi apoiado pelos governos federal e estadual. No plano local, “suciam-se prefeitos que investiam mais na infra-estrutura física e outros que preferiam ampliar os serviços de natureza social” (NOVY, 2002, p. 214).

De um modo geral, o Estado populista estava mais interessado em viabilizar o processo de acumulação capitalista do que, por exemplo, investir na construção de casas populares. Por essas vias, se consolida, entre os anos de 1940 e 1964, o denominado padrão periférico de crescimento, com a iniciativa privada à frente do grande negócio que era a implantação dos loteamentos periféricos que alavancava a especulação imobiliária a partir da valorização dos vazios urbanos deixados por essa prática de construção periférica. Todavia, a política clientelista utilizava como instrumento essencial para a distribuição de recursos públicos a troca de votos por melhorias locais, ou seja, ela articulava localmente os problemas sociais. A criação das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), que atuou ao lado da Sociedade dos Amigos da Cidade (uma associação de

⁶ A ameaça de demolição era uma constante uma vez que as fábricas compravam as residências contíguas a elas para as demolirem e assim efetuar a sua expansão.

⁷ Em detalhes, os elementos que dissolveram os laços sociais foram: “o abandono dos bairros pelos imigrantes enriquecidos pelo progresso de suas oficinas; a ascensão e o declínio de empresas; a expulsão de moradores que, impossibilitados de pagar os aluguéis em alta procuravam os loteamentos desprovidos de infra-estrutura, que se abriam nas franjas da cidade; o abandono dos bairros por moradores expulsos pelas fábricas que se expandiam às custas da destruição das moradias a elas contíguas” (ANDRADE, 2004, p. 183-184).

profissionais liberais e da camada superior, fundada em 1934) foi um instrumento refinado do clientelismo. Tentava-se introduzir algumas das demandas da população no processo político como contrapartida ao voto, organizado por essas associações, de um bairro em um candidato a vereador (NOVY, 2002, p. 214).

Já o “projeto urbano” da ditadura militar era promover a integração nacional, que significava completar a ocupação e a unificação do país sob uma territorialidade capitalista. Neste sentido, ocorre a institucionalização da Política Habitacional Brasileira, amparada no falacioso discurso da redução do déficit habitacional difundido pela ditadura militar. O esquema Sistema Financeiro Habitacional (SFH)/Banco Nacional de Habitação (BNH) representou a forte intervenção estatal ofertando as condições para o mercado privado se apropriar “da maior parcela do subsídio habitacional favorecendo as classes médias urbanas e, até mesmo, participando de sua consolidação, a qual cumpriu papel fundamental como apoio político ao regime militar” (MARICATO, 2000, p. 162). O BNH entra, então, no regime militar, como uma poderosíssima máquina financeira, econômica, que movimenta as empreiteiras e, de alguma maneira, cria o sonho da casa própria. 80% da produção do BNH estiveram voltados para a população de rendas médias e altas, apesar de anunciar-se como um sistema que deveria atender à população de baixa renda, o que demonstra seu papel de estimulador do mercado imobiliário, das empreiteiras, levando a cabo a especulação imobiliária e a segregação social.

Esta política habitacional e urbana expandiu e aprofundou as tendências já existentes. A metropolização capitalista imprime suas clivagens no espaço urbano: de um lado os trabalhadores que continuam indo para os cortiços e as favelas que se multiplicam, e do outro, os condomínios de classe média e alta. Como os trabalhadores reagem a este processo de favelização e periferização? De imediato não reagem. Segundo Maricato, somente quando a classe média é atingida pela dificuldade de acesso à moradia, e que em 1983, a idéia de crise habitacional começa a ganhar espaço na mídia, é que “há uma clara consciência social sobre ela” (MARICATO, 1988, p. 3).

Além das demandas habitacionais, no período de 1972 a 1984, outras demandas são encampadas, mais especificamente, tratava-se de lutas pela redemocratização do país e acesso aos serviços públicos⁸.

Por fim nos perguntamos, como segue, no plano macro, a conjuntura das relações de produção? Consolida-se a acumulação fordista fundada no tripé capital, Estado e trabalho, até que a crise estrutural do capital dá sinais de que ele precisa se reorganizar no seu sistema ideológico e político de dominação. Esta resposta do capital para sua crise, isto é, a adoção do *toyotismo* e suas formas de acumulação flexível, de gestão organizacional e de avanço tecnológico, tem repercussões

⁸ GOHN (1997, p. 379 - 380) aponta as seguintes lutas: *Movimentos nacionais*: movimento pela anistia; ciclo de greves generalizadas; movimento feminista; mobilização nacional contra o regime militar envolvendo partidos políticos, sindicatos, movimentos populares, etc.; “diretas já”. *Movimentos sociais populares urbanos*: “custo de vida-carestia”; movimento pelos transportes públicos; movimento pela saúde; movimento de luta por creches; movimento dos professores das escolas públicas de 1º e 2º grau; movimento de associações de moradores; CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) da Igreja católica; movimento de moradia; movimento dos desempregados. *Movimentos populares rurais*: CPT (Comissão Pastoral da Terra; MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). *Movimentos sindicais*: ENCLAT (Encontro Nacional da Classe Trabalhadora; CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores); CUT (Central Única dos Trabalhadores); CONTAG (Confederação Geral dos Trabalhadores da Agricultura). *Movimento estudantil*: UNE (União Nacional dos Estudantes); UBES (União Nacional dos Estudantes Secundaristas).

diretas para o trabalho, até porque cumpre o papel de ser uma *ofensiva do capital* para recuperar a sua hegemonia, o que significa controlar as lutas sociais (o conflito).

Mas antes de entrarmos na discussão da reestruturação do capital e sua nova ofensiva sobre a classe trabalhadora, vale a síntese/balanço que Alves nos oferece sobre este momento de formação das determinações histórico-particulares do Brasil:

Além da via colonial-escravista, de cariz oligárquico, a formação social capitalista no Brasil é marcada pelo caráter dependente e subalterno da economia produtora de mercadorias. O Brasil surge no cenário do capitalismo industrial mundial subsumido aos interesses imperialistas, primeiro da Grã-Bretanha e depois dos EUA. Ora, diante da irresolução estrutural da questão democrática, tendo em vista a exclusão de imenso contingente de trabalhadores do campo e da cidade do acesso à propriedade da terra e ao mercado de trabalho com direitos sociais reconhecidos por lei e uma estrutura de poder oligárquico, que impediu qualquer movimento de contestação à ordem senhorial ligada ao latifúndio e a grande indústria, a questão nacional tornou-se irremediavelmente inconclusa, não apenas devido à marginalidade de imensos contingentes da PEA [População Economicamente Ativa] que caracterizou nossa formação capitalista, mas à subalternidade candente do País aos interesses dos centros imperialistas (ALVES, 2006a, p. 2).

Nova precariedade do trabalho: as múltiplas configurações do proletariado precário

De 1968 a 1973, a Grande São Paulo vivia o pleno vigor de seu crescimento acelerado, quando, nos anos 1970 inicia-se uma política de desconcentração econômica e industrial da Grande São Paulo ou, como aponta Novy (2002), uma inversão da polarização.

A *relocalização* industrial é estimulada, em São Paulo e no Brasil, por meio de políticas públicas tanto estaduais quanto federais⁹. Estimulou-se, então, a “localização industrial em novas ou antigas cidades industriais, localizadas ao longo das vias de circulação, num raio de 150 km da capital” (FRANCESCONI, 2004, p. 122).

O que ocorre então é uma desconcentração¹⁰ com centralização do capital e aumento da importância da cidade na medida em que aumentam suas funções de controle econômico e dos serviços financeiros. Mas é basilar entender aqui que a industrialização do interior não foi uma simples extensão de aglomeração da cidade de São Paulo, na verdade, o estado se especializou por funções. A RMSP se concentrou em ramos de alto valor e o interior do estado no setor agroindustrial. A cidade de São Paulo melhora qualitativamente a estrutura de produção, mas aumenta sua participação no setor financeiro, bancário e securitário, desenvolvendo o papel de metrópole financeira do Brasil e, conseqüentemente, funções de uma metrópole internacional.

O que este processo significou em termos de problemas urbanos e condições de vida dos trabalhadores? Quais os sentidos e lugares do trabalho nesta metrópole cada vez mais financeira e internacional?

⁹ Articular a industrialização nas demais regiões brasileiras; estimular o investimento no Nordeste; criar a Zona Franca de Manaus; criar distritos industriais nos municípios brasileiros.

¹⁰ “Esta desconcentração por si não caracteriza uma *desindustrialização* da Cidade de São Paulo nos moldes que aconteceu em cidades européias e estadunidenses de velhas regiões industriais. A *desindustrialização* dá-se pontualmente no município de São Paulo, em determinados bairros. Em sentido inverso no município de Mauá e no Distrito de Anhanguera há um número crescente de novas instalações industriais, em plena Região Metropolitana” (FRANCESCONI, 2004, p. 123).

A exemplo da repercussão da crise do capitalismo dos anos 1970 nos países centrais, começa a vivenciar-se no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, o processo de reestruturação produtiva e a sentir-se as conseqüentes mutações no mundo do trabalho. Os trabalhadores fabris de então, maioria deles imigrantes, começam a ser descartados do mercado de trabalho.

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível que pouco a pouco vai sendo implantada também aqui no Brasil, guardadas as devidas particularidades, é a expressão da crise que o capital experimenta, sendo algumas das suas conseqüências as profundas mutações no mundo do trabalho¹¹.

O ABC paulista tornou-se o berço das correntes operárias da CUT – Central Única dos Trabalhadores e do PT – Partido dos Trabalhadores, com um índice de filiação de 90%, ao final dos anos 70, os sindicatos constituíam um dos principais pólos de resistência e promessas de contestação à lógica do capital no país. Mas com o desemprego em ascensão e a realocação das indústrias, o poder local conquistado pelos sindicatos vai se deslocando cada vez mais para o pólo do capital.

Na década de 1980 a crise de emprego já se anuncia, mas é na década de 1990 que, de fato, o mercado de trabalho regride drasticamente, crescem os vínculos de trabalho vulneráveis, os rendimentos reais caem e a concentração de renda aumenta. A participação da RMSP no Produto Interno Bruto brasileiro diminui e tudo isso acarreta a ida do capital-dinheiro para os ativos financeiros que irão se realizar na própria metrópole¹².

Assim, a população economicamente ativa em condições precárias de trabalho, sem acesso a contrato de trabalho formal, sem carteira de trabalho assinada e conseqüentemente sem acesso às poucas garantias existentes em caso de desemprego é hoje uma realidade gritante para a RMSP.

Alves (2006a, p. 1) aponta que a precariedade estrutural de trabalhadores assalariados empregados e desempregados “tendeu a assumir novos contornos”, é o que o autor considera como a *nova precariedade*. A nova precariedade não atinge apenas o setor informal do mercado de trabalho, embora aí seja mais visível, mas ela está presente também nos estratos formais:

[...] seja através das perdas de direitos e benefícios trabalhistas, muitos deles por conta das novas formas de flexibilização do estatuto salarial; ou ainda da intensificação e extensão da jornada de trabalho, com as horas-extras não pagas; seja através da insegurança no emprego e da carreira, como demonstram as reedições constantes dos programas de Demissão Voluntária ou insegurança da representação sindical, abatida pela queda do poder de barganha da categoria assalariada, etc. (ALVES, 2006a, p. 1).

Contudo, segundo o mesmo autor, o trabalhador desempregado de longa duração também é atingido pela nova precariedade, sobretudo os jovens trabalhadores que estão pressionando o mercado em busca do primeiro emprego.

Como esses trabalhadores estão vivendo na RMSP, ou seja, quais suas condições de vida hoje?

¹¹ Para uma discussão aprofundada sobre as mutações no mundo do trabalho cf. ANTUNES (2000).

¹² Para maiores detalhes sobre essa passagem do capital industrial ao capital financeiro em São Paulo cf. CARLOS (2004).

É conhecida a extensa e precária realidade nas favelas¹³ e o descaso do poder público com elas. Nas últimas décadas, sobretudo na atual gestão do prefeito Kassab, é possível verificar uma política de desterritorialização dos trabalhadores que moram no centro de São Paulo por meio da aplicação do processo de “gentrificação”¹⁴ na área central. Essas intervenções urbanas realizadas com parcerias público-privadas que buscam reconverter os espaços antes pertencentes à classe trabalhadora¹⁵, têm desterritorializado os trabalhadores pobres do centro através de: reintegrações de posse de prédios ocupados¹⁶ por integrantes do movimento dos sem-teto (tratados como “caso de polícia” e, portanto, muitas vezes submetendo os moradores à violência policial); intensificação da fiscalização contra comerciantes informais, os camelôs (também criminalizados); tentativa de deslocar forçadamente os catadores de lixo para fora do centro; desapropriação de imóveis na área conhecida como Cracolândia e concessão de incentivos fiscais às empresas que lá se instalem (MATTOS, 2005).

Percebemos que esse processo de desterritorialização¹⁷ do trabalho é intenso e de longa data. Isto é, os trabalhadores da RMSP, ao longo de sua trajetória, vêm sendo constantemente desterritorializados:

- 1) Se nos remetemos ao princípio do percurso realizado por grande parte dos trabalhadores em questão, os reconhecemos como “desterritorializados” porque vindos do campo para trabalhar como operários na indústria; e “desterritorializados” também pela situação de imigrantes, vindos de outros estados brasileiros ou mesmo de outros países, que chegaram a São Paulo em busca de trabalho;
- 2) “Desterritorializados” hoje pela agudização da precarização das suas condições de vida no caso dos trabalhadores que, antes, foram fabris ou mesmo “fordistas”, que vivenciaram, predominantemente, o trabalho regulado, estável, com carteira assinada e que hoje são desempregados estruturais. Se de certa forma generalizarmos e metaforizarmos, trata-se aqui do trabalhador “desterritorializado” da fábrica fordista para a informalidade ou o desemprego estrutural. São “desterritorializados” do mercado de trabalho.
- 3) Mas não são apenas esses trabalhadores da primeira geração, descritos acima, os “desterritorializados” de hoje. Os trabalhadores mais jovens, da segunda e terceira geração, que ainda não conseguiram entrar no mercado de trabalho ou que estão sob as formas variadas de trabalho precário e subcontratação, também estão “desterritorializados”¹⁸.

¹³ Existem cerca de 1,2 milhões de pessoas que vivem em 2.018 favelas na capital (Base cartográfica digital das favelas do Município de São Paulo. http://www.centrodametropole.org.br/base_cart.html).

¹⁴ Sobre o processo de “gentrificação”, que alguns autores apontam/traduzem como “higienização social”, consultar: Smith (2001 e 1996), Zukim (2000), Sánchez (2003) e D’arc (2004).

¹⁵ Há cerca de 600 mil moradores de cortiço e mais de 9 mil moradores de rua (8.706 adultos e cerca de 1.000 crianças e adolescentes). Cf. Fórum Centro Vivo. **Dossiê violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas (2005-2006)**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://dossie.centrovivo.org>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

¹⁶ Só no centro de São Paulo há 40 mil imóveis vazios; o total de domicílios vagos da cidade (254 mil) é maior do que a estimativa de déficit habitacional do IBGE (2000) que é de 203,4 mil unidades.

¹⁷ Estamos entendendo a desterritorialização aqui a partir da perspectiva de Haesbaert (2004, p. 177; 193–194), que a associa aos processos de expropriação e precarização inerente à lógica de acumulação capitalista, ou seja, a desterritorialização dos trabalhadores desempregados ou subordinados a condições de trabalho cada vez mais degradantes e, conseqüentemente, precarizados no conjunto das suas condições de vida.

¹⁸ Esses jovens trabalhadores não estão necessariamente submetidos a um deslocamento físico, pois não são migrantes natos. Todavia, grupos sociais podem estar “desterritorializados” porque os limites do território não foram definidos por eles, ou mesmo porque estão sob o controle ou o comando de outros (HAESBAERT, 2004, p. 237). Sendo assim, podemos considerar que esses trabalhadores que vivenciam a nova precariedade também estão “desterritorializados” porque não foram sujeitos na definição do(s) território(s) que ocupam. Os lugares e condições onde moram, trabalham e circulam esses jovens, ou seja, as condições materiais desse universo empobrecido, e a subjetividade apropriada que impera em suas mentes (afinal, o capital

Cabe entender o outro lado desta moeda: por que o capital desterritorializa parte da classe trabalhadora?

As respostas do capital para suas crises e sua necessidade de gerenciar os conflitos sociais, para garantir a manutenção da sua hegemonia econômica, política e cultural, faz com que ele se reorganize e se reestruture territorialmente (num processo de des-re-territorialização) e, da mesma maneira, reorganize e reestruture territorialmente os processos produtivos, as relações de trabalho e as relações da esfera da re-produção. Exemplos de como o capital se reterritorializa: reorganizando as classes rentistas que reorientam suas estratégias para as áreas centrais “degradadas”, transformando esses espaços com a implantação de centros de convenção, mercados, boutiques, cafés, restaurantes e hotéis luxuosos. É o “enobrecimento” de determinadas áreas da cidade que deverão atender aos “circuitos dos modernos serviços da ‘cidade global’” e que, ao mesmo tempo, objetivam banir os moradores de rua, as prostitutas, os ambulantes que até então circulavam ou moravam nessas áreas centrais. O que quer dizer que, em seu processo de reterritorialização, o capital ao colocar o território sob a regência de sua lógica seletiva e excludente, “desterritorializa” parte da classe trabalhadora.

Esses processos de des-re-territorializações do capital têm implicações materiais (a “desterritorialização” dos trabalhadores/moradores, como vimos), mas também subjetivas (que atuam na tentativa constante de gerenciar focos de resistência –“ocupação de prédios é crime”, “a informalidade é ilegal”- e de apropriação da práxis dos trabalhadores ao inculcar máximas como “as renovações urbanas irão beneficiar a todos indistintamente”, “juntos na democratização da cidade e da sua gestão”, ou seja, um discurso generalizante que escamoteie a diferenciação de classes desses processos). Isto porque as políticas de *marketing* constroem um ambiente ideológico impregnado de valores individualistas de mercado, necessários ao capitalismo flexível, que legitimam as intervenções urbanas e gerenciam os conflitos e tensões.

Hoje, o discurso das empresas é também o discurso da vida fora do trabalho, pois há uma transferência do espírito empresarial para a gestão urbana, além de uma alteração/adequação da linguagem à modernização neoliberal-globalizadora que incorpora subjetividades novas “capturadas” pelo novo sócio-metabolismo do capital. A linguagem serve de dispositivo discursivo que deverá gerir as contradições atuais; novas palavras são incorporadas para legitimar as ações das forças hegemônicas: no vocabulário empresarial, o operário ou empregado agora é o *colaborador* ou *parceiro*; no vocabulário do planejamento e gestão urbana, “re-qualificação do urbano [aparece] como *re-vitalização* (insuflar vida onde há morte), como *re-habilitação* (fazer/tornar habitável o inabitável), como *re-novação* (atualizar o que é antigo)” (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2000)

também vende bens simbólicos) revela que esses trabalhadores e seus territórios precários estão sob o controle do capital, sob a regência de sua lógica seletiva e excludente.

Considerações Finais

Nesta última década, vemos as intervenções urbanas na RMSP voltarem-se para uma opção pela modernização neoliberal-globalizadora da cidade, na qual a “desterritorialização”, a diminuição do emprego, a intensificação da precarização estrutural do trabalho e o achatamento da renda, são as principais conseqüências para a grande massa trabalhadora. Em alguns momentos, pode imperar a opção por promover a “gestão democrática das cidades”, uma suposta humanização do capital e democratização do Estado; uma opção que se escamoteia por trás do discurso da participação e do consenso social (que cerceia a memória social de luta), mas que, igualmente a anterior, conduz a tomada de decisões para o estreito mundo do “possível” no âmbito do capital.

Esses processos sociais e redefinições territoriais do trabalho na RMSP, isto é, essas novas territorialidades constituídas na conformação das atuais regras da acumulação do capital expressam, sobretudo, a mudança de um controle social limitado ao mundo fabril para um controle que se espalha por todas as dimensões sociais. A burguesia financeira globalizada, com seu poder ideológico (e político), contribui para a formatação do mundo do trabalho e do mundo fora dele, tanto em sua objetividade sócio-institucional (alterando a legislação trabalhista com seu discurso dominante que prega a flexibilização, a desregulamentação e a empregabilidade; desterritorializando os trabalhadores/moradores do centro e intensificando a favelização, a periferização e a precarização estrutural de grande parte da classe trabalhadora), quanto em sua subjetividade (disseminando ideologias neocorporativas da concertação e da colaboração de classe).

Referências

- ALVES, G. O mundo do trabalho no Brasil-1. **Revista Autor**, ano 6, n. 56, fev. 2006a. (Sociedade). Disponível em: <<http://www.revistaautor.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- ALVES, G. O mundo do trabalho no Brasil-6. **Revista Autor**, ano 7, n. 61, jul. 2006b. (Sociedade). Disponível em: <<http://www.revistaautor.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- ANDRADE, M. M. de. Industrialização, urbanização e a vida de bairro na São Paulo além-Tamanduateí. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (org.) **Geografias de São Paulo**. Representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, p. 171 – 192.
- BASE cartográfica digital das favelas do Município de São Paulo**. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/base_cart.html>. Acesso em: 10 fev. 2007.
- CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (org.) **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.
- COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- D'ARC, H. R. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo – mistura ou gentrificação. In: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (org.) **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 341 – 362.
- FRANCESCONI, L. Trabalho e indústria em São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.) **Geografias de São Paulo**. Representação e crise da metrópole São Paulo: Contexto, 2004. p. 115-130. v.1
- FÓRUM CENTRO VIVO. **Dossiê violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas (2005-2006)**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://dossie.centrovivo.org>>. Acesso em: 05 mar. 2007.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, P. **Centros históricos, más allá del guetto y del museo** (algunas cosas sobre el querer vivir en las ciudades viejas). Madri: Editorial Complutense, 2000, v. 2, p. 1167-1178.
- MARICATO, E. A cidade é um grande negócio. **Revista Teoria e Debate**, n. 3, jun. 1988. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=244>>. Acesso em: 18 out. 2006.
- MARICATO, E; ARANTES, O.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MATTOS, S. Centro de São Paulo: revitalização, especulação ou higienização. Patrimônio: **Revista eletrônica do Iphan**, out. 2005 <<http://www.revista.iphan.gov.br>> Acesso em: 12 mar. 2005.
- NOVY, A. **A (des) ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ORGANISTA, José H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003.
- SILVA; C. A. da. Crise da modernidade e trabalho em contextos metropolitanos. In: SILVA; C. A. da; BERNARDES, J. A.; ARRUZO, R. C.; RIBEIRO, A. C. T. **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005, p. 23 – 46.

SMITH, N. Nuevo globalismo, nuevo urbanismo. **Documents d'Anàlise Geogràfica**, Barcelona, n. 38, 2001, p. 15 – 32.

SMITH, N. **The new urban frontier**: gentrification and the revanchist city. Londres: Routledge, 1996.

TELLES, V. S. Mutações do trabalho e experiência urbana. In: **Tempo social**, São Paulo, v. 18, n. 1, jun. 2006, p. 173 – 195.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho Mutante, Territórios em Disputa e Emancipação de Classe! Presidente Prudente, 2007. Presidente Prudente, **Revista Pegada**, v.8, n.1, 2007, p. 7 - 46.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. (org.). **O Espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000, p. 81-102.

A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E NO SINDICATO. UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA*

**Terezinha Brumatti Carvalhal
Antonio Thomaz Júnior**

1. Introdução

Este artigo versa sobre algumas reflexões realizadas na Dissertação de Mestrado, na qual tentamos verificar a participação da mulher nos sindicatos¹, mas também contribuir com reflexões acerca da questão de gênero na geografia. Importante colocar que essa questão tem ocupado as atenções do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos da Geografia do Trabalho” (CEGeT), em outros projetos, cujo recorte é a atuação da mulher em acampamentos e assentamentos rurais. Assim, entendemos que estamos apostando no fortalecimento dos estudos de gênero no âmbito da Geografia.

Neste artigo em questão, apontamos que a inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido em atividades precarizadas, onde os salários são menores do que dos homens e onde não possuem representatividade perante aos sindicatos. Porém, observamos que a flexibilidade que essas funções oferecem, em relação aos horários, tem sido o principal atrativo para as mulheres-mães, pois dessa forma podem conciliar suas funções domésticas e o cuidado com os filhos.

Mas também percebemos que há a junção de algumas problemáticas que impedem a maior atuação das mulheres nos meios sindicais. Seja o exercício da dupla jornada de trabalho, a inserção cada vez maior em atividades informais e precarizadas, além do fato de que a mulher não ter tido historicamente o “hábito” de freqüentar atividades políticas, exercidas geralmente nos âmbitos públicos, tidos como o “lugar” dos homens, em contrapartida ao ambiente do lar, como sendo o “lugar” da mulher. Assim como também a falta de incentivo observado tanto no nível de discurso como nas práticas dos sindicatos, formados por homens e mulheres. Os sindicatos que ainda declaram entender a falta de oportunidades e de apoio a mulher trabalhadora, são aqueles dirigidos por mulheres e onde a maioria sindical, assim como a base trabalhadora é formada também por mulheres.

Pudemos observar que, ao mesmo tempo em que não há políticas de grande relevância voltadas a maior inserção das mulheres nos sindicatos ou de políticas voltadas a uma politização do contingente feminino de mão-de-obra, seja no sentido de entendimento da importância de se atuar nos sindicatos ou mesmo do entendimento de sua realidade de trabalhadora e de classe

* Esse artigo foi publicado na Revista **Ciência Geográfica**, AGB/Bauru, v. 8, p. 23-45, 2006.

¹ Para a realização dessa pesquisa, realizamos entrevistas junto a 9 mulheres e 5 homens sindicalistas de 8 sindicatos escolhidos dos 37 existentes em Presidente Prudente, além de 10 entrevistas com algumas trabalhadoras que fazem parte das categorias trabalhadas, bem como fizemos a aplicação de 135 questionários as mulheres dessas mesmas categorias. Também entrevistamos duas militantes que têm atuado no movimento sindical do município de Presidente Prudente, uma atualmente como assessora da CUT.

social, individualmente, as poucas mulheres sindicalistas têm conseguido desempenhar papéis importantes nos sindicatos, seja como presidentes ou diretoras. As mulheres têm conseguido protagonizar e atuar, deixando de serem sujeitos passivos. Mesmo que a atuação dessas mulheres tenha sido de forma pontual e em um número pequeno de sindicatos, o que podemos observar é que, tem havido a delimitação de marcas e fronteiras, ou de construção de uma escala voltada a sua forma particular de atuação. De certa forma, a atuação dessas mulheres tem feito o movimento sindical se voltar para o diferente e de pensar a sociedade formada não apenas por classes sociais, mas formada por sexos diferentes.

Apresentamos então algumas considerações a respeito da inserção no mercado de trabalho e as repercussões para a mulher trabalhadora e para o sindicato, tomando como parâmetro o resultado das abordagens feitas no âmbito da pesquisa de campo em Presidente Prudente. Lembrando que a questão de gênero é socialmente construída, e a divisão sexual do trabalho ajuda a perpetuar a condição de homens e mulheres na sociedade. No caso da mulher, sua condição acaba sendo a de ser subjugada ao homem e quando assalariada, a subjugação se duplica com a subjugação ao capitalista.

Porém, essa subjugação pode criar a oportunidade de uma vivência direta com uma realidade diferente e isso pode desencadear mecanismos de entendimento dessa realidade e de possível luta em busca de mudanças. O fato de se inserirem em sindicatos pode revelar para a mulher novas realidades, além de revelar a inconformidade com sua condição. A inserção em sindicatos pode ser o trampolim para o saltar escalas além de sua realidade, como mulher que exerce a dupla e a tripla jornada de trabalho e portanto, realizadora de funções “gratuitas” para o capital, de funções que não deveriam ser de sua única responsabilidade.

2. A inserção da mulher no mercado de trabalho

A construção social no modo de produção capitalista, referendada aos dois sexos, designa para o gênero feminino, associado com a questão de classe, a dupla subordinação, sendo que no momento em que há o processo de assalariamento, a mulher se subordina ao proprietário dos meios de produção, enquanto que no ambiente doméstico há a sobrecarga de funções, em vista da divisão sexual do trabalho, que reserva à mulher as tarefas do cuidado do lar, dos filhos e do marido, mesmo com sua inserção no mercado de trabalho.

Saffioti (1987) coloca que a relação de gênero é uma construção social, pois não se é masculino e feminino, mas se torna masculino e feminino de acordo com as concepções de dada sociedade, pois a questão de gênero está na base de um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é determinada por este, tampouco determina as opções sexuais.

Segundo Scott (1997 apud SARTORI, 2001), coloca que uma das mais importantes contribuições do conceito é a possibilidade de articular as relações historicamente determinadas, para além das diferenças de sexo.

A idéia de sexo frágil e por isso incapaz de pensar e realizar tarefas que exigem esforço do intelecto se infiltrou com o decorrer do tempo na cabeça de homens e mulheres. Se por um lado, existe a idéia de que a mulher deve ocupar o espaço do lar e com ele os atributos de mãe, gestora e criadora dos filhos, independente de exercer também uma função assalariada no âmbito público ou mesmo no espaço domiciliar, por outro lado, existem também os estereótipos voltados às posturas masculinas na sociedade.

Sartori (2001) aponta dois tipos mais presentes na sociedade: a masculinidade subordinada, onde os homens são mais sensíveis e sentimentais e a masculinidade hegemônica, presenciada pela figura do homem machão, forte e capaz, que exerce poder sobre homens e mulheres. Porém esses atributos não são exclusivos de homens, pois Sartori (2001, p.224) reafirma que “a masculinidade e a feminilidade não são sobreponíveis respectivamente a homens e mulheres, mas são metáforas de poder e de capacidade de ação e, como tais, acessíveis a homens e mulheres”.

Em consonância com isso, das entrevistas realizadas junto aos sindicalistas e às sindicalistas, pudemos perceber que, em algumas situações, tanto os homens, como a maioria das mulheres, assumem uma postura excludente em relação à participação das mulheres nos sindicatos. Associado a isso, temos a postura de boa parte dos homens sindicalistas que acham que o meio político não é “lugar” de mulher.

Dessa forma, a idéia de poder e de capacidade permeia o comportamento da maioria de homens e mulheres sindicalistas entrevistados, ao adotar como discurso que deve partir da mulher, a iniciativa em querer atuar no âmbito político e que por essa decisão deve arcar com as responsabilidades da sobrecarga das funções, a função doméstica, o cuidado com os filhos e a militância política.

Outro fato que comprova que a relação de gênero é ideologicamente carregada da relação de poder, pode ser visualizado a partir da distribuição das funções no interior dos sindicatos. Isto é, as áreas de secretaria, geralmente são ocupadas pelas mulheres, enquanto que as atividades de palestras, cursos e a presidência estão na maioria das vezes, sob a responsabilidade dos homens. As mulheres ocupam a presidência, na maioria das vezes, quando a base é formada hegemonicamente por mulheres, caso contrário suas funções ficam restritas ao trabalho de organização interna dos sindicatos.

Da mesma forma, isso ocorre no mercado de trabalho, por ocasião das mulheres, juntamente com os velhos, ocuparem cada vez mais atividades precárias.

Os sindicatos, tendo em vista as transformações ocorridas no mundo do trabalho, juntamente com seus problemas estruturais, não têm atendido às demandas muito presentes como a inclusão do grande contingente de trabalhadores informais, onde a grande maioria é composta por mulheres.

Vemos que as últimas transformações no mundo do trabalho têm gerado um processo de desmonte das conquistas trabalhistas em vista da ofensiva do capital na política, através do neoliberalismo e na produção sob a regência da reestruturação produtiva. Ao mesmo tempo, vemos o movimento sindical em estado de inércia, ao não contrariar a imposição da classe

dominante, apenas, em algumas circunstâncias, parcelas restritas dos dirigentes, ainda defendem algumas bandeiras do sindicalismo, como a luta por melhores condições de vida, sendo aí incluídas questões referentes à moradia, educação, lazer, além de apoio às minorias excluídas do mercado de trabalho e do mercado de consumo².

As empresas que têm adotado novas formas de gestão do trabalho, consagradas com a reestruturação produtiva, têm tido como resultado, segundo Ruas (1992 apud RAMALHO, 1997), uma grande mobilidade da mão-de-obra, crescimento do trabalho informal, redução dos salários reais na maioria dos setores, aumento do recurso à sub-contratação do trabalho, com a participação do trabalho em domicílio³.

Apesar dessas características atingirem de forma geral ambos os sexos, Hirata (1998) aponta que a tendência é atingir mais as mulheres, pois o índice de crescimento no mercado de trabalho destas é freqüentemente superior ao masculino, mesmo nos períodos de crise econômica.

Isso pode ser confirmado também por Oliveira (1997), quando assevera que as mulheres são as que mais ingressam no mercado de trabalho não-assalariado, atividades por conta própria, trabalho domiciliar e trabalho de tempo parcial ou *part-time*, justificando o crescimento do número de mulheres que têm ingressado no mercado de trabalho.

Em contrapartida a isso, tem havido um processo de mudança nos anseios dos trabalhadores e vigentes na seara do sindicalismo brasileiro, que lutam pela permanência no emprego, seja ele com carteira assinada ou não, colocando em risco as conquistas sociais e trabalhistas, desencadeando um processo de agir nas *beiradas*, ou seja, dentro do limite imposto⁴.

O movimento dos trabalhadores representado pelos sindicatos tem agido na legalidade. As greves, as manifestações e os enfrentamentos têm sido colocados como não apropriados para o atual momento. O processo de cooptação em nível das idéias tem colocado para o movimento sindical, que a luta agora é pela permanência no emprego, mesmo que para isso haja perdas de salários e de direitos. Nos dizeres de Mattos (1998): “entregando a mão para não perder os dedos”. Assim o sindicalismo caminha para o abandono de ideais, como a luta pela construção de alternativas para a sociedade.

Verificamos com mais detalhes que a questão de gênero, que tentava se firmar como política permanente de discussão no interior do movimento sindical, desde 1994 através da política de cotas como alternativa de incentivar a participação feminina, tem cada vez mais se fortalecido como uma política secundária, já que a prioridade é a manutenção dos empregos. Ou seja, a busca é pela inserção no mercado de trabalho, seja de que forma for, com a subjugação crescente ao capital, através do trabalho informal, parcial, temporário. Enquanto questões mais específicas, porém de essencial importância para a própria organização dos trabalhadores, como classe subordinada e que necessita da unificação dos trabalhadores de ambos os sexos, para o embate conjunto com o capital, acaba não sendo tratada com seriedade pelo sindicalismo.

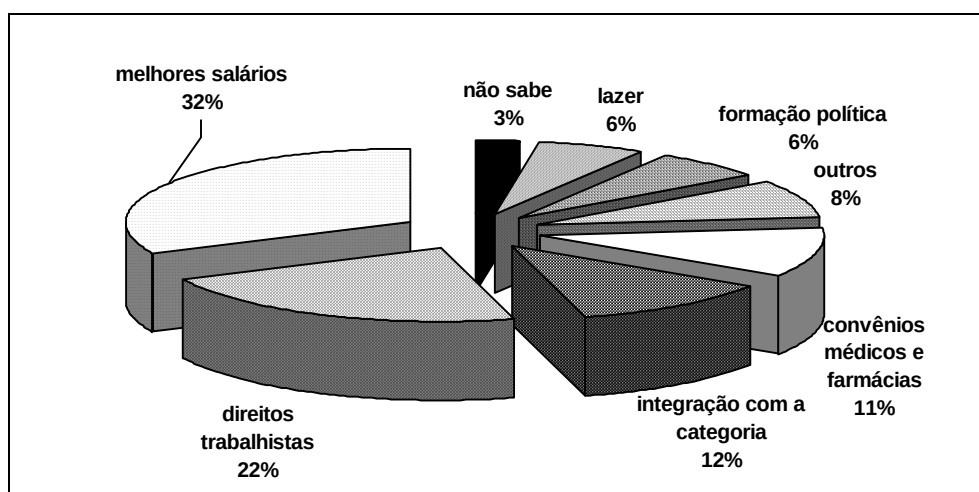
² Cf. Alves, 2000; Santos, 2001; Antunes, 1999; Thomaz Junior, 2002.

³ A esse respeito, vale destacar o trabalho de Martha Thathy Oliveira “Trabalhar em casa – na era do fim do emprego”. São Paulo: Olho D’água, 2001.

⁴ Cf.: Santos 2001

Além do surgimento de trabalhos precarizados e sem assistência previdenciária, tem estado muito presente, a questão do desemprego estrutural, acirrado pelo *canto da sereia* por parte dos empresários, em sugerir aos seus funcionários, que se voltem à proposta das demissões voluntárias. Na pesquisa realizada junto às trabalhadoras de Presidente Prudente, pudemos perceber que segundo elas, o empenho dos sindicatos, deve ser muito mais direcionado à luta por melhores salários, seguido dos direitos trabalhistas, em terceiro lugar, mais convênios médicos e em quarto lugar o sindicato deve buscar mais integração com a categoria, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1- O que o Sindicato Deveria Oferecer aos Trabalhadores



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

O que está em pauta, portanto, é a questão da sobrevivência dos trabalhadores, refletindo os próprios interesses do sindicalismo que tem apostado nas atitudes assistencialistas como forma de manter os trabalhadores sob sua representatividade. Os sindicatos apostam no suprimento das condições imediatas dos trabalhadores e administrando o “negócio” que se tornou o sindicato, haja vista o tempo de permanência de muitos sindicalistas em sua direção. No caso dos sindicatos pesquisados em Presidente Prudente, percebemos que há alguns presididos pela mesma diretoria há cerca de 16 anos, como é o caso do SEEB, e em alguns deles, a mesma diretoria tem atuado desde sua fundação, como é o caso do SIEMACO, surgido em 1996. As atenções são desviadas daqueles trabalhadores que estão trabalhando de forma precarizada, ou desempregados, haja vista que é a partir da contribuição sindical proveniente de uma diária por ano, descontada em folha, no mês de março, que o sindicato sobrevive.

Assim, não interessa ao sindicato sair em defesa daqueles que não contribuem com sua existência, pois o trabalhador, no final das contas é quem mantém a estrutura sindical, com o aval do Estado, por sua vez, o trabalhador informal, não tem direito a ser representado, ficando à margem dessa condição. Mas temos que nos ater para o fato de que essa marginalidade acaba se tornando uma condição essencial ao sistema, pois apesar de estarem excluídos do mercado de trabalho, os trabalhadores informais são necessários para a permanência de pressão junto aos trabalhadores que possuem empregos formalizados, para o rebaixamento dos salários e para a troca de condições para

a situação da despossessão, no limite, o desemprego⁵.

O fato é que, o sindicalista mesmo sem querer trabalhar, consegue manter a instituição do sindicato funcionando com os descontos do holerite realizados involuntariamente de todos os trabalhadores formalizados.

Então qual a necessidade de buscar a representatividade destes trabalhadores informais se somente com os formalizados, conseguem manter a superestrutura sindical, apoiado fortemente pelo Estado?

Observaremos com mais detalhes que é justamente nesses setores informais onde se localizam predominantemente as mulheres, assim como veremos também que a inserção desta no mercado de trabalho, tem sido em diversos setores, o que tem aumentado a População Economicamente Ativa (PEA), assim como tem aumentado também o índice de desemprego, afetando principalmente as mulheres.

2.1. A questão de gênero no mercado de trabalho

Nesse contexto de transformações no mundo do trabalho e de mudanças na materialidade e na subjetividade da classe trabalhadora, intentamos compreender o papel desempenhado pela mulher na sua inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na luta de classes.

Vemos que as atividades desempenhadas no lar, conforme apontado no início do texto, não são em decorrência de processos naturais, mas foram moldadas ao longo da vida das mulheres, para o cuidado com os filhos e com a casa, enfim isso faz parte do processo social que historicamente delegou as mulheres essas responsabilidades.

Para Saffioti (1987) o espaço privado do lar reduz as potencialidades da mulher. Além do mais, ao se inserir no trabalho assalariado, ela acaba exercendo determinadas atividades, ditas femininas e são também menos remuneradas.

Faria e Nobre (1998), ainda colocam que grande parte da identidade de gênero é adquirida na família, onde se fazem os primeiros aprendizados para a divisão sexual do trabalho. Para as autoras o lar serve mesmo é para baratear os custos de reprodução e na escola é que se reforça essa desigualdade entre homens e mulheres.

Essa idéia é reafirmada por Antunes (1999) e Hirata (1998), quando colocam que há uma construção social sexuada no mundo produtivo e reprodutivo, onde os homens e mulheres são desde a escola e a família qualificados diferentemente para o mercado de trabalho e o capitalismo tem sabido se apropriar disso.

A dominação de classe pressupõe a dominação do gênero, este segue sendo estigmatizado ao longo do tempo e tanto homens como mulheres são explorados. Porém no caso da mulher, há uma diferencialidade, pois além da especificidade de prover a sociedade de força-de-trabalho, existe a divisão sexual do trabalho, que impõe a ela somente a administração da casa. Há

⁵ Cf. Thomaz Junior, 2000a.

também a perpetuação na sociedade, de que ela é o *sexo frágil*, por isso não possui capacidade de exercer funções até então exclusivas aos homens, como as de chefes e os cargos políticos. Percebemos então que as mulheres que avançam no espaço público, é por conta de outras que fazem as tarefas domésticas por ela, e dessa forma ocorre outro problema apontado por Saffioti (1987), que aponta que, como à mulher cabe a socialização dos filhos, essa função somente deve ser delegada à outra pessoa, se houver legitimidade, ou seja, quando for necessária a mãe ganhar seu sustento. Porém, nos segmentos sociais mais aquinhoados a mulher não precisa dessa legitimação. Assim, não existe apenas o problema da dupla jornada que a impede de participar das atividades políticas, mas uma cobrança para que a mulher não deixe o ambiente culturalmente destinado a ela, pois, como vimos, deve existir uma *boa causa* para que a mulher destine suas funções a outra pessoa.

Outro problema decorre do fato de que, as que conseguem se sobressair no meio político necessitam da subordinação de outra para que isso ocorra, ou seja, enquanto uma mulher geralmente de uma categoria melhor remunerada consegue “se livrar” da dupla jornada de trabalho e atuar na vida política, na tripla jornada de trabalho, uma outra mulher fica no seu lugar, sendo não somente subordinada, mas alienada da sua condição, pois esta não terá quem faça os serviços domésticos por ela.

Mendonça (1998) coloca que, a questão da responsabilidade do lar para a mulher é tão inculcada que, quando esta sai a público acaba interiorizando a culpa por deixar muitos de seus afazeres em função do trabalho assalariado.

Essa idéia de incapacidade e fragilidade da mulher perpassa a sociedade, porém é essencial entendermos que a estrutura social fundamentada na divisão sexual e social do trabalho e em classes sociais, portanto, segue as delimitações de uma classe hegemônica, que está no poder com o aval do Estado.

Portanto, a hegemonia enquanto dominação se infiltrou no pensamento e na forma de ser de homens e mulheres. Estas por “aceitarem” comportamentos exigidos e o estabelecimento das funções sexualizadas e aqueles pelo sentimento de superioridade, que faz com que exijam da mulher respeito e submissão. Porém, ambos são fruto de uma sociedade, ancorada nos princípios moralistas defendidos pela Igreja Católica e apropriados pela classe hegemônica, criando obstáculos para a identidade de classe.

O sindicato tem perpetuado isso por meio da divisão em categorias, além da estanquização por município, por meio da unicidade sindical, o que reforça o trabalhador a não se enxergar um no outro, como trabalhadores. Do ponto de vista da sua organização a classe hegemônica se coloca em vantagem, facilitada como já visto, pelo seu poder territorial de transnacionalização.

Conforme Carvalhal (2000a, p. 29):

[...] a direção política do movimento sindical apresenta-se variada e só compreendendo a hegemonia burguesa, enquanto capacidade de constituir-se num bloco histórico, ou seja, de manter unida a estrutura e superestrutura sob a direção

que lhe é conveniente, é que podemos, enfim compreender que a despeito de se encontrarem no movimento sindical, indícios de insatisfação com a classe dominante, ainda não se forjou a constituição de um novo bloco histórico hegemônico pelo proletariado, pois grosso modo, a grande maioria das lideranças sindicais encontram-se submetidas à ideologia burguesa. (CARVALHAL 2000a, p.29)

Enquanto os trabalhadores não conseguem vislumbrar em sua territorialização a própria dominação, pois segundo Carvalho (2000a, p.33), o principal papel exercido pelas classes hegemônicas - ou o papel da hegemonia - é a capacidade de unificar através de um bloco social o que não é homogêneo, de não permitir que as diferenças e contrastes entre as diferentes forças sejam expostos, provocando uma crise na ideologia dominante.

A não-identidade da classe também é reforçada pela própria divisão sexual do trabalho, pois esta reforça a divisão não somente das funções, mas dentro da própria classe trabalhadora. Essa mesma divisão sexual das funções, reproduzida no trabalho assalariado, impõe à mulher a realização de tarefas minuciosas, que exigem muita atenção e destreza, porém muitas vezes, tarefas que a isolam do convívio com outros trabalhadores.

Concomitante a alienação que o trabalho assalariado proporciona as mulheres, também tem proporcionado a valorização enquanto pessoa, que pode e tem capacidade de realizar funções exercidas também por homens ou que já foram realizadas por estes, e isso tem uma representação muito importante para as mulheres.

3. As formas de trabalho segundo o sexo

Roy (1999), aponta que a inserção da mulher no mercado de trabalho passa pela divisão sexual do trabalho e as inovações tecnológicas não ocorrem do mesmo modo entre homens e mulheres, pois também levam em conta a idade, raça, sexo. Há uma acentuação dessa divisão no mercado de trabalho, pois ocorre uma segregação vertical onde as mulheres ocupam cargos baixos, enquanto os altos cargos ficam por conta dos homens.

Por sua vez Souza-Lobo (1991) aponta que o trabalho feminino na indústria de São Paulo possui algumas características específicas como: a) salários femininos mais baixos que os masculinos, se acentuando com a idade, b) as mulheres se concentram em atividades não qualificadas ou semi-qualificadas, c) as tarefas são monótonas e repetitivas d) as atividades requerem destreza e habilidade.

Ao se assalariar, as relações estabelecidas no âmbito privado do lar, passam a ser reproduzidas no âmbito público e assim o gênero feminino submisso no âmbito privado, pelo marido ou pai, passa agora a ser submetido às condições do capitalista e este a subjuga não somente como classe, mas como gênero, provedor da força-de-trabalho.

Faria e Nobre (1997) colocam que a mulher ao se inserir no mercado de trabalho, realiza atividades tipicamente femininas, como professoras, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, etc. Fato confirmado pela análise que procedemos nos sindicatos, onde as mulheres se concentravam em funções de professora, funcionária pública municipal, limpeza de ruas e limpeza de bancos, além das trabalhadoras do setor do comércio, que atuam como vendedoras.

Apesar do número de mulheres no mercado de trabalho estar aumentando, juntamente com o aumento da escolaridade, poderiam indicar uma maior qualificação e maior estabilidade do setor produtivo, porém o que ocorreu foi o contrário, ou seja, o aumento do número de posto de trabalho tendo a frente às mulheres, se dá às custas da ausência de registro e à base de rendimentos menores do que os percebidos pelos homens.

Segundo Oliveira (1997), a tendência de aumento da participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas vem acompanhada de duas características interessantes:

Primero la permanencia de la segregación entre trabajo doméstico y extradoméstico impide la igualdad de condiciones en el acceso al trabajo remunerado y refuerza la situación de desventaja social de las mujeres en ambos espacios. Segundo, es necesario evaluar la calidad del trabajo extradoméstico que las mujeres están desempeñando para tener una idea del tipo de inclusión social que éste les propicia. (OLIVEIRA, 1997, p. 188).

Para Roy (1999), a qualificação está baseada na construção histórica de homens e mulheres trabalhadoras, pois ambos não são capacitados de forma igual na família e na escola, para o mercado de trabalho.

Esse processo acaba desqualificando a mulher, pois mesmo com a qualificação real, ou seja, o conhecimento adquirido, quando analisados seu dados curriculares, esse saber não constará oficialmente. Seria o mesmo que dizer que a desqualificação do posto de trabalho vem ao encontro à sua própria desqualificação⁶.

A questão da qualificação com a implantação dos programas de Qualidade Total (QT) e Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), passou a ser implantada com a retomada do crescimento econômico, que entrou numa nova fase a partir da década de 70, no Brasil. Essa fase se dividiu em 3 momentos diferenciados: o primeiro momento ocorreu com a difusão do CCQ, no início da década de 70, o segundo momento em 84, com a Inovação Tecnológica e Organizacional e a terceira fase no início dos anos 90, com a reestruturação produtiva e a implantação por muitas empresas, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Ou seja, as transformações no mundo do trabalho trouxeram a exigência da qualificação profissional, para saber manipular e operar os equipamentos, porém a exigência da formação não condiz com as funções e o salário. Não é a alfabetização que determina o salário, pois este tem sido tendencialmente achatado e deflacionado e no caso da mulher trabalhadora, ela sofre duplamente com a discriminação, pois na mesma função é muitas vezes mais qualificada que o homem e recebe menor remuneração⁷.

O fato é que, se a tecnologia possibilita que uma pessoa execute várias tarefas, por outro lado, existe a inutilidade de se qualificarem tantas pessoas para dado trabalho, pois certas funções na fábrica são extintas com o emprego da tecnologia.

É sabido que o CCQ objetivou disciplinar a iniciativa operária, principalmente os trabalhadores mais qualificados e assim desviar o ímpeto participativo para formas que contassem com o controle gerencial, haja vista que no final dos anos 70 houve uma retomada do movimento sindical. Assim, a implantação da QT foi também uma meta para atingir a produção e assim dominar a força-de-trabalho. Ou seja, essas novas formas de organização do trabalho trouxeram uma

⁶ Cf. Roy, 1999.

característica nova aos trabalhadores, que é a sensação de comando da situação na produção, pois em sintonia com os demais componentes do grupo, podem se organizar e atingirem patamares mais elevados de produtividade, ficando a responsabilidade e sustentação da firma nas mãos dos funcionários.

No caso da mulher, essa questão é mais firmemente ideologizada, com sua inserção nos programas de QT, apesar dela não ocupar os cargos de comando, essa inserção traz não só a sensação de participante, mas faz com que sinta mulher-trabalhadora-responsável na produção, assim como é socialmente reconhecida como mulher-mãe-responsável-na esfera-doméstica. (ROY, 1999)

Porém, o que está colocado para os trabalhadores de forma geral, apoiado nesses programas de controle de qualidade, é a busca da produtividade pela intensidade e sem o conhecimento do processo completo de trabalho. A inovação trouxe a substituição do homem pela máquina, o conhecimento passou a se fragmentar e a realização de toda a etapa da produção, antes realizada por uma única pessoa se fragmentou, com a implantação da divisão técnica do trabalho.

O capitalismo, com a “ajuda” da ciência, substituiu o saber artesanal de todo o processo produtivo das mãos do trabalhador, para a fragmentação das etapas, pela utilização da máquina, assim distanciou o trabalhador cada vez mais do produto de seu trabalho.

4. Trabalho e relações sociais de gênero

As inovações na estrutura organizacional do trabalho e as inovações tecnológicas trouxeram também uma tendência a precarização do trabalho com perdas salariais, dos direitos trabalhistas, enfim da fragilização do trabalhador, que acaba se submetendo a essas condições. O maior desdobramento dessa renovação no mundo do trabalho, portanto, são as formas de trabalho precárias que foram criadas sem qualquer preocupação com a seguridade social, como os trabalhos de tempo parcial, o trabalho informal, o trabalho domiciliar e o trabalho de tempo temporário. É como assevera Antunes (1999, p. 119), que “A sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizada....”.

Oliveira (1997) nos coloca que, com as inovações tecnológicas e as novas formas de organização e gestão do trabalho, percebe-se que novas oportunidades são criadas às mulheres. Funções até então ocupadas somente por homens, agora estão sendo ocupadas por mulheres, como nas indústrias metalúrgicas e químicas, mudando o perfil das funções “ditas femininas”.

Nesse sentido Hirata (1998) afirma que as novas oportunidades criadas para as mulheres, com as inovações tecnológicas e organizacionais, na verdade foram acompanhadas da manutenção de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia masculina, com as mulheres

⁷ Para mais detalhes Cf. Souza-Lobo (1991); Roy (1999).

permanecendo controladas por formas e procedimentos tayloristas, além de não haver aumento na qualificação.

Ou seja, nas indústrias, de acordo com Souza-Lobo (1991), existe o pretexto de que determinadas funções são específicas às mulheres, pois somente elas possuem aptidão à realização de tarefas monótonas e repetitivas, e que são também as menos qualificadas e de salários menores. Enquanto que aos homens, devido à força física, são destinadas funções que exigem destreza, que são as mais qualificadas e os salários condizentes, mesmo que este não tenha formação adequada. O que não acontece de forma linear com a mulher, que exercendo a mesma função que os homens, seu serviço não é reconhecido socialmente e economicamente, apesar de tal fato ocorrer em casos raros, já que as funções são pré-determinadas, sendo as femininas às de alta rotatividade, que não visam a construção de carreira.

Dessa forma:

Desqualificação, baixos salários, ausência de carreira se articulam compondo o círculo vicioso: as mulheres ganham menos porque não são qualificadas porque não fazem cursos técnicos, pois não vêem perspectiva de carreira. (DEBATE SINDICAL, 1989, n. 10, p. 35)

Assim, a possibilidade de se fazer carreira é consubstanciada na política de salários, pois segundo a lógica da divisão sexual do trabalho, o gênero é que define a função e o salário, e a possibilidade de formalizar seus conhecimentos, depende portanto, de quanto se ganha.

A fragilização é uma tendência que tem atingido ambos os sexos, porém são as mulheres as mais prejudicadas, pois o índice de mulheres que ingressam no mercado de trabalho tem sido superior ao índice de ingresso masculino, mesmo no período de crises econômicas. (HIRATA, 1998)

Isso significa que as mulheres são as que mais se submetem a qualquer tipo de serviço, seja devido à necessidade de se tornarem mais autônomas e independentes (do lar, do marido ou do pai) ou da necessidade de aumentarem o orçamento familiar e assim alimentarem a prole.

Em consonância com essa questão, Oliveira (1997) disserta que, são as mulheres as que mais ingressam no trabalho não assalariado, atividades por conta própria e o trabalho de tempo parcial ou *part-time*, apesar deste se expandir de forma generalizada a toda força de trabalho, são as mulheres que permanecem há mais tempo nessa atividade. Essa “escolha”, segundo a autora, esconde a conveniência deste tipo de emprego, pois a mulher tem as tarefas domésticas e com ela a dupla jornada de trabalho, assim ao ingressar no mercado de trabalho, realizando essas tarefas em que o horário do trabalho é mais flexível, ela consegue organizar seu tempo com o serviço doméstico e dedicação de mais tempo aos filhos. Dessa forma, segundo a autora: [...] las mujeres por cuenta própria no sólo están segregadas en actividades más precarias sino que incluso al interior de estas actividades ellas se ubican en una peor posición relativa respecto de los varones (OLIVEIRA, 1997, p. 190).

Devido à segregação entre trabalho doméstico e extradoméstico, há uma repercussão nos níveis de inserção da força-de-trabalho feminina e masculina no mercado de trabalho, com uma tendência da taxa de atividade feminina ser inserida em setores inferiores, ocasionando a exclusão social, além da segmentação ocasionada pelo surgimento de um novo

modelo de emprego precário feminino, generalizado a toda força de trabalho que é o trabalho de tempo parcial.

As mulheres também se inserem no trabalho domiciliar, nessa situação, “o trabalho se confunde com a dinâmica familiar” Teles (1991 apud RAMALHO, 1997, p. 88), pela ausência de direitos sociais, pela pouca definição da relação de trabalho assalariado, além do fato de serem transferidos os custos sociais para essas trabalhadoras.

[..]. essa situação reforça a ideologia da domesticidade, pois a falta de possibilidade de carreira ou promoção, ignoradas pelos sindicatos e sem benefícios sociais, faz com que as mulheres trabalhadoras tenham grande dificuldade para diferenciar a sua atividade profissional daquela de mãe e esposa. (ABREU; SORJ, 1993 apud RAMALHO, 1997, p. 89).

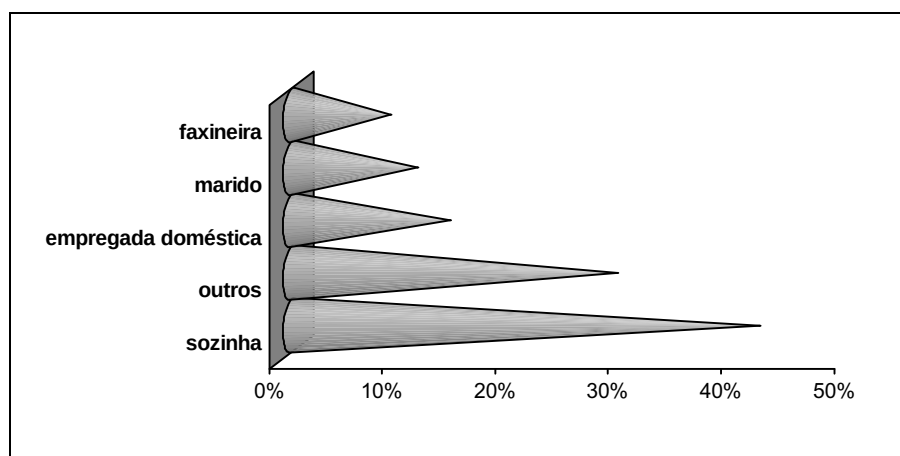
O gênero feminino sofre opressão além da exploração da classe. “A exploração de classe se articula intrinsecamente com a opressão de raça, assim como ocorre com a opressão de gênero” (BALCÃO, 1993, p. 14).

O esforço da mulher duplica com a inserção no trabalho assalariado, onde mesmo com a execução da dupla jornada de trabalho, somente um é pago e reconhecido, já que o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher e o emprego faz parte da condição de mulher pobre, mas ambos não são fruto de uma escolha.

Dessa forma, a história de subjugação de uns sobre outros aqui tem essa particularidade, dos homens subjugarem as mulheres. E estas muitas vezes tendo em vista a sua inserção no mercado de trabalho, tem percorrido o mesmo caminho de subjugarem outras pessoas. Ou seja, muitas vezes a mulher, na tentativa de se livrar ou então amenizar sua dupla jornada usa da estratégia de empregar uma outra mulher para realizar suas funções domésticas, enquanto trabalham, ou então há um desdobramento das mulheres para elas mesmas realizarem essas tarefas domésticas.

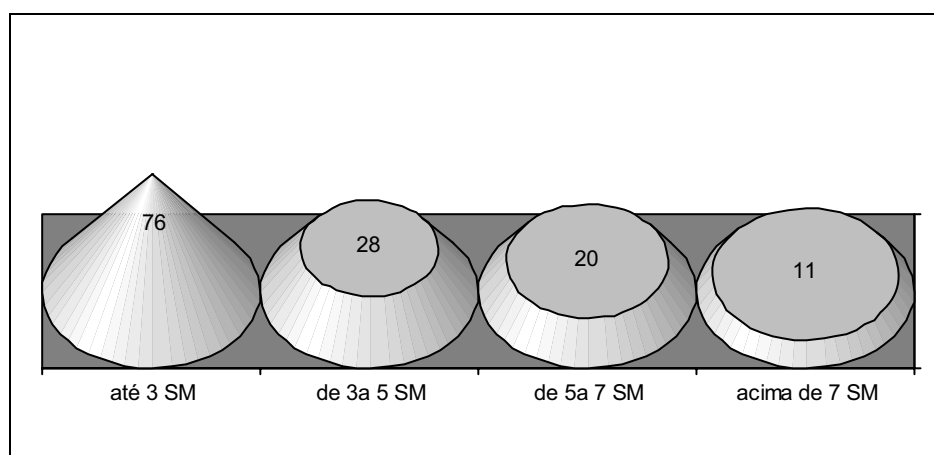
Das categorias de trabalhadoras pesquisadas, podemos observar que 41,4% realizam as tarefas domésticas sozinhas e aquelas que contratam alguém para ajudá-las nessas tarefas são aquelas situadas nas categorias melhor remuneradas, somando 22,9%, conforme Gráfico 2. No caso das trabalhadoras entrevistadas, notamos que somente uma delas possui empregada doméstica, as demais realizam sozinhas, com duas delas que podem contar com a ajuda da mãe e outra com a ajuda da filha.

Podemos também verificar que, as tarefas domésticas ainda continuam sendo consideradas tarefas exclusivamente femininas, já que mesmo na alternativa de “outros”, são as mulheres que realizam, (a mãe ou irmã), enquanto que os maridos são ainda um dos que menos contribuem com seu trabalho na realização dessas tarefas.

Gráfico 2- Realização das Funções Domésticas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

A inserção no mercado de trabalho assalariado para as mulheres, faz com que acumulem suas funções e se sobrecarreguem realizando-as *full time*. Aquelas que são melhores remuneradas, são as que passam a subordinar uma outra mulher, para que realize as funções onerosas do ambiente doméstico para elas, que são as Bancárias, algumas Comerciais, cuja faixa salarial, conforme Gráfico 3, está acima de 3 salários mínimos, ou em média quinhentos e quarenta reais (R\$ 540,00). Podemos então pensar qual vai ser a renda recebida pela trabalhadora doméstica, enquanto a sua patroa trabalha no âmbito público? Além da subjugação sofrida pela trabalhadora que realiza as funções domésticas, por se submeter a baixos salários, ela ainda se enclausura no âmbito privado do lar alheio, e depois disso tem que realizar suas próprias tarefas domésticas.

Gráfico 3- Renda Mensal das Mulheres Trabalhadoras

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

Importante colocar o quanto a função de provedora se torna imprescindível para o capital, porque o fato de gerar filhos, potenciais força-de-trabalho e administrando seus custos e viabilizando sua existência através do exercício de seu trabalho assalariado, sem que para isso possa

contar com uma estrutura de apoio a mãe-trabalhadora, tem sido fato concreto. Assim a mulher ao mesmo tempo em que gerencia o funcionamento do lar e garante com isso a reprodução dos demais integrantes da família, garante também a reprodução de si própria.

Para Guterrez (2001, p. 26):

O trabalho reprodutivo não gera mais valia diretamente, porém quando este trabalho tem a tarefa de proporcionar a manutenção da força-de-trabalho para que o capitalista o utilize para a produção de mais-valia, pode-se afirmar que o trabalho reprodutivo é parte do processo de produção, importando para os donos dos meios de produção que não tenha que ser pago.

A autora coloca que somente é pago esse serviço doméstico, quando a família contrata uma pessoa para realizá-lo e mesmo assim não é valorizado, pois não é considerado produtivo além de conter um conjunto de ideologias que indica que cabe somente à mulher realizá-lo no âmbito do lar sob a dominação masculina.

Devido a essa situação extremamente alienante para a mulher que tem suas funções restritas ao ambiente privado do lar, é que se aposta que a vivência no cotidiano do ambiente público, com o exercício das funções assalariadas, mesmo que com isso acarrete dupla jornada ou que traga a subjugação de outras mulheres na realização do trabalho doméstico, o importante é que com isso traga modos de pensar diferente à vida.

Além disso, há o contato que o ambiente assalariado proporciona como órgão de representação dos trabalhadores, o sindicato. Talvez possa ser esse o mecanismo no qual as mulheres possam encontrar respaldo na luta por melhores condições de vida. Porém por se tratar de um ambiente que se consolidou com uma maioria formada pelos homens, as mulheres têm tido além das dificuldades normais de interpretação da dinâmica interna dos sindicatos, como a importância de sua representatividade perante o patronato, pois não se vêem e não se sentem como integrantes de uma categoria, cujos direitos são defendidos pelo sindicato.

Isso, mesmo com o crescimento do número de mulheres sindicalizadas a partir da década de 60, sendo que no período de 1970 a 1978, esse número de sindicalizadas cresceu 176% enquanto o número de mulheres no mercado de trabalho aumentou 123%, e o número de homens sindicalizados atingiu um crescimento de 87%, sendo que o crescimento de homens no mercado de trabalho foi de 67%⁸. Ou seja, mesmo com o crescimento das mulheres no ambiente sindical, pudemos observar na aplicação dos questionários junto às trabalhadoras de Presidente Prudente, que algumas mulheres que inicialmente consentiam em responder as perguntas, resistiam em responder quando as questões se voltavam sobre filiação sindical, partido político ou participação nas assembléias dos sindicatos. Ocorreram muitos casos em que quando questionamos sobre a política interna do seu sindicato ou mesmo quando questionadas sobre sua posição partidária, muitas delas se negaram a respondê-las, demonstrando a falta de interesse na política de forma geral.

Da mesma forma ocorreu quando nas entrevistas, perguntamos se as mulheres trabalhadoras se interessam por política, a reação majoritária foi a negação. Metade delas se manifestaram dizendo que não gostam dos políticos e de que só votam por obrigação. O argumento é

⁸ Cf. Araújo e Ferreira, 2000.

de que, “tem muita mentira, aproveitam dos mais humildes” e ainda “tem muita falsidade e a gente acaba desacreditando na política”. Apenas uma opinou que apesar de não gostar, “com a idade a gente acaba achando importante se inteirar”.

Podemos considerar a partir do exposto, que o meio político partidário e sindical ainda tem sido visto pelas mulheres trabalhadoras como sendo “coisa” de homem, já que a maioria das diretorias sindicais é formada por homens e que por isso, não devem se interar com o sindicato, ou então adotam a expressão de que “não gostam de política”.

Nesse sentido, apesar das mudanças na forma de vida da mulher moderna, com autonomia financeira, pelo ingresso no mercado de trabalho e em muitos casos com alto nível de escolaridade, notamos que muito tabus permanecem ideologicamente impregnados quanto a sua condição na sociedade.

As atitudes das trabalhadoras são, portanto, muito parecidas com as posições de algumas sindicalistas entrevistadas. Das perguntas feitas às diretoras e presidentes dos sindicatos analisados, obtivemos muitas respostas relacionadas à participação da mulher no sindicato que se voltavam à noção individual de participação política nestes. Já que muitas delas apontavam que a dupla jornada de trabalho não deve ser encarada como empecilho à atuação nas diretorias, e que a mulher quando se interessa pela militância política deve estar preparada para se desdobrar, pois é uma atividade que exige muito da pessoa, principalmente para as mulheres.

Percebemos que as posições dos homens e de algumas mulheres sindicalistas são muito parecidas ao colocarem que as mulheres devem participar, porém com a ressalva da falta de vontade e iniciativa das próprias mulheres em participar. E se parecem também na dificuldade de perceberem que existem problemas que impedem a maior inserção das mulheres nos sindicatos, e no caso das diretoras, acabam simplificando o fato das mulheres não atuarem em maior número, porque “a mulher deve se impor em casa e depois se impor lá fora”.

As duas militantes entrevistadas afirmaram não perceber dificuldades para a mulher se tornar sindicalista em Presidente Prudente, porque apesar de poucos sindicatos serem presididos por mulheres, todos são muito ativos e sempre tiveram muitas mulheres nas diretorias. E no caso da Apeoesp, a realidade sempre foi de muita mulher na direção, diferente de outras subsedes.

Somente duas diretoras do SSM apontaram a importância de se criar um coletivo das mulheres nos sindicatos, tendo em vista que “as mulheres são marginalizadas”, e de que “o sindicato não tem nenhuma forma de incentivo à maior participação da mulher no sindicato”.

Importante colocar que a divisão de classes já existia antes da sociedade burguesa que, além de não romper com esses antagonismos, estabeleceu novas condições de opressão, ou seja, a divisão de classes se acentuou, conforme visto, no sentido de que a sociedade se dividiu, de um lado naqueles que detinham os meios de produção - a burguesia, e por outro naqueles que possuíam apenas a força de trabalho - o proletariado. Foi através dessa sociedade que se impôs a divisão de trabalho dentro da oficina e suplantou os mestres das corporações e a divisão do trabalho entre eles. “É aí que aparece em primeiro lugar a divisão da população em duas classes, divisão essa que repousa diretamente na divisão do trabalhador e nos instrumentos de produção” (MARX, 1991, p. 62).

A mulher como mão-de-obra assalariada, também figura no processo da divisão do trabalho, faz parte do embate capital/trabalho, sofre a exploração como vendedora da força-de-trabalho para

a acumulação do capital e sua subordinação decorre da condição de genitora dessa força-de-trabalho.

De todo modo é bom lembrar que a dupla exploração tem seu ponto inicial na divisão sexual das tarefas domésticas que está articulada à divisão social do trabalho, ou seja, foi no ambiente familiar que se criou essa prerrogativa de se dividir as tarefas, decorrente da ideologia pregada pela sociedade burguesa e patriarcal que afirma a não equidade de gênero e conseqüente divisão de sexos e correspondentes funções.

A divisão sexual e social, de acordo com Oliveira (1997) é um mecanismo de exclusão social e econômica das mulheres, porque serve para conformar as desigualdades de gênero nos diversos âmbitos sociais, entre eles a oposição entre trabalho doméstico e extradoméstico.

Porém, com o assalariamento, a mulher passa a ter maior independência e isso pode desencadear num processo de rompimento dos laços familiares, preservadores da subordinação e da divisão sexual do trabalho. Ao mesmo tempo a mulher terá seus horizontes abertos e maior poder de visualizar sua independência da sociedade que a subordina, seja através da entrada e atuação nos sindicatos ou em outra forma de luta.

É na condição de trabalhadora que pode estar a alternativa de vir a ter a terceira jornada, não como um fardo, um trabalho alienante, sem prazer, cujos frutos lhe são também alienantes. Mas na condição de militante, que pode ter a possibilidade de vir a conhecer seus direitos enquanto trabalhadora, cujo trabalho alienante sustenta o sistema, por dois motivos, pela extração da mais-valia e do seu trabalho gratuito no ambiente do lar, ao prover toda a família para o trabalho. São nas relações criadas, com vistas à emancipação de classe e por meio da terceira jornada, obtidas por meio da militância sindical ou partidária ou de algum movimento social de cunho coletivo, que se aposta que as mulheres possam ter acesso a elementos com vistas à sua emancipação de gênero. Dessa forma, o lugar a ser criado/construído pela mulher, deve ser aquele onde as diferenças de classes não são gritantes e onde haja igualdade também entre os sexos.

Para Smith (2000, p. 157), isso só será possível quando dado movimento organizado localmente, tiver condições de saltar escalas, no sentido de dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm a produção e reprodução da vida cotidiana.

O autor reafirma o conceito de escala como um mecanismo de inclusão social de grupos que podem passar a ampliar as identidades de um dado lugar, tendo em vista a supressão do espaço pelo tempo.

As escalas oferecem marcos na recuperação do espaço da aniquilação e uma linguagem mediante a qual a rediferenciação do espaço pode ser desbravada sobre bases sociais discutidas e ajustadas, em vez de seguir a lógica do capital e os interesses de sua classe. (SMITH, 2000, p.88)

Para o autor, o sistema de escala não é ontológico. A escala geográfica é hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais, culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcado contemporâneo. A escala demarca o sítio da disputa social, tanto do objeto quanto da resolução dessa disputa e é ela que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado.

Nesse sentido, as mulheres podem ter a perspectiva de tentar reafirmar seu lugar no espaço do capital, onde haja a igualdade dos trabalhadores entre si e onde portanto, não haja oportunidade para a imposição das condições desse sistema alienante.

Referências

- ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999, 258p.
- ARAÚJO, A. M. C.; FERREIRA, V. C. **Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva**. Campinas: ABEP, 2000, p. 309-346.
- BALCÃO, Nilde. "Discriminação de gênero e omissão sindical" In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Espaço de mulheres e de homens**. São Paulo: CUT-CNMT, 1993, p. 9-16.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BRUMATTI, Terezinha. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP**: elementos para uma "leitura" geográfica. 1998. Relatório final PIBIC/CNPq, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1998
- BRUMATTI, Terezinha. **Participação e atuação política da mulher nas entidades sindicais de Presidente Prudente/SP**. 1999. 91f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.
- CARVALHAL, Marcelo D. **A comunicação sindical em presidente Prudente/SP**: elementos para uma leitura geográfica. 2000a, 215f Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- CARVALHAL Terezinha B. A questão de gênero sob a perspectiva sindical. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 81-94, 2000b. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>> Acesso em: 19 de outubro de 2000.
- CARVALHAL Terezinha B. A questão de gênero sob a encruzilhada sindical. **Revista Pegada**, Presidente Prudente v.2, n.2, p. 57-64, 2001. Disponível em:<www.prudente.unesp.br/ceget>. Acesso em: 10 de novembro de 2001.
- CARVALHAL Terezinha B. Gênero e trabalho: a participação da mulher nos sindicatos de Presidente Prudente/SP. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, p. 131-138, 2002. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>> Acesso em: 29 de novembro de outubro de 2002.
- CARVALHAL Terezinha B. Gênero e trabalho: a participação da mulher nos sindicatos de Presidente Prudente (SP). **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, n. 416, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3W-416htm>> Acesso em: 20 de dezembro de 2002.
- CARVALHAL Terezinha B. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente (SP)**. 2003, 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.
- DEBATE SINDICAL**. São Paulo: CUT, n. 10, maio, 1989.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. Gênero e desigualdade. **Cadernos Sempreviva**. São Paulo, 1997.
- FRANCO Maria **Territórios de luta pela terra, no Pontal do Paranapanema sob um enfoque de gênero**: uma contribuição para a geografia do trabalho. 2002, 128f. Qualificação para o Mestrado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.
- GUTERRES, Simone Bastos. **Classe social e gênero**: elementos para uma controvérsia. 2001. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

HIRATA, Helena "Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero" **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**. São Paulo, ano 4, n. 7, 1998, p. 5-27.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1993, 301p. Livro 1, v. 1.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A.(org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p176-185.

MATTOS, M. B. Entregando as mãos para não entregar os dedos: o sindicalismo brasileiro e o desemprego. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 53-64, 1998.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, R. **O círculo e a espiral: a crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, M. T. **Trabalhar em casa: na era do fim do emprego**. São Paulo: Olho D'água, 2001.

OLIVEIRA, O. de.; ARIZA, M. "División sexual del trabajo y exclusión social". **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**. Buenos Aires, ano 3, n. 5, 1997, p 183-202.

RAMALHO, J. R. "Precarização do trabalho em impasses da negociação coletiva no Brasil" In: ANTUNES, R. (Org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997, p.85-114.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher na reestruturação produtiva**. Campinas: Editora Alínea, 1999, 157p.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, A. O. **Trabalho e globalização: a crise do sindicalismo propositivo**. Londrina: Práxis, 2001.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARTORI, A. J. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli R. **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Editora 34, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, p. 5-22, 1990.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A.(org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 132-175.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

THOMAZ JUNIOR, A. "Leitura" geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 24, 1997.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. A trama societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho. In: **O Pensamento de Milton Santos e a Construção da Cidadania em Tempos de Globalização**. Bauru, 2000. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2000. pp.240-252.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.3, n. especial, ago., 2002a.

THOMAZ JUNIOR, A. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do Século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n. 1, v. 4, 2003d.

THOMAZ JUNIOR, JR. A. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, 4, 2003, Havana, **Anais...** Havana: [s.n.], 2003e. 1CD-ROM,

VALENCIANO. R. C. Processo de luta e seus desdobramentos no município de Teodoro Sampaio. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>> Acesso em: 10 dezembro de 2001.

TRABALHADORAS RURAIS E LUTA PELA TERRA: INTERLOCUÇÃO ENTRE GÊNERO, TRABALHO E TERRITÓRIO *

Maria Franco Garcia
Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

Os apontamentos que aqui apresentamos são resultados parciais da pesquisa que sobre relações de classe e gênero na territorialização da luta pela terra estamos desenvolvendo na região do Pontal de Paranapanema, no Estado de São Paulo, Brasil (Figura 1). O foco deste artigo é apresentar funções e papéis de gênero identificados em assentamentos e acampamentos de origem na luta pela terra do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Pretendemos com isto, caracterizar os papéis sociais desempenhados pelos trabalhadores e as trabalhadoras rurais em diferentes momentos/espços do processo/movimento da Luta pela Terra: os acampamentos e assentamentos rurais.

Esta análise é ponto de partida para iniciarmos numa maior compreensão das mudanças protagonizadas pelas mulheres trabalhadoras no contexto rural brasileiro. O incremento da mobilização destas através de grupos de trabalhadoras organizadas, autonomamente ou bem no interior de movimentos sociais, nos assentamentos e acampamentos rurais brasileiros, representam sinais dessa mudança.

Os depoimentos das trabalhadoras e trabalhadores do assentamento Madre Cristina e do acampamento Padre Josimo, ambos no município de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, São Paulo, Brasil (figura 1), constituem a base das nossas reflexões. Em ambos territórios o *modus vivendi* é fruto de processos de organização coletiva, o que os converte em espaços privilegiados para a organização e cooperação entre seus membros. A organização espacial, a história de luta, e a proximidade das relações e reivindicações comuns, funcionam como elementos de empoderamento de homens e mulheres, socialmente excluídos, no avanço do esforço para superar a miséria.

Nesse sentido, entendemos prioritário contextualizar na metamorfose contemporânea do mundo do trabalho, o contingente humano que forma o que hoje no Brasil, e no mundo, se conhece como os trabalhadores e trabalhadores Sem Terra. Particularmente, as mulheres e homens que ingressam nas fileiras de um dos seus mais representativos movimentos, além do mais distorcido e manipulado pela mídia, o MST. Um movimento social rural de classe que luta contra a exclusão e pela dignidade humana. Para tal fim, optamos pelas categorias de classe e gênero como portas de entrada da nossa leitura.

Em primeiro lugar, tratamos de identificar a estrutura da divisão sexual do trabalho que se estabelece nestes territórios. A identificação das atividades produtivas e reprodutivas e de

trabalho comunitário nos assentamentos e acampamentos constata-se fundamental para evidenciar a participação de homens e mulheres em todos os níveis e âmbitos, para colocar prioridades e contribuições.

Em seguida, apontamos singularidades e reproduções de ideologias e práticas de subordinação da mulher presentes no universo destas trabalhadoras. Indagar sobre estas questões responde ao objetivo de desvendar os limites que são colocados nestes novos espaços para a quebra do destino de gênero, luta inerente ao discurso do MST e implícito nas organizações das trabalhadoras assentadas. Intentamos explicitar a produção e reprodução das clivagens de gênero que nos assentamentos e acampamentos rurais se apresentam para a militância feminina no movimento social dos Sem Terra e as organizações de mulheres trabalhadoras rurais.

Por último, colocamos as duas estratégias diferenciadas de desenvolvimento e luta que mobilizam as mulheres trabalhadoras do assentamento Madre Cristina e o acampamento Padre Josimo: o Setor de Gênero do MST e a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

2. Gênero, classe social e luta pela terra: apontamentos para o debate

Uma questão de vital importância para iniciarmos na “leitura” geográfica do processo da Luta pela Terra contemporâneo no Brasil, é a de estarmos cientes de uma realidade que, por árdua, habituamos a não definir com palavras e sim com números. Dados estatísticos mostram as absurdas disparidades que uma das distribuições de renda *per capita* mais desiguais do mundo fazem do Brasil, antes de tudo, um país de miseráveis.

Sabemos que qualquer distribuição, não importa quais sejam os meios de consumo, é consequência da distribuição das próprias condições de produção. Mas esta última distribuição, porém, é um aspecto do modo de produção em si. (MARX, 1966). Ao afirmar que Brasil é um país de miseráveis, correndo o risco simplista da generalização, propomos chamar a atenção sobre uma estrutura de relações sociais que outorga e tira oportunidades, além da privação de bens materiais e a sua injusta distribuição.

A armadilha liberal do paradigma distributivo como ideal de justiça social, torna opaco o sistema de opressão – dominação estrutural que constrói a dinâmica das relações sociais. (YOUNG, 2000). Atentos à dimensão do capital como relação social, este como sistema metabólico sócio-econômico de controle é, antes de tudo, uma força de comando. O caráter sistêmico do controle social do capital implica a reprodução do sistema opressão- dominação nas mais importantes instituições políticas, econômicas e culturais. O que entranha a existência de múltiplas dimensões de controle.

Além da exploração de classe, a carência de poder e a exclusão social são formas de opressão que se constituem em virtude da divisão social do trabalho. O imperialismo cultural e a violência estrutural são também práticas sociais opressivas e de controle (YOUNG, 2000). Trazer à tona estes matizes revela-se de suma importância quando procuramos desvendar as clivagens que

* Esse artigo foi publicado na Revista **Terra Livre**, São Paulo, n.19, ano 18, v.2, jul. dez., 2002, p.257-271.

oprimem mulheres e homens como grupos sociais com identidade, ou subjetividade coletiva, de gênero.

No rural brasileiro as diferentes frentes articuladas sob a bandeira da Luta pela Terra e a Reforma Agrária, agrupam uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras que lutam contra um destino social de exclusão (MARTINS, 2000). Na exploração da classe trabalhadora a opressão tem lugar através de um processo continuado de apropriação da mais-valia do trabalho pelo capital. Mas a injustiça da divisão em classes da sociedade produtora de mercadorias, não radica só no fato distributivo de que “os menos tem o mais”. A exploração determina também as relações sociais estruturais entre as classes. As regras sociais a respeito do que é trabalho, quem faz o que e para quem, como é recompensado e qual é o processo social pelo que as pessoas se apropriam dos seus resultados, operam para determinadas relações de poder e desigualdade. O conflito no campo é a luta de classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais despossuídos dos meios de produção e desnecessários para um sistema econômico e social que coisifica as relações humanas, mercantilizando-as.

O cenário no qual se inserem estas trabalhadoras e trabalhadores, tem como base fundante a concentração da terra, do capital e da renda, e a precarização das relações de trabalho.

Hoje no Brasil, as desigualdades sociais do campo, fruto da concentração fundiária e da modernização seletiva da agricultura, somam-se segmentos sociais da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999), que nas cidades sofrem as redefinições tecnológicas e gerenciais do mundo do trabalho e que vivem a desqualificação, precarização e informalização assim como a despossessão ou o desemprego em massa. (THOMAZ JÚNIOR, 2001).

Focando as mulheres trabalhadoras que formam parte do processo de Luta pela Terra, em condição de acampadas, assentadas ou militantes de movimentos sociais rurais, é importante destacar que estas se enfrentam com opressões diferenciadas às dos seus companheiros. A opressão de gênero dificulta e muito comumente impossibilita a plena participação das trabalhadoras na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Se bem que como classe a mulher é explorada igual seus companheiros de luta, no entanto de forma desigual. O capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho, e a mulher, longe de emancipá-la a explora mais ferozmente. Assim as mulheres assentadas e acampadas que vendem sua força de trabalho o fazem em condições desiguais em relação aos homens. A infravalorização da sua participação nas atividades produtivas, implica remuneração inferior para as mesmas atividades. Mostra disto é que as diárias das acampadas que trabalham em assentamentos e fazendas ou das assentadas que trabalham na roça em lotes vizinhos, é inferior a recebida pelo trabalhador que desempenha a mesma atividade durante as mesmas horas de serviço. A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas e acampadas vivenciam no seu cotidiano.

A infravalorização do trabalho da mulher é algo que continua fortemente arraigado na sociedade ocidental, tanto nos espaços urbanos e rurais, quanto nos territórios da luta. Independentemente das conquistas de cunho feminista e trabalhista logradas durante décadas de

luta atendemos hoje , ao incremento da precarização e informalidade nas relações de trabalho concomitante ao incremento da participação da mulher no mercado de trabalho

Uma consequência dramática de discriminação de gênero é o crescente processo “feminização da pobreza” . No Estado de São Paulo a maioria dos lares chefiados por mulheres se localizam na zona urbana, mas a sua situação marginal não é exclusiva da cidade. Durante a nossa pesquisa em campo constatamos que as famílias chefiadas por mulheres assalariadas rurais sobrevivem na periferia da opressão. Sobre elas recai o peso da discriminação de gênero, da exclusão social , da carência de poder e da exploração de classe, colocando-as junto das suas famílias no limite da sobrevivência.

A respeito do trabalho não assalariado que se realiza nos assentamentos e acampamentos, este tem um marcado corte de gênero. Ainda que já vislumbramos fissuras no padrão de comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras forjadas na luta, a construção de relações de gênero nestes espaços parte da tradicional divisão sexual das tarefas legitimada na nossa sociedade. A mulher é relegada à esfera privada e reprodutiva no assentamento e às atividades assistenciais vinculadas à coordenação do cuidado das crianças, saúde e educação dos acampamentos. O espaço público e as atividades produtivas da roça no assentamento são masculinas, como o são também as tarefas de coordenação e gerenciamento dos acampamentos.

Entendemos que a produção e reprodução do espaço estrutura-se através de determinadas relações de poder decisivas (SMITH, 1988). A classe e o gênero são as categorias de análise que nos permitem interpretar de forma ampliada, a produção e reprodução dos espaços e momentos da Luta pela Terra. Acampamentos e assentamentos concentram relações de gênero diferenciadas da classe trabalhadora forjada nesta luta.

A família e a propriedade privada reforçam a ideologia hegemônica de gênero que oprime a mulher sob normas discriminatórias socialmente aceitas. Nos acampamentos tem lugar a socialização da vida privada. Isto permite quebrar com o silêncio de muitas “companheiras” através da criação de espaços para que a sua voz seja escutada. As responsabilidades familiares e a divisão público/masculino - privado/feminino do espaço no assentamento, dificulta a participação das mulheres como agentes políticos de transformação e dinamismo no espaço rural.

3. O universo da luta pela terra e a participação da mulher: do acampamento ao assentamento

Nos acampamentos rurais a divisão das funções de gênero está condicionada pelo seu caráter temporal. Acampar significa ocupar coletiva e organizadamente um espaço visando conquistar a terra. O acampamento é o momento entre a ocupação e a posse do lote. E também é o território de barracos de lona e despejos, da organização e gestão coletiva, das assembléias, do trabalho comunitário, da militância ativa e da resistência. A sua dinâmica implica o desenvolvimento por parte de cada um dos seus membros de uma função. Isto faz com que as acampadas exerçam diferentes papéis. A associação da mulher à esfera privada/doméstica/reprodutiva não é identificada na mesma medida que para a mulher assentada.

A maior parte das mulheres com que tivemos a oportunidade de conversar no acampamento Padre Josimo, estavam à espera de um pedaço de terra há quase cinco anos. Durante este período trabalharam como diaristas no assentamento vizinho, Laudenor de Souza, como cortadoras de cana da fazenda próxima do acampamento, e também aquelas que contavam com a família para ficar tomando conta do barraco, buscaram emprego na cidade de Teodoro Sampaio, trabalhando de domésticas durante a semana e voltando a acampar nas suas folgas. A necessidade de sobreviver no acampamento faz com que a maior parte das famílias estejam divididas durante esta fase da luta. No Padre Josimo os membros dos casais responsabilizavam-se indistintamente do barraco alternando-se no tempo, em função de quem contasse com serviço fora.

O cotidiano das relações no acampamento caracteriza-se pela precariedade no modo de vida e pela criação de identidades coletivas e laços de solidariedade horizontal. O papel da mulher como sujeito de resistência e “companheira de luta” é valorizado pela sua capacidade de trabalho, como se observa na fala do coordenador do acampamento:

Muitas mulheres aqui neste acampamento dão de mil num homem. Trabalha muito, tem mulher que mora sozinha num barraco. Ela vai para o lote prepara o lugar para de fazer o barraco, tudo sozinha [...] a mulherada aqui dentro não tem tempo ruim. Elas são muito para frente. Para elas não muda nada quando peguem o lote, se vão trabalhar mais o menos. Não muda nada porque são muito trabalhadeiras³.

Tanto nos confrontos armados como nas passeatas de protesto e ocupações de latifúndios improdutivos as acampadas e acampados do Padre Josimo apareceram lutando de forma igualitária.

O assentamento rural é um passo à frente no processo de luta, a consumação do acesso a posse da terra. Neles as implicações de gênero se tornam evidentes na divisão sexual do trabalho no interior das unidades familiares de produção. Todavia, a configuração espacial dos assentamentos divididos em lotes significa para muitas assentadas o seu isolamento social. Confinadas à produção e reprodução dos meios de subsistência na esfera privada, os espaços de sociabilidade são muito reduzidos.

Através das falas dos trabalhadores e trabalhadoras assentados no Madre Cristina pudemos constatar que uma vez conquistada a terra os objetivos pessoais e a projeção do futuro familiar muda. Isto repercute diretamente no declínio da participação, sem distinção de gênero, na militância política da luta organizada e na mobilização dos assentados. Mas do cotidiano relatado, as mulheres, especialmente as casadas com responsabilidades familiares, tem maiores dificuldades de participar devido ao peso da sua rotina de trabalho doméstico e extradoméstico, que se acentua no assentamento onde se faz patente a dupla jornada de trabalho.

Além do mais, na percepção das assentadas fica claro que a participação feminina é limitada por constrangimentos fundados nos papéis de gênero, que as impedem de se ausentar livremente do assentamento.

Segundo depoimentos das lideranças no assentamento, o envolvimento na Luta pela Terra contribui para a formação de comportamentos, mais participativos ou no mínimo mais

³ Entrevista concedida durante a realização da pesquisa de campo da tese de doutorado “A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”, concluída em setembro de 2004.

conseqüentes entre as mulheres assentadas, o que permite discriminar aquelas que passaram pela experiência do acampamento, daquelas que não. Não obstante, quando nos referimos às trabalhadoras com um passado na luta, muitas assentadas insistem em que o resto das mulheres não participam porque não querem. Não reconhecem as limitações de gênero e apresentam tudo como uma escolha pessoal.

Todavia, outras assentadas colocam as assimetrias de poder entre homens e mulheres como o impedimento fundamental para a participação equitativa na vida do assentamento e na mobilização política. A submissão da mulher dentro do casal é denunciada sistematicamente:

Há mulheres interessadas em criar atividades no assentamento, ou participar do Movimento, e o marido não deixa mesmo. Tem umas que insistem e falam: eu vou sim. Mas tem umas que o marido não deixa mesmo, dizem que o lugar da mulher é lá, já que quis o lote, tem que ficar lá, tem o serviço, não pode deixar sozinho, depois vêm os filhos e assim...⁴

4. O cotidiano da labuta: a divisão sexual do trabalho e a construção de relações de gênero

Para o pleno exercício da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais, existem além dos obstáculos econômicos, sólidas barreiras culturais e sociais, como vimos constatando. As limitações com as quais as trabalhadoras se enfrentam no seu cotidiano, expressam-se na esfera da atividade produtiva, afetando as questões como o cadastramento de beneficiários das terras, acesso ao crédito e serviços de assistência técnica e capacitação (PEREIRA, 1996)

No assentamento e acampamento, base do nosso estudo, pudemos verificar que a manifestação desta limitação opera em várias dimensões. Em primeiro lugar, o trabalho produtivo da assentada no lote não é reconhecido como componente integrante da produção e sim como componente subliminar; uma ajuda ao trabalhador principal, o homem.

Uma segunda questão é que o trabalho reprodutivo não é considerado trabalho. Os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, o trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos no mundo atual. Não obstante partimos da premissa de que na sociedade ocidental o trabalho doméstico é considerado responsabilidade da mulher.

O fato de que este trabalho seja improdutivo desde o ponto de vista da remuneração econômica, relega ao plano da invisibilidade o tempo e energia que as assentadas e acampadas empregam para o cuidado e atenção das tarefas consideradas como domésticas. Estas que não são expressas em valores monetários, são facilmente esquecíveis e desvalorizadas pela sociedade.

Embora seja mais elevado o número de homens que resumem as atividades femininas às atividades do lar, o volume de mulheres que incorporam esta concepção é também muito grande. O que significa que as tarefas são “naturalmente” realizadas pelas mulheres, como define a literatura sobre gênero e testemunham as falas das e dos trabalhadores entrevistados:

⁴ Representante do Setor de Gênero do MST no assentamento Madre Cristina

Pegar a enxada? Lógico. Se você vai ficar esperando por ele nunca vai para frente, só ele que vai ficar pensando que você fica lá esperando sem fazer nada, acaba seu serviço da casa, e vai lá pegar a sua enxadinha, um pouquinho já ajuda⁵.

Eu sempre trabalhei aqui na região junto co meu marido de diaristas. Eu organizava a vida no barraco e cuidava dos filhos, mais sempre tirava um tempo para voltar para a roça. Tinha que ser assim⁶.

Embora a maior parte do trabalho realizado pelas mulheres dentro do assentamento seja não remunerado, aquelas assentadas que realizam serviços na casa para fora, como costura, se consideram afortunadas. A ajuda para o debilitado orçamento familiar e o acesso a um recurso tão escasso na vida do assentamento é reconhecidamente valorado pelas assentadas:

Eu acho muito bom [...] a mulher tem que ter o seu dinheirinho, se você quer comprar algo, se você precisar de batom não ter que estar pedindo um real para o companheiro⁵.

Em terceiro lugar, a atribuição de valor para as atividades produtivas é diferenciada em função do sexo de quem as desempenha. No assentamento Madre Cristina de base agropecuária, a invisibilidade do trabalho da assentada na extração do leite é fruto do escasso valor que se confere ao seu trabalho.

Segundo a pesquisa de Relações de Gênero nos Assentamentos rurais, realizada pela UNESCO em 2000 no Estado de São Paulo, observamos que a distribuição das ocupações de homens e mulheres são similares ao estereótipo clássico, no que se relaciona a divisão de tarefas entre “as do lar” e as da produção; pais e filhos nas atividades agropecuárias e mães e filhas nas lides domésticas (Quadro 1). Os dados mostram que a principal atividade dos assentamentos é a agropecuária, onde as ocupações das mulheres são mais diversificadas que as dos homens que se concentram nas atividades agrícolas.

O assentamento Madre Cristina não é exceção ao padrão da divisão de funções descritas para o universo de assentamentos do Estado de São Paulo. A lavoura e a pecuária são fundamentalmente masculinas, ainda que a participação feminina é constante, não passa de ser reconhecida como complementar. Em contrapartida a criação, pequenos animais e aves e os cuidados do pomar e a horta (fruticultura e horticultura) são funções da ampliada “esfera doméstica” que implica o lote. A participação do homem nestas atividades se realiza de forma residual.

No Quadro1 podemos observar como nos assentamentos do estado de São Paulo a diferenciação sexual do trabalho na agropecuária, tem um claro impacto na geração de valor. A lavoura e pecuária são responsáveis pelo grosso do valor total da produção agropecuária, enquanto aves e pequenos animais junto à horticultura/fruticultura representam porcentagens mínimas do valor da mesma produção.

Além da existência de uma diferenciação de papéis em função da atividade desempenhada, a jornada de trabalho também é um elemento que reforça a divisão sexual do

³ Trabalhadora rural acampada no assentamento Padre Josimo, Responsável pela Ciranda infantil.

⁴ Trabalhadora rural acampada no assentamento Padre Josimo.

⁵ Trabalhadora rural acampada no assentamento Padre Josimo.

trabalho. Verificamos que os discursos das entrevistas desnudam a realidade do trabalho que as mulheres realizam nestas comunidades. No assentamento as mulheres são responsáveis por muitas tarefas com grande peso nas atividades produtivas, como capinar, cortar, plantar, colher, tombar a terra, tirar o leite, etc. Mesmo diante do fato de que elas participem de todas as atividades do campo, o discurso de ambos os sexos

Quadro 1: Ocupação segundo Membros da Família nos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, 1999⁷

OCUPAÇÃO	Pais	Mães	Filhos	Filhas
Agricultura/Pecuária	86,0	45,0	71,0	28,5
Atividades domésticas	0,5	49,0	0,5	40,0
Magistério	...	0,5	...	...
Estudante	...	...	14,5	25,0
Ocupações em contato com o público e/ou lideranças (1)	...	0,5	1,0	...
Atividades manuais, qualificadas ou semiqualeficadas (2)	2,5	...	2,0	1,0
Serviços públicos e serviços gerais (3)	...	1,5	3,0	3,0
Sem ocupação (4)	0,5	0,5	1,5	1,5
TOTAL	100,0 (355)	100,0 (345)	100,0 (206)	100,0 (120)

Fonte: Rua e Abramovay (2000).

- (1) comerciantes, mensageiros/as, cabeleireiros/as, técnicos/as agrícolas, dirigentes e militares.
 (2) carpinteiros/as, pedreiros/as, mecânicos/as, operadores/as, tratoristas, motoristas, frentistas, zeladores/as, artesãos/as, leiteiros/as, pescadores/as, balseiros/as
 (3) funcionários/as públicos/as, administradores, agentes administrativos, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde, atendentes de farmácia, serventes, crecheiros/as, merendeiros/as, serviços gerais
 (4) Desempregados/as, inválidos/as, aposentados/as.

permanece caracterizando o trabalho feminino como uma ajuda, porque a responsabilidade pelas atividades econômicas, como insistimos, é sempre masculina, na decisão do que plantar ou na comercialização do produto:

Agora nós já vamos a pegar o nosso lote, ir atrás de crédito, de técnico e tudo isso, vai ser com ele mesmo. O meu é mais cuidar da casa. Eu falei para ele, da casa eu cuido, agora do resto é você. Nós decidimos assim. Se precisar a gente ajuda⁷.

Quase a totalidade das trabalhadoras entrevistadas declararam serem os seus companheiros os principais responsáveis pelo dinheiro na casa. Salvo as mulheres solteiras e viúvas, são os homens que possuem todo o controle sobre o dinheiro e o custeio (4).

Por meio das falas das assentadas e acampadas verificamos que, no seu cotidiano o padrão de subordinação e invisibilidade do seu trabalho faz da sua participação na lavoura uma atividade percebida como subalterna. Ademais, apesar de responder por uma parcela significativa da produção para o autoconsumo - criação, hortaliças e frutas - esta é pouco valorizada devido a escassa participação na geração de renda. A dupla jornada é cumprida pelas trabalhadoras que se responsabilizam e são responsabilizadas pela maioria das tarefas do trabalho reprodutivo.

⁷ Adaptado da Pesquisa de Relações de Gênero em Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

Valenciano (2001) fala também de tripla jornada, na qual as mulheres engajadas na luta e militantes de movimentos sociais estão desenvolvendo nestes espaços. Isto nos remete à percepção dos direitos, conseqüentes da divisão sexual do trabalho. O confinamento na esfera doméstica que afeta as mulheres assentadas junto ao fato de só os homens ter acedido ao mundo público, faz com que no exercício dos direitos fundamentais as discriminações sejam aceitas como naturais, até em relação à mulher sair da casa:

Eu acho que mulheres igual a mim não tem muitas no assentamento, que saiam da casa, vão á luta,..., os maridos não deixam, a maioria não deixa. Para reunir ás mulheres mesmo, você tem que chegar e implorar. Tem maridos que brigam mesmo, e não tem conversa.⁸

Bem, no assentamento não é bem visto pelos companheiros o fato de que as companheiras deixem a casa e vão para São Paulo, Brasília. A primeira coisa que colocam são os filhos, o lugar da mulher é tomar conta dos filhos e não andar de baixo para cima detrás do Zé Rainha (liderança regional do MST). Não queriam terra? Pois a terra está aí. Assim mesmo falam.⁹

Eu cheguei a determinado assentamento e convidei a uma companheira para participar de uma mobilização da luta. Cheguei e falei: vamos. E o marido falou: ela não vai, ela tem o que fazer dentro da casa. Ela chorou, mas eu não voe discutir com ele.¹⁰

Eu não participo das reuniões das mulheres porque eu tenho medo. Tenho medo de ouvir o que eu não quero de ouvir por parte deles.¹¹

5. Pensar, decidir e fazer no território de luta: ideologia e construção de relações de gênero

O gênero é uma entre várias relações sociais, o que significa que tem classe, raça e etnicidade. Os territórios da luta pela terra, como apontamos, são espaços de luta da classe trabalhadora pelo direito à vida e a dignidade roubada (THOMAZ JR., 2000).

Ao igual que na sociedade ocidental como um todo, ideologia hegemônica de gênero se faz presente nos acampamentos e assentamentos. Em ambos espaços cobram-se roles e valores sociais diferenciados segundo o gênero das companheiras e companheiros. A partir da análise da divisão sexual do trabalho, vimos que não se trata apenas de uma divisão fortuita e aleatória, senão que estabelece a hierarquização de funções entre homens e mulheres. Contudo, o gênero é também construído ideologicamente através de uma série de valores que se reproduzem no tempo e nos espaços.

No acampamento Padre Josimo a exclusão social e o projeto político de ocupação e resistência unem na mesma luta acampados e acampadas. A organização do acampamento em barracos próximos uns dos outros facilita a cooperação e socialização da vida entre todos os seus membros. Não obstante, a coletivização das funções não implica a mudança dos valores sociais que

⁸ Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina – representante do setor de gênero do MST no assentamento.

⁹ Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina – militante do MST.

¹⁰ Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina – militante do MST.

¹¹ Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina – militante do MST.

reproduzem a assimetria de gênero, fazendo com que as mulheres fiquem presas a convencionalismos e moralismos dos que os homens não são cobrados:

As meninas não formam parte dos cursos de formação de base do movimento, porque, qual pai e mãe vai permitir que sua filha passe três meses em um barraco cheio de homem? O medo á sexualidade feminina está presente também na luta.¹²

Muitas observações da literatura especializada de gênero e da feminista encontram respaldo nos depoimentos levantados pela pesquisa que estamos desenvolvendo. O *pensar* e o *falar* das entrevistadas está carregado de contradições e ambigüidades entre o dito e o feito no seu cotidiano. Assim, o discurso da equidade entre homens e mulheres é apropriado por acampados e assentadas, mas continua-se acreditando que certas tarefas cabem “*naturalmente*” às mulheres porque elas levam “*mais jeito*”. Da mesma forma que determinadas atitudes se correspondem com um determinado gênero:

Alguns acham que é o homem que tem que ir atrás dos negócios. Está certo que a esposa também pode ir atrás, mas às vezes não tem tempo por causa dos afazeres do lar, pela criança, então ela não vai. Se eu tenho que ir a cidade vou mais despreocupado, porque sei que ela está cuidando da criança e de algum plantio próximo. Eu não deixo ela entrar numa roça, isso é muito pesado, é serviço de homem. Outras coisas mais leves, um quiabo, cuidar uma horta, ela pode fazer.¹³
Hoje tudo se divide, eu sou franco e acho bonito um homem ajudar a lavar uma louça, fazer uma comida, só que eu não levo jeito. Ajudo em último caso se ela estiver enferma.¹⁴

Nas entrevistas transluzem-se os modos como as mulheres assumem estas responsabilidades tornado-as naturais. E as representações estereotipadas sobre os gêneros contribuem para afirmações de que os homens são incapazes de ocupar-se das crianças, diante de outras tarefas de *maior importância*:

As crianças se dão melhor com a mãe, ela é mais paciente. Eu tenho que trabalhar, aqui no lote temos muito serviço e sou eu sozinho.¹⁵

O enfoque do empoderamento das mulheres (MOSER, 1991) enfatiza o fato de que elas experimentam a opressão de maneira diferente de acordo com a sua raça, classe, história e posição atual na ordem econômica internacional. O que nos sugere este tipo de abordagem é atender para as estruturas e situações que simultaneamente tem que enfrentar a mulher trabalhadora rural nos territórios da luta pela terra.

A desigualdade no acesso ao poder e tomada de decisões nos assentamentos e acampamentos rurais entre trabalhadores e trabalhadoras coloca o empoderamento como uma necessidade básica para as mulheres. Isto abrange a formação de alternativas provenientes delas próprias, seja por estar organizadas algumas em grupos, seja pela consciência da sua situação. O Setor de Gênero do MST e a Comissão de Mulheres Assentadas, são as duas organizações que articulam esforços para lutar pela melhora da vida no acampamento Padre Josimo e no assentamento Madre Cristina, a partir de posicionamentos diferenciados de classe e gênero. Ambas organizações trabalham conscientizando a mulher para desafiar a sua subordinação.

¹² Trabalhador rural assentado no São Bento. Militante do MST.

¹³ Trabalhador rural acampado no Padre Josimo.

¹⁴ Trabalhador rural assentado no Madre Cristina.

¹⁵ Trabalhador rural assentado no Madre Cristina.

Uma outra consideração é que as trabalhadoras rurais que fazem parte de organizações ou movimentos sociais assumem e reconhecem seu triplo papel: produtivo, reprodutivo e militante.

A construção de novas relações entre homens e mulheres remete ao esforço de mudança da ordem social como um todo. Com este fim, as iniciativas baseadas na construção de identidades coletivas, novos códigos de valores e normas de interação social beneficiam-se das práticas associativas tal qual empreendidas pelos movimentos sociais rurais como o MST. (ABRAMOVAY, 2000).

O imperialismo cultural do pensamento racional iluminista ocidental coloca uma concepção da imagem feminina que agrega atributos de inferioridade, subordinação e constrangimento, cabendo ao gênero masculino as características de superioridade, força, coragem e liberdade em todas as suas acepções. E esses modelos e imagens são transmitidos às novas gerações mediante padrões de sociabilização. Mas, nos assentamentos e acampamentos rurais nada disto permanece inquestionável: estes são os sinais de mudança nas relações de gênero que apontávamos no início da nossa reflexão. As organizações das mulheres trabalhadoras nos assentamentos e acampamentos concretizam o desejo de mudar a realidade, desde a luta de classe e a perspectiva de gênero.

6. Formas de inserção e construção de espaços de poder das trabalhadoras rurais: O Setor de Gênero e as Comissões de Mulheres

Tanto no acampamento Padre Josimo como no assentamento Madre Cristina, os grupos organizados de mulheres viabilizavam a reivindicação formal dos seus direitos, além de incrementarem a percepção crítica sobre a condição de desvalorização na qual se encontra a mulher. A mobilização implica que o espaço da mulher deixa de ser restrito somente ao âmbito privado, “da casa”, a esfera doméstica.

Por meio dos depoimentos das assentadas e assentados até agora apresentados, tratamos de evidenciar o cativeiro da terra, da casa, do lote, do espaço, muito marcante na mulher assentada. Além dos condicionantes materiais é significativo o peso dos papéis de gênero que fazem da mulher prisioneira destes espaços.

O isolamento e a ausência de mobilidade são percebidos pelas assentadas, que vêm nas companheiras da militância ativa, mulheres que podem ir e vir; mas também são cientes do preço que as mulheres têm que pagar por esta “liberdade”: a censura moral e social da comunidade e dos próprios companheiros de luta.

Os movimentos sociais de caráter popular são locais de práticas de resistência às desigualdade contidas nas relações de gênero. (PINTO, 1992). A importância da participação de mulheres neles não implica a sua transformação necessária em feministas, mas faz que a sua posição na rede de poderes dentro da própria organização, do assentamento e do acampamento, seja transformada.

O sentido da propriedade da terra para o MST, não é somente restrito ao imediato e ao valor em relações de trocas econômicas. O lema “resistir, ocupar e produzir”, do Movimento

assume que, a luta pela terra é também uma luta de questionamento de sistemas, de múltiplas injustiças. (BOGO, 2000).

Através de organizações, associações, comissões, movimentos autônomos ou setores e coletivos dentro de movimentos sociais, as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil estão criando espaços a fim de quebrarem com a sua invisibilidade. As distintas formas de mobilização, com ideologias políticas diferentes, articulam estratégias de desenvolvimento rural com visível caráter de classe e gênero.

A luta pela terra e a dignidade das condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, com especial atenção às necessidades práticas de gênero, levada em frente pelo Setor de Gênero do MST e a Comissão de Mulheres no assentamento Madre Cristina e no acampamento Padre Josimo, responde a esta mobilização.

6.1. As clivagens de gênero

As formas de inserção e construção de espaços de poder das mulheres assentadas no Madre Cristina são o Setor de Gênero do MST e a Comissão de Mulheres. No acampamento Padre Josimo só o Setor convoca e interage com as trabalhadoras.

Segundo Pinto (1992) da inserção da mulher nos movimentos sociais de caráter popular derivam-se três situações. Em primeiro lugar a mulher, que deixa de atuar nos limites do privado, provoca novas relações no interior da família e com a vizinhança e amigos. Em segundo lugar, a mulher passa a articular no interior do movimento lutas diferenciadas em relação aos seus companheiros homens. Uma terceira situação seria a referente a àquelas mulheres organizadas em torno de aspectos tradicionalmente femininas que passam a questionar a própria condição de mulher.

A primeira das situações é generalizada nos territórios da luta. A participação da trabalhadora, implica a ruptura com a sua invisibilidade pública. A ruptura que isto supõe é feita sob tensões no seio familiar. A decisão de participar, quando se realiza de forma autônoma, é usualmente acompanhada da resistência de pais, mães, familiares, mas principalmente dos companheiros. Esta resistência é muito maior no assentamento, onde as funções sociais de gênero são mais nítidas. A carência de poder na tomada de decisão no interior do casal é visível através de múltiplos depoimentos das mulheres trabalhadoras militantes. O grande limite para a participação efetiva da mulher na vida pública, associativa e comunitária, é para a grande maioria das entrevistadas a proibição explícita dos companheiros.

A quebra do cotidiano familiar tanto para as mulheres trabalhadoras militantes quanto para as assentadas que se organizam em comissões é um fato. O desenvolvimento da dimensão pública da sua vida, pressupõe além de novos saberes, novas informações que redefinem as relações de poder em nível privado. O embrião dessas mudanças é a nova divisão de tarefas que se realiza no lote. Todavia, longe da equidade de gênero na participação no trabalho reprodutivo, uma das respostas da inserção das assentadas e acampadas nas organizações de mulheres que

observamos é que elas se constituem os canais para repensar a sua condição no seio familiar, valorizando o seu papel social.

6.2. Origens ideológicas das organizações

As mulheres trabalhadoras militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) criaram por meio do Coletivo de Gênero, um espaço de poder que as identifica coletivamente, no seio de um movimento social liderado por homens. Uma leitura feminista de este fenômeno nos levaria a discutir o caráter discriminatório desta segregação dentro do movimento e os seus porquês, algo que está fora dos nossos objetivos. Não obstante, as sucessivas mudanças de nomenclatura, do Coletivo de Mulheres passou-se ao Coletivo de Gênero e deste ao Setor de Gênero, parecem indicar a vontade de superação desta segregação, muito mais que uma simples mudança de nome.

Porém, durante o nosso trabalho de campo pudemos verificar que o grosso de militantes que formam parte ou representam o Setor nos respectivos assentamentos continuam sendo mulheres, quando não são as únicas. A vontade presente no discurso do Movimento é incorporar representantes de ambos os gêneros neste setor. No Pontal do Paranapanema a direção regional do Setor está liderada por três integrantes, sendo duas mulheres. Nos assentamentos com presença de representantes do Setor a proporção de mulheres é sempre maior. Contudo, é importante destacar que este foi e é um espaço de visibilidade conquistado pela mulher militante.

As assentadas do Madre Cristina também se organizam através de uma Comissão de Mulheres, que sob a coordenação do ITESP (Instituto de Terras de São Paulo), as articula para o desempenho de projetos de desenvolvimento, vinculados ao incremento da renda familiar. Como evidenciamos, a dependência econômica do companheiro é também um elemento constrangedor que dificulta as relações eqüitativas entre o casal. A possibilidade de contar com um dinheiro próprio, encaminhado a manutenção da família, é um mecanismo de empoderamento que faz atrativa a participação da assentada na Comissão.

O motivo econômico somado aos limites físicos do assentamento para a implementação dos projetos, não só estimula a participação da mulher, que dá conta de organizar o seu tempo de trabalho e responsabilidades familiares, como contribui para quebrar com as limitações que as práticas discriminatórias de gênero colocam.

Se bem que os objetivos e a ideologia do Setor de Gênero do MST e as Comissões de Mulheres são diferenciados, não significa que a participação neles seja excludente. Ambas são formas de construção e dimensionamento de espaços de poder das mulheres trabalhadoras rurais, e assim são identificadas pelas mesmas. No entanto, as mulheres militantes do Movimento se mostram mais reticentes e críticas a respeito dos modelos fechados e as estratégias que os técnicos do organismo do Estado colocam para o desempenho destes projetos. Ainda que os técnicos estatais confirmem o incremento da participação das mulheres nos projetos e políticas para o desenvolvimento dos assentamentos, só aquelas com uma trajetória de militância política são as que decidem fazer-se ouvir nestas assembléias. O fato de a mulher assentada transgredir a invisibilidade

a partir destas incipientes incursões na esfera pública, representa um logro no caminho da emancipação da sua condição subordinada de gênero.

É importante reter desta experiência, não só a chegada das mulheres à mobilização de classe e o questionamento da sua condição de gênero, mas também a ruptura do isolamento do “eu” construído no privado, e sua inserção no espaço público (STEPHEN, 1996).

Acreditamos que este processo de ruptura é o que concretiza o “novo” das relações sociais de gênero que se constroem nos territórios de luta.

7. Considerações finais

Chegados até aqui, acreditamos ser necessário levar à discussão o conceito de mulher trabalhadora rural enquanto “categoria totalizadora”. Através de entrevistas e conversas junto às mulheres do Pontal do Paranapanema durante quase dois anos de pesquisa, conferimos a grande limitação conceitual e analítica que o emprego de categorias como esta supõe para a compreensão do “movimento” da luta.

A territorialização do processo da luta, se concretiza através da produção de espaços de resistência à exclusão e da construção de relações sociais que implicam relações de gênero diferenciadas. É assim como entendemos a dimensão relacional do conceito de gênero.

Constatamos ainda que, as forças sociais que atuam e se articulam nos assentamentos e acampamentos, refletem uma ideologia de gênero herdada e hegemônica na sociedade ocidental. Não mais porque recuperando as palavras de uma ex-militante:

O assentamento não é, ainda que as vezes pareça, uma ilha isolada da sociedade, nem o MST pode sê-lo, porque são produtos da mesma, com todos os seus sonhos e todas as suas contaminações.¹⁶

Os levantamentos de campo nos mostraram a existência e reprodução de fortes obstáculos culturais e sociais, além de econômicos, que inibem o pleno exercício da cidadania das mulheres nos acampamentos e assentamentos rurais.

A divisão sexual do trabalho alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso a tomada de decisões de ordem comunitária. As organizações de classe onde se privilegiam as diferenças de gênero supõem caminhos abertos por onde trilhar as mudanças práticas e estratégicas contra a opressão e as suas faces.

A relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita. O fato de haver baixa participação das mulheres no ambiente dos assentamentos não representa um comportamento “naturalmente” feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas, se isso ocorre devem-se às barreiras ante a participação, erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustenta.

¹⁶ Trabalhadora rural assentada no Madre Cristina.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOGO, A. O MST e a cultura. **Caderno de Formação**, São Paulo, n. 34, 2000.

PEREIRA, H (Org.). **Agricultura familiar nos assentamentos rurais**: as relações entre mulheres e homens: o caso do Pontal de Paranapanema. Rio de Janeiro: FAO/INCRA, 1996.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Record, 2000.

MARX, K. **El Capital**. Buenos Aires: Claridad, 1966.

MÉSZÁROS, I. O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 2, p. 129–137, 1997.

MOSER, C. La planificación de genero en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. In: GUZMÁN, V; PORTOCARREO, P.; VARGAS, V. **Una nueva lectura**: género en el desarrollo. Lima: Entre Mujeres / Flora Tristán, 1991. p.55-124

PINTO, C. R. “Movimentos sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto da mulher enquanto sujeito político” In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.127–150.

RUA, M.G.; ABRAMOVAY, M. Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de painéis”. Brasília, Unesco, 2000. SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STEPHEN, L. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Z. (Org.) **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1996.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO EN IBÉROAMERICANA, 1., 1999, Santiago de Compostela. **Actas...** Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos Sem Terra no Brasil. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Anablumme/Fapesp, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 4., Barcelona, **Anais...**, Barcelona: [s.n.], 2002b. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm> Acesso em: 15 de março de 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. **A Dignidade Roubada e a Barbárie**: Um Espectro Ronda nossas Vidas. *Revista Espaço Aberto*. Maringá, ano 1, n. 11, abr., 2002. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm> Acesso em: 10 de fevereiro de 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. O Mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica. In: COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES, 4., Montevideo, **Anais....**, Montevideu:[s.n.], 2002d. (no prelo). 1CD-ROM

VALENCIANO, C. R. Processo de luta pela terra e seus desdobramentos no município de Teodoro Sampaio. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, 2001.

O ENGEDRAMENTO DA CRISE DO CAPITAL NAS REDEFINIÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL*

Marcelo Dornelis Carvalho
Antonio Thomaz Júnior

1. Introdução

Neste texto pretendemos trazer para o debate uma série de questões sobre a centralidade do trabalho na sociedade atual, e principalmente elencar pontos importantes para análise, partindo-se do pressuposto da crise do capital enquanto fator primordial nos desenlaces territoriais e do mundo do trabalho, sem pretender com isso ser conclusivo, mas sobretudo, contribuir para a aproximação do tema para a Geografia.

A derrocada do regime soviético no começo da década de 90 favoreceu as concepções que apostavam na perda da centralidade política dos trabalhadores, pois diversos movimentos de esquerda mantinham, apesar de nem sempre concordarem com isso, uma íntima identificação do projeto socialista que propunham com o paradigma do socialismo soviético.

Tais polêmicas inscrevem-se não somente no plano teórico-conceitual, mas também nas alternativas políticas que se colocam para o enfrentamento das classes, ou seja, as definições das novas determinações do mundo do trabalho estão no bojo da constituição de práticas e projetos políticos do movimento sindical que, estando no centro da polêmica, são convocados a repensarem suas ações. Sob quais bases este repensar coloca-se, é uma das questões centrais, pois as ações do movimento sindical dependem da análise que se faz dos desafios e até mesmo a consciência de quais desafios estão postos.

Através da análise dos desafios, o movimento sindical pode postar-se conscientemente diante de alternativas que podem recolocá-lo (ou reafirmá-lo) na centralidade das disputas políticas, o que inclusive requer utilizar-se de instrumentos estratégicos como a comunicação sindical para organizar-se e para conscientizar (e convencer), maior número de trabalhadores, do seu projeto político.

Nos sindicatos teremos, então, conflitos e disputas que buscam garantir hegemonia sobre a direção do movimento sindical, apresentando-se sob as mais diversas concepções do espectro político-ideológico, mas não podemos considerar o movimento sindical alheio ao movimento da própria sociedade, em que os meios de comunicação de massa assumem função estratégica fundamental na direção da conduta humana, no sentido de garantirem uma sociabilidade voltada para obedecer às determinações do capital.

* Esse texto é produto da tese de doutoramento "O Engedramento da Crise do Capital nas Redefinições do Mundo do Trabalho e na Reconfiguração Territorial", defendida em setembro de 2004, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Junior. Este texto foi publicado na Revista Pegada, V.2, 2001 (versões impressa e eletrônica). Disponível: www.prudente.unesp.br/cetet/marcelov2n1out2001.pdf

Neste sentido, as afirmações que apontam para uma nova sociabilidade, não mais fundamentada no trabalho, destacam como sintomas desta suposta crise terminal do trabalho o crescente processo de precarização das relações de trabalho, com aumento significativo da parcela da população que não possui perspectivas de emprego estável (aumento do subemprego, emprego parcial e desproletarização do trabalho industrial e conseqüente aumento do emprego no setor terciário), a materialidade atingida da classe trabalhadora estaria fomentando também transformações profundas na subjetividade dos trabalhadores, principalmente com as novas formas de gestão e controle do trabalho (Círculos de Controle de Qualidade, gestão participativa, etc.).

As redefinições técnicas do capital desdobram-se em novos paradigmas qualificativos da força de trabalho, cuja dialeticidade aponta para o aumento da qualificação de alguns setores (principalmente um novo tipo de qualificação, que redimensiona a especialização fordista, por uma especialização flexível) e desqualificação de outros setores¹.

Ainda em relação às transformações no mercado de trabalho podemos citar, como mecanismo de preservação da lucratividade do capital, a terceirização como estratégia de diminuição dos custos de mão-de-obra, que na verdade expressam três objetivos básicos do capital: a) econômico: principalmente redução de custos; b) organizacionais, através do aumento da flexibilidade demandada pelo mercado consumidor; c) político, por meio da redefinição da atuação sindical no *chão da fábrica*, provocando o desmantelamento da organização sindical com a extinção de setores e/ou departamentos inteiros. Mas isso ocorre também através da diminuição de postos de trabalho formais e de redução salarial, em que parte substancial dos trabalhadores são deslocados para categorias menores e desmobilizadas.

Assim, a precarização das relações de trabalho aponta para o aumento da informalidade no mercado de trabalho que, através da terceirização ou do trabalho domiciliar, atinge desigualmente os trabalhadores, quer adote-se como viés interpretativo a questão de gênero, étnica, quer diferenciações espaciais em diferentes escalas, como nos planos locais, nacionais ou internacionais.

Tal informalidade tem aspectos destrutivos importantes na organização dos trabalhadores, pois a estrutura sindical brasileira, de ampla aceitação pelos sindicalistas, prevê apenas a representação dos trabalhadores que estão inseridos no mercado formal, além do que, a fragmentação categorial e territorial dos trabalhadores faz com que muitos deles deslocados de seus postos de trabalho original, tenham como representação sindicatos menores e desmobilizados.

Dessa forma, a materialidade e a subjetividade dos trabalhadores têm-se redefinido sob bases que implicam, por um lado na precariedade material e de outro, seus órgãos de representação estão sob o fogo cruzado dos trabalhadores, que querem a satisfação imediata de suas demandas e da ideologia neoliberal que prega a necessidade de se adaptarem aos novos tempos, vale dizer, consentimento e colaboração com as novas formas de gestão do trabalho.

Esses elementos consubstanciam-se enquanto determinações da configuração territorial, que mesmo sob o aspecto da luta de classes no plano simbólico, como no caso da

¹ Embora não seja objetivo deste artigo, convém assinalar que a questão da qualificação profissional está além das meras habilidades técnicas do trabalhador, incorporando em sua seara elementos "alheios" ao chão da fábrica, como podemos suspeitar através da atualidade do exército industrial de reserva como instrumento de regulação do mercado de trabalho.

comunicação sindical, implicam não só na capacidade do movimento sindical de verem atendidas suas demandas em termos de salários, emprego e condições de trabalho, como na própria redefinição de objetivos e perspectivas políticas que avancem para além do trabalho², constituindo-se o movimento sindical enquanto sujeito coletivo que influencia não somente o espaço restrito das relações de produção, mas também que atue na reconfiguração do território de forma mais ampla, como por exemplo nos movimentos de moradia urbana e de reforma agrária.

Tal processo de precarização ocorre em consonância com as transformações atuais do modo de produção capitalista, como reação dos capitalistas à crise do regime de acumulação fordista, e, por conseguinte, da redução da taxa de lucro. Nesse quadro de crise estrutural do capitalismo, fomentaram-se metamorfoses no processo produtivo rompendo com a exclusividade do fordismo como paradigma produtivo, elevando o toyotismo como potencial substituto deste padrão³.

As mudanças experimentadas pelo toyotismo caracterizam-se pela flexibilidade na produção, pois, neste caso, a produção é controlada pela demanda (*just-in-time* e *kanban*), o que requer para seu funcionamento, a polivalência do trabalhador e flexibilização dos direitos trabalhistas. Tais aspectos consubstanciam-se com novas formas de gestão da mão-de-obra que requerem a participação e o envolvimento dos trabalhadores (Círculos de Controle da Qualidade) de forma consensual, diminuindo, desta forma, as tensões classistas no processo produtivo, pois supostamente estaria incorporando nas relações de trabalho a dimensão “desalienante” do trabalho participativo, ou seja, a participação dos trabalhadores em algumas decisões sobre o processo produtivo no chão da fábrica estaria superando a clássica redução do trabalhador fordista a uma mera extensão da máquina, enfim, o trabalho criativo estaria possibilitando a “humanização” do trabalho, segundo as concepções de muitos administradores⁴.

Se por um lado a participação dos trabalhadores no controle de qualidade e na gestão do processo produtivo poderia consubstanciar-se como elemento de desalienação em relação ao trabalho fordista, por outro, esta incorporação dos trabalhadores ao processo gerencial das empresas pode significar também a adesão destes trabalhadores ao capital, com aumento da clivagem entre trabalhadores de empregos estáveis e de boa remuneração, com os trabalhadores de empregos parcelizados e precariamente inseridos no mercado de trabalho. Derivam deste aumento da clivagem todas as conseqüências para o projeto político do operariado, ou seja, poderíamos ter um quadro em que as divisões entre os trabalhadores torne difícil e mais complexa a unidade dos trabalhadores estáveis com os trabalhadores parcelizados/informais em torno de um projeto de superação do capital.

Assim, muitos autores apontam tendências de maior diversificação do proletariado, em que um núcleo reduzido numericamente de trabalhadores teria emprego estável e boa remuneração, sendo trabalhadores de alta qualificação, em oposição a uma massa numerosa de

² Este avanço significa sobretudo ao movimento sindical compreender-se como sujeito coletivo por dentro e por fora da órbita produtiva e a capacidade de incorporar lutas como a do meio ambiente, da moradia, reforma agrária, igualdade étnica e de gênero, além de outras, o que redefiniria e requalificaria também os movimentos sociais específicos destas lutas. Para mais detalhes ver BIHR (1998) e sobre a questão da luta pela terra no sindicalismo rural ver meu texto: Carvalho (1997).

³ Para mais detalhes Cf. Gounet (1999)

⁴ Para mais detalhes Cf. Gennari (1997) e Alves (1998).

proletários com baixa qualificação, ou até mesmo desqualificados, empregos precários e remunerações menores.

Em tal cenário, as dificuldades do movimento sindical em constituir-se enquanto sujeito coletivo da ação contra-hegemônica estaria em sua própria concepção segmentada do mundo do trabalho, pois sendo organizador dos trabalhadores estáveis e formalizados, teria sua eficiência, enquanto sujeita coletiva, restrita a este núcleo e tal restrição, por outro lado, poderia atuar como segregacionista em relação a grande massa de trabalhadores precariamente empregados, fragmentando ainda mais os trabalhadores e a luta operária. O desafio, portanto, para a ação contra-hegemônica seria organizar coletivamente sujeitos distantes socialmente no processo produtivo, pois, ao privilegiarem somente os trabalhadores formais, os sindicatos estariam perdendo a centralidade enquanto agentes da luta anticapitalista⁵.

As conjecturas apontadas revelam-se na contraditoriedade e conflitualidade internas do movimento sindical, ou seja, os caminhos a serem seguidos dependerão do jogo de forças díspares dos líderes sindicais, e as posturas podem, nos extremos, ou seguir a alternativa de construção da solidariedade entre os mundos do trabalho, ou no outro extremo, favorecer o sectarismo da luta, com aumento do corporativismo ao defender somente os interesses dos trabalhadores com emprego estável⁶. Tal desafio coloca-se na própria estrutura sindical, que privilegia a organização por categoria profissional, desta forma eliminando a possibilidade de organizar os trabalhadores instáveis e mesmo trabalhadores estáveis numa base política mais ampla, conforme aponta Bihr (1998, p. 101):

O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estrutura horizontal, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados.

A hegemonia do modelo social-democrata nas organizações sindicais é um dos fatores que contribuem para que a organização dos trabalhadores não extrapole a fragmentação técnica do processo de trabalho, pois no processo de consolidação da hegemonia social-democrata no movimento sindical houve o progressivo abandono do projeto comunista, colocando no horizonte, como limite, uma sociedade de Estado fetichizado⁷, em que este aparece para os trabalhadores como “além” da sociedade de classes, cabendo à luta operária o desafio de conquistar o poder de Estado para exercer sua hegemonia, com a peculiaridade de que tais lutas, pelas próprias concepções social-democratas devem estar condicionadas à legalidade.

⁵ Entre outros autores podemos citar Harvey (1989) para uma análise mais detalhada sobre as mudanças no processo produtivo e a nova segmentação do trabalho, Cf. Katz e Coggiola (1995). Para uma análise das estratégias dos capitalistas para a superação da crise do Capital, sob uma perspectiva classista e Bihr (1998) que além de uma análise das transformações atuais, procura compreender alguns desafios e as possíveis alternativas para o movimento operário.

⁶ Cabe lembrar que o corporativismo não se resume somente na clivagem entre trabalhadores estáveis/trabalhadores precarizados, já que mesmo entre os trabalhadores do setor formal ocorre uma fragmentação de dupla dimensão: territorial e categorial, para mais detalhes sobre as implicações desta dupla dimensão verificar Thomaz Júnior (1996) e Boito Júnior (1996). Sobre o sentido histórico da “aristocracia operária”, ver Hobsbawn (1988).

⁷ Em seu esforço de análise do modelo social-democrata do movimento operário, Alain Bihr atenta para o fetichismo do Estado como princípio paradigmático da organização e concepção do movimento operário, que em sua constituição reelaborou temas da ideologia burguesa: - o mito da objetivação histórica; - o mito do progresso; - o mito da classe; -o mito do partido; - o mito da revolução, para mais detalhes ver BIHR *op.cit.*

Porém, não podemos negligenciar a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores, já que a confirmação da tendência de formação de um núcleo estável de trabalhadores implica na elevação deste núcleo a uma posição estratégica no processo de produção capitalista que não pode ser desprezado, podendo desdobrar-se em estratégia de resistência do proletariado, a depender obviamente da correlação de forças no movimento sindical e da disposição em resistir, condições que, conforme vimos, são insustentáveis num modelo sindical fragmentador e privilegiador da adaptação à ordem vigente. Portanto, impõe-se para o movimento sindical repensar seus paradigmas, o que para Bihr (1998) significa superar o modelo social-democrata, para uma efetiva identificação entre o operariado e o movimento sindical.

Portanto, não há como descartar *a priori* a resistência do proletariado, sabendo-se que isso irá depender da própria organização e da concepção que os movimentos organizativos dos trabalhadores terão sobre sua condição. Desta forma, as alternativas colocadas para o movimento sindical desdobram-se em sua radicalidade ou para a superação do capitalismo, ou para a acomodação à ordem. Em ambos os extremos, a ação sindical, no contexto de outras lutas sociais, coloca-se enquanto portadora de ações territoriais quer para contestar a configuração territorial própria do capital, quer para legitimá-la, mesmo que em ambos os casos esta ação seja muitas vezes inconsciente⁸.

Enquanto portadora das concepções dos líderes sindicais, a comunicação sindical insere-se neste contexto como um instrumento importante para análise das discussões presentes no sindicalismo, como teremos oportunidade de verificar no capítulo seguinte, através do discurso externalizado pelos líderes, como também pela própria forma de organização da comunicação sindical, teremos condições de verificarmos algumas características do próprio sindicalismo e as reflexões (se existirem) sobre as recentes transformações no mundo do trabalho.

Desse modo, fica evidente para nós a necessidade de contextualizarmos de forma mais geral as lutas e desafios do sindicalismo brasileiro, principalmente pelo processo recente de reestruturação do capital e a discussão subjacente das diversas crises pelas quais “atravessam” o mundo do trabalho.

2. A crise e a nova ordem do capital

Em muitos autores podemos verificar a crise do trabalho enquanto desdobramento da ineficácia do movimento sindical em reagir satisfatoriamente às transformações do capitalismo, em outros, a crise é colocada no seio do desenvolvimento do capitalismo enquanto reação dos capitalistas à queda tendencial da taxa de lucro, que motivou a investidura do capital sobre a organização do trabalho, encontrando nas vicissitudes do movimento sindical, condições para confundi-lo e desmobilizá-lo.

⁸ Moreira (1985, p. 18) utiliza-se do conceito de contra-espço, como instrumento teórico-conceitual para a apreensão das lutas que envolvem a sociedade de classes como expressão das contradições da relação Capital x trabalho no plano territorial: “Espço/contra-espço são as formas de estrutura espacial que exprimem as lutas respectivas das classes antagônicas e vão surgindo no interior dos seus embates. Mais que uma simples negação, contra-espço é negação afirmadora de uma ‘práxis’ transformadora”.

A crise atual do sindicalismo é reflexo, portanto, de um lado, de uma crise estrutural do capitalismo que após a derrocada do Leste Europeu, teve condições de estender a agenda neoliberal para o mundo, resultando entre outros aspectos, na diminuição da rede de proteção social dos países da Europa ocidental e na investidura sobre a estabilidade dos empregos – através da flexibilização do processo produtivo, sob a égide do paradigma toyotista. De outro lado, a própria organização sindical dos trabalhadores propiciou a penetração profunda na subjetividade dos trabalhadores, ao perderem as condições de organizarem coletivamente um mundo do trabalho em crescente processo de fragmentação, heterogeneização e flexibilização, pois mantiveram-se (e ainda se mantêm) presos à lógica de organização corporativa e inspirados na possibilidade de participação na administração do Estado, através do pacto social-democrata.

O compromisso fordista, fundamento do pacto social-democrata, estabelecido logo após o final da Segunda Guerra Mundial, previa em grosso modo, a troca da resistência operária por ganhos salariais efetivos, ou seja, uma redivisão parcial dos ganhos de produtividade oriundos da aplicação do fordismo. Tal pacto deve ser compreendido no contexto histórico da luta de classes, em que burguesia e proletariado colocaram-se frente a frente pela própria lógica de desenvolvimento do capitalismo anterior a Segunda Guerra Mundial e o equilíbrio de forças resultantes das lutas operárias nas décadas de 30 e 40, nos países da Europa Ocidental.

De acordo com Bihr (1998, p. 43), podemos inferir que o compromisso fordista foi uma troca “vantajosa” para as duas classes e redefiniu durante as últimas décadas o desenvolvimento do capitalismo, permitindo a intensificação da acumulação:

Assim, se, de um lado, colocar em prática o modelo técnico-organizacional da acumulação intensiva supunha a aceitação pelo proletariado da dominação do capital sobre o processo de trabalho (e de maneira geral sobre toda a sociedade), inversamente a regulação desse mesmo regime de acumulação não só tornava possível, mas também necessária a satisfação de alguns de seus interesses mais imediatos: aqueles ligados precisamente à sua ‘seguridade social’.

Assim, temos que a renúncia do movimento sindical, hegemonizado pelas tendências sociais-democratas, permitiu e parametrizou o desenvolvimento das forças produtivas durante as últimas décadas, e o fim desse ciclo levou também à crise dos paradigmas pactuantes do movimento sindical nos países desenvolvidos, com grandes repercussões no sindicalismo brasileiro.

Essa situação leva alguns pesquisadores a apontarem a crise vivenciada no mundo do trabalho, como sendo inexorável, questionando a resistência de alguns sindicatos, sobre algumas das mudanças “essenciais” para a continuidade da sociedade (flexibilidade das relações de trabalho, políticas sociais compensatórias, desemprego como algo natural etc.). Porém, estas análises partem dos efeitos de uma crise mais profunda do capitalismo, para concluir que é necessário aos trabalhadores adaptarem-se à nova ordem, não esclarecendo que vivemos, como aponta Coggiola (1999, p. 2), numa crise estrutural do capitalismo:

A crise que afeta a economia mundial há mais de duas décadas tem por base a crise do capital, que possui características estruturais. Isso significa: 1) Que se trata de uma crise da relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados, personificada pelo capital, crise da realização da mais-valia (ou seja, da auto-valorização do capital) que implica na queda tendencial da taxa de lucro do capital em seu conjunto. 2) Que não se trata de uma crise conjuntural ou cíclica, como

aquelas que no pós-guerra foram chamadas de 'recessões' (1948-49, 1952-53, 1957-58, 1960-61, 1971-71), mas de uma crise que atinge limitações estruturais profundas do capitalismo na atual etapa histórica.

A crise estrutural vivenciada pelo capitalismo fez com que os capitalistas implementassem uma série de transformações visando a reverter a tendência histórica de queda da taxa de lucro, implicando em inovações no processo produtivo, tendo como novo paradigma o modelo japonês e intensificando a imposição do ideário neoliberal para o conjunto da sociedade. Essa mudança de paradigmas implica em consequências funestas para o sindicalismo, ainda em grande parte procurando adaptar-se ao paradigma fordista/taylorista.

Por outro lado, as transformações impõem a necessidade premente de elaborarmos interpretações que pressuponham a (re)territorialização dos fenômenos, já que implicam em redefinições de lugares cuja vantagem do ponto de vista capitalista são constantemente alteradas pelo "encurtamento" das distâncias.

Mais do que isso, a territorialização do embate capital x trabalho é constantemente redefinida pelas próprias interpretações que cada um faz de sua territorialidade e a apreensão que se faz desta territorialidade é reduzida muitas vezes à interpretação que a classe hegemônica realiza, ou seja, através da própria apreensão dos dominados legitima-se o território enquanto ente pretensamente neutro.

Ao elaborarem teoricamente a territorialidade presente, a partir das premissas que lhes permitam compreender a concretude territorial, como algo em construção, portanto histórica e social, os trabalhadores podem intervir de forma mais efetiva na organização espacial, tendo em vista suas necessidades e anseios.

Dessa forma, inclui-se no esforço de análise, o papel desempenhado pelos instrumentos desenvolvidos pelo movimento operário e sindical na tarefa de organizar coletivamente os trabalhadores para as disputas políticas. Um desses instrumentos, a comunicação sindical, além de meio difusor de informações e opiniões, a imprensa sindical pode desempenhar o papel de organizador coletivo do movimento sindical, ou seja, aglutinar no projeto político do sindicato os trabalhadores convencidos da direção política assumida pelo dirigente sindical.

Podemos obviamente ampliar para muitos outros elementos que vinculam-se direta ou indiretamente à "disputa" territorial de classes, como por exemplo as organizações sindicais de base e sua articulação vertical com os sindicatos, ou a própria disposição territorial do sindicato oficial como expressão da investidura do Estado sobre a organização espacial do movimento associativo dos trabalhadores.

Nas entrevistas que realizamos com dirigentes sindicais, notamos que a imprensa sindical de Presidente Prudente tem sido utilizada freqüentemente como veículo de propagação das realizações da diretoria do sindicato (sindicato dos Comerciantes), porém também tem servido para trazer ao conhecimento dos trabalhadores questões que envolvem tanto lutas locais, como no embate direto com empresários, principalmente reivindicando cumprimento dos contratos coletivos (sindicato dos Químicos e Alcooleiros). Ainda que não tenhamos condições de estabelecer conclusões definitivas sobre o caráter da imprensa sindical em Presidente Prudente, podemos afirmar que um dos papéis que vem desempenhando, é o de garantir a legitimidade de atuação dos dirigentes

sindicais, quer seja através de *marketing*, quer seja através da divulgação das lutas empreendidas pelo sindicato⁹.

Assim, temos o movimento sindical, enquanto sujeito coletivo, atuando nas redefinições territoriais, quer passiva ou ativamente, assumindo para os próprios trabalhadores funções políticas de todos os matizes, aproximando-se ora das concepções emancipatórias do movimento operário, ora transmutando-se noutros planos de identidades (étnicas, nacionais, sexistas, etc.). Dessa forma, é necessário compreender o movimento sindical enquanto agente territorial e a comunicação sindical como instrumento estratégico dos dirigentes sindicais para fortalecerem-se na representação destes trabalhadores, o que implica para nós compreendê-la na sua totalidade como objeto de estudo da Geografia, alocando-se no plano simbólico da luta de classe e que portanto é compreensível em sua territorialidade ao estabelecer nexos e valores próprios ao sindicalismo, sem que com isso estejamos afirmando que necessariamente o movimento sindical atue contra-hegemonicamente.

Temos, então, no contexto atual novas determinações do capitalismo que avançam para deterioração das relações de trabalho, num esforço dos capitalistas de manterem sua taxa de lucro e que, portanto, estão inseridas no bojo da consolidação do neoliberalismo como *corpus* teórico e ideológico da hegemonia capitalista, manifestando-se em aspectos pontuais, aparentemente desconectados entre si, mas que na verdade exprimem em sua particularidade, as transformações engendradas pelos capitalistas para manterem-se no domínio do processo produtivo e da reprodução social¹⁰.

Dois aspectos assumem significado importante para nossa discussão por seus desdobramentos para o mundo do trabalho: a livre circulação do capital e a reestruturação produtiva, dos quais buscaremos delinear alguns apontamentos a seguir.

3. A livre circulação do capital

No bojo dessas transformações, a livre circulação do capital apresenta-se como aspecto fundamental, com implicações diretas nas redefinições do conflito capital x trabalho, consubstanciadas no reordenamento territorial da sociedade capitalista. Isto implica principalmente na eliminação de barreiras à livre circulação do capital, permitindo às grandes empresas que se localizem ou se realoquem nos lugares onde lhes é mais rentável, ganhando um instrumento estratégico muito importante para a manutenção ou crescimento de sua taxa de lucro, com o achatamento salarial, conforme aponta Chesnais (1996, p. 113):

Ao lado dos oligopólios estabelecidos nas indústrias de alta tecnologia e nas grandes indústrias mecânicas, existem indústrias onde, ao contrário, a existência dos grupos repousa, de maneira imediata e quase exclusiva, em sua capacidade de tirar proveito da liberalização do comércio exterior e da telemática, a fim de se beneficiarem dos baixos custos salariais e da ausência de legislação social para “deslocalizar”.

Sob a perspectiva da luta de classe, o capital tem, através de políticas de redução/exterminio das barreiras alfandegárias, um mecanismo fundamental para derrotar os trabalhadores, pois num contexto de forte oligopolização da economia mundial, as estratégias das

⁹ Para mais detalhes Cf. Carvalho (2000).

empresas são definidas onde as “facilidades” são maiores, lendo-se aí mão de obra qualificada ou semi-qualificada de baixo preço, com sindicatos propensos à negociação com os capitalistas e um exército de reserva industrial que cada vez mais é de caráter amplificadamente mundial.

Ou seja, o capitalista tem à sua disposição a possibilidade de se estabelecer, inclusive com ajuda dos Estados locais, em muitos lugares do mundo. Aproveitando-se dessas oportunidades, muitas empresas multinacionais, simplesmente transferem seus parques produtivos para regiões que apresentam baixos salários ou legislação ambiental e trabalhista menos restritiva.

Essas redefinições do ordenamento territorial estão colocadas no movimento contraditório da sociedade, em que as transformações do capital estabelecem novas lógicas locais e buscam delimitar o campo de ação contestatória do movimento sindical, que por sua vez apresenta um conjunto diferenciado de alternativas que se apresentam nos extremos, ora como entidades de colaboração com o capital no adestramento da mão-de-obra, ora atuando na tentativa de transformações estruturais no modo de produção capitalista rumo a uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, p. 1999), em ambos os casos atuando no favorecimento ou na contestação do ordenamento territorial imposto pelo capital.

O modelo social-democrata, ao reduzir a luta operária à luta por melhorar o capitalismo e adotando a estratégia da luta emancipatória através da conquista do Estado, incapacitou o movimento sindical de englobar outras lutas que se situavam fora do trabalho, conforme aponta BIHR (1998, p. 64):

As lutas do proletariado estiveram, assim, isoladas das que se desenvolveram na mesma época, fora do trabalho e da produção, por iniciativa dos chamados ‘novos movimentos sociais’ – ecológicos, antinucleares, regionalistas, urbanos, feministas, etc. O que demonstrava, em última análise, a impregnação do quadro institucional e ideológico definido pelo compromisso fordista, no seio mesmo da conflitualidade proletária, que, no entanto, se encontrava em ruptura com esse quadro.

3.1. Reestruturação produtiva

A reestruturação produtiva enquanto elemento primordial das novas formas de gestão do trabalho tem sido alardeada por todos os cantos como a grande transformação no processo produtivo neste final de século, com consequências funestas para o mundo do trabalho e seus órgãos de representação, estando, portanto, no cerne da atual crise dos sindicatos e do movimento operário em geral.

Constitui-se de novas formas de gestão do trabalho, bem como, através do incremento tecnológico, de novas formas de controle dos trabalhadores, apostando principalmente na possibilidade de contarem com a colaboração irrestrita dos trabalhadores, “partilhando” com eles da própria gestão do processo produtivo, além da participação nos lucros.

Nesse contexto, a tecnologia informacional vem sendo crescentemente utilizada como mecanismo de garantir maior produtividade do trabalho. No entanto, se atentarmos para a tecnologia, enquanto relação social, é possível constataremos as determinantes do processo de inovação tecnológica, nas relações próprias do modo de produção capitalista, ou seja, esta inovação

¹⁰ A esse respeito Cf.: Lessa (1996) e Mézáros (1999).

subordina-se à lógica da concorrência sendo impulsionada pela exploração com o objetivo de elevar a taxa de mais-valia e o controle do processo de trabalho pelo capital.

Ao ignorar a distinção entre inovação tecnológica e acumulação capitalista, podemos apreender equivocadamente o processo de renovação técnica, ou seja, fetichizar a tecnologia, como se ela só fosse possível obedecendo às determinações do capital, conforme podemos observar na afirmação de Katz (1995, p. 13): "... a existência do capital não é uma condição indispensável para o progresso tecnológico por uma simples razão: a valorização e a inovação conformam processos completamente distintos." A inovação, portanto, estando vinculada às melhorias técnicas do processo de trabalho, que sob a lógica do capital, baseada na acumulação de mais-valia e reprodução ampliada, adquire a forma fetichizada de entidade autônoma e inexoravelmente vinculada ao aumento do desemprego (o chamado desemprego tecnológico). Isso evidentemente é muito apropriado para os mecanismos de controle social do capital e para elevação do patamar produtivo independente da adoção de tecnologia no processo produtivo¹¹ e o capital uma relação social baseada na acumulação de mais-valia, através da expropriação do trabalho não-remunerado.

Como lembrado por Coggiola (1995, p. 121), "Considerar as novas tecnologias como determinantes, independentes do desenvolvimento (e da mudança) histórico-social, significa render-se diante da mais velha e abstrata mistificação ideológica do modo de produção capitalista, o 'fetichismo do capital'". Sob esse referencial, o trabalho aparece para o operário como tendo sido realizado pelo capital, levando-nos a considerar o atual período como um período de máxima criatividade do capitalismo, não como um período de intensificação da superexploração da classe operária, exemplificada pelo aumento da precarização das relações de trabalho, exploração da mão-de-obra infantil e morte por estafa, por exemplo. Obviamente que a exploração do trabalho, embora de difícil medição, tem taxas diferenciadas em relação às divisões internas dos trabalhadores, quando por exemplo, adotamos a perspectiva de gênero, em que as mulheres têm sofrido maior precarização em relação aos homens.

A esse respeito, Braga (1996, p. 55) sinaliza algumas preocupações, como a adoção do economicismo como um traço permanente nas discussões sobre as transformações atuais, sem que se considere:

[...] a ideologia do progresso técnico, isto é, a crença em que o desenvolvimento autônomo (portanto, não subordinado à complexa vigência das múltiplas contradições do real) das forças produtivas encerre as potencialidades últimas de resolução das crises e impasses históricos gestados pelo movimento das estruturas do capital.

O autor se põe, então, a rebater as teses que se ocupam da crise da sociedade do trabalho, nas quais a classe operária e juntamente o próprio conceito de trabalho, estariam tendo questionada sua centralidade, por tendências empíricas, que dizem respeito às transformações na esfera do trabalho e tendências teóricas na qual ele já não aparece mais como o principal tema das pesquisas sociológicas.

¹¹ Sobre as recentes inovações tecnológicas e seus efeitos sobre o movimento sindical Cf. sobretudo Katz; Coggiola (1995); para mais detalhes sobre a tecnologia como paradigma produtivo e portanto servindo ao Capital como meta a ser alcançada pelos trabalhadores, Cf.: Thomaz Júnior (1996)

Nesse processo, a automatização revela-se particularmente importante, pois muitas interpretações correntes acabam por considerar a revolução técnico-científica como provocadora da automatização, no entanto ao considerarmos como instrumento da luta de classes, teremos condições de interpretá-la tendo em vista que esse processo não é resultado de uma revolução tecnológica *per se*, mas sobretudo significa a tentativa de superação da crise estrutural do capital, através do aumento da composição orgânica do capital, e conseqüente aumento da taxa de mais-valia.

Dessa forma, novos desafios são lançados e nem sempre essas inovações são percebidas pelos próprios trabalhadores como mecanismos para aumentar a exploração do trabalho, já que assumem muitas vezes posições que vão do desânimo, diante da “inexorabilidade” da automatização, da parafernália tecnológica e conseqüente desemprego, até a defesa irrestrita do processo em pauta, como apregoada por muitas lideranças sindicais do autodenominado sindicalismo de resultados¹².

Portanto, as condições objetivas da precarização das relações de trabalho devem ser buscadas na crise vivenciada pelo modo de produção capitalista e não nos efeitos que ela causa, já que antes de tudo, é a busca incessante pela ampliação da mais-valia expropriada dos trabalhadores que motivou os capitalistas a implementarem uma série de mudanças no processo produtivo que, se por um lado aumenta a produtividade do trabalho, por outro intensifica sua exploração.

No entanto, é necessário para a análise das transformações contemporâneas do capitalismo não nos limitarmos às alterações no processo produtivo, mas sim contextualizá-las no conjunto mais amplo das relações sociais de produção, em que o conflito de classes é um dos definidores das estratégias adotadas pelo capitalismo.

Nesse sentido, as inovações tecnológicas consideradas como *determinantes* e exclusivas revestem-se da mais velha mistificação ideológica do capital: o fetichismo do capital, que se manifesta, precisamente como se a existência do trabalhador só fosse possível pela boa vontade do capital, através da separação do trabalhador e do produto do seu trabalho.

Por conta disso, muitas lideranças sindicais enfocam a problemática da automação do processo produtivo, ou seja, sob o viés apropriado ao capitalismo de adequar-se à inexorabilidade do processo de automação, excludente de grandes contingentes de trabalhadores.

As inovações tecnológicas são um bom exemplo de como a partir das estratégias adotadas pela burguesia para vencer o movimento sindical e a classe operária, são realizadas alterações no processo produtivo no sentido de eliminar focos potenciais de resistência coletiva, conforme aponta Gennari (1977, p. 4):

A história dos processos de reestruturação dos ambientes produtivos, de fato, mostra que a introdução das novas tecnologias intensifica-se na medida em que o capital percebe a necessidade de eliminar dos locais de trabalho aqueles que são conhecidos como gargalos de produção. Trata-se de postos cuja paralisação pode levar ao estrangulamento do processo de trabalho ou, simplesmente, de setores onde a realização das tarefas cria, involutariamente, as condições básicas que podem levar ao desenvolvimento de formas de resistência coletivas.

¹² Para mais detalhes Cf. Costa, 1995; Giannotti, 1994

Porém, paradoxalmente, a automação pode tornar mais vulneráveis os capitalistas já que transferem para os trabalhadores muitas responsabilidades para a continuidade do processo produtivo. Torna-se essencial para o capitalista manter sua hegemonia sobre o processo produtivo, principalmente através de novas formas de gestão do trabalho, em que a participação do trabalhador é essencial para o autocontrole. Esse é, aliás, o sentido das novas formas organizativas, sendo que contraditoriamente, a própria automação contribui decisivamente para este controle.

Juntamente com o fetiche tecnológico, outro mito bastante difundido é o do trabalhador polivalente, cujo resultado mais preciso é de um lado, o aumento da jornada de trabalho e de outro, a legitimidade desta superexploração do trabalho pela identificação dos interesses da empresa com os do trabalhador:

Se tivéssemos que descrever em poucas palavras o perfil de um trabalhador polivalente diríamos que ele não passa de um pau pra toda obra que diante do aumento do desemprego e da ameaça constante que traz à manutenção de suas condições de vida percebe uma sensação de alívio ao aderir, ora ativa ora passivamente, aos objetivos e aos limites impostos pela lógica das mudanças no interior do sistema capitalista. (GENNARI, 1997, p.41).

O aumento da exploração do trabalho permanece, portanto, como variável de ajuste da acumulação capitalista, pois apesar de o desenvolvimento de novas tecnologias permitir a diminuição significativa do tempo de trabalho socialmente necessário, essa diminuição da jornada sob a lógica capitalista ganha formas de precarização das relações de trabalho, na verdade, a utopia do fim do trabalho(ou pelo menos diminuição significativa), como afirma Bihr (1998), sob o capitalismo passa a ser privilégio de poucos trabalhadores.

Dessa forma, o capital permanece na prerrogativa de ampliar o leque de profissionais capacitados, ao induzir o Estado e a sociedade a investirem nos programas de qualificação e requalificação profissionais, ampliando em alguns setores o exército industrial de reserva com qualificações para desempenhar as novas funções exigidas pelo capital, o que melhora, para o capitalista, as condições de negociação da força de trabalho.

Com a polivalência e o mito da produtividade, o capital insere no ideário dos trabalhadores, a sensação de estarem sendo valorizados, enquanto sujeitos importantes para a sustentação das empresas e acaba provocando uma forte divisão entre os trabalhadores, entre os “privilegiados” do setor formal e os “excluídos” da oportunidade de serem explorados, ou seja, aqueles que ingressam na informalidade. Esse processo amplia as clivagens existentes na classe trabalhadora ao inserir uma pequena parcela no emprego formal, estável e de remuneração razoável e excluindo amplo número de trabalhadores sujeitos ao emprego temporário, informal ou miséria absoluta.

No bojo da constituição de novos paradigmas produtivos, cuja inserção é ampliada do chão da fábrica para o conjunto da sociedade, a terceirização surge como instrumento estratégico para derrotar os trabalhadores e reduzir os investimentos em capital fixo. Aproveitando-se do modelo fragmentado de representação sindical, os capitalistas, através das empresas terceirizadas, pulverizam a ação sindical e exploram a ideologia do pequeno produtor, arraigada em amplos setores da classe trabalhadora e com isso submetendo ex-funcionários a executarem amplas jornadas de

trabalho para cumprirem os contratos firmados com a grande empresa.

Conforme já delineado acima, como feição atual do fetiche, está na ordem do dia o determinismo tecnológico que sugere a inevitabilidade do fim do operariado e da luta de classe, em face das transformações advindas com a reestruturação produtiva.

Um dos desdobramentos desta lógica está na aceitação do desemprego estrutural como consequência dos rearranjos do capital, inevitável, segundo posições assumidas pelo próprio Estado brasileiro. Porém, revendo essa posição, recolocando o conceito do exército industrial de reserva como variável de ajuste do processo de acumulação capitalista, é possível vislumbrarmos a lógica do processo de precarização do trabalho e exclusão social, como derivadas da luta de classe e não do efeito aparentemente neutro da inovação tecnológica.

De fato, como lembrado por Meneleu (1996, p. 78), o aumento do desemprego foi uma maneira muito eficiente de reduzir a força da classe operária. “Foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante”.

É, portanto, a fragilização do trabalho organizado e a consolidação de um mercado de trabalho flexível que se tornaram precondicionantes para a elevação da lucratividade por meio da intensificação do trabalho vivo.

Retomando o papel estratégico desempenhado pelo desemprego no processo de acumulação capitalista significa, sobretudo, considerarmos que em situações de desemprego moderado ocorrem dificuldades para as empresas promoverem a intensificação do trabalho e a redução dos salários reais, contrariamente numa situação de desemprego crescente a situação inverte-se. Portanto o exército industrial de reserva em sua expansão torna-se a base de fragilização dos sindicatos e da introdução da ideologia da cooperação e da “inexorabilidade” da dominação tecnológica e também para alguns, a inevitabilidade do fim do operariado e a decretação do fim da história¹³.

Todas essas transformações, de forma bastante genérica delineadas acima, são impostas aos trabalhadores e à sociedade em geral, com um discurso eminentemente liberal de antiestatismo, convencendo amplos setores da sociedade da necessidade de reestruturar o Estado para tornar as empresas mais competitivas num mundo onde as fronteiras políticas correspondem cada vez menos às fronteiras econômicas.

O Estado, conforme os preceitos neoliberais, deve apresentar-se desprovido dos mecanismos de proteção social, pois isso acarretaria desequilíbrios no balanço de pagamento dos governos, cuja forma tradicional de equilíbrio seria a criação/manutenção de diversos impostos para sustentar políticas sociais. Além disso, para que o país tenha condições de participar do “mundo global” de forma competitiva, é exigido que se diminuam ou mesmo exterminem as barreiras comerciais, deixando cada vez mais livre o capital industrial para escolher os melhores lugares, do ponto de vista de sua rentabilidade, sendo que o capital financeiro já atua de forma globalizada à velocidade das transmissões via satélite.

Além disso conforme nos aponta Bianchi (1997, p. 116):

¹³ Sobre as diversas “teses” do fim do operariado e de sua centralidade política Cf. Gorz(1982), Offe (1991) e Lojkin (1990).

Para aplicar os planos de ajuste neoliberais é preciso eliminar o poder reivindicativo dos sindicatos e a resistência destes à corrosão dos salários, ao aumento da produtividade, ao desemprego e ao sucateamento da rede estatal de serviços públicos.

Ilustrativo nesse caso são os acontecimentos desdobrados das greves dos mineiros no começo da década de 80, durante o governo Thatcher, na Grã-Bretanha e da greve dos petroleiros durante o governo FHC, em 1995, com participação direta do exército, como nos tempos da ditadura militar.

Buscamos resgatar neste artigo as recentes transformações que, de uma forma mais geral, dizem respeito ao modo de produção capitalista e desdobram-se em redefinições no mundo do trabalho, atingindo não somente a materialidade da classe trabalhadora, mas também sua própria subjetividade. Nesse sentido, como pondera Antunes (1995), “a forma mais perversa de capitulação dos sindicatos é o de debaterem nos limites restritos da agenda e do ideário neoliberal”.

Referências

- ALVES, G. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. 1998, 234 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- BIANCHI, A. "Neoliberalismo e resistência operária contra FHC" In: BIANCHI, Álvaro et al. **A crise brasileira e o governo FHC**. São Paulo: Xamã, 1997, p. 105-122.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOITO JÚNIOR, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**. São Paulo, v.1, n. 3, p 80-105, 1996.
- BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.
- CARVALHAL, M. D. O Movimento sindical e a luta pela terra no Brasil. **Polêmica & Debate**, Presidente Prudente, n. 3, 1997.
- CARVALHAL, M. D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP**: elementos para uma leitura geográfica. 2000, 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.
- COGGIOLA, O. "A crise estrutural do capitalismo" **Quinzena**, São Paulo, n. 267, p. 2-08, 1999.
- COSTA, S. **Tendência e centrais sindicais**. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- GENNARI, E. **Automação, terceirização e programas de qualidade total**. São Paulo: CPV, 1997.
- GIANNOTTI, V. **Para onde vai a CUT?** São Paulo: Scritta, 1994.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.
- HOBBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- KATZ, C.; COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.
- KATZ, C.; BRAGA, R.; COGGIOLA, O. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.
- LESSA, S. **A ontologia de Lukács**. Maceió: Edufal, 1996.
- LOJKINE, J. **A classe operária em mutações**. São Paulo: Oficina de livros, 1990
- MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: _____. **Trabalho & sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 13-42.

THOMAZ JR., A. A terceirização no contrapasso da ação sindical. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 16, p. 168-186, 1994.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Qualificação do trabalho**: adestramento ou liberdade? Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. Disponível em: < www.ub.es/geocrit/sn-43htm > Acesso em: 05 de janeiro de 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 4. Barcelona, 2002. **Anais...** Montevideo: [s.n.], 2002. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm> Acesso em: 08 de novembro de 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. "O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica". In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 4. Montevideo, 2002. **Anais...** Montevideo: [s.n.], 2002c. 1 CD-ROM.